REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

RESENHA MENSAL
(269, II, DO RISF)
(PERÍODO DE 1º A 30 DE NOVEMBRO DE 2007)
E
ATAS DE COMISSÕES

ANO LXII – SUP. AO Nº 197 – TERÇA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2007 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES
3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM[1]/PSDB) – 29
LÍDER VICE-LÍDERES ..... **LÍDER DO PMDB – 19** **Valdir Raupp** VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	**LÍDER** **Ideli Salvatti – PT** VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles ..... **LÍDER DO PT – 12** **Ideli Salvatti** VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns **LÍDER DO PTB – 6** **Epitácio Cafeteira** VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi **LÍDER DO PR – 3** **João Ribeiro** VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior **LÍDER DO PSB – 3** **Renato Casagrande** VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares **LÍDER DO PC do B – 1** **Inácio Arruda** **LÍDER DO PRB – 1** **Marcelo Crivella** **LÍDER DO PP – 1** **Francisco Dornelles**	**LÍDER** **Demóstenes Torres** VICE-LÍDERES ..... **LÍDER DO DEM – 16** **José Agripino** VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves **LÍDER DO PSDB – 13** **Arthur Virgílio** VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PDT – 4 **Jefferson Péres** VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias	**LÍDER DO P-SOL – 1** **José Nery**	**LÍDER DO GOVERNO** **Romero Jucá - PMDB** VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

[1] Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Diretor da Subsecretaria Industrial
Cláudia Lyra Nascimento
Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Maria Amália Figueiredo da Luz
Diretora da Secretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Secretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

ELABORADO PELA SECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA

1.1 – RESENHA MENSAL (Período de 1º a 30 de novembro de 2007)

2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

RESENHA MENSAL 6

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS 78

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS 94

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS 105

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS 120

2.2 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2007 125

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2007 128

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2007 156

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2007 175

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2007 188

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2007 202

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2007 218

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 33ª REUNIÃO ESTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2007 223

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2007 243

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007 261

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2007 295

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA

ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2007 317

ATA DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2007..... 340

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2007 359

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007..... 383

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007..... 398

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2007..... 402

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2007..... 424

2.3 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

ATA DA 30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS. 440

ATA DA 32ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS. 442

ATA DA 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO COM, COM A 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, E 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2007..... 446

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS. 466

ATA DA 35ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS. 467

2.4 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS NOVE HORAS. 474

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS QUATORZE HORAS. 496

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS. 507

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA OITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS. 512

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TREZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS. 522

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL EM CONJUNTO COM A 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TREZE DE

NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS QUATORZE HORAS..... 527

2.5 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007..... 539

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007..... 556

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2007..... 559

ATA DA 27ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2007..... 566

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007..... 586

2.5.1 – SUBCOMISSÃO PERMENENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA-BIO

ATA DA 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA-BIO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2007. 593

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 53ª LEGISLATURA – 2007

RESENHA MENSAL
(269, II, do RISF)
(Período de 1º a 30-11-2007)

A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

I – MEDIDAS PROVISÓRIAS

1 – APROVADA NA FORMA DE PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO E ENVIADA À SANÇÃO: Total 1

Projeto de Lei de Conversão nº 37, de 2007 (oferecido pela Câmara dos Deputados à Medida Provisória nº 393, de 2007), que institui o Programa Nacional de Dragagem Portuária e Hidroviária, e dá outras providências.
SESSÃO: 27-11-2007

2 - APROVADAS NA ÍNTEGRA E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO: Total . 5

Medida Provisória nº 386, de 2007, que reabre o prazo de opção para integrar a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e altera o Anexo II da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, de modo a aumentar o subsídio da Carreira Policial Federal.
SESSÃO: 6.-11-2007

Medida Provisória nº 389, de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em infra-Estrutura Sênior.
SESSÃO: 6-11-2007

Medida Provisória nº 390, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 379, de 28 de junho de 2007, que altera dispositivos da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm e define crimes.
SESSÃO: 21-11-2007

Medida Provisória nº 391, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 380, de 28 de junho de 2007, que institui o Regime de Tributação Unificada - RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai.
SESSÃO: 21-11-2007

Medida Provisória nº 392, de 2007, que revoga a Medida Provisória nº 382, de 24 de julho de 2007, dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens relacionados nos Anexos I e II da Lei nº 10.485, de 3 de julho de 2002, e dos produtos classificados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006; autoriza a concessão de subvenção econômica nas operações de empréstimo e financiamento destinadas às empresas dos setores de calçados e artefatos de couro, têxtil, de confecção e de móveis de madeira.
SESSÃO: 27-11-2007

3 – APROVADAS NA FORMA DE PROJETOS DE LEI DE CONVERSÃO, APRESENTADOS PELO SENADO FEDERAL, E DEVOLVIDAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS: Total 2

Projeto de Lei de Conversão nº 35, de 2007 (oferecido pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 387, de 2007), que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos financeiros para a execução pelos Estados, Distrito Federal e Municípios de ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, e sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH nos exercícios de 2007 e 2008.
(Prejudicado o Projeto de Lei de Conversão nº 33, de 2007, oferecido pela Câmara dos Deputados)
SESSÃO: 6-11-2007

Projeto de Lei de Conversão nº 36, de 2007 (oferecido pelo Senado Federal à Medida Provisória nº 388, de 2007), que altera e acresce dispositivos à Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000. (Funcionamento do comércio nos domingos e feriados).
SESSÃO: 6-11-2007

II – PROJETO DE LEI APROVADO E ENVIADO À SANÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados 1

Total 1

Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2006 (nº 5.288/2005, na Casa de origem), que estabelece diretrizes e procedimentos para a simplificação e integração do processo de registro e legalização de empresários e de pessoas jurídicas, cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM; altera a Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994; revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, e das Leis nºs 7.711, de 22 de dezembro de 1988, 8.036, de 11 de maio de

1990, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.906, de 4 de julho de 1994; e dá outras providências.
SESSÃO: 6-11-2007

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À CÂMARA DOS DEPUTADOS

De iniciativa do Senado Federal 14

De iniciativa da Câmara dos Deputados... 1

Total 15

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003, de autoria do Senador Osmar Dias, que dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências.
(Aprovado nos termos de Substitutivo)
SESSÃO: 6-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 633, de 2007 - Complementar, de autoria do Senador Romero Jucá, que altera a Lei Complementar nº 91, de 22 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios, para estender ao exercício de 2008 os coeficientes atribuídos em 2007.
SESSÃO: 7-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 2007, de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e dá outras providências.
(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)
SESSÃO: 8-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2005, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal.
(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)
SESSÃO: 21-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 502, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para garantir atendimento presencial aos usuários de serviços de telecomunicações.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 21-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, que denomina "Rodovia Prefeito João Eutrópio" o trecho da Rodovia BR-484 situado entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado do Espírito Santo.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
SESSÃO: 22-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que institui a data de 5 de junho como o "Dia Nacional da Reciclagem".
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
SESSÃO: 22-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que dispõe sobre a instituição do "Dia Nacional do Imigrante Italiano" e dá outras providências.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
SESSÃO: 22-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Santana, no Amapá.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
SESSÃO: 22-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que institui o Dia do Movimento Pestalozziano no Brasil, a ser comemorado no dia 26 de outubro.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
SESSÃO: 22-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2007, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
SESSÃO: 22-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
SESSÃO: 22-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que institui o "Dia Nacional da Leitura" e a "Semana Nacional da Literatura".
(Decisão terminativa da Comissão de Educação)
SESSÃO: 22-11-2007

Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2005, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera as Leis n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, e n° 10.962, de 11 de outubro de 2004, para, entre outras providências,

considerar como prática abusiva a oferta à venda ou a venda de produtos ou serviços mediante a sistemática de pagamento a prazo pelo preço à vista.
(Decisão terminativa da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)
SESSÃO: 28-11-2007

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2007 (nº 1.990/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.
SESSÃO: 29.11.2007

IV – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa do Senado Federal 7

De iniciativa da Câmara dos Deputados 53

Total 60

Projeto de Decreto Legislativo nº 67, de 1998 (nº 531/97, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão deferida à Rede de Emissoras Unidas de Paragominas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paragominas, Estado do Pará.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2007 (nº 2.506/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rede Atlântico Sul de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Brusque, Estado de Santa Catarina.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2007 (nº 2.507/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Nereu Ramos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2007 (nº 2.413/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Amor para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Silvianópolis, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 188, de 2007 (nº 2.434/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Nova Rússia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2007 (nº 2.484/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Arapongas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Arapongas, Estado do Paraná.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 203, de 2007 (nº 1.033/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Fundação e Cultura do Desenvolvimento de Brejinho - Funcudeb para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejinho, Estado do Rio Grande do Norte.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2007 (nº 2.254/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Paraisense para o Desenvolvimento Artístico e Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Sebastião do Paraíso, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 236, de 2007 (nº 1.864/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Bandeira do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bandeira do Sul, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 237, de 2007 (nº 2.126/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária Majestade FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 240, de 2007 (nº 2.395/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores da Sede de Marques de Souza para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marques de Souza, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 241, de 2007 (nº 2.402/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Arte e Cultura Comunitária de Natividade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Natividade, Estado do Rio de Janeiro.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 242, de 2007 (nº 2.405/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Beneficente e Comunitária de Dumont para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Dumont, Estado de São Paulo.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 243, de 2007 (nº 2.419/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2007 (nº 2.429/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Difusora Caxiense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2007 (nº 2.232/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacional e Cultural Professor Roulien Ribeiro Lima para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Arcos, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 258, de 2007 (nº 1.641/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária São Domingos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Brejo da Madre de Deus, Estado de Pernambuco.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 259, de 2007 (nº 2.250/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santo Antônio do Monte para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Antônio do Monte, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 261, de 2007 (nº 2.408/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Televisão Verdes Mares Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 265, de 2007 (nº 104/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Macapá, Estado do Amapá.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 266, de 2007 (nº 103/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rede Metropolitana de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radio-

difusão sonora em freqüência modulada na cidade de Paço do Lumiar, Estado do Maranhão.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 267, de 2007 (nº 138/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Goianésia - FM Goianésia do Pará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goianésia do Pará, Estado do Pará.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 307, de 2007 (nº 192/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Bairro Asa Norte e Bom Sucesso para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 308, de 2007 (nº 203/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Semeador para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Porto Grande, Estado do Amapá.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 322, de 2007 (nº 289/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação da Rádio Comunitária de Pedra Branca do Amapari - AP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pedra Branca do Amapari, Estado do Amapá.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 1º-11-2007

Projeto de Resolução nº 66, de 2007, que suspende a execução do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina.
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
SESSÃO: 8-11-2007

Projeto de Resolução nº 67, de 2007, que suspende a execução do art. 17 da Lei nº 1.354, de 22 de dezembro de 1979, com a redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 22 de dezembro de 1996, ambas do Município de Maringá/PR.
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
SESSÃO: 8-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2007 (nº 2.508/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube de Blumenau Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2007 (nº 1.805/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Conselho Comunitário dos Moradores e Amigos de Botumirim para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botumirim, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2007 (nº 2.394/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Ituiutabana de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ituiutaba, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 247, de 2007 (nº 2.466/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária de Santo Ângelo - Radiocom FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 250, de 2007 (nº 2.409/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Igapó FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Londrina, Estado do Paraná.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 251, de 2007 (nº 2.459/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Marumby Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 254, de 2007 (nº 2.516/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Vale do Iguaçu do Verê Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Verê, Estado do Paraná.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 256, de 2007 (nº 2.353/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação "Alternativa FM" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mirante do Paranapanema, Estado de São Paulo.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 257, de 2007 (nº 1.633/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária, Ecológica, Cultural e Esportiva de Campo Bonito – Paraná para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Campo Bonito.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 262, de 2007 (nº 1.167/2001, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária Itaipulândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaipulândia, Estado do Paraná.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 268, de 2007 (nº 139/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural da Grande Guarapari para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guarapari, Estado do Espírito Santo.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 271, de 2007 (nº 149/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Ecológica Natureza e Vida para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juquitibá, Estado de São Paulo.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 275, de 2007 (nº 1.743/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ONG - Arte Cultura e Meio Ambiente para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santana do Ipanema, Estado de Alagoas.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 276, de 2007 (nº 1.956/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Rádio Comunitária Sociedade FM de Medicilândia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Medicilândia, Estado do Pará.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 279, de 2007 (nº 2.320/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Horeb de Fernando Prestes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fernando Prestes, Estado de São Paulo.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 280, de 2007 (nº 2.341/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de São Marcos - Ascamarcos para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Marcos, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 281, de 2007 (nº 2.450/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à LMG Comunicações

Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jequié, Estado da Bahia.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 282, de 2007 (nº 75/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Poços de Caldas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 288, de 2007 (nº 96/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária "Esperança" de Esperança do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperança do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 299, de 2007 (nº 122/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio e Televisão Integração FM - ACRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 305, de 2007 (nº 188/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASTO – Associação Totó Porto de Apoio à Criança Carente para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiatins, Estado de Tocantins.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 306, de 2007 (nº 191/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Nercino Valter para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Curimatá, Estado do Piauí.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 310, de 2007 (nº 81/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário do Município de Cupira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cupira, Estado de Pernambuco.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 311, de 2007 (nº 92/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Santa Etelvina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Manaus, Estado do Amazonas.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 312, de 2007 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Sociedade de Juiz de Fora S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 313, de 2007 (nº 100/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Prefeitura Municipal de Fortaleza para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 319, de 2007 (nº 190/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Radiofônica Century Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Terenos, Estado de Mato Grosso do Sul.
(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)
SESSÃO: 19-11-2007

Projeto de Resolução nº 69, de 2007, que suspende a execução do inciso IV do caput do art. 19 do Decreto nº 3.017, de 28 de fevereiro de 1989, do Estado de Santa Catarina.
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
SESSÃO: 22-11-2007

Projeto de Resolução nº 70, de 2007, que suspende a execução da Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 1.794, de 25 de fevereiro de 1991, do Estado do Rio de Janeiro.
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
SESSÃO: 26-11-2007

Projeto de Resolução nº 71, de 2007, que suspende a execução do inciso V do art. 1º da Lei Federal nº 8.033, de 12 de abril de 1990.
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
SESSÃO: 26-11-2007

Projeto de Resolução nº 72, de 2007, que suspende a execução da Lei nº 10.851, de 10 de julho de 2001, do Estado de São Paulo.
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
SESSÃO: 26-11-2007

Projeto de Resolução nº 73, de 2007, que suspende a execução do art. 250 do Decreto-Lei nº 5, de 15 de março de 1975, com as redações sucessivamente ditadas pela Lei nº 3.188, de 22 de fevereiro de 1999, e pela Lei nº 3.344, de 29 de dezembro de 1999, todos do Estado do Rio de Janeiro.
(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)
SESSÃO: 26-11-2007

Projeto de Decreto Legislativo nº 380, de 2007 (nº 378/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, com as finalidades de facilitar a transferência da titularidade de imóveis diplomáticos e consulares, inclusive residenciais, de propriedade do Governo dos Estados Unidos da América no território brasileiro, e de estabelecer procedimentos para instalação e funcionamento em território norte-americano de repartições diplomáticas e consulares brasileiras, celebrado em Brasília, em 1º de junho de 2007.
SESSÃO: 28-11-2007

V – ESCOLHA DE CHEFES DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Total 6

Mensagem nº 163, de 2007 (nº 709/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.
SESSÃO: 7-11-2007

Mensagem nº 164, de 2007 (nº 710/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Pedro Henrique Lopes Borio, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Democrática Social do Sri Lanka.
SESSÃO: 7-11-2007

Mensagem nº 171, de 2007 (nº 740/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa.
SESSÃO: 7-11-2007

Mensagem nº 184, de 2007 (nº 798/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Carlos Antonio da Rocha Paranhos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação da Rússia, e, cumulativamente, junto à República de Belarus.
SESSÃO: 28-11-2007

Mensagem nº 173, de 2007 (nº 749/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.
SESSÃO: 28-11-2007

Mensagem nº 187, de 2007 (nº 806/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marco Aantonio Diniz Brandão, Ministro de Primerira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Nepal, na República das Maldivas e na República do Bangladesh, desde que obtidos os agréments dos governos desses Países.
SESSÃO: 28-11-2007

VI – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 7

Parecer nº 1.073, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 175, de 2007 (nº 782/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível - ANP.
SESSÃO: 28-11-2007

Parecer nº 1.074, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 194, de 2007 (nº 823/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Anthero de Moraes Meirelles para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.
SESSÃO: 28-11-2007

Parecer nº 1.075, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 195, de 2007 (nº 824/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Celina Berardinelli Arraes para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, em substituição ao Diretor Paulo Vieira da Cunha.
SESSÃO: 28-11-2007

Parecer nº 1.076, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 197, de 2007 (nº 822/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor Alvir Alberto Hoffmann, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Diretor Paulo Sérgio Cavalheiro.
SESSÃO: 28-11-2007

Parecer nº 1.095, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 196, de 2007 (nº 825/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho.
SESSÃO: 28-11-2007

Parecer nº 1.096, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 198, de 2007 (nº 826/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Doutor Sidnei Beneti, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito.
SESSÃO: 28-11-2007

Parecer nº 1.097, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 190, de 2007 (nº 801/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do nome do Senhor Rômulo do Carmo Ferreira Neto, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.
SESSÃO: 28-11-2007

VII – REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO TEMPORÁRIA

Total 1

Requerimento nº 1.369, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a criação de Comissão Especial para Acompanhar as investigações sobre a situação de mulheres presas em cadeias públicas brasileiras, com vistas a analisar os problemas ocorridos no Pará e em outros Estados brasileiros onde fatos semelhantes ocorreram e continuam a ocorrer, Composta por 4 Senadores, com alternância de sexos, pelo prazo de 90 dias.
SESSÃO: 28-11-2007

VIII – SESSÕES ESPECIAIS/PERÍODOS DO EXPEDIENTE

Total 3

Requerimento nº 1.253, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Período do Expediente da sessão de 11 de dezembro seja dedicado a comemorar a abertura da Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.
SESSÃO: 1º-11-2007

Requerimentos nºs 417 e 1.336, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 12 de dezembro, às 10 horas, destinada a comemorar o “Dia do Marinheiro”, celebrado no dia 13 do referido mês. Em
SESSÃO: 22-11-2007

Requerimento nº 1.368, de 2007, de autoria da Senadora Roseana Sarney e outros Senhores Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 06 de dezembro de 2007, destinada a comemorar o 10º Aniversário da obtenção do título de "Cidade Patrimônio da Humanidade" ao município de São Luiz/MA.
SESSÃO: 28-11-2007

IX – REQUERIMENTO DE AUDITORIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Total 1

Requerimento nº 1.284, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, que requer, nos termos do art. 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que seja encaminhada cópia integral do processo nº TC 006.000/2007-5 que envolve transferência de recursos da Caixa Federal, realizado pelo Tribunal de Contas da União.
SESSÃO: 6-11-2007

X – REQUERIMENTOS DEFERIDOS PELA MESA

Total 4

Requerimento nº 1.325, de 2007, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares e outros Srs. Senadores, solicitando a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 276, de 2007, e 345, de 2007, por versarem sobre a mesma matéria.
SESSÃO: 8-11-2007

Requerimento nº 1.338, de 2007, de autoria do Senador Demóstenes Torres, solicitando a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 260, de 2006, com o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2005, por versarem sobre matéria correlata.
SESSÃO: 14.11.2007

Requerimento nº 1.376, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2007- Complementar, com o Projeto de Lei do Senado nº 573, de 2007-Complementar, por regularem a mesma matéria.
SESSÃO: 27-11-2007

Requerimento nº 1.377, de 2007, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nº 553, de 2007, e nº 608, de 2007, por regularem a mesma matéria.
SESSÃO: 27-11-2007

XI – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÃO APROVADOS PELA MESA

Total 26

Requerimento nº 905, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 919, de 2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 969, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 970, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 983, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando ao Ministro de Estado do Meio Ambiente as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 994, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.011, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.013, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.015, de 2007, de autoria do Senador João Pedro, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.018, de 2007, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.026, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.028, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando ao Ministro de Estado da Integração Nacional as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.032, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.036, de 2007, de autoria do Senador Adelmir Santana, solicitando ao Presidente do Banco Central do Brasil as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.037, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.038, de 2007, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.042, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.050, de 2007, de autoria do Senador João Durval, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.051, de 2007, de autoria do Senador João Durval, solicitando ao Ministro de Estado da Defesa as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.052, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Fazenda as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.053, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado do Turismo as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.104, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando à Ministra-Chefe da Casa Civil da Presidência da República as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.106, de 2007, de autoria do Senador José Maranhão, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.140, de 2007, de autoria do Senador José Agripino, solicitando ao Ministro de Estado das Relações Exteriores as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.174, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.178, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Ministro de Estado dos Esportes as informações que menciona.
SESSÃO: 28-11-2007

XII – MATÉRIA PREJUDICADA

De iniciativa do Presidente da República 1

Total 1

Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2007 (nº 993/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
(Em virtude da aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003)
SESSÃO: 6-11-2007

XIII - MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

De iniciativa do Senado Federal 3

Total 3

Projeto de Lei do Senado nº 200, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque, que autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o prédio da Administração Geral da Rede Ferroviária Federal S.A., na cidade do Rio de Janeiro.
(Retirado pelo Requerimento nº 1.294, de 2007)
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 558, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando a realização de Sessão Especial, em 20 de novembro de 2007, objetivando

homenagear o Dia Nacional da Consciência Negra, bem como o Dia de Zumbi dos Palmares.
(Retirado pelo Requerimento nº 1.340, de 2007)
SESSÃO: 19-11-2007

Requerimento nº 1.363, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando autorização para participar, na condição de Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, do Fórum "Uma Década de Regulação no Brasil", do Painel "Regulação da Infra-Estrutura, a vez do Gás", que se realizará na cidade do Rio de Janeiro nos dias 26 e 27 de novembro de 2007.
(Retirado pelo Requerimento nº 1.378, de 2007)
SESSÃO: 27-11-2007

XIV - OUTRAS DELIBERAÇÕES:

De iniciativa do Senado Federal 38

Total 38

Requerimento nº 1.291, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da atriz Zélia Hoffman, ocorrido no dia 29 de outubro de 2007, no Rio de Janeiro.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.292, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à cidade de Itacoatiara, no Amazonas, pela realização da tradicional Festa de Nossa Senhora do Rosário, sua Padroeira.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.293, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Nelson Piquet pela passagem do 20º aniversário da conquista de mais um campeonato mundial, o que fez dele o primeiro piloto brasileiro a obter o tricampeonato na Fórmula 1.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.302, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Cariacica-ES, Aloizio Santos, ocorrido no dia 06 de novembro de 2007.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.303, de 2007, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando voto de homenagens de pesar pelo falecimento do Doutor José Carlos da Fonseca, ocorrido em Brasília, no dia 26 de outubro de 2007.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.308, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança em homenagem ao ex-Senador e ex-Deputado Federal Raimundo Parente que, em 06 de novembro de 2007, completaria 77 anos de idade.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.309, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Celson Franco, ocorrido no dia 6 de novembro de 2007, em Brasília.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.313, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Celson Franco.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.314, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da jornalista do jornal A Gazeta, Grazielle Loureiro, ocorrido no dia 05 de novembro de 2007.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.330, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao artista plástico Arnaldo Garcez, por estar comemorando com exposição na sede da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, 30 anos de atividades.
SESSÃO: 12-11-2007

Requerimento nº 1.332, de 2007, de autoria do Senador Renato Casagrande, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do magistrado e ex-Deputado Federal Antônio José Miguel Feu Rosa, ocorrido em 10 de novembro de 2007.
SESSÃO: 12-11-2007

Requerimento nº 1.334, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do desembargador Antonio José Miguel Feu Rosa.
SESSÃO: 13-11-2007

Requerimento nº 1.335, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando voto de aplauso ao jovem Riquelme Wesley dos Santos.
SESSÃO: 13-11-2007

Requerimento nº 1.337, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Desembargador Antônio José Miguel Feu Rosa.
SESSÃO: 13-11-2007

Requerimento nº 1.344, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de lembrança pela falecida pianista amazonense Lindalva Cruz, que será homenageada no final de novembro de 2007, com Concerto, em Niterói-RJ.
SESSÃO: 20-11-2007

Requerimento nº 1.345, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao grupo de voluntários Acordar Sem Fome, pela meritória iniciativa de distribuir comida a moradores de rua, em Manaus.
SESSÃO: 20-11-2007

Requerimento nº 1.348, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do jornalista Altair Baffa, ocorrido dia 17 de novembro de 2007, no Rio de Janeiro.
SESSÃO: 20-11-2007

Requerimento nº 1.351, de 2007, de autoria do Senador Papaléo Paes, solicitando voto de aplauso ao nadador brasileiro Tiago Pereira, pelo recorde mundial alcançado na etapa de Berlim da Copa do Mundo de Natação.
SESSÃO: 20-11-2007

Requerimento nº 1.353, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Helena Northfleet, mãe da Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, ocorrido dia 20 de novembro de 2007.
SESSÃO: 20-11-2007

Requerimento nº 1.354, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da senhora Helena Northfleet, mãe da Excelentíssima Ministra Ellen Gracie, do Supremo Tribunal Federal - STF, ocorrido dia 20 de novembro de 2007, em Brasília.
SESSÃO: 20-11-2007

Requerimento nº 1.355, de 2007, de autoria do Senador José Sarney, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Helena Northfleet, mãe da Ministra Ellen Gracie, Presidente do Supremo Tribunal Federal, ocorrido no dia 20 de novembro de 2007.
SESSÃO: 20-11-2007

Requerimento nº 1.361, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque, solicitando voto de congratulações à Secretaria de Arquivo do Senado Federal, pelos brilhantes trabalhos que realizam em prol desta Casa Legislativa.
SESSÃO: 22-11-2007

Requerimento nº 1.364, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de congratulações a Dom Odilo Scherer, Arcebispo de São Paulo, nomeado e escolhido pelo Papa Bento XVI, como conselheiro e colaborador do Sacro Colégio Pontifício.
SESSÃO: 26-11-2007

Requerimento nº 1.366, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Rede Vida de Televisão pelo lançamento do programa "Caminhos da Amazônia".
SESSÃO: 26-11-2007

Requerimento nº 1.367, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à cineasta amazonense Cristiane Garcia, por ter obtido o Prêmio do Júri, na categoria de curta-metragem 35mm, no recente Amazonas Film Festival, em Manaus, bem como ao escritor amazonense Milton Hatoum, autor do conto em que se baseou o filme.
SESSÃO: 26-11-2007

Requerimento nº 1.370, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 26 de novembro 2007, em Cuiabá, do ex-Deputado, Renê Barbour.
SESSÃO: 26-11-2007

Requerimento nº 1.371, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Presidente do PT Municipal de Sinop Carlos Alberto Castanho Scholtão.
SESSÃO: 26-11-2007

Requerimento nº 1.372, de 2007, de autoria do Senador César Borges, solicitando homenagens de pesar pelas vítimas do desabamento do Estádio da Fonte Nova, ocorrido em Salvador no dia 25 de novembro de 2007.
SESSÃO: 27-11-2007

Requerimento nº 1.373, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Senhor Geraldo Gomes de Paula, ocorrido em 25 de novembro de 2007, em Vitória - ES.
SESSÃO: 27-11-2007

Requerimento nº 1.379, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Srª Yolanda Esther Fraiji, ocorrido no dia 25 de novembro de 2007, em Manaus-AM.
SESSÃO: 27-11-2007

Requerimento nº 1.381, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de Willam Pinheiro, ocorrido no dia 24 de novembro de 2007, em Manaus-AM.
SESSÃO: 27-11-2007

Requerimento nº 1.384, de 2007, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando voto de louvor a Sua Eminência Reverendíssima o Cardeal-Arcebispo Dom Odilo Scherer, pela sua nomeação como cardeal pelo Papa Bento XVI, no dia 24 de novembro de 2007.
SESSÃO: 27-11-2007

Requerimento nº 1.385, de 2007, de autoria do Senador Efraim Morais, solicitando voto de aplauso a Dom Aldo Di Cillo Pagotto, Arcebispo da Paraíba, pela sua eleição como Presidente do Conselho Diretor da Pastoral da Criança, em Curitiba, na 13ª Assembléia Geral da Pastoral da Criança.
SESSÃO: 27-11-2007

Requerimento nº 1.387, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Embaixador Mário Gibson Barbosa.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.390, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento de forma brutal da Pró-Reitora do Campus de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso, Soraiha Lima Miranda, do Professor do Departamento de Zootecnia, Alessandro Luís Fraga, e do Prefeito do Campus, Luiz Mauro Pires Russo.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.391, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao repórter-fotográfico Célio Azevedo, pela exposição de fotografias de atividades legislativas do Senado, por ele registradas ao longo de uma carreira de mais de 30 anos como servidor da Casa.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.392, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Hugo Montefusco Cavalcante, ocorrido dia 28 de novembro de 2007, em Manaus-AM.
SESSÃO: 28-11-2007

Requerimento nº 1.397, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à cidade de Manaus-AM, pela realização, nos dias 20 e 30 do mês de novembro de 2007, da XXVIII Festa do Guaraná – "A expressão da nossa história".
SESSÃO: 30-11-2007

(*) XV - REQUERIMENTOS DE LICENÇAS

Total 117

Requerimento nº 588, de 2007-M, Senador José Nery – art. 13 – de 31-10-2007 a 4-11-2007.

Requerimento nº 591, de 2007-M, Senador João Tenório – art. 43, II – de 26-10-2007 a 05/11/2007.

Requerimento nº 593, de 2007-M, Senadora Roseana Sarney – art. 43, II – de 29-10-2007 a 4-11-2007.

Requerimento nº 594, de 2007-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 30-10-2007 a 1º-11-2007.

Requerimento nº 595, de 2007-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – de 30-10-2007 a 1º-11-2007.

Requerimento nº 596, de 2007-M, Senador João Ribeiro – art. 43, II – de 30-10-2007 a 1º-11-2007.

Requerimento nº 597, de 2007-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – de 30-10-2007 a 1º-11-2007.

Requerimento nº 599, de 2007-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – de 31-10-2007 e 1º-11-2007.

Requerimento nº 600, de 2007-M, Senador Heráclito Fortes – art. 13 – de 1º a 4-11-2007.

Requerimento nº 601, de 2007-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 1º-11-2007.

Requerimento nº 602, de 2007-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 1º-11-2007.

Requerimento nº 603, de 2007-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 1º-11-2007.

Requerimento nº 605, de 2007-M, Senador Romeu Tuma – art. 43, I – 1º-11-2007.

Requerimento nº 606, de 2007-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 1º-11-2007.

Requerimento nº 608, de 2007-M, Senador Cícero Lucena – art. 13 – 1º-11-2007.

Requerimento nº 609, de 2007-M, Senador Eduardo Suplicy – art. 13 – de 5 a 7-11-2007.

Requerimento nº 610, de 2007-M, Senador Tasso Jereissati – art. 43, II – de 31-10-2007 e 1º-11-2007.

Requerimento nº 611, de 2007-M, Senador Adelmir Santana – art. 13 – de 6 a 9-11-2007.

Requerimento nº 612, de 2007-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – de 9 a 16-11-2007.

Requerimento nº 613, de 2007-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – de 6 a 8-11-2007.

Requerimento nº 614, de 2007-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 43, I – de 6 a 8-11-2007.

Requerimento nº 615, de 2007-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 6-11-2007.

Requerimento nº 616, de 2007-M, Senador José Sarney – art. 43, II – 1º-11-2007.

Requerimento nº 617, de 2007-M, Senador Jarbas Vasconcelos – art. 13 – 1º-11-2007.

Requerimento nº 618, de 2007-M, Senadora Fátima Cleide – art. 43, I – de 6 a 13-11-2007.

Requerimento nº 619, de 2007-M, Senador Paulo Paim – art. 13 – 8-11-2007.

(*) Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.
Art. 43, I - tratamento de saúde.
Art. 43, II - interesse particular.

Requerimento nº 620, de 2007-M, Senador Osmar Dias – art. 13 – 8-11-2007.

Requerimento nº 621, de 2007-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 8-11-2007.

Requerimento nº 622, de 2007-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 8-11-2007.

Requerimento nº 623, de 2007-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 8-11-2007.

Requerimento nº 624, de 2007-M, Senador Almeida Lima – art. 43, II – 1º-11-2007.

Requerimento nº 625, de 2007-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 8-11-2007.

Requerimento nº 626, de 2007-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 43, I – 7 e 8-11-2007.

Requerimento nº 627, de 2007-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – de 16 a 22-11-2007.

Requerimento nº 628, de 2007-M, Senador Tião Viana – art. 13 – 8-11-2007.

Requerimento nº 629, de 2007-M, Senador Augusto Botelho – art. 43, I – de 6 a 8-11-2007.

Requerimento nº 630, de 2007-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 13 e 14-11-2007.

Requerimento nº 631, de 2007-M, Senador Jarbas Vasconcelos – art. 13 – de 19 a 23/11/2007.

Requerimento nº 632, de 2007-M, Senador Efraim Morais – art. 13 – 13-11-2007.

Requerimento nº 633, de 2007-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 13-11-2007.

Requerimento nº 634, de 2007-M, Senador Mão Santa – art. 43, I – de 12 a 18-11-2007.

Requerimento nº 635, de 2007-M, Senador Aloizio Mercadante – art. 13 – de 18 a 23/11/2007.

Requerimento nº 636, de 2007-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 14-11-2007.

Requerimento nº 637, de 2007-M, Senador Gerson Camata – art. 13 – 14-11-2007.

Requerimento nº 638, de 2007-M, Senador Cícero Lucena – art. 13 – 14-11-2007.

Requerimento nº 639, de 2007-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 14-11-2007.

Requerimento nº 640, de 2007-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 14-11-2007.

Requerimento nº 641, de 2007-M, Senador José Nery – art. 13 – 13 e 14-11-2007.

Requerimento nº 642, de 2007-M, Senador Heráclito Fortes – art. 13 – de 16 a 22-11-2007.

Requerimento nº 643, de 2007-M, Senador Wellington Salgado – art. 13 – 20-11-2007.

Requerimento nº 644, de 2007-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 20-11-2007.

Requerimento nº 645, de 2007-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 20-11-2007.

Requerimento nº 646, de 2007-M, Senador José Nery – art. 13 – 20-11-2007.

Requerimento nº 647, de 2007-M, Senador Edison Lobão – art. 13 – 20-11-2007.

Requerimento nº 648, de 2007-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 21-11-2007.

Requerimento nº 649, de 2007-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 43, II – de 20 a 22-11-2007.

Requerimento nº 650, de 2007-M, Senador Valdir Raupp – art. 13 – 22-11-2007.

Requerimento nº 651, de 2007-M, Senador Antonio Carlos Júnior – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 652, de 2007-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 22-11-2007.

Requerimento nº 653, de 2007-M, Senador César Borges – art. 13 – 22-11-2007.

Requerimento nº 654, de 2007-M, Senador Garibaldi Alves Filho – art. 43, II – 22-11-2007.

Requerimento nº 655, de 2007-M, Senador José Sarney – art. 43, II – 8-11-2007.

Requerimento nº 656, de 2007-M, Senador José Sarney – art. 13 – 25/11 a 1º/12/2007.

Requerimento nº 657, de 2007-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 658, de 2007-M, Senador João Pedro – art. 13 – 22-11-2007.

Requerimento nº 659, de 2007-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 660, de 2007-M, Senador César Borges – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 661, de 2007-M, Senadora Lúcia Vânia – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 662, de 2007-M, Senador Edison Lobão – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 663, de 2007-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 664, de 2007-M, Senador Tasso Jereissati – art. 43, II – 26 a 30-11-2007.

Requerimento nº 665, de 2007-M, Senador Jefferson Peres – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 666, de 2007-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 667, de 2007-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 668, de 2007-M, Senador Geraldo Mesquita Júnior – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 669, de 2007-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 670, de 2007-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 671, de 2007-M, Senador Euclydes Mello – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 672, de 2007-M, Senador Adelmir Santana – art. 13 – 27-11-2007.

Requerimento nº 673, de 2007-M, Senador José Nery – art. 13 – 28-11-2007.

Requerimento nº 674, de 2007-M, Senador José Nery – art. 13 – 29-11-2007 a 05-12-2007.

Requerimento nº 675, de 2007-M, Senador José Maranhão – art. 43, II – 26-11-2007.

Requerimento nº 676, de 2007-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 13 – 26-11-2007.

Requerimento nº 677, de 2007-M, Senador Eduardo Suplicy – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 678, de 2007-M, Senador Eduardo Suplicy – art. 13 – 3 e 4-12-2007.

Requerimento nº 679, de 2007-M, Senador Flávio Arns – art. 43, I – 30-10-2007, 6 e 7-11-2007 e 12 a 26-11-2007.

Requerimento nº 680, de 2007-M, Senador João Durval – art. 13 – 29 e 30-11-2007 e 3-12-2007.

Requerimento nº 681, de 2007-M, Senador Renato Casagrande – art. 13 – 29-11-2007.

Requerimento nº 682, de 2007-M, Senador Valter Pereira – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 683, de 2007-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 29-11-2007.

Requerimento nº 684, de 2007-M, Senadora Fátima Cleide – art. 13 – 29 e 30-11-2007.

Requerimento nº 685, de 2007-M, Senador Demóstenes Torres – art. 43, II – 29 e 30-11-2007

Requerimento nº 686, de 2007-M, Senador Gerson Camata – art. 13 – 29 e 30-11-2007.

Requerimento nº 687, de 2007-M, Senador João Tenório – art. 13 – 29 e 30-11-2007.

Requerimento nº 688, de 2007-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 689, de 2007-M, Senadora Marisa Serrano – art. 13 – 30-11-2007 e 3-12-2007.

Requerimento nº 690, de 2007-M, Senador Jayme Campos – art. 13 – 30-11-2007 e 3-12-2007.

Requerimento nº 691, de 2007-M, Senador Neuto de Conto – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 692, de 2007-M, Antonio Carlos Júnior – art. 13 – 30-11-2007 e 3-12-2007.

Requerimento nº 693, de 2007-M, Senador Jarbas Vasconcelos – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 694, de 2007-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 29-11-2007.

Requerimento nº 695, de 2007-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 30-11-2007 e 3-12-2007.

Requerimento nº 696, de 2007-M, Senador Expedito Júnior – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 697, de 2007-M, Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 698, de 2007-M, Senador Jefferson Peres – art. 13 – 30-11-2007 e 3-12-2007.

Requerimento nº 699, de 2007-M, Senador Flexa Ribeiro – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 700, de 2007-M, Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 701, de 2007-M, Senador Papaléo Paes – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 702, de 2007-M, Senador Eduardo Azeredo – art. 13 – 30-11-2007 e 4-12-2007.

Requerimento nº 703, de 2007-M, Senador César Borges – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 704, de 2007-M, Senador Wellington Salgado – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 705, de 2007-M, Senador Eliseu Resende – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 706, de 2007-M, Senador Paulo Duque – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 707, de 2007-M, Senadora Serys Slhessarenko – art. 13 – 30-11-2007 e 3-12-2007.

Requerimento nº 708, de 2007-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 43, I – 29-11-2007 a 4-12-2007.

Requerimento nº 709, de 2007-M, Senadora Maria do Carmo Alves – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 710, de 2007-M, Senador Cícero Lucena – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 711, de 2007-M, Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 30-11-2007 e 3-12-2007.

Requerimento nº 712, de 2007-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 713, de 2007-M, Senador Mário Couto – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 714, de 2007-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 30-11-2007 e 3-12-2007.

Requerimento nº 715, de 2007-M, Senador Valdir Raupp – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 718, de 2007-M, Senador Ideli Salvatti – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 719, de 2007-M, Senador João Ribeiro – art. 13 – 30-11-2007.

Requerimento nº 721, de 2007-M, Senador Mão Santa – art. 13 – 30-11-2007.

(*) XVI – REQUERIMENTOS APROVADOS PARA DESEMPENHO DE MISSÕES

Total 13

Requerimento nº 1.186, de 2007, Senador Romeu Tuma – de 1º a 12/11/2007 – observador parlamentar na Assembléia-Geral da ONU, realizada em Nova York - EUA.
SESSÃO: 18.10.2007

Requerimento nº 1.234, de 2007, aditado pelo Requerimento nº 1245, de 2007, Senador Euclydes Mello – de 2 a 14-11-2007 - observador parlamentar na Assembléia-Geral da ONU, realizada em Nova York - EUA.
SESSÕES: 24 e 25.10.2007

Requerimento nº 1.237, de 2007, Senador Marconi Perillo – de 26-10-2007 a 2/11/2007 – Representante do Brasil na reunião do Comitê Executivo da FIFA, realizado em Zurique – Suíça.
SESSÃO: 24.10.2007

Requerimento nº 1.246, de 2007, Senador Demóstenes Torres – de 2 a 10/11/2007 – Observador parlamentar na Assembléia-Geral da ONU, realizada em Nova York - EUA.
SESSÃO: 25.10.2007

Requerimento nº 1.283, de 2007, Senadora Marisa Serrano – de 27 a 30-11-2007 - Representante parlamentar do XXIV Encontro do Parlamento Cultural do MERCOSUL, realizado em Montevidéu – Uruguai.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.289, de 2007, Senador Flávio Arns – 8-11-2007 - Representante parlamentar no II Seminário sobre o Projeto de Lei do Estatuto da Pessoa com Deficiência, realizado em Salvador – BA.
SESSÃO: 6-11-2007

Requerimento nº 1.319, de 2007, Senador Sérgio Zambiasi – de 18 a 21-11-2007 - Sessão do Parlamento do MERCOSUL, realizada em Montevidéu – Uruguai
SESSÃO: 8-11-2007

Requerimento nº 1.320, de 2007, Senador Pedro Simon – de 18 a 21-11-2007 - Sessão do Parlamento do MERCOSUL, realizada em Montevidéu – Uruguai
SESSÃO: 8-11-2007

Requerimento nº 1.321, de 2007, Senador Romeu Tuma – de 13 a 21-11-2007 - Sessão do Parlamento do MERCOSUL - Montevidéu – Uruguai.
SESSÃO: 8-11-2007

Requerimento nº 1.322, de 2007, Senadora Marisa Serrano – de 18 a 21-11-2007 - Sessão do Parlamento do MERCOSUL - Montevidéu – Uruguai.
SESSÃO: 08-11-2007

Requerimento nº 1.323, de 2007, Senador Neuto de Conto – de 19 a 22-11-2007 – Sessão do Parlamento do MERCOSUL – Montevidéu – Uruguai.
SESSÃO: 8-11-2007

Requerimento nº 1.328, de 2007, Senador Geraldo Mesquita Júnior – de 18 a 21-11-2007 - Sessão do Parlamento do MERCOSUL - Montevidéu – Uruguai.
SESSÃO: 13-11-2007

Requerimento nº 1.339, de 2007, Senador Inácio Arruda – 19 e 20-11-2007 – Sessão do Parlamento do MERCOSUL – Montevidéu – Uruguai.
SESSÃO: 20-11-2007

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS (1º a 30 de novembro de 2007)

Deliberativas Ordinárias 14

Não Deliberativas 6

Especiais 2

Total 22

SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL

(1º a 30 de novembro de 2007)

Matérias aprovadas (Itens I a XI)	132
I – Medidas Provisórias aprovadas	8
1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção	1

(*) Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior.

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 5

3 – Aprovadas na forma de Projetos de Lei de Conversão, apresentados pelo Senado Federal, e devolvidas à Câmara dos Deputados 2

II – Projetos aprovados e enviados à sanção 1

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 15

1 – Por decisão do Plenário..... 3

1.1 – Do Senado Federal 2

1.2 – Da Câmara dos Deputados 1

2 – Em decisão terminativa..... 12

2.1 – Projetos de lei do Senado 12

IV – Projetos aprovados e enviados à promulgação 60

1 – Concessões de telecomunicações 52

2 – Acordo Internacional 1

3 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais..... 7

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 6

VI – Escolha de Autoridade 7

VII – Requerimento de Criação de Comissão Temporária 1

VIII – Requerimentos de Sessões Especiais e Períodos do Expediente 3

IX – Requerimento de Auditoria do Tribunal de Contas da União 1

X – Requerimentos de informação aprovados pela Mesa 26

XI – Requerimentos deferidos pela Mesa 4

Matérias enviadas ao arquivo (Itens XII e XIII) 4

XII – Matéria prejudicada 1

XIII – Matérias retiradas pelos autores 3

Total de matérias apreciadas (Itens I a XIII) 136

Requerimentos de Licenças e Desempenho de Missões 130

SUMÁRIO CONSOLIDADO DO PERÍODO DE 1º DE FEVEREIRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2007

SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS PELO SENADO FEDERAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

(1º de fevereiro a 30 de novembro de 2007)

Deliberativas Ordinárias 113

Não Deliberativas 72

Deliberativas Extraordinárias 19

Especiais 17

Total 221

Reuniões preparatórias 3

Reuniões 3

Sessões não realizadas 5

Matérias aprovadas (Itens I a XV) 1.112

I – Medidas Provisórias aprovadas 61

1 – Aprovadas, na forma de Projeto de Lei de Conversão apresentado pela Câmara dos Deputados, e enviadas à sanção 18

2 – Aprovadas na íntegra e enviadas à promulgação 28

3 – Aprovadas com alterações e devolvidas à Câmara dos Deputados 9

4 – Aprovadas na forma de Projetos de Lei de Conversão, apresentados pelo Senado Federal, e devolvidas à Câmara dos Deputados 2

5 – Aprovadas as Medidas Provisórias na íntegra e devolvidas à Câmara dos Deputados, ficando prejudicados os Projetos de Lei de Conversão da Câmara dos Deputados ... 4

II – Projetos aprovados e enviados à sanção 24

III – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara dos Deputados 147

1 – Por decisão do Plenário 18

1.1 – Do Senado Federal 14

1.2 – Da Câmara dos Deputados 4

2 – Em decisão terminativa 129

2.1 – Projetos de lei do Senado 129

IV – Projetos aprovados e enviados à promulgação 382

1 – Concessões de telecomunicações 306

2 – Acordos Internacionais 43

3 – Operações de crédito 8

4 – Proposta de Emenda à Constituição 1

5 – Alterações do Regimento Interno .. 4

6 – Suspensão de Atos Normativos declarados inconstitucionais 16

7 – Outros 4

V – Escolha de Chefes de Missão Diplomática 26

VI – Escolha de Autoridade 70

VII – Requerimentos de Votos de Aplauso, Censura ou Semelhante 3
VIII – Requerimento de Informações Sigilosas 1
IX – Requerimentos de Criação de Comissão Temporária 5
X – Requerimentos de Sessão Especial e Período do Expediente 50
XI – Requerimentos de Auditoria do Tribunal de Contas da União 8
XII – Requerimentos de desarquivamento aprovados 46
XIII – Requerimentos de informação aprovados pela Mesa 95
XIV – Requerimentos deferidos pela Mesa 75
XV – Requerimentos Diversos 119
Matérias enviadas ao arquivo (Itens XVI a XX) 80
XVI – Matérias prejudicadas 13
XVII – Matérias rejeitadas 18
XVIII – Matérias retiradas pelos autores 47
XIX – Medida Provisória com tramitação encerrada 1
XX – Medida Provisória inadmitida 1
Total de matérias apreciadas (Itens I a XX) 1.192
Requerimentos de Licenças e Desempenho de Missões 130
Requerimentos de criação de cpi deferidos 2

SECRETARIA DE COMISSÕES

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2007 DAS COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 - ORDINÁRIA

1ª PARTE - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DESTA COMISSÃO AO PL Nº 30/2007-CN - PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O ANO DE 2008 (PLOA/2008) QUE SERÃO APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.

Resultado: EMENDAS APROVADAS:

Emenda nº 1 – Fortalecimento das Cadeias Produtivas – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – no valor de R$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais);

Emenda nº 2 – Feiras e Eventos para Comercialização da Produção Artesanal – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – no valor de R$ 50.000.000,00 (cinqüenta milhões de reais);

Emenda nº 3 – Capacitação para Micro, Pequenas e Médias Empresas – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – no valor de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais); e

Emenda nº 4 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – no valor de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).

2ª PARTE - ITEM 1 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 194, DE 2007 - NÃO TERMINATIVA

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Anthero de Moraes Meirelles para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil.
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Relator: Senador RAIMUNDO COLOMBO
Parecer: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova a indicação do nome do Sr. Anthero de Moraes Meirelles para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil por vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM 2 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 195, DE 2007 - NÃO TERMINATIVA

Submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora Maria Celina Berardinelli Arraes para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil, em substituição ao Diretor Paulo Vieira da Cunha.
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Relator: Senador CÍCERO LUCENA
Parecer: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova a indicação do nome da Sra. Maria Celina Berardinelli Arraes para exercer o cargo de Diretora do Banco Central do Brasil por vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

ITEM 3 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 197, DE 2007 - NÃO TERMINATIVA

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 84, inciso XIV, combinado com o art. 52, inciso III, letra “d”, da Constituição Federal, o nome do Senhor

ALVIR ALBERTO HOFFMANN, para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil, em substituição ao Diretor Paulo Sérgio Cavalheiro.
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Relator: Senador NEUTO DE CONTO
Parecer: A ser apreciado em votação secreta.
Resultado: A Comissão aprova a indicação do nome do Sr. Alvir Alberto Hoffmann para exercer o cargo de Diretor do Banco Central do Brasil por vinte votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTES REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 52/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, sejam convidados para uma Audiência Pública a Presidente da Caixa Econômica Federal, Sra. Maria Fernanda Ramos Coelho, e o Presidente do Banco do Brasil, Sr. Antonio Francisco de Lima Neto, a fim de discorrer sobre Tarifas Bancárias.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE

REQUERIMENTO Nº 53/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja criada, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos, uma Subcomissão destinada a promover e analisar fontes de financiamento e incentivos à Cultura Nacional.
Autoria: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

REUNIÃO REALIZADA EM 20-11-2007 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 157, DE 2007 - NÃO TERMINATIVA
Encaminha ao Senado Federal nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição Federal, proposta de autorização para que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como suas respectivas entidades da Administração Indireta possam celebrar aditivos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial (BIRD), com vistas à alteração dos empréstimos originais de Fixed-Rate Single Currency Loan - SLC (Empréstimo em Moeda Única com Taxa Fixa) para Fixed-Spread Loan - FSL (Empréstimo com Margem Fixa) baseada na Libor.
Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Relator: Senador ELISEU RESENDE
Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, a Comissão aprova o Parecer do Relator favorável nos termos do PRS apresentado. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 500, DE 2003 - TERMINATIVO
Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências.
Autoria: Senador CÉSAR BORGES
Relator: Senador VALDIR RAUPP
Parecer: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 01 e 02, de autoria dos Senadores Leonel Pavan e Álvaro Dias, respectivamente.
OBS: Em 18/09/07, foi concedida Vista ao Senador Romero Jucá que devolveu sem manifestação.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto com as Emendas nºs 01 e 02-CAE.

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 685, DE 1999 - NÃO TERMINATIVO
Altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que "Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências".
Autoria: CPI – SISTEMA FINANCEIRO

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 26, DE 2000 NÃO TERMINATIVO
Altera a redação do § 1º do artigo 6º da Lei 9.069, de 29 de junho de 1995, para definir que o Presidente do Banco Central comparecerá, pessoalmente, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, para fazer relato sobre a execução da programação monetária que se finda e a exposição e entrega da Programação Monetária Trimestral.
Autoria: Senador PAULO HARTUNG
Relator: Senador ROMERO JUCÁ
Parecer: Pela aprovação do PLS nº 26, de 2000, na forma do Substitutivo que apresenta e pela rejeição do PLS nº 685, de 1999.
OBS: - As Matérias já foram apreciadas pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos com Pareceres pela aprovação do PLS nº 26, de 2000, nos termos de um Substitutivo e pela rejeição do PLS nº 685, de 1999;
- Em 30/05/07, foi aprovado no Plenário do Senado Federal Requerimento solicitando reexame das Matérias pela Comissão de Assuntos Econômicos.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, DE 2006 - TERMINATIVO
Altera a redação do § 1º do art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição

do direito a voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos.
Autoria: Senador VALDIR RAUPP
Relator: Senador ADELMIR SANTANA
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: A Comissão aprova o Projeto.

EXTRA PAUTA

Item 1 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 202, DE 2007 - NÃO TERMINATIVA
Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 30,000,000.00 (trinta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destina-se ao financiamento do "Programa de Recuperação de Rodovias do Estado de São Paulo - 2ª Etapa".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Relator: Senador JAYME CAMPOS
Parecer: Favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta.
Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria.

FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTES REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 54/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja formulado convite ao Excelentíssimo Senhor Guilherme Cassel, Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário; ao Excelentíssimo Senhor Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; ao Sr. Eliseu Alves, Pesquisador da Embrapa, e a representantes da Confederação Nacional da Agricultura e do Incra, com o objetivo de, em audiência pública conjunta com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, instruir o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE.

REQUERIMENTO Nº 55/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005.
Autoria: Senador SIBÁ MACHADO

REQUERIMENTO Nº 56/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Assuntos Sociais para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 113, de 2005, com a presença do Sr. Márcio Pochmann, economista da Unicamp; de representante da Confederação Nacional do Comércio, CNC, do Conselho Federal de Farmácia, CFF; e da Federação Nacional dos Farmacêuticos, FENAFAR.
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 57/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, seja incluída, como Matéria constante da Extra Pauta da 36ª Reunião da Comissão, a Mensagem do Senado Federal nº 202, de 2007.
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE

REQUERIMENTO Nº 58/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, que na Audiência Pública a ser realizada com a finalidade de debater e analisar a evolução do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PMNO, em atendimento ao Requerimento nº 47/2007-CAE, seja convidado a participar também um representante do Ministério do Trabalho e Emprego.
Autoria: Senador OSMAR DIAS

REUNIÃO REALIZADA EM 27-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

1ª PARTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA A FIM DE INSTRUIR OS PROJETOS DE LEI DO SENADO Nºs 3 E 153, DE 2007, QUE "DISPÕE SOBRE AS SOCIEDADES COOPERATIVAS" E, AINDA, O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 82, DE 2006, QUE "MODIFICA O ART. 79 DA LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971 (INCLUINDO COMO ATO COOPERATIVO OS ATOS JURÍDICOS PRATICADOS PELAS COOPERATIVAS COM O MERCADO, QUANDO VINCULADOS AO SEU OBJETIVO SOCIAL)", EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 46/2007-CAE, DE AUTORIA DO SENADOR RENATO CASAGRANDE.
Resultado: Audiência Pública realizada com a presença do Sr. Ramon Gamoeda Belisário, Superintendente Técnico da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, (representando o Sr. Márcio Lopes de Freitas, Presidente da OCB); do Sr. José Paulo Crisóstomo Ferreira, Presidente da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – Unicafes; e do Sr. Gilson Alceu Bittencourt, representante do Ministério da Fazenda no Grupo de Trabalho Interministerial sobre Cooperativismo – GTI (representando o Sr. Luiz Carlos Bernardi, Assessor da Sub-Chefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil).

2ª PARTE

ITEM 1 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 203, DE 2007 - NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre a Prefeitura de Joinville, no Estado de Santa Catarina e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de até US$ 32,670,000.00 (trinta e dois milhões, seiscentos e setenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento do "Projeto de Revitalização Ambiental e Qualificação Urbana em Áreas das Bacias Elementares dos Rios Cachoeira, Cubatão e Piraí - Viva Cidade".

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador JAYME CAMPOS

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria.

ITEM 2 - MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 189, DE 2007 - NÃO TERMINATIVA

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 5,000,000.00 (cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao Programa de Assistência Técnica para a Reforma dos Sistemas Estaduais de Previdência (PARSEP II).

Autoria: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Relator: Senador ANTONIO CARLOS JÚNIOR

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator.

ITEM 3 - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 23, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO

Autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor total equivalente a até US$ 50,000,000.00 (cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Europeu de Investimento - BEI.

Autoria: COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Relator: Senador VALDIR RAUPP

Parecer: Pelo arquivamento do PRS nº 23, de 2007, e da Mensagem nº 64, de 2007.

OBS: - Em 24/04/07, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos Parecer à MSF nº 64/07 favorável nos termos do PRS nº 23/07;

- Em 23/10/07, foi aprovado no Plenário do Senado Federal Requerimento, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando reexame da Matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator, pelo arquivamento da Matéria.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 110, DE 2004 - TERMINATIVO

Altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira.

Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA

Relator: Senador ROMEU TUMA

Relator do Vencido: Senador EDUARDO SUPLICY

Parecer: Pela rejeição do Projeto.

OBS: Em 06/03/07, foi concedida Vista ao Senador Eduardo Suplicy, que devolveu com Voto em Separado concluindo pela aprovação do Projeto nos termos do Substitutivo que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Projeto nos termos do Substitutivo apresentado pelo Senador Eduardo Suplicy. De acordo com o art. 282 do R.I.S.F, a Matéria será submetida a Turno Suplementar de discussão por ter sido aprovado substitutivo integral.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO N° 213, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO

Acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.

Autoria: Senador ADELMIR SANTANA

Relator: Senador FLEXA RIBEIRO

Parecer: Favorável ao Projeto com a Emenda nº 01 que apresenta.

OBS: - A Matéria ainda será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com decisão terminativa;

- Em 18/09/2007, foi concedido Vista ao Senador Romero Jucá.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator com a Emenda nº 1-CAE.

FORAM APROVADOS, AINDA, OS SEGUINTES REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 59/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com a presença de representantes do Ministério do Trabalho e Emprego, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 314, de 2005, que "dispõe sobre o reajuste do valor do salário mínimo estipulado no art. 7º, IV, da Constituição Federal".

Autoria: Senador SIBÁ MACHADO

REQUERIMENTO Nº 60/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de discutir e esclarecer os motivos para o recente afastamento de quatro economistas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, tendo como convidados o Exmo. Sr. Roberto Mangabeira Unger, Ministro de Estado do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e o Sr. Márcio Pochmann, Presidente do IPEA.

Autoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO e outros Senhores Senadores

REQUERIMENTO Nº 61/2007-CAE, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, que "dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências", tendo como convidados o Exmo. Sr. Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações; o Sr. Daniel Pimentel Slavieiro, Presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – Abert; o Sr. Evandro Guimarães, Vice-Presidente de Relações Institucionais das Organizações Globo; o Sr. Fernando Dias, Presidente da Associação das Produtoras Independentes de Televisão – ABPITV; o Sr. Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel; o Sr. Manoel Rangel, Diretor-Presidente da Agência Nacional do Cinema – Ancine; o Sr. José Fernandes Pauletti, Presidente Executivo da Associação Brasileira de Concessionárias do Serviço Telefônico Fixo Comutado – Abrafix; o Sr. Ercio Alberto Zilli, Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares – Acel; o Sr. Luis Cuza, Presidente da Associação Brasileira das Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Competitivas – Telcomp; o Sr. João Carlos Saad, Presidente da Associação Brasileira de Radiodifusores – Abra; o Sr. Alexandre Annemberg, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA; e o Sr. Celso Augusto Schröder, Coordenador-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação – FNDC.

Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

REUNIÃO REALIZADA EM 7-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 64, DE 2007-CAS

"Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao requerimento nº 51/2007 – CAS, que seja convidado um representante do Conselho Nacional dos Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS, para participar de debate em reunião de Audiência Pública com o propósito de debater a integração dos serviços de saúde mantidos pelas instituições filantrópicas e sem fins lucrativos no Sistema Único de Saúde – SUS, com vistas à obtenção de subsídios para a atuação do Senado federal em relação à matéria".

Autores: Senadores AUGUSTO BOTELHO e PAPALÉO PAES

Resultado: Aprovado

ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 65, DE 2007-CAS

"Requeiro, nos termos do art.58, § 2º, II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II, e art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Audiência Pública para discutir a Consulta Pública nº 69, de 11 de julho de 2007, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, relativa à proposta de Resolução que dispõe sobre o Regulamento Técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias".

Autores: Senadores ADELMIR SANTANA e PAPALÉO PAES

Resultado: Aprovado

ITEM 3 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 516, DE 1999

"Altera os arts. 402 a 441 da Consolidação das Leis do Trabalho que dispõem sobre o trabalho do adolescente".

Autor: SF - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (SF) - Trabalho Infantil

Relator "ad hoc": Senador JAYME CAMPOS

Parecer: Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.

Resultado: Aprovado o Parecer.

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS PARA A LOA 2008

Projeto de Lei nº 30/2007 – CN

"Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008".

Relator: Senador SÉRGIO GUERRA

Resultado: Aprovadas 4 (quatro) Emendas de Apropriação e 1 (uma) Emenda de Remanejamento à LOA 2008.

EMENDAS DE APROPRIAÇÃO/ ACRÉSCIMO			
	EMENTA	ÓRGÃO	VALOR (em R$ 1,00)
1	Rede Sarah	Fundo Nacional de Saúde	R$ 250.000.000,00
2	Economia Solidária – Promoção do Desenvolvimento Local e da Economia Solidária por meio da atuação de Agentes de Desenvolvimento Solidário	Ministério do Trabalho e Emprego - MTE	R$ 100.000.000,00
3	Fiscalização para Erradicação do Trabalho Infantil	Ministério do Trabalho e Emprego – MTE	R$ 100.000.000,00
4	Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Básica	Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	R$ 250.000.000,00

EMENDA DE REMANEJAMENTO / ACRÉSCIMO			
	EMENTA	ÓRGÃO	VALOR (em R$ 1,00)
1	Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS	R$ 70.000.000

REUNIÃO REALIZADA EM 14-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - REQUERIMENTO Nº 66, DE 2007 - CAS

"Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, requeiro a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com vistas a tratar dos impactos e benefícios sociais do programa Social Desenvolvimento & Cidadania Petrobrás. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas às entidades representativas da relação anexa e outros a serem definidos pela própria Comissão:

Sr. Luís Fernando Nery – Gerente de Responsabilidade Social – PETROBRÁS

Sra. Marie-Pierre Poirier – Representante do UNICEF no Brasil

Sr. Roberto Laureano da Rocha – Movimento Nacional dos Catadores

Sr. Moacir Gadotti – Diretor geral do Instituto Paulo Freire"

Autor: Senador PAULO PAIM
Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 21-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 65, DE 2007 – CAS

Assunto: Discutir a Consulta Pública nº 69, de 11 de julho de 2007 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, relativa à proposta de Resolução que dispõe sobre o regulamento técnico de Boas Práticas Farmacêuticas em Farmácias e Drogarias.
Autores do Requerimento: Senador ADELMIR SANTANA e Senador PAPALÉO PAES
Participantes:
Sr. Sérgio Mena Barreto – Presidente Executivo da ABRAFARMA
Sr. Pedro Zidoi – Presidente da ABC FARMA
Sr. Cácito Augusto de Freitas Esteves – Representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC
Dr. Dirceu Raposo – Diretor Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

REUNIÃO REALIZADA EM 22-11-2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 66, de 2007 – CAS

Assunto: Tratar dos impactos e benefícios sociais do Programa Social Desenvolvimento & Cidadania - Petrobras.
Autoria do Requerimento: Senador Paulo Paim
Participantes:
Sr. Luis Fernando Nery – Gerente de Responsabilidade Social - Petrobras;
Sra. Lídia Colaço Pereira – Oficial de Alianças Corporativas da UNICEF;
Sr. Roberto Laureano da Rocha – Movimento Nacional dos Catadores;

Sra. Claudia Maria Jeunon Sousa – Assessora de Responsabilidade da FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro).
Sra. Salete Valesan Camba – Diretora de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire.

REUNIÃO REALIZADA EM 28-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2007
"Acrescenta o art. 462-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de descontos nos salários do empregado".
Autor: Senador CÉSAR BORGES
Relator: Senador GARIBALDI ALVES FILHO
Parecer: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto com a Emenda nº 01 – CAS.

ITEM 2 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 300, DE 2007
"Acrescenta dispositivos ao art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a extensão da licença-maternidade, nos casos em que especifica".
Autor: Senador EDUARDO AZEREDO
Relatora: Senadora ROSALBA CIARLINI
Parecer: Favorável ao Projeto, com três emendas que apresenta.
Resultado: Aprovado o Projeto com as Emendas nº 01, 02 e 03 – CAS.

ITEM 3 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 91, DE 2006
"Regulamenta a profissão de Ecólogo".
Autor: Deputado ANTONIO CARLOS MENDES THAME
Relator: Senador EDUARDO AZEREDO
Parecer: Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável.

ITEM 4 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 123, DE 2006
"Altera dispositivos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício profissional das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências, para instituir a representação federativa no Plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia".
Autor: Deputado EDSON EZEQUIEL
Relator: Senador INÁCIO ARRUDA
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável.

ITEM 5 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 2007
"Estabelece condições para a realização de procedimento de bronzeamento artificial".
Autor: Deputado SÉRGIO CARVALHO
Relatora: Senadora SERYS SLHESSARENKO
Parecer: Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável, nos termos da Emenda nº 01 – CAS (substitutivo).

ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 67, DE 2007-CAS
Requeiro, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Assuntos Sociais realize Audiência Pública no dia 12 de dezembro de 2007, em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por ocasião da III Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, para debater o tema da acessibilidade urbana. Na ocasião será abordada a temática do trânsito como a principal causa de deficiência entre os cidadãos brasileiros. Indico como convidados o Ministro das Cidades, o Ministro-Chefe da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e o Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONAD e também o Ministério da Saúde.
Autores: Senadores EDUARDO AZEREDO e FLÁVIO ARNS
Resultado: Aprovado

ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 68, DE 2007 –CAS
"De acordo com o que preceitua os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Assuntos Sociais, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para discutir o tema "A importância da Prevenção da Violência por meio de ações na Primeira Infância". Esta Audiência Pública está inserida na programação do 3º Fórum Senado Debate Brasil, que se realizará entre 28 e 29 de novembro do corrente, em cuja organização e apoio está inserida a participação desta Comissão.

Como expositor, sugerimos o nome do Professor Dr. Hubert Montagner, Diretor de Pesquisas no Instituto de Pesquisas Médicas, Neurofisiologista, Pesquisador no Laboratório de Psicologia, Psicopatologia do Desenvolvimento – Bordeaux, França, e um dos maiores especialistas do mundo na área de violência na infância".
Autoras: Senadoras PATRÍCIA SABOYA e ROSALBA CIARLINI
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 29-11-2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA ATENDENDO AOS REQUERIMENTOS NºS 68, DE 2007 – CAS E 48, DE 2007 – CE

Assunto: Discutir a importância da Prevenção da Violência por meio de ações na Primeira Infância.
Autoras do Requerimento: Senadora ROSALBA CIARLINI e Senadora PATRÍCIA SABOYA
Convidado: Dr. Huberto Montagner – Diretor de Pesquisas no Instituto de Pesquisas Médicas, Neurofisiologista, Pesquisador no Laboratório de Psicologia, Psicopatologia do Desenvolvimento – Bordeaux, França

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA - Atendendo ao RQS. Nº 63, DE 2007 – CAS
Assunto: "Debater questões emergenciais de saúde pública, em particular, o problema enfrentado pelos usuários de medicamento sem similar nacional, cuja importação encontra-se regulamentada pela Resolução nº 86, de 21 de setembro de 2000, notadamente, o medicamento MALIASIN, de prescrição neurológica".
Participantes:
Dr. Jorge Taveira Samaha – Coordenador de Pesquisas Clínicas, da Gerência-Geral de Medicamentos – ANVISA;
Dr. Ruy Coutinho – Representante dos usuários de medicamentos importados;
Dra. Nancy D'Arienzo – Representante da Trade Farma Importadora;
Dra. Mara Keller Sartori – Representante do Sistema Hospitalar – Hospital Erasto Gaertner; e
Dr. Murilo Buso – Médico Cancerologista do Centro de Oncologia e Hematologia de Brasília – CETTRO e do Centro de Tratamento Oncológico (CTO) do Hospital Universitário de Brasília – Representando a classe médica.

EXTRA-PAUTA

REQUERIMENTO Nº 05, DE 2007 – CASSAÚDE

Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAUDE), destinada a promover debate sobre as políticas públicas brasileiras relacionadas com a saúde músculo-esquelética e avaliar a situação da atenção prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos portadores de doenças e agravos à saúde que comprometem o sistema osteomuscular.

Deverão ser convidados os seguintes representantes de órgãos, entidades e setores empresariais, além de outros cuja participação seja considerada importante pelos membros da Cassaúde:

Representante da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde;

Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

Representante da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT);

Representante da Associação Médica Brasileira (AMB);

Representante dos fabricantes e distribuidores de material ortopédico.

Autor: Senador PAPALÉO PAES
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 27-11-2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA - Atendendo ao RQS. Nº 05, DE 2007 – CASSAUDE
Assunto: "promover debate sobre as políticas públicas brasileiras relacionadas com a saúde músculo-esquelética e avaliar a situação da atenção prestada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) aos portadores de doenças e agravos à saúde que comprometem o sistema osteomuscular".
Autoria do Requerimento: Senador PAPALÉO PAES.
Participantes:
Dr. Marcos Esner Musafir - Presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia – SBOT
Dr. José Luiz Gomes do Amaral - Presidente da Associação Médica Brasileira – AMB
Dr. Sérgio Alcântara Madeira – Vice-Presidente da Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Implantes – ABRAIDI
Dra. Maria Ângela de Avelar Nogueira - Assessora da Gerência de Tecnologia da Organização dos Serviços de Saúde da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA
Dr. José Edilberto Ramalho Leite- Coordenação-Geral de Alta Complexidade da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde – SAS
Resultado: Realizada

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 1º-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007 (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados)

"CPMF e DRU"

"Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Obs: À matéria foram oferecidas as Emendas nºs 1 e 2, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; as Emendas nºs 3 e 4, do Senador Valter Pereira; a Emenda nº 5, do Senador Osmar Dias; a Emenda nº 6, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi; as Emendas nº s 7, 8 e 9, do Senador Antonio Carlos Valadares; a Emenda nº 10, do Senador Álvaro Dias; e a Emenda nº 11, dos Senadores Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra.
Observação: Audiência Pública aprovada em 10/10/2007, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007.

COM A PRESENÇA DOS SEGUINTES CONVIDADOS:

GUIDO MANTEGA, Ministro da Fazenda;

PAULO BERNARDO, Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão;

JOSÉ GOMES TEMPORÃO, Ministro da Saúde.

JUSTIFICA A AUSÊNCIA, o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, PATRUS ANANIAS.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 7-11-2007 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - OFÍCIO "S" Nº 14, DE 2006 (Ofício Nº 00075, de 13/09/2006, na origem) - TERMINATIVO -

"Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia da legislação, do parecer do Ministério Público Federal, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, no habeas corpus nº 82959, cuja publicação ocorreu no Diário da Justiça de 1º de setembro de 2006, mediante o qual o Plenário desta Corte declarou a inconstitucionalidade do artigo 2º, § 1º, da Lei 8.072, de 25 de julho de 1990".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senador VALTER PEREIRA.
Parecer: Pela apresentação de Projeto de Resolução.
Resultado: Aprovado.

ITEM 2 - OFÍCIO "S" Nº 46, DE 1999 (Ofício Nº 00121, de 16/09/1999, na origem) - TERMINATIVO -

"Encaminha ao Senado Federal, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia dos acórdãos proferidos por aquela Corte, no Recurso Extraordinário nº 199.281-6, que declararam a inconstitucionalidade do art. 1º da Lei nº 11.152, de 30 de dezembro de 1991, na parte que alterou a redação dos arts. 7º e 27 e respectivos parágrafos da Lei nº 6.989, de 29 de dezembro de 1966, com a redação que lhes foi conferida pelas Leis nº 10.394, de 20 de novembro de 1987, nº 10.805, de 27 de dezembro de 1989, e nº 10.921, de 30 de dezembro de 1990, todas do Município de São Paulo, bem como cópia da referida legislação, do parecer da Procuradoria-Geral da República e da certidão de trânsito em julgado do acórdão (IPTU progressivo - violação do princípio da isonomia tributária)".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Parecer: Pelo arquivamento do Ofício "S".
Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício "S".

ITEM 3 - EMENDAS DE PLENÁRIO Nºs 25 a 36 oferecidas ao PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 150, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO -
"Dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências".
Autoria das Emendas de Plenário nºs 25, 26, 27, 28, 31, 33, 34, 35 e 36: Senador MARCONI PERILLO.
Autoria das Emendas de Plenário nºs 29, 30 e 32: Senador PEDRO SIMON.
Autoria do Projeto: Senadora SERYS SLHESSARENKO.
Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Parecer: Pela aprovação das Emendas nºs 26-PLEN e 27-PLEN, na forma das Subemendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 25-PLEN e 28-PLEN a 36-PLEN.
Obs: Durante a discussão da matéria, o Relator, Senador Aloizio Mercadante, sugere adequações redacionais na alínea b, inciso I, § 2º, do art. 2º, constante da Subemenda à Emenda nº 26, de Plenário.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável às Emendas nºs 26-PLEN e 27-PLEN, na forma das Subemendas-CCJ, e contrário às Emendas nºs 25-PLEN e 28-PLEN a 36-PLEN.

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 37, DE 2007 (PL. nº 04205, de 2001, na Câmara dos Deputados) - NÃO TERMINATIVO -
"Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prova, e dá outras providências".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senador MOZARILDO CAVALCANTI.
Parecer: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 12.
Obs.: - Em 29/08/2007, foram oferecidas as Emendas nºs 1 a 11, de autoria do Grupo de Trabalho, criado no âmbito da CCJ, destinado a tratar das proposições que versam sobre "Reforma Processual Penal", composto pelos seguintes membros: a senadora Ideli Salvatti e os Senadores Jefferson Peres, Mozarildo Cavalcanti, Pedro Simon e Romeu Tuma.
- Em 09/10/2007, foi oferecida a Emenda nº 12, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que recebeu Parecer contrário.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ, de iniciativa do Relator, e contrário às Emendas nºs 1 a 12.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 20, DE 2004 (PL. nº 00609, de 2003 na Câmara dos Deputados) - NÃO TERMINATIVO -
"Proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza ou semelhantes e altera as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 - Lei de Registros Públicos, e 8.935, de 18 de novembro de 1994".
Autoria: Deputado ELIMAR MÁXIMO DAMASCENO.
Relatoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Parecer: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 240, DE 2006 – COMPLEMENTAR - NÃO TERMINATIVO -
"Altera a Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, para que isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS) sejam concedidos por maioria qualificada".
Autoria: Senador FLEXA RIBEIRO.
Relatoria: Senador MARCONI PERILLO.
Parecer: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.
Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ

ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 251, DE 2007 - TERMINATIVO NA CAS
"Altera o art. 19 da Lei 7.998 de 11 de janeiro de 1990, para incluir entre as competências do CODEFAT a definição dos critérios para a utilização dos recursos do FAT a qualificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública".
Autoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS JUNIOR.
Parecer: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, do Senador Cristovam Buarque.
Obs: - Em 22/05/2007, foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Cristovam Buarque;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ.

ITEM 8 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 148, DE 2003 - TERMINATIVO -
"Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em condições de consumo imediato em postos de gasolina".
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Parecer: Pela aprovação do Projeto, com o acolhimento das Emendas nºs 1 e 2, na forma da Emenda que apresenta, e aprovação da Emenda nº 3.
Obs: À matéria, foram oferecidas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, e a Emenda nº 3, de autoria do Senador Marcelo Crivella;
Resultado: Aprovado o Projeto, com a Emenda nº 1-CCJ (correspondente às Emendas nºs 1 e 2 da Senadora Serys Slhessarenko) e com a Emenda nº 2-CCJ (correspondente à Emenda nº 3 do Senador Marcelo Crivella).

ITEM 9 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 84, DE 2007 (PL. nº 07204, de 2006, na Câmara dos Deputados) - NÃO TERMINATIVO -
"Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senador PEDRO SIMON.
Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e adequada técnica legislativa do Projeto.
Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Educação.
Resultado: Aprovado o Parecer pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e adequada técnica legislativa do Projeto.

ITEM 10 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 564, DE 2007 - TERMINATIVO -
"Altera dispositivos da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, e da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil, para dispor sobre a responsabilidade civil e a execução de dívidas de Partidos Políticos".
Autoria: Senador JARBAS VASCONCELOS.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Parecer: Pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 12-11-2007 – EXTRAORDINÁRIA (1ª REUNIÃO DO DIA)

ITEM ÚNICO – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007
(PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados)

"CPMF e DRU"

"Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Parecer: Pela constitucionalidade do art. 1º e inconstitucionalidade do art. 2º da Proposta, e, no mérito, pela rejeição da CPMF e aprovação da prorrogação da DRU, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 16.
Obs: - À matéria foram oferecidas as seguintes Emendas:
- Emendas nºs 1 e 2, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi;
- Emendas nºs 3 e 4, do Senador Valter Pereira;
- Emenda nº 5, do Senador Osmar Dias;
- Emenda nº 6, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi;
- Emendas nº s 7, 8 e 9, do Senador Antonio Carlos Valadares;
- Emenda nº 10, do Senador Álvaro Dias;
- Emenda nº 11, dos Senadores Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra;
- Emendas nºs 12, 13 e 14, de autoria dos Senadores José Nery e Paulo Paim;
- Emenda nº 15, de autoria do Senador Marcelo Crivella; e
- Emenda nº 16, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.
- Foram realizadas 3 Audiências Públicas para instruir a Proposta: a primeira, em 30-10-2007; a segunda, em 31-10-2007; e a terceira, em 01/11/2007, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, aprovado em 10/10/2007; e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007.
- Durante a presente Reunião, foram recebidos o Voto em Separado do Senador Romero Jucá, que conclui pela aprovação da Proposta e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 16; e o Voto em Separado do Senador Antonio Carlos Valadares, que conclui pela aprovação da Proposta e pela apresentação de Projeto de Lei que disciplina a redução progressiva da alíquota.
Resultado: Concedida vista coletiva, nos termos regimentais, até a Reunião Extraordinária convocada para o dia 13-11-2007.

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 – EXTRAORDINÁRIA (1ª REUNIÃO DO DIA)

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2008

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA CCJ AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2008 (PLOA/2008)

PROJETO DE LEI Nº 30/2007-CN que"Estima a Receita e Fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 2008"
Relatoria: Senador EDUARDO SUPLICY.
Resultado: São aprovadas as Emendas nºs 1-CCJ a 6-CCJ ao PL Nº 30, DE 2007-CN, "PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2008", conforme se segue:

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 – EXTRAORDINÁRIA (2ª REUNIÃO DO DIA)

ITEM ÚNICO - PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2007 - (PEC nº 50, de 2007, na Câmara dos Deputados) "CPMF e DRU"
"Prorroga os prazos previstos no caput dos arts. 76 e 84 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências".
Autoria: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
Relatoria: Senadora KÁTIA ABREU.
Parecer: Pela constitucionalidade do art. 1º e inconstitucionalidade do art. 2º da Proposta, e, no mérito, pela rejeição da CPMF e aprovação da prorrogação da DRU, com duas Emendas que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 16.
Obs: - À matéria foram oferecidas as seguintes Emendas:
- Emendas nºs 1 e 2, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi;
- Emendas nºs 3 e 4, do Senador Valter Pereira;
- Emenda nº 5, do Senador Osmar Dias;

- Emenda nº 6, dos Senadores Pedro Simon, Paulo Paim e Sérgio Zambiasi;
- Emendas nº s 7, 8 e 9, do Senador Antonio Carlos Valadares (retirada a Emenda nº 8, em 12/11/2007);
- Emenda nº 10, do Senador Álvaro Dias;
- Emenda nº 11, dos Senadores Eduardo Azeredo e Sérgio Guerra;
- Emendas nºs 12, 13 e 14, de autoria dos Senadores José Nery e Paulo Paim; e
- Emenda nº 15, de autoria do Senador Marcelo Crivella; e
- Emenda nº 16, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Foram realizadas 3 Audiências Públicas para instruir a Proposta: a primeira, em 30-10-2007; a segunda, em 31-10-2007; e a terceira, em 01/11/2007, conforme Requerimento nº 17, de 2007-CCJ, aprovado em 10/10/2007; e Requerimentos nºs 21 a 30, de 2007-CCJ, aprovados em 24/10/2007;

Em 12/11/2007, foi retirada a Emenda nº 8, e oferecida a Emenda nº 16, pelo Senador Antonio Carlos Valadares;

Em 12/11/2007, foram recebidos o Voto em Separado do Senador Romero Jucá, que conclui pela aprovação da Proposta e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 16; e o Voto em Separado do Senador Antonio Carlos Valadares que conclui pela aprovação da Proposta e pela apresentação de Projeto de Lei que disciplina a redução progressiva da alíquota;

Em 12/11/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

Durante a discussão da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares retira o Voto em Separado de sua autoria;

A Comissão rejeita o Requerimento nº 37, de 2007-CCJ, de autoria do Senador Marconi Perillo, que solicitava o adiamento da votação da matéria; é aprovado o Requerimento nº 38, de 2007-CCJ, do Senador Arthur Virgílio, de Destaque para Votação em Separado da Emenda nº 10, de autoria do Senador Álvaro Dias. Após Destacada, é rejeitada a Emenda nº 10.

Resultado: É rejeitado o Relatório da Senadora Kátia Abreu. A Presidência designa o Senador Romero Jucá Relator do Vencido. É aprovado o Voto em Separado do Senador Romero Jucá, que passa a Constituir o Parecer da CCJ, que conclui pela aprovação da Proposta, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 16.

REUNIÃO REALIZADA EM 14-11-2007 – ORDINÁRIA (1ª REUNIÃO DO DIA)

ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 196, DE 2007 (Mensagem nº 825, de 2007, na origem) - NÃO TERMINATIVO -

"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho".

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.

Parecer: Votação Secreta.

Obs: - Em 14-11-2007, foi apresentado e discutido o Relatório da Senadora Ideli Salvatti e concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.

- Na presente Reunião, é procedida a argüição do indicado, em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta Comissão.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor Jorge Mussi para compor o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos favoráveis.

ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 198, DE 2007 (Mensagem nº 826, de 2007, na origem) - NÃO TERMINATIVO -

"Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do parágrafo único 'in fine', do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor SIDNEI BENETI, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.

Parecer: Votação Secreta.

Obs: - Em 14-11-2007, foi apresentado e discutido o Relatório do Senador Aloizio Mercadante e concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.

- Na presente Reunião, é procedida a argüição do indicado, em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta Comissão.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome Doutor SIDNEI BENETI para compor o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos favoráveis.

REUNIÃO REALIZADA EM 14-11-2007 – EXTRAORDINÁRIA (2ª REUNIÃO DO DIA)

3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA INSTRUIR A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 1, DE 2003

(Tramitam em conjunto as PEC's nºs 1 e 23, de 2003; 51, de 2004; 11, 29 e 61 de 2005; e 12, de 2006)

"Altera o § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios".

Autoria: Senador MAGUITO VILELA e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 23, DE 2003

"Dá nova redação ao § 1º do artigo 100 da Constituição Federal, criando limite máximo para pagamento de obrigações relativas a precatórios judiciais".

Autoria: Senador EFRAIM MORAES e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2004

"Altera o artigo 100 da Constituição Federal, e dá outras providências. (Dispõe sobre Precatórios Judiciais)".

Autoria: Senador PEDRO SIMON e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 11, DE 2005

"Altera o art. 100 da CF para instituir limite máximo de comprometimento da receita da União, Estados, Distrito Federal e Municípios com o pagamento de precatórios judiciais".

Autoria: Senador JOSÉ MARANHÃO e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2005

"Dispõe sobre a preferência para maiores de 60 (sessenta) anos de idade no recebimento de precatórios".

Autoria: Senador SÉRGIO CABRAL e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2005

"Altera o § 3º do art. 100 da Constituição Federal para determinar que os pagamentos de obrigações devidas aos idosos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios".

Autoria: Senador PAULO PAIM e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

TRAMITA EM CONJUNTO COM A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2006

"Acrescenta o § 7º ao art. 100 da Constituição Federal e o art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios".

Autoria: Senador RENAN CALHEIROS e outros senhores Senadores.

Relatoria: Senador VALDIR RAUPP.

Obs: Foram realizadas duas Audiências Públicas para instruir a matéria: a 1ª em 13/12/2006, e a 2ª em 16/10/2007.

COM A PRESENÇA DOS SEGUINTES CONVIDADOS:

DR. JOÃO GUERINO, Prefeito de Colatina/ES, representante do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Dr. Paulo Ziulkoski;

DR. JOSÉ DE FILIPPI JUNIOR, Prefeito Municipal de Diadema/SP e Coordenador da Comissão de Precatórios das Prefeituras;

DR. VULMAR DE ARAÚJO COÊLHO JUNIOR, Juiz do TRT-RO; e

DR. LUIZ HENRIQUE SCHUCH, Secretário-Geral do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior e representante do Presidente do ANDES, Dr. Paulo Marcos Borges Rizzo.

JUSTIFICOU AUSÊNCIA o DR. ANDRÉ PUCCINELLI, Governador Estado do Mato Grosso do Sul.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA
EM 20-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 - MENSAGEM (SF) Nº 196, DE 2007 (Mensagem nº 825, de 2007, na origem) - NÃO TERMINATIVO -
"Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Doutor Jorge Mussi, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho".
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senadora IDELI SALVATTI.
Parecer: Votação Secreta.
Obs: - Em 14-11-2007, foi apresentado e discutido o Relatório da Senadora Ideli Salvatti e concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.

- Na presente Reunião, é procedida a argüição do indicado, em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta Comissão.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Doutor Jorge Mussi para compor o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos favoráveis.

ITEM 2 - MENSAGEM (SF) Nº 198, DE 2007 (Mensagem nº 826, de 2007, na origem) - NÃO TERMINATIVO -
"Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do parágrafo único 'in fine', do art. 104 da Constituição Federal, o nome do Doutor SIDNEI BENETI, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Desembargadores dos Tribunais de Justiça, decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Carlos Alberto Menezes Direito".
Autoria: Presidência da República.
Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Parecer: Votação Secreta.
Obs: - Em 14-11-2007, foi apresentado e discutido o Relatório do Senador Aloizio Mercadante e concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão.

- Na presente Reunião, é procedida a argüição do indicado, em cumprimento à alínea "b" do art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito desta Comissão.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome Doutor SIDNEI BENETI para compor o Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com vinte e dois (22) votos favoráveis.

REUNIÃO REALIZADA
EM 21-11-2007 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - OFÍCIO "S" Nº 101, DE 1997 (Ofício Nº 205/P-MC, de 10/11/1997, na origem) - TERMINATIVO -
"Encaminha ao Senado Federal, cópia da Resolução nº 271, de 1989, do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região e do Parecer da Procuradoria-Geral da República, bem assim da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do mandado de segurança nº 21055, que declarou a inconstitucionalidade da referida Resolução".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senador MAGNO MALTA.
Relatoria "ad hoc": Senador JEFFERSON PÉRES.
Parecer: Pelo arquivamento do Ofício "S".
Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício "S".

ITEM 2 - OFÍCIO "S" Nº 39, DE 2001 (Ofício Nº 00110, de 16/10/2001, na origem) - TERMINATIVO
"Encaminha ao Senado Federal cópia da Lei Complementar nº 467, de 2 de julho de 1986, do Estado de São Paulo, do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos do Recurso Extraordinário nº 174184, que declarou a inconstitucionalidade do artigo 25 e parágrafo único da referida lei estadual (reajuste de vencimentos, remuneração, salários, proventos e pensões dos servidores estaduais pela variação do IPC)".
Autoria: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
Relatoria: Senador ALOIZIO MERCADANTE.
Parecer: Pelo arquivamento do Ofício "S".
Resultado: Aprovado o Parecer pelo arquivamento do Ofício "S".

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2007 (PL. nº 02800, de 2003, na Câmara dos Deputados) - NÃO TERMINATIVO -
"Altera os arts. 3º e 8º da Lei nº 9.264, de 7 de fevereiro de 1996 (Dispõe sobre a reorganização da carreira dos Policiais Civis do Distrito Federal)".
Autoria: Deputado JOSÉ ROBERTO ARRUDA.

Relatoria: Senador ADELMIR SANTANA.
Parecer: Pela aprovação do Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta.
Obs: - Em 14-11-2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;
- A matéria será apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 574, DE 2007 - TERMINATIVO -
"Introduz § 3º ao art. 801 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil (Dispõe sobre modificação de apólice coletiva de seguros)".
Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI.
Relatoria: Senador PEDRO SIMON.
Relatoria "ad hoc": Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto.

REUNIÃO REALIZADA EM 28-11-2007 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - PARECER DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR SOBRE A REPRESENTAÇÃO (SF) Nº 003, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
"Requer a instauração de processo por suposta quebra de decoro parlamentar do Senador Renan Calheiros".
Autoria: DEMOCRATAS – DEM e PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA – PSDB.
Relatoria: Senador ARTHUR VIRGÍLIO.
Parecer: Pela inexistência de quaisquer vícios de constitucionalidade, legalidade ou juridicidade no Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal.
Obs: O Parecer será submetido à apreciação desta Comissão, para exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico nos termos do inciso V, do artigo 15, da Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993, que "Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar".
Resultado: Aprovado o Parecer da CCJ que conclui pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do Parecer do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar sobre a Representação (SF) nº 3 de 2007.

ITEM 2 - EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 38, DE 2004
"Altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar".
Autoria da Emenda nº 2 - PLEN: Senador ALMEIDA LIMA e outros Srs. Senadores.
Autoria da Proposta: Senador SÉRGIO CABRAL e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES.
Parecer: Pela rejeição da Emenda nº 2, de Plenário.
Obs: Em 06/09/2006, foi aprovado o Parecer favorável à Proposta, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).
Resultado: Aprovado o Parecer contrário à Emenda nº 2, de Plenário.

ITEM 3 - EMENDA DE PLENÁRIO Nº 1 oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2006
"Inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar".
Autoria da Emenda nº 1 - PLEN: Senador ALMEIDA LIMA e outros Srs. Senadores.
Autoria da Proposta: Senador PAULO PAIM e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Relatoria "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação parcial da Emenda nº 1, de Plenário, nos termos da Subemenda que apresenta.
Obs: - Em 19/09/2007, foi aprovado o Parecer favorável à Proposta;
- Durante a discussão da matéria, o Senador Antonio Carlos Valadares oferece sugestão para substituir a expressão "voto aberto" por "voto ostensivo", acolhida pelo Relator.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 1, de Plenário, nos termos da Subemenda-CCJ.

ITEM 4 - EMENDA DE PLENÁRIO Nº 2 oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2007
"Altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (Determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores)".
Autoria da Emenda nº 2 - PLEN: Senador ALMEIDA LIMA e outros Srs. Senadores.
Autoria da Proposta: Senador ALVARO DIAS e outros Senhores Senadores.
Relatoria: Senador TASSO JEREISSATI.
Relatoria "ad hoc": Senador FLEXA RIBEIRO.
Parecer: Pela aprovação parcial da Emenda nº 2, de Plenário, nos termos as Subemenda que apresenta.
Obs: - Em 19/09/2007, foi aprovado o Parecer favorável à Proposta, com a Emenda nº 1-CCJ ;

- Durante a discussão da matéria, o Senador Antonio Carlos Júnior oferece sugestão para substituir a expressão "voto aberto" por "voto ostensivo", acolhida pelo Relator.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 2, de Plenário, nos termos da Subemenda-CCJ.

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 188, DE 2007 - TERMINATIVO NA CE
"Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos".
Autoria: Senadores EDUARDO AZEREDO e FLÁVIO ARNS.
Relatoria: Senador DEMÓSTENES TORRES.
Parecer: Pela aprovação do Projeto com três Emendas que apresenta.
Obs: A matéria será apreciada pela Comissão de Educação, em decisão terminativa.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nºs 1-CCJ a 3-CCJ.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 06-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 160, DE 2007
"DISPÕE SOBRE A ISENÇÃO DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) INCIDENTE EM PRODUTOS ESCOLARES E ESTABELECE ALÍQUOTA ZERO NA CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP E NA CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS) SOBRE A IMPORTAÇÃO E AS RECEITAS DECORRENTES DA VENDA DESSES PRODUTOS".
AUTORIA: SENADOR JOSÉ AGRIPINO
RELATORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE
PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA
OBS.1: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 22/08/07
OBS.2: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2007
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE TURISMO DO ARAGUAIA, NO ESTADO DO TOCANTINS".
AUTORIA: SENADORA KÁTIA ABREU
RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 02/10/07 E 23/10/07
RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 252, DE 2007
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE OURO PRETO DO OESTE, NO ESTADO DE RONDÔNIA".
AUTORIA: SENADOR EXPEDITO JÚNIOR
RELATORIA: SENADOR VALDIR RAUPP
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DAS REUNIÕES DOS DIAS 04/09/07 E 02/10/07
RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 099, DE 2007
"INSTITUI O DIA DO PESCADOR AMADOR".
AUTORIA: SENADOR MÁRIO COUTO
RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 020, DE 2007
"DENOMINA "CAMPUS UNIVERSITÁRIO SENADOR LAURO CAMPOS" A SEDE DA UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO - UNILEGIS, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL".
AUTORIA: SENADOR TIÃO VIANA
RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: FAVORÁVEL, COM A EMENDA OFERECIDA
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 04/09/07
RESULTADO: APROVADO

ITEM 06 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 050, DE 2007
"INSTITUI O DIA NACIONAL DO AGENTE MARÍTIMO".
AUTORIA: DEPUTADO LEONARDO PICCIANI
RELATORIA: SENADOR PAULO DUQUE
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 23/10/07
RESULTADO: APROVADO

ITEM 07 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 049 – CE, DE 2007
"REQUEIRO NOS TERMOS DO ART. 90, INCISOS I, II, V, IX E XII, COMBINADO COM O ART. 93, INCISO I, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA

E ESPORTE, COM A FINALIDADE DE INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 403, DE 2005 QUE "ESTABELECE REGRAS PARA A PRÁTICA DE ESPORTES RADICAIS OU DE AVENTURA NO PAÍS", SENDO A PRIMEIRA COM OS SEGUINTES CONVIDADOS: 1. REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO TURISMO; 2. REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DO ESPORTE; 3. REPRESENTANTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO SURF - CBS; 4. REPRESENTANTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE PÁRA-QUEDISMO – CBPQ; E 5. REPRESENTANTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE MONTANHISMO E ESCALA – CBME".

AUTORIA: SENADORES RAIMUNDO COLOMBO E WELLINGTON SALGADO

RESULTADO: APROVADO

ITEM 08 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 050 – CE, DE 2007

"NOS TERMOS DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SUGERINDO COMO CONVIDADOS O MINISTRO DOS ESPORTES, SR. ORLANDO SILVA E O PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL – CBF, SR. RICARDO TEIXEIRA. O OBJETIVO É EXPOR SOBRE A COPA DO MUNDO 2014, COM RELAÇÃO A: ORGANIZAÇÃO, CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS ESTADOS E CIDADES ONDE DEVERÃO REALIZAR-SE AS COMPETIÇÕES; PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EM SUAS VÁRIAS INSTÂNCIAS, EM COLABORAÇÃO AO COMITÊ QUE PROPÕE A CANDIDATURA DO BRASIL, BEM COMO DO PROCESSO DE REALIZAÇÃO DA MENCIONADA COPA".

AUTORIA: SENADORES IDELI SALVATTI, CRISTOVAM BUARQUE, LEOMAR QUINTANILHA E ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 177, DE 2002

(TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS 052/03)

"ALTERA A LEI Nº 7998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990, COM VISTAS A ESTABELECER QUE O FAT FINANCIE ESTÁGIO REMUNERADO EM EMPRESAS E UNIVERSIDADES".

AUTORIA: SENADOR JOSÉ AGRIPINO

RELATORIA: SENADOR RAIMUNDO COLOMBO

PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS NºS 01, 02 E 03 – CAE/CE E NºS 04 E 05 – CE OFERECIDAS, E PELA PREJUDICIALIDADE DO PLS 052/03 QUE TRAMITA EM CONJUNTO

RESULTADO: APROVADO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 052, DE 2003 (TRAMITANDO EM CONJUNTO COM O PLS 177/02)

"ALTERA O ARTIGO 2º DA LEI Nº 7998, DE 11 DE JANEIRO DE 1990, VISANDO ESTABELECER A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO FAT PARA FINANCIAMENTO, POR INTERMÉDIO DE SINDICATO DE TRABALHADORES, DE CURSO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO".

AUTORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

RELATORIA: SENADOR RAIMUNDO COLOMBO

PARECER: PELA PREJUDICIALIDADE E FAVORÁVEL AO PLS 177/02 COM AS EMENDAS NºS 01, 02 E 03 – CAE/CE E NºS 04 E 05 – CE OFERECIDAS, QUE TRAMITA EM CONJUNTO

RESULTADO: PREJUDICADO

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 050 – CE, DE 2007

"REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A INCLUSÃO DO NOME DO SENHOR EDSON ARANTES DO NASCIMENTO, PELÉ, PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, APROVADA NA REUNIÃO DO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2007,DESTINADA A EXPOR SOBRE A COPA DO MUNDO 2014, COM RELAÇÃO A: ORGANIZAÇÃO, CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS ESTADOS E CIDADES ONDE DEVERÃO REALIZAR-SE AS COMPETIÇÕES; PARTICIPAÇÃO DO PODER PÚBLICO, EM SUAS VÁRIAS INSTÂNCIAS, EM COLABORAÇÃO AO COMITÊ QUE PROPÕE A CANDIDATURA DO BRASIL, BEM COMO DO PROCESSO DE REALIZAÇÃO DA MENCIONADA COPA".

AUTORIA: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES

RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 051 – CE, DE 2007

"COM BASE NOS ARTS. 90, II, E 93, II, AMBOS DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA NA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, COM A PRESENÇA DE REPRESENTANTES DAS TRÊS ESCOLAS QUE OBTIVERAM MELHOR CLASSIFICAÇÃO NO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO (ENEM) EM 2006: INSTITUTO DOM BARRETO, DO PIAUÍ; COLÉGIO VÉRTICE, DE SÃO PAULO E COLÉGIO SANTO AGOSTINHO, DO RIO DE JANEIRO. NA AUDIÊNCIA PÚBLICA, OS RESPECTIVOS REPRESENTANTES SERÃO CONVIDADOS A EXPOR AS ESTRATÉGIAS QUE GARANTIRAM O BOM DESEMPENHO DAS SUAS ESCOLAS NO ENEM, BEM

COMO A DISCUTIR MEDIDAS PARA A ELEVAÇÃO DA QUALIDADE DE ENSINO NO BRASIL".
AUTORIA: SENADORES MÃO SANTA E PAULO DUQUE
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 07-11-2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNCAÇÃO SOCIAL

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 059 DE 2003, QUE "REGULAMENTA O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 221, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE À REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E JORNALÍSTICA E À PRODUÇÃO INDEPENDENTE NAS EMISSORAS DE RÁDIO E TV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI E RAIMUNDO COLOMBO
AUTORIA DO PLC Nº 059/03: DEPUTADA JANDIRA FEGHALI
RELATORIA DO PLC Nº 059/03: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
CONVIDADOS
CÍCERO ARAGON, Presidente da Fundação Cinema – FUNDACINE – R.S.; MÁRCIO NOVAES, Diretor Corporativo da Rede Record – Rádio e Televisão Record S/A; MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO, Assessor de Relações Institucionais da Fundação Padre Anchieta – TV Cultura – S.P.; JANDIRA FEGHALI, Secretária Municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – Niterói/R.J.

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA - REALIZADA

ASSUNTO: OS DIREITOS AUTORAIS NAS ÁREAS DE CINEMA E MÚSICA, BEM COMO O PAPEL DESEMPENHADO PELO ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (ECAD).
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES RAIMUNDO COLOMBO, FLÁVIO ARNS E FLEXA RIBEIRO
CONVIDADOS
GLÓRIA CRISTINA BRAGA, Superintendente Executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais – ECAD.; NEHEMIAS GUEIROS JÚNIOR, Advogado – Especialista em Direito Autoral; MARIA CECÍLIA GARRETA PRATS, Diretora da Associação Brasileira de Direito Autoral - ABDA; RICARDO DIFINI LEITE, Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas - FENEEC.

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

FORAM APROVADAS QUATRO EMENDAS AO ORÇAMENTO 2008:

EMENDA 01 – EDUCAÇÃO - "APOIO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA"
AUTORIA: SENADORES MARCONI PERILLO, PAULO PAIM, CRISTOVAM BUARQUE, LÚCIA VÂNIA, PATRÍCIA SABOYA, ROMERO JUCÁ, FLEXA RIBEIRO E MARISA SERRANO
VALOR: R$ 800.000.000,00
RESULTADO: APROVADA

EMENDA 02 – EDUCAÇÃO - "FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL"
AUTORIA: SENADORES PAULO PAIM E LÚCIA VÂNIA
VALOR: R$ 300.000.000,00
RESULTADO: APROVADA

EMENDA 03 – ESPORTE - "IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA PARA O DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE EDUCACIONAL"
AUTORIA: SENADORES FLÁVIO ARNS, INÁCIO ARRUDA, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ, LÚCIA VÂNIA, VALTER PEREIRA, CRISTOVAM BUARQUE E FLEXA RIBEIRO
VALOR: R$ 500.000.000,00
RESULTADO: APROVADA

EMENDA 04 – CULTURA - "CAPACITAÇÃO DE ARTISTAS, TÉCNICOS E PRODUTORES DE ARTE E CULTURA"
AUTORIA: SENADORES FRANCISCO DORNELLES, CRISTOVAM BUARQUE E MARISA SERRANO
VALOR: R$ 400.000.000,00
RESULTADO: APROVADA

REUNIÃO REALIZADA EM 20-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, DE 2007
"INSTITUI O ANO DE 2007 COMO "ANO DO CINQÜENTENÁRIO DOS PAINÉIS GUERRA E PAZ, DE CANDIDO PORTINARI, INSTALADOS NA SEDE DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS" - ONU, EM 6 DE SETEMBRO DE 1957."
AUTORIA: SENADOR INÁCIO ARRUDA

RELATORIA: SENADORA IDELI SALVATTI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO O PROJETO

ITEM 02 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 291, DE 2007
"DISPÕE SOBRE A UNIVERSIDADE FEDERAL DO GURGUÉIA, UFG, A PARTIR DO DESMEMBRAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
AUTORIA: SENADOR JOÃO VICENTE CLAUDINO
RELATORIA: SENADOR MÃO SANTA
PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS
OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS
RESULTADO: APROVADO O PROJETO COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CE

ITEM 03 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2007
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A UNIVERSIDADE FEDERAL CORA CORALINA NO MUNICÍPIO DE GOIÁS-GO, POR DESMEMBRAMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS".
AUTORIA: SENADOR MARCONI PERILLO
RELATORIA: SENADORA LÚCIA VÂNIA
PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS
OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS
RESULTADO: APROVADO O PROJETO COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CE

ITEM 04 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 448, DE 2007
"DISPÕE SOBRE AUXÍLIO FINANCEIRO DA UNIÃO AOS INSTITUTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS".
AUTORIA: SENADOR PEDRO SIMON
RELATORIA: SENADOR MARCO MACIEL
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
RESULTADO: APROVADO O PARECER FAVORÁVEL

ITEM 05 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 333, DE 2006
"ALTERA O § 1º DO ART. 1º DA LEI Nº 6.494, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1977, MODIFICADA PELO ART. 6º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2164-41, DE 24 DE AGOSTO DE 2001, PARA RESTRINGIR O ACESSO A ESTÁGIO A ESTUDANTES QUE FREQÜENTEM CURSOS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR, DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL OU ESCOLAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL".
AUTORIA: SENADOR CÉSAR BORGES
RELATORIA: SENADOR RAIMUNDO COLOMBO
PARECER: PELA PREJUDICIALIDADE
RESULTADO: APROVADA A DECLARAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE (ART. 334 – RISF)

ITEM 06 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 407, DE 2007
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, NO ESTADO DE RONDÔNIA".
AUTORIA: SENADOR VALDIR RAUPP
RELATORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE
PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS
OBS.: SERÃO REALIZADAS DUAS VOTAÇÕES NOMINAIS, UMA PARA O PROJETO E OUTRA PARA AS EMENDAS
RESULTADO: APROVADO O PROJETO COM AS EMENDAS NºS 1 E 2-CE

ITEM 07 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 084, DE 2007
"INSTITUI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
RELATORIA: SENADOR PAULO PAIM
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO O PARECER FAVORÁVEL
OBS.: APROVADO REQUERIMENTO DE URGÊNCIA PARA O PROJETO (ITEM 01–EXTRA PAUTA)

ITEM 08 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 024, DE 2007
"INSTITUI A FRENTE PARLAMENTAR EM DEFESA DO ENSINO PROFISSIONALIZANTE".
AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM
RELATORIA AD HOC: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PARECER: FAVORÁVEL
OBS.: A MATÉRIA CONSTOU NA PAUTA DA REUNIÃO DO DIA 06/11/07
RESULTADO: APROVADO O PARECER FAVORÁVEL

ITEM 08 – TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 451, DE 2007
"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ANÁPOLIS, NO ESTADO DE GOIÁS".
AUTORIA: SENADOR MARCONI PERILLO

RELATORIA AD HOC: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO O PROJETO

ITEM 09 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 069, DE 2007
"CONSIDERA O MUNICÍPIO DE IGUAPE, LOCALIZADO NO ESTADO DE SÃO PAULO, O BERÇO DA COLONIZAÇÃO JAPONESA NO BRASIL".
AUTORIA: DEPUTADO ARNALDO MADEIRA
RELATORIA AD HOC: SENADOR CÍCERO LUCENA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO O PARECER FAVORÁVEL

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO DE URGÊNCIA Nº 052/07 - CE
"NOS TERMOS DO ARTIGO 336, INCISO II, COMBINADO COM O ARTIGO 338, INCISO IV, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUER URGÊNCIA, PARA O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 084, DE 2007, QUE "INSTITUI A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
AUTORIA: SENADOR PAULO PAIM
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 053/07 - CE
"DE ACORDO COM O QUE PRECEITUA O ART. 58, § 2º, II E V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM OS ARTS. 90, II E V, E 93, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO, PARA DEBATER A QUESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO LIVRO DIDÁTICO E A OCORRÊNCIA DE IDEOLOGIZAÇÕES NOS TEXTOS DESTINADOS À FORMAÇÃO DA CRIANÇA E DO JOVEM NAS ESCOLAS, CONVIDANDO OS SETORES ENVOLVIDOS NA DISCUSSÃO DO TEMA, E EM ESPECIAL AS AUTORIDADES ABAIXO RELACIONADAS. DEVERÃO SER CONVIDADOS PARA A EXPOSIÇÃO AS AUTORIDADES, OS ESPECIALISTAS E OS REPRESENTANTES DE ENTIDADES NOMINADAS A SEGUIR: 1. SÔNIA SCHWARTS COELHO, COORDENADORA-GERAL DOS PROGRAMAS DO LIVRO, DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE); 2. LÚCIA HELENA LOLI, DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE ENSINO MÉDIO DO MEC; 3. FÚLVIA MARIA DE BARROS MOTT ROSEMBERG, PESQUISADORA SÊNIOR DA FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS E ESPECIALISTA; EM IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA.; 4. REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTORES DE LIVROS EDUCATIVOS (ABRALE); 5. CLÁUDIO DE MOURA CASTRO, MESTRE PELA UNIVERSIDADE YALE E ARTICULISTA DA REVISTA VEJA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO; 6. ALI KAMEL, JORNALISTA – JORNAL O GLOBO E 7-REPRESENTANTE DOS AUTORES DE LIVROS DIDÁTICOS".
AUTORIA: SENADOR GERSON CAMATA
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 21-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: PROGRAMA "EDUCAÇÃO PARA A NOVA INDÚSTRIA"
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORA MARISA SERRANO
CONVIDADO: DEP. FED. ARMANDO MONTEIRO - PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 27-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA
ASSUNTO: VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE

CONVIDADOS:
MIRIAM ABRAMOVAY, Secretária Executiva do Observatório Ibero-Americano de Violência nas Escolas e Diretora de Pesquisa do Instituto de Estudos Avançados para as Américas - Organização dos Estados Americanos - OEA
SANDRA MARIA COLI FÉRRER, Psicóloga Clínica e Organizacional e Especialista em Análise Clínica do Comportamento Humano
ADRIANA COSTA DE MIRANDA, Professora e Pesquisadora da Universidade Estadual de Roraima – UERR
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 29-11-2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ATENDENDO AOS REQUERIMENTOS NºS 68, DE 2007 – CAS E 48, DE 2007 – CE
Assunto: Discutir a importância da Prevenção da Violência por meio de ações na Primeira Infância.
Autoras do Requerimento: Senadora ROSALBA CIARLINI e Senadora PATRÍCIA SABOYA
Convidado: Dr. Huberto Montagner – Diretor de Pesquisas no Instituto de Pesquisas Médicas, Neurofisiologista, Pesquisador no Laboratório de Psicologia, Psicopatologia do Desenvolvimento – Bordeaux, França

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CE

REUNIÃO REALIZADA EM 07-11-2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 059 DE 2003, QUE "REGULAMENTA O DISPOSTO NO INCISO III, DO ARTIGO 221, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, REFERENTE À REGIONALIZAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL, ARTÍSTICA E JORNALÍSTICA E À PRODUÇÃO INDEPENDENTE NAS EMISSORAS DE RÁDIO E TV E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES INÁCIO ARRUDA, IDELI SALVATTI E RAIMUNDO COLOMBO
AUTORIA DO PLC Nº 059/03: DEPUTADA JANDIRA FEGHALI
RELATORIA DO PLC Nº 059/03: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI

CONVIDADOS
CÍCERO ARAGON, Presidente da Fundação Cinema – FUNDACINE – R.S.
MÁRCIO NOVAES, Diretor Corporativo da Rede Record – Rádio e Televisão Record S/A
MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO, Assessor de Relações Institucionais da Fundação Padre Anchieta – TV Cultura – S.P.
JANDIRA FEGHALI, Secretária Municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – Niterói/R.J.

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ASSUNTO: OS DIREITOS AUTORAIS NAS ÁREAS DE CINEMA E MÚSICA, BEM COMO O PAPEL DESEMPENHADO PELO ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO (ECAD).
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADORES RAIMUNDO COLOMBO, FLÁVIO ARNS E FLEXA RIBEIRO

CONVIDADOS
GLÓRIA CRISTINA BRAGA, Superintendente Executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais – ECAD
NEHEMIAS GUEIROS JÚNIOR, Advogado – Especialista em Direito Autoral
MARIA CECÍLIA GARRETA PRATS, Diretora da Associação Brasileira de Direito Autoral - ABDA
RICARDO DIFINI LEITE, Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas - FENEEC

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA.

REUNIÃO REALIZADA EM 06-11-2007 - ORDINÁRIA

ITEM 01 - REQUERIMENTO Nº 41, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Solicita sejam convidados o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, o presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite - Leite Brasil -, Jorge Rubez, o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita Wada e o Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Leonardo Bessa a comparecerem em audiência a ser realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prestarem esclarecimentos sobre as recentes e alarmantes notícias referentes à contaminação de leite por produtos nocivos à saúde e segurança dos consumidores, tais como água oxigenada e soda cáustica.
Autoria: Senador RENATO CASAGRANDE
Resultado: Aprovado

ITEM 03 - AVISO Nº 17, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Aviso no 17, de 2007 (no 814-Seses-TCU-Plenário, na origem), por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão no 1070/2007-TCU-Plenário, proferido no processo TC-675.137/1998-5, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram a deliberação
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relator "ad hoc": Senador RENATO CASAGRANDE

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado: Aprovado

ITEM 03 - AVISO Nº 92, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1.953, de 2007 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Anexos 1, 2 e 3, Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditorias realizadas em obras públicas, no exercício de 2007, objetivando a prestação de informações ao Congresso Nacional (TC - 006.236/2007-4).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relator "ad hoc": Senador GERALDO MESQUITA
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 07-11-2007 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA E AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Realização de Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 73 da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 01/11/2007, do Requerimento - CRA, de autoria do Senador Neuto de Conto e do Requerimento – CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, a serem apreciados, com a finalidade de analisar e discutir as notícias referentes à contaminação de leite por produtos nocivos a saúde, tais como água oxigenada e soda cáustica.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:
Reinhold Stephanes - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
Rodrigo Sant'Anna Alvim - Representando Jorge Rubez – Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite - Leite Brasil;
Ricardo Morishita Wada - Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça;
Maria Cecília Martins Brito - Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, representando Dirceu Raposo de Melo – Presidente da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
Nelmon Oliveira da Costa - Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 - ORDINÁRIA

RESULTADO: FORAM APROVADAS QUATRO EMENDAS APROVADAS PELA COMISSÃO AO PL Nº 30/2007-CN, ORÇAMENTO 2008:

TIPO	UNIDADE ORÇAM.	OBJETO	VALOR R$
APROP.	ANA	PROÁGUA – GESTÃO	100.000.000
APROP.	MMA	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	50.000.000
APROP.	MMA	GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	320.700.000
APROP.	TCU	FISCALIZAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS	184.452.687

REUNIÃO REALIZADA EM 20-11-2007 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 43, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Nos termos regimentais, requer seja realizada nesta Comissão audiência pública para tratar sobre a criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos pelo Decreto s/nº de 21 de junho de 2006, e os problemas causados as 186 famílias de agricultores que residem na área desde o ano 2003, com os seguintes convidados: Dr. João Paulo Capobianco, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Sr. Albertino Marques da Silva, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Machadinho do Oeste.
Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR
Resultado: Aprovado

ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 42, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Requerem, nos termos do art. 93, I e II, do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, com a convocação do Ministro da Defesa e com a participação, como convidados, dos Presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO, da TAM Linhas Aéreas S.A., da Gol Transportes Aéreos S.A. e da nova Varig, VRG Linhas Aéreas S.A., a fim de averiguar e ouvir explicações acerca dos constantes atrasos e cancelamentos de vôos domésticos e internacionais nos aeroportos brasileiros.
Autoria: Senadora MARISA SERRANO e Senadores MARCONI PERILLO, ARTHUR VIRGÍLIO e JONAS PINHEIRO.
Resultado: Aprovado

ITEM 3 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 007 - NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas.
Autoria: Senador MARCELO CRIVELLA
Relator: Senador JONAS PINHEIRO
Parecer: Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta
Obs: Matéria será apreciada nas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo à última a decisão terminativa.
Resultado: Aprovado

ITEM 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Altera a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico", para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais.
Autoria: Senador MARCONI PERILLO
Relator "ad hoc": Senador JONAS PINHEIRO
Parecer: Pela aprovação do projeto
Obs: Matéria terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 27-11-2007 - ORDINÁRIA

ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 44, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).
Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO
Resultado: Aprovado com inclusão de informações ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 45, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).
Autoria: Senador AUGUSTO BOTELHO
Resultado: Aprovado com inclusão de informações ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

ITEM 3 - AVISO Nº 90, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1.827/2007-TCU-Plenário, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes aos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2007, encaminhados pelos titulares dos Poderes e órgãos da esfera federal, conforme preceitua a Lei da Responsabilidade Fiscal e a Lei de Crimes Fiscais (TC 015.711/2007-6).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relator "ad hoc": Senador RENATO CASAGRANDE
Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo
Resultado: Aprovado

ITEM 4 - AVISO Nº 84, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 2021/2007 de 2007 - TCU 2ª Câmara, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, sobre Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento a determinação constante do subitem 9.3.6 do Acordão nº 2.261/2005-TCU-Plenário (fl.4), em razão de irregularidades na prestação de contas do Convênio CRT/RS/8.009/1999 (TC 004.479/2006-0).
Autoria: Tribunal de Contas da União
Relator "ad hoc": Senador SIBÁ MACHADO
Parecer: Pelo conhecimento da matéria, encaminhamento de cópia do Acórdão à "CPI das ONGs" e remessa do processado ao arquivo
Resultado: Aprovado

ITEM 5 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO
Determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
Autoria: Deputado JOÃO HERMANN NETO
Relator: Senador FLÁVIO ARNS
Parecer: Pela aprovação do projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta.
Resultado: Aprovado

ITEM 6 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 504, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Altera a Lei nº 11.445, de 15 de janeiro de 2007, que dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, para incentivar a economia no consumo de água.

Autoria: Senador ANTONIO CARLOS VALADARES
Relator: Senador LEOMAR QUINTANILHA
Parecer: Pela aprovação do projeto.
Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura
Resultado: Aprovado

ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco.
Autoria: Senadora SERYS SLHESSARENKO
Relator: Senador CÉSAR BORGES
Parecer: Pela rejeição do projeto
Obs: Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais
Resultado: Aprovado o parecer

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

REUNIÃO REALIZADA
EM 01/11/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - REQUERIMENTO Nº 70, DE 2007
Requer a realização de Audiência Pública com vistas a tratar das QUESTÕES atinentes as "APOSENTADORIAS ESPECIAIS E CIDADANIA", com convidados representantes da categoria e outros a serem definidos pela própria Comissão.
Autor: Senador PAULO PAIM
Resultado: APROVADO

EXTRA PAUTA

ITEM Nº. 01 - REQUERIMENTO Nº. 71, DE 2007 - CDH
Ementa: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, c/c o art. 142 do RISF, a realização de Diligências e reuniões na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de verificar in loco as condições de trabalho da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul. As diligências deverão ser acompanhadas pelos membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e pela Secretaria da Comissão da CDH, pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, por representantes da Entidade de Classe da Brigada Militar e por representantes do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. As diligências realizar-se-ão no dia 08 de novembro de 2007".
Autor: Senador PAULO PAIM.
Resultado: APROVADO

ITEM Nº. 02 - REQUERIMENTO Nº. 72, DE 2007 – CDH
Ementa: "Requeiro, nos termos do art. 90, inciso XIII, c/c o art. 142 do RISF, a realização de Diligências e reuniões na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de verificar in loco as condições de vida do Povo Indígena Charrua/RS. As diligências e reuniões deverão ser acompanhadas pelos membros da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal e pela Secretaria da Comissão da CDH, pela Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana da Câmara de Vereadores da Cidade Porto Alegre - RS. As diligências realizar-se-ão no dia 09 de novembro de 2007".
Autor: Senador PAULO PAIM
Resultado: APROVADO

ITEM Nº. 03 - REQUERIMENTO Nº. 73, DE 2007 – CDH
Ementa: "Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das graves denúncias quanto à adulteração do leite e seus reflexos na linha de consumo e saúde pública. Para tanto devendo ser convidada caso julgue ser de seu interesse, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para participar conjuntamente desta audiência, bem como, representantes de Cooperativas do ramo, representantes de empresas comercializante de leite, representante do Ministério da Justiça, representante do Ministério da Agricultura, ANVISA e PROCON e outros a serem definidos pela própria Comissão".
Autor: Senador PAULO PAIM
Resultado: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA
EM 01/11/2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - nos termos do Requerimento - CDH nº 69, de 2007, "com fundamento no disposto no Art. 58, § 2.º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno, para debater o reconhecimento das Centrais Sindicais e Imposto Sindical na forma discutido no projeto do Governo federal (PL 1990/2007) (na Câmara) para a qual serão convidadas, para reunião conjunta, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal".
Autor: Senador Paulo Paim.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

Luiz Antônio Medeiros – Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, representando Carlos Roberto Lupi – Ministro de Estado do Trabalho e Emprego;

Lúcia Vânia – Senadora da República;

Francisco Dornelles – Senador da República;

Aloízio Mercadante – Senador da República;

Augusto Carvalho – Deputado Federal;

Raimundo Nonato dos Santos – Diretor de Representação Internacional do Fórum Sindical dos Trabalhadores - FST, representando José Augusto – Coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores – FST;

Denise Motta Dau – Secretária Nacional de Organização Sindical/CUT, representando Artur Henrique da Silva Santos – Presidente da Central Única dos Trabalhadores - CUT;

Pascoal Carneiro – Diretor do Movimento Por Uma Central Classista e Democrática, representando João Batista Lemos – Presidente do Movimento por Uma Central Classista e Democrática Corrente Sindical Classista;

Antônio Fernandes dos Santos Neto – Presidente da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB;

Francisco Canindé Pegado – Secretário-Geral da União Geral dos Trabalhadores – UGT, representando Ricardo Patah – Presidente da União Geral dos Trabalhadores – UGT;

Luciano Athayde Chaves – Vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA, representando Cláudio José Montesso – Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA;

Lúcia Rondon – Consultora da Confederação Nacional da Indústria - CNI, representando Armando de Queiroz Monteiro Neto – Presidente da Confederação Nacional da Industria – CNI;

Roberto Nogueira Ferreira – Consultor da Confederação Nacional do Comércio, representando Antônio José Domingues de Oliveira Santos – Presidente da Confederação Nacional do Comércio – CNC;

José Calixto Ramos – Presidente da Nova Central;

Hélio Stefani Gherardi – Consultor Técnico do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP.

Augusto Carvalho – Deputado Federal

Paulo Pereira da Silva – Deputado Federal;

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 07-11-2007 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Realização de Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 73 da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 01/11/2007, do Requerimento - CRA, de autoria do Senador Neuto de Conto e do Requerimento – CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, a serem apreciados, com a finalidade de analisar e discutir as notícias referentes à contaminação de leite por produtos nocivos a saúde, tais como água oxigenada e soda cáustica.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

Reinhold Stephanes - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Rodrigo Sant'Anna Alvim - Representando Jorge Rubez – Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite - Leite Brasil;

Ricardo Morishita Wada - Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça;

Maria Cecília Martins Brito - Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, representando Dirceu Raposo de Melo – Presidente da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Nelmon Oliveira da Costa - Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 30/2007-CN - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (PLOA 2008)

Relator: Senador GERALDO MESQUITA

Parecer: pela aprovação das 03 Emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o relatório.

UO	AÇÃO	VALOR (R$1,00)
20126 - Secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial	Apoio a iniciativas para a promoção da igualdade racial	300.000.000
20121 – Secretaria especial DOS direitos humanos	apoio à implantação de conselhos de direitos das pessoas com deficiência em estados e municípios	300.000.000
20122 – Secretaria especial de politicas para as mulheres	APOIO A INICIATIVAS DE REFERENCIA NOS EIXOS TEMÁTICOS DO PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	300.000.000
TOTAL		900.000.000

REUNIÃO REALIZADA
EM 22-11-2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ATENDENDO AO REQUERIMENTO Nº 66, de 2007 – CAS
Assunto: Tratar dos impactos e benefícios sociais do Programa Social Desenvolvimento & Cidadania - Petrobras.
Autoria do Requerimento: Senador Paulo Paim

Participantes:

Sr. Luis Fernando Nery – Gerente de Responsabilidade Social - Petrobras;

Sra. Lídia Colaço Pereira – Oficial de Alianças Corporativas da UNICEF;

Sr. Roberto Laureano da Rocha – Movimento Nacional dos Catadores;

Sra. Claudia Maria Jeunon Sousa – Assessora de Responsabilidade da FIRJAN (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro).

Sra. Salete Valesan Camba – Diretora de Relações Institucionais do Instituto Paulo Freire.

REUNIÃO REALIZADA
EM 27-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Realização de Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento CDH nº 74 - 2007, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, aprovado em 22-11-2007, com a finalidade de tratar da grave denúncia ocorrida segunda-feira (19) no interior do Pará, onde se constatou que uma adolescente de 16 anos estava presa a cerca de um mês em uma cela da carceragem da Polícia Civil com 20 homens.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

Paulo de Tarso Vannuchi - Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República;

Nilcéia Freire - Ministra da Secretária Especial de Política para as Mulheres;

Vera Lúcia Marques Tavares - Secretária de Estado de Segurança Pública do Estado do Pará (SEGUP);

Raimundo Cezar Britto Aragão - Presidente da OAB Nacional - Conselho Federal;

Raimundo Benassuly – Delegado-Geral de Polícia do Pará;

Gilberto Valente Martins – Promotor de Justiça do Estado do Pará;

Ana Júlia Carepa – Governadora do Estado do Pará;

Mary Cohen – Membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/PA;

Márcia Ustra Soares – Subsecretária Substitutiva da Secretaria Especial dos Direitos Humanos;

Carlos Roberto Mariath - Coordenador do Departamento Penitenciário Nacional, Maria Elisabete Pereira, Diretora na Secretaria Especial de Política para as Mulheres e;

Sandoval Bittencourt de O. Neto - Superintendente do Sistema Penitenciário.

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA
EM 28-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Requerimento – CDH nº 43, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Magno Malta, aprovado em 21/06/07, para discutir sobre o Sistema de Adoção de Crianças no Brasil.

CONVIDADOS:

Edílson Teodoro Amaral – Advogado;

Carlos José da Silva Fortes – Promotor de Justiça da Infância e Juventude de Divinópolis - MG;

Núbio de Oliveira Parreiras – Juiz de Direito da Primeira Vara Criminal de Divinópolis - MG;

Neuza de Oliveira Lima – Membro do Conselho da Mulher Empreendedora e;

Célia Regina Rocha – Tesoureira do Conselho da Mulher Empreendedora.
RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA
EM 29-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Requerimento – CDH nº 65, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 18/10/07, para tratar da problemática inerente à demissão arbitrária de dirigentes sindicais.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

Maria Aparecida Gugel – Subprocuradora-Geral do Trabalho, representando Otávio Brito Lopes – Procurador Geral do Trabalho;

Zilmara David de Alencar – Coordenadora de Registro Sindical da Secretaria de Relações do Trabalho, representando Luiz Antonio de Medeiros Neto - Secretário de Relações do Trabalho – SRT;

Roberto de Figueiredo Caldas – Conselheiro Federal da OAB e Presidente da Comissão Nacional de Direitos Sociais da OAB;

Paulo Marcos Borges Rizzo – Presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior ANDES – SN;

Adriano Sandri – Presidente da Associação dos docentes da Universidade Católica de Brasília e;

Wagner Fajardo Pereira – Presidente da Federação Nacional dos Metroviários – FENAMETRO.
RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL - CRE

REUNIÃO REALIZADA
EM 8-11-2007 - ORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 149, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL, A INDICAÇÃO DO SENHOR ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, EXERCER O DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE SEICHELES, À REPÚBLICA DE MADAGASCAR E AO REINO DA SUAZILÂNDIA.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR EUCLYDES MELLO
RELATORA: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES "AD HOC"
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 173, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO SENHOR CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO AO REINO UNIDO DA GRÃ-BRETANHA E IRLANDA DO NORTE.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR JARBAS VASCONCELOS
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 174, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO SENHOR JOSÉ LUIZ MACHADO E COSTA, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO SURINAME.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
RELATOR: SENADOR MARCO MACIEL "AD HOC"

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 79, DE 2007 – CRE
REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO DIA 13 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ÀS 14 HORAS, COM A PARTICIPAÇÃO DO DR. MATTHIAS DUTSCHKE, AUTOR DO GRUPO DE TRABALHO III DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, IPCC E ESPECIALISTA NOS MECANISMOS DE KYOTO, QUE ESTARÁ EM VISITA AO BRASIL NO MÊS DE NOVEMBRO, PARA DISCUTIR COM ESTA COMISSÃO SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS ANTES DA PRÓXIMA CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – UNFCCC, DURANTE A QUAL DECISÕES IMPORTANTES RELATIVAS AO PERÍODO PÓS-KYOTO DEVERÃO SER ADOTADAS.
AUTORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY E OUTROS
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 78, DE 2007 – CRE
REQUER, NOS TERMOS DOS ARTS. 90, INCISOS II, V E XI, E 93, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, BEM COMO DO ART. 58, § 2º, V, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, SEJA REALIZADA AUDIÊNCIA PÚBLICA NESTA COMISSÃO COM AS SEGUINTES AUTORIDADES: O SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, O SENHOR MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, O SENHOR MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, O SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA E OS(AS) SENHORES(AS) DEPUTADOS E DEPUTADAS ESTADUAIS DE RORAIMA, ESPECIALMENTE OS INTEGRANTES DA COMISSÃO ESPECIAL EXTERNA CRIADA PELA ALE-RR, PARA TRATAR DE TEMA DE INTERESSE DA DEFESA NACIONAL, COM ÊNFASE NA SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS EXPULSOS DA RESERVA RAPOSA/SERRA DO SOL, NO ESTADO DE RORAIMA, E DA OPERAÇÃO UPATAKON 3, TENDO EM VISTA TRATAR-SE DE ÁREA ESTRATÉGICA, LOCALIZADA NA FRONTEIRA DO BRASIL COM A VENEZUELA E COM A GUIANA E CONSIDERANDO SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA PELO PAÍS.
AUTORIA: SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

1ª Parte - Item 01 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS APRESENTADAS AO PROJETO DE LEI Nº 30/2007-CN, QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2008".
Relator: Senador Romeu Tuma
Relator "ad hoc": Senador Mozarildo Cavalcanti
PARECER: PELA APROVAÇÃO DAS EMENDAS AO PLN 30/2007 - CN
RESULTADO: APROVADAS AS EMENDAS CONFORME TABELA ABAIXO:

CRE/SF – EMENDAS AO PLOA 2008				
EMENDA	AUTOR	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR (Em R$ 1,00)
01	HERÁCLITO FORTES, MARCELO CRIVELLA E MOZARILDO CAVALCANTE	52101 – MINISTÉRIO DA DEFESA	NOVA – APOIO AO REAPARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS	1.555.000.000
02	HERÁCLITO FORTES, FRANCISCO DORNELLES, PAULO DUQUE E ROMEU TUMA	52111 – COMANDO DA AERONÁUTICA	2048 – MANUTENÇÃO E SUPRIMENTO DE MATERIAL AERONÁUTICO	397.000.000
03	HERÁCLITO FORTES	35101 – MIN. DAS RELAÇÕES EXTERIORES	0871 – CONTRIBUIÇÃO A OUTROS ORGANISMOS INTERNACIONAIS	50.000.000
TOTAL				2.002.000.000

2ª PARTE

Item 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 187, DE 2007

SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR MARCO ANTÔNIO DINIZ BRANDÃO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ÍNDIA, E, CUMULATIVAMENTE, O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL NO REINO DO NEPAL, NA REPÚBLICA DAS MALDIVAS E NA REPÚBLICA DO BANGLADESH, DESDE QUE OBTIDOS OS AGRÉMENTS DOS GOVERNOS DESSES PAÍSES.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - TEMA: MUDANÇAS CLIMÁTICAS; O CONVIDADO É autor do Grupo de Trabalho III do Painel Intergovernamental sobres Mudanças Climáticas, IPCC e especialista nos mecanismos de Kyoto. estará em visita ao Brasil no mês de novembro, proferindo uma série de palestras durante as discussões preparatórias para a próxima Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, que ocorrerá entre 3 e 14 de dezembro de 2007, em Bali. a AUDIÊNCIA PÚBLICA É EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 79, DE 2007 – CRE, DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO SUPLICY E OUTROS.

CONVIDADO: Dr. MICHAEL DUTSCHKE

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 21-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar de tema de interesse da Defesa Nacional, com ênfase na situação dos brasileiros expulsos da reserva Raposa/Serra do Sol, no Estado de Roraima, e da Operação UPATAKON 3, tendo em vista tratar-se de área estratégica, localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana e considerando sua importância estratégica pelo país, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 78, DE 2007 – CRE, DO SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI.

RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA COM A PRESENÇA DAS SEGUINTES AUTORIDADES DO ESTADO DE RORAIMA:

- GOVERNADOR OTTOMAR DE SOUZA PINTO
- VICE-GOVERNADOR JOSÉ DE ANCHIETA JÚNIOR
- DEPUTADA ESTADUAL AURELINA MEDEIROS
- DEPUTADA ESTADUAL MARÍLIA PINTO
- DEPUTADO ESTADUAL JOSÉ REINALDO
- DEPUTADO ESTADUAL IONILSON SAMPAIO
- DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO DAMOSIEL
- DEPUTADO ESTADUAL CÉLIO WANDERLEY

REUNIÃO REALIZADA EM 22-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 184, DE 2007

SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO NOME DO SENHOR CARLOS ANTONIO DA ROCHA PARANHOS, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À FEDERAÇÃO DA RÚSSIA, E, CUMULATIVAMENTE, JUNTO À REPÚBLICA DE BELARUS.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADOR PEDRO SIMON

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 185, DE 2007

SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO NOME DO SENHOR IGOR KIPMAN, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DO HAITI.

AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

RELATORIA: SENADOR EDUARDO SUPLICY

PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.

RESULTADO: APRECIADA

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 188, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL O NOME DO SENHOR EDSON MARINHO DUARTE MONTEIRO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR LESTE.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADORA FÁTIMA CLEIDE
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

PAUTA - EXTRA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 193, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR JOÃO CARLOS DE SOUZA-GOMES, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE DELEGADO PERMANENTE DO BRASIL JUNTO À ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA (BRASUNESCO).
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

EXTRA – PAUTA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 380, DE 2007
APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, COM AS FINALIDADES DE FACILITAR A TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE DE IMÓVEIS DIPLOMÁTICOS E CONSULARES, INCLUSIVE RESIDENCIAIS, DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO, E DE ESTABELECER PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO EM TERRITÓRIO NORTE-AMERICANO DE REPARTIÇÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES BRASILEIRAS, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 1º DE JUNHO DE 2007.
AUTORIA: COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL (CD)
RELATORIA: SENADOR JOÃO TENÓRIO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO O PARECER FAVORÁVEL

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 80, DE 2007 – CRE
REQUER, NOS TERMOS REGIMENTAIS, E OUVIDO O PLENÁRIO DA COMISSÃO, QUE SEJA CONSIGNADO, NOS ANAIS DO SENADO, VOTO DE APLAUSO AO REI JUAN CARLOS, DA ESPANHA, PELA OPORTUNA ADVERTÊNCIA EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO RESPEITO ENTRE NAÇÕES, EXTERNADA DURANTE REUNIÃO DA 17ª CÚPULA IBERO-AMERICANA, EM NOVEMBRO DE 2007, EM SANTIAGO, CHILE.
AUTORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO
RESULTADO: APROVADO

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 83, DE 2007 – CRE (REQUERIMENTO DE URGÊNCIA)
REQUEIRO, NOS TERMOS DO ART. 336, II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, URGÊNCIA PARA A TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 380, DE 2007, QUE "APROVA O TEXTO DO ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, COM AS FINALIDADES DE FACILITAR A TRANSFERÊNCIA DA TITULARIDADE DE IMÓVEIS DIPLOMÁTICOS E CONSULARES, INCLUSIVE RESIDENCIAIS, DE PROPRIEDADE DO GOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA NO TERRITÓRIO BRASILEIRO, E DE ESTABELECER PROCEDIMENTOS PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO EM TERRITÓRIO NORTE-AMERICANO DE REPARTIÇÕES DIPLOMÁTICAS E CONSULARES BRASILEIRAS, CELEBRADO EM BRASÍLIA, EM 1º DE JUNHO DE 2007".
AUTORIA: SENADOR HERÁCLITO FORTES
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 29-11-2007 - ORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 186, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO NOME DO SENHOR DANTE COELHO DE LIMA, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA, CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXA-

DOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA SÉRVIA, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE MONTENEGRO.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR ALMEIDA LIMA
RELATOR: SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR "AD HOC"
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 192, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A INDICAÇÃO DO SENHOR LUIZ ANTONIO FACHINI GOMES, MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO ESPECIAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA GUATEMALA.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO
RELATOR: SENADOR EDUARDO SUPLICY "AD HOC"
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 201, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL A ESCOLHA DO NOME DO SENHOR JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

ITEM 04 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 206, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL, NOS TERMOS DO ART. 52, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ART. 39 DA LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, E § 1º DO ART. 46 DO ANEXO I DO DECRETO Nº 5.979, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2006, O NOME DO SENHOR JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA CUMULATIVAMENTE COM O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA FEDERATIVA ISLÂMICA DE COMORES, REINO DO LESOTO E REPÚBLICA DE MAURÍCIO.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

PAUTA EXTRA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - MENSAGEM (SF) Nº 207, DE 2007
SUBMETE À APRECIAÇÃO DO SENADO FEDERAL, NOS TERMOS DO ART. 52, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E ART. 39 DA LEI Nº 11.440, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006, O NOME DO SENHOR AFONSO JOSÉ SENA CARDOSO, MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DA CARREIRA DE DIPLOMATA DO QUADRO PERMANENTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXERCER O CARGO DE EMBAIXADOR DO BRASIL JUNTO À REPÚBLICA DE ANGOLA.
AUTORIA: PRESIDENTE DA REPÚBLICA.
RELATORIA: SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO
RELATOR: SENADOR JARBAS VASCONCELOS "AD HOC"
PARECER: A COMISSÃO DISPÕE DAS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA DELIBERAR SOBRE A INDICAÇÃO.
RESULTADO: APRECIADA

EXTRA PAUTA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 85, DE 2007 - CRE
REQUER, NOS TERMOS DO ART. 93, INCISO I DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM QUE SEJA CONVIDADO UM REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, PARA EXPLANAR AOS MEMBROS DESTA COMISSÃO SOBRE AS PREVISÕES DE CONSEQÜÊNCIA E POSSÍVEIS AÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO EM RELAÇÃO AO CLIMA DE CONFLITOS INTERNOS E EXTERNOS NOS PAÍSES VISINHOS: ARGENTINA E URUGUAI; DENTRO DA

BOLÍVIA; VENEZUELA, E DESTE COM A COLÔMBIA; E INTERNAMENTE DESTE ÚLTIMO.
AUTORIA: SENADOR CRISTOVAM BUARQUE
RESULTADO: APROVADO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 – CONJUNTA COM A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - TEMA: MUDANÇAS CLIMÁTICAS; O CONVIDADO É autor do Grupo de Trabalho III do Painel Intergovernamental sobres Mudanças Climáticas, IPCC e especialista nos mecanismos de Kyoto. estará em visita ao Brasil no mês de novembro, proferindo uma série de palestras durante as discussões preparatórias para a próxima Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, que ocorrerá entre 3 e 14 de dezembro de 2007, em Bali. a AUDIÊNCIA PÚBLICA É EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 79, DE 2007 – CRE, DE AUTORIA DO SENADOR EDUARDO SUPLICY E OUTROS.
CONVIDADO: Dr. MICHAEL DUTSCHKE
RESULTADO: REALIZADA

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

REUNIÃO REALIZADA EM 8-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - Audiência Pública com a presença dos seguintes Representantes do Tribunal de Contas da União – TCU: André Kresh – Secretário de Obras e Fiscalização; Marcelo Luiz Souza e Eira – Secretaria de Macroavalização Governamental – SEMAG e Cláudio Sariam Altounian – Assessoria Parlamentar, com a finalidade de debaterem acerca dos indícios de irregularidades apontadas no Relatório e Pareceres sobre as contas do Governo da República – Exercício 2006 do TCU, em atendimento ao Requerimento nº 056/2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo.
Resultado: Realizada, com a presença dos senhores André Kresh – Secretário de Obras e Fiscalização; Marcelo Luiz Souza e Eira – Secretaria de Macroavalização Governamental – SEMAG e Cláudio Sariam Altounian – Assessoria Parlamentar.

EXTRA PAUTA

Item 1 - Requerimento nº 61, de 2007-CI – requer seja solicitando informações quanto à tradução dos códigos de irregularidades do material anteriormente remetido à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, da lavra do Senhor Milton Zuanazzi, bem como seja remetido detalhes sobre a estrutura, o financiamento, a sistemática, capacidade, abrangência, limitações e as providências futuras quanto ao sistema de fiscalização de aeronaves, companhia aéreas, serviços de orientação de vôo e manutenção de aparelhos.
Autor: Senador Marconi Perillo
Resultado: Aprovado

Item 2 - Requerimento nº 62, de 2007-CI – requer a realização de Audiência Pública para debater a situação da gestão dos recursos humanos das agências reguladoras, com foco na melhoria de sua remuneração e no redesenho de suas carreiras, sendo formulado convite às seguintes autoridades: Senhor Luiz Alberto dos Santos, representante da Casa Civil da Presidência da República; Senhor Duvanier Paiva Ferreira, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Senhor João Maria Medeiros de Oliveira, Presidente do Sindicato Nacional dos Serviços das Agências Reguladoras e Senhor Álvaro Machado, Presidente da Associação Brasileira das Agências de Regulação.
Autor: Senador Delcídio Amaral
Resultado: Aprovado

Item 3 - Requerimento nº 63, de 2007-CI - requer a realização de Audiência Pública para tratar de assuntos relativos à possíveis irregularidades no setor de energia, incluindo-se a análise relativa a todos os órgãos públicos e estatais responsáveis pela exploração, produção e fornecimento de energia e gás no país, bem como suas subsidiárias, como a TRANSPETRO, sendo formulado convite às seguintes autoridades: Ministros Walton Rodrigues e Ubiratan Aguiar, Presidente e Ministro-Relator do TCU, respectivamente, e Senhor Lucas Furtado, Procurador-Chefe do Ministério Pública da União junto ao TCU.
Autores: Senador Cícero Lucena e Senador Flexa Ribeiro
Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 - ORDINÁRIA

Item 1 - Discussão e votação de Emendas da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura ao PL nº 30, de 2007-CN (PLOA), que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008", tendo como relator o Senador Cícero Lucena.
Resultado: Aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA:
Emenda nº 01-CI: Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional, no valor de R$ 400.000.000,00;
Emenda nº 02-CI: Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística, no valor de R$ 300.000.000,00; **Emenda nº**

03-CI: Construção da Ferrovia Norte-Sul (ação nova), no valor de R$ 900.000.000,00; **Emenda nº 04-CI**: Dragagem e Derrocamento do Porto de Cabedelo (PB), no valor de R$ 150.000.000,00. A Comissão aprova, também, as seguintes Emendas de Remanejamento: **Emenda nº 01-CI:** Construção de Ponte sobre o Rio Paraná e seus acessos – Ligação Castilho/SP – Três Lagoas/MS, no valor de R$ 70.000.000,00; **Emenda nº 02-CI:** Estudos de Viabilidade e Projetos de Infra-Estrutura de Transportes, no valor de R$ 56.019.068,00; **Emenda nº 03-CI:** Recuperação da Malha Ferroviária da CFN – Trecho Juazeirinho/SUAPE, nele incluídas as alças de acesso para Cabedelo/PB, no valor de R$ 50.000.000,00; **Emenda nº 04-CI:** Trecho Rodoviário – Cocalzinho/GO – Entr. BR 153 – Itaguari – na BR 070 (GO), no valor de R$ 90.000.000,00.

Item 2 - Mensagem do Senado Federal nº 175, de 2007 - "Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor Haroldo Borges Rodrigues Lima, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP", de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Valdir Raupp.
Resultado: Indicação aprovada com 20 votos sim, 02 votos não, nenhuma abstenção, num total de 22 votos.

Item 3 - Requerimento nº 64, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 10, de 2007-CI, a inclusão no tema da Audiência Pública da Comissão, além do acordo Brasil e Bolívia, seja também debatido a possível crise no abastecimento de Gás no País.
RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA
EM 20-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - Audiência Pública com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, Nelson José Hubner e da Diretora de Gás e Energia da Petrobrás, Senhora Maria das Graças Silva Foster, representando o Presidente José Sérgio Gabrielli.
RESULTADO: REALIZADA

A Comissão aprova extra pauta:

Requerimento nº 65, de 2007-CI, de autoria do Senador Delcídio Amaral, requerendo, em aditamento ao Requerimento nº 62, de 2007-CI, de sua autoria, que seja convidado para a audiência pública o Senhor Paulo Rodrigues Mendes, Presidente do Sindicato Nacional dos Especialistas em Regulação – ANERSindical.

Requerimento nº 66, de 2007-CI, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, onde requer, em aditamento ao Requerimento nº 03, de 2007-CI, aprovado na reunião de 08.02.2007, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convocadas as Ministras de Estado da Casa Civil, Senhora Dilma Rousseff e do Meio Ambiente, Senhora Marina Silva, para em reunião de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, prestarem esclarecimentos sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, bem como sejam mantidos convites às demais autoridades citadas no requerimento ora aditado.

REUNIÃO REALIZADA
EM 21-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

Item 1 - MENSAGEM nº 190, de 2007 - Não Terminativo – que "submete à apreciação do Senado Federal a escolha do nome do Senhor RÔMULO DO CARMO FERREIRA NETO, para exercer o cargo de Diretor de Infra-Estrutura Ferroviária do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT", de autoria da Presidência da República, tendo como relator o Senador Expedito Júnior, que apresenta relatório em que a comissão dispõe de todos os elementos para apreciação da matéria.
Resultado: A indicação foi aprovada com 16 votos "sim"; nenhum voto "não", nenhuma abstenção, num total de 16 votos.

Item 2 - Requerimento nº 67, de 2007-CI, de autoria do Senador Marconi Perillo, requerendo sejam convidados os Senhores Adjarma Azevedo, Presidente da NOS; Eduardo Carlos Spallding, Vice-Presidente da Alcoa; Márcia Camargo, Coordenadora Executiva do Núcleo Estratégico de Gestão Socioambiental do Ministério das Minas e Energia e Cláudio J. D. Sales, Presidente do Instituto Acende Brasil, para participarem de Audiência Pública, no âmbito da comissão, para tratarem de assuntos sobre Licenciamento e Matriz Energética.
Resultado: Aprovado

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA
EM 13-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

Discussão e Votação das emendas desta Comissão ao PL nº 30, de 2007-CN, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008,

que serão apresentadas perante a Comissão Mista, de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.
Relator: Senador CÍCERO LUCENA
Resultado: Aprovadas as seguintes Emendas ao PLOA: **Emendas de Apropriação**: Emenda nº 01 – CDR: Participação da União na Implantação do Prodetur Nacional – Nacional no valor R$ 400.000.000; Emenda nº 02 – CDR: Apoio a Projetos de Infra-Estrutura Turística – Nacional no valor de R$ 300.000.000; Emenda nº 03 – CDR: Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – Nacional no valor de R$ 400.000.000; Emenda nº 04 – CDR: Apoio a Obras Preventivas de Desastres – Nacional no valor de R$ 500.000.000. A Comissão aprova também as seguintes Emendas de Remanejamento: Emenda nº 01 – CDR: Estruturação e Dinamização de Arranjos Produtivos Locais em Espaços Sub-regionais – Nacional no valor de R$ 2.500.000; Emenda nº 02 – CDR: Apoio a Implantação da Infra-estrutura Complementar, Social e Produtiva na Faixa de Fronteira – na Região Norte no valor de R$ 2.500.000; Emenda nº 03 – CDR: Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas (Papel Passado) – Nacional no valor de R$ 20.000.000; Emenda nº 04 – CDR: Promoção de Eventos para Divulgação do Turismo Interno – Nacional no valor de R$ 27.000.000.

REUNIÃO REALIZADA EM 20-11-2007 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 554, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Cria Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Paragominas, Estado do Pará.
Autoria: Senador MÁRIO COUTO
Relator: Senador MOZARILDO CAVALCANTI
Relator "AD HOC": Senador GIM ARGELLO
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM Nº 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 439, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE), no Município de Sinop, no Estado do Mato Grosso.
Autoria: Senador JAYME CAMPOS
Relatora: Senadora KÁTIA ABREU
Relatora "AD HOC": Senadora PATRÍCIA SABOYA
Parecer: Favorável ao Projeto.
Resultado: Aprovado o parecer favorável ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

REUNIÃO REALIZADA EM 29-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 1 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, DE 2003 - NÃO TERMINATIVO
Altera o §2º do artigo 16 da Lei nº 7827, de 27 de setembro de 1989 (Dispõe sobre a regulamentação dos recursos do fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FCN).
Autoria: Senador VALDIR RAUPP
Relator: Senador VALTER PEREIRA
Parecer: Contrário ao Projeto.
Obs: Em reunião realizada no dia 22/11/07, O Presidente em Exercício, Senador Jonas Pinheiro, retirou o projeto da pauta.
Resultado: Aprovado o parecer contrário ao Projeto. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM Nº 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 013, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO
Cria a Área de Livre Comércio de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, e dá outras providências.
Autoria: Senador OSMAR DIAS
Relator: Senador JOÃO PEDRO
Parecer: Concluindo pelo sobrestamento da matéria, nos termos do art. 335. inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.
Obs: Em reunião realizada no dia 22/11/07, o projeto foi retirado da pauta a pedido do Relator AD HOC.
Resultado: Aprovado o parecer concluindo pelo sobrestamento da matéria, nos termos do art. 335, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

ITEM Nº 4 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 69, DE 2007 - TERMINATIVO
Institui o "Selo Estatuto da Cidade", com o objetivo de impulsionar a implementação das ações e diretrizes contidas na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que "regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências".
Autoria: Senador INÁCIO ARRUDA
Relatora: Senadora FÁTIMA CLEIDE
Relator "AD HOC": Senador VALTER PEREIRA
Parecer: Pela rejeição da Emenda e aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Projeto, com as emendas nº 02, nº 03 e nº 04 – CDR e rejeitada a emenda nº 01 de autoria do Senador Cristovam Buarque. O projeto vai à SSCLS

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 07-11-2007 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

ITEM ÚNICO - AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Realização de Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao Requerimento nº 73 da CDH, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 01/11/2007, do Requerimento - CRA, de autoria do Senador Neuto de Conto e do Requerimento – CMA, de autoria do Senador Renato Casagrande, a serem apreciados, com a finalidade de analisar e discutir as notícias referentes à contaminação de leite por produtos nocivos a saúde, tais como água oxigenada e soda cáustica.

CONVIDADOS QUE COMPARECERAM:

Reinhold Stephanes - Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Rodrigo Sant'Anna Alvim - Representando Jorge Rubez – Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite - Leite Brasil;

Ricardo Morishita Wada - Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça;

Maria Cecília Martins Brito - Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, representando Dirceu Raposo de Melo – Presidente da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Nelmon Oliveira da Costa - Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – DIPOA

RESULTADO: REALIZADA

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

FORAM APROVADAS 4 (QUATRO) EMENDAS DE APROPRIAÇÃO AO PL Nº 30/2007-CN, ORÇAMENTO 2008

	AUTOR	PROGRAMA /UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR (R$1,00)	EMENDAS AGLUTINADAS
1	Senador Jonas Pinheiro	Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar MDA	Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares	200.000.000	09 – Senador Osmar Dias 42 – Senador Expedito Júnior
2	Senador Valdir Raupp	Desenvolvimento de Agroenergia EMBRAPA	Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade de Agroenergia	150.000.000	07 – Senador Osmar Dias 20 – Senador João Tenório 33 - Senador Cícero Lucena 41 – Senador Expedito Júnior
3	Senador Leomar Quintanilha	Desenvolvimento de Territórios Rurais MDA	Apoio a Projetos de Infra-Estrutura e Serviços em Territórios Rurais	200.000.000	16 – Senador Valdir Raupp 32 – Senador Romero Jucá
4	Senador Neuto de Conto	Desenvolvimento Sustentável da Pesca SEAP	Apoio e Implantação de Infra-Estrutura Aqüícola e Pesqueira	100.000.000	02 – Senador Neuto De Conto 03 – Senador Paulo Paim 05 - Senador Paulo Paim 21 – Senador Sibá Machado 23 – Senador Leomar Quintanilha 35 – Senador Marconi Perillo 37 – Senador Marconi Perillo 48 – Senador Valter Pereira

REUNIÃO REALIZADA EM 28-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

1ª PARTE - REUNIÃO DELIBERATIVA

ITEM 1 - SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001 (Não Terminativo)
Altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências".
AUTORA: Câmara dos Deputados
RELATOR: Senador João Durval
RELATÓRIO: Pela aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 57/2001, com emenda de redação que apresenta.
RESULTADO: Aprovado o parecer favorável com emenda nº1 – CRA, de redação.

ITEM 2 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2007 (Não Terminativo)
Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992.
AUTOR: Senador Valdir Raupp
RELATOR: Senador Raimundo Colombo
RELATÓRIO: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.
RESULTADO: Aprovado o parecer favorável com emenda n°1 - CRA. À Comissão de Assunto Econômicos – CAE, em decisão terminativa.

ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 26 , DE 2007-CRA
Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer seja realizada audiência pública perante a CRA, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, a fim de instruir e discutir o Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, que propõe alterar a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade, com a participação dos seguintes convidados:
1) Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário;
2) Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
3) Eliseu Alves, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;
4) Representante da Confederação Nacional da Agricultura;
5) Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
RESULTADO: Aprovado, com adendo do Senador Delcídio Amaral.

EXTRA-PAUTA

ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 27, DE 2007 – CRA
Requerimento de autoria da Senadora Kátia Abreu, que requer seja realizada audiência pública em conjunto com a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, com o objetivo de debater sobre as tecnologias genéticas de restrição de uso de variedade, e instruir o Projeto de Lei nº 268, de 2007-CD, de autoria do Deputado Eduardo Sciarra, com a presença dos seguintes convidados:
Walter Colli – Presidente da CTNBIO;
Marcelo Menossi – Pesquisador da UNICAMP;
Fernando Reinach – Presidente da Empresa Alellyx S/A
RESULTADO: Aprovado.

ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº28, DE 2007 – CRA
Requerimento de autoria do Senador João Pedro, que requer seja realizada audiência pública para debater a situação dos moradores da Reserva Biológica de Abufari e a necessidade de transformar essa reserva, ou parte dela, em Reserva Extrativista, com seguintes convidados:
Presidente do Instituto Internacional de Pesquisa e responsabilidade Socioambiental (Chico Mendes);
Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;
Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;
Presidente do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas – IPAAM;
Presidente da Comissão Pastoral da Terra – CPT-AM; e
Representantes da Comunidade do Município de Tapauá-AM.
RESULTADO: Aprovado.

2ª PARTE - AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 20, de 2007 - CRA, de autoria do Senador João Tenório, aprovado em 19.9.2007, com adendo da Senadora Kátia Abreu, por meio do Requerimento nº 23, de 2007 – CRA, aprovado em 29.9.2007, com o objetivo de discutir e analisar a evolução da produção e da importação brasileira de adubos, fertilizantes e corretivos agrícolas, tendo em vista a crescente preocupação mundial com a segurança alimentar, reforçada pelo crescimento da demanda global por biocombustíveis, com a participação dos seguintes convidados:
Sr. Wilson Vaz Araújo – Diretor do Departamento de Economia Agrícola da Secretaria de Política Agrícola – MAPA;

Srª Anamélia Soccal Seyffarth – Assessora Especial da Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior -– CAMEX;
Sr. Alexandre de Barros – Sócio - Diretor da Consultoria MB Advogados - ANDA;
Sr. Rui Carlos Otoni Prado – Presidente da Federação de Agricultura do Estado de Mato Grosso - CNA;
Sr. Benedito Ferreira – Diretor do Agronegócio da FIESP;
Sr. George Wagner Sousa – Presidente da Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil – AMA.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT

REUNIÃO REALIZADA EM 07-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ASSUNTO: DEBATER A IMPORTÂNCIA DA CIÊNCIA COMO MEIO DE PROMOÇÃO DA PAZ E DO DESENVOLVIMENTO
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR FLÁVIO ARNS

CONVIDADOS

VINCENT DEFOURNY, Representante, no Brasil, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura – UNESCO
PROFESSOR DR. JEFFERSON CARDIA SIMÕES, Pesquisador do Programa Antártico Brasileiro
LAURO MORHY, Membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC
ILDEU DE CASTRO MOREIRA, Diretor do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

REUNIÃO REALIZADA EM 13-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS EMENDAS DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA AO PL Nº 30/2007-CN - PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (PLOA/2008) QUE SERÃO APRESENTADAS À COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO.
RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO

4 (QUATRO) EMENDAS DE APROPRIAÇÃO APROVADAS PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA– CCT AO PL Nº 30/2007-CN, ORÇAMENTO 2008

	PROGRAMA / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR (R$1,00)	EMENDAS AGLUTINADAS
1	Comando da Marinha	Construção do Protótipo de Reator Nuclear	53.000.000	05 – Senador Valdir Raupp 11 – Senador Augusto Botelho
2	Ministério da Ciência e Tecnologia	Fomento à Elaboração e Implantação de Projetos de Inclusão Digital	200.000.000	03 – Senadora Maria do Carmo 09 – Senador Valter Pereira 24 – Senador Marconi Perillo
3	Ministério da Ciência e Tecnologia	Ampliação e Modernização da Infra-Estrutura para o Estudo da Biodiversidade, Inovação Tecnológica e Sustentabilidade dos Ecossistemas Amazônicos frente às Mudanças Globais	100.000.000	05 – Senador Cristovam Buarque 05 – Senador Flexa Ribeiro
4	Ministério da Ciência e Tecnologia	Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Biocombustíveis	100.000.000	17 – Senador Cristovam Buarque 26 – Senador Flexa Ribeiro

2 (DUAS) EMENDAS DE REMANEJAMENTO APROVADAS PELA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA– CCT AO PL Nº 30/2007-CN, ORÇAMENTO 2008

	AUTOR	PROGRAMA / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	AÇÃO	VALOR (R$1,00)
1	Senador Wellington Salgado	Ministério das Comunicações	Implantação de Telecentros para Acesso a Serviços Públicos	200.000.000
2	Senador Marcelo Crivella	Comando do Exército	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico da Força Terrestre	10.000.000

REUNIÃO REALIZADA
EM 21-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ASSUNTO: DEBATER ALTERNATIVAS DE FLEXIBILIZAÇÃO DO PROGRAMA A VOZ DO BRASIL
AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

CONVIDADOS

JOSÉ ROBERTO BARBOSA GARCEZ, Presidente da RADIOBRÁS

MILTON LUCCA DE PAULA, Presidente da Associação Mineira de Rádio e Televisão - AMIRT

PAULO RICARDO TONET CAMARGO, Diretor da Rede Brasil Sul - RBS

ESTER MONTEIRO DA SILVA, Editora Chefe da Voz do Brasil do Rádio Senado

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº. 32, DE 2007 – CCT
"REQUEIRO, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 90, INCISO V, E 93, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA , NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO, PARA TRATAR DO PLC 117, DE 2006, QUE "REGULA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE GEOFÍSICO E ALTERA A LEI Nº 4.076, DE 23 DE JUNHO DE 1962. PARA TANTO, INDICA-SE COMO CONVIDADOS AS SEGUINTES PESSOAS: PRESIDENTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GEOFÍSICA; PRESIDENTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE FÍSICA; SENHOR GUILHERME ESTRELA – DIRETOR DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO DA PETROBRÁS; SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; SENHOR SÉRGIO FONTES – DIRETOR GERAL DO OBSERVATÓRIO NACIONAL".
AUTORIA: SENADOR MARCELO CRIVELA
RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº. 33, DE 2007 – CCT
"NOS TERMOS DO ART. 50, § 2º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DO ART. 216 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL REQUEIRO SEJA ENCAMINHADO AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, SENADOR HÉLIO COSTA, O PRESENTE PEDIDO DE INFORMAÇÕES COM BASE NA CONSULTA PÚBLICA Nº 833, DE 2007 – ANATEL: 1. EXISTEM, ATUALMENTE, 12.309 CANAIS NOS PBTV E PBRTV. O PBTVD, PUBLICADO EM 2003, PAREOU APENAS 1.893 CANAIS PARA AS CIDADES EM QUE HAVIA CANAIS ANALÓGICOS DE GERAÇÃO E TODAS AS MAIORES CIDADES DO PAÍS. FALTAM, PORTANTO, VIABILIZAR MAIS DE 10 MIL CANAIS DIGITAIS. SE O DESAFIO DE VIABILIZAR MILHARES DE CANAIS DIGITAIS EM TODO O BRASIL PARA REALIZAR A TRANSIÇÃO ANALÓGICO-DIGITAL, JÁ FOI AGRAVADO PELA CRIAÇÃO RECENTE DE NOVAS DEMANDAS DE CANAIS DE TELEVISÃO (TV PÚBLICA E OS 4 CANAIS DA UNIÃO PREVISTOS NO DECRETO 5820/2006), TORNA A UTILIZAÇÃO DA FAIXA DE 60 A 69 IMPRESCINDÍVEL, POR QUE A ANATEL ESTÁ SUGERINDO A DESTINAÇÃO DE 4 CANAIS DESSA FAIXA PARA SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES? 2. NO MANIFESTO À IMPRENSA AS EMISSORAS ALEGAM QUE JÁ VEM PERDENDO

FAIXAS DE FREQÜÊNCIAS AO LONGO DOS ANOS. MENCIONAM A FAIXA DE 2,5 GHZ QUE É INTERFERIDA POR SERVIÇOS QUE USAM UMA TECNOLOGIA CONHECIDA COMO SPREAD SPECTRUM EXTREMAMENTE CONGESTIONADA; A FAIXA DE 7 GHZ, EM ALGUMAS REGIÕES DO PAIS TAMBÉM EXISTE CONGESTIONAMENTO. PARA AS ATUAIS E FUTURAS EMISSORAS (ANALÓGICAS OU DIGITAIS) HAVERÁ NECESSIDADE DE NOVOS ENLACES DURANTE A TRANSIÇÃO DIGITAL. PERGUNTAMOS ENTÃO: POR QUE A ANATEL ESTARIA SUGERINDO DESTINAR A FAIXA DE 12,7 A 13,25 GHZ, HOJE UTILIZADA APENAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DAS EMISSORAS, PARA QUE SEJA UTILIZADA POR EMPRESAS DE SCM PARA APLICAÇÕES DISTINTAS DO TRANSPORTE DE SINAIS PARA EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO? 3. QUAIS AS FAIXAS DE FREQÜÊNCIA OUTRORA DESTINADAS À RADIODIFUSÃO E SERVIÇOS AUXILIARES QUE FORAM TRANSFERIDAS, NOS ÚLTIMOS 15 ANOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES? QUAIS AS IMPLICAÇÕES DESSAS SUPRESSÕES SOBRE AS OPERAÇÕES DAS EMISSORAS? ESTÁ CORRETA A INFORMAÇÃO DA TABELE A BAIXO? 4. QUAL O IMPACTO ECONÔMICO DO QUE ESTÁ SENDO SUGERIDO NA CONSULTA PÚBLICA SOBRE A OPERAÇÃO DE EMISSORAS DE RÁDIO E DE TELEVISÃO? 5. A ANATEL LEVOU EM CONSIDERAÇÃO QUANDO SUGERIU NA CONSULTA PÚBLICA Nº 833, QUE REVOGA NA ÍNTEGRA A RESOLUÇÃO Nº 82, DE 30/12/1998, TAMBÉM DA AGÊNCIA, E QUE AGLUTINAVA NUM SÓ INSTRUMENTO TODAS AS FAIXAS DO SARC DESTINADAS AO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO, QUE PODERIA AMPLIAR OU REDUZIR A ABRANGÊNCIA DA RESOLUÇÃO, SEM VARRÊ-LA DO ACERVO DA REGULAMENTAÇÃO? 6. A TABELA ABAIXO DEMONSTRA, SEGUNDO A MESMA FONTE, A PERDA SIGNIFICATIVA DO ESPECTRO DESTINADO À OPERAÇÃO DO SARC. ESTE SERVIÇO ATENDE NA SUA MAIS NOBRE FINALIDADE, AO JORNALISMO E A GERAÇÃO DE SEU CONTEÚDO. LEVOU EM CONTA A ANATEL, O PREJUÍZO QUE CAUSARÁ À SOCIEDADE BRASILEIRA, PRIVANDO-A DO DIREITO PÉTREO CONSTITUCIONAL DO DIREITO À INFORMAÇÃO?"

AUTORIA: SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA
EM 22-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ASSUNTO: DISCUTIR SOBRE A ADOÇÃO DE UMA NOVA TECNOLOGIA PARA O RÁDIO DIGITAL

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR MARCELO CRIVELLA

CONVIDADOS

ROBERTO PINTO MARTINS, Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações

YAPIR MAROTTA, Gerente Geral de Administração de Planos e Autorização de Uso de Radiofreqüências da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL

JOSÉ GUILHERME CASTRO, Coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - ABRAÇO

MARIA DAS GRAÇAS ROCHA, Presidente da Federação das Associações das Rádios Comunitárias do Rio de Janeiro - FARC

RONALD SIQUEIRA BARBOSA, Assessor Técnico da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão - ABERT

LÚCIO MARTINS DA SILVA, Professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade de Brasília - UnB

REUNIÃO REALIZADA
EM 28-11-2007 - EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, DE 2007

"DISPÕE SOBRE EXTRATO DE CADASTRO ELETRÔNICO E OS PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E DEMAIS INSTITUIÇÕES AUTORIZADAS A FUNCIONAR PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS CLIENTES."

AUTORIA: SENADOR ADELMIR SANTANA

RELATORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR

PARECER: FAVORÁVEL, COM AS EMENDAS OFERECIDAS

OBS.1: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

OBS.2: NA REUNIÃO DO DIA 31/10/07 FOI CONCEDIDA VISTA COLETIVA.

OBS.3: NO DIA 14/11/07 O RELATOR, SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR, APRESENTA NOVO RELATÓRIO ACRESCENTANDO DUAS EMENDAS

RESULTADO: APROVADO

ITEM 02 - NÃO TERMINATIVO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 334, DE 2007
"INSTITUI O ASILO POLÍTICO TECNOLÓGICO E EDITORIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."
AUTORIA: SENADOR JAYME CAMPOS
RELATORIA: SENADOR RENATO CASAGRANDE
PARECER: PELA REJEIÇÃO
OBS: MATÉRIA TERMINATIVA NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ
RESULTADO: APROVADO O PARECER PELA REJEIÇÃO

ITEM 03 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 34, DE 2007 - CCT
"NOS TERMOS DO INCISO II DO § 2º DO ART. 58 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COMBINADO COM O INCISO II DO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA (CCT), PARA DEBATER AS INTERFERÊNCIAS DE RÁDIOS CLANDESTINAS NO CONTROLE DO TRÁFEGO AÉREO BRASILEIRO. DEVERÃO SER CONVIDADAS A EXPOR SEUS PONTOS DE VISTA AS AUTORIDADES NOMINADAS A SEGUIR, SEM PREJUÍZO À EXPEDIÇÃO DE OUTROS CONVITES, A CRITÉRIO DOS MEMBROS DA CCT: 1 – SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE DE RADIOFREQÜÊNCIA E FISCALIZAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL); 2 – Sr.ª ZILDA BEATRIZ SILVA DE CAMPOS ABREU, SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES; 3 – MAJOR-BRIGADEIRO RAMON BORGES CARDOSO, DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (DECEA); 4 – SR. LÚCIO MARTINS DA SILVA, PROFESSOR DA FACULDADE DE TECNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB); 5 – SR. RONALD SIQUEIRA BARBOSA, ASSESSOR TÉCNICO DA ABERT; 6 – SR. EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS, SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DE RADIOFREQÜÊNCIA DA ANATEL"
AUTORIA: SENADOR VALTER PEREIRA
RESULTADO: APROVADO

ITEM 04 - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº 35, DE 2007 - CCT
"NOS TERMOS DO ART. 93, I, DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REQUEIRO SEJAM REALIZADAS, NO ÂMBITO DESTA COMISSÃO, DUAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS COM A FINALIDADE DE INSTRUIR, PARA POSTERIOR APRECIAÇÃO, O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 73, DE 2007, QUE "REGULAMENTA AS ATIVIDADES DE PESQUISA, PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO, LIBERAÇÃO NO AMBIENTE E COMERCIALIZAÇÃO DE CLONES DE MAMÍFEROS, EXCETO HUMANOS, PEIXES, ANFÍBIOS, RÉPTEIS E AVES". PARA A PRIMEIRA AUDIÊNCIA SOLICITO O CONVITE DOS SEGUINTES DEBATEDORES. DR. RODOLFO RUMPF – PESQUISADOR DA EMBRAPA RECURSOS GENÉTICOS E BIOTECNOLOGIA; DR. FLÁVIO VIEIRA MEIRELLES – PROFESSOR VETERINÁRIO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. SR. ORESTES PRATA TIBERY JÚNIOR – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE ZEBU – ABCZ. DR JOSELITO ARAÚJO BARBOSA – VETERINÁRIO ESPECIALISTA EM CLONAGEM DE OVINOS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SANTA INÊS / ALAGOAS - ABSI/AL SR. MAURÍCIO MANFREDI – PRESIDENTE DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HIPISMO. PARA A SEGUNDA AUDIÊNCIA SOLICITO O CONVITE DOS SEGUINTES DEBATEDORES: DR. RICARDO JOSÉ SOAVINSKI - COORDENADOR DA COORDENAÇÃO GERAL DE FAUNA – CGFAU, DO IBAMA. DR. LUIZ ANTÔNIO BARRETO DE CASTRO – SECRETÁRIO DE POLÍTICA E PROGRAMAS DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEMBRO TITULAR DA COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA - CTNBIO. DR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – DIRETOR-PRESIDENTE DA ANVISA. SRA. MARILENA LAZZARINI – COORDENADORA EXECUTIVA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR – IDEC. SR. MARCUS VINÍCIUS PRATINI DE MORAES – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS EXPORTADORAS DE CARNES – ABIEC"
AUTORIA: SENADOR JOÃO TENÓRIO
RESULTADO: APROVADO

ITEM 05 - NÃO TERMINATIVO - ADITAMENTO N.º 01 AO REQUERIMENTO N.º 31, DE 2007 – CCT
REQUEIRO, NOS TERMOS REGIMENTAIS, ADITAMENTO AO REQUERIMENTO DE MINHA AUTORIA, NO SENTIDO DE QUE SEJA TAMBÉM CONVIDADO O SENHOR JOÃO CARLOS SAAD – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSORES – ABRA –, PARA PARTICIPAR DA AUDIÊNCIA PÚBLICA QUE OBJETIVA INSTRUIR O PROJETO DE

LEI DA CÂMARA Nº 29, DE 2005, QUE "ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 8.977/1995, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TV A CABO."
AUTORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR
RESULTADO: APROVADO

ITEM 06 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 323, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ICHU PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ICHU, ESTADO DA BAHIA."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 07 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 269, DE 2007
"APROVA O ATO QUE RENOVA A PERMISSÃO OUTORGADA À RÁDIO CONTINENTAL DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE FRANCISCO BELTRÃO, ESTADO DO PARANÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 08 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 270, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VAMOS CONSTRUIR ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ESPIGÃO ALTO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 09 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 277, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO LUAS COMUNITÁRIA PARA PROMOÇÃO DA CULTURA, ARTES E EDUCAÇÃO DE PRIMEIRO DE MAIO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PRIMEIRO DE MAIO, ESTADO DO PARANÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 10 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 286, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À FREQÜÊNCIA BRASILEIRA DE COMUNICAÇÕES LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CONTENDA, ESTADO DO PARANÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLÁVIO ARNS
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 11 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 292, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL CAMINHO DE VIDA - COMVIDA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE RONDON DO PARÁ, ESTADO DO PARÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 12 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 293, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE OURILÂNDIA DO NORTE - ASDECON PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE OURILÂNDIA DO NORTE, ESTADO DO PARÁ."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR FLEXA RIBEIRO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 13 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 272, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ANEL DO BREJO LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE CONDADO, ESTADO DA PARAÍBA."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 14 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 324, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AGRICULTORES RURAIS DO BAIRRO DO NORDESTE I - AMARBN PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE GUARABIRA, ESTADO DA PARAÍBA."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR CÍCERO LUCENA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 15 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 274, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE HABITAÇÃO NOVO LAR PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ALFENAS, ESTADO DE MINAS GERAIS."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR EDUARDO AZEREDO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 16 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 289, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE AÇAILÂNDIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE AÇAILÂNDIA, ESTADO DO MARANHÃO."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR AUGUSTO BOTELHO
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 17 - TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 291, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CERRO LARGO PARA EXECUTAR SEVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CERRO LARGO, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 18 - TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 295, DE 2007
"APROVA O ATO QUE RENOVA A CONCESSÃO OUTORGADA À RÁDIO MISSIONEIRA SETE POVOS LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA NA CIDADE DE SÃO LUIZ GONZAGA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 19 - TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 301, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IVOTI PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE IVOTI, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 20 - TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 344, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA PERMISSÃO À SOCIEDADE RÁDIO SANTA FELICIDADE LTDA. PARA EXPLORAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQÜÊNCIA MODULADA NA CIDADE DE LAGOA DOS TRÊS CANTOS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 21 - TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 283, DE 2007
"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA EDUCACIONAL SÃO ROQUENSE PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO ROQUE, ESTADO DE SÃO PAULO."
AUTORIA: PODER EXECUTIVO
RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA
PARECER: FAVORÁVEL
RESULTADO: APROVADO

ITEM 22 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 300, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ARTÍSTICO, CULTURAL E SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITÁPOLIS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE ITÁPOLIS, ESTADO DE SÃO PAULO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 23 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 314, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA CONCESSÃO À UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO - UNESP PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS NA CIDADE DE BAURU, ESTADO DE SÃO PAULO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR ROMEU TUMA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 24 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 285, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À SOCIEDADE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA COURAÇO PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CACHOEIRINHA, ESTADO DE PERNAMBUCO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 25 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 298, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À SOCIEDADE RÁDIO COMUNITÁRIA PAUDALHO/FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PAUDALHO, ESTADO DO RIO DE PERNAMBUCO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 26 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 304, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO DE JATAÚBA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE JATAÚBA, ESTADO DE PERNAMBUCO."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 27 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 317, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PARANÃ, ESTADO DO TOCANTINS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 28 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 290, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIO CARLOS CHAGAS PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE CARLOS CHAGAS, ESTADO DE MINAS GERAIS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 29 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 309, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO LIBERDADE FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE OEIRAS, ESTADO DO PIAUÍ."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR CÍCERO LUCENA

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 30 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 284, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA QUADRA 404 NORTE - ARNE 51 A EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE PALMAS, ESTADO DO TOCANTINS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA AD HOC: SENADOR RENATO CASAGRANDE

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

ITEM 31 – TERMINATIVO - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. 352, DE 2007

"APROVA O ATO QUE OUTORGA AUTORIZAÇÃO À ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO LAJE FM PARA EXECUTAR SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NA CIDADE DE SÃO JOSÉ DA LAJE, ESTADO DE ALAGOAS."

AUTORIA: PODER EXECUTIVO

RELATORIA: SENADOR JOÃO TENÓRIO

PARECER: FAVORÁVEL

RESULTADO: APROVADO

EXTRA-PAUTA

ITEM ÚNICO - NÃO TERMINATIVO - REQUERIMENTO Nº. 36 DE 2007 - CCT

"REQUEIRO, NOS TERMOS DO INCISO I DO ARTIGO 93 DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL, REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM OS CONVIDADOS DANIEL PIMENTEL SLAVIERO – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO – ABERT, JOÃO CARLOS SAAD – PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSORES – ABRA, MÁRIO BACCEI – VICE-PRESIDENTE DE RÁDIOS DO GRUPO BANDEIRANTES DE COMUNICAÇÃO, EDILBERTO DE PAULA RIBEIRO – PRESIDENTE DA AESP – ASSOCIAÇÃO DAS EMISSORAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO – DIRETOR REGIONAL E DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA RÁDIO PANAMERICANA S/A – RÁDIO JOVEM PAN BRASIL, CARLOS RUBENS DONÉ – DIRETOR DA REDE ITATIAIA(MG), PAULO TONET DE CAMARGO – DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DO GRUPO RBS E EVARISTO OLIVEIRA – DIRETOR DO S/A CORREIO BRAZILIENSE E GERENTE DO CONDOMÍNIO ACIONÁRIO DAS EMISSORAS E DIÁRIOS ASSOCIADOS, PARA INSTRUIR O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50, DE 2007 E DEBATER OS DIREITOS AUTORAIS NA RADIODIFUSÃO E O PAPEL DESEMPENHADO PELO ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – ECAD.

AUTORIA: SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR

RESULTADO: APROVADO

REUNIÃO REALIZADA EM 29-11-2007 - EXTRAODINÁRIA

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

ASSUNTO: INSTRUIR O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº. 346, DE 2005, QUE "ACRESCENTA § 3º AO ART. 26 DA LEI Nº 8.977, DE 6 DE JANEIRO DE 1995, QUE DISPÕE SOBRE O SERVIÇO DE TV A CABO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AUTORIA DO REQUERIMENTO: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

AUTORIA DO PLS 346/05: SENADOR PEDRO SIMON

RELATORIA DO PLS 346/05: SENADOR EDUARDO AZEREDO

CONVIDADOS:

FLÁVIA LEFÈVRE GUIMARÃES, Conselheira Consultiva da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e representante da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PRO TESTE

JOSÉ ANTÔNIO BAETA DE MELO CANÇADO, Promotor de Justiça de Defesa do Consumidor e Coordenador da Área de Serviços do PROCON Estadual de Minas Gerais

ARA APKAR MINASSIAN, Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL

ALEXANDRE ANNENBERG, Presidente Executivo da Associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA

RELATÓRIO SINTÉTICO

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS

Reuniões Ordinárias Convocadas..... 00

Reuniões Ordinárias Realizadas.....00

Reuniões Extraordinárias Convocadas.....06

Reuniões Extraordinárias Realizadas.....06

Total de Reuniões Realizadas.....06

Total de Proposições Apreciadas.....33

PROPOSIÇÕES NÃO TERMINATIVAS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA (PLC)	NOVEMBRO
PELA APROVAÇÃO	00
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	00

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)	NOVEMBRO
PELA APROVAÇÃO	01
PELA REJEIÇÃO	01
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	02

REQUERIMENTO (RQS)	NOVEMBRO
PELA APROVAÇÃO	05
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	05

PROPOSIÇÕES TERMINATIVAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (PDS)	NOVEMBRO
PELA APROVAÇÃO	26
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	26

PROJETO DE LEI DO SENADO (PLS)	NOVEMBRO
PELA APROVAÇÃO	00
PELA REJEIÇÃO	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-
PELO ARQUIVAMENTO	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-
PELO SOBRESTAMENTO	-
TOTAL	00

TOTAL DE REUNIÕES CONVOCADAS E REALIZADAS E
TOTAL DE MATÉRIAS APRECIADAS
FEVEREIRO/NOVEMBRO/2007

Reuniões Ordinárias Convocadas.....00
Reuniões Ordinárias Realizadas.....00
Reuniões Extraordinárias Convocadas.....06
Reuniões Extraordinárias Realizadas.....06
Total de Reuniões Realizadas.....06

PARECERES	AVS	DIV	ECD	INS	MSF	PDS	PET	PLC	PLS(T)	PLS (NT)	OFS	RQS	RQS - PLEN
PELA APROVAÇÃO	-	-	-	-	-	317	-	03	01	05	-	37	-
PELA REJEIÇÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	01	-	-	-
PELA PREJUDICIALIDADE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELO ARQUIVAMENTO	-	-	-	-	-	01	01	-	-	-	01	-	-
PELO SOBRESTAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PELA AUDIÊNCIA DA CCJ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	318	01	03	01	06	01	37	-

TOTAL GERAL: 367

CONGRESSO NACIONAL – 2007

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS NO PERÍODO DE 1º A 30 DE NOVEMBRO

PLNs - 50
PRN - 01

MES	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSAO	OBS.
Novembro	59/2007-CN (nº 277/2007, na origem)	PLN nº 3/2007 Leitura:4-6-2007(SF)	Altera os itens 1.2 e 1.4 do Anexo V da Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007.	8-11-2007, às 12 horas	Aprovado o substitutivo. A sanção.
Novembro	60/2007-CN (nº 278/2007, na origem)	PLN nº 4/2007 Leitura:4-6-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 31.872.800,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.562, de 21-11-2007 (DOU 22-11-2007)
Novembro	61/2007-CN (nº 330/2007, na origem)	PLN nº 5/2007 Leitura:4-6-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, do Tribunal de Contas da União e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito especial no valor global de R$ 4.461.160,00, para os fins que especifica.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.581, de 27-11-2007 (DOU 28-11-2007)
Novembro	62/2007-CN (nº 331/2007, na origem)	PLN nº 6/2007 Leitura:4-6-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Supremo Tribunal Federal e das Justiças Eleitoral e do Trabalho, crédito suplementar no valor global de R$ 9.005.108,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.582, de 27-11-2007 (DOU 28-11-2007)
Novembro	63/2007-CN (nº 332/2007, na origem)	PLN nº 7/2007 Leitura:4-6-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 2.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.563, de 21-11-2007 (DOU 22-11-2007)
Novembro	67/2007-CN (nº 365/2007, na origem)	PLN nº 8/2007 Leitura:19-6-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito especial no valor de R$ 4.405.666,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.564, de 21-11-2007 (DOU 22-11-2007)
Novembro	68/2007-CN (nº 366/2007, na origem)	PLN nº 9/2007 Leitura:19-6-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 10.200,00, para o fim que especifica.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.565, de 21-11-2007 (DOU 22-11-2007)
Novembro	76/2007-CN (nº 371/2007, na origem)	PLN nº 10/2007 Leitura:25-6-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Educação, crédito especial no valor de R$ 24.824,00, para o fim que especifica.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.566, de 21-11-2007 (DOU 22-11-2007)

Novembro	77/2007-CN (nº 386/2007, na origem)	PLN nº 11/2007 Leitura:25-6-2007(SF)	**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito especial no valor de R$ 50.000,00, para o fim que especifica.**	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.567, de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007)
Novembro	78/2007-CN (nº 387/2007, na origem)	PLN nº 12/2007 Leitura:25-6-2007(SF)	**Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito suplementar no valor de R$ 261.932.386,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.**	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.545, de 19-11-2007 (DOU 20-11-2007)
Novembro	79/2007-CN (nº 388/2007, na origem)	PLN nº 13/2007 Leitura:25-6-2007(SF)	**Abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor da Caixa Econômica Federal e da ELETROSUL Centrais Elétricas S.A., crédito especial no valor total de R$ 34.527.800,00, para os fins que especifica.**	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.553, de 20-11-2007 (DOU 21-11-2007)
Novembro	82/2007-CN (nº 406/2007, na origem)	PLN nº 14/2007 Leitura:29-6-2007(SF)	**Abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R$ 271.710.988,00, para os fins que especifica.**	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.554, de 20-11-2007 (DOU 21-11-2007)
Novembro	83/2007-CN (nº 407/2007, na origem)	PLN nº 15/2007 Leitura:29-6-2007(SF)	**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 12.589.634,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.555, de 20-11-2007 (DOU 21-11-2007)
Novembro	84/2007-CN (nº 408/2007, na origem)	PLN nº 16/2007 Leitura:29-6-2007(SF)	**Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral e da Presidência da República, crédito suplementar no valor global de R$ 11.058.358,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.556, de 20-11-2007 (DOU 21-11-2007)
Novembro	85/2007-CN (nº 409/2007, na origem)	PLN nº 17/2007 Leitura:29-6-2007(SF)	**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito especial no valor global de R$ 4.050.000,00, para os fins que especifica.**	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.557, de 20-11-2007 (DOU 21-11-2007)
Novembro	93/2007-CN (nº 475/2007, na origem)	PLN nº 20/2007 Leitura:17-7-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Justiça, crédito suplementar no valor de R$ 24.050.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.568, de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007)
Novembro	100/2007-CN (nº 537/2007, na origem)	PLN nº 21/2007 Leitura:2-8-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R$ 38.330.853,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.569 de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007)
Novembro	101/2007-CN (nº 552/2007, na origem)	PLN nº 22/2007 Leitura:3-8-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Trabalho e Emprego crédito suplementar no valor de R$ 1.907.803.718,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.561, de 20-11-2007 (DOU 21-11-2007)
Novembro	102/2007-CN (nº 556/2007, na origem)	PLN nº 23/2007 Leitura:3-8-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor de R$ 80.990.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.546, de 19-11-2007 (DOU 20-11-2007)

Novembro	103/2007-CN (nº 557/2007, na origem)	PLN nº 24/2007 Leitura: 3-8-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito suplementar no valor de R$ 197.391.229,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.570, de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007)
Novembro	104/2007-CN (nº 553/2007, na origem)	PLN nº 25/2007 Leitura: 10-8-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor de R$ 200.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.571, de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007)
Novembro	105/2007-CN (nº 554/2007, na origem)	PLN nº 26/2007 Leitura: 10-8-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 93.067.091,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.547, de 19-11-2007 (DOU 20-11-2007)
Novembro	106/2007-CN (nº 600/2007, na origem)	PLN nº 27/2007 Leitura: 21-8-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda e do Turismo, crédito suplementar no valor global de R$ 63.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.558, de 20-11-2007 (DOU 21-11-2007)
Novembro	112/2007-CN (nº 622/2007, na origem)	PLN nº 28/2007 Leitura: 28-8-2007(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e da Cultura, crédito suplementar no valor global de R$ 233.907.232,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.576, de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007)
Novembro	113/2007-CN (nº 623/2007, na origem)	PLN nº 29/2007 Leitura: 28-8-2007(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 306.714.388,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.548, de 19-11-2007 (DOU 20-11-2007)
Novembro	118/2007-CN (nº 646/2007, na origem)	PLN nº 32/2007 Leitura: 3-9-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 8.445.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.572, de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007)
Novembro	130/2007-CN (nº 681/2007, na origem)	PLN nº 33/2007 Leitura: 26-9-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 311.228.961,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.549, de 19-11-2007 (DOU 20-11-2007)
Novembro	131/2007-CN (nº 689/2007, na origem)	PLN nº 34/2007 Leitura: 26-9-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério das Cidades, crédito suplementar no valor de R$ 6.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.573, de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007)
Novembro	132/2007-CN (nº 693/2007, na origem)	PLN nº 35/2007 Leitura: 26-9-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Justiça Eleitoral, crédito suplementar no valor de R$ 2.350.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.559, de 20-11-2007 (DOU 21-11-2007)

Novembro	140/2007-CN (nº 738/2007, na origem)	PLN nº 36/2007 Leitura: 11-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de R$ 60.000.000,00, para o fim que especifica.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.574, de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007-Repub. DOU 26-11-2007)
Novembro	156/2007-CN (nº 766/2007, na origem)	PLN nº 51/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Turismo e de Operações Oficiais de Crédito, crédito suplementar no valor global de R$ 72.176.663,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.560, de 20-11-2007 (DOU 21-11-2007)
Novembro	159/2007-CN (nº 769/2007, na origem)	PLN nº 54/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de R$ 22.715.795,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	8-11-2007, às 12 horas	Aprovado o substitutivo. A sanção.
Novembro	161/2007-CN (nº 771/2007, na origem)	PLN nº 56/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios de Minas e Energia e dos Transportes, crédito especial no valor global de R$ 35.160.574,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.**	8-11-2007, às 12 horas	Lei nº 11.575, de 22-11-2007 (DOU 23-11-2007)
Novembro	-	PR nº 6/2007-CN	**Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA.**	8-11-2007, às 12 horas	Resolução nº 2/2007-CN (DOU 22-11-2007)
Novembro	143/2007-CN (nº 753/2007, na origem)	PLN nº 38/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Previdência Social, crédito especial no valor de R$ 35.000.000,00, para o fim que especifica, e dá outras providências.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.586, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	144/2007-CN (nº 754/2007, na origem)	PLN nº 39/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente, crédito suplementar no valor de R$ 900.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.587, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	145/2007-CN (nº 755/2007, na origem)	PLN nº 40/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R$ 49.930.808,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.588, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	147/2007-CN (nº 757/2007, na origem)	PLN nº 42/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento de Investimento para 2007, em favor de empresas do Grupo PETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de R$ 8.298.937.975,00 e reduz o Orçamento de Investimento de empresas daquele Grupo no valor global de R$ 5.814.327.592,00, para os fins que especifica.	22-11-2007, às 10 horas	Aprovado. À sanção.

Novembro	149/2007-CN (nº 759/2007, na origem)	PLN nº 44/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre crédito especial ao Orçamento de Investimento para 2007 no valor total de R$ 1.185.035.673,00, em favor da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE, de empresas do Grupo PETROBRAS e da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, para os fins que especifica, e dá outras providências.	22-11-2007, às 10 horas	Aprovado. À sanção.
Novembro	150/2007-CN (nº 760/2007, na origem)	PLN nº 45/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, crédito especial no valor global de R$ 2.000.000,00, para os fins que especifica.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.589, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	151/2007-CN (nº 761/2007, na origem)	PLN nº 46/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito especial no valor de R$ 50.000,00, para o fim que especifica.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.590, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	153/2007-CN (nº 763/2007, na origem)	PLN nº 48/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, crédito especial no valor de R$ 790.000,00, para o fim que especifica.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.591, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	154/2007-CN (nº 764/2007, na origem)	PLN nº 49/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Integração Nacional, crédito especial no valor de R$ 400.000,00, para o fim que especifica.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.592, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	157/2007-CN (nº 767/2007, na origem)	PLN nº 52/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de R$ 116.624.807,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22-11-2007, às 10 horas	Aprovado o substitutivo. À sanção.
Novembro	158/2007-CN (nº 768/2007, na origem)	PLN nº 53/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de R$ 10.018.100,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.593, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	160/2007-CN (nº 770/2007, na origem)	PLN nº 55/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de R$ 69.844.939,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22-11-2007, às 10 horas	Aprovado. À sanção.

Novembro	162/2007-CN (nº 772/2007, na origem)	PLN nº 57/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Trabalho e Emprego, crédito suplementar no valor global de R$ 910.068.563,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.594, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	165/2007-CN (nº 775/2007, na origem)	PLN nº 60/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor de diversos órgãos dos Poderes Judiciário e Executivo, do Ministério Público da União e de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor global de R$ 33.848.633,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.	22-11-2007, às 10 horas	Aprovado. À sanção.
Novembro	166/2007-CN (nº 776/2007, na origem)	PLN nº 61/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor da Câmara dos Deputados, das Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União, crédito especial no valor global de R$ 70.798.615,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.	22-11-2007, às 10 horas	Lei nº 11.595, de 29-11-2007 (DOU 30-11-2007)
Novembro	168/2007-CN (nº 778/2007, na origem)	PLN nº 63/2007 Leitura: 17-10-2007(SF)	Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cultura e do Esporte, crédito suplementar no valor global de R$ 418.445.597,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, e dá outras providências.	22-11-2007, às 10 horas	Aprovado o substitutivo. À sanção.
Novembro	169/2007-CN (nº 779/2007, na origem)	PLN nº 64/2007 Leitura: 18-10-2007(SF)	Altera modalidade de aplicação constante do Orçamento da Seguridade Social da União, no âmbito do Ministério da Saúde.	22-11-2007, às 10 horas	Aprovado o substitutivo. À sanção.

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 2 DE FEVEREIRO A 30 DE NOVEMBRO DE 2007

PLNs -.....	54
PRNs -.....	02
Total de matérias apreciadas..	56

CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Nº do Ofício	Destinatário	Assunto
Of. nº 476/2007-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, e lido na sessão do Senado Federal, realizada em 6-11-2007, o AVN nº 36/2007 (nº 1581-Seses-TCU/2007, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 477/2007-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi lida na sessão do Senado Federal, realizada em 6-11-2007, a MCN nº 172/2007 (nº 827/2007, na origem), do Presidente da República, e foi despachada à CMO.
Of. nº 486/2007-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 8 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do CN, os PDNs nºs 9 e 10, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO.
Of. nº 487/2007-CN	Sen. Tião Viana - Presidente do SF - Interino	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 8 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do CN, os PDNs nºs 9 e 10, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO.
Of. nº 488/2007-CN	Sen. José Maranhão - Presidente da CMO	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 8 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do CN, os PDNs nºs 9 e 10, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO.
Of. nº 529/2007-CN	Sen. José Maranhão - Presidente da CMO	Comunicando que terminou dia 14-11-2007 o prazo sem interposição de recursos, para que os PDNs nºs 9 e 10/2007, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional.
Of. nº 530/2007-CN	Sen. Tião Viana - Presidente do SF - Interino	Comunicando que terminou dia 14-11-2007 o prazo sem interposição de recursos, para que os PDNs nºs 9 e 10/2007, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional.
Of. nº 531/2007-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que terminou dia 14-11-2007 o prazo sem interposição de recursos, para que os PDNs nºs 9 e 10/2007, fossem apreciados pelo Plenário do Congresso Nacional.
Of. nº 533/2007-CN	Sen. Tião Viana - Presidente do SF - Interino	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, o AVN nº 38/2007 (nº 1591-Seses-TCU/2007, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 534/2007-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que foi autuado, por solicitação do Presidente da CMO, o AVN nº 38/2007 (nº 1591-Seses-TCU/2007, na origem), do Presidente do TCU, e retorna à CMO.
Of. nº 535/2007-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 22 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do CN, o PDN nº 11, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, do parecer da CMO.

Of. nº 536/2007-CN	Sen. Tião Viana - Presidente do SF – Interino	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 22 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do CN, o PDN nº 11, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, do parecer da CMO.
Of. nº 537/2007-CN	Sen. José Maranhão - Presidente da CMO	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 22 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do CN, o PDN nº 11, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, do parecer da CMO.
Of. nº 551/2007-CN	Sen. Tião Viana - Presidente do SF – Interino	Tendo em vista a publicação da Resolução nº 2, de 2007, do CN, no DOU, de 22-11-2007, que "Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA", solicito a V. Exª a indicação dos dez nomes titulares e igual número de suplentes dessa Casa do CN que deverão integrar a referida Comissão e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000–CN, a indicação de mais um titular e suplente.
Of. nº 552/2007-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Tendo em vista a publicação da Resolução nº 2, de 2007, do CN, no DOU, de 22-11-2007, que "Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas - FIPA", solicito a V. Exª a indicação dos dez nomes titulares e igual número de suplentes dessa Casa do CN que deverão integrar a referida Comissão e, nos termos da Resolução nº 2, de 2000–CN, a indicação de mais um titular e suplente.
Of. nº 555/2007-CN	Sen. Tião Viana - Presidente do SF - Interino	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 28 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do CN, os PDNs nºs 12 a 15, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO.
Of. nº 556/2007-CN	Dep. Arlindo Chinaglia - Presidente da CD	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 28 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do CN, os PDNs nºs 12 a 15, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO.
Of. nº 557/2007-CN	Sen. José Maranhão - Presidente da CMO	Comunicando que nos termos do disposto no art. 123 da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2006, fica aberto, a partir do dia 28 do corrente, o prazo, para interposição de recurso, por 5 (cinco) dias úteis, para que sejam apreciados pelo Plenário do CN, os PDNs nºs 12 a 15, de 2007-CN, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, dos pareceres da CMO.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e treze minutos do dia três de outubro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, DEMÓSTENES TORRES, JAYME CAMPOS, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, FÁTIMA CLEIDE, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, EUCLYDES MELLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, ADELMIR SANTANA E ROMEU TUMA.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senadores Augusto Botelho, Marcelo Crivella e Cristovam Buarque. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência comunica que o prazo para apresentação de emendas ao Plano Plurianual - (PPA) para o período 2008/2011, fica suspenso até que seja atualizado o cronograma do referido projeto na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 01 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2004 "**Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescendo ao Art. 28A §8º, que instituiu penalidade ao produtor que não cumprir as normas de combate à febre aftosa, e da outras providências". **Autor:** Deputado Alex Canziani. **Relator:** Senador Jayme Campos. **Parecer:** Pela prejudicialidade do projeto. **Resultado: Aprovado o Parecer pela prejudicialidade do Projeto. ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 421, DE 2007** "Altera a Lei 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de setenta anos, iniciando-se com isenção de vinte por cento dos rendimentos aos sessenta e seis anos". **Autor**: Senador Efraim Morais. **Relator:** Senador Jayme Campos. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Retirado de pauta, a pedido do relator, para reexame. ITEM 03 – OFÍCIO "S" Nº 39, DE 2007** "Encaminha ao Senado Federal Relatório de Atuação Conjunta e Integrada do Ministério Público na Questão dos Controladores de Trafego Aéreo, elaborada pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho". **Autor:** EXTERNO **–** Ministério Público do Trabalho. **Relator:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:** Pelo conhecimento da Comissão do trabalho realizada pelo MPT e pelo encaminhamento dos resultados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que apura a crise do setor aéreo. **Resultado: Aprovado.** Às doze horas e dois minutos o Senador Papaléo Paes assume a Presidência. Às doze horas e oito minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. **ITEM 04 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 275, DE 2007** "Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior". **Autor:** Senador Valdir Raupp. **Relator**: Senador Garibaldi Alves Filho. **Parecer**: Favorável ao Projeto na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional dando continuidade a sua tramitação. ITEM 08 REQUERIMENTO Nº 53, DE 2007 - CAS** "Nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, Audiência Pública com a finalidade de discutir o PLS 408/2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que "altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para assegurar o atendimento da vontade das pessoas que houverem manifestado em vida o desejo de doarem tecidos, órgãos ou partes de seu corpo trata da manifestação de doar órgão em vida". **Autores:** Senador Augusto Botelho e Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. ITEM 09 - REQUERIMENTO Nº 54, DE 2007 – CAS** "Nos termos regimentais ao Requerimento nº 53 - CAS, de 2007, sejam convidados também os Senhores DRAUZIO VARELLA, médico cancerologista; FRANCISCO NETO ASSIS, Presidente da Adote – Aliança Brasileira pela Doação de Órgãos e Tecidos; e JARBAS DINKHUYSEN, médico-cirurgião cardiovascular e coordenador do setor de transplantes do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia de São Paulo; para participar de debate em reunião de Audiência Pública com o propósito de discutir o PLS nº408, de 2005, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para assegurar o atendimento da vontade das pessoas que houverem manifestado em vida o desejo de doarem tecidos, órgãos ou partes de seu corpo,de nossa autoria, e que está sendo relatado pela eminente Senadora Rosalba Ciarlini". **Autores:** Senadora Lúcia Vânia e Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. ITEM EXTRA-PAUTA – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2007** "Define os serviços ou atividades essenciais,

para os efeitos do direito de greve, previstos no inciso VII do artigo 37º da Constituição Federal, e dá outras providências". **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator:** Senador Expedito Júnior. **Parecer:** Favorável ao Projeto, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Aprovado. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dando continuidade a sua tramitação.** Os itens 05, 06 e 07 ficam adiados. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Jayme Campos, Flávio Arns, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Paim, Expedito Júnior, Garibaldi Alves Filho e Eduardo Azeredo. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – **Senadora PATRÍCIA SABOYA, Presidente.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 03 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 13 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia a todos e a todas. Bom dia Srs. e Srªs. Senadores. Havendo número regimental declaro aberta a 38ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciamos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Eu gostaria de comunicar a todos que o prazo para a apresentação de emendas ao PPA como foi dito na sessão passada, o Plano Plurianual para o período de 2008, 2011, fica suspenso até que seja atualizado o cronograma do referido projeto na Comissão Mista de Planos, orçamentos públicos e fiscalização, porque nós tínhamos dado um prazo até segunda-feira, mas fica suspenso em função do cronograma.

Nós iniciaremos o primeiro Item da pauta é o Projeto de Lei da Câmara nº 76 de 2004 que "Altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, acrescentando ao Art. 22, que institui penalidade ao produtor que não cumprir as normas de combate à febre aftosa, e dá outras providências". O autor é o Deputado Alex Canziani e o Relator é o Senador Jayme Campos. O parecer é pela prejudicialidade do projeto. Eu concedo agora a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir seu relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Srª. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, Srs. Senadores. O nosso relatório em relação a essa matéria é o seguinte, vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 76 de 2004, PL 3908 de 2000 na origem que altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, para instituir penalidade ao produtor que não cumprir as normas de combate à febre aftosa.

De autoria do ilustre Deputado Alex Canziani, tal projeto acrescenta mais um parágrafo no Art. 28A, da Lei nº 8.171, com o objetivo de se aplicar penalidade prevista no Art. 2, § 1º, inciso III da Lei nº 6.437 de 20 de agosto de 1977, ou seja, multa de duzentos mil a 1,5 milhão e meio ao produtor que deixar de notificar as autoridades competentes há presença de foco de febre aftosa, deixar de vacinar ou impedir a aplicação de medidas sanitárias relativas a essa doença.

O projeto de Lei estabelece ainda que no caso de agricultores familiares a multa fica reduzida a cinco por cento dos referidos valores. O projeto sobre exame foi aprovado nas Comissões de Agricultura e Política Rural e de Constituição e Justiça e Redação na Casa de origem. Na CAPR foi oferecida emenda aditiva que determina a redução das multas previstas para os agricultores familiares, no prazo regimental não foram apresentadas emendas perante essa Comissão.

Análise. A atividade pecuária é uma das principais fontes de rendas do setor agropecuário e nos últimos anos vem sendo consolidado como um dos principais itens de nossa pauta de exportação a Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste concentram a maioria do rebanho bovino e são responsáveis pela totalidade de exportações e estão nessa categoria. Na qualidade de carne bovina criada a pasto, sem a autorização de rações ou componentes animais, capazes da transmitir a Encefalopatia Espongiforme Bovina, o chamado "mal da vaca louca", juntamente com o melhoramento genético e aprimoramento do manejo levaram o Brasil a conquistar expressiva participação no mercado internacional.

Segundo o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento já se pode considerar que mais de quarto quintos dos rebanhos brasileiros estão livres de febre aftosa com a vacinação dos rebanhos e demais medidas de controle sanitários prevista na Lei 6.437 de 1977, e pelo regulamento dos serviços de defesa sanitária e animal, aprovado por meio do Decreto nº 24.548 de 1934, até hoje vigente o qual em seu Art.71 determina que às medidas de caráter especiais relativas às profilaxias e cada moléstia contagiosa será estabelecida por meio de instruções aprovadas pelo

Ministério da Agricultura. Quinta linha: que confere ao Ministro da Agricultura a competência para estabelecer regras específicas para a vacinação de rebanhos.

Foi aí que se embasou, por exemplo, a Portaria nº 121 de 93 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que estabelece as normas para o controle de febre aftosa, inclusive, definindo a estratégia de atuação para a vacinação dos rebanhos.

O quadro hoje de atribuições institucionais é o seguinte: parte da responsabilidade pelo estabelecimento e manutenção das áreas livres de aftosa cabe ao programa nacional de erradicação da febre aftosa da divisão de febre aftosa DIFU(F), subordinada a coordenação e vigilância e programas sanitários CPS e ao Departamento de Defesa Animal - DDA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entretanto, há responsabilidade individual dos produtores rurais não devem ser menosprezadas por ser fundamental e decisiva para o sucesso do programa. Cabe ressaltar que a responsabilidade dos produtores, independentes de sua categoria, pequenos, médios e grandes produtores são igualmente responsáveis, tanto pelo sucesso do controle da doença, quanto pela sua disseminação.

Por isso, entendemos que a distinção contida no projeto de Lei que reduz substancialmente a multa aos agricultores familiares, além de afrontar o princípio da igualdade na responsabilidade de todos os produtores na condução de um programa nacional de controle da febre aftosa, pode ser interpretado como um incentivo ao descaso da estrita observância das normas de Vigilância Sanitária.

Ademais a redação dada pela Medida Provisória nº 2.190, 34, de 2001, ao dispositivo que a proposta, ora sob exame pretende modificar, já estabelece multas que variam de dois mil a 1,5 milhão e meio, dois milhões a 1,5 milhão e meio, restam, portanto, a nosso ver plena e suficientemente regulamentos ou mecanismos de defesa sanitária com suas respectivas sanções, inexistindo a necessidade de aperfeiçoamento normativo sobre o controle de doenças específicas por meio da legislação ordinária, ante o exercício da competência atribuída ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento na edição de normas pertinentes.

Voto por tudo quanto exposto, em que pese o elevado mérito de intenção da iniciativa proposta, opinamos pela declaração de prejudicialidade do PLC nº 76 de 2004, posto já haver legislação federal, que regulamente esta matéria Srª. Presidente e Srs. Senadores, de tal forma que eu entendo que tudo que o ilustre Deputado prévia ou preocupado até mesmo de estabelecer critérios mais duros e mais rígidos em relação à matéria, ela tem, com certeza, a sua prejudicialidade tendo em vista que o Ministério da Agricultura, as Secretarias de Agricultura, os INDEAS, como é o caso especificamente do meu Estado do Mato Grosso já tem instrumentos e mecanismos suficientes para fazermos com que seja exigida de forma criteriosa, a vacinação do rebanho bovino em todo o território nacional, até porque, conforme o relatório, hoje a nossa balança comercial tem um peso em relação à carne bovina exportada, as aves, um peso bastante grande. Nós termos contribuído, o agronegócios brasileiro com quase 38% em relação a nossa balança comercial. De tal maneira Srª. Presidente que esse é o meu voto, espero que os Srºs. Senadores aqui presentes possam fazer uma reflexão e ver a forma coerente, tendo em vista que nós não possamos ter dois pesos e duas medidas.

Eu acho que a exigência tem que ser feita para todos em igualdade de condição, que não pode ser o grande e o pequeno produtor como também o pequeno como é a agricultura familiar que muitas das vezes deixa de vacinar, na medida em que não tem o apoio suficiente dos organismos não só federal e mesmo estadual, para que ele possa fazer a vacinação no momento oportuno do seu pequeno rebanho. Muito obrigado Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigado ao Senador Jayme Campos pelo seu relatório. Eu coloco em discussão a matéria.

Eu gostaria apenas de tirar uma dúvida Senador Jayme Campos pelo que eu entendi, essa emenda que diminui para os agricultores da agricultura familiar, essa foi uma emenda na Comissão anterior?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Foi aprovada e V.Exª. não acata. É isso?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Não acato Srª. Presidente, tendo em vista que a penalidade é só para o grande e médio e ele deixa, ou seja, deixa aqui no seu projeto, que a agricultura familiar seria aliviada na multa em cinco por cento. O que ocorre? Ele esta incentivando o pequeno produtor, sobretudo, familiar, na média, que a multa é muito pequena. Se a multa é para o grande e o médio, o pequeno também tem que sofrer as mesmas penalidades.

Porque o mesmo foco de aftosa que pode surgir em uma pequena propriedade, ela surge na média e na grande. Eu acho que tem que ser o quê? A Lei é feita para todos e cabe, compete, que o Governo Federal, o Governo Estadual crie mecanismos, incentive,

dê apoio, às vezes, doar a vacina para que o rebanho também da agricultura familiar seja vacinado.

Porque o risco que corre o grande e médio, o pequeno também dá mesma forma que uma cabeça, duas cabeças de bovino podem contaminar um rebanho de 500 mil cabeças, enfim, sobretudo, quando nós sabemos que as grandes propriedades, às vezes, estão perto também das pequenas propriedades, às vezes, fazendo até divisa de cerca.

De tal forma que os Estados já têm mecanismos suficientes para fazer a política de preservação em relação à campanha da aftosa.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigado Senador Jayme Campos pelo esclarecimento. Em discussão. Senador Flávio Arns para discutir.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria que o Senador Jayme Campos também esclarecesse, porque me pareceu que há dois problemas no Projeto de Lei: O primeiro o projeto dele é meritório, porém existe uma discrepância no tratamento do pequeno, do médio e do grande.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Senador Flávio Arns para todos.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Deveria ser da mesma maneira. Quer dizer?

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): O que deveria inserir no Projeto de Lei é exigir que a Secretaria de Agricultura dos Estados, o próprio Governo Federal dessem assistência técnica, sobretudo, doação de vacina, veterinários para acompanhar a vacinação, mas nesse caso os Estados já tem esses instrumentos, haja vista que nós temos no Estado de Mato Grosso, especificamente, que é uma participação de todo abate de bovino feito nos frigoríficos, é feito o quê? Tirado deste abate parte da venda para as campanhas de vacinações, chama FEF que faz o quê? Permita que o FEF doe vacinas para os pequenos produtores. Eu imagino que todo o território nacional, as Secretarias de Agricultura já tenham esse instrumento, eu imagino que são dois pesos e duas medidas.

Primeiro que ele está cobrando de 1,5 milhão e meio a 2 milhões de reais os grandes e pequenos produtores que não vacinam eventualmente os seus rebanhos, mas para o agricultor familiar, eu acho que está incentivando, apenas cinco por cento, eventualmente, sendo deixado de vacinar, mas eu sou contrário tendo em vista que os Estados inicialmente já tem instrumentos e mecanismos suficientes para fazer o trabalho não só de punição, cobrar as multas, mas acima de tudo, de campanhas de vacinação para os pequenos produtores e para a agricultura familiar dos respectivos Estados, Mato Grosso, especificamente, já tem e, certamente, todos os Estados da Federação que tem rebanhos bovinos já tem os mecanismos suficientes.

Eu acho que nós não precisamos de uma nova Lei para criar instrumentos suficientes para nós combatermos à aftosa no Brasil.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Srs. e Srªs Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai à Secretaria Geral da Mesa.

O item 2, da pauta decisão não terminativa Projeto de Lei do Senado nº 421 de 2007, altera a Lei nº 7.713, de 22 de dezembro de 1988, para conceder isenção total do imposto de renda da pessoa física aos rendimentos de aposentadoria e pensão, para os maiores de 70 anos, iniciando-se com isenção de 20% dos rendimentos aos 66 anos. Autor é o Senador Efraim Morais e o Relator novamente é o Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu relatório.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Muito obrigado Srª. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. Com muita honra estamos relatando aqui o Projeto de Lei do ilustre Senador Efraim de Morais que mostra a sua preocupação com relação aos idosos desse imenso País.

O meu relatório diz o seguinte, Srª. Presidente, Srªs e Srs Senadores. Vem ao exame desta Comissão, o Projeto de Lei nº 421 de 2007 de autoria do ilustre Senador Efraim de Morais que tem como objetivo conceder isenção total do imposto de renda a pessoa física, dos rendimentos de aposentadoria e pensão para os maiores de 70 anos iniciando-se com a isenção de 20% dos rendimentos aos 66 anos, estabelecendo que a tal isenção se dará de forma progressiva, a proposição prevê que ela terá início quando o contribuinte completar 66 anos incidindo do percentual de 20% para alcançar os 100% dos rendimentos quando o aposentado completar 70 anos.

A proposta determina que o Poder Executivo realize estimativa da renúncia fiscal decorrente do benefício, a qual deverá ser incluída no demonstrativo financeiro anexo do Projeto de Lei orçamentária. Substitui ainda que a isenção só produzirá efeitos no exercício financeiro imediatamente posterior aquele em que está condição for satisfeita. Ao justificar sua iniciativa, o nobre autor alega que o avançado da idade, ao mesmo tempo em que reduz a capacidade de trabalho, aumenta a necessidade da gastos com saúde em relação a acometimento de moléstias degenerativas e crônicas

que exigem tratamentos longos e onerosos, não proporcionados adequadamente pelos Estado.

As tabelas dos planos de saúde escalonados por idade demonstrariam essa realidade, pois na terceira idade as prestações são mais elevadas e na prática, proibitiva para a maioria da população. Assim, a finalidade do PLS 421 de 2007 reside em possibilitar mais disponibilidades de recursos aos aposentados e idosos. Concedendo isenção parcial do imposto de renda, incidente sobre seus rendimentos de aposentadoria e pensão de transferência para a reserva remunerada ou de reforma percebida por maiorias de 66 anos e total para as maiores de 70 anos. No prazo regimental não foram apresentadas emendas perante esta Comissão.

Análise quanto ao pressupostos de admissibilidade o projeto se apresenta adequado em termos de constitucionais orçamentários e financeiros. A matéria não é de iniciativa privada do Presidente da República, por não se encontrar dentro as constantes do Art. 61 § 1º da Constituição Federal e nem estar no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas isoladamente conforme as situações previstas nos Arts. 49, 51 e 52 da Carta Magna e atende também as exigências constitucionais § 6º, do Art. 150 no que concerne à edição da Lei Federal específica que concede a isenção. A União é competente para legislar sobre Direito Tributário, nos termos do Art. 24, inciso I e 48, inciso I da Constitucional Federal.

Sob o aspecto de adequação orçamentária e financeira, a proposição por meio de seu Art. 2º observou a determinação contida no Art.101, da Lei 11.439 de 29 de dezembro de 2006, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para 2007.

Esse dispositivo enuncia que a edição de Lei que concede ou amplie isenção ou benefício de natureza tributária está condicionada no atendimento do disposto no Art. 14 da Lei complementar nº 101 de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, o qual estabelece que a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária do qual decorra renúncia de receita, deve estar acompanhado de estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva iniciar sua exigência e nos seguintes e, que deva também, cumprir ao menos uma das exigências por ela posta.

Nesse contexto o proponente demonstra que a renúncia foi considerada nas estimativas da receita da Lei Orçamentária e que não afetas as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO ou a proposição deve ser, necessariamente, acompanhadas de medidas de compensação por meio de aumento de receitas provenientes de elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo.

Neste último caso, o benefício só pode entrar em vigor quando adotadas tais medidas compensatórias, do ponto de vista formal o texto proposto se alinha com as disposições da Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 98 relacionados à técnica Legislativa.

Quanto ao mérito, o projeto tem grande virtude de aliviar os gastos dos aposentados, pensionistas e militares da referência ou reformados maiores de 66 anos. Sendo extremamente louvável e coerente, posto que em sintonia com os recorrentes anseios da sociedade brasileira no sentido de redução da carga tributária.

Por fim Srª. Presidente, Srªs e Srs Senadores, é importantíssimo salientar que o Estado, o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendido sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida, o que se impõe expressamente o Art. 230 de nossa Constituição.

Voto por tudo quanto exposto. Opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 421 de 2007. Este é o meu voto Srª. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, Srªs. e Srs. Senadores.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada Senador Jayme Campos, pelo seu relatório. Eu passo já a palavra para discutir à matéria ao Senador Geraldo Mesquita e, em seguida, ao Senador Paulo Paim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Srª. Presidente, Srs. Senadores aqui presentes. O esforço e a preocupação do Senador Efraim, conjugado com o esforço e a preocupação do Senador Jayme Campos é absolutamente compreensivo. Eu queria apenas fazer uma reflexão aqui entre nós.

Chama-me a atenção há ausência de um fator de fundamental importância na construção dessa possibilidade de isenção. É a questão da renda. Eu creio que assentarmos essa possibilidade da isenção somente no fator idade, Senador Jayme Campos, sem levar em consideração o fator renda, eu acho que nós estamos de alguma forma pecando. Sabe por quê? Eu vou dar um exemplo concreto. O Ministro Sepúlveda Pertence se aposentou agora com um salário de 25 mil reais, ora, e ele não é caso isolado, há uma faixa da população que se aposenta com salários altos, Senadora Patrícia Saboya e há uma faixa da população que se aposenta com salário pequeníssimo. Eu creio que deveríamos fixar um limite para essa conjugação de idade e renda.

Uma pessoa que se aposenta com salário-mínimo é absolutamente justificável que dentro desse modelo

proposto aqui pelo Senador Efraim de Morais, acolhido pelo Senador Jayme Campos, perfeitamente justificável que é ela a partir dos 66 anos comece... Eu estou trazendo um caso que já se nem se aplica mais.

Eu, Senador Jayme Campos, que a gente deveria buscar um limite para esse fator renda conjugá-lo com o fator idade, aí sim, eu creio que estaríamos operando com Justiça, inclusive, porque o caso que eu trouxe agora o Ministro Sepúlveda Pertence, desculpe o Ministro Sepúlveda, mas eu lembrei porque é resistente a aposentadoria dele, mas são muitos os que se aposentam com uma renda elevada, Senador Jayme Campos que vamos ser justos. Eu creio a eles não deveria se aplicar uma regra dessas? Por quê? Eles têm capacidade financeira para arcar com o recolhimento de imposto de renda, sem que a questão fator idade traga qualquer dificuldade na condução da sua vida, etc.

Eu faço apenas essa reflexão e essa ponderação, porque fica no íntimo o sentimento como se a gente não estivesse sendo completamente justo. Eu creio que conjuntamente renda, até um determinado limite e o fator idade eu creio que estaríamos operando com absoluta Justiça.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Para discutir matéria, Srª. Presidente de forma muito rápida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu também quero me somar aqui às preocupações que sei que é do autor do relator, tanto do Senador Efraim de Morais, como Senador Jayme Campos e, também, do Senador Mesquita Júnior. Eu entendo que o imposto de renda que todos nós pagamos, tem o objetivo é a questão social. E se os altos salários e eu quero aqui pegar, inclusive, a aposentadoria nossa de Senadores e Deputados, desde que ficar bem claro, a gente tenha trinta e cinco anos de contribuição, é uma aposentadoria, eu digo, respeitável, comparando à população, me aparece que há melhor boa intenção aqui dos autores e da relatoria senão tiver um limite, vai ficar complicado e, até mesmo, para explicar e aqui o Senador Mesquita Júnior foi muito feliz quando ele diz que um salário de vinte e cinco e nós sabemos que tem de trinta, de quarenta mil infelizmente nesse País, não vai pagar imposto de renda. O que eu acho, elogiando a iniciativa do autor e do relator, nós talvez fizéssemos uma emenda, de comum acordo, e vamos ver qual é esse limite.

Nem vou definir qual é o limite, buscaríamos um limite e pode até ser adotado o efeito cascata, que ninguém, mesmo aquele que tem um salário um pouco melhor, não poderia se considerar prejudicado, porque adotaria efeito cascata, inclusive, o Senador Geraldo Mesquita Júnior diz que existe esse efeito, por isso, que talvez nós tínhamos que pensar em uma emenda, conversar com o Relator.

Nós conversamos em um outro momento de uma emenda que resolva esta situação para não permitir que as aposentadorias de vinte, trinta, quarenta ou cinqüenta mil reais sejam contempladas mediante a boa iniciativa, quer dizer, do Senador Efraim de Morais que entendo qual é o objetivo dele que é mais do que justo. Eu que trabalho tanto com a questão do idoso, acho que é correta só temos que ver até aonde que vai o não pagamento do imposto de renda. É só isso, Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Paulo Paim. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Srª. Presidente, eu quero só me somar à argumentação do Senador Geraldo Mesquita, do Senador Paulo Paim. É uma preocupação social ética necessária para o aprimoramento do projeto. Eu até sugeriria que o próprio relator que sempre faz um trabalho bastante cuidadoso e meticuloso, pudesse até sugerir retirar de pauta para a apreciação da sugestão e retornar a pauta em uma próxima reunião esse mesmo Projeto de Lei.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Srª. Presidente pela ordem.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Jayme Campos.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Srª. Presidente eu agradeço antes da mais nada a participação do Senador Geraldo Mesquita, do Senador Paulo Paim, do Senador Flávio Arns. Eu acho que nós poderíamos enriquecer, fazer um trabalho melhor nesse caso. Eu quando vejo aqui a preocupação dos Senadores, sobretudo, do Senador Geraldo Mesquita em relação a alguns salários que algumas pessoas mais abastadas aqui no País, realmente nos causa até realmente certa preocupação.

E como eu sou um democrata, eu peço a Srª. Presidente que eu gostaria de retirar e sentar com os demais Senadores até para melhorar, para aprimorar este nosso relatório, quando os ilustres Senadores colocam bem em relação ao teto e nós poderíamos também Senador Paulo Paim, Senador Geraldo Mesquita e Senador Flávio Arns, por exemplo, nesse mesmo relatório que nós vamos melhorar, poderíamos até que alguns possam receber os 100% da isenção do imposto de renda quando forem alguns casos de saúde, comprovadamente. Nós poderemos atender com os 100%, podemos colocar um teto, entretanto, em casos específicos, casos de saúde de pessoas que

estão portadores mesmo de diabete ou coisa parecida, nós damos a isenção de 100%.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pessoas com deficiência.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Deficiência, etc, etc. Eu gostaria de contar, inclusive, com a capacidade e a inteligência de cada um dos senhores para ajudar a melhorar esse relatório de forma, Srª. Presidente, que eu peço para retiramos de pauta e vamos sentar com os demais Senadores para melhorar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Retirado de pauta a pedido do próprio Senador Jayme Campos. Eu quero agradecer também pelo seu espírito democrático de poder ouvir as sugestões dos outros Senadores.

Está retirado de pauta o projeto.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Srª. Presidente pela ordem?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pela ordem o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Senadora nós estamos há 15 anos discutindo aqui no Senado um projeto do Senador Paulo Paim, esse projeto tramita nesta Comissão com o parecer favorável. Eu sei, eu conversei agora com V.Exª., e V.Exª. disse da dificuldade por causa do acordo, do entendimento que se tem aqui nessa Comissão. O entendimento é que se tem de não se votar nada extrapauta. Mas a todo momento, esta Casa quando o assunto é importante como este que eu tenho certeza, o projeto que define que as regras do direito à greve e que estamos sendo cobrados há todo momento e, daqui a pouco, se nós não decidirmos aqui e se nós não legislarmos aqui, vai mais uma decisão que o Supremo vai legislar e vai fazer o papel que era nosso dever, daqui a pouco o Supremo está fazendo também.

Como tantas outras coisas que estão fazendo e isso serve para diminuir o nosso trabalho e diminuir o Congresso Nacional. Eu gostaria de fazer um apelo a Presidente que fosse ouvido o Plenário da Comissão para que fizesse uma extrapauta aqui para que nós pudemos colocar o Projeto de Lei nº 84 de 2007 que define os serviço ou atividades essenciais para os efeitos do direito de greve previsto no Art.7º, do Art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências.

Eu sou o relator e, em sendo aprovado por essa Comissão, eu estaria pronto para ler o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não. Senador Expedito Júnior nós no início que eu assumi a Presidência, nós achamos por bem decidirmos isso aqui na Comissão que não colocaríamos matérias extrapauta até para que os Senadores da Comissão pudessem ter oportunidade de ler os projetos e realmente se inteirar daquilo que está sendo votado.

Eu vou de qualquer forma, eu quero remeter, porque esse foi uma decisão tomada por todos nós. Eu vou remeter ao Plenário a possibilidade da se votar extrapauta apesar de que a minha compreensão é que é um projeto extremamente importante, não é algo tão simples, enfim, merece uma discussão. Eu preferiria colocar o projeto para que fosse já discutido colocando na pauta para quarta-feira que vem, mas se o Plenário desta Comissão decidir que é urgente, que mereça ser colocada, não que mereça é, claro, que o projeto merece ser colocado em pauta, para ser discutido. Mas se os senhores concordarem e as senhoras concordarem de que nós coloquemos extrapauta nós colocaremos.

Eu vou deixar eu vou remeter isso ao Plenário para que os senhores e a Senadora Fátima Cleide também, possam decidir sobre esta matéria. Eu acho que é algo do interesse do Brasil inteiro, é uma matéria que vem há muito tempo. Esse projeto é um projeto do Senador Paulo Paim que vem da Câmara, portanto, nós sabemos o esforço que ele tem feito, sabemos já que o Governo se comprometeu a mandar um projeto para a Casa e até hoje esse projeto não chegou.

Eu entendo a preocupação do relator e do próprio autor do projeto. Eu posso me comprometer a colocar a semana que vem, distribuindo já hoje para que todos tenham conhecimento e a semana que vem na quarta-feira nós votaríamos. Caso os senhores decidam de outra forma nós votaremos ainda hoje.

Com a palavra o Senador Paulo Paim, ele não é terminativo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª. Presidente, eu queria em rápidas palavras dizer que, claro, que eu gostaria muito que ele fosse votado hoje. Hoje o Supremo Tribunal Federal, por omissão do Congresso Nacional, pode cassar o mandato de quarenta Parlamentares, pode cassar o mandato.

Eu quero dizer que não concordo, porque as regras do jogo estão em vigência, se fosse daqui para frente, tudo bem, mas como Congresso não cumpre seu dever de casa, o Supremo vai cumprir. Nós fomos xingados pelo Supremo Tribunal Federal durante quase um mês, dizendo o seguinte, e já passaram trinta dias das primeiras declarações. Se o Congresso não deliberar sobre a Lei de greve dos servidores públicos, nós vamos deliberar, dando a impressão que não tem trabalho nessa Casa. E nós temos, como foi dito aqui há mais de quinze anos, insistindo-se para deliberar.

Eu acho que a Comissão de Assuntos Sociais deveria, já que o projeto está há tanto tempo em de-

bate, deliberar. Não é terminativo, ele ainda vai para a CCJ. Se tiver que fazer Audiência Pública, podemos fazer, e todos nós vamos participar, mas eu acho que é o momento do Congresso começar a responder, porque não é, como eu sempre digo, um projeto de oportunismo como surgem alguns em determinados momentos da história.

Esse projeto está sendo debatido há mais de quinze e vinte anos. Daí vai acontecer, Senadora Fátima Cleide se me permitir, àquele lamentável incidente do Plenário. Onde a Senadora Ideli Salvatti ficou mal, o Senador Osmar Dias ficou mal porque ele também ficou indignado, ficou um clima de constrangimento. Por quê? Porque o projeto dele efetivamente estava circulando há 5 anos, o Executivo encaminha um outro projeto, a Câmara vota é remeteu para lá. Direito de greve do servidor público e se nós não regulamentarmos, vamos ser atropelados ou pelo Executivo ou pelo Legislativo, ou pelo Supremo.

Eu cheguei a ter a ousadia de apresentar uma PEC que diz o seguinte, projeto circulando na Casa do mesmo tema se vier outro do Executivo por Medida Provisória ou por Projeto de Lei, apense-se ao projeto idêntico, mas só que eu sei que essa PEC dificilmente vai ser aprovada. Eu acho que é o momento de nós aqui da Comissão, até para não ficar na velha história de tudo remeter para uma outra Comissão em um segundo momento, porque esse projeto já está lá na CCJ em uma habilidade, eu diria, eu vou usar o termo habilidade, com muita habilidade o projeto de lá veio para cá, para depois daqui volta para lá. Porque o receio qual era? Aprova lá, aqui é terminativo. Eu tenho certeza que a Comissão ia aprovar, iria para a Câmara, jogaram de lá para cá, para não votar lá, está aqui pronto para ser votado, se nós não votarmos poderíamos ser atropelado, mas depois vai para lá ainda.

O projeto foi feito alterações, inclusive, pelo Senador Expedito Júnior ele flexibiliza mais a forma como eu apresentei o projeto original, eu acho que ele está pronto para ser aprovado. E eu entendo que tanto o Executivo como os servidores públicos sabem que tem que haver uma regulamentação desse tema. A sociedade clama por essa regulamentação, nós se aprovássemos aqui estariam dando o primeiro passo. O projeto é um projeto que vai debater na CCJ e, com certeza, vai para o Plenário do Senado ainda.

Nós todos sabemos, porque é uma matéria que vai exigir de fato, mais debate. Eu faria um apelo, se possível, que nós votássemos o projeto no dia de hoje, sabendo que ele não é terminativo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada Senador Paulo Paim. A palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu habitualmente, eu quero dizer que eu estou sempre junto com o Senador Paulo Paim. E se formos para votar hoje, nós votaremos hoje, mas eu acho que a atitude da Mesa foi uma atitude que consultou o Plenário em ocasião anterior, e há uma decisão do Plenário no sentido de que não sejam colocados assuntos extrapauta, independente do assunto, que eu próprio em uma outra ocasião eu quis apresentar um assunto e fui alertado pela Mesa de que havia essa decisão.

Isso eu acho que é um princípio da precaução também, para que ninguém possa alegar na seqüência, não se eu soubesse, que este assunto estaria na pauta da Comissão de Assuntos Sociais, mesmo não fazendo parte da Comissão, eu estaria lá para discutir e votar esse assunto. Eu tenho a impressão que é, vamos dizer, uma atitude da prudência das Comissões não colocar em pauta.

Eu acho que V. Exªs. tem essa preocupação. Por outro lado, o assunto do Projeto de Lei de autoria do Senador Paulo Paim com relatório do Senador Expedito Júnior, é da mais alta importância. Como V.Exª. já colocou, a sociedade, os Tribunais, todos estão pedindo uma solução. Eu acho que até seria melhor para o Projeto de Lei se nós anunciássemos: "O Projeto de Lei na semana que vem, vai estar sendo debatido e votado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, não vamos mais segurar o Projeto de Lei, vai ser discutido e vai ser votado". Este anúncio para a sociedade em geral vai fazer, inclusive, com que haja, eu acho um interesse dobrado em um assunto que é de fundamental importância para o País.

Inclusive, com as mudanças que os Senadores, Senador Expedito Júnior colocou relatadas pelo Senador Paulo Paim, isso vai fazer com que as pessoas se debrucem "vamos achar a solução para isto". Este anúncio vai ser bom para o assunto, vai ser bom para o relator, para dar o mérito para o relator e para o autor que já não é um projeto de ocasião, em função das notícias que estão circulando, mas já de muito tempo.

Se a gente chegar, eu acho que seria bom para todo mundo, nesse espírito que a gente dissesse: "Semana que vem vai ser votado", até para que os Senadores venham e digam: "Nós vamos votar e vamos estar presentes e queremos acertar isso na semana que vem". A minha opinião de contribuição mais para a reflexão sobre esse assunto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada Senador Flávio Arns. Antes de passar a palavra Senador Expedito Júnior eu quero apenas concordar novamente com o Senador Flávio Arns. Eu acho que a gente teria Senador Paulo Paim, uma semana para fazer uma mobilização, anunciar

aqueles que se interessam em discutir o projeto nessa Comissão, porque eu acho realmente que ele é muito importante. Ele poderia estar na pauta, infelizmente, não está hoje na pauta, mas eu faço mais uma vez em função, inclusive, das palavras do Senador Flávio Arns, que pondera a todos nós que possamos nos debruçar realmente chamando a atenção, mostrando que o nosso dever de casa está sendo cumprido, que o Senador Paulo Paim tem discutido esse projeto há mais de 15 anos e que a Comissão de Assuntos Sociais irá votar o projeto na reunião de quarta-feira que vem. Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente depois de ouvir a palavra do Senador Flávio Arns, na verdade, é até difícil ir contra a proposta feita pelo Senador Flávio Arns, mas na verdade, vai chegar na quarta-feira nós ainda temos regimentalmente alguém da Comissão pode pedir vistas. De repente tem uma outra proposta alternativa, vamos ler o relatório hoje, e já fica aqui praticamente no consenso de pedir vista coletiva, quer dizer, nós vamos anunciar que na próxima quarta-feira nós vamos votar o projeto, se é este o alcance nós vamos...

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): [inaudível] Vota hoje o projeto, Presidente, porque não? Vota.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Se esta for a decisão eu estou pronto para ler o relatório.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu remeto ao Plenário essa decisão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu gostaria de pedir um aparte aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não, Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Senador Flávio Arns, se porta aqui com o equilíbrio fantástico, ele é o nosso paradigma de bom senso e equilíbrio, como ele disse em relação ao Senador Paulo Paim, eu digo em relação a ele. Normalmente eu me perfilo a argumentação do Senador Flávio Arns, nesse ponto em especial, eu vou me permitir, pedir licença ao meu querido Senador Flávio Arns, de discordar só um pouquinho.

Eu acho que o precedente que nós temos opera contra o Congresso Nacional, a argumentação trazida aqui pelo Senador Paulo Paim e pelo Senador Expedito Júnior, nós estamos devendo à sociedade brasileira há mais de 15 anos, um tratamento.

Isso opera contra a gente Senadora Patrícia Saboya, é chegado o momento em que a gente tem que quebrar alguns paradigmas, esse projeto não é terminativo na CAS, para começar. Eu creio que ficaria muito bem para esta Comissão se a semana que vem já estivéssemos anunciando que o projeto foi apreciado e, talvez, até aprovado nessa Comissão um pontapé inicial fortíssimo Senadora Patrícia Saboya.

Eu creio que dignificaria essa Comissão, a sua Presidência, que nós tomássemos a pulso aqui esse projeto e, ainda hoje, apreciássemos e, quem sabe, até aprová-lo para que ele continue tramitando rapidamente nessa Casa e possamos dar à sociedade brasileira uma satisfação definitiva em relação a essa matéria.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu de qualquer forma agradeço também ao Senador Geraldo Mesquita, mas para que a Comissão fique mais segura nós colocaremos em votação para saber se votamos hoje ou não o projeto. A minha intenção Senador Geraldo Mesquita, foi só dar oportunidade para que esta Comissão e os membros desta Comissão pudessem participar, ter uma participação maior na discussão do projeto. É claro que se nós formos votar hoje, o Senador Expedito Júnior irá ler o seu relatório nós estaremos atentos à leitura do seu relatório, mas é diferente a gente ler um relatório na hora e a gente ter acesso a esse relatório antes.

Como há esse conflito de opiniões, eu vou passar para que cada um apenas diga votamos hoje ou não. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Vota hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Voto conhecido, hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Expedito Júnior, hoje. Eu vou empatar aqui.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu se entendi bem a sugestão inicial do Senador Expedito Júnior era no sentido de ler hoje e, talvez, votar hoje, talvez, porque ele estava de receio só de um pedido de vista, então vamos ler. Eu não sei qual é o conteúdo também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu também estou na mesma situação como servidora pública eu tenho o maior interesse, mas tudo bem. Vota hoje com o prejuízo de que eu tenho um compromisso agora meio-dia e não vou poder tomar ciência do relatório do Senador Expedito Júnior, mas para que se dê celeridade a tramitação eu voto, para que se vote hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Para que se vote hoje a matéria. Senador Garibaldi Alves Filho.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Hoje.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O projeto será votado. O Item 3 da pauta decisão não terminativa ofício do Senado nº 39 de 2007, encaminhando ao Senado Federal, Relatório de Atuação Conjunta e Integrada do Ministério Público na Questão dos Controladores de Tráfego Aéreo, elaborado pela Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho. Autoria externa o Ministério Público do Trabalho. Relator Senador Geraldo Mesquita.

Eu concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita para proferir seu relatório.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele volta posterior a esse? O da Lei de greve?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não, primeiro esse, depois até chegarmos ao projeto extrapauta de V.Exª. Pois não. Item 3 da pauta.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Srª. Presidente, Srªs. Senadoras e Srs. Senadores. Trata-se do ofício nº 39 de 2007 que chegou ao Senado Federal dia 24 de julho de 2007 e foi encaminhado em agosto a essa Comissão. Os documentos Senadora Patrícia Saboya, é o resultado da compilação das informações obtidas por meio de documentos e informações requisitadas as autoridades competentes do setor aéreo e também por meio de fiscalizações e investigações procedidas no comando da aeronáutica e da Infraero.

O seu objetivo final foi apresentar as causas e as medidas práticas e concretas para a solução dos problemas da aviação civil, principalmente, no que tange às condições laborais dos controladores de trafego aéreo, as quais são extensíveis as demais especialidades do sistema operacional.

Como resultado do trabalho, o Ministério Público do Trabalho apontou causas levantadas apenas no escopo de seu relatório para crise no setor aéreo brasileiro, as quais podem ser resumidas, por exemplo, número insuficiente de controlador do tráfego aéreo, ausência de quadro reserva de controladores, excesso de carga de trabalho, questões salariais, problemas ligadas à ergonomia e etc.

O Ministério do Trabalho aponta quarenta propostas de soluções para os problemas levantados mencionados alguns aqui.

Em suma, Senador Papaléo Paes, a iniciativa do Ministério Público, é meritória. Nós estamos com uma CPI em andamento, creio que além do conhecimento pelos Senadores da Comissão, esse relatório deve ser enviado incontinente a essa CPI, ela traz subsídios importantes para a reflexão dos Senadores que estão dedicados ao trabalho naquela CPI.

Portanto, o nosso voto é para que tomemos conhecimento do trabalho realizado pelo Ministério Público do Trabalho e que esse resultado seja encaminhados a CPI que apura a crise do setor aéreo que ora, funciona nessa Casa e o voto Senador Papaléo Paes.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não havendo mais quem queira, ou melhor, quem queira discutir em votação o parecer ao ofício "S" nº 39 de 2007. Srªs e Srs Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Está aprovado e o projeto vai a Secretaria Geral da Mesa.

Item 4, decisão não terminativa Projeto de Lei do Senado nº 275, de 2007, altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos para prestar serviços no exterior.

Autor, Senador Valdir Raupp, relator Senador Garibaldi Alves Filho, parecer é favorável ao projeto na forma do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho para proferir seu relatório.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, esta Comissão recebe para análise o projeto de Lei do Senado nº 275 de 2007, que altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para estender sua aplicação a todos os trabalhadores contratados no Brasil, ou transferidos para prestar serviços no exterior.

Trata-se de alteração da referida Lei para determinar a aplicação de seus dispositivos a todos os trabalhadores contratados para prestar serviço no exterior, porque atualmente essa aplicação é restrita aos empregados contratados por empresas prestadoras de serviços de Engenharia e Consultoria, projetos e obras de montagens, gerenciamento e congêneres. Em defesa de sua iniciativa, o ilustre autor, o Senador Valdir Raupp, afirma que a solução dos conflitos de Lei trabalhista quando há trabalho do estrangeiro tem observado a aplicação das Leis vigentes no País da prestação de serviços e não aquela do País da contratação.

Essa regra de territorialidade foi adotada na convenção de Havana de 1928, que foi ratificada pelo Brasil.

Também consta da Jurisprudência trabalhista pátria no enunciado nº 207 do Tribunal Superior do Trabalho.

Sr. Presidente há uma extensa análise aqui, a respeito desse tratamento isonômico que quer se dar aos trabalhadores contratados ou transferidos para o exterior ou contratados internamento, mas para prestar serviço fora dos limites do País. Fica excluído do regime dessa Lei o empregado designado para prestar serviço de natureza transitória por período não superior a seis meses, desde que receba além da passagem de ida e volta, a diária ou reembolso de despesas de hospedagem, alimentação e transporte durante o período de trabalho no exterior.

Sr. Presidente, eu gostaria de recomendar aos Senadores aqui presentes a aprovação desse Projeto de Lei, lembrando apenas que dentre as diversas contribuições e sugestões recebidas, decidimos acolher algumas em especial a modificação da Lei para torná-la de aplicação geral. Tema que é objeto de iniciativa é análise.

No caso das transferências identificamos razoável que as empresas ofereçam como alternativas ao pagamento de diárias o reembolso de despesas de hospedagem, alimentação e transportes. Como sabemos as diárias são fixas e as despesas podem ser variáveis. Também consideramos curto o prazo de noventa dias para a prestação de serviços transitórios e razoável aumento para seis meses, introduzimos também dispositivos sobre a base de cálculo do FGTS no caso dos transferidos, entendemos necessários por outro lado, fixar um limite mínimo de 25% para o adicional de transferência calculado sobre o salário base ajustado.

Desta maneira Srª. Presidente e Srs. e Srªs Senadoras, com essas considerações, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei de autoria do Senador Valdir Raupp de nº 275 de 2007. Projeto de Lei do Senado na forma do substitutivo que apresentamos e, sobretudo, prima por essas modificações que algumas delas eu fiz uma leitura aqui para o conhecimento de V. Exªs.

[troca de presidência]

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Em discussão a matéria. Para discutir o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu quero cumprimentar a iniciativa do nobre Senador Valdir Raupp e do relator Senador Garibaldi Alves Filho que se debruçou efetivamente sobre o tema, tanto que fez um substitutivo que eu tive a satisfação de ler e percebo que a intenção efetivamente é preservar a dignidade do trabalho.

Srª. Presidente por uma questão de coerência, eu faria o seguinte: Eu estou aqui com um requerimento Senador Garibaldi Alves Filho para que a gente realize uma Audiência Pública para debater o tema convidando o Sr. Sérgio Paulo de Almeida, Presidente do Conselho Nacional de Imigração a pergunta que faço a V.Exª., porque não sei. Esse projeto não é terminativo aqui, é isso?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Não é terminativo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele vai ainda para qual Comissão?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Vai para de Relações Exteriores.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu faria o seguinte: Eu votarei pela aprovação do projeto e apresentarei o requerimento para que a Audiência Pública se dê lá na Comissão de Relações Exteriores até porque, entendo que tem muito a ver com a Comissão de Exteriores. Seria só isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada Senador Paulo Paim. Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei nº 421 de 2007 na forma substitutiva que apresenta.

Os Srºs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto.

Todos os outros projetos são terminativos, mas nós temos um requerimento de autoria do Senador Augusto Botelho e do Senador Flávio Arns é o requerimento nº 53 de 2007 da CAS, nos termos regimentais seja realizado do âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, Audiência Pública com a finalidade de discutir o PLS 408, de 2005 de autoria da Senadora Lúcia Vânia que altera a Lei 9.434 de 04 de fevereiro de 1997 para assegurar o atendimento da vontade das pessoas que houver manifestado em vida, o desejo de doarem tecidos, órgãos ou parte de seu corpo trata da manifestação de doar órgãos em vida.

Para tanto solicita o convite às seguintes autoridades: Dr. Abraão Salomão Filho, Coordenador do Sistema Nacional de Transplante do Ministério da Saúde e o representando da Associação Brasileira de Transplante e Órgão ABTO.

Em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento Srs. Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Srª. Presidente, até a Senadora Lúcia Vânia não está presente porque ela tem um requerimento nº 54, que se V.Exª., permitir eu assinaria em conjunto para ser já objeto de apreciação, porque trata do mesmo assunto com a presença de três outras autoridades.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Exatamente é Dráuzio Varela, Francisco Neto Assis e Jarbas... .

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): E nós até havíamos concordado na reunião da semana passada de apresentarmos em conjunto, mas por alguma razão vieram separados, mas os dois se complementam.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não, Senador Flávio Arns. Eu vou passar para V.Exª. para que possa também assinar conjuntamente.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Para ser objeto de apreciação hoje?

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem, porque senão não seria apreciado pelo fato da Senadora Lúcia Vânia não estar presente, mas eu concordo com os termos do requerimento que ela apresentou.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Requerimento nº 54 de 2007, autoria Senadora Lúcia Vânia, nos termos regimentais, do requerimento nº 53 CAS 2007, sejam convidados também os Srs. Dráuzio Varela, médico-cancerologista, Francisco Neto Assis, Presidente da ADOT, Aliança Brasileira de Doação de Órgãos e Tecidos e Jarbas, não sei o sobrenome, médico cirurgião, Cardiovascular e Coordenador do Setor de Transplantes do Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia de São Paulo para participar do debate em reunião da Audiência Pública com o propósito de discutir o PLS 408 de 2005 que altera a Lei nº 9.434 de 4 de fevereiro de 1997, para assegurar o atendimento à vontade das pessoas que manifestou em vida o desejo de doarem tecidos, órgãos ou parte de seu corpo. De nossa autoria é que está sendo relatado pela eminente Senadora Rosalba Ciarlini.

Em discussão a matéria, não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o requerimento. Srªs. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado esse requerimento.

Extrapauta decisão não terminativa o Projeto de Lei do Senado nº 84 de 2007 que define os serviços ou atividades essenciais para o efeito de direito de greve previsto o inciso VII do Art. 37 de Constituição Federal e dá outras providências, autor Senador Paulo Paim aqui presente, relator, Senador Expedito Júnior também aqui presente. Com a palavra o Senador Expedito Júnior para proferir seu relatório.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Srª. Presidente, Srs. Senadores, a proposição em pauta da iniciativa do Senador Paulo Paim , ela pretende definir os serviços ou atividades essenciais para os fins do exercício do direito de greve previsto no inciso VII do Art. 37 de Constituição Federal.

Nesse sentido o Art. 1º da proposição define como serviços ou atividades essenciais para os fins do exercício do direito de greve em questão aqueles caracterizados como urgência médica necessária à manutenção da vida, o Art. 2º institui que em caso deflagração de greve em uma das categorias profissionais vinculadas à prestação dos serviços definidos no Art. 1º, ficam os trabalhadores responsáveis pela manutenção dos serviços considerados essenciais, podendo para tanto organizar escalas essenciais de plantão.

Já o Art. 3º apresenta que o Sindicato profissional ou assembléia da categoria deverá indicar os trabalhadores que deverão se revezar na manutenção dos serviços essenciais como determinado no Art. 2º. Por seu turno, o capítulo do Art. 4º consigna que os trabalhadores em greve poderão eleger uma Comissão para organizar o movimento sendo vetada a dispensa de seus integrantes em relação à paralisação e o parágrafo único do mesmo artigo, dispõe no sentido de que os empregadores não podem durante a greve e em razão dela demitir ou substituir os trabalhadores grevistas. O Art. 5º estipula que é lícita a ação dos trabalhadores em atividades tendentes a obter a adesão a greve dos demais trabalhadores da categoria, desde que a ação seja feita de forma pacífica.

De outra parte o Art. 6º prevê que a greve cessará por decisão da categoria profissional que a decretar, sendo vedada à interferência quando ao exercício da mesma pelas autoridades públicas, inclusive, judiciárias. O Art.7º, preceitua que as reivindicações dos trabalhadores grevistas poderão ser encaminhadas por negociação coletivas, admitidas à mediação e o Art. 8º institui que os abusos que forem cometidos submetem os seus responsáveis às disposições da legislação penal.

Ademais o Art. 9º veda a interferência das Forças Armadas em convites trabalhistas em especial em caso de greve. O Art. 10 declara que os trabalhadores da iniciativa privada exercerão o direito de greve de acordo com as normas contidas na presente proposição e o Art. 11 proíbe o local.

O Art. 12 expressa que será nulo todo ato que signifique repressão, coação, prejuízo ou discrimina-

ção quanto ao trabalhador por motivo de adesão ou não à greve.

De outro parte o Art. 13 diz que o serviço e atividades não mencionadas no texto legal do projeto não serão em nenhuma hipótese considerados essenciais ou inadiáveis para o atendimento das necessidades da comunidade. Por fim, o Art. 14, traz a cláusula de vigência a partir da publicação da Lei que se presenciado te aprovar.

Na justificativa está posto que o Projeto de Lei em tela pretende contribuir para a discussão sobre o direito de greve, sendo essa espécie de movimento um instrumento de luta legítimo dos trabalhadores e é utilizado como recurso no processo de negociação.

A proposição iniciativa foi distribuída à Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania desta Casa para fins de decisão terminativa onde apresentamos emenda aditivas para identificar serviço essencial também às atividades de necropsia, liberação de cadáver e exame de corpo de delito. Apresentamos também o requerimento nº 465 de 2007 solicitando que esta Comissão de Assuntos Sociais, fosse também ouvida a proposição. Tendo sido aprovado o requerimento do Projeto de Lei nº 84 de 2007 foi distribuído para que pudéssemos elaborar o respectivo relatório.

Cabe a está Comissão da análise Srª. Presidente, cabe a está Comissão de Assuntos Sociais opinar sobre o mérito da proposição de que tratamos no termos do previsto do Art.100 do Regimento Interno da nossa Casa, nesse sentido a nossa opinião é que a iniciativa é meritória da medida em que se pretende regulamentar matéria pertinente às relações de trabalhos mais especificamente o direito de greve do servidor público previsto o inciso VII do Art. 37 de Constituição Federal.

De nossa parte procuramos aperfeiçoar o projeto de nº 84 de 2007, procedendo algumas alterações quanto o mérito e também a ajuste quanto à técnica Legislativa e também quanto à redação. Portanto, elaboramos substitutivos, ampliando os serviços e atividades que nos parecem essenciais para fins de exercício de direito em questão.

Desse modo entendemos como tais os serviços de necropsia, liberação de cadáver, exame de corpo de delito, os serviços de distribuição de medicamentos pelo Sistema Único de Saúde, as atividades policiais relacionadas a segurança pública e penitenciária e os serviços de controle do tráfego aéreo. Ademais estamos também propondo a adesão do Art. 9º, igualmente estamos também propondo a suspensão do Art.10 e do Art. 11.

Por outro lado, suprimimos o Art. 6º a vedação de interferência judiciária das greves dos servidores públicos por ser inconstitucional tal vedação, uma vez que a Constituição Federal institui que a Lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, nenhuma lesão ou ameaça de lesão a direito. No mais, como já registramos acima, foram efetuadas modificações quanto à redação e a técnica Legislativa quanto da proposição e, inclusive, a sua remuneração dos seus artigos em razão da supressão e ajuste de redação efetuada, por fim, cumpre anotar que uma vez apreciada por esta Comissão, a proposição retornará a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que deverá decidir sobre ela em termos terminativos conforme previsto no Art. 91 do Regimento Interno desta Casa.

O nosso voto Srª. Presidente, ante o exposto opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 84 de 2007, nos termos do seguinte substitutivo: Na verdade eu quero só justificar o substitutivo que nós apresentamos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não Senador, pois não fique a vontade.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Já lemos praticamente na nossa justificativa, mas só incluímos algumas categorias que entendemos também de serviços essenciais que não estavam previstos no projeto do Senador Paulo Paim. O resto eu gostaria de cumprimentar o Senador Paulo Paim, acho que é uma conquista pelo seu trabalho que tem coroado com muito êxito durante todo o seu mandato.

Eu quero lhe cumprimentar e tive a felicidade de ser escolhido como relator de um projeto de tamanha grandeza que vamos contribuir e muito com os servidores públicos e com o povo de modo geral.

Deverei ser relator lá também.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada Senador Expedito Júnior.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Se me permitir Senadora Patrícia Saboya, até para ajudar o encaminhamento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Pois não.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Primeiro eu queria agradecer a boa vontade de V. Exª e de todos os Senadores aqui presentes e dessa matéria nós podermos dar o ponta pé inicial aqui na Comissão de Mérito. E quero me comprometer, porque sei da preocupação de V.Exª e o Senador Flávio Arns, falou comigo, os Senadores também, o relator também, o Senador Papaléo Paes e o Senador Expedito Júnior, de que a gente uma vez aprovada aqui, nós faremos uma Audiência Pública conjunta CCJ e Assuntos Sociais para aprofundarmos o debate. Eu acho que nós

tínhamos que dar esse sinal para a sociedade de que efetivamente nós vamos regulamentar o direito de greve do servidor público.

Tudo indica que o próprio Senador Expedito Júnior será o relator também na CCJ, mais um motivo de nós sabermos que estamos abertos ao debate para construirmos o que for melhor para o País. Eu acho que hoje é um gesto, eu sei que V.Exª. baseado em uma decisão anterior, teve todo o cuidado em submeter ao Plenário, para essa decisão, mas eu quero aqui de pronto dizer eu sou parceiro, eu sei que todos os Senadores pensam na mesma linha de nós continuarmos o debate lá na CCJ e fazer de uma vez por todas uma Lei que garanta o direito de greve. Porque aquilo que eu percebo que está vindo por entre linhas, digamos, pelos pássaros voando é uma Lei que proíba os servidores o exercício da greve, isso naturalmente nós somos contra.

Eu acho que aqui garante o direito de greve, mesmo as categorias essenciais, que o relator aqui especificou elas têm direito à greve, porque só terão que manter plantões de emergência, porque está em risco a vida.

Só essa consideração rápida e estou à disposição para o que puder ajudar.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Só para contribuir, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Na verdade, nós estamos só disciplinando, nós não estamos tirando o direito de ninguém, na verdade, nós estamos contribuindo e decidindo de uma vez por todas até para que não façam o que é o nosso dever, nós permitirmos que de repente o Supremo como tem feito aí o Tribunal Superior Eleitoral, decidindo matéria que era da nossa competência e, infelizmente, às vezes, por não sei, pelo acúmulo de trabalho, não sei se deveríamos usar essa palavra, nós não conseguimos durante 15 anos votar esse projeto do Senador Paulo Paim.

Eu quero cumprimentar também a Senadora Patrícia Saboya pela maneira democrática como conduz a Presidência dessa Comissão.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada Senador Expedito Júnior, com a palavra Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero falar sobre esse projeto dentro da ótica que o Senador Paulo Paim colocou agora há pouco, como ele colocou ser considerada uma etapa inicial, mas com a necessidade eu diria imperativa de se ter Audiência Pública conjunta da Comissão de Constituição e Justiça e a Assuntos Sociais. É um assunto por um lado importante que nós temos que pensar nos direitos dos trabalhadores e nos direitos da população.

Quer dizer, a população precisa estar protegida de greves, abusos também e eu tenho dúvidas, vamos dizer, muito sérias com relação ao texto apresentado e tenho que colocar isso por uma questão, inclusive, de coerência, porque quando se diz, por exemplo, que os serviços de controle de tráfego aéreo estarão dentro das categorias, eu fico pensando porque só privilegiar quem viaja de avião? E aquele pobre trabalhador que viaja de metrô, de ônibus? Tivemos a greve em São Paulo, o pessoal não pode chegar. É o risco de vida.

Mas, ter plantão para o tráfego aéreo, perante plantão para o tráfego aéreo, eu diria que é uma coisa complicada ter o plantão para o tráfego aéreo ou tem todo mundo trabalhando ou pára o tráfego aéreo de uma vez ou, por exemplo, aqui os serviços caracterizadas como de urgência médica necessária à manutenção da vida, que serviço que são esses? Quer dizer, ter plantão para esses serviços eu também acho que é insuficiente, o Senador Papaléo Paes está aí, nós temos que ter serviços integrais ou, por exemplo, a categoria vai fazer greve como está no Art.7º as reivindicações dos servidores em greve deverão ser encaminhadas e recebidas pela Administração.

Eu penso que antes de começar a greve em serviços essenciais, eu quero saber se houve todo um processo de negociação anterior que implicou no início da greve. Ou que poderia servir como elemento que não atendesse à greve.

Eu tenho várias dúvidas para um assunto da mais alta relevância para a população. O servidor que trabalha nesta área tem que saber que direitos fundamentais dos cidadãos têm que ser preservados. Por exemplo, em uma greve de segurança, não está escrito aqui no texto, mas está escrito na justificativa que o Exército não pode operar. Isto é Direito Constitucional do Governador de saber se requisita as Forças Armadas ou não para garantir o direito do cidadão à segurança, a gente não pode dizer que não pode convocar o Exército, isso está na Constituição.

Essas coisas todas merecem ser debatida. Dentro dessa ótica que eu quero colocar que é um assunto complexo, difícil, eu até acho adequado o trabalho conjunto de Assuntos Sociais e Justiça, eu acho que é um assunto tão complexo que implique em coisas jurídicas, constitucionais, trabalhistas é um assunto que eu até acho que deva ser debatido em conjunto e dentro da ótica do Senador Paulo Paim, que disse que nós vamos requerer audiências conjuntas das duas Comissões para que isto seja debatido para que o trabalhador saiba qual que é o rumo em termos de serviços essenciais, que a população tenha seus di-

reitos assegurados e que nós sejamos competentes o suficiente para achamos o ponto de equilíbrio nessas coisas todas, para que todo mundo se sinta com segurança, com tranqüilidade, com posicionamentos jurídicos e embasamentos adequados.

Era só nesse sentido que eu gostaria de me posicionar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada Senador Flávio Arns pela contribuição de V.Exª. Nós vamos agora votar o projeto. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 84 de 2007, na forma do substitutivo que se apresenta.

Os Senadores e Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. O projeto vai à Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Antes de encerrar a sessão, eu quero, pois não Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Rapidamente primeiro dizer que está aqui feito esse acordo Senador Flávio Arns para que efetivamente nós vamos trabalhar nessa Audiência Pública, em segundo lugar como a gente quer demarcar que o Congresso vai regulamentar o direito de greve do servidor público, mas é bom dizer que o capítulo referente às Forças Armadas foi retirado do projeto, ponto.

Segundo há uma confusão na sociedade entre greve do setor privados e públicos. Aqui estamos tratando do setor público, terceiro: os trabalhadores são responsáveis, eles já fazem greve hoje, inclusive, no serviço público sem regulamentação. E eles têm mantido os plantões de emergência nas áreas respectivas, o que eu quero dizer que ninguém faz greve porque gosta. Isso eu queria deixar muito claro no encerramento dessa reunião, que trabalhador nenhum nem da área pública e nem da área privada, faz greve porque gosta. A greve é um movimento extremo quando não há mais nenhum espaço para negociar entre as partes, inclusive, não tendo respaldo, inclusive, no Judiciário. O que você faz? Você se obriga a ir a greve. Trabalhador nenhum é maluco de fazer greve sem entrar no processo de negociação. Seria de total irresponsabilidade.

Eu confio muito nos trabalhadores, por isso, eu entendo a preocupação do Senador Flávio Arns como entendo de toda a população. Acho que o direito de greve está assegurado em qualquer País democrático do mundo e aqui no Brasil nós temos que assegurar o direito às limitações à própria Constituição.

Eu quero lembrar que eu fui Constituinte e quem defendeu o que está na Constituinte hoje na Constituição o direito de greve foi o Senador Jarbas Passarinho, a pedido do Movimento Sindical na época. Eu fui a ele junto com o hoje Presidente Lula, Olívio Dutra e tantos. E ele foi e lá defendeu e nós concordamos ali, que todo ato abusivo naturalmente vai ter que ser de responsabilidade dos trabalhadores.

Eu entendo a posição do Senador Flávio Arns pode saber que somos parceiros e, por isso, tive o cuidado de conversar com todos os Senadores aqui em Plenário e com a Senadora Patrícia Saboya. V.Exª. também Senadora Patrícia Saboya que foi sensível na argumentação, faremos uma Audiência Pública e nessa Audiência Pública traremos as Centrais Sindicais, traremos Confederações, traremos representantes dos empregadores, traremos representantes de defesa do consumidor se for o caso também e faremos um belo debate que nós estamos demonstrando aqui graças à liderança de V.Exª. que nós vamos regulamentar o direito de greve, não precisa o Executivo mandar projeto para cá, se mandar vai ter que ser anexado a esse ou se o mesmo o Supremo resolver encaminhar alguma coisa nesse sentido.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Mais uma vez o Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Srª. Presidente eu só quero destacar que na verdade não existe divergência no meu ponto de vista também. Eu só acho que existem dois tipos de greves, nós estamos falando de greve de serviços essenciais, e isto é uma preocupação permanente para toda a sociedade, porque isso interfere em direitos fundamentais.

E naturalmente que existem trabalhadores e trabalhadores também. Eu acho que todos eles têm que ter uma norma.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Existem empregadores e empregadores.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Empregadores e empregadores e trabalhadores e trabalhadores. Eu acho que não é nem culpa de um e nem culpa de outro. Eu acho que a norma tem que ficar clara, tranqüila, firme e serena para orientar todo processo de discussão do direito que às pessoas têm há fazer greve e do direito que a população tem de receber os serviços previstos na Constituição e nas Leis do nosso País.

Neste sentido eu acho que o debate tem que acontecer de uma maneira clara, eu só quando mencionei, por exemplo, as reivindicações dos servidores em greve deverão ser encaminhadas a Administração. Eu pensei: “Mas é um serviço essencial será que já não estão na Administração antes da decretação da greve?” Já sem dúvida estão.

A Lei tem que prever isso, quer dizer, não podemos ficar, não começou a greve e as reivindicações vão ser mandadas para a Administração. Eu diria que

seria uma irresponsabilidade da Administração, do movimento para com a população.

Isso tem que estar previsto. Porque o tráfego aéreo só? Eu penso: "E o pessoal que pega o Metrô?" Quer dizer, Metrô para o trabalhador é o avião para o empresário. Não é verdade? Quer dizer o empresário vai para o trabalho de avião, o trabalhador vai para o trabalho de Metrô. Qual que é a diferença entre um e outro? Eu acho que não tem diferença, não é?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para ajudar Senador Flávio Arns, posso ajudar a fazer debatezinho. Primeiro em muitos sistemas de Metrô já não são mais da área pública, já são da área privada, em primeiro lugar. Primeiro cuidado que temos que ter é esse.

Segundo: os trabalhadores do Metrô quando entram em greve como eu dizia, não é porque eles gostam da fazer e por outro lado os trabalhadores que pegam o Metrô sabem que aquele movimento que está havendo também tem lá seus motivos de ser. Eu não quero que passe a impressão de que os controladores de vôos terão um tipo de tratamento e o trabalhador do Metrô terá outro tratamento. Nós temos aqui que aprofundar o debate sendo que o direito de greve é um direito de todos, de todos, agora setores especiais terão plantões de emergência somente.

Agora em nenhum momento aqui nós queremos dar privilégio à questão do vôo, em nenhum se levantou isso, apenas se levanta em setor onde há risco de vida. Nós temos que assegurar plantões de emergência somente isso que foi levantado, só faltava agora nós botarmos aqui na Lei que os trabalhadores em ônibus, por exemplo, os motoristas não podem fazer greve, vão botar na Lei que os que dirigem táxi não podem fazer greve, bom daí nós temos que fazer uma Lei... É melhor não regulamentar se é para fazer uma Lei proibindo o direito de greves dessas categorias que já fazem e que o Supremo Tribunal recomendou o seguinte quando disse em 60 dias: "Se o Congresso não regulamentar, nós vamos aplicar a mesma Lei do trabalhador da área privada" e lá não tem categoria essencial nenhuma.

Essa é a decisão que o Supremo já anunciou e já disse em 60 dias, se o Congresso não regulamentar nós vamos mandar aplicar para os trabalhadores da área pública a mesma que se aplica hoje aos trabalhadores da área privada e lá não tem nenhuma categoria como essencial. Nós estamos avançando aqui nesse sentido, defendendo os setores chamados essenciais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para concluir. Eu quero dizer que eu concordo também e isto merece ser debatido, bem por causa disso que merece ser bastante debatido, discutido, ver o que os trabalhadores pensam, os empregadores pensam, o que o Poder Público considera, o que a Justiça vem pensando sobre esse assunto, para chegarmos, eu acho o que a gente quer no Brasil em termos de uma Lei para iniciativas que sejam vinculadas a serviços essenciais.

É algo que como eu disse, quer dizer, eu até penso em primeiro lugar na população, eu não penso nem no trabalhador, quer dizer, eu penso em primeiro lugar como é que a população pode ter o seu direito garantido? Porque o trabalhador, o servidor, está em função do direito do cidadão.

Está lá a polícia, o Delegado, por quê? Porque nós temos o direito fundamental a termos segurança, não temos segurança. O que significa? Já não tem nem policial, os policiais fazem a greve e em um determinado momento, 30% ficam trabalhando. A gente já não tem segurança. Um hospital, serviço de urgência médica como está colocado aqui. Eu acho que está bem correto serviços caracterizados como de urgência médica necessária à manutenção da vida. Não tem nem médico, como que vai fazer 30, 40%, quer dizer, isso é uma dificuldade da Administração.

A minha ótica é o direito do cidadão. E o servidor que tem que estar em função desse direito do cidadão. Isso significa impossibilidade de fazer movimentos reivindicatórios? Claro que não. Eu concordo inteiramente com o Senador Paulo Paim tem que ter o direito assegurado e esta Lei tem que dizer como que isto vai acontecer para que o direito do cidadão não seja lesado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para dizer que não há discordância entre o que fala o Senador Flávio Arns e este Senador. Senador Flávio Arns nós sempre encaminhamos juntos e vamos caminhar juntos também nesse projeto.

É que na minha ótica quando V.Exª. fala no conjunto da população, não consigo extrair os trabalhadores, os trabalhadores desse País têm tão poucos direitos, está o Senador José Nery que chegou agora, nós temos que ter até Comissão Especial de Trabalho Escravo. Eu tenho que olhar também para os trabalhadores, o meu papel aqui no Congresso Nacional é esse, senão eu vou para casa, eu estou sendo muito franco, porque eu sei também a posição de V.Exª.

Se eu não defender aqui o direito dos assalariados do País, eu sendo da área pública e da área privada eu prefiro renunciar ao meu cargo.

Eu tenho essa preocupação e, claro, que eu estou olhando para o conjunto da população desse País. E qual é o meu sonho ? Que um dia pelo menos, porque os dados mostram 50% da população economicamente

ativa do País na taxa dos empregados ou desempregados eu gostaria que todos fossem trabalhadores, que todos tivessem um direito ao trabalho, daí eles vão ver o quanto é importante respeitar o direito do outro mesmo no momento de uma paralisação.

Eu insisto com essa tese e com essa pequena frase eu termino, creiam os senhores e as senhoras, ninguém faz greve porque gosta, nem o policial, se os senhores acham que o policial faz greve porque ele gosta, ele não faz porque ele gosta. As forças do momento o obrigam a fazer aquela paralisação e, nesse projeto, queremos regulamentar esse direito Senador Flávio Arns, que é também a sua preocupação.

Como é que está sendo hoje? Médico faz greve, policial faz greve, todo mundo faz greve sem ter Lei e daí a greve é considerada ilegal eles dizem: "Não tem greve, eu estou fazendo a minha greve dentro do princípio constitucional porque não tem quem regulamente". Nós regulamentamos, nós estamos apontando caminhos se houver para ver se houver greves em setores fundamentais, eu uso esses termos onde está em jogo o direito à vida, nós vamos regulamentar como é que a greve pode acontecer nesse setor.

Eu encerro dizendo, Senador Flávio Arns sempre estive do lado de V.Exª. e vou estar junto na redação final desse projeto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigado Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para concluir de minha parte também.

[risos]

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Para concluir. Eles falam que não discordam um do outro e dão uma palavrinha.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Também vou estar do seu lado e acho que nós temos que discutir bem, chegar à conclusão que favoreça o Brasil não é verdade? É nesse sentido que a Lei tem que ser boa, adequada e que os direitos no geral sejam respeitados.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Só para entrar, mediar os dois. Eu só queria dizer o seguinte: o momento é realmente um bom momento para discutirmos a questão de greve, porque nós tivemos um festival de greves na época da inflação, todos que foram dirigentes naquele período lembram que aí era uma coisa maluca e ninguém conseguia administrar nada porque era greve todo dia, porque o poder aquisitivo se perdia em um mês.

Agora é um momento realmente de estabilidade, de se ter regras mais claras, eu só quero dizer Senador Paulo Paim que um ou outro, às vezes, resiste, tem uns que gostam de fazer greve sim, felizmente, é exceção, mas existe um ou outro que gosta sim.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada Senador Eduardo Azeredo. Eu quero só antes de finalizar, parabenizar ao Senador Paulo Paim por essa iniciativa. Eu acho que foram mais de 15 anos de muita luta, de muita determinação, V.Exª. acho que consegue trazer um assunto que é tão importante para o nosso País, quero parabenizar o nosso querido Relator Senador Expedito Júnior que teve aqui todo o interesse e a dedicação em que nós pudéssemos votar hoje dando a sua contribuição tão preciosa, parabenizar também o Senador Flávio Arns, porque trouxe para o debate questões importantes e a sua preocupação com a população.

Enfim, todos que fazem parte dessa Comissão eu quero parabenizar. Eu acho que hoje foi um dia importante, um dia de conquista principalmente para os trabalhadores. Assegurar através da Comissão de Assuntos Sociais que nós faremos essa Audiência Pública e teremos a oportunidade de discutir de forma incansável esse projeto até que nós possamos oferecer a sociedade brasileira àquilo que for melhor.

Muito obrigada a todos e está encerrada a presente sessão.

[palmas]

Sessão encerrada às 12h44.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e quatro minutos do dia dez de outubro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **FLÁVIO ARNS** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, PAPALÉO PAES, JOÃO DURVAL, JOSÉ NERY, IDELI SALVATTI, MAGNO MALTA, LEOMAR QUINTANILHA, PEDRO SIMON E CRISTOVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justificam a ausência os Senadores, Jayme Campos, Cícero Lucena e Romeu Tuma. O Senador

Flávio Arns declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente registra a presença do Senador Wilson Matos. A Presidência sugere a inversão da pauta, aproveitando a presença do relator do item 11, que é aprovada pelos senhores membros**.** Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 11 –EMENDAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2003 "**Regulamenta o exercício da Arquitetura e do Urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições". **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relator:** Senador Leomar Quintanilha. **Parecer**: Pela aprovação das Emendas nºs 1, 2 e 3, da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2003, com uma Emenda de Redação. **Resultado: Aprovado. ITEM 01 - DENÚNCIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, DE 2007** "Solicita a suspensão da tutela antecipada, objetivando determinar que o Estado de Alagoas forneça todo e qualquer medicamento necessário para o tratamento dos transplantados e pacientes renais crônicos em hemodiálise". **Autor**: EXTERNO **–** Movimento pela vida "Brasil Mostra sua Cara". **Relator "ad hoc":** Senador Paulo Paim. **Parecer:** Pelo conhecimento, providências, assim como pelo encaminhamento de cópia da Denúncia ao Ministério da Saúde e à sua Assessoria Jurídica para conhecimento. **Resultado: Aprovado o novo Parecer do Senador Paulo Paim. ITEM 10 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 303, DE 2006** "Estabelece a reserva de no mínimo cinco por cento do número de candidatos às eleições proporcionais de cada partido ou coligação para portadores de deficiência". **Autora:** Senadora Fátima Cleide. **Relator:** Senador Eduardo Azeredo. **Parecer:** Pela rejeição do Projeto e pelo encaminhamento de cópia do Projeto e do presente Parecer aos Presidentes dos Partidos Políticos. **Resultado: Aprovado o Parecer. A matéria vai a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa dando continuidade a sua tramitação. ITEM 02 – REQUERIMENTO Nº 49, DE 2007-CAS** "Nos termos dos incisos II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja realizada audiência pública perante a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2006, que dispõe sobre o controle da dopagem no desporto e dá outras providências". **Autores:** Senador Papaléo Paes e Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. ITEM 03 - REQUERIMENTO Nº 51, DE 2007-CAS** "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), para debater a integração dos serviços de saúde mantidos pelas instituições filantrópicas e sem fins lucrativos no Sistema Único de Saúde, com vistas à obtenção de subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à matéria". **Autores:** Senador Papaléo Paes e Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. ITEM 04 -REQUERIMENTO Nº 55, DE 2007-CAS** "Requeremos, nos termos do art. 93, incisos II, do regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão, com o objetivo de debater as implicações e repercussões da compra do Banco ABN AMRO pelo consórcio formado pelos Bancos FORTIS, RDS e Santander nas relações de trabalho e de consumo e também economia. Para tanto, sugerimos convidar o Presidente do Banco Central do Brasil Sr. Henrique Meireles, o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça Sr. Ricardo Morishita Wada, a Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Elizabeth Maria Mercier Querido Farina, o Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC, o Diretor Presidente da FEBRABAN, o Diretor Presidente do ABN AMRO Bank Sr. Fábio Barbosa, e demais entidades interessadas no debate, assim como um Representante dos trabalhadores (a ser encaminhado pelo Senador Paulo Paim)". **Autores:** Senador Inácio Arruda e Senador Flávio Arns. **Resultado: Aprovado. EXTRA PAUTA ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 56, DE 2007-CAS** "Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que seja convidado o senhor Ministro da Saúde, José Augusto Temporão, para, em Audiência Pública, discutir o Projeto de Lei Complementar nº 121 de 2007, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, e dispõe sobre a aplicação de recursos pelos entes federados em ações de saúde" **Autor**: Senador Eduardo Azeredo. **Resultado: Aprovado. EXTRA PAUTA ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 57, DE 2007-CAS** "Requeiro, nos termos Regimentais e Constitucionais, que sejam convidados os senhores Secretários Estaduais de Saúde de Minas Gerais, Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, e do Rio de Janeiro, Sérgio Luiz Côrtes da Silveira, para, em Audiência Pública, discutir o, Projeto de Lei Complementar nº 121 de 2007, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 29, de 2000, e dispõe sobre a aplicação de recursos pelos entes federados em ações de saúde. Acrescido dos seguintes convidados: Representante do Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de

Saúde; Representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde e Representante do Conselho Nacional de Saúde" **Autor:** Senador Eduardo Azeredo. **Resultado: Aprovado. EXTRA PAUTA ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 58, DE 2007-CAS** "Requeiro nos termos regimentais seja convidado o Ministro do Desenvolvimento Social, senhor Ministro Patrus Ananias para debater e prestar esclarecimentos aos membros desta Comissão sobre os vários e diversos programas sociais de sua pasta". **Autor:** Senador Augusto Botelho e outros. **Resultado: Aprovado.** Os itens 05, 06, 07, 08 e 09 ficam adiados. Fizeram uso da Palavra os Senhores Senadores Leomar Quintanilha, Paulo Paim, Eduardo Azeredo, José Nery, Papaléo Paes, Augusto Botelho e Inácio Arruda. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Flávio Arns, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – **Senador FLÁVIO ARNS, Presidente.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 34 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Havendo número regimental declaro aberta a 39ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada. Por solicitação do Senador Eduardo Azeredo, Relator da matéria... Eu iria dizer que ele havia solicitado a retirada do item 10, mas, como há uma outra indicação para a apreciação desse Projeto, fica sem efeito a solicitação anterior de retirada de Pauta.

Proponho aos Srs. Senadores que façamos uma inversão de Pauta para a apreciação do item n°. 11, cujo Relator, Senador Leomar Quintanilha, está presente, e, se não houver objeção, está... Não havendo objeção, então, a Pauta, então, está alterada para a apreciação do n°. 11, item n°. 11. O Item n°. 11 é uma decisão não terminativa, é uma Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei de Senado n°. 347/2003, "que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições". Autoria: a Câmara dos Deputados. A Relatoria é do Senador Leomar Quintanilha. Parecer é pela aprovação das Emendas n°. 01, 02 e 03 da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado n°. 347/2003. Em 02 de dezembro de 2004, já, o Projeto de Lei do Senado n°. 347/2003 foi aprovado nessa Comissão de Assuntos Sociais. Foi, então, remetido à Câmara dos Deputados, onde foram apresentadas três Emendas e, em 21 de setembro de 2007, portanto, recentemente, a matéria voltou a essa Comissão para a análise das Emendas.

Concedo, então, a palavra ao Senador Leomar Quintanilha para proferir o seu relatório.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Presidente. Trata-se do Parecer dessa Comissão sobre as Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 347/2003, "que regulamenta o exercício da arquitetura e do urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixa as respectivas atribuições". Esse Projeto tramitou nesta Casa, foi amplamente discutido, aprovado e encaminhado, senhor Presidente, à Câmara dos Deputados, que apôs as Emendas, e nós vamos discutir essas Emendas aqui.

São submetidas à análise dessa Comissão as Emendas n°. 01, 02 e 03, da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado 347/2003, "que regulamenta o exercício da arquitetura e o urbanismo, autoriza a criação dos órgãos de fiscalização profissional e fixas as respectivas atribuições". A Emenda n°. 01 tem por finalidade suprimir a expressão "mesmo em causa própria", constante do *caput* do art. 21 do Projeto, que trata das incompatibilidades para o exercício de atividade e arquitetura e urbanismo. A Emenda n°. 02 suprime o art. 22, que dispõem sobre os impedimentos para exercício de atividade de arquitetura e urbanismo. A Emenda n°. 03 suprime o art. 59, que revoga o art. 47 do decreto-lei 3.688, de 03 de outubro de 1941, que estipula pena àquele que exercer profissão ou atividade econômica ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que, por lei, está subordinado o seu exercício.

A esta Comissão, de acordo com o disposto no art. 285 do Regimento Interno do Senado Federal, compete tão somente aprovar ou rejeitar as Emendas provenientes da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado 347/2003. Assim, quanto à Emenda n°. 01, que retira do texto do *caput* do art. 21 a expressão "mesmo em causa própria", embora em nada altere o conteúdo do dispositivo, entendemos que deva ser atacada, por ser a mencionada expressão supérflua ao comando que se pretende estabelecer em relação

às incompatibilidades para o exercício de atividades de arquitetura e de urbanismo.

Com relação à Emenda n°. 02, senhor Presidente, que suprime todo o art. 22 do Projeto, consideramos que a decisão da Câmara dos Deputados foi acertada, eis que o dispositivo, ao estabelecer impedimentos ao exercício da arquitetura e do urbanismo, poderia malferir o princípio da liberação profissional, consagrado na história constitucional brasileira, desde a Constituição do Império de 1824, e mantido na atual Carta Constitucional, em seu art. 5º, inciso XIII, onde se diz: "É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer". Não há dúvida que o art. 22 tem uma motivação ética, em conformidade com o princípio da moralidade e da Administração Pública, inscrito no art. 37 da Constituição Federal. É de se ressaltar, todavia, que a ética do exercício das atividades de arquitetura e de urbanismo já é preservada por meio de instrumentos específicos, como o Código de Ética, a ser elaborado pelo Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e pela lei 8.429, de 02 de julho de 1992, "que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da Administração Pública, direta, indireta ou funcional, e dá outras providências".

Finalmente, no que diz respeito à Emenda n°. 03, julgamos necessária a supressão do art. 59 da proposição, que revoga o art. 47 do decreto-lei 3.688, de 3 de outubro de 1941, que tipifica o exercício ilegal de profissão ou a atividade, *verbis*, art. 47: "Exercer profissão ou atividade econômica, ou anunciar que a exerce, sem preencher as condições a que por lei está subordinado o exercício. Pena: Prisão simples, de 15 dias a três meses, ou multa". Incompreensível sua revogação, eis que se trata de norma que se aplica a todas as profissões regulamentadas, razão pela qual mantemos também a supressão do art. 59 do Projeto, proposta pelo Câmara dos Deputados.

Acatadas as três Emendas, senhor Presidente, aprovadas as três Emendas, cabe-nos compatibilizar o texto da seção VI, do Capítulo I, por meio de subemenda de redação que, ao final, oferecemos. Voto. Ante o exposto, opinamos pela aprovação das Emendas n°. 01, 02 e 03 da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado 347/2003, com a seguinte Emenda de redação: "Emenda de redação: Dê-se à seção VI do Capítulo I a seguinte redação, renumerando-se o atual art. 23 para 22, e, sucessivamente, os demais. Seção VI: Das incompatibilidades para exercício da atividade de arquitetura e urbanismo". Art. 20 - Considera incompatibilidade a proibição total do exercício da arquitetura e do urbanismo. Art. 21: "O exercício da profissão de arquiteto e urbanista é incompatível com exercício dos seguintes cargos e funções dos âmbitos Federal, Estadual ou Municipal: I - Chefe do Poder Executivo; II - Membro de Mesa do Poder Legislativo ou do substituto legal. III - Ministro ou Secretário de Estado". Art. 22: "O arquiteto e o urbanista que exerçam os cargos e as funções previstos no art. 21 não poderão ser sócios de sociedade de prestação de serviços com atuação nos campos de arquitetura e do urbanismo".

Creio, senhor Presidente, que, com esse voto de aprovação das Emendas, nós estaremos aprimorando o Projeto que foi aprovado aqui, e identificando como autônoma e independente a categorial de arquiteto e urbanista. Esse é o voto, senhor Presidente, favorável à aprovação das Emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço, Senador Leomar Quintanilha. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão. Em votação o Parecer favorável, portanto, do Senador Leomar Quintanilha, às Emendas de n°s. 01, 02 e 03, da Câmara dos Deputados, ao Projeto de Lei do Senado n°. 347/2003. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item nº. 01 Pauta, que é também de natureza não terminativa, e que é uma denúncia da Comissão... Recebida pela Comissão de Assuntos Sociais, denúncia de n°. 01/2007, que solicita a suspensão da tutela antecipada, objetivando determinar que o Estado de Alagoas forneça todo e qualquer medicamento necessário para o tratamento dos transplantados e pacientes renais crônicos em hemodiálise. O autor é de natureza externa, o Movimento pela Vida "Brasil, Mostra a Sua Cara". O Relator é o Senador Augusto Botelho, e que apresenta o Parecer pelo conhecimento da denúncia, providências e posterior arquivamento da matéria. Como o Senador Augusto Botelho não se encontra presente e como essa denúncia também foi apresentada à Comissão de Direitos Humanos, onde teve um amplo trabalho de abordagem com constituição de grupos de trabalho e discussão de projetos, e uma série de providências para esse assunto, que é de grande importância para os doentes crônicos no Brasil, e que necessitam de medicamento de alto custo para o tratamento de doenças crônicas, eu tenho a satisfação de passar a palavra ao Senador Paulo Paim, como Relator *ad hoc*, e, na outra Comissão, que é o Presidente, inclusive, da Comissão de Direitos Humanos, onde esse assunto está sendo, assim, eu poderia dizer, exaustivamente debatido. Com a palavra, então, V. Exa., Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu recebo agora o Parecer do nobre Relator Augusto Botelho, mas é um tema que, graças a V. Exa. e ao Senador Tião Viana, eu tenho também trabalhado, já que V. Exa. tem um Projeto nesse sentido, o Senador Tião Viana também, e eu fui indicado como Relator. Então, eu estou trabalhando um pouco e demonstrando também a minha preocupação, que é de V. Exa. e do Senador Tião Viana, em relação a esse tema. Por isso, eu vou sintetizar aqui o meu relatório, e vou avançar um pouquinho em relação ao que propôs o Relator principal, que é o Senador Augusto Botelho.

"Em síntese, nossa opinião sobre esse assunto, que está na página 11", eu estou lendo a página 11, "é que essa Comissão tome conhecimento da matéria e encaminhe correspondência à coordenação do movimento, dando ciência de sua atuação em relação à matéria e envie o processo para o arquivo". Eu estou lendo o que está aqui. "Em verdade, isso deve ser deixado claro, para os requerentes, essa Casa vem já, há algum tempo, dando prova de sua preocupação com o problema da assistência farmacêutica prestada no país e, em particular, no âmbito do Sistema de Saúde - SUS. Nesse sentido, Audiências Públicas foram realizadas para a iniciativa da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Direitos Humanos, CDH, e da CAS. Em resposta a uma demanda similar à do Movimento "Brasil, Mostra Sua Cara" e, posteriormente, à decisão do STF - Supremo Tribunal Federal, foi realizada uma Audiência Pública conjunta entre CDH e CAS para estudar especificamente essa matéria. Ademais, cumpre mencionar que tramitam nessa Casa dois Projetos de lei do Senado, aqui coloco eu, Senador Tião Viana e Flávio Arns, tratando de definir a assistência terapêutica integral, inclusive, farmacêutica, que é umas das competências do SUS, definidas na Lei Orgânica da Saúde.

Nossa opinião é, portanto, que essa Comissão tome conhecimento da matéria e, em seguida, encaminhe correspondência à coordenação do Movimento "Brasil, Mostra Sua Cara", dando ciência da atuação do Senado Federal em relação a esse assunto e, finalmente, envie o processo...", aqui que eu estaria propondo uma mudança, "envie o processo como expediente ao Ministério da Saúde e sua consultoria jurídica para as medidas cabíveis". Ou seja, não simplesmente mandar todo esse questionamento, essa denúncia sobre essa realidade que aconteceu no Estado de Alagoas, mas também remeter ao Ministério da saúde e à sua assessoria jurídica para ver se conseguimos avançar na linha do atendimento da solicitação daqueles que mais precisam, que são os doentes.

Então, seria esse o meu Parecer, Senador Flávio Arns, que é um especialista nessa área, embora na Presidência, eu gostaria de saber também a sua opinião.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pode ser por aí?

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pode, não, eu até coloco em discussão a matéria. Eu quero só fazer também, se V. Exa. permite, um pequeno histórico. Este movimento denominado "Brasil, Mostra Sua Cara", é composto de várias associações, de vários Estados brasileiros, de pessoas portadoras de doenças crônicas, e que precisam de medicamentos excepcionais de alto custo. E que vêm obtendo, em muitos casos, esta condição dos medicamentos, através de medidas liminares. E esse debate todo, esta judicialização desse processo de concessão de medicamentos vem causando muitos problemas no Brasil, porque o direito à Saúde é um direito fundamental, previsto da Constituição, a questão da universalidade está prevista para todos, da integralidade está previsto. Quer dizer, todos os princípios estão previstos. E, ao mesmo tempo, eles vêm enfrentando ainda muitos problemas porque a tabela, vamos dizer, o prontuário, a lista de medicamentos do Ministério da Saúde não vinha sendo atualizada pelos últimos cinco anos. Então, doenças graves, não constavam da lista; medicamentos que, nesses cinco anos, foram desenvolvidos, não constavam da lista. Ou, de acordo com a denúncia, doses de medicamentos estavam, de acordo com a denúncia, equivocadas, porque, eventualmente, havia necessidades de mais medicamento.

Enfim, é um problema que persiste no Brasil. A gente tem que dizer que persiste no Brasil. Persiste em que sentido? Ainda, na semana passada, veio um grupo bastante grande do Município de Londrina, no Estado do Paraná; essas pessoas tinham obtido medicamentos através de liminares e o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, cassou essas liminares, e essas pessoas não mais estão tendo acesso aos medicamentos. Toda uma discussão já foi feita, inclusive, pela Comissão de Direitos Humanos, por este grupo de trabalho, instituído pelo Senador, com o Tribunal de Justiça do Paraná, no caso, para explicar a situação toda. E o Tribunal está sensibilizado e procurando, dentro da legislação, também achar os caminhos. E o próprio Ministério da saúde foi contatado por aquele grupo de doentes, eu, inclusive, tive a oportunidade de acompanhá-los nessa Audiência, em nome desse grupo de trabalho da Comissão de Direitos Humanos, presidido por V. Exa.

Então, da minha parte, eu considero bastante adequada a sugestão de V. Exa. para tomar conhecimento da denúncia, dizer que todas essas providências estão sendo tomadas, aqui no âmbito do Senado Federal, e encaminhar, através de expediente, também ao Ministério da Saúde que, naturalmente vai ouvir a área jurídica, a área de tecnologia e medicamentos para dar a resposta, e se posicionar também em relação a isso. Da minha parte, já que V. Exa. indagou, eu concordo inteiramente com o encaminhamento dado, que acresce, assim, este aspecto ao relatório do Senador Augusto Botelho.

Está em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir... Só um minutinho... Então, só para reforçar o argumento e, de acordo com o Regimento, inclusive, o Regimento prevê que possa ser mandado o documento, como V. Exa. solicitou, para o Ministério da Saúde, para que o Ministério da Saúde tome conhecimento. E nós gostaríamos, depois, na seqüência, de, como Comissão, deter o retorno desse conhecimento que o Ministério da Saúde, como iniciativa nossa, o que é que aconteceu. Claro que isso a gente vai enviar, então, esse documento ao Ministério da Saúde, cópia da denúncia apresentada, como V. Exa. sugeriu.

Muito bem. A discussão já havia sido encerrada, só para que esse encaminhamento fique claro, está claro para V. Exa., como Relator? Está claro. Está, então, em votação o relatório do Senador Augusto Botelho, que teve o Senador Paulo Paim como Relator *ad hoc*. O Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o relatório permaneçam como estão. Aprovado.

O item 10, Senador Eduardo Azeredo, é de natureza também não terminativa, é o Projeto de Lei do Senado n°. 303/2006, "que estabelece a reserva de, no mínimo 5%, do número de candidatos às eleições proporcionais, de cada partido ou coligação, para portadores de deficiência". A autora do Projeto de Lei é a Senadora Fátima Cleide; o Relator é o Senador Eduardo Azeredo. E o Parecer é pela rejeição do Projeto e pelo encaminhamento de cópia do Projeto e do Parecer aos presidentes dos partidos políticos, no sentido de reservarem cargos de candidaturas para pessoas com deficiência. Hoje, dia 10/10/2007, o Sr. Senador e amigo Eduardo Azeredo apresentou novo Parecer que está sendo distribuído aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras. Já está sendo distribuído, não é? Já foi distribuído.

Nesse sentido, com prazer, eu concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, para proferir o seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, o objetivo do Projeto da Senadora Fátima Cleide é um objetivo, evidentemente, muito nobre, e que é no sentido de garantir uma reserva de, no mínimo, 5% do número de candidatos a eleições proporcionais para portadores de deficiência.

Ocorre, entretanto, Presidente, que nós temos já algumas análises sendo feitas nesse assunto e o Projeto, numa avaliação superficial, poderia constituir um avanço. Mas, a experiência do estabelecimento de percentual mínimo para mulheres na listas de candidatos dos partidos e coligações, na prática, não surtiu o efeito desejado, em um universo significativamente maior. Isso leva a crer que esse pode não ser o melhor processo para inclusão das pessoas com deficiência na discussão das grandes questões nacionais.

Por outro lado, como se trata de matéria em permanente discussão, eu proponho a substituição do limite mínimo por uma recomendação parlamentar, por uma... Que seria através do envio, aos presidentes dos partidos, estimulando a participação das pessoas com deficiência nos seus quadros e que delas recebam candidaturas, não por mandamento legal, mas, por iniciativa de entendimentos próprios.

Assim, eu proponho a rejeição do Projeto, reconhecendo a nobreza do seu caráter, do seu desejo, mas, na prática, na minha opinião, essa cota para pessoas com deficiência não levaria à maior presença delas como candidatos nos cargos proporcionais. É preferível que nós tenhamos uma permanente conscientização e, aí sim, nós tenhamos pessoas com deficiência também participando dos pleitos. É o voto, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois, não. Está em discussão, então, o Parecer do Senador Eduardo Azeredo. Eu quero até esclarecer também, já que estou aqui na Presidência, mas só para meter a colher aí também um pouco na discussão, só dizer o seguinte: Que a candidatura de pessoas com... As candidaturas de pessoas com deficiências, sem dúvida devem ser incentivadas, seja para Prefeito, para Vereador, Deputado Estadual, Federal, Senador, seja o que for. Agora, a gente sempre tem que pensar o seguinte, se houver a obrigatoriedade de que os partidos tenham que reservar um percentual para Vereadores, por exemplo, de pessoas com deficiência, nós pensamos assim também que esse percentual, ao invés de ajudar, vai acabar prejudicando, porque os movimentos de pessoas com deficiências têm que ser organizar, se unir e apresentar uma candidatura que seja, assim, o reflexo das necessidades, dos anseios, das discussões da área. Porque, se houver muitos candidatos, eu até diria, não é, Senador José Nery? Que acabaria prejudicando porque, quando se tem muito candidato, Leleito.

Então, eu acho que talvez, no futuro, até possa haver mais de um; nós tínhamos o Senador, o Senador não, Deputado Federal de Minas, inclusive, que é o primeiro suplente nessa legislatura, o Deputado Leonardo Matos, por exemplo; a gente sabe que é duro eleger uma pessoa como... Que seja uma pessoa com deficiência, e que representa... O objetivo da lei é representar os anseios, necessidades da área.

Então, esta obrigatoriedade, eu até, em muitos sentidos, poderia prejudicar a área, haver a recomendação, mandar cópia deste Projeto de Lei para os partidos, para eles se lembrarem, abrirem chances, oportunidades e tal, isso é bom porque, às vezes, eles, na verdade, eles já vêm fazendo. Mas seria bom.

Então, eu acho que é desafio para a área da pessoa com deficiência, dizer: "Não, vamos nos reunir, vamos ver quem que pode representar bem, quem que pode, assim, ser o nosso caminho, a nossa porta". E pessoas e todos se unirem em torno de uma candidatura da área. Eu acho que o objetivo do Projeto era, mais ou menos, nessa direção do relatório pelo menos.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): É verdade. É muito oportuna a sua intervenção porque realmente pode parecer que nós, eu, como Presidente da Subcomissão de Pessoas com Deficiência, que não estivesse defendendo, mas é o contrário, porque, na verdade, não há crença de que o Projeto, da maneira que está, possa beneficiar, possa, na verdade, até ocorrer o contrário.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. E quero, inclusive, dar o testemunho, já fiz isso em outras ocasiões, assim, do comprometimento de V. Exa. com a área. Hoje, inclusive, tivemos o café da manhã com o Ministro de Educação, e discutindo a situação do transporte escolar para pessoa com deficiência, que V. Exa. entregou o documento, a questão das escolas especiais, que há um documento do MEC, que vem causando muitos transtornos pelo Brasil, e que o Ministro disse que iria estudar a situação, de imediato, e que V. Exa. assinou, como Presidente da Subcomissão. Então, esta Subcomissão para Assuntos da Pessoa com Deficiência é uma Subcomissão presidida por V. Exa. e que tem, assim, estado, atento a tudo que acontece em relação à área. Só que, às vezes, tem algum Projeto que a gente tem que, sempre, até para as pessoas que acompanham essa Comissão pensarem, será que ajuda ou será que prejudica? E essa que era a dúvida em relação a esse Projeto. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, de forma muito rápida, só para dizer que o Parecer do Senador Eduardo Azeredo foi construído, inclusive, com o autor. Eu tenho informação que a Senadora Fátima Cleide também acabou concordando com essa redação final dada, mediante esse atendimento que a matéria, de fato, deixou dúvida do quanto que ampliaria o direito das pessoas com deficiência estarem na disputa e o quanto que não, até para os argumentos aqui usados, que, de repente, muitas candidaturas podem inviabilizar que uma candidatura forte saia. Quem sabe, no futuro, a gente construa uma proposta que diga: "Os partidos políticos deverão constar entre os quadros pessoas com deficiência etc.", enfim, e outros setores também, que estão discriminados. Mas, no momento, como é amplo acordo, inclusive, com o autor, eu acompanho o aparência do Relator também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está certo. Senador José Nery.

SENADOR JOSÉ NERY (PSOL-PA): Senhor Presidente, Senador Flávio Arns, Srs. Senadores, a proposição da Senadora Fátima Cleide, sem dúvida, tem um mérito de colocar na Pauta de discussão a importância da participação política de pessoas com deficiência, que tem sido, inclusive, fato concreto e real, que várias organizações das pessoas com deficiência, pelo país a fora, já conseguiram representação político-parlamentar, e até do Poder Executivo, o que, sem dúvida, demonstra a importância desse segmento, mas eu creio que o relatório aqui apresentado pelo Senador Azeredo, pela rejeição do Projeto de Lei, pelo encaminhamento desse Parecer, desse Projeto aos presidentes de partidos políticos no país, creio que tenha o sexto sentido de incentivar a participação sem criar um mecanismo legal, obrigatório, que leve a uma certa participação, de certa forma, quase forçada for uma norma Legislativa e legal.

Nesse sentido, a sugestão de encaminhamento aos partidos políticos, no sentido da sua inserção e participação e a presença de pessoas portadoras de deficiência em seus quadros, inclusive, para disputar eleições, é algo importante desse incentivo à participação cidadã e da construção, inclusive, de políticas adequadas a esse segmento tão importante, e que essa sugestão traz, em si, e é esse o espírito, com certeza, do Projeto de autoria da Senadora Fátima Cleide, é no sentido da valorização da participação política desse segmento nos partidos políticos brasileiros e, eventualmente, da sua participação nas disputas eleitorais e na construção de representações alinhadas desse segmento ou como parte integrante do próprio segmento, que tem o seu significado e a sua importância no contexto social e político brasileiro.

Então, de acordo com o relatório do Senador Azeredo, saudando a iniciativa que colocou para o debate esse tema, a Senadora Fátima Cleide, autora e

propositora do Projeto de Lei. Muito obrigado, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão. Então, está em votação o Parecer do Senador Eduardo Azeredo ao Projeto de Lei do Senado, Parecer contrário, ao Projeto de Lei do Senado n°. 303 de 2006, com a recomendação também de envio de cópia do Projeto aos partidos políticos. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o Parecer, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Passamos ao item 02 da Pauta, que é o Requerimento n°. 49/2007 desta Comissão de Assuntos Sociais, que tem como autor o Senador Papaléo Paes. Como V. Exa., antes até não estava aqui, a gente queria apreciar essa matéria hoje, V. Exa. até me desculpe, que eu acabei assinando junto também o Requerimento, para que, de fato, constasse na Pauta. Mas a autoria do Senador Papaléo Paes, que, nos termos nos incisos II... Do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, c/c inciso II do art. 90 do Regimento Interno no Senado Federal, o Senador Papaléo Paes coloca: "Requeiro seja realizada Audiência Pública perante a Subcomissão permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado n°. 292/2006, que dispõe sobre o controle da dopagem no desporto e dá outras providências. Sem prejuízo a expedição de outros convites, a critério dos membros da Comissão, requeiro..." o Senador Papaléo diz: "Sejam convidados um representante do Ministério do Esporte; um representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro, Professor Eduardo De Rose, membro do Conselho da WADA (Agência Mundial Antidoping), responsável pelo controle antidoping do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e Presidente da Comissão Médica da ODEPA (Organização Desportiva Pan-americana)". Em discussão a matéria. Não havendo quem queira... O Senador Papaléo Paes, autor do Requerimento.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senhor Presidente, eu não quero fazer discurso, eu quero apenas reconhecer a importância de V. Exa. ser um dos requerentes. Por isso eu estou fazendo o uso da palavra, porque esse assunto é um assunto extremamente importante, seriíssimo, e que nós temos que debater nessa Audiência Pública, que, se Deus quiser, vai ser possível, com a aprovação aqui desta Casa.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a V. Exa.. V. Exa., inclusive, que é o Presidente da Subcomissão, que é uma das mais importantes desta Casa, e que tem tantos assuntos na Pauta do dia, de toda a população, e que são objeto da Subcomissão de Saúde, Acompanhamento, Promoção e Defesa da Saúde. Parabéns a V. Exa.

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão e votação ao Requerimento. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item n°. 03 da Pauta. Requerimento n°. 51/2007, também de autoria do Senador Papaléo Paes: "Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, c/c inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde (CASSAÚDE), para debater a integração dos serviços de saúde mantidos pelas instituições filantrópicas e sem fins lucrativos no Sistema Único de Saúde, com vistas à obtenção de subsídios para a atuação do Senado Federal em relação à matéria.

Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista as autoridades e representantes das entidades nominadas a seguir, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos Membros da Cassaúde:

1 – Representante da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde;

2 – Representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

3 – Representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);

4 – Representante da Confederação das Misericórdias do Brasil (CMB);

5 – Sr. Ademir Pestana, Presidente da Sociedade Portuguesa de Beneficência".

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam com o Requerimento, permaneçam como se encontrar.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, tem um Requerimento que eu participei hoje, que estaria extra Pauta, mas é porque é de caráter de urgência realmente, se trata da questão da regulamentação da PEC 29, e eu acho que era importante que nós pudéssemos ouvir aqui um Requerimento em relação ao Ministro e outro Requerimento do Secretário de Saúde do Estado de Minas, Secretário do Estado do Rio, que tem algumas polêmicas a respeito dessa...

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A pedido de V. Exa., já vamos apreciar a questão. Antes, eu só quero colocar em Pauta o item n°. 04, que é um Requerimento do Senador Inácio Arruda, Requerimento n°. 55, Inácio Arruda e que eu subscrevi também, já que o Senador não está pre-

sente. "Requeremos, nos termos do art. 93, inciso II do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nessa Comissão, com o objetivo de debater as implicações e repercussões da compra do Banco ABN AMRO pelo consórcio formado pelos Bancos FORTIS, RDS e Santander, nas relações de trabalho e de consumo e também economia. Para tanto, sugerimos convidar o Presidente do Banco Central do Brasil, Sr. Henrique Meireles, o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Sr. Ricardo Morishita Wada; a Presidente do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Elizabeth Maria Mercier Querido Farina; o Instituto de Defesa do Consumidor – IDEC, o Diretor Presidente da FEBRABAN, o Diretor Presidente do ABN AMRO Bank, Sr. Fábio Barbosa, e demais entidades interessadas no debate".

Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão. Em votação o Requerimento. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que o aprovam, permaneçam como se acham. Aprovado.

Antes de apreciar os dois itens da Pauta, gostaria de destacar a presença do Senador que nos acompanhou aqui, durante tanto tempo, o Wilson Matos, suplente do Senador Álvaro dias, do Paraná, que nos dá a honra da presença aqui nessa Comissão. Aliás, teve uma atuação, no período em que permaneceu aqui no Senado, sem dúvida, bastante destacada. Eu quero lembrar à Comissão, por uma questão de isonomia, em relação ao que aconteceu na semana passada, que há um procedimento da Comissão de Assuntos Sociais de não colocar em Pauta assuntos extra Pauta, que estão sendo solicitados. Na semana passada, a Presidente, Senadora Patrícia Gomes, perguntou ao Plenário, em primeiro lugar, se poderíamos colocar o assunto em votação e, na semana passada, com a concordância do Plenário, o assunto foi colocado.

Então, eu coloco para a apreciação do Plenário, se eu posso colocar os dois requerimentos para votação, dois requerimentos extra Pauta. Não havendo objeção, então, serão colocados. Então, primeiro Requerimento, os dois requerimentos de autoria do Senador Eduardo Azeredo: "Sra. Presidenta", dirigida para a Senadora Patrícia, "requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que seja convidado o Sr. Ministro da Saúde, José Augusto Temporão, para, em Audiência Pública, discutir o Projeto de Lei Complementar n°. 121/2007, que regulamenta a Emenda Constitucional n°. 29/2000 e dispõe sobre a aplicação de recursos pelos entes federados em ações de saúde, já que tramita no Senado Federal o Projeto de Lei Complementar n°. 121/2007, de autoria do Senador João Viana, que visa regulamentar a Emenda Constitucional n°. 29/2000, disciplinando a responsabilidade que devem ter a União, os Estados e Municípios e Distrito Federal, com o financiamento da saúde pública. Como se trata de matéria relacionada à distribuição dos recursos da União, vinculados à saúde, destinados aos Estados, Distrito Federal e os Municípios, visando corrigir as disparidades regionais que, ainda tão significativas em nosso país, faz-se necessário que todas as dúvidas sobre os critérios adotados no Projeto sejam esclarecidas durante a sua tramitação na Casa. Dessa forma, o presente Requerimento, de acordo com o Senador Eduardo de Azeredo, busca esclarecer as dúvidas suscitadas a respeito da regulamentação da Emenda Constitucional n°. 29/2000. Está em discussão a matéria. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Flávio Arns, eu só quero fazer mais um esclarecimento. Primeiro, sou totalmente favorável ao Requerimento, inclusive, estava aqui nas minhas anotações, que havia a possibilidade de entrar extra Pauta, me levantaram essa possibilidade, e nós faríamos o debate. Então, eu estava aqui preocupado também com o 121 e das preocupações que poderão levar que alguns estados vão diminuir, inclusive, seus investimentos na área da saúde, em matéria de Receita da União.

Mas, o que eu quero lembrar é que o Senador Tião Viana também aprovou, em Plenário, um Requerimento com o mesmo objetivo, para que o Ministro da Saúde venha à Casa para debater e explicitar essa questão, pela delicadeza do assunto, que envolve efetivamente o interesse dos Estados. Eu estou aqui perguntando, mas, ao mesmo tempo também, talvez, já querendo ajudar a Mesa, eu acho que não prejudica em nada a aprovação também desse Requerimento, que vai só fortalecer a iniciativa que o Tião Viana teria tomado já no Plenário, mas V. Exa. que pode me explicar melhor os dois procedimentos. Sou totalmente favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu concordo com V. Exa. que o assunto é tal importância para o setor de saúde, em nosso país, se nós conversarmos com as pessoas da área, os profissionais, a comunidade, se conversarmos com o Poder Judiciário, o Ministério Público, os Secretários Estaduais, Municipais, e é um debate que eu fico pensando que... Admira-me, inclusive, que não tenha sido ainda colocado em votação, que precisamos--

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): E o Projeto está aqui na nossa Comissão. O 121 está aqui na Comissão--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Então, esse debate tem que ser feito, eu diria que é a da maior propriedade, apesar de ter sido aprovado o Requerimento em Plenário,

que esta Comissão, até para valorizar esta Comissão, cujo assunto saúde é da competência desta Comissão, temos até uma Subcomissão permanente de Saúde. Então, a gente valorize, e o Projeto de Lei Complementar está nesta Comissão.

Então, mas nada impede, eu também considero ótimo, que a discussão seja feita em Plenário pela importância da discussão do tema, mas que também aconteça, nem sei se só uma, pode ser até mais de uma, duas, mas que a gente encerre essa discussão com a ampla participação do Executivo, dos executivos, na verdade, porque Estaduais, Municipais, nacional e da comunidade. Está em discussão a matéria. Não havendo mais quem queira discutir, em votação o Requerimento. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, se me permitir, pela ordem, chegando agora o Senador Inácio Arruda, no item 04, nós aprovamos uma série de discussões que envolvem o Banco Santander, e eu, na hora, ali não percebi que nós não indicamos o representante dos trabalhadores. Então, eu queria solicitar a V. Exa., eu acho que não cria nenhum procedimento que atrapalhe a decisão já tomada, que a gente possa, em comum acordo com o Senador Inácio Arruda, indicar também representante dos trabalhadores, das centrais, da CONTEC, enfim, das entidades que representam os trabalhadores nesse tema tão importante. Fica aí, como uma sugestão, que eu acho que não prejudica em nada.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Inácio Arruda?

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Estamos de acordo, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, exatamente, havendo, inclusive, a concordância do autor, e submeto também ao Plenário, para não haver qualquer dificuldade, havendo a concordância do Plenário, e inclusive lembrando que, no item 04, consta "para tanto, sugerimos", quer dizer, não é assim, "vamos convidar", "sugerimos" e, ao mesmo tempo, dentro dessa abertura, que o próprio item diz, ao final, e demais entidades interessadas no debate. Então, já está incluído.

O outro Requerimento do Senador Eduardo Azeredo é: "Requeiro, nos termos, senhora Presidenta, requeiro, nos termos regimentais e constitucionais, que sejam convidados os senhores secretários estaduais de saúde de Minas Gerais, Marcos Vinícius Caetano Pestana da Silva, e do Rio de Janeiro Sérgio Luís Côrtes da Silveira, para em Audiência Pública discutir o Projeto de Lei complementar n°. 121 de 2007, que regulamenta a Emenda constitucional n°. 29/2000 e dispõe sobre a aplicação de recursos pelos entes federados em ações de saúde". A justificativa é a mesma já lida em relação ao Projeto anterior e conclui o Senador Eduardo Azeredo, "o presente Requerimento busca esclarecer as dúvidas suscitadas a respeito da regulamentação da Emenda constitucional n°. 29/2000".

Está em discussão o Requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o objetivo é o mesmo do Requerimento anterior, então, ficaria, depois, a cargo da própria Presidente, se unifica, mas, pelo precedente, talvez seja melhor ter uma audiência com o Ministro, e depois a separada com os Secretários Estaduais. Eu só queria lembrar uma complementação eventual do próprio Requerimento que eu apresentei, de também, além desses dois Secretários Estaduais, nós poderíamos ter também o Secretário Estadual, que é o representante do Conselho dos Secretários Estaduais e o Secretário Municipal, que é o representante do Conselho dos Secretários Municipais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Bem lembrado, bem lembrado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Dos estaduais é o do Rio Grande do Sul.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim, então, o Senador Eduardo Azeredo está propondo que... Complementar o Requerimento que, além dos dois Secretários mencionados no Requerimento, possa ser convidado também o Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde e o Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, CONASEMs e CONASS. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu gostaria de fazer um outro Requerimento, senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Certo. Muito bem. Eu gostaria de sugerir, Senador Eduardo Azeredo, que o Conselho... Se bem que o CONASS e os CONASEMs também façam parte, mas que houvesse a participação, talvez, do Conselho Nacional de Saúde para ter a representação da comunidade, da sociedade, alguém que... Porque lá é paritário também, o Poder Público, sociedade, mas que houvesse, assim, alguma participação da sociedade; o próprio Conselho Nacional de Saúde poderia indicar um representante que falasse desse debate todo que vem acontecendo, e que é de fundamental importância, e talvez--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, o da União, Senador Inácio Arruda, já virá o Ministro mesmo também. É que o Conselho Nacional de Saúde--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Conselho, nós estamos trazendo Secretários Estaduais, mais o Conselho Municipal, o Conselho Estadual, e o Conselho Federal, o Conselho Nacional--

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): É, o Conselho Nacional, mas na parte dos usuários, porque, no Conselho Nacional está o Executivo também, assim para ter, assim, a participação da sociedade presente no Conselho Nacional, nesse sentido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Assim como nos Conselhos Estaduais, no CONASS e no CONASEM também estão os Executivos Estaduais e Municipais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, é q... Sem dúvida, eu acho que é sempre paritário.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro. Eu acho que é bom trazer os usuários.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Os dois. Muito bem. Então, está em votação o Requerimento do Senador Eduardo Azeredo, que propõe a presença dos dois Secretários mencionados, mais o representante do Conselho de Secretários Estaduais, representante do... O Presidente do Conselho Nacional de Secretários Municipais, e também a representação do Conselho Nacional de Saúde, na parte dos usuários. Está claro? Agora, na verdade, talvez até sejam necessários outros debates, que a própria seqüência vai dizer, sem dúvida, nesse sentido, alguma coisa.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exato. Então, está em votação o Requerimento. Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Com a palavra, então, o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senhor Presidente, eu gostaria de trazer mais um Requerimento aqui, extra Pauta, com a aprovação dos Srs. Senadores e até convidá-los para participar do mesmo, é que nós gostaríamos que o Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, viesse aqui à Casa para nos explicar sobre os programas sociais do Governo, principalmente dessa inclusão dos mais pobres, sobre essa diminuição da pobreza no Brasil, sobre a inclusão social. Nós gostaríamos de discutir e conversar com ele para a gente ver, para ele nos dar a posição dele; nós temos a posição do PNUD, que é uma posição... E gostaríamos de fazer um convite formal para que ele viesse aqui, em audiência, para a gente discutir esse assunto, e outros assuntos da área social, aos quais eu convido os outros Senadores para assinar comigo esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Da minha parte, eu faria o mesmo, mas V. Exa. não tem o texto do Requerimento.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu dou entrada, daqui a pouco, na Comissão, para... Com a assinatura de todos os presentes.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, só para sermos isonômicos com o que aconteceu antes, eu submeto ao Plenário se podemos colocar como extra Pauta o Requerimento do Senador Augusto Botelho. Não havendo objeção, então, o Requerimento verbal do Senador Augusto Botelho e a forma escrita virá na seqüência, é no sentido mencionado de convidar o Ministro Patrus Ananias, Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para que, nessa Comissão, possa explicar, discutir com a Comissão os programas do seu Ministério, de combate à pobreza, de combate à desigualdade, dos sucessos, das dificuldades, da análise crítica sobre tudo isso, todas essas iniciativas, que vêm acontecendo no âmbito do seu Ministro, é nesse sentido.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nesse sentido, inclusive, também porque nós temos conquistas no Ministério, que nós devemos discutir aqui para andar mais as conquistas; nós queremos andar mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Conquistas e desafios.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E desafios. Isso mesmo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Socializar as informações.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Socializar as informações. Está claro? Está.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): E eu gostaria de—

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Então, está—

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Convidar a todos os Senadores presentes para assinarem o Requerimento comigo, e V. Exa. também.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Todos os Senadores, então, serão convidados a assinar o Requerimento, e nós o faremos, com

o máximo prazer, sem dúvida alguma; pelo Ministro e pelo pedido de V. Exa., que é um Senador batalhador e atuante, em tantas Comissões desta Casa—

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está em discussão o Requerimento do Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam, permaneçam como estão. Aprovado.

Senador Garibaldi Alves... As demais matérias que constam da Pauta desta Comissão são todas de natureza terminativa e, como nós não temos o número de Senadores e Senadoras suficiente para a apreciação de matérias terminativas, creio que isso será, então, feito na próxima Reunião desta Comissão, mas quero destacar que, particularmente os requerimentos aprovados, em relação ao Ministro da Saúde, regulamentação da Emenda n°. 29, discussão dos programas sociais, no âmbito do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a discussão do Requerimento do Senador Inácio Arruda sobre a fusão na área bancária, as implicações disso para o cotidiano, aí, de trabalhadores, de empresários e da sociedade, eu diria que todos esses são assuntos da maior relevância e que deverão, sem sombra de dúvidas, ser discutidos em profundidade, num futuro imediato, porque, inclusive, a regulamentação da Emenda 29, através do Projeto de Lei Complementar, isto se encontra nessa Comissão de Assuntos Sociais para a apreciação.

Então, quero parabenizar a todos, desejar à nossa Presidente Patrícia Gomes, que hoje aniversaria, não é? Deveria estar aqui, para nós cantarmos os parabéns, comermos o bolo... Afinal, nos regozijarmos com ela--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Mas todos nós mandamos os parabéns para ela, mesmo com a sua ausência.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Nós mandamos os parabéns, Senador Inácio Arruda, mas cobramos que na próxima semana a gente tem que comer o bolo, aqui na Comissão de Assuntos Sociais, porque isso é uma coisa que é impensável também não ter o nosso bolo para festejar. Mas desejar a ela sucesso, felicidade, saúde, paz, como uma Senadora extremamente atuante, em muitas questões sociais, em nosso país. Declaro encerrada a Sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h32.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUADRAGÉSIMA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e trinta e um minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, MARCELO CRIVELLA, INÁCIO ARRUDA, GIM ARGELLO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, JAYME CAMPOS, KÁTIA ABREU, ROSALBA CIARLINI, EDUARDO AZEREDO, LÚCIA VÂNIA, JOÃO DURVAL, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, EUCLYDES MELLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, ADELMIR SANTANA, HERÁCLITO FORTES, ROMEU TUMA, SÉRGIO GUERRA E MARISA SERRANO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente registra a presença dos Senhores Deputados Rafael Guerra, Paulo Pereira, e Jô Morais e do Secretário de Saúde de Minas Gerais, Dr. Marcus Pestanha, do Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, Dr. Helvécio Miranda, e do Secretário de Saúde do Estado do Ceará, Dr. João Ananias. A Presidência sugere a inversão da pauta, aproveitando a presença do relator do item 11, que é aprovada pelos senhores membros. Passa-se à apreciação das matérias. **EXTRA PAUTA ITEM 12 – REQUERIMENTO Nº 60, DE 2007-CAS** "Nos termos regimentais solicito a retirada dos Requerimentos 56 e 57, de 2007 – CAS, referente à realização de audiências públicas sobre o Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2007".**Autor:** Senador Eduardo Azeredo. **Resultado: Aprovado**. **EXTRA PAUTA ITEM 13 – REQUERIMENTO Nº 61, DE 2007-CAS** "Nos termos regimentais solicito a retirada do Requerimento 47, de 2007, - CAS, referente à realização de audiência pública sobre o Projeto de Lei do Senado nº 121 de 2007".**Autor:** Senadora Patrícia Saboya. **Resultado: Aprovado. ITEM 11 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 - COMPLEMENTAR** "Dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de saúde, os

critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo". **Autor:** Senador Tião Viana. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer**: Diante do exposto, somos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007 – Complementar, com as emendas nos 1 a 13 oferecidas pelo Relator, com as emendas da CAE nos 8, 9, 14, 15 e 24, com a subemenda à Emenda nº 7 deste relator, oferecida pela Senadora Patrícia Saboya, e com subemendas às emendas nos 1, 17 e 22 da CAE, e pelo NÃO-ACATAMENTO das emendas da CAE nos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 23 e 25. **Resultado: Aprovado. EXTRA PAUTA ITEM 14 – REQUERIMENTO Nº 62, DE 2007-CAS** "Nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007 – Complementar, que 'dispõe sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Municípios e União em ações e serviços públicos de Saúde, os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo". **Autor:** Senador Flavio Arns. **Resultado: Aprovado.** Às doze horas e vinte e três minutos a Senadora Rosalba Ciarlini assume a Presidência. Às doze horas e trinta minutos a Senadora Patrícia Saboya reassume os trabalhos. A Presidente suspende a reunião às doze horas e cinqüenta e um minutos. A reunião é reiniciada às treze horas e quatorze minutos e destina-se à discussão do **ITEM 1 - Discussão e votação das emendas para o PPA 2008-2011 PL nº 31/2007- CN "**Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011. (Volume II - Projeto de Lei e Anexos)" **Relator:** Senador Sérgio Guerra. **Resultado**: Aprovadas 05 (cinco) emendas ao PPA 2008/2011 na seguinte ordem: 1**- Drenagem Urbana**, Programa: 1138 – Drenagem Urbana de Erosão Marítima e Fluvial, Ação: 3883 – Implantação e Melhoria de Serviços de Drenagem e Manejo Ambiental para Prevenção e Controle da Malária; **2- Economia Solidária em Desenvolvimento**, Programa: 1133 – Economia Solidária em Desenvolvimento, Ação: 4737 – Fomento e Assistência Técnica e Empreendimentos Econômicos Solidárias e Redes de Cooperação de Economia Solidária; **3- FUNASA – povos indígenas**, Programa: 0150 – Proteção e Promoção dos Povos Indígenas, Ação: 3869 - Estruturação de Unidades de Saúde para Atendimento à População Indígena; **4- SARAH**, Programa: 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, Ação: 6148 – Assistência Médica Qualificada e Gratuita a Todos os Níveis da População e Desenvolvimento de Atividades Educacionais e de Pesquisa no Campo da Saúde – Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais e **5- Serviços da Saúde da Mulher**, Programa: 1220 – Assistência Ambulatorial e Hospitalar Especializada, Ação: Incluir Ação – Apoio a Implantação e aparelhamento de serviços de saúde a Mulher Vítima doméstica e familiar. Os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, e 10 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, Augusto Botelho, Romeu Tuma, Jayme Campos, Marcelo Crivella, Ideli Salvatti, Rosalba Ciarlini, Antônio Carlos Valadares, Flávio Arns, Inácio Arruda e o Deputado Federal Rafael Guerra. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e vinte minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – **Senadora PATRÍCIA SABOYA, Presidente**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 31 MINUTOS.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bom dia, bom dia Senador. [risos] A sua escolha. Bom dia Srªs. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores convidados.

Havendo número regimental declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53º Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Senadores e Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Patrícia...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Srs. Senadores e Srªs. Senadoras, eu gostaria de sugerir que nós invertêssemos a pauta em função de que muitos estão aqui, em função do projeto que regulamenta a Emenda 29. Nosso Relator, Senador Augusto Botelho também já está aqui Presidente. Portanto, eu faria esse apelo a Comissão--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): De acordo, Presidente, de acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): De acordo?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): De acordo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Se todos estão de acordo, a pauta então foi invertida. E o primeiro Item a ser discutido será justamente a regulamentação da Emenda 29.

Eu esclareço que no dia 5 de setembro de 2007 foi aprovado um Requerimento nº 46/2007 da Comissão de Assuntos Sociais de convite ao representante do Conselho Nacional de Saúde, representante da associação dos membros dos Tribunais de Contas, do Brasil, representante do Ministério da Fazenda e representante do Departamento de Economia da Saúde, do Ministério da Saúde de autoria do Senador Papaléo Paes para a realização de Audiência Pública no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de obter subsídios para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde.

Em 10 de outubro de 2007 foi aprovado um Requerimento nº 56 de convite ao Sr. Ministro da Saúde, José Augusto Temporão, para em Audiência Pública discutir o PLS 121/2007 de autoria do Senador Eduardo Azeredo. E o Requerimento nº 57 de convite ao Secretário de Saúde de Minas Gerais, Marcos Caetano Pestana da Silva, que parece que se encontra aqui presente... pois não, sejam bem-vindos. Secretário de Saúde do Rio de Janeiro, assim como representante do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Saúde, representante do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, e representante do Conselho Nacional de Saúde para Audiência Pública discutir o PLS 121. Também de autoria do Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Portanto, Senador Azeredo, eu iria apresentar, como há um entendimento com V.Exª, eu iria então apresentar dois Requerimentos de dispensa da Audiência Pública, para que nós pudéssemos votar o projeto. Se V.Exª concorda.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Srª. Presidente, tendo em vista o relatório do Senador Augusto Botelho, alguns pontos que nos preocupavam mais a mim e ao meu partido, já estão esclarecidos. De maneira que eu retiro a proposta de realização de Audiência Pública. Das duas Audiências Públicas.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Das duas audiências. O Senador Papaléo como ainda não se encontra, eu também teria que colocar porque é um Requerimento que trata praticamente da mesma coisa, mesmo assunto. É uma Audiência Pública através de um Requerimento 47, e eu coloco ao Plenário então, se tendo em vista o acordo em relação ao projeto...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Mas, se telefonar para ele, a Mesa poderia fazer o favor de ligar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): O Senador Papaléo já foi avisado, mas de qualquer forma eu preciso trazer ao Plenário, a decisão é do Plenário. Todos concordam? Estará retirada também o pedido da Audiência. Está aprovado.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Ao invés de votar retiramos o Requerimento dele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Retiramos. Retirando as três Audiências Públicas, duas de V.Exª e uma do Senador Papaléo registrado aqui com a concordância do Plenário inteiro.

Eu passo então o Projeto de Lei do Senado, nº 121/2007 que dispõem sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Município e União em ações e serviços públicos de saúde. Os critérios de rateio de recursos e transferência para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo. Autor Senador Tião Viana, Relator Senador Augusto Botelho. Com a palavra o Senador Augusto Botelho, mas antes registrando a presença do Deputado Guerra aqui que muitos nos, enfim, nos gratifica a sua presença aqui hoje. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senadora Patrícia. O relatório é curto, vou ser rápido. Chega ao exame dessa Comissão Projeto de Lei do Senado PLS 121/2007, complementar de autoria do Senador Tião Viana que dispõem sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente por Estados, Distrito Federal, Município e União em ações de serviços públicos de saúde.

Os critérios de rateio dos recursos de transferência para a saúde, e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com a saúde nas três esferas de Governo. A proposição tem por objetivo regulamentar as disposições dos § 2º e 3º do art. 198 da Carta Magna. Com vistas a determinar os montantes mínimos de recursos a serem aplicados pela três esferas de Governo em ações de serviços públicos de saúde. Ademais o projeto estabelece regras para o repasse e a aplicação desse recurso. Além de prever diversos mecanismos de fiscalização que reforçam a instância de controle social do Sistema Único de Saúde, o SUS. O PLS 121/2007 foi à apreciação da

Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania onde foi considerado jurídico e constitucional e vazado de boa técnica legislativa.

Na Comissão de Assuntos Econômicos a proposição foi aprovada com 25 emendas. Após análise dessa Comissão de Assuntos Sociais o projeto seguirá para apreciação em Plenário desta Casa Legislativa.

Análise: O financiamento do setor de saúde é uma questão preocupante para todos os países do mundo. O envelhecimento da população, e a chamada transição epidemiológica associados a crescente complexidade da assistência à saúde, resultaram em elevação assentada das necessidades de recurso para prover atenção à saúde. Mesmo nos países mais ricos, enfrenta dificuldades em fazer frente às demandas de seus cidadãos. No Brasil a necessidade de incrementar os gastos com a saúde é ainda maior, visto que país apresenta elevada prevalência de doenças crônicas não transmissíveis, e causas externas de doenças e mortes. Ao mesmo tempo, em que ainda convive a incidência significativa de enfermidades infecciosas e carenciais.

No entanto, paradoxalmente testemunhamos nas duas últimas décadas uma proporcional redução dos gastos da União com financiamento de ações e serviços públicos de saúde. Quando da promulgação da Constituição Federal de 88 resultou o estabelecido no art. 55 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias a DCT, que até que seja aprovada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, 30% no mínimo, do orçamento da seguridade social, excluído o seguro desempregado, serão destinados ao setor saúde. Esta disposição não foi comprida. E hoje isso apresentaria aproximadamente 91 bilhões, ou seja, mais que o dobro do que é aplicado pelas regras atuais.

Com o intuito de reverter esse quadro o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 29/2000. Que estabeleceu limites mínimos de recursos que as três esferas de Governo aplicaram em ações de serviços públicos de saúde. Esses limites foram provisoriamente fixados no art. 77 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias. Para a União o montante empenhado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do PIB. Para os Estudos, 12% da arrecadação de impostos estaduais, deduzidos as parcelas transferidas para os Municípios. Para os Municípios 15% da arrecadação de impostos devidos a esses entes.

Os avanços apresentados pela Emenda 29 foram significativos, mas não tivemos impacto esperado, em função da ausência de regulamentação de suas disposições. Apesar de os montantes mínimos estarem aplicados no ADCT, não havia definição do que são ações de serviços públicos de saúde. De forma que muitos gestores incluam nos computo dos gastos com saúde, despesas estranhas à área, tais como: Pagamento de aposentadorias e pensão dos servidores, e despesas com merenda escolar, coleta de lixo e etc.

Dessa forma, os recursos efetivamente aplicados em ações de saúde, não sofreram incremento almejado pelas parlamentares que apóiam a Emenda 29 relatada pelo nosso Senador, Antônio Carlos Valadares. A proposição Legislativa. [risos] E a Senadora Patrícia também, estão aqui. A proposição legislativa de autoria do Senador Tião Viana, tem o mérito de resgatar os princípios da Emenda disciplinando criteriosamente a aplicação e a fiscalização dos recursos públicos da área de saúde. Sua aprovação seguramente conferirá eficácias às disposições da Emenda 29. O projeto merece, todavia, alguns aprimoramentos, muitos deles já oferecido durante a sua apreciação na CAE. Julgamos procedente alterar a cláusula revogatória, para evitar conflitos com a Lei 8.689/2007 de julho de 93. Também consideramos importante conceder prazo para que os entes federados ajustem-se as novas determinações legais, estabelecendo um sistema de aumento progressivo dos percentuais mínimos a serem aplicados em saúde. Dessa forma os governos poderão justar seus respectivos orçamentos de modo a permitir o aumento do aporte de recurso para a saúde sem provocar desequilíbrio nas contas públicas.

Em relação às emendas aprovadas pela CAE, entendemos que: Nem todas contribuem para o aprimoramento do PLS em comento, sobre o ponto de vista da melhoria do aporte de recursos ao setor saúde.

Destarte, propomos a rejeição daquelas que implicam redução da base de cálculo dos recursos, acréscimo de atividades estranhas ao setor no hall de ações, e serviços públicos de saúde, ou dificuldade para fiscalização e o controle social do recurso dos SUS.

Em respeito aos art. 15 e 16 do projeto, concordamos com a Relatora da proposição na CAE, Patrícia Saboya, no sentido de que os critérios fixados para a repartição dos repasses federais para Estados e Municípios, e para os repasses estaduais para os Municípios não são ideais. Não obstante o texto proposto pelas Emendas nº 4 e 5 da CAE, ainda que o objetivo de reduzir as diferenças regionais, pode criar distorções significativas ao retirar recursos dos centros de referência, que hoje somos responsáveis pela grande maioria do atendimento de média e alta complexidade do SUS.

Estou encerrando. Por isso propomos adoção da sistemática sugeridas pelas entidades representativas do setor saúde. De deixar a cargo das Comissões intergestores tripartite e bipartite, a definição da metodologia de cálculo dos repasses, tomando como critérios

básicos às necessidades de saúde da população, a capacidade de oferta de serviço de cada localidade ou região, e a redução das desigualdades regionais. Essa sistemática estará mais adequada aos subsídios que norteiam o SUS, especialmente ao que se refere ao controle social.

Nesse sentido entendemos ser procedentes a supressão dos arts. 20, 21 do projeto, visto que trazem restrições desnecessárias frente ao novos mecanismos propostos para os repasses de recurso da saúde.

Do voto, Srª. Presidente. Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 121/2007, complementar as Emendas nº 1 a 13 oferecidas pelo Relator com Emendas da CAE nº 8, 9, 14, 15, 24. E Subemendas, nº 1, 17, 22 da CAE, e pela rejeição das Emendas da CAE, nº 2, 3, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 13, 16, 18, 19, 20, 21, 23 e 25. E acatamos a Subemenda que a Senadora apresentou aqui nesta reunião que está aqui e foi distribuída para os Srs. Senadores, acatamos essa Emenda. A Subemenda--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Tem um acréscimo à Emenda 7, é isso?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É isso mesmo, ao art. 5º.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Da Emenda 7.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Da Emenda 7, art. 15, aliás, 15, eu falei 5, é 15. E acato Senadora Patrícia, esse é o meu voto Srª. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Quero agradecer ao Senador Augusto Botelho pelo relatório, e ressaltar aqui a sua disposição em encontrar uma saída que fosse justa para todos, e esse tem o reconhecimento de toda essa Comissão pelo esforço que V.Exª teve de se reunir com a as entidades ligadas à saúde com o próprio Ministério da Saúde que eu tive o prazer de acompanhá-lo naquela Audiência, e que nós discutimos uma saída para isso.

Eu queria antes de passar a palavra aos Srs. Senadores para a discussão do projeto, apenas comentar sobre essa Emenda que nós colocamos agora aqui de minha autoria, que foi no sentido justamente de buscar uma saída para todos. Como o projeto ele anteriormente na Comissão ainda de Assuntos Econômicos, o projeto permaneceu como estava originalmente em relação à divisão dos recursos, tinha ficado 70% seriam critérios demográficos, critérios populacionais. 25%, mais ou menos, seriam os critérios adotados para a distribuição dos recursos, seriam através de critérios epidemiológicos e 5% de inovação tecnológica só para fazer um resumo até um pouco grosseiro, de como seria a aplicação desses recursos.

Eu como Relatora na Comissão de Assuntos Econômicos, achei que fosse o momento, e que fosse justo que os Estados do norte e do nordeste também pudessem ter recursos a mais da saúde, até porque a crise hoje se localiza no nordeste. Qualquer um de nós que tem acompanhado a situação da saúde do nosso país, temos visto nos últimos noticiários que a crise se encontra no nordeste de uma situação muito triste, porque é o momento em que o cidadão mais está vulnerável, que mais precisa ser bem atendido e a situação da saúde no nosso país, de forma com que muitas pessoas acabam se humilhando, jogadas nas portas os jornais estampam nas matérias, a forma desumana como são tratados aquela que precisam do acesso à saúde.

E no norte e nordeste, evidentemente que o problema ainda se torna mais grave, por quê? Porque nós não temos uma rede de saúde instalada nos nossos Estados, até porque nunca se investiu fortemente na saúde no norte e nordeste, não só na questão da saúde, mas enfim, uma discussão que é circular de que é preciso investir no norte e nordeste para que gente busque o tempo perdido, e que a gente possa viver num país com muito mais justiça, afinal de contas quando nós temos um membro que está doente, a família toda está doente. E assim que foi justamente imaginando isso, Senador Flávio Arns, que então, apresentei uma Emenda em que esses 25% dos recursos, seriam então, repassados pelos critérios do FPE e do FPM. Achei que seriam justos esses critérios, porque esses critérios levam em conta a condição econômica dos Estados. Assim, os Estados do norte e nordeste receberiam mais recursos. Isso causou uma grande polêmica, principalmente dos Estados do sul e do sudeste, com a ênfase no Estado de São Paulo.

Então, nós procuramos e tive com o Ministro por diversas ocasiões como o próprio Presidente hoje da Casa Tião Viana, Senador Tião Viana que é autor do projeto. E eu disse que eu não poderia e disse isso muito sinceramente ao Ministro, que confio, Senador Augusto Botelho estava lá. Que confio no Ministro, confio na sua sensibilidade, confio de que realmente ele quer avançar no sentido de diminuir as desigualdades regionais, mas que eu como cearense representante do meu Estado, não poderia ficar simplesmente a mercê da boa vontade ou da boa intenção que eu sei que tem o Ministro Temporão.

Então, eu disse a ele que era preciso ter uma coisa na regulamentação da Emenda 29, que pelo menos nos apontasse para essa direção, de que o norte e nordeste também iriam ser beneficiados. O Ministro me explicou e eu entendi, muito claramente, que esses recursos não poderiam ser retirados, e São Paulo, e

Rio de Janeiro, Minas Gerais iriam perder recursos com isso. E então, nós chegamos a uma conclusão. Como esses recursos geralmente vão para o sul e o sudeste, porque lá existe uma rede já montada há muito tempo, e isso demanda mais recursos, nós fizemos uma emenda que diz simplesmente: Que quando os recursos forem locados para investimento esses recursos, os critérios utilizados, Deputado Guerra, serão utilizados inversamente, com critérios inversamente proporcional à rede que existe hoje. Com isso nós poderemos fomentar a rede de saúde que não existe, infelizmente no norte e no nordeste do país, resolvendo um problema que para nós é muito grave.

Essa Emenda nós levamos tempo para descobrir essa saída, eu me sinto muito contentada, e sinto muito feliz pelo Relator Senador Augusto Botelho de ter acatado essa Emenda, eu acho que ela resolve um problemão para todos nós. E ao mesmo tempo nós estamos aqui cumprindo com a nossa responsabilidade também de defendermos aqui os nossos Estados que são Estados ainda tão pobres, que tem tantas dificuldades.

Agradeço também a compreensão dos Srs. Senadores, Senador Eduardo Azeredo, que se preocupou com a perca que o seu Estado poderia ter, mas teve a grandeza de retirar o pedido de Audiência Pública, porque encontramos a solução para o problema.

Portanto, eu só quero agradecer mais uma vez a esta Casa, a esta Comissão a todos que contribuíram principalmente a Assessoria Legislativa que foi o tempo inteiro ao nosso lado, lutando pelas coisas que são importantes na área da saúde. Muito obrigado a todos os senhores, está aberta a discussão, com a palavra em primeiro lugar...

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senadora, como V.Exª falou de São Paulo...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Já Minas Gerais foi contemplado com a simpatia de V.Exª, eu queria dizer o seguinte: Realmente nós que andamos pelas ruas, visitamos hospitais na periferia de São Paulo, e os grandes hospitais, Hospital das Clínicas, Escola Paulista de Medicina. E tantos outros que tem uma medicina de ponta. Nós vemos o sofrimento da população periférica, mas eu dou razão a V.Exª, sem me ater ao prejuízo ou não de São Paulo, porque eu tenho que amar e representar o meu Estado, mas eu estive em Maceió em razão de uma diligência aqui, eu saí de lá arrasado pelas lágrimas Governador sem conseguir resolver o mínimo possível de um atendimento médico da população, que já começava a se gerar por todos os Estados vizinhos.

Então, quando a gente investe em um Estado que não tem a capacidade de dar provimento à necessidade de atendimento a população, nós estamos aliviando o Estado que tem a maior rede hospitalar, rede médica. Então, São Paulo se a senhora for, eu fui em Bauru, Senadora, desculpa tomar o tempo, mas eu fui a Bauru tem um Centrinho, onde se faz as cirurgia de lábio leporino. O que tem que Paulista lá é quase zero, diante dos outros Estados que mandam gente, porque não há capacidade em outros Estados de dar atendimento. Então, há uma saturação em São Paulo, porque não há investimento nos outros Estados para dar essa especialização.

Então, é uma dificuldade enorme para o cidadão viajar, levar a criança, arrumar hospedagem, arrumar tratamento para que possa ficar às vezes 15, 20, 30, 40 dias até a recuperação, Senador Augusto Botelho. Então a inteligência é tentar distribuir para os Estados que possam ter uma estrutura de assistência médica melhor para que vai aliviar os Estados onde todo mundo em desespero vai procurar.

Então, eu defendo meu Estado, acho que nós não podemos ter prejuízo, porque a situação é grave, mas eu acho que geograficamente o Governo tem que pensar em melhorar os Estados onde a estrutura de assistência médica oficial é praticamente fracassada.

Então, eu cumprimento V.Exª, e cumprimento V.Exª, acho que defendi meu Estado, defendendo o investimento onde tem uma necessidade maior para aliviar a pressão sobre o Estado de São Paulo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Agradeço muito Senador Romeu Tuma a sua compreensão, e a grandeza que todos nós aqui já conhecemos. Senador Jayme Campos, em seguida Senador Marcelo Crivella. Senadora Ideli.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT): Srª. Presidente, Senadora Patrícia Saboya, e demais Senadores, especialmente o Senador Augusto Botelho, Relator dessa matéria relevante. Eu confesso aos senhores, Senadores e Senadoras, ao mesmo tempo alegre de ver que está procurando buscar mecanismo para a melhoria da transferência de recurso para os Estados e Municípios desse país. Por outro lado estou muito triste também, Senadora Patrícia Saboya, que a minha região o centro-oeste do Brasil, não foi contemplado. Muito pouco. V.Exª foi campeã, fez um gol de placa aqui, quando buscou recurso para transferência dos repasses através do cálculo do FPE. V.Exª fez um gol de placa no medida que tem conhecimento de que a transferência dos recursos do FPE para a região nordeste desse país, ele nada mais é de que quase 10 vezes maior na transferência dos recursos para os Estados da região centro-oeste do Brasil.

Só para exemplificar aqui, o Estado do Maranhão, vamos imaginar aqui, ela recebe algo percebido em torno de 1 bilhões e 200 milhões, só um exemplo aqui não sei o dado, o número exato. Por mês no FPE, o Mato Grosso recebe 60 milhões de reais. Há uma disparidade muito.

Por outro lado, quando V.Exª mostra a preocupação com devida razão, em relação aos recursos para o norte e nordeste, nós estamos também à margem de uma política pública de saúde, talvez como um dos grandes centros do Brasil. E talvez os Srs. Senadores não tenham conhecimento, não sabiam. Nós não estamos conseguindo médico, Augusto Botelho, para trabalhar em alguns Municípios do nosso Estado de Mato Grosso, tendo em vista. Primeiro, que a tabela dos SUS praticado na remuneração nos nossos profissionais de saúde é uma vergonha Senadora Patrícia. Confesso a V.Exª de que eu espero que melhore com certeza, a transferência dos recurso para saúde pública do Brasil.

Mato Grosso, Senadora Patrícia, não tem a primazia até hoje de ter um hospital público federal, sobretudo é alta complexidade para atender os menos afortunados. O pouco que se tem é pago com o suor dos trabalhadores daquele Estado, até porque, um Estado de dimensão continental como é Mato Grosso com 900 e 2.000 km², não é fácil fazer serviço de infraestrutura, sobretudo oferecer e ofertar serviços essenciais de boa qualidade para aquela população.

Eu faço um apelo, não sei se é possível aqui que nós trabalhamos nesta mesma Comissão aqui que melhore a tabela do SUS para a Região Amazônica, na medida em que: Com três reais pago por consulta não vamos achar nenhum profissional para atender em algum Município do nosso Brasil, sobretudo aquela região mais distante da capital, como é o caso do Município de Apiacás, Monte Verde, Bandeirante que estão distante da capital mais de 1.200 quilômetros, e ali se paga a mesma tabela do SUS. Que é pago aos profissionais da cidade de São Paulo, da cidade do Rio de Janeiro, da cidade de Belo Horizonte de Minas Gerais. Essa mesma tabela é praticado, lá na naquela Região Amazônica distante dos grandes centros brasileiros.

De maneira que primeiro a além de fazer aqui esse apelo para melhorar a tabela dos SUS, por outro lado, nós esperamos que a CPMF que está arrecadando algo parecido de quase 40 bilhões de reais seja verdadeiramente aplicado na saúde pública do Brasil. Que na verdade nada mais nada menos que 42 a 43% dessa grande arrecadação que está sendo aplicado na saúde. De forma que fica registrado aqui a minha indignação nos investimentos que o Governo Federal tem sido aplicado na saúde do Brasil. E, por outro lado, nós temos que achar mecanismo para fazer com que os Estados e Municípios também apliquem aquilo que está aqui nesse Projeto de Lei.

Na verdade muitos Prefeitos e Governadores fazem ponte dizendo que essa ponte vai tendo atender um posto de saúde do outro lado do rio. Ora. Dinheiro para a saúde é dinheiro para saúde, dinheiro para ponte é dinheiro para ponte, caso contrário nós vamos ficar toda vida assistindo pela televisão centenas, milhares de filas de brasileiros morrendo na porta de hospital por falta de recurso.

É essa a minha palavra, muito obrigado Srª. Senadora Patrícia Saboya.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Jayme Campos. O nosso próximo escrito é o Senador Marcelo Crivella, Senadora Ideli, Senadora Rosalba, nossa Vice-Presidente aqui, Senador Eduardo Azeredo, Senador Valadares. Todos irão. E eu só queria, Senador Jayme, eu queria concordar com V.Exª que foi essa a preocupação que nos levou a essa discussão tão acirrada sobre o projeto que são justamente os recursos para o norte, nordeste e centro-oeste. Com essa Emenda que o Senador Augusto Botelho acabou de acatar, eu acho que nós também resolvemos um certo problema do centro-oeste. E temos um compromisso do Ministro, que eu vou aqui falar, né, Senador Botelho, de que a nossa queixa, umas das maiores justamente em relação à diferença da per capita, mas que ele terá até o ano de 2011 a mesma per capita para todos os Estados brasileiros. Esse foi o compromisso do Ministro, mas eu quero concordar com V.Exª porque o sofrimento, principalmente nos Estados mais pobres desse país é algo absolutamente lastimável, cruel e perverso com as pessoas. Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Srª. Presidente, Srs. Senadores, acho que hoje nessa Comissão estamos todos de parabéns, sobretudo os Relatores, porque estamos dando resposta a uma crise que tem sido, talvez, uma das piores angustias do cotidiano dos brasileiros. Hoje mesmo na capa do jornal O Globo do Rio de Janeiro, traz aqui uma fotografia de um paciente que com problemas e sem ter a devida maca, ou a imobilização necessária, eles fazem aqui uma... eu diria, tentam ajeitar, uma improvisação com papelão, com fita gases. E ontem já veio uma matéria em que as operações ortopédicas do Rio de Janeiro eram feitos com: Com serra de tico-tico, com furadeira

com instrumentos de construção civil. Exatamente porque os médicos precisam improvisar para tentar salvar a vida dos pacientes. O Rio de Janeiro, Srª. Presidente, tem 300 mil crimes praticados por ano. São mais de 111 mil lesões corporais dolosa. Bêbados atropelando pessoas, brigas de faca, garrafa, navalha nas comunidades, balas perdidas. Imagine mais de 111 mil casos de lesões corporais dolosa. Isso sobrecarrega os hospitais, a rede pública. Com falta de investimentos, não por... eu diria por erro da Constituição, mas por fala de regulamentação dessa Emenda 29, Municípios, próprio Estado e o Governo Federal, não tem aplicado na saúde os recursos que são necessários. Nesse momento em que vamos discutir recursos é claro que por questões de desigualdade social, os Estados entram em conflito. E é por isso Senadora Patrícia Saboya, que eu gostaria de parabenizar a solução encontrada. Quer dizer, para os recursos que são de custeio, e que são aqueles recursos distribuídos por critérios demográficos, nós vamos continuar dentro da situação em que se encontra, ou seja, os Estados com mais população e com o índice de criminalidades enormes e com hospitais sobrecarregados sendo atendidos dentro da sua necessidade. Agora em termos de investimentos. Nós precisamos sim, e acho que todos os brasileiros de boa vontade hão de concordar com o relatório do Senador Augusto Botelho, temos que privilegiar nossos Estados, onde a rede básica de saúde ainda não tem os hospitais, as clínicas, os ambulatórios, os postos de saúde, no número necessário. Nós com todo o problema que temos na região sudeste não podemos fechar os olhos de maneira nenhuma, a crise, por exemplo, que se deu no Estado de Alagoas. Ao a crise, por exemplo, que se dá nos Estados do norte. Onde ainda há falta diante de imensas epidemias, de doenças tropicais, de médicos, por exemplo, que possa atender a nossa população. Acho que muito da sobrecarga que ocorre nos grandes centros do nosso país, se dê por isso, muitas pessoas se mudam para os grandes centros, procurando um tratamento médico de melhor qualidade. De tal maneira que o nosso projeto não é terminativo hoje? Ele não é terminativo, eu consulto a V.Exª. Vai ao Plenário. E espero que no Plenário nossos Senadores tenham a sensibilidade de votar esse relatório, esse projeto, aprová-lo, e darmos andamento a essa questão, Srª Senadora que me tira o sono. É uma preocupação constante, tenho certeza a mim e de todos os Senadores, de vermos as pessoas nas ruas nos cobrando. O meu Estado do Rio de Janeiro teve uma intervenção, o Governo Federal fez uma intervenção, o Exército, Marinha e Aeronáutica foram para rua, para distribuir remédio para montar barracas para atendimento do povo. E espero dar a contribuição que cabe a esse Senado Federal.

Está de parabéns a senhora, que Deus lhe abençoe, ao nosso Senador Relator, vamos votar, vamos aprovar, vamos levar ao Plenário, e dar saída, dar solução à crise da saúde no nosso país. Muito obrigado Srª. Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada Senador Marcelo Crivella, Senador Augusto Botelho, antes de passar a palavra a Senadora Ideli, talvez fosse importante que V.Exª colocasse o percentual que ficou destinado para o repasse da União. Porque nesta Comissão está restabelecido os 10%, não é isso?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 10% exatos, 10% anterior.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): É importante que o Plenário...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É são 10% anterior.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): E acrescidos pela avaliação do PIB, né?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Não, não, a avaliação do PIB, não, agora vai ser baseado na receita...

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Bruta.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Bruta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Significa, Senador Marcelo Crivella, um aumento de 20 bilhões para a saúde no ano que vem. A Emenda do Senador Dornelles na Comissão de Assuntos Econômicos, estabelecia que o valor da União seria através de critérios de acordo com a variação do PIB. Aqui o Senador Augusto Botelho restituiu a Emenda, o original que era de manter 10% para a União, 12% para os Estados, e 15% para os Municípios. Isso vai significar... da receita, se fosse a Emenda do Senador Dornelles, nós teríamos 3 bilhões a mais para saúde o ano que vem. Em torno disso. Com a Emenda do Senador Augusto Botelho de 10%, restabelecendo os 10%, nós receberemos 20 bilhões a mais ano que vem para a saúde.

Portanto, eu considero uma grande vitória, uma grande conquista. Senadora, eu queria só registrar a presença da Deputada Jô Moraes, a presença do Paulo Pereira, que já saiu, Deputado Paulo Pereira, do Secretário de Saúde de Minas Gerais, Marco Pestana, do Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte Helvécio Miranda e do Deputado Rafael Guerra que eu já citei aqui que é a nossa grande referência na área da saúde. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senadora Patrícia, demais Senadores e Senadoras. Em primeiro lugar eu queria colocar a importância da deliberação do dia de hoje. Nós sabemos também que a câmara está debruçada sobre esta mesma matéria, inclusive, com projeto para ser apreciado no Plenário da Câmara, para nosso orgulho da bancada do PT o projeto, está tramitando na Câmara é de autoria do ex-Deputado Federal Roberto Gouveia, no PT de São Paulo, e o que nós estamos debruçados hoje para fazer a aprovação é do nosso querido Senador Tião Viana. Portanto, um compromisso muito claro da bancada do PT com a regulamentação dessa Emenda Constitucional que foi aprovada em 2000 e que há tantos anos, sete anos aguardando a sua regulamentação, para que a gente possa efetivamente ter, não apenas, um aumento no volume de recursos para a saúde, mas uma definição muito clara de qual é o percentual que a União tem que colocar, que os Estados têm que colocar, que os Municípios têm que colocava. Por exemplo, a informação que nós temos, é que dos 27 Estados, apenas oito estão cumprindo com o percentual obrigatório de gasto com a saúde.

Portanto, hoje nós temos uma situação extremamente delicada, no atendimento da saúde em todo Brasil, e nós temos divisão de responsabilidades, até porque o nosso Sistema Único de Saúde pressupõe as responsabilidades da União, dos Estados e dos Municípios. Eu não tenho os dados aqui do grau de aplicação dos recursos da esfera municipal, mas se em termos de Estados, a gente tem 27 e apenas 8 estão aplicando, eu não quero fazer um juízo negativo, mas imagino que nem todos os Municípios estejam aplicando também.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nem todos, mas o percentual é bem alto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Dos Municípios é maior.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Cerca de 60% estão aplicando.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ainda bem. Então, eu acho regulamentação ela vai efetivamente permitir que a fiscalização dos recursos que precisam e devem ser aplicados na saúde, das três esferas, da União, dos Estados e Municípios, seja efetivamente acompanhada cobrada, exigida, para que a gente possa ter uma profunda melhora. Nós tivemos também em termos do partido, do PT, nós fizemos, participamos da atividade, o PT enquanto partido lançou campanha esse ano pela regulamentação. Nós estamos com as nossas duas bancadas, tanto na Câmara, quanto no Senado envolvidas, atuantes, participando, buscando contribuir com a regulamentação. E o próprio Presidente Lula, colocou de forma muito clara, que a responsabilidade da regulamentação da Emenda 29 era nossa, era do Congresso. E, portanto, nós estamos buscando todos os partidos, todos os parlamentares preocupados com a questão da saúde, e estão todos obviamente irmanados nesta necessidade da regulamentação.

Acho que nós temos já um início de definição na regulamentação da Emenda 29 do que é que é gasto com saúde. E inclusive, aquela polêmica discussão a respeito do que é que pode ser contabilizado como gasto para gente evitar aquelas deturpações absurdas e comumente praticadas aí país afora, mas tem uma discussão que é de fundamental importância, que é aquela questão do gasto com o saneamento. Todos nós sabemos que cada real gasto em saneamento você economiza quatro em saúde.

Portanto, tem determinados gastos em saneamento que precisam ser considerados como gasto de saúde. Até para gente potencializar efetivamente a melhoria as condições, porque para nós não interessa gastar em saúde sobre a ótica de gasto em saúde para tratar doença. Para nós obviamente o melhor dos mundos, é: Os gastos de saúde ser os gastos preventivos para que as pessoas não fiquem doente, isso é que é o fundamental.

E por último, eu queria deixar aqui um desafio para todos nós, porque há a regulamentação da Emenda 29, não trata não, aprofunda, não encara uma das questões fundamentais, que é a questão da gestão. Nós vamos precisar encarar essa questão da gestão. E os recursos precisam estar obrigatoriamente vinculados às metas, como nós estamos agora começando a fazer na educação. O Programa de Desenvolvimento da Educação, e eu acho que ele tem um grande salto de qualidade, porque recursos extraordinários estão sendo estabelecidos os convênios a partir das metas e dos contratos estabelecidos entre Governo Federal e Estados, Governo Federal e Municípios. Ou seja, vai o recurso extraordinário mediante o compromisso da unidade escolar ou da rede municipal, estabelecer diminuição da invasão, diminuição da repetência, diminuição dos problemas educacionais, que muitas vezes o mero repasse de recurso a mais não resolve. Porque se um ralo continua grande, não adianta você colocar cada vez mais dinheiro. Você precisa que a gestão seja efetiva, seja competente, seja apurada, seja profundamente fiscalizada, para que a gente possa ter aplicação correta do recurso.

Portanto, a vinculação da regulamentação da Emenda 29, do aumento dos recursos, tanto da União, dos Estados, quanto dos Municípios, tem que estar

acoplado num profundo compromisso nosso, de trabalharmos em cima da gestão da saúde.

Eu quero dizer o seguinte: A gente vive e observa situações gravíssimas, de desvio de recursos, é só pegar aquele levantamento que a Controladoria Geral da União vem feito do sorteio das 50 Prefeituras mensais, a maior parte dos desvios de recursos estão exatamente vinculados à gestão na área da saúde, e na área da educação. Portanto, essa questão da gestão, é algo que nós vamos precisar nos debruçar de forma profunda, até como compromisso da aprovação da regulamentação da Emenda 29.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senadora Ideli Salvatti. Passo a palavra a Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora Patrícia, Senadores, e Srªs. Senadoras. Eu quero Senadora parabenizá-la pela condução, pelas idéias, pela proposta que trouxe, e ao Senador Augusto Botelho pelo relatório.

Gostaria de aqui colocar, que realmente, finalmente estamos chegando a tornar realidade a Emenda 29. Eu espero que o processo que agora se iniciou, se reiniciou, realmente ele aconteça em poucos dias e nós possamos ter finalizado essa discussão, essa ansiedade, essa preocupação, com relação a recursos da saúde. Definir realmente o percentual, e não somente o percentual, a que se destina, porque os percentuais de Municípios e Estados, esses já eram definidos, e como também a nível federal, o que estava sendo colocado, muitas vezes eram questões que não podemos dizer que não tivesse relação com a saúde, mas que não necessariamente estava tratando saúde. Como moradia, tem relação com a saúde? Tem, mas ela não... essa tem que ser uma despesa da infra-estrutura, da questão dos Ministérios das Cidades. A questão de merenda escolar que se colocava também, muitas vezes como despesa dentro desses percentuais isso tem que estar nos recursos da educação.

Então, agora nós vamos poder realmente ter uma transparência maior, uma visibilidade maior, para os recursos ações de saúde, tanto preventivo como a questão das curativas. Saneamento realmente é importante, eu considero que seja uma ação de saúde, porque o saneamento faz reduzir as doenças, eu considero que o saneamento talvez seja uma vacina ampla para muitas doenças, como também é necessário, Senadora Patrícia, que ao Ministério seja entendido a necessidade de ampliar dentro do calendário de vacinas obrigatórias, outras vacinas que hoje só tem direito àqueles que podem pagar. Porque esse custo que na realidade, vou dar aqui um exemplo, a vacina de pneumonia, só quem faz são aqueles que podem pagar. Na rede pública não existe, não é obrigatória. Aí disse: Ah, o custo é muito alto. Mas quanto custa um dia de internação? Um dia, de internação de pneumonia? Só isso. Não estou nem falando o tratamento total. Com exame, com antibióticos, além do custo maior que muitas vezes é a vida. É a mesma coisa da vacina que é necessário que seja obrigatório, para que possamos evitar o câncer uterino, porque eu também já ouvi essa explicação que o Governo diz que é um custo muito alto. Não, é um investimento muito pouco para se evito reclamo o câncer uterino, que além de ser um tratamento caríssimo, ele também leva a seqüelas que são irremediáveis, e muitas e muitas vezes, a morte.

Então, quando a Senadora Ideli ali colocava, na questão do recurso saindo pelo ralo, mas eu digo, mas os recursos da saúde são muitos poucos. A carência de leitos está aí diz indo tudo isso. A carência de medicamentos também mostra isso, a carência de exame também mostra isso. Os Municípios, aqui eu tenho que fazer uma defesa dos Municípios, porque conheço de perto essa realidade, é a primeira porta que o cidadão bate, na falta do remédio ele vai a porta do Prefeito, da sua casa, cobrar o remédio. Que muitas vezes na urgência é até difícil de explicar dentro de um processo formal como aquilo teve que ser solucionado. Temos que ter metas, temos que ter realmente organizar a gestão, mas tem que também na saúde se ter essa distinção que saúde muitas vezes é urgência, a grande maioria das urgências, você tem que dar resposta imediata. O hospital tem que estar preparado, e o gestor tem que mostrar muitas vezes, assumir responsabilidades outras que não está naquele programa definido dentro de quatro paredes numa sala através de burocratas.

Então tem que ver essa realidade, mas o mais importante que eu quero aqui frisar, é que apesar dos recursos que serão através dessa emenda aprovado, eu espero que realmente tenha a aprovação final, com mais 20 bilhões para a saúde, é uma melhoraria para o próximo ano, mas é importante que o Ministério crie um incentivo à interiorização. Crie um incentivo à interiorização. Se o SUS, o Sistema Único à questão dos valores para os procedimentos, eu entendo que não podem ser diferenciados, mas tem que se ter uma forma de ter uma incentiva parte interiorização. Para se levar o médico ao interior, para termos estruturas no interior. E com isso fazer com que a população brasileira realmente, apesar dessa diferença de região, essas diferenças também sociais, as diferenças de Estados mais pobres, regiões mais pobres, para regiões mais ricas a gente possa ter lá na ponta, lá nas regiões mais distantes, mas carentes, o apoio à saúde que é necessário. Então é importante se criar esse incenti-

vo, para levar o médico, e o Brasil precisa estruturar melhor a saúde.

Se nós fizermos realmente pela Organização Mundial de Saúde, e você pegar os parâmetros de questão de eleitos, e uma série de outros parâmetros, você vai ver que nós estamos muito além de ir pelo menos uma situação que podemos dizer assim, razoável. Não tão boa, mas razoável. Por isso que está aí nos pronto-socorro, vive essas denúncias de filas de casos de realmente que são até de uma forma desumana, não que queira os médicos, os profissionais da saúde queiram tratar dessa forma, mas pela fala de condições para o atendimento.

Então, fica aqui o meu apoio a iniciativa, e a certeza de que a partir daqui nós poderemos com certeza melhorar com a saúde do nosso país.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada, Senadora Rosalba que é Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, também pela discussão da matéria. Quero passar a palavra ao Senador Valadares, mas antes gostaria de registrar também a presença do meu Secretário de Saúde do Estado do Ceará, Secretário João Ananias e convidá-los, por favor, os senhores, podem ocupar essa segunda bancada, por favor, todos os representantes que estejam aqui sintam-se... Então, todos os Secretários do Brasil inteiro aqui, eu infelizmente eu não tenho o nome de todos para registrar aqui, mas eu fico muito feliz, e essa Comissão recebe a todos de braços abertos aqui, agradecendo pela contribuição. Portanto, sejam todos bem-vindos e, por favor, sentem-se. Senador Valadares, com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Srª. Presidenta, desta Comissão. Senadora Patrícia Saboya, Srªs. e Srs. Senadores. Digo o Presidente do Grupo Parlamentar da saúde, Deputado Federal Rafael Guerra, Srs. Secretários aqui presentes. Entre a aprovação da Emenda 29 e a tramitação final dessa proposta de regulamentação da mesma, decorreram 14 anos. Foram sete anos de ampla discussão na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, da Emenda 29. Eu tive a honra de ser a Relator quando de sua tramitação do Senado Federal, por indicação do então Presidente da Comissão de Justiça, Senador José Agripino. De lá para cá, as exigências contidas na Emenda 29 não foram amplamente como era da natureza da Emenda 29 obedecidas tanto em relação ao Governo Federal como em relação aos governos estaduais e também municipais. Logicamente que a incidência das maiores faltas, ocorreu em relação aos Estados, que se negavam, e se negam até hoje terminantemente ao obedecer o contido na Emenda 29 na aplicação de 12% de suas Receitas líquidas em favor da saúde do povo brasileiro.

Então, havia uma lacuna para evitar esses desvios e conseqüentemente prestar um serviço melhor à saúde do povo mais pobre, daquele povo que não tem dinheiro para pagar seguro saúde, e depende exclusivamente dos recursos originários do SUS. Foi dentro dessa perspectiva, dessa necessidade imperiosa de uma regulamentação, que tanto a Câmara dos Deputados, como o Senado Federal nesta Casa através da iniciativa do Senador Médico, Tião Viana, apresentar proposta de regulamentação de assuntos tão importantes. Fechando as comportas dos desvios de ações que estavam sendo executadas nos governos estaduais e também em alguns governos municipais, que jamais poderiam fazer parte da configuração de aplicações em saúde. Como até o pagamento de aposentadorias, algumas unidades federadas prestaram contas dizendo que estavam aplicando em saúde. Com a exigência de 10% que nós estamos aprovando hoje nessa Comissão através deste grande Parecer do Senador Augusto Botelho, que é um grande médico do seu Estado, e comprova a sua identificação com as populações, desassistidas, excluídas do nosso Brasil, o seu Parecer é enfático em não permitir de forma alguma que tanto o Governo Federal como os estaduais e municipais possam se utilizar de artifícios visando o não cumprimento das determinações constitucionais.

Portanto, eu quero parabenizar a V.Exª por iniciativa, inclusive, eu fui Relator dessa mesma matéria da Comissão de Justiça, que ali analisa apenas o problema constitucional, e a regimentalidade das proposições. E aqui na Comissão específica, Comissão de Assuntos Sociais nós entramos num mérito propriamente dito da proposição. Foi então que nós conseguimos fazer várias alterações, e foram aceitas unanimemente pelos Senadores e pelas Senadoras, numa prova mais do que evidente de que o nobre Relator indicado para dar o Parecer se preparou e refletiu sobre a realidade do Brasil. Agora segunda as informações que recebi de V.Exª, de nosso Deputado Rafael Guerra, nós passaremos de uma Receita em favor da saúde de cerca de 48 bilhões, para 64 bilhões. Isso significa um aporte de recursos importantes para solucionar diversos problemas, não apenas no setor de cura nos hospitais de atendimento aos hospitais, mas também no setor de prevenção que é tão mais importante do que o atendimento nos hospitais, que só ocorre justamente por falta de uma maior prevenção, prevenção no campo, na cidade e naturalmente até os acidentes no Brasil que ocorrem diariamente, acidentes e também ferimentos por arma de fogo. Tudo isso contribui para aumento das despesas nos hospitais. Agora na medi-

da que nós estamos apoiando a segurança pública, já vem agora um projeto da Câmara dos Deputados, uma medida provisória do Governo, instituído um programa exclusivamente para cuidar da segurança pública, na Câmara dos Deputados, nós aprovamos aqui. E houve uma alteração lá na Câmara dos Deputados de alguns projetos, de alguns pontos, como, por exemplo, os projetos direcionados, os programas direcionados, de apoio às mães, de apoio ao cidadão reservista, ao jovem reservista. Infelizmente a Câmara dos Deputados não aprovou essas idéias, e fica isso para uma outra ocasião. Mas eu para abreviar a minha participação, Presidente, eu gostaria de dizer que esse é um dia histórico que nós estamos vivendo no Senado Federal, na Comissão de Assuntos Sociais.

O Presidente da República, o Presidente Lula, vai receber essa matéria logo que depois passar na Câmara dos Deputados para a sua sanção, e espero que não haja vetos. Em vez que há um consenso aqui no Senado, há um consenso na Câmara dos Deputados, sobre a necessidade imperiosa de aprovarmos com urgência essa regulamentação. Porque todos aqueles penduricalhos de que se sirvam determinados governantes para desvio de recurso da saúde, estão sendo agora instintos por iniciativa de todos nós. Certamente que a Câmara dos Deputados com a responsabilidade que terá. Eu tenho certeza que o Dr. Rafael Guerra está presente lá também ajudando a comandar esse projeto, essa matéria da iniciativa do Senador Tião Viana será aprovada unanimemente na Câmara dos Deputados. E por fim, Presidente, várias foram tentativas, inclusive, aqui no Senado Federal.

Certa vez o Senado Federal reuniu-se mais ou menos entre uma e duas horas da manhã, apareceu de repente uma Emenda, como se ela tivesse caído do céu, retirando recursos preponderantes da saúde do Estado, quer dizer, criando a DRE para os Estados, a desvinculação dos recursos para os Estados. E casualmente, como eu sempre faço, estava presente naquela Sessão do Senado. Imediatamente telefonei para o Deputado Rafael Guerra, e veio de madrugada no Plenário do Senado Federal, e lá nós fizemos um movimente tão grande, já estava tudo acertado, isso foi no Governo do Fernando Henrique, para aprovar a DRE dos Estados, e também retirar 20% dos recursos da saúde. A confusão foi tão grande lá, que eles retiraram a Emenda Constitucional, e nós evitamos que acerca de oito anos atrás, novas investidas fossem aprovadas contra a saúde do povo brasileiro.

Nesse momento nós estamos... continuamos vivendo uma crise, essa crise não é só por falta de recurso, também é problema de gerenciamento, de gestão. Na medida em que nós corrigimos, como disse a Senadora Ideli Salvatti, não é? As falhas na gestão da saúde pública, naturalmente nós vamos economizar mais recurso, e eles sobrarão para o atendimento às populações que mais precisam no nosso Brasil, são mais de 140 milhões de brasileiros que dependem desta Emenda.

Meus parabéns a V.Exª., Presidente aqui está nesse momento presidindo ao lado da nossa Senadora Rosalba Ciarlini que foi uma grande Prefeita lá no Estado do Rio Grande do Norte em Mossoró, uma grande Prefeita e cuidou muito da saúde do povo, do seu povo. Nossa Presidente, que hoje está numa posição de destaque aqui no Senado, e espero que consiga todos os seus sonhos em defesa das crianças, dos adolescentes, dos mais pobres. Agradeço a V.Exª, minha Presidenta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): ...Também reconhecer o esforço de V.Exª nessa luta por melhor condições para a saúde, uma luta reconhecida por todos nós Senadores nessa Casa, e pelo Brasil já, pelo destaque que V.Exª tem conseguido dar a um tema tão relevante como é a saúde no Brasil.

Eu quero mais uma vez agradecer as palavras que são sempre tão generosas de V.Exª. E tenho a certeza de que hoje nós realmente estamos dando um passo muito importante no sentido da melhoria da qualidade de vida do nosso povo. Eu quero também registrar a palavra do Deputado Osmar Terra, aqui representando a todos os Secretários da parte da saúde, agradecer a presença de todos, passar a palavra a Senadora Rosalba, e em seguida o último escrito que é o Senador Flávio Arns, penúltimo escrito.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Permita, é rápido, eu só gostaria de agradecer ao nobre colega, Senador Valadares, pelas suas palavras, ele que... vindo da sua pessoa, Senador, me sensibiliza muito, me deixa muito engrandecida, porque o senhor ao falar de saúde, o senhor conhece essa questão. O senhor administrou o seu Estado, sabe como executivo o que enfrentamos no dia-a-dia para levar saúde a nossa população. E essa, com certeza, essa sensibilidade, esse conhecimento, fez com que o senhor fosse mais um soldado, mas um soldado valente, forte, dessa nossa luta pela regulamentação da Emenda 29. E a faixa que está aí Patrícia, acho que ela agora pode ser levantada bem alto, com bem força, porque será regulamentada, se Deus quiser, sem nenhuma alteração, para que a saúde tenha mais recursos, e o povo mais saúde.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Muito obrigada.

[palmas]

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) Srª. Presidente, eu quero também saudar o Deputado Rafael Guerra, saudar o Deputado e Secretário Osmar Terra, e todos os Secretários saúde aqui presentes também, sejam estaduais ou municipais, de uma maneira particular, Secretário de Saúde em exercício do Senador do Paraná no meu Estado, Dr. Carlos Manuel Vasconcelos Ataíde dos Santos, assim como a Drª. Helena Tedesque que está aqui presente, que é uma liderança na Secretaria de Saúde. E deixar o meu abraço, inclusive, ao Secretário Dr. Cláudio Xavier que não está aqui presente em função de dificuldades de saúde na família, e a gente deseja a ele assim solidariedade, apoio, e colocarmos a disposição dele, da família nesse momento também de dificuldade pelas quais a família, não só ele, mas a família está passando. Então uma solidariedade nossa e de todos sem dúvida, do Paraná.

Eu quero dizer também, Srª. Presidente, que esse momento é fundamental. Fundamental para a saúde. Muito se fala em termos de gestão. Eu não tenho dúvidas de que a gestão tem que ser permanentemente aprimorada. Não só agora, mas a vida toda em qualquer setor da sociedade, não só na saúde. É um desafio permanente na educação, na assistência, no trabalho, no turismo, e também na saúde, logicamente. Eu acho que nós temos que nos debruçar sobre a gestão. Que é uma dificuldade. Agora não podemos negar a grave dificuldade de falta de recurso da saúde. E essa regulamentação de Emenda Constitucional visa deixar clara a responsabilidade, da União, dos Estados e dos Municípios, tripartite em termos do acesso ao deito constitucional da saúde. Então, em termos da União, isso vai significar, como foi apontado cerca de 20 bilhões a mais na área da saúde. Eu acho que é isso que deveria ser mesmo, porque se nós temos um orçamento de 40 e pouco bilhões atualmente e 20 desses 40 e pouco vem da CPMF, então nós temos um orçamento assim de 25 bilhões na área da saúde no Governo Federal. Somando-se a isso os 20 bilhões nós teremos 45 bilhões, mais os 20 da CPMF, que a CPMF tem que acrescentar um valor a ser acrescentado ao valor da saúde. Então, nós teremos um orçamento de 20 bilhões a mais na área da saúde o que de acordo com Senador Valadares, vai chegar próximo desses 65 bilhões de reais. Nós temos ainda o problema da DRU, que é a Desvinculação dos Recursos da União. Isso vai significar que 13 bilhões dos 65 bilhões poderão não ser aplicados em saúde. Então, 13 bilhões, dos 65 bilhões, poderão não ser aplicados em saúde. Então, isso eu acho que é uma distorção, seja na área da saúde, ou na área da educação, ou em outras áreas, essas distorções precisam ser debatidas, e a sociedade precisa, inclusive, ter bastante consciência disso, não é? Que 13 bilhões é um montante assim vultuoso. Ao mesmo tempo, definindo o que sejam despesas de saúde, aquele quadro de aplicação de recurso em saúde por parte dos Estados, também vai ser alterado, porque antes se diziam que eram 4, 5, 8, 10%, mas não havia definição do que sejam despesas de saúde. A partir dessa definição legal em lei complementar, nós poderemos saber exatamente quanto que Estados e Municípios então aplicando em saúde. Eu diria até que os Municípios estão aplicando, eu pensaria na quase totalidade, os 15% que devem ser aplicados, porque na verdade o Prefeito lá é muito assediado diretamente pela população. Os Estados precisam melhorar e não sabem exatamente quando estão aplicando, saberemos a partir da aprovação dessa lei e definindo-se claramente o que sejam despesas em saúde.

Então, é um avanço importante necessário, espero que realmente que não haja veto, a isso, que haja essa articulação, com o Executivo para não ocorrer o veto, que a gente possa se debruçar sobre a DRU que é essa desvinculação de 20%, que os Estados e Municípios até 2011 caso não estejam aplicando em saúde, possam gradativamente 1/4 por ano ir repondo até chegar ao valor mencionado, ao percentual mencionado até o ano de 2011. E que a gente possa a partir daí termos assim aquela tranqüilidade, aquela segurança, para sabemos com o que recursos esse direito à saúde pode ser, pode contar em termos de Brasil.

É um avanço importante, necessário, uma discussão que tem que continuar, debruçar permanente sobre a gestão, mas é um momento que deve ser festejado. Eu diria que a presença dos gestores estaduais principalmente do gestor federal, de representantes dos gestores municipais aqui é no sentido de dizer: Olha, é um passo. Vamos festejar. É um passo importante. Parabéns. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Obrigada, Senador Flávio Arns, passo a palavra ao último inscrito, Senador Inácio Arruda para homenagear o nosso Secretário de Saúde, que está aqui conosco.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Na verdade eu quero... Primeiro cumprimentar V.Exª, pela condução dessa matéria, os debates inicialmente na Comissão de Assuntos Econômicos, com muitas emendas, muitas discussões, um debate muito aprofundado. Resultaram num trabalho aqui no nosso Relator, Augusto Botelho. E digamos assim, que um acordo para que a gente possa ter um bom termo nessa matéria. E ao mesmo tempo, cumprimentar o nosso... todos que estão aqui, porque fazem parte de uma ampla frente que vem lutando há muitos anos em torno da saúde pública do

Brasil. Nas várias conferências da saúde pública, na constituinte, depois nos sucessivos governos, que se apresentaram pós-constituinte para aprimorar o envio de recurso para o Sistema Único de Saúde no nosso país. Que é um sistema exitoso, vitorioso, tem muito debilidade, tem muito problema aqui levantado, gestão, isso e aquilo. Mas o central é que ele atende ao povo brasileiro, atende aos mais pobres, e atende também aos mais ricos, porque nas enfermidades graves, mais complexas e no serviço público, é SUS. Por isso é um sistema muito universalizado para o povo brasileiro.

Então, eu quero também homenagear a todos que conduziram essa marcha, nós podemos comparar com a longa marcha. Os chineses hoje lançaram um foguete para mandar uma nave à lua e o nome foi de Longa Marcha. E nós também estamos numa longa macha, para homenagear a todos que lutaram nessa longa macha, eu os cumprimento um nome do nosso Secretário de Saúde do Estado do Ceará, o Deputado João Ananias que aqui está presente, meu caro João, para simbolizar esse momento nosso. Eu acho que nós conseguimos uma vitória grande, nós trabalhamos muito na Câmara dos Deputados, eu fui Deputado durante 12 anos, e nos 12 anos nós trabalhamos essa questão da regulamentação. Primeiro com a Emenda Constitucional, que foi vitoriosa, foi uma luta grande, mas muito grande. Agora o processo de regulamentação que exige muito diálogo, porque nós vamos aprovar uma grande vitória, aprovamos no Senado, e temos que fazer um bom acordo na Câmara, para que não haja alteração substancial, meu caro Senador Flávio Arns. Preferência que não haja alteração, que a gente vote de imediato na Câmara. E depois um trabalho político, porque nós temos que fazer uma discussão, lógico com o Ministro da Saúde, mas nós temos que fazer uma grande discussão, eu acho que devemos logo nos adiantar numa Comissão de Senadores e Deputados à Casa Civil, para que não haja nenhum veto em função de repasse principalmente de recursos federais, que esse que é o problema central nosso. Como garantir esse repasse de recursos federais. Que essa é a grande soma que nós vamos ter na aprovação da regulamentação. Essa é a nossa grande vitória. Se nós tivemos um veto aqui, nós desmoronamos a regulamentação na Emenda 29. E na saúde tem o problema de gestão, estamos de acordo, mas o problema central é que o per capita do Brasil em saúde pública é um dos menores do mundo, e um dos menores na América Latina.

Então, esse que é o problema central, não é que tem muitos recursos e eles são mal utilizados, são gastos de forma desastrada. Há uma gestão equivocada na saúde pública. Eu acho que não é um problema de gestão, fosse fundação, fosse o serviço público diretamente através do sistema único, através do regime jurídico único como é que hoje na administração direita. Isso não é problema central, é equivocado esse debate. O problema central é que nós temos um per capita ainda muito baixo na saúde pública brasileira. Por isso que é importante essa regulamentação, e por isso que é uma vitória essa reunião de hoje na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, e espero que daqui a gente saia imediatamente para o Plenário, e a gente garante essa votação ainda hoje se possível, minha cara Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Se Deus quiser. Muito obrigada Senador Inácio.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Minha Presidente, me permita complementar talvez, não sei se complementar, mas dizer algo mais sobre essas duas questões que tanto o Senador Flávio Arns falou como Senador Inácio. A questão da DRU, essa tem que ser... nós temos que ficar alerta, atentos, ter uma preocupação maior, um cuidado maior, porque não pode de forma nenhuma a DRU incidir sobre recurso da saúde. De forma nenhuma. É inadmissível. Quando o Governo está nessa luta toda querendo manter a CPMF que vai dar uma arrecadação, sendo mantida, se for mantida, de 20 milhões, se DRU incidir são 13 milhões. Então, é realmente, como disse o Senador Flávio Arns, uma distorção.

Então, temos que fazer com que a DRU de forma nenhuma incida sobre a saúde. E a outra questão aqui, o senhor falava sobre a per capita, a per capita, ainda é menor do que oficialmente se coloca. Se você considerar quando foi calcular per capita, o número, os milhões que hoje são atendidos pelos planos de saúde. Aí a per capita ainda é menor. E realmente é vergonhosa. Nós investimos muito pouco em saúde, mas eu espero que agora essa alegria de hoje que estamos tendo, seja mantida não haja vetos, e fico muito feliz sabendo que todos os Senadores que aqui estão, independente de ser da base ou não, estamos imbuídos nesse sentido, Senadora, de que torcemos para que com a aprovação não haja vetos, porque eu considero que essa Emenda, se chama Emenda da vida. Cada centavo que perdemos dessa Emenda, nós vamos perder mais vidas como estamos vendo no dia-a-dia do nosso Brasil. E eu hoje estou muito indignada, porque eu tive uma informação sobre criança, que realmente eu pessoa pediatra, que é algo que na minha cidade está faltando uma UTI neonatal, nos prematuros, os dados estatísticos estão mostrando que quase 80% estão morrendo. Isso é alarmante. É algo que deixa a gente indignado. Fizemos já um apelo a Governadora, e vamos bater as portas porque precisamos ter ime-

diatamente um hospital da criança algo que der uma atenção especial que está faltando. Obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senhores e senhoras, encerrando a discussão, não havendo mais quem queira discutir. Em votação o Parecer do Projeto de Lei do Senado nº 101/2007. Desculpa. Projeto de Lei do Senado nº 121/2007, os Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto.

[palmas]

Pela ordem, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria Srª. Presidente de requerer a urgência.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): A urgência da matéria.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Da matéria para a aprovação nesta Comissão em encaminhamento ao Plenário.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Senador Flávio Arns acaba de pedir urgência à matéria. Os Srs. e Srªs. Senadoras e concordam permaneçam como se encontram. Aprovada. A matéria vai ao Plenário. Parabéns as todos os Senadores, parabéns ao Senador Augusto Botelho, mais uma vez pelo relatório aos Srs. Secretários, a Frente Parlamentar da Saúde, a consultoria do Senado, a todos enfim, pela votação e aprovação desse projeto tão relevante.

Eu suspendo a Sessão por cinco minutos, para que os cumprimentos sejam feitos.

Sessão suspensa às 12h51.

Sessão reaberta às 13h15.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Está reaberta a nossa Sessão, a Comissão da CAS, e onde nós iremos hoje votar as emendas ao Plano Plurianual. E eu passo já imediatamente a palavra ao Senador Sérgio Guerra que é o Relator dessa matéria. Como todos sabem a Comissão pode apresentar até cinco emendas. Esse é um trabalho geralmente muito árduo para o Relator, porque tem que escolher entre tantas propriedades, cinco que realmente possam atender aos Srs. Senadores, e Senadoras. E também evidentemente a vocação desta Comissão. Que é principalmente a área saúde do trabalho e da previdência.

Portanto, Senador Sérgio Guerra, ao relatar e escolher essas emendas levou em conta esses critérios que são os temas referentes a nossa Comissão de Assuntos Sociais. Com a palavra Senador Sérgio Guerra.

SENADOR SÉRGIO GUERRA (PSDB-PE): Bem nós fizemos aqui um exame, o mais transparente possível, mais transparente que esse é impossível para nessas emendas que estão feitas ao PPA. A tradição do PPA é uma tradição muito pouco consistente. Porque se os orçamentos anuais, não são consistentes, se a gente não trabalha com qualidade nos orçamentos anuais, eles não são... O que a gente aprova aqui normalmente não se concretiza. Os Planos Plurianuais, no período anterior à inflação, aliás, quando havia inflação, e depois da inflação continuam inconsistente. Aliás, isso não é prerrogativa do Governo atual, isso já vem de algum tempo. Na verdade não se desenvolveu um programa para médio e longo prazo no Brasil, quando havia todas as condições para fazê-lo. Porque quando a inflação era absurdamente alta, não era fácil você fazer projeto, você planejar. Mas com a inflação controlada, com relativo ajuste fiscal não há porque não ter qualidade nesses Planos Plurianuais e também nos orçamentos que todos nós sabemos que não tem.

Esse orçamento, esse PPA, eu acabei de relatar essa mesma matéria na Infra-Estrutura, eu encontrei a mesma situação daqui. Quer dizer, um conjunto muito elevado de emendas que não são inadmissíveis. E isso porque não há muita tradição de participação dos parlamentares nos PPA. Concreta, participação mais efetiva, porque trata-se de uma ação que terá... esperemos que tenha consistência num médio e longo prazo, não num curtíssimo prazo. Então, aqui há uma série de emendas que não podem ser admitidas, porque se for aqui não ser serão depois, que não dizem respeito a aéreas que essa Comissão trabalha. Secretaria dos Desenvolvimentos Humanos, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Proteção à Mulher, Ministério da Justiça. Então essas emendas são inadmissíveis. A gente trabalhou sobre as que estão admissíveis. As que estão para o Ministério da Saúde e para o Ministério do Trabalho e Emprego. Apesar de haver uma omissão na lei de orçamentos deste ano, com relação ao papel da Comissão na lei do Ministério de Trabalho e Emprego. Mas na falta de outra Comissão pra fazer, é claro que essa tem que fazê-lo. Separamos quatro emendas na área de saúde, que diz respeito à drenagem urbana, eu não preciso dizer que a questão da drenagem urbana é fundamental, prioritárias e óbvia. Não há quem possa discutir a sua propriedade em qualquer ação. Há duas emendas para povos indígenas na FUNASA, como é da tradição dessa Comissão trabalhar nessa área, eu tenho certeza, eu já vi aprovações feitas aqui antes para mesma finalidade, a nossa proposição é pela também seja aprovada uma dessas emendas que são rigorosamente iguais. São emendas do Senador Romero Jucá e Senadora Lúcia Vânia. Que por uma

razão que eu não consigo entender, fizeram os dois a mesma Emenda, com o mesmo texto e o mesmo valor. Mas os dois se entenderam. Eu consigo entender. Se entenderam brilhantemente.

Depois uma Emenda para o Sarah Kubitschek. O Sarah Kubitschek tem tido emendas aqui na área dessa Comissão durante muitos anos e no próprio Senado. Eu fui lá um dia desses por uma razão óbvia, precisei ir. E vi uma instituição exemplar e uma grande instituição. Até parece que a gente não está no Brasil e eu imagino até um pouco de excesso, uma infra-estrutura exagerada. Mas ninguém deve reclamar disso. Deve reclamar quando há falta de qualidade, não quando há qualidade demais.

Depois serviço e saúde a mulher. Nessa Comissão, de uma maneira especial, as mulheres têm um peso relevante. A Presidente é mulher, eu fui cercado aqui por algumas mulheres. [risos] Então, não foi fácil. Não era fácil deixar de aprovar, de recomendar a aprovação dessa Emenda, serviço de saúde da mulher.

E na área do Ministério do Trabalho e Emprego, nós pensamos em aprovar uma ordem de trabalho e qualificação profissional do Senador Flávio Arns, porém o valor que estava previsto era mínimo, havia um, eu diria que um pequeno erro material na Emenda, e decidimos por economia solidária em desenvolvimento... da Senadora Lúcia, e também do Senador Romero Jucá, mais uma vez. É importante dizer porque os dois são muito habilitados nessa área de orçamento, eles conhecem isso bastante.

Então, essa é a sugestão que nós levamos a Presidente, ao Plenário dessa Comissão, julgando que estamos fazendo uma contribuição equilibrada as funções que são desenvolvidas aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE): Eu agradeço ao Relator, Senador Sérgio Guerra e coloco em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir está encerrada a presente Sessão com a aprovação das cinco emendas aqui já feitas e oferecidas pelo Relator Sérgio Guerra.

Muito obrigada a todos está encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 13h21.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2007, QUARTA-FEIRA, ÀS 11:00 HORAS.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, sob a presidência do Senhor Senador **PAPALÉO PAES** reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, GIM ARGELLO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, VALDIR RAUPP, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, ROSALBA CIARLINI EDUARDO AZEREDO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, LÚCIA VÂNIA, JOÃO DURVAL, EXPEDITO JÚNIOR, LEOMAR QUINTANILHA, HERÁCLITO FORTES, RAIUMUNDO COLOMBO, ROMEU TUMA, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO** e **CRISTOVAM BUARQUE.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Justifica a ausência o Senador Jayme Campos. O Senador Papaléo Paes declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento do AVISO nº 1281-Seses – TCU – Plenário, referente ao Processo TC-007.823/2007-8, no qual examina recurso inominado interposto pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande/MS, na pessoa do Secretário Luiz Henrique Mandetta. A deliberação foi adotada no processo anteriormente referido, no qual foi realizado levantamento de auditoria com o objetivo de avaliar as ações governamentais de combate à dengue nas três esferas do Governo, o voto do Ministro-Relator foi pelo não conhecimento do recurso, o Presidente comunica ainda o recebimento do AVISO nº 1566-Seses-TCU-Plenário, referente ao Processo nº TC 016.415/2006-5, no qual examina auditoria de natureza operacional na ação Atenção aos Pacientes Portadores de Coagulopatias, de responsabilidade do Ministério da Saúde. Pelos próximos 15 dias na Secretaria da Comissão os referidos Avisos estarão à disposição dos senhores membros da Comissão. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 59, DE 2007-CAS** "Nos termos do art.50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado da Saúde informações sobre a fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes da psiquiatria". **Autores:** Senador EDUARDO AZEREDO e Senadora ROSALBA CIARLINI. **Resultado: Aprovado. ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 63, DE 2007-CAS** "Nos termos dos incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Fe-

deral, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de debater questões emergenciais de saúde pública, em particular, o problema enfrentado pelos usuários de medicamento sem similar nacional cuja importação encontra-se regulamentada pela Resolução nº 86, de 21 de setembro de 2000, notadamente, o medicamento MALIASIN, de prescrição neurológica". **Autores:** Senador PAPALÉO PAES, Senador AUGUSTO BOTELHO e Senador ÁLVARO DIAS. **Resultado: Aprovado**. **ITEM 3 - AVISO Nº 52 DE 2002** "Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 712/2002-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar em que medida o Programa Nacional de Saúde do Escolar - PNSE tem contribuído para melhorar o processo de aprendizagem da população escolar portadora de deficiência visual e auditiva (TC - 011.820/2001-3)". **Autor:** EXTERNO – Pres. Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador EDUARDO AZEREDO. **Parecer:** Pelo conhecimento do Aviso nº 52, de 2002, do Senhor Presidente do Tribunal de Contas da União e arquivamento. **Resultado: Aprovado**. **ITEM 4 - PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2007** "Acrescenta § 3º ao art. 79 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (Dispõe sobre a oferta de ensino superior aos povos indígenas)". **Autor:** Deputado CARLOS ABICALIL. **Relator "ad hoc":** Senador JOÃO DURVAL. **Parecer:** Favorável ao Projeto. **Resultado: Aprovado. ITEM 7 - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 194, DE 2007** "Acrescenta o art. 462-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de descontos nos salários do empregado". **Autor:** Senador CÉSAR BORGES. **Relator:** GARIBALDI ALVES FILHO. **Parecer:** Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado: Lido o relatório e iniciada a discussão, a votação foi adiada.** Os itens 05, 06, 08, 09, e 10 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senhores Senadores Eduardo Azeredo, João Durval, Garibaldi Alves Filho e Paulo Paim. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão de Assuntos Sociais, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Senador Papaléo Paes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – **Senador PAPALÉO PAES, Presidente.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 21 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Havendo número regimental, declaro aberta a 41ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa ordinária da 53ª legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da Reunião anterior. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Comunico o recebimento do Aviso nº. 1.281, do Tribunal de Contas da União, Plenário referente ao processo TC - 007823/202007-8, no qual examina recurso inominado, interposto pela Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande Mato Grosso do Sul, na pessoa do Secretário Luís Henrique Mandeta. A deliberação foi adotada no processo anteriormente referido, no qual foi realizado levantamento de auditoria, com o objetivo de avaliar as ações governamentais de combate à Dengue, nas três esferas de Governo. O voto do Ministro Relator foi pelo não conhecimento do recurso.

Comunico ainda o recebimento do aviso nº. 1.566, do Tribunal de Contas de União, Plenário, referente ao processo nº. 016415/2006-5, no qual examina a autoria de natureza operacional na atenção aos pacientes portadores de coagulopatias de responsabilidade do Ministério da Saúde. Os referidos avisos estarão à disposição das senhoras e senhores Senadores, pelos próximos 15 dias, na Secretaria da Comissão.

Requerimento. Autor: Senador Eduardo Azeredo. Requerimento nº. 59/2007, Comissão de Assuntos Sociais: "Nos termos no art. 50, § 2º da Constituição Federal, c/c o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitados ao Sr. Ministro de Estado da Saúde informações sobre a fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes da psiquiatria. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação o Requerimento.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Excelência.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Ao autor do Requerimento, Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, eu quero apenas justificar, porque esse

Requerimento é porque, no caso dos genéricos, que foram um grande avanço, os medicamentos genéricos significaram um grande avanço no Brasil, facilitando o acesso à população como um todo. No caso do medicamento genérico destinado ao tratamento de pacientes da psiquiatria, têm surgido algumas informações de que não estariam tendo a mesma eficácia dos demais genéricos.

Então, o objetivo do Requerimento é ter informações do Ministério da Saúde se procedem ou não essas dúvidas sobre a questão dos genéricos da psiquiatria. Em tese, eles têm que ter o mesmo resultado, porque o genérico nada mais é do que o mesmo medicamento, apenas não tem os custos da propriedade industrial, os custos de pesquisa, que são remunerados, quando as empresas, durante um certo período de tempo, têm a exclusividade de fabricação daquele medicamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senador. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Então, aprovado o Requerimento.

Requerimento nº. 63/2007, Comissão de Assuntos Sociais. Autor: Senador Papaléo Paes. "Nos termos dos incisos II, IX e X do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o inciso II, § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, a fim de debater questões emergenciais de saúde pública, em particular o problema enfrentado pelos usuários de medicamento sem similar nacional, cuja importação encontra-se regulamentada pela Resolução nº. 86, de 21 de setembro de 2000, notadamente o medicamento MALIASIN, de prescrição neurológica".

Eu quero fazer uma referência do por que eu fiz esse Requerimento. Senador Álvaro Dias recebeu em gabinete, na semana passada, usuários de todo o Brasil do medicamento MALIASIN, representantes, não é? Que é um medicamento de prescrição neurológica, bem como representantes de hospitais, laboratórios, médicos, importadores, entre outros. Quer dizer, é uma grande representatividade, que foram até o gabinete do Senador Álvaro Dias, e o Senador Álvaro Dias fez um pronunciamento na tribuna, lá do Plenário, e me solicitou, por eu ser parte da Comissão, da Subcomissão, Presidente da Subcomissão de Saúde, me solicitou que nós fizemos uma Audiência Pública. Então, me pediu, e eu fiz este Requerimento que vem muito a caber com essa questão que é muito importante na saúde pública brasileira. Então, nós vamos discutir isso, com a aprovação dos senhores Senadores.

Bom, em votação o Requerimento. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Então, aprovado. Item 03 da Pauta, decisão não terminativa. Aviso nº. 52/2002: "Encaminho ao Senado Federal cópia da decisão nº. 712/2002, TCU-Plenário, bem como do respectivo relatório e voto que fundamentaram sobre o relatório de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar em que medida o Programa Nacional de Saúde do Escolar, PNSE, tem contribuído para melhorar o processo de aprendizagem da população escolar, portadora de deficiência visual e auditiva. TC nº. 011820/2001-3. Autor externo, Presidente do Tribunal de Contas da União; Relator, Senador Eduardo Azeredo. Parecer pelo conhecimento posterior e arquivamento da matéria.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo para proferir seu relatório.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente, o Programa Nacional de Saúde do Escolar foi criado em 1984, com o objetivo de promover a saúde do escolar do ensino fundamental da rede pública por meio de desenvolvimento de ações educativas, preventivas e curativas de saúde, odontologia e oftalmologia. Desde a sua criação, o PNSE já teve diversas formas de execução, com estratégias sistemáticas, operacionais, diferenciadas, procurando manter os mesmos objetivos direcionados ao mesmo público-alvo.

A auditoria realizada pelo TCU período compreendido entre 1999 e 2001, quando as ações do PNSE eram centradas na campanha "olho no olho" e atendia a um número restrito de Municípios, bem como a alunos matriculados apenas na primeira série do ensino fundamental. A partir de 2003, novas formas de aplicação e de desenvolvimento do PNSE buscaram ampliar o atendimento de alunos em Municípios e criar mecanismos de contrapartida que tornassem o programa mais eficiente e abrangente, diferentemente do modelo auditado pelo TCU.

Assim, transcorridos mais de cinco anos de realização de trabalhos da auditoria à qual ele se refere, entendo extemporânea a análise do aviso 52/2002 por esta Comissão de Assuntos Sociais. Isso, diante do exposto, recomendo que essa Comissão tome conhecimento do aviso 52, do senhor Presidente do Tribunal de Contas da União e delibere pelo seu arquivamento.

Nós temos todo o material aqui, com os dados referentes a esse programa; o programa que mostra que crianças, às vezes, abandonam a escola pela falta dos óculos, por exemplo, do seu fornecimento, isso acontece especialmente nos Estados mais carentes do Brasil. E a documentação é uma documentação interessante, mas se refere a anos já superados, e o programa já está alterado, de maneira que eu proponho o arquivamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senador. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir... Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Então, está aprovado. O Projeto vai à Secretaria Geral da Mesa.

Item 04. Decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº. 46/2007, acrescenta § 3º ao art. 79 da lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; dispõem sobre a oferta de ensino superior aos povos indígenas. Autor: Deputado Carlos Abicalil. Relator: Senador João Durval, designado como Relator *ad hoc*. Parecer favorável pelo Projeto.

Concedo a palavra ao nobre Senador João Durval, como Relator *ad hoc,* visto que a Relatoria é original do Senador Cristóvão Buarque, mas V.Exa. poderá proferir o seu relatório.

SENADOR JOÃO DURVAL (PDT-BA): Relatório: "Na Comissão de Assuntos Sociais, o Projeto de Lei da Câmara nº. 46/2007, que dispõe sobre a oferta de educação superior aos povos indígenas. O Projeto, por meio da inscrição de um novo parágrafo no art. 79 da lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe que a educação superior será oferecida aos povos indígenas, em universidades públicas e privadas, com programas de ensino e assistência estudantil, ações de pesquisa e programas especiais. Analisado na Câmara dos Deputados, prevaleceu o texto substitutivo oriundo da Comissão de Direitos Humanos daquela Casa. Após Audiência Pública dos autores envolvidos, onde se suprimiu a menção específica de uma universidade indígena, multicultural, que se encontrava na proposição inicial do Deputado Carlos Abicalil, do Partido dos Trabalhadores de Mato Grosso. O Projeto foi distribuído a essa Comissão e à Comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa.

Análise. Pela justificativa do Projeto original, percebe-se que a intenção do autor era agregar à educação superior a concepção escolar indígena, que prevalece hoje no plano nacional de educação, Lei nº. 10.112, de 09 de janeiro de 2001, e nos documentos da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Além disso, pretendia se fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas, dando à União o protagonismo principal na oferta de educação superior indígena aos indígenas.

Com efeito, depois de séculos de um quase genocídio, e de políticas de integração dos indígenas à cultura branca hegemônica, o Estado brasileiro reconheceu na Constituição de 1988 e na lei de diretrizes e bases da educação, lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1966, a autonomia dos povos indígenas para traçar seu destino cultural dentro do estado brasileiro e para reger a educação escolar, por meio do bilingüismo e do multiculturalismo curricular. Essa doutrina já foi assimilada na normatização de educação básica, e já é praticada na maioria das aldeias indígenas, no tocante ao ensino fundamental.

Quanto ao ensino médio, etapa que milhares já alcançaram, ainda são incipientes as experiências de escolas verdadeiramente indígenas, com professores nativos e currículo multicultural. A maioria dos índios que freqüentam o ensino médio e, *a fortiori,* os cursos de graduação e pós-graduação das universidades vivem esse direito como um conquista individual, sujeito às regras, aos conteúdos e às metodologias da educação superior branca de filiação à cultura européia. Não foi por acaso que, na primeira Comissão, onde se discutiu o Projeto, levantaram-se vozes que, em nome da prudência, insistiram em que não se deveria erguer explicitamente a bandeira da universidade multicultural indígena, patrocinada pela União, máximo em um Projeto de Lei que alterasse as diretrizes e bases da educação nacional.

De qualquer forma, diante da atual situação em que a educação superior não faz parte do itinerário formativo da maioria dos indígenas, mas se constituí em excepcionalidade, já é um avanço incluir no texto da LDB a previsão de sua oferta em universidades públicas e privadas, principalmente se fazendo menção a programas de assistência estudantil que podem viabilizar a permanência de grupos e não somente indivíduos das comunidades indígenas e de outros ligados a pesquisas e a ações especiais da União, que podem conduzir o apoio explícito à presença de índios nos cursos de mestrado e doutorado.

Voto. Pelo exposto, o voto é pela aprovação do PLC nº. 46/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senador João Durval. Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, em votação parecer favorável do Projeto de Lei da Câmara nº. 46/2007. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Está aprovado e o Projeto vai à Comissão de Educação.

Item 07. Decisão terminativa. Projeto de Lei do Senado nº. 194/2007. Acrescenta o art. 472-A à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para dispor sobre a proibição de descontos no salário do empregado. Autor: Senador César Borges. Relator: Senador Garibaldi Alves Filho. O Parecer é favorável, com uma Emenda. Concedo a palavra ao nobre Senador Garibaldi Alves Filho, para proferir seu relatório.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, Senador Papaléo Paes, Sras. e

Srs. Senadores, o Projeto de Lei do Senado de nº. 194/2007, que acrescenta o art. 462-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre a proibição de desconto no salários dos empregado, é de autoria do Eminente Senador César Borges.

A presente proposição, senhor Presidente, tem por objetivo impedir a ocorrência de fato que, na atualidade, se verifica com preocupante freqüência e que atinge membros de diversas categorias de trabalhadores, como por exemplo: Caixas de estabelecimentos comerciais; cobradores de ônibus; garçons e frentistas dos postos de gasolina. Segundo o Eminente autor, Senador César Borges, trata-se da realização de descontos, nos salários dos trabalhadores, dos valores referentes aos pagamentos efetuados por meio de cheques sem provisão de fundos, de cartões de crédito clonados ou utilizados de forma ilícita, ou ainda, de montantes que tenham sido roubados ou furtados do estabelecimento.

A matéria, portanto, possui uma importância social inegável, por estabelecer mais proteção aos salários e aos próprios trabalhadores. Ao Projeto não foram apresentadas Emendas no âmbito dessa Comissão, até a presente data.

A análise, senhor Presidente, que eu vou procurar resumir, é que nos termos no art. 90, inciso I, c/c o art. 100, inciso I do Regimento Interno dessa Casa, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar Parecer sobre o presente Projeto de Lei. O desconto de salário, em suas várias hipóteses, insere-se no campo do direito de trabalho. Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal. Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta.

No observar desses pressupostos, a proposição, portanto, não apresenta vício de constitucionalidade, nem de legalidade. No mérito, senhor Presidente, entendemos que o Projeto merece ser aprovado, pois o de descontos salários, quando inexiste dolo ou grave omissão, por parte do empregado representa procedimento indemissível. O art. 462 da Consolidação das Leis do Trabalho, como bem salientou o eminente Senador César Borges, já veda a realização de descontos não autorizados por lei ou instrumento coletivo sobre o salário devido aos trabalhadores.

Então, senhor Presidente, tendo em vista esses argumentos e o fato de que a própria Consolidação das Leis do Trabalho já veda a realização desse desconto, como eu acabei de ler, o meu Parecer é pela aprovação... O voto é o seguinte: Em face do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do eminente Senador César Borges, Projeto de Lei do Senado de nº. 194/ 2007, com a seguinte Emenda: "Suprima-se do art. 462-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovado pelo Decreto-lei nº. 5.452, de 1º de maio de 43, nos termos do Projeto de Lei do Senado nº. 194/2007, a expressão... Sala das Comissões... Então, senhor Presidente, o meu Parecer é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Em discussão da matéria.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu queria, se me permitisse ainda, deixar registrados meus cumprimentos ao autor, o Deputado Carlos Abicalil, e onde o Relator foi ainda o Senador Cristóvão Buarque, no Projeto anterior, que eu cheguei naquele momento, V.Exa. estava dando já pela aprovação do Projeto, e claro que eu fiquei feliz de estar aqui, abrindo um espaço para que os povos indígenas, enfim, que a comunidade indígena, tenha o direito a cursar o nível superior, mediante a mudança aqui na LDB. Então, meus cumprimentos ao autor, ao Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): O Relator *ad hoc*, Senador João Durval.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador João Durval, eu estava chegando e V.Exa. estava concluindo, o Senador João Durval, que acatou, na íntegra, o Parecer do Senador Cristóvão Buarque. Eu, que falo tanto do combate à descriminação, Senador João Durval, me sinto contemplado, quando eu vejo que os povos indígenas, mediante essa alteração, terão, pelo menos as portas da universidade abertas, com essa alteração na LDB. Claro que será todo um processo, mas eu não poderia deixar de registrar, Senador João Durval, meus cumprimentos a V.Exa., ao Senador Cristóvão e ao Deputado Carlos Abicalil, pela brilhante iniciativa desse povo tão sofrido e tão discriminado. Eu, que falo tanto de discriminação entre negros, deficientes e idosos, mas, sem sombra de dúvida, o povo mais descriminado nesse país são os índios. Eles são tratados, até, eu diria, de forma desrespeitosa, inclusive, quando circulam aqui dentro do Congresso Nacional. A gente percebe que muita gente não gosta de se aproximar deles. Claro que não somos nós que estamos nessa Comissão, debatendo esse tema.

Então, eu tenho um respeito e um carinho muito grande pelos povos indígenas e fico muito feliz com essa iniciativa. E fico mais feliz ainda porque alguém já disse que essa questão indígena não dá ibope para o homem público. Eu digo: "Pobre do homem público que só faz política naquilo que só dá ibope". Tem que

fazer política pela responsabilidade social, pelo que representa, pelas idéias, pelas propostas, e não se dá ou não dá ibope. Por isso, os meus cumprimentos a V.Exas.

E, Senador Garibaldi Alves Filho, eu quero cumprimentar a V.Exa., como Relator nesse Projeto, é óbvio que é o item 07, Projeto de Lei do Senado, 194, de autoria do Senador César Borges. Eu acho que o Projeto vem, digo vem já atrasado, de tanto que eu sou simpático ao Projeto. E V.Exa. deu o Parecer rápido, apoiando aqui, na integra, só fazendo uma adequação de redação, com a Emenda que propõem, no Projeto do Senador César Borges. Porque, sem sombra de dúvida, é comum, nós que atuamos nessa área sindical, ouvirmos dos trabalhadores que ele... Alguém chega no posto de gasolina e dá um cheque sem fundo ou tem problema no cartão, enfim, o investidor, que é empreendedor, que tem que assumir a responsabilidade porque o seu negócio é um negócio de risco. E ele é que vai ter mais lucro ou menos lucro. O pobre do trabalhador--

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): E tem como tomar as providências, não é? Para recuperação--.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É, exatamente. Tem, para recuperar judicialmente. E o pobre do trabalhador só tem o seu salériozinho. Eu sou favorável que, inclusive, que multas, em caso de acidente, que não seja o trabalhador. Porque o empregador, se ele tem o negócio de risco, ele tem seguro total, muitas vezes, do seu automóvel, do seu caminhão, enfim, do seu táxi. Como o pobre do trabalhador só tem aquele salériozinho. E ele sabe que, se houve um acidente, ele não fez proposital, porque, se o veículo passa, pára de funcionar, e ele fica até sujeito a ser demitido. Eu estou indo além um pouquinho daquilo que está aqui, mas entende que o Projeto é mais do que correto, fala aqui, ó: "Caixa dos comércios, cobradores de ônibus, garçons, frentistas de postos de gasolina". E aí vai, citando inúmeras áreas onde o trabalhador é que paga conta. Quer dizer, o empreendedor só ganha, porque ele tem o lucro e, qualquer desvio de conduta cometido pelo cliente, e não pelo trabalhador, quem paga conta é o trabalhador.

Por isso que meus cumprimentos, é um belíssimo Projeto, uma pena que eu não pude ser nem autor, nem Relator, de tão bom que ele é. Estou elogiando vocês aqui.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Eu quero também parabenizar o autor, Senador César Borges; o Relator, Senador Garibaldi Alves Filho, e os comentários feitos pelo Senador Paulo Paim, que realmente vêm reforçar essa justiça que se está fazendo, através desse Projeto de Lei. Pergunto se algum Senador ainda quer se pronunciar. Não havendo mais o que discutir na Sessão, declaro encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h50.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2007.

Às quinze horas e cinco minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Sérgio Zambiasi e com a presença dos Senhores Senadores Romeu Tuma, Rosalba Ciarlini, Geraldo Mesquita, Wellington Salgado, Francisco Dornelles, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella e Ideli Salvatti, reúne-se a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Demóstenes Torres, Marisa Serrano, Marconi Perillo, Paulo Duque, Paulo Paim e Flávio Arns, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual Senador Sérgio Zambiasi, submete à Subcomissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência submete a deliberação do plenário os seguintes itens: **Item 01: Requerimento nº 009, de 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos do art. 90, incisos II e V, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, destinadas a discutir os direitos autorais nas áreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)". O requerimento é aprovado. **Item 02: Requerimento nº 010, de 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Raimundo Colombo e da Senadora Ideli Salvatti, que "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V e 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiên-

cias Públicas, no âmbito desta Comissão, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com o propósito de instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 059, de 2003, que "*Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências"*, com os seguintes convidados: **1ª Audiência Pública**: 1) Nelson Sirotsky, Diretor - Presidente da Rede Brasil Sul – RBS; 2) Wolney Oliveira, Vice-Presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste - APCNN; 3) Jorge Peregrino, Conselheiro Coordenador Geral do Fórum do Audiovisual e do Cinema – FAC; 4) Fernando Meirelles, Cineasta e Produtor; 5) Assunção Hernandes, Diretora para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema – ABPC; 6) Paulo Mendonça, Diretor-Geral do Canal Brasil. **2ª Audiência Pública:** 1) Cícero Aragon, Presidente da Fundação Cinema RS – Fundacine; 2) Jandira Feghali, Ex Deputada Federal e Autora do Projeto; 3) Alexandre Raposo, Presidente da Rede Record - Rádio e Televisão Record S/A; 4) Alberto Dines, Jornalista e Diretor do Programa Observatório da Imprensa/TVE; 5) Paulo Markum, Presidente da Tv Cultura – Fundação Padre Anchieta". O requerimento é aprovado. **Item 03: Requerimento nº 011, de 2007-SCTMC**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, que "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V e 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de mais uma Audiência Pública (4ª), no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, uma vez que os Requerimentos nº 25 – CE de 2007 e nº 07 SCTMC deram ensejo às três Audiências anteriores, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, que 'dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providências'". O requerimento, aprovado pela Comissão de Educação, na reunião no dia quinze de agosto de dois mil e sete, é aprovado. **Item 04: Aditamento nº 001 ao Requerimento nº 008, de 2007-SCTMC,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Flexa Ribeiro, que requer "..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 039, de 2007 – CE, que requer a realização de Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, que "dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artísticos-culturais e esportivos", com o objetivo de realizarmos uma 2ª Audiência, em virtude da necessidade de ouvirmos todos os setores envolvidos na discussão do tema". O requerimento, aprovado pela Comissão de Educação, na reunião no dia vinte e um de agosto de dois mil e sete, é aprovado. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às quinze horas e quinze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares**, **Secretário da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, Presidente Eventual da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.**

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CECTMCS

NOTA TAQUIGRÁFICA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª reunião Ordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, da 1ª Sessão Legislativa, Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e aprovação da mesma, Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Passamos ao Item 01 da pauta não terminativo, Requerimento, autoria do Senador Raimundo Colombo e Flávio Arns. Passo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, na condição de autor do Requerimento.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, a nossa intenção, nesse Requerimento, é requerendo nos termos do art. 90, inciso 2 e 5º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, destinadas a discutir os direitos autorais nas áreas de cinema e

música, bem como o papel desempenhado pelo escritório central de arrecadação e distribuição. Esse é o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Coloco em discussão, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir, Presidente. Quero parabenizar os Senadores Raimundo Colombo e Flávio Arns, pelo Requerimento que apresentam à Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da Comissão de Educação. Acho, Senador Raimundo Colombo, que é da maior importância discutirmos essa questão dos direitos autorais, tanto no âmbito das áreas de cinema e música, como também o desempenho do escritório central DECAD(F) que em inúmeras reclamações por parte dos autores, e dessa Audiência Pública nós vamos poder, então, esclarecer isso tudo. E gostaria muito, se V.Exª, junto com o Senador Flávio Arns, me dessem a honra de poder subscrever, em conjunto, este Requerimento.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Tenho certeza que falo em nome do Senador Flávio Arns também, para nós é uma honra muito grande, a gente fica muito feliz, agradece e aceita a sua colocação.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Coloco em votação, Senadores e Senadoras que concordam com o Requerimento, permaneçam como se encontram. Está aprovado o Requerimento. Autorizo os Senadores Raimundo Colombo e Flávio Arns, agora com a subscrição também do Senador Flexa Ribeiro.

Item nº 02, não terminativo. Autoria dos Senadores Inácio Arruda e Ideli Salvatti, este subscrito também pelo Senador Raimundo Colombo, esse Requerimento já foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e também precisa ser aprovado como sendo uma reunião conjunta na nossa Subcomissão. Passo a palavra ao Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente Sérgio Zambiasi, nos termos dispostos no art. 58, § 2º, inciso 2 e 5º da Constituição Federal, cominado com os art. 90, inciso 2 e 5 e 93, inciso 1 e 2, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiências Públicas no âmbito desta Comissão em conjunto com Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, com propostas de instruir o Projeto de Lei da Câmara, n° 59/2003 que regulamenta o disposto no inciso 3º do art. 221 da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e a produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências.

Com os seguintes convidados, primeira Audiência Pública: 1) Nelson Sirotsky, Diretor-Presidente da Rede Brasil Sul – RBS; 2) Wolney Oliveira, Vice-Presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte e Nordeste; 3) Jorge Peregrino, Conselheiro Coordenador-Geral do Fórum do Audiovisual e do Cinema; 4) Fernando Meirelles, Cineasta e Produtor; 5) Assunção Hernandes, Diretora para Assuntos Internacionais da Associação Brasileira das Empresas Produtoras de Cinema; 6) Paulo Mendonça, Diretor-Geral do Canal Brasil.

Segunda Audiência Pública: 1) Cícero Aragon, Presidente da Fundação Cinema RS – FUNDACINE; 2) Jandira Feghali, Ex-Deputada Federal e autora do projeto; 3) Alexandre Raposo, Presidente da Rede Record - Rádio e Televisão Record; 4) Alberto Dines, jornalista e diretor do Programa Observatório da Imprensa, TVE; 5) Paulo Markum, Presidente da TV Cultura – Fundação Padre Anchieta. Esse é o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Colombo, coloco em votação o Requerimento, os Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Item 03 da pauta, não terminativo. Autoria do Senador Flexa Ribeiro, esse Requerimento já foi aprovado da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, como é conjunta, deve também ser aprovado aqui na Subcomissão, passo a palavra ao autor, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Sérgio Zambiasi, o Requerimento 37 de minha autoria, ele tem o propósito de podermos fazer uma quarta Audiência Pública na Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão, em função da grande procura que a Comissão teve de associações ligadas à questão da produção, do provimento, do conteúdo áudio visual, para discutir o projeto de minha autoria de n° 280 que trata da convergência tecnológica. E que V.Exª, para uma honra muito grande para mim, é o Relator desse projeto. Nós já fizemos quatro Audiências Públicas na Comissão de Ciências e Tecnologia, fizemos duas aqui na Comissão de Educação em conjunto com a Subcomissão, e em função do grande número de representantes de entidades, de órgãos, ligados à essa área, nós precisamos fazer mais uma, ampliarmos de três para quatro sessões. Esse é objetivo do Requerimento, que eu coloco, apresento à apreciação da Subcomissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ok, Senador Flexa Ribeiro, acho importante realmente ampliar essa discussão para esclarecer todas as dúvidas, já devido a alta complexidade do projeto**.** É um projeto que deverá indicar novos marcos regulatórios na área da comunicação, razão pela qual, realmente quanto mais técnicos especialistas, a caso vir, melhor será para o aprimoramento da própria proposta. Coloco em votação, Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Está aprovado o Requerimento.

Último item da pauta, item 04, autor Senador Flávio Arns, com a subscrição Senador Flexa Ribeiro, a quem passo a palavra. O Requerimento já foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, como é uma audiência conjunta, nós devemos aprová-lo também aqui da Subcomissão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O aditamento n° 1, ao Requerimento n° 039/2007 da Comissão de Educação de autoria do nobre Senador Flávio Arns. Ele requer nos termos regimentais, o aditamento ao Requerimento 039/2007 da Comissão de Educação, que requer a realização de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado n° 188 de 2007, que, abro aspas "Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos culturais e esportivos", fecho aspas. Com objetivo de realizarmos uma segunda audiência, em virtude da necessidade de ouvirmos todos os setores envolvidos na discussão do tema. Este é o Requerimento do nobre Senador Flávio Arns, que faço a leitura por determinação do Presidente Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. E realmente esse projeto, ele tem uma importância muito grande já que não há uma regulamentação em nível nacional dessa questão da meia entrada para espetáculos artísticos, culturais e esportivos. E é hora, realmente, do Congresso Nacional debater o tema e fazer esse marco regulatório também em nível nacional. Já que há muitas confusões, existem leis municipais, leis estaduais, que acabam declaradas inconstitucionais, e acabam não promovendo resultado adequado e criando, inclusive, confusão, muitas confusões nesta discussão. Na medida em que a Casa passa a discutir o tema, ela pode contribuir, e muito, para fazer esse marco definitivo com relação ao pagamento de meia entrada para estudantes e idosos. E nós já estamos prevendo a primeira audiência no dia 5 de setembro, quarta-feira da próxima semana. Coloco em votação, Senadores e Senadoras que concordam, permaneçam como se encontram. Está aprovado o Requerimento.

Último item da pauta, estamos, portanto, completando a pauta do dia, e não temos mais nenhum assunto previsto. Estou encerrado essa presente sessão. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 15h15.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE AGOSTO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia nove de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Maria do Carmo Alves, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella e Adelmir Santana, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública do Ex-Deputado Federal Paulo Delgado (MG), Senhor Jean Marcel Chamon, Gerente Executivo da Associação Nacional dos Centros Universitários - ANACEU; Senhor Newton Garcia, Diretor do Grupo Labor; Senhora Maria Anunciata da Silva, Prefeita do Município de Barra do Chapéu - SP e Senhora Sara Regina dos Santos Oliveira, Diretora da Escola Profª Leonor Mendes de Barros do Município de Barra do Chapéu - SP. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, que visa realizar um Ciclo de Audiências Públicas, com o objetivo de debater as **"Idéias e Propostas para a Educação Brasileira" e o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE,** de autoria do Governo Federal. Comparecem à Audiência Pú-

blica, o Senhor Jorge Werthein, Diretor-Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino Americana - RITLA; Senhor Paulo Nathanael Pereira de Souza, Presidente do Centro de Integração Empresa Escola - CIEE; Senhor João Batista de Geroni, Prefeito do Município de Calmon do Estado de Santa Catarina; Senhora Neuza Sarti Werneque Ribas, Secretária de Educação do Município de Barra do Chapéu do Estado de São Paulo e o Senhor Arthur Roquete de Machedo, Conselheiro da Associação Nacional dos Centros Universitários - ANACEU. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores, Geraldo Mesquita Júnior, Flávio Arns, Augusto Botelho e o Ex-Deputado Federal Paulo Delgado. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e trinta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 09 DE AGOSTO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

Lembro que a presente reunião atende a requerimento nº 03, da Comissão de Educação de 2007, aprovado, de autoria do conjunto da Comissão para realização de um ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de debater idéias e propostas da educação brasileira e uma análise do Plano de Desenvolvimento da Educação. Esta é a sétima audiência e eu solicito ao secretário Juliares(F) que traga os..., que vão intervir depoentes, não, não são depoentes, são expositores. Convido o Prefeito de Calmon, que está aqui, para já vir tomar assento na mesa, Prefeito João Batista de Geroni. Cumprimento, da direita para a esquerda, o Jorge Werthein, que é Diretor Executivo da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, o professor Paulo Nathanael Pereira de Souza que é Presidente do Centro de Integração Empresa Escola – CIEE como é conhecido, o Prefeito João Batista de Geroni, do Município de Calmon, em Santa Catarina, a Dra. Neuza Sarti Werneque Ribas, Secretária de Educação do Município de Barra do Chapéu e o professor Arthur Roquete de Macedo, Conselheiro da Associação Nacional dos Centros Universitários.

Eu quero dizer que este grupo de hoje reúne aqui uma pessoa com a maior experiência na educação internacionalmente, que é o Jorge Werthein, ex-representante da UNESCO por muitos anos no Brasil, dois representantes de Municípios que a nosso ver conseguiram fazer com que a educação desse saltos, nas duas cidades, que é o João Batista de Geroni e a Neuza Sarti Werneque Ribas, uma pessoa que trabalha com o processo de educação através de estágios, ou seja, entre a educação média e o ensino universitário, e um representante do setor universitário, nesse setor tão específico que são os centros universitários. Então temos uma mesa que tem tudo para podermos fazer avançar essa nossa busca de encontrar saídas, é isso que a gente está querendo para o apagão educacional brasileiro. Eu digo aos expositores, aos que estão aqui presentes e ao público em geral, que essas audiências no Senado concorrem hoje umas com as outras de uma maneira muito intensa. Aqui ao lado está havendo a reunião da Comissão de Relações Exteriores, da qual eu faço parte, não vou estar presente, Ciência e Tecnologia está reunida, tem uma audiência discutindo o trabalho escravo no Brasil com a presença inclusive do Ministro Lupi, tem outra discutindo o problema da energia nuclear. Por que a frente faz isso com essa concorrência toda? Porque nós estamos levando pela televisão, para o Brasil inteiro, porque nós estamos juntando todo esse material e preparando um livro para ser entregue, por meio do Presidente do Congresso, ao Presidente da República com as nossas idéias, e para cada um dos sub-setores nós estamos apresentando projetos muito específicos sérios, seja de apoio ao PDE, o que está lá, seja de sugestões complementares que possam ajudar não apenas a fazer com que a educação continue avançando aos pouquinhos, mas sim com que a gente possa fazer a revolução educacional que o Brasil precisa. Eu aproveito para dizer de pessoas que estão aqui e que nos

alegram muito. O primeiro é o Deputado Delgado, que sempre é uma grande figura, eu chamo Delgado para formalizar, entre nós é Paulinho, que foi Presidente da Comissão de Educação da Câmara de Deputados e um grande amigo. O Jean Marcel Chamon, que é gerente executivo da Associação Nacional dos Centros Universitários, Nilton Garcia, diretor do Grupo Labor, a Sara Regina dos Santos Oliveira, diretora da escola do Município de Barra do Chapéu, e Maria Anunciata da Silva, que é Prefeita do Município de Barra do Chapéu, ou seja, vieram aqui nos prestigiar e eu agradeço muito a presença. Eu passo a palavra ao Jorge Werthein. Quando der quinze minutos tocam a campainha, e eu, apesar do protesto de muitos, sobretudo dos Senadores, porque às vezes alonga muito e eles têm que sair, eu prefiro não cortar a palavra de nenhum expositor, mas eu peço que a gente possa concentrar a fala para ter um debate que termine antes das duas da tarde. Eu passo a palavra ao meu amigo Jorge Werthein.

DR. JORGE WERTHEIN: Bom dia a todos e a todas. A todas e todos muito obrigado pelo convite para estar aqui, muito obrigado para compartilhar com tantos de vocês com a qual eu estou trabalhando durante muitos anos, continuo trabalhando aqui no Brasil. O Senador Cristovam Buarque dizia que estamos competindo com outras Comissões. Eu acho que a educação vem competindo historicamente com todos os setores da sociedade brasileira, e sempre, lamentavelmente, sobretudo na América Latina, não só no Brasil, estamos competindo e não conseguindo chegar primeiro que alguns outros setores que também são importantes, pelo dom de que à educação nunca lhe foi dada a importância que deveria ter e, sobretudo, nunca foi considerada uma prioridade. Eu acho que o problema central, quando falamos da crise educacional num país como o Brasil ou das crises educacionais em países como a América Latina, para contextualizar na região onde estamos, pacificamente há falta de uma política de Estado que haja definido a educação como uma prioridade. Ao ser política de Estado já se define como uma prioridade e realmente é difícil encontrar algum país na América Latina com uma, duas ou três exceções, na qual exista esse marco institucional, essa política definida não para hoje, amanhã, não definida para um mandato de um Ministro, de um Presidente, de um Governador, de um Prefeito ou de um Secretário de Educação, se não definido como deve ser a educação para os próximos vinte, trinta, quarenta anos.

O que eu estou falando são realidades empíricas(F), foi feita em tantos países do mundo que conseguiram sair de situações similares ou piores que muitos países da América Latina, não só o Brasil, e conseguiram avançar significativamente e tornaram-se hoje em países desenvolvidos e converteram-se em potências, converteram-se em potência através de uma concepção muito simples, pelo que lamentavelmente é muito difícil de ser compreendida, aceitada, formulada em nossos países, ou seja, não há capital mais importante, sobretudo hoje, que o capital humano, não há capital mais importante numa sociedade que o capital que dá o conhecimento, e nas dificuldades que temos em produzir esse conhecimento, ampliar esse conhecimento a outros setores da população, democratizar esse conhecimento no qual não se [ininteligível] fortemente ter políticas mais fortes desse envolvimento, não se [ininteligível] poderá atingir um status diferente em marco das nações do mundo. Eu não vou falar e alongar-me falando sobre o que todos já conhecemos e que tem que haver com os problemas estruturais que temos na educação no Brasil, os problemas históricos de décadas e décadas. Não vou mencionar porque nós conhecemos, isso são grandes dívidas que este país tem com a sua população por não haver podido formular políticas educacionais adequadas para absorver a contingentes tão numerosos que hoje [ininteligível] ao sistema educacional, fundamentalmente, é um sistema de ensino fundamental, por isso se dá também no resto do ensino básico, também no ensino médio e também no ensino posterior, porque são aspectos quantitativos e não poderão impedir de verificar que não conseguimos avançar como deveríamos haver avançado, e nos aspectos qualitativos desta educação que hoje não responde aos desafios que o Brasil tem no contexto internacional, assim como insisto sempre, em maioria dos países latino-americanos tampouco respondem a esses desafios.

Continuamos com uma educação muito exclusivista, continuamos concentrando os recursos, continuamos concentrando as nossas prioridades nos setores mais abastados da população e ainda não conseguimos, realmente, completar esse espírito democrático, podendo incluir os historicamente excluídos no benefício de uma educação que não só os inclua quantitativamente ou se os matricule, senão que lhe possa outorgar uma educação de qualidade. E nesse marco que eu vou comentar duas coisas que me parecem relevantes e que hoje estão se discutindo, algumas muito timidamente e outra com muito mais eu diria efervescência, com muito mais entusiasmo. Pelo que desejo colocar aqui como dois aspectos que me parecem fundamentais quando falamos o que fazer para poder modificar esta situação de uma educação que tem pouca qualidade, [ininteligível] aos avanços que se está logrando no Brasil nos últimos anos. Pelo, como a dívida, assim tão grande e continua sendo tão grande, esses avanços realmente não poderiam im-

pactar tão significativamente como se precisa. Eu me refiro a dois aspectos. Primeiro é que estamos numa sociedade, como falamos, uma sociedade do conhecimento, e uma sociedade do conhecimento onde o desafio mais importante é poder ter a capacidade, como Nação, de poder produzir conhecimento.

Em um país onde o nosso sistema educacional fundamental, em setor público, a diferença de outros países na América Latina e a diferença de outros países na Europa ou nos Estados Unidos e Canadá dá uma especial atenção ao ensino de ciências, desde o ensino fundamental, e dão essa prioridade ao ensino de ciências porque começar a ensinar ciências na escola pública de ensino fundamental significa não só acercar essas crianças a um conhecimento científico, a poder desenvolvê-lo, a ficar atrativo, a poder seguir com essa curiosidade no ensino médio e provavelmente [ininteligível] em ensino superior, a carreira científica, a se produzir científicos que tanto precisamos no Brasil e a produzir científicos por seu conhecimento que tanto precisamos, sendo que, além disso, esse tipo de ciência tem um impacto profundamente importante em todo o processo de ensino e aprendizagem do resto de que essas crianças do ensino fundamental estão estudando hoje. Vai olhando, vai desenvolvendo o raciocínio lógico, faz pensar a qual setor é um espaço atrativo, a qual setor não é um espaço atrativo, há essa interatividade entre as crianças com professores que hoje estão bastante ausentes na escola pública brasileira. Isso acontece na escola privada e nossos filhos ou nossos netos, depende da idade de cada um de nós, está tendo acesso a esse tipo de educação. Novamente nós descriminamos de forma profunda o acesso ao conhecimento, de qual os setores sociais inclusos, discriminamos de acordo à região, às regiões, aos Estados, de onde essa educação pública está sendo oferecida.

E eu acho que aí, voltamos a equivocarmos e voltamos a não conseguir romper esse círculo vicioso da reprodução da desigualdade de onde o sistema educacional está jogando um papel importantíssimo nessa reprodução, de onde deveria jogar um papel transcendental para poder romper essa desigualdade, esse círculo vicioso e, através da educação, instrumento principal para poder lograr igualdade, equidade e diminuir significativamente as desigualdades da sociedade, não estamos conseguindo fazer isso. Então eu acho que por isso há uma insistência hoje muito grande, timidamente eu insisto que num país como o Brasil, por estar aproximando-se, a essa importância de introduzir esse tipo de conhecimento, e, ademais, introduzir esse tipo de conhecimento *[soa a campainha]*, introduzir a possibilidade da educação científica significa democratizar o acesso à informação ao conhecimento e que tenhamos uma população que possa opinar sobre temas que são transcendentais e que em geral não consigam. Isso foi para mim?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Presidente, até eu queria destacar que é o horário marcado foi de dez minutos e não de quinze. Então é só para --

SR. JORGE WERTHEIN: Quer que eu termine agora?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, é justamente para o senhor ter mais tempo para poder terminar a exposição.

DR. JORGE WERTHEIN: Eu agradeço ao Senador. O segundo ponto que eu queria colocar, e depois, se dar tempo, se ser paciente a Comissão podemos conversar, dá muito mais entusiasmo hoje em colocá-lo no Brasil e em outros países da América Latina que a utilização das novas tecnologias de informação e comunicação para apoiar os processos educacionais. E basicamente, quando falamos dessas novas tecnologias, estamos falando da importância que está tendo a informática e o acesso à Internet para poder permitir que setores muito desfavorecidos da população brasileira possa [ininteligível] e ter esse instrumento. O que acontece também aí, e, sobretudo, na postura absolutamente entusiasta desse tipo de tecnologia e de impacto que essa tecnologia pode ter para os processos educacionais e socialização de conhecimento. O que está se sucedendo em geral é que há um entusiasmo eu diria um pouco desmedido. E por que eu digo que é um pouco desmedido? Porque o problema de introdução de novas tecnologias não consiste em poder novamente, de forma quantitativa, poder colocar laboratórios de informática em escolas ou poder reproduzir, é muito importante, centros de onde a população pode ter acesso a utilização de informática e também ter o acesso à Internet. Isso é importante.

Eu creio que não estamos fazendo e que é muito importante, e que eu estou sentindo que agora está se começando a fazer, e as razões são realmente boas. Pelo que foi feito e ainda estamos fazendo é que quando pensamos em introduzir a informática para reforçar, para tentar impactar essa educação de baixa qualidade e elevar a qualidade da educação através da utilização dessa ferramenta, nos marginalizados e nos excluídos absolutamente a principal agente educativo no processo educacional, que é o professor. Se nos preocupamos com os laboratórios, nos preocupamos com a compra dos computadores. Não estamos preocupados de pensar que no Brasil, em 50% de todos os profissionais da educação, ou seja, professor de ensino básico e do ensino universitário, só cinqüenta tem acesso a computador e à Internet, ou seja, temos

um grupo enorme de profissionais da educação que, lamentavelmente, por várias razões e uma delas basicamente também econômica, não podem ter acesso a esse instrumento, e é muito difícil que uma tecnologia tão importante como esta possa ser utilizada eficientemente, e seu investimento tão grande tem um retorno muito forte, se não conseguimos que os professores utilizem essa ferramenta, recomendem essa ferramenta e trabalhem com os seus alunos com essa ferramenta tão importante. Isso ainda não está acontecendo. Segundo, há também um entusiasmo desmedido e continuo dizendo que eu sou um absoluto defensor dessas tecnologias, mas há um entusiasmo desmedido porque se pensa que se nós conseguimos colocar este tipo de tecnologia, esse acesso à informação vá produzir modificações importantes.

A minha postura é sim, vai produzir modificações importantes, mas não tanto. Por que não tanto? Porque pelo que produz para alguns e não para muitos, e novamente a tecnologia hoje, no Brasil, aplicada para a educação e na maioria dos países da América Latina, com duas ou três exceções, está reproduzindo e aumentando a desigualdade, a permitir aumentar a desigualdade entre os que têm acesso à tecnologia e os que não têm, entre regiões do Brasil é maior à distância, que existe entre regiões do Brasil, Norte, Nordeste e o Sul, em relação ao acesso à tecnologia, pelo que existe entre o Brasil e o mundo desenvolvido, ou seja, é acentuado. Voltando ao meu argumento anterior, eu creio que não se está compreendendo aquilo que é importante, [ininteligível] que também nessa Comissão possa ser debatido, que não é o acesso à informação que vai produzir a diferença. Se nós não melhorarmos o sistema educacional, não melhoramos com uma qualidade diferente, nós não teremos capacidade cognitiva, e nisso é que pode nascer a informação, selecionar essa informação, processar essa informação e transformar essa informação em conhecimento. Então a porcentagem é muito pequena, hoje são aproximadamente trinta e dois milhões de pessoas, no Brasil, que tem acesso à informática, um número menor, aproximadamente *[soa a campainha]* vinte e oito milhões que tem acesso à Internet. Nesse grupo pequeno, nesse grupo, há um grupo muito menor que tem a capacidade cognitiva.

Então a capacidade cognitiva não vai ser através desse instrumento, vai ser através de uma melhoria significativa da qualidade da educação, e nesse momento tem que fazer investimento como estão fazendo, importantes, e são necessários, e devemos realmente incluir digitalmente a população brasileira, sobretudo agora, que se selecionou também os dois mil Municípios mais carentes em índices de desenvolvimento mais baixo para poder concentrar os recursos e concentrar os benefícios dessas tecnologias, essas novas estratégias educacionais para os mais excluídos. Isso é importante. Eu creio que teremos que ter cuidado na forma em que a utilizamos. É suficiente, eu não quero exceder-me, eu queria somente que o Presidente me deixasse continuar e, para completar, dar-lhes quatro, cinco ou seis dados que demonstram a importância desta tecnologia e dos problemas que estamos enfrentando. O Brasil tem trinta e dois milhões de usuários de Internet, e esse trinta e dois milhões significa 17,2% do total da população brasileira. Temos que em 40% da população, aqueles mais pobres, só 5,7% conseguem acessar a rede, no qual novamente demonstra que há uma diferença muito grande entre diferentes setores sociais.

Para terminar, diferenças grandes quando tomamos esses dados e os analisamos dentro do marco das desigualdades raciais. 28,3% da população branca, de dez anos de idade, que mais utilizam a Internet nos últimos três meses anteriores à pesquisa domiciliar que o IBGE fez. 28,3%, mas só 13,3% da população negra teve acesso a essa Internet. 103% de diferença. No plano educacional 38% do total dos estudantes de dez anos ou mais dos diversos níveis de ensino do Brasil utilizaram a Internet nos últimos três meses anteriores a essa pesquisa do IBGE. Nos índices dos alunos das escolas públicas do ensino fundamental, 17,2% são extremamente baixos se nós comparamos, por exemplo, com os índices dos países da comunidade européia, os países da [ininteligível] que são aproximadamente 80%, para [ininteligível] dessa dimensão. Pelo incluso, quando comparamos com alguns países da América Latina, como Chile, Argentina, Uruguai, Costa Rica, o índices desses países são superiores aos indícios que teremos aqui no Brasil. E, por último, uma informação que saiu hoje também para mostrar o problema que teremos com essas tecnologias, é que a fundação Getúlio Vargas acabou de lançar ontem uma pesquisa mostrando que países em desenvolvimento, com alta densidade demográfica, como a Coréia do Sul, como Hong Kong, são aqueles onde se observa os maiores índices de penetração de banda larga, 26% e 24%. O Brasil, hoje, está muito longe dessas taxas. Dados do quarto trimestre de 2006 mostra que o país tem apenas 3% de difusão de banda larga entre a população. Então se comparar o Brasil com o acesso, por exemplo, hoje com os demais países que mencionei, está muito distante.

E, por último, um dado que também me preocupa muito. Quando falamos do acesso à informática e à Internet - e com isso eu termino, Sr. Presidente, há duas coisas importantes a considerar. Primeiro que

hoje ainda temos cem alunos para um computador [ininteligível]. Nos países europeus são doze alunos por computador. Nós temos no Brasil, com a instalação dos laboratórios de informática, seiscentos e quarenta mil computadores instalados nas escolas brasileiras. Desses seiscentos e quarenta mil não se sabe, exatamente, quantos estão fechados, rotos ou quebrados e quantos estão sendo usados para atividades administrativas. Isso diminui, obviamente, a possibilidade de acesso e uso de um computador, e por isso essa porcentagem de alunos na escola pública brasileira é tão alto. Segundo, um problema que me parece também importante para poder introduzir esta discussão nos programas de Governo é que nos países desenvolvidos e países que usam desse envolvimento, alguns, se está comprovado que o que impacta significativamente na melhoria da qualidade da educação, introduzindo o computador, não é o computador e o acesso à Internet. O que esse conhecimento dessa informática ou se é a aprendizagem e uso da capacidade de poder realizar diferentes operações e atividades no computador. O que significa isso? Que se é introduzido nas escolas desses países essa [ininteligível] em informática. Como deveria, e insiste, introduzir-se [ininteligível] da informática na informação dos professores que hoje chegam a poder ensinar essas crianças e eles [ininteligível] também excluídos das possibilidades de ser capacitados, hoje os que estão se formando, imaginemos os demais professores que já estão formados. Então esses são os aspectos para fichar, me parece que são preocupações e [ininteligível] possa levado [ininteligível]. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a apresentação do Dr. Jorge Werthein e passo a palavra ao professor Paulo Nathanael.

SR. PAULO NATHANAEL PEREIRA DE SOUZA: Muito bem. Meu prezado Presidente e amigo Senador Buarque, Cristovam Buarque, Srs. Senadores aqui presentes, meu prezado Paulo Delgado, senhores da mesa, meus senhores e minhas senhoras. Na verdade eu esperava poder falar nesta audiência sobre a questão momentosa do estágio dos estudantes de ensino médio, profissional e superior. Vejo, entretanto, que a matéria impõe uma visão um pouco mais ampla dos comentários, e eu vou então falar de estágio, mas ao mesmo tempo estabelecer algumas considerações conceituais a respeito desse instituto. O estágio nasceu, como todos devem se lembrar, como uma oportunidade de a educação brasileira sair da sua extrema teorização científica e partir para uma prática um pouco mais adequada à formação de cada aluno, isto dentro de uma filosofia que o próprio João Dil(F) desenvolveu, de que no mundo só sabe quem faz; quem não faz, não sabe, de sorte que o estágio seria o complemento natural da formação dos jovens. E o estágio tem que se fazer fora da escola, evidentemente, ou nas empresas, ou nas organizações, que possa oferecer ao jovem esta visão pragmática da aplicação dos seus conhecimentos teóricos. Nasceu, portanto, o estágio, como, primeiramente, como um instrumento do ensino profissionalizante, que é a natureza do ensino técnico e é a natureza do ensino superior. Todo aluno do ensino superior, do ensino profissionalizante, tem no estágio uma continuidade daquilo que aprende na escola. É uma aplicação direta do conhecimento de algumas disciplinas específicas.

O ensino secundário, como era chamado antigamente, ele não tinha estágio exatamente porque não tinha compromissos com a formação profissional. A lei 5.692, que foi uma reforma do ensino de primeiro e segundo grau, em 1971, deu ao ensino secundário um caráter muito profissionalizante, deu ao ensino secundário o objetivo de formar técnicos em vários setores da vida econômica do país. Essa reforma, como todos sabem, não deu certo, ela tirou o caráter de cultura geral que deveria acompanhar o jovem ao longo da sua formação, e, na minha opinião de educador, ela atrasou a qualidade da educação brasileira em muitas décadas, e eu não sei, agora, qual é o prazo para que se consiga repor aquilo que a educação brasileira deixou de oferecer durante o tempo de vigência dessa lei 5.692. A tecnicidade do segundo grau foi um atraso, foi um verdadeiro obstáculo à verdadeira formação dos alunos, e hoje nós estamos vivendo uma grande crise da educação que certamente tem uma grande causa do seu mal desempenho daqueles tempos do ensino secundário profissionalizante. Pois bem. Chegamos na atual Lei de Diretrizes e Bases, que é de 1996, e ela trouxe um novo conceito para o ensino secundário que passou a chamar-se ensino médio, e na verdade exigiu, pelo artigo 82, que houvesse obrigatoriedade de estágio também no ensino médio. No artigo 35, esta Lei de Diretrizes e Bases mostra o que é o objetivo do ensino médio. Qual é o novo objetivo desse ensino? É não mais profissionalizar, mas é formar a cidadania, é dar cultura geral com uma visão suficiente para que o jovem brasileiro adquira a cidadania, consciência da cidadania. E obrigando o estágio, naturalmente, o que se pretende com esses estágios de ensino médio? Pretende-se levar os jovens à cultura do trabalho, mas não como profissional daquele trabalho. Há uma cultura de adaptação às estruturas econômicas, à empresa, à adaptação ao trabalho coletivo, desenvolvimento de tendências para liderança, à capacidade de uma disciplina dentro de um contexto social.

Esses são os objetivos do estágio de ensino médio, que é o estágio, como eu estou dizendo, da cidadania. Só que, de um modo geral, como se estabeleceu um vínculo muito íntimo entre o ensino de uma profissão e o seu estágio, há órgãos e há grupos que entendem que o ensino médio deveria continuar a dar ao aluno uma maior cultura laboral, e, com isto, o Ministério do Trabalho, às vezes, tem identificado o estágio como uma espécie de deterioração do emprego, uma espécie de formação do emprego. Então existe uma certa má vontade, hoje, pairando nos órgãos oficiais, em relação ao estágio de ensino médio. E nós temos aí um Projeto de Lei que está andando, no momento, e que faz parte do PAC da Educação, que é um projeto já aprovado na Câmara e que agora veio para o Senado, e nesse projeto nós observamos realmente que há uma aceitação pacífica do conceito de estágio para o ensino superior ligado à formação profissional e também do estágio do ensino técnico ligado à formação profissional, mas há uma grande má vontade em relação ao ensino médio. Então os estágios de ensino médio são muito visados por esse processo que procura tirá-los do foco, procura dificultá-los, procura diminuir a sua incidência no sistema educacional, e isto é muito ruim porque, evidentemente, não tendo o ensino médio nenhum compromisso prioritário com a informação profissional, um estágio que queira apenas olhar o lado profissional é um estágio deformado. O verdadeiro estágio de ensino médio, ele tem uma prioridade na formação cidadã e uma atenção secundária, uma atenção adjetiva, digamos assim, para com a formação de trabalho. E os senhores vão ter, naturalmente, que discutir agora este projeto que aqui está tendo o nº 44, e eu tenho muita preocupação relativamente ao que vai acontecer com o estágio de ensino médio, até porque o estágio deixou de ser apenas um instituto pedagógico.

Ele continua basicamente um ato educativo, mas ele comporta aspectos sociais muitos intensos hoje, porque todo o estágio gera uma renda, todo estágio gera uma bolsa-auxílio, e quem mais precisa de bolsa-auxílio é exatamente o estudante de ensino médio, que é aquele estudantes mais pobre, dos cursos noturnos, e que depende de conseguir esta bolsa-auxílio para a sua sobrevivência até mesmo como estudante. É com esse dinheirinho que ele paga a sua escola e às vezes é com esse dinheiro que ele divide as despesas da sua família, com pai e mãe desempregados. Então a necessidade de manter esse estágio no ensino médio para nós é uma necessidade urgente. Nós não podemos obstar a incidência do estágio de ensino médio a troco de opiniões a respeito de sua natureza mais trabalhista ou mais educativa. Ele está aí prestando um grande serviço e, acho eu, não deve ser perturbado na sua expansão. Eu arrolei uma série de aspectos que estão no projeto 44 e fiz um texto que vou deixar com os Srs. Senadores com o nosso apelo para que a matéria seja realmente olhada também no seu aspecto social e não apenas nesta coisa de que o estágio do ensino médio pode significar uma perda de empregos no mercado de trabalho para o operário. Não significa porque o estudante não tem nenhuma expertise de trabalho, o estudante não sabe nada a respeito do modo de fazer coisas numa empresa. Quem sabe é o operário especializado, quem sabe é aquele que trabalha já profissionalmente. O estudante não é nem um aprendiz, ele é um, digamos assim, um incorporador de uma experiência empresarial antes de ter emprego no mercado de trabalho, porque o estágio é uma ponte entre a escola e a empresa, de maneira que quando vai o jovem do ensino médio para uma empresa, ele vai aprender coisas, sobretudo comportamentos a respeito da vida da empresa, e ele não vai tirar emprego de ninguém, porque o emprego só se dá ao operário qualificado, ao trabalhador devidamente treinado.

Então há um pouco de equívoco no modo de encarar esse tipo de estágio, que eu defendo com muita força exatamente porque eu sei a importância que tem este tipo de instituto na vida do jovem que está fazendo ensino médio. A proximidade que este projeto dá entre o lado educativo do estágio e o lado digamos assim de CLT do emprego é muito perigoso, porque não pode haver contaminação do estágio pelo emprego. São dois universos. O estágio continua sendo do universo do trabalho e o emprego é do universo laboral. O emprego tem a sua legislação, que é a CLT. O estágio tem a sua legislação que é a LDB, é a lei da educação. Então na medida em que este projeto faz uma certa contaminação em outros dois universos, quem perde é o estágio, e, perdendo o estágio, quem perde é o estudante, de maneira que é preciso olhar isto com um pouco de carinho e cuidado. Os artigos que falam a respeito do estágio de ensino médio e que fazem uma certa discriminação desse estágio em relação aos outros, eu destaco nesse texto e mostro o perigo que isto pode ter. Por exemplo, no artigo 17 se diz que o estagiário de ensino médio tem uma quota em relação ao corpo social da empresa. Se a empresa tiver cem empregados, só pode haver tantos estagiários; se tiver cinqüenta empregados, tantos estagiários, e diz lá que isso só se aplica ao ensino médio. Eu não entendo porque só se aplica ao ensino médio. Não se aplica ao superior e não se aplica ao profissional. Então há uma discriminação em relação a este ensino médio, que eu acho muito perigosa, porque ela é contra, essa discriminação prejudica a formação cida-

dã que a LDB quer dar ao grau de ensino médio. Por outro lado, tirando a possibilidade da abertura ampla de estágios de ensino médio nas empresas, tira-se a oportunidade de uma renda para o jovem carente que está no ensino médio, tira-se completamente essa possibilidade, o que prejudica uma política de inclusão do jovem pobre, prejudica a possibilidade dele não tendo vaga no ensino público usar o ensino particular e pagar este ensino, porque no Brasil nós temos um paradoxo, quem é rico estuda de graça, quem é pobre tem que pagar o seu estudo, não é? Então fica esquisito *[soa a campainha]* nós termos esta política, pelo menos o discurso da inclusão nesta política, e na hora de fazer leis nós tiramos as oportunidades que tem o jovem de ter uma certa renda e continuar estudando.

Por outro lado, eu acho que a lei, o projeto, tem uma contradição. Na sua ementa e no artigo 1º, ele diz que o projeto regulamenta o estágio de ensino médio, profissional e superior. Daí chega no artigo 19, que é o último artigo do projeto, o artigo 19 revoga o artigo da LDB que ampara o estágio de ensino médio. Então a própria lei, que na sua ementa diz que vai regulamentar o estágio do ensino médio, no artigo 19 revoga o artigo da LDB que protege o estágio de ensino médio, quer dizer, é paradoxal que isto aconteça, é paradoxal. E o que mais me preocupa é que também, revogando esse artigo 82 da LDB, como o projeto pretende, há um atentado também à própria Federação, porque a Constituição permite que em certos assuntos, sobretudo em assuntos de educação, e na educação nos assuntos de ensino básico, haja uma competência concorrente entre os Estados e a Federação, entre os Estados e a União. Se tira o artigo 82, como está na LDB, tira a competência dos Estados de regulamentar o ensino médio, que é a segunda parte do ensino básico. Então eu acho que há um empobrecimento das competências do próprio sistema federativo, não é? E isto tem naturalmente um objetivo. Qual é? É centralizar nos órgãos federais toda a normatividade do estágio de tal maneira que os estágios sejam progressivamente associados a um certo seletismo, que é a lei adequada para o mundo do trabalho, mas é inteiramente inadequado para o mundo da educação. E o projeto, que é um projeto educacional por excelência, que vai ser baixado pelo Sr. Presidente da República, sancionado pelo Presidente e com a assinatura do Ministro da Educação, acaba sendo um projeto que contém três ou quatro artigos longos, transcrição da CLT, para impedir aquilo que se chama que o ensino médio tire emprego, e concede-se ao agente fiscal do Ministério do Trabalho a competência de dizer se aquilo é emprego ou se é estágio, e de multar e de impedir que o estágio se multiplique junto às empresas. Então é uma situação muito problemática e muito perigosa que eu acho que é um desserviço à educação e não um apoio à educação. Então são esses alertas que eu faço, deixando por escrito todas as considerações, e eu gostaria de pedir aos Srs. Senadores que honrassem o nosso esforço no sentido de ler esta nossa colocação e nos ajudar, se for possível, ajudando a educação no sentido de melhorar este projeto, não é, pondo os pingos nos is. O que é educação tem que ter natureza educacional, o que é do trabalho tem que ter natureza laboral, cada qual com a sua lei, sem misturar artigos de um no texto de outro, porque isso só vai gerar confusões na administração do sistema educacional brasileiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu é que agradeço, professor Nathanael, e passo a palavra ao Prefeito João Batista de Geroni, que vai falar da experiência específica, concreta de seu Município, que hoje é reputado como um dos que têm melhor qualificação entre os Municípios brasileiros na área de educação.

SR. JOÃO BATISTA DE GERONI: Bom dia Sr. Senador Cristovam, meu amigo particular, bom dia Senadores, bom dia a todos aqueles que se fazem aqui presentes. Eu quero agradecer em nome da nossa população lá do Município de Calmon pelo convite feito. Ficamos agradecidos também com a presença que o Senador nos fez no dia 05 de maio em várias inaugurações, principalmente na área de educação. Calmon leva o nome de Calmon em homenagem ao Ministro Miguel Du Pin Calmon, que foi Ministro do Presidente Pena, Ministro dos Transportes, quando da construção da ferrovia São Paulo/Rio Grande do Sul nos anos de 1907 a 1914. Nós pertencemos à região do Contestado, houve uma batalha muito obrigado nesse período pela posse das terras e da demarcação das terras. Nós ficamos a quatrocentos e cinqüenta quilômetro da capital, que é Florianópolis, temos quinze anos de emancipação, eu sou o terceiro Prefeito, sou reeleito, a nossa economia é baseada na extração da madeira, do pinos e do eucalipto, 80% da economia é gerada pela extração de madeira, 15% pela agricultura e pecuária e 5% da indústria. Nós hoje temos cinco mil habitantes, em 2000 nós tínhamos três mil, temos uma área territorial de seiscentos e trinta e sete quilômetros quadrados, é uma área grande, e nós, quando assumimos, dos duzentos e noventa e dois Municípios nós éramos o pior em educação e o terceiro pior nos indícios de IDH e IDS. Subimos mais de cem posições.

Mas eu vim aqui para falar da educação, contar alguma coisa do que acontece lá no nosso Município e porque é que nós conseguimos alcançar tantos méritos. Nós, felizmente, mantemos uma boa parceria

com o Governo do Estado e com o Governo Federal graças ao trabalho dos nossos representantes lá de Santa Catarina, que nós temos tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados. Nenhuma criança fora da escola. Atualmente nós não temos nenhuma criança em idade escolar que está fora da escola, de cinco a catorze anos não tem ninguém fora da escola. Nós temos trezentos e cinqüenta servidores na Prefeitura, sendo que destes, cento e vinte e um são servidores da educação. Nós temos quatro ônibus equipados com televisor, com DVD, coisa bonita, coisa de primeira, coisa de luxo, é isso que a população e é isso que o estudante merece, mais duas Vans, um automóvel para a Secretaria e oito veículos terceirizados que fazem o transporte escolar. Nós fazemos também o transporte escolar para o ensino superior. Nós moramos próximos a dois centros de educação universitária, que é Caçador, Porto União e União da Vitória, que é no Paraná, ficamos a sessenta quilômetros de União de Vitória e trinta e dois quilômetros de.... Pois não Senador?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Prefeito, só para a gente se situar, eu pediria por gentileza que o senhor mencionasse a população do Município. Quantos habitantes tem seu Município?

SR. JOÃO BATISTA DE GERONI: Atualmente temos cinco mil.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Cinco mil habitantes?

SR. JOÃO BATISTA DE GERONI: Cinco mil habitantes, é. Pelo senso de 2006 nós tínhamos quatro mil e quinhentos habitantes. Esse transporte é feito principalmente para os universitários, que lá se deslocam, e principalmente para as pessoas também na área de educação. Nós precisamos melhorar também a qualidade dos nossos professores e eles buscam nesses centros universitários uma melhor qualificação. Nós gastamos em torno de 30% do orçamento do nosso Município em educação. O nosso orçamento total é de seis milhões, isso já computado os repasses carimbados, que é em torno de três milhões e quinhentos, do FPM e do ICM, e mais alguns tributos municipais, e desse valor nós aplicamos 30%. Nós temos na sede, que nós construímos um centro de educação infantil, uma escola municipal com todos os equipamentos, com quadra e laboratório de informática, e eu fiquei até surpreso com a colocação do palestrante anterior que falou que em países desenvolvidos a quantidade de computador para estudante é de doze por um. Nós, lá no nosso Município, nós temos, em todas as escolas, nós temos laboratório de informática. Algumas dá na base de trinta alunos para um computador e eu achei que nós estivéssemos até bem avançados, porque nós temos escolas no interior aonde a dificuldade de chegar também à Internet é muito maior, porque nós temos um assentamento no Município grande de trezentos e trinta famílias.

Temos essas duas escolas, uma de ensino fundamental de primeira a quarta e outra que é de primeira a oitava série. Também nessas escolas também são atendidas as crianças de educação infantil e temos mais três escolas no restante do Município. Temos uma escola estadual na sede, com ensino fundamental e médio. Nós temos no total mil e oitocentos alunos no nosso Município. Desses mil e oitocentos alunos, em 2000 nós tínhamos setecentos alunos. Desses mil e oitocentos nós temos trezentos, em torno de trezentos no pré-escolar, trezentos no ensino médio, mil e cem no ensino fundamental e mais de cem no ensino universitário. Todas as nossas turmas, elas não passam de vinte e cinco alunos, inclusive nós tivemos que construir muito mais salas em função disso, porque em épocas nós tínhamos que colocar muitas vezes quarenta crianças numa sala de aula e aí é impossível, segundo os nossos educadores, das crianças poderem conviver com tanta gente e as pessoas poderem aprender. Então nenhuma sala de aula tem mais que vinte e cinco alunos.

Os professores se preparam também durante o período que eles estão dando a aula, porque os alunos tanto de primeira até a oitava série, durante algumas aulas, eles recebem outras matérias de professores específicos, como o inglês, como artes, religião, e nesse período o professor sai e pode preparar a sua aula. Em Calmon, nós conseguimos trazer para Calmon dois cursos à distância, um de pedagogia e um de sociologia. Todos os nossos alunos recebem uniforme escolar. No começo do ano nós entregamos para eles todos os uniformes, inclusive também entregamos tênis, chinelos para eles usarem dentro da escola, e fazemos uma coisa que desde o primeiro dia nós conseguimos uma parceria com o Banco do Brasil e com várias empresas privadas, o fornecimento de material escolar. Todos recebem um kit escolar com mochila, com caderno, mas da melhor qualidade, da melhor qualidade. O Senador Cristovam teve a oportunidade de acompanhar, a Rose, que também está aqui presente, que nos ajuda junto com a Senadora Ideli, teve a oportunidade de ver o que a gente consegue através de parcerias para que as crianças, os alunos, tenham um material de primeira. As escolas são de tempo integral, participam do aprendizado normal, e, também, fazem trabalhos na biblioteca, estudos na biblioteca, muito esporte, nós trabalhamos muito com suporte, com aula de inglês, muita informática, porque nós precisamos colocar essas crianças no mundo de hoje, pois hoje não se vive mais sem informação. E,

também, todo mês, todo mês nós fazemos uma reunião com os pais. Nós passamos o dia inteiro junto com eles, ouvindo eles, almoçamos com eles, conversamos, trocamos idéias, eles falam, se queixam ou sugerem, e, também, um outro dia, com os professores, com as pessoas ligadas na educação.

Aparentemente você pensa que vai perder o dia, mas na verdade você está ganhando muito mais que um dia, discutindo, porque afinal de contas os pais, muitas vezes, os seus filhos têm problema e o professor muitas vezes não sabe. É a oportunidade do pai, da mãe e dos irmãos conversarem com os professores. Nós temos então um projeto que nós chamamos projeto, que é artesanato, nós trabalhamos muito com reciclagem, nós sempre cantamos o Hino Nacional, sempre se faz oração na escola, sempre, sempre, todos os dias, se estuda muito a história do Contestado, temos a educação ambiental, e estendo um convite a todos aqueles que gostariam de conhecer o nosso Município, no nosso Município vocês não vão encontrar um lixo jogado, porque, além dos estudantes, a nossa população também se educou de uma maneira tal que não tem lixo jogado. Esporadicamente nós encontramos algum lixo que é de alguém que infelizmente não tem o costume, que veio de fora, e acabou jogando. Isso o Senador é testemunha, o Senador esteve lá, conhece e viu pessoalmente. Então a merenda escolar nossa, nós temos uma nutricionista que programa e nós temos hortas, hortas comunitárias grandes, grandes hortas, que produzimos e ela faz cinco refeições, cinco refeições. As crianças chegam muitas às sete da manhã e saem às dezoito horas. Se alimentam bem, alimentação saudável, o pessoal que prepara também é um pessoal entusiasmado. Nossos funcionários assim são de primeira, eles têm um espírito público de servir a população. Além disso, quando o jovem completa quinze anos, nós temos um programa municipal que se chama Gente Jovem.

Atualmente nós contamos com em torno de cem jovens. Oscila, porque quando completa dezoito anos, geralmente eles procuram o mercado de trabalho. Esses jovens têm de quinze a dezessete anos, eles prestam meio período serviço à comunidade, seja lá ajudando no ônibus, colocando as crianças no ônibus, seja na horta, seja no viveiro municipal, seja na rua ajudando na educação ambiental, no esporte, no correio, porque lá o correio, a minha cidade é pequena, não tem agência, então a Prefeitura tem que bancar, então os meninos ajudam a entregar a carta. Eles recebem uma bolsa de cem reais, mas eles têm que estar na escola. Isso fez com que, Senadores e Deputado, fez com que meninos e meninas que tivessem dezesseis anos voltassem para a escola. Até você reparava lá, estava um meninão desse tamanho no meio da criançadinha, mas daí ele se obrigou, e que coisa bonita ver no final de semana, quando eles recebem o pagamento, eles recebem, eles vão na lanchonete, eles têm dinheiro para tomar um refrigerante, eles têm um dinheirinho para ir numa festa, num baile. Isso fez com que eles se sentissem gente e os pais também gostam muito disso porque também nós fazemos muitas reuniões com eles, nós trazemos lá o Juiz de Direito, o Promotor Público, um Psicólogo, um Médico, vão lá dar palestras para eles de como eles têm que se portar como cidadão. No esporte, então, nós construímos quadras de esportes, campo de futebol suíço, iluminado também, para que possa ter a prática de jogos esportivos à noite *[soa a campainha]*, e incentivamos muito.

Inclusive nós agora, há poucos dias, nós participamos de uma rústica, Senador, de Lajes, porque Santa Catarina mais ou menos a gente divide assim: é Lajes para cá e Lajes para lá, o Estado é mais ou menos no meio e um menino nosso de doze anos foi campeão na rústica de cinco mil metros, quer dizer, ele tem doze anos, faz cinco anos que ele já vinha treinando, então quem sabe amanhã ou depois vai estar lá alguém de Calmon, como nós temos o nosso Ministro da Agricultura que foi nascido em Calmon, aí daí a um tempo nós poderemos ter alguém na área do esporte que vai representar o nosso Município. Nós, para atingir esse objetivo todo da educação, nós trabalhamos todo mundo junto lá. As Secretarias, a da Saúde, a equipe médica, essa coisa toda, se desloca até às escolas, vão lá nas escolas ver se tem algum problema com a criançada, os agentes de saúde levantam alguns problemas que têm nas residências e traz, fala: “olha, aquele menino que está estudando está com tal problema”, e também na área social, assistência social, o pessoal da cultura, do esporte, e também assim, nós, em todas as obras municipais, todas as obras municipais são construídas com mão-de-obra própria da Prefeitura. São os nossos pedreiros e carpinteiros que constroem, e obras bonitas, obras bem feitas, estão lá à disposição, bem mais barato do que qualquer ... até porque o custo é bem menor, a mão-de-obra é local, e também serve muito de incentivo, porque o cidadão mora ali, a satisfação dele fazer a construção, aonde que ele vai usar um dia. Nós educamos as pessoas lá como se fossem nossos filhos.

Nós botamos na cabeça, quando a gente assumiu a Prefeitura, a minha esposa está aqui junto comigo nos acompanhando, nós temos quatro filhos, e nós tratamos a criançada lá como se fossem nossos filhos, porque o que nós queremos para o nosso Município é aquilo que nós queremos para os nossos filhos, então nós tratamos eles como se fossem nossos

filhos. Nós também fizemos formaturas assim do pré, então vai lá a criançada com a aquela beca, bonitinho, com aquela coisa na cabeça, a formatura da caneta, aquela da quarta série, quando vai para a quinta, a da oitava, a do ensino médio, e quando se forma um universitário então nós fazemos a maior festa, porque a gente fica contente, é mais uma pessoa que está se formando, porque quando a gente assumiu tinha bem pouca gente formada. Não tem criança na rua, não tem problema de desordem. Uma vez, quebravam muito vidro, quebravam lâmpada, daí no Dia da Criança a gente diz para as crianças: "é o seguinte, essas lâmpadas que vocês quebram é dinheiro público que temos que por lá, é dinheiro de vocês. Vocês não vão receber boneco, não vão receber carrinhos. Agora, se vocês não quebrar, vocês não receber", e daí a gente sempre dá os presentes para a criança, e eles ficam encantados com isso e ajudam muito na colaboração. No meu Município, graças a Deus, ninguém mais também mora embaixo de lona e nem passa fome e nem frio. Lá é muito frio, lá a temperatura chega muitas vezes a cinco, seis, sete graus negativo. Mas por isso que é importante, porque também o cidadão vai para a escola de bem com a vida. Como é que ele vai ir para uma escola se ele mora debaixo de uma barraca? Vai chegar lá na escola, já é discriminado por excelência, por estar mal traquejado, coitado, muitas vezes o pai desempregado. Eu queria também dizer que lá não tem trabalho infantil. Eu tive a oportunidade de ir antes na Comissão ali junto com o Senador, lá não tem trabalho infantil, nós temos um programa de erradicação do trabalho infantil, têm cem crianças e não temos esse problema. E uma coisa que eu senti e que melhorou muito foi a substituição do FEB pelo FUNDEF. Aí os meus colegas Prefeitos lá diziam assim: "pois é, você recebe um monte lá no teu Município", aí eu digo: "pois é, mas eu tenho uma fábrica de dinheiro". O que é que é? É a educação infantil, que agora está inclusa, e nós recebemos, nós recebíamos em torno de setenta mil reais por mês do FUNDEF, tem meses que nós superamos a marca de cem mil reais.

Então é importante, eu acho que no país o que falta é as pessoas serem comprometidas, nós votamos nas pessoas e muitas vezes as pessoas não correspondem com a verdade. Em época de campanha tudo é fácil, tudo é bonito, promete uma infinidade de coisa, e no cargo, muitas vezes, as pessoas não cumprem com o que dizem. Eu, felizmente, tenho uma carreira política de não longa data, mas botei na cabeça que eu tenho que trabalhar para o meu Município e faço isso com o maior amor e com a maior dedicação, e eu percebi, nesses anos todos, que a educação é o maior gerador de empregos. Se for ver é o maior gerador de empregos. Você precisa de um monte de gente trabalhar no pré-escolar, você precisa de um monte de gente para trabalhar na escola e você precisa de um monte de gente para construir a escola. Senadores, muito obrigado, e estendo o convite para que possam visitar o nosso Município que tem o nome da Capital da Hospitalidade. Temos esse nome graças a um trabalho que a nossa população tem de receber bem as pessoas, e eu agradeço, Senador Cristovam, pelo trabalho que o senhor faz aqui na educação, e eu queria também estender o agradecimento, não estando aqui presente, que estendesse à Senadora Ideli que tem nos ajudado aqui em Brasília. E a todos os Senadores muito obrigado por ter nos ouvido, desde humilde e simples Prefeito, mas que veio trazer aqui a sua experiência, porque eu, Senador, a minha formação de técnico agrícola foi porque eu pude buscar a escola, o meu pai tem sete filhos, o meu pai era servidor público municipal lá no Rio Grande do Sul, e eu tive a oportunidade, e eu quero que todas as pessoas tenham também oportunidade. Muito obrigado *(aplausos)*.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao depoimento do Prefeito de Geroni, e quero dizer que embora não seja uma cidade pobre quando a gente compara com as do meu Nordeste, mas não é uma cidade rica, absolutamente, e isso prova que é possível a gente fazer as coisas, eu queria dizer aqui, algo que eu aprendi lá, que o mais importante, que mais me surpreendeu, não foi nada disso, foi o fato de ouvir que saiu de Calmon um dos raros astronautas que foram à lua, não é verdade, que nasceu lá, que eu não sabia, mas tem um catarinense entre os que foram à lua, obviamente um americano, mas que nasceu lá e foi para os Estados Unidos pouco depois, na época da exploração da madeira naquela região. Eu passo a palavra à professora Neuza Ribas para falar sobre a experiência em Barra do Chapéu.

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: Primeiramente o meu bom dia a todos. Ao Senador Cristovam eu quero agradecer o convite de estar aqui e dizer a ele que estou muito feliz porque era um sonho conhecê-lo e hoje eu estou realizando, viu meu querido, eu estou conhecendo-o. Eu estou muito feliz. Peço desculpas a todos porque eu estou com um probleminha de garganta, de faringite, então me desculpem. Quero dizer que nós somos do Município de Barra do Chapéu. Para quem não sabe, Barra do Chapéu fica no Sul do Estado de São Paulo, é uma cidade bem pequenininha. Hoje eu imagino, calculo, que sejam seis mil habitantes, mas no senso de 2000 consta quatro mil oitocentos e quarenta habitantes. É uma região carente, uma região que não tem uma indústria para trabalho.

O pessoal lá vive da lavoura, plantio de tomate, feijão. Também outro serviço lá das pessoas são pequenos comércios, e funcionários da Prefeitura. Eu sou aposentada no Estado como professora e hoje estou na Secretaria da Educação de Barra do Chapéu. Quando o Prefeito João Batista, de Calmon, estava contando de Calmon, vinha na minha cabeça o retrato de Barra do Chapéu. Tudo que ele falou lá, eu falei: "olha, nós estamos no caminho certo, estamos fazendo". Quero contar para vocês o porquê da nossa escola, na nossa avaliação, o pessoal pergunta: "qual foi o milagre que vocês fizeram com a educação de Barra do Chapéu?" Não foi milagre. Foi trabalho, foi dedicação e envolvimento da equipe que trabalha para o bem da comunidade de Barra do Chapéu. Quero dizer que em 2001 a Prefeita Maria Anunciata, que está aqui à minha frente, ela me chamou e falou: "vou municipalizar o ensino de Barra do Chapéu". Eu fiquei com medo. Daí ela falou assim: "vou pegar de primeira à quarta série". Foi o início. Nós só temos de primeira à quarta série municipalizado em Barra do Chapéu; de quinta à oitava e ensino médio, ainda não, mas ela pretende, futuramente. O que nos preocupou muito foi que em 2004 nós tivemos um avanço de alunos retidos, que aquilo deixou a educação, a Prefeita chamou a equipe e falou: "não pode continuar com isso mais, tem que dar um jeito, se virem". Então a equipe correu atrás, sentamos e vamos discutir o que fazer.

Para vocês terem uma idéia, quinhentos e doze alunos de primeira à quarta série, cento e cinqüenta e seis alunos retidos, 30%. Foi uma barbaridade, assustou todo mundo. Mas graças a Deus, em 2005, com trabalho, dedicação, muito amor pelos envolvidos, nós conseguimos deixar 5%. Nossa retenção foi de vinte e cinco alunos e, graças a Deus, em 2005, nós conseguimos superar, que nossos alunos, na avaliação da Prova Brasil, nós ficamos, juntamente com o IDEB, em primeiro lugar do país, que foi muito gratificante, e nós devemos isso à nossa Prefeita, que ela corre atrás, ela não pára, sempre ali presente buscando, incentivando, fazendo com que a gente trabalhe mais ainda. Nós esperamos, esperamos não, de acordo com a meta da educação, a nossa escola, no ano de 2008, tem que atingir a média 6,9, e até 2021 a média é de 8,1. Então o trabalho tem que ser mais intensificante, os professores tem que se debruçarem mais sobre o trabalho para que isso aconteça, e nós vamos conseguir, eu tenho certeza. O Prefeito falou assim que lá em Calmon os alunos, na escola, nós temos lá na nossa Barra do Chapéu o nosso Vice-Prefeito, ele tem cinqüenta e sete anos, está hoje cursando a sétima série. Eu falo para ele assim: "é fantástico", eu tenho uma admiração por ele, eu falo: "é muito bonito o que o senhor está fazendo, é exemplo para muitos jovens que estão fora da escola", e, graças a Deus, este ano de 2006, no ano passado, nós tivemos zero de evasão, graças à equipe, à direção da escola, a nossa diretora Sara Regina está aqui, nós temos sete escolas municipais. A nossa média, por sala, é um número de alunos bem reduzido, vinte e dois alunos, porque aquela classe superlotada, com cinqüenta alunos, quarenta e dois alunos que eu vejo lá na escola estadual, é impossível.

Então o número de alunos é muito importante, e até eu deixo aqui uma sugestão: por favor, revejam, vamos deixar vinte e cinco por sala, que é o ideal. Nós trabalhamos na nossa escola através de projetos partindo da vivência dos nossos alunos. Teve resistência? Tivemos muita resistência no início da implantação dos projetos dentro da sala de aula, porque tudo que é novo dá medo. Tem que fazer estudar mais, dá mais trabalho, do que aquele que já está acostumado a fazer. O medo atrapalha muito, o inimigo da educação é o medo, não podemos ter medo, tem que ter coragem e tentar. Quais são as ações que nós deveremos tomar para que todas as crianças possam concluir o ensino básico no Brasil? Primeiramente, garantir a gestão democrática no sistema municipal de ensino e nas instituições escolares. Buscar mecanismos de descentralização para possibilitar a autonomia das instituições escolares. Essa autonomia é preciso. Se a escola tem autonomia para agir, a gente vê o sucesso. Nós temos também que manter o mecanismo da composição do Conselho Municipal de Educação de forma representativa e democrática. Também devemos criar, nas instituições educacionais que estão sob responsabilidade do Município, os Conselhos Escolares, mas repensando o seu papel, naquilo que ele deve fazer dentro da escola. O Conselho tem muito valor dentro da escola e esse Conselho tem que ser participativo e sempre sendo composto de forma representativa e democrática. Também incentivar a parceria escola-família no sentido de assegurar a co-responsabilidade no processo educacional dos alunos. A família dentro da escola é muito importante. O Prefeito, voltando, ele falou que lá ficam um dia no mês, não é, presentes dentro da sua escola. Em Barra do Chapéu nós fazemos também isso, só que a nossa diretora leva para dentro da sala de aula, faz por série, leva dentro da sala de aula, lá os pais vêem os cadernos dos filhos, conversam com a professora, conversam com a coordenadora pedagógica, e a diretora presente dentro da sala de aula. E, uma vez por mês, nos reunimos, daí uma assembléia maior, para conversarmos todos os assuntos para ser tratados da educação dos nossos filhos. Também, graças a Deus, o FUNDEB vem agora favorecer, garantir a educação infantil, o ensino

fundamental e a educação de jovens e adultos, mas temos que lembrar que temos que colocar profissionais habilitados e competentes dentro da sua sala de aula. Somente assim a gente tem condições de fornecer um ensino gratuito e de boa qualidade a todos, de acordo com as normas previstas em legislação.

E, também, quero dizer que investir na educação é acreditar que através dela nós venceremos e transformaremos a sociedade. Outro item é o horário integral. Esse horário integral, desde que tenha condição ele é viável. Tendo espaço, aulas bem preparadas, as atividades bem distribuídas, daí sim esse horário integral é favorável às nossas crianças. Na nossa escola não é horário integral por causa do espaço, nós não temos salas suficientes para atender, e o transporte lá também, porque a maioria das nossas crianças vem da zona rural, necessitando do transporte, e nossas estradas, nós temos lá mil e duzentos e oitenta quilômetros de terra sem asfalto. Asfalto somente em vinte e quatro quilômetros. Então isso impossibilita e encarece muito a nossa educação, e onde nossos recursos são bem baixinhos, bem pequenininhos, insuficientes para nós atendermos os nossos alunos como eles merecem e como prevê a legislação. Também para que todas as nossas escolas do Brasil tenham boa qualidade, independente de onde ela esteja localizada, faz-se necessário *[soa a campainha]* que os nossos governantes, as pessoas que estão à frente da educação, revejam as posturas, os caminhos e as ações com critérios, e nossos objetivos compartilhados em parceria. Olha, eu acho assim que da nossa educação, para nós entendermos assim melhor, é necessário que deixamos assim de lado outras preocupações e se envolva. Com o envolvimento total na educação com certeza nossa escola terá outro caminho, outra direção. Eu acho que é só *(aplausos)*.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu parabenizo a professora Neuza, a Prefeita que está aqui presente, e esse esforço que vocês fazem mostra, como também em Calmon, que é possível quando a gente quiser. Lamentavelmente a gente não pode condenar uma criança brasileira a nascer fora de Calmon ou fora de Barra do Chapéu, por isso a gente tem que ter um sistema federal que faça com que as experiências de vocês cheguem ao Brasil inteiro. Esse é o problema. Não podemos ficar a espera de que venha um Prefeito ou uma Prefeita que queira fazer e faça como tem sido, até porque os Prefeitos ficam um certo tempo, depois virão outros, e a gente tem que ter um projeto federal e com uma visão de longo prazo. Bem, para encerrar, eu passo a palavra ao professor Arthur para que faça a sua apresentação. Depois teremos um debate.

SR. ARTHUR ROQUETE DE MACEDO: Bom, inicialmente eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui na Comissão de Educação do Senado, cumprimentar o Presidente da Comissão, Reitor Cristovam Buarque, Governador, os demais componentes da mesa, os Srs. Senadores e, evidentemente, os senhores e senhoras que vão ter a oportunidade de nos prestigiarem aqui. Eu vou procurar, eu recebi na verdade um roteiro, que eram cinco questões formuladas pela Comissão de Educação, e vou procurar abordá-las de uma forma organizada. Eu sou obediente, além de ser cirurgião, eu sou obediente. Vários pontos que eu vou colocar aqui não diferem daquilo que foi colocado e que está sendo executado nos Municípios de Barra do chapéu e de Calmon. Não diferem substantivamente. Eu acho que são conceitos que são de aceitação geral e não diferem, inclusive a experiência de Calmon e a experiência de Barra do Chapéu mostra que quando se prioriza a educação é possível chegar lá, é uma questão de prioridade e de prioridade absoluta. Então a primeira questão é: como fazer para que todas crianças concluam o ensino básico?

Na nossa opinião o ponto fundamental é conscientizar a população brasileira que a educação, em todos os níveis, graus e modalidades, é uma questão que envolva a sociedade como um todo, indo muito além da responsabilidade de Estado ou de Governo, isto é, a educação deve ser entendida como prioridade da sociedade, e essa, no seu conjunto, deve assumir a responsabilidade por uma educação universal e de qualidade. Se não for assim, nós não chegaremos lá. Especificamente com relação ao ensino básico, o envolvimento da família, como já foi colocado aqui, é de importância fundamental para que as crianças terminem o ciclo básico, e duas medidas são imprescindíveis. Primeiro, a retomada de alguns conceitos da bolsa-escola e o aprimoramento do programa bolsa-família. É necessário que se estabeleça um mecanismo de reciprocidade entre a população que recebe o benefício e o Ministério de Educação. É necessário um mecanismo adequado de cobrança e do estabelecimento de ações recíprocas, do envolvimento e da colaboração da família do estudante. A bolsa-família não pode ser encarada única e exclusivamente como uma doação a parte da população brasileira. Ela é um compromisso que deve exigir reciprocidade, e isso é fundamental se nós quisermos avançar. Promover programas que aproximem a família da escola. O envolvimento familiar é fundamental e deve ser realizado trazendo os pais ou os responsáveis para participarem em atividades conjuntas com a direção e professores. Na ocasião em que exercemos a reitoria da Unesp, nós sempre entendemos que a formação de professores e

o relacionamento com a educação básica era fundamental, e fizemos vários consórcios educacionais em que a universidade fazia convênios com Municípios para atuar na educação básica. É evidente que a infra-estrutura é importante, é evidente que os recursos da moderna tecnologia, como a telemática, a informática, são fundamentais, a robótica, mas nada substituiu o envolvimento do professor, nada substituiu um professor qualificado, nada substituiu o envolvimento da família. Não vou me estender muito para dizer da importância da moderna tecnologia porque isso já foi feito com propriedade pelo Jorge Werthein, então eu não vou me alongar, mas eu quero dizer que isso é algo suplementar.

O fundamental é o compromisso com a educação, o fundamental é colocar a educação como prioridade, o fundamental é nós termos professores qualificados e, periodicamente, reciclados. Então nós vimos que havia uma diferença muito grande entre aqueles professores que não eram requalificados, que não eram reciclados, que não voltavam a ter novas noções de educação, daquelas escolas que, embora tenham infra-estrutura adequada, não tinham esse processo. Então eu acho que os recursos humanos, aí no caso, são fundamentais. O segundo ponto é sobre a escola integral como condição para a educação de qualidade. Experiências bem sucedidas em todo o mundo, inclusive aqui no Brasil, em cidades pequenas, mostram a importância da escola integral na educação básica. Eu acho que isso é fundamental. No Brasil, principalmente em razão das condições sócio-econômicas de grande parcela da nossa população, da inadequação de muitos pais em poder assumir as responsabilidades familiares, ou porque tem uma jornada totalmente fora de casa ou porque não tiveram o preparo, não tiveram a oportunidade de ter uma educação que lhes permitissem fazer essa aproximação, em função da grande, da crescente violência urbana, o período integral é mais importante ainda do que em qualquer outro país. Agora esse período integral, ele depende fundamentalmente de três determinantes: da capacidade instalada, de uma programação adequada para a formação integral do aluno e do corpo de professores. Nós temos que ter corpo de professores qualificados, em diferentes áreas, e, portanto, em condições de promover a educação integralmente durante todo o período. Não podemos ter um período integral em que parcela ponderável do horário é utilizado simplesmente para encher horário, sem qualquer atividade programada, sem qualquer atividade organizada, sem professores qualificados, sem diversificação das oportunidades culturais. Isso não é o ideal.

Então escola integral sim, planejada, programada, com professores competentes e bem formados. Não ocorrendo a associação dos três fatores, nós podemos ter a escola integral funcionando como um albergue, como uma casa de suplementação da dieta alimentar da criança, mas nunca com um processo conseqüente e formador para o jovem estudante, se não for de uma forma organizada, de uma forma esquematizada. Sobre a qualidade equivalente em todas as escolas do Brasil, é evidente que um país com as dimensões continentais que o Brasil tem, com a diversidade de recursos, é muito difícil você ter uma equivalência em todos os pontos, mas nós temos que buscar essa equivalência. Essa é uma posição republicana, essa é uma posição adequada, competente, temos que buscar essa equivalência, e, para isso, é preciso que nós temos condições de avaliar adequadamente. Hoje o INEP está produzindo uma série de resultados importantes. Infelizmente está havendo uma certa distorção nas atividades do INEP. O INEP que deveria ser uma agência importante em termos de avaliação, em termos de organização, está passando a exercer algumas funções que não são da sua alçada. Então, evidentemente, quando você desvirtua o sentido de um órgão, quando você desvirtua o objetivo de um órgão, ele perde a sua eficácia. Então eu acho que é de fundamental importância que seja retomado isso. A qualidade de educação é acima de tudo um compromisso do Estado, do Governo, dos cidadãos que matriculam seus filhos na escola, do cidadão que ensina, que prepara outros cidadãos, como que cidadãos, como garantia de qualidade equivalente, talvez pudéssemos simplificar um pouco as diretrizes e os padrões curriculares nacionais para que assumam uma linguagem mais objetiva e em consonância com a realidade regional. Não pode estar totalmente divorciado da realidade regional.

O Governo tem ótimos referenciais para isso, inclusive no Programa Enseja. Aliás, esse é um dos programas pouco conhecidos do Governo, pouco conhecido na mídia e, sobretudo, dos milhões de adultos que ainda temos sem nenhuma certificação na escola básica. Uma outra medida que pode ajudar é a experiência das redes privadas de educação básica. Elas já evoluíram muito em termos de material didático, em termos de capacidade instalada, em termos de infra-estrutura. Por que não conhecer melhores essas estratégias e aproveitá-las no setor público? E, para isso, é indispensável a parceria público privada. Nós tivemos uma experiência simples, mas uma experiência hesitosa em Calmon, em que o Banco do Brasil, empresas privadas foram chamadas e colaboraram para a educação básica. É possível fazer isto. Dá trabalho? Dá trabalho, mas é preciso haver essa conscientização. O

Brasil não destina à educação recursos fundamentais, recursos de grande monta. Então, evidentemente, nós temos que procurar recursos oficiais, nós temos que procurar a parceria público privada, nós temos que mostrar para a sociedade a importância de investir em educação. Mas o problema não é só esse. O percentual por aluno, o total por aluno que nós recebemos para o ensino brasileiro, seja ele superior, médio, fundamental, ele é na verdade parcialmente aplicado. Eu diria que menos de 60% dos recursos destinados à educação chegam realmente ao banco escolar. Eles se espalham, eles se perdem no meandro da administração. Não quer dizer que eles sejam desviados para funções escusas, eles são desviados para aquilo que não é o objetivo primordial. Então apenas 50% chega. 50% chega, nós já não investimos o montante que investe a Coréia, que investe a China, que investe os Estados Unidos, e evidentemente se esse dinheiro nós perdermos no meandro de 50%, nós vamos estar numa posição extremamente desvantajosa.

Em termos de um país como o Brasil eu acho que é fundamental nós utilizarmos a educação à distância. Não há como num país de dimensões continentais, com a diversidade de recursos qualificados que nós temos, dependendo das regiões, você não utilizar a educação à distância como um mecanismo importante, inclusive para a formação de professores e para a formação do aluno. Eu tenho uma preocupação, não obstante eu concorde totalmente com o Jorge a respeito da importância das modernas tecnologias, eu tenho uma preocupação. Eu tenho tido a oportunidade de entrar em contato com alunos de colégios de primeira linha da rede privada em São Paulo que têm todo esse acesso à informática, às novas tecnologias, e eu estou observando que há uma dificuldade muito grande desses alunos na redação, há uma dificuldade muito grande inclusive na ortografia. São cometidos erros fundamentais, que inclusive alunos provenientes de instituições menos aquinhoadas, não cometem. Então, na verdade, está sendo utilizado para a formação desses alunos uma linguagem escrita que é a linguagem da Internet, que é a linguagem dos computadores. Então, veja bem, o que nós temos que fazer? Nós temos que pegar aquilo que é fundamental das modernas tecnologias, a capacidade de informação que ela fornece, a capacidade que ela tem de colocar os nossos alunos em nível internacional, mas não deixar perder aqueles princípios básicos do ensino fundamental que estão ainda calcados no projeto, na formação dos professores e no envolvimento da família. Isso é fundamental. Pacto nacional de longa duração. Qualquer medida de apoio à educação deve ser incentivada e colocada em funcionamento o mais rápido possível.

Entretanto, é imprescindível que essas medidas sejam planejadas, adequadamente definidas, bem coordenadas e que seus protagonistas realmente assumam a responsabilidade e cumpram a sua parte. Não pode ser só no papel. Pacto tem que ter pactuante, sérios e engajados, pacto tem que ter testemunhas que o convalidem e pacto tem que ter, nesse sentido, o acompanhamento da sociedade, isso é o fundamental, da sociedade organizada. E o pacto a ser buscado entre o Governo, as instituições educacionais, o setor empresarial, as entidades de classe e a população, de um modo geral, só pode ser um: educação, prioridade única. Esse é o pacto, fora disso não há pacto. Há pouco tempo atrás, há pouco tempo não, já algum tempo, quando éramos reitor da universidade, da Unesp, participamos de uma mesa juntamente com Vaz Musa, que à época era o diretor da Rhodia, o Presidente da Rhodia em São Paulo, e nós chegamos à conclusão ali que na verdade a base que faltava para o Brasil ter um projeto de desenvolvimento sustentável era o que? Era exatamente a educação básica. Sem a educação básica nós não vamos ter um projeto de desenvolvimento sustentável de forma alguma. E a principal alíquota que impedia nós sermos mais competitivos não era a taxação às vezes exorbitante do Governo em termos de impostos. A principal alíquota que nos impede de chegar lá é a falta de educação básica de qualidade. É isso que nos diferencia da Coréia, da China e de outros países que chegaram lá. Então ou nós resolvemos os nossos problemas de educação, ou nós investimos nisso ou então nós vamos ter dificuldade em sair do estágio em que estamos. Sobre a criação de um Ministério da Educação, isso é uma das poucas coisas que eu acho que eu tenho um pouco de diferença com o pensamento do Governador Cristovam. Nós fomos reitores concomitantemente, sempre tivemos uma afinidade muito obrigado de idéias, dá para ver inclusive no meu discurso, mas com relação à criação de um Ministério de Educação eu tenho receio. Eu acho que a educação, ela deve ser analisada e deve ser tocada no conjunto, no todo, em todos os níveis, graus, modalidades, setor privado, setor público, assim por diante, e o meu receio é que se nós *[soa a campainha]* dividirmos o Ministério nós vamos perder essa oportunidade, e na verdade o Ministério, no qual estará a educação básica, passa a ser encarado como o patinho feio, aquele menos aquinhoado em termos de verba, atenção e recurso. Por que é que eu digo isso? Nós temos parte do CROESP, eu fui Presidente do Conselho de Reitores do Estado de São Paulo, das universidades estaduais, que eram ligadas à Secretaria de Ciência e Tecnologia e não à Secretaria de Educação, mas o

ensino básico era ligado à Secretaria de Educação. E aí tinha uma dificuldade.

O ensino tecnológico, que estava na Fatec, era no terceiro grau, junto às universidades, inclusive a Fatec era ligada à Unesp, nós gerenciávamos a Fatec, mas o ensino técnico profissionalizante, ele estava na educação básica. Então nós tínhamos dificuldade em gerenciar isso. Então não é uma discordância fundamental, mas é uma preocupação. Eu tenho receio que, se houvesse essa divisão, nós possamos eventualmente perder essa visão global de educação que eu acho que importante, é fundamental, e que a educação básica, que é a nossa prioridade máxima, passe, através de termos públicos, passe a ser encarada como o patinho feio dos dois Ministérios. Eu quero agradecer a oportunidade de estar aqui, eu trouxe evidentemente as idéias da ANASEL, que é o setor dos centros universitários, que tem uma função muito importante na capacitação de professores, porque como não tem como prioridade primordial a pesquisa, tem como prioridade primordial o atendimento à comunidade, quase todos os centros universitários têm programas muito interessantes de formação de professores, de reciclagem e de doação junto à comunidade. Então são essas idéias que eu trago aqui. Muito obrigado *(aplausos)*.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao professor Arthur, e antes de passar a palavra aos Senadores, que já têm três inscritos, eu gostaria de dizer ao professor Arthur que a gente continua sem descordar, que a gente quer coordenar melhor a educação, só que como coordenar que a gente pode descordar. Eu creio que enquanto tiver junto não se coordena, a universidade passa em cima da educação básica a nível nacional, e a educação básica continua sendo uma questão municipal. Então se a gente conseguir fazer com que a educação de base seja um patinho feio, a gente já deu um avanço, porque hoje é um mosquito insignificante no cenário nacional. Quem manda no MEC são as universidades. Ministro não tem tempo de receber secretária, por exemplo, de educação. O Ministro recebe reitor.

SR. ARTHUR ROQUETE DE MACEDO: O Senhor me permite?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Permito.

SR. ARTHUR ROQUETE DE MACEDO: E uma dificuldade, mesmo nas nossas universidades, mesmo quando o reitor é engajado, nós temos dificuldade de fazer a universidade cumprir o seu papel junto à educação básica.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, também, então como que a gente faria isso? Enquanto estiver aí a universidade manda. Agora se a gente tiver dois Ministérios, aí a gente vai coordenar os dois Ministérios com convênios. Imagine o Ministério da Educação de Base dizer: "precisamos de quatrocentos mil professores de física, matemática e biologia", como diz todo dia, todo dia, todo dia e as universidades não ligam. Agora imagine o Ministério de Educação de Base dizer: "eu vou fazer um convênio com as universidades e vou passar dois bilhões para as universidades formarem professores para educação de base". Eu garanto como aí as universidades vão se sintonizar com a educação de base. Então são dois Ministérios com uma coordenação, um conselho, até porque se a gente fosse olhar a idéia de que a coordenação está dentro da parte administrativa, Ciência e Tecnologia também não devia ter um Ministério independente, tinha que estar dentro. Mas Cultura também não, cultura tinha que ... Esporte também não, esporte tinha que estar dentro.

Foi preciso criar para dar força política a esses Ministérios. Meio-ambiente não devia ter Ministério porque é de todos, mas foi preciso criar o Ministério do Meio-Ambiente para colocar o assunto na pauta. Enquanto não houver um Ministério de Educação de Base o Governo federal deixará isso para os Municípios, como, aliás, a Lei de Diretrizes e Base diz, tem que mudar isso. A educação tem que ser igual, a mesma, independente de onde nais(F) e de quem nais(F) uma criança. Lá no Acre igual ao Rio Grande do Sul e a Pernambuco, só se for federal. Agora federal não é centralização administrativa, aí eu sou contra. Para mim hoje só existem duas escolas federais, dois sistemas federais no Brasil: as escolas que pertencem às universidades, que existem, os colégios experimentais, são catorze, e as cinqüenta e quatro escolas do Bradesco. As escolas do Bradesco, que o Jorge Werthein é muito ligado, eu considero que são escolas federais, porque onde você for no Brasil elas são iguais, não são nem do Governo, mas são federais na concepção, e as catorze escolas experimentais das universidades federais, que são boas, são boas, excelentes. Agora as outras municipais não têm como dar o salto como deveria, sobretudo nos Municípios pobres, mas essa é uma discussão que a gente pode continuar e que seria bom. Eu vou primeiro passar a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, depois ao Senador Flávio Arns, depois ao Deputado Paulo Delgado que muito nos honra com a sua presença. Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado prezado amigo, Senador Cristovam. Quero cumprimentar a professora Neuza e os nossos convidados, aqueles que nos acompanham também, a Prefeita presente, o Deputado Paulo Delgado. Uma audiência como essa suscita, na nossa cabeça,

diversas questões. Se a gente for abordá-las todas, eu levaria logo uma bronca aqui do Senador Cristovam pelo alongado da fala, aí nessa circunstância a gente tem que se ater a um ou dois pontos aqui cruciais. O Senador falava a pouco de que precisamos ter, a partir do Ministério que ele advoga, um tratamento idêntico para o Acre, Pernambuco, outros Estados e etc. Senador Cristovam, eu acho que nós devemos ter... a criação de Ministério se não houver a vontade política de que ele represente um avanço, a gente acaba criando um monstrengo, acaba criando um monstrengo para alocar alguém ou resolver determinada circunstância. A gente vive no Brasil assim, o senhor sabe disso, mas se existir uma vontade política de que esse instrumento se torne uma alavanca para o desenvolvimento, o crescimento de fato da educação, tem o meu aplauso, tem o meu voto, tem o meu apoio. Para adotar uma política que crie oportunidades no Acre, em Pernambuco, em Alagoas, em São Paulo que seja, mas de forma diferenciada, de forma diferenciada. O Prefeito João Batista, e quero crer também que a professora Neuza, ela mesmo disse, enquanto o Prefeito falava passava na cabeça dela o filme do seu próprio Município, da atuação. Olha, o que nós precisamos de fato é simplicidade nesse país, simplicidade. Nós precisamos integrar ações. Senador Buarque, ontem ou antes de ontem eu assisti uma reportagem sobre a sala do cidadão instalada em Portugal. Olhe como são as coisas. Quero crer que no seu Governo, aqui no Distrito Federal, essa mesma sala foi instalada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Foi na rodoviária.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Na rodoviária. E olhe só a dificuldade que nós passamos no Brasil. Isso era para existir assim no Brasil feito botequim, cada esquina uma, e lá em Portugal parece que a experiência está indo nesse sentido, só que lá acontece que eles descobriram a chave do problema: é integrar os sistemas, integrar os sistemas. Aqui no Brasil às vezes a gente, e V. Exª deve ter feito com a melhor da intenção, agora a gente esbarra na dificuldade da integração dos sistemas. Hoje, se bobear, se chegar alguém lá e quiser resolver uma situação no DETRAN, ele vai esbarrar na dificuldade que o sistema outro qualquer não se comunica com o do DETRAN, e lá em Portugal eles fizeram com que os sistemas se comunicassem. Então está sendo um sucesso. Por que eu estou trazendo esse assunto à baila? *[soa a campainha]* Porque é exatamente aí ou talvez é numa questão como essa, Senador Buarque, que a gente esbarra no nosso país, com as dificuldades. Integração dos sistemas. Fazer com que os sistemas se comuniquem, se falem e tenham resolutividade. O Prefeito João Batista representa uma realidade no nosso país que diz respeito a grande parte do nosso país, pequenos Municípios. Quando eu digo que o Ministério tem que ter uma política que estabeleça as oportunidades, dê oportunidades, mas oportunidades diferenciadas. Ninguém pode tratar a realidade de um município como é, por isso que eu perguntei, eu não tinha visto ali a planilha que o senhor apresentou, e por sinal isso daqui deveria ser a planilha exigida pelo Ministério. Está aqui. O Prefeito, numa simplicidade incrível, ele apresentou a planilha, não é, que deveria ser um instrumento de fiscalização do Ministério para a alocação de recursos, para verificação do que está acontecendo. Está aqui, a maior simplicidade. Ele dá a população do Município e diz o que está acontecendo na área de educação do Município. Nós estamos perdendo aos poucos em nosso país a capacidade de fazer com que a educação seja de fato um instrumento de transformação. O ensino básico fundamental, ele deveria servir a que propósito? Oferecer oportunidade a todas as crianças do nosso país para que eles começassem a conhecer, começassem a aprender e, sobretudo, desenvolvesse a extrema capacidade de compreensão, e, além disso, saber expressar a sua compreensão, saber expressar a sua compreensão. Hoje a gente se depara com situações assim terríveis de pessoas que já avançaram, curso superior e não sei mais o que, e você pega um texto, é uma tristeza. Aquilo denota o que? Que ele não teve a devida compreensão e, por não ter a devida compreensão, ele não está sabendo expressar a visão que ele tem do mundo, do seu entorno.

Então eu, sintetizando, eu queria, Senador Buarque, essa sua iniciativa de promover aqui um ciclo de palestras, de Audiências Públicas que resultarão em alguma coisa, eu quero crer que é muito importante e muito interessante. Um documento final, como disse V. Exª, a ser entregue ao Presidente da República com uma formulação ou várias, com propostas para que a gente possa avançar no campo da educação do nosso país, e eu gostaria de ver contemplado nesse documento propostas nesse sentido, de adotarmos uma política consistente, única, mas dentro dessa política estabelecermos tratamentos diferentes. Ninguém pode, Senador Buarque, tratar um Município, como o Município de Calmon, como o Município de Barra do Chapéu, igual ao Município de São Paulo. Não tem condição, não tem condição. A política deve ser única, mas o tratamento deve ser diversificado. Isso aqui é um universo de grande parte do país. Nós não podemos tratar Municípios dessa dimensão e dessa complexidade com grandes metrópoles, com grandes Municípios do nosso país. Eu creio que fazendo isso a gente já

consegue, primeiro, privilegiar situações como essas aqui. Se isso daqui pegar, Senador Buarque, se isso aqui se espalhar, nós temos milhares de Municípios nessa condição e nessa dimensão. Se isso daqui se espalhar a gente está criando uma situação irreversível que vai pressionar o restante do conjunto do país para situações como essas. A gente diz: "não, mas é um Município pequenininho, cinco mil habitantes". Rapaz, isso aqui é ouro, isso aqui é ouro, Prefeito, sem brincadeira. Isso aqui é ouro. É a experiência, isso aqui é a célula que a gente deveria usar para constituir o organismo, o corpo da educação brasileira. Eu queria dar os parabéns a V. Exª, à professora Neuza, juntamente com a Prefeita do Município que está aqui, pela --

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): A diretora.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): A diretora da escola também presente, pela iniciativa, pelo carinho. Olha, a gente observou, nas duas falsas inclusive, o carinho que vocês têm pelo processo que vocês estão vivenciando, eu acho que é isso que falta em grande parte. Portanto, Senador Buarque, eu sou fã de uma política única, mas com tratamento diferenciado. Por exemplo, lá no seu Estado, Senador Buarque, há Municípios assim pequenininhos também como esses, há escolas dentro da mata, dentro da floresta, crianças andam de barco, por exemplo, cinco, seis horas para chegar numa escola dessa. Sabe o que eu advogo numa situação dessa, num perímetro enorme? Uma escola tipo um internato, que a criança não fique a semana inteira lá, mas fique três dias, quatro dias numa escola dessa sem precisar se locomover. Entendeu, Senador Buarque? Estradas horrorosas de terra, enlamaçadas, com risco de um acidente inclusive. Essas crianças se deslocam três, quatro horas, vão para lá, voltam, entendeu? É uma situação que ... a gente precisa criar condições diferenciadas, situações diferenciadas para concentrar a nossa atenção nessa criança, no processo educacional e tirar dele o maior proveito possível. Eu não quero, eu não posso acreditar que uma criança que se submeta a um trajeto desses, a andar cinco horas, seis horas de barco num rio, vá para uma escola, passe lá uma pequena parte do dia, volte no mesmo período, que ela possa ter a capacidade, que ela possa desenvolver um dia a capacidade que todos nós esperamos que as nossas crianças desenvolvam, entende? Então eu queria parabenizar, primeiro, o Senador Buarque por essa iniciativa. Eu acho isso fantástico, a Comissão de Educação se colocar na condição de um fórum de debates da nossa educação, isso é fundamental, trazendo pessoas como o Jorge, que tem uma experiência enorme, e pessoas como vocês que nas suas áreas desenvolvem as suas capacidades, as suas experiências.

O acúmulo disso, imaginem o acúmulo disso. São várias e várias audiências que estão ocorrendo aqui na Comissão de Educação com pessoas como vocês. Amanhã serão outras que vem aqui relatar as suas experiências. O acúmulo disso, Jorge, o acúmulo disso será de fundamental importância. Quero crer, inclusive, que o Senador Buarque já deve estar pensando em fazer retornar a vocês o acúmulo disso, porque eu acho que é importante, entendeu Senador? A professora Neuza vem aqui, mas eu acho que lá na frente ela terá que ter a resposta do acúmulo que nós produzimos aqui nessa Comissão, não é, para que ela sinta inclusive a importância da sua participação e possa ter outros parâmetros, outras informações com as quais ela possa lidar no dia-a-dia da sua realidade. Eu me sinto privilegiado por estar aqui participando com vocês desse esforço enorme e aguardo aí para uma outra oportunidade a gente poder intervir. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero fazer das palavras do Geraldo Mesquita também as minhas palavras, não é, porque foi uma audiência eu diria, com as exposições todas, muito interessante, extraordinária, e eu diria que os depoimentos dos dois Municípios foram fundamentais, essenciais, para todos nós do Brasil vermos que é possível se mudar a realidade desde que exista, como o Dr. Jorge colocou já no início, na primeira fala, o compromisso, o comprometimento mais do que compromisso, com a mudança. E isso aconteceu em Barra do Chapéu, cumprimentando a Prefeita, a diretora, a professora Neuza, e aconteceu também em Calmon, com o depoimento de João Batista. Vamos mudar a realidade, vamos fazer diferente, mas vamos bem, vamos buscar qualidade. E aconteceu, aconteceu nos dois Municípios. Então esse comprometimento é que tem que haver vamos dizer em todos os Municípios, e aí é bom de se fazer porque o Prefeito, a Prefeita, estão, naquilo que se refere ao ensino municipal, estão muito próximos da população, quer dizer, olham, vão lá, vão conversar, "vamos chamar os pais aqui, vamos conversar, vamos colocar os pais na sala de aula para ver o caderno". O Prefeito pode ir lá junto ver, a Prefeita, então a mudança acontece no Município. Então eu quero dar os parabéns pelas belas exposições de Barra do Chapéu e de Calmon, do Município de Calmon.

Já estava falando com a Prefeita aqui atrás que é divisa com o Paraná, eu vou para Barra do Chapéu e vou para Calmon também, que não é longe lá de União da Vitória, então vamos até ver assim pessoalmente essas belas experiências que foram desenvol-

vidas. Então só quero assim dizer para dar realmente os parabéns por tudo aquilo que vocês apresentaram e dar os parabéns ao Vice-Prefeito lá também, dizer para ele que ele foi lembrado e que todos os Prefeitos e Vice-Prefeitos façam assim, os secretários também, quer dizer, cinqüenta e sete anos, está lá na sétima série, e que não desista, não se evada da escola, dar o tempo para a turma toda lá de Barra do Chapéu, não é professora Neuza?

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: Eu vou cobrar a sua ida.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas nós vamos lá. Eu, inclusive quando vocês estavam, se me permite chamar de vocês, quando vocês estavam descrevendo as realidades e o Senador Geraldo Mesquita falando da realidade do pequeno Município, eu ainda dizia que esses dois pequenos Municípios, apesar de serem, vamos dizer, a convergência está no pequeno, não é, mas existem pontos que têm que ser levados em consideração de muita diferença entre os dois. Se nós formos lá para o Vale da Ribeira, por exemplo, como a senhora colocou, são mil e duzentos quilômetros de terra de chão e vinte e quatro quilômetros de asfalto. E o que eu gostei muito assim é o compromisso, mas o compromisso com aspectos que envolvem orçamento, dinheiro, 30% do orçamento. A senhora não mencionou, mas certamente o orçamento está sendo bem aplicado, a questão da avaliação que a senhora colocou *[soa a campainha]* e que assim a gente até gostaria de ter alguma informação de Calmon em termos do processo de resultados educacionais, quer dizer, está bom, então vamos medir se está bom, a gente tem que ter o parâmetro, o objetivo. Como a senhora colocou, nós estamos neste patamar agora, mas queremos ir para outros patamares até chegarmos no objetivo.

Eu acho que isto também é uma referência porque a gente sempre tem que se autoavaliar, e esta preocupação, inclusive do Governo atualmente, de se premiar o desempenho de Municípios que tenham assim um desempenho, um rendimento bom. Isso eu acho que é uma coisa importante. Eu faria só algumas perguntas para os representantes dos dois Municípios. Como é que está o ensino estadual? Que seria de quinta à oitava e ensino médio, quer dizer, porque vocês fizeram toda referência ao ensino municipal que é essencial na educação infantil, primeiras séries do ensino fundamental, educação de jovens e adultos em relação às primeiras séries do ensino fundamental, e como é que está o ensino de quinta à oitava e ensino médio? Vocês colocaram também que toda criança está na escola. Essa expressão foi utilizada pelo João Batista, mas certamente é a preocupação de Barra do Chapéu também. Toda criança está na escola. E como que está, na seqüência, a presença das crianças e jovens na escola? Na quarta série, na quinta, na sétima, quantos que concluem? Quer dizer, a experiência é curta ainda, claro, a gente entende isto também, porque, quer dizer, o esforço não pode ser um esforço só de curto prazo, mas assim só para se ter uma idéia, e no ensino médio. Achei muito interessante a experiência do Agente Jovem Municipal, isto é muito importante, e eu estou totalmente de acordo com isso em relação ao que o Dr. Paulo falou, quer dizer, o jovem está lá fazendo estágio, estágio dentro de uma visão, utilizando a expressão, de formação cidadã. Quer dizer, é uma formação mesmo, não precisa ter vai ser isso ou vai ser aquilo, mas está se preparando, assim se preparando para o mundo do trabalho, mas sob a ótica, e eu acho que a expressão é essencial, da LDB e não da CLT, quer dizer, essas duas expressões, quer dizer, estágio sob a ótica da LDB.

Então como é que está essa situação do ensino médio, quantas crianças e tal vão para o ensino médio, qual que é o percentual? Definir um pouco mais só em termos de educação infantil também, o esforço. Educação infantil para vocês significa pré-escola, creche também, creche e pré-escola? Gostaria que vocês, se possível, pudessem, eu trabalho muito na área da educação da pessoa com deficiência. Como é que está a educação da pessoa com deficiência nos Municípios de vocês? Claro que se faz um esforço grande para que essas pessoas estejam incluídas dentro da escola comum, na medida do possível, dentro da classe comum ou em algum outro programa, mas como é que estão aquelas crianças que têm uma dificuldade mais acentuada, que é um percentual sempre grande, uns 10% a 20% da população com deficiência, uns 10% a 20% têm assim necessidades bastante acentuadas. Deficiência mental severa, profunda, associada com paralisia cerebral, esses aspectos. Como é que está a relação de vocês do transporte? Como é que vocês transportam os alunos de quinta à oitava do ensino médio, o Estado dá o dinheiro, o Município ... Pois é, o Prefeito já botou o negativo assim, eu sei que isso é um drama nacional, então realmente é um problemão isto, mas isto até faz a gente pensar, só para ter esse quadro, assim só para sabermos como que vocês estão enfrentando, porque, como eu disse, eu gostei demais das apresentações. Gostei muito da apresentação também do Centro de Integração Empresa Escola, e eu quero dizer que sou aliado da argumentação apresentada em relação ao projeto. Nós temos que ter estágio, eu diria, não só para o ensino médio. Nós temos que ter estágio assim, achar caminhos, para os jovens a partir de catorze anos até na situação de aprendiz, que já é uma outra coisa que a gente tem que ter, o Bra-

sil precisa disso. Não podemos fugir disto, e eu tenho certeza que essa discussão, acontecendo aqui dentro da Comissão de Educação, a argumentação trazida pelo CIEE, vai ser uma argumentação assim na minha opinião muito bem aceita pelos Senadores, sabe, mas vamos ficar bem atentos, acompanhando o projeto para que nós não percamos oportunidades, coisas que vem se constituindo assim em sucesso e que tem que ser inclusive reforçadas, ampliadas, melhoradas.

Então nesse sentido, quer dizer, todo o processo educacional se conclui pela inclusão do educando no mundo do trabalho, e o mundo do trabalho não é só a qualificação para um trabalho específico. Na área da pessoa com deficiência a gente usa muito a expressão assim preparar hábitos, atitudes, a compreensão, saber o que fazer, poder escolher, além dos aspectos sócio-econômicos, sociais, não é, que também são importantes a serem levados em conta. Eu já mencionei também, o Dr. Arthur também, que colocou assim algo fundamental que é do percentual de desperdício também dos recursos que não chegam ao objetivo da educação. Agora eu acho, eu gostaria assim de pedir assim uma colaboração ainda do Dr. Arthur e do Dr. Jorge, particularmente, em relação ao orçamento da educação, porque no Brasil nós temos assim a figura de que 18% dos impostos devem ser destinados no âmbito federal para a educação. Agora nós temos uma distorção muito grande no Brasil porque no Brasil nós temos a figura dos impostos e das contribuições, e das contribuições nenhum centavo vai para a educação, e hoje em dia se arrecada mais com contribuições do que com impostos. Como é que os Senhores vêem esta situação? Quer dizer, para se ter uma educação de qualidade precisamos ter recursos. Barra do Chapéu foi muito claro dizendo: "olha, nós estamos fazendo esforço com pouco recurso inclusive, mas estamos atingindo os objetivos. Mas, se tivéssemos recursos, nós faríamos a educação integral, nós temos a dificuldade do transporte escolar", quer dizer, a contribuição se arrecada, a contribuição no Brasil, nos Municípios, e os Municípios não vem um centavo da contribuição arrecadada nos Municípios, quer dizer, CPMF, por exemplo, é tudo nos Municípios, e outras contribuições tantas aí que são arrecadadas. Quer dizer, este bolo da educação eu acho que está muito mal explicado, porque deveria ser, na minha opinião, 18% dos impostos e das contribuições. Eu não sei, aí nós teríamos o dobro, o dobro de recursos para a educação. E os Municípios também estão lutando por 1% a mais no FPM, o que daria um bilhão e pouco a mais por ano. Existe inclusive uma Emenda Constitucional de um Senador do nosso Estado, que é o Senador Osmar Dias, para dizer: !olha, 10% das contribuições para os Municípios". 10% das contribuições significaria trinta bilhões para os Municípios, e não 1%. Trinta bilhões que seria algo completamente diferente.

A gente, quer dizer, dar a responsabilidade para que os Municípios desenvolvam o seu trabalho. Inclusive em relação à questão dos computadores, que são trinta computadores para um aluno, o que já está bom em função da média de cem alunos por um computador, doze no sistema mundial, mas o que acontece é que nós inclusive aprovamos uma lei nesta Comissão, de autoria do Senador Aloízio Mercadante, relatoria do Senador Eduardo Azeredo, em que se colocou que com os recursos do FUSTE(F) devem ser comprados um computador para cada dez alunos. Essa lei foi aprovada aqui, não é Presidente, nesse sentido, e eu concordo com o Dr. Arthur e certamente foi esse o objetivo do Dr. Jorge, no sentido de que o computador não é a panacéia para tudo, mas é uma ferramenta poderosa, sem dúvida alguma, para o processo educacional. Pessoas com deficiência mental que têm muitas dificuldades em muitos aspectos da vida, mas que têm toda a facilidade para manejar os computadores, escreverem, terem um texto limpo, não sujar a folha, não amassar a folha, poder corrigir, volta, corrige, faz, não é, então é assim, eu diria, um instrumento poderoso a favor da educação das pessoas. Quero parabenizar a todos e só quero perguntar ainda para a Dra. Neuza: foram retidos vinte e cinco alunos, antes era cento e cinqüenta, diminuísse para vinte e cinco, está ótimo. Eu gostaria de saber por que, quais as causas, o que motivou a retenção dos vinte e cinco alunos. Depois, nas explicações, por que é que os vinte e cinco foram retidos? Porque eu acho que o nosso olhar como professor, eu sou professor também, já fui professor do ensino fundamental, do ensino médio, sou professor do ensino superior, mas o nosso olhar sempre deve estar em cima daquela pessoa, por que é que eu estou retendo este aluno, o que aconteceu com ele ou o que aconteceu comigo, como professor, não é, no sentido de não ter tido sucesso. Assim só para dar uma explicação das razões pelas quais eles foram retidos. Eu quero parabenizar a todos, dizer que foi excelente, agradeço aí a atenção. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Deputado Paulo Delgado.

DEPUTADO PAULO DELGADO (PT-MG): Professor Cristovam, Senador, quero lhe agradecer à fidalguia do convite e da possibilidade de falar na Comissão de Educação do Senado, cumprimentar os Senadores, o Flávio e Geraldo, também a todos os expositores. Eu vejo também de maneira muito entusiasmada e com muita felicidade o conteúdo e as exposições dessa mesa

redonda de hoje aqui no Senado Federal. Eu acho que no Brasil dois fenômenos provocaram essa placidez da sociedade brasileira com o problema educacional e também o problema de saúde. A universalização da matrícula no Brasil e o funcionamento do SUS impedem que a educação seja um escândalo, impedem que a saúde seja um escândalo. Se nós não escandalizarmos a educação brasileira, ela não será objeto da política brasileira. Ela não é da agenda política brasileira porque ela não é um escândalo, porque a matrícula está universalizada e o pai não está preocupado com a qualidade só quando ela implica na evasão. Mesmo assim, se o sistema delinqüencial brasileiro capturar o jovem para o mercado delinqüencial, os pais passam a não ter mais um problema educacional, passam a ter um problema policial, e a demanda por violência, por combate à violência, passa a ser mais importante do que a demanda por permanência na escola, porque nós já estamos concorrendo nesses dois estágios.

A paz social no Brasil passa a ser uma demanda política mais importante do que o sucesso educacional brasileiro. Então tem que virar um escândalo e esses dois exemplos dos Municípios mostram para mim um caminho importante. É que lá em Minas nós sempre dissemos isso, a escola tem a cara da diretora. O sistema educacional pode ser um desastre no Município, no Estado ou na União, mas se tiver um bom diretor, a cara do diretor, a cara do reitor, a cara da escola é a cara de quem a dirige. O bom Prefeito faz uma boa Prefeitura num sistema federal anárquico, confuso, como o brasileiro. O bom Governador também consegue se destacar e assim sucessivamente, ou seja, o papel do indivíduo na história da transformação ainda é o papel mais importante, mais do que muitas leis. Brasília, e aí presto uma homenagem ao Governador Cristovam, Brasília não é, desde a sua gestão, conhecida por ser a sede dos Poderes da União. Brasília é conhecida e bem no mundo e no Brasil porque aqui o cidadão atravessa a rua e o carro pára. Aqui é uma cidade em que o Governador e a sua sensibilidade, quer dizer, a autoridade pública com a sua sensibilidade aproveitou um momento nacional, que era a mudança da lei de trânsito, que nós fizemos, e eu me lembro, eu estava na Câmara dos Deputados nesse debate, e a sua gestão no Governo do Distrito Federal foi a única, provavelmente do Brasil, que aproveitou um grande ambiente brasileiro favorável a mudar os hábitos dos brasileiros e que a autoridade pública não se interessou por mudar, a não ser V. Exª. Isso virou um costume. Ninguém consegue tirar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade.

DEPUTADO PAULO DELGADO (PT-MG): Porque a melhor coisa de uma cidade é você se sentir respeitado, e quem se acostuma *[soa a campainha]* com o biscoito fino não quer mais depois biscoito com má qualidade, assim como a educação. Então os dois Prefeitos, as duas Prefeituras, elas conseguem indicar um caminho importante para a educação brasileira, que é o deslocamento do risco social via educação. Os indicadores da diminuição da violência, independente de dar o presente lá para as crianças, mas um indicador de diminuição da violência e de vandalismo nas cidades onde a educação é universal, a qualidade é aferida e a evasão não existe, devia interessar às autoridades de segurança mais do que as educacionais. Mais professor, menos guarda. Melhor escola, menos legislação punitiva, repressiva e opressiva, ou seja, eu vejo também um outro aspecto importante, é que nós não temos, e aí um pouco um pouco do que o Dr. Jorge disse, nós não temos uma marca brasileira na educação. Já tivemos, já tivemos com o Paulo Freire, já tivemos na época do Clemente Mariano, o Anísio Teixeira, nós já tivemos marcas brasileiras na educação, já tivemos Piaget no Brasil, nós já tivemos Joandil(F) no Brasil, já tivemos Aessinil(F) no Brasil, tivemos.

Hoje essas marcas, Cristovam, essas marcas estão desaparecendo do cenário político brasileiro pela concorrência de outros fenômenos, e a educação, como oferece a matrícula, as famílias não pressionam por melhorar, porque elas levam o filho à escola e se o Prefeito, a Secretária da Educação Municipal não chamar a família para a avaliação, ela não virá, porque a demanda da família é por aprovação, a demanda da família é para a fila andar. Ai da escola que falar com o pai que o filho não está estudando e que vai ter que ser reprovado. Tanto é que o Estado se acomodou a essa demanda familiar para a fila andar e comprometeu a qualidade da educação no nosso país. Um outro fenômeno que impede a marca da educação brasileira que é a nucleação no Brasil, e aí eu gostaria de também saber a opinião dos dois agentes municipais de educação, a nucleação no Brasil feita nos anos 90 transformou o ônibus escolar num equipamento educacional e a pressão por transporte de alunos produziu a morte de comunidades inteiras no Brasil que eram mais antigas que o Município sede. Em Minas Gerias isso foi uma tragédia porque nós tivemos Municípios sedes em Minas Gerias que tinham áreas rurais mais antigas do que eles, e a nucleação fez com que o ônibus escolar esvaziasse a comunidade no interior do Município e o levasse o menino para a cidade. Então hoje esse menino passa duas, três horas dentro do ônibus, três ou quatro horas dentro da escola, e tem, no caso que o Senador Mesquita levantou, têm casos

que o menino passa dentro do basco mais tempo do que passa dentro da escola. Por que não reavaliarmos a questão da nucleação e diminuir a demanda por ônibus? Ao invés de transformar os meninos, transportamos os professores e criamos um adicional por deslocamento de professor que se dispuser a dar aula na área rural. E ali vai estimular a criação de uma pensão familiar para os professores, um pequeno comércio para aqueles que...

Bem, o outro aspecto que vejo que é um alerta e vejo na fala do Dr. Werthein, a questão da informática no Brasil, o Brasil não está dominando a linguagem da informática. O Brasil está recebendo de maneira passiva a informática e está recebendo a Internet como um meio puro, acrítico, um meio produzido ninguém sabe onde, sem a integração com o sistema educacional, e isso está produzindo um professor invisível na escola, como está produzindo um pai invisível em casa, uma mãe invisível, uma autoridade invisível, a informática e a Internet. Então é preciso, assim como se dizia que o professor tem que ser educado, o nosso Guimarães Rosa dizia "mestre não é quem sempre ensina, mas é quem de repente aprende", assim nós também temos que começar a olhar a Internet. Não com objetivos opressivos de violar a liberdade de informação, mas no caso de pedagogia, a Internet na escola, a Internet como integração, ela tem que ter algum grau de controle ou algum grau de autoridade sobre ela. Pois bem. E finalmente fico feliz de ver o Senador Arns, que conheço a sensibilidade também por trabalhos que tivemos juntos na lei da reforma psiquiátrica brasileira, e eu tive a felicidade e a honra de ser o autor da legislação sobre a mudança do modelo de tratamento ao doente mental do nosso país, de que com essa sensibilidade em perceber o risco, e o Ministro Fernando Haddad já está alertado, o Ministro Lupi já está alertado, o risco de o projeto que trata dos estágios ser capturado pela CLT e abandonado pela LDB. Isso pode ser fatal para o estágio, com a perda imediata de mais de trezentas mil vagas de estágio no ensino médio, sem nenhum benefício para os alunos.

E, pelo contrário, criando, o Senador Cristovam já teve a oportunidade também de debater esse assuntos, criando uma visão velha dos jovens, querendo dar aos jovens estabilidade no emprego, estabilidade no estágio, carteira assinada, férias remunerada, essa visão velha da procura do emprego. Não se procura emprego pela estabilidade, se procura trabalho, a possibilidade de realização criativa do seu potencial, é aí que se consegue o emprego. Se você fizer isso com o jovem de ensino médio a partir de dezesseis anos, a procura de regras trabalhistas e entregar à fiscalização do estágio para um fiscal do Ministério do Trabalho, nós não teremos nem o estágio nem o aprendizado, nem o aprendiz da CLT. E aí o professor Nathanael, de maneira muito clara, mostrou esse risco que o projeto tem e que pode ser corrigido, evidentemente, aqui no Senado Federal. Eu lhe agradeço muito, renovo a minha admiração pelo Senador e pelo Senado Federal, pelos Srs. Senadores, agradeço muito essa fidalguia de depois de vinte anos na Câmara dos Deputados poder falar pela primeira vez no parlamento brasileiro aqui na Comissão de Educação do Senado Federal. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deputado, o Senhor está intimado para vir agora a toda audiência para dar a sua colaboração. Eu não vou esquecer de lhe ligar chamando. Bem, dois dos expoentes tem que sair, o professor Arthur e o professor Nathanael. Nós vamos ficar aqui para continuar a nossa discussão, porque ao meu ver ela é fundamental. Eu peço aos outros que continuem e, antes de colocar a pergunta, que eu vou ficar restrito pela saída dos outros ao Jorge Werthein, eu quero dizer que gostei muito, e do que falou o Deputado Paulo Delgado uma coisa me chamou a atenção, a idéia de assombrar o Brasil com a situação da educação. Isso é fundamental. Nós vamos agora construir aeroportos, trens balas, porque nos assombramos com a morte absurda de duzentas vítimas num acidente aéreo. Então como é que a gente faz para assombrar também com esse acidente menos visível, mas de conseqüências ainda mais drásticas para o futuro do Brasil, que é o fato de que o país, ao invés de decolar, está afundando, por causa de, por exemplo, trinta milhões dos quarenta de hoje que não vão terminar o segundo grau, Senador Mão Santa. Temos quarenta milhões de crianças e jovens, adolescentes, de idade adulta. Trinta milhões, se se mantiver a mesma situação das últimas décadas e anos, não vão terminar o ensino médio. Trinta milhões de vítimas. Então como assombrar? É uma pergunta que eu vou começar a provocar pessoas a dizer, e o Jorge Werthein, que é muito bom nisso, como é que a gente assombra o Brasil. Sobre as colocações, eu tinha uma pergunta para o Roquete Macedo, que é como aproximar a universidade da educação de base.

Sobre o professor Nathanael, o que eu queria dizer é que de fato o que está aqui com esse projeto de estágio é antieducacional, é um projeto laborista, inclusive eu acho que é equivocado do ponto de vista laborista e trabalhista, mas muito bem. Só que eu falei hoje com o Ministro do Trabalho, ele disse que não é ele que está pedindo urgência, é o Ministério da Educação. Vai contra o processo educacional a maneira como essa Lei de Estágio chegou aí, Senador Arns, e eu acho que a gente deve fazer numa tentativa de

convencer o Ministro Fernando Haddad de retirar a urgência para que a gente faça uma audiência sobre o problema do estágio aqui, para que a gente debata mais, senão vamos sim atrapalhar. Eu não vou fazer perguntas aos dois prefeitos, ao Prefeito e à Secretária, mas uma ao Jorge, na verdade duas. Aliás, o professor Paulo não está mais aqui. Eu quero dizer para ele, talvez eu vá radicalizar mais do que o Jorge Werthein sobre o uso da informática, eu vou dizer aqui algo que pode assustar, mas se a ortografia se chocar com a informática, a informática vai ganhar. A ortografia vai ter que se adaptar à informática. Eu posso dizer isso constrangido, como quem adora ler e quem se formou ainda no tempo de um humanismo não tanto tecnocratizado, mas não nos esqueçamos que quando a gente lê hoje um texto medieval, a gente detesta o Googlorismo(F), como chamam assim, eu acho que é tudo espanhol. Houve uma adaptação do estilo para a vida moderna, os escritores foram se adaptando com as suas frases curtas, a própria ortografia foi sendo simplificada ao longo do tempo. A gente tirou os "ph", a gente foi simplificando e vai ter, não tem jeito, a juventude e os novos equipamentos vão forçar essa mudança. Mas a minha pergunta são duas. Uma é como levar a todo o Brasil o uso das novas técnicas? Como é que a gente chega a cento e sessenta e quatro mil escolas? Fala-se muito em inclusão digital pensando em como pegar quem não estudou informática na hora certa e agora dar um cursinho para as crianças e os jovens, e eu sou favorável, é claro.

Mas o certo não é a inclusão digital, é o ensino com as novas técnicas. É lá aos quatro, cinco, seis anos que deve começar a usar computador, e não agora, a gente está tentando recuperar o tempo perdido com esses mecanismos todos, dos quais eu faço parte com uma ONG, que é da Informática nas Periferias. Então como é que vamos fazer para que cento e sessenta e quatro mil escolas tenham os métodos modernos e, não esquecendo, com o professor adaptado ao método moderno, porque aí sim é que não vai ter jeito: sem professor, máquina não ensina sozinha, porque tem que estar, nem que seja por trás da máquina, preparando aula.

E computador é feito cavalo, não adianta você dar a quem mora em apartamento e não sabe montar, ou a gente está distribuindo computador para escolas que não têm como manter o computador na escola, porque vão ser roubados, ou com manutenção, embora já tenha métodos que a manutenção é feita através de um provedor distante e o computador é o chamado burro, então aí simplifica a manutenção, mas não dá, e sobretudo se o professor não usa. Como é que a gente faz uma estratégia para dizer que em quinze anos a gente vai ter o ensino com as novas técnicas? Como se fez com o quadro negro. O quadro negro, muita gente esquece, eu descobri um dia desses pelo Google, o quadro negro foi inventado só há duzentos anos atrás. Eu não sabia disso, eu comecei ao procurar nos livros sobre inovações, não tinha nenhum lugar quadro negro. Eu entrei no Google, tem até o nome do professor escocês, de geografia, porque é difícil ensinar geografia sem desenhar, e aí deve ter tido muito resistência. Hoje tem para o computador, hoje tem para o ensino à distância. Como é que a gente leva? E a segunda, que eu sei que é a sua preocupação, é como colocar ciência e matemática desde a primeira série do ensino fundamental. Qual é a maneira de fazer isso? Quem é que pode nos ensinar? Quais são os países que estão fazendo isso? Como é que eles conseguiram? As minhas perguntas se concentram no professor Doutor sociólogo economista e amigo Jorge Werthein. Aos Prefeitos, eu só posso dizer que da mesma maneira que a gente tem que assombrar com as coisas negativas, a gente tem que deslumbrar com as coisas boas. A gente precisa assombrar e deslumbrar e a experiência de vocês são deslumbrantes. Eu fico feliz, Senador Flávio Arns, de que o Senhor esteja pensando em ir lá. Eu gostaria, quem sabe, de fazer uma comitiva de membros da Comissão de Educação para visitar os deslumbrantes, e também para visitar os assombrantes. Por exemplo, eu me penitencio, eu não organizei uma visita nossa, nem minha, para ir aos morros, onde, durante a guerra lá, como lá no "Alemão", as crianças estavam sem aula. A gente deveria ter ido lá ver aquilo para assombrar, não porque fosse resolver, mas deveríamos ter ido lá para assombrar. Ficaram semanas, nem sei se já estão em aula. Se não tiverem, eu acho que a gente deveria ir lá. Vamos protegidos pelo exército, se for o caso, mas vamos lá ver o que está acontecendo. Então vamos fazer um circuito de visita aos assombrantes e aos deslumbrantes. E ao Jorge Werthein, aos esperantes, que com a esperança a gente chega lá.

DR. JORGE WERTHEIN: Quem conhece o Senador Cristovam Buarque não pode aceitar que ele diga que ele vá assombrar alguém com algum comentário que ele vá fazer. Ele assombra sempre. Eu gostaria de rapidamente fazer uns comentários sobre algumas colocações que foram feitas. Primeiro eu acho que de todas as experiências que vimos, e quando eu escutava as experiências eu pensava porque eu falei tanto de educação se realmente há duas experiências, são dois exemplos vivos do que deve ser a educação. Eu acho que aí a experiência também, além de tudo que foi feito, é que houve um pacto local, há um pacto. Primeiro houve um pacto e um pacto de todos, na

habilidade, na inteligência do Prefeito, da Prefeita, da Secretária da Educação, de reitores, conseguiram fazer um pacto na comunidade. E o que acontece nos países, por exemplo, no Brasil, a gente não consegue fazer um pacto pela educação, não temos esse pacto. Não conseguimos fazer a nível de Municípios mais grandes, não conseguimos fazer a nível de Estado e não conseguimos fazer a nível federal. Como não conseguimos fazer esse pacto, não conseguimos formular uma política de Estado. Este é o seu lugar, esta é a casa para formular política de Estado, porque as políticas de Estado não têm que ver com mandatos de um Governador, de um Presidente ou de um Prefeito como eu falava. Significa um pacto entre os diferentes partidos políticos que representam a sociedade brasileira para definir uma política educacional para os próximos trinta, quarenta anos, e que não é mais partidária. Se converte em uma política da educação, onde cada partido político que esteja nesse momento exercendo a autoridade como Presidente, como Ministro, como Governador, como Prefeito, como Secretários, é uma política que foi fixada, acordada e pactuada por todos, obviamente com a participação da sociedade civil, isso eu acho que é fundamental, senão é impossível responder a isso que dizíamos da não prioridade que tem a educação no Brasil.

Eu acho que também quando se falava, o Senador Cristovam dizia da pressão das universidades no Ministério, é que as universidades são organizadas, de alguma maneira existe um sindicato das universidades, [ininteligível]. Porque sempre senti que não existe esse sindicato dos pais pobres, que têm filhos pobres, que mandam nas escolas pobres públicas. Não existe, e muito claramente como disse o Deputado Paulo Delgado, ficam felizes com a matrícula, mas não há reivindicação sobre a qualidade de educação que tem que merecer seus filhos. Primeiro porque muitas vezes não sabem. Outras vezes, se sabem, como eu perguntei para a minha empregada em casa faz alguns dias, "como está a tua filha, como que está na escola?" "Está muito bem, ela estuda muito bem". [ininteligível] na escola, não seria nada, ela leva duas horas e volta. Ela sabe que não, só que não sabe como reivindicar essa mudança. Não há uma corporação que tem uma força como o poder do ensino universitário, com o conhecimento, o acesso à informação para poder reivindicar, fazer essa reivindicação municipal, estadual e federal. Esse direito, aparentemente, você sente que não existe. Eu me lembro, sobre estes comentários, porque no ano passado, no período das eleições no Brasil, eu escrevi um artigo que dizia em quem eu votaria. O artigo era "eu votaria na educação". Por que eu votaria na educação? Por todas as coisas que todo mundo falou aqui, por tudo que significa, pelo impacto que tem, pelas mudanças, etc. Sabe o que foi engraçado?

Eu sou amigo do Senador faz muito tempo, somos amigos pessoais e muito queridos. Acontece que as pessoas me ligavam e me diziam: "ahã, Jorge, você está fazendo campanha para o candidato a Presidente Cristovam Buarque", e eu respondia: ahã, vocês incorporam o discurso político, o discurso intelectual que a educação é importante, pelo qual eu escrevo um artigo e vocês pensam que o único que fala da educação como prioridade, esse candidato é Cristovam Buarque, ou seja, [ininteligível], porque aparentemente você pode incluir, como se [ininteligível], isso foi o mais importante, um novo discurso político nos últimos anos, a educação como algo importante, importante, por nunca, por agora, prioritário. A inclusão digital em todas as escolas é muito difícil, eu acho que umas das coisas que acontece, é que há mais preocupação pelo técnico, pela infra-estrutura, que pelos conteúdos e pelos agentes que não usar esses computadores. Então, por exemplo, se eu fosse Prefeito ou Governador, eu tenho que comprar computadores para as escolas, eu tenho dez milhões de reais para comprar computadores, eu compro cinco milhões de reais para colocar computadores nas escolas, cinco milhões para comprar computadores e dar [ininteligível] aos professores. Só [ininteligível] utilizar muito melhor os computadores.

E, ademais, eu diria um [ininteligível] que não se reserva, não só de [ininteligível] responder às deficiências que pode apresentar um computador, sinto que também os computadores estão parados porque não tem recursos nas escolas, [ininteligível] o computador, o laboratório e não há recurso para reparar os computadores, e isso também fisicamente é necessário fazê-lo. Isso significa um plano em instalar computadores, dar acesso aos professores, poder reparar os computadores, poder mantê-los e, ademais, utilizá-los como o exemplo de Portugal. O exemplo de Portugal que também dizia essa nota, porque Portugal introduziu às crianças a informática nas escolas. Lembra, Senador? Claro. Introduziu uma nota, e como eu sou argentino e fui colonizado pelos espanhóis, então eu estava falando sobre isso, me mandam um e-mail, eu já havia visto, [ininteligível] um amigo brasileiro, eu falei: "olha, na colonização de vocês já estava fazendo isso, na minha já estava fazendo isso, na Espanha também, e nós conseguimos fazer isso nos países ao que estamos liberados. Não conseguimos nem seguir os exemplos [ininteligível]. Em Portugal é um exemplo que estão fazendo isso. E esses espaços públicos são espaços públicos com grande assistência e com grande apoio, e nós estamos tendo espaços públicos gratuitos, com

pouca assistência de pessoal mais necessitado do que se estão favorecendo aos centros *[soa a campainha]* da Casa Brasil, que são experiências muito importantes, não são os mais necessitados, são os menos necessitados dentro desse grupo da população carente, ou seja, não estamos conseguindo tampouco integrá-los, e eu acho que tem que haver uma política e eu acho que uma hora, Senador, que está havendo o início de uma política, porque primeiro está havendo com uma idéia de uma coordenação nacional para este tema de inclusão digital, e a inclusão digital, como o Senhor bem dizia, está mal definida, porque não pensa que inclusão digital é comprar computadores. Não, inclusão digital é comprar computadores, ensinar a usar os computadores e colocar conteúdos nos computadores, e para todos os agentes do processo educacional, porque os computadores não são só para as escolas, tem que ser capacitados, formados para isso.

Mencionaram, o Senador mencionou de a Comissão da Educação ir às Prefeituras. É uma idéia boa. Na época que o Senador era Ministro, fizemos uma experiência onde o Ministério, o Ministro premiou as escolas bem sucedidas. Por que é que a Comissão, se vai visitar esses Municípios, por que não começa a identificar alguns Municípios e a própria Comissão também tomar a iniciativa de destacá-los, de premiá-los, porque simbolicamente são muitos importantes, porque se o Poder Legislativo também está olhando essas experiências, porque as experiências se tornam absolutamente invisíveis, como não é crise, não é drama, não é morte, e porque são Municípios pequenos não existem [ininteligível], ou alguma vez existe, se faz a nota, aparece essa nota e nunca mais se volta a saber das experiências desses Municípios. Como podemos fazer todos para tornar essas experiências visíveis e num ambiente onde o ruim é notícia e o que é de positivo, como estas experiências e outras, realmente não aparecem.

Por último, de ciência e matemática. O reforço, num país como o Brasil, as ciências que começam basicamente no ensino médio, é profundamente deficitária, tanto que, além disso, faltam duzentos e cinqüenta mil professores de ciências. Se não temos nem professores de ciência, teremos alguns laboratórios que também já estão fechados, não são utilizados, porque a ciência não começa no ensino médio. Ciência, nossos filhos ou nossos netos, inclusos os que não se filhos e netos nossos e não pertencem a esse setor social privilegiando que tem acesso à educação, à creche e à educação infantil, já estão fazendo a ciência. Eles estão fazendo a ciência no seu trabalho no cotidiano, e essa educação deveria começar desde o ensino infantil, pelo menos é o que estamos pensando é que comece no ensino fundamental, porque é a única maneira. Por isso precisa novamente, Senador, uma sensibilidade e uma decisão, e o que precisa é uma decisão de tipo político.

Eu termino dizendo que lamentavelmente, estamos aqui na Comissão de Educação do Senado, e durante muitos anos que eu venho trabalhando aqui no Brasil, na América Latina, e o que me preocupa basicamente é que não há que inventar absolutamente nada, está tudo inventado, está aí. Há exemplos de Prefeituras, há exemplos de escolas, há exemplos no Brasil, de todos os dados, inclusos nas situações mais carentes, e sempre de outros países, similares à do Brasil, em desenvolvimento, e há experiências de países desenvolvidos que passaram por trabalho de países em desenvolvimento. Então o que falta? A informação existe? Sim. O conhecimento e as experiências existem? Sim. Não há conhecimento, o que falta é lamentavelmente o que não temos, é uma decisão política que diga "isso tem que ser prioritário", porque assim construímos uma grande nação e assim foram construídas as grandes nações que conhecemos e que estão aí hoje e nós queremos estar ali, e nós podemos estar ali. Um país como o Brasil é capaz de ter uma Embraer, construir aviões e vender aviões no exterior. Poucos países no mundo tem essa capacidade. Por quê? Porque é uma decisão política de que queremos ter uma Embraer, e os brasileiros demonstraram da tremenda capacidade de fazer a Embraer. Ao construir uma EMBRAPA, e a EMBRAPA é uma das instituições mais respeitadas a nível internacional, não na América Latina, na América Latina é a melhor. E me custa dizer isso, porque dizem que no futebol vocês são melhores, se também tenho que dizer que a EMBRAPA é a melhor, a EMBRAPA é a melhor ou, senão é a melhor, é uma das melhores do mundo. Ou seja, há experiências claras que mostram que quando você toma a decisão política, o Brasil fez porque decidiu fazer. O que eu espero é que este grande programa de educação brasileira se converta com decisão política numa nova Embraer, numa nova EMBRAPA, e nos exemplos realmente positivos que existem no país.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Ele disse que a Embraer é a melhor, que a EMBRAPA é melhor, mas a seleção futebol ele acha que a Argentina é melhor *(risos)*. E eu lembro que a Embraer não é uma decisão industrial, foi uma decisão educacional de construir, cinqüenta anos atrás, uma escola de engenharia chamado Instituto Tecnológico da Aeronáutica. Foi ali que começou a Embraer. E a EMBRAPA foram investimentos nos anos 60, 70, nas universidades, que depois diminuíram e que não iria para muitos setores se não tiver

uma boa educação de base. Antes de passar a palavra para os dois prefeitos, eu queria dizer, Senador Mão Santa, que em uma reunião que o Senhor não diz alguma coisa, para mim não está completa, Senador Mão Santa, e eu queria dizer que o Senhor perdeu duas exposições de dois Prefeitinhos, como o Senhor chama, que o Senhor foi também, de cidades muito menores que Terezina, muito menores que Parnaíba, eu sei, eu estou falando da cidade do Estado dele, muito menores, mas que mostraram grande exemplo para nós. Pena que não tenha sido possível, mas eu vou passar para eles responderem as perguntas e, se for o caso, o Senador Mão Santa quiser dizer alguma coisa depois, com toda a fome da gente, com toda a pressa, a gente terá o maior prazer em ouvir. Prefeito João Batista de Geroni.

SR. JOÃO BATISTA DE GERONI: Senhor Cristovam, Senadores aqui presentes, agora com a presença do Sr. Senador Mão Santa e do Sr. Senador Botelho. Eu quero dizer para o Senhor, Senador Cristovam, que eu assisto sempre a TV Senado. De madrugada muitas vezes a gente acorda preocupado principalmente com o lado financeiro, que é o que não deixa dormir a gente, a gente que é Prefeito, muito compromisso, eu acordo e ligo lá na TV Senado, assisto, sei o nome praticamente de cada um e admiro o trabalho principalmente do Senador Mão Santa, que, além de um excelente orador, também é uma pessoa muito inteligente e fala que foi Prefeitinho. Quando ele fala Prefeitinho, eu lembro de um rapaz, quando chegou em Calmon, ele disse assim: "eu quero conhecer o Prefeitinho". Aí, eu sou um pouco, eu tenho um tamanho até considerável, me apresentaram esse moço, ele disse: "pôxa vida, tinham falado para mim que tu era bem pequenininho", e quando o Senhor fala eu sempre lembro. Então eu fico agradecido dessa oportunidade que nos deram e agradeço as suas palavras, e a gente, quando fala de educação, a gente vai lembrando, assim como a Secretária ia falando, os Senadores iam se pronunciando, a gente vai lembrando como que realmente, quando se fala em educação, as coisas vão sempre para o mesmo caminho.

Então eu queria responder para o Senador Flávio que no nosso Município, quando nós entramos, no primeiro ano, o pessoal da educação se assustou, disseram assim: "olha, tem um monte de gente aí que vai ser reprovado e daí vai dar um problema, o pessoal vai ficar revoltado", que o pessoal sempre ia passando, iam empurrando, eu disse: "olha, é o seguinte, vocês que trabalham nessa área, vocês devem de ver, vocês é que sabem". Acabou reprovando uma quantidade grande e não posso até precisar quantos por cento, mas deve ser em torno de 20%, e tem que ser melhor agora, que é no primeiro ano, até acaba dando um problema, mas façam o que tem que ser feito. Acabou reprovando um índice bem grande. Hoje os índices são bem menores. O problema ainda é do transporte. Como o senhor falou agora a pouco do transporte, nós recebemos, apesar que de uns quatro anos para cá nós estamos recebendo um incentivo do Governo Federal, mas é pouco, é bem pouquinho. Do Estado fica aquela coisa. Se você não transportar o aluno do ensino médio, que não é obrigação de ninguém, ninguém diz: "olha, é a União, é o Estado, é o Município o responsável do ensino médio". Nós somos responsáveis pelo transporte do ensino fundamental. Nós recebemos um pouco também. Então aqui fica uma sugestão, inclusive para que o Governo Federal financie ônibus, eles financiam tudo, então financiem ônibus aí, quatro anos para pagar, premiem os Municípios que crescem, dêem uma premiação, vamos dar um ônibus lá para a cidade da Prefeita, porque assim, daí você tem, só porque você é o pior lá, lá em Santa Catarina tinha os dez piores Municípios e eles recebiam incentivo, aí continuaram, continuaram entre os dez piores, continuam pior, até parece que é bom ser pobre, ser idiota, parece que é assim, então tem que ser diferente. Subiu, então, vamos dar um prêmio para vocês, vamos dar um prêmio para aquele Município. Os nossos deficientes, que nós temos, aqueles que precisam de uma educação melhor nós levamos numa cidade próxima, que é Caçador, na APAE, porque lá tem toda a estrutura. Nós, felizmente, temos só dez pessoas que precisam de tratamento especial, e se nós contratarmos uma equipe, tem uma série de profissionais que não comportam o Município. Então nós levamos todos os dias para Caçador. Também, Senador, a gente solicita para o Governo do Estado, eu mandei várias vezes, pedidos para o Governo Federal também, que nos desse um veículo e estamos aguardando. Eu tenho mais um ano e meio, quem sabe a gente vá conseguir esse veículo especial para essas pessoas.

O ensino médio era o grande problema nosso. Nós tínhamos poucas pessoas que ... eles concluíam o fundamental e já iam trabalhar, esqueciam de fazer o ensino médio. Hoje as próprias empresas estão exigindo muito, tem que ter o ensino médio. Então melhorou. Se tinha vinte que faziam o ensino médio, hoje já tem cem alunos que vão para o ensino médio, e esse programa a gente fez para que as pessoas pudessem e devessem continuar estudando. Nós recebemos agora, até talvez alguns, os Senadores, até porque vocês têm tantas ocupações, não saibam, o Ministério distribuiu, nós, por exemplo, Calmon foi beneficiado com três computadores para que fossem instalados, para que a gente pudesse... para fornecer os dados da fre-

qüência escolar. Então foi uma boa atitude do Ministério em nos repassar isso. Nós, eu não ressaltei, mas nós conseguimos também lá no nosso Município uma biblioteca, da biblioteca nacional, nós conseguimos a doação de uma biblioteca com dois mil e duzentos exemplares, que o Senador teve a oportunidade de estar lá na inauguração. O Deputado Paulo, que estava aqui presente, ele falou que a cara da educação é a cara do Prefeito. As pessoas até se surpreendem porque lá a educação é bem mais bonita do que eu, lá em Calmon *(risos)*. As escolas são muito bonitas, e o Senador esteve lá conosco, e o Deputado de Santa Catarina, nas inaugurações e na sua fala, disse que queria me dar os parabéns porque eu estou instalado dentro de uma Prefeitura num casarão antigo, Senador Mão Santa, bem antigo, feio que nem briga de foice, mas as escolas são bem bonitas. Então ele disse que ele queria até me parabenizar pôr as escolas serem bonitas e a Prefeitura não muito. E realmente têm muitas pessoas que preferem ter uma Prefeitura bonita, cheia de cômodos, e a escola não. Eu queria dizer que essa experiência de trabalhar com jovens, para mim, lá no meu Município, foi muito boa, eu tenho o meu menino que está junto comigo aqui, o Luiz César(F), que é meu assessor, ele tem vinte e cinco anos *[soa a campainha]*, e eu peguei ele com dezenove anos, ele começou a trabalhar comigo no gabinete, e sem dúvida nenhuma dar oportunidades para os jovens é dar oportunidade para as pessoas que têm uma vontade grande de desenvolver um trabalho muitas vezes e não tem oportunidade.

Eu sempre ouço os mais experientes, ouço o que eles têm a nos dizer e procuro sempre pegar os mais jovens para que a gente possa passar alguns ensinamentos. Espero, Senador, e dos demais Senadores aqui presentes, eu estou indo para o final do meu mandato, e que esse 1% seja votado. Pelo amor de Deus, para nós, dos Municípios pequenos, esse 1% representaria cento e vinte mil. Com esse cento e vinte mil a gente poderia ajudar no pagamento do 13º dos funcionários, que é o grande problema que a gente tem no final do ano, é o pagamento do 13º dos nossos colaboradores. Então eu espero que os Senhores se empenhem, e da CPMF eu tenho até uma opinião bem diferente do Deputado lá de Santa Catarina, do Paulo Bornhausen, que ele diz assim: "fora CPMF". Eu acho que se tirar fora a CPMF, eu ouvi o Senador Mão Santa dizendo que não é a favor, nós vamos tirar mais recursos ainda dos poucos que têm no Governo. Mas vamos repartir, vamos repartir, vamos repartir, vamos dar ali, também não vamos sonhar com muito, mas dá uns 10% para os Municípios, 20% para os Estados, para que seja utilizado na saúde mesmo, que seja direcionado, que preste conta nos gastos da saúde. E na educação nós precisamos, aquilo que o Senador falou, é ter uma realidade. Políticas, não se faz a mesma política para um Município de cem mil habitantes, para um Município de um milhão de habitantes e para um Município de até dez mil.

E nós vivemos, todos nós, políticos que temos mandatos ou não, Senador, de lutar, independente das cores partidárias, porque o nosso mandato passa e nós temos que preparar o país para que seja um país realmente que tenha mais igualdade. A gente vê muito desigualdade por aí, e nós aqui, não adianta também a gente encontrar um monte de desculpa e ficar criticando os outros. A gente deve se olhar e deve de pensar: "será que eu, como brasileiro, eu faço a minha parte? Será que nós todos, que estamos no exercício do mandato, fazemos aquilo que a gente deve de fazer?" Eu me pergunto isso todo dia, e volto para Calmon, e vou esperar a visita dos Senhores lá, mais motivado ainda, porque nunca eu imaginaria que há seis anos atrás eu estivesse aqui junto com pessoas tão importantes e eleitas pelo voto da população, aqui conversando com vocês e ouvindo os demais integrantes, pessoas de qualidade e de qualificação. Aprendi muito mais do que eu já sabia, e, Senador, eu não tenho diploma universitário, mas hoje isso daqui me serviu como uma grande aula. Muito obrigado, Senador, e a todos os Senadores que nos ouviram e que nos prestigiaram com a presença e às demais pessoas que estão aqui também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Prefeito. Passo a palavra à Secretária Neuza.

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: O Senador Flávio Arns, ele fez uma pergunta. Respondendo à sua pergunta, o Senhor falou assim: como está o ensino das escolas estaduais no seu Município? Eu respondo: não vai bem. Motivo: falta de professores habilitados naquela região. As escolas estaduais, o corpo docente, é formado por pessoas não habilitadas, então a falha está aí. E também o Senhor perguntou sobre a freqüência deles, se tem aluno retido. Tem aluno retido sim porque lá chove muito, daí então nós ficamos com o nosso transporte, vai e não volta, vai buscar aluno na zona rural, que é a maioria, estão residindo lá, e não consegue chegar até à escola. Então é outra justificativa da retenção de alunos, mas o número já reduziu bastante. Não falo para o Senhor em índice assim de porcentagem porque a escola estadual, ela separa da municipal, que eu acho contraditório isso, eu acho assim alunos são do Município, são nossos, então não tem que separar. A Prefeita dá transporte até para os alunos do ensino médio. Nós mandamos buscar as

crianças na zona rural, então nós fazemos com todos os alunos venham para a escola e que tenham aulas, só que a qualidade ali está sendo um pouco difícil por causa da mão-de-obra.

O Senhor falou também das crianças de necessidades especiais. Essas crianças, nós não temos condições de atender dentro do nosso Município por falta da infra-estrutura, mas nós mandamos, a Prefeita paga transporte até uma cidade vizinha que é Apiaí, vinte e quatro quilômetros. Lá eles têm entendimento três vezes na semana, as crianças, e dois dias pais e crianças. Nós encaminhamos até a cidade vizinha. E a criança dois dias ela fica na escola normal com os demais alunos. Graças a Deus é um número bem pequeno que nós temos. O Senhor falou também da avaliação, por causa do porquê os vinte e cinco alunos nosso ficaram retidos. Não é a intenção da escola reprovar aluno e sim aprovar, mas nós aprovarmos esses alunos com conhecimento, não é, com qualidade, que eles tenham conhecimento. Então o que acontece na nossa avaliação? Então a retenção acontece aí porque essas crianças não atingiram os mínimos estabelecidos pela escola, critérios adotados dentro da escola. Então elas não atendendo a esse mínimo estabelecido, não tem como ela dar continuidade na série seguinte. Nós fazemos com que seja uma aprovação, a rede toda municipal, nós fazemos a aprovação com qualidade, progressão continuada, não promoção automática.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria dizer assim, entendo perfeitamente a explicação, sempre eu faço a pergunta assim por que é que elas não estão atingindo aquele nível para se conseguir chegar a uma série seguinte. Pode ser, pode ser, porque essa criança seja portadora de algum tipo de deficiência.

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: Não, não é o nosso caso.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Mas pode ser que tenha um distúrbio de comportamento, pode ser que haja alguma coisa que esteja interferindo no processo, quer dizer, só queria dizer que se for isto a gente, vendo o projeto político pedagógico, dentro dessa liberdade, dessa visão que o Município tem, pode ser prever alternativas para isso.

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: Sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Ao invés da criança terminar num ano, terminar em dois anos, ter critérios de avaliação diferenciados, ou aquilo que o prefeito de Calmon falou, quer dizer, a criança chegar em condições de aprender na escola.

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: Sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quer dizer, quem não tem casa, quem não tem saúde, quem não tem isso, vai aprender como? Então tem que ... é só mais assim. Eu entendo perfeitamente, professora Neuza, assim que o pessoal tem que estar num nível.

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: Sim.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agora a pergunta que eu sempre me faço, como professor, é por que é que essa criança não chegou no nível e o que a gente pode fazer para que ela atinja o nível? É nesse sentido.

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: Certo. Então nós temos assim um compromisso de trabalho diferenciado, nós fazemos de tudo. Esgotando as possibilidades, daí essa criança fica retida, mas com muita dor, muita dor dentro do coração, com certeza, porque não é o nosso intuito. Nós fazemos oficinas de reforço para os alunos, então levamos para lá, ele tem aula num período, no outro período vai para a oficina de reforço, a professora na sala de aula recupera essa criança, fazemos muito projetos assim de leitura, dentro de cada sala de aula nós temos lá no cantinho livros para que as nossas crianças desde cedo sejam despertadas a ser leitores com compreensão, entendimento. É isso aí.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador Cristovam.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Primeiro eu gostaria de me desculpar por estar ausente desta audiência que o Senhor me comunicou da outra vez, nós sabíamos que os assuntos seriam muito interessantes, eu tinha curiosidade de assistir, porque eu fui, eu fiz um requerimento para uma audiência na Comissão de Ciências e Tecnologias que começou às nove e meia e terminou agora. Mas eu não assisti ainda a exposição dos palestrantes, mas eu gostaria de fazer algumas perguntas, mesmo já um pouco fora pelo adiantado da hora. Uma é a seguinte: a diretora das suas escolas, lá do seu Município, tem cursos de especialização em direção escolar?

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: Não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É a primeira pergunta. Segunda. Os professores de uma maneira geral do colégio, todos as professores das escolas, são professores com curso superior? São duas perguntas que eu quero fazer só para enquadrar mais o meu raciocínio e o que eu venho tentando fazer em relação ao meu Estado.

SR. JOÃO BATISTA DE GERONI: Os diretores das escolas estão fazendo cursos, os que não têm estão fazendo, e os professores, 50% dos professores, em torno de 50% têm formação superior e alguns com pós-graduação, e mais ou menos uns 25% a 30% estão cursando, mas todos são obrigados a estarem, e tem aquele, o magistério que há alguns anos atrás o ensino médio formava professores com o magistério, têm alguns que já fazem parte do quadro de funcionários de carreira, que na época eram admitidos quem tinha o magistério. Então é mais ou menos nesse patamar. Quem não tem curso superior está fazendo, inclusive nós incentivamos, transportamos, Senador, e muitas vezes até parte da faculdade contribuímos também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Professora.

SRA. NEUZA SARTI WERNEQUE RIBAS: Quanto à formação dos nossos professores da rede municipal, nós temos uma professora concluindo este ano. Os demais, todos com curso superior, graças àquela mulher ali, a nossa Prefeita, que levou para Apiaí o curso de pedagogia. Ela e mais quatro Municípios fizeram um consórcio com a Unesp e nós tivemos os nossos professores todos formados pela Unesp em Apiaí, inclusive a minha diretora da rede municipal, a professora Sara Regina, e que dizer tenha um papel nota dez, onze, doze, treze.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu quero concluir essa sessão, na presença de todos, e dizer que para a próxima audiência, na terça-feira, temos previsto, mas não confirmado, não confirmados, o Ministro Tasso Genro, o Ministro Miguel João Jorge Filho e o Ministro Carlos Lupi. Eu espero que até amanhã temos confirmado e informaremos aos Srs. Senadores. Saindo da audiência, eu faço comunicado para fins administrativos, dou como lidos os ofícios nº 81 e 84, da Comissão da Educação, designando os excelentíssimos Srs. Senadores Antônio Carlos Valadares, Ideli Salvatti, Marcelo Crivella e Wellington Salgado para comporem os quadros da SubComissão permanente de cinema, teatro, música e comunicação. Eu agradeço a todos que aqui vieram, tanto os Senadores como às demais pessoas, como os que fizeram suas exposições, e dou por encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 13h38.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE AGOSTO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia quatorze de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Leomar Quintanilha, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, que visa realizar um Ciclo de Audiências Públicas, com o objetivo de debater as **"Idéias e Propostas para a Educação Brasileira" e o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE,** de autoria do Governo Federal. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Ronaldo Lessa, Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e Ex governador de Alagoas e o Senhor Ronaldo Teixeira da Silva, Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça e Secretário Executivo do Programa Nacional de Segurança com Cidadania - PRONASCI. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores, Augusto Botelho, Marisa Serrano e Flávio Arns. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete ao Plenário a sugestão de encaminhar ofício aos Exmos. Senhores Ministros de Estado do Trabalho e Emprego e da Educação solicitando a retirada da urgência constitucional do Projeto de Lei da Câmara nº 044, de 2007 que "Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências", tramitando nesta Comissão e que faz parte do elenco de projetos do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. A proposta é aprovada por unanimidade. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e trinta e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 34ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
8ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental declara aberta a 34ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura, submetendo à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a requerimento nº 03 da Comissão de Educação de 2007, de autoria da Comissão inteira para realização do ciclo de Audiências Públicas com o objetivo de debater idéias e propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. E dando início à oitava audiência do ciclo eu solicito ao secretário Júlio Linhares que trabalha os nossos convidados presentes, o Secretário Executivo do Ministério do Trabalho, Ronaldo Lessa, e o chefe de gabinete do Ministro da Justiça, Ronaldo Teixeira da Silva. O Ministro Miguel Jorge pediu desculpas, por um ofício, dizendo que por ter compromisso fora de Brasília não poderá estar presente. Nós teremos então dois Ministros que virão falar sobre as propostas que eles vêem para a educação brasileira.

Eu quero dizer aos Ministros, representantes dos Ministros, portanto, Ministros para nós, que essa audiência é a oitava. É uma série de audiências com personalidades brasileiras, do Governo e de fora do Governo, visando encontrar caminhos para a educação brasileira. Nós queremos saber o que fazer tanto nas suas áreas como também como cidadãos falando sobre as propostas para o Brasil. Ontem eu fui à abertura de um excelente seminário na Câmara de Deputados, com representantes do exterior, para discutir o que eles estão fazendo nesses países, o que eles fizeram para transformar uma educação que era quase igual à brasileira em educações da máxima qualidade como hoje esses países têm. Foi um excelente encontro, mas eu insisto que o nosso problema é menos de saber o que fazer do que ter vontade de fazer. Falta essa vontade nacional. Não é do Governo atual, nem dos governos anteriores, falta essa vontade nacional ou falta uma liderança que ponha isso como uma necessidade nacional como o Juscelino fez com a indústria. Não havia essa ânsia de industrialização tão patente, o Brasil era um país rural, agrícola, dominado pelos cafeicultores, que queriam era a proteção cambial e não a industrialização, queriam continuar comprando os produtos importados que eram de maior qualidade do que aqueles que seriam fabricados no Brasil.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, me permite um aparte?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Claro que longe de mim tentar corrigi-lo, mas eu acho que na verdade falta a consciência, e que isso é um fator fundamental para que o país tenha vontade de realizar, mas o que falta é a consciência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem colocado, falta a vontade que falta, por causa da falta de uma consciência. Muito bem colocado, Senador Geraldo Mesquita. Mas nós estamos reunindo todos esses convidados para a gente ter um rumo e, com esse rumo, tentar ganhar a consciência da população e daí a vontade de um Governo. Eu, por isso, vou passo a falar primeiro ao meu amigo Ronaldo Lessa. O Ministro Lupi não pode vir, ele me comunicou, e eu fico feliz que tenha enviado a personalidade mais importante do Ministério, depois do próprio Ministro, um ex-Governador por oito anos, um político com uma grande tradição de militância e que pode nos falar sobre qual é a política, a proposta que hoje o Ministério tem, tanto no sentido geral de educação, até mesmo como ex-Governador, a sua experiência, como também do ponto de vista específico do Ministério no que se refere à qualificação profissio-

nal. Novamente nós damos quinze minutos, mas como hoje temos apenas dois e o regimento prevê, como me disse aqui o secretário, trinta minutos para Ministros, então fiquem a vontade para falar até trinta minutos.

DR. RONALDO LESSA: Bom dia Senador Cristovam, Presidente da Comissão de Educação, nosso companheiro de partido, quero saudá-lo e dizer da minha alegria de nessa manhã poder representar aqui o Ministro Carlos Lupi, que V. Exª já estava informado da impossibilidade de comparecer hoje a esse encontro, a esse debate nessa Casa. Quero saudar o Ronaldo Teixeira, meu xará, e que está aqui representando o Ministério da Justiça como eu estou me esforçando para representar o nosso Ministério do Trabalho.

Saudar aos nossos Senadores e Senadoras, aos funcionários, consultores, os técnicos, a imprensa, enfim, porque não dizer aos brasileiros porque hoje temos essa inovação que as Casas Legislativas do país dêem o exemplo, hoje até alguns Estados brasileiros, parece que Minas Gerais já tem Assembléia Legislativa também, tem a sua televisão, de sorte que parte do país pode às vezes ao mesmo tempo acompanhar o que os representantes do povo fazem, quais são os seus trabalhos, as suas funções aqui nesta Casa. Presidente Cristovam, é na verdade um desafio tentar contribuir, participar de uma Comissão cujo o Presidente foi reitor, Ministro da Educação e Presidente da Comissão de Educação, mas a necessidade da consciência que o Senador Geraldo tanto colocou, Geraldo Mesquita, faz com que sejamos todos nós responsáveis para cada vez mais buscar quais os viés que podem sensibilizar o país no sentido de que realmente compreenda o papel da educação no futuro, para o nosso amanhã. Isso não é fácil. Eu posso dizer a V. Exª pelos caminhos que já passei, não só como Vereador e Deputado Estadual, mas sobretudo como Prefeito e como Governador.

Às vezes a gente tem dificuldade até de convencer a nossa estrutura de que o maior investimento que a gente pode fazer é o investimento no ser humano. Não há nada mais importante na vida do que a gente investir no ser humano. Todo o resto fica obsoleto, tudo, tudo. Então nessa era de velocidade da informática, a gente compra um equipamento essa ano. e daqui um ano e meio ou dois as DRT já estão dizendo que os computadores não servem. Enquanto isso a gente esquece ou não consegue atualizar, trabalhar, melhorar, aperfeiçoar o nosso material humano. Então essa que é a questão principal. A consciência falta neste país porque é preciso que a gente tenha uma questão humanística, nós precisamos ter como filosofia da vida, como eixo, a questão humanista. Ela pode ser a base de tudo.

Acho, inclusive, reparo que antes de falarem qualquer coisa do trabalho ou da relação entre os dois Ministérios, eu queria dizer que talvez a filosofia fosse tão necessária como matemática, como português, como a língua pátria, porque a filosofia é aquilo que pode ensinar o caminho da felicidade. Quem eu sou, como me situar, qual é a minha responsabilidade como com o mundo. E a gente até às vezes galhofa da filosofia como sendo, né, "você é um filósofo, um sonhador", como se nós, por mais pragmáticos que sejamos, não tenhamos escolhido a sua filosofia de vida. Ela é quem define os rumos que nós estamos traçando para os nossos e que nós estamos vivendo. Eu queria, passando, ousar, me permita, apesar de ser engenheiro civil, dizer que os tempos de ensino e a vida me deram algumas lições, e acho essa talvez a maior que eu pude aprender, foi a importância que a gente pode dar às relações humanas, que às vezes tem se tornado, essa relação, absolutamente banal, como até a vida, e acho que o Ronaldo, quando falar nisso, ele vai dizer como a violência está presente em todos os lugares. Está presente, ela não é algo externo, ela está presente na sociedade. E como existem mecanismos para não esteja necessariamente nas ações de proteção, de arma ou de colete para resolvê-las. Quero, portanto, que as minhas palavras sejam essas em primeiro. Em segundo lugar, dizer da educação que falta sentir e acho que o Presidente vai me ajudar nisso depois, nas suas conclusões, dizer o seguinte: o país ainda não viu a necessidade da educação de zero a seis anos. Não há mecanismos que responda isso. Pode ter até projetos de lei, eu não sei se o PDE aqui, o Plano de Desenvolvimento da Educação atinge, eu não sei, eu não conheço ele totalmente, mas eu queria dizer que é absolutamente necessário.

O país, através dos seus legisladores, dos seus líderes, estabeleceu o FUNDEF, agora vem o FUNDEB, quer dizer, trata do ensino fundamental, deu um salto enorme e foi fantástico isso, porque na idade de sete a catorze anos nesse país eu acho que a escolaridade está em torno de 90%, nessa faixa de idade, o índice de analfabeto está grande em Alagoas e em vários Estados do país com as pessoas fora dessa faixa. Nessa faixa o avanço foi muito grande, apesar do pouco tempo de escolaridade que as pessoas ainda tem no país, mas o avanço foi grande, o FUNDEB pode ajudar os Estados a dar seqüência a isso, porque o segundo grau não estava preparado, a gente sabia que um dia ia estourar, o Prefeito queria puxar o aluno porque ganhava per capta, mas depois, o primeiro ano do secundário, como seria? Então está se tratando, os técnicos do país viram e isso passa, portanto, por uma ... já por soluções nesse aspecto. Agora é preciso que

a gente, até que tenha, o que é que está preparado, o que é que está desenhado para a responsabilidade do Estado com a criança até seis anos de idade, porque se for uma pessoa de classe média não tem problema porque nós temos as soluções. O grande problema são os milhões e milhões de filhos deste país que não têm a condição que as pessoas de classe média para educar a partir de sete anos, ou fazer, o que fazer até os sete anos de idade. Esse é o segundo ponto que aí também eu ponho na mesa para não me perder em relação à experiência que tive antes na minha vida e que não faz interface com os dois Ministérios.

Com os Ministérios, o papel principal do Ministério do Trabalho é a qualificação, quer dizer, está par e passo com o Ministério da Educação, e o seu papel é exatamente a qualificação, é preparar, é fazer com que seja a ferramenta, dai a ferramenta ao cidadão, à cidadã brasileira para que ela possa inserir-se no mercado de trabalho. Estamos vivendo um momento, se isso é em linha geral o nosso papel, a nossa obrigação, não é, nós estamos vivendo um momento onde isso tem uma necessidade imediata, maior, é quando o país resolve, faz o seu Plano de Aceleração do Crescimento.Então o que ocorre? Nós precisamos pensar duas formas, Senador. Primeiro a questão estratégica, as questões que não respondam só à necessidade imediata de um Programa de Aceleração de Crescimento, mas que responda ao país como um todo, para futuro, esse é um aspecto. O outro é que demandas nós podemos responder à necessidade emergencial que vai ser tratada e talvez alguns pontos tenham que ser imediatamente ... receba alguns tratamentos emergenciais e evidentemente que posteriormente não seja em função da demanda da economia, do rumo do país, seja modificado.

Então esse é um aspecto que o Ministério do Trabalho está preocupado e tem procurado, mas de um tempo para cá, e acho que isso remonta à sua passagem no Ministério, pelo menos nos arquivos que encontrei no Ministério é um tempo onde há registros que o MEC e o Trabalho, os Ministérios têm mais sintonia com relação a esse papel da aprendizagem e a qualificação. Então ali há uma... uma... aonde encontramos a tentativa de uma compatibilidade ou registro maior disso. Há, inclusive, propostas sendo apreciadas no sentido de cada um dos Ministérios responder aos desafios que lhe são pertinentes, algumas coisas inclusive ainda não muito claras, como, por exemplo, a certificação da qualificação, não é? O MTE de um modo geral acha que isso devia estar com ele, essa têm sido a proposta do MTE, parece que não há esse consenso, e o Ministério da Educação entende que boa parte ou a totalidade ou boa parte da certificação seja no Ministério da Educação. Na verdade já é, por exemplo, o terceiro grau, somente o Ministério da Educação faz essa certificação, não é? Na verdade parece-me que o MTE exerce esse papel quando é uma qualificação menor, quando ela é menor no tempo, na preparação e não na extensão, porque tudo é importante, sobretudo num país que precisa vencer os desafios como nós precisamos e atender as demandas, plural, que como é o caso nosso e como é o caso de vários países, quer dizer, estar o Ministério da Educação com cursos capazes de dar essa resposta?Eu creio que não. Tanto é que a necessidade, por exemplo, do país em termos de mão-de-obra qualificada, também as escolas técnicas não respondem, quer sejam as escolas técnicas federais ou agrícolas, não é, mas o "Sistema S" também.

A capacidade hoje de preparação, sobretudo no caso específico do PAC, evidentemente que não... a capacidade de resposta, de preparação, de matrícula desses sistemas nossos convencionais não responde à demanda e à necessidade do país. É claro que eu não me arrisco a dizer até onde vai uma esfera ou outra, porque pode ser que cursos que hoje, só com um apoio maior de ONG ou de entidades que não estejam necessariamente dentro do âmbito do Ministério do Trabalho, amanhã, com respostas estratégicas do país, com uma consciência que a gente tanto deseja que esse país tenha, nós possamos dotar de mecanismos, de instrumentos o país, de tal sorte que o que hoje é feito às vezes de forma improvisada, que a gente está discutindo aqui que curso de qualificação com menos de duzentas horas não serve ou é precário, entendeu, a gente tenha mecanismos institucionais, porque a educação e a qualificação já estão tão intrinsecamente ligadas no país amanhã, que eu não sei de quantos anos, que parte dessa responsabilidade e o papel que a Secretaria de Políticas Públicas do Ministério faça, você já possa tê-la efetivamente dentro do Ministério da Educação. Claro que também quero deixar claro que o Ministério buscou... eu queria só saber qual é o tempo, que eu me perdi.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quinze minutos e trinta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem quinze minutos ainda.

DR. RONALDO LESSA: Eu tenho quinze minutos então. Claro que o Ministério tem, no seu papel e nas condições específicas que o país está vivendo, uma responsabilidade enorme que vai ao combate, por exemplo, ao trabalho infantil, à exploração do trabalho infantil, que é uma coisa que não pode se dar..., quer dizer, tem que ser uma questão de Estado, não pode ser uma questão só... para o papel da fiscalização sim,

mas a resposta não está no Ministério do Trabalho isoladamente. Como o trabalho escravo, a fiscalização, as ações que estão sendo tomadas pela ACIT(F), sim, mas é uma ação de Estado de país, porque por quais... só ocorre aquilo em determinadas condições que o Estado brasileiro ou qualquer Estado da ação(F) e viva. Então não pode ser uma ação só do Ministério, mas é claro que o Ministério tem que se preparar e estar para dar resposta, porque ele é o agente público que pode coibir e corrigir.

É verdade que algumas questões e alguns programas que foram... que estão sendo gestados, alguns já em prática dentro do Ministério, teve e precisa ter alterações nas legislações que não sejam... porque a gente fala muito de manter as garantias da CLT, mas, por exemplo, algumas alterações, elas às vezes precisam para ampliar isso, como, por exemplo, a questão das cidades. Você tem uma demanda técnica de emprego, precisa qualificar e, no entanto, há um programa que exige que haja ao mesmo tempo o horário de trabalho, sobretudo no que se diz respeito à aprendizagem, e o horário do curriculum normal, e às vezes aquela cidade não tem o curso, por exemplo, sobretudo de segundo grau, porque é quando essas pessoas mais ocorre isso. Então esse aspecto está sendo visto também para que seja flexibilizado e que não seja, por exemplo, o jovem prejudicado por causa disso. Aí não é proteção a ele, ele está sendo preterido de poder se qualificar em função de uma matrícula que não está hoje à disposição dele. É preciso que coloque isso à sua disposição. Ou ao contrário, quando ele já fez o curso e, então, evidentemente ele não tem que voltar para fazer esse curso se ele já fez.

A questão da aprendizagem foi outro aspecto que, sobretudo, do Governo Lula até foi dado uma ênfase maior. Essa memória que nos é passada no Ministério e que tem um viés, um vetor da fiscalização como um elemento importante, mas teve também algumas questões que depende da conscientização da sociedade. É preciso que a gente possa, do mesmo jeito que a gente falou da questão da conscientização da educação, nós possamos trabalhar essa conscientização também no lado empresarial para que o empresário possa ver isso como um investimento e não como uma obrigação. Tem uma lei que eu tenho que botar tantos por cento e aquilo é um ônus para mim. Se a gente muda a mentalidade ele pode estar preparando os melhores quadros que ele pode ter daqui há alguns anos para frente. Era outra coisa que o Ministério gostaria e está tentando implementar com os seus programas para que isso seja algo que a sociedade, o mundo empresarial, abrace como um investimento, como algo que efetivamente vai trazer dividendos positivos, quer dizer, que o percentual que o país coloca na legislação como necessário, ela não pode ser um embrulho para ele, um imbróglio que possa prejudicá-lo. Com certeza um investimento que pode dar resultados excelentes, sobretudo se ele trabalhar isso. Esse aspecto, eu estava falando sobre isso, e me lembro também que há uma legislação também que estabelece, dependendo das empresas, a partir de um determinado número, um percentual de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Veja bem, precisa a fiscalização do Ministério, quer dizer, há hoje um elemento coercitivo para que isso ocorra, mas eu quero também trazer aqui, nessa Comissão, o apelo no sentido de se compreender, de se criar essa consciência da importância disso. É uma empresa aérea que está fazendo isso, que as outras empresas poderiam fazer como vitrine até. Eu estou falando de empresa aérea porque ela dá uma visibilidade importante para esse papel, e a gente também, Senador, descobriu que também o Estado poderia dar a sua contribuição maior. Por exemplo, nós, agora, nós fomos fazer uma avaliação, nós não estamos obrigando que as empresas terceirizadas cumpram, eu não tenho esse registro ainda no Ministério. Foi pedido isso e nós precisamos fazer como está sendo feito nas empresas estatais e depois era importante que a gente pudesse fazer como um todo, dando o próprio exemplo. Se o problema é de consciência, é preciso que a gente aposte, radicalize nisso, possa até às vezes aparecer um excesso, mas não é, é porque o debate, a reflexão, aí você vai tirar o excesso, o que é exagero, para que a gente possa, daí, ficar com o essencial desse processo de modificação que eu acho que a gente precisa fazer no país. A aprendizagem, portanto, ela deu um salto no país, há programas que possam fazer isso e neste Governo, atendendo aí eu digo a uma demanda do Presidente da República, um apelo, é uma proposta que o Presidente tem posto, o Ministro tem reiteradamente colocado nisso, ele está apostando na qualificação como um... e até como condição *sine qua non* para que a gente responda ao PAC.

Não haverá esse aceleramento do país se efetivamente a gente não tiver gente qualificada para isso, é bobagem a gente imaginar. Portanto, se há um Ministério, e aí eu faço inclusive um apelo para as autoridades econômicas, financeiras do país, o que precisa ser efetivamente olhado de forma diferenciada é o Ministério do Trabalho. Independente do papel, a relação nossa com o Ministério da Educação está sendo muito parceira em compreensão, de reflexão, de estudo, não há uma disputa, claro que cada um quer ser o pai da criança, mas quando o bom combate é feito, quando é no bom sentido, essa disputa é boa, está entendendo,

e isso pode ... só traz conseqüências positivas para o país, e nós estamos vivenciando esse momento. Por uma questão talvez de, sei lá, feliz, eu quero dizer isto no sentido de que às vezes há problemas internos num Governo, entre partidos, quebra de braços e etc, mas nós não estamos vivenciando isso. Quer dizer, sabe, talvez o Ministro tenha ajudado também, tenha talvez a sua visão holística e humanista de estadista, o Fernando apesar de bem mais jovem do que você seja um homem dotado disso, e o Ministro Lupi também.

A outra questão que eu queria ressaltar aqui também é a qualidade do pessoal que a gente encontrou dentro do Ministério, que tem se esforçado, tentado dar resposta, há pouco tempo está em tramitação na Casa um projeto que trata também da questão do estágio para que não seja o estágio uma forma de burlar a legislação, que a gente possa, e aí é obrigação do Ministério, proteger o trabalhador, então está em tramitação, eu me lembro que há poucos meses, um ou dois meses o Ministério teve que se posicionar a respeito dessa regulamentação, e ela também é fundamental, eu queria que fosse considerada, Senador, esse aspecto, porque o estágio é fundamental, ele tem a dupla ação, a de complementação do seu curriculum básico de infra-estrutura, vamos dizer assim, teórica, mas tem também a ferramenta necessária para adaptação do cidadão. Quero dizer também que a gente sabe, foi me dado ontem conhecimento, de que até nessa legislação que nós estamos tentando fazer para definir melhor a certificação e a qualificação profissional, que a própria Casa tem, o Senado, projetos em andamento dessa natureza.

Então, quer dizer, não é uma preocupação que está só no Executivo. O Legislativo, o Senado está preocupado, se não me engano o Senador Osmar Dias é o autor e o Senador Marco Maciel está com a relatoria, algo desse tipo, quer dizer, portanto a Casa está discutindo o assunto. Nós queremos dizer, e aí eu estou falando do Ronaldo Lessa, eu não quero falar em nome do Ministério nesse instante até por insegurança com relação ao tema e não ter sido isso discutido como deveria ou como será qualquer dia desses com o Ministro, com a nossa equipe, a questão da certificação, quer dizer, eu prefiro apostar que um dia esse país, com a consciência que a gente precisa, com a necessidade que haverá da gente conseguir, possa ser que a gente tenhamos instituições em vários níveis, e é necessário que os Estados também possam ajudar o país com seus cursos profissionalizantes, eu acho que pode e deve fazer isso porque tem questões tão específicas, por exemplo, no Acre, na Amazônia, e eu estou falando com um Senador do Acre, entendeu, que necessariamente não tem o que a escola técnica poder fazer. Eu acho que o Governo poderia fazer, o Governo Estadual, entendeu, porque se numa área o turismo é fundamental num canto, no outro não será mais o turismo, é um outro tipo de atividade, e que a gente possa, a nível médio, preparar a mão-de-obra para o trabalho.

Então eu queria dar essa opinião pessoal, com relação a isso, e aí nesse estágio, quando a gente chegar a isso, essa certificação possa ser retirada do Ministério do Trabalho e, aí, as instituições próprias, específicas, que venham a ser criadas, possam fazê-las, mas hoje, ainda hoje, eu acho que para atender a essa demanda o Ministério é o instrumento, vamos dizer assim, próprio para grande parte da demanda de mercado ser o responsável pela certificação, que não tem ainda nem resposta. O Ministro procurou o INMETRO, está procurando instituições idôneas que possam nos ajudar a ser um instrumento que possa medir isso, aferir, não é, para dar essa certificação, mas não quer fugir da sua responsabilidade, e nós não entendemos como hoje transferir e isso para outras instituições. Era, portanto, Srs. Senadores e Senadoras, Presidente Cristovam, dessa Comissão, é difícil tratar de um assunto onde V. Exª domina dessa forma, mas com toda a simplicidade, essas foram experiências pessoais, nossa, e que aprendi com a equipe nesses sessenta dias que estou no Ministério, de um trabalho bastante sério que aquele órgão faz, e que sobre uma ótica, uma orientação governamental e decisiva do nosso partido. Eu queria dizer que o resultado disso daqui, a contribuição do Senado, é fundamental para o MTE. O MTE não imagina chegar aqui e dizer aos senhores o que está fazendo melhor e, portanto, fiquem tranqüilos. Ao contrário, nós temos um Ministro que tem *[soa a campainha]* vontade e necessidade de dar melhor resposta ao país porque só tem esse Ministério e a história da gente é totalmente trabalhista e ligada à defesa do trabalhador brasileiro. Portanto, nós temos clareza de que não somos os donos da verdade e que vocês, os Senhores, as Senhoras, podem muito V. Exªs contribuir demais para aperfeiçoar o que nós estamos fazendo e nos orientar para que a gente responda às melhores necessidades que esse país precisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Ministro, e eu passo a palavra ao Dr. Ronaldo Teixeira da Silva.

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Muito obrigado Senador Presidente. Quero aqui fazer uma lembrança que para mim é muito cara. Em muitas aulas que freqüentei, na condição de professor de língua portuguesa e literatura, freqüentei acompanhado de um texto que tratava da Amazônia que tornou-se, o Senhor sabe, um texto referência aí nesse debate, e a

partir daquele seu texto, Senador Cristovam, eu fazia um debate sobre campo semântico e valor semântico da palavra. Naquele caso específico a palavra soberania. Então registro aqui nesse momento que é uma oportunidade rara de tê-lo aqui ao lado. Dizendo isso também cumprimento aos demais Senadores e Senadoras e o Governador Ronaldo Lessa, que igualmente me orgulha como painelista aqui desta mesa, e a todos os presentes. Nós iremos, Senador, aproveitar o espaço que a Comissão nos oferece para apresentar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, e os Senhores irão perceber, ao longo da exposição, que se conecta muito fortemente com a educação, com a cultura e com o esporte. Por determinação do Ministro Tarso Genro apresentaremos então aqui na Comissão de Educação, Cultura e Esporte. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania partiu de um conceito fundamental que foi produzido e formulado por um grupo extremamente heterogêneo. Não compomos esse grupo somente com policiais, sejam federais, ou policiais civis estaduais ou mesmo militares, mas temos mestres em educação, temos pedagogos especificamente, temos psicólogos, assistentes sociais, e o conceito prevê, claramente, a repressão da criminalidade, mas também a prevenção, e a atuação incidirá sobre as raízes sócio-culturais dessa criminalidade, articulando, desta feita, União, Estados e Municípios, e não simplesmente com aquela consideração à Constituição que como prerrogativa a questão da segurança é responsabilidade do Estado. Então a pactuação federativa aí é fundamental, tudo isso baseado no Sistema Único de Segurança Pública que seguramente foi a primeira boa conquista do Presidente Lula nesta área no que diz respeito ao seu primeiro mandato.

Os objetivos específicos, a valorização dos profissionais, a ressocialização das pessoas com penas restritivas, a promoção dos jovens para terem acesso às políticas sociais do Governo, o acesso à justiça, o que não ocorre com certeza nesses territórios de descoesão social, o enfrentamento com o crime organizado e a corrupção policial, a garantia da recuperação de espaços públicos seguros, tudo isso sustentado pela promoção dos direitos humanos considerando as questões de gênero, étnicas raciais, de orientação sexual e, é claro, a diversidade cultural do nosso país. Que público nós queremos atingir objetivamente? Qual é o nosso foco? É o jovem preso, o egresso do sistema prisional. Só para os Srs. Senadores e Senadoras terem como referência a população carcerária hoje alcança aproximadamente quatrocentos e vinte mil. Destes, 65% são jovens de dezoito a vinte e nove anos, com uma reincidência que alcança 70%. Então o jovem preso, o egresso do sistema, o oriundo do serviço militar, aquele que está em absoluto descontrole familiar e os adolescentes em conflito com a lei, portanto de quinze a vinte e nove.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente. Eu queria uma explicação porque o serviço militar foi incluído no meio daqueles contraventores.

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Eu já posso antecipar. Os jovens , oriundos do serviço militar, têm projetos, inclusive no nosso país, como numa cidade do Rio Grande do Sul, em que aqueles que são dispensados ou simplesmente saem do serviço militar podem fazer parte, e no nosso caso devem, de programas de cidadania para nos auxiliarem na identificação dos demais jovens. É por isso, o foco é porque ele estará sendo atingido diretamente pelo programa. O território. Assim como tem o foco nesses jovens, aqui o território a ser alcançado pelo PRONASCI. São onze regiões metropolitanas com alto índice de homicídios, percebam ali Brasília e em torno, por exemplo, trinta e três homicídios por cem mil. Se fizermos um recorte de idade, quinze a vinte e nove, foi a sessenta e nove por cem mil, e aí seguem as onze regiões escolhidas com os mais altos índices de homicídios e de delitos violentos. Como nós iremos enfrentar então esse quadro? Têm ações estruturais e têm programas locais.

As ações estruturais: modernização das instituições, valorização dos profissionais e o enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado. Vamos à primeira. A regulamentação do SUSP. Os Senhores sabem da existência, obviamente, do Sistema Único de Segurança Pública, mas esse Sistema Único não está regulamentado, está pactuado entre Estados e União. Estamos, portanto, padronizando procedimentos em todo o país no que diz respeito à segurança pública. A Lei Orgânica das Polícia Civil e Militar, igualmente, inexiste, e agora nós queremos ver implementada, reivindicação histórica da categoria. Seguem inúmeras ações como estruturação dos estabelecimentos penais temáticos, vamos abordar objetivamente o jovem de dezoito a vinte e quatro anos para ter nesse estabelecimento penal sala de aula, um espaço de cultura e um espaço de esporte, porque nós precisamos incidir diretamente naqueles 70% que voltam para o crime. Outras ações seguem, como o da Polícia Federal e o controle de rodovias. A valorização dos profissionais. Observem aqui como a educação está no centro do Programa Nacional de Segurança.

O bolsa-formação, que no início do debate era referido como piso, é uma elevação salarial, remuneratória, para policiais que recebam até mil e quatrocentos reais. No Rio Grande do Sul, para referência,

um policial recebe setecentos e oitenta e três reais, inicial, inicialmente. Aqui nós vamos conceder a bolsa mediante contrapartida da formação. O policial terá de se integrar a um dos cursos que iremos oferecer e depois irei demonstrar. Além da remuneração mais qualificada para o policial, com formação, ofereceremos também o plano de financiamento habitacional, articulado com a Caixa Econômica, que destinará cinqüenta e sete mil unidades disponibilizadas aos policiais que não têm moradia digna. Para falarmos em mudança de paradigmas da segurança é preciso ter melhor remuneração do policial, é preciso ter financiamento habitacional, mas é preciso ter formação. Instituímos a rede de altos estudos em segurança pública. Hoje já temos vinte e duas universidades, Senador educador, articuladas nessa rede, e chegaremos até ao final deste ano com cinqüenta universidades propondo cursos de tecnólogo, especialistas e mestres em segurança pública. Na verdade a proposta quer criar uma inteligência no país que não há na profundidade em que estamos proporcionando. Não há pela própria história, não há uma elaboração, uma formação tão rica quanto é possível ainda desenvolver. Se o policial quiser o bolsa-formação, ele poderá cursar a rede, a RENAESP(F), mas também poderá cursar a formação continuada. Aí seguem inúmeros cursos de atendimentos a grupos vulneráveis, policiamento comunitário, uso de tecnologias não letais, fundamental para evitar mais violência após o enfrentamento, toxicologia, entomologia, DNA, fonética forense, cursos com duração de dois meses que valerão doze meses de bolsa-formação.

Se o policial decidir ser um especialista, um tecnólogo ou um mestre, ele fica autorizado a receber o bolsa-formação no prazo da lei, que será instituída para cinco anos. Também as guardas municipais, os agentes penitenciários terão igualmente a disponibilização desses cursos. Tanto o Senado Federal quanto a Câmara serão fundamentos para darem seqüência a algumas ações normativas, algumas delas de Deputados e Senadores. A reforma do Código de Processo Penal, a tentativa e o esforço de reduzir esse período do processo, a nova lei de lavagem de dinheiro e a tipificação do crime que não é exatamente tipificado, que é o crime organizado. Estas ações estruturais e normativas são fundamentais e, naturalmente, todo o Congresso estará engajado nesse esforço, assim é a nossa expectativa. Estruturação de ouvidorias, das corregedorias. O projeto controle de fronteiras da Polícia Federal para que possamos de fato enfrentar aí a questão da droga e do crime organizado.

Outras tantas ações estruturais serão lançadas, provavelmente no dia 20, é a pré-agenda do Presidente Lula, para a Nação brasileira, e estas ações estruturais, que têm três instrumentos legais entre decretos e projetos de lei, serão obviamente os projetos de lei enviados ao Congresso e os decretos, e começam então, a partir daí, essas ações estruturais a darem vigência ao PRONASCI. Junto disso os programas locais, que são três, Senador Cristovam e Governador Ronaldo Lessa: território de paz, integração do jovem da família e segurança e convivência. Cada um deles apresenta, é claro, uma série de projetos que o PRONASCI totaliza em noventa e quatro projetos. O território de paz, para a nossa compreensão, nós podemos chegar num território conflagrado de duas maneiras: ou por repressão qualificada e ostensiva, que será a exceção, ou pela mobilização comunitária acompanhada da polícia, que é a regra. Através da instalação do gabinete de gestão integrada municipal, a implementação dos conselhos comunitários. Só para terem também idéia, em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul, e Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, somente nesses dois municípios têm gabinete de gestão integrada municipal, que articula o comando militar da região, que articula o comando policial, que articula o Prefeito. Somente duas cidades no país hoje têm os gabinetes. Os Estados já possuem o gabinete de gestão estadual, mas os municípios não.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Seguramente, isso é inibidor. Claro que o estímulo para o gabinete é em função desses índices. O conselho comunitário e as equipes multidisciplinares que estarão chegando conosco para identificação das famílias em risco e a reorganização dos espaços urbanos. Nos onze territórios indicados teremos onze obras do PAC, de reurbanização de favela, do luz para todos. O Ministério das Cidades, portanto, devidamente articulado conosco para incidir e ajudar a transformar aquele espaço num espaço público seguro. Aqui faz uma referência à força nacional, ou seja, naqueles territórios, o exemplo mais clássico aí é o Complexo do Alemão, lá nós temos de ter força nacional na retaguarda de uma atuação das forças policiais estaduais interagindo com o território, mas isso, queremos crer, é exceção. Apesar dos índices da grande Recife, por exemplo, serem semelhantes aos do Rio de Janeiro, as razões são diversas. No Rio de Janeiro é de cunho econômico, do tráfico, e em Recife as razões são de outra natureza e que não exigem a força. O Programa II, integração do jovem e da família.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): -- Desculpe, Sr. Presidente. Só para não perder o raciocínio, qual seria essa diferença do crime em Recife para --

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Patrimônio, a relação com o patrimônio, portanto, o furto, roubo, o assalto. No Rio de Janeiro, claro que isso também há, mas a economia do tráfico é o centro da geração de criminalidade.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Obrigado.

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Programa II, a integração do jovem e da família, e aqui a educação está presente, o esporte está presente e a cultura está presente. Exemplos: para os jovens privados de liberdades, remissão da pena por estudo. Hoje nós temos a remissão da pena por trabalho. Queremos, para cada dezoito horas estudadas, em três dias diferentes pelo menos, remir um dia de pena. É uma proposta que será encaminhada e avaliada obviamente pelos Senhores. O Brasil alfabetizado, o PROEJA, a preparação para o ENEM seguem ações da área de educação que estarão articuladas em todos os estabelecimentos penais, sobretudo, aqueles a que me referi, que serão construídos como temáticos e objetivamente para jovens e mulheres. Quando o gabinete de gestão integrada chega ao território, no Programa I, chega com ele uma equipe multidisciplinar. Esta equipe multidisciplinar, através de um plano de comunicação comunitário, identifica as famílias em risco, e lá identificadas convida a mãe da paz, ou seja, convida a mulher, a mãe, a participar de um programa para que ela tenha um curso de direitos, que chamamos, e é conhecido, promotoras legais populares. A partir desse curso de direitos as mães tornam-se aptas a identificarem outros jovens, outras famílias, igualmente trazendo-as e trazendo-os para o nosso programa. Ao trazer o jovem podem indicá-lo para, o jovem em liberdade, o PROTEJU. O PROTEJU é um curso de Promotor Legal Juvenil, é quando o jovem então terá um curso de direitos, vai conhecer o Poder Legislativo, irá visitar o Poder Judiciário, irá debater textos que tratem de cidadania, para que ele, então, posso só na seqüência, mais tarde, integrar um outro programa da área de educação no nosso Governo ou do Governo Estadual ou do Governo Municipal.

É importante referir aqui com a presença do Secretário Ronaldo Lessa, o nosso Governador, que o Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, não é, está articulado igualmente para estas famílias em risco serem contempladas com o Economia. Seguem outras ações e o Programa III. Aqui é importante, Senador Cristovam, referir a implementação do novo modelo de polícia. Esse novo modelo somente será possível com uma nova formação. Percebamos a interação que a educação tem, o tempo inteiro, com o programa. É claro que a oportunidade que o Ministro Tarso teve de passar pela educação e também orgulhosamente lá estive como chefe de gabinete e depois do Secretário Executivo, nos deu uma noção exata de que "transformar" a questão da segurança, "transformar" a cidadania necessariamente passa pela educação. Então o policial tem de ser educado a partir de uma visão diferenciada. Hoje nós temos o policiamento rádio-patrulha. Assim dizem grandes intelectuais da área de segurança que senta-se no automóvel, na viatura, visita-se o bairro onde consegue entrar, o bairro ao qual tem acesso, e verifica tem um barulho diferente ou não. Nós queremos que a polícia se torne uma polícia de proximidade para alcançar a polícia comunitária cidadã. Esse novo modelo de polícia só será possível com formação naquela rede das cinqüenta universidades. Espaços urbanos reorganizados.

Referi anteriormente que onze territórios indicados serão contemplados com obras do PAC, mas aqui é importante afirmar que Programa de Aceleração do Crescimento tem de ser também um programa de desenvolvimento humano, e existem interditos objetivos para que esse desenvolvimento ocorra na prática. Nessa regiões conflagradas, Senador, nós não temos, pelo menos, primeiro, um interdito, a possibilidade de geração de novos líderes populares. Por quê? Porque o líder lá é o líder do tráfico. Não há essa geração, também não há educação chegando lá, não há cultura e em última análise não há o Estado. Então o primeiro interdito para o desenvolvimento econômico, popular, é a possibilidade da retirada desse interdito para que tenhamos um engajamento cívico e a geração de novas lideranças populares. Um segundo interdito fundamental do desenvolvimento popular, que impede o desenvolvimento, é a economia popular. Não se abre hoje um novo bar ou um boteco lá na região conflagrada porque, se isso ocorrer, tem de ocorrer sob impostos do tráfico. Lá tem de ser um ponto de referência para a venda, por exemplo, das drogas, ou tem de alguma forma ter autorização daqueles que lideram aquela comunidade. E um terceiro interdito é o que nos trás aqui. É o impedimento do acesso à educação de qualidade. Não havendo educação de qualidade, não havendo economia popular desenvolvida, não havendo a geração de novas lideranças populares, não haverá verdadeiramente desenvolvimento e crescimento econômico. Alcançando o rompimento desses interditos e, portanto, criando uma nova ambiência de segurança e convivência, podemos seguir para o percurso social informativo.

São catorze Ministérios que estão articulados conosco para então, neste momento, no Programa III, darem seqüência à cidadania a ser alcançada de fato pelo jovem. O Brasil alfabetizado. Nós temos arti-

culado, Senador Cristovam, um exemplo: se lá tem mil vagas no Brasil alfabetizado em uma dessas regiões indicadas, cem vagas serão destinadas ao jovem que vem estudando conosco no Promotor Legal Juvenil, no PROTEJU, as mães da paz indicando, e aí ele pode chegar nesse momento e dar seqüência ao seu percurso de vida. O Escola de Fábrica, que na verdade é uma qualificação profissional, a Secretaria Nacional de Juventude e a área social está revendo inclusive o nome Escola de fábrica e integrando alguns projetos de qualificação profissional, o PROEJA, os cursos preparatórios para o ENEM. Aqui é muito significativo. Os jovens, tanto os apenados quanto os indicados que estão em liberdade, mas que farão parte do PRONASCI, eles terão cursos preparatórios para ou acessarem o PROUNI, uma bolsa, portanto, para seguirem à universidade, ou mesmo apenados, através da educação à distância, terem acesso à universidade aberta do Brasil. Além da educação nós temos ações da cultura, bibliotecas que na verdade são bibliotecas e museus de memória. Nós vamos ter o museu na área conflagrada para que possamos ter todo o registro da transformação, inclusive urbana, que irá se processar naqueles territórios. Pontos de cultura para que tenhamos um espaço também para que este jovem não só se eduque formalmente na escola regular, mas tenha acesso à cultura e, quem sabe, lá possamos gerar também música, teatro, arte, e tenhamos futuros artistas sim surgindo no nosso Brasil.

Telecentros para inclusão digital, articulado com ciência e tecnologia, o escola aberta, não é, que o Senador bem conhece, não é Senador, e algumas questões que dizem respeito ao esporte e lazer, articuladas com o Ministério do Esporte. Como será a gestão do programa. Rapidamente. Um conselho de Ministros que compõem o PRONASCI, o comitê gestor presidido pelo Ministro Tarso Genro, acompanhado de seus Secretários, aí desce uma articulação institucional, que se dá a partir da Secretaria Executiva, um acompanhamento federativo, ouvidoria, e a gestão de monitoramento e avaliação que será feita pela Fundação Getúlio Vargas, desde o início com indicadores específicos dos jovens que compõem o programa até alcançar o impacto do programa, do PRONASCI, no contexto em relação ao qual ele está interagindo, e os gabinetes de gestão integrada nas onze regiões metropolitanas. Para a gestão há condicionalidades para Estados e Municípios. O gabinete de gestão integrada terá que ser apresentado pelo Município para que ele possa acessar os recursos do PRONASCI. A efetividade dos Conselhos Comunitários de Segurança da mesma maneira, para terem acesso a recursos da União. Infra-estrutura mínima, não é, uma pequena unidade gestora, mas que possa potencializar o nosso programa, do ponto de vista executivo, e ali tem um ponto que os Senadores e Senadoras podem nos auxiliar, inclusive no processo de implementação. O compartilhamento das ações. Não quer o PRONASCI requerer ineditismo de noventa e quatro projetos. Estes noventa e quatro projetos ou já existem no Brasil ou no mundo. Seja uma experiência lá em Minas Gerais, seja no Rio Grande do Sul, seja aqui no em torno que também já tem o gabinete de gestão integrada, não é, nós estaremos colhendo e trazendo para o PRONASCI estas ações, e aquelas ações que forem qualificadas, não é, tem numa cidade chamada Novo Hamburgo, lá no Rio Grande, eles chamam de mães pobres, é um nome que foi dado lá pela Organização Não Governamental, algo semelhante ao Mães da Paz .

Vamos aportar bons recursos naquele projeto que já se desenvolve. Não queremos esse ineditismo. O ineditismo reside no nosso esforço de articular programas de segurança pública com ações sociais. Seguem outras condicionalidades, como plano diretor do sistema prisional, as nossa parcerias, não é *[soa a campainha]*, importantes aqui, Casa Civil, Fazenda, Planejamento, Educação, Saúde, MCT, Trabalho e Emprego, MDS, Cultura, Esportes, Cidades, GSI, a Secretaria Geral, Relações Institucionais, Direitos Humanos, Promoção da Igualdade, Mulheres, a Caixa Econômica. De que recursos precisamos? Autorizados já pelo Presidente Lula quatrocentos e oitenta e três milhões descontingenciados já para este ano, depois um bilhão e quatrocentos milhões ao ano, totalizando seis bilhões setecentos e setenta milhões, independentemente do orçamento que o Ministério da Justiça já dispõe. Nós queremos crer que esse Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania reposicione o Estado brasileiro no que diz respeito à segurança, modifica, altera, transforma o paradigma da segurança pública do país, e, seguramente, oportuniza a nós todos levar a República aonde ela ainda não chegou. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e passo a palavra imediatamente aos Srs. Senadores. Temos três inscritos: a Senadora Marisa Serrano, o Senador Augusto Botelho e o Senador Flávio Arns. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar o Dr. Ronaldo Lessa, nosso Governador, Dr. Ronaldo Teixeira da Silva, por ter acolhido o nosso convite, e dizer que a discussão sobre o emprego, o trabalho, a cidadania através da justiça, é fundamental essa interface com a educação regular. Mas eu queria fazer algumas considerações que eu acredito importantes. O Dr. Ronal-

do Lessa nos coloca aqui [ininteligível] dos cursos de qualificação, através do estudo do trabalho, dos cursos e das necessidades locais, a conscientização também das empresas para que elas possam trabalhar mais a qualificação e ver a qualificação como um investimento, e eu queria fazer uma questão, colocar uma questão que eu acho fundamental. Há todo um recurso do FAT sendo trabalhado neste país que não é de pouca monta, recursos expressivos, que nem sempre a gente acompanha bem a aplicação e a fiscalização da sua aplicação neste país. Eu acredito que caberia muito e ajudaria muito essa conscientização que diz o Senador Geraldo Mesquita, essa conscientização para que o FAT pudesse também aportar recursos, mas num projeto integrado com a educação para a juventude que faz o ensino médio nesse país. São jovens que estão na área de risco que o nosso Secretário Executivo do Ministério da Justiça colocou. São jovens que vão até os vinte e nove anos. E esses jovens que estão no ensino médio, a quem nós queremos prevenir para que eles não entrem na senda do crime, mas que o FAT fizesse projetos específicos. Aliás, fizesse não, que investisse em projetos específicos na área. Eu acho muito interessante quando o FAT ajuda a projetos em todo o país, de todas as áreas, como nós temos visto ultimamente. Mas por que não o fazer mais direcionado? Se nesse país nós queremos que a educação e a formação da juventude sejam prioritários e que o Geraldo Mesquita tenha colocado que a conscientização da população é importante, por que não ser prioritário para o FAT o apoio à nossa juventude? Projetos específicos do FAT para isso, e aí sim é a prioridade a consciência, Geraldo, de que você colocou aqui. Eu não vejo de outra forma.

O meu partido tem discutido muito mudanças que nós queremos para as bandeiras que o partido toma a partir de um congresso que vamos realizar agora em setembro. Eu tenho debatido muito, dentro do meu partido, que a educação tem de ser prioridade do partido. Prioridade zero, prioridade efetiva, e eu fiquei, Senador Cristovam, muito feliz na semana passada, na quinta-feira, quando foi feita uma reunião para discutir economia dentro dessa nova ótica do meu partido, estavam todos ex-ministros, Presidente do Banco Central, etc. e tal, todos lá, era uma reunião muito pequena em São Paulo e eu fiquei muito feliz porque todos reconheceram que precisavam ter dado mais apoio, precisavam colocar a educação como prioridade e todos colocaram, e o Ministro Malan foi o primeiro a falar, dizendo item nº 1, educação para o futuro, não há mais como retornar, que nós chegamos num tal estágio que se nós não investirmos maciçamente na educação *[soa a campainha]* nós não teríamos a mudança que queremos para o país. Então eu queria colocar aqui para o nosso Secretário Executivo e o nosso Governador Lessa que faça o seu Ministério colocar como prioridade absoluta o apoio aos jovens através dos recursos do FAT para que eles tenham realmente o emprego que precisam ter, mas ajudando a educação a garantir esse emprego de qualidade, a qualificação para os nossos jovens. E, para terminar, ao Dr. Ronaldo Teixeira, dizer que na remissão de penas para quem estiver estudando, se há uma discussão diferenciada em relação aos temas sociais e de cidadania e de inserção para o trabalho dentro dos cursos que estão sendo dados nas nossas penitenciárias, principalmente para os nossos jovens? Era isso, Sr. Presidente, muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, só um pequeno comentário. Se o PSDB demorar a aceitar a sua sugestão de por a educação como prioridade, venha para o PDT, porque a gente já decidiu isso há muito tempo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E levamos a sério a idéia não só de que a educação é importante, isso todos dizem, mas que a educação é um vetor do progresso no Brasil.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu tenho certeza que nós vamos estar junto com o PDT nesta luta pela educação como prioridade zero para o país. Tudo é importante, uma puxa para a saúde, o outro puxa para o trabalho, o outro puxa para cá, mas sem educação realmente não tem como nós mudarmos esse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tudo é importante, agora a prioridade é uma, cada um escolha a sua, mas fico muito feliz de saber, ouvi-la dizer, porque saber eu já sabia de sua ênfase na educação. O segundo inscrito é o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Governador Ronaldo Lessa, Sr. Ronaldo Teixeira. Eu sou um trabalhador da área da saúde, sou médico, e o Sistema Único de Saúde, que eu venho desde antes, sou médico desde 1972, e já trabalho em saúde desde 1970, 1969, 1969, por aí, realmente o Sistema de Saúde Melhorou a questão da saúde, apesar de haver muitas queixas, muitas reclamações, mas em relação ao que nós tínhamos da saúde no interior para atualmente melhorou bastante. Por isso que eu acredito também que o Sistema Único de Segurança deve funcionar, tem que ser implantado, mas tem que ser mais discutido e tentar mais fazer a implantação desse sistema, e é muito bom que o PRONASCI reúna catorze Ministérios e apresente essas noventa e

quatro ações, não é, programas que já existem, que vão ser implementados e tudo, mas que haja também, que caminhe no sentido de fazer o Programa Único de Segurança Pública.

Quanto às faculdades ou tecnólogos de segurança público, eu devo dizer que em Roraima nós já temos formadas duas turmas de segurança pública e cidadania, no nosso Estado, que é pequenininho e tudo, mas é uma coisa que nos preocupa muito porque a nossa violência, também, graças a Deus não está naquelas que foram projetadas aí, no Estado de Roraima, mas nós também achamos que a nossa violência muito grande, nós gostaríamos de ter um índice de violência igual ao dos países mais adiantados, e lutar para ter violência zero num futuro, daqui há algumas centenas de anos. Eu peço licença à Senadora Marisa Serrano para fazer minhas as palavras em relação ao FAT, quando ela se dirigiu ao Governador Lessa, que nós temos que realmente tentar usar os recursos para melhorar as condições de ensino, para treinar, para fazer o ensino profissionalizante. A educação, em si, já é um combate à violência. Quando os governos estão investindo em educação, eles estão combatendo a violência, estão combatendo a violência social, estão permitindo que as pessoas subam na escala social, melhorem de vida e estão desenvolvendo a economia também. Não é que a educação resolva tudo, mas ela está por trás e por baixo de todas essas ações para melhorar a vida das pessoas.

Eu tenho só uma pergunta assim por curiosidade: que quarto quadro do Senhor, no item corrupção, tem uma interrogação bem na frente e eu não entendi bem essa interrogação, no sétimo quadro, nos itens. Enfrentamento da corrupção com interrogação. É o único que tem interrogação na frente. Será que não tem convicção do PRONASCI para fazer o enfrentamento da corrupção? Eu acho bom corrigir aquele quadrinho ali para ficar bem clara a coisa. E dizer que é com entusiasmo que eu ouvi a sua exposição e fico mais esperançoso de que a gente consiga realmente inverter essa corrupção, aliás, esta desigualdade e essa violência no país. Quanto a esse problema dos territórios realmente, no meu entendimento o que nós temos nessas regiões onde a justiça, a polícia não pode entrar, o exército não pode entrar, a educação não pode ser feita, ali é uma área de guerra civil, no meu ponto de vista teria que ser tomadas medidas que se toma numa guerra mesmo para poder resolver. Não deixar os policiais à mercê de bandidos e os bandidos chegarem a mandar a atirar nas pessoas para dizer que são os policiais que estão atirando. Então tem que ser tomada uma medida enérgica mesmo, com a força nacional, com as forças dos Estados para acabar com aquela zona de conflito, que ali é uma zona de conflito. No meu ponto de vista é uma guerra civil que ocorrem nesses territórios, são territórios no qual primeiro a saúde não chega, a justiça não chega, o saneamento não chega, nem a água potável não chega, chega tudo por ligações ilegais, clandestinas. Então nós temos que realmente mudar isso e eu espera que esse PRONASCI realmente seja colocado em prática e tenho certeza que nós vamos mudar esse perfil vergonhoso do Brasil de ter, na média nacional, quase trinta mortes por cem mil habitantes por violência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra ao Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu quero, em primeiro lugar também, saudar os expositores, dois Ronaldos hoje, ex-Governador, prazer em também tê-lo aqui na Comissão, e o Dr. Ronaldo Teixeira, formado em letras também, então somos colegas formados em letras também, que você mencionou a questão do estudo semântico, também feito em função do texto e particularmente do conceito soberania. Mas quero enaltecer as exposições, dizer da satisfação e da alegria de termos dois Ministérios com tantos aspectos relacionados às questões que vêm sendo debatidas aqui na Comissão de Educação nesse ciclo de debates sobre os rumos, as iniciativas que podem ser tomadas na área da educação. Eu quero concordar também com a Senadora Marisa Serrano, com o Senador Augusto Botelho, e dizer assim como constatação da gente para os dois Ministérios, que o que a gente observa é uma grande dificuldade da sociedade em tornar o mundo do trabalho acessível para adolescentes, jovens, adultos, e esse recursos do FAT, mesmo os recursos do “Sistema S” também, que o senhor mencionou, eu às vezes vejo relatórios do “Sistema S” em que eles estão patrocinando mestrado, doutorado, faculdade, e eu penso assim que há um grande desvirtuamento também dos recursos do “Sistema S” em relação ao grande objetivo de qualificação, de preparação desse contingente de pessoas para o mundo do trabalho. Quando penso em mestrado, doutorado, existem órgãos que fazem isso. Não precisa o “Sistema S” fazer uma faculdade, vamos dizer, basta articular com o sistema público e outros, sistema privado, enfim, achar uma solução que não necessariamente seja a retirada daqueles recursos que são para a formação, qualificação, não é, principalmente de uma população que não tem acesso à faculdade e à universidade.

Então esses recursos do FAT, que o que a gente observa e é relacionado à segurança. Lá na grande Curitiba nós temos iniciativas extraordinariamente boas, organizadas pela sociedade, que atendem os

jovens, principalmente adolescentes e jovens vindos de situação econômica pobre e assim cursos de quatrocentas ou quinhentas ou seiscentas horas, porque duzentas horas eles já chegaram à conclusão de que é muito pouco em termos de preparação para o trabalho, e que não recebem absolutamente qualquer recurso público. Isso me preocupou na exposição do Ministério da Justiça, no sentido de dizer como é que nós vamos trabalhar com esta sociedade que já faz um excelente trabalho, que quer trabalhar mais, quer participar mais, e que não recebe absolutamente um centavo?

Eu conheço uma iniciativa que prepara mil e quinhentos jovens por ano, jovens pobres, economicamente pobres, e que não tem nada, não tem nada, não sabe para quem pedir e tudo. Então eu diria assim que dentro desta interface que está se buscando, porque isso é segurança, é claro que é segurança *[soa a campainha],* porque se nós não propiciarmos, não oferecermos para esses jovens o trabalho, quer dizer, a possibilidade dele entrar no mundo do crime é uma possibilidade muito maior. Então como que o Ministério do trabalho vê isto? Quero enaltecer o posicionamento de V. Exª em relação à pessoa com deficiência. Até o Ministro Carlos Lupi, a pessoa com necessidades especiais, é o termo que o senhor utilizou e que está correto, mas também pessoas com deficiência, que é o termo assim que as pessoas utilizam também, quer dizer, deficiente físico, deficiente mental, auditivo, visual, quer dizer, existe o concurso público, reserva de vagas entre 5% e 20%, todas as empresas têm que contratar, o Ministério Público do Trabalho está de olho nisto, o Senhor tem toda razão em termos de empresas terceirizadas, inclusive aqui dentro do Senado, para ver se essa quota está sendo cumprida, porque se tiver mil empregados terceirizados, a quota tem que ser de 5%, quer dizer, de mil, cinqüenta tem que ser pessoas com deficiência e nós não temos essas informações ainda sequer aqui dentro do Senado. Temos que qualificar essas pessoas, quer dizer, para a pessoa entrar no trabalho tem que concluir o ensino fundamental, o ensino médio, ter curso de preparação para o trabalho, até muitos não conseguem trabalho com esse sistema de cotas, porque não concluíram o ensino fundamental, o ensino médio, então a necessidade de trabalhar.

Eu acho que o Ministério do Trabalho, nesse sentido de educação, quer dizer, não formal, quer dizer, não acadêmica, não escolar, porque é formal, mas não acadêmico, não escolar, que tem um grande trabalho a fazer, e eu até diria que a certificação a que o senhor se referiu pode ser do Ministério do Trabalho, eu pessoalmente não vejo problema nenhum. Se for alguma coisa relacionada à escola, a escola está oferecendo, a universidade, a faculdade, é uma questão de educação, mas a formação do jovem, como nessas entidades a que eu me referi, eu acho que pode ser uma certificação em parceria. Nós gostaríamos, inclusive, de aprofundar esse debate numa SubComissão que temos aqui também da Criança, Adolescente e Juventude, ver assim do ponto de vista disto. Então eu só quero assim colocar que esta ênfase para que o FAT, os recursos do FAT são sejam pulverizados em cursos de cem horas, eu até diria nem em cursos de cento e cinqüenta, duzentas horas, ninguém qualifica uma pessoa, eu diria, depende da pessoa também, porque se a pessoa já tem o ensino fundamental, o ensino médio, a faculdade, o debate é diferente, mas cursos pulverizados, de pouca carga horária, a gente gasta um dinheiro que eu acho que não precisaria ser gasto. Tem que ser qualificação, não é, nesse sentido.

E o Ministério da Justiça também eu quero parabenizar porque realmente temos que ter uma proposta em termos de Brasil e a proposta aqui é do PRONASCI também, quer dizer, segurança associada com cidadania é uma proposta assim fundamental, não mais ter os "ous", mas ter os "es", quer dizer, a soma do esforço de todas as pessoas. Por isso que eu coloquei assim que há dúvidas, claro que eu gostaria assim de na medida que o tempo for transcorrendo também, ia me esclarecendo, por exemplo, até desses recursos do PRONASCI, esses quatrocentos e oitenta milhões mencionados são extra-orçamento do Ministério da Justiça. É um orçamento novo no Ministério da Justiça? Porque foi mencionado lá, por exemplo, CAPS - Centros de Atendimento Psicossocial, que já faz um excelente trabalho no Brasil, só que os CAPS não podem estar relacionados, na minha opinião, a um gabinete integrado de segurança, porque o CAPS é uma coisa, não tem nada a ver com segurança, pode até ter com segurança porque têm pessoas com distúrbios de comportamento, distúrbios psíquicos, mentais, que acabam indo para a área da criminalidade e o CAPS precisa atender, mas, em si, o CAPS não tem nada a ver. Ou os CRAS - Centros de Referência e Assistência Social, ou os CREAS, que foram colocados lá, ou a questão de outras iniciativas que já tenham os seus orçamentos. Eu só quero saber se esses quatrocentos e oitenta milhões se somam aos orçamentos ou se nesses quatrocentos e oitenta milhões estão contabilizados aqueles orçamentos desses Ministérios para estas linhas específicas que já têm na verdade o seu orçamento ou se é um orçamento novo?

Me preocupou, talvez haja outros, eu não sei se o PRONASCI é para tudo, porque quando é mencionado o programa, por exemplo, da Polícia Federal nas fronteiras, a valorização do profissional da segurança,

salário, as bolsas, a formação, tudo isto é fundamental, eu diria, mas o que eu não vi assim foi uma ênfase adequada para o combate à criminalidade organizada, que é muito organizada hoje em dia. Então eu não sei se é neste PRONASCI que a gente deveria procurar isto ou se é em outro documento do Ministério da Justiça, porque eu senti uma ênfase bastante grande, preponderante em termos de aspectos sociais, o que é importante. E a outra parte, quer dizer, a outra parte no sentido de combater o crime organizado, se antecipar, o trabalho de inteligência, foi mencionado mestrado, doutorado, especialização, formação, mas eu não percebi assim e o Brasil eu acho que precisa disto. Quando alguém me pergunta: "O problema de segurança tem que ser enfrentado de que maneira"?, eu digo: "Em primeiro lugar com polícia altamente especializada, com polícia boa, por um sistema de inteligência, investimento maciços em tecnologia, em formação, em coleta de dados".

Agora nós temos também que prevenir que as pessoas entrem no mundo do crime, e prevenir que as pessoas entrem no mundo do crime são os programas todos mencionados, com os quais eu concordo inteiramente, inclusive esta articulação com os Ministérios. Se nós temos o preso, o jovem, não é o adolescente, porque aí também precisa ser atendido, mas o jovem e o adulto e existe uma volta ao mundo do crime de 70%, quer dizer, é um sistema falido, quer dizer, falido de se pensar que 70% ... Agora eu visito problemas concretos, eu visito as cadeias públicas, por exemplo, não as prisões, as cadeias públicas no meu Estado, que é o Paraná, vou lá numa cadeia pública onde existe lugar para vinte pessoas e estão oitenta pessoas. Então eles penduram uma rede no teto, uma rede no teto para a pessoa ficar deitada na rede enquanto o outro fica em pé no chão, quer dizer, e lá, com toda a mistura possível, não é, com aquele que cometeu um ato de atentado ao pudor, que seria em princípio até um distúrbio psíquico, um distúrbio mental, com aquele que assassinou a pessoa lá do lado. Então eu fico pensando assim que se não seria o caso da gente pensar assim nesses casos concretos mesmo, como que está a cadeia, como é que está a prisão, quer dizer, coisas assim que possam também ser resolvidas através do plano. Mas, enfim, eu só queria saber se o combate à criminalidade organizada em nosso país está neste plano ou em outro plano, mas quero dizer que, sem dúvida alguma, educação é o ponto fundamental para ser a prevenção para uma série de problemas, entre os quais a criminalidade. Mas quero dizer também, e o próprio João Paulo II, o papa, dizia, que o maior sinal de realização do ser humano na sociedade em que vive é pelo trabalho. O trabalho é o sinal de valorização deste cidadão e eu gostaria de saber como é que essas iniciativas maravilhosas que já existem no Brasil hoje em dia, tanto na área mencionada de segurança como na área do trabalho, como é que ele poderia trabalhar mais junto para evitar duplicação de esforços e utilizar essa riqueza extraordinária que a sociedade pode oferecer. Me dá assim um medo muito grande quando eu penso: "não, o poder público vai fazer, só o poder público". Eu acho que nós estamos nesses últimos anos deixando a sociedade organizada num papel, infelizmente, secundário, quando deveria ter um papel preponderante também. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, com as perguntas, eu não sei se o Senador Cícero quer fazer alguma pergunta, mas eu queria colocar apenas dois pontos. Um aos dois Ministros e um ao Ministro Ronaldo Lessa. Ao Ministro Ronaldo Lessa é o problema do estágio. Está caminhando aqui um projeto que regulamenta os estágios e que é em regime de urgência. A sensação que nós temos, as conversas que temos tido, e que se esse projeto for aprovado desta maneira nós vamos ter prejuízo ao aspecto educacional dos estágios. É possível que tenha um aspecto positivo na proteção laborista dos estagiários, eles vão ser protegidos como empregados, mas vai haver um prejuízo, Ministro, do ponto de vista educacional. Está transformando o estágio em emprego e aí deixa de ser estágio. Eu quero aqui não só ouvir a sua opinião, mas fazer um apelo, que o Governo retire o pedido de urgência para que a gente tenha tempo para discutir isso, senão vamos aprovar um projeto e daqui alguns anos vamos ver que foi prejudicial. O segundo ponto tem a ver um pouco com isso, prejudicial. É que eu ouvi a fala dos dois representantes do Governo e eu não vi aí uma coisa fundamental que o Governo não está fazendo, é dar consciência ao povo brasileiro da importância da educação. Eu estou indo na linha do Senador Geraldo Mesquita quando ele falou que falta consciência, e falta. O povo brasileiro, elite e as massas, o povo brasileiro não põe a educação como valor fundamental. Eu duvido que uma família, Senador Flávio, comprasse uma geladeira numa loja que se parecesse com uma escola. Mas deixa os filhos lá. Eu duvido que comprasse um aparelho eletrodoméstico numa loja do tipo escola pública hoje como elas são, mas deixam os filhos lá, entregam os filhos, porque na opinião da população pobre a escola ainda é um depósito para as crianças comerem e é a merenda que atrai, e das famílias ricas basta educar seus filhos que o Brasil vai bem. Nós temos uma população pobre que considera a educação como um direito específico, exclusivo, privilegiado dos

ricos. A população pobre não vê a educação como um direito para ela. Não dá o valor devido.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente, me permita.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim, Senador.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Se as elites e a massa tivessem a consciência da importância da educação hoje o senhor não estaria aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ainda bem que o meu pai teve, não é, senão eu não estava aqui, o meu pai e a minha mãe, é claro. Mas veja bem: essa consciência que não tem e aí é um apelo aos dois representantes do Governo. Se um Presidente --

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): O Senhor não estaria aí, estaria como Presidente da República *(risos)*.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Entendi, obrigado. Talvez não, porque eu nem seria candidato, aí eu estaria discutindo outros assuntos. Mas veja bem: se a gente tem um Presidente com o carisma que tem o Lula, se ele estivesse esses cinco anos falando de educação para o povo, pedindo que as famílias pobres cobrassem das escolas, ligando para os Governadores que hoje a escola está em greve e perguntando o que precisa, se ele trata-se a escola como trata os aeroportos a gente estava em outra situação. Não, agora, depois da crise, desculpe. Se tratasse as escolas como na hora que tem uma crise, já tem três bilhões para o novo aeroporto de São Paulo, já está se ampliando as pistas, já está se fazendo um trenzinho para a gente ir, que eu vou também, de São Paulo para Campinas, não estava assim. Mas as greves se arrastam por meses e meses e não se muda nada. O Presidente Lula não usou até aqui o seu carisma, a sua liderança, a sua força para por a educação como um valor fundamental. O PAC todos os dias está nos jornais, porque é da economia. É preciso o Ministro do Trabalho vir aqui, de vez em quando o da Educação, para dizer que a educação é importante para alavancar a economia, veja bem, e está tratando a educação como meio e não a educação como um fim, que é o que caracteriza a população brasileira.

Mesmo quem paga uma boa escola para o filho não quer que ele estude, quer que ele depois tenha um bom salário, por isso que quando o filho diz que quer ser filósofo, que quer ser professor, o pai acha que perdeu dinheiro. Não tem ninguém melhor formado do que um filósofo ou um professor, mas os Senhores não querem, querem o salário que a educação dá. Então o Lula não fez isso e fez uma coisa a mais, que eu faço questão de dizer aqui diante de dois representantes. Gerou um efeito anticonsciência quando trocou o nome bolsa-escola por bolsa-família. As famílias pobres, que nunca deram importância à educação no Brasil porque acham que isso é uma coisa dos ricos e porque tinham urgência para resolver o seu problema e a educação demora, então preferem mandar o filho porque precisa ganhar um dinheirinho hoje ao invés de ganhar muito depois, quando ia buscar a bolsa-escola, pelo menos ali ela pensava: "eu recebo esse dinheiro porque o meu filho está na escola". Hoje diz: "eu recebo esse dinheiro porque a minha família é pobre". Tirou a palavra escola não foi da bolsa, foi do imaginário popular. Eu acho que é um efeito devastador que a gente vai ter muita dificuldade para recuperar daqui para frente, porque perdemos cinco anos, que estava caminhando, estava caminhando, estava caminhando a importância da educação em troca da bolsa. A bolsa era para isso, a bolsa era para fazer com que as famílias brigassem pela escola. Eu vi aqui em Brasília mães paradas que ficavam aguando as árvores da escola para não deixar o filho sair, ficavam ali fiscalizando o filho, porque se saísse não recebiam o dinheiro no final do mês. Perdeu-se isso.

Essa consciência eu gostaria de deixar aqui como um apelo aos que estão dentro do Governo mesmo. Ponha esse Governo para funcionar dando consciência à população aos pobres de que a escola é um direito e um caminho para elas e aos ricos que sem escola o Brasil não vai para a frente. Este discurso a gente não vê, Ministro, este discurso a gente não vê Dr. Ronaldo. A gente precisa dele. Então fica aqui essa manifestação, esses dois pedidos, um pedido que tire a urgência da votação do projeto de estágios, Projeto de Lei, porque vamos ter um retrocesso educacional, ainda que reconheço que talvez um avanço na proteção trabalhista desses jovens. Mas, mais uma vez, o lado trabalhista, o lado econômico está na frente do lado educacional. E outro é tentar a consciência, porque eu achei muito boa a apresentação, sinceramente, eu achei muito boa, mas falta esse lado de dizer "a educação é o caminho", porque não pode ser, eu gostei muito do começo, não pode ser "ou", escola ou polícia, mas tem que ter uma prioridade, e a polícia controla hoje a violência melhor do que uma escola, mas só a escola constrói a paz melhor do que a polícia. Se quer apenas e para sempre a segurança, aí é só a polícia. Agora se quer, além da segurança, a paz, aí tem que ser a escola e aí tem que ter uma prioridade. Eu estou de acordo que não é "ou", é "e", mas esse "e" tem que ter uma prioridade, é isto, isto e isto, mas qual é o prioritário, qual é o que muda, qual é o

que transforma? Não é a polícia. A polícia não transforma, a polícia congela a situação atual, o que seria muito bom evitando a violência. Dá segurança, não dá paz. A paz só vem de uma revolução cultural, que só vem de uma revolução educacional, mas eu passo a palavra, inicialmente, ao Ministro Ronaldo Lessa, Governador, para responder as perguntas que tivemos, e agradeço a presença do nosso Senador de sempre, Chiquinho Escórcio.

DR. RONALDO LESSA: Eu saúdo também o Senador Chiquinho e Lucena, que chegaram posteriormente, e vamos tentar responder aqui aos pontos que foram levantados. Eu vou começar pelo que o Presidente, o Senador Cristovam, colocou quanto à questão da tramitação do projeto que regulamenta a questão dos estágios, que está em tramitação na Casa. Veja bem: essa preocupação que o Presidente traz eu vou levar ao Ministério, não é, para ver se nós convencemos a nossa equipe técnica a esse outro aspecto que é o prejuízo que a tramitação no regime que está sendo proposto pode trazer aos jovens. Agora eu não tenho condições de avaliar também o equilíbrio do prejuízo do que pode ocorrer no aspecto laboral disso. Então eu peço ao Senador Cristovam que pudéssemos fazer o seguinte, qual é a minha proposta? É trazer aqui, eu me comprometo a trazer a equipe do Ministério do Trabalho aqui ao Senado, de tal sorte que pudéssemos chegar vamos dizer assim a adiar, ou seja, não ter a pressa devida, mas também saber qual é a contrapartida, que tempo poderia ser o necessário aqui no Senado para que as questões, para que fossem vamos dizer assim o prudente no sentido do tempo a fazer aqui, quer dizer, eu me proponho, está aqui a equipe parlamentar, que hoje conheci algumas pessoas, que eu não conhecia, que atuam, é do Ministério, mas atuam aqui, então nós poderíamos, o Senado, através da interlocução inclusive ser exatamente da Comissão de Educação, não é, e a nossa equipe técnica para a gente chegar a ponto comum, quer dizer, não interessa também encontrar uma solução em prejuízo, porque também deixa de ser estágio. Se passar a ser emprego não é estágio e é o que a gente não quer, da mesma maneira que a gente não quer que haja fraude, não queremos também o contrário. Então serve então a gente dar seqüência a esse entendimento --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O prazo seria simples para a gente fazer uma audiência e debater isso aqui nessa mesa, trazendo pessoas da educação, pessoas que fazem estágios nesse país, e se a gente demorasse mais de um mês, aí pede a urgência.

DR. RONALDO LESSA: Não, está certo, eu tenho certeza que--

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): --Até peço um aparte porque a preocupação da gente, Dr. Lessa, e Presidente, e que com o regime de urgência este Projeto de Lei vai entrar na pauta da Comissão de Educação na semana que vem para ser votado, e com todo um conjunto de preocupações da Presidência, dos Senadores e Senadoras, do CEE, dizendo assim que vai haver um retrocesso extraordinário em termos de estágio, que é uma ferramenta importante, como foi dito antes até pelo Ministério da Justiça, não é, para prevenir-se assim problemas que possam surgir com os jovens. Então é simplesmente retirar o regime de urgência para que essa lei possa ser objeto de uma Audiência Pública, de um debate, para que possamos chegar a uma conversa, a um entendimento melhor para um melhor resultado.

DR. RONALDO LESSA: Eu comprometo-me em falar com o Ministro[ininteligível], comprometo-me. O segundo ponto que foi mais um consenso, desde a Senadora Marisa, o Senador Augusto, o Flávio, todo mundo falou que era o melhor aproveitamento dos recursos do FAT, e não teria outra origem mais importante que não a do FAT, que é o Fundo de Amparo ao Trabalhador, para efetivamente se aplicar dessa forma. Veja bem, mas o Ministro Lupi, Presidente, está decidido a isso e ele enxerga dessa forma. Veja bem, nesse ano de 2007, está aqui um monte de respostas que a assessoria competentíssima do Ministério me mostrou e eu podia fazer uma exposição de tudo que se foi feito até hoje, mas eu quero olhar para a frente. Está aqui. Hoje já 50% dos jovens qualificados, já são recursos de FAT, é um dado que ela colocou, e outras coisas mais. Porém, eu quero ficar absolutamente, totalmente de acordo com os Senhores e Senhoras. Por quê? 2007, por exemplo, são noventa e cinco milhões destinados, mas o que é que o FAT aprovou e o que é que a gente está lutando e que eu quero apoio desta Casa junto ao Ministro Mantega, junto ao Ministro Paulo Bernardo, junto ao Governo, é que a gente passe para novecentos e noventa e oito milhões.

Nós estamos propondo dez vezes esse valor nos recurso do FAT, não do Tesouro Nacional, porque entendemos efetivamente que é a melhor forma de aplicar, e essa aplicação atende a questão da justiça, atende o plano de segurança, quer dizer, responde àquilo que eu falei, é uma questão de Estado, não é uma questão exclusivamente de qualificação, e é a qualificação, eu acho que vocês ouviram, desde abril que o Ministro Carlos Lupi tem enfatizado, a qualificação, a necessidade de qualificação é a nossa educação. Veja bem: a qualificação quando o MTE repete, coloca, claro que o Ministro está comemorando o recorde de carteira assinada, mas ele sabe que isso é fruto de uma política

que vem há algum tempo, ele tem consciência de que não foi de abril para cá, que com a sua equipe que isso gerou. É um processo que vem vindo das equipes de Governo que têm passado por lá, mas a qualificação e a ênfase disso, quer dizer, o PAC só vem nos ajudar na nossa tese de que a qualificação, e eu falei isso, com ou sem Plano de Aceleração do Crescimento, porque este plano coloca alguns aspectos vamos dizer assim no emergencial, mas a gente não pode esquecer de deixar de ver as questões estratégicas de longo prazo, que a gente quer nesse país é para sempre, não é para resolver um problema de cinco ou dez anos ou de uma retomada de crescimento que nós desejamos.

Portanto, pedimos todo o apoio do Senado às inteligências de todos os partidos, dos Srs. Senadores e Senadoras *[soa a campainha]* para nos ajudar. Nós estamos lutando para efetivamente que os recursos do FAT ... claro que tem, está indo boa parte para o BNDES, está para financiamento de médias empresas, de microempresas, do desequilíbrio que houve cambial, houve pedido do FAT para ajudar, o PRONAFI, que é fundamental também essas famílias da agricultura serem apoiadas, e está sendo, mas essa é uma questão que nós nos somamos a nesse aspecto, estamos tentando, e que em 2008, a gente, no mínimo, coloque dez vezes mais. Também tem que ter um limite para poder ir sendo um processo, porque se não você também não está preparado para gastar esse dinheiro, você não tem às vezes as interlocutoras, quer dizer, aquelas entidades que irão efetivamente, com a qualidade que foi colocada aqui pelo Senador, não adianta fazer curso de duzentas horas, nem fazer curso de alfaiate se o mercado está precisando de outra coisa, quer dizer, é preciso que a gente também não desperdice dinheiro, possa efetivamente preparar para aquilo que a demanda do mercado necessita. Evidentemente, respondendo nesse aspecto, e acho que isso contribuiu no aspecto geral que o Senhor colocou que é da questão da educação, a educação como fonte transformadora, e eu terminar como eu comecei: no dia que a gente introduzir filosofia como matéria obrigatória igual matemática e a língua pátria, a gente vai procurar um sentido da vida que é da felicidade. Aí muda, porque quando nós nos situarmos, a gente responde a uma série de questões que foram aqui colocadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes de passar a palavra ao Dr. Ronaldo, eu quero dizer ao Governador que a gente só vai conseguir realmente colocar filosofia em todas as escolas quando a educação for federalizada. Enquanto deixar nas mãos dos Municípios, nas mãos do Governador, uns vão, outros não. Uns têm, outros não têm dinheiro. Ontem eu fui aqui em Águas Lindas aqui, na nossa cidade vizinha, os professores estão pedindo um aumento de 4%. Deveria ser de 400%, mas o Prefeito, talvez, não posso dar nem 4%. E aí você travessa a rua, Senador Botelho, de Águas Lindas para cá, que na verdade não é tão fronteira assim, mas Nova Gama, tem uma rua em Novo Gama, Senador Cícero, que de um lado é Goiás e do outro lado é Brasília. Do lado de lá o salário é quatrocentos, quinhentos reais, e do lado de cá a média é quase quatro mil reais, aqui, incluindo os aposentados, claro, porque aqui quem paga é o Governo Federal. Eu não sei se quem já foi Governador, Prefeito, sabe, que aqui quem paga é o Governo Federal o salário dos professores. Saúde e segurança também. Então eu sou a favor que continue sendo assim, mas que seja no Brasil inteiro, não tem porque de um lado da rua ser um salário e do outro lado da rua ser dez vezes o salário, e não dá para dizer que o Governo de Goiás tem condições, a Senadora Marisa saiu daqui agora, tem condições de pagar muito mais, e não tem de pagar o que se paga aqui. Nem o Governo Federal tem de pagar o que paga aqui de repente, e nem tem como pagar também esse salário para professores que não tiverem qualificação. Por isso tem que ser um processo, Senador Flávio, de ir aumentando o salário e ir aumentando a qualificação, mas eu não acredito em saída mantendo a municipalização da educação de base. Ninguém falou, retomando o aeroporto, ninguém disse ao Prefeito de São Paulo "vire-se com Congonhas". Ninguém disse isso. Ninguém. Isso é um problema do Governo do Estado, do mais rico Estado do Brasil, e foi preciso a União entrar nisso e se comprometer em financiar um novo aeroporto, mas as escolas lá ficam todas nas mãos do Governo e do Prefeito. Dr. Ronaldo com a palavra.

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Obrigado, Senador. Vou responder bem pontualmente o que me foi indagado. A Senadora já saiu, mas é importante distinguir que o curso Promotor Legal Juvenil, por exemplo, que é um curso de direitos para o qual vai ser destinado o jovem identificado lá na área conflagrada, ele terá uma certificação nossa do Ministério da Justiça, mas a certificação que poderá eventualmente, caso seja um apenado, remir a sua pena, será uma certificação de um dos cursos do Ministério da Educação, mas isso talvez a assessoria da Ministra ainda esteja aqui. Senador Botelho, eu pedi a cópia da nossa apresentação.

O ponto de interrogação que aparece naquela breve introdução com a música, onde diz "enfrentamento à corrupção", é um ponto de interrogação dentro de uma mala. Portanto, é um símbolo do combate, não há nenhuma dúvida a esse respeito, haja vista, inclusive, a participação da própria Polícia Federal na

organização do nosso plano, mas é importante referir, e é igualmente importante a sua referência sobre o curso de tecnólogo em Roraima, por exemplo. Esse curso estará integrado. Como eu disse anteriormente nós não iremos formular um novo, chegaremos com esse que já lá assiste e aportaremos recursos. O ineditismo do PRONASCI é a articulação, não é a formulação de nenhum projeto novo, absolutamente genial. Também é importante dizer que apesar de não ter sido citada a região metropolitana de Roraima, lá do Estado, são apenas regiões indicadas essas onze. Nós poderemos, não é, acessar o PRONASCI em outras regiões se assim houver o entendimento dos Municípios ou do Governador ou da Governadora, não é, compatibilizando, é claro, recursos, e acreditamos muito sim no SUSP. O senhor fez a analogia com o SUS e eu acho fundamental pensar assim nesse procedimento comum de todos os Estados. Nós nos ressentimos, logo na chegada ao Ministério da Justiça, o Ministro Tarso chamando a Secretaria Nacional de Segurança e identificando, não digo a inexistência, mas a limitação dos dados que nos são oferecidos no que diz respeito aos índices de criminalidade. São parcos. E, por isso, instituímos também o INFOSEG, que é um sistema de informações, que vai interagindo Estado a Estado para que tenhamos mais informação. Onde não houver informação há crise, e isso, genericamente, considerando. Em relação ao Senador Flávio, com o qual estive inúmeras vezes sobre a questão das APAEs, quando lá estava no Ministério da Educação, eu quero dizer, primeiro em Curitiba, na sexta-feira, dia 17, nós teremos uma oficina do PRONASCI.

Estou lhe convidando aqui formalmente em nome do Ministro, uma vez que os Prefeitos da região metropolitana lá estarão e outras tantas dúvidas serão dirimidas. Naturalmente um espaço de trinta minutos para um programa nacional dessa envergadura impede todos os esclarecimentos, mas quero também lhe dizer que os quatrocentos e oitenta e três milhões estão no atual orçamento de 2007, mas estavam contingenciados. O Presidente autorizou o descontingenciamento para iniciarmos, ainda em 2007, a implantação do PRONASCI. Os demais recursos, seiscentos milhões/ano, em cinco anos, portanto, totalizando três bilhões, para o bolsa-formação, são alheios, são independentes ao orçamento do Ministério, além de outros oitocentos e seis milhões para os programas do PRONASCI, também alheios. Portanto, nos próximos quatro anos, um bilhão e quatrocentos e seis milhões, independentes do que já são necessários para todos as Secretarias e para o funcionamento do Ministério da Justiça. E uma outra dúvida sua muito pertinente. O CAPS, CRAS, CREAS, a interface se dá com autonomia. Nós iremos indicar os onze territórios e o Ministério da Saúde, por exemplo, ou a MDS, vão lá e instalam os centros com o aporte de recurso do PRONASCI. Então a gente destina um valor reivindicado para que tenhamos lá um CAPS, um CREAS. Então é absolutamente independente do orçamento que o MDS já tenha para outros tantos centros que ele irá desenvolver no país. É autônomo, é independente, nós apenas estimulamos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, eu queria uma explicação do Dr. Ronaldo Teixeira a respeito dos territórios. Ele fala indicarmos o território. Esse território é só de um Estado, abrange dois Estados, eu quero saber --

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Não, não, são onze regiões metropolitanas, ali a gente passa também um tanto rápido, mas são as onze regiões metropolitanas com os mais autos índices de homicídios, por isso que eu faço --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: O território a que me refiro são as regiões metropolitanas, aqui funciona como sinônimo.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Me permite só um aparte?

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Sim, senhor.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não querendo também atrapalhar a linha de raciocínio. Em primeiro lugar ficou bastante clara a situação dos recursos, que são recursos necessários e importantes. Quero também destacar que até não dei a ênfase devida antes em termos de um Sistema Único de Segurança Pública, eu acho que isto é uma coisa que o Brasil precisa, quer dizer, precisa, como tem o SUS, o SUAS na Assistência Social agora e o SUSP, que seria o Sistema Único de Segurança, para ter uma metodologia. Agora eu só faria uma observação em relação ao que acabou de ser mencionado dos CAPS e dos CRAS, que os CAPS já tem. Talvez o que pudesse ser feito é deixar esse recurso para a segurança e os CAPS estabelecerem assim critérios também de atendimento e de prioridade ou os CRAS. Os CRAS já tem assim critérios bem definidos, eu diria, em situações de pobreza, de vulnerabilidade, e os Prefeitos precisam ser conscientizados. Eu acho que, eu não sei, eu tenho um pouco de receio assim que haja recursos para CAPS, pelo que eu entendi, pelo menos no Ministério da Justiça, e no Ministério da Saúde. Não foi isso?

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Deixa eu lhe esclarecer.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não.

DR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: O Centro de Atendimento Psicossocial. Naturalmente nós teremos jovens que, independente dos cursos que promovermos, que terão de ser atendidos, naturalmente, não é? Então eles serão atendidos pelo CAPS onde houver. Onde não houver CAPS nós iremos aportar recursos e pedir que *[soa a campainha]* o Ministério da Saúde assim o faça. Vai continuar o CAPS como está, não tem nenhuma incidência do Ministério da Justiça dentro da Secretaria de Segurança, apenas aporte de recursos para termos naquele território onde não há um CAPS, tão somente. Bom, para encerrar então essa minha intervenção, dizer também, Senador, que estamos enfrentando sim o crime organizado. Tem o nosso PRONASCI o Plano Nacional de Enfrentamento do tráfico de pessoas, tem a lei que tipifica o crime organizado, os laboratórios de lavagem de dinheiro, primeiramente nesses onze territórios, o controle de fronteiras pela Polícia Federal e Rodoviária Federal, a autonomia e independência das ouvidorias que estão absolutamente em crise, inclusive nos Estados, o fortalecimento das Corregedorias com recursos, com infra-estrutura, com inteligência, para combater o crime organizado.

E, por derradeiro, Senador Cristovam, eu tomo a liberdade, que como eu sou professor e a minha trajetória é na área de educação e estive ao lado do Ministro Tarso lá no MEC, é importante referir que essa tomada de consciência é fundamental, eu acho que o Senhor dignifica essa luta pela educação, dignifica a história do PDT, não é, que vem, podemos citar, nem só o nosso grande Leonel Brizola lá, o nosso conterrâneo, mas o próprio Alberto Pasqualini, sem deixar de passar pelo Darcy Ribeiro, mas nomes do trabalhismo que foram decisivos para criarmos uma primeira consciência no que diz respeito à educação nacional. Mas quando lá estivemos no Ministério, não posso deixar aqui de referir, que o FUNDEB foi uma conquista. É um aumento de receita vinculada constitucional. Não foi ainda aquilo que nós queremos do comprometimento do PIB? Ainda não foi, mas eu acho que é um novo avanço que alcançamos aí, incluindo a expansão da universidade pública federal, com dez universidades novas entre transformações e efetivamente novas, mais de cinqüenta escolas técnicas e, inclusive, com um plano de carreira que nos custou, custou aos cofres do MEC dois bilhões nos quatro primeiros anos no Governo Lula, para instituir um plano de carreira nos técnicos administrativos das universidades, o que não havia. Anteriormente era um esforço e uma luta da categoria por longos dezenove anos. E agora, o Ministro Fernando Haddad, vem nos apresentando o PDE, que é uma preocupação central com a educação básica. Tudo isso que lhe disse, seguramente é insuficiente, não é, por isso que o senhor seguir com essa bandeira é importante para o país, é decisivo para o Governo e, seguramente, coloca sim a educação no centro de um projeto verdadeiramente nacional. Obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado também.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um minuto. Eu só quero dizer que eu concordo que, primeiro, do ponto de vista do ensino superior esse o Governo tem feito um esforço. No ponto de educação básica muito pequenininho. Agora eu quero dizer o seguinte: é por isso que toda vez que me pedem a opinião sobre o Governo Lula eu digo: "comparado com todos os presidentes anteriores é, se não o melhor, um dos melhores; agora comparado com o que eu esperava dele é que ele está muito ruim". Eu esperava muito mais, ou seja, o FUNDEB, por exemplo, que é a continuação do FUNDEF, claro que é positivo, mas é muito menos, e eu não vou pelos recursos não, os 10% do PIB, isso eu não luto, porque eu acho que a gente tem que mudar essa ênfase de que educação é boa se tem muito dinheiro. Pode ter muito dinheiro e não ser boa. Nós criamos um erro, nesse país, pois tudo no nosso país sai bem e se desvia. A Lei Calmon, que é uma maravilha, hoje eu acho que ela é um peso, porque o Prefeito é medido se ele é bom se ele gasta muito, não se ele faz muito. Eu quero é um Prefeito que seja capaz de mudar as coisas gastando pouco e não o que gasta muito fazendo pouco, como é hoje, mas eu não deixo de reconhecer que tudo isso é um avanço, como o Fernando Henrique também fez avanços, mas muito tímidos na educação de base, muito tímidos. Não foi nada que se diga houve uma mudança.

Eu costumo dizer que o Lula, eu espero que deve ser porque eu tenho ele em muita conta, como também tive o Fernando Henrique, mas eu esperava que o Lula fosse como Mandella. Ninguém pergunta se Mandella foi melhor ou pior do que o Presidente de antes. Você já viu alguém perguntar se o Mandella foi melhor do que os brancos de antes? Ninguém pergunta. Ele foi outro. Ele foi diferente. Eu acho que o caminho para o Lula ser diferente seria o da educação. Na economia não. Na economia, quando eu estava no PT e o PT brigava com a política econômica do Fernando Henrique, eu dizia: "eu não tenho outra para por no lugar - sempre disse isso -, eu não gosto, mas não tem outra, é a única que nesse momento segura as coisas nessa crise de volabilidade e de dificuldades que todos os países passam". O único espaço da revolução,

não seria a saúde também, não tem como. O único espaço da revolução hoje é a educação e daria para ter começado e, concluindo, uma coisa: hoje o Lula já poderia dizer que o nível de alfabetização, o índice estaria em 3%, se tivesse mantido a radicalização da meta de erradicação do analfabetismo ao invés de apenas um programa de alfabetização, como tem e não é ruim, comparado com os de antes, o Mobral, não é ruim, mas comparado com o objetivo de erradicar, é ruim. Eu temo que apesar de tudo isso, do Brasil alfabetizado nos seus moldes atuais, a gente vai ter surpresas negativas com o número de analfabetos. Eu temo. Eu temo porque, primeiro, a torneirinha continua aberta, você alfabetiza e continuam chegando novos contingentes. E segundo porque se não for de uma forma muito radical, mesmo os jovens hoje não estão sabendo ler. Eu temo, eu não estou dizendo que vai acontecer, eu já alertava com relação ao trabalho infantil e de fato as estatísticas mostraram que houve um aumento no trabalho infantil. Eu temo que haja um aumento no número de analfabetismo por conta do aumento da população e da torneirinha continuar aberta. O Exame Brasil é ótimo, é ótimo, eu acho uma grande coisa, mas não basta. É como um termômetro. O termômetro diz a febre, mas o termômetro não cura ninguém. Esses exames são termômetros. Agora sem termômetro o médico também não sabe o que passar. Bem, o Senador Flávio tinha pedido a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu só queria assim aproveitar a presença do Dr. Ronaldo e, com esta preocupação em termos de segurança com cidadania, destacar que a Polícia Federal vem fazendo um trabalho que eu consideraria, e como a sociedade considera também, de alto valor, de importância no combate à criminalidade de uma maneira geral, mas particularmente naquilo que se refere ao crime organizado, com trabalho em portos, aeroportos, fronteiras, assim na área empresarial, na área política, enfim, e a gente sabe que a Polícia Federal se ressente de quadros também, seja em número ou em tecnologia. Eu até diria que fazem milagres com os poucos recursos humanos e materiais à disposição, e um dos pleitos da Polícia Federal é no sentido de aproveitamento das pessoas aprovadas em concurso público além das vagas ofertadas. Nesse último concurso, pelo menos eu fui procurado por pessoas, profissionais da Polícia Federal, e os outros Senadores certamente o foram, e já na época do Ministro Márcio Thomaz Bastos, e depois com a assunção ao cargo do Ministro Tarso Genro, então eu gostaria de saber se existe algum estudo no Ministério da Justiça em relação a essa possibilidade, quer dizer, nós estamos falando de pessoas que fizeram concurso, que foram aprovados, há um número de vagas previsto em concurso, que está sendo preenchido, mas a necessidade, nós já discutimos isso nas Comissões aqui também, várias vezes, a necessidade é muito maior, particularmente nesse sentido de evitar que a droga, que o armamento, que tanta coisa chegue ao centro urbano, e essa é uma tarefa da Polícia Federal. Então só para saber como que está, se o assunto está sendo discutido e, se não está sendo discutido, se poderia vir a ser discutido?

SR. RONALDO TEIXEIRA DA SILVA: Rapidamente e coincidentemente hoje à tarde eu recebo em nome do Ministro o Presidente da ADPF, dos Delegados de Polícia Federal, com o grupo que é chamado de excedentes, eles autodenominam excedentes, e para aprofundarmos um debate que já transitou pelo Ministério nos últimos trinta dias, da possibilidade de tê-los acolhidos, uma vez que foram concursados. Por dentro do PRONASCI há uma reivindicação também ainda de um aumento de efetivo, três mil efetivo administrativo e dois mil policiais. Isso ainda não está deliberado, não será lançado como programa, mas há um debate igualmente muito importante porque o plano especial de cargos dos administrativos está sendo revisto, tem um grupo de trabalho hoje atuando com o Ministério do Planejamento, e até 31 de agosto tem de deliberar sobre a reestruturação das carreiras dos administrativos. Junto a esta reestruturação virá a deliberação necessária sobre o aumento determinado de efetivos administrativos. Mas estamos sim não só preocupados, é claro, mas também suscitados pelas categorias para resolvermos esta questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu, antes de dar encerrada a sessão, eu quero pedir aos Senadores que ficaram que amanhã nós temos uma sessão para discutir a pauta, temos seis projetos terminativos e mais nove não terminativos, incluindo requerimento, e eu gostaria muito de contar com a presença de todos. Está encerrada a sessão, enquanto eu agradeço às duas excelentes exposições que nós tivemos, o Dr. Ronaldo Teixeira da Silva e do Governador Ronaldo Lessa.

Sessão encerrada às 12h37.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE AGOSTO DE 2007.

Às onze horas e quarenta e dois minutos do dia quinze de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam

Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide, Paulo Paim, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Geraldo Mesquita Júnior, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Neuto De Conto, Romeu Tuma, e Cícero Lucena, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini e Marconi Perillo. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2006,** de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide que, "Institui o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação e dá outras providências". O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e parecer é favorável. É concedida vista ao Senador Sérgio Zambiasi, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino que, "Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/PASEP e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos". O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer é favorável, com a emenda oferecida. O projeto é retirado de pauta atendendo a solicitação do relator. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 083, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp que, "Fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares". O relator designado é o Senador Wellington Salgado e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista a Senadora Ideli Salvatti, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 04: Substitutivo (Turno Suplementar),** de autoria do Senador Wilson Matos ao **Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade". O Substitutivo, submetido a turno suplementar, é dado como definitivamente adotado pela Comissão, segundo o que preceitua o caput do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 075, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Eduardo Gomes que, "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no tocante ao ensino da arte. (Determina a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da Educação Básica)". O relator designado, ad hoc, é o Senador Raimundo Colombo e o parecer é pela rejeição. É concedida vista a Senadora Marisa Serrano, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 13: Requerimento nº 031 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes que, "Nos termos do inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, a fim de obter subsídios para instruir os Senhores Senadores a respeito da exigência de aprovação em exame de proficiência como requisito para o exercício da Medicina e da Odontologia, matéria dos Projetos de Lei do Senado nºs 217, de 2004, e 102, de 2006, de autoria do Senador Tião Viana e da Senadora Serys Slhessarenko, respectivamente. solicita-se a participação das seguintes autoridades: 1) Representante do Conselho Federal de Odontologia; 2) Representante do Conselho Federal de Medicina; 3) Representante do Ministério da Educação; 4) Representante da Associação Médica Brasileira". O requerimento é aprovado. **Item 14: Requerimento nº 032 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senhores Senadores Renato Casagrande e Senador Flexa Ribeiro que, requer "... nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite ao Excelentíssimo Senhor **Orlando Silva De Jesus Júnior,** Ministro de Estado do Esporte, para comparecer perante esta Comissão de Educação (CE), a fim de prestar informações sobre os jogos PAN-Americanos realizados recentemente na cidade do Rio de Janeiro - RJ". O requerimento é aprovado. **Item 15: Requerimento nº 033 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti e Senador Flexa Ribeiro que, "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, II, V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, II e V, e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Sr. Ministro dos Esportes, para que faça um balanço da realização dos jogos Pan-Americanos, recentemente acontecidos na cidade do Rio de Janeiro, bem como prestar homenagem aos atletas brasileiros que participaram desse evento". Neste momento o Senhor Presidente, pede a

palavra e registra o recebimento do ofício do Ministro dos Esportes (ver item 16) solicitando a Comissão que receba em Audiência Pública, quatro (04) dirigentes do referido órgão para prestarem informações sobre os jogos Pan-Americanos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, sugere que todos os requerimentos, que estão tratando do assunto, tramitem em conjunto e apresenta aditamento (item 04 da Pauta) aos Requerimentos citados. O requerimento é aprovado. **Item 16: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** Leitura do Of. nº 2557/07/GM/ME - do Ministério do Esporte, solicitando a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, com o Senhor Ministro do Esporte, Ministro Orlando Silva; o Secretário-Executivo, Senhor Wadson Ribeiro; o Secretário de Esporte de Alto Rendimento, Senhor Djan Madruga e o Secretário Especial do PAN, Senhor Ricardo Leyser. **Comunicado 02:** Comunico aos Senhores Senadores, que a secretaria desta Comissão realizou, desde dezembro de 2005 até a presente data, um trabalho de inclusão de 4919 pareceres, no site do senado, no *link* referente à Comissão de Educação. Registra-se que esta Comissão solicita o encaminhamento de todos os pareceres por meio magnético, desde o ano de 2002. A partir de hoje, todos os pareceres recebidos e deliberados por essa Comissão, inclusive os textos finais dos Projetos, estarão acessíveis no seguinte endereço: www.senado.gov.br - atividade legislativa / Comissões / Permanentes / Comissão de Educação / Pareceres. Neste momento, os Senhores Senadores Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Raimundo Colombo e Flexa Ribeiro requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de aditamento a requerimentos e requerimentos, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 034 – CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Paulo Paim, Flávio Arns e Cristovam Buarque que, requer "... nos termos regimentais, que esta Comissão solicite ao Ministro do Trabalho e Emprego e ao Ministro da Educação a retirada de Urgência Constitucional do Projeto de Lei da Câmara n.º 044, de 2007, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado n.º 473 de 2003. Tal iniciativa se deve ao fato desta Casa estar recebendo solicitações de diversos setores afetados pela proposição, requisitando um tempo maior para aprofundamento dos debates e melhor análise do Projeto. O Requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 036 - CE, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena e outros Senhores Senadores que, requer "... nos termos regimentais, que o tempo destinado aos oradores no período do expediente em sessão a ser definida posteriormente, seja destinado a homenagear os Atletas Brasileiros que participaram dos jogos Pan-Americanos 2007". O requerimento é aprovado na Comissão e encaminhado a Mesa do Senado Federal, uma vez que a realização da sessão proposta é de competência do Plenário do Senado Federal. **Extra-Pauta, Item 03: Aditamento nº 001 ao Requerimento nº 033 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cícero Lucena que, requer "... nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 033, de 2007 – CE, aprovado na sessão de 15 de agosto, para que seja feita uma homenagem aos atletas brasileiros que participaram do Pan-Americano 2007, no Plenário da Comissão". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 04: Aditamento nº 001 ao Requerimento nº 032 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Atendendo ao ofício nº 2557/2007/GM/ME, do Ministério do Esporte, requeiro, nos termos regimentais, Aditamento ao Requerimento nº 032, de 2007 – CE, aprovado na sessão de 15 de agosto, para que sejam incluídos na Audiência Pública a ser realizada, o Secretário-Executivo do Ministério do Esporte, Senhor Wadson Ribeiro; o Secretário de Esporte de Alto Rendimento, Senhor Djan Madruga; o Secretário Especial do Pan, Senhor Ricardo Leyser; e o Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Senhor Carlos Nuzman". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 05: Extra-Pauta, Requerimento nº 035 – CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, requer "... nos termos do artigo 90, incisos II e V, e artigo 93, inciso II do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação, para discutir as Causas da Violência nas Escolas Brasileiras bem como as Agressões, Intimidações, Humilhações a Professores e Ofensas entre Estudantes. Deverão ser convidadas a debater e exporem seus pontos de vista as professoras: Myriam Abramovay - Secretária Executiva do Observatório Ibero-Americano de Violências nas Escolas, e quem mais esta Comissão indicar. Sandra Maria Coli Ferrer Pereira – Sócia Proprietária dos Ciclos – Centro Integrado de Desenvolvimento Humano. Sônia Maria Ferreira Koehler – Coordenadora do Curso de Pedagogia e Pesquisadora do Observatório de Violência, no Centro Universitário Salesiano de São Paulo". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 06: Aditamento nº 001 ao requerimento nº 025 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que, requer "... nos termos regimentais e constitucionais, que seja Aditado ao Requerimento de nº 025, aprovado na CE, o nome do Senhor Paulo Boccato, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema". **Extra-Pauta, Item 07: Reque-**

rimento nº 037 – CE, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que requer "....nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com os arts. 90, incisos II e V e 93, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de mais uma Audiência Pública (4º), no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, uma vez que os Requerimentos nº 25 – CE de 2007 e nº 07 SCTMC deram ensejo às três Audiências anteriores, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2007, que 'dispõe sobre a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico e dá outras providencias'. A presente proposição se justifica uma vez que esta Comissão vem recebendo diversas solicitações dos setores afetados pelo Projeto, ansiando por participar das discussões, com o objetivo de aprimorar o texto da matéria". Fica adiada por falta de quórum a seguinte matéria: **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2007.** Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006, Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 099, de 2007**, **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2006, Item 09: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2006, Item 10: Projeto de Lei da Câmara nº 028, de 2007, e Item 12: Requerimento.** O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e trinta e cinco minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nós temos hoje uma extensa pauta com seis itens terminativos para os quais não há quorum ainda. Diversos itens não terminativos para os quais não chegaram ainda relatores ou autores, relator ou autor, e alguns que permitem a gente ter um relator *ad-hoc*. Eu vou pedir ao Senador Colombo que seja relator *ad-hoc* do item 11, que é um projeto de autoria do Deputado Eduardo Gomes e cuja relatoria é do Senador Demostenes Torres. O parecer é pela rejeição e o Projeto de Lei da Câmara 075/2006, que o Deputado Eduardo Gomes é o autor, altera a lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional no tocante ao ensino da arte, determinando a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da educação de base. Eu passo a palavra ao Senador Colombo, em substituição ao Senador Demóstenes.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente Cristovam, Srs. Senadores, Sras. Senadoras. A análise ao texto atualmente em vigor do referido § 2º, do art. 26, da Lei de Diretrizes e Bases, apresenta o seguinte teor: "o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos". Note-se que a alteração proposta pelo Projeto de Lei apenas inclui, no texto original, a expressão "e da cultura", especialmente em suas expressões regionais. Ocorre, contudo, que essa determinação já está contemplada no *caput,* do mesmo artigo, art. 26, que estatui que a base comum dos currículos dos ensinos fundamental e médio deverá ser complementada por uma parte diversificada exigida pelas características regionais em locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Além disso, é importante salientar, que o termo cultura, serve para designar uma gama muito abrangente de fenômenos. Cultura, por exemplo, pode ser entendida num sentido figurado como cabedal de conhecimentos, a ilustração, o saber de uma pessoa ou grupo social ou num sentido antropológico como conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes, etc, que distingue um grupo social.

Podemos também entender cultura como civilização, como forma ou etapa evolutiva das tradições, valores intelectuais e morais, de um lugar ou período específico, ou, ainda, como o complexo de atividades, instituições, padrões sociais ligadas à criação e difusão de belas artes, ciências humanas e afins. Por essas características não faz sentido incluir cultura como disciplina de um currículo. Ela, na verdade, deve ser conhecida e entendida por meio do estudo das diver-

sas disciplinas curriculares, como Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências Naturais, Artes e etc. Somente por meio dessa abordagem, transversal e multidisciplinar, o aluno poderá compreender a complexidade da cultura em toda a sua abrangência e especificidade. Desta forma, a alteração proposta pelo Projeto de Lei em epigrafo, além de desnecessária do ponto de vista da lei, apresenta-se inadequado do ponto de vista pedagógico e educacional. Voto. Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei da Câmara nº 75/2006, PL nº 5.434/2005, na Casa de origem. Sala de Comissões, Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Consulto aos Srs. Senadores e Senadoras se algum quer fazer algum comentário sobre o assunto. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, eu queria fazer uma solicitação. Se o Relator *ad-hoc* me permite eu gostaria de pedir vistas a esse projeto para dar uma estudada melhor nele. Há um outro projeto na Casa que eu sou relatora também e gostaria de, juntando os dois, poder dar um voto mais consciente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A mesa, obviamente, aceita, porque é um direito, e se congratula a mesa com a Comissão, porque eu acho que de fato esse projeto merece ser mais considerado. A rejeição, eu entendo, porque há muita contestação, porque é vago o conceito de cultura e outras razões, ao mesmo tempo fica ruim rejeitar um projeto que visa ensinar a arte. Eu entendo e, talvez pedindo vista, possa se combinar e trazer um projeto melhor. Então está autorizada a vista do projeto à Senadora Marisa Serrano. Vamos então ao primeiro item, a Senadora Fátima está presente, a Senadora Fátima é a autora, é o projeto terminativo. É o Projeto de Lei do Senado 304/2006, que institui o programa de crédito educativo para estudantes de programa de pós-graduação e dá outras providências. Autoria da Senadora Fátima Cleide, relatoria o Senador Raimundo Colombo. Eu passo a palavra ao Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente Cristovam, a autora, a Senadora Fátima Cleide, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, a gente fez um estudo profundo e eu, pela questão do regimento, mesmo sabendo que já há uma pré-disposição de pedido de vistas, eu vou fazer a leitura para cumprir o regimento e também para passar os dados que certamente fortalecem a tese, os princípios do projeto. O projeto estabelece um programa que contribuirá para suprir uma deficiência de financiamento educacional que precisa ser revertida para nos inserir, de modo competitivo, num mundo globalizado, como país produtor de conhecimento. Tal programa é complementar aos programas de concessão de bolsa de estudo administrado pelo CNPQ, do Ministério de Ciência e Tecnologia, e da CAPs, do Ministério da Educação, que são agências federais hoje desempenhadas nesse trabalho. Segundo o diagnóstico contido no Plano Nacional de Pós-Graduação, tem ocorrido o crescimento do número de cursos recomendados e apoiados pela agência CAPs.

Em 2004 eles eram dois mil novecentos e noventa e três, ao mesmo tempo em que o contingente de estudantes pleiteantes vem aumentando de modo mais acelerado. Apesar de a concessão de bolsas de estudo ter crescido, a oferta não tem sido suficiente para acompanhar o quantitativo de candidatos. A relação entre o número de bolsas efetivas e o número de alunos matriculados em cursos de pós-graduação tem crescido desde meados do ano de 1990, tanto no mestrado quanto no doutorado, correspondendo atualmente a 25% e a 36% respectivamente. Isto é alarmante quando se considera que a pós-graduação é que alimenta a produção científica no país direta e indiretamente.

Daí a oportunidade do projeto, o atendimento da população demandante implica atender e alinhar a relação de oferta e procura pelo ensino superior, assim como permitir a estudantes sem maiores recursos a possibilidade de freqüentar uma pós-graduação de qualidade e de galgar novas etapas na sua formação. Para atender às necessidades de formulação dessa política de crédito educativo para a pós-graduação sem descurar das transparências dos meios e fins, o programa fixou um valor máximo de 15% relativo a pagamento de taxas escolares às instituições credenciadas. Isso demonstra que os recursos serão empregados de maneira transparente, não admitindo a prática de taxas extorsivas por parte de instituições participantes. Outra medida importante do Projeto de Lei é a de limitar as despesas operacionais em 0,5% do valor total do fundo do crédito educativo para planejamento, prospecção, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados. Com isso, reforça a lisura do programa. Essas medidas serão coordenadas por um comitê gestor constituído no âmbito do Ministério da Ciência e da Tecnologia que deverá acompanhar a implementação do programa e sua avaliação anual. Tal comitê terá formação equilibrada e paritária e seus membros não serão remunerados.

Na justificativa a autora lembra que a Constituição Federal dá ao Estado a incumbência de promover o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológica. Recorda, ainda, que a formação de

recursos humanos nas áreas de ciência, pesquisa e tecnologia, é apoiada pelo Estado e que serão providos meios e condições de trabalho a quem se ocupa dessas áreas. A formação maciça de pós-graduados no Brasil é historicamente resultado do investimento em políticas públicas e contribuiu para a democratização do conhecimento ao mesmo tempo em que auxilia o desenvolvimento material do país. A formação de um quantitativo maior de mestres e doutores também terá reflexos positivos na qualificação das nossas instituições de ensino superior, nas mais diversas áreas de pesquisa do desenvolvimento e da inovação tecnológica em solo brasileiro. O crédito concedido ao estudante de pós-graduação destinar-se-á prioritariamente ao custeio das despesas de manutenção, aquisição de livros e demais materiais ou serviços necessários à conclusão bem sucedida do seu curso. Para que o programa não venha a sofrer dissolução de continuidade serão calculados, por um lado, juros que recompõem os valores reais efetivamente emprestados, respaldado por uma política de garantias adequadas fornecida pelo estudante financiado.

Do outro lado, levando em conta as necessidades prementes da formação de quadros que embora fundamentais não tem inserção no mercado de trabalho, que permita pagamento integral do financiamento, o projeto propõe que cursos de elevados interesse para o desenvolvimento nacional tenham um tratamento diferenciado na amortização do valor devido, desde que o montante aplicado nessa fatia nunca ultrapasse 30% dos recursos aplicados. O fundo, organizado para suprir essas demandas, conta com mecanismo de capacitação ousados e modernos, como é o caso das doações realizadas por pessoas físicas e jurídicas com aplicabilidade em instituição a ser designada pelo doador. O Projeto de Lei também prevê a possibilidade de fundo setoriais de ciência e tecnologia ou outros fundos e programas públicos da União, dos Estados e Municípios vierem a consignação para o fundo. Na justificativa chama-se a atenção para a estrutura dos fundos setoriais de ciência e tecnologia. O arrecadamento destes fundos, em 2005, foi de aproximadamente 1,6 bilhão, do qual cerca de oitocentos e sessenta milhões foram contingenciados e apenas setecentos e quarenta milhões foram efetivamente empenhados.

A criação do programa e de seu respectivo fundo propostos nesse Projeto de Lei representam uma possibilidade efetiva de criar novos instrumentos para que a política nacional de pós-graduação continue a ser um exemplo bem sucedido da ação do Estado. É possível afirmar que essa proposta responde à necessidade, identifica pelo PNPG 2006/2010, de estabelecer uma nova matriz orçamentária para o fomento do sistema nacional de pós-graduação. Voto. Ante o exposto, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 304/2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não temos --

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): -- Eu ia dizer que não temos quorum para votar, mas --

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu acompanhei atentamente a leitura do relatório, muito bem elaborado, muito sensível do Senador Raimundo Colombo, li com atenção o projeto, eu acho que ele cria um espaço extremamente importante quando ele propõe a criação de um crédito educativo para estudantes de programas de pós-graduação e dá outras providências. Eu quero cumprimentar a autora, a Senadora Fátima Cleide, por sua sensibilidade, e conversando com colegas e mesmo reconhecendo esse excelente trabalho do Senador Raimundo Colombo em seu relatório, eu acho que nós podemos aperfeiçoá-lo ainda mais. Eu acho que nós temos condições de avançar um pouco mais, ouvindo alguns setores desse conjunto de atores interessados no processo. Nós temos, por exemplo, observatório criado junto à Secretaria de Ensino Superior do MEC, enfim, a outros segmentos que talvez possam nos ajudar a aperfeiçoar ainda mais esse projeto, avançar e estender, que outros segmentos também possam ser beneficiados pela proposta da Senadora Fátima Cleide. Por esta razão, com a compreensão de todos, eu estou pedindo vistas do projeto, Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): -- Bem, o pedido de vista é mandatório, então tem todo o direito. Eu confesso que, quando eu vi esse projeto, eu fiquei louco que ele fosse aprovado logo, porque eu creio que é um projeto que traz grandes benefícios aos estudantes da pós-graduação. Mas é um direito e, se é para melhorar, eu fico satisfeito, e pelo visto a Senadora Fátima Cleide está de acordo. O Senador Mesquita pediu a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, era só para consultar o querido amigo Senador Zambiasi se, em substituição ao pedido de vista, não poderíamos, por exemplo, propor a realização de Audiência Pública para discutir a questão, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com tanto que a gente consiga apreciar com a celeridade necessária, porque eu concordo com o Senador Cristovam Buarque que esse é um projeto que nós preci-

samos vê-lo aprovado o mais rápido possível, mas se nós conseguirmos proceder esta audiência --

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Num prazo curto, razoável --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós temos comprometidas as audiências até setembro.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, então retiro a proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A não ser que fosse mais um dia. Essa Comissão já está ocupando dias demais dos Senadores.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, teria que ser breve pela importância do assunto. Então retiro a proposta, Senador.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É, e eu acho que --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lembrem-se que tivemos sessão ontem, estamos tendo sessão hoje, estamos tendo duas sessões por semana --

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): É verdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa é a única Comissão --

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Não podemos sob hipótese nenhuma prejudicar o espírito do projeto, que ele é realmente excelente, maravilhoso. O que se propõe é a possibilidade de fazer uma discussão um pouco mais ampla no sentido de trazer novos beneficiários até para o programa também, que isso é muito importante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vamos fazer com o prazo de cinco dias, Senador, e se for preciso uma audiência, a gente reflete sobre a audiência. De repente o projeto já vem satisfazendo a todo mundo, está bem?

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Está bem, muito obrigado.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, eu só queria --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu só queria agradecer as diversas manifestações favoráveis a esse projeto. Nós entendemos que realmente é um projeto que urge de uma manifestação desta Comissão, quero agradecer o parecer favorável já emitido aqui pelo Senador Raimundo Colombo e dizer que também tenho concordância com relação ao pedido de vista, desde que seja para que a gente possa melhorar e fazer com que realmente os nossos estudantes de pós-graduação neste país tenham por parte das nossas autoridades, tanto executivas quanto legislativas, uma atenção carinhosa com relação à sua situação. O que nós queremos é promover, contribuir com a promoção do desenvolvimento sustentável nesse país e, principalmente, do desenvolvimento científico. Então eu agradeço as manifestações aqui favoráveis ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa pediu a palavra.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada. Eu pedi sim, Sr. Presidente, também para cumprimentar a autora, a Fátima Cleide, a Senadora Fátima Cleide, ao Senador Colombo pelo relatório, e dizer que é tão importante porque nós estamos conseguindo uma façanha em Campo Grande, a capital do meu Estado, e eu gostaria de socializar esta informação, porque nós conseguimos que o Prefeito assumisse, nesses últimos três anos, dois anos e meio, a questão da pós-graduação dos nossos professores do ensino fundamental, e nós abrimos, Sr. Presidente, primeiro duzentas vagas de pós-graduação para gestores, diretores e adjuntos de escola, pagos pela Prefeitura Municipal, novecentos para os professores de alfabetização. Começamos com gestores, os professores de alfabetização, pagos pela Prefeitura Municipal. Seiscentos começaram agora na área de matemática e a Prefeitura abriu este ano já cinqüenta vagas para quem quiser fazer o mestrado. Não é obrigatório, mas a Prefeitura banca quem quiser estudar nos cursos de pós-graduação e de mestrado na Prefeitura de Campo Grande.

Eu acho que esse é um achado, porque a universidade federal ainda não abriu as portas que nós gostaríamos que abrisse nesses dois anos para que nós pudéssemos fazer esse acordo, mas isso dá a dimensão de quanto isso é importante. Há filas para as vagas que se colocam, todos querem estudar, e isso é muito importante quando a gente garante que nós vamos ter professores capacitados para enfrentar a dura batalha que é garantir um conhecimento de qualidade ao povo brasileiro. Portanto, eu quero também me solidarizar aqui com a autora, e qualquer proposta que for para melhorar sempre é bem-vindo, mas eu acredito que essa é uma proposta que vale a pena a gente apostar. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Eu só quero dizer que eu fico feliz de ver e, felizmente, que a imprensa não viu ainda, que estão aqui na Comissão o Senador Casagrande e a Senadora Marisa juntos pela educação,

já que estão caminhando juntos pela aí ética também. Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Cristovam, Presidente, para somar também a importância desse projeto e repassar um pouco do que fez a Senadora Marisa Serrano, de uma experiência vívida por mim como Prefeito na cidade de João Pessoa, que nós tínhamos um grande número de professores que não tinham graduação, e nós então firmamos convênio com a Universidade Federal da Paraíba no sentido de que esses nossos professores pudessem fazer o curso de graduação e, como nós sabemos e o Senhor conhece bem a realidade brasileira, muitos dos professores tinham dificuldade de fazer porque utilizavam o turno, o expediente para estudar, na verdade para complementar salários. E nós, então, permitimos e fornecíamos uma bolsa para que esses professores pudessem então deixar de trabalhar naquele expediente e pudessem cursar o curso superior. Então estamos de parabéns, não só a Senadora Fátima Cleide pela iniciativa, como o Relator, o Senador Raimundo Colombo, e eu tenho certeza que esses exemplos possam ser multiplicados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, está concedido vista. Eu passo então para o item 2, não terminativo, cujo relator é o Senador Casagrande e o autor é o Senador José Agripino. É o Projeto de Lei do Senado 160/2007, que dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na contribuição para o PIS/PASEP e na contribuição para financiamento da seguridade social (COFINS) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se V. Exª me permitisse e o Sr. Senador Casagrande também, é porque eu estou com mais duas Comissões ao mesmo tempo, tem votação na Casa e eu tenho questões lá na --

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Você só vai pedir vista?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, meu amor, então depois em seguida, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Presidente. Desculpa, Senadora Ideli, que eu também vou presidir a CPI do pagão aéreo, e eu já estou com o relatório deste projeto pronto, Sr. Presidente, é o projeto do Senador Agripino. Nós concordamos em parte com o projeto, parte do que o Senador José Agripino solicita e pede, apresenta no projeto, já está atendido, parte não. Nós só não concordamos com a isenção de IPI porque nós estamos trabalhando muito e alterando muito o Fundo de Participação dos Municípios e Fundo de Participação dos Estados com isenção de IPI. Então nós só não concordamos com isto porque tem prejudicado muito os Municípios e o Estado. Mas eu estou com o relatório pronto, estou com a minha concepção pronta, mas me pediram um prazo de uma semana. Então eu vou pedir ao Presidente que me conceda um prazo para relatar na próxima semana este projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está concedido, é uma prerrogativa de qualquer Senador, aliás, pedir vista, inclusive do Relator. A Senadora Ideli havia pedido a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu queria pedir, solicitar a V. Exª e aos demais Senadores, se poderia ter uma inversão da pauta. Eu apresentei um requerimento que está no item 15 para o convite ao Ministro dos Esportes para que pudesse fazer um balanço dos Jogos Pan-Americanos, e como nós estamos também encerrando agora os Jogos Parapanamericanos, que além de termos um balanço do Pan, com a presença do Ministro, nós pudéssemos também nesta audiência prestar uma homenagem aos atletas brasileiros das duas competições. Então se não tivesse discordância, porque aí eu já me liberaria também para as outras atividades.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O meu medo é esse, de liberá-la e a gente ficar sem gente. Eu quero dizer o seguinte: quando chegar esse item eu faço questão de aprovar porque eu acho muito correto, muito justo, que venha o Ministro, que deu um show aqui para a gente antes do Pan, que tem muito a nos dizer, eu só gostaria de sugerir, de acrescentar o Nuzman, o Presidente da --

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito importante ouvi-lo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, bom, bom.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Muito bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E o assessor do Ministro enviou uma mensagem também sugerindo que convidasse o Secretário Executivo, o Secretário de Esportes de

Alto Rendimento e o Secretário Especial do Pan; é uma proposta do próprio Ministro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Concordo plenamente, que a gente possa fazer uma boa avaliação do significado dos jogos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos continuar e, quando chegar a hora, eu lhe garanto que vamos aprovar. Vamos para o item 3, cujo Relator é o Senador Wellington Salgado, que nunca falta aqui nessa Comissão, de autoria do Senador Valdir Raupp, que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Passo a palavra ao Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, demais Senadores. Esse é um Projeto de Lei do Senado de nº 83/2006 que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Eu vou ler algumas partes importantes, porque sei que aqui todos têm compromisso, eu vou tentar passar ao voto rapidamente. Em conformidade com o disposto no art. 58, § 2º, inciso I, da Constituição, e com o art. 91, inciso I, do Regimento Interno do Senado, chega ao exame da Comissão de Educação o Projeto de Lei do Senado, PLs nº 83/2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares. Nos termos da referida proposição, para atuar em cinema, teatro, televisão e anúncios publicitários, a pessoa maior de catorze e menor de dezoito anos de idade necessita de expressa autorização do detentor do poder familiar, e quanto a menor de catorze anos, precisa de autorização judicial. Na justificativa o autor insurge-se contra o limite mínimo de vinte e cinco anos de idade, muitas vezes fixado para atuação de modelos em anúncios publicitários, novelas e outros programas de televisão, o qual desrespeita o ordenamento jurídico brasileiro que reconhece a maioridade civil aos dezoito anos. O projeto foi inicialmente distribuído à apreciação de dois colegiados desta Casa, com a decisão terminativa do último.

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJ). Todavia, por conta da aprovação do requerimento nº 502/2006, ele se viu remetido ao exame preliminar da Comissão de Educação. Nesse Colegiado não foi alvo de emendas. Análise. De acordo com o art. 90, inciso I e XII do Regimento Interno do Senado Federal, compre a esta Comissão emitir parecer quanto ao mérito do PLs nº 83/2006 depois de analisada sob o prisma da educação. Em virtude disso, não se cuida neste momento da constitucionalidade da matéria, que pode ser questionada diante da proibição de qualquer trabalho a menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos, conforme dispõe o inciso XXXIII, do art. 7º, da Lei Maior do país. Note-se, a propósito, que a proibição do trabalho até os catorze anos de idade nada tem de aleatório. Esse limite etário coincide com a idade esperada para a conclusão do ensino fundamental obrigatório e gratuito, fato que revela o apresso do legislador constituinte pela garantia do direito à educação para todos. Esse apresso também está inscrito na ressalva feita ao trabalho do aprendiz, sempre veiculado à obrigatoriedade de freqüência escolar. Essas circunstâncias não podem ser menosprezadas na análise da proposição em tela, sobretudo diante da absoluta prioridade que o *caput,* do artigo 227, da Constituição, impõe às matérias de interesse da criança e do adolescente, entre as quais se insere o direito à educação.

Assim, embora se reconheça a especificidade da atividade artística e de certa forma prolongadora da infância por explorar o lado lúdico da vida, não se pode esquecer que essa é uma forma de trabalho, e toda forma de trabalho infantil pode prejudicar a formação educacional, o que acaba impedindo que o jovem desenhe o próprio futuro. Há poucos anos, aliás, não por acaso, crianças e adolescentes submetidos a longas e imensas jornadas de gravação na maior rede de televisão no país, foram afastadas das telas por decisão judicial, até que lhes fossem garantidas condições de trabalhos condizentes com o acompanhamento regular das atividades escolares. A lembrança desse episódio mostra didaticamente a necessidade de inserir no projeto sob exame cláusula que condicione a validade da autorização para o trabalho artístico, a continuidade de estudo por parte do jovem artista. Parece conveniente, ainda, promover outra alteração no texto do projeto, de modo a conferir maior amplitude e menor definição à matéria a ser regulada. Nesse sentido, sugere substituir a referência às profissões e aos locais citados pela denominação da espécie de trabalho pertinente, além de fazer menção expressa ao trabalho desportivo, também fundado no talento inato e na necessidade de preparação desde a infância.

Ademais, à luz do disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, o projeto demanda alguns ajustes. Primeiro, importa remeter a disciplina da matéria que regula para legislação especificamente voltada para a criança e ao adolescente. Depois, deve-se harmonizar o teor da emenda com o conteúdo da proposição, que não fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares, mas condição sobre trabalho artístico e infanto-juvenil. Por último, deve-se dar nova redação ao art. 1º, a fim de esta-

belecer vinculação lógica entre as matérias tratadas no caput e no parágrafo único. Para incorporar todas essas alterações e projeto de tão reduzida extensão, elaborou-se a emenda substitutiva, ora apresentada ao exame desse Colegiado. Voto. Diante do exposto o voto é pela aprovação do Projeto de Lei desse Senado nº 83/2006 nos termos seguintes: o Congresso Nacional decreta: art. 1º - o art. 60, da Lei 8.069, de 03 de julho de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos: art. 60, § 1º - a proibição expressa no *caput* não alcança o trabalho artístico, desportivo e afim, desde que haja autorização expressa. Item 1 - dos detentores do poder familiar para adolescentes adolescente com mais de catorze e menos de dezoito anos de idade; 2 - da autoridade judiciária para criança ou adolescente com menos de catorze anos de idade a pedido dos detentores do poder familiar. § 2º - a autorização de que trata o § 1º deixará de ser válida se for descumprida a freqüência escolar mínima prevista no artigo 24, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esta lei entra em vigor nesta data de sua publicação. É esse o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Presidente e colegas Senadores. Essa é uma questão que merece ser discutida, porque a preocupação, eu li esses dias uma entrevista de um ator, um ator mirim, que estava dizendo do trabalho exaustivo que é, e reclamando inclusive que ela não tem tempo de brincar porque tem trabalhado muito. Eu acho que essa é uma proposta, a princípio parece meio esquisito a gente estar discutindo uma questão como essa, mas eu acho que tem que ser discutido sim, principalmente pelo limite de tempo. Se não pudermos de fato garantir que isso não se dê, que não se trabalhe, que seria o melhor, porque nós estamos fazendo isso em outras categorias, todo mundo brigando para que as crianças tenham uma vida lúdica, saudável e que não trabalhe, e isso nós brigamos em todas as áreas, há pais que precisam do apoio dos filhos no trabalho, principalmente na roça, principalmente aqueles de menos poder aquisitivo, que lutam para que seus filhos possam trabalhar juntos e nós sempre estamos: "não, não pode trabalhar, temos que garantir a ela, à criança, é a recriação e a criança da escola", e aí a gente abre para a área artística, desportiva, modelos e outras coisas como tais.

Se for isso teremos que garantir um limite de tempo específico, muito duro, muito rígido, para que isso acontecesse. Não se pode ter dois pesos e duas medidas. Primeiro, o filho do pobre não pode trabalhar, ele só pode ser aprendiz; e o outro, que pode ser modelo, que pode ser artista, aí nós abrimos o limite. Então eu acredito que essa é uma questão que eu gostaria que os nossos pares aqui pudessem discutir um pouquinho mais, V. Exª que também conhece tanto a área, para que a gente possa votar com tranqüilidade um projeto como esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso quer dizer que a senhora pede vista ou sugere que --

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu gostaria de ouvir um pouco os companheiros.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli e depois --

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu já vou economizar então o debate, porque eu vou pedir vista. Eu tenho o mesmo entendimento da Senadora Marisa Serrano, é algo extremamente delicado, complexo, envolve questões que a Constituição determina de forma muito clara, o Estatuto da Criança e do Adolescente também, e, portanto, eu acho que nós deveríamos ter muito cuidado. Então eu já vou pedir vista para a gente poder aprofundar e ter um debate com mais responsabilidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu tenho certeza que o debate da Senadora Marisa Serrano e também da minha líder Ideli Salvatti, com a análise desse meu relatório, com certeza virá a contribuir para a melhoria e que possamos fazer uma lei de melhor qualidade. Portanto, eu estou inteiramente aguardando a decisão de V. Exª sobre a questão do pedido de vista da Senadora Ideli Salvatti.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O pedido está atendido, mas nós damos um prazo de cinco dias para trazermos, e aí temos um debate maior como sugeriu a Senadora Marisa, que eu acho que tem toda razão. Eu passo ao item nº 4, porque é apenas uma informação. Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado 277/2007, estamos em turno suplementar. O parecer ao PLs, de autoria do Senador Wilson Matos, é favorável ao projeto, na forma do substitutivo, que foi oferecido e foi aprovado na reunião do dia 10/07. Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada então como definitivamente adotada pela Comissão, segundo o que preceitua o art. 282 c.c o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Está, portanto, aprovado. O projeto não terminativo ainda que nós temos, não está presente a relatora, sendo que não podemos passar para o *ad-hoc* porque

só houve uma sessão. Eu estou preocupado com os projetos terminativos porque, por exemplo, tem um projeto aqui que eu sou o relator, o Senador Paim é o autor, que institui o ano de 2008 como o ano nacional dos cento e vinte anos de abolição não conclusa no Brasil. Se demoramos tanto, vamos acabar perdendo todo o ano de 2008. Vamos para o item 12, não terminativo, que é de autoria da Senadora Fátima Cleide, mas é um simples requerimento. Ela saiu.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Daqui a pouquinho eu tenho que sair, já abriu votação na Casa, então se o Senhor pudesse --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então, Senadora Ideli, vamos ao item nº 15, não terminativo. Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, c.c os art. 90, incisos II e V, e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro – é um requerimento da Senadora Ideli Salvatti - a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com a presença do Sr. Ministro dos Esportes, para que faça um balanço da realização dos jogos Pan-Americanos, recentemente acontecido na cidade do Rio de Janeiro, bem como prestar homenagem aos atletas brasileiras que participaram desse evento. Está em discussão, mas antes eu quero dizer que recebemos um ofício, assinado por um assessor do Ministro dos Esportes, que é o assessor parlamentar, sugerindo que a gente receba, e ele põe à disposição, além do Ministro Orlando Silva, o Secretário Executivo, Sr. Wadson Ribeiro, o Secretário de Esportes de Alto Rendimento, Djan Madruga, e o Secretário Especial do Pano, Ricardo Leyser, e eu, pessoalmente, gostaria de sugerir a participação também do Presidente do COB, que é o Sr. Nuzman.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem outro requerimento do Senador Casagrande idêntico, então são dois.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Do Casagrande é na mesma direção, na mesma linha.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está em discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu ia propor, já que o requerimento do Senador Casagrande tinha praticamente o mesmo objetivo, que eles fossem fundidos e nós tivéssemos essa Audiência Pública aqui para ouvirmos o relatório. Agora a minha proposta à Senadora Ideli e a toda essa Comissão é que a homenagem que nós possamos prestar aos atletas brasileiros que participaram desse evento, que nós pudéssemos transferir isso para uma Sessão Especial no Plenário, seria a minha sugestão, ouvirmos aqui esses convidados que foram propostos e quanto à homenagem aos atletas nós fizéssemos numa Sessão Especial no nosso Senado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que é uma sugestão inteiramente procedente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sou de pleno acordo. Quando eu fiz o requerimento e coloquei a homenagem aqui na Comissão de Educação, é porque as datas para as Sessões Especiais no Plenário já estão bastante... é... ou seja, nós vamos distanciar tanto que vai perder a atualidade. Então, a não ser que, a não ser que o Presidente da Comissão, delegado por nós, possa conversar com o Presidente da Casa no sentido de encontrar uma data, porque assim, se for para levar mais do que um mês eu acho que já perde a ... Então se encontrarmos uma data, eu acho que é maravilhoso, eu acho que vai ser fantástico nós fazermos essa Sessão, mais do que merecida, então ... se não fazemos aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De fato o cronograma está todo cheio até quase que dezembro, porque o regimento prevê duas sessões por mês, mas essa é um caso especial, como quando há o falecimento de um Senador nós encontramos uma maneira de fazer uma Sessão Especial Extraordinária. Eu creio que os atletas merecem uma sessão dessa. Eu levarei então, nós aprovamos, está aprovado então como se fossem dois requerimentos, são dois referimentos da Senadora Ideli e um em conjunto com o Senador Casagrande..

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): [pronunciamento fora do microfone] ... da Senadora Ideli e do Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Todos os Senadores aqui assinariam, está bem? Então ficam os dois. Eu passo então agora, submeto o requerimento do Senador Papaléo, que requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação a fim de obter os subsídios para instruir os Srs. Senadores e Sras. Senadoras a respeito da exigência de aprovação em exame de proficiência como requisito para o exercício da medicina

e odontologia, matéria dos Projetos do Lei do Senado 217, 204 e 106/2006, de autoria do Senador Tião Viana e da Senadora Serys Slhessarenko, ou seja, ele solicita a presença aqui de um representante do Conselho Federal de Odontologia, um representante do Conselho Federal de Medicina, representante do Ministério da Educação e representante da Associação Médica Brasileira. Eu ponho em discussão a realização desta audiência. Se nenhum Senador quer se pronunciar, os que estão de acordo... Senador Papaléo, quer justificar ou nem precisa?

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Não, é que nós temos um processo, sou Relator de um processo que exatamente discute essa questão de exame de proficiência para a profissão de Médico e Odontólogo. Então eu queria para subsidiar, inclusive qual é o parecer dos Conselhos, o que é que os Conselhos conseguem nos traduzir para poder vir a dar um parecer que seja realmente o parecer que esteja na expectativa dessas profissões. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está aprovado.

Eu só quero dizer, Senador Papaléo, uma preocupação que eu tenho tido, sou procurado por muitas pessoas, e tem a ver um pouco com isso, embora sejam diferentes, é quanto ao reconhecimento do diploma de brasileiros formados no exterior. Esse exame de proficiência poderia ser a solução na medida em que os alunos formados no exterior, se passam no exame de proficiência para os brasileiros, mereceriam também serem autorizados ao exercício da profissão, mas melhor talvez não misturar ainda, Senador.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): É, eu acredito que isso sejam questões distintas, porque um exame desse de proficiência pode aprovar alguém que não esteja ... que tenha sido preparado lá fora sem a devida fiscalização do nosso país, e o que acontece muito é o seguinte: --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas se aprovar um formado lá fora que não tenha condição, vai aprovar também um aqui dentro que não teve.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): -- É, mas eu não acredito que uma prova como faz a OAB, como seria esta prova, seja capaz de avaliar e julgar capacidade do aluno. Eu acredito que essas provas de proficiência, elas passam a ser como se fosse um vestibular, então o vestibular prova conhecimento? Não. E principalmente nessa área Médica e Odontológica, onde existem os cursos de especialização, as residências médicas, os doutorados e os mestrados, eu acredito que essas passagens por esses alunos, através de uma residência médica, um internato, doutorado, mestrado, seria ali sim a avaliação do aluno, porque é um acompanhamento permanente do profissional e não uma prova ou duas isoladas pudessem... e eu vejo também que nós temos que separar essa questão do estudante que se preparou, estudou no exterior, daquele que está trabalhando aqui no Brasil, inclusive por questão de curriculum.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Então os Senadores que estiverem de acordo com o requerimento do Senador Papaléo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero fazer um requerimento, requerendo nos termos regimentais, que esta Comissão solicite ao Ministro do Trabalho e Emprego e ao Ministro da Educação a retirada de urgência constitucional do Projeto de Lei da Câmara nº 044/2007, tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado 473/2003. A solicitação se refere ao fato dessa Casa estar recebendo solicitação de diversos setores envolvidos no tema, requisitando um tempo maior para aprofundamento dos debates e melhor análise de fato da matéria. Sr. Presidente, este é o assunto dos estágios. O Flávio Arns, o Paulo Paim e eu estamos assinando, e é uma matéria que precisa ser mais debatida, precisa realmente consultar determinados setores. Ela implica na vida de milhões de brasileiros ou pelo menos num número muito significativo e é importante que a gente tenha a condição de ampliar o debate, por isso esse requerimento. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Colombo leu um requerimento do Senador Paim que eu creio extremamente procedente e eu passo a palavra para o Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, na verdade eu assinei o requerimento a pedido também do Senador Flávio Arns para que a gente faça uma Audiência Pública para debater o tema, porque de fato tem uma série de contradições. Uns entendem que quanto mais você garantir os direitos do estagiário, poderá dificultar a contratação, daqui um pouco o empresário vai entender que para ele é muito melhor contratar um trabalhador de forma definitiva do que um estagiário. Outros entendem que alguns direitos devem ser assegurados. Como houve um movimento inclusive no Vale dos Sinos sobre esse projeto que criou também essa polêmica, eu me senti responsável para assinar junto esse requerimento para que a gente faça uma

bela Audiência Pública e que se construa o melhor para o estagiário, para que a gente possa garantir o direito ao estágio a todos aqueles que necessitam até como complemento para o seu curriculum.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cristovam Buarque, eu quero parabenizar ao Senador Flávio Arns e ao Senador Paulo Paim no requerimento da Audiência Pública para discutir a questão dos estágios. O Senador Paulo Paim tem toda razão ao dizer que ao aproximarmos a figura do estagiário do trabalhador contratado, nós vamos dificultar, por parte das empresas, a contratação de estágio, e o estágio é de fundamental importância para a complementação da formação profissional. Diria até que é pré-requisito para o Programa do Primeiro Emprego, que acabou não dando certo, exatamente porque você precisa ter uma formação anterior que é dada por esse estágio. Então nós devemos é facilitar as empresas que possam contratar estagiário e não dificultar essa contratação. Eu parabenizo e acho que vai ser uma audiência bastante proveitosa na Comissão de Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Os que estiverem de acordo que a Comissão faça a solicitação ao Ministro permaneçam como estão. Eu quero dizer que isso é extremamente urgente porque está em regime de urgência e se se mantiver vamos ter que votar na próxima semana. O Senador Relator, que era o Senador Marco Maciel, ele devolveu, porque agora, com a posição de Presidente da CCJ, não tem tempo, e eu indiquei o Senador Colombo para ser o novo Relator. E, de fato, há muitas dúvidas sobre o projeto, e hoje mesmo eu mandei esse requerimento. Eu já falei com o Ministro do Trabalho sugerindo isso, e ele disse que é mais interesse do Ministério da Educação, que para mim é uma surpresa, porque esse projeto tem vantagens, eu não sei se tantas, do ponto de vista trabalhista, mas não vejo do ponto de vista educacional.

Bem, eu passo a um item que é um requerimento que eu assinei, que está fora da pauta, que diz respeito, só para concluir, que é a tentativa de discutir as causas da violência nas escolas brasileiras, bem como as agressões, intimidações e humilhações a professores e ofensas entre estudantes. Isso se transformou num problema endêmico no Brasil. De norte a sul hoje as professoras e professores têm sido vítimas de agressões de diferentes níveis de gravidade. A minha sugestão é chamar três especialistas no assunto, a Sra. Miriam Abramovay, que escreveu muito sobre o assunto, Secretária Executiva do Observatório Ibero-Americano de Violência nas Escolas, a Professora Sandra Maria Colaferri Pereira, que é sócia do CICLUS(F), que é o Centro Integralizado do Desenvolvimento Humano, e Sônia Maria Ferreira Keller(F), Coordenadora do Curso de Pedagogia e Pesquisadora do Observatório de Violência no Centro Universitário Salesiano de São Paulo. É claro que isso dentro da possibilidade de colocar na nossa agenda. Eu submeto à votação, os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Senador Flexa, por favor.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cristovam Buarque, eu encaminho um requerimento à Comissão para adicionar, aditar ao requerimento nº 25, aprovado já nessa Comissão, o nome do Sr. Paulo Boccato, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, para participar das Audiências Públicas que tratam do PLs 280, sobre convergência tecnológica, e esse requerimento, eu dei entrada aqui em julho e ele não está na pauta. Eu gostaria de saber se poderia aprovar extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A mesa está de acordo em aprovar extrapauta se os Srs. Senadores e Sras. Senadoras estiverem de acordo. Eu não sei se todos prestaram atenção em qual é o requerimento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É apenas para acrescentar como convidado à Audiência Pública o Sr. Paulo Boccato, Presidente do Congresso Brasileiro de Cinema, por solicitação dele próprio ao nosso gabinete.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu considero extremamente positivo, só lembro que serão sete membros na sessão, na mesa, para falar nesse dia. Eu temo se não seria melhor... porque ele já está convidado para uma outra sessão, uma outra audiência, quando a gente vai discutir a regionalização da produção da atividade cultural transmitida pela televisão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): É, mas ele mostrou interesse em participar da discussão do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sei.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Quer dizer, então talvez fosse interessante ou dividir em duas audiências para que o cinema brasileiro não fique fora, ele como Presidente do Congresso Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Seria fazer quatro sessões então, porque já fizemos três. Fizemos duas, é a terceira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Faria mais duas então.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Faria então quatro sessões?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bom, então a gente colocaria a presença dele na seguinte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Na seguinte, dividiríamos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está bem. Na seguinte, na quarta?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, porque eu acho que esse é um assunto que merece muita discussão, o seu projeto. Os que estiverem de acordo que haja mais uma sessão de audiência e que o Sr. Paulo seja incluído, que permaneçam como estão. Está aprovado. Não havendo mais nenhum item na pauta que possa ser votado sem quorum, salvo uma leitura que eu vou fazer de um comunicado que eu queria que os Senhores soubessem. É que a Secretaria dessa Comissão realizou, desde dezembro de 2005 até a presente data, um trabalho de inclusão de quatro mil novecentos e dezenove pareceres que estão no site do Senado, no link referente à Comissão de Educação. Registre-se que essa solicitação solicita o encaminhamento de todos os pareceres, por meio magnético, desde 2002.

A partir de hoje, portanto, todos os pareceres recebidos e deliberados por esta Comissão, inclusive os textos finais dos projetos, estão acessíveis no seguinte endereço: www.senado.gov.br / atividade legislativa / Comissões Permanentes / Comissão de Educação / Pareceres.

Portanto, com esse comunicado, está encerrada essa sessão.

Sessão encerrada às 12h35.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 2007.

Às onze horas e oito minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Valter Pereira, Neuto De Conto, Jonas Pinheiro, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Gilvam Borges, Paulo Duque, Edison Lobão e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, na Comissão de estudantes brasileiros que cursam medicina em Cuba em visita ao Congresso Nacional para solicitar apoio na questão concernente a validação dos diplomas no Brasil dos cursos feitos no exterior. Feito o registro o Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens em que os relatores já se encontram presentes. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 304, de 2006,** de caráter terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide que, "Institui o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação e dá outras providências". O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o parecer é favorável. O projeto é retirado de pauta, atendendo a solicitação do relator. **Item 03: Requerimento,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior que, requer "..., nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, com a finalidade de Instruir o PIS nº 304, de 2006, que institui o Programa de Crédito Educativo para Estudantes de Programas de Pós-Graduação e dá outras providências, com a presença de representantes das seguintes entidades: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ; Financiadora de Estudos e Projetos – Finep; Associação Nacional de Pós-Graduandos – ANPG; Secretaria de Educação Superior – SESU/MEC". O requerimento é retirado de pauta, atendendo a solicitação do autor. **Item 04: Emenda da Câmara dos Deputados** ao **Projeto de Lei do Senado nº 055, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que "Institui o 'Dia de Santo Antônio de Sant'Anna Galvão', a ser comemorado no dia 11 de maio". O relator designado é o Senador Jonas Pinheiro e o parecer favorável é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei da Câmara nº 023, de 2006,** de caráter não terminativo, de autoria do Depu-

tado Ivan Valente que, "Dá nova redação ao inciso II do caput do art. 7º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Dispõe sobre a avaliação da qualidade de ensino nas instituições privadas, efetuadas pelo Poder Público)". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer favorável é aprovado. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2006,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns que, "Institui o dia 9 de agosto como o 'Dia Nacional da Equoterapia'". O relator designado é o Senador Valter Pereira e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. Neste momento, o Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque passa a Presidência ao Senador Flávio Arns para relatar o seguinte item: **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, "Institui o ano de 2008 como 'Ano Nacional dos 120 anos de abolição não conclusa'". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Reassume a Presidência o Senador Cristovam Buarque. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2006,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma que, "Institui o 'Dia da Guarda Municipal', a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro". A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por dezesseis (16) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Lei da Câmara nº 028, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Nazareno Fonteles que, "Institui o Dia Nacional do Vaqueiro". O relator designado, ad hoc, é o Senador Valter Pereira e o parecer favorável é aprovado. **Item 13: Requerimento nº 038 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide e do Senador Augusto Botelho que, requer "..., nos termos do inciso I do artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, com a finalidade de Instruir o PLS nº 261 de 2004, que dispõe sobre período para realização de Exames Vestibulares, Concursos Públicos, Provas de Disciplinas Curriculares e dá outras providências, com a presença dos seguintes convidados: Representante da Secretaria de Ensino Superior – SESU/MEC; Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições de Ensino Superior – ANDIFES; Representante de Organização Judaica; Representante da Igreja Adventista; Representante da Igreja Universal do Reino de Deus – IURD". O requerimento é aprovado. Neste momento, a Senhora Senadora Marisa Serrano e o Senhor Senador Flávio Arns requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta de aditamento a requerimentos e requerimento, o que é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Aditamento nº 001 ao Requerimento nº 038 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano que, requer "... a inclusão das Pontifícias Universidades Católicas - PUCS, para participarem da Audiência Pública para instruir o PLS nº 261/2004". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 039 - CE, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Flávio Arns, Demóstenes Torres e Eduardo Azeredo que, "Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos II e V, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, incisos II e V, e o art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, que 'dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos', de autoria dos Senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 03: Aditamento nº 001 ao Requerimento nº 039 - CE, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que requer "..., nos termos regimentais, aditamento ao Requerimento nº 039, de 2007 – CE, que requer a realização de Audiência Pública, para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 188, de 2007, que 'Dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada, para estudantes e idosos, em espetáculos artístico-culturais e esportivos', com o objetivo de realizarmos uma 2ª Audiência, em virtude da necessidade de ouvirmos todos os setores envolvidos na discussão do tema". O requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 023 de 2007**, **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 099, de 2007, Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 075, de 2006 e Item 14: Comunicado da Presidência:** não foi lido o comunicado. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e doze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE AGOSTO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom-dia a cada uma e a cada um, senadores e senadoras, senhores, assessores acompanhantes dos projetos que nos dão a honra de estar aqui.

Havendo número regimental declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submetendo a apreciação do Plenário à dispensa da leitura da ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os senadores e senadoras que estiverem de acordo com a aprovação, permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Nós temos diversos projetos terminativos que vamos esperar o quorum necessário, específico do terminativo, mas podemos começar analisando projetos não terminativos, cujos relatores aqui estejam. Eu passo, portanto, direto à Senadora Maria do Carmo Alves, que é relatora do projeto do Deputado Ivan Valente, Projeto de Lei da Câmara número 023 de 2006 dá nova redação ao Inciso II do caput do art. 7º da Lei 9394 de 20 de dezembro de 96 que dispõe sobre a avaliação da qualidade de ensino nas instituições privadas efetuadas pelo Poder Público. A matéria constou da pauta, na pauta da reunião dos dias 10 de 7 e 15 de 8. Eu passo a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves que tem o seu parecer favorável.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara de nº 23 de 2006 De autoria do Deputado Ivan valente dá nova redação ao Inciso II do art. 7º da lei 9394 de 20 de dezembro de 2006. A propositura em análise refere-SE a Lei de diretrizes e bases da educação nacional, LDB, lei número 9394 de 96 que no seu art. 7º estabelece que o ensino é livre à iniciativa privada desde que as instituições de ensino privadas cumpram as normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino, apresentem capacidade de auto financiamento ressalvado o previsto no artigo 213 da Constituição Federal e que tenham autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

O PLC nº 23 dá nova redação ao Inciso II do art. 7º da LDB explicitando que a avaliação por parte do Poder Público de entidades privadas de ensino deverá ser periódica. Não restam dúvidas quanto a necessidade de realização de avaliação para o funcionamento e instalação de unidades de ensino privadas em território nacional.

Para que a educação se aprimore é necessário a correção constante de rumos e o contínuo aperfeiçoamento das instituições de ensino. Desta forma, a avaliação constitui não só o mecanismo de defesa da qualidade a que o educando tem direito, mas também uma valiosa contribuição para que a instituição seja aprimorada. Todos, pois, Estado, escolas e alunos são beneficiários do processo avaliativo. É a avaliação que garante o padrão de qualidade como determina a Constituição Federal.

Ao Poder Público cabe zelar para garantir a qualidade do ensino conforme preconiza o artigo 206 da Constituição. A pôs constitucional que estabelece como princípio de educação a qualidade do ensino. A alteração sugerida pela presente iniciativa parlamentar prevê que a avaliação das instituições privadas de ensino, determinadas pela LDB e pela Constituição Federal, seja executada pelo Poder Público de forma a regular a noção de avaliação. Entretanto, não se reduz a mera observação dos resultados do exames nacional e/ou estaduais eventualmente realizados pelo Governo Federal e o estadual a exemplo do ENEM e do Provão.

Dentro de uma referência privatista a avaliação não é vista como um processo e se dá pontualmente no tempo, não se vê a necessidade de atualização. A situação ideal de determinado estabelecimento nessa perspectiva se mantém indefinidamente a partir de um determinado momento, aquele da avaliação inicial. Esse é um grave erro que os sistemas privados de ensino tem estrategicamente mantido. Na LDB, a menção à qualidade na educação é grande, assegurando o processo nacional de avaliação do rendimento escolar estabelecendo que as análises sejam empreendidas a partir desses resultados e a informação disseminada em favor de melhorias nas escolas.

Ainda na LDB fala-se na autorização e reconhecimento de cursos superiores “após o processo regular de avaliação” citando descredenciamento como elemento coercitivo no caso de não cumprimento de metas estabelecidas legalmente. A instituição privada deverá, de acordo com o presente PLC de 2006, demonstrar que mantém, no decorrer do tempo, o padrão de qualidade que a fez ser credenciada. Pelo exposto, Sr. Presidente, senhores senadores, pronunciamos-nos pela aprovação do projeto da lei da Câmara de nº 2006, 23 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto se algum Senador quer fazer uso da palavra? Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu recebi uma nota da assessoria não deu tempo de con-

versar com a Senadora antes, realmente essa avaliação periódica das universidades, do ensino, já está prevista numa lei que fez o sistema nacional de avaliação, de educação superior, do SINAES. Então, ela será uma lei que já vai trabalhar com uma lei já existente, ela já está prejudicada, porque ela foi feita em 2001, o SINAES foi feito em 2004, o SINAES, não é? Então, na realidade, a gente vai votar uma lei que já existe, ela já está prejudicada essa lei.

Na época que o Deputado Ivan valente fez foi muito boa, oportuna, porque não existia a periodicidade, falava-se em avaliação qualitativa, mas não era periódica. Então ele trouxe, o governo, com essa lei, a lei dos SINAES é a de 10861 de 14 de abril de 2004. Eu acho que já está prejudicado, apenas é isso só que eu queria comentar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma boa questão, mas será que contempla exatamente? Uma lei coincide com a outra?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Está aqui no texto da lei: "A autorização e reconhecimento de curso, bem como credenciamento de instituição de educação –", na LDB que diz aqui, não é? "Limitados em nota periodicamente após o processo regular de avaliação." Na LDB já diz isso, entendeu? Só que não era cumprido, realmente começou a ser cumprido depois dessa fase. A nossa educadora eu acho que vai querer falar ali, Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente, eu queria também comentar sobre esse Projeto de Lei. Mesmo que a LDB diga a autorização de funcionamento de avaliação de qualidade pelo Poder Público, historicamente isso não se faz com uma constância que nós gostaríamos.

Eu acho que essa periodicidade e a obrigatoriedade dela é bom para todos nós e tenho certeza que as boas universidades particulares, que tenha no seu escopo maior a qualidade do ensino ministrado, não se oporão a que periodicamente sejam avaliadas pela qualidade do ensino prestado. Eu acredito muito nisso. Tenho certeza absoluta. Isso até faz com que aquelas faculdades que são criadas apenas para auferir lucros, tenham mais restrições a fazê-lo. Eu acho que é de uma forma de coibir essas universidades chamadas de ponta de rua. Então, eu sou amplamente favorável a esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas a colocação do Senador Augusto Botelho é que é uma lei redundante. Eu não tenho tanta certeza, por que o primeiro projeto desse, depois do provão, foi o IDES, índice de desenvolvimento ensino superior, em 2003, que depois virou SINAES, modificando-se algumas coisas que estava no IDES. Eu não sei se a periodicidade é a mesma, confesso que não sei, será que não vale a pena aprovar de qualquer maneira o projeto? E ele sendo, quando... no Plenário a gente vê se tem alguma dúvida, se há redundância ou não, porque o projeto é de 2000 e?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): 2001 do Ivan valente. A do ENAD é de 2004.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, não, não, é de 2006.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O Ivan valente apresentou de 2001.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, 2006, é o 023 de 2006. É o item número 06. Ah, esse é o número nosso, tem razão, tem razão.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Mas eu acho que a gente pode aprovar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam, eu acho que, na realidade, a gente poderia aprovar, porque o que nós estamos vendo é que o Projeto de Lei, da forma que ele está colocado, ele cria uma periodicidade que, no meu entender, talvez de todos nós que aqui estamos, o que as determinações aqui do ENAIS, talvez, não tenha esse rigor da periodicidade, o que eu acho que é muito importante para auferir a qualidade dos custos que estão sendo colocados. No meu entender ,eu acho que não prejudicaria de forma nenhuma as orientações do ENAIS.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, eu estou apenas chamando atenção, mas eu lógico que eu sou favorável à periodicidade, periodicidade mesmo, rígida para que, como a Senadora Rosalba, a Senadora falou que, para que, a Senadora Marisa, para que as faculdades que são feitas só para ganhar dinheiro, independente da qualidade de ensino, se preocupem com a qualidade e sejam cobradas e as pessoas que vão entrar naquela faculdade sabem que elas são de baixa qualidade. Por outro lado, existem lugares também, eu vou fazer uma defesa dessas faculdadezinhas de fundo de quintal, seria o modo de dizer, que não tem nenhuma faculdade. Então, é melhor ter uma faculdade de fundo de quintal do que não ter nenhuma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estou de acordo. Eu estou de acordo.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A gente tem que satisfazer a todas as pessoas. Eu tenho certeza disso --.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas tem um detalhe: O termo que vocês estão usando de fundo de quintal, significa dizer que é uma faculdade pequena, muitas vezes em condições, vamos dizer, até físicas que não são as ideais, mas muitas vezes elas tem uma qualidade de ensino que a RT tem, que supera de muitas que são bonitas, muito bem estruturadas pelo esforço daqueles que estão na faculdade, dos professores que se dedicam. Isso são exemplos que a gente já viu por esse mundo afora, por esse Brasil afora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas o Senador Augusto Botelho está de acordo com essa qualidade, mas ele está dizendo: Mesmo quando não haja qualidade, quando você cria uma faculdade numa cidadezinha onde não havia nada, até a conversa no boteco muda, cria um novo clima. Agora a gente faz avaliação para o aluno saber que tipo de faculdade que tipo de qualidade tem. Então é importante a avaliação, o Senador está de acordo, claro, mas eu estou de acordo, Senador, entre uma faculdade deficiente e nenhuma, para aquela cidade a deficiente é melhor. Agora a gente tem que fazer avaliação e com transparência dizer qual é a posição dela no cenário nacional.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, até 10 anos atrás nós só tínhamos a Universidade Federal de Roraima, em Roraima e ele não satisfazia, foram surgindo as particulares e todas, graças a Deus as nossas faculdades são todas de boa qualidade, nosso pessoal todo sai para fazer provas em outros Estados, em concursos e são aprovados, e Roraima, felizmente, é o Estado que tem melhor proporção entre número de vagas em ensino superior e população. Então, eu acho que é isso, como eu disse, a gente tem que, nós temos obrigação de obrigar as faculdades a melhorarem sua qualidade, mas que qualquer faculdade em qualquer lugar é melhor do que nenhuma faculdade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quando a Sorboni(F) começou 800 anos atrás não deveria ser de grande qualidade, era um grupinho de pensadores, e a USP também, 50 anos atrás. Então a gente tem que incentivar isso, eu acho que foi uma das boas coisas que aconteceu nos últimos 15 anos, foi essa proliferação de cursos desde que haja transparência para não enganar. Bem, eu vou pôr em votação --.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só para concluir para ficar bem claro, eu sou a favor dos cursos universitários onde eles possam chegar. Inclusive, defendo essa suas tese, muitas vezes eles começam com muitas dificuldades e, de repente, pelo esforço vão melhorando e a qualidade do ensino vai melhorando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos terminar a discussão para aproveitar o quorum --.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só uma palavrinha até para o senhor ficar mais satisfeito e ficar mais feliz. Nós somos a favor de qualquer universidade e de qualquer ensino profissionalizante também. Não é Senador Cristovam? Dentro do seu pensamento que é o pensamento de todos nós e o senhor que é o nossa porta-voz disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos, então, pôr em votação. Os que tiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado. Eu vou voltar agora à ordem da pauta aproveitando o quorum que nós temos para os projetos terminativos. Agradeço muito a presença de tantos senadores em dias tão conturbados. O item nº 2 tem como senador, Relator o Senador Raimundo Colombo. O projeto esse terminativo nº 1 institui o programa de crédito educativo para estudantes em [ininteligível] providência. Na reunião do dia 15 de 8 foi concedida vista ao Senador Sérgio Zambiasi e foi aprovado o item, aprovado o requerimento a matéria ficará sobrestada na comissão até a realização da Audiência Pública. Então, agora o Senador Geraldo Mesquita que vai ter a palavra para dar sua opinião como autor do requerimento. Senador Geraldo. Senador, apenas para dizer o requerimento, eu vou por em votação. Se o requerimento for aprovado, o projeto fica sobrestado, fica suspenso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Presidente Buarque, trata-se do projeto de autoria da senadora Fátima Cleide ela relatado pelo senador Raimundo Colombo que institui o programa de crédito educativo para estudantes de programas de pós-graduação e dá outras providências. Lembre V.Exa., salvo engano, que o Senador Zambiasi abriu vista ao projeto que foi estendido para os demais senadores a vista, não é? E conversando com a, conversando com a Senadora Fátima Cleide entendemos que seria pertinente tendo em vista que o projeto suscitou questões que abríssemos ensejo para a realização de uma Audiência Pública. O requerimento, portanto, trata da pretensão de realização de Audiência Pública com a finalidade de debater e discutir o assunto, o requerimento que V.Exa., entendi a pouco que colocará em votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É, eu vou colocar em votação o requerimento, lembrando que isso implicará no adiamento

por semanas, ou até meses, do projeto. Eu quero saber se algum Senador quer encaminhar contra?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não. Na sessão, na audiência passada, V.Exa. mencionou a possibilidade de interromper por uma semana o nosso ciclo aí de audiências que tratam da formulação do plano de educação para abrir uma oportunidade para essa audiência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. O que eu levantei é da gente ter uma sessão adicional.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Adicional.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Porque aquelas audiências estão todas confirmadas com os representantes.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mediante a sua, o que V.Exa. falou há pouco eu retiraria, inclusive, o requerimento, se for adiar para várias semanas eu retiro, inclusive, o requerimento. A importância do assunto faz com que, a importância do assunto faz com que estejamos ligados à perspectiva de uma audiência imediata. Do contrário eu retiro o requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que seria mais prudente.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Retirar o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Retirar se a gente quer aprovar rapidamente o projeto.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Mas é caso definido já o adiamento?.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vai demorar pelo menos umas quatro semanas, sim, nós perderíamos.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, não, não. Nesse caso eu retiro o requerimento, senador, porque o compromisso era a gente realizar de imediato.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então eu vou --.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria só fazer uma proposta aqui, como estava, Senador Geraldo Mesquita. Senador Geraldo! Como estava previsto que teríamos uma audiência, e é isso que constava aqui da previsão da nossa, da nossa Comissão, eu deixei de fazer algumas análises que eu gostaria de fazer a respeito disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vamos colocar em discussão o projeto se não houver --.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, por que aí era possível, talvez, até que pudéssemos votar na próxima reunião na quarta-feira que vem, para dar, pelo menos, Senador Geraldo, mais um tempo, porque é um projeto extremamente importante, mas também nós não podemos deixar --.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou seja, em vez de uma audiência seria pedir vistas.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Pedido de vistas pelo menos por uma semana, até semana que vem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É que já houve vista, seria um adiamento, então?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu estava querendo propor isto por que eu vim pronta para esperar a audiência pública que estava sendo prevista.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo estaria de acordo com esse adiamento por uma semana?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, eu estou de acordo, mas é um projeto simples, ele estabelece o programa de crédito educativo para estudantes de pós-graduação nas modalidades de mestrado e doutorado. [áudio interrompido].

Agora, como já há o pedido de outros senadores para que a gente aguarde mais uma semana, não há problema, é um projeto que beneficia. O que seria ruim para o projeto é que se demorar muito tempo aí o Senador Geraldo Mesquita tem toda a razão, porque é um projeto de bom fundamento que vai beneficiar estudantes que vão se qualificar. Então não deve aguardar muito, mas uma semana a mais não vai prejudicar o andamento do processo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bem, eu retiro o projeto e coloco na pauta da próxima sessão. Eu queria chamar atenção dos senhores senadores da visita que estamos recebendo aqui atrás, se os senadores quiserem prestar atenção, nós estamos recebendo uma visita aqui de jovens estudantes brasileiros que fazem medicina em Cuba.

Eles estão aqui aproveitando as férias e, ao mesmo tempo, participando de um encontro de estudantes brasileiros em Cuba. E como sabem, ao mesmo tempo, lutando pelo reconhecimento do diploma deles, que

é um problema antigo que a gente enfrenta, porque esses jovens fazem os seus cursos, aprendem uma formação que todos sabem, de boa qualidade, ou de alta qualidade e chegam aqui os seus diplomas não são reconhecidos. Então, eu os encontrei no corredor e convidei para que viessem comparecer aqui à nossa Comissão. Não vamos poder ter muito tempo para debater o assunto, mas eu fico muito feliz que aqui estejam se o Senador Augusto Botelho pediu a palavra, é claro que ele tem a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Os diplomas são aceitos desde que eles façam a prova de adaptação às condições de medicina do Brasil, não é que não sejam aceitos, eles têm que passar por um reconhecimento junto à universidade. Então, não diga que não são aceitos, são aceitos desde que cumpram as exigências das nossas leis. E eu acho que são de boa qualidade que lá em Roraima nós temos uns 30 médicos cubanos que se exilaram lá em Roraima e que são ótimos médicos. Eu tenho certeza que eles serão ótimos médicos para o nosso país que vão contribuir com a medicina do país, mas quando eles chegarem aqui eles vão ter que fazer, seguir as leis que todo o médico segue aqui para reconhecer o seu diploma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso eu estou de acordo e agradeço o esclarecimento, eu sou favorável até que os próprios médicos formados aqui façam essa prova também. Eu sou favorável a isso como a OAB faz para os seus advogados.

[aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora, mas nós não viemos discutir esse assunto --.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Buarque eu gostaria, só como médica e também por ter tido a experiência como prefeita de ter trazido médicos cubanos para a minha cidade, de dizer que conheço de perto, sei da qualidade do trabalho que eles realizam e o nosso Brasil, há uma carência imensa de médicos, eu sou nordestina, sei da realidade do interior, o meu Estado. Então, nós temos é que criar condições a que mais médicos possam, realmente, estar na atividade do nosso país. Seja o brasileiro formado aqui ou lá fora, que se faça avaliação ou não, mas o importante é que nós tenhamos médicos, porque a crise do Brasil de saúde é imensa.

[aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lembrando para que o Senado não se entusiasme muito com o assunto, porque tem uma pauta muito longa e esses meninos e meninas tem muito que fazer também lá no encontro deles, mas Senador Geraldo.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não. Era só para complementar, Senador Buarque, V.Exa. tem razão e os dois senadores também concordam, o exame tem que ser para todos, agora, pelo que eu sei, em especial alunos de medicina que retornam ao país de Cuba, da Bolívia, de outros países latino americanos, esse processo, esse procedimento é altamente dificultado para eles em especial, o que talvez o que seja o pleito deles é de que esse processo siga os trâmites que qualquer brasileiro formado aqui no país se submeta. Eu acho que a questão que está colocada é essa, é porque no caso deles o procedimento é extremamente dificultado, não se sabe por quais razões?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, só um minuto serei breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É que eu estive em Cuba há algum tempo atrás e pude atestar, testemunhar pessoalmente a validade, a qualidade do ensino ali ministrado na área de medicina e há um aspecto que deve ser considerado. Quando o jovem sai daqui do Brasil e vai para Cuba, ele estuda com afinco, ele se prepara para exercer a profissão, mas no coração e na mente pensando no Brasil e retornar o seu país, em prestar serviço em exercer profissionalmente com dignidade a medicina. E a prática medicina, a meu ver, não é uma reserva de mercado, não há concorrência aqui com médicos residentes originários aqui do Brasil, como eu falo. Como falaram outros senadores e senadoras, nós precisamos de médicos, principalmente de médicos que se identifiquem com o sofrimento da gente do interior da zona rural que tem muito médico que se forma e quer viver trabalhando só no asfalto, não quer ir para o interior.

[aplausos].

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu conheço prefeitos no meu Estado, no Estado de Sergipe, que colocam nos jornais do país inteiro a convocação de médicos, e não aparecem os médicos ganhando 5, 6, 7 mil reais e não aparecem, porque eles querem ficar na capital perto da praia. Ora, a vida desses médicos que se dispõe com vigor, com coragem, com energia, com patriotismo para servir ao nosso país nas regiões mais longínquas do Brasil, a vinda desses médicos deve ser aplaudida. E temos que encontrar fórmulas mais rápidas, mais breves para que eles possam exercer e menos onerosas para que possa exercer com dignidade a sua profissão aqui e prestar serviço ao Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria de dar por encerrado, nós temos um longo --.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): É até para ajudar no encaminhamento, eu como eu já --.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu me penitencio de ter... Senador Paim --.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Paim só para ajudar no encaminhamento, no encaminhamento. O projeto de interesse dos estudantes, que eu tive reunido com eles no meu gabinete, está na Comissão de Relação Exteriores lá da Câmara dos Deputados. O que nós poderíamos assumir aqui é que votando na Câmara, o projeto vem para cá e nós vamos aprovar na linha que atende o interesse dos estudantes. Encerro a discussão.

[aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, Senador Perillo tinha pedido a palavra ou não? É sobre esse assunto ou não? Se for, não, obrigado, Senador. Eu estou com medo de perder o quorum para os outros assuntos. Vamos lá em frente. Bem, primeiro agradeço muito a presença dos jovens, não podem falar aqui, pelo regimento, mas foi muito simpático ter a presença de vocês e boa sorte, porque a gente precisa de vocês.

[aplausos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero, bem, considerando a retirada do requerimento pelo Senador Mesquita, então está adiado para a próxima sessão o projeto. Passamos ao item, eu vou direto aos terminativos para aproveitar o quorum, o item número 7. Eu pergunto se todos os senadores estão de acordo e senadoras da inversão da pauta para colocar primeiro os terminativos? Os que tiverem de acordo, permaneçam como estão. Muito bem. Projeto número 7. O Senador Flávio Arns é o Relator. Senador Valter não está presente. Senador, item, o Relator sou eu, Presidente, e eu vou pedir que o Senador Flávio Arns faça a relatoria *ad hoc*. Trata-se do projeto do Senador Paim. Não pode ler *ad hoc* mais simples? Não pode? Então, Senador, até, porque me dá prazer.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Em relação ao item número oito passo a palavra ao nosso Presidente para relatar em caráter terminativo o Projeto de Lei do Senado nº 225 de 2007 que institui o ano de 2008 como ano nacional dos 120 anos de abolição não conclusa, autoria, Senador Paulo Paim e Relator, Senador Cristovam Buarque, a quem passo a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho evitado, como Presidente dessa Comissão, avocar projetos para mim, embora muitos projetos eu tenha tido uma tentação muito grande. Fiz questão de avocar esse projeto do Senador Paim, que eu considero que é um projeto que vai muito além do papel da Comissão de Educação e diz respeito a um debate que esse país precisa fazer.

É que quase 100 anos depois de termos aprovado a abolição da escravatura, iniciativa de uma princesa ainda do império, nós hoje ainda temos um Estado social com 16 milhões de analfabetos, com pessoas sem escola, com não mais senzala, mas gente morando na rua, não mais trabalho forçado, mas pessoas desempregadas, em outras palavras: A abolição não foi completada.

A proposta do Senador Paim é que se discuta no Senado, ao longo desse ano até completar 120 anos, esse assunto, porque não conseguiu o Brasil completar a sua abolição até hoje? Inclusive com a existência de escravos mesmo, mas não só escravos mesmo, mas também a escravidão disfarçada. Eu, então, sou francamente favorável e quero apenas dizer que não há incompatibilidade entre o teor da proposição e o texto constitucional que, quanto ao mérito, não há dúvidas de que os africanos e descendentes ainda sofrem discriminação mais de um século após a escravidão, devo completar também que na nada impede e até é obrigado que esse assunto não se restrinja a análise da população dos afro descendentes, mas todos os brasileiros, inclusive os brancos que hoje sofrem formas disfarçadas de escravidão, que os poderes públicos podem aproveitar esse ano para fomentar debates sobre inclusão e respeito, bem como sensibilizar a sociedade para os males da discriminação.

O poder legislativo, mais especificamente, poderá concentrar esforços na aprovação de projeto que instituam medidas para garantir a todos os brasileiros descendentes ou não de africanos, condições para o pleno exercício dos seus direitos fundamentais. Consagrar esse ano a abolição é dizer basta, tanto à escravatura, quanto ao preconceito e a discriminação. A medida é oportuna e poderá representar um passo importante na sociedade no sentido de alterar práticas e costumes lamentavelmente herdados dos nossos antepassados. Por isso, reconhecendo o elevado mérito da proposta [ininteligível] inconstitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa voto pela aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O parecer do Senador Cristovam Buarque é pela aprovação, parecer favorável. Está em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, está em

votação nominal por ser terminativa. Senador Cristovam Buarque, o voto é conhecido, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Rosalba Ciarlini. A favor.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A favor, sim. Até, porque acho que esse tem um grande mérito, nós temos a abolição aconteceu, mas as novas liberdades precisam ser conquistadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Marco Maciel?

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senadora Maria do Carmo Alves ?

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Geraldo Mesquita Júnior?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu vou dar o meu voto com o Relator, mas é um voto também não concluso, digamos assim. Porque eu tenho, eu sempre digo para o Senador Paim, que o Senador Paim é um membro da raça negra, Senador desse país, um dos melhores, como diz o Senador Zé Agripino, de grande quilate e eleito num Estado que é de colonização européia. Não é isso? Então, eu, sempre que acompanho o Senador Paim, eu o acompanho porque eu tenho o maior orgulho de estar ao seu lado, mas, às vezes, eu olho para ele, eu me contradigo, mas é um exemplo claro. Senador Paim é um exemplo claro da vitória que existe da, de estar concluso sim, mas eu vou acompanhar o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem, Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu voto com o autor Paulo Paim e com o Relator, Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator e com o eminente autor que merece o nosso voto e o nosso apoio na sua luta.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Senador Francisco Dornelles e Senador Jonas pinheiros.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. Então, o projeto está aprovado por unanimidade. Com prazer retorno.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Queria a palavra um minuto.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Pois não, Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só um minuto para fazer uma referência ao que falou o Senador Wellington. Eu fiz agora 2 mil quilômetros por Santa Catarina por terra, viajando cidade por cidade, visitando, e uma coisa que me surpreende é que um Estado como Santa Catarina, que talvez seja ainda mais do que o Rio Grande do Sul um Estado europeizado, eu encontrava nas reuniões formais e nas universidades uma proporção de negros maior do que eu encontro em reuniões no nordeste. Sabe qual é a explicação que eu tive? A boa educação que esses Estados tem.

Graças a boa educação, não só descendentes africanos, negros, conseguem acender socialmente, mas também o preconceito é menor. Há uma cidadania mais ampla, é a única explicação que eu encontrei para em Santa Catarina, as reuniões do meu partido, as reuniões com estudantes ter uma proporção, não vou dizer se maior ou menor, porque eu não medi, mas uma proporção que surpreende de negros presentes. Talvez seja isso, Senador Zambiasi, que faz com o que Rio Grande do Sul tenha um Senador negro, Pernambuco eu não lembro se já teve ou não, no meu Estado. E que Santa Catarina a gente vê essa participação. Eu creio que essa é a explicação, o bom nível educacional que a gente tem em Santa Catarina e Rio Grande do Sul comparado com os outros Estados do Brasil, embora deva muito ainda quando comparado com os países com os quais a gente gostaria de se comparar.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Quero também parabenizar o autor e o Relator

pela aprovação do Projeto de Lei. Passo a palavra, devolvo a presidência ao Senador Cristovam Buarque.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Creio que a partir de agora o processo aqui de votação vai ser rápido, a gente vai poder cumprir essa lista. Vamos direto ao item 10, cuja relatoria do Senador Romeu Tuma eu vou pedir--.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): O item 9 que institui o dia do pescador amador tem como Relator o Senador João Claudino.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. passou.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É por causa do Relator, estamos esperando que ele chegue, mas a gente pode passar para um *ad hoc*. Não? Porque é a primeira sessão ainda que ele não está, precisa de mais uma sessão sem a presença dele. Item 10 é a Senadora é, a relatora é a Senadora Maria do Carmo Alves, Senador Romeu Tuma é o autor, institui o dia da Guarda Municipal a ser comemorada anualmente no dia 10 de outubro. Senadora, eu peço como, a gente precisa de quorum, talvez que seja a leitura do, do que for fundamental para que os senadores que já leram, certamente, os relatórios possam se pronunciar.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. O projeto em tela tem como propósito homenagear uma corporação de seguranças, cuja restituição é recente, mas que já merece o reconhecimento da sociedade brasileira. De acordo com o art. 102 do regimento interno do Senado Federal, compete a Comissão de Educação apreciar matérias que digam respeito às comemorações de datas nacionais e homenagens cívicas, natureza da proposição em exame. Observados os requisitos de redação, a proposição não reclama qualquer reparo, portanto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº 299 de 2006.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação, em discussão, se alguém quer se pronunciar. Não havendo nenhum pronunciamento, eu passo à votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim. Como vota?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Maria do Carmo já fez o relatório, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Dornelles.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E Senador Flávio Arns. Esqueci algum? Não, então está aprovado. Passamos agora a qual? Voltamos ao item 4 esperando que cheguem relatores, que é não terminativo, institui o dia de Santo Antônio de Santana Galvão a ser comemorado no dia 11 de maio, autoria Câmara dos Deputados, Senador

Jonas Ribeiro. Jonas Pinheiro, desculpe, Senador. E o autor é o Senador Francisco Dornelles, claro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, este é um Projeto de Lei de autoria do eminente Senador Dornelles que já passou por essa Casa, teve sua aprovação, foi à Câmara e a Câmara, em bom momento, fez uma correção pelo seguinte, Sr. Presidente, o eminente Senador Dornelles propõe que fica instituído o dia de Santo Antônio de Santana Galvão a ser comemorado anualmente no dia 11 de maio e com o Parágrafo Único ficou bem explícito que no ano de 2007, o dia 11 de maio seria feriado nacional. Então fica bem entendido que isso aqui ele propunha que só no ano de 2007 seria considerado nacional dia 11 de maio.

A Câmara, em função de ter passado já a data do dia 11 de maio de 2007, fez uma mudança: Art. 1º fica instituído o dia primeiro de maio como dia nacional do frei Santana Galvão e como Parágrafo Único no dia 11 de maio constará oficialmente do calendário histórico cultural brasileiro. Portanto, não temos muito a discutir, só estamos concordando com a mudança feita na Câmara também com a devida concordância do autor da proposta. Tira-se o feriado, porque o feriado é para o dia 11 de maio de 2007. Portanto, Sr. Presidente, concordamos com a mudança feita na Câmara pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Parecer é pela aprovação. Eu coloco em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para discutir Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só para parabenizar o Senador Francisco Dornelles e dizer que mais do que justa a homenagem, o primeiro santo brasileiro que foi canonizado agora pelo papa quando esteve aqui no Brasil. E como bem disse o Relator, Senador Jonas Pinheiro, ele será comemorado o dia de Santo Antônio de Santana Galvão dia 11 de maio, mas não será feriado. Então, é uma justa homenagem ao primeiro santo brasileiro que nós vamos passar a ter, espero que tenhamos outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Alguns aí acham que já são mesmo sem o Papa canonizar. Eu conheço alguns que se... alguém mais quer se pronunciar? Não havendo nenhum pronunciamento eu passo à votação. Os que não, os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Está aprovado o projeto. Passo agora ao item número 7, o item projeto que institui o dia 9 de agosto como o dia nacional da equoterapia, o autor é o Senador Flávio Arns e o Relator é o Senador Valter Pereira cujo parecer é favorável. É um projeto terminativo, a matéria constou na pauta da reunião do dia 15 do 8 de 7, se não pudesse votar, no próximo poderíamos ter um Senador, relator *ad hoc*, mas eu fico feliz que o Senador Valter Pereira possa estar conosco a quem passo a palavra.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 177, de 31 de maio de 2006, apresentado a esta casa pelo Senador Flávio Arns. Análise: A equoterapia pode ser definida de acordo com a associação nacional de equoterapia, A N D E Brasil, como um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar nas áreas de Saúde, educação e equitação buscando o desenvolvimento bio-psicosocial de pessoas portadoras de deficiência e/ou com necessidades especiais.

Nesse sentido o intuito da proposição é reconhecer os esforços dos profissionais que se dedicam a essa prática e os benefícios que ela pode propiciar mormente às pessoas com deficiência ou com necessidades educativas especiais. Não há o que obstar em relação à constitucionalidade, jurisdicidade, regimentabilidade e técnica legislativa da proposição.

Quanto ao mérito do projeto, cabe observar primeiramente que o Conselho Federal de medicina emitiu o parecer número 6 aprovado em sessão plenária no dia 9 de abril de 97. Nesse parecer, o conselheiro Relator Cláudio Balduíno Souto Franzen escreveu: "Apesar de não termos conhecimento de trabalhos científicos que comprovem os mecanismos de ação pelos que possam explicar sua eficiência, é inquestionável que os exercícios realizados em equitação adequada a portadores de deficiências neurológicas permitem melhores, melhoras evidentes no equilíbrio, coordenação motora e capacidade de comunicação, além de desenvolver hábitos de disciplina e educação".

O parecer concluiu pelo reconhecimento da equoterapia como método e sua incorporação ao arsenal de métodos e técnicas direcionados aos programas de reabilitação de pessoas com necessidades especiais. Recomendou ainda que, da equipe de reabilitação deverá fazer parte um médico especialista na área em atendimento aos requisitos que constam da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. Voto, em face do exposto, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 177/2006. Concluí, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu consulto se alguém quer fazer algum pronunciamento? Não havendo ninguém que queira se pronunciar, eu vou passar à votação nominal por se tratar de um projeto terminativo. Senador Flá-

vio Arns, que é autor do projeto, obviamente. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti que está presente conosco. Eu volto, com o Relator. Senador Sérgio Zambiasi, saiu. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO (PMDB-MG): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Maria do Carmo.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ): Com o relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Valter Pereira foi o Relator, Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado o projeto. Passamos ao item 11 que é não terminativo. Eu vou pedir ao Senador Valter Pereira que, como Relator *ad hoc* faça a leitura do parecer do projeto, que é o item nº 11, em homenagem ao seu Estado, que é a origem do projeto do Deputado Nazareno Fontelis, creio que do seu partido também, não é, Senador? Sim. Não é Mato Grosso do Sul? Não.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Embora, Sr. Presidente, Mato Grosso seja um Estado onde nós temos fincadas raízes emocionais, porque fomos, inclusive, Deputado estadual naquela Assembléia Legislativa, mas, na verdade, nós pertencemos a Mato Grosso do Sul, e há uma constante --.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O senhor eu sei, eu achava que ele era do Mato Grosso do Sul.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Não, ele é do Mato Grosso, certamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ele é do Mato Grosso? Está bem, mas não vamos discutir --.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A origem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A origem do Deputado, eu gostaria de pedir que o senhor pudesse, é o que institui o dia nacional do vaqueiro.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Do vaqueiro! Mas então vamos homenagear aqui os vaqueiros. O Projeto de Lei da Câmara nº 28 de 2007 de autoria do Deputado Nazareno Fontelis institui o dia nacional do vaqueiro a ser comemorado anualmente no dia 29 de agosto. Passamos a análise: A instituição do dia nacional do vaqueiro, não obstante a simplicidade do gesto, é uma das homenagens mais apropriadas que se pode fazer a um profissional brasileiro.

No Congresso Nacional, já tivemos oportunidade de aprovar celebrações, as mais diversas, mas faltava ainda uma que contemplasse esse verdadeiro herói dos sertões. Ao justificar a proposição o autor sustenta que o vaqueiro é uma figura representativa da cultura brasileira, tendo em vista as profundas raízes desse trabalhador para a expansão brasileira rumo aos sertões.

Além da atividade do pastoreio a esse personagem são veiculadas a arte do couro, as habilidades eqüestres e, também, a música. De fato, ao lado da significação econômica que teve e tem, o vaqueiro representa um símbolo cultural do que se pode chamar legitimamente brasilidade.

Além de ser aquele que permitiu a ocupação de vastas extensões de terra desde o período da colônia, o vaqueiro tem sido o responsável pela guarda e transmissão de muitas tradições nacionais, entre elas a arte do couro e diversas manifestações artísticas orais como os zaboios, os cantos e os contos da memória popular.

A consagração do vaqueiro, por sinal, já vem ocorrendo desde há muito na literatura brasileira. Nossos autores têm se encarregado de projetar no imaginário figuras de vaqueiros lendários e heróicos para os quais a coragem de perseguir touros bravinhos, enfrentar terreno e vegetação hostis se somam à noção de independência tendo que viver isolado de vidas e cidades, o vaqueiro acabou por criar um modo de vida autônomo e criativo em fazendas que eram verdadeiras unidades auto-sustentáveis.

A literatura encarregou-se igualmente de denunciar as condições precárias do trabalho e a falta de amparo do vaqueiro em personagens como o de Fabiano, do célebre livro Vidas Secas, de Graciliano Ramos. A criação de um dia do vaqueiro reveste-se, pois, de uma grande significação para a Cultura brasileira, razão pela qual recomendamos o seu acolhimento pela Comissão de Educação. Voto. Tendo em vista o caráter meritório à constitucionalidade jurisdicidade e boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 28 de 2007. Eis o parecer que agora estou acabando de proferir, Sr. Presidente, mas que na verdade é da lavra do Senador Paulo Duque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Valter Pinheiro a gentileza de --.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Valter Pereira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Valter Pereira, a gentileza --.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): V.Exa. hoje está tropeçando.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A gentileza de ter lido um parecer elaborado por outro Senador, o Senador Paulo Duque, e aqueles que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Tem alguém que queira oferecer algum assunto? Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): A respeito de vaqueiro, por exemplo, o Brasil tem o maior rebanho bovino do mundo, então provavelmente nós temos o maior número de pessoas que trabalham nessa atividade no mundo, de vaqueiro, não é? Entendeu, Senador? É uma atividade muito importante, porque ela é que faz chegar a carne de boa qualidade no prato do consumidor.

É uma atividade que tem significado econômico, porque se não tivesse vaqueiro não teria boi, o boi, a carne, o frango, o boi é um dos itens importantes no superávit comercial do Brasil que melhora nossas condições para segurar essa inflação, para segurar, para ter essas condições que nós estamos vivendo agora. O vaqueiro contribui também para segurar a infração. Eu acho que é justo ter o dia do vaqueiro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continua em discussão. Se ninguém quer se pronunciar eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Passamos aos requerimentos, uma vez que por, ausência de Relator ou autor, não podemos votar alguns itens. Não terminativo o requerimento de autoria da Senadora Fátima Cleide que não está presente, mas o Senador Augusto Botelho subscreve também. Então eu vou: Requer nos termos do inciso I do artigo 93 do regimento interno do Senado Federal que seja realizado Audiência Pública com a finalidade de instruir o PLS 261 de 2004 que dispõe sobre período para a realização de exames vestibulares, concursos públicos, provas disciplinares de disciplinas curriculares e dá outras providências.

Eu ponho, foi aprovado o requerimento, se for aprovado o requerimento, como do outro caso, a matéria ficará sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública. O Senador Augusto Botelho está com a palavra, depois a Senadora Marisa Serrano.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O objetivo da Senadora Fátima Cleide é realmente respeitar as convicções religiosas das pessoas, principalmente, acho que esse é o foco. Eu subscrevi o requerimento agora de manhã, mas a intenção dela é justamente que algumas religiões não permitem que a pessoas façam qualquer atividade que não seja da sua religião, no dia que para ela é consagrada à Deus. Eu acho que esse é o foco principal desse requerimento e eu acho que é uma coisa que deve ser discutida, realmente para a gente, o Brasil é um país que respeita as religiões, respeita todos os credos, respeita tudo, mantém a nossa tradição. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria fazer uma, pedir uma inclusão, Presidente, porque se nós estamos discutindo aqui a questão também religiosa, e vem representante da organização judaica, da igreja adventista, da igreja universal do Reino de Deus, eu queria dizer que eu queria incluir as PUC's, as Pontifícias Universidades Católicas, porque, afinal de contas, nós temos as PUC's em quase todo o país, são entidades centenárias de reconhecido trabalho feito pelo Brasil na área de educação e acho que não tem como a gente excluir os católicos dessa, desse requerimento. Então, nesse caso eu gostaria de incluir aí também da igreja católica para que façam parte dessa Audiência Pública e não só judaicos, a igreja universal e a igreja adventista.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Antes, isso eu vou incluir para a votação, a inclusão, mas antes eu queria saber se essa Comissão está de acordo em, na Audiência Pública, no requerimento do Senador Botelho, levando em conta que vai gerar um atraso. É claro que é um projeto com menos urgência, muito menos urgência, do o que anterior de financiamento. É um projeto que pode ser perfeitamente adiada a sua votação. Senador Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Só um observação que eu faço, a Senadora Fátima Cleide falou que não incluiu os católicos, porque eu também sou católico praticante, porque na nossa religião não existe restrição de obrigar, não, você não pode fazer prova aos domingos. Eu sou médico e sempre trabalhei domingo, feriado, a gente tem essa flexibilidade, talvez por isso, foi por isso que a Senadora Fátima Cleide não incluiu os católicos nesse requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vou pôr, então, em votação com aditamento da Senadora Marisa. Quem estiver de acordo, permaneça como está. Então está aprovado. E convidaremos também os representantes da PUC.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pediu para sobre o assunto?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está com a palavra, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu gostaria de requerer a V.Exa. como um aspecto extrapauta que nós já tivemos, o Senador Demostenes Torres, o Senador Eduardo Azeredo e eu aprovado o requerimento nesta Comissão em 13 de junho de 2007 para realização de Audiência Pública para instruir na Subcomissão, para instruir. Então, o que eu estou solicitando, na verdade, é um aditamento ao requerimento número 39, que eu mencionei, de 2007.

Nos termos regimentais, requeiro aditamento requerimento número 39 de 2007 que requer a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 188 de 2007 que dispõe sobre o benefício do pagamento de meia entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos, com objetivo de realizarmos uma segunda audiência em virtude da necessidade de ouvirmos todos os setores envolvidos na discussão do tema. Este é o aditamento ao requerimento, leia o requerimento que foi aprovado na Subcomissão e que deve ser aprovado também, Sr. Presidente, nesta Comissão e o requerimento número 8 aprovado na Subcomissão diz o seguinte: "Nos termos do disposto no artigo 58 inciso, Parágrafo 2º e incisos II e 5 da Constituição Federal, combinado com o artigo 90 inciso II e 5 do artigo 93 inciso um do regimento interno do Senado Federal, requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito que foi colocado lá desta Subcomissão permanente de cinema, teatro, música e comunicação social, em conjunto com a Comissão de Educação, cultura e esporte, com o propósito de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 188 de 2007 que dispõe sobre o benefício de pagamento de meia entrada para estudantes e idosos em espetáculos, artísticos, culturais e esportivos de autoria dos senadores Flávio Arns e Eduardo Azeredo. Então, Sr. Presidente, como item extrapauta, gostaria de ler, como já li, o requerimento aprovado na Subcomissão e que tem que ser objeto de apreciação na Comissão, bem como a proposta de aditamento a este requerimento para a realização, não só de uma, mas de uma segunda Audiência Pública, já que vários setores da sociedade se mostraram interessados em debater esse Projeto de Lei. É o requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Não havendo ninguém que se pronuncie ponho em votação. Os que estiverem de acordo eu, permaneçam como estão. Está aprovado. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente? Sr. Presidente, eu terminei de subscrever o requerimento para ser encaminhado ao Plenário para a sessão especial de homenagem aos atletas brasileiros que participaram dos jogos Panamericanos, eu queria, em primeiro lugar, saber se tem alguma sinalização da Mesa como possibilidade de data. Lembra que nós fizemos a conversa --.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Lembro.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): -- De que seria muito importante realizar uma sessão o mais rapidamente possível dada a proximidade do evento?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, mas podemos fixar uma data agora aqui, não?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, mas é porque --.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Por causa do Plenário, é isso?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, é porque teríamos que negociar com a Mesa não tem nenhum sinal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não temos uma resposta ainda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nenhum sinal? E o requerimento que nós aprovamos a semana

passada da vinda do Ministro dos esportes para a gente fazer o balanço do PAN. Isso tem data já prevista?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Já encaminhamos ao Ministro e estamos esperando que ele confirme a data.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que ele confirme a data, então está bom. Obrigado, Sr. Presidente, era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, não havendo mais nenhum outro assunto, está encerrada a sessão, com meus agradecimentos pela presença de todos.

Sessão encerrada às 12h12.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE AGOSTO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
9ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e três de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita Júnior e Antônio Carlos Valadares, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro e Inácio Arruda, que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 013-CE de 2007, de autoria da Comissão de Educação, que visa realizar um Ciclo de Audiências Públicas, com o objetivo de debater as **"Idéias e Propostas para a Educação Brasileira" e o Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE,** de autoria do Governo Federal. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Isaac Roitman, Conselheiro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; Senhor Gilberto Gonçalves Garcia, Presidente da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - ABRUC; Senhora Cleuza Rodrigues Repulho, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e o Senhor Luiz Davidovich, Diretor da Academia Brasileira de Ciências - ABC. Finda a exposição, a Presidência franqueia a palavra aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e vinte e sete minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 37º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1º SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53º LEGISLATURA, RELIZADA NO DIA 23 DE AGOSTO DE 2007.

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um, declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Essa reunião atende ao Requerimento nº. 03 da Comissão de Educação de 2007 de autoria de toda a Comissão para realização de ciclos de Audiências Públicas com o objetivo de debater idéias e propostas para a educação brasileira e o plano de desenvolvimento para a educação.

E para dar início a essa 9ª audiência do ciclo, solicito ao Secretário Júlio Linhares que traga os nossos quatro expositores. Para o registro de todos que estão nos assistindo pela televisão, no Brasil inteiro, eu quero lembrar que estamos aqui, e também para os nossos expositores que aceitaram a vir aqui, eu quero dizer que essa é a 9ª audiência que nós fazemos com o objetivo de buscar rumos e caminhos para a educação brasileira em todos os níveis, mas especialmente na educação de base que é a base do próprio ensino superior.

Nessas últimas oito audiências tivemos aqui diferentes personalidades e temos hoje um grande material que vai servir para elaborar um livro que esperamos, será encaminhado ao Presidente da República através do Presidente do Congresso. A finalidade é ouvir o que cada setor tem a dizer e levar ao grande público. O bom é quando temos um debate com os Senadores, mas ultimamente tem sido muito difícil porque além de uma agenda muito ativa, eu mesmo deveria estar em outras duas sessões neste momento, inclusive assistindo um depoimento do Ministro Tasso Jereissati aqui ao lado, que eu sou da Comissão de Relações Exteriores, e por gosto uma audiência com o Ministro Gilberto Gil que também está aqui na Casa, além dos trabalhos normais, então os Senadores estão muito ocupados. Além disso, quinta-feira já é um dia em que a Casa começa a relaxar e muitos já viajaram mais cedo para as suas atividades nas bases. De qualquer maneira eu fico feliz de que aqui estejam e fiquem certos que essa audiência vai ter o resultado de que a gente espera que é levar esse debate ao Brasil inteiro.

Eu passo a palavra, inicialmente ao professor, mesmo assim, Isaac Roitman ao qual eu dou 10 minutos, embora se for preciso um pouco mais, não há nenhum problema. Não será castigado se passado os dez minutos. Mas quanto menos tempo... Não menos que dez seria bom. Fique a vontade, professor Isaac, está com a palavra.

SR. ISAAC ROITMAN: Ok. Senador Cristóvam Buarque, companheiros de Mesa, senhores e senhoras. A SBPC, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ela comparece aqui com muita satisfação para a gente poder contribuir com essas discussões desse ciclo de audiências públicas. Eu gostaria de iniciar o meu pronunciamento lendo o seguinte parágrafo. “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva, em importância e gravidade, ao da educação. Todos os nossos esforços sem unidade de plano e sem espírito de continuidade não lograram, ainda, criar um sistema de organização escolar à altura das necessidades modernas e das necessidades do país. Tudo fragmentado e desarticulado.”

Esse parágrafo foi escrito em 1932. É o primeiro parágrafo do manifesto dos pioneiros da educação que discutiram a educação na década de 30, e 26 educadores intelectuais, entre eles Anísio Teixeira, Cecília Meireles, Fernando de Azevedo Roquete Pinto e Júlio de Mesquita Filho, elaboraram esse manifesto. Esse manifesto é plenamente atual. Plenamente atual. Tenho só 10 minutos, não vou falar sobre o panorama da educação no Brasil.

Todos nós sabemos que estamos numa crise, numa tragédia educacional e não vou falar sobre os indicadores, etc., etc., etc. Mas eu queria dar dois exemplos que talvez sejam mais importantes do que discutir os indicadores. As estatísticas, etc.. Primeiro é uma história, é uma ficção, pode ser considerado uma anedota, uma piada, em que o pai está às seis horas da manhã está acordando seu filho para ir para escola. Fala: Filho, vai para escola, filho vai para escola. E o filho vira para um lado, vira para o outro e fala pai, estou com muito sono, não quero ir para escola. E o pai, o filho fala: Pai, eu não vou por três razões. Primeiro por que eu estou com muito sono, segundo, não agüento mais os estudantes da escola, e terceiro, não agüento mais os professores da escola. O pai diz: Não, você vai ter que ir por três razões também. Primeiro que você precisa cumprir o seu dever, segundo você tem 45 anos de idade e terceiro você é o Diretor da escola. Eu contei essa história a dez dias atrás num evento da Secretaria de Educação do Distrito Federal e na discussão com o coordenador de curso de ensino fundamental, ele afirmou: O senhor tem absoluta razão. Tem dia que eu acordo e não tenho vontade de ir para escola. Isso é um sintoma muito importante.

Um outro fato que eu gostaria de relatar aqui aconteceu há alguns dias atrás na abertura da feira de ciências da Secretaria de Educação do Distrito Federal, onde eu participei da abertura e quando eu estava saindo um estudante de ensino médio me abordou. E eu tinha falado lá da existência de uma bolsa de iniciação científica Júnior para estudantes do ensino médio profissional. Ele queria informações sobre essa bolsa. Eu falei: Você usa e-mail? Ele disse: Uso. Então dei o meu e-mail para ele e pedi a ele que me escrevesse. Ele me agradeceu e falou “muitas desculpas em ter falado com o senhor”. Eu fiquei perplexo, ele não tinha que pedir desculpas pra falar comigo. Três horas depois aparece a mensagem dele no computador que eu vou ler como ele escreveu. Eu vou omitir o nome do aluno. “Eu me chamo fulano de tal, curso o primeiro grau do ensino médio, sou bastante interessado pela área de ciências e me desempenho bastante nas aulas de exatas. Sou um aluno excelente com notas altas, com u, e participo do projeto dado na escola. Estudo a tarde no CEM 404 de Santa Maria. Meu maior sonho é me formar pela UnB em química. Minha família é humilde e sempre estudei em escolas públicas, mas sempre me dediquei. No ano passado, das olimpíadas brasileiras de matemática obtive um dos melhores resultados de Santa Maria recebendo assim um certificado de menção, com s, honrosa. Meu sonho desde sempre era ganhar essa bolsa de experimentação científica. Venho encarecidamente lhe pedir essa bolsa queira me desculpar se eu fui inconveniente se o senhor pudesse me enviar a sua resposta agora, obrigado. O senhor na

data de 21 de agosto de 2007, dois dias atrás, esteve em uma feira de ciências. Sou eu que conversei com o senhor. Queira novamente me desculpar." Quer dizer, ele... Isso é um sintoma absolutamente sério em que um estudante se desculpa de falar com o professor. Temos que mudar isso. Isso ilustra o estado da educação brasileira.

O plano de desenvolvimento da educação, que é um dos temas dessas discussões, a gente lê o plano de desenvolvimento, a gente vai... Todo mundo que é sério vai por unanimidade vai aprovar as ações desse plano. São 50 ícones, cada um representando uma ação, o transporte escolar, formação de professores, FUNDEB, Pró-infância, Nova Caps(F), etc. Nada contra. Todos são legítimos. A nossa dúvida é de que sejam executados realmente. O planejamento seja executado em todas as suas facetas, porque não adianta nada dar um transporte escolar digno para o aluno em vez de aprender, desaprender na escola. Eu gostaria de, rapidamente de visualizar as soluções e pensar na educação do futuro dentro do Brasil.

Estou falando da educação do brasileirinho ou da brasileirinha que vai nascer daqui a dez anos. Não de agora. A gente tem que ter poucas coisas para que esse brasileirinho e brasileirinha possam ter um país diferente. Primeiro, é um novo professor. Que não seja simplesmente repassador de conhecimento, mas sim, um agente civilizatório. A formação do estudante deve ser de tal forma que tenha comportamento ético e um pensamento crítico que vai prepará-lo para construir uma nova ordem social.

O novo professor deve ter um reconhecimento social, isto é, um salário digno. Uma revolução pedagógica precisa ser criada aproveitando todas as tecnologias contemporâneas e um ambiente propício nas escolas e aproveitamento dos espaços educacionais fora da escola. E os quatro pilares dessa educação do futuro seriam: Aprender a aprender, aprender a ser, aprender a conviver e aprender a fazer.

Eu vou fazer um pequeno comentário sobre as provocações, as perguntas feitas por essa Comissão no convite feito à SBPC. São cinco perguntas, vou responder de maneira rápida. Primeiro que ações tomar para todas as crianças concluírem o ensino básico no Brasil? É muito simples, tornar o ambiente lúdico. Um exemplo, eu gosto de dar exemplos: Há 15 dias, mais ou menos, o Presidente Lula visitou um projeto de uma escola de ciência em Natal, no Rio Grande do Norte, no Instituto Nacional de neurociências em Natal. E depois de ter visto a escola, etc., perguntou a uma aluna o que é que, de dez anos de idade, o que é que a aluna achava dessa escola. E a aluna respondeu: Isso não é escola, isso é um parque de diversões. Então, nós não vamos ter uma educação decente se não tivermos esse sentimento, essa vontade de se formar o nosso estudante no ensino básico. Segundo: Provocação, o horário integral é uma condição para educação de qualidade? Eu diria que é fundamental no Brasil. Mas não é fundamental em outros países. Por exemplo, a Finlândia, que nas últimas duas avaliações internacionais para estudantes de 15 a 17 anos tirou o primeiro lugar no mundo, e, diga-se de passagem, no ranking de corrupção é o país com menos corrupção no mundo, a Finlândia está pensando em reduzir o tempo de estada do estudante na escola. Por quê? Porque o ambiente que ele tem na Finlândia é muito diferente do Brasil. Quando a gente tiver um ambiente cultural, um ambiente em que se pode ter a formação fora da escola, os bons exemplos, boas atividades, não vai ser preciso manter o aluno em tempo integral. Mas no Brasil é fundamental que ele fique em tempo integral. Terceira provocação, como fazer para que todas as escolas do Brasil tenham boa qualidade e qualidade equivalente, independente de onde estiver localizada? Eu acho que a melhor resposta é aquela comparação que o Senador Cristovam Buarque disse que cada escola deveria funcionar como uma agência do Banco do Brasil. Todas as agências do Banco do Brasil são... Têm um bom ambiente, as pessoas com comportamento, uma relação com o cliente adequada, etc. Então, nós precisaríamos é ter uma estrutura física adequada e equipada para um programa pedagógico unificado, professores estimulados com salários dignos e que acordem com vontade de ir trabalhar para exercer a missão de educar e não acordar e não ter vontade, o professor, de ir para escola. Quarta provocação, como fazer um pacto nacional de longa duração dos partidos, governos, empresários, professores, movimentos sociais, etc., pela educação? Eu acho que nós temos que considerar e convencer todos os segmentos da sociedade que a criança é o maior capital de um país.

No Japão, conversando com um arquiteto que conhece muito bem o Japão, o professor do Mackenzie de São Paulo, João Okamoto, ele disse, me disse uma frase que nós devíamos adotar: "No Japão as crianças são consideradas tesouros." Eu acho que é através disso que a gente talvez tenha sucesso em fazer um pacto nacional. Quais as vantagens e desvantagens da criação de um Ministro da Educação de base? Eu só vejo vantagem. E sugiro até um outro nome para esse Ministério, que fosse o Ministério da Criança. Dentro desse panorama, a gente, que é pessimista, mas a gente tem que ter algumas coisas de fundo otimista. E o que a gente podia citar, está acabando de acontecer, é a olimpíada de matemática das escolas públicas que esse ano teve a participação de 17 milhões

de crianças. Nós não vamos... Não precisamos bater o recorde mundial, não é o importante, já é a maior olimpíada de matemática do mundo. Mas o aprendizado que a gente tem é que se a gente estimular a nossa juventude e a olimpíada de matemática é um agente estimulante, ela está aí para ser estimulada. E estimular os nossos jovens é dever de todos nós. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço muito ao professor... Senador quer fazer algum comentário?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Só para aproveitar aqui o professor Isaac sugeriu um nome para o Ministério, talvez fosse até o caso, Senador Buarque, de a gente lançar um concurso para a escolha do nome do novo Ministério. V.Exª. é Advogado dele, eu dou um... Ministério da Salvação. O dele é o da criança. Lançar um concurso aí para escolher o nome desse Ministério.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A minha preferência é Ministério da educação de base e da criança. Ou como eu tenho defendido, Ministério de Educação de Base com Agência Nacional de Proteção da Criança e do Adolescente, como existem as agências do petróleo, do gás, de tudo isso. Bem, eu passo a palavra agora ao professor Gilberto Gonçalves Garcia.

SR. GILBERTO GONÇALVES GARCIA GONÇALVES GARCIA: Obrigado, Senador Cristovam, agradeço o convite feito à Associação Brasileira de Universidades Comunitárias. Quero cumprimentar os integrantes dessa Mesa aqui, senhores Senadores, assessores e os demais participantes dessa audiência Pública. Eu parabenizo a Comissão de Educação do Senado por essa iniciativa desse debate. A ABRUC é a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias que congrega hoje aproximadamente 54 universidades. Eu penso que a militância no segmento superior da educação não dispensa, mas pelo contrário, ela inclui uma profunda responsabilidade na reflexão sobre o desenvolvimento da escola básica. Na prática nós podemos observar que a avaliação do ensino básico é medido, é medida na prática pela escola superior e eu gostaria de discutir ou de apresentar algumas idéias no sentido de princípios e fundamentos e não tanto entrar no mérito da questão da operacionalidade dos processos. Eu penso que nesse momento é isso que tem mais relevo quando se trata de questões em torno do plano de desenvolvimento da educação apresentado pelo Ministério da Educação. Eu gostaria de começar essa reflexão trazendo uma idéia filosófica. Existe uma corrente de pensamento chamada pensamento estrutural, pensamento funcional. E este princípio filosófico entende que tudo que é verdadeiro é aquilo que tem sentido. E tudo que tem sentido só tem sentido porque está em relação.

Ou seja, a relacionalidade entre as coisas é que na prática, na vivência, confere sentido e verdade a realidade. Então o real, concreto, é tudo aquilo que está numa relacionalidade em vários níveis. Nós, na prática, não vemos como isso funciona, mas nós operamos, nós atuamos sempre em relação. Eu penso que a lógica dos planos dos programas e das ações do Ministério da Educação tem tomado por base a idéia de mundo real e criativo como mundo de co-pertinência e interação de processos paralelos. Eu acho que a partir desse princípio eu penso que o plano de desenvolvimento da educação é um bom documento, Senador. E eu acho que nós temos que prestar mais atenção nele. Eu quero destacar duas questões. Duas das questões que provocaram esta 9ª audiência para esclarecer melhor isso que estou dizendo. A primeira pergunta provocadora é aquela já mencionada pelo professor Isaac Roitman, que ações tomar para todas as crianças concluírem o ensino básico do Brasil? Eu diria sumariamente que eu não sei. E eu duvido que alguém possa apontar uma fórmula final para essa questão. Atualmente os programas originários das políticas públicas propostas pelo Governo que orbitam aí em torno do plano nacional de educação, o plano de desenvolvimento da educação, demonstram querer proporcionar às crianças e adolescentes condições de ingresso e conclusão de todo o ensino básico da educação infantil até o ensino médio, desenvolvido nos centros urbanos e também nas áreas rurais. Esses programas não podem ser vistos isoladamente, mas eles são co-pertinentes dentro daquele princípio filosófico que eu mencionei anteriormente, ao sentido da educação. Se nós tomarmos por base as ações paralelas, tanto do Ministério da Educação, como de outros Ministérios como o FUNDEB, o programa Caminho da Escola, transporte escolar, programa Brasil alfabetizado, a universidade aberta, a UAB, o programa biblioteca nacional para o ensino médio, o programa de educação profissional, os programas da pró-infância, saúde na escola, o mais escola, as salas multifuncionais, a escola digital, a pró docência, desculpe, a iniciação da docência, o piso salarial, entre outros, podemos observar que eles operam dentro do princípio do pensamento funcional no que diz respeito ao fenômeno da educação. Eu não estou falando aqui de gestão desses processos e de seus resultados isolados.

Eu digo que, para responder essa pergunta esses programas são sinergéticos e são sim. Percebam que lá aonde acontece aquilo que nós chamamos de sucesso da permanência da criança na escola eles es-

tão interagindo naturalmente no processo, por exemplo, de formação e educação das classes mais favorecidas nesse país. A questão está, penso eu, na mudança de consciência social e, sobretudo, junto à mudança, a transformação da consciência social nas camadas menos favorecidas. Normalmente a nossa crítica se dirige à expectativa de ineficácia desses programas por problemas de gestão nas diferentes etapas da sua malha. Eu não quero falar aqui de gestão de recursos, mas se esses problemas forem resolvidos, eu creio que nós temos um caminho para a solução dessa questão crucial. Ademais nós estamos falando de planos de larga escala e nós vivemos num continente, numa diversidade enorme. Eu creio que cabe aos órgãos envolvidos nesse processo para a melhoria da educação brasileira fazer acontecer o planejado. Assim eu penso que é necessário, não somente a regulação por parte do Ministério da Educação e dos demais Ministérios e Secretarias envolvidas, saúde, por exemplo, desenvolvimento social, Previdência, mas também a supervisão de efetividade dos mesmos por meio de ações de auditoria. Eu pergunto, eu não entendo muito bem dessa área da gestão desses recursos, mas seria possível inserir, por exemplo, a Controladoria Geral da União nesse processo também? Realizando auditorias com vistas a garantir a efetiva aplicação dos recursos destinados aos Estados e aos Municípios por intermédio dos diversos programas já mencionados.

Vejam o caso, por exemplo, do Bolsa Família. O Bolsa Família também vem dessa matriz, desse pensamento funcional filosófico. Podemos dizer o que quiser com relação aos desdobramentos políticos do Bolsa Família. Mas o Bolsa Família é resultado de uma vasta pesquisa, se não me engano, feita na UNICAMP, eu lembro que acompanhei na época alguma coisa a respeito e o Bolsa Família está baseado nessa, nesse princípio de transformação da consciência social de classes, baseado da idéia de que se você muda comportamentos, se você muda comportamentos e favorece, por exemplo, com que outros fatores interajam, você muda a consciência de uma camada social a ponto de que ela absorve um novo comportamento. Eu lembro aqui, Senador, na ocasião de sua gestão aqui em Brasília, no Governo do Distrito Federal, aquela campanha para a questão dos pedestres. Os pedestres, na travessia dos pedestres, a preferência Eu lembro que a inteligência desse processo estava no fato de que para se conseguir com efeito que o pedestre em Brasília atravessasse, fosse respeitado pelo trânsito, era preciso que dentro dessa consciência também o pedestre, o motorista estivesse em sinergia com outros aspectos da responsabilidade social, e não somente atravessar a rua, como jogar o lixo no lugar certo. Então, são vários processos e isso eu chamo de transformação de consciência social. Então eu penso que o Bolsa Família tem na sua matriz essa expectativa.

Agora, eu não estou falando de gestão desses recursos ou nos resultados finais desses recursos. Socialmente então nós nos comportamos, eu tenho a impressão, com níveis de consciência, níveis de sociabilidade, níveis de ética, níveis de civilidade e de respeito. O destaque que eu faço, um destaque que eu faço ao plano é também o lançamento da idéia de índice de desenvolvimento. Isso é muito importante destacar, Senador. O índice de desenvolvimento da educação básica. Eu acho que trabalhar com indicadores de desenvolvimento da educação é muito mais importante que trabalhar com indicadores de assimilação de conteúdos, que é uma grande mudança, e isso é muito interessante. Você passa a ver o processo, a dinâmica e não o ponto fixo. Essa é a alma da avaliação que está presente, como eu disse, no ENEM, no ENAD, na provinha Brasil. Eu acho que é uma grande mudança e precisa ser aprimorado que é totalmente do espírito do vestibular, dos provões. Então a qualidade da educação não deve dizer muitos índices em cenários diferentes. Qualidade é aquilo que a gente consegue agregar na possibilidade de cada contexto. Por muito tempo nós acreditamos na educação que o resultado da qualidade estava no resultado do conteúdo quantitativo de conhecimento acumulado. Pior, o pior foi que os cursinhos desmascararam esse engano com a prática de memorização e de macetes para entrar na universidade. Isso colaborou com a defasagem entre níveis e etapas de educação no Brasil profundamente.

Percebam que hoje o ensino médio, na prática, está lidando com projetos pedagógicos do fundamental. O ensino superior, em nível de graduação hoje, ele nada mais é do que um pós médio. Um médio melhorado. Aquilo que nós entendemos como hoje nos programas de mestrado, muitas vezes é o ideal de uma graduação, de uma boa graduação. E um doutorado foi reduzido, na sua prática, a um mestrado melhorado. Então, nós estamos defasados na etapa por causa de todos esse processos. A escola superior não dá conta, não dá conta de resolver todos esses problemas, por isso que eu digo que a Escola Superior hoje cumpre o papel avaliativo dos processos anteriores. E o agravante de tudo isso foi a universalização repentina do acesso ao ensino superior dentro dessa lógica. Eu penso que o indicador de qualidade deve estar atrelado ao resultado de medição de habilidades e competências do aluno, e não tanto ao conteúdo assimilado. O quê que é isso? É a sua compreensão leitora, é a sua base do pensar científico e a sua capacidade de

abstração. Uma outra questão era se o horário integral é uma questão para a educação de qualidade? Eu penso que nós devemos primeiramente pensar a idéia de integralidade, de horário integral como um conjunto de condições para uma educação de qualidade. E daí nós voltamos àquela idéia inicial do pensamento filosófico estrutural integral. Integral, integral é quando as condições se relacionam e possibilitam o desenvolvimento da educação. Integral é quando se tem transporte, integral é quando se tem comida e as condições para que a educação se realize. Então integral é um conceito funcional. Integral é o que inclui a diferença como parte dela. Por isso que para ter boa educação tem que ter, sim, a sinergia dos outros fatores. Integral é educação, saúde, sanitarismo, alimentação, desportos e tudo mais. Um outro nível de educação integral que é essa que sempre nos referimos a ela é o tempo que se pode investir dentro das condições materiais da educação integralizada. Aí nós falamos de horário integral.

Então, quando se pergunta, não adianta você pensar horário integral pra uma escola ruim. Ou para uma educação ruim. Você vai amplificar aquilo que já é ruim. Então, nós temos que pensar integral primeiramente a partir do princípio. O que é integral? Integral é quando a educação não está isolada. Quando todos os fatores colaboram para uma boa educação. E depois, sim, pensar a integralidade como horário. Vejam, por exemplo, a falência do projeto público do passado de escola integral. Eu não vou aqui citar exemplos claros, mas já houve, todos nós conhecemos muitos célebres projetos de educação integral e por que é que eles fracassaram na escola pública? Porque faltava essa visão. A criança saía dessa escola e o contexto social no qual ela está inserido não dava conta de acompanhar ou de complementar esses aspectos, sobretudo a família, sobretudo a questão, inclusive a questão do sustento da família do ponto de vista moral, psicológico, e todas as condições sociais nas quais essas famílias estavam envolvidas e viviam. Então eu penso que, Senador, se fôssemos falar hoje sério em tempo integral, eu diria que nós deveríamos voltar ao internato, ou semi-internato. Isso que seria a idéia de integralidade. Eu lembro que essas escolas antigas que eram internato hoje foram, no passado, foram grande responsáveis pela formação da inteligência brasileira, mas claro, por uma minoria. Eu penso que essas duas questões ficariam aqui como contribuição da Associação Brasileira das Universidades Comunitárias e nos dispomos a aprofundar as demais questões em outros debates e na ampliação do debate dessa Comissão. Eu quero agradecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao professor Gilberto e passo logo a palavra à professora Cleuza, que é Presidente da UNDIME.

SRA. CLEUZA RODRIGUES REPULHO: Então em primeiro lugar bom dia, bom dia a todos e todas. Obrigado, Senador, pelo convite à UNDIME. Além de Presidente da UNDIME eu sou secretária municipal de educação em Santo André, São Paulo. A UNDIME é a União dos Dirigentes Municipais de Educação que congrega os secretários, ou dirigentes, ou diretores, qual seja a nomenclatura das pessoas que são responsáveis pelo investimento, pelos recursos nos Municípios. Ela defende a educação publica de qualidade para todos, representa os interesses da educação municipal junto às autoridades, eu imagino que o CONSED também deve ter sido convidado e por algum motivo não pôde estar presente, vai participar da próxima--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não, já veio em outra.

SRA. CLEUZA RODRIGUES REPULHO: Já não é? Já participou. Que é o Conselho dos Secretários Estaduais, enfim, e a UNDIME também articula e coordena os interesses comuns das secretarias junto aos órgãos do Governo Federal. Nós temos uma organização de uma Diretoria nacional e em cada Estado estamos constituídos em seccionais. Cada Estado do Brasil tem uma seccional com um Presidente daquele Estado e que congrega então os gestores municipais. Nessa proposta que foi colocada para a audiência de hoje, a UNDIME se posiciona da seguinte maneira: Primeiro, se nós queremos se a educação seja prioridade efetivamente, a gente precisa que todos os segmentos estejam envolvidos e não só os educadores, mas principalmente a sociedade civil organizada e que a gente possa transformar, então, aquilo que é teoria em prática efetiva. A UNDIME integra hoje dois movimentos importantes, que é a Campanha Nacional pelo direito à Educação, que congrega mais de 120 entidades representativas e a aprovação do FUNDEB demonstrou, então, o poder de articulação e, principalmente, a sensibilidade de Deputados e Senadores à questão da educação pública de qualidade e, em especial, para os municípios, as creches, e as creches conveniadas. A campanha nacional teve um papel aí importantíssimo e ela é composta por entidades do Poder Público e da sociedade civil. O movimento Todos pela Educação que reúne fundações e institutos empresariais e que se propõe a que sejam atingidas então as seguintes metas: O acesso e permanência da escola até 2022, das crianças entre quatro e 17 anos. Hoje a obrigatoriedade no Brasil é dos seis a quatorze anos. E nós no

Brasil fomos um dos últimos países da América do Sul a implementar fundamental de nove anos.

Enquanto Argentina, Chile, enfim, outros países estão discutindo já a obrigatoriedade, nós ainda temos um prazo até 2010 para a implementação do fundamental de nove anos. O que é uma pena, sendo que nós ainda temos redes estaduais que sequer começaram seu processo de ampliação para o fundamental de nove anos. Até 2010, então, 80% das crianças e até 2022 que todas as crianças com oito anos estejam plenamente alfabetizadas. Eu acho que isso é uma prioridade não para 2022, é uma prioridade para muito antes. E a correção do fluxo. Nós ainda temos a defasagem em idade e série, então esse movimento pleiteia e quer colaborar na organização dos sistemas para isso. E a meta nº. 05 que nós acreditamos que seja uma das mais importantes também o investimento em educação deve ser garantido por Legislação e gerido de forma eficiente e ética. Infelizmente hoje os gestores municipais passam por dificuldades sérias para conseguirem investir os 25% que são de lei do Município e mais os recursos que vêm do Governo Federal e do Governo Estadual. Por que essa dificuldade? Porque não em todos os Municípios, esse investimento é feito de forma correta e os tribunais de contas e todos os relatórios mostram que os Municípios, infelizmente Municípios e Estados não estão conseguindo ou têm o desejo de fazer esse investimento da forma mais coerente. Outra questão que nós achamos importante destacar e num movimento de que se nós queremos educação de qualidade para todos, é quem são esses gestores? Ontem, na reunião do comitê diretivo da campanha do Todos por Educação, nós apontamos umas prioridade que é o gestor municipal e o gestor estadual. Quem é esta pessoa? Qual é a formação que ele tem e, principalmente, como é que ele vai gerir os recursos da educação? Hoje, nos Municípios, a Secretaria de Educação é a segunda, o segundo cargo mais importante. Primeiro do Prefeito e o segundo as secretarias municipais de educação. Por quê? Porque ela detêm 25% do orçamento mais as verbas que ela recebe. Então no próximo ano nós vamos entrar aí num ano eleitoral para os municipais e um dos pontos que a UNDIME vai destacar e vai investir fortemente é em perguntar a candidatos a Prefeito quem serão seus secretários de educação? Secretários e secretárias? Eu acho que isso é importantíssimo.

Nós precisamos, não só entender de educação mas precisamos entender de finanças, precisamos entender de investimento, enfim, porque na verdade a gente detêm um poder junto com o Prefeito, secretários de saúde e de educação e a gente precisa saber exercitar esse poder que a nós é, enfim, colocado. A escola pública, então, que a UNDIME defende e aí, Senador, não é independente do horário, mas o que nós mais, o que a gente mais vem lutando que ela seja comprometida com a inclusão. Que todas as crianças efetivamente tenham acesso. É fato que com o FUNDEF nós conseguimos incluir muitas crianças, conseguimos matricular muitas crianças, porém de sete a quatorze anos, o Governo fez uma escolha e todas as escolhas têm um preço. Escolher um segmento e uma faixa etária deixou de fora a educação infantil e ensino médio por mais de dez anos. Municípios que não têm arrecadação própria e que vivem de repasses da União e dos Estados não têm rede de educação infantil e o FUNDEB, em princípio, não resolve essa questão e o PDE tem ações específicas para isso. O Município que não tem receita própria não pode construir prédio de educação infantil porque ele só vai receber os repasses do FUNDEB na medida em que tiver alunos matriculados. Então a gente tem aí um passo anterior.

Então, hoje a gente tem uma premissa de que a defesa da inclusão de todas as crianças, desde a educação infantil até o ensino médio, e que a gente possa, sim, expandir o horário de formação e que, não necessariamente precisa ser dentro da unidade escolar, mas que as cidades e os Estados se organizem no sentido de promover a educação também fora da escola. Todos os espaços, uma cidade educadora como é uma rede mundial de cidades educadoras, ela consegue democratizar o ensino e democratizar programas de educação, não só através das unidades escolares. E para construir essa escola pública inclusiva, os dirigentes municipais, além de todas as críticas que a gente vem sofrendo e algumas com razão e outras, às vezes, sem razão por parte da sociedade que muitas vezes critica a educação pública, mas sequer sabe como é que a escola que está ali ao lado da sua Casa funciona. Sequer sabe qual é o nome do Secretário de Educação. Mas sabe que não funciona. Não freqüenta, não usa o serviço, mas diz que é ruim.

Em compensação você tem usuários, e aí é esse equilíbrio que eu acho que a gente precisa conseguir trazer para dentro da educação, os pais que não tiveram a oportunidade de freqüentar a escola se sentem aí saciados e aí não é no bom sentido, quando conseguem matricular seus filhos na escola e conseguem que eles tenham merenda escolar, enfim, educação é uma coisa muito mais ampla e a gente tinha que até porque as universidades, na maioria das vezes fazem suas pesquisas nas escolas públicas e nas redes públicas e sequer devolvem para essas mesmas redes o resultado, ou sequer aplicam todo o comento que foi desenvolvido dentro das redes públicas. Várias cidades, para conseguir que as universidades partici-

pem do seu processo de educação, precisam firmar convênios e pagar. Então, qual é o papel das universidades, então, para educação básica? Eu acho que a universidade tem um papel importante, o PDE vem trazer isso, porém ela precisa estar disposta a ouvir, não só a trazer o seu conhecimento. Hoje nós temos muitas universidades públicas que de fato não formam professores para a rede pública, formam professores para as redes privadas. Poucas vezes... Agora, todos os alunos de mestrado e doutorado que querem desenvolver programas, vem procurar as redes públicas de ensino e querem fazer de lá espaços, então, de produção de conhecimento, mas que esse conhecimento nem sempre volta.

Esse é um desabafo, Senador, e de alguém que já foi da universidade, enfim, eu várias vezes participo de mesas como hoje nós estamos aqui com o pessoal, com a academia, e por várias vezes eu pedi para eles trocarem comigo seis meses. Seis meses eu faço pesquisa e seis meses eles administram a secretaria, o Ministério Público, enfim, tudo isso que compõem. Porque todo mundo tem alguma idéia do que é que é possível fazer. Quando tem a oportunidade de fazer, nem sempre faz. Então eu acho que isso é importante. Quando a gente aliar o conhecimento das universidades, e aí não são só as públicas, a vida cotidiana das redes públicas de ensino, quando as pessoas dizem que a escola pública era melhor antes eu fui aluna de escola pública, é porque a escola pública não era para todos. Quantos de nós que freqüentamos a escola pública tinham alunos negros ao seu lado, tinham alunos com deficiência ao seu lado, tinham alunos filhos de favelados. Enfim, então aquela não era a escola pública que nós temos hoje. Hoje nós temos nas rudes municipais crianças vítimas de violência doméstica, crianças de abrigos, os antigos orfanatos, crianças com doenças crônicas e que são tratadas ou não, então a gente tem hoje um outro público, uma outra configuração das escolas públicas. E na formação dos professores, hoje, ainda nós não formamos professores para essa escola pública, para atender estes alunos da escola pública.

Por várias vezes nós fizemos programas na rede aonde eu sou secretária, para ajudar os professores a identificar os alunos que eram vítimas de violência doméstica e descobrimos que muitos professores eram vítimas, professores e professoras eram vítimas de violência doméstica. Então é um contexto muito maior e a gente trouxe para dentro da escola uma série de problemas e quer que a escola resolva. A função da escola é produzir conhecimento. É ensinar. Não é fazer a formação integral de todas as crianças. A família tem o seu papel e ela precisa cumprir. Não dá para o pai ou mãe delegar ao professor que o filho não obedece em casa. Quem estabelece esse limite precisa ser a família. Então a escola pode, sim, colaborar com a família nesse sentido. Ela não pode assumir essa responsabilidade na íntegra, senão, se cinco horas já não é suficiente, não vai ser o dia inteiro que nós vamos transformar a sociedade. Uma outra questão que a UNDIME queria destacar principalmente é nós temos e estamos acreditando e estamos trabalhando duro para isso na implementação do plano de desenvolvimento da educação. Pela primeira vez nós podemos sentar e dizer algumas questões que foram, que são importantes para os dirigentes municipais e principalmente apontar as condições básicas. Dos 1042 Municípios com pior IDEB, os 1042 municípios com pior IDEB nunca receberam recursos do FNDE. Nem nesta gestão, nem na gestão passada, nem na gestão há 20 anos atrás, enfim, não receber recursos do FNDE significa não ter recursos adicionais para promover uma educação de qualidade. 14 secretarias municipais de educação sequer tem telefone. É um telefone público que fica na porta da secretaria e que a UNDIME daquele Estado foi até lá e foi assim que nós conseguimos o contato com a secretaria. Então a gente precisa partir aí de condições básicas, nós temos nesse país escolas que não têm luz, mas nem por isso nós vamos deixar de investir nas novas tecnologias.

Eu acho que a gente tem duas coisas muito importantes para fazer. Primeiro trocar esse pneu, mas esse carro não pode parar de andar porque se a gente dependesse de eliminar o analfabetismo, Senador, a gente não investiria em programas de pós-graduação. Então nós temos, sim, que dar essas condições, porém, na medida em que cada cidade, cada Estado precisa. Outra questão que é muito importante e eu sei que eu tenho que finalizar, é que este plano de educação ou qualquer plano, seja qualquer Presidente, qualquer Ministro possa ter a idéia, é que o regime de cooperação entre Estados e Municípios funcione. Nós temos no Brasil uma organização de educação diferente de qualquer país da América do Sul. Nós temos na mesma cidade rede estadual, rede municipal, trabalhando com os mesmos alunos, na mesma faixa etárias, porém os Estados muitas vezes não cumprem o seu papel e os municipais não fazem a articulação que precisam. Eu não sou filiada e não são candidata, mas se um dia eu fosse eu gostaria de ser governador porque o problema sempre ou é do Prefeito que está lá perto ou é do Presidente que está lá longe. Porque sempre que eu tenho problema na rede estadual, nós somos dois sistemas distintos, a população toda vem lá e fala comigo e eu não tenho nenhum poder, nenhuma ingerência sobre as escolas estaduais. Mesmo fa-

zendo merenda escolar para a rede estadual, mesmo com recursos do Município, mesmo fazendo transporte escolar. Então um dos pontos, e aí eu concordo com o professor Isaac, para que o plano dê certo, para que o PDE dê certo não basta só o investimento, não basta essa organização, mas o regime de cooperação entre Estados e Municípios precisa funcionar.

Não dá mais para nós continuarmos nessa disputa e uma disputa feroz e às vezes desigual, porque o Município não tem como resolver às vezes problema de transporte escolar, nós temos um Município no Pará que tem três escolas na cidade e 90 escolas rurais. Ele gasta três milhões de reais só com transporte escolar e não vai receber isso de retorno de FUNDEB, enfim. E para finalizar, no que diz respeito a todas as questões que foram apontadas, ensino em período integral, ele é importante desde que as políticas sejam articuladas, nós temos dados de crianças que são alfabetizadas com linguagem de sinais e ela só tem otite crônica. Elas só precisam de remédio para curar uma infecção de ouvido. Elas não são deficientes auditivas. Então a gente precisa e muito de um trabalho integrado de ação social, saúde e educação e em relação à criação, a vantagem ou desvantagem de um Ministério específico para a educação, na verdade eu e a UNDIME, não que nós discordemos disso, Senador, mas na verdade se a gente conseguir que os Ministérios funcionem bem, nós não vamos precisar nem criar e nem reduzir. Na verdade a gente precisa é que eles funcionem. Um dos pontos do PDE que é a articulação das universidades com o ensino básico é possível porque nós temos um Ministério único. Então, nós não temos uma posição fechada em dizer ou que sim ou que não, mas nós gostaríamos primeiro é de entender como é que seria, como é que essas coisas seriam colocadas para que a gente pudesse emitir então a nossa opinião.

Eu queria agradecer em nome dos cinco mil, quinhentos e sessenta e dois secretários municipais de educação, e que vocês que estão assistindo ou que estão aqui pudessem trabalhar para que a gente não falasse tão mal das escolas públicas. Nós temos 97% das crianças nas redes públicas. Hoje nesse país nós não temos ilhas, a gente tem vários arquipélagos de educação pública de qualidade. Então, que a gente coloque luz desses arquipélagos e possa trabalhar onde a gente ainda tem muito problema. Mas tem muita gente séria fazendo muito trabalho sério e produzindo conhecimento nesse país. Obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer e antes de passar a palavra ao Dr. Davidovich, dizer que eu vou ter que estar 12h00 no aeroporto e talvez em algum momento eu tenha que sair, dependendo do tempo que durar sua fala.

Já pedi ao Senador Valadares que sendo preciso, ele assuma aqui. De qualquer maneira eu queria fazer dois comentários sobre o Ministério. É que enquanto tiver só um, vai haver esse problema das universidades não quererem atender. Se houvesse dois, aí se faria convênios. Além disso, se você olha a economia, a economia tem Ministro de indústria e da agricultura, ontem criaram mais uma secretaria que é dos portos, tem secretaria do, tem Ministério dos Transportes, tem secretaria da pesca. Quando eles sentam à mesa com o Presidente, eles têm dez pessoas falando pela educação. A gente só tem um pobre de um Ministro e, mesmo assim, pressionado pelas universidades. Aí ele só fala de universidade. Ministro da Educação no Brasil é Ministro do ensino superior. Por isso tem tantos Ministérios, como a senhora disse, que nunca receberam nada. Porque não tem um Ministro de educação de base. O Ministro que faz o PROUNI, está na história. Ele não precisa fazer mais nada. Se ele fosse da educação de base, o PROUNI não colocava ele na história. Ele tem é que fazer outro tipo de mudanças. Mais um ponto só que eu queria falar sobre, que a gente não... Fomos o último a implementar nove anos. Mas nós fomos o último a fazer independência, a fazer a República e a fazer a abolição. Seremos o último a fazer a mudança na educação, por que o Paraguai está fazendo a, a Bolívia vai erradicar o analfabetismo antes da gente. A Venezuela já erradicou. Erradicar que eu digo é chegar a 5%. Isso de fato é a tragédia.

Eu quero só falar com o Dr. Gilberto sobre o internato. Hoje eu defendo o internato. Mas é na cidade. A cidade já é um internato se a gente fizer com que a cidade seja um instrumento de educação. E aí a minha proposta também sobre mudar sem parar o carro. Mudar o pneu. Eu só vejo um jeito, é a gente ir evoluindo tudo aos pouquinhos com o PDE, um pouquinho de avanços e revolucionando algumas cidades. Escolher algumas cidades no Brasil e dizer: Essas cidades vão ter a escola que a gente quer para o Brasil daqui a 30 anos. Elas vão ter em dois anos, como começamos no MEC com as chamadas escolas ideal. Quanto ao Isaac, eu queria dizer, Isaac, aqui, aquela primeira frase é formidável do manifesto. O nosso desafio é como quebrar a fragmentação. E eu só vejo um jeito, educação de base, isso é uma questão nacional. O que eu chamo federalização mantendo a descentralização gerencial. Desculpe eu ter falado, mas é que eu não queria sair sem dizer algumas palavras, mas ainda vou ficar aqui. Professor Davidovich. Enquanto der, eu vou ficar aqui. E vou mandar alguém saber se o avião está atrasado.

Quando a gente quer sair logo ele atrasa, quando a gente quer que ele atrase, em geral ele fica.

SR. LUIZ DAVIDOVICH: É verdade, é uma conspiração das companhias de aviação contra nossos horários! Bom, em primeiro lugar eu quero cumprimentar meus colegas de Mesa, o Senador Cristovam Buarque, parabenizá-lo pela iniciativa de promover esse ciclo de Audiências Públicas, cumprimentar os Senadores presentes aqui, o público em geral. Eu vou estar falando aqui sobre propostas que foram elaboradas por grupos de estudo da academia brasileira de ciências. Eu sou Diretor da academia e a academia publicou recentemente, por favor, o próximo, isso, publicou um documento chamado subsídios para a reforma de educação superior que está disponível na página da academia, tem aqui o endereço, e está finalizando um outro documento sobre ensino de ciência de educação básica que vai ser publicado em breve. São duas questões fundamentais de interesse da academia e são motivados por alguns dados que eu vou mostrar aí muito rapidamente. Esse gráfico mostra o percentual da população adulta entre 25 e 64 anos no Brasil com ensino superior comparado com outros países. Você vê que o Brasil nesse gráfico está em último lugar. Nós temos cerca de 7 a 8% da população adulta com ensino superior e nesse sentido estamos bastante desfavorecidos, mesmo com relação a outros países da América Latina.

O gráfico seguinte mostra como é que esse percentual de adultos com formação superior variou no período de 95 a 2002 no Brasil e em outros países com forte ímpeto desenvolvimentista como a Malásia e a Tailândia. Então vocês vêem que a variação é praticamente desprezível no Brasil. Esse percentual baixo de população com ensino superior, por outro lado está ligado a um outro percentual também ridiculamente pequeno que é o percentual da população adulta que concluiu o ensino básico. Então em 2003 esse percentual era de 30% no Brasil, também comparado com percentuais, por exemplo, na Alemanha, de 83%, Estados Unidos, 88%, Chile, 49%. O slide seguinte mostra como é que esse percentual muito reduzido de adultos que concluíram o ensino básico, como é que esse dado realmente é piorado por dados relativos à situação atual do ensino fundamental. Atualmente apenas 50% dos jovens entre 15 e 17 anos estão no ensino médio. Dos alunos da terceira série do ensino médio, cerca de 70% tem nível considerado crítico ou muito crítico em português. Segundo o sistema de avaliação no ensino básico, essa foi a prova feita em 2003. Apenas 6% tem nível considerado adequado em português. Então nós estamos falando, de fato, de estatísticas que não contam toda a história quando se fala no percentual da população adulta com a educação básica porque essa educação é extremamente deficiente. A grande maioria dos alunos de escolas públicas estão em torno de, no máximo, quatro horas por dia. E de fato isso também é um dado ilusório.

Eu, folheando aqui o documento do Senador Cristovam Buarque, vejo que ele faz menção a isso. Essas quatro horas por dia são ilusórias. De fato, isso corresponde a menos 20 horas semanais, freqüentemente um dia por semana reservado para conselhos de classe, isso não é contabilizado nas estatísticas. Há intervalos, há falta de professores. Bom, na Coréia são sete horas por dia. Nos países da OCDE a média é seis horas por dia. O tempo anual de permanência na escola no Brasil, considerando o número de semanas por ano, é menos que a metade do tempo de permanência da criança na escola na Coréia. Não há como se desenvolver com um quadro desses. Esse é um quadro de horror que nós temos aqui nesse país. O ensino integral de que se falou aqui é privilégio das crianças e adolescentes egressos das classes mais ricas no país. Eles têm ensino integral. Porque eles têm o horário na escola, depois eles vão para a natação, vão para cursos de línguas, tem professor particular. Então, não existe ensino integral para os pobres. Para os ricos há ensino integral. Então, é uma situação de extrema injustiça social e que se não for corrigida num prazo razoável, vai nos obrigar, não só a fração mais rica da população, não só habitar em fortalezas, como dizia o Darcy Ribeiro há 20 anos atrás, como prognóstico, a dirigir carros blindados, mas a serem conduzido por tanques, talvez, nas grandes cidades. Tanques de guerra.

Essa tabela mostra o salário anual inicial e final de um professor de setor público comparando em vários países. Olhem a segunda coluna da esquerda para a direita que dá o salário final de um professor do ensino fundamental no Brasil. Comparem esse dado com a Coréia. O salário final de um professor de ensino fundamental, quarta série do ensino fundamental na Coréia é mais de seis vezes superior ao salário final de um professor no Brasil. E esses dados já estão corrigidos pelo poder de compra. O PIB per capita na Coréia é cerca de duas vezes maior que o PIB per capita do Brasil. Então essa razão de seis não é justificada por um maior PIB per capita da Coréia. Isso mostra a desvalorização dos professores de ensino básico que tem sido crescente nas últimas décadas no Brasil. Nos últimos... Um colega meu, Celso Mello, professor de física de Recife escreveu há tempos atrás um artigo no jornal, no Jornal do Comércio e o título do artigo era “Que saudades que eu tenho dos tempos das normalistas”, citando uma música de Orlando Silva

que enaltecia as normalistas. Ninguém mais fala delas. Ninguém mais enaltece o professor da escola pública em música, em samba canção. A sociedade o ignora, o despreza. E com isso nós não vamos poder desenvolver esse país. Por favor. Com relação ao ensino superior, o quadro não é dos melhores e nesse sentido, professor, Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de falar também com detalhe do ensino superior porque eu acho que essas questões estão muito ligadas. Esse gráfico mostra a evolução de instituições públicas e privadas no Brasil de 1993 a 2003. O que se vê aí é um número de instituições públicas praticamente constatadas, enquanto o número de instituições privadas mais que dobrou. Nada contra instituições privadas. Por outro lado, sabemos que, exceto por uma honrosa minoria que inclui as instituições comunitárias, muitas delas são de péssima qualidade. Tem o objetivo exclusivo de lucro, coisa que não existe nos Estados Unidos. Nos Estados Unidos a grande maioria das instituições privadas não têm objetivo de lucro. Esse gráfico mostra uma conseqüência dessa distribuição de matrículas ou de instituições públicas e privadas no Brasil. Ele mostra que cerca de 70% das matrículas no ensino superior está na área de ciências humanas e sociais, enquanto apenas 11% está na área de engenharia e, vejam só, 2% na área de ciências agrícolas. Não é uma distribuição que favoreça o desenvolvimento do Brasil. Nos países da OCDE, o percentual de matrículas na área de ciências humanas e sociais é 30% e a razão desse alto índice de matrículas está diretamente ligado ao gráfico anterior.

Evidentemente para instituições privadas é muito mais fácil formar advogados do que engenheiros. É mais barato. E, de fato, por favor, 88% das matrículas em direito, no Brasil, estão em instituições privadas. Nada contra a profissão de direito. Nobre profissão, mas nós temos que nos preocupar com a distribuição de matrículas e de pessoas que são formadas nas nossas instituições de ensino superior. E de fato o Brasil forma mais advogados que os Estados Unidos, Europa e Coréia do sul juntos. Então, isso mostra uma séria distorção no ensino superior e está ligada à questão do ensino básico porque está ligada à oferta de trabalho neste país, está ligado à formação de profissionais que vão atuar também no ensino básico e que sofrem também com essa distorção. Por favor. Essa distorção de formação é evidenciada também pelo, quando a gente olha o percentual de pessoas de 23 anos ou mais que trabalham na área de formação. Se vocês olharem, por exemplo, a engenharia, vocês verão que menos que 35% dos formados trabalham na área de formação. Isso é um grande desperdício de recursos. Nós estamos formando engenheiros que não trabalham como engenheiros, estamos formando químicos que não trabalham como químicos, Economistas que não trabalham como economistas e assim por diante. Isso aponta para um sistema de educação superior que está errado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Professor, quando diz trabalhando na área de formação quer dizer como professores?

SR. LUIZ DAVIDOVICH: Não. Como profissionais

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ah, na área da formação.

SR. LUIZ DAVIDOVICH: Na área da sua formação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Entendi. Na área da sua formação. Entendi agora. Inacreditável

SR. LUIZ DAVIDOVICH: Então apenas 35% dos engenheiros trabalham como engenheiros depois de formados. Está aí a sociedade pagando para formar engenheiros que são, de fato, forçados a escolher a área de engenharia prematuramente e essa também é uma preocupação nossa. Esse gráfico eu acho muito interessante porque ele mostra a distribuição de matrículas em instituições de ensino superior nos Estados Unidos. E o que nós vemos aí é que cerca de metade das matrículas estão em instituições de ensino superior de curta duração. De dois anos de duração. Estou falando de instituições públicas. Então é errado também pensar em ensino superior somente como universidade. Nós temos que diversificar o ensino superior, ter um espectro de formação que permita colocar pessoas depois de dois anos diretamente no mercado de trabalho, simplesmente dar uma formação mais ampla, ou então possibilitar que elas se transfiram para uma universidade, isso é permitido lá, de modo a completar uma formação mais especializada. Existe uma diferença grande de dispêndio em termos de instituições.

Essa tabela mostra que o dispêndio por matrícula na universidade da Califórnia, em Berkeley é de quarenta mil dólares. Enquanto num College da Califórnia que tem duração de dois anos é quatro vezes menos. Então a educação superior poderia ser muito mais eficiente se fosse diversificada. E existe, de fato, um movimento internacional pela renovação e esse editorial conceituado da revista NATURE, que foi publicado no dia 26 de abril de 2007, esse ano, mostra isso. Ele diz “O modelo tradicional da universidade de pesquisa norte-americana precisa ser alargado e desafiado.” É o modelo baseado na proeminência no Departamento de Disciplina única. Nós estamos formando pessoas ultra especializadas que não exercem a profissão para a qual foram formadas e que não estão preparadas para

enfrentar uma sociedade complexa como é a brasileira. E não são flexíveis o suficiente, devido a formação que tiveram, para poder trabalhar em várias áreas, eventualmente até participando da educação em nível médio e fundamental. Em outros países engenheiros podem participar dessa formação sem restrição, desde que passem por um processo de certificação. Por favor. Então, essas são algumas propostas da academia brasileira de ciências para ensino básico. Esse documento da ABC que vai ser publicado brevemente tem cerca de 30 propostas. Eu selecionei algumas para falar aqui. Primeira proposta essencial. Reestruturação da carreira de professor. Melhorando os níveis salariais e associando carreiras e benefícios à qualificação e ao desempenho dose professores e suas escolas medidos através de avaliações nacionais e estaduais do desempenho de alunos. Não adianta só aumentar o salário. Aumentar o salário é fundamental.

Nós vimos naquela comparação entre o Brasil e a Coréia, a origem, uma parte importante que explica o desenvolvimento que a Coréia teve e outros países tiveram também, países chamados emergentes e que agora estão por cima. Mas é necessário primeiro dar um aumento inicial de salário que seja importante para atrair pessoas para essa área e em seguida oferecer incentivos condicionados à avaliação. Professores que se saiam mal na avaliação devem ter cursos para se aperfeiçoarem e esses cursos devem estar associados à avaliação. Aumento da duração do turno escolar para pelo menos seis horas diárias e 30 semanais, porque não basta falar em horas diárias, tem que ter aula todo dia da semana. Para populações carentes, deve ser oferecido o horário integral com duração de pelo menos oito horas incluindo atividades de tutoria, educação física, oficina de arte e ciência. Não é aula o tempo todo, não. É usar a escola para desempenhar, junto às populações carentes, o mesmo efeito, ter o mesmo efeito que tem as atividades extra-curriculares para as crianças de classes mais... Que tem mais recursos. Evidentemente precisamos melhorar a infra-estrutura das escolas, isso já foi falado aqui, a diversificação do ensino médio é fundamental com a ampliação e fortalecimento do ensino profissional. É preciso acabar com a história do modelo único nesse país. Instituição de educação superior só pode ser universidades. É errado isso. Ensino médio tem que ser profissionalizante também, temos que apostar na diversificação. Há uma solução, Senador, que é muito interessante, que foi adotado em outros países e que representa uma espécie de curto circuito. De fato você melhorar o quadro geral da educação no país é um programa de longo prazo. Exige um projeto de Estado.

A professora Cleuza falou num acordo entre o Município e o Estado eu logo pensei precisa de um acordo suprapartidário, um acordo que dure 20 anos colocando a educação como item prioritário na agenda do Congresso Nacional. Então, uma solução que é um curto-circuito e que permite acelerar esse processo é a criação de centros de ciência, com unidades móveis, atendendo a várias escolas da região. Isso exigiria uma colaboração entre o MEC e o MCT, é uma proposta da academia brasileira de ciências, é uma proposta da sociedade brasileira para o progresso da ciência, há projetos já elaborados, no ano 2000 foi elaborado o projeto Arquimedes que é muito interessante e eu até, como membro do Conselho Deliberativo do CNPq, estou reapresentando este projeto para o Ministro de Ciência e Tecnologia para implantá-lo em colaboração com o MEC. Acho importantíssimo se criar centros de ciência que servem, que são visitados pelos alunos carentes da região e são visitados também pelos professores que podem se aperfeiçoar e se aprofundar nesses centros de ciência. Uma ampliação do papel das instituições públicas de ensino superior na formação de professores bem qualificados para os níveis fundamental e médio. Concordo plenamente com que disse a professora Cleuza, as instituições públicas de ensino superior precisam interagir muito mais com o ensino médio e com o ensino fundamental. Essa formação de professores deve-se dar especialmente nas áreas de física e química na qual está se detectando uma grande carência e isso é muito urgente. As bolsas de iniciação à docência para estudantes de curso de licenciatura vão ser implementadas agora pelo Governo.

Eu acho muito importante o Congresso Nacional olhar para isso com bons olhos. Isso é uma maneira de atrair estudantes e de mantê-los em cursos de licenciatura. Nós já temos bolsas de iniciação à pesquisa que são muito úteis em instituições de educação superior, precisamos também de bolsas iniciação à docência para manter esses estudantes e reduzir a evasão nesses cursos. Precisamos também de uma avaliação conseqüente dos cursos de licenciatura com descredenciamento e um sistema de certificação de professores. Temos isso na OAB. A OAB faz seus exames e para medicina evidentemente isso é importante, pois esses professores de ensino fundamental e ensino médio são médicos para a cabeça dos estudantes. É muito importante que eles sejam bem formados e que haja um controle dessa formação, senão nós vamos estar colocando em contato com estudantes pessoas mal formadas e o mal que isso pode causar é muito grande. Para o ensino superior, nós propomos critérios de admissão que levem em conta o potencial de aprendizado e o rendimento escolar previsto para os estudantes.

Isso pode envolver um diferencial nas notas mínimas de ingresso beneficiando estudantes provenientes de escolas públicas. Isso fortalece as escolas públicas e é diferente a atenção do sistema de cotas. Nós acreditamos que esse sistema é muito mais esperto e muito mais eficiente que o sistema de cotas, você beneficia um adicional na nota de ingresso ou na variação de ingresso se você não tiver um vestibular e avaliar por outras provas que acompanham o desempenho do aluno nas escolas. Isso está sendo feito pela UNICAMP com grande sucesso, a eliminação do desperdício de vagas e talentos provocados por exame de seleção já orientados para carreiras específicas e por especialização prematura no início dos cursos universitários. Isso não só é ineficiente, como prejudica a inclusão e é uma violência contra jovens de 17 anos que são obrigados a escolher, no ingresso da universidade, se vão fazer engenharia civil, engenharia elétrica ou engenharia mecânica ou o que quer que seja. Não é assim em outros países, não é assim especialmente nos países mais desenvolvidos que se destacam pela qualidade dos profissionais que formam. Uma reestruturação da graduação eliminando as barreiras departamentais, uma diversificação das instituições públicas, ampliando os espectros de estudantes atendidos, e repetindo o que eu já disse do ensino básico, uma ampliação do papel das instituições públicas de ensino superior, no ensino médio e no ensino fundamental. Cursos noturnos são importantes, mas eles têm que vir acompanhados de universidade noturna. Não basta botar uma sala de aula com professor, tem que ter biblioteca e laboratório para realmente isso funcionar. Por favor, o próximo.

Um ecologista chamado Van Valem, enunciou em 1973 um princípio chamado o princípio da rainha vermelha que se aplicava a competição entre espécies e ele é baseado num trecho de "Alice através do espelho" de Lewis Carroll, em que a rainha vermelha diz para Alice: "Alice, como você vê, precisamos estar sempre correndo para ficar no mesmo lugar." É uma cena em que Alice corre, corre, corre, e ela vê que os móveis em torno dela, as árvores, tudo, fica sempre no mesmo lugar. Essa é a situação no Brasil. Nós temos que correr, mas temos que correr mais que os outros. Nós estamos correndo, mas não estamos ficando no mesmo lugar, estamos indo para trás comparados com os outros. Então o princípio da rainha vermelha eu acho que tem que estar nas mentes dos congressistas, tem que estar nas mentes do Poder Executivo desse país. Em 1983, o Secretário de Educação dos Estados Unidos do Governo Reagan constituiu uma Comissão de 18 membros para estudar o estado da educação nos Estados Unidos naquela época.

Depois de algum tempo, essa Comissão publicou um Relatório cujo título era caracteristicamente uma nação em risco. E a primeira frase do Relatório era: "Nossa nação está em risco." Eles dizem naquele Relatório que os fundamentos educacionais da sociedade norte-americana estão sendo corroídos por uma maré crescente de mediocridade que ameaça o nosso futuro como nação e como povo. Mais a seguir eles dizem: "Se uma potência estrangeira hostil tivesse tentado impor à América o desempenho educacional medíocre que existe hoje em dia, poderíamos muito bem ter encarado esse fato como ato de guerra. No entanto, nós mesmos permitimos que essa situação ocorra conosco." Senhores, senhoras, a situação do ensino nesse país é muito pior do que a situação que os Estados Unidos tinham em 1983. E tudo que eles fizeram, disseram nesse Relatório se aplica com muito mais propriedade ao que está acontecendo hoje em dia neste país. Se uma nação estrangeira estivesse apresentando no Brasil o quadro de educação que nós temos hoje, seria um ato de guerra. Deveria ser considerado um ato de guerra. A educação ruim não é apenas prejudicial para o desenvolvimento do país. Ela corrói a democracia, ela corrói a moral e a ética. Ela prejudica o desenvolvimento democrático do país. E o próximo slide mostra, que é o último slide, mostra uma frase do Anísio Teixeira, está aqui na capa desse documento e ele diz só existirá, dizia: "Só existirá democracia no Brasil no dia em que se montar no país a máquina que prepare as democracias." Essa máquina é da escola pública e a responsabilidade pela montagem dessa máquina, por favor, está de maneira muito importante com o Congresso Nacional. Ela só será montada se ela se transformar numa política de Estado, se houver um acordo suprapartidário como já ocorreu em outros países, um projeto de longo prazo e eu gostaria de estar vivo no dia em que a educação no Brasil se transformar em item número 1 do Congresso Nacional. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Professor Davidovich, quero agradecer ao senhor a sua fala com a dos outros, dizer que lamentavelmente o avião atrasou pouco, 20 minutos, mas dá para ficar aqui um pouco mais e quero dizer, fazer, comentar uma indelicadeza aqui pública, essa foi a melhor audiência que nós tivemos. Uma indelicadeza com os outros, não com vocês, porque eles não estão presentes. Mas sinceramente, eu fico bastante impressionado. O Senador Valadares vai fazer perguntas, ele assistiu algumas, com a forma como os quatro hoje se concentraram no tema, não vieram aqui fazer publicidade aos seus diversos setores, e trouxeram propostas e analisaram o assunto. Então eu fico mui-

to feliz de ter ficado nessa Sessão, mas eu passo a palavra ao Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, convidados ao debate nesta Audiência Pública. Em primeiro lugar eu gostaria de enaltecer a iniciativa do Presidente desta Comissão ao fazer esse ciclo de debates sobre a educação no Brasil. Eu fui Secretário da Educação do Estado de Sergipe há muitos anos atrás. Saí da secretaria, mas não deixei de acompanhar a evolução do sistema educacional no Brasil e pude constatar, ao longo desse tempo, que uma das falhas do nosso processo educacional é a descontinuidade dos programas estabelecidos por este ou aquele Governo. Os sucessores apresentando nomes de programas novos, com vontade, não de estabelecer ou fixar uma nova etapa para a educação, mas como se educação estivesse se iniciando naquele momento em que um programa aparece no novo Governo. Então, em primeiro lugar eu acho que uma das falhas da nossa... Do nosso projeto educacional reside nisso daí, descontinuidade na ação na promoção da educação brasileira, na melhoria da qualidade de ensino, na oferta de uma educação condizente com as necessidades do povo brasileiro.

É verdade que educação pública, ao longo dos anos, foi um tanto depreciada, desprestigiada, desvalorizada, quando, até pelo volume, pelo montante que se gasta o Poder Público na área federal, na área estadual e municipal, teríamos que ter hoje uma educação de altíssima qualidade, professores bem remunerados, preparados para a função tão nobre e alunos, cuja avaliação pudesse se situar entre as melhores do mundo subdesenvolvido, ou do mundo em desenvolvimento, como é o nosso país.

O nosso Presidente, que foi Ministro da Educação, pode muito bem avaliar, muito melhor do que eu essa falta de compromisso no aproveitamento dos programas bons que foram criados em administrações anteriores, que foram deixados de lado somente porque o novo Governo não tinha compromisso político com o Governo anterior porque queria ter um programa próprio, alterando a sistemática até então criada, quer dizer, perdendo recursos, gastando mais dinheiro e desviando aquelas pessoas que foram preparadas para um determinado programa para a realização de outras atividades. De outro lado, eu acho que no Brasil há uma preocupação muito grande com o diploma de nível superior, talvez pela nossa herança bacharelesca, como aqui foi demonstrado, no Brasil existem mais advogados, pessoas formadas em Advocacia do que nos Estados Unidos, na Europa e na Coréia do Sul em conjunto. Isso é um dado incrível onde fica demonstrado por A mais B que a preocupação é ter o diploma, seja qual for. Anualmente são milhares e milhares de estudantes que se formam, participam da hora da saudade, da festa da formatura, do baile da formatura, e depois de toda essa fantasia, o que fazer? Abandonam o seu diploma e vão prosseguir na vida numa atividade completamente diferente daquela para a qual ele se preparou na universidade. Então eu acho que devia ter uma integração entre os governos para se criar um projeto nacional de educação, não apenas com a preocupação em dizer assim, olha, o Governo Federal tem um projeto nacional de educação. Mas esse projeto nacional de educação, sem o apoio e o entusiasmo dos Estados e dos Municípios jamais será concretizados. Se anuncia determinado programa tem realmente um efeito avassalador do ponto de vista psicológico, político na mídia, mas o Município é obrigado a arcar com a maior parcela das responsabilidades financeiras. O bônus é para o Governo e o ônus recai sobre os Municípios que estão quebrados, falidos, impossibilitados de manterem os seus programas de saúde, de obras de infra-estrutura, nada sobra porque se exige demais dos Municípios e a contrapartida do poder central não condiz com as necessidades dos Municípios.

Então, esta educação, a educação brasileira passa também por uma reformulação no sistema de repartição de renda entre Estados, Municípios e União. O Município forte financeiramente, um Estado forte financeiramente vai ajudar a União. Sem dúvida alguma, eles vão dar um contributo enorme ao desenvolvimento da educação. De outro lado, o ensino de segundo grau que deveria manifestar um direcionamento para a profissionalização, o que aí reduziria a demanda sobre o ensino superior, sobre aquela necessidade de ter um diploma, já que o segundo grau proporciona conhecimentos e se ele tiver... Sei que o Presidente vai viajar e ele precisa falar. Sem ele falar essa audiência não vai ter objetividade para qual ela foi criada. Então, Presidente, profissionalizar o estudante no segundo grau, porque assim nós teremos condições de prepará-lo para a vida e para o dia-a-dia e, quem sabe, em países como Japão e tantos outros o segundo grau, quer dizer, o segundo grau, o ensino profissionalizante do segundo grau é visto com boa vontade, mas aqui no Brasil não é visto com boa vontade. Ah, ele só tem o segundo grau. Não tem o nível superior. Então, vamos valorizar o ensino profissionalizante e iremos reduzir, sem dúvida alguma, este volume incomensurável de diplomas sem nenhuma utilidade no ensino superior. Agradeço a V.Exª., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria retomar um último aparte, Senador Valadares, dizer que a gente se divide no Brasil

em dois grupos como no Brasil inteiro, duas classes, uma aristocracia, aliás, aristocracia, eles não merecem esse título. A elite aí e a massa. Um deles acha que o segundo grau é pouco, os outros acham que o segundo grau é muito. Essa é a realidade. A população pobre acha que não precisa de segundo grau. A população rica acha que não basta o segundo grau. Essa mostra a diferença e eu tenho a impressão de que o nosso maior problema hoje, professor Davidovich para que o Congresso tenha esse papel de prioridade na educação é que a população não dá prioridade à educação. Não quero desculpar, Senador e Deputado de jeito nenhum, porque o nosso papel é ser líder também e não apenas refletir o que o povo pensa, a gente deve estar na frente se quer ser estadista. Mas de qualquer maneira como políticos, para obter os votos é preciso dizer o que o povo quer também ouvir e a população pobre brasileira não vê a educação como objetivo fundamental para ela. Quando um pobre vai num ônibus cheio e vê um carro ao lado ele tem desejo de ter o carro e quando ele passa em frente a uma escola boa, ele não tem desejo pro filho dele. É como se fosse um direito divino para a população rica. Então não é. Uma ânsia. E os ricos acham que educando seus filhos basta não precisa educar as massas todas. E ninguém vê a criança como tesouro. Realmente essa sua expressão quando você começou, Isaac, pra mim é mais interessante. É tão óbvio que o futuro depende da criança que fica até difícil a gente achar estranho ter que convencer disso. Mas tem que convencer. Porque o futuro é o petróleo, porque o futuro é capital... As pessoas não vêem que o futuro é o cérebro das crianças, e um tesouro a ser Lapidado. Um tesouro que você não acha pronto. Ele tem que ser Lapidado. Por isso a gente está querendo fazer essas audiências, para encontrar para onde ir , mas também para como convencer a opinião pública? Como, como chegar e a opinião pública dizer vale a pena, precisamos de dar prioridade à educação e a partir daí convencer essa Casa.

Eu fico muito satisfeito com o encontro, com essa Sessão, sinceramente muito satisfeito, mas eu gostaria de dar um ou dois minutos para cada um fazer uma colocação final se tiver ainda querendo fazer isso começando pelo professor Isaac Roitman.

SR. ISAAC ROITMAN: Eu acho que o pano de fundo e o grande problema é dar oportunidades para todos e eu quero... Eu gosto sempre de dar exemplos em homenagem ao Estado de Sergipe. Há dois anos atrás foi iniciado um programa de iniciação científica Júnior em todos os Estados brasileiros e em Sergipe eu li num relatório que havia um jovem de 16 anos, da cidade de Capela, chamado Josenilson, e só depois que ele recebeu a bolsa de iniciação científica Júnior esse jovem foi ao cinema. teve condições de pagar uma entrada de cinema. E o interessante que onde ele mora, Capela, foi uma cidade invadida pelo bando de Lampião. E antes de exigir uma certa quantia ao Prefeito, exigiu uma Sessão de cinema para ele e o seu bando e depois receberam o dinheiro e depois foram embora. Quer dizer, no mesmo teatro e cine Capela, em séculos diferentes, José Nilson e Lampião foram a esse cinema. E provavelmente se existisse o programa de iniciação científica Júnior, na época do cangaço, Lampião seria um cientista e provavelmente um cientista não só com o título, mas que ajudaria aquela estatística que nos torna perplexos de estarmos jogando o nosso recurso humano e recurso financeiro na lata do lixo. Quer dizer, então eu acho que a solução é de longo prazo, é fundamental que haja um pacto nacional de verdade e para terminar dizendo o seguinte, nós não temos mais que gastar os nossos neurônios para saber o que fazer. Já está tudo aí. Sabemos. Nós precisamos é fazer. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero [interrupção no áudio]. O mais interessado aqui no tempo sou eu, mas eu não posso deixar de fazer uma reflexão sobre isso do cangaceiro. Eu publiquei recentemente uma entrevista que eu fiz com Celso Furtado e nessa entrevista ele diz que um primo dele foi cangaceiro e ele nasceu em Monteiro lá no sertão. Para mim ele disse: A única coisa que fez com que um fosse cangaceiro e outro fosse, e aí sou eu que digo, professor em Cambridge foi que o outro teve a oportunidade de estudar. Nenhuma diferença levou um para um caminho e um para o outro. Um tinha em casa livro do pai e teve condições de estudar. Esse livrinho que eu publiquei, Senador Valadares, eu quis inclusive colocar como título o primo de cangaceiro que virou professor em Cambridge, mas acharam que parecia mais conto de cordel de que um [risos] [ininteligível]. Aí preferiríamos colocar foto de uma conversa. Mas simboliza o que o Isaac falou. Professor Gilberto.

SR. GILBERTO GONÇALVES GARCIA: Apenas uma breve reflexão conclusiva. Todos nós sabemos que a educação é uma função pública, mas ela não dispensa a iniciativa privada na questão da educação. Da mesma maneira que a professora Cleuza ressaltou a questão de que é uma grande injustiça histórica atribuir a escola pública o título de escola ruim, eu gostaria de destacar que é uma grande injustiça histórica estabelecer a escola comunitária como escola de elite do passado. Isso é uma grande injustiça. E acho que o Governo, desde o Ministro Paulo Renato, agora com o Ministro Fernando Haddad, já reconhecem essa distinção muito clara da escola particular para

a escola comunitária. Aliás, foram as escolas comunitárias que assumiram pela primeira vez no Brasil o papel da educação quando o Estado não conseguia prover essas condições. Ano que vem o Conselho de Reitores quer celebrar os 200 anos da escola superior no Brasil. Eles estão numa discussão célebre, porque eles estão indo atrás dos jesuítas, dos franciscanos e dos carmelitas para saber realmente historicamente quem foram os primeiros. E esse papel foi desempenhado até metade do século passado, até 1950, as escolas pontifícias são mais antigas que as escolas federais no Brasil, com exceção da universidade do Brasil que é universidade do Rio de Janeiro de 1920. Então as PUCs vieram lá nos anos 40. Eu não quero fazer, digamos assim, lobby dessas instituições, acho que foi muito rico nosso debate aqui, mas eu tenho um clamor pelas escolas comunitárias que têm uma função pública e histórica nesse país.

Essas escolas estão morrendo diante das escolas particulares de mercado, tanto em nível básico como em nível superior e ninguém está prestando atenção para esse fenômeno. Vou dar um exemplo muito claro. Ano passado visitei o vale do Jequitinhonha, uma cidade chamada Araçuari, a grande Araçuari. Ela vivia um drama na área de educação no Município. O Município com recurso praticamente escasso, a escola pública falida, falida no sentido de que não havia condições materiais, não havia condições materiais para o exercício da escola e a escola das irmãs, que absorvia parte desses alunos carentes, faliu porque elas não tinham condições de bolsas mais para absorver a parcela de 50%, estava nessa altura a gestão da escola comunitária abraçada à gestão de escola pública no Município e afundaram juntas. Não houve condições nem da escola das freiras e nem da escola do Município. É um absurdo isso. Lado a lado. Por que é que não pode haver uma parceria no nível da escola comunitária nesses recantos do Brasil, como o vale do Jequitinhonha, um acordo, um tipo de cooperação Município, Estado com escolas comunitárias, essas escolas não são lucrativas, elas são filantrópicas. Se historicamente nós ficamos com a idéia do Sacre Coeurs, Sions [soa a campainha]. Não vamos entender que isso é o que está acontecendo hoje. Essas escolas são eminentemente de função pública e elas destinam grande parte dos seus projetos pedagógicos à educação da criança carente ou das condições de carência dos Municípios.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra à professora Cleuza.

SRA. CLEUZA RODRIGUES REPULHO: Eu acho que a Mesa foi rica nesse sentido e eu queria agradecer muito a oportunidade da UNDIME estar aqui e falar pelos Municípios e me colocar à disposição, Senador, naquilo que for necessário que a UNDIME puder mobilizar para que a gente coloque sim a educação como prioridade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao professor Davidovich.

SR. LUIZ DAVIDOVICH: A sua pergunta, Senador, é muito importante. Como fazer com que as própria populações pobres entendam a importância da educação? Tenho contato próximo com pessoas que trabalham com crianças em favela e realmente quando se pergunta a elas o que vão querer ser quando crescer as respostas são assim: Quem sabe talvez possa ser um motorista de táxi, talvez Bombeiro, caixa de supermercado. Ninguém fala engenheiro, médico, Advogado. Não falam. Isso não está na perspectiva deles. Por outro lado, há experiências bastante interessantes que estão sendo realizadas no Brasil, mas elas têm uma amplitude local e eu acho que nós devíamos considerá-las até para dar a elas uma amplitude nacional. Por exemplo, no Estado de São Paulo, por exemplo, ah vários programas de pesquisa que são financiados pela FAPESP. De fato são grandes programas de pesquisa com duração de dez anos, grandes projetos e que tem obrigação de fazer a difusão científica. De fato são centros de pesquisa, inovação e difusão, CEPID.

Eu visitei esses centros, até porque fazia parte de uma Comissão de avaliação, eles atingem centenas de crianças de escola pública e mostram essas crianças o prazer do conhecimento. Despertam vocações. Muitas dessas crianças entram e ficam querendo entrar para o ensino superior. Passa a ficar dentro do horizonte delas. Então, para provocar esse desejo porque nós estamos falando aí do desejo, não é nem o desejo da educação. Nós temos que despertar o prazer que está associado à educação. O prazer do conhecimento. E enquanto não pudermos fazer isso de uma maneira estrutural, institucional, que leva tempo, é um processo lento, sem dúvida, eu acho que nós temos que fazê-lo pontualmente. O Senador mencionou uma proposta nesse sentido, de fazer pontualmente, e eu queria lembrar esse outro tipo de proposta que tem a ver com as bolsas de iniciação científica que o Isaac falou, tem a ver com esses projetos de difusão científica que estão ocorrendo no país inteiro, mas ainda não de forma sistemática e institucional, e tem a ver com os centros de ciência que poderiam ser feitos. Se você vê o orçamento disso,olha, é uma piada comparado com o orçamento atual do país. Você faz 30 centros de ciência no país com pouco dinheiro e esses centros podem, inicialmente, ser de ciência e depois

você pode amplificá-los para centro de ciência, arte e cultura de modo a dar às crianças carentes aquilo que as crianças da elite já têm. Aula particular, a natação, o curso de línguas, o curso de iniciação às ciências, que podem ser feitos nesses centros por pessoas competentes, com equipamento, com aulas em auditórios que despertem a emoção das crianças e de seus professores. Você traz gente boa das universidades, das instituições de educação superior para falar para os professores e crianças nesses centros de ciência. Uma programação sistemática. Atualmente nós temos a semana de Ciência e Tecnologia, onde isso é feito. Eu queria o ano de Ciência e Tecnologia, de educação de Ciência e Tecnologia. A década de educação em Ciência e Tecnologia, e de fato iniciativas pontuais, podem ter um efeito fantástico por contágio, por exemplo, e simplesmente para salvar, se não podemos salvar milhões de crianças, vamos começar salvando milhares. Isso já vai ser um grande progresso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a todos, aos Senadores que aqui estiveram, aos que participaram e fiquem certos que as contribuições de vocês vão estar no documento que a gente quer apresentar ao Presidente e essas audiências a gente vai depois juntar um grupo muito pequeno para discutir o Relatório final. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h27.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 2007.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e oito de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Mão Santa, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, João Vicente Claudino, Leomar Quintanilha, Neuto De Conto e Romeu Tuma, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Marisa Serrano e Papaléo Paes. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. Neste momento, o Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, comunica aos Senhores membros da Comissão que necessita ausentar-se da sessão em virtude de viajem de trabalho a UNESCO, na cidade de Paris, na França, e passa a Presidência ao Senador Sérgio Zambiasi. Inicia-se a deliberação da pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 044, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, "Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências", tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, "Dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências". O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o parecer é favorável, acatando as emendas 01, 05 e 08 e parcialmente as emendas 02 e 06; rejeitando as emendas 03, 04 07 e 09; e oferecendo ainda 6 (seis) emendas de relator, e pela rejeição do PLS 473, de 2003 e das emendas a ele oferecidas, que tramita em conjunto. Os Projetos tramitam em regime de urgência segundo o que preceitua o art. 64, § 1º da Constituição Federal combinado com o art. 122, inciso II, alínea B, combinado com o art. 375, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). A Senhora Senadora Ideli Salvatti pede a palavra e sugere o adiamento da discussão e votação para amanhã, dia 29 (quinta feira) uma vez que é a relatora designada na Comissão de Assuntos Sociais, para que se possa chegar a um texto único (parecer) das duas Comissões para serem submetidos a voto. A reunião do dia 29 seria, em virtude do exposto, em conjunto entre a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais uma vez que o prazo regimental já se esgotou e a matéria deve ser encaminhada ao Plenário com a máxima celeridade. A sugestão é acatada pelo Senhor Senador Raimundo Colombo, relator da matéria nesta Comissão e aprovada por todos os membros presentes. O

adiamento atende ao disposto no art. 375, Inciso VI do Regimento Interno do Senado Federal. O Senhor Senador Sérgio Zambiasi, Presidente Eventual da Comissão de Educação, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dez horas e cinqüenta e SEIS minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 38ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA. REALIZADA NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Havendo número regimental declaro aberta a 38º Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto a apreciação do Plenário a dispensa leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram.

Essa nossa reunião, que deveria ser uma audiência, uma continuação de audiência, foi substituída pela discussão de um único projeto. A audiência ficou interrompida porque os Ministros não poderiam vir, e o outro para que ele não viesse só acompanhado de dois assessores dos demais Ministros, eu preferi adiar.

Nós temos hoje que votar aqui, um projeto que relaciona a regulamentação do estágio no Brasil. Projeto que deu muita dor de cabeça, muita dificuldade, tentamos diversas vezes que o Ministro retirasse a urgência, não foi possível. O Senador Flávio Arns, eu agradeço muito a ele, o papel que ele teve para conseguir, senão, sem conseguir retirar a urgência, mas conseguiu uma negociação que a meu ver deixou com possibilidade de termos um projeto que não fere as características educacionais que a gente procura para o estágio. O Senador Raimundo Colombo fez um bom trabalho também, pegando Emendas que permitissem dar essa volta do estágio para seu papel educacional. E ontem e hoje, discussões no Ministério permitiram chegarmos a um acordo, o Ministro manifestou, não pessoalmente a mim ainda, mas aos que estavam presentes que aceitava as Emendas, que eu vou pedir ao Senador Raimundo Colombo que leia, lendo aqui o intróito, e fazendo um pedido ao Senador Zambiasi que assuma a presidência. Porque eu vou ter que fazer uma viagem, que estava marcada há tempo, e por pouco mais eu perderei. Eu só quero dizer que o Projeto de Lei da Câmara, 044/2007, dispõe sobre o estágio do estudante de instituições de educação superior, de Educação Profissional de ensino médio. Altera a redação do art. 428 da constituição da lei de trabalho e toma outras providências. A autoria é a presidência da república. O Parecer é favorável, acatando as Emendas 01, 05 e 08, parcialmente e parcialmente as Emendas 02, 06. Rejeitando as Emendas 03, 04, 07, 09, e oferecendo ainda 6 Emendas de relator. E pela rejeição do PLS 473/2003 e das Emendas ainda oferecidas que tramitam em conjunto. Eu faço as seguintes observações, a matéria tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, cominado com o art. 132, inciso II, alínea B, combinado com o art. 3751 do regimento do interno do Senado Federal, como eu já disse, é urgência.

E a observação segunda, foram oferecidas 15 Emendas, nove de senhores Senadores e senhoras Senadoras, Marisa Serrano, eu próprio, Expedito Júnior, Marconi Perillo, e Emendas do relator, Senador Raimundo Colombo. Páginas número: 10, 11, 12, 13, 14 e a 15. O prazo final é de 45 dias, é 2 de setembro. Então estamos no prazo.

E eu peço ao Senador Zambiasi, que assuma a presidência, e aos Srs. Senadores, eu quero agradecer muito, especialmente ao Senador Raimundo Colombo que tem conseguido emplacar um projeto que evita, como estava no anterior, macular o papel educacional. O Senador Flávio, todas as colaboração, e aos que apresentaram Emendas também. Passo a palavra ao Senador Zambiasi.

[troca de presidência]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Pela ordem Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu terminei de chegar, Senador Cristovam, o senhor está se ausentando da reunião, o senhor está saindo? Não, não, é só porque o Senador Colombo vai fazer a apresentação do voto, né, do projeto.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu já fiz aqui, já disse todas, já contei que houve reuniões no Ministério, entre as partes interessadas, o Ministro aceitou as Emendas, essa informação eu recebi, não diretamente dele, recebi do Júlio, Secretário. Tendo sido aprovado todas as Emendas, ficará muito fácil, a meu ver, a discussão e a aprovação do projeto. Eu tenho que me tirar por uma viagem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu só pediria, Senador Cristovam, que eu acho importante o senhor participar dessa proposta que eu vou fazer ao Senador Raimundo Colombo, inclusive, eu peço a atenção dele.

É porque, o seguinte, eu sou relatora do mesmo projeto na Comissão de Assuntos Sociais, e eu acho que facilitaria muito se nós pudéssemos caminhar para um Parecer único, eu acho que facilitaria. Eu tenho também informações, conversei ali com o pessoal do CIEE(F), no corredor, um pouquinho antes da reunião, eles estiveram com o Ministro Haddad agora pela manhã. E eu também tenho, fui chamada para tratar, porque além do estágio, eu também sou relatora do FIES(F). Então o Ministro me chamou agora, no início da tarde também lá.

Eu queria fazer a seguinte proposição, até para a gente ganhar tempo, se houvesse consenso, como a matéria não tranca a pauta ainda essa semana, é só a partir da semana que vem, se a gente tinha possibilidade de eu fazer um pedido de vista e a gente tentar, eu e o Senador Raimundo Colombo, poder depois concluir para um relatório só, eu acho que facilitaria muito a nossa vida.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passei a presidência ao Senador Zambiasi, mas como membro da Comissão a minha impressão é o seguinte, é que é uma pessoa muito boa, eu só lembro duas coisas, uma é o fato de que está em regime de urgência e o prazo é dia 2 de setembro, e a outra é que, se não me engano, iria hoje para o Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É, mas vai para o Plenário, mas ainda não está na questão da obstrução, porque ele ainda não trancou a pauta. Então nós teríamos ainda tempo essa semana, e eu quero dizer com sinceridade, Senador Cristovam, é um projeto que eu acho que a gente tem grande possibilidade de fazer um acordo para ter um relatório único das duas Comissões, e isso, com certeza, facilitaria muito a votação em Plenário, até porque pelo que a minha assessoria, porque assim, não estava na pauta hoje, né, acabou sendo colocado de ontem para hoje. O pessoal da minha assessoria já deu uma olhada, ampla maioria das questões que o Senador Cristovam, aliás, Senador Raimundo Colombo está apresentado, nós também temos consenso, temos concordância. Então eu não sei, eu acho que a gente ganharia tempo.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu sou favorável, como membro da Comissão, não Presidente, sou favorável a tudo isso, e só tomando cuidado para que não seja votado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, ele não irá para o Plenário sem o Parecer das duas Comissões, eu acho que esse é o compromisso que nós temos que fechar aqui.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu creio que é um Parecer conjunto é extremamente positivo, Senador Colombo, mas fica a seu critério.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu concordo e acho necessário, até porque, na verdade, eu estou com o projeto há sete dias para relatar e em regime de urgência, o que eu considero um equivoco, eu fiz um esforço muito grande, mas ele pode ser aperfeiçoado ainda, tem coisas que eu ainda, dois artigos aqui que eu gostaria de discutir um pouco mais. Então se houver essa condição, eu concordo, e acho que ela e inteligente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Que daí, eu faria o pedido de vista, entende, aí a gente poderia, os dois gabinetes poderíamos... Eu tenho também a conversa com o Ministro hoje à tarde, às 3 horas. Então eu acho que a gente trabalharia para consensuar, eu acho que se te tiver acordo--

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas aí teria que haver outra reunião da Comissão, essa semana, nossa, para aprovar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas posso lhe dizer, Senador Cristovam? Esta reunião, ela vai acontecer a partir desse consenso, que eu tenho certeza que tem plenas condições de ser constituído.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O meu medo é que daqui a pouco é quinta-feira, não se consiga fazer a reunião, apesar de que não precisa de quórum qualificado. Aprovar aqui, e continuar negociando, não é possível.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu posso, se V.Exª me permite, só dar uma sugestão. Porque a idéia, sem dúvida é boa, o objetivo da Senadora Ideli agilizar o processo. Porém, esta reunião não foi convocada em conjunto pela Comissão de Assuntos Sociais onde a Senadora relatora para apreciação. Tanto quanto eu saiba, o relatório que o Senador Raimundo Colombo vai apresentar, é o relatório fruto de um consenso com o Ministério da Educação, com as entidades da área, com os Senadores. Então estaria, eu acho que foi um avanço, assim, muito importante. Eu sugeriria, Senadora Ideli, se fosse possível, se é um consenso, aprovarmos na Comissão de Educação hoje, amanhã nós temos a reunião da Comissão de Assuntos Sociais, e isso ser colocado na pauta da Comissão de Assuntos Sociais no dia de amanhã, como consenso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, Senador Flávio, só para um entendimento, tem questões que no meu Parecer, que eu vou apresentar à Comissão de Assuntos Sociais, não foram contempladas pelo

Senador Raimundo Colombo, como tem questões que ele apresentou, como eu já disse.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não foram contempladas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Então, assim, eu acho que a gente ganha tempo se os dois relatores sentarem e afunilarem, aí a gente só traria se fosse o caso, divergência, porque é um consenso.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O problema é que, Senadora, ganhar tempo, ganha, mas não há mais tempo, porque quinta-feira termina o prazo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas, Senador Cristovam, é o seguinte, não estava marcado, não estava na pauta esta matéria para o dia de hoje, atendendo, eu acho que essa situação de prazos e tal. V.Exª desmarcou, nós iramos ter uma Audiência Pública, né?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso, exatamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Essa Audiência Pública ficou para quando?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Mas nem marcamos.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não ficou marcada. A Comissão de Assuntos Sociais é amanhã, se não me falha a memória às 10 horas, às 11 horas, eu acho que nada impediria, entende, de nós podermos ter já no início da tarde uma reunião, porque assim, se tiver o acordo nós fecharemos com tranqüilidade.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas seria uma reunião conjunta?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu acho até que poderíamos até negociar uma reunião conjunta, de repente para tratar desse projeto. Aí teríamos que fechar com a Senadora Patrícia, que é Presidente lá, eu não posso falar por ela. Mas eu não veria nenhum problema de nós termos sobre esse projeto uma deliberação conjunta das duas Comissões.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E se deixarmos para esse debate ser no Plenário? Se houver divergência, debateríamos no Plenário.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois é, Senador Cristovam, eu quero ser bem sincera, quando me falaram que viria, de ontem, né, porque, assim, quando eu liguei ontem à noite para saber a minha agenda, não estava na minha agenda a votação desse projeto, entendeu?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não estava, é verdade.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Aí, assim, a minha assessoria rapidamente viu e disse assim: "Olha, Senadora, parece que a maior parte está tudo ok, mas eles não absolveram tais e tais assuntos que nós, pontos que nós estamos incluindo no nosso projeto. Então, seria bom a senhora pedir vista", porque se a gente não fizer o acordo, aí eu vou me sentir também na obrigação de pedir vista, o que daria na mesma. Eu acho melhor a gente acordar.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas a vista duraria o quê? Meia hora, adiantaria?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu não sei, Senador Cristovam, mas por quê que a gente não pode fechar para votar isso amanhã, tudo junto?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Numa reunião conjunta, então?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso, numa reunião conjunta, eu acho que é mais tranqüila.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu deixo à Presidente a decisão, se ele quiser.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só pra esclarecer. Seria uma reunião conjunta amanhã na Comissão de Assuntos Sociais?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só para apreciar esse projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Então precisaria rever a pauta da Comissão de Assuntos Sociais? Nós temos que ver.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Podemos tentar localizar a Senadora Patrícia, se a gente --

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Amanhã, com certeza ela deve estar aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): O Júlio já está providenciando um contato com a Senadora Patrícia.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O Júlio já está providenciando um contato, que a gente poderia marcar às 11 horas, né? O primeiro ponto de pauta ser esse e depois a CAS continua a sua pauta.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Inclusive, a Senadora Patrícia não vai estar amanhã, eu vou substituí-la.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vai ser a senhora que vai presidir?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu ainda sou de opinião, até para facilitar o processo, porque houve ao que consta um avanço importante na negociação, o Senador Raimundo Colombo confirma esse fato. Então, eu diria o seguinte, que nós discutíssemos e aprovássemos hoje na Comissão de Educação, né, na incerteza, inclusive, do que a Senadora Patrícia Saboya está assim pensando, mas que nós discutíssemos e aprovássemos hoje e ficássemos num processo de negociação para amanhã. Porque já que a

Comissão de Assuntos Sociais é posterior, ainda há o tempo, vamos supor, imagina assim--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Flávio, deixa eu só fazer uma ponderação, a Senadora Rosalba está dizendo que a Senadora Patrícia não presidirá a Comissão amanhã, portanto quem está com o poder e a caneta para decidir isso é a Senadora Rosalba. Ela já sinalizou de que não há nenhum problema, então... Até porque o próprio Senador Colombo disse que é pouco tempo, até a gente pode aprimorar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente, se os Relatores estiverem de acordo, qual é a sua, presidentes, né? [Risos] Zambiasi é um Presidente que ainda não presidiu ainda, né?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou aqui como membro da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Por isso que eu sou eventual aqui. Eu, com autorização legítima do Presidente e considerando, inclusive, a necessidade da viagem do Presidente Cristovam. Eu acho que é sensata a manifestação tanto da Ideli quanto a do Colombo, e com a disposição da Senadora Rosalba de na condição de Presidente da sessão de amanhã, colocar como item nº 1 da pauta o processo. Daria tempo, Colombo acabou de comentar que ele teve alguma dificuldade, inclusive, de promover alguns avanços importantes no projeto, ele manifestou a necessidade de um estudo um pouco mais aprofundado, Senador Flávio, e talvez o ideal seríamos partir para este consenso e um compromisso da Comissão de Educação, com a Senadora Rosalba que presidirá a Comissão de Assuntos Sociais amanhã, de incluir como primeiro item da pauta dessa reunião conjunta, esse projeto.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Até, se V.Exª me permite, só ainda dizer, não porque até conversando com o Senador Colombo, aqui nesse momento, ele disse, ele realmente coloca que a reunião aconteceu hoje de manhã, e seria bom se houvesse um tempo maior, assim, para eventualmente dirimir, assim, dúvidas de idéias e conteúdo de redação. Eu concordo amplamente, é que eu, a partir do princípio de que o texto já estivesse, assim, bem acordado e bem tranqüilo, mas eu estou recebendo a informação de que, de fato, haver um tempo para consolidar melhor o texto é interessante, eu não tenho objeção nenhuma.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente Sérgio, eu só quero colocar, esse é um documento, é um projeto que implica diretamente na atividade de um milhão de estagiários no Brasil, hoje tem dez na fila esperando. Eu quero agradecer ao Presidente Cristovam a honra de poder relatar. Evidentemente que o meu desejo, isso não se trata de Governo, de oposição, de briga política, mas sim de ajudar a vida das pessoas, de jovens. Nós podemos abrir um campo de trabalho, e ampliar esse campo de forma muito significativa, o meu espírito é o da concórdia, é de construir um projeto que seja o melhor possível. Eu realmente, essa reunião do Ministro com o CE foi hoje de manhã, eles estavam relatando agora, aqui, no meio da reunião, uma dúvida de um artigo, eu acatei Emendas do Senador Cristovam, duas que aperfeiçoam bastante o projeto da Senadora Marisa Serrano que também aperfeiçoa, a gente aumenta a fiscalização das entidades e coloca sobre elas uma responsabilidade maior. A gente coloca de forma clara a questão pedagógica, a função do ensino. Não é uma vinculação com o trabalho. Então há assim a possibilidade, a discussão, ela só poderá aperfeiçoar. Então se nós conseguirmos vencermos esse obstáculo, eu concordo plenamente com isso, nós vamos provavelmente melhorar ainda mais o projeto e beneficiar a quem todos nós queremos que são os jovens do nosso país.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, eu só quero lembrar, e aí pedir o compromisso da Senadora Ideli, é que se por acaso amanhã não se consegui fazer isso, volta tudo a estaca zero. Vai para o Plenário, o Plenário indica outro Relator e começa tudo de novo. E foi um trabalho muito cuidadoso, muito intenso do Senador Raimundo Colombo, com a participação de muita gente, do Ministro. Eu tentei muito que ele retirasse a urgência, não retiraram, tem que ser um compromisso tal que não possa passar de amanhã, senão, nós perdemos um trabalho imenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tem uma situação que está sendo vista agora também, porque talvez alguns anos de estudos sociais tem que esclarecer se realmente ela poderá votar ou não. É um ponto de esclarecimento aqui que deverá ser clareado agora, para não prejudicar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas para reiterar que efetivamente este um assunto, como disse o Senador Colombo, que não tem aqui qualquer viés de disputa Governo oposição, este é um assunto que nós precisarmos nos dedicar para fazer a aprovação do melhor texto, do texto mais adequado para permitir efetivamente que a nossa juventude possa acessar como parte da sua formação, da sua capacitação, o exercício já da sua atividade na forma de estágio. Fazendo disto um importante alicerce da sua formação profissional, técnica, científica. Então, para

nós é muito importante que o projeto do estágio, ele já veio da Câmara com uma série de aprimoramentos, nós temos a oportunidade de aprimorá-lo ainda mais aqui no Senado, nós também temos nos dedicado, como eu disse, nós vamos também, hoje à tarde, ter mais uma reunião com o Ministro da Educação. E portanto eu acho que é de bom tamanho nós termos a condição de fazer a votação amanhã com as duas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora Ideli, parece-me, que tecnicamente não há como fazer a reunião das duas Comissões, porque a CAS já encaminhou para a mesa sem análise, em conseqüência o que nós vamos fazer aqui é um acordo para que tenhamos umas Reunião Extraordinária amanhã, aqui na Comissão. Então vamos dar essas 24 horas, serão suficientes para promover as mudanças.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, eu quero dizer ao seguinte, a mesa, ela nem sequer podia pedir, porque não está com o prazo vencido, Júlio, e se pediu nós temos o direito de fazer a votação na CAS amanhã, porque ele não está trancando a pauta, por quê que ele tem que ir para o Plenário, se ele ainda não está trancando a pauta. Portanto, eu peço que nós--

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A solução seria se a Presidente da Comissão de Assuntos Sociais peça devolução--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso, isso, isso a Senadora Rosalba terá plenas condições de fazer, providenciando, e nós vamos ter. Eu acho muito importante que nós possamos fazer amanhã a deliberação conjunta, que é o mais adequado para as duas Comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Bem, eu acho que nós temos que ganhar tempo. Prazo para a emissão de parecer das Comissões, 13 de agosto, já passou, em regime de urgência, dias 24 --

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, eu recebi agora da assessoria uma informação que talvez, a gente possa dirimir essas dúvidas. Foi pedido pela mesa, mas não sendo votado no Plenário, coisa que dificilmente acontecerá, retorna e aí nós podemos fazer como extra pauta, e não veja nenhuma dificuldade de solicitar extra pauta e amanhã a gente fazer essa reunião.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Então a Senadora Rosalba e a sua assessoria se encarrega de estar na mesa a devolução para a Comissão.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E entregar imediatamente à Relatora Senadora Ideli, para que nós façamos essa reunião conjunta amanhã. Eu acho que chegando a esse consenso, vamos já deixar convocada a reunião de amanhã, de manhã, extraordinária em conjunta, para amanhã às 10 horas da manhã. Comissão de Assuntos Sociais e Comissão de Educação. Ok?

Então nada mais havendo a discutir, estamos encerrando a presente reunião.

Sessão encerrada às 10h56.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 33ª REUNIÃO ESTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2007.

Às onze horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e nove de agosto de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência da Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente Eventual da Comissão de Educação e Vice-Presidente no exercício da Presidência da Comissão de Assuntos Sociais, com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Jonas Pinheiro, Kátia Abreu, Romeu Tuma, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo, Garibaldi Alves Filho, Jayme Campos e José Nery, reúnem-se a Comissão de Educação e a Comissão de Assuntos Sociais. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Renato Casagrande, João Ribeiro, Gilvam Borges, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Patrícia Saboya Gomes, João Pedro, Romero Jucá, Demóstenes Torres, Lúcia Vânia, João Durval e Cristovam Buarque que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente Eventual da Comissão de Educação, submete as Comissões às dispensas das leituras das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei da Câmara nº 044, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria da Presidência da República que, "Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de

1º de maio de 1943; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências", tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Osmar Dias que, "Dispõe sobre os estágios de estudantes de instituições de educação superior, da educação profissional e do ensino médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial e dá outras providências". O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o parecer favorável é aprovado na forma do substitutivo oferecido, acatando na íntegra as emendas 01, 05 e 08, parcialmente as emendas 02 e 06; rejeitando as emendas 03, 04, 07 e 09; e oferecendo, ainda, 10 (dez) emendas de relator; prejudicando o pls 473, de 2003 e as emendas a ele oferecidas, que tramita em conjunto. A Senhora Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senadora Rosalba Ciarlini, da Comissão de Educação, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e vinte e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, CONJUNTA COM A 39ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2007.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Havendo número regimental, declaro aberta a 33ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais e a 39ª Reunião da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal. Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das reuniões anteriores de ambas as Comissões. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovado.

Passo a ler o Requerimento nº. 45/2007 da Comissão de Assuntos Sociais. Nos termos do art. 113 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Sociais com a Comissão de Educação para discussão do Projeto de Lei da Câmara nº. 44/2007. As senhoras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado. Os demais itens da Pauta da Comissão de Assuntos Sociais ficam adiados para a próxima Reunião.

A presente Reunião conjunta da Comissão de Educação e Comissão de Assuntos Sociais destina-se à apreciação do PLS 44/2007... PLC 44/2007 e do PLS 473/2003, que tratam de um assunto de extrema importância para todos os brasileiros, principalmente jovens estudantes, que tratam da regulamentação de estágios, sejam curriculares ou não e... Item 01. Decisão não terminativa. Projeto de Lei da Câmara nº. 044/2007, tramitando em conjunto com o PLS, Projeto de Lei do Senado, nº. 473/2003: "Dispõe sobre o estágio de estudantes de instituições de educação superior, de educação profissional e de ensino médio; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga as leis nº. 6.494, de 07 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e dispositivos da lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e da medida provisória nº. 2.164/41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências".

Observação 01: Matéria tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal, c/c art. 122, inciso II, alínea "a", alínea "b", c/c art. 375, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal. Observação 02: Foram oferecidas 19 Emendas, nove Emendas dos Srs. Senadores: Marisa Serrano, nº. 01, 02, 05 e 07; Cristóvam Buarque, nº. 02, 08 e 09; Expedito Júnior, nº. 04; Marconi Perillo, nº. 06, e 10 Emendas de autoria do Relator Senador Raimundo Colombo: 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18 e 19. Observação 03: O prazo final, 45º dia, é o dia 02 de setembro de 2007, sobrestando a Pauta a partir de 03 de setembro de 2007. Observação 04: Na Reunião do dia 28 de agosto de 2007, foi adiada a votação na Comissão de Educação, atendendo à solicitação da Senadora Ideli Salvatti, respeitando o disposto no art. 375, inciso VI do Regimento Interno do Senado Federal. Autoria: Presidência da República. Relatora: Senadora Ideli Salvatti. Parecer: "Em razão do disposto no art. 260... Para ficar claro, esse parecer é o da Comissão de Assuntos Sociais. O parecer da Comissão de Educação vamos dar logo em seguida... O Senador Raimundo Colombo dará em seguida. Autoria: Presidência da República. Relatora: Senadora Ideli Salvatti. Pare-

cer: "Em razão do disposto no art. 260, inciso II, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, o parecer é pela prejudicialidade do PLS nº. 473/2003.

Em relação ao PLC nº. 44/2007, as Emendas a ele apresentadas sob os nº. 04 e 07 são rejeitadas. As Emendas nº. 01, 05, 06, 08 e 09 são acatadas. As Emendas 02 e 03 são acatadas parcialmente. Votamos pela aprovação do PLC nº. 44/2007, na forma do substitutivo que apresenta. Projeto de Lei do Senado nº. 473/2003, tramitando em conjunto com o PLC nº. 44 de 2007: "Dispõe sobre os estágios de estudantes de instituição de educação superior, da educação profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de educação de jovens e adultos e de educação especial, e dá outras providências". Observação 01: Matéria tramitando em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição Federal, c/c art. 122, inciso II, alínea "b", c/c art. 375, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. Foram oferecidas 19 Emendas, nove Emendas dos senhores Senadores Marisa Serrano, Cristóvam Buarque, três Emendas; Expedito Júnior, uma Emenda; Marconi Perillo, uma Emenda, e 10 Emendas de autoria do Relator Senador Raimundo Colombo. O prazo final de 45 dias é dia 02 de setembro de 2007, sobrestando a Pauta a partir de 03 de setembro. Na Reunião do dia 28, foi adiada a votação na Comissão de Educação, atendendo à solicitação da Senadora Ideli, respeitando o disposto no art. 375, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal.

Quero só aqui esclarecer, que pode até parecer repetitivo, que se tratavam de dois projetos, um de origem na Câmara e outro no Senado, daí porque, regimentalmente, nós tivemos que colocar todas essas observações. Autoria: Senador Osmar Dias; Relatora: Senadora Ideli Salvatti. Parecer: "Em razão do disposto no art. 260, II, "a", do Regimento Interno do Senado Federal, votamos pela prejudicialidade do PLC nº. 473/2003. Em relação ao PLC nº. 44/2007, as Emendas a ele apresentadas sob os nº. 04 e 07, são rejeitadas. As Emendas 01, 05, 06, 08 e 09 são acatadas; as Emendas 02 e 03 são acatadas parcialmente. Votamos pela aprovação do PLC nº. 44/2007, na forma do substitutivo que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Raimundo Colombo, para proferir o seu relatório, que ele é o Relator da Comissão de Educação.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sra. Presidente Senadora Rosalba, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, esse é um Projeto extremamente importante e que atinge diretamente cerca, hoje, de um milhão de estagiários que existem no nosso país, e cerca de 10, que aguardam a oportunidade de ter uma chance de aperfeiçoamento profissional, de aprendizado. É um Projeto extremamente importante, e eu apenas lamento que a gente tenha tido muito pouco tempo para poder contribuir mais, aperfeiçoar, porque realmente ele é essencial. Nós temos alguns princípios... Essa questão de vincular estágio como elemento de aprimoramento e de educação e não como uso no trabalho regular. É evidente que, num escritório, é muito difícil de você separar aquele que é estagiário daquele que é um trabalhador formal, porque, na prática, eles exercem as mesmas atividades. Se, por um lado, isto é ruim, por outro lado, isto é positivo porque a pessoa, ao se relacionar, aprende, inclusive, a cumprir ordens, a seguir regulamentos, é o início da aprendizagem trabalhista.

Então, o nosso entendimento é que nós devemos vincular totalmente esta relação com o Ministério da Educação porque ele se fundamenta exatamente neste princípio. Todos os excessos que forem cometidos devem ser punidos exemplarmente, e aí o Projeto prevê em relação à CLT. Os ganhos que este Projeto traz ao estagiário são expressivos como, por exemplo, a redução da jornada ou da hora de estágio de oito para seis horas. Isso é um ganho significativo. Outra conquista é o estabelecimento regular das férias. Muitas empresas já praticam isso de forma justa, mas muitas não. E, a partir daí, isso fica assegurado. Acho que isso é uma condição especial. Também por contribuição do Senador Flávio Arns, se estendem também à educação especial.

Então, evidentemente que terá que haver um exercício muito grande aqui, com a Senadora Ideli, que é a Relatora deste mesmo Projeto na Comissão Social, para que a gente consiga construir um relatório comum. E uma coisa que a gente conseguiu estabelecer, e acho muito positivo, é que aqui não é uma questão de Governo, de oposição; é uma questão de contribuir, de ajudar, de participar de uma ação que realmente melhore esta relação, aperfeiçoe e, inclusive, amplie o número de oportunidades. Eu tenho uma experiência prática, na minha cidade, como Prefeito, nós tivemos, por uma série de circunstâncias, o número de universitários subiu; de um ano, Senador Jayme, de três mil para 20 mil universitários. E aí existe muita carência financeira, muita dificuldade de oportunidade de aprendizado e nós estabelecemos um programa de estágio bastante ousado e o resultado foi extremamente positivo. Por isso me estimula a participar e a tentar dar a minha contribuição. Eu, como não poderia deixar de ser, este relatório, ele é amplo, e eu vou ser um pouco cansativo, peço desculpas aos Srs. Senadores e Senadoras, mas, como se trata de um assunto extremamente importante, eu gostaria de fazer essa leitura com a rapidez possível, mas sem descuidar do

conteúdo, porque ele realmente é essencial. É tanto papel aqui que...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Que não acaba mais.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não acaba mais. [risos]. A gente teve, na verdade, Senadora Rosalba, nossa Presidente, apenas sete dias para estudar esse Projeto, e com esse impacto. Pois não...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu já brinquei aqui com o Senador Colombo que nós estamos quase precisando de um estágio aqui para acertar os dois relatórios, viu?

[risos].

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, eu vou passar à leitura. "*As grandes transformações científicas e tecnológicas dos últimos anos e os efeitos da integração mais intensa dos mercados têm realçado a importância do estreitamento dos vínculos entre o setor educacional e o mundo do trabalho. Em diversos casos, a limitação da aprendizagem a esferas escolares significa a grande perda para a futura inserção profissional do estudante. Disso resulta a atenção que se deve conferir à experiência proporcionada pelos estágios, esteja ou não prevista nas exigências curriculares. Ao mesmo tempo, o ordenamento jurídico brasileiro tem se mostrado sensível à integração entre as escolas e a vida profissional.*

A Constituição Federal atribui à educação a finalidade de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, no art. 205. Estabeleceu, entre os objetivos fundamentais do Plano Nacional de Educação, a formação para o trabalho, no art. 214, § 4º. Assegurou às crianças e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à profissionalização e incluiu, entre as finalidades da Assistência Social a promoção da integração ao mercado de trabalho. Já a LDB, por exemplo, consagrou o princípio básico de que a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Ainda na LDB, a preparação para o trabalho recebeu destaque entre as finalidades dos níveis educacionais a partir do Ensino Fundamental. Foi consagrado também capítulo à educação profissional. Por fim, estipulados, no seu art. 85, princípios gerais do estágio. A importância do estágio se evidencia pela análise dos dados de desemprego entre os jovens do Brasil. De acordo com estudo, a situação dos jovens no mercado de trabalho no Brasil, um balanço dos últimos 10 anos, do economista Mário Pochmann, da Universidade de Campinas, a UNICAMP, de cada 100 jovens que ingressaram no mercado de trabalho, nos últimos 10 anos, 55 ficaram desempregados. E apenas 45 encontraram ocupação. No período de 95 a 2005, o desemprego entre jovens de 15 a 24 anos aumentou 107%, índice bem mais alto do que os verificados nas demais faixas etárias que, em conjunto, tiveram crescimento de 90.5. A expansão do desemprego foi igualmente maior entre os jovens. O índice de desemprego entre eles elevou-se de 11,4, em 95, para 19,4, 10 anos depois, o que correspondo à variação de 70.2. Para o resto da população, o respectivo índice registrou crescimento de 4,3 para 6,2, aumento de 44%. Ainda segundo Pochmann, o país também não conseguiu manter os jovens empregados por longo tempo; a obtenção de bicos é logo seguida pelo retorno à situação de desemprego. Para o economista, essa situação se deve ao baixo crescimento da economia nacional. Toda vez que o Brasil cresce menos de 5%, ele não consegue gerar emprego para todos e quem termina sofrendo mais a situação do desemprego é o jovem brasileiro. No entanto, outros estudos revelam que o elevado desemprego entre os mais jovens também repousa na desqualificação profissional que, muitas vezes, não significa a falta de educação formal, mas, sim a ausência de preparo para suprir as necessidades do mercado de trabalho.

Repetidas vezes, a imprensa divulga informações de que sobram vagas em empresas, particularmente aquelas que usam tecnologias de ponta, por falta exatamente de profissionais qualificados. Assim, por exemplo, pesquisa realizada pelo Instituto Data Corporation, encomendada pela SiCSYSTEM, empresa transnacional que atua na área de telecomunicações, e segundo a 7ª edição da pesquisa Best Global Brands 2007, foi considerada a 18ª marca mais valiosa do mundo. Apurou que, na América Latina, em 2004, de cada dez vagas na área de redes, seis não seriam preenchidas. No Brasil, para oferta de 400 mil vagas, 250 mil ficariam abertas. Essa falta de profissionais qualificados tem representado milhares de postos de trabalhos abertos em significativo número de empresas; assim, precisa ser enfatizado que a qualificação passa pela certificação e experiência anterior, em grande parte sob a responsabilidade do estágio. O instituto do estágio procura cumprir quatro objetivos básicos: o de contribuir para o aumento da qualificação dos cursos oferecidos, melhorando sua sintonia com as necessidades do mercado de trabalho. Também de oferecer aos estudantes a oportunidade de testar os conhecimentos adquiridos; o de aproximar os estudantes dos setores econômicos que demandam a sua atividade profissional, possibilitando a futura contratação. E o quarto, o de fornecer ao concluinte do estágio comprovante de desempenho de atividade profissional, o que facilita o

cumprimento de uma das exigências do mercado de trabalho para contratação, a de possuir a tão famosa 'experiência anterior'.

Com efeito, a Legislação que rege os estágios possui 30 anos, havendo sofrido poucas mudanças nesse período. Assim, parece ter chegado o tempo de atualizá-la, algo que os dois Projetos em análise buscam fazer, com diversos pontos de convergência e algumas discordâncias. Merecem ser ponderadas as disposições contidas, principalmente no Projeto de Lei da Câmara de Defesa dos Estudantes, contra a prática nada incomum de utilizar o estágio para disfarçar a relação de emprego e, por conseguinte, escapar do pagamento dos respectivos encargos sociais. Ora, quando isso ocorre, o caráter pedagógico do estágio desaparece, os tributos sociais não são recolhidos e os contratados, nessas circunstâncias, acabam por prejudicar os trabalhadores que se encontram à procura de emprego. Embora o estagiário deva ser protegido por medidas como o zelo pelo fim educativo de suas atividades, limite da jornada, seguro contra acidentes, recesso para descanso, não parece razoável exigir da parte concedente o pagamento de bolsas ou outra forma de contraprestação, como estipula o Projeto de Lei do Senado. Afinal, quando se trata de estágio, não há remuneração obrigatória, muito menos com piso de um salário mínimo, conforme também determina o Projeto de Lei do Senado. O que se pode estabelecer é a possibilidade do pagamento de bolsa, vantagem que decerto será levada em conta pelas instituições de ensino e pelos estudantes, no momento de decidir sobre as opções disponíveis do estágio.

Todavia, parece razoável prever concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como de auxílio-transporte, no caso de estágio não obrigatório, como estipula o Projeto de Lei da Câmara. De modo geral, a nova regulamentação proposta para os estágios, principalmente conforme as sugestões apresentadas pela iniciativa oriunda da Câmara dos Deputados, busca reforçar o caráter educativo do estágio, evitando ainda que ele seja utilizado como recurso mais barato de contratação de mão-de-obra pelas empresas. Ao mesmo tempo, é mantido o caráter de atividade sem vínculo empregatício do estágio, bem como seu direcionamento aos alunos de cursos regulares de educação superior, de educação profissional e também de Ensino Médio. A omissão do Projeto de Lei da Câmara quanto aos estudantes de escolas de educação especial é compensada pela fixação de proporção de 10% dos estagiários, aí com deficiência. A iniciativa do Senador Osmar Dias possui grandes méritos, o que novamente realça sua sensibilidade para os temas sociais. Com efeito, muitas disposições do seu Projeto podem ser consideradas precursoras da iniciativa do Poder Executivo, contudo, decidimos pela preferência ao Projeto de Lei da Câmara, uma vez que as normas que propõe são mais abrangentes e completas.

Desse modo, a análise das Emendas apresentadas ao Projeto do Senado fica prejudicada. Cumpre, assim, apreciar as Emendas do Projeto de Lei da Câmara. A Emenda nº. 01 é acolhida por conferir ao caput do art. 3º, redação mais clara a respeito da ausência de vínculos empregatícios do estágio. A Emenda nº. 02, que especifica o valor mínimo para o seguro contra acidentes pessoais, tem aprovação parcial, na forma da Emenda adiante apresentada, na qual se prevê ainda utilização periódica da soma sugerida, na forma de regulamento. A Emenda nº. 03, que institui... Que tem o intuito expresso de zelar pelo rendimento escolar do estudante, ao reduzir a jornada máxima e semanal do estágio, teria o efeito de criar, em muitas situações, dificuldades para o seu bom desenvolvimento, em prejuízo da aprendizagem do próprio estudante. Além disso, os limites propostos poderiam criar obstáculos para a oferta de estágios em diversos segmentos da economia, o que não é recomendável.

A Emenda nº. 04, que equipara o estagiário ao empregado para fins previdenciários, aumentaria os custos de contratação, afetando negativamente a sua oferta. Já a Emenda nº. 05, merece ser acolhida parcialmente, na forma de Emenda que apresentamos a seguir, pois cria compromissos mais sólidos aos agentes de integração com a indicação de estagiários. A Emenda nº. 06, que procura amenizar as penalidades previstas no art. 13, vistas como fator de inibição para oferta de estágios, é parcialmente aprovada, conforme a redação da Emenda que apresentamos adiante, para a exposição dos artigos. A Emenda nº. 07 aperfeiçoa a redação do art. 13, com o propósito de evitar a interpretação de que a lei não é auto-aplicável. No entanto, uma vez que suprimimos a multa prevista no artigo, a Emenda deixa de ser acolhida. A Emenda nº. 08 é integralmente acolhida, e tem por fim corrigir a omissão quanto à possibilidade de aplicar a penalidade prevista no § 3º do art. 13 às instituições públicas que reincidirem em irregularidade em contratação de estagiários. A sugestão da Emenda nº. 09, que aumenta a proporção de estagiários de cursos de nível médio, no caso de entidades concedentes com um a 10 empregados, facilitaria a contratação com objetivo de baratear a mão-de-obra, o que vai contra o teor do Projeto.

Apresentamos também 10 Emendas que visam ao aperfeiçoamento ao Projeto de Lei da Câmara. As três primeiras Emendas relativas à ementa ao art. 1º e ao art. 3º, visam permitir que os educandos de escolas

de educação especial possam estagiar, como está escrito na Legislação vigente, constituiria um retrocesso para inserção social desses estudantes, a impossibilidade de iniciação no mundo do trabalho mediante a experiência proporcionada pelos estágios. Ainda no art. 1º, suprimimos o termo 'metódico', uma vez que a preparação para o trabalho, no âmbito dos estagiários, deve ser abrangente, sem significar necessariamente a adoção de procedimentos sistemáticos de qualificação e treinamento próprios para os programas desenvolvidos por meio da contratação de aprendizagem.

A 4ª Emenda suprime o parágrafo único do art. 4º, que teria efeito de burocratizar ainda mais as avaliações e processos de autorização, reconhecimento e credenciamento das instituições. Eu, no início, tinha aceitado esse artigo. Depois, eu fui observar que isso significa mandar para o Ministério da Educação sete milhões de folhas de papéis, a cada seis meses, totalmente impossível de administrar isso e de cumprir com a sua finalidade. Por essa razão, a gente está modificando. A Emenda 5ª... Na 5ª Emenda, promove duas alterações no artigo 6º: uma para adequar o inciso VIII, cuja redação estabelece que a parte concedente deve fazer exigência a si própria, e a outra determina que o seguro contra acidentes pessoais não deve simplesmente constituir uma oferta ao estagiário, mas ser obrigatoriamente contratada em seu favor. Além disso, o valor mínimo do seguro deve ser fixado na lei, como sugere a Emenda nº. 02, mas com previsão de atualização contra a desvalorização da moeda.

A 6ª Emenda suprime o detalhamento relativo aos cadastros previstos no § 3º do art. 12. Ademais, esses cadastrados são transferidos para o Ministério da Educação, que, embora não tenha estrutura de fiscalização, é o órgão competente. A 7ª Emenda de mudança no art. 13 visa, conforme sugestão da Emenda 06, evitar a inibição da oferta de estágios por conta da multa originalmente prevista. Além disso, contém a sugestão também com mudanças na Emenda nº. 05, a respeito da responsabilidade dos agentes de integração por eventuais irregularidades na educação dos estagiários.

A 8ª Emenda efetua correção terminológica. Parece-nos que a intenção disposta no § 6º do art. 15 é de assegurar proporção de vagas em estágios de pessoas com deficiência, expressão consagrada na Constituição Federal e na Legislação pertinente, e não aos portadores de necessidades especiais, terminologia utilizada na LDB, que não se restringe aos deficientes. A redação do art. 16, por sua vez, é alterada mediante a 9ª Emenda, a exigência de enquadramento na nova lei de contratos de estágios firmados antes do início da sua vigência, fere o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, assegurados pela Constituição Federal. Todavia, a prorrogação de contratos firmados na Legislação anterior deve observar as novas normas sobre a matéria, uma vez que essa situação caracteriza nova contratação. Ou seja, aqui propunha, no Projeto original, que, seis meses depois, todos os contratos fossem revistos, e aí fica inconstitucional. Então, quando vence o contrato, na renovação, aí sim passa a vigorar a nova lei.

Por fim, a 10ª Emenda evita a revogação do artigo 82 da Lei de Diretrizes Bases da Educação, cujo conteúdo não contradiz o estipulado nas normas do Projeto de Lei. O voto: Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº. 44/2007, das Emendas nº. 01 e 08 parcialmente; nº. 02, 05 e 06, bem como das Emendas a seguir apresentadas pela rejeição das Emendas e também pela rejeição das Emendas nº. 03, 04, 07 e 09, e ainda pela prejudicialidade do Projeto de Lei no Senado, nº. 473/2003, e das Emendas por ele recebidas". Sra. Presidente, é esse o relatório e o voto.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nós vamos passar a palavra a Senadora Ideli Salvatti, até porque, como o Senador Colombo tinha colocado, nós estamos com um problema de tempo. Então, é melhor também a Senadora apresentar o seu relatório e depois passaremos às discussões em conjunto, até porque muitos aspectos estão, com certeza, estão de acordo e outros conflitantes. E como esse é um... Como falei anteriormente, uma... Um Projeto que tem uma importância, podemos dizer assim, vital para a juventude, para os estudantes, para aqueles que estão se aperfeiçoando, se preparando para uma carreira, e que hoje, nesse Brasil de tantos desempregados, nós temos a oportunidade de criar espaços, criar condições para que os jovens possam se qualificar, os jovens possam aperfeiçoar--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sra. Presidenta, pela ordem--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): -- e com isso... Pois não, um momento, Senador Marcelo Crivella. Então, eu quero aqui, tenho certeza que, com a participação de todos os Senadores, com relatório que já foi, apesar do curto tempo, mas sei que o Senador Colombo colocou aí toda a sua experiência, toda a... Dedicou-se bastante, como a Senadora Ideli, eu acho que nós teremos a oportunidade de aperfeiçoar, de melhorar para que tenhamos realmente o melhor instrumento de promoção da nossa juventude. Então, por--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senadora, perdão, lhe pedir a palavra pela ordem, mas é que V. Exa. sabe, é testemunha disso, de que nossa

vida aqui, na parte da manhã, é um correr sem fim, por Comissões, por audiências, e em todo canto. Eu fiquei vivamente impressionado com o profundo trabalho, com toda a elaboração desse relatório providenciado agora pelo Senador Colombo, com... Com o qual concordo. Acho que são irrefutáveis as suas considerações. E queria saber de V. Exa. se poderíamos votar, porque sou premido pelos compromissos, a ter que me retirar. Eu queria que V. Exa. me orientasse porque sei que a nossa Senadora, hoje veio de rosinha, embora ela não seja a esposa do Governador Garotinho, ela é nossa Senadora do PT, líder, ainda não pronunciou o relatório dela.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É exatamente isso, Senador. Estava explicando que nós vamos passar logo à leitura do relatório da Senadora, antes de abrirmos as discussões, porque se abrirmos as discussões agora, depois seriam duas. Logo após a leitura do relatório da Senadora, nós vamos à votação. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sra. Presidente, Srs. Senadores. Bom, em primeiro lugar, eu queria deixar aqui registrado que... A importância do que nós estamos fazendo neste momento e buscando acertar o máximo. Porque a Lei que nós estamos modificando, que nós estamos reconstituindo, reconstruindo, ela tem 30 anos. A Lei 6494, que trata do estágio, é de 1977, portanto, as modificações que nós estamos fazendo é nada mais, nada menos, do que a necessária atualização e adequação do instituto do estágio como ato educativo escolar para propiciar que os nossos jovens tenham acesso à sua profissionalização e à sua escolarização. E, como já disse o Senador Colombo, são milhões de jovens que vão ter esta oportunidade, se nós dermos conta de fazer muito bem feito. A outra coisa que eu acho importante aqui realçar também é de que este é um esforço de muitas mãos, de muitas mãos. Teve o Projeto, o nove... Já levaram aqui, quem veio aqui levou meu papelzinho, viu? A moça dos... Já levou meu papel aqui que estava anotado aqui. Mas...

[falas sobrepostas]

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não é, querido, bom se fosse. É a tramitação... Não, é a tramitação.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É este que eu te dei.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, tudo bem, mas é o seguinte... É isto, meu amor, isso, obrigada. Então, é o seguinte, nós tivemos o Projeto do Executivo, de nº. 993, que, na Câmara, ele teve a Relatoria de Deputados Federais de vários partidos, na Comissão de Constituição e Justiça, foi o Deputado Paulo Maluf; na Comissão de Trabalho, a Manuela D'Ávila, do PC do B; na Educação, Átila Lira. E, na Comissão de Trabalho, a Deputada Manuela Lira, D'Ávila, ela apresentou o substitutivo, que foi denominado, então, o PLC 44, que é o que veio para o Senado.

Aqui, nós anexamos uma outra iniciativa parlamentar, que trata da questão dos estágios, que é do Senador Osmar Dias. Inclusive, na Comissão de Educação, o Projeto do Senador Osmar Dias teve audiência pública, teve três Relatores, nós nunca conseguimos votar, lá na Comissão de Educação. Então, agora são todas estas mãos que estão se articulando para que a gente possa efetivamente ter uma Lei do estágio, adequada à realidade, à necessidade das empresas, das instituições de ensino e, principalmente, dos nossos jovens.

Eu queria dizer que nós fizemos ontem um apelo muito grande para tentarmos confluir os dois relatórios. E nós estamos correndo contra o tempo e contra a morosidade, que as máquinas ainda são morosas, nós não conseguimos imprimir aqui um trabalho que a nossa assessoria fez, que está muito claro de visualizar, para a gente poder fazer as votações. Nós fizemos o Projeto original do Governo, o 993, o substitutivo que veio da Câmara, depois, pegamos todas as modificações que o Senador Colombo apresentou no relatório dele, que já foi lido, e transformamos isso num substitutivo, com as contribuições que eu estou apresentando, as contribuições que o Senador Colombo está também apresentando, que boa parte delas nós pudemos absorver, e as alterações, inclusive, que nós entendemos que a Câmara fez corretamente.

Portanto, eu gostaria de apresentar algumas questões, que eu acho que valeria a pena a gente debater. E se tiver o *ok* do Senador Colombo nesse substitutivo que absorve a maior parte do que ele apresentou, com estas pequenas polêmicas que eu queria aqui listar, eu acho que nós poderíamos trabalhar com este substitutivo que incorpora a grande parte do que o Senador Colombo apresentou, já no seu relatório, coisas que eu apresentei, e coisas que vieram da Câmara.

Então, se nós pudéssemos trabalhar desta forma, fazendo o acordo que não foi possível, de ontem para hoje, até porque tivemos que correr aí atração de muitas questões, aí se a Sra. Presidente concordasse, eu gostaria apenas de trazer algumas questões aqui para o debate. Pode ser, Presidente?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, é o seguinte, no art. 1º, tem uma solicitação que foi feita ao Senador Colombo e a mim, que nós gostaríamos de saber se é possível, que é tirar a questão

"preparação metódica", ta? O Senador Colombo tem a concordância, então, eu estaria absorvendo, aqui no meu parecer, a retirada da palavra "metódica". Estágio é um ato educativo, eu estou colocando a palavra "escolar" para dar exatamente... Eu me preocupei muito, a maior parte das minhas observações, das minhas alterações, foi para dar o caráter do estágio como um ato educativo vinculado à escola, à formação escolar. Então, "estágio é ato educativo escolar, supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação..." E nós tiramos o "metódica". E nós incluímos, no art. 1º, algo que nós consideramos importante, que são os anos finais do Ensino Fundamental de jovens e adultos. Hoje, o nosso EJA, a educação de jovens e adultos, ela tem, em boa parte, esse caráter profissionalizante. Então, permitir também aos alunos do Ensino Fundamental do EJA poder estar... Abrir para eles a possibilidade aí do estágio. Então, esta é a principal modificação no art. 1º, depois--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Presidente. Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Permita-me ingressar... A Relatora propôs o debate, e já está em suas mãos, está em minhas mãos também um estudo extremamente sensível e importante do Senador Flávio Arns, que sugere incluir na Emenda e no art. 1º, educação especial, que está fora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu quero dizer que eu não tenho nenhum problema com isso e espero que o Senador Colombo também não tenha.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu estou fazendo essa defesa. No relatório?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): No relatório do Senador Raimundo Colombo, já está incluso.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Desculpa, eu não vi. Bom, só para confirmar--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): --Que é incluir a educação especial no artigo e na Emenda. Da minha parte, não tem também nenhum problema.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que todos estão de acordo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Educação especial, perfeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Está absorvido. Eu também já tinha conversado com o Senador Colombo da história da inclusão do EJA e ele também já tinha já sinalizado.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): No meu entendimento, é positivo o EJA. Eu realmente não tinha percebido, mas acho que a Senadora Ideli percebe bem, a idéia é universalizar o atendimento, o estudante do EJA, ele também é estudante, também precisa da oportunidade, eu acho que ele aperfeiçoa o Projeto, com certeza.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que com... Só colocar também a minha opinião, eu acho que o EJA já está com jovens, inclusive, já são jovens e adultos que estão ganhando... Recuperando um tempo perdido e que o estágio é importantíssimo para que eles possam desenvolver uma profissão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, depois, nos diversos parágrafos, 1º, 2º, no *caput* do art. 2º, eu fiz adequações redacionais para não ter dúvida, só aquela ênfase para dar o caráter educativo e a vinculação com a formação profissional junto com a escolar. No art. 3º, eu absorvi a redação dada pelo Senador Colombo, *caput* do art. 3º, que nós entendemos bastante adequada. Aí, fizemos, lá no inciso I, a inclusão do EJA, conforme já estava no art. 1º e no § 1º, adequações para dar ênfase à questão do escolar, é questão bem de redação. Agora, o art. 4º é o art. 9º, que fala das instituições de ensino, que é, inclusive, uma solicitação do Ministério para que esta proposta de estágio também possa ser aplicada aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados nos cursos superiores no país. Então, foi este o pedido. Se o Senador Colombo não tiver...

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sem problemas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, estaríamos... Aí, inclusive, nesta questão, eu acatei o § 3º do Senador Colombo, que diz que os agentes de integração responderão solidariamente pelas irregularidades verificadas na realização dos estágios curriculares, especialmente no que se refere à indicação de estagiários para realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como pela indicação de estagiários matriculados em cursos ou instituições para os quais não há previsão de estágio curricular. E eu sei que o Senador Colombo fez uma alteração. Então, aqui nós vamos precisar acertar, ao vivo e a cores. Este aqui, eu vou deixar destacado para a gente poder depois aferir se tem acerto na redação. Eu tinha absorvido a redação original do Senador Colombo, mas ele, depois, modificou, ta?

Eu incluo um artigo 6º, que o local do estágio pode ser selecionado a partir de um cadastro de partes cedentes, organizado pelas instituições de ensino, ou pelos agentes de integração, para poder ter um cadastramento dos locais de estágio, que também

é importante a solicitação do Ministério. Depois... No art. 4º que, no meu substitutivo, passa a ser art. 7º, eu faço única e exclusivamente adequações também de caráter redacional para ficar bem caracterizado o aspecto "vínculo escolar", a formação vinculada à escola. Esse daí é a página... Estamos na página 05, indo para a 06, Senador Colombo... Eu vou até, eu vou até exemplificar o que é que eu fiz, ta? Por exemplo, na questão do professor orientador, o que é que eu coloquei? "Indicar professor orientador da área a ser desenvolvida". Ou seja, vincular sempre o estágio com a área que a pessoa está se formando, que ela está estudando. Sempre essa vinculação como...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E o debaixo, o que significa isso? É orientando o estagiário?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É porque o seguinte, olha, na... Isso aí são as obrigações das instituições de ensino, ta? Então, está entre as obrigações zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, que é aquele acordo entre a instituição de ensino, a empresa e o estagiário. Eu incluí "reorientando o estagiário para outro local, em caso de descumprimento de suas normas". Porque o seguinte, se há um monitoramento da instituição de ensino, do estágio, e se percebe, no meio do estágio, que não está adequado, a própria instituição que tem a obrigação de zelar pelo cumprimento do termo de compromisso e da adequação do estágio, se ela mesma perceber que não está adequado, ela pode, ela tem... Se está ruim, por que vai levar até o fim o estágio em algo que não está sendo bom?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sem prejudicar a qualidade--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Sem prejudicar. Bom, aí... Aí, na página 07, eu incluí a história do plano de atividades do estagiário, elaborado em acordo das três partes a que se refere o inciso II do art. 3º, "será incorporado ao termo de compromisso por meio de aditivos, à medida que for avaliado progressivamente o desempenho do estudante". Isso é para a gente poder ter esse movimento vivo... Vai avaliando e vai... Eu acatei a exclusão do parágrafo único que o Senador Colombo tinha feito, achando... Que é a história das multas. Isso é muito importante para exatamente não desestimular as empresas a contratar porque, como estava originalmente, a incidência de multa poderia desestimular as empresas de acatar. Estava bastante correto o Senador Colombo, quando... Bom, aí, depois, da parte concedente, é que nós temos uma polêmica que nós precisamos discutir, que é a história da apólice de seguro. Hoje o estagiário, ele já tem, digamos, o direito a um seguro, inclusive, no original da lei estava, do Projeto de Lei, estava: "Oferecer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais". A Câmara, colocou: "Oferecer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado". O Senador Colombo colocou: "Contratar em favor do estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice será de, no mínimo, 38 mil reais, valor a ser, conforme regulamento, atualizado periodicamente". E eu estou propondo não ter valor de apólice, tá?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O que eu estou propondo, Senador Wellington, e aqui eu já tive a concordância do Senador Colombo, não sei se todos concordam, "oferecer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fica estabelecido no termo de compromisso", ou seja, é uma microempresa, ela tem condições de fazer uma apólice de um determinado valor; é uma grande empresa? Tem condições de fazer uma apólice de um valor mais adequado.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Às vezes, até faz em grupo. Então, fica garantida a obrigatoriedade da apólice, compatível com o mercado, mas, para cada situação, o termo de compromisso, que é fechado entre a instituição de ensino, a empresa e o estagiário estabelece no termo de compromisso.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Só para contribuir, qual é a origem? Essa Emenda é do Senador Cristovam Buarque. Ele coloca isso como uma obrigatoriedade, no sentido da segurança ao estudante. Eu entendi, ao acatar, que a idéia que o Senador Wellington coloca, do grupo. Se a quem... Uma coisa é você contratar seguro para sete estudantes, da microempresa. Outra é para você contratar de 10 mil, como tem o CIEE em Santa Catarina. A apólice cai bastante. Agora, não tem, em nenhum momento, a função, tenho certeza de que o Senador Cristovam e nem a minha, de criar dificuldade. Eu também confesso que não sabia que, na lei, já estabelece a obrigatoriedade de uma apólice de seguros, eu não tinha observado, que não conhecia. Eu acho que não muda fundamentalmente, quer dizer, o importante é que o estudante tenha o seguro; nós temos, por incrível que pareça, são jovens, mas eu tenho o registro, volto aí aos dados de Santa Catarina, só no CIEE, nós temos em média quatro óbitos por ano, de jovens nesta idade, embora seja 10 mil, o número é muito inferior, mas são quatro que estariam protegidos. Então, a gente pode deixar para o final essa questão, mas ela não é para

mim uma questão fundamental, até porque, de outra forma, ele está atendido.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, então, esta é uma questão que também nós deixaríamos para a conclusão. Ok? Então, vamos seguir aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um minutinho, Presidente. Nós estamos em que fase? Apresentação da Senadora Ideli, depois teremos uma fase de tirar dúvidas?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Wellington, posso explicar qual é a fase? Nós estamos tentando construir o substitutivo conjunto das duas Relatorias, é isso que nós estamos--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Depois eu tirarei dúvidas, é isso? Ok.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Se tiver alguma das questões que nós estamos relatando aqui, que V. Exa. entende que é algo que merece debater, já pode destacar, que a gente já deixa reservado. Bom--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Para ficar bem claro, é que realmente terminada toda a análise dos relatórios, nós possamos, esses pontos que são polêmicos ou que existam sugestões de modificação, de alteração, nós possamos discutir, assim ganhamos tempo, tenho certeza, Senador, que todos nós aqui estamos querendo construir o melhor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Posso continuar, então, Presidente? É uma pena que nossa máquina não conseguiu imprimir ainda o quadrinho colorido para todo mundo, porque ficaria muito fácil de todo mundo acompanhar. Já tem? Já pegou. Estão distribuindo aí. Nós estamos, então, agora entrando na página 10. Na página 10, eu absorvi a redação dada pelo Senador Colombo, naquela questão de enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de seis meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao estagiário. Está muito boa a redação do Senador Colombo, inclusive, com esta obrigatoriedade do estagiário saber qual é a avaliação que a empresa está fazendo do trabalho dele. E eu excluí aqui, voltando lá na página 09, no Projeto que veio da Câmara, tinha uma exigência de o educando também apresentar, de seis em seis meses, um relatório de atividades. Esse é o capítulo da exigência que... Que estabelece as responsabilidades da parte concedente, portanto, não cabe, nas responsabilidades da parte concedente, colocar obrigatoriedade ao aluno. Então, eu retirei isto.

Depois, na questão do estagiário, aí eu vou pedir bastante atenção, porque eu fiz muitas modificações, e aí não... O Senador Colombo não tinha feito, e eu vou até fazer a leitura para que não paire nenhuma dúvida. Art. 10º, no meu substitutivo: "A jornada de atividade em estágio será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, a parte concedente, o aluno estagiário ou seu representante legal, devendo constar do termo de compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar: I. 20 horas semanais, no caso de estudante do ensino médio e fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. Inciso II. 30 horas semanais, no caso de estudantes do Ensino Superior. § 1º: O estagiário relativo a cursos que alternam teoria e prática nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ser jornada de até 40 horas semanais, desde que previsto no Projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino. § 2º: Em qualquer hipótese, a soma das atividades escolares presenciais e as de estágio não poderá exceder a oito horas diárias. § 3°. Se a instituição de ensino adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo o estipulado no termo de compromisso para garantir o bom desempenho do estudante. Quando há períodos de provas, em que a instituição de ensino tem, às vezes, tem períodos de "provões" e tal, então, aí reduz o período do estágio para não sobrecarregar o aluno, isso tudo definido sempre no termo de compromisso. Então, aqui eu fiz modificações significativas, que o Senador Colombo não tinha feito--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A minha preocupação aqui, Senadora Ideli e demais Senadores, é a seguinte: Quando você estabelece 20 horas no ensino do EJA, ele tem lógica porque, na realidade, eles estudam 20 horas, mas isso pode desestimular o contrato de alguém nessa área. Então, ele só terá 20 horas. E isso faz com que ele tenha menos oportunidade que os outros que irão até 30 horas. Então, eu acho que pode prejudicar o estudante do EJA. Essa é a minha preocupação, na questão de aprofundar isso. E em relação a "em qualquer hipótese, a soma das atividades escolares presenciais e a de estágio não poderá exceder a oito horas", mas uma das grandes conquistas do Projeto é reduzir de oito para seis, então, o receio que eu tenho é que isso abra uma janela para permitir que o pessoal seja obrigado a trabalhar oito, quando, na verdade, a intenção é seis. Salvo melhor juízo, essas são as minhas dúvidas. Só para ver porque... Eu só vi agora, mas essas são as minhas duas preocupações.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, então, isso aqui são duas questões que nós ficaríamos ainda para...

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nessa relação, existe uma empresa chamada CIEE, alguma coisa assim, qual é a remuneração dela, quem paga, é a empresa ou o aluno que consegue o estágio? Ela sobrevive de quê?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Alguém sabe dizer? Eu não sei.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ela sobrevive...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): CIEE é uma ONG.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, não é o CIEE não. É uma que intermedia trabalho, mão-de-obra estagiário... CIEE mesmo, não é? A remuneração para eles vem de onde, da empresa ou do salário do estagiário?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: É uma ONG.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma ONG? Sim, mas vem de onde essa remuneração dessa ONG?

[falas sobrepostas]

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Todos os agentes de integração recebem um percentual--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Das empresas...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que é a mesma coisa do IEL e de tantos outros. Acho não, é semelhante.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Desculpa, é que o CIEE, ele é sustentado pelas indústrias, pelos empresários, e não cobra um tostão dos alunos, dos estagiários. É por isso que há vantagem, que nem o Governo intervém com ajuda financeira.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Wellington, inclusive, nós temos aqui, no substitutivo, a proibição de cobrança.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Por isso eu estou falando, Senadora, eu queria saber o seguinte: Tudo bem que o estagiário não paga, mas existe, no acordo, que a empresa tire um percentual do que seria para o estagiário e repassa para essa ONG? Não?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Todo mundo tem, pelo que eu estou vendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não é assim. Esse é um entendimento da empresa com a instituição. Aí é outra coisa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Quem paga? De onde vem a remuneração da ONG?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O CIEE é uma organização, uma associação de educadores e empresários, que existe há 44 anos. Todos nossos dirigentes são remunerados—

[soa a campainha].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Gostaria de, por questão regimental, pediria, Senador, o senhor poderá depois dar todos os esclarecimentos ao Senador. Eu gostaria de voltar a palavra à Senadora Ideli.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Como é? Ele me explica e eu passo, é isso?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Quando fala da duração do estágio não poder exceder a dois anos, tanto eu quanto o Senador Colombo acatamos a questão lá do "exceto quando tratar-se de estagiário com deficiência, desde que comprovada, para sua formação, precise ter um tempo maior". Nós acatamos, é uma Emenda do Senador Arns. Aí ficou... Agora, tinha um capítulo chamado "dos agentes de integração" que nós propusemos, ao invés de ser um capítulo, fosse transformado num artigo. Então, ficou praticamente tudo como veio da Câmara, apenas nós não... Eu não acatei uma modificação que o Senador Colombo fez, para que estas entidades, estes agentes de integração tivessem registro lá no Ministério da Educação e tal, porque já... O agente, quando ele é contratado pela instituição de ensino, já há um instrumento jurídico da contratação, e se é público, se a instituição é pública, já tem que ser feita conforme a Legislação em vigor.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): [pronunciamento fora do microfone].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto. Não. É que, na lei original, tinha um capítulo integral chamado "agentes de integração". Eu eliminei no meu substitutivo isto como um capítulo porque senão significa você dar uma institucionalidade aos agentes de formação. Eles participam do processo da contratação dos estagiários, mas eles... Eles não precisam ter esse destaque, como é dado, aqui na lei, para as instituições de ensino, para as empresas e para o estagiário. Aí, nós teríamos, no corpo da lei, a constituição, a institucionalização de uma... De um outro pilar da construção do estágio no nosso país. Foi por isso que eu transformei em artigo, até para não dar essa institucionalização, e aí eu tenho apenas essa discussão com o Senador Colombo, no sentido de não ter o registro lá no Ministério.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): E o Senador Colombo, como fez?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu, na... Fiz três Emendas, de ontem para hoje, nessa madrugada, que não estão aqui como referência nesse quadro que a Senadora Ideli fez, que está ajudando muito aqui, que torna bem mais eficiente. Eu percebi, depois, que o que eu estava pedindo que, aliás, estava no Projeto, ia burocratizar muito. O que eu estava pedindo era que as entidades mandassem para o Ministério da Educação um documento, a cada seis meses, estabelecendo o nome do estagiário, a carga horária do estagiário, o valor da remuneração, se houver, a vigência do contrato, o curso do estagiário e o resumo das funções desempenhadas. Qual é que era a idéia? É que houvesse um acompanhamento, uma supervisão, uma fiscalização por parte do Ministério da Educação. Mas, conversando com os técnicos do Ministério da Educação, eles me mostraram uma coisa que eu realmente não tinha enxergado. Isso aqui dá seis milhões de papel, de folha, a cada seis meses, o que torna impraticável a operacionalidade disso e o acompanhamento. Então, eu fiz uma mudança, que não é tão completa quanto da Senadora Ideli, apenas mantendo a idéia da fiscalização... Eu tinha colocado, e é uma questão que pode ser alterada, a seguinte redação: "As entidades que trata desse artigo deverão estar devidamente cadastradas no Ministério da Educação e, nos termos da regulamentação, enviar relatórios semestrais, informando o quantitativo de estagiários intermediados no período, no Município". Qual é minha idéia? Que haja um acompanhamento do Ministério da Educação, mas eu concordo também que esse acompanhamento fica muito superficial porque isso e nada é a mesma coisa. Então, a tendência também é reconhecer isso, porque ele realmente cria dificuldade e eu confesso que não me ative ao número de papel que significa e a burocracia que ele causa.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Senador, mas não traz vantagem também.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não, não traz vantagem.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Assim, em termos de ordem legal--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Seria só uma fiscalização, Senador Romeu Tuma--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Mas ela pode ser feita, a qualquer instante, sem a necessidade dessa burocracia.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exatamente. Então, eu concordo com a Senadora Ideli, e acho que vai melhorar o Projeto se retirar isso.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, nisso, nós já concordamos e acho bastante positivo--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): A Ideli ganhou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós ganhamos muito aqui, o que nós acertamos, Santa Catarina deve estar surpresa com essa confluência.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Esse Senador é um homem de bem, Senadora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem vai ganhar são os estagiários--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E eu sou do quê?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Do bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Todos os dois são pessoas de bem.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): A senhora--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sou obrigada a perguntar, não é?

[risos].

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): A senhora já é conhecida pelo coração de todos. Ele como está meio virgem ainda aqui--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ele está estagiário aqui.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Meio virgem aqui.

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Bom, mas—

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Não é do inferno, pelo amor de Deus--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pelo amor de Deus, não é, Senador Tuma? Ainda na página 15, eu absorvi uma redação que o Senador Colombo tinha feito também, a respeito dos agentes de integração responderem solidariamente pelas irregularidades verificadas na realização dos estágios, mas o Senador Colombo também fez uma alteração nesse texto. Então, que não está... Eu não tinha acessado, foi só hoje, então, nós precisaríamos aqui acertar, eu vou deixar destacado, Senador Colombo, esse é algum que pode ter algum ruído. Depois, na fiscalização, página 15 ainda, eu absorvi o que o Senador Colombo modificou, lá da... Da... No *caput* do art. 15, no § 1º, e depois a retirada das multas, que ele retirou, e eu concordo plenamente, para a gente não ficar sobrecarregando. Aí, no... Aí, na página 17, "das disposições gerais", tem uma questão que o Senador Colombo não... Não fez nenhuma modificação, e eu estou apresentando a seguinte modificação: "O número máximo de estagiá-

rios em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estádio, relacionadas à sua atividade-fim, deverá atender à seguinte proporção: De um a cinco empregados, até três estagiários". No Projeto que veio da Câmara era um, eu estou ampliando para três. "De seis a 10 empregados, até cinco estagiários". Da Câmara eram apenas dois. E "acima de 10 empregados, até 20% ou seis estagiários". Na Câmara, era até 20% de estagiários.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Diga-me uma coisa, qual é a base dessa tabela, em função de empresas, de diferentes... Qual é a base lógica de uma tabela? Quando tem diferentes empresas, uma que só tem equipamento, outra que trabalha mais com gente, outra com mais tecnologia. Qual é a lógica para ter essa tabela? Entendeu, Senadora Ideli? Já veio do Ministério assim? Veio do Ministério a idéia, do Ministro?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Botelho vai me corrigir--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Foi aumentar a oportunidade de estágio, foi essa a lógica dela.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E foi uma solicitação... Aliás, esta Emenda aqui, ampliando o que veio da Câmara, além de vir como pedido do Ministério, é a Emenda do Senador Cristovam Buarque.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei, mas é que eu não consigo ver, eu fico assim um pouco irritado comigo mesmo, quando eu participo de uma votação e vou aprovar uma coisa que não tem uma lógica. Por exemplo, é a mesma coisa, dizer assim: "Todas as bibliotecas têm que ter 10 mil livros". 10 livros? Mas quais são os livros? Será que esses livros são consultados? Essa lógica a gente vai perdendo, é só isso, Senadora. Eu tenho certeza que veio do Ministério essa idéia, e o Senador Cristovam também colocou, mas uma empresa está voltada para tecnologia, outra para mão-de-obra, entendeu?

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Senador Wellington, a grande aflição que existia, e espero que resolva, pela habilidade e pela visão dos dois Relatores, da Emenda e... Era que o Governo queria passar uma área de educação para o Ministério do Trabalho.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Exatamente.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Então, aí é que tem a lógica que tem de se discutir. Por que o estágio, que é de estudante, vai passar para o Ministério do Trabalho? O que pode é uma fiscalização, se houver exploração de mão-de-obra, porque a diferencia de você estar lá no estágio para aprender aquilo que a escola está te ensinando, e você pôr na prática. Essa era a grande dificuldade.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A essência do trabalho é exatamente essa visão que o Senador Romeu Tuma tem. Exatamente isso: estágio é educação, não uma coisa vinculada ao trabalho. Mas o que o Senador Wellington coloca, eu também compartilho, a função desse artigo é de limitar porque, na exposição de motivos do Projeto de Lei, o Governo coloca sua preocupação da exploração indevida do estagiário como substituição de mão-de-obra. Então, esse artigo limita; a função é limitar. Então, eu não aceitei a Emenda do Senador Cristóvam, e coloco aqui a divergência com a Senadora Ideli, exatamente no sentido de não ampliar muito, porque, se você tem de um a cinco empregados, você pode ter três estagiários. Então, eu acho que ampliar isso significa aumentar o risco do uso indevido, da utilização indevida do estagiário como mão-de-obra, substituindo o empregado formal. Então, aqui há, de fato, uma divergência, Senadora, porque, na exposição de motivos que o Governo mandou, ele estabelece a preocupação dele do uso indevido, da utilização indevida da mão-de-obra do estágio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Da substituição [ininteligível].

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exato. Então, essa Emenda, ela amplia e eu acho que daí ela fere o objetivo do Projeto. Por esta razão, eu não aceitei. É claro que eu quero que, em vez de ter um milhão de estágios, tenha cinco, mas, se você ampliar demais, se você observar o Projeto de um a cinco empregados, você teria um estagiário. De seis a 10 empregados, você teria dois estagiários e acima de 10 empregados, até 20% dos estagiários, esse é o Projeto. Aqui, a senhora está encaminhando de um a cinco empregados, até três estagiários. Então, é uma questão, assim, de preocupação, de que fira, atinja o objetivo do Projeto, que é impedir esse tipo de utilização, uma questão para a gente aprofundar.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, esse vai ficar aqui como uma das pendências. Eu quero dizer, Senador Colombo que, até em homenagem ao Senador Cristóvam, eu fiz questão de absorver a Emenda. Agora, eu tenho a mesma convicção de que se a gente ampliar demais, acaba tendo aquela tentação de substituir o empregado normal, contratado para trabalhar, pelo estagiário. Essa tentação é grande.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Senadora Ideli, Senador Colombo, eu poderia fazer uma proposta, Presidente? Estou vendo que ainda há alguns pontos--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É bem-vinda a proposta.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Tem alguns pontos de divergências e com seriedade. Não seria bom transferir a votação para a próxima semana?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Não, porque tranca a Pauta, Senador Romeu Tuma, nós temos que votar hoje--

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Para amanhã, para dar 24 horas para vocês discutirem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Posso dizer, Senador Tuma?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Tuma, esclarecer--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): É o terceiro ponto apenas, de divergência. Eu acho que nós vamos fechar rápido--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não dá porque, como ele já chegou um pouco atrasado, nós já perdemos, inclusive, o prazo das Comissões, tem que ser votado hoje, em regime de urgência senão—

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Desculpe, então, eu já declaro voto para os dois. Eu já declaro voto para os dois.

[risos].

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Porque aí--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Até porque o senhor nunca viu tanta...

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Eu tiro o desempate aí.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Tanto acerto, tanta harmonia. Bom, continuando aqui, ainda na página 18, eu acato também a redação do Senador Colombo de: "fica assegurada às pessoas com deficiência o percentual de 10% das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio, desde que essa tenha 10 ou mais estagiários", que é a redação que o Senador Colombo fez; acato o *caput* do art. 16 que, no meu substitutivo fica 18, que é "a prorrogação dos estágios contratados antes do início da vigência desta lei apenas poderá ocorrer se ajustadas as suas disposições", que está bem correta a redação. E, por último, eu faço uma observação, lá na página 20, porque o Projeto original e o que veio da Câmara revogava o art. da LDB que tratava do estágio, ou seja, tirava o estágio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Então, eu incluo aqui um artigo 20, exatamente para que o artigo 82 da LDB continue valendo para esta questão do estágio. Então, isto foi, Sra. Presidente, o que nós conseguimos produzir, e eu quero dizer o seguinte: Se houver concordância, nós poderíamos apenas tratar das três polêmicas que ficaram e, se houver acordo nas polêmicas, aí ficaria o substitutivo, com a incorporação de tudo o que o Senador Colombo apresentou, que eu apresentei. Então, se V. Exa. me permite, nós temos o problema lá do... Do... Lá do... Da apólice do seguro, que está na página 09 aqui do nosso relatório colorido--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Senadora Ideli, Senador Colombo, Senadora Rosalba, eu imagino, se tem apenas esses três pontos, quem sabe... Faz-se um pequeno intervalo... Os dois Relatores acertam esses três pontos e se fazem dois relatórios, terão de ser feito dois, iguais... Mas eu não sei...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Um só porque a Reunião é conjunta.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Tem que votar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO Tem que votar um relatório só, mas em duas Comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): São duas Comissões. Tem que votar os dois.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem que votar o dois, iguais.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A votação é simbólica--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dois relatórios, um assinado pela Senadora Ideli, outro pelo Colombo e suas respectivas comissões.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Por outro lado, podem ser, inclusive, semelhantes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O mesmo relatório.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu tenho uma dúvida, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu vi, no do Senador Colombo, que diz que o... Não poderá ser mais de seis horas de estágio--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Essa é uma das polêmicas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E no da Senadora Ideli, diz o seguinte que, somando aula mais estágio, não poderá passar de oito; se você colocar que o aluno funciona, estuda de oito às doze, outro horário noturno, aí são quatro, não poderá estagiar mais de quatro, que ele já vai estar estudando de manhã. Vocês têm que chegar a um acordo quanto a essa questão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Por isso mesmo que ficou aqui como polêmica, são as coisas que nós precisamos acertar. Eu estou resgatando o que é polêmico. O polêmico é aquela história da apólice de seguro--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, antes de tratarmos das polêmicas, vamos por etapa, eu gostaria só de colocar algo que me deixa muito tranqüila em presidir essa Comissão, é de ver o quanto está sendo construído em união, todos com os melhores propósitos, aqui sem nenhuma outra questão que leve a que possamos divergir, a não ser o único objetivo. E a contribuição dos senhores que estão participando, que estão também analisando o relatório, é de uma importância inestimável, tanto que essa discussão, acho que é muito pertinente, a gente vai trazer, inclusive, com certeza, podemos fazer com que... Aprimorar ainda mais. Então, obrigada, passemos às polêmicas, agora. Senadora Ideli, é a primeira, que é a questão do--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu já identifiquei aqui, precisamos ver se é isto mesmo, eu identifiquei três polêmicas: a questão do seguro na apólice, a questão da jornada dessa soma, se vai ser oito, se não vai ser e tal, porque isso está claro. E a redação que o Senador Colombo modificou, eu já tinha acatado a redação original dele, dos agentes de integração responderem solidariamente pelas irregularidades, então--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu posso, com a licença da Senadora, só colocar o que é que modificou aqui? "*Os agentes de integração responderão solidariamente pelas irregularidades verificadas na realização dos estágios curriculares*", e aí vem em frente. Qual foi a alteração? "*Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente, se indicarem estagiários para realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para os quais não há previsão de estágio curricular*". Isto aqui é um ganho, agora, se nós mantivermos o Projeto original, fica uma pendência jurídica muito confusa e prejudica o agente intermediário, que é uma peça-chave.

No entanto, não dá para absorver totalmente eles de responsabilidade, porque eles têm, eles atuam. Então, com este novo texto, que foi resultado de uma assessoria do Senado, eu acho que a gente mantém a responsabilidade, mas deixa mais claro, sob pena de eles responderem com muitas ações judiciais, o que desestimularia a sua atuação. Então, no meu entendimento, isso é um aperfeiçoamento e pontua, quer dizer, "vocês são responsáveis nisto". Acho que há um avanço, por isso que eu modifiquei o Projeto original.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Porque do jeito que estava, Senador Colombo, Senadora Ideli, se a empresa para qual essa intermediária encaminhar o estagiário deixar de pagar um tributo qualquer, ele vai junto.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exatamente, a gente modificou isso. É nesse tema, eu acho que não...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu quero dizer que eu já não tinha tido problema com a redação anterior do Senador Colombo, a redação nova também não tenho problema. Então, do meu ponto de vista, se nenhum outro Senador quiser levantar, eu já estou acatando a redação nova que o Senador... Aqui para incluir no substitutivo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu estou sendo conduzido por V. Exa., viu, Senadora Ideli?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Também em relação à apólice, eu acho que a gente pode avançar, ela não é uma coisa essencial, quer dizer, o que eu queria, é uma Emenda do Senador... Senador, a questão da apólice, como ela não é essencial, é uma Emenda do Senador Cristóvam, mas eu concordo com V. Exa., e acho que isso dá para a gente tirar, porque o objetivo está atendido, há o seguro para o estagiário. E eles vão acertar no termo de compromisso, não precisa estabelecer de cima para baixo uma diretriz porque são realidades diferentes. Então, eu concordo com o texto de V. Exa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Então, das três pendências, Presidente, duas nós já acertamos. O texto lá da questão dos agentes de integração responderem civilmente, no caso de alguma irregularidade, e na questão lá do seguro, ficou: "*Oferecer ao estagiário seguro contra acidentes pessoais cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso*". Agora, nós temos que entrar na questão da jornada.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tem mais uma contribuição...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso, isso.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A próxima polêmica é a carga horária.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora Ideli, Senador Colombo.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pois não, Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Tem acho que uma contribuição interessante do Senador Flávio Arns também, com relação ao percentual de pessoas com deficiência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Localiza a página para nós, Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): A página 18, azulzinho da página 18. §5º: "*Fica assegurado às pessoas com deficiência percentual de 10% das vagas oferecidas pela parte concedente do estágio", e aqui me parece que cria uma barreira, "desde que esta tenha 10 ou mais estagiários*". Eu acho que poderia ser suprimido "desde que esta tenha 10 ou mais estagiários". Nós estamos criando uma discriminação, portanto, a deficiência só vai ter chance desde que a empresa tenha 10 ou mais estagiários. Isso é uma discriminação inconcebível, inaceitável.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu quero dizer para o Senador Colombo que, da minha parte, eu não tenho nenhum óbice, até porque o seguinte—

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): esse cidadão passa a ser cidadão a partir—

[risos].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 10% de cinco é meio, então, vai ser uma decisão da empresa. Entendeu? Então, quer dizer, meio que o natural a obrigatoriedade é só a partir dos 10, agora, deixar na lei consignada esta barreira, eu realmente acho que é ruim. Então, da minha parte, ok. Então, resolvemos mais um, o "desde que" sumiu. Acho que nunca aconteceu isso aqui, viu? Essa negociação pública.

[risos].

Total. Agora nós temos a discussão da jornada, que eu acho que é mais complicada.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Seis horas/semana.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Ideli, acho que você já veio com esse espírito, veio de rosa, a minha cor.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu sou assim, só não gosto daquela observação lá, da história de casar com Garotinho, não é? Não é o meu caso.

[risos].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não. Esse "rosa" que eu estou falando não tem nada com Rosa de Garotinho.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pára, né?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Aqui é rosa de Rosalba. Último ponto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Último ponto, então, é a questão da--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): A questão da jornada. Acho que isso é uma questão que eu posso também... Já ouvimos aqui da maioria que até seis horas seria o ideal.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu queria colocar exatamente nesse sentido, quer dizer, uma das grandes conquistas, é porque hoje o estágio é de oito horas; uma das grandes conquistas é reduzir para seis, fixa em seis, favorece bastante o aluno e cria regra clara--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Máximo de seis horas.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Máximo de seis, exatamente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Máximo de seis, porque aí você tem alguns estágios de quatro horas, depende também da carga...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O que é bom para vocês, imprescindível nisso aqui?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, a única preocupação é que o ECA diz que a jornada máxima de oito horas é para--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Só um minutinho, aqui, por favor.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tenho uma dúvida, Senador Colombo, tenho uma dúvida.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Está com a palavra, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Obrigado, Sra. Presidente. Senador Colombo, me dia uma coisa: O supervisor do estagiário fica dentro da empresa?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim. Na escola--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na escola que cede o estagiário. Ele dali acompanha, ele entrega relatório, não é? Senão ia ficar muito caro, até para a própria escola.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Não ia ficar caro, fica até--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Essa é uma responsabilidade da escola contratada e está no termo de contrato, essa obrigação está estabelecida.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Ok. Obrigado, obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente... Presidente, me deixa ver se eu possível, porque o pessoal está nos alertando, na questão das oito horas,

é uma obrigatoriedade legal, no caso do Estatuto da Criança e Adolescente, que não pode exceder oito horas no caso de menor de idade. Oito horas. Oito horas. Oito horas. Então, eu queria ver se era possível nós mantermos a redação no total, fazendo a seguinte alteração no § 2º. Nós estamos na página 11, quem quiser acompanhar. Ao invés de ser, "em qualquer hipótese, não poderá ceder oito horas diárias", colocar assim: "No caso de estagiário menor de idade"—

ORADOR NÃO ODENTIFICADO: Do ciclo básico—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Menor de idade, não é? Por causa do ECA. Por causa, "*no caso de estagiário menor de idade, a soma das atividades escolares presenciais e as de tarja não poderá exceder a oito horas diárias*". Então, nós faríamos uma exceção apenas para adequar ao ECA. Isso aqui nós corrigimos dessa forma. O pessoal está redigindo, quem está na redação? Aí, precisaríamos saber aquela história das 20 e das 30 horas. Isto, vamos votar--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, um detalhe--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): É que, no § 1º, "*o estágio relativo a cursos que alteram teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 horas semanais, desde que previsto um Projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino*". Mas isso pode abrir muito e se perde uma conquista que é das seis horas, me preocupa isso. O pessoal pode usar isso como uma janela para botar todo mundo para trabalhar oito horas, e é isso que a gente não quer.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tem como colocar, Senador Colombo, quatro horas, no máximo, para esse pessoal de ensino de menor?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): A nossa preocupação é a seguinte: Isso deixa uma janela--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): O aluno vai estagiar, e vão sobrar só três e nenhuma empresa vai contratá-lo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Você faz uma adequação do estágio, e você coloca todo mundo oito horas. Daí, uma das grandes conquistas dessa lei, que é "seis horas", se perde, porque você está dando uma janela que poderá ter jornada de até 40 horas semanais, desde que previsto no Projeto pedagógico do curso, aí você vai fazer mudar o Projeto pedagógico do curso e bota todo mundo oito horas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Podemos colocar 30 horas aqui, Senador?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Ah, sim, 30 horas—

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Nada impede que você reduza para seis.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exatamente isso que eu estou pedindo.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): -- mas reduzir para seis pode.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Claro, isso que eu estou pedindo.

SENADOR ROMEU TUMA (DEM-SP): Porque o máximo é o teto que o ECA impõe.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): 30 horas pode ser?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Se resolve, colocar 30 horas você fecha a janela. Aí você fecha a janela. Está perfeito.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Já acatamos o "30 horas". Mais algum problema nesta redação, Senador Colombo? Então, Presidente, tudo fechado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Nessa questão, vamos deixar bem claro, ficou como Senadora Ideli? 30 horas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Vamos lá. Quando o estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 30 horas semanais, desde que previsto no Projeto pedagógico do curso e da instituição ensino", para preservar aquela questão de estágio no máximo seis horas, que o Senador Colombo estava levantando bem, e, no § 2º, tiramos o "em qualquer hipótese" e colocamos "*no caso de estagiário menor de idade, não podem somar, a aula e o estágio, mais do que oito horas diárias*".

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Significa quatro horas de estágio.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Quatro horas de estágio. Então, com esta redação. Ah, tem ainda aquela--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli, tenho uma dúvida. Senadora Ideli, eu tenho... Algumas empresas estão me falando o seguinte--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com a palavra, o Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Desculpe, Presidente. Muito obrigado. Tem a discussão que normalmente o aluno tem cinco horas de aula; só sobram três para o estágio e as empresas não contratam com três horas, só contratam com quatro horas. Eu não sei se nós estamos fazendo um bem ou um mal nesse sentido, quer dizer,

tem que ser discutido e ver, a decisão vai ser tomada aqui, mas eu não sei se nós estamos jogando esses alunos, que poderiam ter quatro horas, para fora, por causa de uma hora, uma decisão difícil, que os Relatores têm que ver, e eu vou acompanhá-los.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): E a gente faz o que aqui?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone e interrupção no áudio].

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Entendi, agora eu fiquei em dúvida também. Senador Wellington, acho que o senhor colocou uma coisa pertinente porque eu acho que esse Projeto, um dos grandes benefícios dele é que nós possamos realmente regulamentar, de forma a que possamos aumentar o número de estagiários, porque, se hoje no Brasil nós temos em torno de um milhão, mas existe uma demanda reprimida de cerca de 10 milhões, temos que... Cria-se alguma dificuldade operacional para a empresa, de certa forma, a empresa vai... Não vai aderir ao programa do estágio.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Rosalba, V. Exa. Que, com certeza, ficará no Senado mais sete anos e meio, eu tenho certeza disso, porque é importantíssimo para o Senado tê-la aqui, é importante para o país, eu queria dizer o seguinte: Eu estou preocupado porque... Preocupado, porém, é legal: nós vamos acabar com a figura do estagiário que não seja estudante.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Pois não, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O seu apelo e a sua observação extremamente pertinente, já construiu acordo aqui. Para não dar margem a esta situação, até porque o ECA está em vigor, portanto, se alguém fizer qualquer coisa contra a Legislação estabelecida no Estatuto da Criança e Adolescente, será punido, então, nós estamos propondo retirar o § 2º para não dar margem a essa questão.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Isso foi fruto dos chamados "embargos auriculares".

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Auriculares. Aqui todo mundo está "auriculado" aqui.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Nesse momento, estão todos aqui nos nossos ouvidos, então, para não ficar que foi só uma posição minha, os assessores estão aqui a todo o momento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Mas eu quero dizer que, se V. Exa. não tivesse levantado a questão, nós não teríamos feito aqui a conversa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Está bom?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Wellington, uma detalhe que falou, que nós estávamos tirando a oportunidade de estágio daqueles que não são estudantes. Aí já é uma outra questão. Aí, são os programas de aprendiz, de trabalhador--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Mas estamos jogando todo mundo para o mercado informal. Nós temos que ter certeza de que isso vai acontecer, mas é fruto da decisão que nós temos que tomar.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mas, se nós queremos todos na escola, nós queremos valorizar cada vez mais o ensino, a oportunidade, o aprendizado, então, eu acho que é por aí que nós temos que realmente qualificar mais a nossa juventude, porque nós tínhamos aqui normas, regras que vinham de 30 anos, altamente defasadas nesse mundo globalizado, informatizado. Então, acho que nós estamos modernizando e abrindo, com certeza, mais espaços para os jovens, porque são muitos que estão nas escolas de 2º Grau, nos cursos profissionalizantes, e aqui, enquanto os senhores terminam aí de construir esse... Esse acordo, esse acordo positivo sobre o estágio, eu gostaria aqui de também dar um depoimento que eu, como Prefeita, tive a oportunidade de também instituir, como assim o Senador Colombo, programas de estágios. E foi muito gratificante o resultado, além de que vinha da experiência própria, que, quando estudante, eu fui estagiária.

Então, jamais o jovem esquece dessa oportunidade para o aprendizado. Eu tenho certeza, se eu não tivesse tido, como tive, a oportunidade, como universitária, de estagiar durante quase todo o período que fiz a Faculdade de Medicina, eu teria aprendido bem menos, porque unir a teoria e a prática, a experiência do dia-a-dia, isso é de uma importância fundamental para o estudante. Tomara que essa proposta que estamos construindo aqui, que deverá ser aprovada em breve, realmente dê a oportunidade a muitos jovens que sonham com a oportunidade, muitas vezes, auxiliando a que eles possam continuar os seus estudos, quando têm remuneração, outras vezes, só o fato de ter o espaço para o estágio cria para eles aquela condição de apoio, de qualificação, de abrir o espaço às empresas porque, ao ir atrás do primeiro emprego,

eles podem apresentar o estágio, que nós sabemos que as empresas, nesse ponto, exigem do jovem que tenha experiência e, quando eles não apresentam experiência, continuam desempregados, por mais que eles sejam capazes, inteligentes, que possam dar a sua contribuição.

Então, acho que realmente nós estamos... Eu torço que venha acontecer. Vamos agora à aprovação. Acho que... Podemos passar agora à votação?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Licença. Nós temos dois itens aqui que a gente está concluindo, um é número dos estagiários, que a proposta é diferente, que a gente precisava acertar isso. E tem uma mudança também na questão da forma de encaminhar a CLT, que eu estou me achando aqui nos meus papéis aqui.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com relação ao número de estagiários, eu volto a dizer: Eu fiz até como forma de prestigiar a Emenda do Senador Cristóvam, mas, na minha opinião, eu acho que o que veio da Câmara está de bom tamanho, até para atender aquela questão de não abrir como possibilidade de ficar substituindo empregado por estagiário. Então, assim, a não ser que alguém queira manter a sugestão do Senador Cristovam, eu, por mim, acho que também é a posição do Senador Colombo, nós voltaríamos ao texto da Câmara.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senadora, só para dar mais ordem aqui ao entendimento dos demais Senadores, essa questão está na página...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Está na página 17. Ela começa na 17 e vai até a 18. Nós tiraríamos, então, este "de um a cinco, empregados até três", ficaríamos com o que está na Câmara, "de um a cinco estagiários; de seis a 10, dois estagiários, e acima de 10, até 20% de estagiários".

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): No meu entendimento, essa posição fica melhor, exatamente pela origem do Projeto, quer dizer, ele tenta impedir, dificultar a substituição. Eu acho que fica melhor se a Senadora também entende assim.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu estou de acordo, da minha parte já está acordado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): 20% é uma boa faixa.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Então, Senadora, o último assunto, no meu Projeto, que V. Exa. aceitou, eu dei a seguinte... "Da fiscalização", o seguinte texto, ontem... É o 13. Esse é o artigo de ontem, que a senhora aceitou--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Para todo mundo localizar, está na página... Na nossa tabelinha colorida, está na página 15. Na tabelinha colorida está na página 15.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Perfeito. Então, o texto que era iniciativa minha, "*sem prejuízo de outras cominações legais, a manutenção de estagiários, em desconformidade com esta lei, sujeita a parte concedente à infração aplicada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Legislação pertinente. Toda a irregularidade identificada pela fiscalização do Trabalho e da Previdência Social na contratação de estagiários será comunicada ao Ministério do Trabalho, um órgão supervisor do sistema de ensino e ao Ministério da Educação*."

Agora, depois de várias reuniões hoje de manhã, a preocupação aqui é uma abertura que se dá ao Ministério do Trabalho, ao fiscal do trabalho. Então, sem tirar a punição, o texto que se sugere é o seguinte: "*Sem prejuízo de outras cominações legais, a manutenção de estagiários em desconformidade com esta lei sujeita a parte concedente à infração aplicada pela fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, nos termos da Legislação pertinente*". Então, ela não muda a penalidade, ela apenas restringe a entrada. Então, é esse o objetivo desta mudança do meu relatório de ontem para o meu relatório de hoje; esse de hoje a senhora não tem. Onde é que está essa Emenda aqui?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senadora Ideli, essa fiscalização já não está em lei, não? Por que é que nós estamos abundando, digamos assim?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Deixa-me achar o de agora. Está aqui... Desculpe, Senadora. O que eu estou mudando, então? O art. 13: "*A manutenção do estagiário em desconformidade com esta lei caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da Legislação Trabalhista e Previdenciária*". Então, é essa a nova, o novo texto. Eu acho que fica mais seguro, restringe.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Eu quero dizer que, a parte aqui da assessoria, eu também entendo que tem Legislação Trabalhista; se não cumpriu a lei do estágio, ela é que vai... Então, da nossa parte não temos... Até porque não é relação de trabalho. Então, se caracterizou, aí vai responder no órgão. Eu quero dizer que eu não tenho nenhum problema de acatar... Se nenhum outro Senador tiver objeção, eu fico com a redação nova, também do Senador Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Nós só precisamos acertar em qual artigo ele fica, porque o... No § 13º, então, aqui a gente tem que só ajustar na hora de fazer o substitutivo, para que ele seja no mesmo número. Só esse detalhe operacional. Então,

a minha sugestão é de que a Comissão de Assuntos Sociais faça o seu substitutivo, a da Educação faça o seu, o mesmo, e aí pode ser em conjunto, como a Senadora... Não sei como é que é o sistema interno...

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Presidente, se nós... Se nós eliminamos todas as pendências, como tudo aqui ficou público e está taquigrafado, não tem como fugir do que nós acordamos e lemos e acertamos aqui, eu queria propor que nós pudéssemos ter a aprovação do... Do mesmo substitutivo, que vai ser assinado por mim e pelo Senador Colombo, nas duas Comissões. E aí, depois, nós vamos pegar assessoria aqui porque vamos ter que montar o boneco, mas foi tudo público, não teve nada aqui que não foi acertado de forma explícita.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu não sei. Vocês conversaram alguma coisa aí no ouvido, vocês dois—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Explícita.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Tudo que eu ouvi está valendo, mas eu não sei o que vocês conversaram aí... Vamos à votação. Vamos, Presidente. Eu estou doido para comer, o picadinho está me esperando lá...

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Os dois Relatores... Querem acrescentar? Senador Colombo, Senadora Ideli, querem ainda acrescentar alguma coisa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senadora Rosalba, eu e o Senador Garibaldi—

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pois não, Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): --nós estávamos em outras Comissões, chegamos agora, pediríamos, com a sua inteligência, a senhora fizesse uma síntese do que vamos votar, rápido.

[risos].

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu não estou sabendo, cheguei agora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Mão Santa--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós vamos contratar um estágio de entendimento de todos os entendimentos que fizemos aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): É compreensível porque nós sabemos... Nós sabemos que todos os Senadores, são muitas Comissões, então, muitas vezes, você está em uma Comissão, não consegue chegar a tempo de outra--

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Se eu soubesse que era a senhora que estava presidindo, eu tinha chegado antes das 10.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito obrigado, Senador. O senhor, como sempre, muito elegante.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): E o Garibaldi--

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu gostaria só de dar aqui um esclarecimento. Nós estamos tratando de um Projeto de Lei da Câmara, Projeto de Lei do Senado, que trata da regulamentação dos estágios para estudantes de nível médio, estudantes de nível superior, dos cursos dos últimos anos do EJA, e também dos que... De ensino especial. Então, essa é a regulamentação de um Projeto que é da mais alta importância, que vai dar aos estudantes... O senhor, quando for estudante de medicina, com certeza, teve a oportunidade de um estágio, o que aprimorou muito os seus conhecimentos, lhe deu ainda mais a... Deu tanta... Ajudou-lhe tanto, que ficou conhecido por “Mão Santa”, por ser um grande cirurgião.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Estamos satisfeitos pelo esclarecimento. Eu só queria fazer uma indagação. A idade mínima que ele pode começar a estagiar?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): 16 anos.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): É a idade mínima?

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Isso aí tem que respeitar o Estatuto da Criança, as normas do Estatuto da Criança. Senadora Ideli, tem alguma coisa a acrescentar?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nada mais a declarar, a não ser agradecer a participação efetiva de todos neste acerto conjunto aqui, que fizemos ao longo da Sessão.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Eu quero cumprimentar a todos, Senadora Rosalba, V. Exa. que preside, a Senadora Ideli, também a nossa consultoria do Senado, que foi extremamente ágil, ao pessoal do gabinete, especialmente ao Eduardo, mas a todos, e também cumprimentar a Senadora Ideli, seu gabinete, foi um trabalho rápido, difícil, mas que eu acho que a gente conseguiu ter êxito, e eu saio dessa Sessão com a consciência de que todos nós juntos estamos dando uma grande contribuição e estamos de parabéns porque, de fato, nós aperfeiçoamos o Projeto, inovamos, avançamos, melhoramos as condições, e isso vai melhorar a vida de muita gente. A gente separa claramente a questão de estágio, como

um elemento de educação, de aprendizado profissional, e não uma questão de trabalho. Portanto, eu acho que demos um passo importante, eu me sinto muito satisfeito e cumprimento a todos.

SRA. PRESIDENTE SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Passamos agora... Encerrada a discussão, passamos agora à votação do substitutivo da Comissão... Na Comissão de Educação, apresentado pelo Relator Raimundo Colombo. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. Agora, passamos à CAS, Comissão de Assuntos Sociais, Relatora Senadora Ideli. Em votação o substitutivo. Se os Senadores concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Então, só resta agradecer a todos que aqui vieram dar a sua contribuição, participar dessa discussão, aos Relatores Raimundo Colombo e Ideli. Está... Não havendo mais nada a tratar, está encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 13h28.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2007.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia dois de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Marcelo Crivella, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Romeu Tuma, Cícero Lucena e Jefferson Peres reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores João Ribeiro, Fátima Cleide, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Heráclito Fortes e Sérgio Zambiasi que justifica a ausência. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A Presidência sugere que a Comissão abra discussão sobre a Proposta de Emenda a Constituição nº 089, de 2007, que "prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – CPMF". A sugestão é acatada por unanimidade. Prosseguindo, O Senhor Senador Flexa Ribeiro requer, oralmente, a inversão de pauta para iniciar a deliberação pelo item 07, o que é aprovado. Item 07: Projeto de Resolução do Senado nº 042, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que, "Denomina 'Senador Antônio Carlos Magalhães' o auditório do edifício-sede do Programa Interlegis'". O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer favorável é aprovado. Prosseguindo o Senhor Senador Flexa Ribeiro, solicita a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o PRS 042/07, com o que todos concordam. Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Urgência nº 044 – CE, 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Flexa Ribeiro que, requer "...nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, Urgência, para o Projeto de Resolução do Senado nº 042/07, que 'Denomina 'Senador Antônio Carlos Magalhães' o Auditório do Edifício Sede do Programa INTERLEGIS ". O requerimento é aprovado. Dando continuidade a reunião a Presidência passa para a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque passa a Presidência ao Senhor Senador Flávio Arns para relatar o seguinte item: Item 05: Emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria da Câmara dos Deputados, que " Acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes". O relator designado é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável é aprovado. Reassume a Presidência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 083, de 2006, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares". O relator designado é o Senador Wellington Salgado de Oliveira e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. Nesse momento, a Senhora Senadora Ideli Salvatti requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 045/07 – CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti que, requer "... nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 83 de 2006, que 'Fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares', com as presenças dos seguintes convidados: Dr. Oris de Oliveira, Jurista; Dr. Pedro Américo Furtado

de Oliveira, Coordenador Nacional do Trabalho Infantil (IPEC) da OIT; Dra. Tânia Coelho, Psicóloga; Dr. José Roberto Dantas Oliva, Juiz do Trabalho da 15ª Região; Dra. Eliane Araque dos Santos, Procuradora Regional do Trabalho da 10ª Região e Representante dos Produtores". O Senhor Presidente da Comissão, sugere a inclusão de um representante dos produtores cinematográficos com o que, todos concordam. O Requerimento é aprovado. O projeto fica sobrestado na Comissão até a realização da Audiência Pública. Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque que, "Acrescenta parágrafo único ao art. 51 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 065, de 2005, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sibá Machado que, " Altera os arts. 44 e 51 da Lei n° 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação". O relator designado é o Senador Geraldo Mesquita Júnior e o parecer é favorável ao PLS 116, de 2006, com as emendas oferecidas, rejeitando o PLS 065/05 que tramita em conjunto. O projeto é retirado de Pauta, atendendo a solicitação da Senadora Rosalba Ciarlini, com a concordância do relator e do autor do Projeto. Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Santana, no Amapá". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000, de caráter terminativo, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "Acrescenta artigos à Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do Índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. Nesse momento, a Senhora Senadora Fátima Cleide requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 046/07 – CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Fátima Cleide que, requer "... nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja realizada Audiência Pública no âmbito desta Comissão de Educação, com a finalidade de instruir o PLS nº 155 de 2000, que 'Acrescenta artigos à Lei nº 6001, de 19 de dezembro de 1973 (Estatuto do índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas', com a presença de representantes das seguintes autoridades: Representante da Coordenação de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação; Representante da Fundação Nacional do Índio; Representante do Ministério do Trabalho; Representante da 6ª Câmara do Ministério Público Federal; Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Representante do Fórum em defesa dos Direitos Indígenas – FDDI". O Requerimento é aprovado. A matéria fica sobrestada na Comissão até a realização da Audiência Pública. Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que "Denomina 'Rodovia Prefeito João Eutrópio' o trecho da Rodovia BR-484 situado entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado do Espírito Santo". O relator designado é o Senador Adelmir Santana e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 473, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata, que "Dispõe sobre a instituição do 'Dia Nacional do Imigrante Italiano' e dá outras providências". O relator designado é o Senador Neuto De Conto e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02 – CE, aprovadas por treze (13) votos. Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 343, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "Institui o Dia do Movimento Pestalozziano no Brasil, a ser comemorado no dia 26 de outubro". A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Marisa Serrano e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Flávio Arns, que "Institui a data de 5 de junho como o 'Dia Nacional da Reciclagem'". O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos favoráveis. Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2007, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Rosalba Ciarlini, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Seridó Potiguar, por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte". O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por quatorze (14) votos fa-

voráveis. Item 17: Projeto de Lei do Senado nº 539, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que "Institui o 'Dia Nacional da Leitura' e a 'Semana Nacional da Literatura'". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por quinze (15) votos favoráveis. Item 19: Projeto de Lei do Senado nº 344, de 2007, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que "Acrescenta inciso ao art. 14 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas". A relatora designada é a Senadora Fátima Cleide e o parecer é favorável, na forma do substitutivo oferecido. O projeto é retirado de pauta, segundo entendimento mantido entre a relatora e outros Senhores Senadores. Item 20: Requerimento nº 048/07 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que, requer "...de acordo com o que preceitua os arts. 90, II e V e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, para discutir o tema 'A importância da prevenção da violência por meio de ações na primeira infância'. Esta Audiência Pública está inserida na programação do 3º Fórum Senado Debate Brasil, que se realizará entre 28 e 29 de novembro do corrente, em cuja organização e apoio está inserida a participação desta Comissão. Como expositor, sugerimos o nome do Professor Dr. Hubert Montagner, Diretor de Pesquisas no Instituto de Pesquisas Médicas, neurofisiologista, pesquisador no laboratório de Psicologia, Psicopatologia do Desenvolvimento – Bordeaux, França, e um dos maiores especialistas do mundo na área de violência na Infância". O Requerimento é aprovado. Item 21: Requerimento nº 047/07 – CE, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que, requer "... nos termos do art. 93, II, do RISF, a realização de Audiência Pública para tratar do Programa Educação para a nova indústria, a ser apresentado aos membros desta Comissão, pelo Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Deputado Armando Monteiro Neto". O Requerimento é aprovado. Neste momento, os senhores Senadores Paulo Paim e Papaléo Paes requerem, oralmente, pela ordem a inclusão extrapauta de Requerimentos, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 04: Requerimento nº 043/07 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, requer "... nos termos regimentais, a inclusão do nome do Senhor André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, do Ministério da Educação, para participar de Audiência Pública, aprovada em 02 de outubro de 2007, destinada a esclarecer as informações vinculadas recentemente pela mídia sobre o aumento da Evasão Escolar, mesmo com a ampliação do Programa "Bolsa Família" do Governo Federal. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 05: Aditamento nº 001/07 ao Requerimento nº 031/07 - CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Papaléo Paes que requer "... nos termos regimentais, a inclusão do nome da Conselheira Augusta de Freitas Carvalho, Chefe da Divisão de temas educacionais do Ministério das Relações Exteriores, para participar de Audiência Pública, aprovada na reunião do dia 15 de agosto de 2007, destinada a instruir o Projeto de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana e o Projeto de Lei do Senado nº 102, de 2006 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. O Requerimento é aprovado. Extra-Pauta, Item 06: Comunicado: "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad, e do Ministro do Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, para a solenidade de assinatura de portarias que instituirão grupos de trabalho para estudos de longo prazo na Educação, a ser realizada no dia 24 de outubro do corrente, quarta-feira, às 16H30, na sala de Atos 9º andar do Edifício-Sede do Ministério da Educação". Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2007, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2007; Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 333 de 2006; Item 14: Projeto de Lei do Senado nº 233 de 2007 e Item 18: Projeto de Lei da Câmara nº 050, de 2007. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às doze horas e cinquenta minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 52ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,REALIZADA NO DIA 23 DE OUTUBRO DE 2007

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um.

Havendo número regimental declaro aberta a 52ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 11ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

Eu falo para os que cuidam da gravação, de que ao usar sem óculos eu disse declaro aberta a 53ª. É 52ª reunião. E eu disse 11ª Sessão Legislativa. É a 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Antes de entrar na pauta eu queria fazer uma consulta aos Srs. Senadores e Srªs. Senadoras. Alguns dos membros da Comissão, alguns me procuraram para saber se a Comissão iria discutir em algum momento as implicações da prorrogação da CPMF sobre educação. Eu gostaria de saber se nós podemos escolher o momento para que a Comissão discuta isso. Já há Emendas no sentido de que uma parte da CPMF vá para a educação, já tem propostas de separar a desvinculação da União da CPMF, e cada um está trabalhando por si e houve uma consulta se valia à pena a Comissão de Educação fazer um debate sobre o assunto. Como foi feita com a Reforma Tributária algum tempo atrás. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sr. Presidente, eu quero dizer que de minha parte acho altamente relevante, importante e necessária à discussão sobre esta Emenda Constitucional. Do ponto de vista da CPMF, lógico, 40 bilhões de reais e as implicações disso, inclusive no que V.Exª sempre coloca, Bolsa Família, Bolsa Escola, escola, inclusive o debate amanhã, mas mais particularmente ainda em relação a um dos artigos da mudança que é a DRU. A Desvinculação dos Recursos da União para efeitos de educação, onde 20% dos recursos são retirados da educação para serem aplicados de acordo com as prioridades e as necessidades do Executivo Federal. Isso aqui, se a gente pensar que 20% dos recursos da educação estão sendo debatidos, eu diria que só isso já justificaria o debate nesta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Algum outro Senador quer fazer alguma consideração sobre o assunto? Bem, nenhum sendo contra, tendo um a favor, eu creio que é um assunto que eu conversaria depois com o Senador Flávio Arns e poderíamos ter um Relator que trouxesse uma proposta para a Comissão.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): V.Exª me desculpe, eu falei educação, mas 20% da educação, da cultura e de esporte. Não é só da educação. [risos] Eu que por uma omissão minha não mencionei as outras duas áreas. Senadora Rosalba. Bem, então--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Cristovam, deixa eu só entender. Eu estava aqui ao telefone, peguei um pouco só a fala de V.Exª. A questão da prorrogação da CPMF V.Exª está incluindo também o debate a respeito da DRU.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É que vem vinculado. E muitos têm me perguntado sobre o impacto que isso vai ter na educação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): V.Exª. lembra que lá no dia que estava presente o Presidente José Alencar, nós conversamos muito rapidamente sobre isso. Nós tínhamos inclusive aprovado uma redução gradativa da DRU para a área de educação. E isso acho que foi pra a Câmara, né?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Na Câmara houve uma Emenda nesse sentido, mas foi derrotada a Emenda.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Derrotada. Mas nós tínhamos uma proposta nesse sentido aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Temos uma proposta. Eu próprio tenho uma nesse sentido. Mas isso exige primeiro desvincular a discussão DRU e CPMF. Senão vai atrapalhar a CPMF de vez.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Total. Porque essa discussão da DRU eu acho que valeria a pena nós termos alguma conversa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tá bem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu pediria a V.Exª, se possível, uma alteração da pauta para que nós pudéssemos votar o Item 7, que trata da denominação do Senador Antônio Carlos Magalhães, no auditório do edifício sede do Programa Interlegis que tenho uma reunião da Mesa agora às 11h e eu preciso me deslocar. Sou Relator desse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu pessoalmente, Senador, sou favorável a isso porque é um assunto rápido, é não terminativo, nós estamos sem quórum ainda, mas eu submeto ao Plenário da Comissão. Os que estiverem contrários a essa inversão se manifestem. Está aprovado e eu passo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, que é o Relator do projeto do Senador Expedito Júnior que denomina ao Senador Antônio Carlos Magalhães

ao auditório do edifício sede do Programa Interlegis. É Projeto de Resolução nº. 042. Com a palavra, Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Srªs. Senadoras, Srs. Senadores. Por intermédio do Projeto de Resolução do Senado nº. 42/2007, o Senador Expedito Júnior propõe que o auditório do edifício sede do Programa Interlegis seja Antônio Carlos Magalhães. Em sua justificativa o autor alega que a homenagem ao Senador Antônio Carlos Magalhães recentemente falecido se deve ao grande incentivo que o parlamentar baiano deu à criação do Programa Interlegis. Não fosse o empenho do homenageado não teria sido implantado esse grandioso projeto que visa capacitar parlamentares e seus colaboradores nas três esferas governamentais, União, Estados e Municípios. A proposição a ser posteriormente encaminhada à Comissão diretora do Senado Federal não recebeu Emenda nesta Comissão de Educação.

Voto, Sr. Presidente. Pelo exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº. 42/2007. Sem sombra de dúvida, é uma homenagem ao Senado Federal presta ao eminente Senador Antônio Carlos Magalhães, recentemente falecido, denominando o auditório do Programa Interlegis, do edifício sede do Programa Interlegis com o seu nome. Auditório Senador Antônio Carlos Magalhães. O importante é que este programa, como bem diz aqui o Senador Expedito Júnior, ele traz um benefício a todos as esferas governamentais, inclusive aos Municípios mais desassistidos pela União. Está lá o Interlegis, propiciando através de cursos para a melhoria da qualificação dos representantes nas câmaras de Vereadores. Esse é o nosso voto e peço que aos meus pares que acompanhem o voto favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Pergunto se alguém quer fazer algum pronunciamento, essa homenagem do Senado ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Bem, não havendo nenhuma manifestação, eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu solicitaria urgência na tramitação para que pudesse ir à Mesa Diretora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Vamos fazer isso. Ah, tem que submeter Requerimento de urgência. Os que estiverem de acordo Requerimento de urgência proposto pelo Senador Flexa Ribeiro permaneçam como estão. Está aprovado e enviaremos hoje mesmo.

Eu lembro que há um projeto que eu sou Relator que o Campus da Unilegis terá o nome do Senador Lauro Campos. Na próxima semana estará na pauta. Bem, o nº. 01 é terminativo, o Item nº. 02 é terminativo, o Item 3 é terminativo, o 4 terminativo... O Item 05. O Relator sou eu, o Senador Aloizio Mercadante é o autor. Eu quero... Gostaria de pedir ao Senador Flávio Arns para presidir enquanto eu faço...

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a deferência do Senador Cristovam Buarque para presidir a reunião, enquanto Presidente relata o Item 05 da pauta, de natureza não terminativa que acrescenta a linha... São apreciadas Emendas à Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 298/2004 que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei 8.313 de 23 de dezembro de 91 para estender o benefício fiscal, as doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes. Autoria do PLS 298/94 é do Senador Mercadante. Autoria das Emendas é a Câmara dos Deputados e a relatoria das Emendas é do Senador Cristovam Buarque, que apresenta um parecer favorável. Com a palavra V.Exª.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sr. Presidente, trata-se de um desses Projetos de Lei que a gente pergunta por que é que ninguém pensou antes. No momento em que as casas de cinema estão sendo fechadas, transformadas em centros comerciais, em igrejas, outras atividades. Ninguém pensou em um incentivo fiscal que ajudasse a construção, manutenção de salas de cinema em Municípios pequenos. O Senador Aloizio Mercadante felizmente teve essa iniciativa e trouxe um projeto que já passou pela Câmara. É o Projeto nº. 298/2004 que foi aprovado pela Comissão de Educação, seguiu pela revisão da Câmara dos Deputados nos termos 65 e voltou a essa Casa porque houve uma modificação que de fato tem sentido. Porque a Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados ofereceu uma Emenda com objetivo de evitar interpretações equivocadas quanto ao conceito legal de circuito privado como estava originalmente. O próprio Senador Aloizio Mercadante está de acordo com isso, porque com efeito essa expressão não se reporta à sala de exibição de propriedade particular, mas sim aquelas acessíveis de forma restrita a convidados. Independentemente de serem utilizadas comumente como salas comerciais, isto é, abertas ao público a título não oneroso mediante aquisição de ingresso. No entanto, o art. 2º da lei que se pretende alterar veda expressamente a concessão de incentivos da obra exibida em circuito privado. Esse dispositivo passou despercebido no projeto original, o que

poderia gerar interpretação diversa da que motivou a elaboração da posição.

Por essa razão, aquele colegiado da Câmara Federal aprovou Emenda destinada a subdividir o atual Parágrafo Único em dois. Promovendo em primeiro lugar a garantia de que referidos incentivos poderão ser considerados projetos culturais que permitam amplo acesso do público, seja por gratuidade, seja mediante aquisição de ingresso. E em segundo lugar, mantendo a vedação original a concessão do benefício a coleções particulares ou exibições em circuitos privados de acesso limitado.

Ainda na Câmara Federal ao mesmo tempo que ofereceu na redação final Emenda destinada a adequar a Emenda do projeto e [ininteligível] do seu art. 1º. Nada a obstar quanto à propriedade da intervenção da Câmara dos Deputados no texto original encaminhado pelo Senado. Com efeito, não houvesse as correções propostas, o projeto estaria comprometido no que diz respeito a seus objetivos. Por isso, o voto pelo exposto é a favor da aprovação das Emendas oferecidas pela Câmara dos Deputados. O voto, portanto, é favorável à Emenda oferecida na Câmara dos Deputados revisando assim o que foi aprovado nesta Comissão aqui de Educação do Senado do projeto do Senador Aloizio Mercadante.

SR. PRESIDENTE SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Muito bem. O parecer então do Senador Cristovam Buarque é favorável às Emendas apresentadas pela Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 298. Está em discussão o Relatório do Senador Cristovam Buarque. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Com prazer, devolvo a Presidência a V.Exª.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradecendo ao Senador Flávio Arns, eu passo ao Item não terminativo nº. 12, que fixa idade mínima para o trabalho como ator modelo e similares. É um projeto extremamente importante, mas o Senador Valdir Raupp que é autor e o Senador Wellington Salgado que é o Relator, nenhum dos dois está presente. Na reunião do dia 15/08 foi concedida vistas à Senadora Ideli Salvatti, que trouxe aqui um Requerimento relacionado com o assunto que eu passo a ler.

Requeiro, assinado pela Senadora Ideli. Requeiro nos termos do inciso I do art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal que seja realizada Audiência Pública no âmbito dessa Comissão de Educação com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado 083/2006 que fixa a idade mínima para o trabalho como ator, modelo e similares com as presenças dos seguintes convidados, sugeridos pela Senadora Ideli. O Dr. Ozires de Oliveiras, que é um jurista, o Dr. Pedro Américo Furtado de Oliveira que é o Coordenador Nacional do Programa Nacional de Trabalho Infantil da OIT, a Drª. Tânia Coelho, que é psicóloga, o Dr. José Roberto Dantas Oliva, Juiz do Trabalho, e a Drª. Eliane Araque dos Santos. Procuradora Regional do Trabalho. A Presidência reconhece que o Requerimento pode preencher uma lacuna realmente no debate de um assunto tão importante, mas submeto à discussão dos senhores membros a opinião.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Me permite apenas, Sr. Presidente? Esta lista de pessoas eminentes que nós incluímos na Audiência Pública são personalidades que participaram de um importante seminário sobre o trabalho infantil artístico, se é violação ou não dos Direitos Humanos. Este seminário ele aconteceu no dia 9 de agosto. E até fruto deste próprio seminário, nós entendemos como pertinente trazer antes da deliberação da Comissão de Educação as principais figuras ilustres que participaram deste seminário e que podem subsidiar de forma consistente a deliberação que nós vamos ter que adotar frente ao projeto. Até porque quando ele foi apresentado, uma das questões que foi levantada de imediato era se o projeto não feria o Estatuto da Criança e Adolescente. Então, acho que eminentes especialistas no assunto já se reuniram, realizaram este importante seminário, nada melhor do que trazê-los para que a gente possa ter o subsídio necessário para poder tomar a deliberação frente ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continua em discussão a proposta da Senadora Ideli de uma Audiência Pública relacionada com esse assunto. O projeto do Senador Valdir Raupp que eu considero extremamente importante, sensível, de definir uma idade mínima para atividade de ator e atriz. Alguém quer fazer pronunciamento? Senadora Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Essa proposta já foi discutida aqui na Comissão. E é uma preocupação, acredito da Senadora Ideli, nós já conversamos a última vez que debatemos esse assunto e eu concordo com ela. Eu acho que uma Audiência Pública é importante porque é claro e evidente que nós temos aí os filmes, as novelas em que crianças participam. Mas é necessário que a gente coloque aqui os limites para que isso aconteça. O que não pode é a gente brigar, como nós dissemos a última vez, pelo trabalho contra o trabalho infantil e excluirmos o trabalho de atores mirins como se isso não fosse trabalho, e é um trabalho. Eu acre-

dito que a Audiência Pública pode nos dar luzes para essa questão para que a gente possa votar com mais tranqüilidade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma, depois Senadora Rosalba.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Claro que temos que respeitar as mulheres nessas discussões. De qualquer forma. Mas eu não sei se seria interessante, porque eu tenho um filho hoje na Secretaria Nacional de Justiça. E a classificação por faixa etária dos programas está na Secretaria dele, Senadora Marisa. Talvez fosse interessante uma conversa dentro da linha que V.Exª levantou para uma discussão mais clara sobre o exemplo. Não o horário de se assistir ou não, mas a participação que é feita por crianças em algumas das novelas que hoje estão em evidência. Não para se cortar, mas para saber direito quais os tipos de atividade que elas podem exercer na novela ou não. Não sei se eu entendi bem a proposta de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É da Senadora Ideli, a proposta do debate. Agora, o que está em discussão é a idade limite da atividade de ator. Em que idade pode começar a trabalhar um ator.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): E qual tipo de atividade pode ter também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E que tipo de atividade. Eu vou sugerir a inclusão de um representante da Secretaria. Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Complementar. Acho que é importante e positivo que a gente venha a debater, porque nós estamos tratando de crianças atores. E a arte retrata a vida. Você não pode de repente retirar do teatro, do cinema, da novela a presença da criança, porque faz parte da vida. Mas como isso se processar? Como fazer com que essa criança não passe por abusos na questão do trabalho, de excesso no trabalho, de deixar de ser criança porque está sendo ator, da questão de que gente possa também disciplinar que tipos de trabalho ela deve participar ou não. E também porque nós sabemos que a atividade de... A atividade ela dá... Faz com que a criança ela de certa forma se envolve bastante e nós temos a preocupação também com a sua estabilidade emocional. Então acho que é muito importante que a gente faça esse debate para que se possa construir uma forma de que elas não deixem de também retratar a vida, mas que seja com toda proteção que tem direito as nossas crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador... Bem, mais algum pronunciamento? Não, né? Eu só quero lembrar, Senadora Ideli, nessa lista, que aqui estão todos, vamos dizer, do lado do problema da criança. E acho que vale a pena ter alguém do lado da produção cultural. Alguém que provavelmente vai dizer "não, é possível..." Etc, na linha do que a Senadora Rosalba colocou.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Cristovam, esses nomes, como eu disse, eu retirei do seminário que foi realizado em agosto. Mas é óbvio que está aberto para outras sugestões. Até porque o assunto tem controversa, um assunto delicado, e, portanto, quanto visões diferenciadas a gente puder ter aqui na Audiência Pública eu acho que só contribuir para a formação da nossa concepção e do nosso convencimento.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu acho que seria isso. Ver também o lado da produção. Porque a criança também tem um lado que de certa forma é importante, não como trabalho, mas como ela participa de atividades culturais você sabe que isso faz crescer a criança na sua auto-estima e muitas outras questões. Então é isso, Ideli, estamos certo e vamos ver se conseguimos trazer alguém da área cultural, da produção, para que possamos confrontar as diversas... Os dois lados e encontrar o melhor para as nossas crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se houver algum nome do lado da produção eu aceito, senão, eu peço permissão para que eu pense esse nome. Os que estiverem de acordo com o Requerimento da Senadora Ideli permaneçam como estão. Está aprovado.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Senador Cristovam... Eu queria até sugerir a Tizuka Yamazaki. O pessoal lembrou, eu acho que seria excelente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Acho uma ótima idéia. Ficará anotado. Eu quero pedir desculpas ao Senador Augusto Botelho, porque eu pulei o Item 08, que o Senador Botelho é o Relator. Mas, como tem quórum, eu vou preferir retomar os projetos terminativos.

Senadora, vamos votar, Senadora Maria do Carmo. Eu vou para o Item 02, porque o Item 01 não está nem o autor nem o Relator. Que seria o projeto que dispõe sobre Programa Universidade para Todos para permitir bolsa remanescente desse programa destinado ao estudante que tenha cursado o ensino médio em escola privada. Então vamos adiar esse e vamos para o Item nº 02. Que acrescenta Parágrafo Único ao art. 51 Lei 9.394 de 20 de dezembro de 96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir

programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades públicas. O Relator é o Senador Geraldo Mesquita. O autor é o que está na Presidência nesse momento da Mesa.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam, eu gostaria de pedir se é possível que esse assunto ele seja adiado. Porque eu estou relatando um projeto da Senadora Ideli Salvatti que versa sobre o mesmo assunto. O do senhor já está pensado a de Sibá Machado que também versa sobre esse mesmo assunto. Eu gostaria de conhecer melhor e deixaria para na próxima reunião tomar uma decisão, quem sabe, de apensar todos ou se for o caso sem que isso haja prejuízo, eu quero pedir permissão ao Presidente e ao autor do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita, como Relator, ele que tem o direito ou não de dar esse tempo. Eu como autor sinceramente acho que seria positivo. Porque há um projeto da Senadora Ideli que complementa o mesmo assunto. Mas fica ao Relator decidir se deve ou não ser apensado o projeto da Senadora Ideli aos dois que já estão em discussão.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): V.Exª falou por mim e por V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [risos] Muito obrigado então. Então, Senadora, eu só queria pedir que a gente tenha um prazo para isso. Que seja um prazo curto, porque esse é um assunto que diz respeito a milhões de jovens que estão preocupados sobre como ingressar na universidade.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Até porque está fala sobre acesso à universidade e tá chegando à época dos vestibulares.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Seria o quê? Uma semana? E que seja preparado o Requerimento pedindo que seja apensado o projeto.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Uma semana e nós retornaremos aqui com esse assunto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, pela ordem. Primeiro eu quero agradecer a gentileza dos demais autores de conceder o prazo para que a Senadora Rosalba possa fazer a avaliação se é possível à tramitação conjunta, e gostaria de pedir aproveitando que nós temos quórum a inversão da pauta para o projeto 19, que é também terminativo, Sr. Presidente.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, nobre Senador Cristovam Buarque, eu gostaria também ver se é possível, eu sou Relator do Item 17, e é terminativo na Comissão. Eu gostaria também de ver se é possível fazer alguma antecipação porque a partir de 12h eu tenho uma reunião da bancada do meu partido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Submeto ao plenário as duas inversões, primeiro da Senadora Ideli e depois do Senador Marco Maciel. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Eu então vou inverter. Qual é da Senadora Ideli? Vamos discutir agora conforme a inversão, o Item 19 que é de autoria da Senadora Ideli Salvatti e relatoria da Senadora Fátima Cleide. É o Projeto de Lei nº 344/2007, que acrescenta inciso ao art. 14 da lei 9.394 de 96, LDB, de forma a instituir a eleição direta para diretores de escolas públicas. Um assunto também muito pertinente e muito polêmico. Eu passo a palavra à Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sr. Presidente, como eu já fiz a leitura do Relatório anteriormente, eu vou aqui apenas relatar as Emendas que nós recebemos em tempo regimental oferecidas pelo Senador Marconi Perillo. Foram duas Emendas. Uma que propõe a inclusão de dois incisos ao art. 14 da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 97 que retira a definição de dois anos para o mandato de Diretor e acrescenta a previsão de capacitação da gestão eleita face à possibilidade de reeleição. E a Emenda nº. 02 também do Senador Marconi Perillo, apresenta nova redação à ementa e acrescenta a expressão educação básica. Nós entendemos que as duas Emendas oferecidas contribuíram e muito para o aperfeiçoamento da matéria, e acatamos integralmente a Emenda nº. 02 que torna a ementa melhor explicitada com relação ao projeto tratado no projeto, isto é, educação básica, e atendemos parcialmente a Emenda nº. 01 por considerar que o acréscimo do inciso proposto vem ao encontro no aprofundamento na gestão democrática proposto pelo projeto. A aprovação deste projeto, portanto, deverá viabilizar a superação dessas dificuldades relativas à competência encontradas hoje, uma vez que vem disciplinar em lei federal como prevê a Constituição Federal processo de escolha de diretores de escolas públicas da educação básica, regular e técnica, norma a ser seguida por todas as unidades da federação. Com base nesse exposto, manifesto meu voto pela aprovação do PLS nº. 344/2007 na forma do substitutivo apresentado. Acatando integralmente a Emenda nº. 02 e parcialmente a Emenda nº. 01. É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão e eu espero que haja uma boa discussão. Senadora Serrano. Com a palavra. Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Essa é realmente uma questão que precisa ser muito bem discutida porque nós estaremos de qualquer forma intervindo na estrutura administrativa e principalmente nas mudanças que nós queremos ver pela melhor qualidade do ensino das nossas escolas.

Sr. Presidente, há uma nova cultura começando no país de que não é só o voto que vai fazer com que os diretores das escolas possam ter condições, capacidade para ajudar na qualidade do ensino ministrado às nossas crianças. As pesquisas têm indicado que um bom diretor de escola, um diretor de escola comprometido com a qualidade, que realmente assume as suas funções, ajuda e muito na qualidade do ensino e principalmente no conteúdo que entronizado e que é aceito pelas nossas crianças. E quando eu penso só na eleição de Diretor, eu me preocupo. E eu queria muito discutir um pouco com a nossa Relatora, a questão do mérito. A questão de que o professor não depois da eleição que ele vá se qualificar para isso. Mas que a qualificação seja concomitante. Que haja a votação, mas que haja conseqüentemente a avaliação do conhecimento do diretor das suas funções e daquilo que ele pode fazer para que a sua escola dê o melhor possível para os seus alunos. Então, hoje em dia a maioria das prefeituras municipais, pelo menos algumas boas prefeituras municipais, e aí eu quero incluir Campo Grande, a capital do meu Estado, há muitos anos que a eleição de diretores é feita em duas vertentes. Pelo voto, mas esses diretores que são votados, eles só assumem se eles tiverem competência técnica para fazer. E todos sabem disso. Então não é só o voto que vai fazer com que a gente possa escolher um bom diretor de escola. Vai ser também a qualificação que ele tenha para a função. E essa qualificação que ele tenha para a função deverá ser feita como Campo Grande faz através de cursos, de formação para os diretores oferecidos pela própria Prefeitura Municipal e depois os exames que ele possa fazer mostre se tem ou não competência. Eu quis colocar essa preocupação porque acho que chegamos à época que o mérito tem que ser avaliado. E tem que ser visto. Como não, Senador Tuma?

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só... Aparte rapidinho. Porque felizmente--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma, o senhor é o próximo inscrito.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Pode cortar. Eu falo. Como é rapidinho, como eu tenho a felicidade de ter minha esposa como professora, e foi diretora de escola, a qualificação é importante. Porque lá em São Paulo era por concurso público. E a escolha era feita com as vagas que fosse se abrindo com aprovação ou aposentadoria ou mudança uma vez por ano. Então a qualificação era feita por concurso público. Não tinha assim a classificação de um estudo de currículo. Me parece que é isso que V.Exª está se referindo. A escolha por voto e depois a análise curricular para saber se preenchia... Por prova. É o melhor caminho.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Exatamente sobre isso que eu gostaria, Senadora Marisa, porque eu tive uma experiência quando Prefeita de fazermos exatamente com que os cargos de direção fossem todos escolhidos de forma mista. Porque além da eleição, você tinha a seleção. Dentro dos critérios exatamente da capacitação dos candidatos que se colocavam para bem administrar a escola. Acho que é de uma importância muito grande que a gente possa... Eu estou aqui complementando a Senadora Marisa.

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, nós temos três inscritos. A palavra está com a Senadora Marisa, e eu queria dizer o seguinte, nós temos aqui um quórum quase milagroso, e muitos projetos terminativos que exigem quórum. Eu gostaria de debater, mas rapidamente, embora reconheça a importância desse assunto. Senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero apenas colocar aqui, Sr. Presidente, essas minhas preocupações. Gostaria de ouvir os outros Senadores para que a gente deliberasse em cima daquilo que é hoje o que está sendo discutido em todos Estados da Federação. É a garantia do mérito nas progressões e na escolha dos diretores de escola.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu lembro que a Emenda do Senador Marconi Perillo, aliás, ele está inscrito. Primeiro o Flávio Arns, Senador Flávio, depois o Senador Marconi.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Antes só de me manifestar, eu gostaria de perguntar para a Senadora Fátima Cleide sobre a palavra preferencialmente, que constava do Relatório original, não sei se consta ainda após--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Consta. No inciso IV do substitutivo. Preferencialmente justamente para garantir que todas as formas de gestão sejam garantidas principalmente aquelas que tenham garantido também a transparência e a legitimidade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Então a palavra preferencialmente continua constando do Relatório. Eu tenho a impressão, Senadora Fátima--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): A segurança e a preocupação exposta pelo Senador Tuma e a Senadora Serrano.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Exatamente. Essa palavra preferencialmente, o conceito é importante, porque V.Exª se lembra, Senador Cristovam, que nós fizemos um debate extenso nesta Comissão sobre as perspectivas e os rumos da educação e o assunto direção de escola foi sempre muito levantado por todos os expositores, inclusive dizendo que é um dos elementos mais fundamentais para o sucesso do ambiente escolar, da escola, do sucesso do aluno, constituir-se numa boa escola e de fato eu concordo com isso também. Eu acho que a direção, a cara da escola, muitas pessoas falam, é a cara do Diretor, ou da diretora. Que imprime um ritmo próprio, com ânimo, com esperança, com entusiasmo, com organização e eu ficaria muito preocupado se houvesse um único direcionamento em termos do preenchimento.

Por isso eu fiz a indagação à Senadora Fátima Cleide, mas ela me expõe que a palavra "preferencialmente" consta, o que não fecha a possibilidade, portanto, de ter outras alternativas com o objetivo de ter um bom diretor, uma boa diretora.

Eu teria algumas outras preocupações com a Emenda, porque quando se coloca, eu gostaria de perguntar para a Relatora porque eu não acompanhei o texto final, porque no Relatório original, Senadora Fátima Cleide, está escrito por meio de eleição direta entre os profissionais da educação. Esta expressão continua constando, ou não?

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Sim. Eu posso ler na íntegra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Por favor.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Acesso ao cargo ou a função de direção das escolas de educação infantil, ensino fundamental, médio ou técnico das redes públicas federal, estadual e municipal, preferencialmente por meio de eleição direta entre os profissionais da educação para mandato de pelo menos dois anos com a participação da comunidade escolar constituída por professores, funcionários, alunos e responsáveis legais.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Eu agradeço. Então não existe mais a minha dúvida, porque a preocupação era que tivesse sido retirada à expressão profissionais da educação, o que permitiria com que qualquer pessoa pudesse na verdade pleitear o cargo de Diretor. Mas está bem esclarecido e está claro pra mim.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): ... Como representantes dos trabalhadores da educação também essa preocupação, Senador.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Está bem. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo, com a palavra.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senador Cristovam, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras. Eu venho de uma experiência muito positiva no Estado de Goiás em relação à implantação gestão escolar democrática. A escolha de gestores democraticamente. 1999 nós tomamos a iniciativa de enviar à Assembléia o Projeto de Lei transformando a escolha dos diretores que eram políticas e quase sempre muito ruins em gestão democrática. E importante, Sr. Presidente, que à época nós sofremos uma... Um bombardeio por parte dos nossos companheiros, os Deputados que pertenciam aos partidos da minha base. Postergamos por um ano a vigência da lei que havia sido aprovada e logo depois realizamos a primeira eleição direta. Hoje nós já estamos no quarto ciclo de gestão democrática nas escolas, nas mais de 1.200 escolas de Goiás. E a rivalidade política hoje é mínima. Praticamente não existe. Porque quando fomos regulamentar a lei, tomamos o cuidado de definir uma série de critérios em relação aos professores que poderiam estar aptos à disputa. Um dos critérios que nós definimos na regulamentação, Senador Cristovam, foi o de que o candidato não deveria pertencer a quaisquer partidos políticos. O outro era de que deveria obedecer a uma série de pressupostos para que atendessem questões como pré-qualificação para se candidatar à função de gestor da escola. Uma outra, e a Senadora Fátima Cleide acolhe aqui através de uma Emenda nossa, era a preocupação com a capacitação do gestor, do coordenador logo após a eleição. A Senadora Fátima acolhe integralmente essa preocupação nossa. Essa ementa. "Os eleitos deverão receber capacitação e gestão educacional e terão sua administração avaliada para fins de direito se candidatar à reeleição do cargo". Então acho que é um dispositivo muito importante.

Por fim, apresentei uma outra Emenda ao projeto, a Senadora Fátima Cleide acolheu em parte que diz respeito à explicitação quanto a quem vai participar da eleição. Eu acho que a Senadora Fátima Cleide deveria refletir sobre isso, Senadora, porque na minha Emenda nós estamos explicitando aqui. Mediante eleição com a participação da comunidade escolar constituída por professores, funcionários, alunos e pais. Eu acho que essa explicitação, caso esteja então está resolvido. Porque eu acho que com isso vamos ter um projeto redondo. Agora, eu estou convencido de que uma vez regulamentada em cada Estado, em cada Município adequadamente levando em consideração critérios,

com certeza este é um instituto mais acertado para se ter uma gestão mais eficiente à frente das escolas. O nosso... A nossa experiência, a experiência de Goiás, repito, Senadora Marisa, é uma experiência muito positiva. Isso não quer dizer que possa processar ou se repetir em outras unidades. Mas no nosso caso, hoje há uma tranqüilidade em relação a esse processo. De 1.200 escolas, em mais de 800 nós tivemos na última eleição candidatos consensuais por causa dos critérios que são muito rigorosos. E depois, não há mais aquela disputa ideológica ou política. O que se leva em consideração hoje são os conteúdos, são os projetos que são apresentados junto às comunidades escolares.

Eu agradeço a V.Exª, agradeço à Senadora Fátima Cleide por ter acolhido as Emendas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço Senador Marconi. Eu queria dizer que esse tema é tão importante que diz respeito a 45 milhões de pessoas, crianças, porque de fato como disse o Senador Flávio, o diretor faz a diferença. Agora Senador Marconi, aqui em Brasília o Governador Arruda está propondo o mesmo com uma diferença. Primeiro o curso depois a eleição. Em vez de ser a eleição e depois o curso. Você vê que são sutilezas que--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Acho que fica até melhor. Se bem que a gente tem lá no Estado alguns critérios que antecedem até mesmo o critério da capacitação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Senadora Rosalba que não tinha pedido a palavra ainda, embora tivesse falado.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): ... Experiência que foi um êxito e lá nós realizarmos um curso de gestão anterior exatamente à escolha, a seleção que era um misto de seleção com a escolha... A votação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas como o projeto está não seria aprovado isso.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu vou dar aqui uma sugestão. Que nós poderíamos inclusive talvez fosse o caso de se debater mais quem sabe uma Audiência Pública sobre esse assunto que for de interesse de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O próximo inscrito é Senador Augusto Botelho. Pela ordem a Senadora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu queria me colocar de acordo e a favor com a proposta da Senadora Rosalba. Eu acho que uma Audiência Pública seria interessante. Primeiro, os eleitos deverão antes de sua posse receber capacitação em gestão educacional e terão sua administração avaliada para fins de direito a se candidatar a uma reeleição ao cargo. Quer dizer, não é a avaliação posterior. Teria que ser anterior. Quer dizer--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Anterior a posse.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Não tiver condições... Não, mas anterior--

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Mas se a gente faz curso para diretor a gente já está dizendo quem é que pode ser diretor. Aí não é mais a comunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento. Vamos ouvir a Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se o diretor não tiver condições, fazendo o curso não tiver condições, até ele pode dizer bom, eu não tenho condições de ser diretor de escola. Ou a própria administração, bom, não tem condições de ser diretor de escolas. Mas ele já está eleito. Quer dizer, não pode ser a posteriori. Porque não tem como retirá-lo.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Senadora, permite um aparte. Acho que em relação à capacitação, a gente pode fazer uma pequena alteração em relação à capacitação. A gente pode fazer uma pequena alteração instituindo a capacitação antes da eleição e após a eleição. A capacitação ou uma avaliação para ver se essa...

[falas sobrepostas]

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Mas o que está sendo proposto aqui na ementa, Senadora Marisa, é que a administração será avaliada para efeito de reeleição. É uma outra coisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, o Senador Augusto Botelho está inscrito. Agora, há um Requerimento na Mesa que se for aprovado fica sobrestada a discussão. A proposta que acho que o Senador Tuma também cochichou aqui comigo que ia sugerir é de que haja uma Audiência Pública sobre o assunto. O Senador Augusto, é sobre isso ou a gente põe em votação a audiência?

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu queria colocar meu ponto de vista aqui também. Que do jeito que está o projeto, nós podemos eleger uma pessoa que não tenha habilidade para dirigir uma escola. Então nós temos que acrescentar... Por exemplo, tem que ter uma experiência de um ano de direção escolar. Ou um curso de gestão escolar. Quando fala em ministrar cursos antes da posse, eu penso em Municípios de menos de 20 mil habitantes. Todos do meu Estado, menos Boa Vista. Roraima está passando. Eles não têm condições de fazer um curso de direção escolar. Nem

o Município, até o Estado não tem. Primeiro curso de gestão escolar do meu Estado está sendo elaborado para sair esse ano com Emenda parlamentar. Porque nunca houve curso de gestão escolar. Toda professora que tem curso fez com recurso próprio dela, com seu sacrifício e sofrimento. E eu sinto isso porque meu Estado está numa qualidade muito ruim de educação básica. E nós vimos aquela escola que veio para cá, que teve... Senador Cristovam, teve uma audiência com aquela escola que se destacou bem no Brasil, é lá de um lugarzinho pequenininho, veio a diretora, veio... Todo mundo lá tinha mérito. Tinha especialização. Os que não tinham o terceiro grau estavam completando. E é muito bonito esse artigo, mas não funciona. Em mais da metade dos Municípios do Brasil.

Então nós temos que ter antes de ser eleita a pessoa. Acho que tem que ser eleita. Mas tem que ter mérito, tem que ter condições de dirigir a escola. Acho que é bom ser feita essa audiência para deixar isso bem claro.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos discutir em quem está a favor da audiência. Eu vou passar à Senadora Ideli, lembrando apenas que chegou aqui uma sugestão há algum tempo da associação de professores aposentados de São Paulo que traz mais um problema. Ele propõe que alguém acrescente que só entre professores concursados que possa ser escolhido. É uma sugestão. Então, há muitos pontos. Senadora Ideli, sobre a audiência.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, primeiro lugar eu queria que as pessoas tivessem clareza do que é que nós estamos propondo com o projeto. Porque o projeto é uma alteração no art. 14 da LDB. O art. 14 da LDB é o que trata dos sistemas de ensino. Portanto, os sistemas de ensino, Estado por Estado, adotam, regulamentam as regras que estão estabelecidas na LDB na realidade do seu Estado e do seu Município.

Portanto, quando a gente inclui aqui a questão da função de Diretor, de Vice-Diretor, coordenador não ser cargo de confiança, mas sim escolhido preferencialmente pelo processo de eleição, nós estamos colocando um parâmetro para que o sistema de ensino de cada Estado defina conforme a realidade de cada Estado o que é mais adequado. Quanto mais a gente detalhar no projeto, mais a gente engessa a realidade diferencial de cada sistema de ensino em cada Estado. Por isso que eu queria fazer até um apelo, porque a Audiência Pública só vai nos trazer mais detalhamento. Eu quando apresentei o projeto, eu tinha uma... Um único objetivo. Que a gente parasse com esta confusão que tem nos nossos Estados. Por exemplo, eu estou aqui com a lista elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Atualmente nós temos 11 Estados que realizam eleição para diretor nas suas escolas estaduais. E temos 12 capitais aonde as redes municipais realizam eleições para diretores de suas escolas. Mas tem situações, Senador Cristovam, aonde tanto em capitais quanto em Estados nós já tivemos eleições para diretores. O meu Estado é um deles. Ele já teve eleição para diretor em Santa Catarina. O Distrito Federal já teve eleição para diretor. Agora não tem. A capital de São Paulo já teve e hoje não tem. Então, nós não podemos mais ficar com esta questão que entra Governo, sai Governo, e a gente perde este preferencial, esta forma de gerenciar as nossas unidades escolares a partir do conceito de quem toma posse no comando ou do Executivo Estadual ou do Executivo Municipal. Por isso que nós pedimos para incluir no art. 14 da LDB, que é o que se reporta às regras estabelecidas para os sistemas de ensino. E quanto mais a gente explicitar, tem que ser antes, tem que ser depois, tem que ser assim, tem que ser assado, você engessa o sistema estadual e municipal de ensino é o sistema de ensino no Estado. Por isso que eu gostaria de nós podermos aprovar o projeto. Eu queria até fazer um apelo se a gente pudesse aprovar com o mínimo possível de engessamento para que... Porque cada Estado vai ter que fazer a sua legislação. Até porque eu não conheço nenhum Estado que realize eleição de diretor sem ter escolas estaduais a lei estadual. Como também não acontece nos Municípios. Não é Marconi, quando você fez no seu Estado tinha a lei estadual.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): A lei é seca. Curta. Você tem que regulamentar depois.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Depois. Mas tem lei estadual.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Tem lei e tem toda uma regulamentação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós deveríamos apenas aqui votar, e esse era o espírito inicial do projeto. Votar o preferencialmente a eleição, o preferencialmente como um acúmulo das experiências, de participação democrática, de gestão democrática de ter exatamente quem comanda a escola o mais afinado possível com a comunidade escolar. Porque volto a dizer, o cargo de diretor tem que ser de confiança da unidade escolar e com competência obviamente pra administrar. Aí você cerca a competência com curso, com processo de aperfeiçoamento do diretor. Agora, o princípio que nós queremos colocar na LDB é de que de preferência seja de confiança da comunidade. Como é que a gente afere se é de confiança da comu-

nidade? É através da consulta à comunidade, através do processo de eleição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli, nós criamos uma armadilha. Esse projeto estava entre os últimos porque a gente sabia que ia ter muita discussão. Então queríamos votar tudo que fosse possível para termos tempo de discutir isso. Agora criamos uma armadilha. Se for debater, isso vai demorar muito ainda e perdemos esse quórum, inclusive eu estava imaginando, uma lei que diz preferencialmente, não é uma lei. Preferencialmente não é. Bem, há na Mesa a idéia de uma audiência. Eu vou colocar em votação.

[falas sobrepostas]

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só por causa dessa proposta, eu queria chamar a atenção a Senadora Fátima teve a cautela, como a Senadora Ideli falou de Santa Catarina, ela teve a cautela de repetir a ADIN que foi julgada inconstitucional a proposta dos Estados. Com conflito entre os Ministros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas vamos colocar em discussão a audiência. Senão a gente volta a discutir o assunto. Senadora Fátima.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Eu gostaria só de lembrar que o Senador Marconi Perillo fez uma proposta aqui que eu encampo. Eu acho que nós já fizemos uma... Alguns debates nessa Comissão sobre a gestão democrática. Como não há dúvidas, eu proponho uma reunião com o Senador Marconi Perillo, a Senadora Ideli que é autora do projeto, Senadora Marisa, Rosalba, Augusto Botelho que ainda tem algumas questões a serem esclarecidas, pra gente durante essa semana se reunir e na próxima semana, na terça-feira, a gente votar efetivamente esse projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa está de acordo? Em vez da audiência, fazermos um grande encontro nosso aqui.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É possível. Mas aí temos que fazer um esforço.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso. Vamos fazer esse esforço. Se a senhora não ficar satisfeita com o esforço aí proponho outra vez a audiência. Está aceita a proposta da Relatora, Senadora Fátima. Está retirado de pauta e vamos colocar mais rápido possível. Ainda pela inversão, mas o Senador Maciel não pode ficar.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, então coloca o Item 16 que é terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora vamos pelo Item normal e vamos rápido. O Item 04 é terminativo. Vamos aproveitar o quórum. Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval no Município de Santana, no Amapá. Relator é o Senador Paulo Paim. Creio que isso podemos fazer rapidamente. Senador Lobão, eu não lhe passei a palavra porque era sobre o assunto anterior. Senador Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, como o Senador Papaléo está há meses esperando essa votação e também o Senador Zambiasi no Item 04, eu vou ser o mais rápido possível porque o projeto é terminativo.

Diante do exposto, e pela importância da aprovação da escola naval, Escola Técnica Naval no Município de Santana, no Estado do Amapá, eu sou totalmente favorável à aprovação do projeto do nobre Senador Papaléo Paes. É o Relatório e voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, está em discussão.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu tentei, apenas do fluxo aqui grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim está com a palavra. Já acabou. Alguém quer discutir? Não havendo quem discuta, vou pôr em votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho. Como vota? Com o Relator. Senadora Fátima Cleide. Como vota? Com o Relator. Paulo Paim pela construção da escola técnica. Senadora Ideli como vota? Com o Relator. Inácio Arruda não está. Senador Geraldo Mesquita. Senador Edison Lobão, como vota? Senadora Maria do Carmo Alves. Senador Maciel. Senadora Rosalba, Senador Marconi Perillo, Senadora Marisa Serrano. Senador Neuto de Conto. Senador Adelmir Santana. Senador Romeu Tuma. Senador Cícero Lucena.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Cristovam...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com a mesma brevidade, em um minuto, eu podia relatar a do Senador Zambiasi que está há dois meses me pedindo que a Escola Técnica de Santana do Livramento.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Rapidamente. Que também é o mesmo assunto, é rápido, né.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O Item 10 Sr. Presidente, autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Santana do Livramento no Estado do Rio Grande do Sul. Autoria, Senador Zambiasi. Esse Relator dá o parecer favorável pela importância

da escola técnica na região norte do nosso Estado, Rio Grande do Sul. Parabéns Senador Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira discutir vamos fazer a votação. Senador Flávio Arns; Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim já votou, Senadora Ideli Salvatti; Senador Geraldo Mesquita; Senador Marco Maciel; Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marconi Perillo; Senadora Marisa Serrano; Senador Antônio Carlos Valadares; Senador Neuto de conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana; Senador Romeu Tuma; Senador Cícero Lucena. Está aprovado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou no Item 17--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Como é no mesmo Item, 16, eu sou Relator, a autora está aqui, também criação de universidades, serei igual ao Senador Paim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel... Já houve uma versão. Posso fazer isso? Porque já houve uma inversão da pauta para votar o seu projeto. Então, Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, como tem o mesmo objetivo todos nós temos interesse--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Apenas para anotar para a nossa taquigrafia, o Projeto de Lei do Senado 412 que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal de seridó potiguar por desmembramento da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Autoria da Senadora Rosalba, eu tenho o prazer de relatar e vou direto ao voto, devido a verificação de toda documentação e o Relatório anteriormente distribuído, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 412/2007. Este é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, está em votação. Senador Flávio Arns. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide; Senador Paulo Paim; Senadora Ideli Salvatti, como vota? Senador Geraldo Mesquita; Senador Lobão; Senadora Maria do Carmo; Senador Marco Maciel; Senadora Rosalba, que é autora do projeto. Não precisa votar. [risos]

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Muito esperado pela região do Seridó no nosso Estado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Senador Marconi Perillo; Senadora Marisa Serrano; Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Neuto de Conto. Senador Adelmir Santana. Senador Cícero Lucena foi o Relator... Está aprovado. Passamos ao Item nº. 17.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, depois eu gostaria de pedir o 13, inversão por 13 porque dia 26 será o dia do Pestalozzi. Do Pestalozziano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos já discutir todas as inversões. O Item 13 está aprovada a inversão? Vai ser o Item 13. Depois o Item 09 está aprovada a inversão? O Item 12. O Item 11 está aprovado? Está feito. Bem, Senador Marco Maciel. É o projeto que institui o Dia Nacional da leitura e a Semana Nacional da Literatura. Relator...

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): É o nobre... E o autor da proposição é o nobre Presidente dessa Comissão, ilustre Senador Cristovam Buarque. E a exemplo de que ocorreu com os Relatores que me antecederam, Sr. Presidente, eu vou diretamente ao voto para que assim nós possamos dar maior celeridade às matérias em apreciação.

Trata-se, como já disse, de projeto de iniciativa do Senador Cristovam Buarque que institui o Dia Nacional da Leitura e a Semana Nacional da Literatura. Nós entendemos que se trata de uma celebração que deva ser incluída em caráter cultural e educativo e científico pela sua relevante importância. Além de seu inegável

mérito e por atender aos critérios de constitucionalidade e juridicidade e estar lavrado em boa técnica legislativa somos pela aprovação do Projeto de Lei nº. 509/2007. Este é o meu Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Só para encaminhar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Não quero atrapalhar, mas queria elogiar V.Exª por essa iniciativa e Relatório do Senador Marco Maciel. Ainda hoje o jornal traz a carroça da leitura. É o pobre que anda com a carroça pelas ruas para que a criança se costume a ler. Ele leva uma série de livros que faz um empréstimo e posteriormente volta com a carroça para recolher. Acho que é uma iniciativa brilhante para se começar realmente a invocar a necessidade do ensino da vocação para a leitura. Quero cumprimentar V.Exª e o Relatório do Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação pedindo à assessoria que está circulando muito entre os Senadores que nos dê tempo para pegar as assinaturas depois. Eu vou por em votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide. Senador Paulo Paim; Senadora Ideli; Senador Geraldo Mesquita; Geraldo Mesquita... não está no momento. Senador Marco Maciel foi o Relator. Senadora Rosalba; Senador Marconi Perillo;

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano; Senador Antônio Carlos Valadares; Senador Neuto de Conto.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana; Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena. Então está aprovado. Vamos agora conforme as inversões ao Item nº. 13. Lembrando que o--

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Eu já conversei com o Senador Papaléo ele está de acordo em transferir a relatoria para a Senadora Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Senadora Marisa vai ser a Relatora ad hoc do Projeto de Lei 343/2007 que institui o dia do movimento Pestalozziano no Brasil a ser comemorado no dia 26 de outubro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sr. Presidente, Srs. Senadores, todos aqui concordam que apoiar todas as instituições que trabalham com crianças com dificuldade de aprendizagem ou portadores de alguma forma de deficiência, é muito importante. E é importante ter um dia como esse do movimento Pestalozziano porque oferece a todos que trabalham nessa área a oportunidade de discutir, de colocar em prática e de a sociedade... E de que a sociedade possa acompanhar o trabalho que essas instituições beneméritas fazem como a APAE, Pestalozzi e tantas outras. Portanto, o voto é pela constitucionalidade e juridicidade, e pelo mérito, pela aprovação do projeto principalmente com muita alegria sabendo que isso vai ajudar a questão ser reconhecida e ser difundida por meio da sociedade através da forma de fazer com que haja um dia específico para o movimento Pestalozziano no Brasil. Portanto, Sr. Presidente, pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Só para dizer que são 60 anos de sociedade Pestalozzi no Brasil e as Pestalozzi inclusive ajudaram a fundar a primeira APAE no Brasil. Parabéns, bem merecida a homenagem que se presta ao movimento Pestalozziano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo mais discussão eu ponho em votação. Senador Flávio Arns. Senador Augusto Botelho. Senadora Fátima Cleide. Senador Paulo Paim; Senadora Ideli Salvatti; Senador Marco Maciel; Senadora Rosalba;

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Perillo é a favor, Senadora Marisa Serrano foi Relatora; Senador Antônio Carlos Valadares; Senador Neuto de Conto; Senador Adelmir Santana; Senador Romeu Tuma; Senador Cícero Lucena. Está aprovado. Vamos agora ao Item 09.

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Sr. Presidente, muito obrigado ao senhor e a todos

os Senadores pela aprovação desse projeto de nossa autoria.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós que agradecemos. Eu quero pedir... Senadora Rosalba, só temos dois projetos e muito rapidinhos. Ambos serão rápidos. Por favor, Senadora Marisa. Senador Adelmir, é o projeto que denomina a rodovia João Eutrópio o trecho da Rodovia BR-484 situada entre a sede do Município de Afonso Cláudio e seu Distrito de Serra Pelada, no Estado de Espírito Santo. Senador Renato Casagrande é o autor, Relatoria Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide; Senador Paulo Paim; Senadora Ideli; Senador Geraldo Mesquita... Outra vez... Senador Marco Maciel; Senadora Rosalba; Senador Marconi Perillo;

SENADOR MARCONI PERILLO (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano; Senador Antônio Carlos Valadares; Senador Neuto de Conto;.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir foi o Relator. Senador Romeu Tuma; Senador Geraldo Lucena; Senador... Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Geraldo Lucena... [risos] Desculpe, Senador Cícero Lucena. Senador Renato Casagrande, que eu sei que é o autor... Então, está aprovado o projeto.

Item 11. Mais um terminativo. Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências. O Senador Gerson Camata que está, portanto, legislando em causa própria. A relatoria do Senador Neuto, a quem eu passo a palavra.

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores. A Comissão de Educação... Sobre o Projeto de Lei do Senado 332/2007 que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Imigrante Italiano e dá outras providências. A matéria é de competência do Congresso Nacional constante do art. 24, 9º da Constituição Federal, o projeto, porém peca por conter duas disposições inconstitucional, no art. 2º e 3º. Quanto ao mérito, avalio de ser justa hospedagem aos imigrantes italianos que incorporam nossa gente significativamente para o desenvolvimento do país. Temos laços indissolúveis com o povo italiano e uma parcela expressiva de nossa população desse valoroso contingente de trabalhadores incansáveis que vieram do velho mundo, bem como expressa o Senador Camata.

Voto. Visto o exposto, orientamos pela constitucionalidade e juridicidade. No mérito pela aprovação do Projeto 332/2007 com as seguintes Emendas, Sr. Presidente. Dê-se ao art. 2º do PLS nº. 332/2007 a seguinte redação. Os estabelecimentos de ensino público e particular nos níveis fundamental e médio incorporarão o evento ou atividade alusiva à data em seus calendários comemorativos. Emenda nº. 2. Suprime-se aos arts. 3º e 5º do PLS 332/2007 renumerando-se os art. 4º para o art. 3º. Era o Relatório, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em discussão. Não havendo quem queira se pronunciar, ponho em votação. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel; Senadora Rosalba; Senador Marconi Perillo; Senadora Marisa; Senador Antônio Carlos Valadares; Senador Neuto de Conto; É o Relator. [risos] Senador Adelmir; Senador Romeu Tuma; Senador Cícero Lucena.

Eu disse que faltavam dois, mas na verdade tem mais um. Mas foi um engano realmente. Além de que naquele momento o Senador Renato Casagrande não estava presente. Eu consulto se mantém o voto também para a Emenda que foi colocada. Está aprovada a Emenda. O Item terminativo do... Que é do Projeto de Lei do Senado 313 do Senador... De autoria do Senador Flávio Arns com a relatoria do Senador Renato Casagrande institui a data de 5 de junho como o Dia Nacional da Reciclagem. Ou seja, um projeto dentro

do espírito ecológico. Passo a palavra ao Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, projeto do Senador Flávio Arns é um projeto importante que objetiva ter um dia de debate maior sobre a reciclagem no Brasil. E além de propor uma data, ele visa conscientizar a sociedade sobre a importância dos recursos biótico e abiótico nacionais e a urgência da conservação e uso racional desse patrimônio. Sr. Presidente, o projeto tem interesse pela educação ambiental, pelo debate que se faz num dia como esse, e pela importância do tema, portanto, meu voto é pela aprovação do projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Não havendo nenhum pronunciamento, eu ponho em votação esse último, projeto terminativo da nossa Sessão. Senador Flávio Arns é o autor. Senador Augusto Botelho.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Fátima Cleide. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel. Senador Marconi Perillo; Senadora Marisa Serrano; Senador Antônio Carlos Valadares; Senador Neuto de Conto; Senador Adelmir Santana; Senador Romeu Tuma; Senador Cícero Lucena.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Crivella que está aqui presente... Todos com o Relator.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos agora à pauta não terminativa. Pela ordem, Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, quando eu li rapidamente aqui o meu Relatório em relação à Escola Técnica de Santana do Livramento, do Senador Zambiasi, eu disse que ficava na região norte. Não é região norte. Aqui está escrito corretamente fronteira oeste do Rio Grande do Sul. Faço esse esclarecimento, estamos na Comissão de Educação, ficaria muito mal eu citar uma cidade no outro extremo da região específica.

E a segunda questão, Sr. Presidente, nós temos uma Audiência Pública amanhã que vai debater a questão da Bolsa Escola, da Bolsa Família. Eu queria ver se é possível colocarmos alguém do MEC nesse debate. Eu indicaria o Sr. André Lásaro para discutir também essa questão. V.Exª acata? Eu me encarrego de convidá-lo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está acatado e com maior prazer porque é uma pessoa que vai agregar informações. Eu queria até lembrar essa Comissão que amanhã vamos ter essa audiência para discutir o impacto da Bolsa Família na inclusão, em função das matérias que saíram em jornais de que não estava havendo de fato freqüência dos alunos. É uma audiência que pode ter um impacto bastante grande dependendo do que nós discutimos de todas as pessoas que vão estar aqui, inclusive o Relator. Bem, há um Requerimento--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Apenas o seguinte, Senador Cristovam, nós fizemos todo um esforço para uma construção unitária do Projeto de Lei alterando a Lei do Estágio. Tivemos infelizmente aquele episódio lamentável no Plenário do Senado, caiu a urgência, caiu a tramitação... E já estamos na terceira semana posterior ao episódio. Eu sou Relatora na Comissão... Como caiu a urgência, enquanto não for aprovado na Comissão de Educação, não vai para a Comissão de Assuntos Sociais. Porque sem urgência tramita Comissão após Comissão. Então eu gostaria de que nós pudéssemos aprovar o regime de urgência, porque eu não entendo que tenha nenhum problema naquele substitutivo. Era apenas para resgatar a origem do projeto, como nós estamos buscando fazer no do piso nacional dos professores, que inicialmente foi de autoria de V.Exª, que agora está lá na Câmara... Ou seja, buscando resgatar a origem parlamentar dos projetos, mas eu considero um prejuízo para milhões de jovens brasileiros a gente poder ter uma alteração importante, que vai precisar voltar inclusive para Câmara... Então eu gostaria de propor que a gente pudesse ter a aprovação do regime de urgência para poder tramitar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro eu quero dizer à Senadora que sinto-me constrangido de estar demorando tanto. O Relator disse que vai entregar na próxima semana.

Eu faço um apelo para ele entregar ainda essa semana para tentarmos colocar na próxima semana em votação. Porque não há tantos contraditórios aí. E aí na próxima semana a gente volta aqui. Está bem Senadora? Eu assumo esse compromisso de falar com ele. Se não der, aí a gente vota na próxima semana a urgência com o meu voto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Porque senão, Presidente, eu quero dizer o seguinte, vou tomar a iniciativa de colher a assinatura dos líderes no Plenário. O que acho lamentável porque estava tudo redondo no Relatório. Aliás, foi um Relatório saudado por todos. Pela forma como nós fizemos, debatido, detalhado, construindo o acordo aqui a muitas mãos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem toda razão e... Senador Osmar tem reclamado. Está bem.

Bem, temos um Requerimento... Ainda temos o Item 08 não terminativo. Projeto de Lei do Senado 155/2000 que acrescenta artigos à Lei 6.001 de 19 de dezembro de 1973. Dispondo sobre a reserva de vaga nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas. É de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e a relatoria do Senador Augusto Botelho. Agora, sobre isso tem um Requerimento da Senadora Fátima Cleide com a finalidade de... Propondo uma Audiência Pública.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Isso, Sr. Presidente. Que essa audiência fosse realizada ainda este ano. Sobre este mesmo tema nós já apresentamos uma solicitação de audiência na CAS, outra aqui na Comissão de Educação em novembro de 2005. O projeto foi arquivado e agora ele retoma e eu tenho muito interesse em ouvir diversos segmentos. Sou favorável ao projeto, mas gostaria de ter mais esclarecimentos sobre o assunto. E estou propondo então que nós tragamos até aqui a Fundação Nacional do Índio, representantes do Ministério do Trabalho, da 6º Câmara do Ministério Público Federal, da Central Única dos Trabalhadores e do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu peço a palavra do Relator.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, realmente eu concordo com a Senadora, mas nós temos urgência de fazer isso porque os concursos públicos no meu Estado estão acontecendo. Agora, eu tenho, estou representando interesses dos meus co-cidadãos de Roraima. Lá nós temos 10% da população indígena. E no projeto a vaga é guardar de acordo com o número estatístico do IBGE de habitantes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós teremos dificuldades de fazer isso esse ano ainda.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Gostaria de fazer rápido isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós também. Quem estiver de acordo permaneça como estão. Está aprovado o requerimento. Vamos fazer um esforço para ser esse ano, mas não dá para ter compromisso agora.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Apenas consultando V.Exª, se seria possível, ou se seria de bom alvitre, melhor dizer isso, como temos tantas matérias e pouco tempo, e tantas Comissões funcionando simultaneamente. Ler o Relatório do Item 01 e deixarmos a discussão e a votação para uma próxima Sessão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quando terminarmos a pauta, poderemos fazer isso. Agora vamos ter que refazer na próxima reunião. De qualquer maneira.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Exª quer então deixar para ler o Relatório na próxima?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Podemos ler, mas vamos ter que reler depois na próxima e discutir. Mas alguns Senadores vão pedir. Mas vamos terminar e a gente vê isso. Tem mais um não terminativo. Que é o Item 18, mas estão ausente... Senador... O Item 20, que é um Requerimento.

Vamos para o Item 21, da Senadora... é o Requerimento da Senadora Marisa Serrano, que requer a realização de Audiência Pública para tratar do Programa Educação para a nova indústria. A ser apresentado aos membros dessa Comissão pelo Presidente da CNI, Deputado Armando Monteiro Filho. Seria um convite ao Deputado Armando Monteiro para apresentar aqui um programa da CNI.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Todos nós estamos vendo, senhor... Desculpe, eu já peguei a palavra aqui. Todos nós estamos vendo pela televisão e pelos anúncios de um grande programa que a CNI está patrocinando em todo o país através do SESI e do SENAI, investindo 10 bilhões de reais e atingindo 16 milhões de pessoas qualificadas na área técnica. E, além disso, a CNI divulga um estudo recém realizado que demonstra que 56% das empresas a ela vinculado tem enfrentado dificuldade para

encontrar mão-de-obra qualificada, treinada. Portanto, eu acredito que um programa dessa envergadura era necessário que essa Casa conhecesse um pouco mais a respeito dele. Foi essa razão pela causa de eu ter aqui exposto e solicitado essa Audiência Pública, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, está em discussão. Não havendo ninguém que seja contrário ao Requerimento da Senadora Marisa Serrano, está aprovado.

O Item 20 é um Requerimento que eu coloco, mas na tentativa... Se os Senadores estiverem de acordo, de incorporar esta Comissão na programação no III Fórum Senado Debate Brasil que se realizar dia 28 e 29 de novembro do corrente. Em cuja organização e apoio está inserida a participação a está Comissão tentando trazer como expositor, o nome do Prof. Hubert Montagner, que é Diretor de Pesquisas no instituto de neurofisiologia, e do laboratório de psicologia, psicopatologia do desenvolvimento – em Bordeaux. O tema seria como reduzir a violência hoje na infância e nas escolas.

Eu ponho em discussão. Não havendo ninguém que queira se pronunciar, não havendo ninguém contra, está aprovado.

Eu quero lembrar e pedir, lamento que saíram, a necessidade de entregarem os Relatores entregarem os relatórios das audiências que nós fizemos. Foram diversas audiências sobre o plano de desenvolvimento da educação com diversas propostas e muitos ainda não entregaram. Nós temos... Quero cumprimentar o Senador Marconi Perillo que entregou, e eu quero pedir aos Srs. Senadores que tragam porque nosso compromisso era no fim de setembro.

Um comunicado aos Srs. Senadores e Srªs. Senadoras que recebemos convite do Sr. Exmº Sr. Ministro da Educação, Fernando Haddad e do Ministro de Estado Extraordinário de Assuntos Estratégicos Roberto Mangabeira Unger para solenidade de assinatura de portarias que instituirão o Grupo de Trabalho para estudos de longo prazo na educação a ser realizado no dia 24 de outubro do corrente, quarta-feira 16h30 na sala de atos, 9º andar do edifício sede do Ministério da Educação.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, apenas um comentário sobre isso. O Prof. Mangabeira Unger tem feito um esforço muito grande junto com os ministérios para tentar dar um novo perfil no desenvolvimento econômico brasileiro. Isso passa pela educação. O senhor sabe que ele é um homem que tem militado na educação nos Estados Unidos, numa grande universidade, traz para cá idéias excelentes. Uma delas é essa, Sr. Presidente, que eles vão lançar em Portaria amanhã ele Ministro extraordinário das ações de longo prazo, e o Ministro Haddad, Ministro da Educação, criando no Brasil um grupo de escolas técnicas, mas não só aquelas com ensino específico, mas escolas onde os alunos aprendam a pensar. Metodologia muito interessante e eu gostaria muito que V.Exª estivesse lá para depois fazer as críticas. Será amanhã no Ministério da Educação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas pelo convite, amanhã é apenas a assinatura do convênio. Essa apresentação será no outro momento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Amanhã no discurso eles já vão apresentar do que se trata esse programa. Muito interessante e acredito que vai dar um novo perfil no ensino no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu quero apenas lembrar que amanhã vamos ter uma Audiência Pública, vão estar presentes a jornalista Paloma Oliveto do Correio Brasiliense que fez as matérias sobre a Bolsa Família como não estando conseguido incluir as crianças na educação, o Marcelo Aguiar, que é Gerente do Programa Escolas Técnicas do Governo Federal nesse momento e já foi coordenador do Programa Bolsa Escola, a Rosani Cunha que é Secretária Nacional da Renda da Cidadania, o jornalista Luiz Ribeiro do Estado de Minas que também fez as matérias e o Coordenador Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e mais um representante do MEC conforme sugestão do Senador Paim.

Voltando o aditamento nº. 01 ao Requerimento 031/2007 do Senador Papaléo Paes. Requeiro nos termos regimentais aditamento do Requerimento nº. 031/2007 aprovado na Sessão de 15 de agosto de 2007 para que seja incluída na Audiência Pública a ser realizada a Conselheira Almerinda Augusta de Freitas Carvalho Chefe da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores. Está aprovado e está encerrada essa reunião.

Sessão encerrada às 12h50.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 53ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Cos-

ta, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior, Heráclito Fortes, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Francisco Dornelles, Romeu Tuma, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Flávio Arns, Paulo Paim, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Marconi Perillo, Papaléo Paes e Sérgio Zambiasi que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 043/07, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini, Cristovam Buarque e Geraldo Mesquita Júnior, que tem como objetivo **"Esclarecer as informações veiculadas pela mídia, referentes ao aumento da evasão escolar, mesmo com a ampliação do Programa Bolsa Família"**. Comparecem à Audiência Pública, a Senhora Paloma Oliveto, Jornalista do Correio Braziliense; Marcelo Aguiar, Gerente do Programa "Escolas Técnicas" do Governo do Distrito Federal; Rosani Cunha, Secretária Nacional de Renda Cidadania – SENARC do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Luiz Ribeiro, Jornalista do "O Estado de Minas"; André Lázaro, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD do Ministério da Educação e Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito a Educação. Antes de dar início a reunião, o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, da Senhora Carolina Machado Buschi, Coordenadora Geral de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome; Senhora Sônia Christina Brant Wolff, Coordenadora de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família do Ministério do Desenvolvimento Social e combate a Fome; Senhor Jorge Teles, Diretor de Avaliação e Informações Educacionais da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação; Senhor Marcos Maia Antunes, Coordenador Geral de Acompanhamento de Programas da Diretoria de Avaliação e Informações Educacionais do Ministério da Educação e do Excelentíssimo Senhor Deputado Federal, Lindomar Garçon - PV/RO. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Fátima Cleide, Marisa Serrano, Mão Santa, Cristovam Buarque, autor do Requerimento e Lúcia Vânia. A presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e quarenta minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2007 AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 53ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Srs. Senadores e Senadoras que estiveram de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada.

A presente reunião atende a Requerimento nº 043/07, de autoria dos Senadores Rosalba Ciarlini, eu próprio, Geraldo Mesquita para a realização desta Audiência Pública com o objetivo de esclarecer as informações veiculadas pela mídia referentes ao aumento da evasão escolar mesmo com a ampliação do Programa Bolsa-Escola.

E para dar início à audiência, eu solicito que o Secretário Júlio convide os expositores para virem à Mesa.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Cristovam Buarque, pela ordem. Eu queria antes do início da nossa audiência lamentar a ausência de um dos estudantes que foram entrevistados pela reportagem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou explicar.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu acho que seria importantíssima a presença de um deles aqui. Era só lamentar a ausência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador o senhor tem razão, eu deveria ter explicado. Nós tentamos trazê-la, mas houve muita resistência de muitas pessoas de ele vir como menor. Teria que vir acompanhado, os jornais disseram que ele não ia conseguir de fato passar a mensagem, que teria dificuldades.

A própria professora... Mas houve recomendações das pessoas estiveram lá, de que não viesse.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Eu estranho isso Senador, porque se eles não conseguiriam transmitir para a gente como é que a repórter conseguiu extrair deles algumas informações?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A gente podia perguntar isso. Vamos perguntar isso.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É estranho isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas pensamos com muito carinho, eu achei sua idéia excelente, mas depois o que me falaram foi isso, está bom?

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): É estranho realmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que a gente convidou foi a professora, mas mesmo assim ela não pode vir por causa de um concurso que fez recentemente. Mas de repente vamos ter que fazer outras audiências, mas eu estou de acordo que daria um toque muito especial.

Como é do conhecimento dos Srs. Senadores e de todos que aqui estão, algumas matérias publicadas no jornal o Estado de Minas e no Correio Braziliense chamaram a atenção de muita gente, da opinião pública em geral, sobre o impacto que a Bolsa-Família estaria tendo ou que estaria deixando de ter em relação às freqüências-aula das crianças beneficiadas, como está inscrito na lei de constituição da Bolsa-Família que deveria ocorrer essa freqüência.

Então alguns Senadores tiveram a iniciativa de solicitar a presença aqui dos que fizeram as matérias e de outras pessoas para que pudéssemos debater o assunto. Ver que correções fazer e como colaborar para que esse programa tenha o êxito que se espera. Eu vou passar primeiro a palavra à Paloma Oliveto que foi uma das jornalistas responsáveis, fez a visita.

Fique à vontade para fazer a apresentação, aqui é preciso saber que a audiência a gente faz para o Brasil inteiro pela televisão, o número de Senadores aumenta e diminui conforme as atividades que eles têm, mas o que a gente quer é que o Brasil tome conhecimento disso, depois os Senadores vão ler as notas taquigráficas e nós vamos procurar encontrar caminhos para resolver o que nos pareceu, pela matéria, uma tragédia.

Eu passo a palavra a Paloma Oliveto.

SRA. PALOMA OLIVETO: Obrigada, Senador. Bom dia a todos, agradeço a oportunidade de estar aqui. Eu acho muito importante que junte a sociedade civil, a imprensa, os Parlamentares, os representantes do Governo para se discutir educação.

Antes de tudo, eu gostaria de explicar rapidamente que isso foi explicitado na matéria, mas acredito que nem todos tenham lido, como que nós chegamos nesse nível de dependência da Bolsa-Família. Na verdade a matéria ela surgiu, não seria o objetivo inicial não era nem constatar a evasão escolar, a matéria surgiu porque durante o anúncio do PPA o Presidente falou sobre a importância da inclusão de jovens de 15 a 17 anos também no programa e como existe essa condicionalidade da educação, nós imaginamos que o programa estava dando certo em relação à educação. Eu falei: “Vamos conferir esses índices”.

O próprio MEC tem lá na página, são informações do banco de dados que qualquer um pode acessar do INEP e nesse banco de dados você acessa a situação dos Municípios, a educação nos Municípios brasileiros, em todos os municípios. E aí nós chegamos, nós íamos conferir, na verdade, a nota na Prova Brasil, como é que estava o desempenho dessas crianças, desses adolescentes na Prova Brasil.

Porque se havia um interesse de ampliar a Bolsa-Família para jovens até 17 anos, nós imaginamos que então o programa realmente estava alavancando a educação. Como que a gente chegou nesses números da dependência, o índice da dependência da Bolsa-Família? Na verdade a gente pegou, usamos todos dados oficiais, nós pegamos da Caixa Econômica que todos os meses publica o número de famílias que são beneficiadas por Estado, por Município e etc. e fizemos um cálculo, uma regra de três.

Pegamos o IBGE, ele traz o número de habitantes por lar, dependendo da região, pegamos o último censo senso que já tem os dados preliminares e fizemos uma regra de três e descobrimos os lugares onde havia mais de 40% de dependência da Bolsa-Família. E a idéia inicial, como eu já disse aos senhores, era realmente conferir o índice, as notas desses meninos na Prova Brasil.

Só que a gente começou a ver também que a evasão tinha aumentado, a gente viu dez, 20, 30, 40, 50 cidades e não poderia ser já coincidência, chegamos

a 320 cidades. Fizemos a pesquisa de 320 Municípios. Não são números nossos, levantamentos nossos do Correio Brasiliense, são números como os senhores podem ver que a gente está reproduzindo aqui, são números do próprio INEP.

E eles mostravam o quê? Que além do desempenho desses meninos ser péssimo, infelizmente, na Prova Brasil, do IDEB ser muito baixo, que houve um aumento da evasão escolar. Por que isso aconteceu? Era a nossa grande dúvida e eu confesso aos senhores que é uma dúvida que eu tenho até agora porque eu procurei conversar, eu conversei com o MEC, conversei com o MDS e na realidade ninguém sabia explicar. O que eu tenho são impressões, que eu também não poderia colocar isso na matéria porque seria irresponsabilidade minha colocar impressões, mas que eu posso passar para os senhores aqui.

A gente foi nesses municípios, claro, não poderíamos ir a todos, mas a gente visitou os municípios que tinham os índices bastante altos como de Pedra Branca no Ceará, que é esse que está aparecendo aqui, o que a gente viu? Um cenário desolador. Muito trágico, para quem é daqui de Brasília que não conhece a realidade ali do Nordeste foi assim, chocante. Eu vi a desesperança o que eu acho que... Perguntaram-me isso no jornal, o que foi que mais me impressionou nessa série foi a desesperança desses adolescentes, dessas crianças, desses adolescentes que têm como principal objetivo de vida cortar cana em São Paulo.

Eles não se vêem... O nível da educação é tão ruim, mas é tão ruim que nem o dinheiro da Bolsa consegue segurar essas crianças, não consegue, porque eles falam, eu escutei isso de muitos: "Olha, não vale a pena, eu estou fazendo o que aqui?" Eu assisti a algumas aulas e vi realmente, pude constatar isso, professores semi-analfabetos, professores que tinham que ter três, quatro empregos para conseguir se manter.

Escutei de uma professora, e isso eu relato na matéria, uma professora que dizia: "Olha, eu não tenho força física, se eu tivesse, eu ia para São Paulo cortar cana também" porque mal remunerado, então, um problema claro, é um problema histórico, um problema de municípios. O nosso objetivo não foi em nenhum momento fazer denúncia contra o MEC, denúncia contra o MDS, de jeito nenhum, foi realmente, a gente constatou a partir de dados oficiais, a gente fez uma constatação e foi lá ver o que estava acontecendo. E tudo o que nós relatamos na reportagem eu acho até que não conseguimos relatar com tanta fidelidade assim porque realmente só estando lá para ver.

Eu fui a escolas que os professores com boa vontade, mas sem formação nenhuma e sem infra-estrutura nenhuma que passavam porcos e galinhas dentro das salas de aulas, Senador. Cartazes escritos com erros de português crassos feitos pelos professores. Eles não tinham e a gente sente a boa vontade, eles não têm recurso algum e não têm... Imagina internet, quando chegava com o meu laptop nesses lugares, as crianças pulavam para cima para ver, nunca tinham visto um computador na frente. Escola sem quadra de esporte, sem nada.

Então assim os professores, por conta própria, por boa vontade, por heroísmo tentavam fazer algum recurso didático, um cartaz, uma coisa assim, mas você via os cartazes com erros de português crassos, os meninos dormindo na sala de aula como uma aula que eu assisti, eu agora não me recordo bem se foi em uma cidade no Ceará ou se foi no Piauí, eu sei que a professora estava acompanhando um livro e falando sobre o Brasil Império e você sentia que as crianças, os adolescentes não estavam ali se reconhecendo naquela realidade, os meninos dormindo na sala, foi isso que a gente viu. E assim, o que eu achei realmente muito desolador, foi essa questão da falta de perspectiva total.

Você pergunta para eles o que eles vão ser e a gente abriu a série com esse diálogo que foi a pergunta que eu fiz para um menino, e essa pergunta se repetiu para vários e a resposta foi idêntica: "O que você vai ser?" – aquela pergunta básica que a gente faz para criança – "o que você vai ser quando crescer?" – "Não vou ser nada". Então, isso é desolador. Foi bastante deprimente para a gente o que a gente viu. E assim, é uma questão que eu acho que envolve Município, Estado, Governo Federal, alguma coisa assim, o objetivo da matéria foi constatar porque isso estava acontecendo e depois assim, realmente eu acho que e por isso eu achei muito oportuna essa audiência, as pessoas debateram mesmo e chegar à conclusão por que isso está acontecendo e o que pode ser feito para frear.

Porque realmente você escutar de um menino de 14 anos que ele não vai ser nada ou que ele vai ser cortador de cana e que você pensa assim: "Nossa se eu fosse esse menino, se eu tivesse com as mesmas condições que ele, se eu tivesse estudando na escola que ele estuda, eu ia pensar o mesmo? Eu também ia querer ser cortadora de cana?". Porque enquanto os nossos filhos freqüentam escolas de língua, judô, caratê, etc. esses meninos mal eles têm uma aula de português, de matemática.

Então assim, a gente não tira a razão deles e uma coisa que a gente percebeu também é que são pessoas e que eu já ouvi comentários a respeito: "Ah, mas são pessoas acomodadas", não são acomodadas, são pessoas tão sofridas e tão desesperançosas que você nota o seguinte: Para eles o auxílio, a Bolsa-Fa-

mília virou o meio de vida e eles sabem e eles acham que eles não vão sair disso. Eles têm essa noção de que eles vão ser os próximos beneficiários. Esses meninos sabem que eles vão ser os próximos beneficiários, porque eles sabem que eles não têm acesso, por enquanto, uma educação de qualidade que faz com que eles possam sonhar.

Uma das pessoas que eu entrevistei para a matéria falou - isso eu achei uma frase forte que realmente eu acho que resume um pouco, o que a gente viu resume essa série - que é que a gente está tirando das crianças, dos adolescentes a capacidade de sonhar. Porque eles realmente não têm. Sonhar em ser cortador de cana? Eles sabem, eles vêem na Bolsa-Família e não acho que isso seja acomodação de jeito nenhum, mas eles vêem na Bolsa-Família a fonte de renda eterna para eles porque eles vão ser o que quando crescerem? Eles não vão ser nada, com sorte eles vão conseguir cortar cana em São Paulo ou fazer algum serviço em lavoura, por ali mesmo. Ou então conseguir uma aposentadoria rural, alguma coisa assim.

Realmente a impressão que passa para a gente é que eles têm essa noção que eles não vão ser nada, que eles não têm direito de acreditar mais na educação e que o único meio de vida [soa a campainha] que eles têm é a Bolsa-Família, e que o que a gente pôde constatar assim é uma geração, eles são a próxima geração, esses meninos são a próxima geração de beneficiários da Bolsa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Embora tenha tocado a campainha, eu queria que usasse mais tempo, que todos vão poder usar porque a gente apenas informa, para falar um pouco sobre a freqüência-aula das crianças, porque uma coisa trágica e que você ilustrou muito bem é a situação da escola. Mas e o papel da Bolsa-Família como instrumento das crianças estarem dentro da escola, mesmo a escola ruim como essa que você fala o que você percebeu? Porque esse é o grande objetivo da nossa audiência.

SRA. PALOMA OLIVETO: Senador, o que a gente percebeu foi o seguinte: Assim, já foram feitas muitas matérias que mostravam que algumas pessoas estavam recebendo e isso era um problema muito dos próprios municípios que pessoas estavam recebendo indevidamente o beneficio. Isso já foi feito e não foi o nosso objetivo. O que a gente percebeu foi o seguinte: Pelo menos as famílias, e nós conversamos com muitas pessoas, não é que elas estavam recebendo indevidamente, não é que o menino abandonou a escola e ainda assim a família recebia porque não havia uma fiscalização.

O senhor sabe, no Nordeste, as famílias são numerosas, então, você tinha os menores, isso eu posso dizer, que em nenhum lugar que eu fui, eu vi meninos com menos de dez anos fora da escola, isso eu não vi, menos de dez anos, menos de 12 anos. O máximo que eu encontrei foi uma menina de 12 anos que tinha saído da escola aos 11. Agora, realmente você vê menino de dez, 11, 12 anos, eles estão na escola, então eles garantem o benefício para a família, só que quando ele chega ali com 13, 14 anos ele sabe que a família já está recebendo, ele não vai perder nada, as famílias são numerosas, ele não vai perder, então assim, o que nós notamos não foi que estejam recebendo indevidamente o benefício, mas que por serem famílias numerosas, as crianças menores garantem o dinheiro para a família até chegar a um ponto em que, por já estar garantido aquele dinheiro, até porque são até quatro que recebem, a partir disso não recebem mais, aí eles abandonam por essa falta de perspectiva.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Paloma. Eu vou passar a palavra agora a Rosani Cunha.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Senador Cristovam Buarque me permita só para complementar. Paloma, eles abandonam pela falta de perspectiva, mas em algum momento você observou também que pela pressão do mercado, inclusive de trabalho?

SRA. PALOMA OLIVETO: É uma necessidade deles também, isso a gente teve um dos dias da série que a gente retratou um pouco isso porque apesar de o auxílio, e todos admitem isso, o auxílio tirou e a gente até fala isso na matéria, que a Bolsa realmente ajudou a tirar da miséria milhões de brasileiros, não é suficiente, não chega a ser suficiente, então, como eles sabem que não têm perspectiva com o ensino, que eles acham que estão perdendo tempo e realmente é triste dizer isso, mas eles estão e eles têm que arrumar alguma coisa para fazer, eles têm que ajudar a família também.

Então vão cortar pedra, vão quebrar pedra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Porque esse quadro que você nos traz ele traça uma linha muito tênue no que diz respeito à evasão escolar, entre essa situação e o trabalho infantil. É uma linha tênue... É por isso que eu te perguntei.

SRA. PALOMA OLIVETO: Foi. Nós observamos demais isso, eles largam a escola e aí vão trabalhar, vão fazer alguns serviços extras, assim obviamente, não conseguem serviço com carteira assinada. Um dos meninos, até que eu acho que havia um interesse da Comissão em trazê-lo aqui, o menino foi quebrar pedra no meio da rua, sabe? E agora o triste dessa

história é o seguinte: Esse menino ele tem uma história que ele em uma semana com esse trabalho de fazer o calçamento na cidade onde ele morava, ele conseguiu ganhar mais do que o irmão dele que quis estudar, que levou o sonho adiante, mas que o máximo que ele conseguiu chegar foi à servente da escola porque ele mesmo admitiu: "As minhas notas foram muito baixas, eu não consegui pontuação para o ENEM, não consigo passar em vestibular, o meu sonho era ser professor de Biologia, não consigo, não consigo entrar em uma faculdade, mas pelo menos eu estou trabalhando em uma escola". Ele era servente da escola e o irmão dele que abandonou, que não acreditava no estudo, acho que por ter visto o exemplo do irmão mais velho, estava lá quebrando pedra e fazendo calçamento e em uma semana ele ganhando mais do que o outro que acreditou e que terminou.

Agora a gente viu, muitos, muitos casos de trabalho infantil provocadas pela evasão, como conseqüência ou causa da evasão escolar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra a Drª. Rosani Cunha.

SRA. ROSANI CUNHA: Bom dia a todos. Eu acho que antes de tudo, eu quero agradecer esse espaço para que nós possamos discutir um problema que é grave que é o problema da falta de acesso à escola, da falta de qualidade de ensino sim, e que é um problema principalmente que mostra a história do nosso País para que a gente chegasse aqui.

É uma história de desigualdade, de exclusão, eu acho que é uma história de pobreza localizada, a gente tem um País que tem um PIB de mais de um trilhão de dólares, mas está muito concentrado e acho que é muito importante que a imprensa, que o Senado, que os Governos, que a gente tenha espaço para esse debate para buscar alternativas. Então eu acho que, antes de qualquer coisa, eu queria agradecer ao Senador Cristovam Buarque, esse espaço para esse debate e que a gente, inclusive, consiga sair daqui com algumas alternativas de melhoria para estratégias que já estamos implementando hoje.

Eu pensei, para situar melhor o que nos parece que seria responsabilidade do Governo Federal e do MDS de maneira especifica, trabalhar a partir de três temas específicos: Um, acho que é comentar um pouco o que é o nosso desenho de gestão de condicionalidade, em especial para acompanhar a freqüência escolar, porque eu acho que... Acaba que ele é pouco claro. Para as pessoas em geral, a gente está falando de um programa que é complexo, mas que é muito novo, acabou de completar quatro anos e que tem ainda, para aumentar sua complexidade, o processo de integração dos programas que já existiam no nosso País há algum tempo.

Também pensei em mostrar o próprio desenho de acompanhamento e em especial a necessidade de interlocução de vários Ministérios, interlocução com Estados e Municípios e com as escolas diretamente. E por fim, mostrar alguns resultados desse acompanhamento não só do acompanhamento em si, mas de algumas pesquisas basicamente IPEA, o CEDEPLAR que trabalham com dados da PNAD, mas também com dados diretamente coletados junto às famílias que mostra o impacto da Bolsa-Família com relação à freqüência-escola e a evasão escolar.

Eu acho que está colocado na lei que criou a Bolsa-Família que foi aprovado no Congresso Nacional, o programa tem basicamente três dimensões que têm que ser entendidas de maneira articulada: Uma primeira que eu acho que acaba sendo a mais visível porque ela é a mais imediata é a via transferência de renda diretamente para as famílias poder aliviar a pobreza, eu acho que é isso que a gente tem visto quando a PNAD mostra que o Brasil está reduzindo a pobreza, está reduzindo desigualdade.

Também tem um objetivo e que não é só ele, eu acho que a gente também tem que tirar a grande expectativa que tem em torno da Bolsa-Família, ele é uma das políticas, ele é uma das estratégias, não é toda a política social que o nosso País tem, também tem como objetivo contribuir para que a gente possa reduzir pobreza entre gerações por meio dessa condicionalidade a questão da educação mais central.

Um terceiro eixo é a importância que tem a integração entre Bolsa-Família e outros políticas públicas para que a gente consiga reduzir pobreza já na atual geração. Por exemplo, as mulheres que são as responsáveis legais pelas famílias têm baixíssima escolaridade e a gente sabe a dificuldade que é uma mãe que tem baixa escolaridade até para acompanhar o dever de casa de seu filho, ter a educação como um valor, a gente sabe o impacto que tem um ano a mais de escolaridade da mãe para reduzir mortalidade infantil.

Então, nos parece que além da condicionalidade é importante integrar a Bolsa-Família com outras estratégias de Estados, Municípios, do próprio Governo Federal e mesmo da sociedade para que a gente consiga desenvolver capacidades que eu acho que é o tema que a Martia Cem (F) usa que é muito apropriado.

A gente e acho que é importante até, Senador Cristovam Buarque foi um dos maiores expoentes nesse debate, a Bolsa-Família não nasceu do zero, ao contrário, o Brasil tem uma década de programas transferência de renda condicionada, serve de referência no mundo inteiro hoje nesse debate, a gente

tem desde 95 algumas experiências, basicamente Campinas, aqui no Distrito Federal de transferência de renda condicionada e uma série de iniciativas que eu acho que cada uma delas agregou um pouco para o trabalho que a gente faz hoje e é importante que a gente reconheça isso.

Eu queria mostrar alguns números do programa, esse mapa, a área escura mostra a cobertura da Bolsa-Família em relação à estimativa de famílias pobres que nós temos feita com base em dados do IPEA e do IBGE. A gente tem uma estimativa de 11 milhões e 100 mil famílias, já foi a estimativa que o Governo trabalhou com ela quando lançou o programa em 2003. No mês de outubro nós temos 11 milhões de famílias, esse número varia um pouco a cada vez porque a gente tem bloqueios, cancelamentos, a cada mês saem famílias do programa e outros entram. Em média temos em torno de 50 mil famílias que saem a cada mês e novas famílias entram.

No mês de outubro, especificamente, foram 300 mil famílias em especial, em decorrência de uma grande auditoria que nós fizemos, uma comparação com a RAIS para ter melhor focalização do programa e já saíram da Bolsa-Família, desde que ele foi criado, um milhão e 900 mil famílias, ou por processo de auditoria ou porque as famílias legitimamente deixaram de depender do programa. Temos uma grande concentração de crianças, na faixa etária de acompanhamento de freqüência são 15 milhões de crianças e um orçamento, esse ano de 2007, de quase nove bilhões de reais.

As condicionalidades, basicamente, acompanhamento da freqüência-escola, é uma freqüência acima do que a LDB exige 85%, é a mesma que tínhamos na época da Bolsa-Escola Federal, acompanhamento da atenção à saúde das crianças, crescimento, desenvolvimento, vacinação e das gestantes e no caso de trabalho infantil, que eu acho que era o debate anterior que é importante, também temos - esse é um desenho novo - a situação do trabalho infantil gera uma condicionalidade nova que é que a criança acompanhe um outro turno, uma outra jornada de atendimento socioeducativo.

Acho que é importante que a gente também comente que conceito a gente tem de condicionalidade que ele é diferente de outros países. Nós entendemos que a condicionalidade, no caso brasileiro, já o que direito à saúde, à educação são direitos universais, estão na Constituição, além de uma responsabilidade da família é uma responsabilidade do Poder Público em garantir acesso em prover serviço.

Eu venho da área da saúde, eu sei que quando a gente fala do sistema universal normalmente quem fica fora são os mais pobres, são os mais excluídos, então a condicionalidade, na verdade, é uma responsabilização do Poder Público, além da própria família, para que faça busca ativa dessas famílias, para que ele vá atrás dessas famílias, para que ele garanta acesso a essas famílias. E quando eu monitoro a condicionalidade, a gente acaba identificando situações de maior vulnerabilidade, por exemplo, a gente identifica e depois eu quero mostrar esse dado, que algumas crianças não vão à escola por violência doméstica, por abuso sexual, o que mostra a importância de uma integração muito maior, toda uma rede de proteção social para resgatar essa criança e trazer de volta.

O que nos importa não é punir a família, embora a lei exija isso e a gente acabe tendo que chegar a situação de cancelamento, mas é identificar situações de maior vulnerabilidade para que a gente consiga criar uma rede de proteção e de promoção social e trazer de volta essa criança já que a gente quer reduzir pobreza também para a geração seguinte.

Para garantir esse desenho a gente fez uma regulamentação infra... A lei que criou o programa, que definiu que os Ministérios poderiam definir melhor o desenho de implementação em que nós acompanhamos freqüência escolar a cada dois meses e se a criança não vai à escola por um período, a família recebe uma advertência, é uma correspondência que chega a casa dela. Esse já é um sinal de alerta para o Poder Público começar a acompanhar essa criança, essa família.

Se porventura não freqüenta a escola por dois períodos, a gente tem um bloqueio de pagamento. Se por três períodos não freqüenta a escola, a gente tem uma suspensão para depois, no quinto registro de não freqüência, aí sim chegar a uma situação de cancelamento. O que a gente quer com isso é começar a acompanhar, desde o início, para tentar fazer com que a gente não chegue a situações de cancelamento e consiga acompanhar essa família antes de chegar a esse tipo de situação.

Aqui tem os dados que eu acho que ele sãos importantes, Senador Cristovam Buarque, que é acompanhamento, o resultado que a gente tem com o número de municípios informando a freqüência-escola pegando já o último período que impacta a folha de pagamento na Bolsa-Família agora em outubro. Nós temos 99.5% dos Municípios brasileiros informando freqüência. A gente, inclusive, está atrás individualmente desses que não estão informando.

A gente tem uma grande evolução, é óbvio, que a gente não está satisfeito, é óbvio, que tem que melhorar, mas tem um esforço que eu acho que não é só do Governo Federal, ele é muito compartilhado para que a gente consiga ampliar essa informação. Aqui

é um número individual e acho que isso é uma coisa importante. A gente acompanha individualmente [soa a campainha] 12 milhões de crianças hoje. Não só identificando se ela foi ou não à escola, mas tentando buscar o motivo da não freqüência para que a gente consiga criar aquela rede que eu dizia. Ainda precisamos chegar a mais três milhões de crianças, a gente está fazendo esforços nesse sentido, mas são, eu diria, 80% das crianças hoje estão acompanhadas.

Saúde que eu também acho que é importante a gente estar acompanhando tanto a freqüência-escola como o atendimento em saúde, a gente sabe as implicações que tem a integração dessas duas áreas. E por fim, o que significa isso em termos de repercussão no pagamento.

Infelizmente, a gente já chegou aqui a 14 mil cancelamentos. Eu acho que infelizmente porque a gente tem tentado todo um esforço para trazer de volta essa criança antes de chegar a uma situação de cancelamento. Em torno de 1,5 milhão e meio de famílias tiveram algum tipo de notificação por não ter freqüentado a escola e a gente tem buscado em especial, a partir da primeira suspensão que significa três períodos de não freqüência, ter estratégias mais diretas, mais incisivas para trazer de volta essa criança.

Então, infelizmente, a gente já tem hoje, infelizmente mesmo, 14 mil cancelamentos por não freqüência. E como é que se dá isso? Eu não vou explicar todo o processo, mas a grande responsabilidade, na verdade, está na mão da área da educação. Hoje é a escola diretamente que informa a freqüência no sistema informatizado do MEC, quem gerencia esse processo é o MEC, a gente tem uma relação de parceria muito grande e muito importante e nosso [initeligível] recebe depois de volta essa informação para repercutir na folha de pagamentos e para ajudar a criar essa rede intersetorial de acompanhamento das famílias.

A gente criou recentemente há um ano um instrumento para estimular que os municípios informem que nós criamos o índice de gestão da Bolsa-Família em que a freqüência-escola é um dos indicadores importantes, justamente para que também o Município tenha estímulo. Esse é um processo monitorado, por exemplo, 100% de informação com 100% de freqüência vão para a CGU apurar porque nós não acreditamos que tenhamos Municípios com 100% de informação e 100%de freqüência. A gente não quer informação meramente cartorial, a gente quer a criança na escola, a gente quer o serviço de saúde funcionando e que as famílias tenham acesso a esse tipo de prestação de serviços.

Aí é uma tela do sistema, o sistema do MEC que eu acho que o André Lázaro pode mostrar melhor. É uma forma, é o exemplo da notificação que a família recebe e que o Município depois recebe o relatório. A família pode entrar com recurso se ela divergir dessa notificação e a gente tem administrado esse processo junto com os municípios, os municípios recebem a cada dois meses um relatório área de saúde, educação e assistência social. A gente acabou de criar um Fórum o nome é complexo é Intersetorial e Intergovernamental com Secretários de Estado e de Municípios nas áreas de educação, saúde e assistência social, reunimos ontem, inclusive, com os três Ministérios.

Esse índice de gestão da Bolsa-Família que tem a condicionalidade como um dos indicadores. São quatro indicadores: A qualidade do cadastro, atualização cadastral, acompanhamento da saúde e da educação. A maior parte dos municípios brasileiros tem esse índice acima de 06, o que significa uma boa qualidade de gestão, embora a gente esteja tentando melhorar. Mas a gente está percebendo o compromisso dos Municípios com esse acompanhamento.

E aí como é que os Municípios estão usando esse recurso. De três mil municípios que responderam esse nosso questionário, dois mil e 600, 80% falam que usam esse recurso para melhorar justamente o acompanhamento dessa condicionalidade. Aqui eu só quero mostrar como que é importante para a gente não só a condicionalidade, mas aumentar a escolaridade dos adultos hoje, os responsáveis legais pelas famílias que preferencialmente são as mulheres, a gente tem 56% tem menos que a 4ª série Senador Cristovam Buarque. Isso mostra que a pobreza dessas famílias é muito mais séria e muito mais grave que a gente não pode esperar só uma geração seguinte e por isso é importante a integração, por exemplo, Bolsa-Família e Brasil Alfabetizado que já está em curso.

Eu chego a minha finalização que são alguns resultados. O primeiro, o programa está chegando ao seu público alvo, o IPEA está mostrando isso, o Banco Mundial está mostrando isso, a gente tem uma das melhores focalizações de programas similares em todo o mundo, é melhor da América Latina, mais que o programa do Chile, por exemplo, que é uma grande referência, mais do que o programa Oportunidades, no México.

O programa tem contribuído para a gente reduzir a extrema pobreza especificamente a desigualdade. Eu quero mostrar um dado sobre isso, mas o Brasil está conseguindo, a gente já cumpriu a meta do milênio, a primeira meta com 15 anos de antecedência. O benefício acaba incrementando muito a renda da família, em média 37%, mas a Região Nordeste chega quase a 50%. Como o benefício é muito regular isso possibilita certo planejamento do orçamento doméstico. A

gente está conseguindo promover segurança alimentar e nutricional das famílias, em especial crianças, a gente tem pesquisas que mostram que as famílias entendem e valorizaram a importância que é manter suas crianças na escola.

E por fim dados que mostram que a gente está conseguindo também contribuir para mobilizar a economia local.

Especificamente educação. Eu queria mostrar basicamente duas pesquisas: Uma do Sergei Soares, ainda está inédita, vai publicar nos próximos dias, em que ele pega dados da PNAD e que mostra o seguinte: Se a gente já tem hoje uma freqüência-escola de 97.3% no caso das famílias que estão na Bolsa-Família, todas as demais variáveis controladas esse índice é de 98.9%.

O CEDEPLAR que também está fazendo uma pesquisa diretamente com famílias da Bolsa-Família com 15 mil famílias para acompanhar ao longo de cinco anos, mostra que dos meninos de 7 a 14 anos, a freqüência-escola em quem está na Bolsa-Família é de 3.6% acima de quem não está. Isso é maior para as mulheres e maior na Região Nordeste e a evasão é 2.1% menor do que famílias que não estão no programa e que estão em situação de extrema pobreza.

E aí eu vou muito rapidamente, esse dado só mostra que o programa está bem focalizado comparando com vários outros países, a gente não está satisfeito com isso, mas teria em torno de 15% ainda em 2004 fora do perfil, estamos trabalhando nesse sentido, seguramente 2006 já é diferente. A redução da desigualdade no Brasil e a Bolsa-Família, segundo estudos do IPEA, especificamente contribuiu com 21% para que a gente conseguisse reduzir a desigualdade.

Desnutrição em especial, as crianças acima de seis meses que deixaram o aleitamento materno a gente tem em torno de três vezes menos desnutrição de quem está na Bolsa-Família do que quem não está. E por fim a minha última transparência é que a gente tem que melhorar muito. A gente tem que ampliar o acompanhamento de freqüência, tem três milhões de crianças não acompanhadas. A gente tem que melhorar o desenho com a saúde, a gente tem que fortalecer o acompanhamento daqueles que não cumprem condicionalidades, caso de abuso sexual, violência doméstica, trabalho infantil que são sérios, trajetória de rua.

A gente tem que melhorar essa coordenação entre governos que isso é importante, seis milhões de crianças estão em escola fundamental do Estado, não do Município, por exemplo, e a relação dissetorial. A gente tem que disponibilizar experiências de boas práticas, tem que ampliar integração da Bolsa-Família com outras ações, em especial, para aumentar a escolaridade de jovens e adultos.

E temos que pensar um desenho para acompanhar os adolescentes de maneira diferenciada porque eles têm muitas especificidades e que eu acho que a fala da Paloma mostrou isso. O nosso problema maior nas famílias mais pobres são as crianças acima de 13 anos. A gente tem isso muito claro, o dado que você viu em campo é exatamente aquilo que a gente trabalha com ele. Os meninos, em geral, deixam a escola a partir dos 17 e nas famílias mais pobres a partir dos 13 anos. Então a gente acha que isso pressupõe um desenho diferenciado.

Obrigada. Eu sei que falei muito, mas eu achei que era importante mostrar o desenho inteiro para todos vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Primeiro não falou muito de maneira alguma, falou dentro do tempo e fez uma bela apresentação.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu queria com a sua permissão Presidente, aqui Rosani você falou que veio da área de saúde...

SRA. ROSANI CUNHA: Minha, origem, mas eu sou administradora pública.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Como eu também sou da área da saúde, isso me deixou... Mas eu gostaria aqui de fazer apenas uma observação. A Paloma Oliveto, que eu li a sua matéria, acompanhei, fui autora desse requerimento, inclusive, com a preocupação que eu acho que nós estamos aqui para tratarmos de um debate nessa Audiência Pública de uma questão que eu considero importantíssima porque tem a ver com o futuro.

Quando a Paloma colocava que essas crianças já se consideram como futuras beneficiárias da Bolsa-Família isso é muito triste. Tem que se encontrar é a forma que desperte nelas o interesse de sair da Bolsa-Família no futuro porque conseguiram galgar um espaço, uma oportunidade na vida. Então aí que está a minha grande preocupação. Eu vejo, acompanhei a apresentação da senhora, vejo da preocupação nesse acompanhamento, mas o que realmente nos deixa preocupada é porque quando - aqui não vai nenhuma crítica, nem comparativo - mas a questão quando se falava em Bolsa-Escola, que foi o Senador Cristovam Buarque tanto defendeu sempre, que foi daí que se originou a Bolsa-Família, juntando outros programas sociais, a Bolsa-Escola trazia um sentido e essa ex-

periência eu vivi lá no meu Município quando eu fui Prefeita, de que a criança, de que a escola era importante, a escola tinha que ser a coisa mais importante para poder ter a Bolsa-Escola.

Eu acho que está havendo alguma coisa que a gente precisa fazer para despertar mais, claro existe as diferenças graves, regionais, do interior, no Nordeste. Eu sou nordestina, mas também tem belos exemplos no Nordeste, são muitos de cidades que conseguiram melhorar a sua educação, que faz um esforço grande. Mas ainda existem essas cidades onde há uma precariedade muito grande.

[soa a campainha] A estrutura educacional precisa melhorar e muito. Recursos para a educação, eu sempre digo que o Governo tem que entender que não é gasto, é investimento, é o maior investimento que se pode fazer nessa nação. É mais recurso para a educação. [soa a campainha] Viver a realidade e bater as portas em busca de recurso porque somente na época era o FUNDEF, agora FUNDEB, não é suficiente. Houve uma melhora? Houve com o FUNDEF e agora eu espero que com o FUNDEB esteja melhorando ainda mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora vamos debater--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Mais ainda não é o suficiente. Vamos. Então eu quero colocar aqui--

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos debater depois das falas.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): -- Drª. Rosani é só essa questão quando a senhora exatamente mostra que o que o Governo está tentando e a realidade do que nós estamos vendo dessa falta de perspectiva, de esperança, nós não podemos ter um Brasil sem esperança. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós vamos debater isso ao final. Isso aqui, um toque em cima do que a senhora falou, é que eu acho que está por traz de tudo isso é a concepção.

Quando a Drª. Rosani colocou que em 95 começaram a experiência pioneira de Campinas o UDF com o programa de transferência condicionada de renda é aí que está a chave, não é a transferência de renda, é bolsa de estudos. Ninguém diz que um jovem que está fazendo doutorado na França recebe transferência de renda, todo mundo diz que ele recebe uma bolsa de estudos. No caso da criança está se dizendo que é transferência de renda, isso mata a concepção.

O programa de Campinas não era um programa educacional tanto que era administrado pela Secretaria de Assistência Social, não era pela Secretaria da Educação. Essa diferença entre bolsa de estudos e transferência de renda, ela faz uma diferença muito grande na hora da execução.

Mas eu passo a palavra ao jornalista Luiz Ribeiro.

SR. LUIZ RIBEIRO: Bom dia senhor Presidente, bom dia Senadores. É com muito prazer que a gente comparece a essa audiência. Até poderia dizer que eu e a colega Paloma já estivemos cumprindo a nossa obrigação como jornalista ao fazer essa série de reportagem.

Como se trata de educação, eu entendo que é um compromisso nosso enquanto cidadãos oferecer nossa contribuição ao País. Como bem dito Assis Ribeiro de quem eu tenho a sorte de ser conterrâneo, a educação é o único instrumento capaz de modificar a nação e o impulsionar ao crescimento e ao progresso. E o mesmo, é difícil falar da gente mesmo que a gente fala dos outros, eu posso dizer isso porque eu vim de uma família muito pobre, nascido na zona rural e o pouco que eu tenho, eu acho que devo a educação, senão fosse a educação eu certamente não estaria aqui.

A Paloma já falou muita coisa e eu só quero acrescentar ao que ela disse, para mim, talvez, eu possa contribuir ao mostrar a minha própria experiência, porque eu moro em Montes Claros, interior de Minas e tenho como foco do trabalho as regiões norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Bucuri, que são as regiões mais pobres do Estado. Então assim, todo dia eu estou convivendo com esse tipo de situação. Ali eu percebo vários problemas que são enfrentados pelos Municípios e um deles é sem dúvida é a questão da evasão escolar.

Interessante que como a Paloma observou que essa questão que o futuro é plantar cana, corte de cana, é uma coisa normal. Os jovens lá entendem isso como uma coisa assim, para eles realmente é o sonho. As pessoas não têm nenhum tipo de esperança, mas na questão da evasão o que eu consegui observar é que as crianças eles afastaram da escola, alguns afastaram pelo trabalho, mas o aspecto que é mais marcante é o desinteresse pela escola.

Eu fui ao Município de São João das Missões em que uma diretora de escola disse que ela teve que ir de casa em casa para tentar convencer os meninos a voltar para a escola e não conseguiu. Teve uma história de uma criança que eu fiz uma matéria com uma menina de 13 anos, ela chama Cirlene(F), tem uma foto dela ali, ela disse que não estava indo à escola por que estava sem sandália, de fato, não tinha sandália mesmo, não. Mas segundo a diretora não é só isso, ela não tem interesse, ela tentou chamar, não é só essa a questão.

Uma outra que eu ouvi também, um depoimento de um menino chamado Moisés, ele hoje está com 16 anos e saiu da escola aos 14, ele disse a seguinte frase: "Para que eu vou estudar se eu não vou conseguir emprego, então é melhor parar logo e começar a ganhar muito dinheiro, pois para viver tem que trabalhar". Então assim, eu acredito que eu queria aproveitar essa oportunidade e oferecer aqui algumas sugestões aos Srs. Senadores e ao próprio Governo que está representando o Ministério. Que nessas localidades onde a evasão da escola é mais intensa, o grande problema é a questão da geração de emprego e renda porque normalmente os programas de geração de emprego são voltados somente para as capitais. Nesses locais o pequeno empresário, a loja da esquina, eles têm não tem nenhum incentivo.

Então quem vive ali não tem emprego. Ele só enxerga a capital ou o corte de cana mesmo. Então talvez, seja interessante algum projeto para incentivar as pessoas a arranjarem emprego ali, naquele local. Uma coisa interessante existe alguns projetos pequenos da Pastoral da Criança que incentiva as próprias famílias no sociativismo. Por quê? Aí emprega o pai e o pai incentiva o filho também a ir para a escola.

Eu entendo que junto com Bolsa-Família talvez fosse interessante também criar uma espécie de Bolsa-Produção aliado, com certeza, ao estímulo para a educação. Enquanto hoje nós estamos discutindo a questão da CPMF acredito eu que seria interessante criar outra sigla, talvez seria CMPE, Contribuição para a Melhoria de Promoção da Educação. Eu acho que seria... O País está precisando é disso.

Por fim, eu agradeço a oportunidade, cumprimento a todos por esse debate, eu acho que aqui nós só temos a enriquecer, a contribuir com o crescimento do País e com a nação e me coloco à disposição de todos vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao André Lázaro.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Muito bom dia a todos e a todas. Eu não vou precisar de apresentação, eu vou aproveitar o tempo para fazer uma breve argumentação. Eu queria então agradecer a oportunidade e concordo que é o momento extremamente importante para o debate da educação no Brasil e simbolicamente estamos na Casa da Federação, uma Casa que reúne de um modo igualitário todos os Estados Brasileiros e os problemas de que tratamos aqui não serão superados sem o compromisso da Federação. Portanto, esse debate no Senado com a presença da imprensa, com a presença da sociedade civil muito bem representada pelo sociólogo Daniel Cara e pela Campanha, eu acho que simboliza o esforço que o Brasil precisa fazer e está fazendo.

Então, eu queria saudar essa oportunidade e mais ainda saudar a imprensa porque quando ela mergulha no Brasil real, ela nos traz uma realidade que em geral fica ignorada, mas não deixa de ser existente e ela é de longuíssima data, de longuíssima data. Trazê-la agora ao cenário público e enxergar o modo como as políticas públicas superam essas extraordinárias dificuldades, eu acho que é o papel e o ganho da democracia.

Portanto, como representante do Ministério da Educação eu me sinto aqui entre pessoas preocupadas com o problema que nos move cotidianamente no trabalho e se acertamos ou erramos na implementação das políticas, cabe exatamente um juízo dessa qualidade, avaliar e melhorarmos o procedimento. Houve uma associação inicial na fala da Paloma, que depois se desfez, entre evasão escolar e Bolsa-Família que eu entendi que está superada enquanto questão. Nós temos problemas distintos, problema da qualidade da educação e o problema de como a Bolsa-Família contribui para a permanência, mais ou menos, caso ela fosse Bolsa-Escola ou não. Então, eu queria distinguir os dois problemas porque eu acho que separando a gente enxerga melhor cada um deles.

Com relação à natureza do programa, e o Senador Cristovam Buarque conhece profundamente essa história, eu creio que ao adotarmos o conceito Bolsa-Família, nós não desqualificamos a escola, ao contrário, o procedimento que os Ministérios vêm adotando é um procedimento de cada vez ele ficar mais próximo da escola. Hoje o senso dos educandos brasileiros está se fazendo nominalmente. Nós sabemos pelo Educacenso o nome de cada criança, de cada escola brasileira, escola pública. E a partir dos dados do Educacenso a gente pode gerar a base do acompanhamento escolar da Bolsa-Família. O que significa que a responsabilidade pela freqüência à escola está ali, dentro da escola, pelo gestor da escola e pelo Secretário Municipal.

Portanto, eu creio que nós, a despeito do nome Senador, estamos cumprindo a promessa de futuro que o projeto original tinha que era aproximar-se profundamente da escola, é fazer com que a escola se sinta comprometida pelo resultado que o aluno alcança.

As razões da evasão escolar e a Paloma acertou profundamente ao manter a dúvida, eu peço a Paloma que seu talento investigativo não aniquile essa dúvida de modo simples, porque respostas simples para problemas complexos não atendem ao problema. As razões da evasão escolar são múltiplas, ela citou algumas, o desinteresse pela escola. Eu vou citar uma outra e cito nesta Casa com muita intencionalidade: O

Ministério da Educação está coordenando um grupo de trabalho que junta os representantes de Municípios e Estados para discutir o transporte escolar.

O transporte escolar é um drama para o qual eu peço humilde, mas firmemente, a atenção dos senhores e das senhoras porque o Brasil viveu um processo de nucleação de escolas ao longo dos anos de 80 e 90 que foi brutal para a cultura do campo. Foi brutal. As escolas foram agregadas de maneira, não raro à revelia da opinião das pessoas que freqüentavam a escola, das comunidades, foram agregadas na sede dos municípios, desenraizou-se esse vínculo tão necessário entre escola e comunidade e criou-se certa indústria do transporte escolar. Hoje os municípios arcam com custo extraordinário do transporte, os Estados não assumem, em sua grande maioria, a responsabilidade que lhes cabe pelo transporte de alunos da sua rede que é feito pelo Município, o Prefeito que está próximo ao munícipe não pode se recusar a transportar um aluno que não raro ele conhece o nome, conhece os pais, mas esse aluno é da rede estadual. A rede estadual eventualmente repassa recursos em função de critério de aliança política, não em critérios de atendimento de cobertura.

Nessa reunião da qual eu participo desse grupo de trabalho, nós pedimos aos Estados que nos informassem os recursos que destinavam ao transporte escolar. Há Estados e Estados ricos da Federação, Senador, não são Estados pobres, Estados ricos da Federação, talvez o mais rico deles, que o recurso do transporte escolar é declinante. É declinante vai diminuindo arcando os Municípios com esse custo.

Isso gera a realidade que o colega jornalista apontou de uma escola que não é próxima do aluno, o aluno tem que se locomover muito para chegar à escola, a escola não tem a ver com a sua realidade, ela é na sede do Município. O jovem de 15 a 17 anos ao ir a essa escola fica na sede do Município, não se apropria da cultura local, portanto, essa é uma das razões da evasão escolar é a questão de acesso à escola. Na área rural nós temos dificuldade de acesso à escola a despeito do sacrifício de muitas famílias.

Há outros problemas e a Paloma corretamente aponta um, talvez um dos mais significativos e que tem mais conseqüências, que é a questão da formação dos nossos professores, mas repare; nós estamos lidando com uma realidade constituída. O papel do Governo e eu aqui devo cumprir esse papel é dizer: “Sim, temos diagnóstico tanto macro quanto locais bastante rigorosos”. Qual é a política para mudar essa realidade? Então, Senador, eu vou pedir licença para falar da política para mudar essa realidade.

Essa política ela radicaliza o conceito do direito a educação. Então eu gostaria, Senador, simbolicamente lhe passar as mãos um documento produzido recentemente pelo Ministério da Educação, pelo Sr. Ministro Fernando Haddad, em que apresenta as razões e os conceitos do Plano de Desenvolvimento da Educação. Esse plano ele está apoiado em uma compreensão que vem responder e dialogar com as questões que Paloma trouxe aqui para nós e que também o nosso colega Luiz Ribeiro trouxe aqui para nós. Ele procura enxergar a questão do território, educação e desenvolvimento.

Quando o Ministério da Educação realizou a Prova Brasil nós passamos a enxergar como uma criança de uma cidade no interior do Ceará, do Piauí, do Maranhão, mas também do Rio de Janeiro, de São Paulo, como essa criança está tendo garantido o seu direito à educação. Ela está apreendendo a ler e a escrever? Esta criança não é o princípio abstrato do direito. É cada criança no Brasil.

Criou-se para isso o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o IDEB. O IDEB é a meu ver, uma solução muito criativa do ponto de vista da econometria da educação porque associa o desempenho do aluno em uma prova, a Prova Brasil com o fluxo escolar. A Prova Brasil é uma metodologia hoje corrente no mundo em que provas podem ser comparáveis. A Prova Brasil é comparável com a Prova do Pisa porque ela não avalia conhecimento, ela avalia habilidade. A criança é capaz de ler um texto e entendê-lo? É capaz de responder sobre esse texto?

Então, o Brasil hoje participa desse exame internacional, o Pisa do OCDE é um dos últimos colocados. E o IDEB foi construído a partir do mesmo conceito de uma prova de habilidades. Ao aplicarmos essa prova a gente observou rendimento das crianças de [soa a campainha] quarta e oitava séries em todas as escolas urbanas públicas que tinham pelo menos 30 alunos. Esse ano nós vamos ampliar, foram três milhões e 300 mil crianças que participaram dessa avaliação em 40 mil escolas do Brasil.

A princípio não foram incluídas as escolas rurais, mas muitas escolas urbanas de municípios onde há forte presença de escola rural. Portanto, o retrato desse Município pode ser aferido a partir desse indicador. Os resultados foram muito preocupantes. Como já se sabia o SAEB já nos dizia, que a média da Educação Brasileira é baixa e ruim, mas o que Prova Brasil nos trouxe de novo e aqui creio que todos nós que apostamos na escola pública temos satisfação com essa notícia é de que há escolas públicas extraordinárias. O extraordinário não é exagero de um professor apaixonado.

Há uma escola pública em Trajano de Moraes, no Rio de Janeiro cuja nota das crianças se comparadas ao Pisa as coloca em um resultado superior ao da Holanda. Há algumas escolas públicas extraordinárias. Qual o problema que nós vemos? Primeiro temos que apreender com elas. Segundo isso repete um aspecto tradicional na Educação Brasileira. O Brasil é capaz de fazer educação de altíssima qualidade para poucos.

Os CEFETs são escolas de grande qualidade para poucos. O Pedro II é uma escola de grande qualidade para poucos. As Universidades Federais são de extraordinária qualidade para poucos. A pós-graduação brasileira rivaliza com qualquer pós-graduação do mundo, mas é para poucos. Então o desafio nosso hoje é garantir qualidade para todos.

O IDEB quando enxerga o resultado escolar de cada escola brasileira e há no site do MEC um link que permite que qualquer pessoa entre e veja qual é o IDEB daquele Município, nós começamos a nos perguntar e responder primeiro: Como está o exercício do direito a educação pelas crianças brasileiras onde quer que se encontrem? Esse movimento é muito importante porque ele também nos permitiu ver que há escolas boas e aprender com escolas boas.

O que característica uma escola boa? A primeira coisa é a atenção na criança e no aprendizado da criança. É tratar como a colega da UNICEF fala: "Não é educação para todos é educação para cada um". Então as escolas que funcionam e escolas em regiões pobres, nós fizemos a partir do Prova Brasil duas pesquisas: Uma com UNICEF, escolas que funcionam. Outro com o Banco Mundial, sistemas que funcionam. E não eram escolas de classe média alta, eram escolas públicas em regiões de fragilidade socioeconômica.

O que as escolas, o que o nosso estudo sobre as escolas indicou? Primeiro essas escolas, professores e diretores acreditam na capacidade da criança aprender. Isso é extraordinário porque mostra uma dimensão fundamental da educação que é a relação interpessoal. O Brasil é um País de muitos preconceitos, basta que a gente olhe e a PNAD de 2006 mostra isso, a imensa diferença de acesso de negros e brancos à educação. Portanto, é preciso combater os preconceitos para que as crianças cheguem às escolas e sejam bem acolhidas nas escolas, que não haja, *a priori* contra elas, uma visão de que esta criança porque é mais pobre, que esta criança é da Bolsa-Família, ela não poderá aprender. É preciso superar esse preconceito.

É preciso e fazemos isso em um diálogo com o MDS, combater fortemente o analfabetismo porque é preciso que no ambiente familiar a escola, a criança tenha um ambiente educativo, isso é importante para todos nós. É importante que a questão do preconceito ela seja superada no ambiente escolar para não discriminar os alunos e há fortes discriminações contra os nossos alunos. Portanto, quando a gente estudou as escolas a gente aprendeu um conjunto de coisas. Quando estudou os sistemas a gente aprendeu um conjunto de coisas.

Esse relatório, Senador, não foi ainda publicado pelo Banco Mundial, mas eu queria extrair desse relatório duas frases que me marcaram profundamente e eu as reli sucessivas vezes para ver se eu estava entendendo o que estava escrito. Uma frase é positiva que diz que nas escolas públicas onde há uma política de inclusão de alunos e alunas com necessidades educacionais especiais, os demais alunos se sentem apoiados porque eles se dão conta de que se há uma atenção para aquele que tem demandas especiais, haverá atenção para ele também.

Então a política de inclusão, Senador, que a meu ver e aí confesso as minhas limitações, a meu ver, eu as enxergava como uma política de direitos humanos apenas e não como uma política educacional, o relatório constata que além de um direito dessas crianças à escola pública isso impacta positivamente o ambiente escolar e, portanto, favorece o aprendizado.

Segunda frase, essa triste que o Banco Mundial relata. Diz ele: "Não é consenso nos sistemas educacionais brasileiros de que aprender seja prioridade". O que isso está dizendo? O Senador conhece isso porque foi o criador do Programa Brasil Alfabetizado. Nós temos hoje 65 milhões de brasileiros e brasileiras que não têm oito anos de estudos. Eles são os pais, os tios, e no meu caso em homenagem a minha categoria, os avós dessas crianças que estão na escola.

Portanto, para essas pessoas ir a escola já é uma conquista tão extraordinária que aprender não é o problema. E como a Rosani lembrou em famílias analfabetas os pais têm vergonha de sentar com os filhos para estudar porque sabem menos que os filhos. Imaginam que sua autoridade paterna ficará corrompida pela ausência de conhecimentos específicos. Portanto, o que eu quero dizer com isso? Que enfrentar as razões de evasão é um processo complexo, multifatorial e que a Bolsa-Família é um fator fundamental de permanência.

Ela é de alguma maneira, Ministro, e o senhor tem razão ao ponderar isso, a gente devia enxergar a condicionalidade da Bolsa-Família como uma Bolsa-Permanência. O senhor tem razão ao chamar a atenção para isso, ela é uma Bolsa-Permanência da criança na escola.

O PDE tem procurado, portanto, através do IDEB identificar territorialmente, localizadamente a questão do acesso à educação e ao direito de aprender. Nós

estamos trabalhando no MEC muito com esse conceito, mais do que o direito de educação hoje, porque nós já temos quase 98% das crianças de sete a 14 anos na escola, mais do que o direito à educação, a questão nossa hoje tem que ser o direito de aprender, essa que é a questão central. Ela tem que ser tratada com uma radicalidade, com uma pergunta: A criança vai à escola, isso é um direito que ela tem. Ela está aprendendo? Isso é um direito correlato e o Prova Brasil ajuda a gente a enxergar que criança está aprendendo em que sistema educativo. Isso é uma tarefa federativa e não federal. Estamos, portanto, procurando avançar.

Há muitos aspectos no Plano de Desenvolvimento da Educação que eu acho que merecem atenção. Eu vou chamar a atenção, dois ou três deles e naturalmente abrir o debate por conta do interesse de todos tanto em se expressar quanto em questionar.

Primeiro, o nosso sistema de informação da condicionalidade ele agora está agregado com uma distribuição de computadores a todos os municípios brasileiros, principalmente, àqueles que não tinham acesso a computadores. Então dependendo do tamanho do Município, do seu porte, chegam quatro computadores, dois computadores ou um computador à escola. Estamos em avançado processo de certificação digitação para que a informação que esse computador gere do censo escolar seja certificada pelo gestor local.

Estamos com um programa importante no Plano de Desenvolvimento da Educação que é o Caminho da Escola para financiar a compra de ônibus por meio de pregão público, por meio de pregão público para que os municípios comprem viaturas novas e construídas estritamente para o transporte de crianças com essas condições de segurança necessárias. Estamos em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário desenvolvendo um programa para jovens do campo, o Saberes da Terra.

O Saberes da Terra tem uma história bonita. Ele foi construído pelos movimentos sociais. A realidade veio debaixo. Dessa realidade, em diálogo com o Ministério, construímos um programa que hoje a meta é alcançar de forma modelar 35 mil jovens que não concluíram o Ensino Fundamental, dar a eles aquilo que o jornalista reclama com razão, uma qualificação profissional no saber da terra para fixar o jovem no campo, mas mais do que atender a 35 mil jovens é construir um modelo [soa a campainha] pedagógico que possa ser adotado por Estados e Municípios para o desenvolvimento do seu trabalho.

E para finalizar coisas importantes, essa Casa aprovou o FUNDEB, o papel do Senado na aprovação do FUNDEB foi essencial. O FUNDEB amplia os recursos para educação. Eu aprendi com o meu Ministro que nós somos a favor de todos que pedem mais recursos para a educação, nós achamos que esse debate é fundamental, é necessário e achamos que o nosso papel como Ministério e como membros de Governo não é ficar tencionando para mais recursos e sim, aplicar bem o recurso que temos. A nossa obrigação hoje é garantir que esses recursos que estão no MEC sejam bem aplicados com destino de quem necessita, com foco em quem precisa e com efetividade para a educação.

E por fim, não menos importante, nós estamos em pleno debate do piso salarial que vai responder uma questão que a Paloma colocou com muita propriedade, que é o professor tem que ter um salário, tem que ser uma carreira, vale lembrar que a aprovação do FUNDEB por esta Casa a categoria de professores é a única que tem um piso salarial garantido pela Constituição.

Então, eu acho que o esforço da sociedade brasileira hoje coloca a educação em um patamar novo. Acho que a Presidente Lula quando alicerçou o seu segundo mandato no crescimento econômico, distribuição de riqueza e educação de qualidade, teve um gesto de coragem porque educação depende de Estados e Municípios e nós do MEC estamos nos esforçando para cumprir o nosso papel no sentido de responder uma demanda da sociedade brasileira por mais e melhor educação. Muito obrigado pela atenção e perdoe por ter me estendido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Senador, Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não era melhor, Senadora...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Eu sei que o senhor prefere que fique para o final.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É porque se cada um faz depois já vai embora--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Só um detalhe, não vou falar mais nada. Professor Lázaro sobre a Educação Infantil, faltou algum... Saber da importância, o que representa, o que vocês acham da Educação Infantil?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra--

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN): Pode ficar para o final.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No final a gente conversa. Eu vou passar a palavra ao Dr. Marcelo Aguiar.

SR. MARCELO AGUIAR: Bom dia a todos os Senadores, Senadoras, componentes da Mesa, eu queria agradecer primeiro o convite do Senador Cristovam Buarque para a gente estar presente aqui.

Eu tive a oportunidade, no início de 2003, de ser o Secretário Nacional do programa Bolsa-Escola, quando o programa ainda existia. Foi uma experiência que nos trouxe muito conteúdo porque foi uma experiência que vinha já de uma experiência anterior do Governo passado, do Governo Fernando Henrique Cardoso, mas mais do que discutir números e metas e tal, eu queria discutir um pouco conceitos e diferenças entre os programas.

A Bolsa-Escola tinha como concepção original articulação da renda com a educação, ou seja, dar assistência imediata com investimento no futuro e com isso buscava combater a evasão escolar, combater a pobreza, melhorar os índices de escolaridade dos alunos e interferir no ciclo geracional à pobreza, alguns desses objetivos permanecem no programa Bolsa-Família.

A Dra. Rosani já falou isso antes, dos antecedentes e colocou os mesmos exemplos, só agregaria ali o México também que em 97 iniciou uma experiência, também baseada na experiência brasileira, e alguns outros Estados também que implantaram o programa, além da capital de Pernambuco, Recife. Esses programas que tinham essa concepção, que tinha como centro a educação, eles sofreram diversas avaliações ao longo de todo esse tempo, até a criação da Bolsa-Família e ali estão alguns exemplos. A UNESCO e a UNICEF, em 97, avaliaram o programa aqui no Distrito Federal. Em 99 o Banco Mundial avaliou o programa mexicano.

Em 2000 a OIT e o Banco Mundial avaliaram o programa do Recife e também em 2000 o UNICEF, junto com a ONG Missão Criança, avaliou o programa do Mato Grosso do Sul, do Estado do Mato Grosso do Sul que naquela ocasião era administrada pelo Governador Zeca do PT.

Todas essas avaliações sem exceção, chegavam a impactos muito parecidos. E impactos imediatos e potenciais. Imediatos, havia uma diminuição brutal da evasão escolar, o aumento conseqüente da freqüência, da matrícula, mas mais do que isso, a escola passava a fazer parte da pauta da discussão familiar. Passava a ser o centro das discussões no seio da família como o futuro dos seus filhos. Havia um aumento muito grande do interesse dos pais pela educação. E a educação ganhava um grau de importância no planejamento do futuro que antes ela não tinha.

Em abril de 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso lança o programa nacional da Bolsa-Escola. Historicamente no Brasil sempre um governante que entra, mesmo ao lançar programas similares aos anteriores, ele muda o nome dos programas. Naquele então, o Presidente adotou uma postura extremamente generosa e rara na política brasileira. Manteve o mesmo nome dos programas que existiam anteriormente, todas aquelas experiências que a gente citou anteriormente.

Em 2003 quando nós estávamos lá na Secretaria, nós tínhamos uma meta de atendimento que chegava quase a seis milhões de família, ou seja, metade do que hoje atende a Bolsa-Família, quase metade do que hoje atende a Bolsa-Família. Não podemos deixar de reconhecer esse esforço e esses resultados que o Governo Federal conseguiu alcançar ao longo desses quase oito anos.

Naquela ocasião o programa previa atender uma em cada três crianças que freqüentavam o Ensino Fundamental naquela ocasião. Já era uma meta ambiciosa, mas era uma meta extremamente factível tanto é que conseguimos chegar até ela. Os recursos do Fundo de Combate a Pobreza que era cerca de dois bilhões por ano para o programa e aí a gente tem que voltar a falar do Fundo e reconhecer a importância para a criação desse Fundo de um Senador da República, que não está mais entre nós, que foi o Senador Antônio Carlos Magalhães que foi fundamental nessa articulação para poder viabilizar o programa Bolsa-Escola naquele então.

Quando nós herdamos o programa em 2003, apenas 4% das escolas e 20% dos municípios monitoravam a freqüência e enviavam algum tipo de informação sobre a freqüência escolar. Quando saímos da Secretaria, em setembro de 2003, de quatro conseguimos chegar a 19% das escolas e 60% dos municípios. Vocês podem notar houve um aumento desse acompanhamento, um esforço que estávamos fazendo no primeiro ano é no sentido de chegar aos resultados que hoje a Dra. Rosani nos apresentou. É mais de 90% aí com esse acompanhamento.

Eu não tenho dúvida nenhuma do esforço da equipe do Ministério Desenvolvimento Social para alcançar esses resultados, eu tive a satisfação de trabalhar com vários dos colaboradores da Dra. Rosani que estavam comigo lá na Bolsa-Escola, que hoje estão lá na Bolsa-Família, tem dois aqui que eu estou vendo aqui o Dr. Valdomiro(F) que foi Diretor da Secretaria, a Camile(F), o Anderson está aqui também. Então é uma equipe dedicada, é uma equipe competente e que tem feito, com certeza, um bom trabalho como fazia na nossa época.

Mas o que a gente queria discutir além dessa questão da unificação dos programas anteriormente

existentes, Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, o Cartão Alimentação, Auxílio Gás, é que essa unificação ela mudou o conceito e o caráter que tinha o programa Bolsa-Escola. A Dra. Rosani até já falou isso aqui anteriormente, as vantagens que eram apontadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social à época para a unificação desses programas.

Ele ia expandir o atendimento, como expandiu, e aumentar o valor do benefício e aumentou e ter maior volume de investimento, maior eficiência e transparência nos gastos, concordamos com tudo isso. Agora, a Bolsa-Família desde a sua concepção ele tinha como objetivo central [soa a campainha], como já disse aqui a Dra. Rosani, o alívio à pobreza e ruptura do ciclo geracional da pobreza, como ela disse também, e desenvolvimento de capacidades das famílias para emancipação. Só que isso tirou do centro do programa a questão que era fundamental que era a educação.

Então, a centralidade da educação no processo de emancipação dessas famílias, de uma forma ou de outra, foi se perdendo ao longo do tempo. O programa saiu do Ministério da Educação e foi para a Assistência Social. Hoje a grande maioria dos municípios tem a Administração do programa na Secretaria de Assistência Social, não na educação.

A família, principalmente a mãe, sabia que estava recebendo o benefício, recebendo a Bolsa-Escola pelo seu filho estar na escola, agora ela recebe e sabe que está recebendo por ser pobre. E para a sua família poder aliviar a sua condição de pobreza. Os depoimentos aqui dos dois jornalistas, da Paloma e do Luiz, trazem algumas questões que a gente precisa começar a refletir.

As crianças identificadas pela reportagem e não precisa ir muito longe para identificar esse tipo de situação, elas começam a perder a capacidade de sonhar. O Luiz aqui exemplificou um caso aonde o jovem começa a perder o interesse na escola. Porque sabe que independentemente, pelo número de membros da família, ele vai chegando a uma idade aonde ele pode sair do programa sem prejudicar a financeiramente aquela família.

Esses jovens estão perdendo a perspectiva de futuro e eu acho que independentemente de todo o esforço, de todo o trabalho que tem sido feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social, na área da ciência social administrando o programa, eu acho que nós vamos ter que começar a discutir, começar a pensar um pouco como voltar a ter, nesse tipo de programa que é ainda é necessário ao nosso País, a centralidade da educação.

Não basta só o único e exclusivo acompanhamento burocrático da freqüência, se o programa não tem como centro a educação. A educação ela participa como um dos elementos do programa. Eu acho que o grande salto que deu a Bolsa-Escola como exemplo programa de transferência condicionada de renda foi ter a centralidade da educação na sua concepção.

Eu acho que é isso que tem ser importante para a gente, é isso que tem que pautar a agenda da Bolsa-Família, começar a avaliar como recuperar essa capacidade de sonhar que os nossos jovens estão perdendo. Como voltar a ter na família, na mãe aquele interesse pela educação de seus filhos como projetos de futuro, como projeto para as novas gerações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a palavra do Dr. Marcelo e passo a palavra ao Daniel Cara.

SR. DANIEL CARA: Em primeiro lugar eu gostaria de agradecer o convite feito pela Senadora Rosalba Ciarlini e Senador Cristovam Buarque, cumprimentar a Senadora Fátima Cleide que foi uma grande parceira da campanha nas lutas pelo FUNDEB e parabenizar a Paloma, o Luiz e a Mariana, que não está aqui presente, pela reportagem o que mostra que tem uma grande perspectiva, uma grande esperança em relação ao jornalismo investigativo no Brasil. Normalmente o jornalismo investigativo se dá em relação a casos de corrupção e trata muito pouco das políticas sociais.

Então, a série ABC do Atraso eu acho que constrói um novo panorama. Eu vou, antes de tudo, apresentar rapidamente a Campanha Nacional pelo Direito à Educação para dizer para vocês de onde eu falo e porque eu defendo as argumentações que eu vou defender aqui.

Primeiro lugar a campanha ela nasce em 99, hoje é a principal articulação no sentido de que é a mais plural articulação em defesa da educação pública de qualidade no Brasil, ela integra a Campanha Global pela Educação da qual eu sou Diretor, como representante da campanha brasileira, e o Senador Cristovam Buarque tem uma relação muito efetiva com a Campanha Global pela Educação, inclusive, por conta do sucesso do programa Bolsa-Escola aqui no Distrito Federal, quer dizer, todo esse trabalho que ele desenvolveu em relação à preocupação da transferência de renda e incentivo a educação, ele construiu uma relação muito efetiva com o Kailash, que é o Presidente da Campanha Global pela Educação.

A campanha brasileira hoje integra a campanha latino-americana e também vai sediar o evento da campanha global pela educação que no caso brasileiro a nossa defesa vai ser uma avaliação do PNE, e eu aqui aproveito, a gente tem feito isso cotidianamente, inclusive, entrevistando o Ministro para os nossos

meios de comunicação, o nosso boletim e nossa página na internet. O Plano Nacional da Educação é a referência brasileira no tratado Educação para Todos e a gente tem cobrado o Governo Brasileiro a fazer uma avaliação do Executivo Federal em relação ao Plano Nacional da Educação. A avaliação que foi feita até hoje é uma avaliação do Congresso Nacional e não do Executivo Federal.

A principal ação da campanha, inclusive no âmbito do Congresso se inseriu na luta pelo FUNDEB, nós obtivemos uma série de conquistas e uma relação muito efetiva com os Parlamentares. Inclusive a complementação da União que inicialmente não era, era uma proposta do MEC, mas não era uma proposta do Governo Federal a gente conseguiu ir além da proposta do MEC com a complementação de 10% dos recursos e também inclusão das creches para citar só dois exemplos somados a esse, a proposta de piso, que já era uma matéria que tramitava nas Casas, mas a gente conseguiu incluir no FUNDEB o que vai acelerar a tramitação.

Inclusive o projeto de piso hoje é apensado ao projeto do Senador Cristovam Buarque que foi aprovado aqui no Senado Federal. E por conta dessa incidência do FUNDEB a campanha foi premiada, foi agraciada com o prêmio Darci Ribeiro que vai receber no dia 30, eu já convido os Senadores presentes a estarem na sessão solene no Salão nobre da Câmara Municipal dos Deputados para o recebimento do prêmio.

Aqui é só para dar um panorama da pluralidade da campanha. Nós temos desde o MST no nosso Comitê Diretivo são mais de 200 entidades. Mais dez dirige a campanha desde o MST até a fundação Abrinq, que é uma Fundação empresarial passando pela Ondime, que são os gestores municipais e a CNTE, o que prova que a campanha é de fato bastante plural.

Já no próximo slide aqui é a nossa distribuição territorial, hoje nós estamos, a partir da semana passada, do dia 16, nós conseguimos presença plena no Nordeste, temos 19 comitês regionais localizados em 18 Estados da Federação. É uma campanha com grande abrangência nacional. Em relação à matéria e aí já entrar no tema substantivo eu queria só apresentar para dar para vocês um panorama da pluralidade e do local onde eu falo, da forma como a campanha tem se constituído e porque ela defende e como ela defende a pauta da educação pública.

Mas em relação à matéria, logo quando a Paloma estabeleceu contato com a campanha, até mesmo antes quando ela estabelece o primeiro contato a gente faz uma conversa no comitê diretivo e procura fazer uma avaliação. É muito difícil, é muito raro para uma rede que acompanha o tema da educação chegar a um ponto de profundidade a ponto de acompanhar o programa Bolsa-Família. Em parte isso se dá, inclusive, pela nova orientação do programa e também pela abrangência que ele tem adquirido e no geral a campanha tem demonstrado sempre seus posicionamentos públicos concordância e não acredito, inclusive, que exista uma disputa entre assistência e educação. Esse é um ponto pacífico.

Dar só um rápido panorama do programa tem dito uma abordagem, a gente fez uma análise da abordagem de imprensa e da abordagem acadêmica em relação ao programa com base nas principais revistas de ciências sociais, economia e educação que tem abordado a Bolsa-Família e tem feito também uma análise comparativa com a Bolsa-Escola.

Em primeiro lugar tem um grande equívoco porque existe condicionalidades no programa Bolsa-Família. Então naquilo que está na página do MEC a Rosani trouxe outro dado, mas o que está na página do MEC, o que está na página do Governo Federal e o que consta no PPA são duas condicionalidades que a primeira é manter a criança ou o adolescente em idade escolar na escola e a outra condicionalidade é que as famílias devem cumprir com os cuidados básicos de saúde.

Ambas as condicionalidades, é importante colocar, são também atribuições constitucionais, então já são responsabilidades constitucionais o que depois no decorrer da minha fala eu vou apresentar as dicotomias que se colocam em relação ao programa, mas essa sendo atribuições constitucionais e sendo a Constituição Federal aquilo que une todos os cidadãos do País, então elas são condicionalidades altamente possíveis de serem cumpridas desde o que Estado garanta o acesso à qualidade, a educação de qualidade e garanta também o acesso à educação. Eu acho que aí é o ponto crítico do processo. O nó crítico.

Os beneficiários são famílias em condição de pobreza e extrema pobreza, depois eu vou apresentar o que significa isso nos termos do programa e o Governo apresenta como vantagem de gestão, eu não vou querer ficar nesse ponto, eu só queria apresentar o panorama geral, eu não sabia como iam ser as apresentações. Mas o Governo apresenta como vantagem de gestão a integração dos programas remanescentes. Então, esse ponto que tem sido criticado pelo Marcelo e o Marcelo é uma das vozes que tem pautado o debate nacional, esse ponto é considerado uma vantagem pelo Governo e fica um debate que eu acho que é um debate profícuo, mas eu não vou me alongar muito nele, ele garante mais eficiência e transparência nos gastos públicos e, de fato é inegável, a gente ainda está muito longe de alcançar um nível de

transparência que a sociedade civil, inclusive, exige em relação aos programas e inclusive aos gastos de recurso governamentais nas três esferas.

Só que tem um grande avanço não só do Governo Federal, um avanço que começa desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, é preciso deixar claro isso, teve um grande avanço na transparência que está sendo aprofundado em praticamente todas as esferas com grande déficit dos municípios. Os Municípios estão bastante distantes de conseguirem apresentar, mesmo São Paulo que é um grande Município, de apresentar alguma transparência no sentido de fazer com que a sociedade possa intervir melhor nos programas e nos gastos públicos também, no controle dos gastos públicos.

E por último que eu acho que aí de fato é uma vantagem de gestão, uma pactuação avançada que também começou anteriormente entre o Governo Federal, Estados e Municípios. É assim que se coloca o programa, é assim que ele se apresenta, inclusive, oficialmente.

Aqui são os critérios de elegibilidade sobre o programa, então, só para ficar em dois casos, a situação de pobreza é considerada pelo programa é uma renda de 60,1 centavos a 120 reais de renda familiar per capita e a situação de extrema pobreza é até 60 reais. E os critérios de elegibilidade e também de variabilidade de recebimento do recurso, se dão em relação às questões de saúde, na tabela [soa a campainha] o Governo Federal não apresenta os dados relativos à educação, mas já está colocado anteriormente que é a presença em escola e aí o benefício varia de 15 a 95 reais de recebimento do recurso.

Então essa é a contribuição que tem feito e aí tem um dado dramático porque essa contribuição, de fato, com todos os critérios, todas as análises estatísticas que se fazem, todas as análises de dados comprovam que esse valor de recurso ele, de fato, tem um impacto grande, um valor de recurso mensal tem um impacto grande no combate à desigualdade nacional, o que significa que o nosso quadro de desigualdade, como todos sabem, é bastante drástico.

Aqui eu acho que fica o ponto mais interessante da apresentação e aquilo que mais surpreendeu a campanha. Quando a gente começa a acompanhar, a gente acompanhava até mais a Bolsa-Escola e aí no caso o nome, eu acho o que debate está um pouco enviesado, mas o nome Bolsa-Escola fazia com que a sociedade civil que luta pela educação, acompanhasse naturalmente mais o programa, inclusive, a campanha tem posicionamentos públicos passados em relação à Bolsa-Escola.

Em relação à Bolsa-Família a gente começou agora a trabalhar e até estimulados para poder fazer uma boa intervenção na matéria da Paloma, do Luiz e da Mariana, mas algumas dicotomias surpreenderam a campanha no sentido de que existe um grande consenso da validade do programa. Isso é praticamente... Isso é raro, acho que é praticamente inédito no contexto das políticas públicas, desde a Revista Veja e aí falando da imprensa que normalmente tem sido a Revista mais conservadora até Carta Capital que tem sido a menos conservadora ou se você for tratar de outra forma, tem dito uma análise do Governo mais favorável ao Governo Lula.

Passando por praticamente todos os pensadores do pensamento social e político-brasileiro, o programa tem sido bem avaliado no sentido de que ele tem uma contribuição efetiva no combate à desigualdade. E a primeira dicotomia que aparece e eu acho que é a dicotomia que a gente mais tem debatido aqui é a orientação família versus escola.

O Governo Federal quando constitui o programa e muda a idéia passando para a família já tentando dar uma ordem ao Fome Zero, eu acho até uma avaliação de Governo que o Bolsa superou em muito o Fome Zero, praticamente suplantou o Fome Zero, já não se fala mais em Fome Zero, se fala no programa Bolsa-Família, foi muito bem colocado pela Rosani e eu acho que isso é um ponto pacífico é um programa que foi sendo aperfeiçoado ao longo do tempo quando ele orienta para família ele faz uma opção que não é uma opção retórica só. Ele faz uma opção de que é no núcleo familiar que incidente o programa e o Ministro Patrus Ananias, inclusive, defende publicamente que o enfoque da família ele gera uma preocupação no sentido de que a família tem um papel a ser desempenhado na nação no sentido de que ela tem que ter uma estrutura mínima e a desestruturação familiar que inclusive é um ponto bastante debatido na área da educação porque toda a responsabilidade que deveria ser empenhada pela família passa pela escola e a escola não tem condição ou pelo menos a escola brasileira de hoje não tem condição de dar conta desse problema, a orientação da família acaba por tentar redeterminar e revalorizar esse núcleo, esse núcleo social.

Ao passo que a idéia do programa como foco a escola, ele procura como já disse o Senador Cristovam Buarque e o Marcelo e colocaram os argumentos que são os argumentos que imperam no debate público, é até mesmo estimulado... Eu acho que aqui na Mesa estão os dois principais defensores desse conceito que têm, inclusive, sendo citados pelos artigos acadêmicos. A referência na escola diz que a orientação da sociedade brasileira deve partir para a escola no

reconhecimento daquele é o espaço de associabilidade fundamental. Aí são duas visões e eu acho que para aquilo que a gente observa em termos estatísticos em relação a impacto do programa tanto a orientação da família como a orientação de escola elas têm tem pouco impacto no aspecto mais frio da análise do programa, no aspecto estatístico.

Quer dizer a evasão escolar que foi verificada de forma diferente pela Paloma, nos testes estatísticos a evasão escolar, de fato, ela diminui com o programa, depois eu vou falar sobre isso, a gente não sabe em que medida que a evasão escolar ela está sendo influenciada pelo Bolsa. Esse é um ponto. E ao mesmo tempo o grande problema e o problema central que é qual a importância da escola para a comunidade em nada foi avaliado. O que significa que hoje é possível dizer que nem a família com essa orientação que o Governo coloca, nem a família está se tornando um núcleo mais coeso, não dá para a gente dizer isso, também porque não foi feita pesquisa nesse sentido, não tem o impacto do programa... Não tem uma avaliação de impacto do programa no aspecto da coesão e fortalecimento familiar, pelo menos não do que a gente conhece.

Ao mesmo tempo a escola brasileira de hoje está muito distante de ser uma escola interessante e uma escola capaz de atrair o aluno por si só. Então, não dá para dizer, não é possível afirmar estatisticamente, empiricamente que a nomenclatura ou Bolsa-Escola ou Bolsa-Família ou orientação discursiva dos programas ou Bolsa-Escola ou Bolsa-Família, quer dizer, o que se prioriza tenha um impacto efetivo naquilo que o programa se propõe. Hoje o programa se propõe radicalmente a ser um programa de transferência de renda.

O segundo debate que se coloca é em relação às condicionalidades. Baseado em uma literatura européia que eu acho que não cabe no Brasil, européia e americana que nos Estados Unidos o principal defensor favorável a condicionalidade é o Charles Murray e o principal crítico da condicionalidade é William Wilson e aí em um debate bastante interessante, muito baseado também naquilo que retrata o filme "Tiros em Columbine"' que mostra, por exemplo, como que a condicionalidade, obrigação de um programa de renda, a obrigação de uma trabalhadora de ir até o local de trabalho em uma situação de subemprego, prejudica a família dela, inclusive, o filho acaba sendo envolvido em um assassinato escolar.

Então, o William Wilson trata isso como sendo um grande exemplo e o Charles Murray faz testes estatísticos mostrando que sem condicionalidade nenhum programa funciona. Ou então baseado em uma literatura européia em que, por exemplo, com grande destaque ao Claus Offe e ao Robert Castel que vão defender que a condicionalidade é inconstitucional no sentido que ela gera uma situação de precarização da relação entre o Governo e o cidadão em que todos os direitos sociais deveriam ser garantidos, é uma questão de direito e não uma questão de correspondência, o que faz com que, por exemplo, no caso do Robert Castel ele relata como os franceses se humilham para conseguir os benefícios e o Claus Offe relata como os alemães se humilham para também conseguir os benefícios na Alemanha.

E na literatura européia é praticamente contrário à condicionalidade. E no caso do Brasil cada vez mais as entidades de direitos humanos das qual a campanha também é parceira e membro efetivo, elas tem também criticam a condicionalidade em um ponto de vista que eu considero equivocado. E eu acho que esse vem um ganho da perspectiva desenvolvida a partir da Bolsa-Escola um ganho extremamente efetivo. No sentido de que a responsabilidade é só sobre o Ensino Fundamental e na revisão da LDB a gente quer ampliar para toda a educação básica que a responsabilidade do acesso à educação, a responsabilidade do cidadão, da família e do Estado Brasileiro nos seus três entes federados, a condicionalidade da educação é uma condicionalidade obrigatória em que, na verdade, é uma condicionalidade que reafirma um compromisso constitucional.

E a questão da saúde entra não em uma expressão direta, constitucional, mas entra como uma interpretação da própria Constituição e que também é responsabilidade da família o bom cuidado com as crianças e o Estatuto da Criança e Adolescente fecha a questão em relação a isso.

Então o debate se as condicionalidades são ou não necessárias, se elas infringem ou não o direito humano, no Brasil não cabe. E aí por uma questão também de tradição construída ao longo do programa, eu acho que esse é um ponto já resolvido.

Uma outra questão em relação a foco. Há quem defenda na Academia o foco universal do programa, que não se focalize. Há quem defenda que se focalize e há aqueles que defendem inclusive, o aprofundamento da focalização. Hoje o Bolsa, já foi colocado pela Rosani, ele é o programa mais focalizado entre aqueles que existem um parâmetro internacional que mais ou menos partiram dos princípios do Bolsa. Então em relação à focalização parece que está de bom tamanho, quem defende um aprofundamento da focalização é porque verifica que a Bolsa é melhor do que outros programas que também, de alguma maneira, fazem transferência de renda, então, ele poderia ser ampliado e incorporar esses outros programas.

Um outro debate em relação ao impacto individual, se ela gerar acomodação ou autonomização. Nesse caso a Revista Veja tem defendido em contínuas matérias que a Bolsa acaba por gerar uma acomodação. Uma acomodação essa que nas pesquisas feito pelo IBASE e PNUD não se comprova. Na verdade é até irônico em uma situação de desigualdade tão grave como a situação brasileira dizer que uma contribuição que no máximo pode chegar à ordem de 95 reais, ela pode gerar acomodação no cidadão.

Na verdade essa acomodação ela se dá muito mais por características infra-estruturais na economia local, a impossibilidade de acesso ao mercado de trabalho e também por questões da baixa qualidade da escola.

Praticamente o que eu acho que é possível dizer pela reportagem da Paloma é que ainda que possa existir nos casos que ela conheceu, e aí eu acho que a Paloma foi bastante responsável e a contribuição dela é fundamental, da Paloma, do Luiz e da Mariana nesse conjunto de matérias, que eles deram uma densidade maior à estatística. Estatística sozinha ela não comprova praticamente nada, ela só dá pistas para aquilo que a gente quer resolver, mas no âmbito da gestão a gente tem que chegar até o ponto onde a coisa está acontecendo, no âmbito da gestão pública.

Eu acho que o que ela está mostrando é que ainda que possa existir uma correlação entre a evasão escolar e a Bolsa, nesses casos que ela observou uma correlação que não é percebida no âmbito geral é até o contrário, a existência da Bolsa aumenta a freqüência na escola, a realidade é que a escola não está cumprindo com a sua função de ensinar, de ser mais do que ensinar e mais do que aprender até, de ser um espaço de convivência social.

Então esse ponto de acomodação e autonomização eu acho que, na verdade, é irônico e até acaba arraigando os preconceitos tradicionais que existem na classe média e na elite brasileira, mas também a Bolsa não tem garantido autonomização do sujeito. Eu acho que esse é um ponto importante.

Infelizmente é um programa que até mesmo ele nem tem condição de fazer a autonomização do sujeito, não é o objetivo dele, mas ele está distante. Se essa for a perspectiva trabalhada pelo avaliador ele está distante de cumprir com isso.

Outro elemento é o uso dos recursos. Esse, na verdade, esse é um debate bastante marginal, mas ele apareceu em alguns artigos que as famílias aumentam seu consumo em álcool e fumo em 50 reais. Elas aumentam seu consumo também em educação quando recebem a Bolsa, um consumo anual em 30 reais. Mas o ponto mais fundamental é que elas aumentam em 388 reais o seu consumo com alimentação. Significa que no aspecto da segurança alimentar a Bolsa tem cumprido uma função importante.

Um outro debate que é um debate mais complexo e talvez seja o debate fundamental é em relação à Porta de Saída. Há quem diga que o termo Porta de Saída é um termo infeliz, no sentido de que ele estimula o cidadão, ele pretende dizer que o cidadão tem que sair daquele benefício porque aquele benefício é temporário e é quase como um favor, não entende a segurança alimentar e nutricional como uma questão de direito. A pessoa não recebe... O programa de Bolsa não deve receber e se esse for um argumento em qualquer esfera ou governamental ou da imprensa ou da Academia é um argumento equivocado, a pessoa não recebe, não tem o direito a receber o programa de Bolsa porque é pobre. Ela tem porque ela tem o direito de ter acesso a uma alimentação adequada ou pelo menos uma alimentação melhor, haja vista, que talvez não seja adequada ainda e também tem direito à segurança nutricional. Esse é um ponto importante.

O debate sobre a Porta de Saída, na verdade, ele deveria vir acoplado a um debate que eu posicionei na matéria e que tem sido também ponto pacífico entre quem analisa o programa, que só o programa de bolsa não funciona. Eu trabalhei por muitos anos, eu coordenei durante quatro anos uma intervenção no triângulo da morte paulistano. Que era o Jardim Ângela, Capão Redondo e Jardim São Luiz com o problema da violência.

Infelizmente, inclusive, Senador, a educação teve um papel muito pequeno em relação ao combate da violência porque a escola, principalmente a rede Estadual e Municipal, não oferecia uma educação de qualidade. Mas a violência naquela localidade diminui muito porque não foi só a polícia que chegou lá, teve uma série de outras ações sociais que envolveram principalmente uma demanda da sociedade civil, um melhor policiamento, um policiamento inclusive comunitário, programas de transferência de renda e de acesso ao mercado de trabalho, incentivo ao mercado de trabalho na região que, infelizmente, não vieram acoplados com a educação, e eu acho que se tivessem acoplado com a educação a gente daria um grande salto. A gente deu um salto pequeno, reduziu drasticamente a violência, mas deu um salto pequeno.

Esse cenário comprovou e me ensinou uma coisa que é fundamental: Um programa como o Bolsa sozinho, a intervenção dele sozinho é uma intervenção extremamente limitada e a idéia da Porta de Saída também é uma idéia limitada no sentido de que ela não consegue trabalhar a vertente do direito. Agora o que a gente deveria avançar é que nas regiões onde

existe a Bolsa e aí o PDE pode cumprir com uma função e a gente tem que fazer com o que Governo até tenha mais recursos e melhore o PDE, a gente tem que intervir para que o PDE seja mais qualificado e aí tem uma função o Senado Federal.

Eu tenho acompanhado praticamente todas as audiências públicas pela TV Senado e tem tido uma qualidade muito boa de discussão e pode colaborar nisso, assim como a sociedade civil também pode colaborar, que tem que radicalizar a chegada de recurso nesses municípios com ação do Governo Federal sim, porque é o ente que mais arrecada e muitas vezes esses Municípios são desestruturados e tentar criar um programa integrado em que a Bolsa chega, mas chega também programas de saúde e programas de educação, talvez, essa seja a melhor forma da Porta de Saída. E tudo isso sem um processo de desenvolvimento local, porque tanto a chegada de programas de educação como de saúde e também o Bolsa, acaba causando algum impacto na economia local.

A economia é tão desestruturada que qualquer coisa que chega e o Brasil é muito curioso nisso, qualquer política pública que chegue de fato no local ela causa algum efeito. Agora dificilmente ela vai causar o efeito necessário e suficiente para a gente dar um salto de qualidade. Até mesmo a proposta do piso, por exemplo, professores ganhando 950 reais no País em muitas regiões, os professores vão passar a ser grandes dinamizadores da economia local. O que eu acho que é o ponto fundamental do debate é que não basta só chegar com o programa de bolsa. A ação do Governo Federal tem que chegar de maneira mais integralizada.

E por último, o impacto social da Bolsa há quem diga que é alto e tem pessoas que dizem que é pouco representativo, são muitas poucas, mas ainda avalia um ponto do programa, dizem que o impacto ele não é um impacto sustentável em longo prazo, mas no contexto geral se considera um impacto emergencial e importante de ser alcançado.

Sobre a série ABC do Atraso a conclusão que a gente tira é que primeiro que o controle das condicionalidades é falho. Eu já coloquei esse ponto para o André Lázaro, eu não acho que é um problema que o controle ainda seja falho, porque é um controle muito complexo, claro, obviamente, ele é um problema, mas é um problema que a gente tem que intervir e essa iniciativa de chamar essa Audiência Pública estimulada pela matéria, ela demonstra a gravidade do problema.

Inclusive aconteceu um seminário no dia 26 de março, logo depois que o Ministro lança o PDE ele faz um seminário com a presença do Ministro também Patrus Ananias, o Ministro da Educação Fernando Haddad e o Patrus Ananias, que eles fazem uma intervenção no Encontro Nacional de Fluxo e Freqüência Escolar que eles defendem as novas fórmulas de controle das condicionalidades. Está começando a ser provado que ela é insuficiente. Se ela não é insuficiente no parâmetro geral que é no parâmetro estatístico, ela está sendo insuficiente na base. Eu acho que nesse sentido precisa avançar e a matéria da Paloma demonstra essa situação.

E aí a última questão que eu acho que é a questão mais difícil de ser debatida e aquela que a gente tem que trabalhar com maior consciência até mesmo para melhorar o programa. É que não dá para dizer necessariamente que a evasão escolar e a Bolsa, o aumento da evasão escolar ele se dá por problemas relacionados ao programa de bolsa ou problemas de gestão ou problemas de visão do programa, quer dizer, a própria constituição do programa.

Praticamente não dá para afirmar isto tanto em termos estatísticos como também nas histórias que a gente conhece em pontos mais focais através dos comitês regionais que opinaram em relação a isso. Agora dá para dizer, e eu acho que esse é o ponto mais grave que tem que ser debatido nessa Comissão com mais cuidado, é que infelizmente o problema da evasão escolar ele é extremamente complexo, está distante de ser resolvido e ele se dá, talvez, necessariamente pelo fato de que a escola que hoje é ofertada, a escola pública que hoje é ofertada, é uma escola de extrema baixa qualidade e esse é um ponto que sem ficar na vertente da responsabilização inequívoca dos gestores, até porque esse é um problema histórico dos gestores atuais, tanto municipais, como estaduais, como do Governo Federal o que foge do crivo ideológico, o problema grave é que hoje a escola ela não tem nenhuma capacidade de atratividade do jovem, isso eu verifico de maneira muito presente como membro titular do Conselho Nacional de Juventude e mais grave do que isso, isso mostra a matéria da Paloma, além de não dar, não ter atratividade do jovem, a passagem pela escola também não tem garantido necessariamente um acesso ao mercado de trabalho qualificado.

Então o problema é bastante grave e aí tem que se começar a ter soluções para o problema da escola. A campanha, agora fortalecida pela fala do André Lázaro que quem briga por recurso da educação já tem o apoio do Ministério, então eles vão apoiar essa idéia.

A idéia da campanha foi a partir de uma análise da Legislação Brasileira desenvolver junto com os parceiros da campanha que significam os gestores municipais, os sindicatos, fundações empresariais, o MST, desenvolver um critério chamado Custo-Aluno-Qualidade-Inicial, um estudo. Esse estudo ele partiu

de um instrumento legal que determina na LDB e na Constituição Federal, na Emenda 53 e determinava na Emenda 14 do FUNDEF, que você deve garantir a todos os estudantes através do FUNDEF e agora do FUNDEB, um Custo-Aluno-Qualidade capaz de garantir uma educação de qualidade, o que significa que o investimento aluno, o gasto aluno do FUNDEB e antes do FUNDEF deveria garantir um recurso capaz de garantir uma educação de qualidade.

E avançando nessa perspectiva [soa a campainha] a gente até determinou como que deveria ser gasto esse recurso.

Aqui só para dar um panorama da iniqüidade a diferença entre a rede pública e a rede privada, eu fui aluno de escola pública, uma escola muito bem avaliada pelo IDEB, é a segunda escola de rede estadual de avaliação do IDEB que é a Escola Técnica Estadual de São Paulo. Então na minha escola tinham todas essas questões e provavelmente as escolas técnicas quase que se equiparam às escolas privadas.

Agora na rede básica normal, inclusive, o André está complementando um dado que é bastante real e bastante interessante que as técnicas públicas são melhores do que as particulares, as privadas no IDEB. Inclusive, aprovam mais no vestibular que é um péssimo critério de qualidade da educação, mas é um critério utilizado pelo mundo privado na área de educação.

Tanto o acesso à biblioteca é muito inferior, 53% dos alunos atendidos nas públicas e 88% na privada e quando você vê a biblioteca você fica assustado com as condições de infra-estrutura das bibliotecas, mas não tem laboratórios de ciência. Laboratório de informática também é muito desigual, ainda que o Brasil tenha avançado muito na rede pública, a constituição de laboratórios que em geral são fechados, até mesmo por problema de segurança, infelizmente os laboratórios de informática na rede pública são fechados, quadra de esporte como colocou a Paloma e o acesso à internet.

Praticamente tudo aquilo que for recurso, que interessa ao jovem, que é importante em termos pedagógicos o jovem ter acesso para desenvolver um bom currículo educacional, o jovem da rede pública ele é alijado enquanto o jovem da rede particular, porque paga uma mensalidade que também é uma mensalidade que não tem garantido qualidade no Brasil, ele acaba sendo privilegiado.

Próximo slide [soa a campainha] vai mostrar o impacto do CAC. E aqui só para ficar no exemplo do ensino fundamental a gente fez o CAC para todas as etapas e modalidades, inclusive, a educação no campo. No caso do Ensino Fundamental séries iniciais, para uma escola com média de 400 alunos, com uma jornada diária de cinco horas, uma média de alunos por turma de 25 alunos por professor, o que é praticamente uma extrema raridade na rede pública brasileira, o custo total do CAC seria R$ 1.724,00 reais. Isso que custaria para o Estado garantir uma escola que depois eu vou apresentar para vocês, com uma infra-estrutura básica de qualidade. O que geraria por mês um custo de R$ 143,67 centavos, muito inferior até ao que se paga na rede particular.

Para se ter uma visão o FUNDEB do Maranhão, o Maranhão está entre aqueles Estados que recebe a complementação da União e tem o FUNDEB reduzido. O que o Governo Federal investe é R$ 946,29 centavos, o Governo Federal, os Estados e os Municípios na contribuição do FUNDEB. No caso do FUNDEB de São Paulo que não é o Estado que tem o maior FUNDEB, mas é um dos que tem um FUNDEB mais favorável é R$ 1.845,75 centavos. Então, o que significa? Que está além daquilo que a gente calculou no CAC.

Para vocês terem uma idéia na próxima tabela, aqui está uma escola que seria uma escola do CAC para o Ensino Fundamental. Ela teria colchonetes para Educação Física, então todos os materiais que são necessários a gente calculou, teve a paciência em três oficinas em um prazo de cinco anos ouvindo mais de 200 estudantes, mais de 500 professores, sindicatos, gestores com uma grande participação da Academia com destaque para a USP e para as federais, a gente constituiu todos os insumos necessários para uma educação de qualidade que passa pela formação do professor, pagando mais do que o piso que hoje é defendido, que está tramitando na Câmara Federal, com formação continuada para uma jornada de 40 horas. Então, a gente se baseou naquilo que existe na legislação e naquilo que é possível ser feito.

Então, armários de madeira com quatro portas, oito armários para garantir a infra-estrutura da Secretaria, fogão industrial, dicionário até a própria biblioteca é pensada, inclusive, no próximo slide, equipamentos de audiovisual, processamento de dados que seria o laboratório de informática e bebedouro, circular de ar na parede, quer dizer, garantir que uma escola tenha o mínimo de condições para oferecer uma educação de qualidade.

O custo total do CAC está na próxima tabela - aqui a descrição do prédio, as salas de aula - o custo total do CAC - aqui é a situação dos profissionais da educação. O custo total do CAC, nessa tabela a gente apresenta o que está sendo investido hoje em cada etapa em modalidade. O custo total do CAC de investimento anual seria 1% a mais do PIB em educação, que é o que tem sido pedido, inclusive pelo Ministério. Todos os posicionamentos públicos do Ministro

da Educação o que ainda é inferior aos 7% do PIB vetados pelo Fernando Henrique no Plano Nacional de Educação, o custo do CAC seria 1% a mais no orçamento público de educação, o que significaria algo em torno de 19 bilhões a 21 bilhões. Então está em um cálculo que hoje está possível de ser realizado, ainda está muito distante de ser concretizado, mas a estrutura orçamentária brasileira permitiria um investimento maior.

Inclusive com o fim de mecanismos como a DRU e aí eu já peço ao Senador Cristovam Buarque, Senadora Marisa Serrano também é uma grande contribuidora da campanha em relação ao FUNDEB, uma participante de todas as nossas atividades aqui como Parlamentar e à Senadora Fátima Cleide, para que uma das alternativas que a gente pode ter em relação a mais investimento na educação que é o fim da DRU para a educação, inclusive, o Deputado Rogério Marinho apresentou uma emenda constitucional que não foi tratada na Câmara dos Deputados de maneira adequada, mas que aqui no Senado Federal os sete bilhões que estão sendo hoje extraídos da DRU e que tem retorno sim, do Governo Federal, é bom que se diga que o Governo está retornando o recurso, mas nunca retorna de maneira suficiente e nem retorna necessariamente para a MDE, que é manutenção e desenvolvimento do ensino que é o que a gente defende.

Então, que a DRU deixe de existir e aí já alivia sete bilhões desses 19. E, além disso, mais recurso que precisam chegar para a educação. Então, com isso é o próximo slide...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Isso inclui o horário integral?

SR. MARCELO AGUIAR: A gente tem o CAC para horário integral. Esse é o horário de cinco horas. Para o horário integral seria necessário 1,5% do PIB a mais, no nosso estudo tem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É preciso lembrar que é daqui alguns anos, não dá para fazer isso no Brasil inteiro, então--

SR. MARCELO AGUIAR: Perfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os sete bilhões seriam suficientes perfeitamente bastando eliminar a DRU.

SR. MARCELO AGUIAR: Perfeito, já daria um ótimo impacto. Aqui o próximo slide só para apresentar para vocês. Aqui são nossas estratégias de incidência política que é fortalecer a perspectiva de contribuição da União ao FUNDEB, aumentar os mecanismos, o CAC ele aumenta o processo de controle social porque todo o pai vai saber quanto custa a educação de qualidade do seu filho e vai comparar com base na tabela do CAC o que existe na escola que ele tem para seu filho e aquilo que deveria ser garantido pelo CAC. É um ótimo mecanismo de controle social.

E aí para finalizar o último slide, só para apresentar para vocês, a gente fez uma campanha e ali mostra uma sala do CAC, a gente fez uma campanha de 600 escolas, 62 mil brasileiros participaram dessa campanha, 18 Estados da Federação são os Estados aonde tem comitê regional da campanha, que dentro da Semana de Ação Mundial que foi uma semana global, aqui no Brasil desse ano foi debatido o CAC.

E nessa semana, inclusive, uma das atividades da semana foi uma Audiência Pública com a Senadora Fátima Cleide relacionada ao FUNDEB. Nessa semana todos esses 62 mil brasileiros debateram o CAC das suas escolas e a gente está já tabulando esses dados e o interessante é que as famílias não têm ainda noção do que é uma educação de qualidade. E a partir do CAC começam a desenvolver aquilo que elas [soa a campainha] gostariam que tivesse na escola. Então esse tem sido um mecanismo importante que a gente acredita que é uma contribuição da campanha ao combate e evasão escolar.

Para encerrar eu queria mais uma vez agradecer a oportunidade da campanha se colocar nas Audiências Públicas aqui do Senado. A gente tem acompanhado e são audiências muito qualificadas e reforçar que, infelizmente, o problema da evasão escolar relacionado ou não com a Bolsa, eu tenho quase certeza que são variáveis independentes, as coisas correm particularmente, é um problema bastante sério e que só vai ser superado quando tiver efetivo investimento em educação, quando tiver efetiva valorização dos profissionais. Infelizmente, nesses dois critérios a gente está bastante distante de conseguir e tiver efetiva participação social que não é só participação da sociedade civil através da campanha, aqui atuando e falando e podendo dialogar com os Parlamentares um diálogo privilegiado.

Mas é também nas escolas e nesse patamar a gente está muito distante e aqui a gente já deixa um pedido para o Secretário André Lázaro de incluir melhores mecanismos de controle social no FUNDEB e nas escolas, inclusive, incentivar a formação de Grêmios, APMs, Conselhos escolares no sentido de que o problema da educação não vai se resolver em uma ordem de cima para baixo. Ele precisa também motivar a população e precisa ser uma pauta de priorização das famílias e dos estudantes e professores brasileiros.

Com isso eu agradeço e dou o meu muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós que agradecemos e a todos que fizeram suas exposições e passo a palavra aos

Senadores consultando qual deles quer usar da palavra, uma vez que não estão inscritos. E se nenhum deles... Senadora Fátima Cleide.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Senador Cristovam Buarque, eu quero inicialmente parabenizar a sugestão da Audiência Pública, e parabenizar os jornalistas aqui presentes que pautam o tema da educação.

Eu tenho algumas discordâncias do ponto de vista, mas acho muito interessante que a imprensa comece como disse o André Lázaro aqui e o Daniel Cara também, a buscar a investigação de outras coisas que acontecem no País, não apenas do ponto de vista policial. E pautar a educação eu acho que nesse momento deve ser missão primeira de todos nós.

O nosso Presidente da Comissão de Educação, Senador Cristovam Buarque tem dito isso todos os dias e tem a nossa concordância com isso, porque dá visibilidade à questão da educação e principalmente no sentido de contribuir para também desmistificar essa concepção de que a educação é a solução, que a escola é a solução para tudo, porque a gente sabe que é muita coisa, é muita responsabilidade para uma escola que vem como disse o André Lázaro, aí de uma realidade constituída para que se resolva tudo do dia para a noite. É preciso que a gente dê passos, e eu acredito que os passos estão sendo dados.

Nós tivemos a exposição do Dr. Marcelo que coloca lá, resgatou todo papel, a importância que teve o programa Bolsa-Família no Distrito Federal e o quanto isso foi importante para o Brasil, buscar políticas públicas a partir da vinculação entre renda e educação. Chegamos a este momento em que o programa Bolsa-Família está aí incluindo sim, e ao mesmo tempo oferecendo portas de saída. Senão fosse assim, nós não teríamos quanto? Mais de oito milhões de pessoas hoje fora da faixa de miséria que tínhamos há pouco tempo atrás.

Acho que a gente tem que ter uma visão um pouco do que está acontecendo nos últimos anos da história recente. Tivemos sim a saída de pessoas da faixa de miséria e temos também a entrega de cartões, de pessoas que ao se sentirem incluídas com possibilidade de traçar o seu próprio caminho do ponto de vista do mercado de trabalho, vão e devolvem o cartão. Eu acho que isso é o exemplo de cidadania maior do mundo e que esse programa alcança.

Então, eu queria dizer que é preciso que a gente tenha também a clareza que esse problema não depende única e exclusivamente do Governo Federal, ele depende basicamente da vontade política das prefeituras municipais, isto é, dos gestores municipais lá na ponta. Então você depende da informação da escola para o Município e se o Município não tiver o compromisso e a vontade política de fazer, a coisa não acontece. E eu faço essa análise a partir da minha microrregião que é o Estado de onde eu venho que tem apenas 52 Municípios, mas que é um Estado gigantesco que, cabem lá se brincar, cinco Rio de Janeiro, cinco Sergipe e mais um pouquinho de modos que nós temos uma cidade como a capital do Estado que tem para um lado 395 quilômetros de distância e para o outro 500.

Então você tem toda uma extensão territorial para buscar um, dois, três alunos e se não depender da vontade política do gestor municipal, as coisas não acontecem. Felizmente hoje eu posso dar o exemplo da minha cidade e queria inclusive deixar essa provocação para que a nossa imprensa, o nosso jornalismo investigativo também busque conhecer aquilo que está sendo feito em termos de boas ações, de iniciativas, que são muitas pelo País afora.

Tem uma desgraceira danada para a gente superar ainda, mas tem muita gente com vontade política de fazer e que está fazendo acontecer. Eu queria citar um exemplo. [soa a campainha] Nessa minha cidade Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, hoje nós temos um projeto chamado Projeto Beiradão e Beiradão de Rio Madeira que é um Rio que tem uma força violenta e vai dar energia para o País todo, a gente espera daqui ao máximo dez anos a gente já estar com isso resolvido, mas enfim, tem uma força violenta, portanto, você tem que incluir no custo da educação uma lancha com segurança. Você tem que incluir os coletes salva-vidas para as crianças, mas o que importa é que esse custo não está sendo determinante para impedir a vontade política de fazer com que a educação de qualidade chegue para aquelas crianças.

E hoje nós temos assim, experiências maravilhosas que podemos dar visibilidade como o projeto Segundo Tempo que chega lá no Beiradão e que está fazendo, incentivando com que aquelas crianças possam desenvolver, por exemplo, as suas aptidões musicais e nós temos exemplos maravilhosos para mostrar.

Então, eu penso que a partir do positivo a gente pode estar incentivando ainda mais. Parabéns pela reportagem, eu acho que do ponto de vista da importância que está se dando para enfocar os problemas da educação ela vale, mas faço esse apelo para que a gente saia desse círculo da vizinhança de Brasília, de Minas Gerais que a gente sabe que também tem miséria, mas vá conhecer também outras experiências pelos fundões do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, não havendo outros inscritos eu vou dar... Senadora Rosalba.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Marisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa. A Senadora Rosalba estava sentada--

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É bem rapidinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estava sentada exatamente aí onde você...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu vou falar para a Senadora Rosalba Ciarlini, mas é um prazer enorme dizer... A Senadora Rosalba Ciarlini é uma querida e grande Senadora.

Mas eu quero cumprimentar a todos e é rápida a minha intervenção, cumprimentar o início que deu motivo a essa Audiência Pública que foram as reportagens e dizer que isso é importante. É ver a sociedade nos seus diversos ramos, no caso, a imprensa poder estar atenta e captar aquilo que é importante e auxiliar a fazer com que a educação seja melhor.

Educação não é questão de ideologia, não pode ser. Nós temos cada um a nossa vertente política e defendemos e vamos à luta, mas a educação tem que ser e deve ser pelo menos, uma questão que sobressaia a isso. Sem conhecimento, sem educação, sem uma formação suficiente, não há como nós queremos ser um País desenvolvido. Eu falo que não há como separar educação de cultura, não há dicotomia aí, é fundamental. Educação e formação. Não é só o ensino, a formação é fundamental.

Quando lá nos primórdios o gama lá em Campinas - e eu quero me desculpar por não ter ouvido, mas eu tinha uma outra Comissão que eu tinha que estar lá também e é a Agricultura e hoje eu não tinha como fugir, então eu sempre estou na educação, eu dou prioridade à educação, hoje não pude fazer o que eu gostaria - mas quando o gama começou em Campinas, a Bolsa-Escola e depois o Senador Cristovam Buarque expandiu, admitiu, aceitou e assumiu que isso podia ser importante e colocou no Distrito Federal que é a caixa de ressonância do País e, portanto, espalhou a idéia para todo o País e para o mundo. E quando depois, acredito que poderia ter acrescentado mais, a vertente foi outra.

É natural que um Governo queira dar a sua marca, embora nem sempre isso seja o melhor, mas a marca foi dada na área da assistência e não da educação. Quer dizer essa separação é que doeu um pouco a todos nós educadores. O Senador Cristovam Buarque tem dito isso e eu tenho ouvido isso dos educadores no País inteiro. Não é por ter ido para a assistência. Foi ter talvez passado a imagem para a população brasileira de que a educação não era assim tão fundamental. O que no imaginário das pessoas, talvez, não ficado calcada a educação como fundamental, como um programa de Governo para diminuir não só as diversidades regionais que nós temos no País, mas principalmente a questão de diminuir as diferenças que nós temos na seqüência lógica do desenvolvimento do ser humano.

As classes A, B, C, D como é que a gente vai equalizar melhor isso? Como é que a gente vai fazer com que esse País seja menos desigual? Eu acho que esse que foi o grande problema que nós tivemos: O imaginário das pessoas. Eu posso ter a Bolsa-Família, mas não ter obrigação nenhuma com a escola. Aí Daniel que eu tenho acompanhado mais de perto o trabalho do Daniel nesses últimos anos, eu acho que é importante a fundamentação, a sociedade tem que estar junto, isso eu concordo com você e assino embaixo.

Tudo o que nós pudermos fazer para que a sociedade veja uma escola como importante e hoje não vê, não vê, a escola não é o fundamental, o fundamental é o Bolsa-Família, mas não é a escola. Isso é que dói em todos nós. Portanto, eu quero só fazer essa constatação e dizer que o resgate da escola na qualidade, fazer com que a criança sinta a importância de estar na escola e ela só vai sentir se a escola for prazerosa, se ela sentir que a escola tem o que oferecer a ela. Tantas coisas [soa a campainha] puxam o jovem para outros interesses que se a escola não for prazerosa e não tiver interesses dele ali sendo assumidos, ele não vai colocar a escola como fundamental.

Então, eu quero deixar aqui o agradecimento enorme, eu vou ler todos os documentos que me foram entregues e quero dizer da minha alegria de estarmos discutindo algo que para nós é fundamental, nós estamos aqui porque nós somos como vocês, acreditamos que sem educação nós não vamos fazer um País melhor. Muito obrigado pela presença de todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor Senador Cristovam Buarque, eu não sei se nós vamos ter que mudar mesmo a bandeira educação é progresso, não é? O Augusto Comte com um lema positivo, mas vamos para o seguinte: Isso é o Brasil. O primeiro Senado tinha mais ou menos 42 brasileiros, 20 Magistrados, 20. Desde aí eles fazem leis boas para eles mesmos.

Quanto ganha um? Vocês já fizeram a... E quanto ganha a professorinha? Desde o primeiro - e fez um grande mal, eu não sei se foi o Renan ou o Tião, tinha esse quadro dos primeiros eu estive lá, quando nós chegamos era o Presidente Sarney, eu fui olhar

as caras dos primeiros Senadores e saí contando 20 Magistrados - desde aí eles fazem leis boas para eles mesmos. Atentai bem e olha aí quanto eles ganham, você sabe, passa aqui e todos nós cabisbaixos, tudo com o rabo preso, passa ligeiro. O último aumento era 27 mil.

Dez eram militares, sete eram as igrejas, a igreja sempre esteve assim junto com o poder, o Padre Feijó estava lá e o militar Duque de Caxias. Dois médicos e dois ligados à área produtiva do campo. Professores, zero. Isso era o primeiro e de lá para à cá a gente que procura ter um entendimento o Pedro Calmon historiador, João Calmon... E atentai bem professor, olha o perigo. João Calmon - V.Exª. quem vai pedir - ele não conseguiu esses golpes que estão dando aí, está vendo o negócio de Partido? Porque ele estava dando trabalho ao Governo, tiraram a legenda dele e ele não pode disputar. Ele não disputou nem a reeleição. Esses golpes partidários que o Partido... Entendeu qual é o risco? João Calmon não conseguiu ser candidato novamente a Senador e nem a Deputado Federal. Isso aí é que a gente está fazendo, olha o perigo.

Falava em educação, Professor Cristovam Buarque eu acho que foi boa a sua vinda para cá, assim todo mundo ia ficar só relembrando Darcy, Darcy, Darcy, ele é gente boa, mas morreu mesmo, tinha que estar de presente, não é? Aliás, os dois melhores livros dele foram no fim da vida: O Povo Brasileiro e Confissões, que ele se disseca. Muitas idéias e tal. E o Professor Cristovam, nós estamos aqui por ele. E os senhores, mas essa é a realidade, nós estamos civilizados, não, piorou. Piorou.

Eu votei a primeira vez no Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas tem que... Eu sou cristão apostólico romano, eu acho que eles estão em retrocesso, esses outros evangélicos só porque Francisco é o meu nome, mas foi um grande bem esse Lutero que agitou aí, onde tem igreja diminui a violência. Mas o que eu quero dizer é até isso, a minha geração foi bem educada. Esses religiosos eles se dedicavam à educação, a minha geração estudou em colégios qualificados. Eu estudei em Marista, meus irmãos era em Nóbrega, os Jesuítas, Salesianos. Eu sei que era uma elite que poderia pagar, mas eu sou testemunho da educação.

Senador Cristovam Buarque meu avó foi muito rico, eu não sou não, eu fui ser médico de Santa Casa. [soa a campainha] Olha Cristovam, eu sou o exemplo, muito rico, ele tinha dois navios, saiu lá do Piauí montou uma indústria lá no Rio de Janeiro, pegou o sabão mudou o nome de Moraes para da Copa(F), a gordura Moraes para do Norte... Ô a gordura de [initeligível] carioca. Nós éramos os primos pobres, por quê? Porque naquele tempo de cultura, não vou falar do meu avô, só participava dos negócios os filhos homens e eu era filho de mulher e ela casou com um professor, entendeu? Casou com o professor e ela era a terceira franciscana, culta, que eu tinha até inveja dos primos ricos. Lógico, eu estou te dando um testemunho, mas ela com visão intelectual não era. Era da cultura, só entravam na firma os filhos homens, ela filha mulher casou com o professor, mas eu vendo as coisas ela acreditava no estudo, eu estudei um bocado.

E eu olhando assim os meus primos ricos não chegaram onde nós estamos chegando e meus irmãos também. Então o estudo é isso, é essa a possibilidade, mas que ele tem piorado, tem, Senador Cristovam Buarque. Tem. V.Exª. tem que substituir o Pedro João Calmon e o Darcy Ribeiro. Tem agitado. Primeiro o Presidente Luiz Inácio é uma pessoa de sensibilidade boa e tudo, mas Padre Antônio Vieira, eu sou católico, disse Padre Antônio Vieira andava de Fortaleza a São Luis a pé, passava 60 dias no rio seco e passava lá por perto aonde eu nasci, Cocal, tem uma igreja que ele construiu. Ele dizia: “Palavra sem exemplo é um tiro sem bala, o exemplo arrasta”.

E o exemplo que o nosso Presidente Luiz Inácio deu foi muito ruim. Você não tem nada não, eu estou analisando a coisa e eu posso dizer. Daí a razão do Senado que ele foi muito ruim. Não estou dizendo do telefonema que tirou a V.Exª. não que eu acho que foi até um bem, você veio para cá, não tinha ninguém, mudou mesmo, eu estou aqui porque V.Exª. é o Presidente, arrasta. V.Exª. sabe disso têm muitas Comissões, mas eu estou aqui. Então não foi isso não, foi aquele negócio de dizer que “ler uma página de um livro dá uma canseira, é melhor fazer uma hora de esteira”. Olha, está pior. O exemplo arrasta e ninguém estuda.

Nós vivemos uma barbárie. Bem aí em Buenos Aires, agora eu vinha lendo, eu quero ser o observador eleitoral, as livrarias quatro horas da manhã estão abertas. Eu vou é muito, não tem negócio de bala perdida, de bandido, eu vou sozinho de madrugada. No Chile nem se falar, no Chile foi um professor que chegou à Presidência, Ricardo Lago. Lá tinha uma lei, Senador Cristovam Buarque, daí V.Exª. está a dever muito. V.Exª. não tem mais o Darcy para indicar, aquele jeito dele conseguiu um monte de coisa. Ele mesmo disse até que fracassou em tudo na alfabetização, na universidade, ele viu isso.

Quer dizer o quadro que eu estou dando é pelo Darcy Ribeiro que reconheceu, mas ele no livro diz: “Vai ter um jeito, vamos chegar lá”. Eu acho que ele passou, eu acho que ele ao morrer como Moisés, olhou assim e disse: “Vai tu, Josué”. V.Exª. é o Josué do nosso Darcy Ribeiro, tem que fazer muito que está uma barbárie, nunca piorou a educação. E eu me lembro um fato

que deva chamar a atenção, Napoleão Bonaparte um Estadista, um homem fantástico. Ele morre e ele diz assim... Ele ficou na história porque ele passou seis anos preso, no final. Então, ele fez reflexão: O que fez de bom e o que fez de ruim, aí ele termina morrendo dizendo assim: "Eu não fui bom, mas eu não fui mal, eu não fui ruim". Ele não foi mesmo perseguidor, igual guerra, expansão. "Eu fui firme".

Mas esteve em um momento como nós estamos passando no Brasil, Professor Cristovam. Aí ele foi a uma reunião e estava acabrunhado, entristecido e do lado dele a professora dele primária, a professora que o tinha ensinado, aí ela reconhece o temperamento: "Mas Napoleão, você está 'acachapado', desiludido"; Ele: "É, eu tenho investido muito em educação, mas a França está má educada". Aí a professora, a professora essas que são sábias, a minha mãe, professora, eu fui alfabetizado no colo da minha mãe e ela disse assim: "Napoleão, faça uma escola de mães". Falta esse sentido mesmo de família aqui, família, família. Está tudo... Tem coisa aí, que não depende só os professores, as professorinhas. Eu todo dia durmo com uma, eu sou o [ininteligível] da professora.

Mas falta esse sentido. Esse negócio tem um tripé, não é só professora não, tem a escola e a família e se não for conjunto, professor. Olha que a democracia Montesquieu botou também um tripé e vai é mal aqui. Então não pode ser só a educação, a gente tem que buscar o apoio na igreja que nós temos que ter uma religião e graças a Deus tem essa abertura, acabou esse oligopólio de igreja católica, as outras estão a fazendo evoluir e a família. A família está aqui mesmo. V.Exª. é aquilo que é Ernest Hemingway disse. Eu não sei se você leu O Velho e o Mar, ele diz: "A maior estupidez é perder a esperança". O homem sofre derrota, mas ele não nasceu para ser derrotado, ele pode ser até destruído como Darcy Ribeiro foi destruído pelo câncer, mas a maior estupidez é perder a esperança. V. Exª. Senador Cristovam Buarque é essa esperança do povo do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Mão Santa. Eu vou falar um pouco, mas depois eu vou passar a palavra à Senadora porque como autora do PET e executora, eu acho que a senhora tem o que dizer para a gente. Quer falar logo, não? Senão eu posso falar já.

Eu quero colocar... Primeiro agradecer os depoimentos. Segundo agradecer muito aos jornalistas que fizeram a matéria. A idéia inicial nossa era discutir o problema da relação entre a Bolsa-Família e a freqüência-aula. No fim terminamos discutindo o problema da Bolsa-Família e a educação. E aí eu insisto, Senador Mão Santa, eu creio que aqui há duas concepções: Uma anterior e outra depois do Governo Lula.

A concepção de que a saída da pobreza é pela educação ou a saída da pobreza é pela renda. São duas visões completamente diferentes. Uma transferência de renda é o eixo, a outra a escola é o eixo e a renda é um instrumento adicional. Uma é a idéia da renda, a outra é o tratamento para as crianças igual ao que a gente dá para aqueles que já se formaram e vão fazer seus doutorados lá fora. Quando a gente dá uma bolsa de estudos para um jovem fazer um doutorado não é uma transferência de renda, é uma bolsa para que ele estude. Porque o que a gente quer é que ele vá aprender. A gente não quer que ele tome vinho com o dinheiro lá na França, a gente quer que ele traga o conhecimento. Essa é uma diferença radical de concepção.

Quando mudou-se o nome eu estava presente, eu fiz parte, eu ainda sugeri: "Por favor, põe Renda-Escola", lembro bem. "Põe Renda-Escola". É para mudar o nome? Mas não tira a palavra escola porque quebra esse vínculo da família com a educação do filho. Esse é o primeiro ponto, quebrou. Segundo: Não tirar do MEC. Ao tirar do MEC e colocar no Ministério do Desenvolvimento Social é combate à fome, mudou o eixo.

Aí eu quero lembrar que eu lembrei antes, Campinas não colocou na Secretaria de Educação. Como, aliás, eu tentei muito, eu fui diversas vezes lá tentar convencer o Prefeito. Então, ao tirar o nome escola, ao levar para o Ministério e ao misturar com outros programas, quebrou a possibilidade do eixo educacional. Porque se tem uma mesma família que recebe a Bolsa-Família sem ter filhos deixou de ter a concepção educacional. E aquela família sem filhos precisa de ajuda, por isso tinha Vale-Gás, por isso tinha Bolsa-Alimentação separado da Bolsa-Escola. Essa diferença de concepção, por traz dela está onde é que a gente vai encontrar a chamada Porta de Saída, Daniel.

Eu defendo que a Porta de Saída é a porta de entrada na escola. Não é a porto de entrada na fábrica como era nos anos 50, 60, 70 que era aí que se saía da pobreza, porque você entrava na fábrica nos anos 50, 60 sem ter nenhuma formação. Em dois, três dias lhe davam treinamento e você virava um soldador. Hoje para ser soldador precisa saber trabalhar com instrumentos digitalizados, então, precisa ter uma formação mínima de ensino médio.

Então, a porta de entrada na escola é que vai permitir a porta de entrada do emprego e que vai permitir a porta de saída da pobreza. Eu creio que, de fato, essa mudança quebrou. O MEC é um simples auxiliar, não é o responsável, não está diretamente vinculado. Não está sendo aquele que usa esses recursos. Segundo

e aí sim, o que falou a Paloma é quando se chamava Bolsa-Escola era a Bolsa é Escola, não servia de nada a Bolsa-Escola senão tivesse a escola boa. Nesse sentido é claro, tem razão.

Primeiro porque a escola ruim não segura. Não tem menino que aceite masoquistamente ficar em escola ruim. E segundo porque mesmo que alguns fiquem eles não aprendem e aí não adianta. A Bolsa-Escola só tem sentido quando ela for bolsa e escola e hoje não está sendo.

Aqui no Distrito Federal a gente pagava um salário-mínimo, controlava a freqüência, mas foi isso assim que a gente gastou com educação. Com escola é que a gente gastou muito dinheiro. Não fiz ponte, não fiz viaduto, não pude fazer nada dessas coisas que dão voto e terminei até perdendo a reeleição não só por isso, mas também por algumas incompetências pessoais, obviamente.

Mas a escola é que recebeu o dinheiro, a bolsa recebeu pouco, apesar de ser um salário-mínimo. O que a gene tem que discutir aqui é: Por que no México deu certo? Que aprendeu com a gente. Porque eles fizeram um sistema rígido de controle, parece uma sala da NASA, ele sabe onde está o menino a cada instante. O cartão que vai receber tem um chip e ali quando vai receber o chip diz se o menino faltou à aula, a mãe não recebe. Eu vi mãe saindo chorando da fila e você tem que ser duro. “Mas ela está com fome.” Leva para outro Departamento, leva para outro programa, porque fome tem que receber comida. Mas eu vi, o chipizinho diz, a mãe não sabia que o filho estava faltando. Aqui a gente tentava fazer que se soubesse. Eu vi mãe, nunca esqueço disso, aguando planta, aguando planta em uma escola para não deixar o filho sair no meio da aula. Ela ficava ali enchendo o tempo dela, aguando as plantas, porque ela sabia que se o menino saísse, ela não ia receber a bolsa.

Por que é que lá deu certo? Porque o enfoque foi educacional com o complemento da alimentação e da saúde que foi um avanço deles, que a gente não soube pensar aqui, realmente. Mas foi um complemento não foi o eixo. O eixo era a educação mesmo. Agora, segundo porque estão investindo em educação, estão investindo na escola e lamentavelmente aqui está o inverso.

Por exemplo, a gente está gastando e ninguém aqui é contra a Bolsa-Família como programa que o povo pobre precisa, de jeito nenhum! Mas o Governo Federal gasta com a Bolsa-Família hoje, oito bilhões. Gasta seis com a educação de base. Seis ou sete, mais um pouquinho. Tinha que estar gastando os 19 que ele falou, porque os Estados e Municípios não têm como arcar com a educação de qualidade. Acabou, não tem como. Primeiro porque não tem dinheiro, segundo porque são desiguais. Se a gente condena a escola aos municípios, os municípios pobres vão ter sempre escolas ruins. Mesmo com o FUNDEB porque isso é pouco. Vai ter que dar um salto.

Agora aqueles 19 bilhões só vão ser preciso daqui a uns cinco anos. Se jogar 19 bilhões hoje, vai jogar dinheiro fora. O sistema não tem capacidade de absorver esse dinheiro, é como se chovesse dinheiro no quintal. Na primeira chuva vira lama. Tem que saber como esse dinheiro chega lá, aí tem que contratar professor competente senão não melhora a escola e não têm tantos aí sobrando hoje.

Então, o que eu acho que está faltando e passo a palavra a Senadora Lúcia Vânia antes de passar para os expositores. Antes de passar a palavra para a Senadora Lúcia Vânia eu quero dizer que o que valia a pena era um grande seminário e não uma audiência no Senado sobre a concepção que o Brasil precisa para sair da pobreza. Talvez eu esteja errado, talvez a educação não tenha nada a ver, talvez seja o contrário, depois do País rico é que todo mundo vai ser educado, pode ser.

Talvez a gente tenha que investir em pontes, estradas, indústrias, universidades antes da educação de base, talvez, eu acho que não. Eu acho que a educação de base, inclusive, que vai fazer a boa universidade, na medida em que a gente tiver todo mundo terminando o ensino médio com qualidade, a gente, Senador Mão Santa, é capaz de não passar no vestibular, vão passar melhores do que nós. Não teríamos passado.

Será que lá eu, em Pernambuco, se todo menino tivesse naquela época e menina um bom curso de ensino médio, será que eu teria passado no vestibular ou será que eu passei porque os outros não tinham uma boa escola e meu pai me deu uma boa escola com bons professores? Então é isso que é fazer a boa universidade, mas se eu não tivesse passado teriam engenheiros melhores do que eu, sem dúvida alguma, porque eles teriam sido melhores por terem passado no meu lugar.

Esse seminário é que eu gostaria de ver e o Senado está pronto, se o Governo quiser para a gente fazer juntos, um seminário: Qual é a porta de saída? Como falou o... Não está se discutindo qual é a porta de saída, vamos discutir qual é realmente a porta de saída. É a transferência de renda ou é a transferência de conhecimento? É quem paga a bolsa que tira da pobreza ou é o professor que ensina que tira da pobreza? E a bolsa é apenas um detalhe para forçar o menino a ir à escola.

Eu vou parar aqui e passo à Senadora para que possa fazer sua exposição.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, senhores expositores, eu gostaria em primeiro lugar desejar a todos uma boa tarde e dizer da satisfação de poder estar aqui discutindo um tema dessa natureza. Um tema importante.

No Governo passado, o Governo Fernando Henrique, nós vivemos três momentos importantes em relação ao tema que está sendo discutido aqui: O primeiro foi a criação do FUNDEF, o segundo foi a criação da Bolsa-Escola e o terceiro da Bolsa para a Erradicação do Trabalho Infantil, isso resultou em um slogan Toda Criança na Escola. Então tínhamos todos os três programas, como centralidade a educação.

Nenhum momento a parte social sobrepôs à parte educacional. Porque o nosso objetivo era fazer com que a criança permanecesse, fosse para a escola, permanecesse e fosse vitoriosa na escola. Então, na verdade, todos três programas, embora tenham tido formatação diferenciada, ela foi importante. O FUNDEF, quando eu mencionei aqui o FUNDEF, é porque eu acho que a Bolsa-Escola em determinado momento ela ofuscou a importância do FUNDEF. A gente não sabia se as crianças permaneciam na escola pelo FUNDEF ou se permaneciam na escola pela Bolsa-Escola e acredito que foi uma conjugação das duas coisas hoje.

Em relação à erradicação do trabalho infantil, o projeto era importante, ele estava no Ministério do Desenvolvimento Social, mas ao mesmo tempo ele tinha como centralidade a escola. A gente trabalhava a família mais com o objetivo de que essa família colocasse essa criança na escola, então, na verdade, havia uma distribuição, aqueles bolsões de pobreza aonde o desenvolvimento não chega, aonde a escola não chega, a gente trabalhava com a erradicação do trabalho infantil levando a criança a ter um período integral. Na parte de manhã ela estava na escola formal e na parte da tarde ela estava desenvolvendo habilidades.

Isso fez com que a gente fizesse convênio com os clubes, principalmente as ABBs enfim, aproveitando o espaço físico que tinham nos municípios para que essa criança dos bolsões de pobreza ficasse o dia todo na escola. E uma das razões era porque a gente sentia que a família que era, em geral, analfabeta não tinha condições de oferecer a complementação na escola para essa criança, então, ela era colocada ali e ao mesmo tempo trabalhada essa família com programa de geração de rendas e etc. e etc.

Nós tivemos um sucesso absoluto, principalmente no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil que foi, inclusive, teve uma pesquisa da UNICEF, teve pesquisas de vários organismos internacionais e constatou-se a formatação do projeto correta para que a gente pudesse fazer com que a criança permanecesse na escola.

Agora, na verdade, eu acho que o professor Senador Cristovam Buarque colocou aqui de forma muito clara, na verdade, não é fácil esse trabalho se você não tem uma rigidez, se você não tem um acompanhamento, se você não tem uma fiscalização. Porque há ainda uma cultura na educação de que o trabalho é feito exclusivamente na escola sem se preocupar muito com a família e há da parte de assistência social muito aquele trabalho assistencialista que acha que doando as coisas resolve a situação da família.

Então, na verdade, há uma resistência por um lado e há uma resistência por outro. Nós tínhamos uma dificuldade enorme de sensibilizar as professoras para dar um tratamento diferenciado para essas crianças do trabalho infantil. [soa a campainha] Eram crianças que nunca tinham ido à escola, estavam defasadas em relação à série escola.

Na verdade o que a gente pôde constatar depois desse trabalho todo é que a permanência da criança na escola ela, na minha visão, ela depende de algumas outras ações que não apenas uma bolsa. O que a gente sentia? A criança saía ali do brinquedo, de uma carvoaria onde ela trabalhava ali com 40 graus, mas ela estava ali ao lado da mãe brincando e trabalhando. Ao levá-la para a escola ela reagiria porque essa escola não oferecia para ela grande coisa, não oferecia muita coisa além do que ela já tinha aqui, e ela acabava saindo, o que levou a gente a trabalhar a qualificação, a melhoria dessa escola, adaptá-las de forma mais agradável.

Então, isso é um trabalho que a UNICEF fez paralelamente, mas o que constatou também, que deixou claro para a gente é que não basta dar bolsa mesmo que seja escola ou a família, se a escola não estiver preparada para receber o aluno, para se tornar uma escola atrativa. E daí por que eu coloco o FUNDEF, o FUNDEF era o caminho que a gente buscava para que os Municípios pudessem ter algumas condições melhores do que as que existiam anteriormente para oferecer certa atração para essa criança permanecer na escola.

Agora, o que era feito com muita rigidez era o acompanhamento dessa criança e penalizando a família que não colaborasse com a presença da criança na escola, isso aí era feito, é bem verdade que começou com um nível bem pequeno, nós começamos com laboratórios em vários pontos mais graves como canaviais de Pernambuco onde nós encontramos 100 mil crianças trabalhando. Nas carvoarias do Mato Grosso do Sul que realmente a gente conseguiu eliminar inteiramente o trabalho infantil. Nas salinas do Rio de Janeiro, nos

garimpos, nós pegamos aqueles focos mais graves em primeiro lugar, era mais fácil controlar do que ter 11 milhões de famílias recebendo a Bolsa-Família.

Agora eu aqui no Senado resisti enormemente à fusão do programa de Erradicação do Trabalho Infantil com a Bolsa-Família porque eu achava que os objetivos eram diferentes como colocou aqui o Senador Cristovam Buarque. A centralidade dos três programas Bolsa-Escola, Erradicação do Trabalho Infantil é a educação, foi sempre a educação e acho que o grande sucesso de conseguir tirar essa criança do trabalho, principalmente, o trabalho penoso e degradante, se deveu a essa preocupação e a essa conceituação. Essas são as palavras que eu gostaria de colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço e vou passar a palavra... Alguém quer começar ou passo adiante? André Lázaro, por favor.

SR. ANDRÉ LÁZARO: Dado o adiantado da hora, Senadores e colegas da Mesa e Senadores presentes, eu só quero agradecer enormemente a atenção, a oportunidade. Acho que o convite do Senador Cristovam Buarque para um debate mais aprofundado é muito bem vindo. Gostaria que esse debate não se centrasse no conceito de porta de saída porque é um conceito que supõe uma falta de direito de quem está hoje exercendo a condição do beneficiário do programa.

Acho que é um debate relevante e infelizmente, com todo o respeito que tenho às trajetórias de trabalhos realizados pelas pessoas aqui presentes, eu não posso concordar que a Bolsa-Família tirou a centralidade da educação, eu não concordo com isso. Como responsável pelo MEC pelo acompanhamento do programa, eu não concordo que o MEC seja um acessório, o MEC tem papel muito importante, pessoas muito comprometidas trabalhando muito efetivamente para o acompanhamento.

Nós alcançamos resultados de acompanhamento extraordinário, das 15 milhões de crianças, 78, 79% estão individualmente acompanhadas. Eu acho que a gente deve valorizar, a despeito da disputa política que faz bem à democracia, é saudável, estimula argumentos, mas a gente deve valorizar que a Estado Brasileiro está aperfeiçoamento os instrumentos de garantia dos direitos dos cidadãos. Eu gostaria que o debate não perdesse de foco esta dimensão e vou citar um caso similar que a todos nos alegrará.

Hoje o programa de distribuição de livro didático que o Brasil tem, é um programa extraordinário pela complexidade, cada professor escolhe o seu livro na sua escola e o livro chega distribuído adequadamente no tempo próprio, portanto, isso é um acúmulo de muitos e muitos anos. E eu gostaria que o programa de condicionalidades da Bolsa-Família seja o nome que venha a ter nos futuros governos, seja percebido como um esforço de gestores públicos independentemente de colorações partidárias para garantir aos brasileiros o seu direito a que a Constituição promete.

Portanto, eu tenho que defender aqui um esforço coletivo de Governo feito por gestores públicos para garantia dos direitos. Eu acho que isso é compreensível no âmbito do debate que travamos aqui. Acho que opor renda e conhecimento não nos ajuda a compreender o desafio que temos hoje. Nós precisamos de renda e conhecimento. Portanto, a condicionalidade que o programa propõe é para garantir o horizonte de futuro para essas crianças. [soa a campainha]

De qualquer maneira, eu espero não ter sido impertinente nas minhas ponderações, mas é uma forma de respeitar o debate intelectual que se trava aqui dentro e respeitar a trajetória de quem aqui deu seu depoimento e que tanto contribuiu para chegarmos nesse ponto em que estamos hoje. Portanto, daqui para frente com o acúmulo que temos e naturalmente com a polêmica que nos enriquecerá a todos. Muito obrigado pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Dr. Marcelo Aguiar.

SR. MARCELO AGUIAR: Só para concluir, estamos terminando a audiência, eu gostaria de colocar algumas questões que o Dr. Lázaro colocou aqui, Dr. André Lázaro, não se trata de não reconhecer o esforço da equipe, não reconhecer o trabalho que é feito no Governo, o trabalho que é feito no MEC, o trabalho que é feito na MDS, mas é uma discussão de concepção, está certo? Algumas Senadoras quando falaram colocaram basicamente o que a gente tinha colocado antes.

A Bolsa-Família em que pese todo o esforço burocrático de controle das crianças, da freqüência das crianças, ele perdeu, gente, a centralidade da questão da educação. Está certo? O fato de ele estar no Ministério da assistência social, do Desenvolvimento Social, passa para a população a imagem de que a educação não é mais o centro do programa. O Luiz Ribeiro aqui falou um exemplo, não sei se foi ele ou a Paloma que falou sobre uma das crianças que eles entrevistaram que disse que o futuro dele era ser beneficiário da Bolsa-Família. Será que é esse o futuro que a gente quer para as nossas crianças? Não pode ser.

Nós queremos fazer um debate construtivo, um debate que possa ser proveitoso para o Governo também. A gente quando está em um cargo público, e eu já estive a gente tem... É até inconsciente, mas a gente começa a defender o nosso trabalho como se fosse o

mais [soa a campainha] correto do mundo. Isso é normal, mas eu acho que a gente tem que estar aberto ao debate, aberto às discussões e abertos a tentar melhorar o que está sendo feito.

Eu volto a insistir que a saída do programa da educação, a mudança da centralidade está trazendo no inconsciente coletivo da população, das nossas crianças de que a educação perdeu, deixou de ser o centro. Isso a gente tem que começar a reconhecer e começar a tentar encontrar caminhos para superar isso aí. Não é só debate político, como disse o Dr. André, não se trata disso.

Eu acho que as pessoas que estão aqui, que vieram aqui, vieram para contribuir no debate. E as sugestões que são apresentadas devem ser consideradas. Eu acho que todos nós, sem exceção, queremos o melhor para as nossas crianças. Agora, será que a forma que está sendo feita é a melhor de todas? Que é insuperável, é imutável? Vamos discutir esse negócio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora para o Luiz Ribeiro.

SR. LUIZ RIBEIRO: Eu, na minha fala, eu esqueci de mencionar uma outra questão que é a relação entre evasão escolar e violência que é uma questão diretamente relacionada. Eu sempre gosto de exemplificar. Agora recentemente em Minas teve um caso que assustou o País que foram três adolescentes que mataram um índio de forma covarde. O que me chamou mais a atenção é que os três estavam fora da escola.

Então assim, a partir do momento que está se combatendo evasão escolar se combate violência e devemos lembrar que a evasão escolar não acontece só em lugares pobres onde nós fomos, mas também estão, por exemplo, nas favelas do Rio de Janeiro onde os jovens deixam a escola e acabam direcionando ao caminho do tráfico.

A gente deve lembrar que hoje o Brasil, um estudo recente mostrou que o Brasil tem cerca de 40 milhões de analfabetos funcionais, ou seja, não adianta só... Eu percebi isso também que uma diretora me falou que as crianças lá, os jovens vão à escola porque às vezes os pais obrigam, mas não tem interesse na própria sala de aula, eles acabam ficando ali e até atrapalhando outros que querem aprender.

Por fim, eu gostaria de agradecer ao Presidente, Senador Cristovam Buarque, aos demais Senadores por essa oportunidade que nos ofereceu de falar um pouco mais da realidade do País, eu acho que a gente que vive no interior a gente percebe que o que falta é conhecer mais os diversos brasis. Eu acho que esse tipo de discussão aqui, esse tipo de debate eu acho muito oportuna a questão que o Senador Cristovam Buarque colocou de promover-se um seminário para saber qual seria a saída.

Evidente que a saída ela está na educação. É investindo em educação de qualidade que realmente nós vamos conseguir romper as enormes desigualdades sociais desse País e fazer com que o Brasil realmente seja um País justo e desenvolvido. Muito obrigado e me coloco à disposição para qualquer contribuição no futuro de vocês.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado. Eu passo a palavra a Paloma Oliveto.

SRA. PALOMA OLIVETO: Eu agradeço mais uma vez Senador e gostaria de lembrar também que quando nós concebemos essa série, “O ABC do Atraso”, em nenhum momento houve o interesse de fazer a denúncia pela denúncia, a denúncia vazia, a denúncia para vender jornal, não. O Correio é um jornal muito comprometido com essa área social e principalmente com a educação e o nosso objetivo era mesmo alertar, mostrar, abrir os olhos da sociedade, alertar para um problema grave que eu imaginava grave, mas quando eu fui a campo eu vi que era muito mais grave, vi um cenário extremamente sombrio que me preocupou demais. Mais do que hoje eu vendo todo esse debate que se fez em torno do problema da evasão, a qualidade da educação, me dá esperança de pensar que daqui algum tempo a gente vai fazer uma série do ABC do Avanço e não mais do atraso, mostrando como é que o Brasil conseguiu avançar e aí dar um salto de qualidade na educação.

Então agradeço mais uma vez Senador, e me coloco à disposição para novos debates, já que eu cubro a área, e espero demais fazer essa série, essa outra série mostrando os excelentes exemplos que a gente vai ter da educação no País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. E eu passo a palavra ao Daniel Cara.

Eu quero pedir aos Senadores que logo depois não saiam porque vamos votar as emendas do PPA.

SR. DANIEL CARA: Bom, fazer minhas as palavras dos demais expositores, eu acho que tem três pontos que ficam como muito fortes para mim e que eu vou repassar para a rede da campanha.

O primeiro é a importância de valorizar iniciativas de jornalismo investigativo que não fiquem só restritas ao âmbito da corrupção. É imprescindível o papel que a imprensa tem desempenhado no País, o papel denunciativo que a imprensa tem desempenhado no País e isso também se dá pelo amadurecimento da nossa democracia, então, de forma alguma eu quero

ficar com a imagem de que não defendo esse tipo de pauta, eu defendo e defendo muito.

Agora, a preocupação de jornalistas em fazer análises e procurar pautar dentro da grande imprensa, como é o Correio, matérias que debatam as políticas sociais é fundamental para a gente conseguir de fato dar um salto de qualidade e possivelmente, inclusive, diminuir os casos de corrupção no futuro. Até porque a boa ação de boas políticas sociais expande os horizontes democráticos e novos atores vão poder se tornar Parlamentares e vão poder participar cada vez mais da política nacional.

Um segundo ponto que eu acho que é fundamental e esse ponto eu quero tratar com muito carinho que é a questão do quanto é importante que a sociedade civil estabeleça uma agenda de interlocução com o Parlamento. A gente tem conseguido fazer isso na Câmara, eu espero que essa oportunidade aumente a nossa participação no Senado Federal, mas pela qualidade do debate, pela presença dos Senadores e Senadoras, eu tenho certeza que esse tipo de atividade vai acontecer mais vezes e não só a campanha, mas outras forças sociais da sociedade civil vão poder vir aqui e participar de audiências públicas e fazer seminários e colaborar com o trabalho dos Parlamentares que essencialmente esse é um ponto importante, cada vez mais a campanha tem percebido que utilizar o Congresso e trabalhar com o Congresso como um ator social e um ator político fundamental é tão ou mais interessante do que trabalhar exclusivamente com o Executivo, [soa a campainha] tanto no âmbito da União como os Estados Unidos e Municípios.

O Congresso Nacional têm uma pauta importantíssima e muitas vezes até mesmo pela forma como se dá a operacionalização em todos os governos e em toda a história da relação entre o Executivo e o Legislativo, muitas vezes o Legislativo fica com um papel secundarizado e muito menor do que aquele que, de fato, ele tem de fiscalização e proposição de leis. Eu acredito que essa interlocução é uma interlocução produtiva e a nossa relação com os Senadores com o Senador Cristovam Buarque, com a Senadora Fátima Cleide, Senadora Marisa Serrano, eu tenho certeza que vai expandir essa rede. Tem sido uma relação muito boa.

E por último eu acho que a questão central do debate não ficou tão relacionada sobre a validade ou não da Bolsa. Essa é uma preocupação que eu tinha e eu acho que esse é ponto pacífico, eu fico feliz que isso aconteça, de fato, é um programa que tem importância. Eu acho também que a questão central não está tão vinculada e a gente talvez tenha que tratar isso também como ponto consensual, sobre se o enfoque é um enfoque que valoriza a educação ou valoriza mais a família.

Eu acho que o ponto fundamental do debate que foi dado aqui e eu acho que esse é um ponto que o Senado vai contribuir muito na intervenção pública no futuro é que a escola, que a questão central do debate que foi determinado ela não está sendo um espaço de atratividade do jovem ou do adolescente ou mesmo da criança. A escola está muito distante de ser uma escola que ofereça um mínimo de qualidade, eu acho que existe uma série de iniciativas, inclusive, governamentais que procuram tratar dessa questão, mas senão houver uma grande pauta nacional que aí a imprensa tem a obrigação e tem, no caso do Correio, tem publicizado essa questão.

Se o Executivo não se coloca como um ente que procure resolver esses problemas, o Executivo com o PDE ainda que a campanha tenha discordâncias, é inegável que conseguiu pautar a agenda nacional sobre educação. Que o Senado e o Parlamento como um todo, inclusive, a Câmara, se eles não se colocarem no papel de fiscalização e exigir melhoria e isso está correto, quer dizer, o correto não é vir aqui o André ou a Rosani e apresentar e todo mundo ficar convencido de que são bons os programas. O procedimento melhor inclusive é que a gente tenha dúvidas e que queira melhorar e aprimorar.

Então, nesse sentido eu acho que tem também um papel e a sociedade civil tem que cada vez mais participar e utilizar esses espaços como um espaço de interlocução. Então, eu acho, para finalizar com uma frase do Paulo Freire que para nós é a maior referência, inclusive, quando no início da década de 90 a gente já pensava o grupo, eu não fazia parte desse grupo, eu era muito novo, mas o grupo já pensava em consolidar uma campanha que foi sendo desenvolvida ao longo do tempo ele dizia uma frase que, inclusive, é uma frase que a gente coloca no folder que alguns de vocês receberam e vão poder ter oportunidade de conhecer mais a campanha: “Se a educação sozinha não resolverá os problemas do País, sem ela tampouco os problemas serão resolvidos”.

Então, deixando essa mensagem ao final, menos preocupado em debater se a renda é ou não importante, tem se comprovado que ela é importante, mas eu acho que um ponto pacífico e um ponto fundamental até mesmo não poderia ser diferente nessa Comissão que sem educação, e sem uma educação de qualidade e isso precisa de mais investimento do Governo Federal que é quem mais arrecada, precisa de mais atenção dos Estados e Municípios, precisa do Parlamento em todas as esferas participar de maneira mais qualificada e da sociedade civil acompanhar desde a escola até o

Conselho Nacional de Educação que, inclusive, deveria mudar que é um Conselho muito fechado.

Então, quer dizer, trabalhando em todos os níveis da participação do controle social se isso não for tomado como uma prioridade absoluta por todos esses atores, dificilmente a gente vai conseguir avançar, inclusive, em outra pauta que é a pauta de como melhorar o currículo, como melhorar questões que hoje não estão sendo nem tratadas porque a situação da educação é muito precária. Com isso eu agradeço e parabenizo o Senado por essa iniciativa, a Paloma, o Luiz e a Mariana por terem feito uma reportagem tão boa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem, eu agradeço a todos os expositores foi uma reunião rica, inclusive... Eu vou passar para ela, inclusive porque deixa perguntas no ar que eu sugeri aqui uma para ela, por isso quis falar antes. Eu passo para encerrar o encontro para a Dra. Rosani.

SRA. ROSANI CUNHA: Eu agradeci no início e faço isso novamente, mas gostaria que a gente inaugurasse um espaço de interlocução, e nós do Ministério sempre resistimos muito a fazer um debate se a Bolsa-Família é melhor do que a Bolsa-Escola ou se a Bolsa-Família é melhor do que o PET, ao contrário, e não é por falta de provocação dos colegas de imprensa. A gente a todo o momento recebe esse tipo de pergunta, a todo o momento recebe a pergunta de quem é o pai da Bolsa-Família e a minha resposta, inclusive, e sou da mesma região do Luiz, é que na minha terra a gente costuma dizer que "Filho feio não tem pai". Que a coisa boa que o Brasil conseguiu construir um programa que têm vários pais e mães, a gente tem muita história para ter conseguido chegar até aqui.

O que eu acho que é mais importante e essa concepção a gente queria marcar muito, é que a gente não vai conseguir reduzir pobreza, desigualdade nesse País com essa história tão violenta que a gente tem se isso for tida como bandeira de um único Governo ou de uma única gestão no Governo Federal ou de uma única esfera de Governo ou só do Governo e não da sociedade. Ou a gente tem capacidade de ter perspectiva de política pública continuada, de política de Estado ou a gente está fadado ao insucesso. Eu acho que a gente tem alguns pequenos exemplos de como isso não é só um discurso, isso é uma prática.

O Secretário Marcelo Aguiar citou algumas pessoas que estão aqui que compuseram a equipe dele como Secretário da Bolsa-Escola. Essas mesmas pessoas, Senadora Marisa Serrano, compuseram a equipe do Floriano Pesaro que hoje é Secretário de São Paulo na equipe da Bolsa-Escola. Eu coordenei o cadastro SUS há vários anos, eu estou dizendo isso para mostrar que essa experiência que a gente adquiriu na Administração Pública ela tem que ser aprofundada, tem que ser continuada, tem que ter capacidade para ouvir críticas, tem que ter capacidade para formular e tem que ter capacidade para implementar.

Eu acho que a gente pode ter um belíssimo conceito, uma belíssima concepção. Se a gente não consegue transformar isso em ação concreta, enfim, a gente põe um cartaz na parede, põe uma placa de bronze na mesa, mas isso não mudou a vida das pessoas e para implementar a gente tem que também reforçar aquilo que existia, a gente só consegue chegar hoje [soa a campainha] a quase 100% de escolas informando freqüência porque o Secretário Marcelo Aguiar mostrou, a gente chegou à Bolsa-Escola, o maior momento Senador Cristovam naquela época Ministro, a 19% de escolas, a gente não jogou fora aquilo que existia, mas a gente teve que mudar, aperfeiçoar, melhorar para hoje ter orgulho de dizer que a gente tem quase 100% de escolas. E também ter a sensibilidade de dizer que isso não é suficiente.

A Senadora Lúcia Vânia agregou muita coisa nesse debate, eu pego um exemplo de uma concepção que ela tem que para a gente é importante, por exemplo, combater trabalho infantil a renda é importante, mas tão importante ou mais importante é a jornada ampliada. Eu pego esse mesmo exemplo. A freqüência-escola que o Senador Cristovam Buarque reforça tanto que é fundamental, se eu não tiver uma rede integrada junto, eu não consigo freqüência-escola. Eu até posso conseguir de maneira 98%, mas quem são esses 2%? São aqueles do abuso sexual, da violência doméstica, do trabalho infantil, da trajetória de rua. Por isso eu acho que não é MEC ou MDS, tem que ser MEC e MDS, e saúde, e habitação, e trabalho, e transporte.

Então se eu fosse dizer, eu acho que tem muito mais semelhanças Bolsa-Família e Bolsa-Escola do que divergências. A educação é fundamental e a própria freqüência está colocada da mesma forma que a Bolsa-Escola, a transferência direto para a mulher é fundamental porque ela faz escolhas para o bem da família, isso está comprovado. Não tem intermediário nesse processo até para que seja reforçado como um direito da família e não a benesse do Poder Público e ou de um ou outro governante.

Mas sim, temos algumas diferenças. Primeiro eu acho que é importante que toda a família seja responsabilizada, seja o acolhida, alguns membros apenas não nos parece suficiente. Segundo, está muito claro para a gente que a concepção de que pobreza é muito complexo. Ou eu consigo ter estratégias multidimensionais para resolvê-la ou não adianta, eu não

consigo sair muito desse circuito, enfim, desse ciclo de pobreza.

Então, educação é central, saúde é central, assistência social é fundamental, a gente está vendo que as famílias não têm acesso ao saneamento básico, aumento de escolaridade é fundamental, eu acho que essa é a complexidade da Bolsa-Família é a gente conseguir tecer redes tão grandes, tão amplas que signifique elas permanecer ao longo de diferentes governos, que signifique ganhar diferentes esferas de Governo, diferentes políticas públicas de Governo e sociedades. Não é simples, eu acho que a gente não chegou aonde a gente queria, mas a gente já chegou muito longe. Muitas crianças são acompanhadas, muitas mais até do que o próprio México hoje, Senador, sim a gente acabou virando uma referência hoje internacional que nos surpreende, eu acho que tem muita inovação no Brasil.

Novos desenhos de gestão descentralizados, o investimento em tecnologia, utilização de rede bancária, esse GD que a gente criou virou uma sensação hoje no mundo inteiro, é uma coisa interessante de a gente perceber, mas não é suficiente. Ou a gente consegue ampliar a interlocução com outras áreas de governo, com outras políticas públicas, com a sociedade ou a gente tem um limite que é esse que a gente tem aqui, agora: Que já avança em relação ao passado, mas não é suficiente para o futuro que a gente quer construir.

Então, o que eu estou propondo e agradecendo e finalizando é que a gente entenda esse momento de vinda aqui, que para a gente é muito importante, como início desse debate, eu acho que discutir como é que é a gente vai reduzir pobreza e desigualdade, incluir renda, incluir educação e deve incluir outras políticas eu acho que desde agora, como o MDS, eu posso dizer que a gente aceita esse convite, eu acho que é fundamental. Garantir que a gente também possa ter proposta e estamos abertos a elas, isso não tenham dúvidas, a gente está propondo, inclusive, mudar algumas coisas na Bolsa-Família. Então, podem contar com a gente e a gente espera contar com os senhores em alguns debates, até de propostas que já estão aqui.

O Senador Cristovam Buarque tem uma proposta de certo mecanismo de incentivo para os meninos que eu acho muito importante e muito interessante.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Para os meninos e meninas.

SRA. ROSANI CUNHA: Para os meninos, eu sou feminista assim na minha origem, e acabo usando os termos, talvez, politicamente corretos. Sim a poupança que é um projeto que eu acho importante e interessante que valia a pena discutir.

Enfim, finalizando de forma mais definitiva, não queria que a gente saísse daqui com uma disputa Bolsa-Família ou Bolsa-Escola, PET ou Bolsa-Família, MEC ou MDS. Eu acho que ou a gente reconhece aquilo que a gente construiu até agora e tem inclusive orgulho daquilo que o País conseguiu fazer com que a gente chegasse nesse momento e avança ou a gente vai acabar ficando em uma discussão que eu acho que não nos leva a lugar nenhum.

Como MDS a gente reconhece cada pedacinho dessa construção que eu acho que muita gente que está aqui nessa sala conseguiu colocar o seu tijolo.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, Senadora.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Antes de V.Exª. terminar eu gostaria de cumprimentar a Rosani. Eu acho que ela conseguiu entender e sintetizar tudo que a gente quis colocar aqui. Porque, na verdade, quando ela fala que a pobreza é complexa, que exige uma teia de entendimentos entre os diversos Ministérios, é uma coisa extremamente correta e é uma palavra de quem entende o que está se passando porque nós não estamos aqui para abrir um debate político mesmo porque essa Comissão é uma Comissão que trabalha para o Brasil, não é uma Comissão que trabalha para esse ou aquele Partido.

E quero dizer ao Dr. André que em nenhum momento nós colocamos aqui que o PET é melhor do que a Bolsa-Escola. Nós colocamos as vantagens de cada um para que essa experiência não seja jogada fora porque a assistência social, a educação, a política social ela é fruto de cumulação de trabalho que vem sendo feito ao longo do tempo. Não é como se construir uma ponte ou um prédio, mas é uma construção que não se pode desprezar as experiências que vieram e que são exitosas e que nos dão condições de avaliar.

Hoje quando nós estamos falando aqui a evasão escolar, nós estamos falando em cima de números, antes ela tinha caído sim, estão aí os números para mostrar. Hoje ela existe, se ela existe e existe um programa tão amplo quanto a Bolsa-Família é preciso saber onde é que nós falhamos, onde é que nós erramos, quais dos programas que nós iniciamos que pode oferecer subsídio para que a gente atinja o objetivo. Eu acho que todos aqui estão imbuídos do desejo de que haja um retorno à queda da evasão escolar.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu esperava já ter concluído, mas depois da sua fala eu queria dizer o seguinte: Primeiro, a idéia de que a pobreza é complexa, ela é complexa se a gente quiser resolvê-la rapidamente, aí é muito

complexa. Mas se a gente quiser resolvê-la em um horizonte de tempo de uma geração ela é simplíssima, basta educação. Tirando Cuba, não tem um País que tenha investido em educação, que tenha quadro de pobreza. Nenhum, nenhum. E Cuba a gente sabe por razões muito especiais não só do bloqueio como também da estrutura interna que amarra a sociedade. Não tem exemplo no mundo, esse é ponto.

Outro. Eu estou de acordo não tem que discutir Bolsa-Família e Bolsa-Escola, mas tem uma coisa sim que tem diferenciado: A Bolsa-Escola é um capítulo da revolução educacional ou a educação é apenas um apêndice da Bolsa-Família, isso faz uma diferença, mas ou auxiliar ou junto, mas não é o capítulo da revolução educacional, essa é a diferença. Para mim a Bolsa-Escola é um apêndicezinho, a Bolsa-Escola é um pedacinho de nada de uma revolução educacional que a gente está se negando a fazer no Brasil. E isso a culpa não é de quem faz a Bolsa-Família, não é de jeito nenhum.

Estão fazendo melhor até do que se poderia, mas é a concepção. É um pedacinho da revolução educacional ou é mais um lado, basta ver pelo que se fala, ninguém põe a Bolsa-Família como um capítulo da educação, mesmo que a gente diria que tem condicionantes a gente não põe como um capítulo da educação. O grande projeto do Presidente Lula não é dizer: "Eu vou fazer uma revolução na educação, para isso eu preciso da Bolsa-Família", não. O grande programa dele é: "Eu estou reduzindo a pobreza através da Bolsa-Família e, além disso, tem um Plano de Desenvolvimento Educacional". São concepções diferentes. Eu não estou dizendo que a minha está certa.

Quanto à poupança escola eu cometi um grande erro de marketing entre muitos quando fiz a Bolsa-Escola foi não ter chamado Bolsa-Escola os dois programas. Que muito gente nem sabe que existiu aqui no Distrito Federal. Pagava-se um salário por mês se as crianças fossem a escola e se depositava R$ 100,00 reais por ano se a criança passasse de ano e só tirava se terminava o segundo grau. É diferente das experiências agora no Rio de pagar todo ano para o menino passar, não. Isso aí vai fazer com que todo mundo seja incapaz de reprovar o aluno por causa do dinheiro, mas se ele vai receber daqui a anos na caderneta de poupança. Lamentavelmente a gente botou dois nomes diferentes, devia ser um só.

Agora, eu fico contente de ver a Dra. Rosani achar simpático e está na Casa Civil desde abril de 2003 o projeto para a poupança escola. Está lá no Governo Federal e aí quando eu votei porque eu apresentei em 2004 o projeto, está rolando aí. Se o Governo quisesse fazia isso rapidíssimo, custa pouco porque é uma vez por ano, reduz os gastos com repetência, só a redução dos gastos com repetência cobre o custo.

Inclusive como eu discuti com o próprio Presidente do Banco Central, se o Banco Central quiser colaborar não custa nada no começo porque é uma moeda escritural. João da Silva tem R$ 100,00 reais no banco. Pronto, não precisa dar o dinheiro, só daqui a dez anos que ele vai receber. Então, durante um período é uma moeda escritural, não pesa nada nas contas públicas. Vamos juntos fazer isso através do Governo porque através daqui, como vocês sabem, demora demais para ser aprovado um projeto. E se a gente perde a eleição o projeto morre. Como acaba de morrer um projeto meu porque não morri, mas colocaram junto com outro Senador que não morreu, mas perdeu a eleição. Um projeto tão simples, todo professor com mais de cinco anos de magistério entrando para o concurso público tem vaga assegurada na universidade. Se for para estudar pedagogia, se for para estudar licenciatura, não se for para estudar outra coisa, mas esse debate vamos continuar.

Eu passei um bilhetinho para ela aqui propondo um seminário, podemos fazer juntos. Uma pergunta: Onde está a porta de saída? Esse é a pergunta que precisa fazer: Onde está a porta de saída da pobreza? E do atraso porque o Brasil é um País que, além da pobreza, é um País atrasado em relação às grandes civilizações.

Eu se quiser, aqui a nossa Comissão está à disposição para a gente fazer esse debate e junto com o Poder Executivo. Bem, eu termino essa audiência agradecendo muito a presença de todos e peço aos Senadores que fiquem aqui para votarmos as nossas emendas para o PPA.

Eu quero também só registrar a presença da Carolina Machado Rocha Bush, que é Coordenadora Geral de Gestão de Condicionalidade do Programa Bolsa-Família; a Sônia Christina Brant Wolff, que é Coordenadora de Gestão de Condicionalidade do Programa Bolsa-Família; o Jorge Telles, Diretor de Avaliação e Formação Educacional da Secretaria da Educação Continuada Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação; o Marcos Maia Antunes, Coordenador Geral de Acompanhamento de Programa da Diretoria de Avaliação e Formação Educacional do Ministério da Educação e o Deputado Lindomar Garçon que esteve aqui e teve que se retirar.

Sessão encerrada às 13h40.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 55ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGIS-

LATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e quarenta e dois minutos do dia trinta de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Ideli Salvatti Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita Júnior, Raimundo Colombo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Neuto De Conto, Adelmir Santana, Kátia Abreu, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Paulo Paim, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano e Flávio Arns que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 031/07, de autoria do Senador Papaléo Paes, que tem como objetivo instruir os Projetos de Lei do Senado nº 217, de 2004, de autoria do Senador Tião Viana, e 102, de 2006, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, referentes à exigência de exame de proficiência como requisito para o exercício da medicina e da odontologia. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Ex Senador Wilson Matos. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Ronaldo Mota, Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação; Senhor Elias Fernando Miziara, Diretor de Proteção ao Paciente da Associação Médica Brasileira; Senhor Marcos Luis Macedo de Santana, Secretário Geral do Conselho Federal de Odontologia; Conselheira Almerinda Augusta de Freitas Carvalho, Chefe da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores e Senhor José Fernando Maia Vinagre, Corregedor Adjunto do Conselho Federal de Medicina. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Papaléo Paes, autor do Requerimento, Geraldo Mesquita, Serys Slhessarenko, autora do projeto, Augusto Botelho, Romeu Tuma e Eduardo Azeredo. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, faz o comunicado que se segue: **Comunicado:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Deputado, Pedro Wilson, para o relançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública, no dia 31 de outubro do corrente, quarta-feira, às 8h, na sala VIP do Restaurante Pampa, 10º andar do anexo IV da Câmara dos Deputados". A presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 55ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento nº. 031/07 aprovado, de autoria do Senador Papaléo Paes, para a realização desta Audiência Pública com o objetivo de instruir os Projetos de Lei do Senado, nº. 217/2004, de autoria do Senador Tião Viana, e 102/2006 de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, referente à exigência de exame de proficiência como requisito para o exercício da medicina e da odontologia. Dando início à audiência, solicito ao Secretário Júlio Linhares que traga os nossos convidados.

Nós temos como convidados cinco personalidades diretamente ligadas ao assunto. O Ronaldo Mota, Prof. Ronaldo Mota que é Secretário do Ensino Superior, Dr. Elias Fernando Miziara, que é Diretor de Proteção ao Paciente da Associação Médica Brasileira, o Dr. Marcos Luís Macedo de Santana, Secretário-Geral

do Conselho Federal de Odontologia, a Conselheira Almerinda Augusta de Freitas Carvalho que é Chefe da Divisão de Temas Educacionais de Ministério das Relações Exteriores, e o Dr. José Fernando Maia Vinagre, Corregedor Adjunto do Conselho Federal de Medicina.

Eu dou as boas-vindas a todos... Nós temos feito dezenas de Audiências Públicas nessa Comissão. E eu creio que é uma das grandes contribuições que nós estamos dando além, obviamente, do trabalho usual de debater cada Projeto de Lei. Essas audiências elas permitem não apenas aos Senadores presentes, que raramente conseguimos um grande número pelo acúmulo de atividades e de Comissões, deve haver quatro nesse momento, e algumas tidas como mais urgentes, mas porque os Senadores depois tomam conhecimento e o público vê pela televisão, às vezes direto e sempre em repetições que nós temos oportunidade de ver depois.

Então eu agradeço ao Senador Papaléo que pediu essa audiência porque esse é um dos temas, dentre das dezenas de outras audiências que fizemos esse é um tema que a meu ver toca diretamente o futuro do ensino superior brasileiro.

Nós vamos discutir a questão da odontologia, da medicina, mas mais dia menos dia isso vai chegar para todos os cursos, o debate. Estava conversando aqui com o Secretário Ronaldo Mota que uma das maneiras de controlarmos a qualidade, por exemplo, do ensino a distância, sem impedir que ele se desenvolva e chegue a todas as partes do Brasil, talvez seja exames de proficiência para ver se esses cursos foram bons ou ruins. Em vez de impedir que eles surjam, avaliar a qualidade do seu profissional a posteriori.

Então esse é um tema que diz respeito ao ensino superior em toda a sua dimensão. Por essa razão eu fico satisfeito de estarmos discutindo e passo a palavra inicialmente ao Prof. Ronaldo Mota.

Eu quero dizer que nós temos uma campainha que toca automaticamente 10 minutos depois, mas não se preocupe que se for preciso um pouco mais de tempo nós teremos para assistir. Desde que não seja demasiado a ponto de perdermos os nossos Senadores que serão convidados para outras atividades.

Então, em 10 minutos toca a campainha, mas não interrompa o seu raciocínio e a sua posição. Prof. Ronaldo.

SR. RONALDO MOTA: Senador Cristovam Buarque, é um prazer atender esse honroso convite, colegas de participação nessa Audiência Pública, Srs. Parlamentares.

A questão do exame de proficiência que é natural que ele surja já algum tempo ele surge de fato dentro do contexto de algumas profissões, no caso específico de medicina e odontologia, e ele decorre de vários motivos e de diferentes abordagens. Primeiro, esse é um processo em curso em todo mundo hoje. Não é exclusivo do Brasil, e não é exclusivo dessas profissões. Só para citar um caso mais conhecido, hoje no contexto da Europa quase todas as profissões passam a ter uma nova interpretação que elas são submetidas a uma regulação que demandam periodicamente que aquele profissional seja submetido a um exame que lhe qualifique a continuação do seu exercício profissional. Vou citar um caso bastante claro que é o caso dos farmacêuticos. A própria dinâmica com que se trabalha a questão de fármacos e o atendimento ao consumidor exige que no caso da Europa hoje se trabalhe com parâmetro de cinco anos. Qualquer farmacêutico que queira continuar exercendo a profissão após o interstício de cinco anos ele renova a sua autorização profissional. Isso decorre, portanto, de uma demanda de como que o mundo do exercício profissional dos fármacos exige. Há avaliações, necessário repetir aqui, mostrando que o mundo dos fármacos sofre alterações no prazo de oito anos de 100%.

Uma outra natureza que também legitimamente constituída, é uma suspeita sobre a qualidade da formação do profissional egresso naquela área. Ou seja, eu posso, na área médica ou na área da odontologia, dizer que os cursos de graduação talvez não estejam formando adequadamente ou duvidando da capacidade desse profissional em defesa da saúde pública, por exemplo, eu posso propor um exame de província que me dê uma garantia maior. Veja, essas duas coisas não são excludentes, embora pareçam excludentes. Na verdade, é que o conhecimento ele ocorre numa dinâmica tão acelerada que certamente essas duas coisas podem estar acontecendo. Nem os recém egressos podem ter uma garantia da sua capacitação profissional, automaticamente, e o mundo do trabalho hoje demanda um conjunto de atestados periódicos no seu exercício posterior.

Nós não temos, nem é o interesse de ter, creio do ponto de vista da medicina e da odontologia um paradigma único a ser copiado. Mas obviamente que a questão do Exame de Ordem ele tem um caráter um tanto quanto paradigmático. Porque tem uma experiência grande e ele circunscreve num contexto muito interessante.

No Brasil, nós temos uma... Diria que quase que uma atrofia no que diz respeito ao percentual de formandos no País. Nós temos desproporcionalmente formandos... Eu não diria de mais porque no global nós precisamos cada vez mais formando. O Brasil é um País que tem poucas pessoas formadas. O último

PNAD nos aponta que nós temos algo entre 5 a 6 milhões de pessoas com título superior economicamente ativas, e temos em torno de 2 milhões não ativas economicamente. Esse número é incrivelmente baixo. Ele é incrivelmente baixo. O que atesta uma vez mais a necessidade de nós estarmos cada vez aumentando a oportunidade de pessoas formadas. Mas é preciso fazê-lo com qualidade. E para fazê-lo com qualidade, é preciso entender em que contexto se dá essa formação.

A nossa relação com o Exame de Ordem nunca foi tão positiva como ela é hoje entre o papel que desenvolve o Ministério e o papel que desenvolve a Ordem dos Advogados. E fazemos através de um inverso que as pessoas imaginam. Não pela integração, mas pela separação de propostos que tem pontos em comum. Mas é preciso estabelecer que temos separação de propósitos. No seguinte sentido. O que o diploma pelo art. 48 da LDB atesta é um conhecimento acadêmico agregado durante o percurso acadêmico que o estudante o fez. Portanto ao final de um percurso acadêmico, o diploma atesta um conhecimento. E isso é o que está circunscrito ao campo educacional. Nada impede, pelo contrário, se isso for bem feito pode aprimorar que do ponto de vista do exercício profissional qualquer corporação, qualquer profissão pense estabelecer um exame que diga respeito a um conjunto de habilidades diretamente profissionais. É plenamente possível e viável, e nós mostramos isso em alguns casos, que uma instituição que consiga formar academicamente bem, mesmo assim, você tem um conjunto de egressos que eventualmente têm um conjunto de técnicas profissionais que podem um conjunto de habilidades e técnicas que podem ser medidas de uma outra maneira, via um exame, como é o caso do exame de óbito.

O que nós mostramos recentemente e de forma creio que bastante conclusiva, é que embora eu possa dizer que são duas coisas distintas, aquilo que é formação acadêmica da habilidade profissional e que no caso direito se circunscreve muito bem, embora sejam distintas, são correlacionadas. As coisas podem ser correlacionadas sem serem exatamente a mesma coisa. Nós mostramos de forma categórica que aquelas instituições que formam bem academicamente, são as mesmas que esses egressos dessas instituições tendem a majoritariamente terem sucesso nos exames profissionais. E embora insisto não meçam exatamente a mesma coisa. Porém, medem coisas correlacionadas. Foi importante fazer essa separação e mostrar os pontos de contato para fazer com que a gente possa ter uma boa relação entre o mundo da educação que tem os seus pressupostos do que seja uma formação completa, do que seja uma formação que introduza as características humanistas, multidisciplinares, aquela formação transcendente daquilo que possa ser eventualmente a característica de uma corporação profissional que queira garantir que um conjunto de técnicas e habilidades são condições sine qua non para o exercício profissional. Em tese, é plenamente possível, aqui me reporto ao mundo do direito, só para fazer uma analogia, que alguém se informe no curso de direito, mas que, no entanto, seu objetivo não esteja ligado à prática da Advocacia. E ele é alguém que pode ter uma contribuição social significativa. Eu não sei dizer do ponto de vista da medicina e da odontologia como é esse cenário, dado que difere claramente do mundo do Direito aonde o leque de atividades tem uma natureza muito mais ampla. O que nada impede, temos casos por sinal muito virtuosos na história brasileira de pessoas formadas em medicina que se transformaram em grandes escritores, políticos. Mas, em geral, esse leque é muito mais concentrado. Portanto, do ponto de vista da medicina, e provavelmente vale o mesmo raciocínio para a odontologia, a separação entre a demanda da exigência da habilidade profissional e a formação do curso de medicina ou do curso de odontologia, estejam relativamente mais próximas do que no caso do direito.

Como é que nós temos lidado do ponto de vista do mundo da educação que se conecta ao mundo do trabalho, mas tem uma distinção necessária? Nós estamos reformulando os instrumentos que avaliam os cursos de medicina e de odontologia a partir de alguns pressupostos que eu não chamarei de novos, mas que demandam permanentes inovações. Um deles é atender aquilo que é o art. 200 da Constituição Federal. [soa a campainha] O art. 200 da Constituição Federal diz que os cursos da área da saúde e aí estão conclusos a medicina e a odontologia devem ser coordenados com o Sistema Único de Saúde. Isso que não é definido a priori que seja ordenar, ele demanda mesmo uma prática necessária que significa formamos pessoas profissionais, capazes de cada vez mais terem o espírito do seu processo formativo preparados para uma prática associada a um atendimento da saúde da população. Isso implica repensarmos quando autorizamos um curso de medicina ou um curso de odontologia, cada qual dentro da sua realidade, com o tipo de exigências que devemos estabelecer. Exigências que eventualmente não fossem tão claras na década passada, Senador, nessa década são absolutamente condições essenciais. Por exemplo, é inconcebível autorizar ou reconhecer um curso de medicina ou renovar o reconhecimento de um curso de medicina que não tenha na estrutura do seu curso de graduação um vínculo muito bem estabelecido ou

através de um hospital próprio que tenha um conjunto de atendimentos que hoje são bem equacionados, um conjunto de atendimentos do ponto de vista de clínicas, do ponto de vista de unidades de tratamento intensivo, do ponto de vista de pronto-socorro, do ponto de vista da odontologia o mesmo processo guardado as suas diferenças que se aplica, e é importante que se não tiver hospital próprio, que esse eventual convênio ele tenha uma estabilidade, uma duração que nós hoje falamos em dez anos como exigência mínima que no passado não havia. Então nós tivemos infelizmente circunstâncias onde em vistas de aprovar às vezes até com uma certa rapidez que é legítimo que se queira rapidez, mas alguns convênios demasiadamente frágeis entre aquilo que é o curso de graduação e aquilo que são os experimentos, os estágios, as práticas que é exatamente... São os elementos que permitirão aquilo que a nossa Constituição chama de ordenar com atendimento a saúde. Ou especificamente com o Sistema Único de Saúde. Portanto, eu só traduzo que do ponto de vista de experiência com corporações profissionais que está em curso hoje algo neste momento, no dia de hoje, no dia de hoje e no dia de ontem nós temos uma Comissão que contempla o Ministério da Educação, a Ordem dos Advogados do Brasil quanto representante da corporação, e a Associação Brasileira do Ensino ao Direito, ABED, que você compõe as três fases capazes de entender sobre quais são as contribuições importantes para que nós melhoremos a qualidade do profissional naquela área. Esse mesmo raciocínio pretendemos estabelecer com a área médica e com a área da odontologia.

Portanto, nós não enxergamos conflitos insolúveis, mas entendemos que é uma separação necessária entre o viés de quem entende prioritariamente o mundo profissional e o mundo do exercício profissional. Portanto a nós não nos ofende, pelo contrário, achamos que pode, se assim entenderem as diversas profissões a necessidade de exame de proficiência profissional que o faça, mas é importante que o façamos numa sintonia porque há uma forte correlação entre a educação e o exercício profissional.

Então, Senador, são os elementos iniciais que eu gostaria de expor. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Dr. Elias Fernando Miziara.

SR. ELIAS FERNANDO MIZIARA: Bom dia a todos. Na pessoa do Senador Cristovam Buarque, cumprimento todos os Senadores presentes. Cumprimento a Mesa, os companheiros de intervenção nessa Audiência Pública, e a todos os presentes. Gostaria de começar... Nós sempre temos a vantagem quando existe alguém que fale antes porque geralmente abre a picada por onde se vai fazer parte da discussão. E gostaria de iniciar, Prof. Ronaldo, comentando a sua questão, a sua pergunta.

O que faz um médico depois que ele se forma? Um médico depois que se forma faz medicina. Ele não faz outra coisa. Não existe praticamente no mercado outra atividade que seja oferecida a um médico. Ele aprende exclusivamente quando aprende a fazer medicina. E este é um problema que surge. Porque se um profissional vai ser examinado ao final do curso e ao ser examinado ocorre com ele a reprovação como nós temos o exemplo da Ordem dos Advogados, no Exame de Ordem dos Advogados que reprova um percentual enorme, este profissional depois de ter passado seis anos, pelo menos seis anos na sua graduação ele pode ficar absolutamente sem ter uma atividade produtiva relacionada com a sua graduação. Esse então é um grande problema que nós temos. E, em função disso, a Associação Médica Brasileira que agradece ter sido convidada e com muita honra participa desse debate, ela também oferece alternativas. Não basta dizermos que por conta disso nós somos contrários. De forma alguma. Nós somos absolutamente favoráveis a que haja mecanismos pelos quais a sociedade possa se garantir de que aquele egresso dos cursos universitários tão amplamente aprovados e existentes no País de fato possam retribuir para a sociedade uma assistência média como aquela que é necessária e aquela que é esperada.

Antes de avançar nesse ponto eu gostaria de comentar também o aspecto muito bem lembrado pelo Prof. Mota na questão da integração com o Sistema Único de Saúde. As escolas não poderiam e não deveriam fazer formação de profissionais hoje desprovida da necessidade do nosso maior plano de saúde... Aliás, não é o maior do Brasil, é o maior do mundo que atende a não só toda a população brasileira, mas de forma muito especial todas aqueles cidadãos que não estão entre os 35 milhões que têm um plano de saúde suplementar. Então esse plano que interessa de fato a mais de 50 milhões de brasileiros, tem de alguma maneira ter a sua necessidade observada na formação, na graduação de profissões de saúde especialmente no que nos interessa no profissional médico. E neste caso, não podemos falar apenas da questão da graduação. Mas nós teríamos que pensar também na pós-graduação, onde o MEC, em associação com as entidades médicas regula a residência médica que é o principal instrumento de pós-graduação existente no nosso País, e que hoje oferece um número de vagas muito aquém daquilo que de fato é necessário e aquém do número de formandos, de graduandos que

nós temos em todos anos. Se atingirmos em 40% o número de vagas já estaremos atingindo um número até muito positivo.

Outro aspecto a se abordar quando se fala de uma lei, de leis como estas, é que não basta apenas analisar o estudante ou o recém formado dizer se ele tem condições ou não de atuar. Temos que avaliar também os cursos que os formaram. Então é necessário se vincular o exame e o resultado dos exames com a produção que as escolas fazem. De tal maneira que nós não possamos admitir que escolas que estejam formando um número significativo de profissionais que não recebam a aprovação continuem formando e mal formando profissionais. É claro que não é apenas um exame que vai avaliar. Não estamos falando de uma decisão draconiana unilateral onde simplesmente se vai fechar uma faculdade por conta de um exame, de um resultado. Estamos falando de uma coisa mais ampla, de um conceito de integração da avaliação do recém formado e também da avaliação do aparelho educacional que o colocou no mercado.

E colocando no final exatamente qual é a nossa opinião, a nossa visão do processo, nós entendemos que não se pode, e aí casamos também com a sua opinião, professor, não se pode simplesmente fazer um exame único ao final. Existem mecanismos, existem testes, existem propostas e inclusive países que praticam de outra maneira esse tipo de exame. Por exemplo, nos Estados Unidos onde os exames são feitos no segundo, no quarto ano, ao final do curso, com uma residência médica obrigatória, isto é, uma pós-graduação do ponto de vista de treinamento em serviço que a residência médica, uma residência que é obrigatória, e ao final da residência ainda [ininteligível], que é repetido a cada sete anos. Então um médico nos Estados Unidos não só passa por avaliação durante todo o curso, como ao final do curso, e mais ainda ao final da formação que é repetida como uma forma de revalidação obrigatória para todos que naquele País trabalham.

Existe uma experiência em andamento em um grupo de universidades brasileiras que experiência essa que me foi totalmente passada e reportada pela Profª. Angélica Maria Bicudo Zeferino da UNICAMP chama-se teste de progresso. E é um teste muito interessante que vem sendo aplicado desde 2005 em algumas universidades de adesão espontânea, voluntária, e que tem mostrado resultados bastante curiosos e que até recomendo aos Srs. Senadores que buscassem tomar conhecimento dessa experiência porque ela vai mostrando ao longo do curso como o estudante está recebendo aquele ensinamento, e o que é que deve ser modificado tanto do ponto de vista do comportamento do aluno, porque ele percebe, ele passa a ter conhecimento daquilo que está falhando na sua formação, como também a escola que pode ir percebendo no conjunto do seu alunado aqueles que estão apresentando dificuldade em função da forma de apresentação ou na forma do currículo.

Então, é um tipo de exame que pode ir durante o próprio curso corrigindo todo o processo de ensino e o processo de aprendizado. E dessa maneira os estudantes podem acompanhar muito bem e ter um grau de certeza, um grau de segurança do que vai acontecer no teste final. Se será aprovado ou não. E se não for aprovado poderá ser por acidente de percurso, digamos assim, situações fortuitas que realmente acontecem ou então porque ele já estava previsto que não teria condições, teve um mal desempenho durante a escola. E isso tudo dentro de um contexto, se nós pudéssemos imaginar um aparelho único nacional acompanhando toda essa formação seguramente nós estaríamos hoje um sem número de faculdades fechadas que são existentes no País que não estão formando bons profissionais, praticamente em todas as áreas, mas a que nos importa principalmente é a área médica, e seguramente estaríamos fortalecendo escolas e sistemas que têm, sim, produzido um número significativo de bons profissionais. Esse teste ele se baseia no final, ao final, ou fundamentalmente ele tem a estrutura do conhecimento nas quatro etapas que são os níveis de competência. O primeiro deles o saber, quer dizer, é o ter conhecimento teórico, o segundo que é o saber como, o terceiro que é o mostrar como. Quer dizer, tem que ter a condição de mostrar como ele executa a sua atividade, e por fim, o saber fazer. Como fazer todos os procedimentos.

Então, é esse o viés fundamental do teste de progresso e que nós estamos avaliando dentro do contexto da Associação Médica Brasileira como sendo hoje o mais... Que poderia trazer mais benefícios para a população e não apenas um único teste ao final do curso. São essas as nossas posições. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e passo a palavra ao Dr. Marcos Luís Macedo de Santana, que é Secretário-Geral do Conselho Federal de Odontologia.

SR. MARCO LUÍS MACEDO DE SANTANA: Então, eu gostaria de focar na discussão dos Projetos de Lei, que estão em pauta propondo o exame de proficiência. Se nós temos que debater a qualidade do ensino, eu acho que é um consenso, uma necessidade. Agora, o exame de proficiência é um debate diferente, é um mecanismo de avaliação ou de punição, talvez, e nós da odontologia consideramos equivocado. Se

a gente observar a política do Governo 15 anos para cá, foi baseado no que o Dr. Ronaldo falou de buscar a melhora da proporção profissional nível superior habitante de maneira sem critério. Abriram o curso... Abriram o curso numa escala que realmente nunca se viu na história desse País. Nós temos hoje distribuídos pelo País uma quantidade de escolas mais do que suficientes. Você pega Minas Gerais, Rio Grande do Sul... Odontologia, isso. Todos os Estados hoje têm escola. São Paulo detêm 50 escolas de odontologia. Nós formamos 15 mil cirurgião dentista por ano. É uma política de formação que acho que o Governo tem de certa maneira uma irresponsabilidade. Porque comumente... Vou chamar de estelionato, é um termo forte, contra a sociedade, porque os pais pagam mensalidades altíssimas nos cursos que são 70% privados, e o mercado não absorve esse mar de gente que se forma por ano. É uma quantidade avassaladora. É uma coisa que nos deixa realmente muito preocupados porque eles dirigem-se aos órgãos de classe cobrando solução do problema econômico que eles passam a viver a partir da formatura.

Então... Passe, por favor. Nós temos o crescimento por décadas de 80 tinha 76 a 2007 nós estamos com 188, e isso as reconhecidas. São inúmeros processos de reconhecimento que existem no MEC hoje. A gente nem sabe.

Então, nós estamos realmente vivendo um momento preocupante com relação ao processo de administração da educação pelo MEC que liberalizou o ensino e a abertura de curso de uma maneira tão... Não gostaria de usar o termo, mas liberalizou demais e está criando um problema social muito grande. Muito grande com todas as profissões do País. Voltando-se para o Exame de Ordem, eu diria que essa proposta é totalmente equivocada, que os brasileiros sabem que a Ordem dos Advogados do Brasil tem 40 anos que faz Exame de Ordem. Eu digo sem medo de errar que foi o curso de direito o curso mais vilipendiado que teve no Brasil. A formação jurídica hoje é da pior qualidade no País. Daqui a gente observa pelo jornal Folha de São Paulo, Estado de São Paulo, a quantidade de vaga que tem o concurso para Juiz Federal de lá 90 vagas só preenche dez, doze. De dois em dois, três em três aos faz concurso, porque ninguém consegue ser aprovado. Os exames de ordem não são realmente um instrumento para se corrigir o que se pretende. E acho que os Senadores que apresentam esse projeto eu acho que estão com a idéia correta, querem melhorar qualidade do ensino do País, mas esse critério é um critério equivocado. Por exemplo, na área de saúde, os cursos médicos e odontológicos são cursos eminentemente práticos. São 30% de carga horária teórica e 70% prática. Nós teríamos que fazer, Senadores, avaliação de 15 mil dentistas teórico prático por ano. Naturalmente ir reprovar uma quantidade considerável, que iria formar um bolo geométrico anualmente se somando com que vinha chegando aos que iam reprovando e nós ficaríamos conselhos profissionais como responsáveis pela avaliação do Exame de Ordem, vamos chamar assim, sendo os algozes da sociedade brasileira. Porque as famílias dessas pessoas viriam em cima da gente. Vocês são corporativistas. Vocês não querem que os outros trabalhem. Estão protegendo o mercado. E seria para nós um poder, ter poder é bom. Mas a gente tem responsabilidade. A gente não quer esse tipo de poder para isso. A gente quer ter poder para o bem. E nós achamos que equivocado o exame da maneira que ele é proposto, o Exame de Ordem para os conselhos fazerem. Nós achamos que o Governo tem os mecanismos já implantados. O Governo começou em 95 com o provão, que fazia o exame no primeiro ano de egresso, depois o Governo atual em 2004 fez o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior, onde faz o exame do aluno no primeiro ano e no último ano. E já identificou. Veja só, o Governo já identificou onde é que está o problema da formação. Já tem o rol dos cursos que são insuficientes. Os que são ruins, os que são regular, os bons e os que são ótimos. Já existe tudo isso. Só que não faz nada. Não acontece nada. Na área de saúde, realmente é um problema. Porque se o médico mal formado recebe a carteira do Conselho vai trabalhar e ele pode cometer uma imperícia, uma imprudência e até morrer uma pessoa ou coisa que o vale. A odontologia tem suas características semelhantes. Eu diria que na área das ciências humanas, o erro não faz tão mal assim, mas de maneira geral eu acho que dificulta a educação do País vai para baixo. Porque se discute hoje a formação do País, a melhora da educação do País para acompanhar os tigres asiáticos, acompanhar o desenvolvimento, produzir o desenvolvimento no País eu acho que todas as profissões têm importâncias e deveria ser avaliadas por igual. Então nós temos realmente uma posição contrária por conta dessas situações e ultimamente eu estava assistindo o discurso do Senador Gilvam Borges, onde ele apresentou um Projeto de Lei 1.585/2007 onde ele fez um discurso nesse dia, um discurso que ele... Semana passada na quarta-feira, fazendo um relato sobre a educação do País, até fazendo... Clamando os pares do Senado a ajudá-lo nessa campanha, contra o Exame de Ordem e nesse Projeto de Lei ele dá instrumentos ao MEC, instrumentos legais realmente de punir, de tomar atitudes contra aqueles que não alcançam os critérios que a educação do País deve ter. O Projeto de Lei eu acho

que é muito interessante, e nós achamos que o caminho é por aí. Que o MEC é o órgão... é o Governo, é o que detêm o poder de fazer a política da educação do País, fiscalizar, autorizar e credenciar. Ele tem todos os instrumentos para fazer. Talvez seja susceptível a pressões políticas, a gente sabe que tem envolvimento com o ensino, empresas, etc, e a obedecer certos critérios às vezes fragilizam as atitudes do Ministério que é órgão do Governo. Eu acho que o caminho do Senador Gilvam apresenta [soa a campainha] é um caminho adequado e diria, para concluir, Senador, por enquanto, que nós da odontologia somos contrários, que nós não queremos no fim do processo ser os algozes da sociedade e das famílias de todos que pagam os cursos privados que foram abertos, sendo os algozes, punindo, fazendo exames que claro que seriam rigorosos, reprovando várias pessoas e sendo tachado a partir de então os algozes da sociedade protetoras do mercado e corporativos. Esse é a opinião da odontologia por enquanto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Dr. Marcos Luís e passo a palavra à Conselheira Almerinda Augusta de Freitas Carvalho.

SRA. ALMERINDA AUGUSTA DE FREITAS CARVALHO: Muito obrigada. Muito bom dia a todos. Na pessoa do Senador Cristovam Buarque eu tenho o prazer e a honra de cumprimentar os Senadores aqui presentes, as senhoras e os senhores, aos membros da Mesa, claramente, e gostaria de colocar inicialmente o fato de que o Itamaraty como não assume representante em matéria de relações internacionais, quer dizer, quer dizer, a presença do Brasil não mundo não pode com muita ênfase se manifestar em termos de uma decisão interna do Brasil que seria mais ligada claramente aos conselhos profissionais e ao Ministério da Educação, Ministério da Saúde também. É claro que nós reiteramos aqui a informação muito bem lembrada pelo Prof. Ronaldo Mota justamente pela experiência internacional de que há inúmeros países que utilizam o sistema que está sendo mencionado dos projetos de lei que nós estamos tratando.

Gostaria, por outro lado, de comentar que o Ministério das Relações Exteriores, como os senhores sabem, tem um programa de estudantes convênio que traz ao Brasil, hoje nós temos só dentro desse programa cerca de cinco mil estudantes estrangeiros fundamentalmente africanos e sul-americanos, alguns caribenhos. E esses estudantes, alguns deles estudam efetivamente medicina e odontologia. Porém, eu gostaria de esclarecer que nenhum desses estudantes têm a autorização de exercer a profissão no Brasil. Por vários motivos. O primeiro deles que eu gostaria de fazer bem claro é que esses estudantes estrangeiros que vêm... Não são autorizados, por exemplo, quando vem a fazer residência no Brasil quando vem fazer pós-graduação. O máximo que eles podem conseguir através de um processo muito complexo é um curso de alguma especialização. Mas residência eles não fazem. E o outro aspecto que nós temos muito cuidado em esclarecer é que, por exemplo, o diploma de medicina ou de odontologia ou qualquer outro diploma que venha receber o diploma não lhes é entregue no Brasil. Esse diploma passa por todos os trâmites de regulações consulares, passa da universidade para o Ministério da Educação, do Ministério da Educação para o Itamaraty na divisão de assuntos consulares, de lá é reconhecido no setor consular da Embaixada do País de origem desse estudante, volta para o Itamaraty e nós o remetemos à nossa Embaixada no País de origem do candidato. É lá, no seu próprio País, na nossa Embaixada que o estudante, o ex-estudante nessa altura vai receber o seu diploma de medicina ou odontologia. E esse diploma é identificado para os brasileiros esclarecendo que ele não... O profissional não poderá exercer no Brasil o seu título.

Então, nós gostaríamos de esclarecer isso para saber que nós damos sim a formação, mas no sentido de colaboração com os países mais necessitados. Quer dizer, o estudante vem, se torna profissional e regressa ao seu País para aí sim exercer a sua profissão.

Eu gostaria de... Já que eu tenho essa oportunidade privilegiada, é um privilégio estar aqui, eu gostaria de mostrar rapidamente o que é que o Itamaraty faz em matéria de cooperação educacional com esses estrangeiros é uma coisa muito rápida. É só para dar uma noção histórica do que nós temos realizado. Então nós temos aí a cooperação educacional e seu marco jurídico internacional. Eu não vou incomodá-los com muitos detalhes, mas gostaria de apenas mostrar os pontos básicos. Por favor. Nós temos aí uma informação que me parece interessante mostrar. Uma coisa é a assistência educacional. E a outra é a cooperação. O que é que nós temos? Assistência é um meio de disseminar uma pró-eminência cultural que é muito característico em matéria de políticas colonialistas e imperialistas. E depois nós temos o quê? A cooperação que é o que o Brasil faz que é uma modalidade de relacionamento que envolve uma contrapartida mesmo que simbólica do outro País, mas é buscando um equilíbrio e buscando sempre a opinião do parceiro que está recebendo a cooperação.

É a nossa cooperação educacional, como é que ela evoluiu. Para a gente saber o que o Brasil vem fazendo nesse assunto. Nós acompanhamos esse processo de internacionalização com a República, na

parte da nossa consolidação de fronteiras, ampliando as nossas relações exteriores, e aí começamos a criar acordos com os diversos países. E aí nos baseando sempre nesse conceito básico jurídico que é o pacto *sunt servanda*, que como todos sabem significa que os acordos devem ser respeitados. E aí nós temos rapidamente na primeira metade do Século XX o Brasil pioneiro nos primeiros intercâmbios de estudantes. Já em 1917, recebíamos estudantes de medicina da Argentina, do Uruguai e do Chile. 1918, escola militar e naval e já também começávamos o ensino de espanhol buscando uma integração maior com esses países nossos vizinhos. E nós temos a primeira universidade brasileira no Rio de Janeiro, criada por Decreto Presidencial datada de 1920. É importante essa data. A gente imaginar que a nossa primeira universidade é de 1920. Se a gente pensar que nossos vizinhos argentinos desde o Século XVI já têm universidade porque a colonização espanhola é diferente. Nós temos Guatemala, México, Chile, Colômbia, já tinham universidades.

Com a época das guerras mundiais, nós vamos ter novos dados na construção, digamos, do plano político brasileiro. O que é que nós temos? O surgimento das potências hegemônicas, temos interesses anticolonialistas e no Brasil no Estado novo nós começamos com a criação de convênios sobretudo com Bolívia e Paraguai em 1939 para receber estudantes estrangeiros. E aí no fim da Segunda Guerra quando nós temos esse tabuleiro internacional já refeito, com a ONU, com o Plano Marshall, aquela bipolaridade nas esferas de influência, nós vamos ter o processo de descolonização, mas também vamos ter um neocolonialismo que vai levar a cooperação brasileira a ter uma ligeira modificação.

Então, o que é que nós temos? Na cooperação que havia na época da guerra fria nós temos a multilateral que são a ONU, a OEA com tendências universalistas. A bilateral dentro das esferas de influência. Mas, a partir dos anos 50 nós já vamos ter essa cooperação dentro dos blocos. E o que é que nós temos? Nós temos, por exemplo, o Brasil cooperando com a Inglaterra, por quê? Porque nós somos o bloco ocidental. Nós temos a Bulgária cooperando com a Romênia porque estão dentro do bloco dos países, digamos, naquela época chamado oriental. E aí o que é que nós temos? No pós Segunda Guerra, nós temos uma redemocratização, [soa a campainha] o nacionalismo econômico e aí nós temos no Brasil nessa época 22 universidades federais, 8 católicas, 1 protestante e nisso nós aumentamos o número de bolsistas latino-americanos. E o que gerou no Brasil uma revolta dos estudantes brasileiros começaram a reclamar que esses estudantes estrangeiros poderiam ocupar seus lugares no mercado de trabalho. Diante disso, houve uma revisão nesses projetos, nesse programa... E aí nós tivemos a criação de um primeiro protocolo, e assim, já a partir desse momento com o Ministério da Educação, que até hoje tem sido da maior utilidade conosco e com o maior espírito de cooperação realmente não poderia ser melhor. Nós temos aí um levantamento feito de estudantes estrangeiros e nós passamos a preparar protocolos com cada País para a admissão desses estudantes estrangeiros. E aí se criou um programa no qual a gente incrementava realmente o número de estudantes estrangeiros. Mas tínhamos uma regulação interna para status desses estudantes no Brasil e unificamos todo esse intercâmbio não através só dos antigos acordos, mas criou-se um programa que os unificava garantindo um tratamento igualitário nas universidades. E aí o que é que nós temos? Um primeiro protocolo de 65, um segundo de 67, dispomos nós temos a lei da reforma universitária e depois... Esse primeiro protocolo... Pode continuar, porque não quero me demorar muito nisso. Nós temos crise do petróleo, independentes das ex-colônias, aí nós temos um aumento no número de estudantes africanos que vieram para o Brasil buscando o estudo universitário que eles não tinham. Depois nós temos a emergências do movimento terceiro mundista e aí sim nós vamos ter essa nossa lógica de cooperação [ininteligível]. Um eixo norte-sul de cunho ideológico e nós na cooperação sul-sul da qual realmente nós somos precursores porque já temos desde os anos, desde 1917 o Programa de Estudante de Graduação, PECG. Programa de Estudante Convênio de Graduação. Cooperação sul-sul. Nós oferecendo vagas para estudantes da África e da América do Sul e Caribe. América Central também.

Depois nós temos um terceiro protocolo sempre com o Ministério da Educação, que é o nosso sócio nesse programa aí realmente para nós uma grande satisfação. Houve uma ampliação na esfera dessa cooperação, e já nós temos em 74 entrando no Brasil 1.600 estudantes com a maior parte deles da África. Nos anos 80 nós temos um outro protocolo, a data está aí com esses objetivos. Expansão da cooperação, fortalecimento da cooperação tecnológica e uma garantia de uma qualidade acadêmica já para a pós-graduação. Por quê? Porque nessa altura o Brasil já tinha uma... A possibilidade de oferecer aos estudantes estrangeiros seus cursos de pós-graduação que já tinham um ótimo nível. E aí no cenário internacional o que estava acontecendo? Nós tínhamos a queda do muro de Berlim, a configuração não é mais a bipolar, o capitalismo neoliberal e a globalização. E o que nós temos agora? Um deslocamento do objetivo geopo-

lítico, a promoção do desenvolvimento, cunho social e econômico, transferência de conhecimento que é a nossa maneira de cooperar com os demais países que estão ainda carentes de um progresso e de um desenvolvimento que nós já conseguimos.

Século XXI, e com isso terminamos, cooperação com países mais desenvolvidos que é a cooperação norte-sul que nós fazemos também com Alemanha, França, Inglaterra, Estados Unidos e alguns outros países. Países da Escandinávia também. Nós temos ainda os acordos internacionais que continuamos respeitando o pacto *sunt servanda*, a ampliação do alcance dessa cooperação. Estamos agora com esse projeto acabamos de reestimular esses projetos de triangulação que foi apresentado na UNESCO pela delegação brasileira, que é o seguinte. São três países. Dois países em desenvolvimento e um País considerado desenvolvido. O País desenvolvido fornece os recursos e o País no caso seria o Brasil daria toda a sua expertise para apoiar o País mais carente. Essa é um projeto de triangulação que foi muito bem recebido agora na Comissão de Educação na 34ª Conferência Internacional da UNESCO.

Nós temos aí uma infra-estrutura física preexistente. Essa cooperação. Quer dizer, o que a gente dá de um lado e as possibilidades que estão aí, os senhores podem ler não quero me alongar muito mais. Passei de todos os tempos. O custo e benefício dessa cooperação.

E ainda nessas últimas informações esse é o nosso desenho do... é de um estudante estrangeiro que fez para nós. É um estudante de Cabo Verde que fez esse desenho como modelo da nossa cooperação. Nós achamos muito bonito para fazer nosso logo. E aí nós temos... Vamos passar rapidamente os países participantes. Só para os senhores tenham uma idéia... E aí é o total de vagas. O total de selecionados. Veja que a seleção nós temos mais vagas do que candidatos. Por quê? Porque as universidades oferecem muitas vagas que os candidatos estrangeiros não precisam. Por exemplo, vem estudar português, ou estudar história do Brasil... Esse tipo de matéria que não interessam para os estrangeiros.

Vamos para o final. Esse material vai ficar a disposição dos senhores, eu lhes digo que qualquer outra informação que seja necessária eu estarei a disposição e no fim dessa apresentação os senhores têm os dados da divisão de temas educacionais do Itamaraty. A única coisa que eu gostaria de acrescentar é que pouquíssimos Ministérios de Relações Exteriores no mundo têm uma divisão que se ocupe especialmente de temas educacionais. É essa informação que eu gostaria de deixar. E então isso é uma demonstração que o Itamaraty realmente se preocupa com o tema, esses são nossos dados, quaisquer informações nós estaremos absolutamente a disposição. Mais uma vez, me desculpe pela demora, mas eu quis ser o mais clara possível. Muito obrigada pela atenção.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço a Conselheira Almerinda e passo a palavra ao Dr. José Fernando Maia Vinagre, que é Corregedor Adjunto do Conselho Federal de Medicina.

SR. JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE: Bom dia a todos. Eu gostaria de cumprimentar o Senador, cumprimentar toda a Mesa, agradecer o convite feito ao Conselho Federal de Medicina para participar dessa Audiência Pública, e ao cumprimentar a Senadora Serys, cumprimentar os demais Senadores presentes. Eu quero fazer minhas palavras do Miziara na questão da prática médica após a formatura. Realmente o médico, com o curso de medicina, ele não se qualifica para fazer absolutamente mais nada a não ser, ser médico.

Diferentemente da posição do Conselho de Odontologia, o Conselho Federal de Medicina veio a essa audiência na defesa da regulamentação da lei que exige o exame de proficiência de língua portuguesa para o médico estrangeiro que quer registrar o seu diploma no Brasil. Além, logicamente, do que está previsto em lei que é a revalidação do seu diploma.

No ano de 2001 o Conselho Federal de Medicina adotou uma resolução exigindo esse exame de proficiência no registro do diploma do médico dos Conselhos Regionais de Medicina. Essa resolução foi modificada por uma outra resolução em 2003, que exigia o nível avançado do exame de proficiência para esse registro. E eu posso adiantar para vocês que essa resolução que exige o nível avançado está sendo objeto de estudo pelo Conselho na questão da redução da exigência. Não sei se é de conhecimento de todos, o exame de proficiência de língua portuguesa pode ser feito em quatro níveis: Intermediário, o intermediário superior e o avançado e o avançado superior. O Conselho exige o avançado. Nós estamos estudando a possibilidade de reduzir para o intermediário superior. Nós fomos chamados pelo Ministério da Educação para discutir exatamente essa exigência. E estamos chegando à conclusão de que o nível avançado fica além do que se espera e da expectativa que nós temos em relação ao médico estrangeiro que venha atuar no Brasil que é perfeitamente correspondida com o nível intermediário superior. Mas, a exigência, as pessoas que procuram hoje o Brasil no sentido de fazer os médicos estrangeiros que procuram o Brasil hoje no sentido de fazer uma residência médica aqui ou se qualificar para tra-

balhar no Brasil é muito grande. Nos últimos dez anos houve quase dois mil registros de médicos estrangeiros no Brasil. E esse número não muda muito depois da exigência que o Conselho Federal de Medicina fez do exame de proficiência. Antes de 2001 nós tivemos mais ou menos, nos últimos dez anos, nos cinco anos anteriores a 2001 nós tivemos mais ou menos 900 registros. E depois de 2001, quando houve a exigência do exame de proficiência, o número fica mais ou menos no mesmo nível. 50% após a exigência. O nível avançado realmente ele é o que se... A taxa de aprovação do nível avançado é de apenas 15%. E do nível intermediário superior é de 60%. O que o... Por que é que o Conselho Federal de Medicina está exigindo isso? Porque nós consideramos que a relação médico-paciente ela deve ser cultivada de forma ampla. Ela não pode ser restrita. E o paciente tem o direito de ser informado de todos os esclarecimentos a respeito da sua doença. Seu diagnóstico... E isso nós não temos como avaliar só com a revalidação do diploma. O exame do CELPE-Brás nos dá essa qualificação. Nós temos como avaliar. Por que o exame do CELPE-Brás o que é que ele faz? Ele atua na exigência de cinco níveis de... Na fluência do português, na compreensão da língua, na pronúncia, na adequação gramatical. E essa exigência é importante para nós para os conselhos de medicina pra prática diária da medicina. Nós não podemos abrir mão disso. Nós vamos continuar com a nossa resolução, nós temos alguns problemas com muitas pessoas que recorrem à justiça para não... Para não se exigir o exame. Alguns Juízes, algumas tem dado ganho de causa para esses estudantes, dizendo que eles podem, por não estar na lei, podem abrir mão e mandam que eles se inscrevam sem fazer o exame de proficiência. E para nós isso não é uma coisa que dá uma segurança para nós dos conselhos nessa prática diária. Nós não podemos abrir mão disso.

Então eu vim aqui fazer um apelo aos senhores para que mantenham essa discussão e cheguem a um denominador comum na aprovação da lei que exige o exame de proficiência de língua portuguesa para o médico principalmente. Nós não podemos abrir mão dessa exigência. É um risco que a população e a sociedade brasileira está correndo no sentido disso não ser aprovado, e nós temos que abrir mão dessa exigência.

Então, eu venho fazer um apelo. Quero renovar e agradecer o convite feito ao Conselho Federal, colocar o Conselho Federal à disposição para qualquer tipo de discussão e estaremos presentes em todas as ocasiões em que nós formos convocados. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço e passo a palavra aos Senadores. Até aqui só está escrito o Senador Papaléo Paes. O Senador Mão Santa é o Relator, mas o Senador deve ter ido à Argentina acompanhar a eleição. Não chegou ainda. E depois eu passaria ao Senador Geraldo Mesquita. Senador Papaléo Paes com a palavra.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, agradecer a V.Exª junto com os demais membros desta Comissão por terem atendido o Requerimento de minha autoria que proporcionou este encontro de personalidades que vieram aqui mostrar o seu conhecimento, a necessidade que tínhamos de ouvi-los para podermos elaborar a nossa Relatoria.

Eu sou Relator do Projeto de Lei nº. 102 da Senadora Serys, e que logicamente o que nós ouvimos aqui, eu ouvi aqui vai embasar muito a minha conclusão.

Eu quero agradecer ao Dr. Ronaldo Mota, que é Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação pela sua presença, ao Dr. Elias Fernando Miziara, que é Diretor de Proteção a Pacientes da Associação Médica Brasileira, quero agradecer ao senhor, ao Dr. Marcos Luis Macedo de Santana, Secretário-Geral do Conselho Federal de Odontologia, a Srª. Drª. Conselheira Almerinda Augusta de Freitas Carvalho, Chefe da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores, e ao Dr. José Fernando Maia Vinagre, que realmente nos fortaleceram aqui na nossa...

Mas eu vou iniciar a minha participação lendo exatamente a justificação do projeto que a Senadora Serys nos apresentou que tem muito a ver com que nós ouvimos aqui. Nos últimos... Principalmente do Dr. Elias. Nos últimos anos, o Ministério da Educação autorizou a abertura de grandes números... Grande número de escolas médicas. Segundo o levantamento realizado pela Associação Paulista de Medicina, durante o governo passado foram autorizados 42 novos cursos de medicina, sendo 11 instituições públicas, e 31 instituições privadas. Desde o início do atual Governo, 21 novos cursos de medicina foram autorizados. Sendo três instituições públicas e 18 instituições privadas.

Então, isso aqui deixa muito claro que a política educacional do Governo, tanto do passado, com a continuidade nesse nosso Governo, mostra que essa liberalização na abertura de escolas privadas facilitando e muito o que eu costumo até comentar com o amigo meu, meu primeiro suplente que é Advogado, a ação dos mercenários da educação, daqueles que comercializam de forma mercenária com a educação, fazendo com que realmente haja uma descompensação entre as necessidades que o País precisa na sua realidade com a formação de profissionais de terceiro grau.

Então, o curso técnico, a área técnica onde temos uma grande necessidade no atendimento do nosso País, uma necessidade brasileira, foi jogada a um segundo plano. E a política educacional na área pública ela está realmente deteriorada, sobrevivendo às custas de profissionais abnegados, das nossas universidades federais, e eu dá vontade de chorar quando eu entro na minha faculdade de medicina da Universidade Federal do Pará hoje, comparando o tempo que eu estudei lá com o que... Da forma que ela funciona hoje. Quer dizer, uma modernização, se é modernização, que eu não consigo aceitar. Eu prefiro ser o conservador daquela faculdade que me ensinou. Uma modernização que hoje a maioria não tem nem cadáver mais para o aluno aprender. Eu estava conversando, domingo numa banca de revista no Macapá, com o Dr. Lopes, ele é formado há 40 anos, ele estava dizendo... eu estava contando sobre o que aconteceu com irmão meu, que veio a falecer, realmente o que nós podemos exigir do profissional, estou falando da área médica, que se forma hoje? O que nós poderemos exigir? Se as universidades, universidades federais não têm a maioria delas nem cadáver para dissecar, que já era difícil, imagina trabalhar em cima de boneco. O que nós vamos exigir? Então, realmente uma... O ensino brasileiro está deteriorado, em todos os níveis, desde o ensino básico, até o final. No ensino básico não existe mais ordem, mais respeito, mais nada, que vai levando que o ensino transforme-se num problema de segurança nacional, digo até assim, aonde o Senador Cristovam Buarque como candidato a Presidente da República ele dizia assim: "Eu bato na mesma tecla, [soa a campainha] Sou candidato de uma nota só". Mas que essa nota só tem que ser ouvida e praticada por todos nós que temos uma responsabilidade enorme com esse País, os senhores e nós políticos principalmente que temos um mandato representando o povo, nós precisamos ouvir essa nota só e passemos a levar a educação como a única salvação desse País.

Então, o que eu queria deixar bem claro é o seguinte: As faculdades particulares, quem tem um dinheirinho conversa com outro, Vamos montar. Vamos montar uma Faculdade de Direito. Vamos montar uma faculdade... O que é que dá mais? Essa aqui que só gasta papel. E consegue isso com a maior naturalidade possível. Não tem um que se interesse em montar uma escola técnica. Um investidor da educação que diga assim, bom: Eu tenho recursos, eu vou montar uma escola técnica. Vou qualificar técnicos, que esse País precisa.

Então realmente é muito preocupante. Por isso o senhor, Dr. Marcos, falou com muita clareza da necessidade que temos em ver de que forma esses profissionais vão para o campo de trabalho. Mas também nós não podemos punir todos... Todas as escolas e nem todos os estudantes. E a forma de exame de proficiência que se dá em uma única prova ele é punitivo. Ele pode ser... Ele é injusto. Porque muitos capacitados e preparados que poderiam ser aprovados podem ser reprovados. E muitos que não estavam preparados para exercer a profissão poderão ser aprovados. Então ele é qualificado, entre aspas, de uma maneira injusta. Então nós poderíamos ter, buscar o quê? Concordo com a Senadora Serys, mas nós poderemos buscar alternativas. Também o mesmo amigo meu que é Advogado, nós conversamos, ele fez a proficiência dele durante o curso. Então ele era 11 matérias com o curso de direito. Aí começou na época um movimento do porquê fazer em 11 matérias durante um ano inteiro, se poderíamos fazer uma única prova. Aí fizeram essa prova da OAB. Uma única prova. Só que agora está se tentando voltar ao que era. Porque é injusta também.

Então, nós aqui não podemos iniciar falando em medicina e odontologia da forma errada como o direito, a OAB já detectou que está sendo.

Outra coisa, essa questão dessas provas. Isso leva a uma série de irregularidades, de erros. Não sei se agora ainda pode, mas dois, três anos atrás, o Presidente da OAB você quando ia ver eram aprovados figuras de expressão, e tal, etc, provados o que é isso? Não pode haver corrupção com isso. Facilitação, antecipação de prova para um, para outro. Enquanto isso não tem nenhum destaque na sociedade vai ter que passar mesmo pelos próprios...

Então eu sou de acordo que haja uma avaliação, mas não esta avaliação cruel, e injusta que é de uma única prova, que nós possamos, conversava com o Senador Geraldo Mesquita aqui, que seja uma avaliação seriada. O curso de medicina ele nos favorece muito pelo fato de termos uma pós-graduação, pode ser através de uma residência médica, odontologia também, e também uma alternativa que nós podemos ter no curso de medicina, nosso sexto ano a gente chama o sexto ano de prática. Trabalho de conclusão de cursos. Quem sabe se esse sexto ano não poderia ser o ano da nossa avaliação? É um ano de avaliação. Um ano onde em vez de nós fazermos a prática só a prática sem associarmos a teoria nós pudéssemos fazer as duas coisas e sermos validos. Para quando chegarmos ao final do sexto ano estarmos com nosso exame de proficiência concluído. Então isso apenas é uma sugestão. E fica aqui... Poderia falar mais algumas... Darmos algumas opiniões, mas fica aqui essa minha intenção depois de tudo que eu ouvi.

Então eu vou fazer uma... Uma referência aqui, até uma pergunta. Que eu não sei quem que poderia

responder. Todos poderiam dar sua opinião. Uma crítica que se faz à instituição do Exame da Ordem, de ordem pela OAB, é a de que ela promoveu uma intensa mercantilização da prova, evidenciada tanto pela proliferação de cursos preparatórios, parte dos quais oferecidos pela própria ordem quanto pelo aumento dos valores das taxas de inscrição. Como impedir que isso aconteça com a instituição de exame de proficiência para médicos e dentistas? Isso é uma... Dr. Marcos vai me responder essa. A outra, que eu acho que é a fundamental. Não é muito tardia a colocação de barreira apenas no momento da entrada no mercado de trabalho ao final da carreira acadêmica e depois de enormes investimentos em termos de esforço pessoal, recursos financeiros e tempo feito por estudantes, familiares e Estado, na formação de um médico e de um dentista? Também fica essa pergunta. E para concluir eu quero fazer uma referência ao... Um apelo ao Dr. Ronaldo Mota que junto ao Ministério da Educação para que nós tenhamos critérios mais rigorosos que passe realmente por figuras de um colegiado responsável quanto à liberação de qualquer faculdade neste País. De qualquer ensino de terceiro grau nesse País. Porque senão nós estamos num caminho completamente desvirtuado. Acho que as nossas necessidades foram supridas e o exagero de oferta está nos prejudicando. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estão inscritos... Pela ordem aqui o Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Presidente, Senador Cristovam. Quero cumprimentar Senadora Serys e os demais colegas que aqui se encontraram. A Drª. Almerinda e os demais expositores que vem aqui contribuir para a reflexão em torno de assuntos tão importantes como os que estão sendo tratados aqui. Gostaria rapidamente para não tomar muito tempo começar pelo final, pela fala do Dr. José Fernando que abordou a questão, salvo engano, por nenhum dos demais expositores tratada, que é a questão da proficiência do exame dos profissionais estrangeiros. Que precisam atuar no País. Creio que há uma concordância nesse sentido, talvez até há unanimidade, mas eu trago aqui informações de situações ocorrida na minha terra, no Acre. O longínquo Acre. Onde o Poder Público tem enorme dificuldade em recrutar profissionais da medicina para o interior do Estado. Saibam as senhoras e os senhores que é uma dificuldade somente superada, Senador Buarque, com atuação de profissionais estrangeiros. Bolivianos, peruanos, cubanos que atuam no interior do Estado. Agora, eu não sei se procede a informação que eu tenho. Inclusive, desses profissionais de que o trâmite, a burocracia que cerca o exame de proficiência a qual eles necessitam ser submetidos e que nós todos concordamos que ele deva ocorrer, é infernal. A burocracia é infernal. Inclusive os custos são por vezes eles se cotizam, a informação que eu tenho. Que os curtos, Senador Buarque, para que eles possam chegar ao ponto de fazer o tal do exame, os custos são insuportáveis. Então algo que tem que ser pensado nesse sentido. É necessário que o profissional estrangeiro domine a língua, a gramática. Agora, submetê-lo a um processo extremamente burocrático e com os custos elevadíssimos, eu acho que tem alguma coisa equivocada nesse campo. Era só uma observação para a sua reflexão.

Com relação a outra questão que é objeto de um projeto e de uma Relatoria do Senador Papaléo, eu tenho certeza absoluta que não é... Até pelo que eu conheço do Senador Tião Viana, de forma alguma é propósito do Parlamentar... Eu vou começar afirmando o contrário. Eu digo e assumo a responsabilidade pelo que eu estou dizendo que de alguma forma exame de proficiência da forma como está sendo proposto é estímulo à formação de cartório no nosso País. Eu tenho certeza absoluta que esse não é o propósito do Senador Tião Viana. Pelo que eu conheço como profissional. Mas é estímulo de formação de cartório no nosso País. Senador Buarque propõe, e eu sou Relator de um projeto de sua autoria que o ingresso nas universidades e faculdades brasileiras se faça pelo exame seriado. É um critério justo, é um critério científico. Por que não a avaliação do profissional após o curso? Por que não se faz durante o curso no ambiente em que ele freqüenta, o ambiente acadêmico, por que não se faz a avaliação desse profissional também de forma seriada? [soa a campainha] Creio que seria a melhor forma, e a melhor forma de se evitar inclusive a Constituição desses cartórios. Que são verdadeiros cartórios. Sabe-se inclusive, isso aqui não se pode imputar a Ordem dos Advogados do Brasil. Mas sabe-se que aqui e acolá a gente já houve falar: Olha, quanto mais gente a gente reprovar, mais dinheiro a gente arrecada. Porque eles vão se inscrever de novo, vão fazer de novo e é mais grana que a gente... Quer dizer, a coisa está se deformando. Aquilo que deveria ser um critério de avaliação de um profissional está começando a sofrer deformações inaceitáveis.

E por último, eu afirmo que a responsabilidade, o Poder Público aqui, me perdoe a expressão, mas é frouxo. É frouxo no sentido do controle do que ele mesmo autoriza para funcionamento em termo de Escola Superior no nosso País, Senador Buarque. Frouxo. Parece até uma contradição. A gente exigir do Poder Público, por exemplo, rigor, aquilo que o Senador Pa-

paléo disse aqui é uma verdade. Tem gente juntando um escaraminguado(F) no Brasil para abrir uma Escola Superior. Porque se abre com qualquer coisa e de qualquer forma no Brasil. E o controle do funcionamento dessas escolas é frouxo. Eu afirmo isso. Porque eu conheço a realidade. É frouxo.

Então, não se pode transferir a posteriori a avaliação daquele que vai ser um profissional na área médica, odontológica, do direito, seja lá de que profissão for. Não se pode transferir essa responsabilidade. Essa responsabilidade tem que ser do Poder Público. A autorização, por exemplo, tem que ser algo de extrema... De extremo rigor. Para uma escola funcionar no nosso País, estamos falando de um País que precisa de escola. Agora, Escola Superior no nosso País para funcionar, tem que ter um rigor absoluto. Os critérios têm que ser definidos. Para abrir-se, para funcionar, o rigor tem que ser maior ainda nadar, Senador Buarque. Nós temos, o Dr. Ronaldo lembrou aqui. Temos avaliações... Agora, qual é o resultado disso? Eu não tenho notícia de um fechamento de uma Escola Superior no Brasil por conta de resultado negativo. Se tiver eu gostaria de tomar conhecimento que eu não tenho. E olha que resultado negativo tem sido aquilo que a gente tem mais tomado conhecimento através e logo após os resultados realizados.

Então, alguma coisa está absolutamente equivocada. Creio que essa responsabilidade do Poder Público não pode ser transferida para conselhos, para... Seja o que for. É um absurdo que isso aconteça.

Então, o que é necessário que se faça? Critério rigoroso, controle rigoroso, avaliação rigorosa para o funcionamento desses cursos. Que se fechem cursos. Que se remaneje os acadêmicos para outras escolas. Caso de fechamento. Eu não conheço um caso, Senador Buarque. Eu fico impressionado. Todo ano a gente tem. Resultado, a escola tirou a pior nota. E continua funcionando e continua formando mal. Então por que é que não se fecha? Que se fecha essa escola. Que se remaneje os acadêmicos que estão ali a partir de algum critério. Portanto, olhe, eu sou... Eu sou... Eu ressalvei aqui. Faço questão de ressalvar. Tenho certeza absoluta que o propósito e intenção do Senador que propôs esse projeto aqui é a mais saudável possível. Agora, na prática esse tipo de avaliação resulta na formação de cartório no nosso País. São... Eles estão por aí. Eles estão por aí. Talvez, Senador Buarque, atuando no sentido de... De não emprestar qualquer colaboração ao sistema de ensino, ao sistema de avaliação. A coisa está se deformando, a coisa está se degradando inclusive. Pelo que eu tenho notícia, pelo que eu conheço. Eu sou favorável à sua idéia, inclusive. De se fazer o exame seriado tanto para o ingresso como para a avaliação daquele que no futuro será um profissional. Que se faça isso dentro do seu ambiente, no mundo acadêmico, na escola. Anualmente que seu faça com a... Participação dos conselhos, de alguma forma que se construa o modus operandi, uma forma de se fazer essa avaliação. Poder Público, conselho, escola, seja lá quem for. Agora, que se faça de forma seriada para que não se... Primeiro, transfira responsabilidade. Para os conselhos posteriormente de se fazer uma avaliação única, submete lá aquele que é profissional, que isso se faça dentro do ambiente escolar, Senador Buarque. Nesse sentido eu concordo. Contrario a isso acho que nós estamos operando para não contribuir de fato para o engrandecimento do nosso ensino e para a avaliação séria daqueles que serão futuros profissionais no nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Dr. Médico Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, vou ceder minha vez para Serys. Ela está reclamando que tem que fazer, eu falo depois dela.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então fala a Senadora Serys que é autora do projeto, que provocou que nós estejamos aqui.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): O objetivo maior é esse. [risos] O objetivo maior é esse mesmo. Obrigada, meu querido Senador Augusto Botelho.

Bom, saudar meu Presidente da Comissão, querido Senador Cristovam, eu não sou titular nem suplente dessa Comissão, mas sou da CAE e CCJ e está tudo funcionando ao mesmo tempo hoje. Está bom por isso. Aprovou um projeto meu agora ali. E nem lá fui. Saudar a todos da Mesa. E a Drª. Almerinda, saudar meu querido Fernando, que além de conhecido é um grande amigo e um grande profissional. O Senador Cristovam falou: “A Senadora Serys que é a responsável por estarmos aqui”.

Então, o objetivo já foi conquistado. Já foi conseguido. Eu queria que essa discussão acontecesse. Eu queria ouvir coisas como já ouvi aqui de alguns, eu cheguei atrasada que eu estava na CAE e já tenho que ir para outra Comissão, mas já ouvi uma parte da fala da Drª. Almerinda, do Dr. Fernando, e aqui dos Srs. Senadores que nos antecederam.

Realmente a preocupação é grande. Eu, por exemplo, sou Advogada. E fiz lá o meu exame, não sei, já faz tempo, apesar da minha juventude, [risos] mas fiz lá meu exame da OAB. Aí, eu tenho recebido muita reclamação. Eu não fiz essa proposta por acaso, porque eu inventei e porque eu queria que fizesse.

Inclusive tenho filha médica, genro médico, etc. Não foi porque eles quisessem. O Dr. Fernando conhece a turma lá, né Dr. Fernando? Não foi porque eles pedissem, nada disso. Inclusive minha filha é professora concursada na Universidade Federal do meu Estado, de Mato Grosso, e foi porque realmente você como Senador tem que estar auscultando... Representar aqui a voz que está na sociedade. A voz da sociedade. E as reclamações são muitas. E eu não sabia como provocar essa discussão. Ah, porque tem muita autorização, porque são frágeis, porque as particulares não sei o que e grande parcela delas realmente deixam a desejar, as públicas também tem problema e aquela história. E tudo que foi dito aqui e muito mais. Decidi. Vou entrar fazer essa provocação.

Então o objetivo maior é realmente abrir essa discussão na sociedade via o nosso Parlamento, via o Senado da República. É importante sim abrir essa discussão. Por onde essa coisa vai acontecer, por onde vai melhorar, por onde vai ser superada, não sei. Tem grupos que me chamaram, sou chamada seguidamente Brasil afora pelas vítimas de erros médicos, por exemplo. E não são poucas. Não são poucas que estão postas por aí. Dias atrás inclusive eu não pude ir num encontro, queriam que eu fosse falar eu não fui porque o meu tempo não permitiu na agenda.

Então, essa é uma preocupação. E principalmente a nossa preocupação é com o usuário. Ou com o consumidor, vamos dizer assim. E aí nós temos que achar alternativas. Quais são? Não sei. Eu coloquei exame de proficiência porque é para provocar mesmo. Eu não sabia que nome dar. Por onde fazer caminhar essa discussão. Quando o Senador coloca aqui, ou seja, eu quis colocar o problema na pauta. Passa por educação? Passa. Passa por autorização desses cursos? Passa. [soa a campainha] Não vejo esse exame como punição de jeito nenhum. Como punição não serve. Que sejam buscados outras formas de avaliação. Quais? Não sei. Vamos buscar. Por isso eu fiz a proposição para que se busque. Ah, mas talvez seja tardia no final da formação fazer esse exame de avaliação. Se é tarde vamos buscar no começo. Vamos buscar durante a formação. O que não pode é deixar como está para ver como é que fica e vida de gente indo por aí. Porque se Advogado não mata, às vezes quase, né, mas médico pode matar. Pode matar, sim. Ah, mas existem os exames aí... Como é que fala... Depois que termina o curso, a graduação... A residência. Existe a residência. Mas você pode muito bem sair da faculdade, e eu sei de muitíssimos casos inclusive de pessoas que eram tidos como alunos extremamente fracos dentro da universidade e que saem sem pensar em fazer uma residência e vai trabalhar não sei aonde. Espera aí, é complicado. É a vida das pessoas que estão em jogo. Vamos prestar atenção. Se é tarde no final da formação fazer um exame de avaliação, até concordo que seja também. Eu fui professora da Universidade Federal de Mato Grosso 26 anos.

Então, eu sei que no final que pode ser uma coisa que vai virar cartorial, cartório de cobrança, etc, etc, de cursinhos de preparação? Pode ser que seja. Que não é por aí? Talvez não seja. Então vamos buscar. Vai ser no começo? Vai ser no meio? Em algum lugar tem que ser. Do jeito que está eu repito aqui não pode permanecer. Nem a medicina nem a odontologia. Isso para mim é muito claro. É a sociedade que está reclamando. Abrir a discussão, como disse aqui, buscar formas melhores de avaliar. Vamos buscar outras formas. Essa discussão que sirva para isso. Vamos fazer Emenda, vamos fazer novos projetos, vamos fazer substitutivo integral, Sr. Relator. Vamos fazer substitutivo integral. Mas vamos apresentar alguma coisa que mexa com essa situação. Porque se for para deixar do jeito que está e rejeitar simplesmente o projeto, eu sei que os reclamos da sociedade vão continuar e vão ser aprofundados. E aí tem alguma coisa que está errado porque a coisa está virando assim... Sei lá.

Então, eu acho que um substitutivo integral, uma discussão feita. Nós temos tantos Senadores, são vários Senadores que são médicos, parece que tem uma Senadora também médica.

Então, vamos fazer um agrupamento, juntar essas forças, chamar como estão sendo chamados aqui, e outras pessoas mais experts no assunto, especialistas, etc, na área de educação. O Ministério junto. Vamos buscar alternativas e que se faça um substitutivo integral. Já me sentirei extremamente contemplada. Eu costumo dizer que não preciso ser mãe da criança. Eu tenho tantos filhos e tantos netos, não preciso ser mais a criança. Eu costumo dizer que a criança tem que nascer saudável.

Então, se esse projeto ele não serve, ele serviu para abrir a discussão. E o objetivo foi esse. E nós queremos, sim, alternativas ao que está aí. Não pode continuar do jeito que está colocando no mercado profissionais frágeis, fragilmente formados. Isso não pode. Essa convicção eu tenho e eu vou exigir que essa discussão se aprofunde aqui no Senado e que a gente realmente ofereça uma alternativa ao que está aí. Deixar como está para ver como é que fica e rejeitar o que foi solicitado eu diria que é inaceitável, não por mim, pela sociedade. Porque isso que está aí foi provocado para discussão e vai provocar realmente mudança. Mudança nas autorizações dos cursos, mudança naqueles que já estão aí, fiscalização severa, laboratórios, profissionais formados aqueles que estão ensinando, formados

para valer, com pós-graduação... Ver essa questão da residência... Ou de repente obrigar: Tem que fazer residência. Pronto. Aí eu quero ver se não vai sair mais aperfeiçoado e se não teremos um atendimento muito melhor em favor da sociedade. Obrigada. Eu peço desculpas que eu vou ter que sair.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço a Senadora e passo ao Senador Augusto Botelho. Último inscrito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Nós... Bom, vou cumprimentar a todos da Mesa, o Dr. Ronaldo, Marcos do CFO, Miziara uns dos nossos patologistas mais proeminentes desse País. O Dr. Vinagre, a Drª. Almerinda Carvalho e o nosso Presidente que está comandando isso aí.

Presidente, aqui nós estamos fazendo assim, nós estamos... é um problema médico. Nós temos um paciente que está com febre, no caso aí ou um defeito de fabricação, segundo a nossa amiga Serys. Um defeito de fabricação nos médicos. Ela está alegando que está acontecendo. Ou um paciente com febre. E o remédio do curso dessa prova, só essa prova que pode ser feita de uma forma ou de outra, depois que a pessoa sair da faculdade é como se a gente tivesse dando só um remédio para febre e deixando o abscesso continuar lá, que é a causa da febre. No meu caso, aqui, o abscesso é na faculdade de medicina que formam médicos deficientes ou a fábrica de carro que faz o carro com defeito.

Então acho que realmente a intenção da Senadora Serys é boa, mas não vai ser a solução do problema. Nós temos que realmente sentar cobrar do Ministério da Educação que teme uma posição mais enérgica e que, por exemplo, nós sabemos que o ensino é um negócio. As universidades particulares. Eu também acho. Admito que seja um negócio. Mas que se faça um negócio para fazer direito. Se eu fizer uma fábrica para fazer um carro que saia com defeito, o pessoal da indústria não vai permitir que eu faça isso. O próprio consumidor no fim rejeita o carro. Mas o médico... nós temos uma falta de médico muito grande no País. Por incrível que parcela nós temos mais de quatro mil Municípios que não têm médico no Brasil. Dentro. Médico residindo, vivendo lá dentro. E nós precisamos de médicos. Uma vez eu discuti com o Senador Cristovam Buarque reclamando sobre as qualidades das faculdades, porque lá em Roraima, eu sou de Roraima, eu sou Senador do Estado de Roraima. Os nossos municípios não tinham faculdades. Aliás, só tinha federal. Quando surgiu uma particular lá de um curso qualquer, foi boa. Era fraquinha, mas era boa. Porque é melhor eu ter uma faculdade fraca do que não ter nenhuma para as pessoas que estão lá. É uma oportunidade dos que não tem chance de cursar em outro lugar. No caso do médico... Realmente é melhor ter um médico que não seja um Zerbine(F) lá no... Entre Rios do que não ter nenhum médico. Entre Rios é a cidadezinha mais longa, mas distante na direção daqui do sul do meu Estado. Que é o que acontece. Mas nós que somos parte do Governo desse País, do Poder Legislativo, juntamente com o Executivo que é o que permite, que autoriza as faculdades de medicina acho que tem que sentar, criar uma forma de um grupo de professores, de Faculdade de Medicina, de pessoas inteligentes para discutir e tomar uma solução. Porque realmente as Faculdades de Medicina, dessas novas, me dizem que tem faculdade que tem 300 vagas começando agora. Privada. 200 vagas de curso médico. E o hospital que vai ela vai freqüentar? Primeiro, a gente fica com muita dificuldade. Papaléo reclamou de não ter cadáver para dissecar. Realmente eu não sei o que é que se passa aqui no meu pescoço se eu não abri um cadáver para ver. Então... é difícil. Estamos com dificuldade. Existem os bonecos, essas coisas. Ajudam. Mas e essas faculdades particulares estão fornecendo essas coisas para esses alunos? Ou só estou cobrando? O preço de medicina em média é três e quinhentos. Três mil e quinhentos. Três mil equivale a dez alunos de trezentos, que é o preço médio dos outros cursos de faculdades.

Então, eu acho que também essa prova de proficiência deve ser discutida pela classe. Quem tem que discutir é o CFM, e AMB, a Associação Médica Brasileira, o Conselho Federal de Medicina e a Federação dos Sindicatos dos Médicos. O mesmo fato eu transfiro para a odontologia. Porque a veterinária instituiu [soa a campainha] o exame de proficiência. Mas os veterinários passaram cinco anos discutindo o assunto e chegaram aqui com trabalho elaborado e feito e nós todos aprovamos. Essa prova só que vai ser feita se fosse feito tipo OAB vira um cartório, como ele falou. E não mede coisa nenhuma. Uma prova que você estudo faz. Você estuda ali, como o nosso representante CFO falou. A nossa profissão é 30% de teoria e 70% de prática A prova que a gente faz ali é só teoria. Não tem pratica nenhuma. É lógico que nós queremos melhorar a qualidade dos médicos do Brasil. Mas eu computo a maior responsabilidade ao Ministério da Educação. Porque nós estamos fabricando peças com defeito. Nós estamos... Quer dizer, fabricando peças com defeitos, mas quando não tem nenhuma peça é melhor uma com defeito. Mas nós podemos corrigir isso.

Então, eu acho que deve ser... é hora do Ministério da Educação tomar uma providência juntamente com o da saúde e reunir um grupo de pessoas de alto saber e tudo para decidir uma solução. As escolas estão... é

bom que tenha muitas escolas de medicina, mas é bom que tenha escolas de medicina que forme um médico razoável pelo menos para trabalhar no Saúde da Família, que pareceu mais fácil Saúde da Família, mas é uma das coisas mais complexas porque abrange toda a medicina. E redirecionar as nossas universidades para formar os médicos de formação geral, uma formação mais ampla. Nós estávamos tendendo a especialização. Quando eu estava na faculdade o meu professor de hematologia falou que tinha um grupo querendo fazer, especializar só em glóbulos brancos, por exemplo, na hematologia. Não podia ser dessa forma a medicina. Naquele tempo, eu saí da faculdade em 72, faz 35 anos agora, começou a reverter nesse sentido de que a gente saia com formação, mas ampla. Mas não estamos chegando aí. Essa multiplicação de faculdade de odontologia e de medicina vai permitir que saiam médicos e dentistas sem estar bem preparado. Mas nós precisamos de médicos e dentistas nesse País. Mas nós do Ministério da Educação e da Saúde juntamente com o Parlamento temos que fazer forma de melhorar isso. Por exemplo, eu não entendo como é que pode ter uma Faculdade de Medicina que não tem Hospital da Clínicas agregado a ela. Que não tem um laboratório ligado a ela. E isso tem acontecido no Brasil. E o Ministério da Saúde... Mas também, o Ministério da Educação, a faculdade antes da autorização começa a funcionar. Quando está perto de formar a pessoa é que você bota a corda no pescoço do Ministério da Educação. Tem que autorizar. E finda autorizando. Porque aquelas pessoas estão... Então nós temos que criar uma força e dar poder ao Ministério da Educação para poder regulamentar isso realmente. Que as faculdades de medicina e odontologia tenham ligadas a elas sob responsabilidade delas que ela cobre do seu aluno, a residência, mas que tenha. Porque não pode ficar dessa forma. Senão quem vai sofrer são os mais pobres e os mais fracos porque os médicos menos qualificados tendem a ir para as pontas... Para os lugares onde não existe médico. Nem é assim também. Porque se não já tinha médico... Então a gente fica numa dúvida. Será que está tão desqualificado assim os médicos que estão saindo? Eu acho que nós temos que sentar, discutir e tomar uma solução juntamente com esses organismos que fazem parte da classe média que é o Ministério da Educação. E essa Casa tem que dar mais poder para o Ministério da Educação para ele poder definir isso. Se tiver faltando poder para definir as coisas... Poder e conhecimento. Conhecimento já tem, porque todos fazem parte. Então temos que achar uma solução aqui. Só instituir uma prova de proficiência não vai resolver. Eu sou do jeito que está o projeto eu sou contra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está inscrito ainda o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu só peço desculpas pela ausência que eu estava na Comissão de economia, mas vou ter a paciência, o interesse em ler os depoimentos que aqui foram proferidos pelos eminentes professores e representantes de entidades. Mas eu acho que Senador Augusto Botelho tem muita razão no que diz da qualificação médica durante o curso. E a inversão da autorização. A autorização tem que ser anterior em funcionamento da escola de medicina. E outras tantas. Mas medicina é importante porque lida com a vida.

Então, nós temos que ter uma visão um pouco mais ampla. Eu tenho um filho que é médico. Ele é formado na Escola Paulista de Medicina. Hoje Universidade Federal. Fez residência da Faculdade de Medicina da USP. De lá saiu, trabalhou um ano na USP e foi se especializar nos Estados Unidos em neuroncologia onde ficou três anos. Falei: “Você vai ficar o tempo inteiro estudando? Você tem que começar a ganhar um dinheiro”. Ele disse: “Pai, não existe bom médico que não fique dez anos se preparando para uma especialidade”. Dez anos ele contou para poder... E ficou dez anos. Estuda e trabalha na USP. Hoje ele é médico do Sírio-Libanês.

Então eu comecei a aprender com ele que a importância da preparação do médico para o futuro da especialização. Não adianta o... Que faz o hemograma só dos glóbulos brancos na universidade. Ele tem que ter uma clínica geral de um estudo e se aperfeiçoar no futuro fazendo os cursos que são apresentados nas grandes universidades.

Eu recebi recentemente e fiz um estudo, devolvi ao Ministério Público e provavelmente está voltando um pedido do Conselho de Medicina de criminalizar os maus médicos que praticam erros inexplicáveis e também os falsos médicos que hoje se proliferam por aí. E acho que nós temos que realmente criminalizar com mais rigor aquelas atitudes de médicos. Fazem cirurgias sem estarem preparados e acabam levando o cliente por um preço baixo a um óbito ou deficiência permanente.

Eu acho que chegou a hora de nós começarmos a discutir, aprofundar e o MEC dentro dos critérios que o Congresso deve aprovar ter uma cautela da aprovação da faculdade anterior ao seu funcionamento. Só começar a funcionar depois de autorizado e a fiscalização permanente. E não adianta, Senador, tem gente que tem faculdade e vai fazer o preparo médico num hospital distante, ou para... Ou como assistente auxiliar porque a residência ele não consegue dentro do

exame. Porque é um exame de seleção importante, a residência médica. A gente sabe porque acompanhou de perto essa busca do aperfeiçoamento na residência médica que é obrigatória, se não me engano. É obrigatória. E nós estamos importando médico de Cuba, da Bolívia, não sei de onde para servir no norte do País. Porque alguém que se forma nos Estados grandes querem ficar por aqui, mesmo sem a qualificação suficiente para prestar um bom serviço à saúde pública principalmente. Eu agradeço V.Exª por ter permitido que eu falasse.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Eu sou engenheiro, então fica difícil dar opinião na questão médica. Mas eu queria aqui, me parece que nós estamos de frente a mais uma das questões que surgem no Brasil onde você tem um problema, e aí de repente você vê oito ou oitenta. É exatamente o que está acontecendo aqui. Quer dizer, nós temos um problema? Temos. Houve uma expansão grande de cursos de medicina e de odontologia? Sim. Isso foi ruim? Em algum ponto pode ter acontecido algum problema, mas não foi ruim como um todo. Eu estava até perguntando ao Papaléo aqui, o protético dentista em Minas tinha muito isso. Tinha lá os "Tiradentes" da vida. Era cheio de "Tiradentes". Agora não tem mais. Agora todo mundo é dentista mesmo. Formado em odontologia. Agora, é melhor ter isso do que ter o antigo prático? Evidente que sim, que é melhor.

Então nós temos que buscar o meio termo mesmo. A posição... Exatamente, a qualificação, é o meio termo. Agora também só por uma prova eliminar todo mundo que nem está acontecendo no caso do direito, também não tem sentido. Ah, porque a medicina e odontologia lidam com a vida humana. A engenharia também lida com a vida humana.

Então, nesse caso específico eu acredito que nós temos que buscar o meio termo. O meio termo aí talvez seja mesmo pela sabedoria mineira lá nós acharmos uma alternativa em que não se tenha a eliminação por uma prova, mas também não se continue com o risco que tem hoje de pessoas saírem sem aprovação. É a fiscalização, a questão ligada à residência, a residência também é muito porque como foi bem colocado aqui, a profissão, o Senador Augusto Botelho coloca, a prática é que mostra muito a formação do médico. Então só essa posição que eu queria trazer aqui que nós devíamos buscar realmente um meio termo, bom senso numa discussão como essa.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu vou passar a palavra para os expositores. Quero dizer só duas palavras. Uma quando o Senador Augusto Botelho falou que veterinária já tem, é porque veterinária afeta a economia. Medicina só a saúde das pessoas. Essa é a realidade desse País. Então... Então é preciso cuidar da economia. De vez em quando tem um problema de exportação de carne. Então isso tem que cuidar com muito cuidado. O resto só mata gente. A gente não precisa ter tanta pressa de cuidar. É triste, mas é a verdade. Basta ver a política em relação à importação de remédios para animais e para gente, basta ver que no fundo, no fundo, os animais são melhor tratados.

Sobre fechamento de curso eu quero dizer que 2003 foram fechados três cursos. Mas não de medicina. Mas medicina houve sim uma moratória de seis meses. Que era o tempo que se imaginava de encontrar uma saída. Depois se liberou. Tem um projeto do Deputado Chinaglia que propõe fechar... Não abrir nenhuma nova faculdade por dez anos. O que eu pessoalmente acho uma temeridade. Um País que falta médicos pelo menos espalhados no País, podem estar concentrados em algumas áreas, de repente fechar por dez anos? Eu não consigo imaginar no Brasil fechar curso nenhum por dez anos. Mas tem essa proposta. Talvez seja a idéia do oito ou oitenta que falou o Senador Azeredo.

O fato é que... Ele é médico também. O fato é que tem que encontrar o caminho que traga qualidade com formação. E com a possibilidade de todos que quiserem estudar poderem estudar. Porque se há necessidade de Medicina e há boas faculdades, alguém tem que pagar esses três mil reais se as federais não assumirem o número de vagas que o Brasil precisa. Tem que se descobrir uma maneira de resolver isso. Um deles é o exame que estamos em debate e que eu passo em primeiro lugar ao Dr. Vinagre que me deu a palavra em primeiro lugar e farei na ordem passando depois para a Ministra Almerinda...

SR. JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE: Senador, eu queria em primeiro lugar fazer um esclarecimento. Eu fui convocado para essa audiência e na quinta feira passada eu estava representando o Conselho em uma atividade aqui em Brasília e recebi um telefone dizendo que a discussão hoje aqui seria sobre exame de proficiência de língua portuguesa na exigência.

Eu quero me desculpar com a plenária e foi isso que eu trouxe aqui para discutir esse que é uma exigência que o Conselho faz. Eu acho que está feito o esclarecimento e eu que me perdoe o equívoco.

Mas agora o senhor vai me permitir fazer alguma interferência do Conselho na questão que eu vi que

era... Da proficiência para os formados em medicina e odontologia.

Essa discussão intramuros existe. Não tem dúvida. O Miziara é da Associação Médica Brasileira e sabe disso. Nós temos já, eu tenho já dez anos de Conselho, quase quatro de Conselho Federal, hoje estou na Diretoria, e essa discussão existe e vai continuar existindo.

Agora, muitas questões foram abordadas aqui que eu tenho que concordar que realmente são questões que são urgências e que precisam ser resolvidas: Existem 70, pelo menos, que eu saiba, pedidos de aberturas de novas escolas médicas nesse País. No meu Estado, em Mato Grosso, nós temos duas faculdades. Uma federal e uma privada e uma outra pronta com pedido já de... para ser aberta, ela falta passar só pelo crivo do Ministério da Educação, para que ela seja aberta. Recentemente foi ampliado para essa Comissão que avalia a abertura de escolas médicas no Brasil, foi... O Conselho Federal de Medicina e a AMB estão fazendo parte dessa Comissão hoje que avaliam a necessidade da abertura, necessidade social da abertura de uma Faculdade de Medicina. E os conselhos e a AMB tem participado dessas comissões, o que abriu um pouco para a classe médica a discussão. Porque nós éramos alijados antes desse processo de abertura de novas escolas médicas nesse País. E então, outras questões que o Senador Eduardo, o Senador Geraldo abordou aqui. Com certeza Senadora Serys sabe que Mato Grosso nós temos também deficiência. O tamanho do Estado de Mato Grosso, nós temos 150 Municípios praticamente e nós temos deficiência de médicos em alguns Municípios do Estado. A questão do... Programa de Saúde da Família e tal. Mas o que falta, Senador, na realidade, a meu ver, é uma... Uma carreira de Estado pro médico. Eu acho que nós estamos hoje... Se o senhor pegar um contrato que as Prefeituras do meu Estado, do interior fazem com o médico recém formado para irem trabalhar nos seus Municípios é vergonhoso. Os contratos são de 11 meses, sem direito a férias, sem direito a nenhum benefício trabalhista. Depois desses 11 meses o médico não sabe se ele vai continuar ou não vai continuar nesse Município, ele às vezes muda com a família para lá e um ano depois ele é sumariamente mandado embora, sem direito a nada.

Então, esse é um grande problema que nós enfrentamos para a fixação do médico no interior do País. É por isso que tem cidades hoje como Belo Horizonte que nós temos um médico para 250 habitantes, e tem mil Municípios do País, segundo os dados do Ministério da Saúde ainda sem médico. Nós precisamos de uma forma de fixar esse médico no interior. Eu garanto para o senhor que nós temos médicos suficientes, sim, para ir para todos esses Municípios que estão hoje carentes de médico.

Eu acho também que tem que ter uma forma de avaliação da faculdade durante o seu... O que acontece? Abre-se a faculdade. Só vai se reconhecer depois que forma a primeira turma, assim mesmo sem a garantia de que essa faculdade será reconhecida. O aluno forma, depois normalmente de ter pago três ou até quatro mil reais por mês em escolas particulares, e ele não sabe o investimento que a família se mobiliza inteira para que se forme um filho ou uma filha médica, hoje não só pai e mãe, mas a família inteira, e ele não sabe se vai ter a garantia de que o diploma dele possa ser registrado. Aconteceu isso, eu era Presidente do Conselho Regional de Medicina em Mato Grosso na época que formou a primeira turma da faculdade privada de Mato Grosso. E nós tivemos essa dificuldade porque formavam e eles não tinham a garantia, eles deram prazo assim de seis meses talvez o diploma fique pronto. Todos entraram na justiça, o Juiz mandou que o Conselho registrasse todos. Sem o diploma. No que vai frontalmente contra a legislação desse País. Não se pode registrar médico nenhum nesse País se ele não tiver seu diploma devidamente registrado no MEC.

Então, as coisas acontecem nesse nível. Realmente a discussão é uma discussão ainda que está começando, eu quero até louvar a minha amiga Senadora Serys de ter trazido essa discussão a baila. Realmente o Conselho Federal não vai fugir da discussão, com certeza, nós estaremos aqui sempre que formos convocados para discutir isso, mas eu acho que tem que ser avaliado com muito critério e com muito bom senso. Muito obrigado pela permissão de ser o primeiro, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e peço permissão,eu sim, porque eu tenho que sair para um compromisso que estão cobrando e passo a Presidência ao Senador Papaléo Paes. E agradeço a presença do Senador Wilson que muito nos orgulha de estar aqui conosco.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Dando prosseguimento à Audiência Pública, eu passo a palavra à Conselheira Almerinda Augusta de Freitas Carvalho, Chefe da Divisão de Temas Educacionais do Ministério das Relações Exteriores.

SRA. ALMERINDA AUGUSTA DE FREITAS CARVALHO: Muito obrigada, Sr. Senador. Nós gostaríamos apenas de [interrupção no áudio]

Eu gostaria apenas de reiterar a disposição do Ministério das Relações Exteriores de cooperar dentro

claramente das suas atribuições em todos os setores que sejam necessários para que o tema que é tão importante seja definido da melhor maneira possível para os profissionais brasileiros e aqueles que estudaram no Brasil. A nossa disposição e a nossa cooperação continua absolutamente aberta. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, doutora. Passo a palavra ao Dr. Marcos Luís Santana, Secretário Geral do Conselho Federal de Odontologia.

SR. MARCO LUÍS MACEDO DE SANTANA: Senador Papaléo, eu quero colocar mais uma vez que o Conselho Federal ele tem a visão de que os instrumentos de controle e avaliação já existem, só está faltando tomar as atitudes, o MEC tem o sistema de avaliação do ensino superior, já identificou onde é que está o problema, já identificou quem é insuficiente, quem é médio, quem é regular, quem está bom, e não tomou as atitudes que teria que tomar.

Agora, com relação à autorização de curso, qualidade de instalações, corpo docente, isso realmente precisa fazer um critério mais rígido, porque inclusive na pós-graduação existe também uma certa liberalidade onde os cursos técnicos, práticos, estão sendo abertos em todo o Brasil, em núcleos sem que o critério de qualidade, as instalações são insuficientes, o corpo docente não atende e as universidades estão agindo, criando satélites no Brasil inteiro, nos interiores com cursos de especialização na área da saúde onde existe o exercício prático e um título de especialidade que nós temos como Conselho que registrar por força de ser um título legal, autorização do MEC.

Eu acho que o Conselho já se manifestou contrário à prova de proficiência, as razões já foram colocadas, eu digo que nós estamos abertos à Comissão de Educação do Senado para colaborar se for necessário auxiliar o Governo a ter os critérios [soa a campainha] que qualifiquem melhor a educação do País, nós temos condições de colaborar, temos certeza que podemos fazer isso e dizer que o provão e a prova de proficiência nunca vai ser a solução para a qualidade do ensino no País porque senão a formação de direito do Brasil seria a melhor do mundo, porque existe provão e proficiência há mais de 40 anos e foi o curso que pior está formando no Brasil atualmente.

Agradecer ao convite da Comissão e dizer que nós estamos dispostos a colaborar. E acho que tem um projeto do Senador Gilvam Borges que é o Projeto de Lei nº. 585 que instrumentaliza o MEC a tomar as medidas necessárias para que se punam as instituições de ensino que não alcançam os limites que são estabelecidos como aceitáveis para a educação no Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu agradeço ao Dr. Marcos e passo a palavra ao Dr. Ronaldo Mota, Secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação.

SR. RONALDO MOTA: Exmºs Senadores, acho que os dois temas eu não minimizaria a questão que o Dr. José Fernando nos abordou, porque há sim a questão do exames de proficiência de língua portuguesa para profissionais na área médica e da odontologia vindos do exterior. Só tendo fortemente a concordar pela experiência que nós temos do CELPE-Brás que o nível intermediário avançado é plenamente suficiente para o bom exercício profissional. Acho que o nível avançado, essa opinião é técnica nossa, ele talvez seja exagerado. O intermediário superior é plenamente suficiente.

Devo adiantar que qualquer crítica que se faça demandando extremo rigor na abertura de cursos pelo MEC só entendemos como elogio e reforço atuação que temos tido. Devo destacar há praticamente um ano não autorizamos nenhum curso de medicina. Isso não nos envaidece. Pelo contrário, devo deixar claro, até faço uma observação, Senador Wilson vai me entender melhor do que ninguém, do que não significa que por não termos autoridade o curso de medicina que os cursos não sejam abertos. No momento temos dois cursos abertos por Ordem Judicial. Portanto, a situação é mais complicada do que possa parecer a primeira vista. A aplicação de extremo rigor ela deve ser feita em todos os momentos. É uma lei desta Casa, e não do MEC, o MEC é o órgão Executivo que aplica a lei dos sinais. É uma lei sancionada em abril de 2004 e que não nos permite, é bom que seja assim, que a partir do exame somente de avaliação do acadêmico automaticamente autoriza o MEC a fechá-la. O exame, repito, autorizado por essa Casa entende a complexidade do ensino superior brasileiro. E demanda que outras dimensões além da avaliação do acadêmico, incluindo avaliação de curso in loco [soa a campainha] e avaliação da instituição sejam completados.

Portanto, estamos no meio do processo. O processo tem sido feito, entendo eu, com grande competência, reconhecido pelo setor, e que deverá ter como seus processos intermediários punições, sanções a cursos mal estruturados, isso está em curso, isso vai ocorrer, só que se nós fizermos fora do período adequado, poderia representar atos autoritários, perseguições, e não embasados em elementos consubstanciados de qualidade.

Sinalizo para uma questão importante aos Senadores. Estamos, e não é só o Brasil, vivendo um momento de ruptura. Temos no passado algumas décadas onde o ato de formatura se constituía no ato em si. Uma vez

formado o profissional estava plenamente habilitado ao exercício ao longo de sua vida. Não é terminantemente não é, e cada vez mais será enfaticamente assim esta realidade presente futura. Os profissionais terão que necessariamente passar por educação continuada. Não foi a toa que eu me referi a questão do farmacêutico na Europa. Ela passará a ser uma realidade nacional em todas as profissões. Não é o caso específico da medicina, nem da odontologia e nem da engenharia. Todos profissionais mais cedo ou mais tarde deverão para o bom exercício da sua vida profissional passar por processos de certificações periódicas. Nós adotaremos isso mais cedo ou mais tarde.

Em particular sobre medicina, ressalto a importância dos Senadores conhecerem uma experiência feita pelo Conselho Regional de Medicina de São Paulo, que ao procurar determinar se havia uma correlação entre curso de medicina novos e erros médicos, e cursos de medicina tradicionais e o não erro médico descobriu que não havia essa correlação, pelo menos não era tão clara, mas havia claramente uma correlação mostrando que o profissional médico comete mais erros médicos entre 12 e 16 anos de formado. Aproximadamente. E a única explicação plausível era que exatamente nessa faixa de pós-formado que em ocorrendo uma ausência de educação continuada ele difere do profissional recém formado que recentemente teve contato com tecnologias mais avançadas e, portanto, tem em princípio uma capacitação maior e que comete menos erros médicos ou então aqueles mais antigos que formados tanto tempo se recusam a usar as novas tecnologias e, portanto, também cometem menos erros. Mas há uma faixa de profissionais que na ausência no ensino de educação continuada têm acesso e fazem uso de tecnologias, no entanto, não tem a capacitação adequada e, portanto, resulta em erro médico. O que isso refere-se? É fundamental que nós pensemos, não sei se imediatamente ou a médio prazo, a necessidade sim de periodicamente termos em todas as profissões atestados certificações.

Somente último registro e faço em homenagem ao Senador Papaléo, que por mais que a gente possa entender eventuais dificuldades, devo registrar que a Universidade Federal do Pará, e aqui não me refiro especificamente à área médica, mas é um dos grandes e belos exemplos de crescimento institucionais no Brasil. Não só em Belém. Tive a oportunidade de visitar e me impressionou profundamente visitar a cidade de Bragança, quem não for do Pará talvez não conheça, mas saber que em Bragança no interior do Pará, temos não um bom curso, mas temos um doutorado em genética. Portanto, a realidade educacional daquele Estado em função inclusive da presença da Universidade Federal do Pará está sendo transformada fundamentalmente naquilo que é mais importante. Através da educação. Então agradeço o convite e a honra de estar presente aqui.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É que ele falou de educação continuada e nós omitimos que o CFM e o CRM já estão... Eu queria que o Dr. Vinagre depois falasse a respeito disso um pouquinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Permito.

SR. JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE: ... Juntamente com a AMB e as entidades médicas, nós estamos em 2007, final de 2005, nós fizemos uma resolução que obriga o médico que está formando agora a revalidar o seu título de especialista a cada cinco anos. E as sociedades, especialidades, a AMB, os conselhos têm que disponibilizar para esse médico os critérios que são alocados na resolução para que ele possa fazer essa revalidação. É obrigatório. Para os médicos antigos, não. Mas eles também podem entrar nesse sistema de revalidação. E está sendo de excelente aceitação a resolução junto à classe médica. Nós já temos muitos médicos inscritos no programa de revalidação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Eu concedo agora a palavra para as considerações finais ao Dr. Elias Fernando Miziara, Diretor de Proteção ao Paciente da Associação Médica Brasileira.

SR. ELIAS FERNANDO MIZIARA: Muito obrigado, Senador Papaléo. Primeiramente manifestar nossa alegria, nosso prazer de participar de uma audiência como essa que trouxe muita informação, trouxe um enriquecimento ao conhecimento nosso com certeza e espero que também aos Srs. Senadores que buscam alternativas aos dois projetos ora existentes. E inclusive nos parece que há um certo consenso e ao final vamos ver se de fato aconteceu esse consenso.

Eu gostaria de abordar alguns temas que apesar de terem sido colocados pelo Senador Geraldo Mesquita, Senadora Serys Slhessarenko, pelo Senador Tuma, pelo próprio Senador Papaléo, alguns temas que ficaram... todos podem ser enquadrados praticamente num contencioso único que seria o fato de não haver concretamente uma regulamentação na questão tanto da abertura de novas escolas, como no acompanhamento das escolas, como também na autorização do exercício profissional. E isso nós vemos como? E de que maneira? Por exemplo, o Senador Pa-

paléo chamou atenção do ponto da precarização das faculdades. Hoje há uma intensa não só precarização. Porque precarização pressupõe que ela já foi boa, e agora está ruim. Mas são muitas, que o Senador Botelho se refere com propriedade que já abrem mal. Já começam sem estarem vinculadas a um hospital, sem ter o cadáver. Antigamente as turmas de graduandos medicina sempre colocavam no seu convite: "agradecimento ao cadáver desconhecido". Uma coisa, algo tétrico, convenhamos, para os tempos de hoje então, ainda mais tétrico e politicamente incorreto. Porém, é um traço cultural de uma verdade. Porque é no cadáver que se faz todo o aprendizado anatômico para depois aplicação em vivo. Esse é o fato. O boneco pode servir para iniciar um aprendizado à autonomia. Mas de fato não representa a verdade do aprendizado.

A questão de faltar médicos no Acre. Gostaria que ficasse registrado para o Senador Geraldo Mesquita que nós já estivemos inúmeras vezes no Acre. Eu mesmo estive em julho agora acompanhando todo um processo de precarização usando a mesma palavra da minha especialidade na FUNDACRE, que houve uma denúncia, o Conselho Federal de Medicina nos convida a fazer uma fiscalização e fomos, apontamos as falhas em conjunto com os patologistas locais e com a direção da escola e a direção da escola já vem hoje tomando providências. Por quê? Porque muitas vezes falta orientação. E a falta de médicos no interior do Acre está também vinculada a outros fatores, como, por exemplo, a falta de estímulo para que o profissional saia de um lugar onde tem tudo para um lugar onde ele não tem nada. Inclusive faltam medicamentos, faltam aparelhos instrumentais, falta tecnologia para o exercício da profissão e que acaba então servindo muito bem é um terreno fértil para aqueles que não têm de fato autorização legal para trabalhar, como é o caso dos estrangeiros que não foram submetidos a prova, enfim, obtiveram autorização para exercer a medicina no Brasil.

Então, isto é uma denúncia, mas essa denúncia não pode ficar apenas solta. Faltam médicos no interior. Faltam sim, mas faltam muito mais coisas. Há histórias e mais histórias de Prefeitos que desestimulam a ida de médicos, e o Programa Saúde da Família do Ministério da Saúde comprova isso claramente. Prefeitos que desestimulam porque o médico acaba sendo uma liderança local e enfrenta politicamente e acaba enfrentando politicamente o Coronel da região. Então o contexto é muito mais amplo e nós não podemos simplesmente fingir que isso não existe.

A questão que a Senadora Serys levanta, na questão da vítima, do erro médico, que depois é também lembrado pelo Prof. Mota, na experiência referida do CREMESP que seria em relação a esse período intermediário do exercício profissional e que possivelmente isso estivesse ligado à questão da tecnologia. E eu diria com o conhecimento que nós temos da nossa corporação que o erro médico está muito mais vinculado ao comportamento de que o desconhecimento técnico ou o desconhecimento de novas tecnologias. As novas tecnologias pelo contrário estimulam ao erro. Porque usadas de forma abusiva acabam afastando o médico da verdadeira propedêutica que é a conversa com o paciente. A questão que hoje se bate muito que é pela humanização do exercício da medicina e de outras tantas profissões e categorias que estão aí hoje mecanizadas e afastadas do contato humano.

O médico conversar com o seu paciente, o médico colocar na mão do seu paciente é muito mais importante do que qualquer ressonância magnética, nuclear médica de alta resolução que de fato não faz nenhum diagnóstico e não garante que o procedimento médico será correto.

Então, as vítimas que mais reclamam nos Conselhos Regionais de Medicina, Dr. Vinagre, como Corregedor Adjunto do CFM, é a pessoa mais autorizada para falar sobre isso, como a palavra é minha, Vinagre, eu vou falar, mas as vítimas que mais reclamam estão relacionadas à questão de relacionamento, mas do que do ato médico em si.

Muito bem. Eu gostaria então já de encaminhar para a minha finalização, destacar que nós trouxemos concretamente uma proposta, uma alternativa para o exame final que foi a proposta do teste de progresso. Isto é, um exame que fosse feito ao menos no segundo ano, no quarto ano, e no final do curso. São pelo menos três. Mas se pode discutir alternativas de ampliação. Por quê? Possivelmente fazendo no primeiro ano seja ele de muito pouco significado. Porque seria um exame muito teórico. Mas a medida que se vai progredindo na escola, o exame será não só teórico, mas também prático. Isto é muito importante porque o médico acima de tudo traduz a combinação, a conjunção do conhecimento teórico com a prática. Com o saber fazer mesmo de fato como fazer o seu procedimento. O teste de progresso, que está sendo testado já por algumas universidades, eu vou deixar a referência para o Senador Papaléo, nós disponibilizamos nossa gente da Associação Médica Brasileira e do Conselho Federal de Medicina para dar todo o material, todo o instrumental. E interessante alguns dados que não apresentei até pelo tempo da Sessão, mas alguns dados que mostram que o pior desempenho dos alunos está relacionado às cadeiras básicas, principalmente àquela ligada à medicina básica, a medicina... A clínica propriamente dita. Quando entra na área de especia-

lização, melhora o rendimento. Isso é uma coisa interessante. Porque demonstra também que de alguma maneira o ensino hoje está desvinculado daquilo que é mais interessante para o SUS e para as necessidades da nossa população que é o exercício da medicina de família, da medicina de atenção básica de saúde que nós sabemos que é o ponto fraco do País onde nós precisamos de fato investir.

Então a Associação Médica Brasileira com muita satisfação agradece sua participação aqui, se disponibiliza perante esse Senado para fornecer todos dados e todos os seus profissionais para a construção de um projeto que venha realmente contemplar não só o exame de proficiência, mas a questão das faculdades, das novas faculdades. Existem hoje no Ministério, salvo engano atualizado até a semana passada, pedido de novas 70 faculdades de medicina que nós sabemos que estão principalmente concentradas na região sul e sudeste do País. Onde nós precisamos de médico? No norte e nordeste e inclusive no centro-oeste. Mas não é para aí que se abre novas faculdades. Pena que o Senador Azeredo não esteja mais aqui. Somente para o Estado dele, Minas Gerais, são 30. Ou pouco mais de 30 novas faculdades para colocar aonde? Para formar gente pra quê? Para ir para onde? Para ficar em Minas Gerais que já tem uma superlotação?

Então esses problemas todos nós estamos absolutamente dispostos, disponíveis para discussão com esse Senado e para propor para nosso País aquilo que há de melhor. Não vamos fechar escolas que sejam necessárias, mas não vamos abrir escolas onde não são necessárias cujo objetivo final, Senador, o senhor tem toda razão, é a mercantilização, e inclusive a prova como teste único final é uma forma de mercantilização que nós de forma alguma aprovamos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Muito obrigado, Dr. Miziara. Eu quero com muita honra registrar a presença do nosso colega Senador Wilson Matos, que tem projetos importantes tramitando nesta Casa exatamente na área da educação. Então, aqui Senador. Antes de encerrar eu quero fazer um comunicado. Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de convite do Exmº. Deputado Pedro Wilson para o relançamento da Frente Parlamentar em defesa da Universidade Pública no dia 31 de outubro do corrente ano. Quarta-feira, às oito horas na sala vip do restaurante Pampa, 10º andar do anexo 4 da Câmara dos Deputados. O endereço é complicado, mas está gravado para todos ouvirem.

Eu realmente quero e me sinto extremamente satisfeito, porque eu como autor do Requerimento e querendo instruir minha Relatoria, com esta Audiência Pública, e quero agradecer a importância da senhora e dos senhores que realmente dignificam as instituições que vieram aqui representar e trouxeram a esta Casa um momento de grande importância na área educacional. Porque nós discutimos não só a questão da proficiência, para odontólogos e médicos, mas sim discutimos muito a questão da educação em nível de terceiro grau no nosso País.

Agradecer aos Srs. Senadores em nome do Senador Augusto Botelho, agradecer aos consultores da Casa, esta Casa tem uma consultoria que é de primeiríssima qualidade, que nos sustenta nas necessidades que temos para instruir nossos projetos, principalmente. Agradecer ao Júlio Linhares que é o Secretário desta Comissão, claro, e eu quero em nome do Senador Cristovam Buarque deixar nossa gratidão pela presença de todos que foram convidados. E a equipe de apoio na área do Dr. Júlio, os Assessores e Assessoras e a imprensa aqui presente.

Então, muito obrigado, e contem com esta Casa para qualquer assunto que seja de interesse do povo brasileiro. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 13h03.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta e três minutos do dia trinta e um de outubro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Valdir Raupp, Geraldo Mesquita Júnior, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Paulo Duque, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor

Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 01807-CE e nº 001/07-SCTMC e Aditamento nº 01/07, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Marisa Serrano, que tem como **"Objetivo discutir o Ante-Projeto de combate à Pirataria na Indústria, elaborado por esta Comissão".** Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Mauro de Brito, Coordenador Especial de Vigilância e Repressão da Receita Federal; Senhor Gustavo Leonardos, Presidente da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual – ABPI; Senhor Arcelino Damasceno, Delegado da Polícia Federal; Senhora Lilian Moreira Pinho, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e Senhor André Gustavo Corrêa de Andrade, Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usa da palavra o Senhor Senador Flávio Arns, autor do Requerimento e o Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque. A presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às treze horas, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CECTMCS NOTA TAQUIGRÁFICA 56ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 17ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 56ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 17ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura das Atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovado.

A presente reunião atende a requerimento nº 018 da Comissão de Educação e 01 da Subcomissão de teatro, música e cinema de 2007 e aditamento de 01 da Comissão de Educação ao requerimento nº 18 de 2007 da Comissão de Educação e aditamento nº 01 da Subcomissão de teatro, música e cinema ao requerimento nº 01 de 2007 da Subsecretaria de teatro, música e cinema de autoria do Senador Flávio Arns e da Senadora Marisa Serrano para a realização de audiência pública destinada a discutir o anteprojeto de combate à pirataria na indústria, essa praga que hoje traz tantos problemas à economia nacional.

Para dar início a essa audiência eu solicito ao Secretário Júlio Linhares que traga os expositores. Nós vamos ter a presença que muito nos honra do Dr. Mauro de Brito, que é coordenador especial de vigilância e repressão da Receita Federal, Dr. Gustavo Leonardos, Presidente da Associação Brasileira de propriedade industrial, do Dr. Arcelino Damasceno, delegado da Polícia Federal, da Dra. Lilian Moreira Pinho, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e do Dr. André Gustavo Correia de Andrade que é desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Cada um já tem seu lugar. Essa audiência concorre hoje com diversas outras atividades de Comissão, nós temos 16 Comissões, oito Comissões e uma que vale por todas as outras mais que é a que debate a tal da CPMF, a sigla que dominou o Brasil nesses tempos. Então é natural que, ao final, a gente tenha uma audiência basicamente para deixar registrado aqui a opinião dos senhores e das senhoras nos nossos anais e transmitido pela televisão como todas as audiências são, às vezes ao vivo, hoje eu duvido que seja ao vivo por causa da CPMF, mas nos outros horários a televisão repassa. E é importante que a opinião pública tome conhecimento do grave problema da pirataria e procure encontrar junto conosco um caminho que pare essa aberração. Por isso eu passo a palavra de início...

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Antes, Sr. Presidente, se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): É também importante por que o Projeto de Lei que essa Comissão pretende dar a público vai depender

muito das idéias e das propostas que os senhores nos trouxerem hoje aqui. Além de ficar registrado, ele vai servir, o que é primordial para que a gente possa fazer um Projeto de Lei que vá de encontro a aquilo que a sociedade precisa. Era isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ok. Agradeço muito, Senadora. Eu passo a palavra ao Dr. Mauro de Brito. Nós vamos dar 10 minutos, mas se precisar de um pouco mais de tempo, fique a vontade. Tem uma campainha que toca automaticamente, robotizada, mas não se preocupe.

SR. MAURO DE BRITO: Senador Cristovam Buarque, demais autoridades aqui presentes, colegas de Mesa, é um prazer estar aqui nessa Comissão para fazer uma breve exposição sobre a posição da Receita Federal relacionado com esse tema de pirataria. Eu, ao dar uma lida no material recebido na convocação dessa audiência, constatei que foram feitas algumas colocações relacionadas a atuação da Receita Federal e demais órgãos de segurança pública que atuam principalmente nas nossas fronteiras, citaram... foi citada a lei 10833 relacionada à interrupção da fiscalização em horário noturno, então, vou fazer algumas considerações, na verdade, não vou me ater ao Projeto de Lei até porque tem outros especialistas aqui que farão essa apresentação. Eu vou fazer uma breve colocação sobre a posição da Receita Federal relacionado a esse tema.

Eu tenho uma apresentação que vai ficar gravada naturalmente 10 minutos não vai ser o suficiente, então, vou seguir aqui mais ou menos o roteiro e ficarei a vontade depois para os questionamentos. A contextualização hoje no mundo, na verdade, nós temos que levar em conta a situação do Brasil no comércio exterior. O Brasil hoje tem um mercado, uma população de 200 milhões de habitantes que ,na verdade, se transformam perante o mundo econômico em 200 milhões de consumidores. Esse mercado é altamente competitivo, quer dizer, o Brasil ele é notado pelo resto do mundo justamente para venda de seus produtos aqui no país. Nós temos uma dificuldade adicional, o que eu chamo de um problema, um desafio e temos que buscar solução.

O país é continental. Só de fronteiras terrestres nós temos hoje aproximadamente 15 a 16 mil quilômetros de fronteiras terrestres entre as quais destacamos aí as fronteiras com o Paraguai, Uruguai, Colômbia, Peru, enfim, são fronteiras altamente porosas, fronteiras que tem uma dificuldade muito grande, até porque as indústrias do resto do mundo, muitas vezes alojam as mercadorias em nossos pontos de fronteira para depois introduzí-las de forma, muitas vezes, numa concorrência desleal com a indústria brasileira entrando com essas mercadorias no país e a aduana brasileira tem a responsabilidade de fazer o controle em todas essas áreas.

Nós temos também 34 portos alfandegados e outros tantos portos aí relacionados com essa atividade, além dos Aeroportos alfandegados relacionados com essa parte de comércio. Naturalmente a crítica que foi feita que hoje nós não temos uma conferência de 100% e o Brasil segue hoje mais ou menos o *modus operandi* mundial aonde um pequeno percentual de mercadoria sofre uma conferência física. Para seguir o comércio mundial, até porque se fizéssemos diferente, nós teríamos um problema sério, nós pararíamos o comércio mundial, Senador. Então, hoje o Brasil está dentro de um padrão mundial de controle de comércio. Agora, o que não impede, assim como não impede em outras partes do mundo que nós tenhamos um fluxo de mercadorias contrabandeada e um fluxo de mercadoria contrafeita. O quê que a receita tem feito? Qual a posição da receita hoje em relação à questão da pirataria?

Nós temos uma dificuldade adicional até porque a pirataria hoje ela vem sendo considerada como um Direito Privado em determinados momentos, mas nós temos no nosso regulamento aduaneiro, principalmente nos 544, 545, 546 e 7 do regulamento aduaneiro que nos permite, permite a aduana brasileira ela atuar com muita energia no combate ao contrabando e combate à pirataria e nós temos feito isso em parceria com as entidades, em parceria com o Conselho Nacional de combate à pirataria e a aduana brasileira tem se integrado com muita firmeza nesse processo de combate a pirataria. Uma dificuldade adicional: O processo que é gerado hoje na Receita Federal ele leva em conta o procedimento administrativo previsto no decreto lei 1455 que é o nosso rito que nos permite dar perdimento, é o que nós chamamos de processo administrativo que nos permite dar perdimento nas mercadorias e nos veículos envolvidos com o combate, envolvidos com o narcotráfico, com a pirataria e com o contrabando.

A posição da receita é mais ampla. Nós atuamos no combate à informalidade aonde a pirataria ela se enquadra dentro desse processo e o nosso processo principal é o de combate ao contrabando, também conhecido aqui no Brasil como descaminho. Então, muitas vezes somos criticados. “Mas a Receita Federal não atua no combate à pirataria?” Atua e atua muito. Só que o nosso procedimento ele tem um rito sumário, o processo administrativo é muito mais rápido e hoje nós não somos contestados até mesmo pelas entidades e entidades que estão trabalhando nesse, militam nessa área, até porque o procedimento de... o processo relacionado Rito Processual relacionado ao

combate a pirataria ele é bastante complexo e criaria uma dificuldade adicional muito grande para a Receita Federal. Só para vocês terem uma idéia a Receita Federal hoje atua em diversos pontos, em diversos locais. Nós temos mais de 100 armazéns aonde guardamos mercadorias apreendidas, o nosso processo é muito rápido, no máximo em quatro meses nós giramos esses estoques de mercadorias através da destinação, destinação, nós destinamos mercadorias a entidades, a associações e aqueles produtos caracterizados como piratas, contrafeitos e outros são destruídos. A receita tem esse procedimento bastante rápido, mas, no entanto, todos os nossos depósitos, Senadores, estão abarrotados de mercadorias. Precisamos agilizar um pouco mais ainda esse procedimento.

Se fizéssemos o processo pelo rito do produto contra feito, pirataria, direitos autorais e outros nós teríamos uma dificuldade muito grande. No entanto, nós trabalhamos diretamente com os proprietários de marcas, a receita tem trabalhado aí fazendo treinamentos. Só para vocês terem uma idéia, o ano passado nós fizemos em torno de 15 a 16 treinamentos em conjunto ao Conselho Nacional de combate a pirataria, FIESP e outras entidades e esses treinamentos têm ajudado para educar essa participação, tanto da iniciativa privada com o órgão público, como também do órgão público com a iniciativa privada. Nós temos tido muito sucesso nesses eventos. Esse ano já estamos no 13º, nós estamos prevendo 15, também 15 a 16 aonde as associações, junto com a FIESP, conselho e outras entidades nos visitam em determinado dia programado nos portos e a gente passa a ter um diálogo bastante amplo e bastante confortável com essas entidades.

Temos uma dificuldade adicional, a questão do sigilo fiscal. Hoje o sigilo fiscal praticamente nos impede que se passe muitas informações. Então, acabamos tendo uma relação de uma certa forma bloqueada pela questão do sigilo fiscal, mas nada está nos impedindo que a gente avance nesse trabalho e nessa situação. Chamo a atenção a triangulação de mercadorias que acontece muitas vezes vindas de países industriais se alojando nos países vizinhos e de depois fazem essa entrada dentro do Brasil não cumprindo nenhuma formalidade necessária para o pagamento do tributo e para o registro dessas mercadorias, o que tem ocasionado e criado, em determinados pontos de fronteiras, criado aquela situação aonde a maior parte dos empregos elas estão [soa a campainha]

associadas ao crime organizado. Tem nos levado, tem nos criado uma dificuldade grande e a forma como nós estamos buscando para melhorar esse combate é justamente fazendo a integração, não só com as entidades privadas, mas também com as polícias, polícias locais, Ministério Públicos, enfim, a receita tem atuado muito fortemente nessa área. A minha apresentação inicial é bastante grande, vocês podem ver, ela vai ficar registrada, naturalmente registrada para que se possa ter uma dimensão do que é fazer um controle de fronteira e o que nós propomos aí dentro desse processo eu pediria que possa ir passando rapidamente aí vocês vão ver que têm muitas, muitas fotos, muito material aí dentro, esse material são todos materiais colhidos durante as nossas operações, só nesse ano de 2007 nós vamos fechar em todo o Brasil operações conjuntas e operações independentes da Receita Federal com aproximadamente 1800 operações, sem contar aquelas operações de grande monta que vocês têm acompanhado com a imprensa, em conjunto com a Polícia Federal, Ministério Público, que uma delas operação Columbus, operação Dilúvio, agora essa última operação Cisco (F), então naturalmente nós estamos aos poucos desmembrando o *modus operandi* do crime. Agora, falta muito. O Brasil necessita de maior estrutura, não podemos se queixar dentro da aduana brasileira até porque a aduana está investindo num projeto de modernização com compra de scanners, compra de lanchas, compra de até de aeronaves e também estamos preparando estruturas melhores como foi o caso de Foz do Iguaçu, onde o nosso ponto de passagem foi completamente remodelado justamente para ter um controle mais eficiente do comércio exterior. Em relação as críticas só para finalizar, naturalmente que nós hoje sentimos a falta de um volume maior de Recursos Humanos, os trabalhos são feitos por amostragem de forma exemplar a ponto de criar o risco, de demonstrar o risco e de demonstrar o interesse que tem o Estado Brasileiro e a Receita Federal em combater o crime, combater a informalidade, combater o contrabando e combater a pirataria. Então até por conta do tempo eu fico por aqui e fico a disposição dos senhores para outros questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Dr. Mauro e passo a palavra ao Dr. Gustavo Leonardo.

SR. GUSTAVO LEONARDOS: Muito obrigado. Gostaria de cumprimentar primeiramente o Senador Cristovam Buarque, Senadora Marisa Serrano, pela presença, a ABPI já teve a honra de participar de audiência pública nessa Casa em 17 de maio do ano passado, exatamente falando sobre pirataria, então não vou insistir muito nos pontos em que naquela época já havia, sobre os quais já havia palestrado, apenas lembrar novamente que o Brasil sofre com uma inefetividade, tanto da Legislação Criminal, quanto da Legislação Civil no que se refere à proteção da propriedade intelectual, apenas para citar quanto à Legislação

Criminal até hoje não temos uma única hipótese de sentença penal condenatória cuja pena privativa de liberdade tenha sido cumprida após a sentença penal condenatória ,os casos em que verificamos em que a pena privativa de liberdade normalmente isso ocorreu porque algum outro ilícito, que não a violação da propriedade intelectual, foi caracterizado juntamente com a violação da propriedade intelectual. Mesmo nesses casos os estabelecimentos dos infratores continuam abertos, mesmo durante o tempo de prisão, no caso específico do Law Kin Chong, continua aberto até hoje o estabelecimento comercial, há prisão em flagrante sim, mas a prisão em flagrante é uma prisão curta que não serve como sanção efetiva para prevenir o ilícito de violação aos direitos de propriedade intelectual. E na área cível as indenizações, na maioria das vezes são baixíssimas, especialmente nos casos de marcas, já que há uma exigência de prova cabal de um prejuízo, uma demonstração numérica de um prejuízo e relacionado aquela ação do infrator essa prova ela é de dificílima demonstração o que leva, na maioria das vezes, a que não haja nenhuma indenização.

Sem uma sanção criminal efetiva, sem uma sanção Civil, a verdade é que hoje a Legislação estimula a prática do crime. Muitas vezes os titulares dos direitos ficam limitados a enxugar o que acham no meio da rua e temos um grande problema de fronteira. Hoje 70, mais de 70% de toda a pirataria e contrafação vem do exterior. Seria muito mais fácil apreender esses produtos nos pontos de entrada do que depois que eles se espalharam pelo país. Isso é claro. Mas eu gostaria de entrar diretamente nos dispositivos do anteprojeto, vou começar pelo artigo 4º que é o código de, a lei de propriedade industrial apenas para dizer que quanto ao artigo 196, item 3, parágrafo único, quando a gente se refere a reincidência e nos demais casos em que nos referimos a reincidência deveríamos ter acrescentado e aí fazemos uma *mea-culpa* às palavras nos crimes previstos nestes artigos.

Não estamos falando de qualquer reincidência, estamos falando de reincidência nos crimes previstos nestes artigos. Quanto à indenização especificamente o desembargador André Gustavo, aqui presente, que tem uma obra, talvez a obra clássica no Brasil sobre dano moral e indenização punitiva, eu acho que ele vai tocar nesse ponto mais detidamente e, portanto, eu vou passar direto ao artigo 208, indo diretamente ao 239.

O artigo 239 da lei de propriedade industrial diz que o poder fica assegurado ao Poder Executivo, não, fica o Poder Executivo autorizado a promover as necessárias transformações no INPI que é o órgão que concede as marcas e patentes para assegurar à autarquia autonomia financeira e administrativa. Nós acrescentamos um parágrafo dizendo que as taxas recebidas pelo INPI para custear o seu serviço de exame de marcas e patentes deveriam ficar em conta própria de modo que elas não tenham que viajar do Rio de Janeiro para o tesouro, em Brasília, para que depois voltem ao Rio de Janeiro. Isso é importante porque esse dinheiro nem sempre voltou ao INPI.

Muitas vezes ele foi apropriado pelo tesouro e o crédito correspondente não ficou assegurado ao INPI. Ele acaba sendo absorvido pelo tesouro e essas taxas pagas para custear o serviço, portanto, acabam se tornando tributos, o que é uma inconstitucionalidade. Já há autorização legal para dar autonomia financeira, administrativa ao INPI e, portanto, esse artigo procura assegurar apenas o recurso em conta própria de modo que não haja essa propriedade indébita pelo tesouro não ainda concedendo a autonomia financeiro administrativa do artigo 239 e o INPI ficaria, continuaria condicionado ao orçamento do Ministério para poder fazer uso dessa conta, portanto, é apenas um pequeno passo só para assegurar o dinheiro, que o dinheiro não seja desviado.

Saindo da lei de propriedade industrial gostaria de... bom, ainda, desculpa, ainda na lei de propriedade industrial eu gostaria apenas de mencionar que há uma vontade da ABPI de equiparar as sanções criminais relativas a propriedade industrial às sanções criminais relativas aos direitos autorais.

Isso foi proposto no Projeto de Lei 333 de 99 que já foi aprovado pelo Senado e pela Câmara, Senado Federal e se encontra com o Presidente da Câmara para aprovação no plenário. Por esse motivo não foi repetido, nesses projetos, esse aumento de pena. Mas no Projeto de Lei 333 as penas eram de reclusão de dois a 4 anos. Não falávamos naquela época de dois anos e dois meses porque não víamos, então, a necessidade, não interpretávamos o artigo 77 do Código Penal como aplicável as penas de 2 a 4 anos.

O artigo 77 do Código Penal permite a suspensão do processo, daí ter sido introduzido neste anteprojeto o prazo de dois anos e dois meses e, talvez seja, portanto, necessário reincorporar esse aumento de dois anos e dois meses aqui na lei de propriedade industrial, apesar de no Projeto de Lei 333 já ter se referido de dois a quatro, porque se o problema da suspensão do processo e é uma questão um pouco interpretativa, tem Juízes que suspendem e Juízes que não suspendem, se continuarem interpretando que podem suspender o processo será necessário alterar a lei de propriedade industrial para inserir esses dois meses aqui.

É claro que uma outra alternativa seria mudar o próprio Código Penal no artigo 77, mas essa é uma

tarefa muito maior que não diz respeito só a pirataria. O artigo 77 diz que a execução da pena privativa de liberdade não superior a dois anos poderá ser suspensa. A gente poderia pensar em mudar isso em outro Projeto de Lei no futuro que eu acho necessário para a execução da pena privativa de liberdade inferior a dois anos, de modo a que o prazo exato de dois anos não esteja sujeito à suspensão do processo. [soa a campainha]

Bom, temos ainda aqui várias sugestões, quanto ao anteprojeto eu gostaria de mencionar que no artigo, agora no artigo 1º, Código Penal, os parágrafos 5º e 6º eles tratam de matéria que se encontram também no Código de Processo Penal, especificamente no artigo 530, parágrafo único, 530 D, portanto, poderiam sair desse artigo 184 do Código Penal tanto o artigo 5º, quanto o artigo 6º. Se fosse necessário fazer alguma modificação, talvez, ela pudesse ser inserida no Código de Processo Penal nesses artigos específicos 530 parágrafo único e 530 item D.

Gostaria apenas de fazer uma menção quanto à sugestão de envio dos produtos apreendidos a entidades de auxílio, ou programas sociais, lembrando que a própria lei de propriedade industrial, hoje, no seu artigo 202 item 2 já fala da necessidade de destruir a marca antes de fazer essa destinação. Então há uma necessidade de não se perpetuar a violação ou até de aumentá-la. Então, desde que seja possível destruir a caracterização daquele direito infringido, destina-se o produto, se não for possível o produto tem que ser destruído junto do direito violado.

Novamente nos casos todos em que falamos de reincidência há a necessidade de se acrescentar nos crimes previstos nesse artigo, não estamos nos referindo a qualquer reincidência. Ainda no artigo 184 A o parágrafo 2º, fazendo uma revisão de todo o projeto achamos que poderíamos retirar o parágrafo 2º do artigo 184 A já que as causas de reincidência outras que foram as causas de aumento de pena eram sempre de penas acessórias e não da pena principal e aqui no 184 A, no parágrafo 2º, a reincidência na hipótese da pena privativa de liberdade, enquanto que nas outras hipóteses nós estávamos referindo a suspensão do direito ao exercício do comércio que poderia também, uma outra crítica que recebemos, se referir à suspensão da atividade econômica e não apenas comércio, já que muitas vezes estamos falando de industrialização e comércio talvez seja um termo restrito.

Talvez uma modificação importante seja do artigo 334, os crimes de contrabando e descaminho, aqui a pena foi aumentada para de dois a quatro anos. Então, novamente precisamos nos referir aos dois anos e dois meses porque aqui novamente consta apenas dois anos, há uma referência à interdição, suspensão ao exercício do comércio, poderíamos referir novamente a atividade econômica para transformar essa restrição numa restrição mais ampla e, no final, na reincidência, sempre a reincidência específica nos crimes previstos nesse artigo.

Quanto ao que foi mencionado no requerimento da audiência pública relativa a lei 10833 de 2003 que em seu artigo 77 permite que a fiscalização aduaneira seja interrompida, esse é de fato um problema. Há diversos postos de fronteiras que seis horas da tarde fecham, só abrem sete da manhã, mas a estrada fica aberta a noite inteira. E tenho aqui declarações em jornal nesse sentido feita pela própria polícia. Temos problemas, por exemplo, como essa aqui, fronteiras no Acre estão sem fiscalização. O posto novinho, a estrada novinha do Acre ao Peru e não tem ninguém, ou não tinha. Não sei se já tem agora.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um plantão.

SR. GUSTAVO LEONARDOS: Só tem um plantão que nada pode fazer. O quê que vocês acham de um mercado comum com o Peru sem qualquer fiscalização? Isso existe de fato nos postos de fronteira durante a noite com o Uruguai, Paraguai, existe o mercado comum. O Mercosul já foi implantado à noite nesse... no caso do Peru foi implantado o dia inteiro e essa situação é muito grave. É muito grave porque sem qualquer fiscalização, nem por amostragem, nem esporádica. Não estamos falando mais de pirataria, estamos falando de que entra, de que pode entrar droga, armas, pessoas a vontade nesse país e sem qualquer controle e isso é muito mais grave do que pirataria, do que contrafação.

Tão grave que há um seis anos atrás não tinha crime organizado em pirataria e contrafação ou tinha muito pouco. Nós começamos a ter problema com crime organizado de uns seis, sete anos para cá. Agora nos containers em que achamos pirataria e contrafação tem droga, tem arma, os advogados que vão fazer busca e apreensão têm que usar colete a prova de bala, mudou inteiramente o quadro. É um quadro que tem levado à deterioração do nível de vida das cidades de um modo geral.

Não é só o desemprego causado pela pirataria e contrafação que vem do exterior não. É uma distribuição de drogas e armas para uma juventude desempregada que não tem o que fazer, que está desocupada.

Bom e realmente esse aspecto do abandono das fronteiras, dos postos, não posso pensar em nada mais grave, talvez, nesse país hoje. Por isso dentro do artigo 334 do Código Penal, no parágrafo 1º, só pegar aqui o texto exato. Quando falam, incorre na mesma pena

quem e tendo em vista, portanto, a percepção desse problema no requerimento efetuado para a realização dessa audiência sugiro incluir um novo item E no artigo 334 do Código Penal. Incorre na mesma pena quem interromper ou suspender total ou parcialmente a atividade aduaneira, que deve ser constante nas 24 horas do dia, ou permitir, ou colaborar com essa interrupção ou suspensão. Portanto, é uma proposta de um novo item ao parágrafo primeiro do artigo 334, item E. Seria uma proposta de um novo inciso.

É claro que com essa proposta ficaria o Governo obrigado a equipar devidamente as aduanas. Gostaria apenas de mencionar no artigo 2º quanto a lei 9609 uma questão de redação, apenas que eu conheço da proposta efetuada pela ABES, Associação Brasileira das Empresas de Software, no artigo 12, parágrafo 3º, item 3, quando fala nas hipóteses do artigo 12, parágrafos 1º e 2º, na realidade é nas hipóteses dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12. O caput não entra. Eu sei que a ABES não tencionava incluir o caput e por aqui dá a entender que o caput do artigo 12 entra quando na realidade não era essa a intenção da Associação Brasileira das empresas de software. Bom, eu acho que eu já excedi bastante meu temo, mas fico à disposição de todos para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço muito ao Dr. Mauro e ao Dr. Gustavo, inclusive, de entrar em detalhes da lei. E passo a palavra ao Dr. Delegado Arcelino Damasceno.

DR. ARCELINO DAMASCENO: Excelentíssimo senhor Senador Cristovam Buarque, em nome de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, senhoras e senhores, eu falo aqui pelo Departamento de Polícia Federal, eu sou delegado de Polícia Federal lotado na coordenação geral de Polícia Fazendária, vou tentar abordar o tema dentro da nossa prática. Gostaria inicialmente aí de enfatizar aí o nosso grande, grande extensão do nosso país com o mercado consumidor, como já foi falado pelo Dr. Mauro de Brito, de 200 milhões de brasileiros, a extensão da fronteira é muito grande e tem nos dado trabalho, isso porque a atuação da Polícia Federal, dentro do contexto da pirataria, ela está inserida no momento em que essa mercadoria, essas mercadorias são internacionalizadas no Território Nacional. Como também foi bem tratado pelo Dr. Gustavo, 70% aí das mercadorias pirateadas ingressam no Território Nacional vindos de países outros.

No contexto de pirataria nós temos aí a divisão de direito autoral em que se aplicam as disposições do Código Penal e algumas leis especiais como a 9609, que é a lei de software, e em relação ao direito intelectual onde tem a 9279 nos crimes contra patentes e patentes, desenhos industriais e contra as marcas. Essa questão Legislativa vai ser tratada por outros convidados aqui, eu vou passar mais para a atuação da Polícia Federal.

Dentro das nossas atribuições, no artigo 144 da constituição, quando a Constituição Federal trouxe as atribuições da Polícia Federal ele trouxe lá como atribuição crimes, infrações penais em que a detrimento de bens, serviços e interesses da União, bem como também a atividade de polícia judiciária da união. Nesse contexto é que a nossa atuação atualmente tem sido basicamente nas fronteiras combatendo o crime de contrabando, descaminho, também de produtos piratas. Hoje nós começamos há algum tempo a mapear algumas organizações criminosas que atuavam trazendo a mercadoria para dentro do Território Nacional, uma operação que se tornou para a gente um divisor de águas, foi uma operação acontecida em 2005, chamada operação Hidra, em que se mapeou uma grande organização criminosa que era especializada em transportar produtos piratas, aliás, produtos piratas e não piratas, qualquer produto que se interessassem os comerciantes poderia contratar o serviço da organização e ela buscava no Paraguai e entregava em qualquer ponto do Território Nacional.

Isso nos preocupou como também já foi falado aqui anteriormente porque a estrutura da pirataria, embora alguns pensem. "Ah, é uma questão de crime de menor potencial ofensivo. Nós temos a questão social da pirataria, bem ou mal, muitas famílias vivem da pirataria". Mas nós não podemos esquecer que a pirataria ela vem associada a diversos outros delitos como tráfico de armas, tráfico de drogas. É comum os próprios traficantes se utilizarem de rotas de pirataria, rotas de contrabando para entrarem no Território Nacional com drogas, armas, enfim, então, nesse contexto nós nos preocupamos em mapear essas organizações.

De 2005 para cá, percebemos que a grande, o território utilizado para entrar com esse produto pirata e mesmo que não pirata, mas contrabandeando ou descaminhado, ele se utilizava da fronteira Paraguai com o Estado do Paraná, o Estado do Paraná. Depois voltamos a falar novamente sobre essa questão mais prática. Vamos passar mais rapidamente.

Com relação a tipificação legal dos crimes de direitos autorais nós temos aí o Código Penal em que a proposta da reunião é de discutir a alteração de alguns tópicos aqui, alguns artigos. Chamo a atenção que atualmente nós temos aí a questão do lucro direto e indireto, seriam puníveis somente as condutas de pirataria em que há a questão de lucro direto e indireto e trazemos a nossa preocupação sempre e o consumi-

dor. O consumidor estaria inserido nesse lucro direto ou indireto? É uma conseqüência aí das discussões sociais. Podemos passar? Também aí continuação do artigo 134 onde se traz a tipificação dessas condutas. Podemos passar. A questão da Ação Penal que vai ser abordado posteriormente quando ela é privada, pública, condicionada, por quem é condicionada. O software hoje, a atuação da polícia basicamente é fundamentada na lei 9609 onde a aplicação, a lei específica e não Código Penal, como entendimento do STJ, na violação ao direito intelectual nós temos a 92, pode passar, 9279 com a tipificação das condutas, pode passar, e trazemos também... agora vamos tratar a questão, o nosso grande problema que infelizmente a China hoje, além de um grande mercadoria consumidor também de mercadoria pirata, ela é um grande produtor e isso tem se estendido por todo mundo, esse mercado pirata que vem, essas mercadorias piratas que vem da China elas se inserem no Território Nacional por meio de portos e entrepostos como Santos que chega até o Paraguai e retorna para o Território Nacional. Vamos ver um vídeo sobre a questão da China só para a gente dinamizar um pouco.

>>" A rota da pirataria é conhecida, mas nem por isso, fácil de ser combatida. 70% das falsificações são feitas na China, Cingapura, Coréia e Malásia. Dali saem para portos como de Santos e seguem para entrepostos como em Cidade do Leste no Paraguai. A enorme fronteira e com vizinhos como o Paraguai, Uruguai e Bolívia, pouco atentos a esse tipo de crime as mercadorias voltam facilmente para o Brasil em forma de contrabando. A Ponte da Amizade, que liga o Brasil ao Paraguai, é uma das rotas mais conhecidas, mas a Receita Federal acredita que só consegue interceptar 5% do contrabando. O resultado? A pirataria se tornou uma indústria que cresce mais do que o PIB nacional. Por ano a Receita Federal deixa de arrecadar, por causa da pirataria, cerca de 2 bilhões e meio de reais, orçamento igual a de uma cidade como Belo Horizonte".

DR. ARCELINO DAMASCENO: Então, nós percebemos aí que como foi dito no vídeo, somente 5% da mercadoria que ingressa nós conseguimos apreender. A dificuldade ela é grande porque a nossa fronteira, como todos os senhores sabem, é muito grande. Mas nós temos tentado, aí, fazer todo um trabalho para evitar isso.

Em 2006 uma operação chamada operação Dilúvio, onde tentamos aí fazer uma atuação mais concreta no porto de Paranaguá e no Porto de Santos, essa, a rota do crime passou a se modificar. Então, toda a mercadoria que entrava por Santos, Paranaguá, chegava até a Ciudad Del Este, entrava, retornava para o Brasil por meio da fronteira com o Estado do Paraná, essa estrutura criminosa ela começou a se movimentar.

Atentos a isso, podemos, atentos a isso algumas organizações criminosas passaram a mudar e utilizar ali o canal do Panamá, o canal do Panamá com a internalização através ali da Colômbia chegando em Manaus, Belém, Fortaleza, Recife e uma rota muito que está sendo bastante utilizada chegando no Porto de Iquique, no Chile.

Essa rota ela vem, entra para o Paraguai e do Paraguai, e também Buenos Aires, Porto de Buenos Aires e o Porto de Montevidéu vão para o Paraguai e do Paraguai ingressam no Território Nacional. Então os senhores percebem que a estrutura do crime ela é muito dinâmica. Se você faz uma apreensão maior no Porto de Santos, eles correm para os portos alternativos. Hoje infelizmente [soa a campainha] o nosso grande problema ainda está, é exatamente essa fronteira com o Paraguai, é uma fronteira bastante extensa onde nós temos aí, pode passar, nós temos aí uma fronteira e... é nessa área aqui que está em vermelho, é a área aonde eles estão utilizando.

A fronteira com Foz do Iguaçu foi hoje está praticamente fechada junto com a Receita e a Polícia Federal tem atuado bastante, o crime tem se movimentado indo para o Norte. Nós percebemos isso porque na Delegacia de Guaíra se aumentou sensivelmente a questão as apreensões e prisões, exatamente porque o crime está deixando de entrar por Foz e entrando mais para cima, utilizando o lago, estamos fazendo operações constantes com os nossos [ininteligível] nossas embarcações no lago de Itaipu. A Receita Federal montou entre Mundo Novo e Eldorado um posto de fiscalização, juntamente com a receita, a Polícia Federal tem colocado um efetivo para atuar nessa área aqui porque está sendo uma área bastante utilizada para internação dos produtos que vem do Paraguai. Pode passar. A questão do consumo, as razões do consumo, isso é natural, a lei da oferta e da procura, é mais barato, a cultura do comprar mais barato, isso é uma questão que a gente tem que discutir muito com o setor privado. A Polícia Federal e receita tem se aproximado também através do Conselho Nacional de combate a pirataria no setor privado onde ele tem nos passado algumas informações de grande relevância e temos conseguido trabalhar com mais efetividade.

Aqui eu trago só para a questão de reflexão das conseqüências: O consumidor ele deve ser punido ou não? Ele pratica ou não pratica crime? Pela redação atual eu entendo que, talvez, ele não tivesse responsabilidade. É a questão do fortalecimento de organizações criminosas com potencial ofensivo. Vamos, só para finalizar, depois passar o vídeo aí do... um vídeo que

trata da... foi feita, a apreensão que foi feita no depósito Law Kin Chong onde se percebe uma quantidade muito grande de mercadoria, o poderio econômico deles, desse grupo é muito grande e também para a gente refletir um pouco melhor sobre algumas alterações, principalmente as alterações do Código de Processo Penal em que atualmente se exige a perícia, a perícia e também apreensão relacionando tudo o que é apreendido, em alguns lugares dependendo do tamanho da apreensão isso é praticamente impossível, no depósito do Law nós passamos dois meses fazendo apreensão, formalizando apreensão porque o Código de Processo Penal, atualmente, ele exige que a apreensão seja feito com a relação de todos os bens.

A proposta de alteração aqui é para que essa descrição seja feita por amostragem e que otimizaria muito o trabalho da perícia e o trabalho de polícia judiciária. Aí só as medidas implementadas com a intensificação de atividade de repressão na Ponte da Amizade, foi o que fundamentou a ida, a movimentação das organizações criminosas para o Norte, subindo ali para o Estado do Mato Grosso do Sul, patrulhamento do lago de Itaipu, reforço do efetivo de Guaíra onde a quantidade de inquéritos aumentou sensivelmente nesses últimos anos, exatamente demonstrando realmente que o mapeamento nosso está correto, construção de um posto avançado entre Mundo Novo e Eldorado que está sendo hoje, talvez, a principal entrada aí. E gostaria de finalizar com o vídeo só para a gente refletir um pouco sobre essa questão da alteração do Código de Processo Penal e mostrar que o combate à pirataria não é um crime de menor potencial ofensivo, são grandes organizações criminosas com muito lucro.

">> Depósitos escondidos por passagens secretas, galpões repletos de relógios, bolsas, sapatos e cosméticos falsificados, tudo isso no centro de São Paulo. Segundo a Polícia Federal o material pertence a Law Kin Chong preso há dez meses acusado de ser o maior contrabandista do país.

>> Repórter: Neste labirinto de corretores sombrios um mistério intrigou os Federais durante meses: O tamanho dos depósitos não batia com a metragem indicada nas plantas. A desconfiança levou a descoberta, em vez de falta de espaço o que sobra aqui é esconderijo. Mecanismo eletrônico faz a parede de concreto se abrir e a passagem secreta revela um estoque gigantesco de mercadoria contrabandeada. São milhares de sapatos femininos, imitação de consagradas grifes européias. Segundo a polícia são produtos de Law Kin Chong. Preso por corrupção ele também está sendo processado por contrabando. Por trás da porta camuflada 2 milhões de relógios, carga avaliada em 25 milhões de reais. No mesmo local mais um milhão e meio de reais em cosméticos. Segundo as investigações os 24 mil frascos foram importados ilegalmente por Miriam Law, a mulher de Law Kin Chong. Esta parede aqui estava coberta de armários, os policiais desconfiaram, começaram a arrancar as prateleiras e descobriram este botão aqui, olha, basta apertar que parte da parede se abre. E aqui dentro a gente encontra mais um gigantesco depósito de mercadoria contrabandeada. Mais bolsas, do lado de cá armas de brinquedo e aqui mais relógios, olha, modelos que ganharam a marca do suposto dono da mercadoria contrabandeada. No maior entreposto de pirataria já descoberto no Brasil a Polícia Federal contabilizou até agora o equivalente a 150 containers de mercadorias trazidas da China.

>> Repórter: O advogado de Law Kin Chong disse que os depósitos não são do cliente dele, ao contrário do que diz a Polícia Federal".

DR. ARCELINO DAMASCENO: Então, gente, por aí já percebemos que o poderio realmente é muito grande e os senhores imaginam ter que relacionar isso aí e fazer perícia em toda essa mercadoria. Então eu acho muito salutar essa modificação do Código de Processo Penal pelo menos nesse ponto em que toca aí a questão da perícia por amostragem. Estamos à disposição na coordenação geral de Polícia Fazendária.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao delegado Arcelino e passo a palavra a Procuradora Lilian Moreira Pinho.

SRA. LILIAN MOREIRA PINHO: Senador Cristovam Buarque, Senadora Marisa Serrano, Senador Geraldo Mesquita, Senador Flávio Arns, a quem peço vênia para cumprimentar todos os parlamentares membros dessa Comissão. Senhores expositores, senhores consultores, senhoras e senhores. Eu pretendo fazer uma exposição mais do que uma exposição jurídica, uma exposição jurídico fática trazendo a prática do dia-a-dia da investigação penal e, certamente, também da Ação Penal já nas Varas, no Judiciário com o anteprojeto, as propostas que aqui contém.

Esse anteprojeto ele traz pontos muito positivos e alguns pontos que, na prática, me parece que serão problemáticos. O primeiro ponto extremamente positivo é a adequação fática das circunstâncias que nós encontramos durante as investigações criminais com o que a lei hoje vem trazendo, por exemplo, a questão de transportar mercadoria, trazer consigo, que acaba sendo hoje em dia um claro penal. Não existe como punir o infrator que utiliza, muitas vezes, até mesmo de menores para transportar em mochilas mercadorias contrafeitas para que leve até o ponto de venda. Como a repressão no país hoje é muito grande nos grandes centros, os contra-fatores não trazem mais a

mercadoria para a rua, eles trazem só a exposição do que eles podem conseguir E dentre tantos outros pontos, outras condutas que foram elencadas. A previsão da majoração das penas nos crimes transnacionais e quando há previsão de prática através de organizações criminosas é um ponto extremamente interessante. Eu posso trazer como uma experiência uma viagem que fiz aos Estados Unidos junto com [ininteligível] Security, o FBI, onde eles conseguiram uma gama muito grande de informações do crime transnacional numa modalidade chamada wares(F), em que apenas uma pessoa que é o cume da pirâmide faz a reprodução contrafeita e, através do meio magnético, através do meio eletrônico, a internet, encaminha para vários países o que pode vir a ser reproduzido e encher as nossas ruas de mercadorias contrafeita. E na verdade esses organismos norte-americanos não encaminham para o Brasil o resultado dessa apuração porque a nossa Legislação tem uma pena muito branda.

Nesses casos eu entendo que é necessária realmente a majoração da pena. Um outro ponto muito positivo é a otimização dos contatos entre os fiscos Estaduais, Federais e as polícias porque cria realmente um trabalho, perdão, cria realmente um trabalho sistematizado e permite que os dados que cada instituição angaria não fique guardado no âmbito administrativo de cada setor e, sim, possa transformar isso em Bancos de Dados de inteligência que possam nutrir o Poder Executivo e o Poder Legislativo sobre a necessidade da ampliação da aplicação de recursos de aprimoramento Legislativo.

Outro ponto positivo é criar uma margem elástica, segundo slide, eu que me perdi aqui, criar uma margem elástica para que o Magistrado arbitre a multa. Hoje em dia a multa arbitrada no Código Penal ,ela é muito discreta. Ela atende quando nós estamos processando, por exemplo, o vendedor ambulante. Mas nós temos a prática e eu estou instruindo cada slide com uma foto de uma fábrica de mercadoria que foi apreendida e a quantidade de mercadoria que é destruída para demonstrar que existe uma grande movimentação econômica através dessa modalidade criminosa e que há a necessidade de puní-la de uma forma mais exemplar. A ampliação do prazo decadencial e o respectivo termo *a cuo* que foi modificado no caso da ação privada também é muito interessante porque a legislação tradicional aplica o prazo de 30 dias para que o particular possa mover ação privada. E a ciência do laudo como termo *a cuo* para contagem desse prazo. Hoje em dia o termo *a cuo*, segundo esse anteprojeto ,passaria a ser da chegada do procedimento ao juízo.

A realização da perícia por amostragem, nós já vimos os slides aqui, eu não vou me aprofundar. As vezes nós fazemos apreensão de 10, 20, 30, 40 toneladas de mercadoria pirateada. Quando se chegar ao término do arrolamento no auto de apreensão e início da perícia já prescreveu o crime.

A regulamentação para que possa ser o representante legal do direito violado como depositário fiel é extremamente interessante porque isso hoje já acontece na prática, mas não existe uma regulamentação. Criar uma... Pode passar o slide, por favor. Regulamentar também a legitimidade para que essas associações possam passar a configurar como assistente de acusação. Eles detêm a maior gama de informação do que poderá ser junta durante ao Inquérito Policial e hoje alguns Juízes não aceitam.

Regulamentar essa doação dos bens para a população carente e também a descaracterização. No Rio de Janeiro nós tentamos administrativamente implantar essa descaracterização indo um pouco mais a frente utilizando os próprios presos nessa descaracterização. Qual seria a vantagem para o sistema? Primeiro seriam usados presos não condenados por crimes hediondos e nem crimes violento contra a pessoa. E a LEP, a nossa lei de Execuções Penais, ela prevê que a cada três dias de trabalho detrai um dia na pena. Isso é extremamente interessante para o sistema. Regulamentar a doação dos equipamentos e os insumos para as unidades de Segurança Pública responsável pela repressão. Me parece que a Fazenda Nacional não seria o destinatário mais adequado porque a Fazenda Nacional irá criar mais um sistema de burocratização dessa cadeia. Se nós pudermos afetar diretamente para o agente que efetua a repreensão dentro de cada Estado será mais adequado. Quinto por favor.

Agora os pontos objetivos que eu vejo nesse anteprojeto. Primeiro é a unificação do rito procedimental nas ações privadas e nas ações públicas. Na ação privada nós temos necessariamente o Ministério Público, a polícia agindo de uma forma absolutamente desinteressada. Na ação privada existe o interesse do particular. Então eu acredito que a manutenção de algumas diferenças do rito procedimental seja extremamente interessante. Eu estou falando com uma Comissão que contém muitos juristas e conhecem essa prática do dia-a-dia e nós sabemos que o particular tem a tendência de sempre defender exclusivamente o seu ponto e não fazer um contraponto no que realmente acontece.

Esse impedimento do uso de programa de software sempre que houver alguma irregularidade numa rede me parece extremamente danoso se nós adotarmos isso como regra. Eu posso exemplificar: Exemplo, do banco, entidades, hospitais e outras entidades que venham a ter um aspecto mais social. Imaginemos nós

que um banco, não citando qualquer entidade bancária, mas um banco de grande circulação nesse país que tenha sede em vários em Estados, que tenha uma carteira grande de correntistas, que tenha permitido que 100, 200, 300 usuários passem a utilizar aquele programa de computador quando a licença permitiu apenas 20 usuários, nós não vamos estar punindo o banco, nós vamos estar punindo o correntista que ficará completamente indisponível dos seus recursos. E o hospital eu não preciso nem tecer a maiores considerações. A suspensão do direito de comercializar, de uma forma direta, sem o devido processo legal, sem que haja a participação da autoridade administrativa no âmbito Estadual ou no âmbito Municipal me parece um certo cerceamento do Direito Constitucional. Acredito que isso deveria ser mais pesado. O sexto, por gentileza.

A questão do INPI o Dr. Gustavo já aplicou o atendimento dele. Eu pessoalmente acho que isso deveria ser mais estudado porque poderíamos ter um aspecto de confisco para o particular, isso poderá vir a gerar uma série de mandados de seguranças que irão inviabilizar a prática. A exclusão do Poder Judiciário do Ministério Público em diversos trâmites nessa fusão de procedimentos entre privado e público também me parece danoso. A fixação de valores indenizatórios muito altos, eu acho que deve ser revista também. Na sede cível o Juiz tem melhor condição de aquilatar toda a prova e poder definir como poderia ser definida, como poderia ser aplicada essa indenização. Lembremos bem que essa indenização ela não vai se reverter ao cofre público, ela vai reverter ao particular que teve seu direito de patente, marca, etc., violado. E vamos supor, 35 mil reais para uma grande indústria, uma grande empresa, não é nada. Mas 35 mil reais para uma loja pequena de um mercado popular no centro de um Estado, qualquer Estado nosso, vai ser muito danoso e pode inviabilizar qualquer atividade lícita gerando desemprego, recursos para fiscos e etc. Sétimo, por favor.

Outro ponto que me parece danoso e que precisa ser revisto é nessa fusão a busca e apreensão como uma tarefa irrestrita, simples. O STJ já fixou entendimento que a autoridade policial pode efetuar busca e apreensão independente de mandado judicial sempre que a mercadoria estiver exposta ao público, mas desde que o crime seja de iniciativa pública incondicionada. Ele não abre esse leque para a iniciativa privada. E isso na iniciativa privada há necessidade de primeiro uma dilação probatória judicial em que haja demonstração cabal de que seja aquela pessoa titular do direito resistido e que haja a necessidade efetiva da busca e apreensão. Vamos supor, por exemplo, uma determinada peçazinha em violação ao direito de patente ou violação a um registro, desenho industrial, mas que aquela mínima peça que viole esse direito, faça parte de um grande mecanismo, de uma grande indústria que seja o motor econômico de uma cidade do interior. Nós vamos desempregar, vamos parar todo mundo para poder retirar essa peçazinha? Precisamos pensar.

Também a questão relativa à busca e apreensão encarregando a autoridade policial ou autoridade fazendária de toda a busca e apreensão, me desculpe o termo chulo, me parece um certo caminhão de mudanças. Nós já vimos aqui os slides trazidos pelo Dr. Mauro e também pelo Dr. Delegado da Polícia Federal, é muito grande a quantidade de mercadoria apreendida e hoje a Legislação permite que seja lacrada os depósitos, sejam lacrados os locais em que se encontram essa mercadoria. Me parece uma solução ainda mais viável do que essa mudança e que seria muito cara, não temos depósitos, não seriam viáveis em termos de perícia. Também criar a obrigatoriedade para o Poder Público custear a perícia naquelas hipóteses em que a ação é privada, não me parece justo porque nós estamos falando na maioria esmagadora, 90% de grandes indústrias que possuem poder econômico para custear essa perícia. Possibilitar a realização de perícia por pessoa tecnicamente habilitada é uma desnecessidade trazer isso para o âmbito do direito especial já que o CPP já prevê isso, de uma forma geral, em todos os locais em que não haja o IC, o Instituto de Criminalística. O oitavo, por favor.

Limitar o número máximo de mercadorias a ser periciada também me parece uma desnecessidade, porque nós temos hoje, vamos supor, se não me falha a memória, o anteprojeto fala em dez itens, mas vamos supor que uma apreensão de 40 toneladas eu tenha 50 tipos diferentes de mercadorias? Lógico, eu não vou querer periciar todas essas mercadorias, mas eu entendo que seria necessário, pelo menos, periciar uma de cada tipo.

A afetação a Fazenda Nacional eu já falei, seria uma burocratização e a revogação indiscriminada dos dispositivos do CPP, especificamente a gama dos artigos 530 eu acho que deve ser avaliado caso a caso. Por gentileza o outro.

Essas seriam as minhas sugestões finais. Se nós formos querer modificar a questão da perícia generalizada no que tange a violação do direito autoral, bastaria modificar o artigo 186 do CP e o 158 do Código de Processo Penal para especificamente dizer o 158 trata da valoração da prova. Seria especificamente dizer que naquele caso é possível a destruição e naquele caso não basta a perícia, não precisa a perícia ser global. Agora, uma questão muito interessante que eu visualizei aqui nesse anteprojeto ele é bem mais

ambicioso do que a idéia que eu havia tido na nossa primeira, nosso primeiro encontro, que eu achei que seria a intenção de atingir apenas a questão do direito autoral, mas vejo que os senhores pretendem abrir esse leque para também a propriedade industrial e todos os outros ramos. Essa Legislação hoje ela é extremamente esparsa e na medida em que nós alteramos um artigo aqui, outro artigo ali, nós criamos as vezes um problema para refletir nos outros ramos. Então eu faço uma sugestão de que seja codificada toda a questão relativa a propriedade imaterial, o direito autoral, o direito a propriedade industrial, software, toda a Legislação processual e toda a Legislação de direito material seja trazido para um código como nós temos hoje o Código de Trânsito, como nós temos o Estatuto do Idoso, do consumidor, etc. e tal, que aí poderia, de uma forma absolutamente sistemática, tratar, tanto da questão de criminalização, a questão que foi levantada pelo Dr. Gustavo, de majoração de algumas penas que se faz necessário, como também, o que o me parece absolutamente imprescindível, que haja uma questão processual mais sistemática, mais equânime para que possamos evitar algumas distorções. Obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer e passo a palavra ao último dos nossos expositores, o Dr. André.

DR. ANDRÉ GUSTAVO CORRÊA DE ANDRADE: Senador Cristovam Buarque, Senador Flávio Arns, Senador Geraldo Mesquita e Senadora Marisa Serrano, cumprimento os senhores e AS autoridades presentes, componentes da Mesa. Eu fui convidado para vir falar nessa audiência pública sobre esse anteprojeto E quando tomei conhecimento do teor do anteprojeto eu fiquei muito sensibilizado, muito empolgado, principalmente com uma parte do anteprojeto que trata da questão da indenização.

Já de algum tempo venho estudando a questão da indenização do dano dentro da responsabilidade Civil, mais especificamente do dano moral e tive oportunidade de, no meu Mestrado, fazer uma dissertação sobre esse tema e tenho quase que como uma catequese participado de eventos, de seminários, defendendo a tese da indenização punitiva dentro do Direito Brasileiro. E vejo com muita alegria que nesse anteprojeto a idéia de incluir de forma expressa, pela primeira vez de uma forma mais clara, a indenização punitiva no Direito Brasileiro.

Qual é a idéia da indenização punitiva que me parece que é mais do que aplicável no Direito Brasileiro? É premente? Deve ser aplicado com muita urgência? É a idéia de que a responsabilidade Civil moderna não deve se preocupar apenas e exclusivamente com a reparação do dano, com o ressarcimento do dano já consumado. É a idéia de que mais importante do que remediar um mal causado é evitar esse mal causado, é a idéia da prevenção do dano, afinal de contas, já é um adágio popular, é melhor prevenir do que remediar. A responsabilidade Civil moderna já não mais compactua com aqueles princípios clássicos de que é função exclusiva do Direito Civil, notadamente da Responsabilidade civil, o ressarcimento do dano e que seria função exclusiva do Direito Penal a punição ao infrator de um ato ilícito.

Na verdade, o direito é uno, não há que interpretar o direito de forma estanque, Direito Penal, Direito Civil, tudo se interpenetra, o direito é um só, é um todo indivisível e é um sistema que devemos aplicar na sua inteireza. Notadamente no campo da propriedade intelectual eu verifico que há uma dificuldade ainda maior no que diz respeito à fixação da indenização do dano. Porque aqui nós estamos falando em direitos que são intangíveis, bens intangíveis. Não estamos falando de coisas corpóreas. Se já há grande dificuldade no dimensionamento, no dano, na fixação da indenização quando estamos tratando de bens materiais que dirá quando estamos tratando de bens imateriais, intangíveis? Porque afinal de contas quando nós falamos em propriedade intelectual, ou direitos relativos à propriedade intelectual nós estamos falando de algo que decorre do intelecto humano, da criação humana. Então o que se protege não é o DVD, não é o CD, eles são meros suportes físicos para essa criação intelectual. Na verdade o que se está a defender, a tutelar, é algo que decorre do engenho humano, é a criação musical, é a obra cinematográfica, é a obra escrita, enfim, o livro, isso é que é passível de proteção. E aí o problema avulta. Como dimensionar um dano a uma propriedade intelectual, algo que não é tangível?

É algo complicado porque a idéia de que a função da responsabilidade Civil é reparar um dano já ocorrido é muito complicado nesse âmbito aqui. Como é que vamos calcular, por exemplo, qual foi o dano quantitativamente num caso de contrafação, de violação de um direito autoral? Como é que nós vamos calcular um dano numa situação como essa, num caso de concorrência desleal, por exemplo? É algo extremamente dificultoso. O que eu reparo e a experiência que eu trago aqui de Magistrado é que os nossos Tribunais cada vez mais tem se socorrido do instituto do dano moral, as vezes até forçando os limites do conceito do dano moral para fixar indenizações que tem um caráter de punição, um caráter de sanção. Lembro de um julgamento recente de que eu participei lá no Tribunal de Justiça envolvendo o uso indevido de marca. Uma empresa que copiou de uma forma acintosa a marca de um produto de beleza, um produto de cabelo e o

rótulo, a embalagem, os dizeres, tudo, tudo, tudo praticamente igual, pequenas mudanças, até o modelo, a mulher que aparecia no rótulo da embalagem era parecida, não era a mesma mulher, mas era muito parecida. Chegou a haver um acordo entre essas empresas, a empresa que estava copiando a marca da outra, reconheceu extra judicialmente que aquilo era indevido e que se comprometeu a tirar o produto do mercado, etc., e não o fez. Então, veio a ação de indenização como obrigação de fazer, etc. e tal, foi julgado procedente a demanda, em 1º Grau de jurisdição e entre outras coisas condenou-se a empresa réu ao pagamento de uma indenização por dano moral de 30 mil reais, no valor de 30 mil reais que foi o valor que foi fixado em 1º Grau de jurisdição, confirmamos em 2º Grau. Mas ficou, para mim ficou muito claro que naquele caso não havia dano moral de acordo com o conceito clássico. O que havia, na verdade, era o sentimento do julgador de que havia ali um abuso por parte da empresa ré, abuso que não poderia ficar sem uma resposta, uma sanção jurídica e que a fixação de uma mera indenização reparatória, além das dificuldades para se apurar, qual foi o prejuízo efetivo? O quê que houve de lucro cessante? Além dessa dificuldade material, havia também o sentimento de que não poderia ficar aquela situação sem uma sanção para que a empresa ré ficasse desestimulada à prática de condutas semelhantes. Quer dizer, toda a idéia de uma indenização punitiva é de que ela deve desestimular a prática de ilícitos semelhantes.

O nome indenização punitiva constrange alguns juristas, alguns julgadores porque há essa idéia de que a punição é tarefa do Direito Penal, não é do direito civil. Então alguns preferem usar talvez uma metáfora, usar uma outra expressão, falam em indenização exemplar, alguns falam em teoria do desestimulo, tudo bem, a questão de rótulo não vai mudar o conteúdo das coisas. No direito norte-americano, no direito de [ininteligível] eles falam sem pudor, sem problema, *impunitiv damages(F)* que seria uma tradução literal, indenização punitiva, mas lá eles também chamam essa indenização de *exemplar damages*(F), enfim, outros nomes, [ininteligível] Money. Enfim, o fato é que o rótulo não é importante, o importante é o conteúdo, aquilo a que se propõe a indenização. E vejo com muita alegria a introdução, então, no anteprojeto de normas que visam a introduzir dentro do Direito Brasileiro esse tipo de indenização e acho até que seria um primeiro passo para a adoção dentro do Direito Brasileiro de forma mais geral, talvez, algo que merecesse uma mudança, uma introdução de um artigo no Código Civil prevendo a indenização punitiva.

O quê que diz aqui o anteprojeto? Eu vou pegar, na verdade, são três dispositivos, um tratando da lei de direitos autorais, outro tratando da lei do software e um último tratando da lei de propriedade industrial. Aqui, para pegar um exemplo dentro da lei de direitos autorais, há uma norma que já estabelece o artigo 103 que diz: "Quem editar obra literária, artística ou científica sem autorização do titular perderá para este os exemplares que se aprenderem e pagar-lhe-á ao preço dos que tiver vendido." Isso é a regra atual. E tem um parágrafo único que diz: "Não se conhecendo o número de exemplares que constituem a edição fraudulenta pagará o transgressor o valor de 3 mil exemplares, além dos apreendidos." Então faz-se uma espécie de presunção, cria-se uma ficção de que não se sabendo o número de exemplares fraudulentos, então, considera-se o número de 3 mil exemplares, além dos apreendidos. O quê que o anteprojeto prevê? A introdução de dois parágrafos, o primeiro dizendo: "Em nenhuma hipótese a indenização de que trata o caput desse artigo será inferior ao valor de 35 mil reais, atualizado pelo índice oficial de inflação utilizado pelo Governo Federal desde a data da edição desta lei até a data da sentença condenatória." Pode ser discutido se esse valor estabelecido como um piso é alto ou não é, a Dra. Lilian aventou a possibilidade de ser um valor alto, etc. Eu tenho para mim [soa a campainha] que não é um valor alto. Ele e não me assusta. A casuística, a minha experiência como Magistrado, é de que os clientes, aqueles a que são endereçados essa norma têm condições econômicas para pagar tranqüilamente esse valor. E diz o parágrafo seguinte: "A indenização fixada terá seu valor majorado entre três e dez vezes de forma a prevenir nova violação do direito cabendo ao Juiz, para majorar esse montante, levar em consideração a situação econômica do infrator e a natureza do produto ou serviço." É exatamente a idéia da condenação punitiva. A indenização tradicional, clássica, ela se preocupa com a figura da vítima. Repara-se o dano sofrido.

A idéia da indenização punitiva é voltar os olhos para a figura do infrator. Não se esquece da vítima, mas preocupa-se com o infrator para verificar o seguinte: A conduta por ele praticada é especialmente reprovável, censurável, digna de uma sanção? Se a resposta for positiva, então, aumenta-se o valor da indenização tradicional meramente compensatória, ressarci tória, e cria-se esse plus indenizatório como forma de dissuadir, desestimular a prática da conduta ilícita. É isso que esse anteprojeto está trazendo, tanto em relação ao software, quanto ao direito autoral, quanto a propriedade industrial. Eu, já me encaminhando aqui para o fim da exposição, nesse tempo aqui que me cabe

para falar sobre isso, o que eu diria é que a idéia da indenização punitiva ela, desde a constituição de 1988 já vem ganhando corpo. Em sede de dano moral os Tribunais já tem falado direto na possibilidade de aplicar uma indenização que tem um caráter de pena, um caráter de exemplo para criar um desestimulo.

Ela ainda tem uma vantagem que me parece que no campo da propriedade intelectual é fantástica. A indenização punitiva tem a finalidade de buscar a eliminação do lucro ilícito. Percebe-se com muita freqüência que aqueles que praticam atos violadores de direito atuam na expectativa de que possam ser demandados, mas previamente calculando que a indenização a que serão condenados ela é inferior ao proveito que eles, réus, obtém com a prática do ato ilícito. A idéia da indenização punitiva qual é? De acabar com esse lucro ilícito, com esse aproveito que se obtém praticando o ato ilícito. A indenização meramente reparatória não seria suficiente para excluir esse lucro obtido por aquele que praticou o ato ilícito. A indenização punitiva tira esse proveito e acaba com o bom negócio daqueles que praticam os atos ilícitos. E trazendo para a responsabilidade Civil um aspecto ético, recupera-se a noção de eticidade que deve permear as normas Jurídicas. Porque onde estará a ética, onde estará a moral na aplicação de uma sentença que determina ao réu que apenas repare o prejuízo comprovado sofrido pela vítima deixando que o ofensor, o lesante, guarde para si todo o aproveito obtido com ilícito? Tudo o que sobrar, o que sobejar em relação a esse dano efetivamente havido. Uma última observação: A indenização punitiva também acaba com aquilo que um autor, Júlio Manoel Vieira Gomes, que escreveu uma obra notável sobre enriquecimento ilícito, fala que acaba com o chamado curto-circuito do contrato. Mais de uma vez já me deparei com a seguinte situação: Pessoas que desejavam adquirir o direito de utilizar uma determinada marca de um determinado bem foram procurar o titular desse bem ou dessa marca e receberam uma resposta negativa. Não posso ceder, ou não quero ceder da marca para você, posso ter um contrato de exclusividade com uma outra empresa, etc. e tal. Ah, muito bem, certo, então você não quer me ceder por esse valor? Eu te pago o valor de mercado, pago bem por essa marca. Não, mas eu não vou te ceder, eu não posso. Tudo bem. Eles vão lá e usam a marca a despeito de não haver sido permitida a utilização dessa marca, a despeito de não haver sido feito o contrato e aí ficam a espera de que o titular do direito vá a juízo buscar, então, a indenização pelo dano decorrente do uso indevido da marca. Ora, esse valor que o titular do direito vai buscar em juízo é o valor que o lesante sempre esteve disposto a pagar, porque ele quis contratar para o uso indevido da marca.

A indenização punitiva, na verdade, acaba com o chamado curto-circuito do contrato. O contrato acaba sendo indiferente ao princípio da autonomia da vontade vai para o espaço porque se torna um indiferente para os interessados na utilização de um determinado bem contratar ou não com seu titular. Se eu contrato, eu pago em razão do contrato. Se eu não contrato, eu pago o mesmo valor em juízo em razão da ação de responsabilidade Civil. A indenização punitiva acaba com essa brincadeira, acaba com aquilo que os americanos chamam de contract By-pass(F) que é o curto-circuito do contrato, restabelecendo o princípio da eticidade.

O tema para mim é muito caro, é um tema muito importante e eu fico à disposição dos Senadores, enfim, das pessoas interessadas para, enfim, debater esse tema que me parece muito importante. Eu lamento não ter tempo para falar ainda sobre outros aspectos do anteprojeto, mas o anteprojeto realmente ele é muito grande, eu achei importante até falar por último porque eu vi que a Dra. Lilian, o Dr. Gustavo falaram sobre os aspectos penais desse anteprojeto, que também são aspectos muito importantes. Por isso que eu resolvi usar o meu tempo para fala especificamente da questão da indenização que me parece também dentro do anteprojeto um aspecto importante. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Mesa que agradece e eu vou passar a palavra ao Senador Flávio Arns, quer começar... como autor do requerimento o senhor tem toda a prioridade.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Agradeço a V. Exa. Quero em primeiro lugar só me desculpar com os expositores e a Dra. Lilian também, por ter chegado não desde o início da audiência porque justamente nós estávamos na Comissão de Ciência e Tecnologia e eu era, lá naquela Comissão, relator também de alguns projetos e precisei ficar lá por mais tempo que o inicialmente planejado. Mas eu quero dizer que esta audiência pública, só lembrando, é da Comissão de Educação, cultura e desporto através de uma Subcomissão Permanente desta Comissão que é a Subcomissão de cinema, teatro, música e Comunicação Social. Então, essa preocupação com o objeto desta audiência pública já é uma preocupação antiga. Eu penso até, não pensando em estar equivocado que eu acho que já é a quinta ou sexta audiência pública que se faz sobre este tema. E uma época atrás esta Comissão de Educação englobava também Ciência e Tecnologia e nós tínhamos à época uma Subcomissão Permanente de Ciência e Tecnologia e já naquela ocasião também

foram feitas audiências públicas nesta Subcomissão de Ciência e Tecnologia que agora, a partir deste ano, se desmembrou e justamente tinha acabado de mencionar e era uma Comissão do Senado Federal de Ciência e Tecnologia. E naquelas audiências públicas iniciais, inclusive, o Ministério da Justiça participou lá e participou agora de novo, havia aquela idéia de que o grupo de combate à pirataria lá no Ministério da Justiça estaria elaborando um Projeto de Lei para ser apresentado aqui no Congresso Nacional e nós até ficamos em contato, mas como esse processo estava assim, vamos dizer, demorando muito também lá no Ministério da Justiça que se tomou a iniciativa de se elaborar, como foi dito nas falas, um anteprojeto, não é ainda um projeto. É um anteprojeto que está sendo demitido como anteprojeto, é uma idéia que foi colocada no papel e que naturalmente tem que ser bem avaliada por todos os setores que estão envolvidos nesta área para ser apresentado na seqüência. Então, este anteprojeto o próprio Ministério da Justiça, talvez, na seqüência opine porque eu acho que já está na hora, inclusive, dele se apresentar como Projeto de Lei. Mas eu diria, Sr. Presidente, a partir desta audiência pública porque o que foi debatido na última audiência pública que nós queríamos escutar, que é mais do que ouvir, escutar e prestar atenção e receber os subsídios das pessoas que estão, das instituições ,até mais do que pessoas, que estão diretamente envolvidas na análise desses casos todos para que haja esta sintonia entre o projeto não se apresentar coisa absurda, ou isso não funciona, se tivesse escrito assim teria sido muito melhor e tantos aspectos assim que a Polícia Federal, a Receita Federal, Associação Brasileira, o Ministério Público, a própria Magistratura ou o Tribunal de Justiça. Então, eu, inclusive, estava sugerindo, agora a pouco, para o Secretário desta Comissão que a partir da incorporação e de uma leitura que todos os senhores e as senhoras pudessem, assim, fazer para nos ajudar, inclusive, para que seja bem sintonizado, que realmente a gente possa, então, apresentar o Projeto de Lei que naturalmente passará pela Comissão de Constituição e Justiça, passará, talvez, pela Comissão de Assuntos Econômicos e também por esta Comissão na seqüência, como também por Ciência e Tecnologia, para que nós pudéssemos dizer: Não, agora temos um projeto que pode até ser aprimorado mais, mais pessoas irão participar do debate, mas que de alguma maneira, assim, não esteja de acordo com as necessidades que não dê uma bola fora muito grande e coisa assim que as pessoas achem absurdos absolutos e os pontos levantados eu acho que todos eles podem já ser incorporados, a Dra. Lilian já apresentou e todos apresentaram, eu também sou um adepto, assim, da tese que o senhor mencionou, Dr. André, que realmente eu acho que é um caminho que o Brasil tem que perseguir, eu acho que isto aí está bem de acordo com a questão popular, com o adágio popular que diz que é melhor prevenir do que remediar e prevenir significa doer no bolso de quem vai fazer, assim, dramaticamente. Poxa, então, é melhor eu não fazer porque se por um acaso acontecer isso vai ser uma...É uma punição, é uma indenização como o senhor falou do dano, uma indenização punitiva, conceito de indenização punitiva. Então, isso me parece muito bom.

Discutiu-se bastante também, eu quero dizer, a questão cultural, Sr. Presidente, essa questão de pirataria não está muito embutida na nossa cultura como sendo crime, quer dizer, o pessoal, acha, não, vou comprar lá um DVD, um CD, um filme. Então essa questão cultural, educacional de sensibilização, de conscientização da população também foi muito debatida.

A questão, inclusive, de que muitas dessas coisas o projeto tem realmente esse objetivo de ser mais amplo, eu, por exemplo, até acho que este caminho que V. Sa. sugeriu no sentido de se estabelecer como uma espécie de um código, juntar-se à Legislação para que a gente possa pensar nesses aspectos todos mencionados, eu acho que seria algo interessante também, sabe? E tem pessoas aqui no Senado que se dedicam, assim, com muito afinco à questão de crimes de informática, quer dizer, essa que é uma dificuldade hoje em dia também como fazer isso? Então, os especialistas têm que vir aí para dizer: Olha, como é que isto pode ser feito naquilo que se refere à questão da propriedade intelectual? Então, de qualquer forma e depois essa ligação disso com o crime organizado também que foi muito debatido, porque essa pirataria já envolve mais, de acordo com os levantamentos, do que a própria inserção da pessoa no crime do narcotráfico, por exemplo, de drogas, de entorpecentes onde todo mundo diz que é crime. Então, crime, mas outro crime já rende mais do que aquele primeiro crime e não se tem aquela percepção de que isto seja crime. E com todo esse debate, ao mesmo tempo, também da gente se questionar como Executivo. Por que é que isso muitas dessas coisas são tão caras, tão dispendiosas que permitem, inclusive, o surgimento, assim, desses produtos falsificados, inclusive com, assim, com discussões quando uma empresa multinacional cobra uma taxa de propriedade intelectual, a metade do preço em outro país do que a taxa que é cobrada no país. Digo, isso também tem que ser visto porque é uma exploração, aí, do brasileiro, do consumidor em termos de taxas cobradas. Então são um conjunto de aspectos que foram levantados, mas eu considero a Mesa de hoje, talvez, a Mesa, uma das Mesas mais im-

portantes de tudo isso, porque nos outros, nos outros... nas outras exposições nós tínhamos, assim, o ponto de vista da sociedade. Olha, tem esse problema, tem aquele, a taxa aqui, a taxa lá e o preço é muito alto e isso e aquilo, quer dizer, convergindo tudo isso, para dizer o que nós temos que ter de fato no Projeto de Lei para que a justiça, a polícia, a receita, o Ministério Público tenham os instrumentos. No fundo é criar os instrumentos adequados para abordar esse Estado de coisas. Então, neste sentido que eu consideraria esta Mesa com a participação das entidades, instituições aqui presentes, como uma das Mesas mais fundamentais e que gostaríamos muito, Sr. Presidente, talvez de através da assessoria agora juntar, reunir todos os problemas levantados, fazermos uma sistematização, encerrarmos agora estas audiências públicas, não termos mais agora audiências públicas, para passarmos para o lado bem decreto. Talvez, haja audiências públicas depois com projeto posterior, mas, assim, colocando tudo no papel e enviar, ficarmos em contato com os expositores até para depois, eventualmente, daqui um mês, um mês e meio a gente, talvez, fazer uma reunião de trabalho aqui no Senado, podermos convidar de novo, com a ajuda da consultoria, da assessoria para que esta Comissão possa apresentar o Projeto de Lei ainda nesse ano.

Possa apresentar para que no ano que vem esse Projeto de Lei se bem, ser apresentado já uma convergência de idéias é mais fácil de ser aprovado e que possa passar pelas Comissões do ano que vem para de fato nos dedicarmos a termos uma lei adequada em nosso país para essas situações, objeto dessas audiências públicas. Então eu só quero, da minha parte, enaltecer, dizer que há muitas idéias e muitas coisas boas que podem ser aproveitadas, enaltecer a realização e a presença das autoridades aqui presentes que estão no dia-a-dia dizendo: Olha, para combater isso nós temos a experiência, a academia, o conhecimento, a discussão e isso pode contribuir aí com o trabalho Legislativo. Obrigado. Parabéns a todos também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Flávio Arns e que foi quem provocou essa Mesa que a meu ver foi muito interessante. E deixar claro que cada audiência que a gente está fazendo aqui vai ter um livrinho, vai ter um documento. Estamos trabalhando duro naquelas nove audiências sobre o futuro da educação, essa aqui também vai ter. Eu queria deixar aqui uma pergunta apenas e que cada um falasse e já comentando o que os outros disseram e já se despedindo que é mais de ordem conceitual, geral. Se a gente vai conseguir parar ou não a pirataria? Se não é uma luta inglória, tendo em vista que a velocidade como as fronteiras se abrem e ao mesmo tempo a velocidade como copia-se as coisas cada vez mais facilmente, se isso não vai fazer com que a gente tenha que inventar uma eticidade, a palavra que o André usou, diferente? Afinal de contas a ética se adapta à velocidade como as coisas, na realidade, andam. E essa pergunta não é só com pirataria não. Eu quero dizer que a minha briga pela recuperação do prestígio do Senado, de vez em quando é afetada por idéias que me surpreendem.

Eu recebi, Senador Flávio, uma análise de uma pessoa dizendo que não adianta lutar para recuperar o Congresso porque o Congresso é uma instituição superada na medida em que os meios eletrônicos hoje permitem quase que uma democracia direta. Na medida em que a questão de mais 20, 30 anos que cada cidadão vai poder votar em casa sobre os Projetos de Lei diretamente pela internet, na medida em que a mídia ficou online, simultânea. Será que uma mídia simultânea permite que haja representatividade congressual que no passado levava meses discutindo para depois trazer as propostas? Agora o que a gente fala aqui está saindo simultaneamente ao mesmo tempo e as pessoas estão tomando posição lá onde elas ouvem. Então a minha pergunta é: Os senhores têm algum sentimento que lhes permita dizer que essa luta ela é gloriosa no sentido que a gente vai encontrar um Projeto de Lei que controlará esse absurdo da pirataria ou 10 anos depois da lei ela já vai estar superada? Porque não vai se conseguir controlar a fronteira porque o Mercosul, aliás, o mercado comum, ele virá de qualquer jeito. Hoje ele é clandestino. Daqui a 10 anos vai ver que ele será legal. Então, esse lado do contrabando é uma coisa que a globalização vai acabar e os chineses estão mostrando.

O lado da pirataria a gente sabe que cada vez se copia com mais facilidade qualquer produto hoje em dia e praticamente com a mesma qualidade. Às vezes a gente está lutando para defender a grife, não a qualidade do produto. E aí se a gente está defendendo a grife, a pergunta é: Estamos defendendo a pessoa certa? Porque se o consumidor consegue um produto absolutamente igual a gente não está defendendo a ele, está defendendo a propriedade intelectual de quem desenhou, é verdade. Então, esse momento de ambigüidade é que eu gostaria de pensar. Essa será uma lei com as críticas que vocês estão fazendo que vai durar ou será uma lei muito provisória diante das mudanças que acontecem no mundo? Eu deixo essa única pergunta, agradeço os comentários específicos sobre as leis, se quiserem fazer novos comentários eu peço que façam e que comentem que os outros falaram. E eu passo a palavra inicialmente ao nosso delegado Arcelino.

DR. ARCELINO DAMASCENO: Olha Senador, respondendo a pergunta o desafio realmente é grande porque sabemos que qualquer conduta que o Poder Público tome, ainda assim não vamos conseguir estancar a conduta criminosa. O crime ele se modifica, ele é dinâmico.

Eu entendo que o desafio é grande, tanto que nós participamos junto com a Receita Federal de um fórum internacional, uma operação chamada operação Júpiter e que se tem numa mesma Mesa a Polícia Federal e a aduana de cada país do Mercosul, Chile, Paraguai, Uruguai, Argentina, Paraguai, e na última reunião trouxemos o setor privado junto para essa reunião para a gente tratar de temas de interesse do setor público e do setor privado. A gente percebe em atendimento ao setor privado que cada um defende seus interesses próprios. A Johnson & Johnson chega e me diz: Olha, no Interior do Brasil eu tenho pirataria, tenho isso, tenho aquilo. Então realmente o desafio é grande. E muitas vezes eu tenho também a percepção de que a gente está protegendo uma ou outra grife, ou marca, enfim, como muito bem disse um representante de um país africano em uma dessas reuniões aí em que ele diz que no país dele o salário mínimo custa 100 dólares, que um tênis Nike custa 500 reais, que representa 250 dólares e ele se dirige a iniciativa privada e diz para a indústria Nike, se você prometer vender no meu país um tênis Nike a 10 dólares como tem o pirata eu acabo com a pirataria. Realmente é um desafio grande. Eu entendo que nada obstante a este desafio ser grande, a gente precisa, sim, lutar, porque como eu falei na apresentação, as organizações criminosas que tratam da pirataria ela está vindo, ela está tendo um suporte para a produção, para execução de outros crimes e a gente estancando isso, talvez, estaríamos por vias transversas atacando também a estrutura do tráfico que utiliza da mesma rota, que utiliza das facilidades e, enfim, eu estou sendo lacônico porque realmente não sei a resposta, não sei se vamos acabar, mas eu acho que merece sim, até porque pelo menos a experiência tem mostrado que uma grande maioria das mercadorias são mercadorias que muitas vezes são até prejudiciais à saúde, enfim, os tênis, ainda não são ainda com a... eles são reproduzidos não com a mesma tecnologia que se tem no produto original. Eu acho que merecemos ainda lutar um pouco para depois fazer um juízo de valor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só para acrescentar um assunto que me preocupa que é a indústria farmacêutica.

DR. ARCELINO DAMASCENO: Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Aonde a gente tem dois problemas que justificam o rigor no controle da pirataria. Um é a saúde pública, se o produto não tem a qualidade ou até é um placebo como muitas vezes existe e o outro é as pesquisas, se o laboratório não tem sua propriedade industrial respeitada, não vai fazer pesquisas, não vai inventar novos remédios, isso é verdade. Mas ao mesmo tempo o remédio chega por um preço em que muitos lugares é possível ter um produto com a mesma qualidade pela pirataria da fórmula e a compra das matérias-primas que talvez existam e até que ponto a gente pode impedir uma pessoa de comprar um remédio que não veio do laboratório, mas que traz o mesmo efeito que pode salvar a vida dela ou dar-lhe mais conforto? Eu falo remédios, mas eu falo também hoje não só remédios, hoje são produtos mesmo, protéicos, que você pode comprar. Enquanto é um Nike, está bem, mas quando é uma perna artificial? Quando são o Senador Flávio que trabalha tanto com isso, quando é uma cadeira de rodas especial que algum engenheiro projetou, outro nem engenheiro copiou a um preço mais barato? Esse problema vai durar muito ainda para a gente tentar resolver no aspecto da eticidade na cópia e no original. Passo a palavra ao Dr. Gustavo.

SR. GUSTAVO LEONARDOS: Obrigado. Eu acabei de voltar de Cingapura onde fui a um Congresso Internacional de Propriedade Intelectual, é uma experiência interessante, conversando com um motorista de táxi e ele estava falando: Olha, aqui é muito caro ter carro. Então, a gente anda transporte público que é uma beleza, limpo. Cingapura, a rua era mais limpa que na Suíça e eu fiquei impressionadíssimo. E o motorista dizia: Você não pode nem comer num transporte público porque suja. Se você sujar o transporte público, se deixar cair um papel no chão a multa, é um absurdo. Ele me disse todo orgulhoso. Mas eu moro num país aonde as ruas são limpas e eu posso caminhar e tenho segurança. Eu moro num país onde tem transporte público e minha família aproveita esse bem comum. Não há controle permanente, não há trocador. Mas se alguém for pego transgredindo a punição é certa. Pode ser uma multa, talvez, até muito alta, se pensarmos assim, mas o bem comum prevaleceu. É essa a ausência de qualquer efetividade que nós estamos presenciando em relação a pirataria, contrafação. Vale a pena hoje copiar sim. Ninguém vai para a cadeia. Ninguém paga nada. Então a lei deixa de ser um exemplo, deixa de educar.

Sem o exemplo de que eventualmente, quando o transgressor for pego, ele receberá uma punição, não há que se colocar 4 anos na cadeia não. Se colocar alguns meses, se nem se colocar na cadeia, se houver uma indenização punitiva, se aquele estabelecimento

que vende o produto pirata que nem o do criminoso foi fechado, está aí funcionando o shopping dele até hoje. Se aquele estabelecimento pudesse ser fechado alguns meses, usando, assim, a pena privativa de liberdade em última hipótese que não precisa ser de 4 anos, não, se ela fosse efetiva, mas pela sistemática do código penal, hoje, até 4 anos, até ela pode ser comutável, suspensa, etc. E não há um único caso de alguém que tenha ido para a cadeia. Não há. Então, sem que a lei eduque naqueles poucos casos em que um transgressor é pego, não há cultura que resista à falta de exemplo.

E é esse exemplo mínimo que a lei tem que prover, ou seja, naqueles casos quando o criminoso é pego, quando a transgressão é grave tem que haver alguma punição efetiva, pode ser um pagamento, pode ser a suspensão do comércio e a pena privativa de liberdade deve ser a última hipótese, por isso que estamos levantando novas. Temos uma consciência da realidade do Sistema Prisional do Brasil e daí essa suspensão no comércio também. É uma possibilidade importante de ser utilizada. Mas é essa efetividade mínima que trará uma mudança ética cultural. Sem essa efetividade mínima não conseguiremos dar o primeiro passo para essa transformação cultural. Estaremos sempre semeando em terreno árido.

Com essa efetividade mínima com alguns casos exemplares aonde alguma sanção é aplicada, eu estou dizendo alguma sanção, hoje não há. Então, poderíamos pensar numa educação que mude essa cultura de cópia discriminalizada. Mas antes disso vale a pena copiar hoje no Brasil. Infelizmente. Quando a lei trata dessas exceções a liberdades de cópia, trata dessas exceções a liberdade de cópia porque é importante de que esses direitos, no caso das patentes farmacêuticas [soa a campainha], temporários, existam para o bem comum como qualquer direito existe a figura do abuso do direito, sim, que deve ser reprimido quando ocorrer também. Mas é importante, antes de mais nada, que o direito possa ser minimamente efetivo e é essa busca de efetividade mínima que ainda estamos buscando aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu não gostaria de ficar comentando cada um, mas não perco... não consigo me controlar.

[risos].

Eu quero lembrar que em Cingapura há um sistema repressor muito forte, corretamente, eu não vou fazer comentário, mas foi a educação. Foi a educação, radical educação em Cingapura que levou a esse comportamento. Eu não sei se estou de acordo. Segundo, se o senhor está de acordo. Segundo que Cingapura, uma das coisas que mais me surpreendeu é o transporte público e é o casamento com o transporte privado. Em Cingapura você não compra um carro se quiser, o Governo que determina quantos carros vão entrar no país por ano. Esse número é definido de acordo com quantos carros ficaram velhos e eles retiram de circulação e quantas estradas novas foram feitas para permitir que não haja engarrafamento.

Para você ser um comprador de carro você tem que comprar o direito de ter o carro, aí depois você vai e compra o carro. Esse direito de comprar o carro vem de um leilão e o dinheiro do leilão vai para o transporte público. Então esse é um casamento interessante. Você não pode comprar um carro só porque tem o dinheiro. Você tem que comprar o direito num leilão e o dinheiro vai para o transporte público. Além disso, é um país de um trabalho em educação incrível. Quando o senhor falava, eu fui olhar o livro do OCDE, que dá a classificação dos países, eu descobri que não tem Cingapura, deve ser porque é bom demais, eles não colocam aqui, porque humilharia, talvez, os outros.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): O senhor me permita dar um exemplo só também, que eu concordo com o fato que seja educação, mas eu ainda penso que há uma coisa mais forte ainda que é o enraizamento cultural, a história de uma forma de se pensar sobre o assunto. E eu dou o exemplo aqui de Brasília. Eu considero o povo de Brasília, as estatísticas mostram, inclusive, um povo bem-educado academicamente em termos de escolaridade. Quer dizer, é um povo bem-educado, também pessoalmente para as pessoas não acharem que eu estou só falando que é só em termos de escolaridade, quer dizer, pessoalmente em termos de escolaridade. Mas aí colocar as faixas de pedestres aqui. Eu acho que esse é um exemplo, assim, claro, em que o guarda ficou lá no lado dizendo: Olha, atravessou na faixa de pedestre vai pagar a multa. Quer dizer, e era um povo educado aqui, mas não tinha o hábito de parar na faixa de pedestre. E qualquer pessoa sabe que se não parar na faixa de pedestre vai pagar a multa e vai o ponto na carteira e vai isso e vai aquilo e pode causar problema se atropelar alguém na faixa de pedestre, por exemplo, então aí é um, pode ser o caos, não é verdade?

Então todo mundo pára e eu acho que, vamos chamar isto de indenização punitiva, quer dizer, é uma punição financeira para a pessoa e isso vai fazendo com que a pessoa mude a sua cultura, o seu modo de ver as coisas. Hoje em dia a gente fala com as pessoas e as pessoas se orgulham disto, gostam disto, sabem da importância disto, quer dizer, mudou a cultura, quer dizer, era impensável a gente achar que algum lugar no Brasil tivesse uma atitude européia, ou canadense, ou americana onde eles fazem isso normalmente, não é

em todos os países europeus que fazem também, mas muitos fazem isso. Mas foi possível ser feito na nossa cultura. Agora eu só quero dizer em relação à pirataria que às vezes muitas pessoas estão nos ouvindo pelo Brasil a gente já discutiu isso em outras audiências públicas, que às vezes as pessoas dizem: Coitado do ambulante que está vendendo CD, DVD, e não sei o quê e tal, pirateado. Esse é o ganha pão do ambulante. A gente não pode se iludir com isso também por que nós tivemos casos relatados aqui onde uma pessoa tinha 350 ambulantes vendendo os produtos da pessoa. Uma pessoa... sei lá eu, pagava sei lá eu, 5 reais, 10 reais, ou seja, o ambulante estava sendo explorado por um... vamos chamar assim, mega empresário de ambulantes e esse dinheiro do ambulante era o dinheiro que fazia falta para educação com o que eu concordo totalmente com V. Exa., se a gente quiser mudar alguma coisa tem que ser pela educação, então não estou discordando, só que eu acho que há nuances assim sobre as quais a gente pode pensar também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sem querer monopolizar que aqui vocês que são os artistas, eu quero dizer que quando eu tomei a decisão, quando Governador ,de levar adiante a faixa de pedestre, um dos meus assessores tentou me desestimular dizendo que eu ser ia acusado de genocídio de tanta gente que ia morrer na faixa de pedestre. Agora, graças a uma colaboração com a mídia conseguimos aquela educação e eu me atrevo a dizer que em Cingapura a sensação que eu tive que aqui a gente respeita melhor faixa de pedestre do que lá.

[risos].

Eu vi muita gente atravessando fora da faixa de pedestres, algumas, agora, jogando lixo não, chiclete, se jogar no lixo tem uma punição muito grande, mas a faixa eu vi gente, isso tudo jovens conseguindo fazer isso e queria lembrar que Cingapura é um exemplo ainda melhor de como um país muda por que tem uma tradição cultural. Mas Cingapura fazia parte da República da Malásia e era tão pobre que foi expulso, é como se o Brasil expulsasse Pernambuco de onde eu sou. É verdade que tinha também problemas étnicos entre muçulmanos e chineses. Os muçulmanos quiseram ficar sozinhos, Í criaram a Malásia e Cingapura foi expulsa, era um Estado e foi expulso em 61 e aí decidiu, de fato, sair daquela situação, tem a sorte de ser uma encruzilhada, tem diversas sortes, agora a gente atravessa para o outro lado da Malásia e compra qualquer CD pirata na rua. É verdade que chega em casa, põe e pode não funcionar. Mas eu acho que o problema da educação é fundamental para que a gente tenha mais legalidade no exercício da nossa cidadania porque hoje a gente usa cidadania em grande parte de uma maneira tolerante com a ilegalidade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Só um ligeiro comentário muito rápido. Eu não vou resistir, educação é fundamental e é a solução... estamos de acordo. Mas sozinha até meus filhos que eu dou a melhor educação do mundo, faço qualquer coisa por eles, mas de vez em quando eu tenho que colocar um ligeiro corretivo para que eles permaneçam, não é uma certa indenização punitiva, aliás, até a mesada está funcionando para isso, há um confisco da mesada atualmente, para que eles se mantenham no caminho. É muito esporádico quando a educação é boa. Eu me lembro uma cena triste no Rio de Janeiro, aqueles garotos que foram bater numa doméstica que confundiram com uma prostituta e o pai falando no jornal. Mas coitados dos garotos. Por que prender eles? Esse pai deve pensar hoje. Por que é que eu não dei umas palmadas em casa antes para que isso não acontecesse? E educação é tudo. Mas no momento de uma transgressão, uma correção de rumo é essencial para que o caminho da ética seja mantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Estou de acordo. Umas palmadas fazem parte da educação. Dr. Mauro.

SR. MAURO DE BRITO: Senador Buarque que fez uma explanação inicial falando sobre a credibilidade. Eu acho que foi muito importante o que o senhor colocou. Nós temos hoje, estamos vivendo no Brasil hoje uma crise de credibilidade e não é só o Senado, não é só a Câmara, também as nossas instituições, nossas instituições policiais, nossas instituições aduaneiras e outras e é muito importante isso. Quer dizer, estamos iniciando um processo de combate a um crime que até pouco tempo atrás e até agora não se tornou consciência pública de que nós devemos combater, haja vista as dificuldades que temos hoje desse relacionamento público e privado e aí entra um pouco também, Dra. Lilian, a questão da credibilidade e eu defendo sempre o seguinte: Nós temos que acreditar em nossas instituições. Acreditando em nossas instituições, independente do erro de um agente público ou de um agente político, nós começamos a responder a pergunta que o senhor fez no início, quer dizer, nós começamos a tomar corpo nesse combate que temos que fazer, começamos a ser acreditados, foi o que aconteceu com o Brasil quando começou, há um ano, um ano e pouco atrás, a combater o crime de pirataria, onde o mundo inteiro nos ameaçava dizendo que ia nos tirar privilégio dentro do processo e hoje, graças a essa integração, essa decisão, essa vontade do Estado Brasileiro em combater esses crimes, o país

já começa a ser visto com outros olhos, pelo menos um país que tem vontade.

Naturalmente que a decisão foi tomada, decisão em todos os órgãos, decisão de Governo, nós precisamos partir para um segundo processo, o aparelhamento, quer dizer, aparelhamento de nossas instituições para que elas voltem a ter credibilidade. Foi citado aqui com muita propriedade o problema das fronteiras, das aduanas brasileiras. O problema de não ter gente para colocar em determinado momento. E eu vi com preocupação, embora respeite a proposta do Dr. Gustavo de punir a autoridade aduaneira num determinado local onde tu não consigas cumprir a tua meta de controlar a entrada de produtos no nosso país. Eu mostrei no início, nós temos 15 a 16 mil quilômetros de fronteira e se nós colocássemos um colega nosso em cada um desses locais, aonde o crime está acontecendo, só para vocês terem uma idéia, em levantamentos feitos por nós, que foi falado pelo Dr. Arcelino, que nós estamos trabalhando em conjunto e realmente estamos trabalhando em conjunto na fronteira com o Paraguai, nós temos, só de Foz do Iguaçu até a fronteira com Guairá, sem contar os outros lados que ali são cento e poucos quilômetros, 244 quilômetros, nós temos ali aproximadamente 200 locais de passagem de contrabando pelo lago de Itaipu e nós, por mais que a gente se esforce, por mais que nossos colegas estejam lá no dia-a-dia, não só no dia-a-dia, mas a noite sem arma, sem proteção, estamos lá trabalhando, nós não temos hoje como frear esse... essa entrada desgovernada de produtos oriundos de diversas partes do mundo. E não é só da China, não é só do Sudeste Asiático. Nós temos também aí encontrado fraudes em produtos originários de Miami, de outros lugares, enfim, nós temos encontrado fraude não só na pirataria, nós temos encontrado fraude de produtos originais, aonde os países desenvolvidos tem dificuldade de nos ajudar a combater porque eles dizem o seguinte: O problema do crime econômico, sonegação de tributos e outros é um problema de vocês, não é nosso. Agora, quando é um problema de pirataria, falsificação de marcas e outras coisas, aí há um peso todo do país desenvolvido nos cobrando que façamos esse trabalho. E é nosso dever fazer esse trabalho. Quer dizer, por isso que eu digo: O Estado Brasileiro já tomou essa consciência, nós combatemos a pirataria, o contrabando não para atender interesses outros, mas para atender interesses locais nossos, interesses econômicos, interesses da nossa sociedade, geração de empregos, as estatísticas estão aí mostrando. Eu não falo nem em números, eu falo, mas se diz que para cada emprego gerado na pirataria ou no comércio ilegal, ou na informalidade nós estamos de gerar outros empregos porque a indústria não investe, quer dizer, ela vai investir lá fora. Então essa é a grande consciência que nós temos que trabalhar.

As ações de repressão que é a nossa missão, eu sou coordenador de uma área aonde a minha obrigação é justamente criar mecanismos de combate e repressão, integração com as polícias, integração com os países do Mercosul e nós temos feito isso com muita coragem. Só que nós sabemos que isso só não resolve. Nós precisamos enfrentar o Brasil, tem que enfrentar a geração de emprego dentro das fronteiras, fora das fronteiras do Brasil, até mesmo dentro do Paraguai, dentro de outros lugares, investindo e fazendo com que suma aquela posição inicial de um país como um Paraguai, Uruguai e outros que é aquela posição de meros repassadores de mercadorias que vem do resto do mundo, colocando naqueles pontos de fronteira para que de uma forma ou de outra, através de uma contratação de um Exército de famintos que estão ali a disposição para justamente para servir de elo de ligação porque o cabeça nunca aparece e essas mercadorias elas são introduzidas ou as nossas vistas, ou na calada da noite e nós não temos hoje como combater. Não é a palavra não temos como combater, acho que estamos trabalhando para combater e acredito muito nesse processo.

Chamo a atenção da conscientização e aí eu faço uma propaganda da Receita Federal, nós hoje estamos trabalhando com educação a distância de professores Municipais e Estaduais, aproximadamente 20 mil professores estão sendo treinados dentro daquele processo de educação fiscal que é não só da Receita Federal, mas a receita coordena, mas dos Estados e Municípios, aonde está se trabalhando também os temas de pirataria e aí fica muito claro para mim. Nós temos que trabalhar com essa conscientização, até mesmo porque nós que estamos aqui dentro hoje. Se pudermos ir ali na feira do Paraguai ou qualquer outro lugar, sabendo que ali é um reduto de produtos falsificados, ou lá na 25 de Março, em São Paulo, nós não deixamos de ir. Quer dizer, então essa conscientização ela é importante dentro do processo e só através da integração de muita gente, da população, do cidadão, nós vamos tornar efetivo aquele esforço que estamos fazendo hoje, esforço de polícia, está aí o Dr. Arcelino que não me deixa mentir sozinho, só na região do Paraná e Santa Catarina, até agora, nós já prendemos mais junto com a Polícia Federal, nós já prendemos mais de mil pessoas esse ano, nós temos 8 mil inquéritos relacionados com o combate ao contrabando, principalmente contrabando e descaminho que vão gerar aí no Ministério Público, vão gerar aí também no Judiciário algumas condenações e mesmo

assim hoje por mais que a gente pense num aumento de condenação nós ainda vamos ficar dependentes dessa conscientização de toda a população para que a gente tenha realmente um efetivo de trabalho. E em relação à Receita Federal nós estamos trabalhando muito duro, a receita está recebendo possibilidade de fazer investimentos, são investimentos na área aduaneira, contratação de Scanner, nós temos uma Comissão que está estudando a aduana para ver a forma que ela pode se integrar muito mais nesse combate, não só da pirataria, mas, enfim, de todo o combate da entrada irregular de mercadoria e os nossos grupos estão atuando com muito mais energia.

Precisamos sim de mais recursos, precisamos sim de mais estrutura e eu diria o seguinte, controle de fronteira não é uma questão aduaneira, também é uma questão aduaneira, mas é uma questão de polícia, é uma questão de Exército. Hoje nós temos a conscientização do próprio Exército nos ajudando em diversas operações na fronteira, agora, é uma questão de vigilância.

Eu, só para encerrar, eu conto um caso que nós tivemos numa fronteira dessas citadas principalmente lá no Norte do país aonde conseguimos uma integração. Polícias Estaduais, Polícia Militar e Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Federal e receita nós começamos uma atuação integrada principalmente na zona da gasolina lá na Venezuela e conseguimos reduzir sensivelmente a entrada de produtos irregulares. O que é que aconteceu? A população carente, não tendo outra alternativa, se revoltou, chamou as suas representações políticas e em questão de dois ou três dias todo aquele apoio policial que as forças Federais tinham elas foram retiradas e nós passamos a não ter condições de fazer o nosso trabalho lá na fronteira. Quer dizer, então situações como essas hoje nós temos que melhorar e temos que avançar. Eu tenho a certeza que essa Casa, através dessas Comissões pode nos ajudar muito, além da conscientização, pode nos ajudar muito nessa [soa a campainha] nessa continuidade de um processo porque a partir dele, não só na parte repressiva, mas também na parte repressiva, nós consigamos vencer ou, pelo menos, trazer o crime de contrabando e o crime de pirataria a níveis aceitáveis dentro da situação. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu passo à Dra. Lilian.

SRA. LILIAN MOREIRA PINHO: Srs. Senadores, certamente qualquer diploma legal que for editado não vai acabar com a pirataria como também não acabou o homicídio, não acabou o tráfico de entorpecentes, não acabou a receptação e todos os outros crimes. Transgredir é da natureza humana, agora, certamente que uma lei agora que venha ser editada ela não vai estar em desuso daqui a 10 anos, como nosso Código Penal que tem em 67 continua plenamente atualizado.

É imprescindível que as leis não sejam casuísticas. Nós não podemos fechar os tipos. Os tipos penais devem ser os mais abertos possíveis. A lei cível que trata dos direitos autorais, ela traz uma expressão que eu gosto muito: "Qualquer bem em qualquer suporte tangível ou intangível", ou seja, independentemente do que a criação intelectual, tecnológica possa nos trazer quando o tipo é aberto, nós temos condições de daqui há 20, 50, 100 anos manter a lei atualizada.

No Brasil nós temos o costume de querer atacar aquele problema casuisticamente. Desta forma nós vamos conseguir atingir o maior número possível de casos se nós tivermos os tipos os mais abertos possíveis. O senhor levantou uma questão muito interessante que foi o crime praticado pela internet. O Brasil hoje ele não tem uma Legislação específica para internet. Nós temos que nos socorrer de uma série de outras disposições legais para atingir os casos concretos. Uma hipótese muito comum hoje em dia que é efetuar uma compra através da internet e eu posso assegurar aos senhores não existe comunicação alguma segura, não tem fax, não tem e-mail, não tem sistema eletrônico, nada é seguro porque sempre existe a possibilidade de violação. Se for realmente aceita essa possibilidade de codificar a matéria, podemos ter o crime de internet aí, como também um outro fator que traz grandes prejuízos para o Brasil que é a biopirataria. Hoje em dia a biopirataria não é punível. Não existe possibilidade de punir o infrator que está saindo com uma folhinha de uma árvore preciosa da nossa cultura medicamentosa indígena e dos caboclos. Ele sai com animais peçonhentos, ele sai com amostras da nossa flora e chega lá fora os grandes laboratórios vão sintetizar aquele princípio ativo e vão nos vender os remédios por preços absurdos. Então, realmente também criar mecanismos de penalização da biopirataria é uma coisa muito importante.

Nós temos exemplos que a receita e a Polícia Federal apreende caixas e mais caixas desses espécimes e o que a gente faz é destruir a caixa. Não tem como penalizar aquela pessoa que está levando embora e, na verdade, embora eles falem sobre pesquisas não existem pesquisas. Eles consultam. O quê que a nossa gente, o que as nossas avós usam de chazinhos, etc. e tal para usar lá fora como princípio ativo? Eu uma vez eu tive oportunidade na oficina de patentes européias de ouvir um expositor alemão dizendo que tanto o mercado europeu como o Mercado norte americano vão criar legislações e vão reprimir severamente o

Brasil por violar patente. A grande preocupação deles é a violação da patente. Mas eles se esquecem de nos indenizar pela nossa cultura biogenética. Eu me lembro uma vez que o senhor fez um discurso sobre a nossa floresta Amazônica, isso passou por toda a internet, eu acho que todo o brasileiro conhece e é uma grande verdade. Nós não tutelamos com seriedade, com o rigor que merece a nossa cultura e a nossa herança das nossas fronteiras. E quando as pessoas falam da dificuldade de fronteira, da dificuldade de controle, realmente numericamente nós temos uma grande dificuldade porque o Brasil inteiro, com toda a nossa extensão territorial tem muito menos fiscais e fiscais eu falo no sentido lato que é a França. A França tem cinco vezes mais. E eu sou um pouco resistente a aceitar que o mercado comum europeu, o Mercosul venha a criar entraves as nossas barreiras alfandegárias porque dentro da Comunidade Européia, embora se possa transitar com uma certa facilidade, é extremamente vigiada as fronteiras. É extremamente vigiada as fronteiras para sair uma mercadoria da Rússia, país que eu estive há pouco tempo, e eu descobri que se a gente comprar um copozinho na Finlândia que os russos afirmam dizer que o cristal finlandês tem uma grande quantidade de chumbo, eles fazem abrir as nossas malas e apreendem lá. E uma série de coisas que também são países continentais como o Brasil, a Rússia tem uma fronteira muito maior do que a fronteira brasileira. O que nós precisamos, na verdade, são mecanismos e eu acredito que a educação é o que há de mais importante.

Eu vou transformar um pouquinho o discurso do Dr. Gustavo que diz que de vez em quando repreende e eu não vou querer nem entrar no mérito de que ele repreende, a modalidade da repreensão aplicada as crianças dele. Mas eu digo o seguinte: Quantas vezes nós somos repreendidos pelos nossos filhos? Quantas vezes o filho chega e diz: Pai, mãe, pára de fumar. Que coisa horrível. Porque ele aprendeu desde a mais tenra idade na escolinha o problema que é o malefício do fumo. Quantas vezes os nossos filhos dizem assim: Precisa correr tanto? Olha o limite de velocidade. Pai, acabou de avançar o sinal. O senhor não sabe que no vermelho tem que parar? Ele aprendeu isso na escola. Então, se a gente começar a educar os nossos pequeninos, além de nós termos uma geração que vai modificar o perfil de comportamento, nós também vamos ter um fiscalzinho dentro de casa para não deixar entrar o DVD pirata, para não deixar comprar aquela bolsa que tem um logo que alguém acha que é objeto de consumo, porque só quando nós crescemos é que nós temos essa visão de objeto de desejo de consumo. Eu me lembro da minha experiência como promotora da infância e da juventude na Comarca de Nova Iguaçu que é na Baixada Fluminense que as crianças quando eram apreendidas chegavam assim. Poxa vida tia, mas o fulaninho tem um tênis de marca, eu quero um tênis de marca. Ele não nasceu aprendendo que tênis de marca é legal. Os adultos é que ensinaram isso a ele. Então eu acho que essa questão relativa à educação também é extremamente importante. E no que diz respeito aos remédios, só para finalizar, nós temos, eu não me preocupo muito com a questão de ter rótulo, de ter título, de ter pago os royalties à empresa estrangeira. Eu me preocupo muito com as pequenas farmácias que vão manipular remédios. Não, isso daqui é igualzinho ao vendido pela indústria Suíça, americana, etc. e tal. Só que a dosagem, às vezes a balancinha está desregulada. É igual? Não é não porque pode matar. Nós tivemos um exemplo muito recente na televisão, do remédio para emagrecer, por que emagrecer é uma febre nacional, ficar magro e bonito, todo mundo quer, só que o remedinho ele emagrecia efetivamente, mas a pessoa morria. Então isso é um problema. Um outro problema que nós tivemos recentemente é a questão das próteses ortopédicas, o titânio não era o titânio próprio, ele era um titânio industrial e as pessoas perderam pernas e outros membros. Então eu acho que essa questão da pirataria, a gente pensa muito em música, TV, etc., mas a gente não pensa nos prédios que estão se incendiando [soa a campainha] porque o material elétrico é falsificado, do avião que de repente pode estar tendo uma pane grave porque tem peça de avião falsificada, remédios, instrumentos cirúrgicos, eu tenho certeza que vocês ouviram também a indústria farmacêutica aqui e tiveram a oportunidade de ver drenos, stends que é uma coisa na moda hoje em dia para evitar a ponte de safena, falsificada, e tantos outros instrumentos. Então eu acho que é muito importante a gente dar a atenção à pirataria sim. Não nos preocupando com a empresa estrangeira. Nos vários contatos que eu tive com algumas empresas estrangeiras através das embaixadas, das representações diplomáticas econômicas, eu sempre disse: Eu não estou nem um pouquinho interessada, me perdoem a falta de delicadeza, com o emprego no seu país de origem, com seus tributos e os lucros, eu me preocupo é com o brasileiro, porque eu sou brasileira e aqui que a gente precisa efetivamente cuidar da repressão para qualidade de vida do nosso povo para que os tributos sejam recolhidos adequadamente para os cofres públicos brasileiros e possam repercutir numa forma, uma reestruturação social e mais digna. Eu agradeço muito a atenção e parabenizo todos por essa iniciativa. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço e passo a palavra ao Dr. André.

DR. ANDRÉ GUSTAVO CORRÊA DE ANDRADE: O Senador Cristovam Buarque fez uma indagação que foi muito apropriada e que está dando ensejo a manifestações que eu estou achando muito importante, muito instrutivas. Eu quero dizer que eu não acredito em soluções simplistas. Eu acho que a gente vive numa sociedade complexa demais para imaginar que a solução para um problema grave como da pirataria possa vir a partir da edição, da promulgação de uma lei. A Dra. Lilian mencionou bem, enfim, nós temos aí um Código Penal que prevê que é crime matar alguém, 121, homicídio, todavia, enfim, todo dia se mata alguém e muitas pessoas são mortas, são vítimas de homicídio.

Na verdade, a política no que tange especificamente a criminalidade, sempre será uma política de redução de danos. Nunca se pode imaginar que uma lei penal ou que uma lei que preveja alguma forma de sanção para um ilícito tenha o condão de acabar com esse ilícito. Quem assim pensar, na verdade, está se iludindo por que a nossa sociedade é muito complexa e especificamente no campo da propriedade intelectual, da contrafação, da pirataria, os problemas são muitos. Agora, eu acho, sim, que dotar o Poder Público de instrumentos adequados, de uma Legislação adequada é um passo importante para a solução desse problema que passa, entre outras coisas, pela educação, sem dúvida nenhuma. Sem educação não há solução. Não tenho a menor dúvida.

Até a idéia aqui inserida num anteprojeto, de uma indenização punitiva, tem esse viés, esse viés pedagógico, afinal de contas, sancionar, punir, sempre é uma tentativa de educar. Mesmo a Legislação penal que prevê a pena mais grave que é a privativa de liberdade, sempre tem em última análise essa idéia, essa idéia de educar. Pune-se o infrator para que ele não volte a infringir a lei e se prevê abstratamente a pena para que a sociedade em geral não infrinja a lei. É o que a gente chama de prevenção especial e prevenção geral, então a idéia da indenização punitiva passa por aí. Mas obviamente que passa também pela vontade política, passa também pela aplicação adequada da lei, quantos e quantos problemas surgem, a meu ver, tristemente de uma visão simplista dos problemas?

Para falar especificamente na questão criminal lá no Tribunal de Justiça, não sei como é que aqui no Distrito Federal, em Brasília, isso ocorre, mas lá no Tribunal de Justiça nós temos na esfera criminal, Magistrados que são considerados, vou usar uma expressão aqui, me desculpem, mingauzinho, a turma do mingau, a expressão diz tudo. Se cair naquela Câmara: Ótimo, bom para o advogado de defesa, é bom para o réu. Já tem outros que estão no extremo oposto, diz que a Câmara é a Câmara de gás, que se cair ali, até brinca e diz assim. Nessas Câmaras a filosofia é a seguinte, aos inocentes pena mínima. Então, quer dizer, são os extremos, porque são soluções simplistas. Eu, por exemplo, critico muito essa filosofia da chamada turma do mingau, enfim, eu não sou nem de uma turma nem de outra, eu acho que eu procuro ser racional na condução das coisas públicas e em tudo o que eu faço na minha vida. Eu acho que a filosofia de que, ah, Direito Penal mínimo, a prisão é a última coisa, não é solução para nada, o problema é educação, o problema é um problema social, eu estou de acordo com tudo isso. A gente não vai resolver o problema da criminalidade no Brasil prevendo penas altíssimas, crime hediondo. Não vai resolver o problema se não houver educação, se não houver mais justiça social, se não houver mais distribuição de renda. Tudo isso é importante. Agora, isso não dispensa a previsão de normas incriminadoras e que tenham a severidade necessária para o momento em que nós vivemos.

Isso não dispensa a aplicação severa de penas para crimes graves que são praticados no momento em que nós estamos vivendo. Então, deixar de aplicar uma lei penal ou aplicá-la de forma extremamente condescendente por que a pretexto de que o problema da criminalidade é um problema social me parece um equívoco. Cada macaco no seu galho. Vamos resolver o problema social? Vamos tentar? Vamos. Então, quem puder fazê-lo deve fazê-lo. Então, os políticos que puderem aprovar medidas protetivas, que puderem executar essas medidas, que puderem distribuir melhor a renda, que puderem atender melhor a camada pobre da população e todos os planos puderem ser implementados no sentido de dar maior assistência à camada pobre da população, isso tudo deve ser feito. Mas devemos aplicar também as medidas necessárias para combater o incêndio. Então, está pegando fogo a casa. Eu tenho que apagar o fogo. E a aplicação da lei penal é isso, é apagar o fogo, não é a solução do problema do Brasil, como então é essa Legislação, a meu ver, ela não vai ser a solução para o problema da pirataria. Agora, é um pouco como aquela historinha já conhecida de todo mundo, do beija-flor que diante de um incêndio lá na floresta, vai lá e pega com seu bico um pouquinho de água, vem e joga água naquela floresta, não adianta o leão chegar e dizer para ele assim: Isso é besteira que você está fazendo, você nunca vai conseguir apagar. Mas eu estou fazendo a minha parte, é o que ele responde para o leão: Eu estou fazendo minha parte. A gente tem que fazer a nossa parte.

Eu como representante do Poder Judiciário eu quero ter os instrumentos para fazer a minha parte, para combater naquilo que me for possível, naquilo que chegar até a mim, combater a pirataria, aplicar indenizações que sejam suficientemente altas para desestimular a prática de uma contrafação e na esfera penal que eu tenha mecanismos que me permitam aplicar uma pena que seja suficientemente desagradável para convencer aquele infrator de não reincidir naquela infração ou para convencer a sociedade de que não é bom negócio piratear. No tema que eu abordei aqui, por exemplo, a indenização punitiva, eu não tenho dúvida de que isso é um instrumento, é uma ferramenta que vai funcionar apenas para quem tem alguma coisa a perder do ponto de vista econômico. Indenização punitiva só serve para as empresas estabelecidas que estão violando o direito autoral, ou que estão violando o direito de propriedade industrial, que estão agindo em concorrência desleal, etc., essas tem alguma coisa a perder do ponto de vista econômico, mas aquele que trabalha, ou atua na informalidade, que pirateia e não tem lá CGC, enfim, que não tem nenhum registro, esse a indenização punitiva não alcança esses aí, aí é Legislação penal. Então um conjunto de medidas, tem responsabilidade Civil, você tem a responsabilidade penal, tem a atuação do Poder Público no sentido de impedir também, por exemplo, que empresas possam abusar do seu direito de garantia, da proteção à propriedade intelectual, eu estou de acordo com a observação aqui do Senador Cristovam Buarque, a gente tem que proteger, sim, a propriedade intelectual. Mas até que ponto muitas vezes, quando a gente está defendendo a propriedade intelectual a gente não está pensando apenas no interesse privado daquele que é titular do direito intelectual e isso em detrimento, muitas vezes do grosso da população. Porque quem não tem condições de pagar aquele preço por aquele produto, por aquele remédio que está patenteado, etc. e tal, e isso é um outro aspecto que tem que ser observado também pelo Poder Público. Num passado recente tivemos a quebra de patente para atender situações excepcionais, para combater o problema da AIDS, problema sério, etc. Medidas como essas tem que ser pensadas caso a caso quando os problemas forem surgindo, mas uma Legislação como essa, me parece que é preciosa, Senador, preciosa porque ela é uma contribuição dentre tantas que tem que ser dadas para enfrentar esse problema que é um dos problemas graves que nós temos na nossa sociedade. Eu acredito [soa a campainha], eu sou um crente, eu sou um crente, eu acredito na sociedade, eu acredito no ser humano, apesar de todas as provas em contrário que a gente recebe no dia-a-dia quando abre o jornal, mas eu acredito no ser humano. Eu se eu não acreditasse, eu acho que eu não teria ânimo de levantar todo dia, sair da cama, ir lá para o Tribunal para julgar as causas que toda hora chegam e cada vez é maior número no Tribunal. Eu sou um crente. Eu tenho que acreditar porque se eu não acreditar não tem mais jeito. Então, é só esperar o dia derradeiro nosso chegar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço e quero dizer que o senhor deu um título, sugeriu um título bom para um trabalho: Crente em tempo de dúvidas.

[risos].

Porque eu sou crente também, mas cheio de dúvidas, sobre como é que as nossas crianças vão sobreviver e se adaptarem à realidade. Eu quero agradecer a presença do Dr. Carlos Lombarde(F) que está aqui, que é assessor da CPI da Pirataria, agradecer a presença de cada um de vocês, especialmente dos expositores e está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h00.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2007.

Às onze horas e vinte e três minutos do dia seis de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, João Ribeiro, Wellington Salgado, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Antônio Carlos Valadares, Francisco Dornelles, Sibá Machado, Leomar Quintanilha, José Agripino, Kátia Abreu, Cícero Lucena e Eduardo Azeredo reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Gilvam Borges, Fátima Cleide, Gerson Camata, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Marco Maciel e Rosalba Ciarlini. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência registra a presença para acompanhar a reunião da Senhora Oraida Policena de Andrade Campos, esposa do ex Senador Lauro Campos. Dando continuidade, inicia-se a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos

projetos terminativos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque passa a Presidência ao Senhor Senador Leomar Quintanilha para relatar o Item 10: Projeto de Resolução do Senado nº 020 de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana que "Denomina 'Campus Universitário Senador Lauro Campos' a sede da Universidade do Legislativo Brasileiro - UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federa". O relator desigando é o Senador Cristovam Buarque e o parecer favorável, com a emenda oferecida é aprovado. Reassume a Presidência o Senhor Senador Cristovam Buarque. Item 17: Requerimento nº 050/07 – CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Ideli Salvatti, Cristovam Buarque, Leomar Quintanilha e Antônio Carlos Valadares que, requer "... nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Desporto, sugerindo como convidados o Ministro dos Esportes, Sr. Orlando Silva e o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol – CBF, Sr. Ricardo Teixeira. O objetivo é expor sobre a Copa do Mundo 2014, com relação a: organização, critério de seleção dos Estados e cidades onde deverão realizar-se as competições; participação do Poder Público, em suas várias instâncias, em colaboração ao comitê que propõe a candidatura do Brasil, bem como do processo de realização da mencionada Copa". O Requerimento é aprovado. Nesse momento, o Senhor Senador Antônio Carlos Valadares requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Aditamento a Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 02: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 050/07 – CE, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares que, requer " .... nos termos regimentais, a inclusão do nome do Senhor Edson Arantes do Nascimento, Pelé, para participar, como expositor, de Audiência Pública, aprovada no dia de hoje, destinada a ouvir esclarecimentos acerca da ".... organização, critério de seleção dos Estados e Cidades onde deverão realizar-se as competições; participação do Poder Público, em suas várias instâncias, em colaboração ao Comitê que propõe a candidatura do Brasil, bem como do processo de realização da mencionada Copa". O Aditamento é aprovado. Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 160, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Senador José Agripino, que "Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente em produtos escolares e estabelece alíquota zero na Contribuição para o PIS/Pasep e na Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre a importação e as receitas decorrentes da venda desses produtos". O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer favorável, com a emenda oferecida é aprovado. Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2007, de caráter terminativo, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Turismo do Araguaia, no Estado do Tocantins". A relatora desiganada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o parecer é aprovado por 14 (quatorze) votos favoráveis. Neste momento, passa-se a deliberação dos Projetos terminativos. Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 252, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Ouro Preto do Oeste, no Estado de Rondônia". O relator desiganado é o Senador Valdir Raupp e o parecer é aprovado por 18 (dezoito) votos favoráveis. Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 099, de 2007, de caráter terminativo, de autoria do Senador Mário Couto, que "Institui o Dia do Pescador Amador". O relator desiganado é o Senador Flexa Ribeiro e o parecer é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis. Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 050, de 2007, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Leonardo Picciani, que "Institui o Dia Nacional do Agente Marítimo". O relator desiganado é o Senador Paulo Duque e o parecer favorável é aprovado. Item 16: Requerimento nº 049/07 – CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo e Wellington Salgado que, requer "... nos termos do art. 90, incisos I, II, V, IX e XII, combinado com o art. 93, inciso I, a realização de Audiências Públicas, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 403, de 2005 que 'Estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no país', sendo a primeira com os seguintes convidados: 1. Representante do Ministério do Turismo; 2- Representante do Ministério do Esporte; 3- Representante da Confederação Brasileira do SURF – CBS; 4. Representante da Confederação Brasileira de Pára-Quedismo – CBPQ; e 5- Representante da Confederação Brasileira de Montanhismo e Escala – CBME". O Requerimento é aprovado. Nesse momento, os Senhores Senadores, Raimundo Colombo, Mão Santa e Paulo Duque requerem, oralmente, pela ordem, a inclusão extra-pauta, de Projetos e Requerimento, o que é aprovado. Extra-Pauta, Item 01: Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 177, de 2002, de caráter terminativo, de autoria do Senador José Agripino que, "Altera a Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, com vistas a estabelecer que o FAT financie estágio remunerado em empresas e universidades", tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 052, de 2003, de caráter terminativo, de autoria do Senador Sérgio Zam-

biasi que, " Altera o artigo 2º da Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990, visando estabelecer a utilização dos recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação". O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e o parecer é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01, 02 e 03 – CAE/CE e nºs 04 e 05 – CE aprovadas por 17 (dezessete) votos, assim como a declaração de prejudicialidade (nos termos do art. 334 do RISF) do Projeto de Lei do Senado nº 052, de 2003, aprovada por 17 (dezessete) votos, que tramita em conjunto. Extra-Pauta, Item 03: Requerimento nº 051/07 – CE, de caráter não terminativo, de autoria dos Senadores Mão Santa e Paulo Duque que, requer " .... com base nos arts. 90, II e 93, II, ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com a presença de representantes das três escolas que obtiveram melhor classificação no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2006: Instituto Dom Barreto, do Piauí; Colégio Vértice, de São Paulo e Colégio Santo Agostinho, do Rio de Janeiro. Na Audiência Pública, os respectivos representantes serão convidados a expor as estratégias que garantiram o bom desempenho das suas escolas no ENEM, bem como a discutir medidas para a elevação da qualidade de Ensino no Brasil". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas por falta de quórum as seguintes matérias: Item 011: Projeto de Lei do Senado nº 291 de 2007 e Item 15: Projeto de Lei do Senado nº 423 de 2007. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2007, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 026 de 2007; Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2007; Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 030 de 2004; Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2006;Item 12: Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007 e Item 13: Projeto de Resolução do Senado nº 024, de 2007. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e oito minutos, determinando que eu, Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 57ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 06 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 11 HORAS E 24 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma, a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 57ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram.

Nós não temos ainda quorum para os projetos terminativos, que é o 01. Então passamos ao item 02, é não terminativo, mas o Relator não está. O nº. 03 também não tem, o 4 é terminativo, vamos ao, o 5 é terminativo, vamos ao 06, que também não está. O item 07 é terminativo. O item 08 é terminativo. O item 09 é terminativo. O item 10 é não terminativo, é de autoria no Senador Tião Viana, eu sou o Relator, mas vamos para... sim, mas tem outro na frente...O 16 não está o autor. Vou para o último item, que é o nº. 17. Porque tem o terminativo que eu sou o Relator, então eu pulo ele, por enquanto. Não, eu preferiria ir logo a esse. Eu vou ao item nº. 10.

Eu peço ao Senador... Quem é que eu peço? Senador Leomar. Poderia presidir? Poderia presidir enquanto eu relato?

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Nós apreciaremos agora o item 10. Projeto de resolução do Senado nº. 20/2007 denomina Campus Universitário Senador Lauro Campos a sede da universidade do Legislativo brasileiro, UNILEGIS, em Brasília, Distrito Federal. Tem como autoria o Senador Tião Viana e como Relator o eminente Senador Cristovam Buarque, a quem confiro a palavra.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu tenho evitado avocar para a minha relatoria os projetos que chegam a essa Comissão, salvo um ou outro, mas esse eu fiz questão de avocar pela minha amizade e pela minha relação profissional até mesmo por em alguns momentos como quase aluno do professor Lauro Campos. Então eu fiz questão de pedir que esse projeto eu pudesse dar o parecer.

Quero agradecer a presença da... Posso chamar de amiga Roraida, a Senhora Roraida Campos, espo-

sa do nosso querido Senador Lauro Campos que aqui está presente.

Sr. Presidente, o projeto de resolução do Senado nº. 20/2007 é de autoria do Senador Tião Viana e tem por meta render homenagem ao falecido Senador Lauro Campos cujo nome passará, se aprovado nessa Comissão, a designar a Universidade do Legislativo Brasileiro, UNILEGIS, em Brasília.

Segundo a justificativa do Senador Tião Viana, o professor Lauro Campos exerceu magistério em economia na Universidade Federal de Minas Gerais entre 54 e 57, lecionou na Universidade Federal de Goiás e também na universidade de Sassex(F) em 1976. Aqui na UnB Lauro Campos integrou o Departamento de Economia entre 66 e 91 sendo lecionado na graduação e mestrado nessa instituição. Entre as obras de sua relevante produção acadêmica, destacam-se A Crise da Ideologia Quenesiana lançada pela Editora Campos em 1980 que é um marco do pensamento e A Crise Completa, A Economia Política do Não, publicado pela Editora Boitempo em 2001. Além disso, o professor Lauro Campos deixou uma extensa lista de alunos formados por ele no entendimento do sistema econômico como a ótica revolucionária contra as correntes tradicionais. Foi um homem de pensamento, foi um homem de ação e foi um homem de uma grande coragem intelectual.

Para isto, além de dispor de excelente formação intelectual, dispunha também de um forte caráter capaz de enfrentar a repressão política, como enfrentou, e os discursos acadêmicos tradicionais da época, a corrente que todos seguiam e ele contra a corrente. Como cidadão e homem público, Lauro Campos é um homens exemplo de coerência de pensamento e de posições políticas e ideológicas. Para isso eu recomendo que leiam os seus discursos feitos aqui no Senado, do primeiro ao último, uma coerência absoluta. Seu exemplo é um marco em um país em um tempo de tanta incoerência, oportunismo e fraqueza ética.

A análise que eu faço, Sr. Presidente, é de que a proposta de atribuir a UNILEGIS o nome do professor Lauro Campos, reverte-se de inegável justiça e reconhecimento ao saudoso Senador em face da importância desse eminente brasileiro para a história do Brasil. Além de emérito acadêmico, o Senador Lauro Campos obteve destaque em sua atuação Legislativa no Senado da República por sua notável sensibilidade social e defesa intransigente dos desvalidos. Atribuir à UNILEGIS o nome de Campus Universitário Senador Lauro Campos enobrece a essa instituição, ao mesmo tempo em que contribui para fixar o nome do parlamentar em nossa memória coletiva.

Além de toda a justificativa histórica, cabe registrar que a UNILEGIS é o órgão da administração direta do Poder Legislativo federal, sem personalidade jurídica própria, integrante da estrutura dessa Casa Legislativa, razão pela qual nada existe para obstar a que o Senado decida a respeito da proposição.

No que concerne a formalização da iniciativa, parece-nos necessária a adequação da cláusula de vigência do projeto já que a medida envolve uma resolução e não a norma legal *stricto sensu*. Diante do exposto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, eu opino pela aprovação do projeto de resolução nº. 20/2007 de autoria do Senador Tião Viana. E a Emenda é que dê-se ao artigo segundo do projeto de resolução a seguinte redação: Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Esse é o meu parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Cristovam Buarque. Em discussão. Senadora Ideli Salvatti, tem V.Exª. a palavra.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Em primeiro lugar eu queria parabenizar o Senador Tião Viana pela iniciativa mais do que merecida de homenagear nosso Senador Lauro Campos, dando a uma instituição de formação no Legislativo o seu nome. Então, parabenizar também o Senador Cristovam por ter requerido a relatoria até pela convivência. Eu não tive oportunidade de conviver com o Senador Lauro Campos, mas quem teve, conheço várias pessoas que tiveram a oportunidade e ele era efetivamente uma pessoa muito especial. Muito especial na área da educação. Foi um parlamentar também muito especial, pelos seus compromissos, que muito honrou inclusive a bancada do PT, aqui nesta Casa, e eu queria até em homenagem à viúva do Senador Lauro Campos que se encontra, que nós pudéssemos homenageá-lo desta forma devida, dando a ele, dando o nome dele a uma instituição de formação no Legislativo. Então eu queria parabenizar pela aprovação da denominação Campos Universitário Senador Lauro Campos à universidade do Legislativo Brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senadora Ideli. Continua em discussão.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Peço a palavra, Senhor Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exª. a palavra, Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de enaltecer, a exemplo do que fez a Senadora Ideli Salvatti, a iniciativa do Senador

Tião Viana que rende homenagem ao falecido Senador Lauro Campos, cujo nome passará a designar a Universidade do Legislativo Brasileiro, UNILEGIS, em Brasília. Eu tive a honra e o privilégio de conviver diariamente no funcionamento e durante a realização dos trabalhos do Congresso Nacional e mais de perto do Senado Federal com o ex-Senador Lauro Campos. Ele, aqui nesta Casa, deu um exemplo de sabedoria política, de humildade como homem público e, acima de tudo, estabelecendo um padrão de eficiência, de honradez que, sem dúvida alguma, deixou um vácuo impreenchível com o seu falecimento, com o seu desaparecimento e, conseqüentemente, a sua presença. Foi uma falta enorme de vez que, não apenas através de suas iniciativas legislativas, como de sua presença marcante na Tribuna, ele evidenciava um conhecimento intelectual ímpar, um grande orador com o conhecimento profundo da economia do país e da economia mundial. Os seus pronunciamentos eram verdadeiras aulas. Qualquer Senador que se detivesse a ouvir com atenção os discursos do Senador Lauro Campos poderiam aprender lições que só na universidade, na melhor universidade do Brasil poderiam receber os Senadores da República. Portanto, é mais do que justa a homenagem ora proposta pelo Senador Tião Viana para lembrar eternamente de um nome numa instituição do próprio Legislativo que honrou o Senado Federal e a vida pública do Brasil. Por isso o meu voto, Sr. Presidente, é favorável com exaltação à iniciativa do Senador Tião Viana.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Antônio Carlos Valadares. Continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado. A Presidência gostaria de se associar às diversas manifestações aqui expendidas a respeito do eminente Senador Lauro Campos. Cumprimentar o Senador Tião Viana pela oportunidade da iniciativa, cumprimentar o Senador Cristovam Buarque pela descrição adequada que fez em seu Relatório da importância da importância da passagem do Senador Lauro Campos por esta Casa, agradecer S.Exª. por me conferir esta oportunidade de presidir esta importante Comissão no momento em que esta Casa e o Senado da República rendem uma justa e merecida homenagem a um dos membros desta Casa que a honrou, dignificou, marcou de forma indelével a sua posição, um homem de posições marcantes, um defensor intransigente do Estado de direito da democracia que seguramente faz com que sua família guarde permanentemente dele as melhores recordações. Seria o mínimo, Sra. Lauro Campos, que esta Comissão e este Senado poderia render em homenagem ao seu esposo, ao nosso querido colega, a este singular homem público que doou-se, doou sua inteligência e seu trabalho em benefício da sociedade brasileira. Meus cumprimentos, portanto, à família. E devolvo a Presidência ao seu titular, eminente Senador Cristovam Buarque.

[troca de presidência].

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra a Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Nós continuamos sem quorum, portanto, apenas podendo apreciar os não terminativos --.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O próximo é o seu, da Senhora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O requerimento é este?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o 17. Não é isto?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Quero, como Presidente, agradecer a presença da dona Roraida e dizer do prazer que eu tive de poder fazer esse Relatório, embora com uma tristeza, que eu preferia que ele estivesse aqui conosco como Senador e professor da UnB.

Bem, eu ponho em discussão o item nº. 17, que é único, não terminativo, que é um Requerimento da Senadora Ideli Salvatti que diz: Nos termos com o Regimento Interno do Senado Federal requeiro a realização de uma Audiência Pública no âmbito da Comissão de Educação cultura e desportos, sugerindo como convidados o Ministro dos Esportes, Sr. Orlando Silva, e o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol, Sr. Ricardo Teixeira. O objetivo é expor sobre a Copa do Mundo de 2014 com relação a: Organização, critério de seleção dos Estados e cidades onde deverão realizar essas competições, participação do Poder Público em suas várias instâncias em colaboração ao comitê que propõe a candidatura do Brasil, bem como de todo o processo de realização de mencionada copa. A palavra estará com a Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo do Requerimento da realização da Audiência Pública é bastante claro e entendo como absolutamente necessário. Nós fizemos aqui, até por iniciativa, também não foi só minha, foi compartilhada com outros Senadores, uma audiência terminado os jogos Pan-americanos. Para um balanço, uma aviação do significado, da importância, da relevância dos resultados esportivos, econômicos e sociais do Pan. A copa 2014 é um evento que vai

ser algumas vezes em magnitude e em repercussão o Pan americano. E, portanto, como nós temos um bom tempo para preparar bem a participação do Brasil neste evento, acho de fundamental importância que o Congresso Nacional e, de forma muito especial, esta Comissão que tem, entre as suas prerrogativas e até as suas obrigações, cuidar para que um evento como este tenha uma organização perfeita, tenha uma organização que possa servir bem ao Brasil, tanto em termos de divulgação do nosso país, de implementação do esporte, dos investimentos que obrigatoriamente deverão ser feitos pela iniciativa privada e também pelo Poder Público, que nós possamos acompanhar, monitorar passo a passo todo este desenrolar.

Há uma série de questionamentos que já estão colocados. Eu escutei ontem que a gente telefona aqui para o Senado e enquanto a gente aguarda a ligação a gente fica ouvindo o que está sendo falado no Plenário. E ontem eu peguei um trecho do discurso do Senador Cristovam Buarque exatamente se referindo à Copa. No sentido de que vai ser bom melhor seria, talvez, se os investimentos fossem feitos na área da educação. Não sei se era um pouco nesta linha, porque eu peguei só um trechinho. Mas de qualquer forma, Senador Cristovam, é um evento que é muito importante para o Brasil.

A escolha de onde serão realizadas as competições, isto poderá potencializar Estados que têm característica turística, Estados que têm característica de acolher, de poder se desenvolver mais, o próprio investimento a ser feito na questão de infra-estrutura das regiões, dos Municípios, das cidades que vão sediar os jogos também precisam estar voltados, não tão exclusivamente para a Copa, mas também na perspectiva de desenvolvimento do país, de atendimento de necessidades da maioria da população. Por isso que eu acho assim, é uma primeira audiência, é uma audiência que tem como objetivo ter uma... Valadares já está pegando junto. Então é uma audiência que tem exatamente descortinar por onde vão caminhar os procedimentos de organização, de investimento de recursos, e eu acho que daqui até 2014 nós faremos muitas Audiências Públicas.

Acho que nós deveremos evitar fazer como nós fizemos no Pan, uma audiência depois do evento já realizado para ver como é que foi. Se foi bom, se não foi, se teve erro, se não teve. Vamos ver se a gente consegue se antecipar e trabalhar parelho aí para que a Copa seja um evento que eleve a auto-estima do povo brasileiro, no futebol que é um esporte que tem essa nossa marca, essa nossa característica, mas que como evento político, econômico, social e desportivo ele traga o melhor para o país. Então é um pouco este o espírito da audiência e eu não sei se eu peguei certo o que V.Exª. estava falando. É como eu disse, eu peguei um pedacinho da fala.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem. Eu, só para explicar a referência, primeiro eu quero dizer que tomei a liberdade de subscrever também. Segundo que eu sou absolutamente favorável à Copa do Mundo vir aqui. Acho que é algo que vai dar um clima bom ao Brasil. O que eu falei ontem no meu discurso é que se um Presidente da República é capaz de colocar no avião Governadores de diversos partidos, ficar dois dias com ele, 22 horas de ida e volta só eles conversando e fazer um plano de sete anos que vai atravessar os governos deles, não é impossível fazer um pacto pela educação no Brasil também porque todo mundo acha que é impossível fazer um pacto suprapartidário e super mandato. Foi isso que eu falei. Quanto a Copa que eu acho que é o Brasil merece, o povo brasileiro vai ficar feliz com isso.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Primeiramente eu gostaria de solicitar a anuência da Senadora Ideli Salvatti para subscrever também esse Requerimento. Entendo que trata-se de um Requerimento oportuno e do maior relevo para o país. É essa a questão, é importante que ela seja realmente discutida aqui neste foro importante que é o foro da educação. E o futebol, principalmente o futebol, dentre as modalidades esportivas e praticadas no Brasil, o futebol tem também esse viés educativo. O futebol é quase que milagroso porque permite inclusão social, nivela as pessoas, no futebol todos são iguais. Preto, branco, baixo, alto, rico, pobre, no esporte de um modo geral. Mas o futebol no Brasil que é a modalidade esportiva que disparadamente está na preferência da população brasileira e, depois de 64 anos que nós sediamos a Copa, foi em 50, foi em 50, e que acabamos tendo uma frustração muito grande porque perdemos para o Uruguai a Copa que seria nossa.

Fizemos um estádio muito bonito, o maior do mundo, o Maracanã, exatamente para sediar essa Copa e perdemos a copa, veja que fatalidade E só 64 anos depois é que nós estaremos realizando, sediando, estaremos realizando essa outra, essa outra Copa do Mundo no Brasil. E veja, Sr. Presidente, que o Brasil nos últimos 15 anos é o primeiro no ranking mundial com relação ao futebol.

Nós conquistamos esses últimos 15 anos o tetracampeonato, o pentacampeonato, os campeonatos

regionais aqui realizados e na categoria de base nós estamos acumulando e muito o volume de troféus conquistados com essa modalidade esportiva que encanta a todos os brasileiros, que provoca tanta emoção em todos brasileiros. Que envolve um volume de dinheiro muito grande, que provoca e gera sonhos em milhares de adolescentes, de jovens que imaginam, inclusive, realizar-se profissionalmente e financeiramente através do futebol.

Aliás, o futebol tem também esse viés. Essa perspectiva. Essa possibilidade. E é importante que nós discutamos essas questões aqui, porque o evento seguramente será o mais importante evento do mundo. A Copa do Mundo de futebol é o mais importante evento desportivo do mundo. Tanto é que a FIFA, hoje, congrega um número maior de filiados do que a própria organização das Nações Unidas. Veja a força do futebol.

Presidente, eu tive a oportunidade de ver o Haiti receber a Seleção Brasileira lá. Num momento delicado, totalmente conflituoso, onde a criminalidade, a agressão, a mortalidade era um negócio assombroso. Um país literalmente destruído. E eu estava numa outra missão quando a Seleção Brasileira foi se apresentar lá. E eu como brasileiro, não só como apaixonado pelo futebol, mas como brasileiro, me senti assim numa importância porque o grau de importância que o povo haitiano deu à Seleção Brasileira, conhecendo os jogadores pelo nome, naturalmente falando com o sotaque arrastado pela língua deles, mas falando o nome dos nossos jogadores quase todos, acompanhando a delegação brasileira do traslado do aeroporto até o estádio de futebol correndo, mas hordas e hordas, não era só dezenas de pessoas, não. Milhares de pessoas passando por cima dos escombros da cidade. Foi algo assim muito marcante na minha vida essa presença da Seleção Brasileira e eu pude efetivamente comprovar que a força do futebol na união das pessoas, na elevação das pessoas é fundamental. E não haveria outra razão maior para que nós pudéssemos discutir as questões relacionadas ao futebol nesta Comissão. Meus cumprimentos a V.Exª. também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Cumprimentos à Senadora Ideli e agradeço ao Senador Leomar. Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, eu também peço vênia à nossa Senadora Ideli Salvatti para assinar o seu Requerimento que é da maior importância. Um Requerimento que, sem dúvida alguma, vai contribuir para a elucidação de algumas dúvidas que surgiram na imprensa. Inclusive de que o Brasil não teria capacidade de sediar a Copa do Mundo por falta de infra-estrutura, por falta de organização, de recursos para promover a restauração dos estádios ou a construção de novos estádios a fim de receberem os vários clubes que irão participar daquele certame a ser realizado em 2014.

O futebol é o esporte das multidões. Chama a atenção do mundo inteiro durante a sua realização, são milhões e milhões de pessoas que participam direta ou indiretamente do evento, seja através da televisão, seja comparecendo com a sua presença física nos estádios, movimentando somas de milhões e milhões de dólares, estimulando a geração de emprego e renda com o movimento através do turismo no país que sedia a Copa, portanto, é da maior importância que venham essas autoridades, o Ministro dos Esportes e também o Presidente da Confederação Brasileira de Futebol a fim de prestarem os devidos esclarecimentos sobre a realização desse evento.

Inclusive eu estou com uma pergunta na ponta da língua para fazer ao Presidente Ricardo Teixeira, da CBF. Ora, durante o anúncio da escolha do Brasil, já era prevista essa escolha, eu esperava lá ver a imagem do maior atleta do mundo, o Rei Pelé. Foi convidado o Romário, que efetivamente contribuiu para a vitória do Brasil em diversas oportunidades, inclusive na copa de 94, mas ali faltou a figura do Rei Pelé, que pelo que se sabe, há uma certa divergência ou um certo preconceito do atual Presidente da CBF com relação ao rei do futebol. Que eu acho que copa do mundo não é do Seu Ricardo Teixeira, Copa do Mundo é do mundo inteiro e ela sendo sediada no Brasil, será um privilégio para todos os brasileiros, e não apenas para o Presidente da CBF. Então, eu considerei uma desatenção, uma deselegância o não convite ao nosso rei do futebol, o exemplo padrão de grande atleta, de grande futebolista, de grande goleador e que honrou a cor da nossa seleção canarinho em muitos ensejos, em muitos eventos, inclusive na copa de 70 onde ele foi... E na de 58, que praticamente foi uma vingança do Brasil que havia perdido em 1950 no seu próprio território e na Suécia conseguiu aquela grande vitória sobre a própria Suécia, sagrando-se pela primeira vez campão do mundo com a participação excepcional de Edson Arantes do Nascimento, o Rei Pelé. Por isso eu quero parabenizar mais uma vez a iniciativa da Senadora Ideli Salvatti, subscrevendo o seu Requerimento ao lado de outros Senadores como o próprio Presidente desta Casa, desta Comissão e outros Senadores. E esperar que esse debate seja altamente esclarecedor para que todos os objetivos da realização desta Copa do Brasil sejam alcançados. Tanto do ponto de vista social quanto do ponto de vista de ganhos financeiros, turísticos, de alegria, de entretenimento e do

fortalecimento do nosso futebol. Agradeço a V.Exª., Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, eu não vou subscrever esse Requerimento porque já tem dois ilustres Senadores subscrevendo. Mas pra mim é super importante porque a cidade de Uberlândia ela tem um grande estádio construído que é o Parque do Sabiá, reformado totalmente agora pelo Prefeito Adelmo Leão, tem Uberlândia uma grande estrutura de hotéis e tem uma grande rede de televisão, um afiliado que faz matéria sempre a nível nacional. Então esse convite é importante porque se nós vamos definir ou a CBF vai criar critérios junto ao Governo para definir a sede ou os locais onde vão ter alguns eventos, alguns jogos do campeonato mundial aqui, nada mais justo que nós venhamos a conhecer quais são os critérios. Quais são os critérios para que se possa ter um jogo da Copa do Mundo numa determinada cidade? E Uberlândia ela hoje tem condições de sediar um joguinho ou dois jogos. Se houver a possibilidade dentro do critério estabelecido. Então, se o Presidente ,vindo através desse Requerimento, que eu acredito que virá, junto com o Ministro de esportes e mostrar nessa Comissão quais são os critérios para se definir aonde vão ser realizadas as chaves, os jogos, Uberlândia, com certeza vai querer se credenciar também para que tenha algum jogo lá em Uberlândia. Porque ela tem uma infra-estrutura maravilhosa, tem hotéis compatíveis que possa receber esse público grande e não só as equipes. Tem o estádio do Parque do Sabiá, que não é igual ao Mineirão, mas muito parecido com toda a estrutura que, com certeza, se der tempo o Prefeito vai preparar as condições para que possa ter o jogo, ficar dentro dos padrões da FIFA. Então o Presidente vindo aqui e também o Ministro de Esporte e mostrar, esclarecer quais são os critérios, porque eu não conheço, não sei se V.Exª. conhece os critérios.

Eu não sei se o nosso Presidente da federação de Tocantins conhece os critérios para que se possa ter um jogo da seleção em determinada cidade. Não sei se V.Exª. conhece o critério. Não conhece também. Então eu tenho certeza que está super curioso. Eu também. Então está de parabéns a Senadora Ideli Salvatti que como é em homenagem a Copa do Mundo saiu na frente e quem corre na frente recebe, não é isso Quintanilha? Em futebol, quem corre na frente recebe. Tem prioridade. Então está de parabéns e--

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Estamos a postos para receber, Senador.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Claro! Então está de parabéns a Comissão e também a Senadora e também subscrevendo o Senador Leomar Quintanilha para trazermos aqui os dois candidatos.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu aqui numa conversa informal com a Senadora Ideli Salvatti, eu cheguei a aventar a hipótese de fazer o convite mais a uma pessoa que eu considero pra mim uma autoridade esportiva. Foi Ministro do esporte, é o maior atleta do mundo, convidar também o Pelé para participar desse debate. Ele tem o que dizer, tem o que informar, ele tem o que esclarecer e o que sugerir. Ninguém é mais professor de futebol do que o rei do futebol. Então eu gostaria de propor um aditamento ao Requerimento da iniciativa louvável da Senadora Ideli Salvatti que com isso, ao invés de, vamos dizer assim, tergiversar ou tirar o brilho da sua iniciativa, pelo contrário, vai aumentar a relevância do seu Requerimento. Eu gostaria então de propor um aditamento ao Requerimento da Senadora, mas antes, naturalmente, gostaria de ouvir S.Exª. que é autora do Requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu havia comentado com o Senador Valadares que eu não tenho nenhum óbice, imagina, quem seria para fazer óbice ao convite ao Pelé para participar da audiência.

A única questão que eu me preocupo é a seguinte. Nós já tivemos um problema lá porque ele não foi efetivamente convidado. Pra mim, o importante nesta primeira audiência é que nós pudéssemos ter a clareza de como vai ser organizada a Copa. Inclusive nesta questão de investimento de recursos, de onde vai vir cada um dos recursos que serão aplicados, iniciativa privada, Poder Público, e tal.

Portanto, eu acho que nós vamos ter a oportunidade de fazer várias outras audiências. Então, a minha única preocupação é de que se esta questão que eu reputo como a mais importante, que é ter uma projeção de como é que vai se dar a organização e o custeio da realização da Copa 2014, se acaba nesta primeira audiência com o convite também feito ao Pelé, tendo em vista que houve um constrangimento porque ficou claro que ele não foi convidado, por isso que ele não apareceu, se isso, eu entendo, Senador Valadares, não vai acabar desviando o assunto central e acabando de repente até criando um constrangimento. Mas se isso for de concordância de todos os membros eu

não faria nenhum óbice. E concedo o aparte, sim, ao Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Olha, na verdade o Pelé foi muito elegante, ele não falou nada sobre isso, o fato de não ter sido convidado. Grande empresário do futebol ele está me lembrando aqui o Senador Geraldo Mesquita, ele é um grande empresário hoje. Então não houve constrangimento, nem o Ricardo Teixeira fez declarações, a respeito, nem o próprio Pelé. Foi a imprensa, a própria mídia que começou a comentar sobre esse assunto. Pelé foi perguntado e estava na Alemanha, e nada respondeu, foi muito elegante de forma que não há, a meu ver, nenhuma briga pública. Pode ser que haja alguma coisa assim interna, mas que a gente não tenha um conhecimento profundo sobre isso. Portanto, se não for constrangedor para V.Exª, eu mantenho o pedido de aditamento. A não ser que isso venha a constranger V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vou passar a palavra ao Senador Raupp, mas nós começamos, nós temos agora quorum e seria bom a gente passar para o terminativo. Agora eu queria só fazer uma referência. Eu acho que o Pelé não foi convidado porque se ele fosse ninguém sabia que o Lula estava lá, nem o Blatter, nem ninguém. É óbvio que onde o Pelé está é ele que aparece. E eu já tive oportunidade de ver isso uma vez em que estava o Presidente Fernando Henrique Cardoso, aparece Pelé e a comitiva inteira de um Presidente de outro país deixou o Fernando Henrique na mão e correu para tirar foto com o Pelé. O Fernando Henrique foi até muito elegante e disse: Entre um Presidente e um rei, qualquer um prefere o rei. Então acho que se ele tivesse ido ele virava o dono da festa. Vai ver que por causa disso não convidaram. Mas Senador Raupp, eu só queria apressar para que a gente vote os terminativos.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, como é bom discutir futebol. Como diz o ditado, futebol, economia e medicina também de saúde, todo mundo entende um pouco. Mas dizer que o Brasil está de parabéns e eu acredito que a copa só esteja vindo para o Brasil em 2014 porque nós passamos pela prova de fogo que foi o Pan. Porque realizar o pan na cidade do Rio de Janeiro não resta a menor dúvida, foi uma temeridade. E passou. E passou muito bem. Foi sucesso total. Então está de parabéns o povo brasileiro, as autoridades que estavam trabalhando também nesse sentido, e quanto a essa questão do Pelé, primeiro ele precisa saber qual foi a motivação dessa divergência. Porque a divergência do Pelé com o Ricardo Teixeira? Por que é que não pode sentar na mesma Mesa? Nós estamos acostumados a isso aqui no Congresso Nacional, no Parlamento, de ter divergências e sentar na mesma Mesa. E não uma coisa atrapalha a outra. Eu acho que tem que ver primeiro conversar com o Ricardo Teixeira e saber qual que é o problema que ele tem com o Pelé. Porque é inadmissível você, na abertura da copa em 2014, aqui no Brasil, o Pelé não estar presente. Vai estar o Pelé, vai estar o Romário, vai estar o Ronaldinho, vão estar as grandes estrelas do futebol brasileiro. E o mundo, o mundo vai querer ver o Pelé na abertura da Copa do Mundo. Então nós precisamos saber e eu sou favorável, inclusive, a chamar o Pelé também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem. Eu vou pôr em votação se a Senadora Ideli... Aceita ou ponho em votação? Aceita? Muito bem. Eu fico muito mais tranqüilo porque imagina a gente fazer uma votação e o Pelé fora de convidado. Eu vou embora da Presidência na hora. Bem, então os que... Então... Eu ponho em votação o que foi apresentado pela Senadora Ideli com a sugestão do Senador Valadares. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Então está aprovado. Senador Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu tenho muito receio, muito mesmo, que essa Comissão que é das mais importantes do país, Comissão de Educação do Senado, convide o rei do futebol que é um homem internacional e que ele se recuse a vir. Então eu acho, quero sugerir que seja feita antes uma pré consulta ao próprio Pelé se ele viria. Isso eu acho importante. Pode não querer, ideologia, política, não sei o que, pá, pá, pá, e não é nada disso.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Duque, eu vou pôr em discussão. Acho que uma figura como o Pelé, se disser não, não tem nenhum problema. O rei pode disser não para o que quiser. Vou pôr em votação. Eu acho de qualquer maneira. Eu ponho aqui em votação. Os que estiverem de acordo então com a lista apresentada no requerimento e o aditamento do Senador Valadares permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos então já para o item 02 que é ainda não terminativo, mas já temos aqui o Relator presente. É o projeto... E o autor também, José Agripino. É um Projeto de Lei do Senado nº 160 que dispõe sobre isenção do recurso produtos industrializados--.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Não vai começar pelo 01, mesmo,não?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O 01 é terminativo e o Senador Crivella não está. Vamos esperar que ele esteja. Incidente em produtos escolares estabelece alíquota zero na contribuição para PIS/PASEP na contribuição

para financiamento da seguridade social sobre a importação e sendo ocorrida a venda desses produtos. A relatoria é do Senador Renato Casagrande a quem eu passo a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o projeto do Senador José Agripino. Projeto com mérito muito adequado que propõe a isenção de imposto sobre produtos industrializados incidente em produtos escolares estabelece alíquota zero na contribuição PIS/PASEP e na contribuição para financiamento da seguridade social, COFINS. Então sobre produtos escolares. Então IPI, PIS/PASEP e COFINS. Então o meu parecer é o seguinte, Sr. Presidente: Apesar da pesada carga tributária existente no Brasil, o Poder Público observa apenas em partes os preceitos constitucionais com relação ao padrão, para garantir o padrão de qualidade dos serviços prestados. Infelizmente algumas das responsabilidades da esfera estadual por ter exercido de forma pouco eficiente. Inúmeros estudantes são impedidos de ter acesso à escola. Principalmente da educação superior e profissional de nível técnico por escassez de vaga em estabelecimento público que não poderem pagar as unidades cobradas pelas instituições privadas. Já a qualidade do ensino da educação básica a superior tem se mostrado, no mínimo, insatisfatória. Desse modo, as famílias dos estudantes são levadas a fazer esforços por vezes sacrifícios para sanar essa deficiência da ação do Estado pagando mensalidades em cursos regulares de escolas particulares e em cursos especiais que tentam ensinar o que a escola pública não consegue como são os casos da língua estrangeira e da informática.

O projeto em questão não dispõe sobre essa inoperância do Poder Público. Ele trata exatamente dos papéis tradicionais das famílias e dos alunos no financiamento educacional. A compra do material escolar, apesar da existência de algumas iniciativas governamentais, para assegurar o acesso do estudante a alguns dos materiais didáticos utilizados na escola, como é o caso da esfera Federal do programa nacional do livro didático, na maior parte das vezes a aquisição desses materiais depende das possibilidades financeiras dos estudantes e de suas famílias. Dada a impossibilidade e em certa medida a inconveniência de que o Estado torne-se financeiramente responsável pela disponibilidade da ampla gama de materiais didáticos utilizados por milhões de estudantes, é lícito e recomendável que com o propósito de apoiar os esforços da sociedade em prol da educação o Estado desonere a carga fiscal que ainda incide sobre os artigos escolares básicos.

É bem verdade que os livros são imunes a incidência de impostos nos termos da Constituição Federal, além disso, alguns comerciais escolares já contam no que diz respeito ao IPI com alíquota zero. Entretanto, a isenção prevista no PLS procura evitar, neste caso, a eventualidade da elevação de alíquota. Ao atingir produtos como caderno, lápis, caneta, borracha, píncéis, pastas e mochilas, o PLS oferece uma contribuição para democratizar o acesso à educação. Todavia, a concessão de benefícios fiscais assinados ao IPI afeta diretamente o fundo de participação dos Estados e o fundo de participação dos Municípios, prejudicando justamente os entes federados que financiam a maior parte dos recursos aplicados na educação básica pública.

Assim seria como instituir um pequeno benefício a muitos. Inclusive aos consumidores de renda mais elevada em detrimento de um serviço que beneficie em especial a população de baixa renda. Ademais, cabe lembrar que tem sido sugeridas isenções de IPI de outros produtos. Desse modo, julgamos prudente evitar a abertura de precedentes que venham a atingir a receita de Estados e Municípios, e conseguinte a qualidade dos serviços que eles prestam ao cidadão.

Ressaltamos, por fim, que uma avaliação mais detalhada da repercussão econômica da presente proposta Legislativa será feita em caráter terminativo da Comissão competente. Em suma, somos levados a apoiar o mérito educacional de iniciativa em apreço, ressalvados esses dispostos no artigo primeiro. Então, em resumo, Sr. Presidente, somos favoráveis à aprovação do Projeto de Lei acolhida a Emenda que exclui a isenção de IPI desses produtos para que a gente não interfira nas receitas dos Estados e dos Municípios. Deixamos os outros incentivos, PIS e COFINS como possibilidade e que a Comissão de Assuntos Econômicos faça uma avaliação mais detalhada da repercussão deste projeto apresentado pelo Senador José Agripino. É este o meu voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agradeço ao Senador Casagrande. Está em discussão.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Senador autor do projeto.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu gostaria inicialmente de agradecer a dedicação do Senador Renato Casagrande em relação à proposta que eu apresentei que tem um objetivo. Como S.Exª. acabou de mencionar, dando especial atenção ao enfoque que ele deu, o livro didático já é isento de impos-

tos. O que eu me... Aqui eu me propus foi a isonomia do que acontece com o livro didático acontecer com o material didático.

Se o Governo está procurando desonerar setores da economia brasileira voltadas para a produção, para a geração de emprego, como é o caso da construção civil e de setores produtivos, nada mais razoável do que você incentivar o setor que mais joga um país para a frente que é a educação. Educação com seus acessórios. No caso o material didático, o livro, o caderno, a borracha, a mochila, enfim, tudo aquilo que é consumido pelo aluno e que leva custos para o pai do aluno. Na verdade nós estamos levando um estímulo à educação, um estímulo e um incentivo à educação, barateando o custo, principalmente para a família mais pobre. O objetivo do meu projeto é esse e eu fico feliz com o Relatório do Senador Renato Casagrande. Concordo, sou obrigado a concordar com a Emenda que S.Exª. representa retirando a isenção do IPI com respeito à cota parte dos Estados e Municípios e pediria, com o encaminhamento que faço, o voto, sim, dos companheiros da Comissão de Educação. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Continua em discussão. Não havendo... Senador Wellington.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu queria parabenizar pela sensibilidade do Senador José Agripino, V.Exª. inclusive, que também é do ramo e muito mais do que todos nós, porque realmente tem a bandeira da educação na sua trajetória de vida e, além de tudo, hoje eu me sinto feliz porque há muito tempo que eu não voto junto com o Senador José Agripino. Então hoje irei acompanhá-lo porque realmente é de uma felicidade incrível e também a relatoria do Senador Casagrande. Então eu queria dizer que o meu voto é acompanhando o Relator e parabenizando o autor da proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo mais quem queira discutir, está em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Vamos agora para um projeto terminativo. Temos que ir direto ao item 07 pela ausência de outros Relatores.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Item 08. Próximo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Item 08 será o próximo. Então é um Projeto de Lei do Senado 252/2007 autoriza o Poder Executivo a criar a escola técnica federal de Ouro Preto do oeste no Estado de Rondônia. De autoria do Senador Expedito Júnior e a relatoria ao Senador Valdir Raupp, a quem passo a palavra.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO): Sr. Presidente, senhoras e Srs. Senadores, esse projeto, Sr. Presidente, eu vou abreviar a relatoria, até para ganhar tempo, é, sem dúvida, um projeto interessante, já existem outros projetos em várias outras cidades do Estado de Rondônia, inclusive com a confirmação do Governo Federal de implantar de imediato três escolas técnicas em Rondônia, uma em Porto Velho, outra em Ji-Paraná e outra em Vilhena. E já temos na cidade de Ariquemes e na cidade de Colorado do Oeste. Eu mesmo apresentei projeto para outras cidades como Guajará Mirim, Rolim de Moura, São Francisco, Cacoal, e agora o Senador Expedito apresenta esse projeto para cidade de Ouro Preto do Oeste. É sem dúvida um pólo agrícola de produção de cacau e de café, de gado, é um município altamente produtivo do nosso Estado. Então o nosso relatório é pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo qualquer posição eu vou passar à votação nominal. Senador Renato Casagrande, como vota? É voto conhecido. Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Voto com o autor, Senador José Agripino e com o Relator Senador Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valdir Raupp voto conhecido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Voto então, acompanho o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque. Com o Relator.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vou acompanhar o voto e as razões expendidas pelo Senador Wellington Salgado. E digo mais, gostaria até de dizer que fico satisfeito em saber que a Câmara e o Senado aceitam votar projetos autorizativos. Autorizativos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Geraldo Mesquita, como vota? Senadora Maria do Carmo Alves, como vota? Senador Raimundo Colombo, como vota? Senadora Marisa Serrano. Senador Papaleo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Acompanho o voto da Senador Marisa Serrano.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Leomar Quintanilha. Senador José Agripino e Senador Eduardo Azeredo. Bem, está aprovado. Passamos a outro terminativo que tem aqui a presença do Senador Flexa Ribeiro como Relator. É o Projeto de Lei do Senado 099/2007 que institui o dia do pescador amador. O Senador Mário Couto é autor. Senador Flexa Ribeiro é o Relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sras. Senadoras, Srs. Senadores --.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pela ordem, Sr. Presidente. Gostaria de incluir extra-pauta o projeto que é resultado de acordo, o Projeto de Lei do Senado nº. 177.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos esperar. Vamos votar depois. Senador, faremos assim que o Senador terminar o seu Relatório e votarmos o projeto faremos o Requerimento. Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Cristovam Buarque, Sras. Senadoras, Srs. Senadores. Chega para exame nesta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº. 99/2007 de iniciativa do Senador Mário Couto que institui o dia do pescador amador ,cujo objetivo é destinar o dia 29 de junho como data comemorativa. A Comissão de Educação compete em discussão terminativa examinar a proposição quanto à constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e técnica Legislativa, além de pronunciar sobre o mérito da matéria. A proposição não recebeu Emendas no prazo regimental. Análise. A matéria é constitucional, pois está consoante como preceitua o artigo 249 da Constituição Federal abraçada, pois, pela competência Legislativa concorrente da União. Quanto a técnica Legislativa a proposta tem sua redação em perfeitamente enquadrada aos ditames da Lei Complementar 95 de 26 de janeiro 1998 e demais normas infraconstitucionais estando, pois, em conformidade com os princípios do direito. No que concerne ao mérito louvamos a iniciativa do autor em destinar data comemorativa a uma categoria de pescador que sem qualquer sombra de dúvida merece ser reconhecida. Ademais, imperativo torna-se observar que o pescador amador é responsável por parte considerável da movimentação econômico-financeira do ecoturismo no país. O pescador amador tem responsabilidade e comprometimento com as questões ambientais, pois precisa do meio ambiente para a prática da pesca e sente-se cada vez mais co-responsável por sua preservação. Vamos ao voto, Sr. Presidente. Ante o exposto, o nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 99/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira discutir eu ponho a votação. Senador Renato Casagrande. Senador Wellington Salgado. Senador Valdir Raupp. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): [Pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Senador Geraldo Mesquita. Senadora Maria do Carmo. Senador Raimundo Colombo, Senadora Marisa Serrano, Senador Papaléo Paes, Senador Flexa Ribeiro, é o Relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Voto conhecido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Leomar Quintanilha. Senador José Agripino. Senador Eduardo Azeredo. Passamos ao projeto... Temos um Requerimento extra-pauta do Senador Colombo. Eu peço, antes submeto a votação se colocamos extra-pauta.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É o Projeto de Lei que é fruto de um acordo, Projeto de Lei nº. 177. É de autoria do Senador José Agripino e Sérgio Zambiasi.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Com a palavra o Relator.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras. O Projeto de Lei nº. 177 do Senado, de 2002, de iniciativa do Senador José Agripino Maia e o Projeto de Lei do Senado nº. 52/2003 de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, tramitam em conjunto em decorrência da aprovação do Requerimento nº. 1145 de 2005 do Senador Sibá Machado. O Projeto de Lei do Senado nº. 177/2002 tem por objetivo permitir que o fundo de Amparo ao trabalhador, o FAT, financie estágios remunerados de empresas e universidades com duração de seis meses, renovável uma vez. Desse modo, o projeto acrescenta aos artigos 2 A, 2 B ,2 C e 8 A, a lei nº. 7998 de 11 de janeiro de 1990 que regula o programa do Seguro Desemprego, o abono salarial e institui o FAT. A proposição cria bolsa de aperfeiçoamento profissional no valor de duzentos reais reajustado anualmente, cujo financiamento por parte do FAT observará o seguinte. Será total no caso de estágio em universidades públicas. De 75% no caso de estágio em micro e pequenas empresas, bem como de universidades privadas e de 50% para o estágio em outros tipos de

empresas. O estágio, quando se der em universidade, deverá ser supervisionado por professor qualificado e não poderá ocorrer em grandes centros urbanos. Em qualquer caso, o estágio não cria vínculos empregatícios, nem direitos previdenciários. Ademais, só tem direito a ele o trabalhador que não disponha de outro meio de subsistência. É atribuído ao Conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, CODEFAT, órgão tripartite responsável pela gestão do FAT a competência para estabelecer mediante resolução as condições indispensáveis ao recebimento da bolsa. Os limites de comprometimento dos recursos do fundo e os procedimentos operacionais básicos para o pagamento do benefício.

A entidade concedente do estágio apenas será habilitada quando a celebração do termo de compromisso com o estágio implicar acréscimo no número de empregados da empresa, estabelecimento ou universidade. Além disso, o número de estagiários não poderá ultrapassar 20% da média de empregados da entidade concedente do estágio nos seis meses anterior à data do termo de compromisso.

Na justificação de seu projeto o autor demonstra a existência de recursos para custear a bolsa de estágio e manifesta a sua expectativa de que o decréscimo no número de desempregados contribua para a redução de gastos com o pagamento do Seguro Desemprego.

Por sua vez o Projeto de Lei do Senado nº. 52/2003 do Sérgio Zambiasi permite a utilização de recursos do FAT para financiamento, por intermédio de sindicato de trabalhadores, de curso superior de graduação. Desse modo o projeto acrescenta Parágrafo Único no artigo 2º da lei 7998 de 90, com a redação conferida pelas leis 8900 de 30 de junho de 94 e 10608 de 20 de dezembro de 2002, bem como pela Medida Provisória nº. 2164/41 de 24 de outubro de 2001.

Na justificativa o autor faz referências às elevadas taxas de desemprego que aflige os trabalhadores e afirma que seu projeto constitui uma tentativa de amenizar o problema mediante a permissão para que o FAT financie a qualificação profissional do trabalhador em curso universitário de graduação com a intermediação do respectivo sindicato de acordo com normas estabelecidas pelo CODEFAT. Os dois projetos pretendem que as leis a serem criadas entrem em vigor na data sua respectiva publicação. O projeto 177/2002 foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e na Comissão de Assuntos Econômicos. Na primeira recebeu Emenda de ajuste dos artigos de lei nº. 7998/90, a serem alterados.

Já o Projeto de Lei nº. 52/2003 foi projeto de parecer pela rejeição na CAE não tendo sido distribuído para a Comissão de Assuntos Sociais. Os projetos foram enviados então a esta Comissão de Educação, onde coube ao Senador Valdir Raupp, inicialmente, relatar a matéria. Seu Relatório sugeriu a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 177/2002 com Emendas e a rejeição do Projeto de Lei do Senado nº. 52/2003. Ocorre que em 11 de julho de 2006 a Comissão de Educação aprovou Requerimento nº. 19/2006 do ex-Senador Ney Suassuna em favor de novo pronunciamento na CAE. Agora na CAE as matérias foram encaminhadas para a relatoria da Senadora Ideli Salvatti que procedeu a uma segunda análise dos aspectos econômicos da proposição e apresentou parecer pela aprovação do Projeto de Lei nº. 177/2002 com três Emendas nos termos das sugeridas pelo Senador Valdir Raupp e novamente pela rejeição do Projeto de Lei nº. 52/2003. A Senadora Ideli Salvatti, agora que a encontrei, ela colocou o seu Relatório e fundamentou dentro do acordo e só não fez as outras alterações porque ela relatou *ad hoc*.

Assim cabe finalmente a esta Comissão de Educação deliberar terminativamente sobre ambas as iniciativas. Não vou ler a análise, a não ser que alguém peça, Sr. Presidente, para agilizar e vou passar já à leitura do voto. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº. 177/2002, acolhidas as três Emendas da CAE e oferecendo ainda duas emendas de minha autoria a seguir apresentadas e pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº. 52/2003. às emendas dar-se a seguinte redação ao Projeto de Lei. Altera a lei nº. 7998 de 11 de janeiro de 90 para que o fundo de amparo ao trabalhador financie estágios remunerados em empresas e universidades com os cursos de ensino superior. A seguir a redação passa a ser de vigorar acrescido os seguintes itens. 2 E, 2 F e 8 D.

A Emenda segunda ela, para efeito de exposição desta lei, fica instituída a bolsa de aperfeiçoamento profissional a ser parcialmente custeada pelo fundo de amparo ao trabalhador. A Emenda nº. 3, a 2 F, os pré-requisitos para a habilitação do trabalhador estudante, entre os quais esteja regularmente matriculado em instituição de ensino nos níveis e modalidades previstas em lei e esteja cadastrado no sistema nacional de emprego, o SINE, no centro de integração empresa escola, CIEE, ou no Instituto Euvaldo Lodi, vinculada à Federação Nacional das Indústrias. Na última Emenda, o Parágrafo Único curso de ensino superior faz parte da qualificação profissional estipulada no item 2 do caput desse artigo, devendo ser disponibilizado ao trabalhador na forma estabelecida pelo Conselho deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Então, Sr. Presidente, era esse o Relatório. Fico à disposição

do senhor e dos demais Senadores para qualquer esclarecimento que for necessário.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Relator, Senador Colombo, e dizer que esse foi um dos projetos mais complicados que eu já vi aqui. O seu Relatório é uma obra de arte e de engenharia. Ele faz parte de um acórdão, de um projeto que já está em urgência no Plenário, sobre Relatório do Senador Osmar Dias, junta com isso agora a aprovação do projeto do Senador Agripino que teve que envolver o Senador do Senador Zambiasi que foi incorporado com Emenda do Senador Raupp. Tudo isso visando algo fundamental: Fazer funcionar bem os estágios no Brasil e ao mesmo tempo ter os sistemas de financiamento para eles. Eu abro a discussão para aqueles que queiram fazer comentários e opiniões. Senador Maia.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Rapidamente, Sr. Presidente, eu queria inicialmente dividir a autoria desse projeto com o Senador Zambiasi e dizer que estou inteiramente de acordo Emendas que foram apostas ao projeto de minha autoria que é preciso que essa Comissão compreenda bem que ele é fundamental para a consecução do objetivo de dar aos estudantes universitários a oportunidade de uma bolsa de aperfeiçoamento profissional. Seja em universidades, seja em empresas, micro, médias ou grandes empresas. Dando a oportunidade de uma renda, por menor que seja, ao estudante para que ele sobreviva melhor no seu ano letivo como fundamentalmente para adestrá-lo na profissão que ele abraçou, no curso que ele está exercendo, que ele está realizando.

O objetivo é dar uma pequena remuneração, ajudar financeiramente no custeio da atividade curricular, mas fundamentalmente dar o emprego dentro da atividade a qual ele vai se dedicar, concluído o seu curso. O estudante de administração, o estudante de direito, de medicina, odontologia, vai ter a oportunidade de uma bolsa, de um emprego na função para qual ele está se preparando no curso que ele está fazendo. Só que os projetos que o Senador Osmar Dias ou o próprio Governo tomaram iniciativa de apresentar não apresentam fontes de financiamento. O meu projeto apresenta. É o fundo de amparo ao trabalhador, que é exatamente a fonte de recursos que subsidia o Seguro Desemprego.

Em última análise o que está pretendendo é dar oportunidade de emprego a jovem universitário que pretende se encaminhar na vida tendo a oportunidade do adestramento em universidade ou adestramento em empresa, de modo que eu quero, cumprimentando o Senador Raimundo Colombo, que teve a paciência de costurar acordos, dividir a autoria desse projeto com o Senador Zambiasi que tinha também e tem também um projeto tramitando, e que de certa forma é contemplado com as Emendas que são apostas pelo Relator, acolhidas pelo Relator ao projeto, que nesse momento está sendo apreciado pela Comissão de Educação e para o qual eu encareço o voto, sim, dos meus companheiros de Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está inscrita a Senadora Marisa Serrano, depois o Senador Flexa Ribeiro.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente. Queria parabenizar também o Senador Agripino, o Senador Sérgio Zambiasi, e concordo com V.Exª. que esse realmente é um projeto... São projetos do maior interesse para a educação. Portanto, a princípio sou favorável indiscutivelmente ao projeto. Mas eu quero fazer duas perguntas que eu acho que são importantes: Primeiro, a proposta do uso do FAT para financiar estágios remunerados em empresas e universidades com duração de seis meses. Então, são estágios específicos para estudantes universitários para que eles possam adquirir o conhecimento necessário na prática para que tenha uma complementação adequada de seus estudos. Mas também há aí uma outra possibilidade, que é através do intermédio do sindicato dos trabalhadores, e aí eu pedia também uma explicação maior do Senador Zambiasi e do Senador Colombo, que ele financia a qualificação profissional do trabalhador em curso universitário de graduação. Aí não são mais só seis meses em curso universitário de graduação com a intermediação do respectivo sindicato. Foi excluído o sindicato. Ah, bom. Aí já... Porque aí ficava muito esquisito a história. Mas mesmo assim, então nós temos... Queria só se eu estou correta. São duas propostas. Uma é de estágio remunerado de empresas em empresas e universidades com duração de seis meses para estudantes. E o outro é curso universitário de graduação. É isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É isso.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então são duas propostas aí. Aí não é estágio, o segundo?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Não, a possibilidade de financiar um curso universitário.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Um curso universitário. Então nós temos aí, só para aclarar bem todos os Senadores que estão presentes. Então nós estamos votando para duas propostas. Uma para estágio, extremamente meritório, e outra para apoiar qualificação profissional de trabalhador em curso universitário de graduação, o que é extremamente meritório também para aqueles que realmente neces-

sitam. Portanto, se o sindicato aí não precisa do aval do sindicato, então aí eu concordo que seja feito.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, posso esclarecer? A questão do Sindicato dos Trabalhadores, ela é inconstitucional e por essa razão ele precisou ser retirado do projeto, o que não impede a absorção do projeto do Senador Sérgio Zambiasi como o Senador José Agripino colocou, ele tem belas contribuições e, inclusive, a última Emenda com o texto para efeito do disposto no artigo desta lei fica instituída a bolsa de aperfeiçoamento profissional a ser parcialmente custeada, ela está, essa Emenda, ela está sendo incorporada pelo projeto do Senador Sérgio Zambiasi. Então realmente o estágio é seis meses, podendo ser prorrogado por mais seis, e a questão do sindicato ele foi retirado do projeto ele não faz parte mais do projeto.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Então eu queria mais uma explicação do Senador Colombo. A Emenda que engloba esse assunto é aquela que altera a lei para que o Fundo de Amparo ao Trabalhador, FAT, financie estágio remunerado em empresas e universidades, bem como curso superior de graduação.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exatamente. Ela coloca para efeito no disposto do artigo segundo do inciso segundo do artigo dois desta lei, fica instituída a bolsa de aperfeiçoamento profissional a ser parcialmente custeada pelo fundo de amparo ao trabalhador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De acordo, Senadora?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Sim, é essa Emenda que o Senador... que elimina o sindicato mas coloca o estágio remunerado em empresa e universidade, bem como curso superior de graduação. Certo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Presidente, só para questionar, na verdade o sindicato foi colocado nesses tempos de exclusão de contribuição sindical, etc. é uma forma de valorizar a ligação trabalhador sindicato. Mas eu entendi perfeitamente essa questão e acho que foi altamente sensível e inteligente a forma como o Senador Colombo encontrou essa adequação da minha proposta com o projeto do Senador Agripino. Acho que ambos têm um vínculo social muito forte, e eu assim como o Senador Agripino me preocupo porque esta semana ou semana passada ainda os jornais estavam divulgando que a União Européia, Presidente, está estimulando a contratação de pessoas de outros países com qualificação profissional. Porque lá já não há mão-de-obra suficiente. E nós aqui não estimulamos isso. Eu acho, nós temos que dar oportunidade para o trabalhador que contribui para o FAT para que ele alcance a perspectiva de conquistar um diploma de terceiro grau e, portanto, possa qualificar-se ainda mais e que essa mão-de-obra possa ser exercida aqui no Brasil, qualificando cada vez mais o trabalho aqui no nosso país.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Bom, Sr. Presidente, eu me dou por satisfeita com as explicações, sou amplamente favorável, as duas vertentes são importantíssimas, tanto para o estudante universitário, quanto para quem quiser fazer curso de graduação e eu acredito mesmo que os recursos do FAT tem que ser, sempre que possível, direcionado para algo que é fundamental no país que é a educação. Portanto meu voto favorável também. Antecipado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Flexa Ribeiro e depois o Senador Valadares.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, o projeto do Senador José Agripino e Senador Zambiasi eles, os projetos são meritórios. O Senador Colombo fez um Relatório que como bem V.Exª. frisou foi uma peça de engenharia no sentido de ter um parecer que fosse ao encontro daquilo que nós já estamos discutindo no projeto de estágios no Plenário. Eu acho que o programa de estágio é da maior importância para a qualificação profissional dos universitários. Quer dizer, é a forma de interagir universidade e empresa de tal forma que, além da formação acadêmica, o universitário tenha também uma formação profissional na atividade que ele vai exercer depois de formado. A minha dúvida ainda persiste com relação aos trabalhadores, a mesma da Senadora Marisa, porque o FAT já tem um programa de requalificação e qualificação profissional para atender aqueles trabalhadores que estão sob Seguro Desemprego e que buscam uma outra colocação.

Pelo que eu estou entendendo, a Senadora Marisa fez uma pergunta se era para financiar a universidade para os trabalhadores. E me parece que não é essa a proposta. Não é esta a proposta. É o estágio. Mas aí eu pergunto: O FAT já não atende os trabalhadores na requalificação profissional através dos vários programas que são feitos para isso? Com esse fim? A minha dúvida é essa. Eu acho que esse programa já está atendido. Agora, aqui trabalhadores estudantes, quer dizer, é um outro segmento. Quer dizer, numa qualificação profissional.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O estágio, ele vai beneficiar o estudante, o trabalhador estudante e não o trabalhador em geral. Porque aqui ele está expondo a questão do ensino universitário.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas no ensino universitário?

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Eu podia prestar o esclarecimento? Senador Flexa, o objetivo do projeto é atender especificamente o estudante universitário. É o estudante. Não é o trabalhador. É o estudante. É oferecer a oportunidade. O estudante de medicina, o estudante de administração, o estudante de direito, ele terá a oportunidade de uma bolsa ganhando 200 reais numa empresa privada micro, pequena ou média, ou numa universidade. Mas só para o estudante. De onde vem o dinheiro? Do FAT. Então alguém tem que pagar.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Não há dúvida. Eu estou questionando a questão do trabalhador estudante. É isso que não estou entendendo. Não sou contra. Eu não sou contra --.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): O trabalhador estudante cairia no mesmo objetivo.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não universitário.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN): Estudante tem que ser universitário.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Se ele é trabalhador e é estudante...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Aqui não há nada que impeça.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Senador Flexa, aqui na Emenda, curso de ensino superior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas não há nenhum impedimento. Eu não estou entendendo é qual o impedimento de um trabalhador estudante ter acesso ao estágio. Ele pode ser estudante e não ter nenhum vínculo empregatício e vai ter um estágio. Se ele for estudante e tiver o vínculo empregatício por muito mais razão ele deve ter o estágio. Eu não entendo qual é o--

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas o Projeto de Lei, ele trata do ensino superior. Universidades.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas é só para universitários. Então... Não entendi.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É para estudantes de universidades. Seja trabalhador, não seja trabalhador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pois é. Então não há exclusão de trabalhadores. Por que é que tem que ser incluído o trabalhador?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): No estágio.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Mas já está incluído no outro.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Mas é porque é recurso do FAT. Então fica mais forte o fundo de amparo ao trabalhador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim, mas aí você enfraquece o outro que não fala de trabalhador.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não, mas ele está englobado. Só acentua a questão do trabalhador porque está englobando recursos do FAT. Mas ele não precisa ser necessariamente trabalhador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu vou votar a favor, mas não vejo necessidade de você acrescentar o fato de ser trabalhador. O questionamento é o estágio é para nível universitário. Esse é o questionamento.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Exatamente. Esse é o Projeto de Lei. Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem. O Senador Valadares ainda quer fazer uso da palavra?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de fazer uma pergunta em primeiro lugar, preliminarmente: Eu acho que todo e qualquer financiamento que venha na direção de fortalecer a educação e notadamente dar apoio ao estudante, nós devemos receber com o maior carinho. Agora eu apenas gostaria também de tirar uma dúvida. Existe um programa do Governo Federal diretamente relacionado com o financiamento ao estudante através da Caixa Econômica Federal que também é um programa de financiamento, o FIES. E eu gostaria de saber se há uma... Vamos dizer assim, semelhança, ou uma repetição de um programa através de outra fonte. Porque a outra fonte é Caixa Econômica Federal, será que vem do FAT também? A Caixa Econômica?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não. Não necessariamente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): É dinheiro do... Loterias? Exatamente. Então, são duas fontes diferentes. Uma é FAT, logicamente que o FAT vai se reunir e vai estabelecer as regras para o financiamento. Pois é. Eu quero então dizer ao Senador Raimundo Colombo que apoio essa iniciativa do Senador José Agripino e do Senador Zambiasi, cujas iniciativas foram incorporadas ao parecer do Senador Raimundo Colombo. Agradeço a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo quem queira discutir eu ponho em votação. Senador Wellington Salgado. Senador Valdir Raupp; Senador Valdir Raupp; Senador

Paulo Duque; Senador Geraldo Mesquita; não pôde ficar. Senadora Maria do Carmo; Senador Raimundo Colombo é o Relator, está prejudicado. Senadora Marisa Serrano já manifestou aqui a favor. Senador Papaléo Paes; Senador Flexa Ribeiro já se manifestou. Senador Antônio Carlos Valadares já se manifestou. Senador Leomar Quintanilha não está aqui; Senador Mão Santa, que está presente. Com o Relator. Senador José Agripino. É o autor. Senador Eduardo Azeredo; Senador Zambiasi também é o co-autor. Creio que todos foram citados. Então está aprovado o projeto. Agora vamos discutir as Emendas. Se todos mantém o voto pela Emenda permaneçam como estão. Está aprovado todas as Emendas e parabenizo aos Senadores. Agora, nós precisamos de mais uma coisa, fazer uma votação nominal, outra vez, considerando o projeto do Senador Zambiasi, aquela palavra difícil que o Senador Colombo disse, a prejudicialidade... Você vê como educação é importante. Do voto. Vou fazer a votação então. Senador Zambiasi, que já aceitou. Senador Wellington Salgado; Senador Mão Santa; Senador Valdir Raupp; Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Esses dois projetos. A data 2002...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Qual dos projetos?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Os dois.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): E outro em 2003.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E eu pergunto mais ainda. V.Exª. sempre ligado aqui à educação, a comissão, por que demorou tanto...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma boa pergunta, Senador. Demorou tanto, muitas e muitas negociações, muitas comissões, muitos interessados. Foi um projeto muito difícil e se não fosse a colaboração do Colombo,.

[falas sobrepostas].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ainda ia demorar muito. Eu gostaria de--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Votando sim. Eu louvo o Senador que fez esse trabalho de engenharia notável.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Maria do Carmo. Sim ou não é a votação. Sim pela prejudicialidade. Senador Raimundo Colombo é o Relator. Senadora Marisa Serrano. Senador Papaléo; Senador Flexa Ribeiro, Senador Antônio Carlos Valadares vota sim. Senador José Agripino, claro, vota sim. Senadora Kátia Abreu. Sim. Senador Eduardo Azeredo. Está prejudicado o projeto do Senador Zambiasi com o apoio dele e vamos votar o último projeto terminativo e que é muito rápido. É o projeto, item nº. 05. Eu queria pedir se pudessem ficar aqui um minuto mais, Senador Raupp. Realmente é muito rápido isso. É simples autorização de poder do Executivo de criar a escola técnica federal de turismo do Araguaia, no Estado do Tocantins. A Senadora Kátia Abreu é autora, o Relator não está eu já teve duas ausências, eu peço à Senadora Maria do Carmo que seja Relatora *ad hoc*.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Projeto de Lei de nº. 233/2007 de autoria da Senadora Kátia Abreu tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a criar a escola técnica federal de turismo do Araguaia no Município de Caseares, Estado de Tocantins. A proposição dispõe que o estabelecimento a ser criado oferecerá à população do Tocantins cursos de educação profissional de nível médio com vistas a formação de técnicos qualificados para que se propicie o desenvolvimento do turismo ao longo da bacia do rio Araguaia. A educação profissional visa desenvolver melhor parceria entre mão-de-obra mais capacitada e setor produtivo de modo a permitir maior agregação de valor a produção nacional e conseqüente geração de mais empregos para a juventude brasileira. Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado de nº. 233/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão o projeto da Senadora Kátia. Não havendo quem queira discutir, passo à votação. Senador Zambiasi. Senador Wellington. Senador Mão Santa; Senador Valdir Raupp; Senador Paulo Duque; Senadora Maria do Carmo foi a Relatora, Senador Raimundo Colombo, Senadora Marisa Serrano. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a Relatora. Parabenizando a autora do projeto por mais uma escola técnica voltada ao turismo. A Senadora Kátia Abreu.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Voto favorável com louvor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador José Agripino. Senadora Kátia Abreu é a autora. Senador Eduardo Azeredo. Papaléo Paes, Senador Papaléo, eu não li.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): A favor. Senadora Kátia Abreu...

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado o projeto. A Senadora Kátia Abreu pediu a palavra como autora do--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Sr. Presidente, gostaria de agradecer em nome do Estado do Tocantins, aos colegas Senadores e Senadoras, em especial a Relatora Maria do Carmo, Relatora *ad hoc*, pela aprovação dessa importante possibilidade da instalação da escola técnica de turismo do rio Araguaia que conta hoje com 2115 quilômetros de beleza pronto para ser explorado de forma sustentável e nós temos jovens, não só no Tocantins, como no Estado de Goiás, no Estado do Pará, no Estado do Mato Grosso, de toda a região que poderão se utilizar desse benefício extraordinário dessa escola técnica federal de turismo que deverá ser localizada no Município de Caseara também às margens do rio Araguaia por ser uma cidade que fica na região intermediária do rio Araguaia.

O nosso rio Araguaia não tem potencial maior para o desenvolvimento de usinas hidrelétricas. O potencial é mínimo e o estrago no rio seria bastante grande. Então nós estamos com essa proposta de instalação dessa escola técnica de turismo para que os nossos jovens rapazes e moças possam ali se profissionalizar numa excelente mão-de-obra que vai incentivar o turismo em toda a região, todo o Brasil e até no exterior, e ao mesmo tempo, que é mais importante, um turismo alto sustentável protegendo as nossas reservas, a nossa fauna, a nossa flora, e também colaborando com a nossa reserva indígena na Ilha do Bananal, os índios Carajás que são importantíssimos para o nosso Estado fazer com que eles também possam se inserir nesse processo de exploração do turismo sustentável e também possam ter a sua renda como as comunidades ribeirinhas nas margens do rio Araguaia.

Mais uma vez agradeço, o Tocantins, com certeza estará em festa após a aprovação final dessa escola técnica de turismo, quero parabenizar todas as cidades ribeirinhas do rio Araguaia, as nossas praias extraordinárias que ficarão ainda mais belas e bem cuidadas após a instalação dessa escola técnica federal de turismo. Muito obrigada, Sr. Presidente, obrigada colegas Senadoras e Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora, parabéns à senhora pelo projeto. Agora, para que isso seja viável é preciso que no seu parecer a senhora acabe com a prorrogação da DRU para a educação.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): [Pronunciamento fora do microfone] Para que a gente possa acabar com a prorrogação da DRU e também da CPMF.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): [risos] Bem, vamos agora ao projeto... Senador Mão Santa havia pedido a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Há um Requerimento aí para uma Audiência Pública com as escolas padrão do Brasil, inclusive a do Piauí, Dom Barreto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Colocaremos logo depois do item 14 em votação o seu requerimento. O item 14 é não terminativo. Institui o Dia Nacional do agente marítimo. É uma lei que vem da Câmara, nº. 50/2007, o autor é o Deputado Leonardo Picciani e o Relator é o Senador Paulo Duque, a quem eu passo a palavra.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, o Rio de Janeiro tantos anos Capital da República ele inclusive é a sede da esquadra nacional, continua sendo a sede da esquadra nacional e da base importantíssima de submarinos. Tem tudo a ver com o mar, com a educação marítima, com o prestígio a quem trabalha nessa atividade com a Marinha Mercante. Por isso eu fiquei na dúvida sobre o dia 23 de junho. Me parece que seria a data que se começou a instituir no país, V.Exª. um mestre talvez possa até me ajudar a esclarecer isso. No dia 23 de junho. Poderia ser até a data de uma das batalhas navais na guerra do Paraguai. É o único ponto que eu fiquei na dúvida aqui, mas já fui esclarecido pelo meu assessor sobre a motivação dessa data. Então eu sou favorável a esse projeto do Deputado Leonardo Picciani, por sinal o mais votado do meu Estado do Rio de Janeiro, nessa última eleição. E no mérito eu reconheço como justo e pertinente a homenagem proposta porque é uma atividade exercida por pessoas anônimas.

Se eu perguntar se V.Exª. ou qualquer outro Deputado que viaja tanto, se ele se lembra de um agente marítimo, ele não sabe o que é o que é o agente marítimo? Agente marítimo é todo aquele que lida com bagagem, com todo aquele que se relaciona com viagem, com mar, com navio, com embarcação de qualquer natureza. E essa categoria, que é enorme, que o nosso país tem uma extensão enorme, tem uma Costa muito grande, ele é uma... Eu dizia uma categoria profissional que desempenha papel fundamental no atendimento aos navios em cada porto com destaque para as interfaces com as autoridades. Não chega a ser bem um despachante. Ele vai além do despachante.

A presença do agente marítimo é também notável nas relações entre agentes comerciais e prestadores de serviços com atuação no comércio exterior, tanto na exportação, como na importação de mercadorias realizadas por meio de transporte marítimo. Finalmente observa-se que, além de meritória, constitucional e

jurídica, que já obteve a opinião de outras comissões, a proposição não contém ofensa regimental. Isso é importante. Eu vou explicar, vou abrir um parênteses para explicar a V.Exª. Eu tenho um projeto autorizativo que recebeu uma nota técnica falando sobre as precariedades e o anti-regimentalismo de propostas autorizativas. Por isso que eu já fiz essa pergunta uma vez hoje e estou novamente tocando no assunto. Porque se há, se existem precedentes nesse caso, é um problema. Se não existem precedentes é outro problema. O projeto autorizativo. Então eu diria que não contém ofensa regimental que eu não conheço do regimento nada que proíba que o parlamentar apresente uma proposta autorizativa. Nada. Eu não conheço. Está elaborado em conformidade com a boa técnica Legislativa. Realmente está. Segundo os ditames da Lei Complementar 9598 alterada por outra Lei Complementar, a nº. 107/2001. Nessas condições eu voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara de nº. 50/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Agradecendo ao Senador Paulo Duque, eu ponho em votação o Requerimento, que é o item 16. É o Requerimento nos termos do artigo 90, inciso 1, 2, 5, 9, 12, combinado com o artigo 93 do Regimento Interno do Senado Federal a realização de Audiências Públicas no âmbito da Comissão de Educação cultura e esporte com a finalidade de instruir o Projeto de Lei do Senado nº. 403/2005, que estabelece regras para a prática de esportes radicais ou de aventura no país. A sugestão é de que estejam presentes nessa audiência representante do Ministério do Turismo, do Ministério dos Esportes, representante da Confederação Brasileira do Surf, representante da Confederação Brasileira de pára-quedismo e o representante da Confederação Brasileira de montanhismo. Há aqui uma justificativa e o autor é o Senador Raimundo Colombo e Wellington Salgado que subscreve. O Senador Wellington quer justificar em nome do Senador Raimundo?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Perfeitamente, Sr. Presidente. É um Requerimento que eu subscrevi junto com, e subscrevi também e onde realmente o Senador Cristovam está preocupado pelo vácuo que existe na Legislação com respeito à qualificação das empresas que atuam junto a esses esportes radicais. Certificação de material, dos materiais, certificação de materiais, a responsabilidade civil e criminal de quem é com relação aos eventos e a idéia na verdade é fomentar o debate onde a discussão dos vários aspectos em torno da prática dos esportes radicais, além de fomentar o debate com esse Requerimento é prestar a pacificação dos conceitos poderá com esse Requerimento também, com os convites, poderá fornecer subsídios para aperfeiçoamento de proposição Legislativa que se queira qualificada para responder aos problemas do setor. É esse o objetivo desse Requerimento e eu estou de pleno acordo, por isso que eu pedi para subscrever junto com o Senador Colombo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Questionamento. Gostaria de saber especialmente do nosso grande Deputado quais são considerados os esportes radicais hoje em nosso país? Para ter uma idéia.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vários esportes. Acho que todo esporte acaba sendo perigoso também, se for analisar por aí. Até o próprio futebol tem acontecido os eventos que levaram alguns atletas a falecerem dentro das quatro linhas. Então o esporte sempre tem risco. Agora, tem alguns... Outro dia mesmo eu estava vendo, fui lá no triângulo mineiro, aquele pulo, o pai estava filmando a filha, pulou e o equipamento não estava bem preparado. Quer dizer, o pai filmou a filha morrendo. É uma coisa simplesmente absurda. Na verdade o que o Senador quer é ver se ele pode criar normas legislativas para que se possa melhor programar esses eventos e fiscalizar também. Acho que essa é a idéia, Senador Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É verdade. Porque há muitos acidentes dramáticos, pára-quedas que não abriu, por exemplo. É uma coisa terrível. Outro dia numa competição no Rio de Janeiro sobre velocidade de aviões especiais, não sei se V.Exª. ou alguém aqui teve a oportunidade de ver, que é de um radicalismo tremendo. Inusitado mesmo. Por isso que o esporte radical que é muito praticado, desde a asa delta que era inimaginável coisa de 50 anos, inimaginável você fazer esporte com asa delta, sobretudo lá no Rio de Janeiro, nasceu eu acho que isso lá. Não foi isso?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu acho. Agora, Senador Paulo Duque, hoje ser Senador também é radical. O que nós temos sofrido aí com a imprensa de acompanhar... Eu ,por exemplo, tenho sofrido bastante. A imprensa me procura bater uma foto outro dia sem ninguém. Eu aqui a vontade, não tinha chegado ninguém na comissão, bateram aquelas fotos rápidas e parecia que eu estava sem trabalhar na Comissão. Quer dizer, entra aqui às nove, sai às nove da noite, mas aquela imagem passou para a população de que eu estaria aqui dormindo no Plenário. Não era nem no Plenário, era na

Comissão. Então, quer dizer, acaba sendo realmente um mandato radical.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Essa sua última exposição me convenceu. Eu retiro a minha indagação inicial.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, eu ponho em votação. Os que tiverem de acordo permaneçam como se estão. Está aprovado. Tem um Requerimento extra-pauta do Senador Mão Santa que eu ponho em discussão. O Senador Mão Santa apresentou um Requerimento que diz que com base no artigo 90, artigo 2 e 93 2... Ambos do Regimento Interno do Senado Federal requeiro a realização de Audiência Pública com a presença de representantes das três escolas que obtiveram melhor qualificação no exame nacional do ensino médio, o ENEM, em 2006. São o instituo Don Barreto, do Piauí, o colégio Vértice, de São Paulo, o colégio Santo Augustinho, do Rio de Janeiro. Na Audiência Pública os respectivos representantes serão convidados a expor as estratégias que garantiram o bom desempenho das suas escolas no ENEM, bem como a discutir medidas para a elevação da qualidade de ensino no Brasil. E eu creio que qualquer um de nós gostaria de subscrever seu Requerimento, Senador Mão Santa. Eu ponho em discussão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Meus dois filhos estudam nesses colégios Santo Augustinho.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir, ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado. Senador Mão Santa, o seu projeto, vamos marcar uma data.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu diria aquelas palavras de V.Exª. Está bem demais para o Brasil. Não é aquela?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma frase que está circulando na militância que apóia o governo que diz: Para o Brasil esse Governo já está bom demais.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Pois é, está bom demais. E aqui nessa Comissão, V.Exª. presidindo e nós tivemos o diálogo agora como Shakespeare diz, some a experiência dos mais velhos com a ousadia dos mais novos. Nós vimos aí o nosso experiente Senador Paulo Duque e a ousadia do bravo mineiro educador Wellington Salgado que é realmente. Então somando os dois temos o que Shakespeare diz, a sabedoria que está nessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em votação. Está aprovado. O Senador Paim pediu a palavra? Não? Se não pediu, a Sessão vai estar encerrada.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu pedi a palavra. Eu estava até consultando um pouco o Júlio aqui, eu tenho o item 13 que não é terminativo, Sr. Presidente, e ele já está na pauta inúmeras vezes. E o Relator não se encontra mais uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Qual é o projeto?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O meu projeto simplesmente, Sr. Presidente, institui algo que é praxe já, não é a primeira vez, é a frente parlamentar em defesa do ensino técnico. Eu não sei por que é que o Relatório do Senador João Vicente quer consultar primeiro a Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania. Como não é deliberativo, se dependesse da minha vontade, claro, eu consulto V.Exª. e o plenário--.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É que é a primeira vez que vem à pauta.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ah. É a primeira vez que ele está na pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então se na próxima não tiver o parecer, vamos por à voto e será indicado.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Então me sinto contemplado com a resposta de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Em não havendo mais qualquer assunto, está encerrada essa Sessão.

Sessão encerrada às 13h08.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 07 DE NOVEMBRO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às dez horas e trinta e nove minutos do dia sete de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Inácio Arruda, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Heráclito Fortes, Maria do Carmo

Alves, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo, Marisa Serrano, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Romero Jucá e Kátia Abreu, reúne-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Paulo Paim, Fátima Cleide, Ideli Salvatti, João Ribeiro, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Geraldo Mesquita, Gerson Camata, Edison Lobão, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Papaléo Paes. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns e Augusto Botelho. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão e a Subcomissão a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 030/07-CE e nº 010/07-SCTMC, de autoria dos Senadores Inácio Arruda, Ideli Salvatti e Raimundo Colombo, que tem como objetivo **Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 059, de 2003, de autoria da Deputada Jandira Feghali, que "Regulamenta o disposto no inciso III, do artigo 221, da Constituição Federal, referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística e à produção independente nas emissoras de rádio e TV e dá outras providências"**. Comparecem à Audiência Pública, o Senhor Cícero Aragon, Presidente da Fundação Cinema – FUNDACINE – RS; Senhor Márcio Novaes, Diretor Corporativo da Rede Record – Rádio e Televisão Record S/A; Senhor Marco Antônio Tavares Coelho Filho, Assessor de Relações Institucionais da Fundação Padre Anchieta – TV Cultura – SP e Jandira Feghali, autora do Projeto e Secretária Municipal de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia – Niterói/RJ. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Ideli Salvatti, autora do Requerimento, Wellington Salgado, Heráclito Fortes, Marisa Serrano e Inácio Arruda, autor do Requerimento. A presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e cinqüenta e oito minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO- CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL - CECTMCS NOTA TAQUIGRÁFICA 58ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental, declaro aberta a 58ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e 18ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto a apreciação do plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram, está aprovada.

A presente reunião atende a Requerimento nº 030/07 da Comissão de Educação e 08/07 da Subcomissão de Teatro, Música e Comunicação Social e foram aprovados os requerimentos que são de autoria dos Senadores Senador Inácio Arruda, Senadora Ideli Salvatti, Senador Raimundo Colombo, para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 059 de 2003, que "Regulamenta o disposto no Inciso III, do Art. 221, da Constituição Federal, referente à Regionalização da Programação Cultural, Artística e Jornalística e à Produção Independente nas Emissoras de Rádio e TV e dá outras providências".

Dando início a audiência solicito ao Secretário Júlio Linhares que traga os expositores para a Mesa. Enquanto esperamos a presença do Márcio Novaes, eu quero dizer da importância de mais esta audiência sobre este assunto. Nós estamos decidindo algo fundamental que mexe com a cabeça dos brasileiros. Que mexe com a cultura do Brasil que é como se como se normatiza o sistema de telecomunicações dentro dos limites, obviamente, da liberdade de imprensa que é o fundamental e que nós temos que manter a qualquer custo, e ao mesmo tempo como é que a gente pode influir para que isso se dê de uma maneira mais democrática transparente e, portanto, também regionalizar de uma maneira possível.

É com que esse objetivo que o Senador Inácio Arruda, Senadora Ideli Salvatti e o Senador Raimundo Colombo convocaram estas Audiências. Eu quero lembrar que a origem de tudo isso é um projeto da Deputada Jandira Feghali na Câmara dos Deputados. Essa é a origem e que aqui esse projeto chegou e o Relator é o Senador Sérgio Zambiasi.

Eu vou passar a palavra em primeiro lugar ao Cícero Aragon, que é Presidente da Fundação Cinema - FUNDACINE, Rio Grande do Sul. Nós estamos dando dez minutos para poder ter uma dinâmica mais rápida, mas se for preciso um pouco mais nós não vamos cortar sua palavra.

SR. CÍCERO ARAGON: Bom dia, Senador Cristovam Buarque, Deputada Jandira, enfim colegas da Mesa, Srªs. e Srs. Eu quero inicialmente voltar a saudar a iniciativa da Deputada Jandira Feghali na verdade pela proposição desse Projeto de Lei que é um projeto histórico, é um projeto que por muito tempo tramitou dentro dessa Casa e, na verdade das duas Casas tanto do Senado quanto da Câmara, e esse é um desejo muito antigo da produção independente e uma necessidade para o desenvolvimento do audiovisual brasileiro.

É importante entender que quando a gente pensa e defende algum tipo de regulamentação é porque justamente existem forças ou uma incapacidade, na verdade, de que exista um equilíbrio de forças para que naturalmente dentro de um mercado nós consigamos chegar à possibilidade de contar com o espaço suficiente para produção independente brasileira.

Muito se tem feito na verdade, ou a gente vem em uma evolução de negociação com as televisões, as televisões cada vez mais estão descobrindo, estão aprendendo a qualidade da produção independente. O Rio Grande do Sul tem sido na verdade referência nisso, a nossa RBS TV tem feito várias parcerias com a produção independente e toda vez que essa produção independente passa em horários nobres, em horários adequados, elas têm tido excelentes números de audiência, mostrando que realmente o País quer se ver e que realmente o Estado quer se ver ou as cidades querem se ver.

Nós estamos muito acostumados a consumir um produto que é de excelente qualidade que são que os produtos nacionalmente produzidos pelas redes, mas que na verdade são sempre vistos através de um olhar, através de uma percepção audiovisual de poucas pessoas ou de algumas pessoas. A partir do momento que a gente aumenta a nossa disponibilidade ou a nossa capacidade de estar exibindo um audiovisual que é produzido em várias regiões do País, a gente passa a ter vários olhares sobre o nosso cotidiano, sobre o nosso País, sobre os nossos costumes e com isso a gente cria uma pluralidade que, na verdade, é o que o nosso País é, um País plural, um País com muitos sotaques, um País com muitos costumes, com muitas lendas.

Eu acho que nada melhor do que nós mesmos, ou seja, aqueles que vivem nas suas próprias regiões para contar suas próprias histórias e contar da melhor forma possível. É importante também passar alguns números hoje, o Brasil produz mais de 100 longas-metragens atualmente no País e são números da Agência Nacional de Cinema. São mais de 700 curtas-metragens, são mais de 100 médias-metragens sem contar com conteúdos na verdade, mini séries e esse tipo de produto audiovisual e esses produtos não encontram espaço na televisão brasileira. Hoje o maior desafio do cinema e do audiovisual nacional qual é? Espaços para sua exibição.

Existem leis de fomento que possibilitam a produção audiovisual e existem leis, na verdade, que incentivam que o conteúdo audiovisual seja desenvolvido, mas esse conteúdo não chega à tela. Apesar de que toda vez que esse conteúdo chega à tela, se a gente pegar também as ações que a Globo tem feito com o conteúdo audiovisual, com longas-metragens brasileiros, esses filmes tem sido sempre, tem tido sempre excelentes números de audiências, então significa o quê? O Brasil quer se ver, o Brasil quer ver o seu conteúdo audiovisual independente na televisão, mas basta que para isso a gente encontre uma forma de que seja economicamente viável a aquisição dessa produção independente e isso só vai acontecer a hora que existir escala, e que a gente consiga desenvolver uma parceria com as televisões onde consigamos aí tornar essa visibilidade do conteúdo brasileiro independente, viável.

Bom, é importante também a gente se dar conta que, ao se criar uma lei que cria um número mínimo de obrigatoriedade da exibição de produção audiovisual independente brasileira na televisão e em especial a regional, a gente acaba fomentando toda uma cadeia produtiva. Se a gente entende que fazer cinema, fazer audiovisual é uma atividade que acaba envolvendo produção de cenário, produção de figurino, alimentação, transporte, combustível, as pessoas se vão fazer uma locação no interior tem que se hospedar. Quer dizer, então toda uma cadeia produtiva além daquela cadeia do audiovisual acaba sendo movimentada.

Então, é importante se ter noção que uma lei dessas não só contribui para a nossa diversidade cultural, não só contribui para o desenvolvimento da percepção dos cidadãos brasileiros, não só contribui para o acesso ao cidadão brasileiro do conteúdo audio-

visual que ele financia através da renúncia de impostos, e que ele acaba não assistindo porque a grande maioria da produção audiovisual independente é feita por imposto e o cidadão financia através do imposto, através da renúncia fiscal e não tem acesso a esse produto, mas muito sim pela produção e geração de emprego e renda.

Nós estamos hoje, especificamente no Rio Grande do Sul, desenvolvendo o nosso Centro Técnico de Produção Audiovisual, vale alguns números, nós terminamos uma pesquisa recente, o Rio Grande do Sul movimentou nos últimos anos cinco anos, 62 milhões de reais em produção audiovisual, movimenta uma média de 19 milhões de reais anualmente na produção audiovisual como um todo, incluindo publicidade, isso significa que existe capacitação, existe equipe, existe condições de se aumentar a produção audiovisual que, às vezes, essa é duvida: "Vamos aumentar o espaço para a produção independente", mas tem condições de se fazer conteúdo audiovisual nas regiões? Existe sim. Basta se ver os números do País e basta com que o que está previsto na lei que exista uma evolução, na verdade, na obrigatoriedade da exposição desse audiovisual para que exista um crescimento gradual, na verdade, dessa produção que já é capaz, mas que certamente tem condições de estar se aperfeiçoando e estar se desenvolvendo.

Outros pólos também, além do Rio Grande do Sul, certamente se beneficiarão, no caso o pólo de Brasília, o pólo do Paraná e outros pólos audiovisuais que estão se desenvolvendo nos outros Estados e nos interiores dos Estados por esse Brasil.

Então considerando que nós, em um projeto desses estamos defendendo o olhar regional, estamos defendendo a produção audiovisual independente, ou seja, 40% do que está previsto para produção regional ela é independente no Projeto de Lei, considerando que a visibilidade que isso dá, considerando a contribuição que temos para o desenvolvimento intelectual e formação pessoal das pessoas, eu acho que não resta dúvida sobre a importância desse projeto. Lógico que esse projeto também foi construído, a Deputada Jandira vai comentar isso mais a frente, ele é um projeto que também foi construído, existiu todo um diálogo, na verdade, com todas as partes, se flexibilizou, ele era bem mais rígido e se flexibilizou justamente para que se atendesse também as demais capacidades de aquisição desses conteúdos e disponibilizações desses conteúdos.

E como eu estava colocando antes, considerando o desenvolvimento econômico que essa lei vem a trazer para os Estados, eu entendo que ela não, de maneira alguma, pode deixar de ser enfim que acolhida e de maneira alguma ela pode deixar de ser percebida e deve sim, seguir a partir dessas ações de diálogo com a sociedade, de esclarecimento com os Senadores etc., para uma aprovação.

Basicamente essas seriam as minhas considerações e depois eu fico à disposição para perguntas, etc. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu que agradeço, Dr. Cícero, e passo a palavra ao Dr. Márcio Novaes com muito prazer.

SR. MÁRCIO NOVAES: Bom dia Senador Cristovam Buarque, demais Senadores, os colegas aqui da Mesa, Srªs. e Srs.

Eu preparei aqui algumas observação com relação à Record e também a posição dos radiodifusores que eu gostaria de passar para os senhores e deixar o maior tempo reservado para que a gente pudesse debater as idéias, as propostas para tentar, justamente, aprimorar o que está sendo proposto dentro dessa regulamentação do Inciso III do Art. 221 da Constituição que é o pretendido por esse Projeto de Lei, que, aliás, já foi dito aqui projeto esse que tramita há algum tempo no Congresso, inclusive, tem um outro Projeto de Lei o 7075/2002 que também aborda praticamente a mesma idéia.

Mas antes de tudo isso eu quero falar um pouquinho da Record. A Record hoje é uma Rede recente, apesar de ser a mais antiga em funcionamento. Ela tem 54 anos de vida, mas ela tem menos de dez anos de consolidação como uma Rede de TV que cobre o Brasil. Isso quando ela foi adquirida no início dos anos 90, portanto, há pouco mais de 17 anos, vários investimentos foram feitos em busca da consolidação da Rede. Quando foi comprado o grupo, a TV Record, existiam apenas três emissoras que era São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e a TV Record Canal Sete em São Paulo. Hoje ao Record ela está composta por 43 geradoras. Sendo que dessas 43, 16 são próprias e 62 retransmissoras que juntas totalizam as 105 praças que compõem e alcançam mais de 90% do território nacional, portanto, consolidando a Rede Record. É óbvio que ainda temos muito que fazer nesse aspecto, mas já avançamos bastante nesses últimos anos.

Disso que eu falei sempre surge uma pergunta: Por que formar uma Rede de televisão? E a resposta para isso é sempre simples, qual seja, o custo. Por quê? Fazer TV no Brasil e em qualquer lugar do mundo é caro, não é algo que seja barato e requer um constante aperfeiçoamento. Hoje a tecnologia ela muda, em menos de um ano você tem novos equipamentos, você tem novas tecnologias que você se vê obrigado a aprimorar sempre seu parque técnico que encarece bastante esse negócio chamado TV. E a TV que eu

faço referência aqui sempre é a TV comercial, aberta, livre e gratuita.

Com relação à questão de aspecto de investimento, de valores, eu não quero nem adentrar na questão da digitalização do sistema de TV Digital que seria uma longa conversa, quem sabe uma novela. Bem, os investimentos são altos, a regra vale para todo o Brasil, para todo mundo e nós podemos realmente nos orgulhar da TV que temos e que fazemos porque a TV brasileira eu creio que, se não é a melhor, é uma das melhores TVs do mundo em termos de qualidade da sua programação, da sua produção e isso vale para todas.

A Record é uma concessionária de TV Comercial como é a Globo, o SBT, Bandeirantes, Rede TV e as demais. A nossa única fonte de renda é o mercado publicitário. Nós não temos outra. Portanto, para que a gente alcance uma maior audiência, para que a gente possa crescer, nós precisamos estar acompanhando o mercado publicitário. Portanto, fazendo um produto de qualidade, algo bom que atraia o telespectador, que gere maior audiência e que a gente possa vender. É mais ou menos como aquela história da propaganda do biscoito: "Vende mais porque é fresquinho e é fresquinho porque vende mais". E nós, pelo menos a Record, fazemos uma televisão sabendo que a população brasileira não é Bart Simpson, ela tem mais qualidade, o telespectador brasileiro tem mais gabarito que isso.

Eu abro aqui um parêntese para chamar atenção para um ponto que é primordial: No Brasil nós temos TV Pública, TV Educativa e a TV Comercial. A TV Pública que está em discussão na Câmara através de Medida Provisória, que cria a TV Brasil, a Empresa Brasileira de Comunicação, ela é financiada e vive e vai viver do dinheiro público do Governo Federal. As Educativas que hoje totalizam 193 geradoras, se eu estiver errado o Marco Antônio me corrige aqui, 193 geradoras e como o próprio nome diz são educativas, mas infelizmente a grande maioria desvia o foco e não cumpre o seu papel de ser educativa, cultural, enfim, dentro de sua integralidade de programação. As Comerciais, as quais esse Projeto de Lei também alcança com a proposta de regulamentação do Inciso III, vive, repito, exclusivamente do mercado publicitário e de acordo com a sua competência e talento.

Adentrando ao Projeto de Lei, para nós da Record regulamentar, estabelecer um mínimo de programação local ou regional, não nos preocupa até porque está na Constituição, e deve ser regulamentado. Portanto, é uma regra que está posta e ninguém pode alegar desconhecimento e ela tem que ser cumprida. Eu tenho também a plena certeza que o intuito, que o objetivo deste projeto desde o início de autoria da Deputada Jandira Feghali e depois com as modificações que sofreu o texto, é e sempre foi de procurar o melhor e de trazer o melhor para a população brasileira.

Nesse aspecto a Record que é uma rede com 105 afiliadas, todas essas emissoras que compõem a Rede Record, elas têm de segunda a sexta no horário que compreende das sete da manhã a uma da madrugada, três horas e 45 minutos de programação local. Ou seja, a Rede não é desligada, mas as afiliadas, as emissoras têm este número de horas e eu repito, não é nas 24 horas do dia, é da sete da manhã a uma da madrugada, eu não estou contando aqui o horário da madrugada. Nos finais de semana, esse tempo chega a 10 horas de programação local, nos finais de semana.

Para nós e aqui eu misturo um pouco o raciocínio entre alguém que é da Record e radiodifusor e sou conselheiro, pelo menos estou Conselheiro da ABERT, eu tenho que raciocinar como radiodifusor. Então nos preocupa nesse caso o seguinte: Ampliar mais do que isso que pelo menos a Record pratica hoje, três horas e 45 de segunda a sexta no horário da sete a uma da madrugada e 10 horas nos finais de semana, pode ser arriscado em nossa opinião e aí eu gostaria só de explicar porque essa nossa visão, essa nossa observação com relação a isso.

Hoje no Brasil os radiodifusores fazem parte da TV aberta, livre, gratuita para um público cada vez mais exigente e menos fiel. Eu digo menos fiel porque o público hoje, o telespectador, ele tem novas mídias que surgem praticamente a cada mês, eu não vou ficar aqui detalhando, exemplificando, mas tem aí a internet, o protocolo IP e você tem aí uma gama infinita de possibilidades. Você tem a TV por assinatura, dentro da TV por assinatura várias modalidades, DTH e MMDS e assim por diante.

E, aliás, dentro dessa questão das TVs por assinatura eu fiz aqui um parêntese, escrevi aqui que o próprio relator dos projetos que tratam da convergência digital na Câmara dos Deputados, o Deputado Jorge Bittar, do PT do Rio de Janeiro, ele apresentou há um mês atrás um esboço do raciocínio dele, do pensamento dele para os projetos que lá tramitam e ele afirma categoricamente que a TV por assinatura no Brasil é uma das mais caras do mundo, senão a mais. Comparado com alguns países da América do Sul, Europa e Estados Unidos.

A TV Comercial que a gente chega em casa, liga a televisão, vê hoje todos os dias, está acostumado, tem esse hábito, essa cultura nossa, faz parte do nosso dia-a-dia, até de certa forma regra um pouco a nossa agenda diária, ela é responsável pela integração nacional, nesse formato. O modelo federativo que foi

e é adotado pela TV em um País como o Brasil que é um continente deu e dá certo. A cultura, os hábitos, costumes, os sotaques das diversas regiões do Brasil não desapareceram com a TV no formato que ela tem hoje. Eu penso que é o contrário, foi essa TV que vemos hoje, que temos esse hábito diário que foi e é possível que o Brasil conheça melhor o Brasil. Falando a mesma língua, e com detalhe, cercado por vários países que falam a língua espanhola, é o único País de língua portuguesa na América do Sul com dimensões continentais e que fala a mesma língua e que a cultura é divulgada e mantida.

Faço também uma observação aqui com relação aos 14 quatro milhões de antenas parabólicas que existem espalhadas pelo Brasil. Quem tem antena parabólica na sua casa, pega o sinal da Record São Paulo, da Globo do Rio, da Band de São Paulo, do SBT de São Paulo. Mesmo assim, me parece que não houve e não há grandes prejuízos nesse aspecto.

O nosso jornalismo ele é bastante regionalizado, pelos menos nós priorizamos isso na Record. A Record News que está no ar há pouco mais de um mês, ela possui três telejornais que são direcionados, três telejornais de uma hora cada que são direcionados, focados para diversas regiões do Brasil tratando dos assuntos de lá, enfim, promovendo a notícia local ou regional. Eu penso que o modelo que hoje é criticado por alguns dá certo e dá certo porque é o telespectador ele que gosta de ver, é assim que a coisa funciona, nós trabalhamos de acordo com o mercado, nós fazemos uma televisão para um público que quer ver essa TV. É óbvio que ela pode melhorar, ela tem que melhorar, porém a gente deve atentar e não perder foco de que existem, eu repito, as TVs, tem a TV Pública, a TV Educativa e a Comercial eu acho que é aquele famoso ditado: “Cada macaco no seu galho”.

Então, tem que cobrar que as Educativas façam, cumpram esse papel que é importante, é necessário, não que não seja também um dever das TVs Comerciais [soa a campainha]. Já estou finalizando, Senador. Como eu disse, nós na Record e também radiodifusores não estamos nos furtando a essa responsabilidade por se tratar de uma regulamentação, de um Inciso da Constituição Federal. Agora, o modelo que está aí pode ser ameaçado senão levarmos em consideração tudo que já foi dito aqui em outras oportunidades pelos colegas radiodifusores que me antecederam aqui em outras audiências promovidas por essa Comissão para tratar especificamente desse assunto. Portanto, é importante que a gente faça uma avaliação muito detalhada, muito profunda de tudo que foi dito por que nós não podemos desconsiderar isso.

Nós na Record tivemos e temos programas com produtoras independentes. Iniciamos uma conversa com o Fernando que é da Associação Brasileira das Produtoras Independentes que já esteve aqui participando, se não me engano da última Audiência Pública, e nós estamos buscando aprimorar, implementar e aumentar essa participação, essa parceria. O Governo ontem anunciou e eu tenho aqui comigo no informativo das últimas notícias do Tela Viva que o Governo abriu uma linha de crédito no BNDES não reembolsáveis para o setor, quer dizer, o Governo está fazendo exatamente o papel dele, qual seja? Fomento porque se a TV não está localizada, não está forte em uma determinada região País é porque lá o mercado não comporta isso, essa é uma questão que precisamos ter muito cuidado, ter muita atenção quando se fala em produção independente e regionalização por que produção independente de quem? Do quê? Feita por quem? Sobre o quê? São questões que a gente precisa pensar e avaliar muito bem.

Hoje muitas produtoras brasileiras elas desenvolvem projetos de alta qualidade e desenvolvem parcerias com outros países com o Canadá, com países da Europa, com Estados Unidos, agora essa regulamentação é preciso que a gente atenda, que a gente fique focado exatamente no que é produto nacional se é sobre a cultura regional, feito por quem, e qual o capital. Isso é muito importante que a gente tenha em mente.

Senador, finalizando eu só gostaria de deixar algumas indagações no ar para que a gente pudesse apimentar um pouquinho o nosso debate em breve. Eu faço algumas perguntas e deixo no ar, será que estabelecer um percentual para a programação regional vai trazer um benefício esperado? Será que por se tratar de TVs Comerciais não devemos apenas estabelecer um percentual mínimo e deixar o mercado reagir conforme o gosto da população, do telespectador? E nós da Record estamos tranqüilos, nós temos gordura para queimar dentro dessa proposta, a princípio.

Será que o formato adotado hoje nas TVs Comerciais livres, abertas e gratuitas não são eficazes em suas mensagens educativas e culturais que são inseridas dentro da sua programação que até hoje não trouxe nenhum prejuízo para o Brasil, ao contrário?

São essas as considerações que eu queria fazer de início, essas perguntas que eu queria deixar e agradeço a oportunidade. Senador, obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra agora ao Dr. Marco Antônio Tavares Coelho Filho, que vem aqui em nome da Fundação Padre Anchieta, TV Cultura de São Paulo.

SR. MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO: Muito obrigado Senador, Jandira, Secretária Jandira, meus colegas da Mesa, Senadores. Para a TV Cultura e acredito muito para as TVs Públicas, de modo geral, e as TVs Educativas que agora estão querendo se tornar pública em função dessa mudança que está ocorrendo no País que é da tentativa de regulamentação desse Art. da Constituição que é o 223 que estabelece que tipo de televisão que a gente pode ter, a TV Comercial, a TV Pública e a TV Estatal. A TV Estatal, na verdade, as Educativas estariam dentro das públicas, hoje em dia talvez a TV mais Pública que existe hoje é a TV Cultura e que vem hoje seguida e provavelmente até emparelhada agora com a nova TV Brasil, a TV do Governo Federal que se pretende também pública, na medida em que o que é pública? É uma TV que se pretende independente do poder, independente do mercado, uma TV da sociedade, uma TV que seja voltada para os interesses do homem, não do consumidor.

Enfim, eu trouxe uma apresentação rapidamente que eu vou passando o que é isso, o que é a TV pública hoje no País. Ela é uma TV que tem que estar voltada para esse objetivo para o homem e para a coletividade. Qual é a importância da televisão no Brasil hoje é de tal ordem que se eu acho que esse projeto que está sendo discutido aqui hoje vem de encontro com todas as questões que estão sendo discutidas sobre televisão no País, hoje porque a televisão é um objeto, um eletrodoméstico, talvez, o segundo eletrodoméstico mais importante da vida das pessoas.

Quer dizer o brasileiro trabalha e assiste televisão, é o que ele faz normalmente, a diversão do brasileiro é a televisão. Se vocês pegarem, quer dizer, hoje 90% dos lares do Brasil têm televisão, tem mais televisão do que geladeira nesse País, então, é lógico que estava o poder, a política e o poder estavam devendo à sociedade brasileira uma atenção a este eletrodoméstico que é mais importante do que a geladeira e que trabalha com a questão dos costumes, dos hábitos da população, que trabalha com a questão da formação do gosto.

Eu acho que talvez não exista, esse papel, talvez o papel mais importante que esse seja o da escola, da família, da escola e depois vem da televisão. Eu não vejo na escala de valor da sociedade o que tem mais importante do que a televisão, e realmente o Poder Público brasileiro simplesmente deixou este assunto durante 60 anos sem trabalhar. E agora graças a Deus, quer dizer, há vários projetos da TV Pública, esse da questão da regionalização e a produção independente, enfim, há um interesse hoje voltado para essa questão que é super importante, ainda bem que a política está descobrindo a importância da televisão.

O que é a TV Cultura só rapidamente, é a Fundação Padre Anchieta que é quem mantêm a TV Cultura, ela é provedora de uma plataforma de multi conteúdos, faz rádio, faz rádio AM/FM, faz um canal infantil que é a TV Rá-Tim-Bum, faz a TV aberta a TV Cultura e por que ela é mais pública do que as outras? Porque ela tem um Conselho Curador, ela tem independência intelectual, por isso que ela é mais pública, ela tem independência intelectual e política porque ela tem um Conselho Curador que tem 45 membros em que o Governo de São Paulo que é o principal mantenedor da TV, tem cinco votos em 45.

Então o Governo tem que fazer política dentro do Conselho para poder eleger o Presidente do Conselho, às vezes, faz política e ganha, está certo? Ás vezes não, está certo? Então o que o poder econômico do Governo de São Paulo, é um poder forte dentro da televisão, hoje ele está em... Ele diminuiu de 70 para 50% do capital do fornecimento de recursos para televisão, a TV Cultura hoje tem uma arrecadação, tem um faturamento da ordem 160 milhões por ano, o Governo do Estado de São Paulo entra com 80 milhões, foi o que aconteceu no ano passado. Mas enfim, ele tem que fazer política e às vezes ganha, faz a política e ganha, às vezes elege o Presidente, enfim do Conselho e tal, por isso que ela é mais pública do que as outras.

Na história dela ela é uma TV antiga não tão antiga quanto as TVs privadas do País, porque na verdade nesse País as TVs nasceram privadas, a TV nasceu privada e depois é que veio a TV pública, mas a TV Cultura tem 40 anos, já tem 40 anos de história, de serviços prestados, de um serviço voltado primeiramente para a questão educativa, depois muito para a questão da cultura e aos poucos foi introduzindo a questão da informação pública e do jornalismo público.

De qualquer forma a TV Cultura tem uma colocação do ponto de vista de prestígio e de admiração, digamos assim, de percepção do seu papel social digamos pela sociedade, muito bom, quer dizer, as pesquisas feitas por outros órgãos e não por nós, mas e-mail e mensagem enfim, coloca a TV Cultura em patamares muito bons de colocação na questão da independência editorial, enfim várias questões, a TV Cultura já angariou prêmios internacionais, enfim, é uma TV que de certa forma conseguiu dizer ao País que TV Pública nesse País é possível. Então pelo menos isso a TV Cultura conseguiu cumprir esse papel e hoje essa questão da TV Pública está cada vez mais crescendo.

A cobertura dela ela é uma TV paulista hoje, ela tem 200 emissoras, nesse sentido para ela não tem o menor problema o cumprimento das metas de regio-

nalização de produção, ela tem uma cobertura relativamente boa no Estado de São Paulo e a sua programação passa em muitas emissoras educativas que estão agrupadas em uma associação que se chama ABEPEC, Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais que são 19, 20, na verdade, geradoras educativas que no conjunto formam 1880 emissoras do País inteiro. Então é uma rede respeitável, quando ela se une ela é uma rede respeitável, quando vocês vêem o Roda Viva, por exemplo, no País inteiro, o Rá-Tim-Bum no País inteiro, é porque esses produtos da TV Cultura estão nessas TVs Educativas bem selecionadas, digamos assim. Não tem exatamente nada a ver com a 193 que o Márcio falou, mas TVs Educativas que cumprem um pouco e que querem esse papel de serem TVs Públicas.

Essa é a Fundação, uma Fundação grande, tem uma estrutura imensa, e daí vamos conversar porque agora que é a questão, quer dizer, na verdade, a TV Cultura que tem como missão, qual é a nossa mercadoria? A nossa mercadoria é a ajudar na formação crítica do homem para ele exercer cidadania. Ponto. É isso, o que nós estamos vendendo é isso, o que nós estamos querendo é isso, esse é o nosso objetivo. Então, nos programas que nós fazemos o que a gente quer que o jovem entenda, tenha uma visão crítica sobre a vida, sobre o mundo, a criança tenha, aprende: "Olha, escova o dente direitinho, joga a papel no cesto, cuidado com o meio ambiente, olha o planeta".

Então, a nossa idéia é que a gente possa ajudar não substituir a escola nem a mesa de casa, mas ajudar no processo de formação crítica do homem para que ele possa exercer o papel dele bem. Para isso montou-se um monstro, um esqueleto imenso, uma indústria que tem fábrica de cenário, de enfim, de criação de roteiro, de auditório, então a estrutura muito grande.

Esse é o último slide antes da gente começar a discutir o tema que mostra o que é, qual é a grade dessa TV, o que ela tem já hoje de produção independente, produção regional praticamente basicamente quase que tudo, mas produção independente ela só tem 11%. E esse é o problema. Por quê? Porque também a TV Cultura repetiu o modelo concentrador da Rede Globo, o modelo modo de produção de se fazer televisão, de se fazer audiovisual para se colocar na televisão que a Globo imprimiu ao País. Está certo? E que hoje a Record está repetindo com sucesso, mas é exatamente a repetição do mesmo modo de produção porque ela precisa competir no mesmo nível de igualdade, então está se repetindo o modo de produção.

E o que o Projeto de Lei da ex-Deputada Jandira coloca e que é importante, trata-se justamente de mudar o modo de produção da televisão brasileira. É o início da mudança do modo de produção de como que a TV brasileira produz a mercadoria dela que é o produto audiovisual dela. Ela deve produzir ele inteiro? Como ela faz hoje? Então hoje as televisões brasileiras produzem tudo que fazem, praticamente, inclusive as Educativas, inclusive as Públicas. Tudo. Tudo.

A TV Cultura deixa 11% para a produção independente e isso aumentou nos últimos anos porque era menos, era 5%, aumentou agora nos últimos anos que a gente abriu muito espaço para documentário que foi uma política clara já de unidade com o Governo Federal nesse sentido de abrir espaço para documentário. Mas enfim, esse projeto quer mudar modo de produção. Eu não me espanto que no Brasil as coisas se dão às vezes pelo inverso, aqui às vezes a fidelidade que deveria ser discutida no Congresso é discutida no Supremo e aí tem que ser tocada no Congresso. Enfim, o mercado devia ser mudado por nós da televisão e às vezes vai ser cutucado pelo Congresso e as coisas às vezes são assim.

O que eu acho que é importante é o seguinte: Nós da TV Pública e nós que estamos com entendimento é que este modo de produção precisa mudar. Agora, só que mudança de modo de produção não se faz às vezes por Decreto, nós temos que trabalhar, quer dizer, enxergar o que significa você mudar a escala de produção gigantesca. Então, como é que é conseguir fazer com que a produção infantil da TV Cultura que é 38% do que ela faz hoje, possa ir para a produção independente ou pelo menos metade dela possa ser feita pela produção independente. A produção independente paulista tem escala para fazer isso? Não, não tem ainda, mas se a gente tiver vontade política para mudar isso porque se vocês pegarem as TVs importantes do mundo, tirando a BBC que é descalabro de dinheiro que recebe então ela pode fazer o que quiser, porque tudo bem. Está certo? Mas as PBS americanas, as canadenses, as francesas, as holandesas, todas trabalham no sistema em que a televisão só produz jornalismo, o resto ela faz com que a sociedade produza porque não é preciso... O jornalismo é que é o revolver da emissora. Então o que é importante para a emissora do ponto de vista política, é o jornalismo. O resto não. Então porque não deixar para a sociedade produzir o resto, para a produção independente, porque isso vai gerar muito mais emprego, vai gerar uma economia que o Cícero estava apenas... O que 100 filmes revelam de economia!

Gente, hoje no mundo a economia da cultura é talvez a segunda ou primeira, ou segunda economia do mundo, quer dizer, o que gera de... O entretenimento que gera de recurso, de movimento na economia, está certo? E também para as televisões gera oxigenação,

gera criatividade, gera produtividade. Agora é necessário antes de qualquer coisa se pensar que o que se está se propondo é a mudança de modo de produção, não está se mudando a porta, a janela, não é isso. Mudar modo de produção é uma coisa complexa que você precisa ter recurso para abrir escala na produção independente, para você dar escala para a produção independente produzir [soa a campainha] e ao mesmo tempo dar recurso para a televisão para desmobilizar gente, produção, que ela já estava fazendo.

Isso é complicado porque a Globo criou um padrão de produção que ela diz que é um padrão de qualidade excepcional: "Ah, não pode mexer nesse padrão de qualidade", ela tornou isso caríssimo e que no fundo é uma coisa subjetiva, o que é objetivo é padrão técnico de qualidade, então, é linhas e definição, luz boa, câmera boa, isso dá para discutir, o resto é uma outra discussão, discussão subjetiva. Falou-se muito tempo aí que o cinema brasileiro não era cinema de qualidade, que não tinha som, que não tinha nada, hoje em dia acabou, isso virou uma balela, temos filmes de altíssimo nível de qualidade.

Então, ela criou um negócio, um modo de produção de mercadoria que custa 200 mil reais um capítulo de novela que depois que foi ao ar não serve nem para em embrulhar peixe porque o jornal serve para embrulhar peixe, agora o que vai a onda não serve nem para isso. Então é uma coisa cruel o que se montou. Então, o volume de gente e a produção que tem e o custo que isso... Parece incrível, mas faz TV para pobre hoje no Brasil quem é rico. E faz TV para rico quem é pobre, quer dizer, é uma maluquice e a gente vai invertendo as coisas nesse País.

Então agora, se o Governo percebe isso, se o Congresso e o Senado aprovam essa lei, quer dizer, ajuda a aprovar essa lei que é um passo nesse sentido, empurra um pouco, força a barra para poder que o Governo do outro lado: "Mas eu preciso então botar dinheiro aí" e as televisões falam: "Espera aí, me ajuda porque eu não consigo", o que o Márcio falou está correto, em muito lugar não tem jeito. A própria TV local, Campinas que tem mais de um milhão e meio, a produção dela, uma TV afiliada lá produzir tudo isso é complicado para ela. Então você vai ter que investir muito dinheiro nesses processos de produção, tudo bem, faz parte do jogo, desde que se dê o tempo porque também a televisão fala assim: "Tudo bem, pode fazer, eu abro aqui a minha a grade, venham" e aí senão vier ela vai ter que preencher com alguma coisa, tudo bem ela vai preenchendo, mas o importante é que se perceba que é um processo complexo e que o jogo é de todo mundo.

Eu não acho que as TVs, nem a Globo, se bem que a Globo tem esse modelo hegemônico e verticalizado de querer pegar o papagaio, a criança, a vovó, o homem, a mulher, todo mundo na mesma hora assistindo aquele mesmo programa. Essa é a técnica porque é vender 50 pontos de audiência, hoje ninguém mais faz 50 pontos de audiência, isso é uma bobagem, mas enfim, 34, 35 pontos de audiência para todo mundo. Quer dizer é uma maluquice em mundo em que nós estamos cada vez segmentado as informações, que cada um vai fazer a sua programação que no futuro, daqui a 15 anos, a pessoa vai montar a sua programação na TV digital, vai montar a sua programação no computador, isso é uma bobagem.

O que nós estamos, que a Globo está forçando? Isto é uma bobagem, o que o Governo está querendo, o que o Governo está fazendo é dando apenas uma 100 jardas de vantagem para a Globo e para a Record, nesse caminho da... Porque não tem jeito gente! Quando as telefônicas entrarem na parada a coisa muda, aí elas vão ajudar... Já entraram, já estão entrando, elas vão ajudar nessa regionalização, elas vão ajudar nessa... Entendeu? É 110 bilhões contra sete que são os mercados dos dois, então era isso que eu queria dizer, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço e só queria dizer que é muito expressiva a sua expressão de que muito dinheiro para fazer a televisão para os ricos, pouco dinheiro para fazer a televisão para os pobres, mas isso não é só a televisão, não.

SR. MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO: Não, isso é uma coisa do Brasil, é estranho, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): As universidades federais têm muito dinheiro.

SR. MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO: Quem tem dinheiro faz TV para pobre, quem não tem faz TV para rico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A União que tem dinheiro faz as universidades, os municípios que não têm dinheiro fazem a Educação Fundamental e por aí a gente continua e quase todos.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Só um pequeno aparte Presidente? Mas como a televisão é aberta, sem custo nenhum para quem vê, a não ser comprar a televisão, aí se faz com dinheiro televisão para pobre. Quer dizer é uma questão do mercado. Agora a televisão dita para ricos que se diz aí vai ser a NET, vai ser a cabo, vai ser o

MMDS agora que a Telefônica comprou da Abril, quer dizer, essa vai ser a televisão para rico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O que ele quis dizer, que me permite, é que do ponto de vista do avanço cultural as televisões que promovem a cultura, chamemos de nível superior, essas têm pouco dinheiro. Têm muito dinheiro aquelas da cultura de massa.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu conheço o Marco há bastante tempo, agora Marcos--

SR. MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO: É aquela história: Quem faz futebol? É quem tem dinheiro. Quem faz assiste futebol?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eu sei Marco, mas você usou umas palavras muito fortes.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria deixar o debate--

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): É uma loucura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SR. MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO: Pois é, fortes.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Quem assiste futebol?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Todos.

SR. MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO: Esperto vocês.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Desculpe, não é? Todos.

SR. MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO: Eu assisto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador eu lamento, ter quebrado o ritmo e ter falado alguma coisa. Eu vou passar a palavra à Deputada Jandira que é autora da lei que fez com que tudo isso aqui esteja acontecendo.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Em primeiro lugar eu quero agradecer a possibilidade de falar no Senado sobre o projeto, ao nosso Presidente Senador Cristovam Buarque, aos Senadores aqui presentes, aos companheiros aqui convidados a Mesa e pedir licença aqui para fazer uma apresentação escrita também, ali em PowerPoint porque desde 91 quando eu pisei o pé aqui na Câmara dos Deputados, foi o primeiro projeto que eu apresentei, foi esse.

Todo mundo achava que eu ia apresentar um projeto na área de saúde e eu apresentei na comunicação porque eu sempre acreditei que comunicação e democracia tinham uma relação visceral e continuo acreditando nisso que a questão da democracia e da comunicação tem uma realmente uma relação estratégica, visceral principalmente porque a cidadania está muito relacionada com a informação e o Senador Cristovam Buarque trabalha muito com a questão da educação, vai compreendendo cada vez mais a relação entre o que ele escreve e o que ele pensa e principalmente a importância desse projeto.

E quanto mais o tempo passa mais a questão da regionalização ganha importância, principalmente nessa era do mundo digital e da convergência digital em que nós estamos entrando, mais importante e mais necessária ainda fica a necessidade de nós firmarmos, enraizarmos a questão da diversidade e da pluralidade porque a afirmação da identidade nacional está exatamente na diversidade, na pluralidade. Então a primeira informação que eu queria dar aos Senadores e Senadoras, é de que esse projeto tramitou na Câmara dos Deputados de 1991 a 2002. Então nós levamos lá 12 anos trabalhando para que esse projeto fosse aprovado.

Então não é brincadeira, foram 12 anos de debates na Câmara dos Deputados para esse projeto ser aprovado e ele foi aprovado por unanimidade, ou seja, ele foi fruto de um acordo entre a radiodifusão inteira, então eu vou afirmar isso aqui de novo, por favor, na frente da Record que aqui representa, inclusive, a ABERT, pelo menos ele é conselheiro da ABERT, a ABERT estava à Mesa, estava a TV Globo, estava o SBT, estava a Record, estava a Bandeirantes, estava a FENAJ, estavam os profissionais do cinema, estavam Parlamentares de todos os Partidos, o Relator era Marcelo Barbieri do PMDB, foi fruto de um amplíssimo acordo e foi aprovado por unanimidade este projeto.

Então quando chega ao Senado parece que esse acordo não existiu e eu mudei este projeto diversas vezes, eu e o Relator Marcelo Barbieri que foi de uma habilidade fenomenal, nós modificamos o projeto diversas vezes incorporando emendas vindas, inclusive, da TV Globo, da Bandeirantes, do SBT para que ele fosse aprovado. Então, é bom que a gente diga aqui e repita isto aqui, que o projeto que veio para cá foi fruto de um amplíssimo acordo, então porque parece que, às vezes, você fez as coisas assim intransigentemente confrontando todos os interesses que ele foi aprovado assim na mão grande. Não houve isso. Foram 12 anos de tramitação e a sua aprovação foi fruto de um grande acordo com todos os lados debatendo à Mesa, em uma Mesa, inclusive, enorme. Então é bom que se diga isso.

Segundo, depois que ele chegou aqui e o Senador César Borges que pegou a sua relatoria na Comissão de Constituição e Justiça, esse projeto foi para o Con-

selho de Comunicação Social e lá ficou seis meses em debate com diversas audiências públicas onde todos os argumentos, inclusive, econômicos Dr. Márcio Novaes, foram levantados e ele foi aprovado no Conselho de Comunicação Social, todos os argumentos, todos, sem exceção foram levantados, superados, obviamente ali não foi uma votação unânime, mas foi aprovado lá também. Então ele tem um parecer favorável do Conselho de Comunicação Social.

Agora é bom que o tempo passe porque na hora que se aprova a necessidade da TV digital e que o mundo vai convergindo para uma multi plataforma, aí a questão da regionalização fica mais importante. Eu vou tentar rapidamente demonstrar isso para que a gente possa e o nosso Relator Senador Sérgio Zambiasi por quem eu tenho um carinho absolutamente especial, possa...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Deixa eu te interromper já para dizer o seguinte: Eu não vou poder ficar até o final.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Não, eu vou rápido.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Hoje nós temos, o Rio Grande do Sul nesse momento está lá na porta do Guido Mantega.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Eu vou rápido.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ao meio-dia tenho que estar na sala dele.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Não, eu vou rápido.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Essa Comissão é um bom pretexto para o senhor não ir lá.

[risos]

SRA. JANDIRA FEGHALI: Se o senhor me der 15 minutos, eu corro aqui. O senhor chega lá em mais dez.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu vou te ouvir.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Brasília tem um tempo ótimo.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Eu preciso te ouvir.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Brasília tem um tempo, um trânsito ótimo. Mentira. Está ficando horrível cá para nós.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Ao meio-dia não é um bom trânsito.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Eu já estou começando a gostar do trânsito do Rio quando eu começo a andar no trânsito de Brasília.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Mas acho importante ouvir exatamente para...

SRA. JANDIRA FEGHALI: Então vamos lá, vamos passar rápido aqui. Não, proporcionalmente à população do Rio e a população de Brasília eu já estou começando a achar o Rio de Janeiro bom no trânsito, vamos lá rapidinho. Rapidinho, vamos lá.

Primeiro o seguinte. O mercado audiovisual mundial é este aí: 342 bilhões de euros que vão sendo... Até porque esses dados vão ficar aqui, Relator, para o senhor poder se utilizar dele. 342 bilhões de euros é hoje o mercado audiovisual, inclusive, na venda de eletro-eletrônico. No Brasil está aí em 5,46 bilhões de euros, inclusive, envolvendo sala de exibição, segmento vídeo doméstico, TV por assinatura e TV aberta. Vamos lá. Esse dado de TV no Brasil pode ser que ele tenha alguma incorreção, mas é bom dizer o seguinte: A produção da TV Comercial brasileira ela é privada, mas o transporte é público. Por isso essa discussão é fundamental que seja feita aqui, isso é concessão. O transporte é público, quem tem que definir aqui é o Congresso Nacional mesmo, isso é o papel do Estado Brasileiro. E aí tem uma ali, uma seqüência de quem são os detentores seqüenciais aqui das concessões no Brasil, aliás, eu não sei como é que ficou a concessão da Globo, deve ter sido renovada, não é? Porque aqui não tem jeito, renova mesmo, era em outubro, não é? A renovação da concessão eu não sei se já passou por aqui, mas era agora em outubro. Mas essa é a seqüência de renovação de concessões no Brasil na TV Comercial. Dados de TV por assinatura, eu tive o maior cuidado de estudar essas coisas para fazer uma apresentação bem cuidadosa para que vocês possam se utilizar. Esses dados eu não vou repetir para poder chegar aos argumentos que eu acho mais importante. Essa foto, Relator, ilustra bem o que era a televisão há 50 anos, como é que as famílias assistiam à televisão e o que é a televisão hoje. As diversas plataformas, é o celular, é o computador, é a televisão, e tem um dado que é muito interessante, o Marco Antônio estava dizendo que as teles vão entrar. Elas vão entrar não, Marco Antônio, elas já entraram. Não adianta querer discutir, hoje tem uma briga entre os radiodifusores e as teles, essa briga vai ser eterna, essa briga de mercado ela vai acontecer e não adianta, é igual querer, como disse o Nelson, é igual querer evitar que chova, não vai, nós não vamos evitar que chova. Nós vamos é poder usufruir da chuva porque hoje com a entrada das teles a compra da Abril, a questão da MMDS, o DTH da compra do SKY e da Direct TV que hoje já é monopólio na questão do satélite, hoje a wwiTV já tem 1827 estações on-line. Vamos pegar o web TV, a Terra já tinha 18 canais, vai passar para 200 canais em computador de televisão, não adianta é multi plataforma mesmo e a questão da massificação, por que todo mundo tem que ver a novela X? A massificação vai se transformar em nicho individual e a inclusão digital é um aspecto da

democratização da comunicação fundamental que nós temos que colocar como concretização da bandeira da democratização, Senador Cristovam Buarque, porque a questão é cada um vai assistir o que quiser abrindo o computador. E nós temo que dar é banda larga, dar acesso de infra-estrutura e capacitar as pessoas porque é aí que vai democratizar.

Então, nesse mundo da convergência, nós já temos hoje mais celulares do que receptores de televisão no Brasil. Isso aí já é 40% do consumo audiovisual no Japão, a recepção portátil, o pessoal vai ver jornal indo de ônibus para casa, ligando o celular. Vai ver televisão é no ônibus, não adianta, essa discussão, o povo vai ver televisão é no celular indo para casa no ônibus, aonde for, na Van irregular, no transporte alternativo, não tem por onde correr. Esse dado é assustador. Até o final de 2007 3,25 bilhões de celulares, na Europa já tem mais celular do que habitante, o primeiro bilhão foi em 20 anos, o segundo bilhão em 40 meses e o terceiro bilhão em 24 meses, não tem jeito, é isso aí, é o mundo da convergência. Então, o ambiente digital e aí é que entra o problema da regionalização, meu Relator, o ambiente digital e a produção de conteúdo são fundamentais andarem juntos. Porque é o mundo da multi programação, da portabilidade, da elasticidade do modelo de negócio e da interatividade, não tem jeito. Essa questão entra o problema da coisa chamada que os liberais, inclusive, defendem que é o problema da concorrência, não é isso? É a concorrência. Os liberais defendem a concorrência, nós não podemos ficar na defesa do monopólio, nem os liberais defendem o monopólio, o liberal verdadeiro. Então aqui entra a coisa o seguinte: O ambiente digital e proteção de conteúdo permitem parceria com o centro de pesquisa, ambiente propício para a formatação de modelo de conteúdo original, diversificação da produção de mecanismo de produção. Principalmente no mundo digitação aumenta, inclusive, o espaço para você multiplicar, hoje não se fala mais em canal, se fala em programação, não tem mais canal, é programação.

A convergência você tem o processo de agregação e combinação dos setores que são serviços de rede, dos meios e das tecnologias de informação que é a internet, qual o objetivo para a sociedade brasileira que nós devemos perseguir? Aumentar a produção e a circulação de conteúdo, a diversidade e a pluralidade, a acessibilidade do usuário a todas as plataformas e uma coisa que assim, além da informação da cultura, do lazer, do entretenimento tem uma coisa que se chama: Atividade econômica. Isso é emprego e renda, não é só lazer, não é só informação, não é só cultura, não é só cidadania, chama-se trabalho. E a questão da regionalização ela é uma questão que se chama deixar só São Paulo e Rio de Janeiro de serem os centros de trabalho e você diversificar o mercado de trabalho para todas as regiões do Brasil. Não pode quem quer fazer televisão ou fazer qualquer outra coisa tem que ir para Rio e São Paulo para poder ter mercado de trabalho. Então, regionalização tem a função também de ampliar o mercado de trabalho para todas as regiões do País para além da diversidade e da pluralidade. Qual é a tendência do segmento empresarial? É fazer isso, é trabalhar com a desregulação do mercado, com a concentração e trabalhar com a convergência tecnológica e fazer os conglomerados convergentes e excluir exatamente os menores, excluir a produção independente, excluir o acesso. Então, o efeito negativo é a exclusão da produção independente e da diversidade. Então qual é o papel do Estado nisso? O papel do Estado deve ser o que o mundo inteiro fez. O que o mundo fez? Vamos ler aqui: Os Estados Unidos fez o FCC. O FCC o que ele fez? Criou normas na televisão aberta para produção independente e a veiculação da produção regional. A Europa estabeleceu percentual, 10% para programação no tempo de programação em todo que é o dobro do que nós estamos propondo nesse projeto. No Reino Unido está lá, 25% [soa a campainha] da produção independente na programação. Estados Unidos, Europa, Reino Unido todo mundo demarcou percentuais, demarcou produção regional, demarcou produção independente na televisão sem fronteira na Europa. Então nós não estamos aqui inovando nada, nós estamos fazendo o que o mundo inteiro fez. Então a função histórica é preservar a livre concorrência, inclusive, a competição; favorecer o pluralismo político cultural e social e lingüístico; garantir a efetividade dos estímulos públicos positivos; defender a propriedade intelectual e impedir o dirigismo estatal no conteúdo, intervenções que dificultem o progresso tecnológico e a ineficiência na política de fomento. É fazer exatamente o que se chama fomento e regulação, é você fomentar o recurso e fazer a regulação do Estado. Sem interferir no conteúdo, fazer o que o mundo inteiro fez, nós não estamos inventando a roda. Nós temos que fazer com que exista o dinheiro, mas que se regule, que se impeça o conglomerado, a concentração e a exclusão na concorrência de que a produção independente entre na programação, de que a produção independente possa entrar, principalmente, no mundo da convergência digital onde a tendência seja exatamente na multi plataforma você ter a tecnologia, o conglomerado e a concentração da produção na mão dos grandes, na mão daqueles que detém, inclusive, o recurso e o poder econômico. Nós temos que fazer o que a FCC nos Estados Unidos fez, o que a Europa inteira fez e o que o Reino Unido inclusive avançou mais, inclusive,

o mercado comum fez dentro da própria Europa, que foi demarcar percentuais claros para a programação regional e para a produção independente, então nós não estamos aqui inventando a roda.

Então a televisão comercial brasileira e aqui eu não estou fazendo crítica individual a ninguém, aqui é no geral, produz quase tudo que exibe, é verdade. Fraco desempenho comercial é verdade. Não traduz a diversidade social brasileira, importa modelo de construção de conteúdo, é imitativa, vincula simonoliticamente(F) o mercado, não ousa, rejeita o novo e faz exatamente a estreiteza do veículo. O oposto disso configura uma televisão comprometida com a sociedade. A produção independente é hegemônica na Europa e nos Estados Unidos, é mais barata, retrata a diversificação, gera posto de trabalho, é melhor, é mais competitiva, estimula padrões mais elevados de exigência, não é necessariamente como acontece na TV fechada reprodutora de formatos banais. Aliás, o projeto que entra aqui inclusive dizer o seguinte: Nós temos hoje TV no Brasil, inclusive comercial, que passa horas vendendo colar, anel, vendendo boi, vendendo tapete, pelo amor de Deus gente, é isso dizer que a televisão comercial brasileira hoje é... Nós temos talento, qualidade e tal, mas dizer que ela é um padrão de qualidade e que cumpre a Constituição, pelo amor de Deus, não é? Chega de noite o que está vendendo de colar, de anel, de boi e de tapete é brincadeira. O projeto, só demarcar aqui rapidamente Senador Sérgio Zambiasi, é o seguinte: O projeto o que ele faz exatamente? Primeiro, ele ampliou o horário de cinco da manhã a meia-noite, ele era um horário menor e nós regionalizamos por Estado porque o projeto original era município, nós ampliamos para Estado exatamente para favorecer economicamente a possibilidade de gerar por Estado. Na questão da Amazônia, inclusive, nós botamos a Amazônia inteira porque ela apesar de ser enorme a concentração demográfica é pequena para quê? Para favorecer uma emenda que veio da Rede Globo de fazer uma proporção com os domicílios cobertos por TV, por sinal. Então nós fizemos uma proporção de hora, 22 horas semanais por semana, a semana tem 168 horas, a regionalização cobria no máximo 22 horas no caso de Estados com mais de um milhão e 500 mil domicílios com televisores. Olha o máximo de proporção que a gente deu foi 22 horas por semana e dentro disso é que entra 40% da produção independente. 40% disso são oito horas só de produção independente. É em 168 horas por semana. Oito horas por 168 horas, isso tudo é na semana, e isso tudo em proporção. Então nós colocamos aí 40% dentro do que é regional, dentro, está certo? E nós fizemos aí uma cota de tela para poder promover o cinema nacional, a cota de tela botando a longa-metragem e a curta-metragem. E classificamos o que seria produção cultural, independente e etc. Está ali, 20%... Na rádio nós botamos a questão nacional e regional porque isso aí tem muita rádio hoje que não toca uma única música brasileira e nós resolvemos na rádio fazer nacional e regional. E aqui logicamente tem que ter penalidades e demos dois anos de prazo.

Só dizer aqui o seguinte: O relatório do Senador César Borges o que ele fez? Ele descaracterizou com todo o respeito, tudo. Tirou tudo. Eu nunca vi regulamentar Constituição mais ou menos. Quer dizer, ele regulamentou o Art. 221 - pode ir Senador, obrigado - pela metade. Ele regulamentou a programação regional sem a produção independente, tirou tudo, ele tirou tudo, tirou a produção independente, tirou a programação de horário, ele tirou tudo. Tirou a questão do Estado, tirou tudo. Quer dizer, na verdade, o relatório da CCJ ele descaracterizou completamente o projeto. Se ficar como ele fez, não adianta nada. O relatório dele da CCJ tirou tudo que a gente ó... 12 anos. Então, infelizmente, o relatório do Senador César Borges foi à contramão do que se fez no mundo inteiro; na verdade não regulou o que a gente fez um esforço enorme para regular, descaracterizou; na época a gente achou melhor dizer o seguinte: "Deixa sair da CCJ porque quem vai na verdade definir é a Comissão de Mérito porque essa que, na verdade, vai entrar mais pesado no que deve realmente ser definido, mas pelo menos sai da Comissão", porque ficou na CCJ cinco anos, ele veio para cá em 2002. Saiu, quer dizer, quatro anos, saiu o ano passado, não é Senadora Ideli Salvatti? De lá... Veio de fevereiro aqui, não é? Então achou melhor assim: "Deixa sair logo de uma Comissão", porque também não sai de lá e como a CCJ era para dar mais pela constitucionalidade e jurisdicidade, ele acabou entrando no mérito, então aqui na verdade é a Comissão de Mérito vai ter que ir para Plenário de qualquer jeito porque na Câmara, às vezes, é terminativo na Comissão e não vai a Plenário. Aqui como tudo vai a Plenário mesmo eu falei assim: "Tira da CCJ, bota na Comissão de Mérito porque pelo menos a Comissão de Mérito ela pode retomar o acordo que foi feito lá na Câmara porque se voltar para lá pode ser que leve mais doze". Então, quer dizer, o nosso esforço é fazer com que volte para isso. Então, nós temos aqui duas alternativas.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Jandira, você vai estar aqui daqui a três anos e meio?

SRA. JANDIRA FEGHALI: Não meu filho. Espero ser Prefeita do Rio com o apoio do Bloco de esquerda aqui. Viu Senador Cristovam Buarque?

[risos]

Então, eu espero ver se eu consigo comandar aquela cidade lá um dia, a cidade maravilhosa. Então olha só, para terminar nós temos duas alternativas aqui que, em minha opinião, nos colocam aqui, é colocado para o Congresso Nacional: Ou nós desenvolvemos modelos originais de conteúdos, criamos conteúdo para cada plataforma, diversificamos, regionalizamos a produção, criamos novos mecanismos ou ficamos ali, aumentamos a dependência do conteúdo estrangeiro e perdemos a oportunidade de fazer uma revolução na comunicação brasileira. E assim, ou nós criamos de fato essa possibilidade da cidadania brasileira se democratizar e entramos naquilo que nós não vamos impedir porque de fato - agora que eu vi o Senador Heráclito Fortes, prazer em lhe ver Senador Heráclito Fortes - ou nós possibilitamos...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): É que eu [ininteligível] para não ser visto, fique tranqüila.

[risos]

SRA. JANDIRA FEGHALI: Ou nós criamos a possibilidade de nesse mundo que vai chover as alternativas... As alternativas, gente, nesse mundo de comércio digital elas virão. Ou nós entramos nesse conteúdo porque a sociedade vai acessar e nós entramos na possibilidade de dar um conteúdo diferente à sociedade ou nós ajudamos a lobotomizar a sociedade brasileira porque é isso que vai acontecer. Ou nós entramos nesse conteúdo ou ele virá independente de nós porque a sociedade vai acessar e vai acessar um conteúdo que está aí ou nós deixamos esse conteúdo vir como ele quiser ou nós permitimos que esse conteúdo possa ser diversificado e multiplicado por um conteúdo que nós possamos ajudar a melhorar e qualificar pela diversidade e pluralidade da criatividade e da beleza que esse País pode produzir. É isso e muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu tenho inscrito a Senadora Ideli Salvatti. Eu só queria tocar em uma coisa. Essa idéia de perder o bonde lembra um equívoco brasileiro há 20 anos atrás em que nós protegemos a produção de computadores, hardware, e abandonamos o desenvolvimento de software, uma tragédia. Uma tragédia. Perdemos décadas nisso.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Aliás, eu quero até informar que lá na Secretária de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento lá de Niterói, nós estamos agora, além desses pólos que vocês citaram, nós estamos instalando lá um instituto audiovisual e uma das pernas é um centro de desenvolvimento de software, conteúdo digital para a TV Pública e aplicativos outros.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra para a Senadora Ideli Salvatti que é uma das autoras do requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, eu quero cumprimentar aos nossos convidados, pedir desculpas porque eu fiquei indo e vindo, mas a tarefa de liderança obriga e inclusive eu tinha relatoria na Comissão de Constituição e Justiça e tínhamos projetos em tramitação que eu precisava estar presente. Eu quero dizer o seguinte: Eu assinei o requerimento da audiência, sendo terminantemente contra a audiência e vou dizer por que. Porque um projeto com esta importância, Senador Cristovam Buarque, é inimaginável que ele tramite desde 1991. É inimaginável. Inclusive porque o seguinte: Tudo que precisava debater sobre esse projeto ele já foi debatido, ele já teve até sessão da Comissão de Comunicação Social do Estado Brasileiro para tratar deste projeto.

E ele não anda, ele não anda. E aí é algo que eu não consigo entender ou entendo muito bem porque que não anda, porque é o seguinte, eu acho que a Jandira colocou muito claro: O transporte da comunicação é público, mas por trás deste transporte público tem interesses comerciais, empresariais, privados, poderosíssimas. E eu quero dizer assim, eu já tive oportunidade inclusive até de publicar artigo, quando a gente começou a mexer nessa questão da comunicação, da importância da democratização da comunicação eu até coloquei o título do artigo era: “A tela é nossa”. A tela vai ser nossa ou não vai ser nossa algum momento, entende? O que se veicula pelas telas e cada vez mais essa interligação das telas e essa potencialidade que a interligação das telas está se dando, quando é que nós vamos efetivamente tomar conta?

Porque é interessantíssimo quando você pega, por exemplo, eu acho até que eu não tenho dados atualizados, eu tenho dúvida se é nesta ordem, o lucro e o faturamento dos setores produtivos nos Estados Unidos é em primeiro lugar, indústria armamentista e em segundo lugar, a indústria audiovisual, ou seja, se não domina pela arma domina pela mente. É isso, é isso que está colocado.

Então quando a gente tem uma abertura para ampliar ainda mais a acessibilidade às telas, à transmissão dos conteúdos, se nós não cuidarmos de ter pelo menos uma parcela desse conteúdo vinculado à identidade nacional, ao interesse nacional, a diversidade que esse País tem, nós estamos cometendo um crime de lesa-pátria, de lesa-pátria porque nós vamos estar nos submetendo efetivamente à veiculação do conteúdo do interesse de outros e não do nosso. Pelo menos uma parte, é claro que ninguém aqui é maluco

de achar que nós não vamos ter abertura para a veiculação da cultura, da idéia, da produção cultural de outros países. Agora, que a gente tenha só dos outros e não tenha o nosso é algo que é inadmissível.

Eu quero relatar aqui, Senador Cristovam Buarque, uma coisa que agora a Jandira quando ela falou da história de Rio, São Paulo. Há três, foi três anos atrás ou quatro anos atrás eu fui fazer uma viagem de passeio em uma das chapadas maravilhosas que esse País tem e à noite nós fomos para a pracinha da cidade comer um lanche e tinha um DVD passando show de uma banda. Multidão [soa a campainha], mas era assim algo impressionante, eu olhava aquela banda e eu dizia: "Meu Deus, mas que raio de banda é esta que coloca milhares de pessoas em uma praça e eu nunca ouvi falar desta banda?" Sabe qual era a banda? Era a Banda Calypso, sucesso fantástico no Norte deste País, atraindo multidões em Belém, em Teresina, em São Luis, mas eu nunca tinha ouvido falar por quê? Porque a Banda Calypso ainda não tinha sido descoberta pela Globo.

A partir do momento que a Banda Calypso foi descoberta pela Globo, eu passei a conhecer e acho que muita gente passou a conhecer a tal da Banda Calypso que era um fenômeno de massa no Norte do País. Absolutamente desconhecido do restante do País. Então, não tem jeito. Eu fico assim, eu fui contra a audiência apesar da audiência ser extremamente positiva, já é a segunda e tal, mas o que não dá mais é a gente estar desde 1991, com um projeto que visa o interesse nacional, que visa inclusive à concorrência porque assim, por que nós temos hoje um filão internacional que são as novelas brasileiras? Porque nós tivemos produção no Brasil deste produto, inclusive, para poder exportar.

Olha o quanto que nós estamos perdendo de produtos brasileiros que poderiam... Inclusive uma das coisas que a Jamaica, por exemplo, o principal produto de exportação da Jamaica é a sua música, é a sua música. Olha com a diversidade musical que esse País tem o que nós estamos perdendo de ocupar espaços porque não temos nos nossos veículos esta oportunidade da produção regional, da produção independente.

Eu quero dizer assim, Jandira, nós já estivemos até muito perto de aprovar, de conseguir a assinatura, nós tivemos a assinatura de todos os líderes para regime de urgência no Plenário e aí tem poderes que fazem líderes tirar, entende? Do requerimento de urgência a assinatura para ir para o Plenário. Agora, eu acho que tem algo que se faz imprescindível, é intolerável que a gente não consiga aprovar um mínimo de reserva na veiculação na produção regional e independente nesta... E quero dizer o seguinte: Inclusive os tais dos poderes vão acabar perdendo, porque senão tiver produto para competir com... Hoje lá em Santa Catarina, nós estamos com um fenômeno jornalístico que é o seguinte: Os nossos três jornais estaduais pertencem a um único grupo, ao grupo RBS. E eles estão tendo a concorrência e estão perdendo, entende? Para pequenos jornais que tratam do problema local.

Como o pequeno jornal veicula o que é do interesse da comunidade ali, a circulação eles estão perdendo circulação. Então, não tem jeito. Até para os grandes veículos, até para os grandes veículos se eles não se abrirem, não entenderem que na concorrência com a possibilidade de acessar desta forma fantástica que é a interligação do computador com o telefone com a TV que vai permitir às pessoas: "Ah, isso aqui não está me agradando, tchau, adeus, acabou, vou para outro, adeus mesmo, não quero, não vou estar mais aqui".

Então, senão cativar e como é que você cativa às pessoas? Todo mundo me diz que na política é local, você pode fazer o melhor bem na sua atuação política, se aquele eleitor não perceber na sua vida a modificação, ele não vai lhe dar o voto, não vai lhe dar. E o telespectador não vai lhe dar audiência se você não cativá-lo e a melhor maneira de cativar é ir ao encontro da identidade, daquilo que a pessoa fala, do que ela gosta, do que ela necessita saber, do que ela precisa para sua vida.

Então e senão tiver isso vai acessar o que afeta a vida de outros em outros lugares, infelizmente. Eu prefiro que a gente tenha pelo menos uma parte dedicada a ir ao encontro do que as pessoas aqui no Brasil estão esperando das nossas empresas de comunicação. Então, eu queria assim, rapidamente, parabenizar mais uma vez a Jandira por ter tido a iniciativa, essa paciência histórica dela, de 91 até 2007, são nada mais e nada menos do que 16 anos, já está ganhando maioridade o projeto da Jandira e a gente só espera que ele seja aprovado de uma vez. Vamos ver se a gente consegue depois dessa audiência retomar as assinaturas dos líderes para a urgência ao Plenário e a gente votar de uma vez.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É um Projeto de Lei com maioridade e o que eu espero é que aqui na Comissão de Educação ele não demore mais do que até já demorou.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Só espero que não tenha maioridade penal.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Wellington Salgado.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Sr. Presidente, ilustres convidados, Srs. Senadores, Srªs. Senadoras, a Jandira eu estou

vendo batendo com o pezinho porque você é baterista, não é? Então fica com pezinho assim.

[risos]

Eu queria dizer o seguinte: É super importante essa Audiência Pública, esse projeto da ex-Deputada e futura Senadora Jandira Feghali é que desde 1991, mas veja bem, esse projeto é de 91, mas a realidade hoje é completamente diferente do que era em 91.

Então, eu não vou ficar te elogiando muito Jandira, mas você estava com uma visão incrível. Nesse tempo todo lá atrás que hoje a comunicação, eu como Presidente da Comissão de Comunicação está sendo discutido hoje o quê? Produção e programação nacional. É isso que nós queremos aqui no Senado, na Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia e aqui também na Comissão do Senador Cristovam Buarque. O que se quer? Quer-se fazer cultura brasileira pelo menor preço e que possa atender ao usuário, o cliente da melhorar maneira possível.

Então esse Projeto de Lei que vai criar determinadas quantidades de horas para a produção local ele é maravilhoso. Só não entendo e aí eu falo com o Marcos porque eu tenho a liberdade de falar, chamá-lo assim, que já o conheço há muito tempo antes de ser Senador, eu só não entendo o seguinte: Por que a Globo entra no debate? Porque se a Globo tem tanta produção que ela faz nacional, e aqui eu não estou para defende a Globo que, por sinal, ultimamente eu até tomei um pau violento da Globo no horário nobre, mas eu quero dizer o seguinte: Mas ela produz--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Imerecido.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Muito obrigado, Senador. Mas eu quero dizer o seguinte: Ela produz conteúdo.

Eu tive a oportunidade e vou ter oportunidade de ir a Record, como já tive de ir e andei tudo lá na Cultura. Então eu quero dizer o seguinte, produção conteúdo quem está fazendo, a questão de a televisão ter poder, isso é algo que é fruto da audiência, se tem audiência tem poder. A Record é um exemplo claro de que vem crescendo, criando programação, criando seus próprios programas e há muito tempo é um grande guru da área da comunicação falou para mim o seguinte: “Muitos erram porque querem fazer uma televisão igual a Globo ou parecida com a Globo e aí nunca vai ser igual a Globo”.

No entanto a Record está quebrando esse paradigma porque procura fazer um produto de qualidade, parecido, e que está crescendo em audiência, está conquistando espaço que a própria a Cultura já faz também. A Cultura tem um caso especial porque usa muito a Lei Rouanet. Com isso você pode produzir bastante conteúdo porque já tem recursos disponíveis para que se possa fazê-lo.

Então eu vejo o seguinte: É correto sim, eu acho difícil, Jandira, é acertar qual é o ponto ideal, quantos por cento vai ser o ideal, essa que é a grande dificuldade desse projeto. Porque o que é o ponto ideal é justamente qual é a capacidade financeira que tem para se produzir porque é cara a produção, a produção é cara, então você tem um limite de dinheiro aí. Como é que você cara... Por exemplo, qual é a outra fonte de renda que a Cultura tem sem ser a Lei Rouanet? Só com muita criatividade para poder captar recursos.

Então, o tempo de produção está limitado a sua capacidade de captar recurso, não adianta alguém achar que vai fazer televisão ou fazer rádio sem captar recurso, sem ter dinheiro, não funciona. Fazer um programa de boa qualidade é caro, é caro. Não só o programa, também as pesquisas para se fazer o programa: Como é que ela está sendo conduzida, está indo bem, o público está satisfeito, não está satisfeito? Você tem que estar fazendo pesquisa a todo o momento.

Então, esse é o grande problema do projeto da ex-Deputada Jandira Feghali, é saber qual é o ideal de percentual. O que a Senadora Ideli Salvatti colocou aqui, Senador Cristovam Buarque, é correto [soa a campainha]. Todo mundo quer ver a sua comunidade na televisão e no rádio, ela não quer saber da noticia... Um grande homem da comunicação ele me falou que ele tem uma retransmissora da maior do País e quando chega... Ele faz a programação local e quando entra o Jornal Nacional o IBOPE cai, o IBOPE cai. Porque ele está lá em cima quando entra o Jornal Nacional o IBOPE cai, por quê? Porque todo mundo está querendo ver o que está na região, ele faz a programação regional. Isso um grande guru me disse conversando em uma conversa bem informal.

Então temos que fazer sim, comunicação, produção e outra coisa: Programação. Eu vi que a Deputada Jandira Feghali colocou de tal hora a tal hora. Senão daqui a pouco vão colocar de duas a três da manhã para cumprir a lei que é o mesmo problema das teles entrando no ramo de comunicação. As teles vão ter que comprar conteúdo nacional e botar para veicular, em determinada hora nós vamos ter que fazer uma legislação para isso senão daqui a pouco vai ficar como nós já temos hoje por satélite a televisão, olha que incoerência, hein?

Para poder a Telefônica comprar o MMDS da Abril vocês viram o problema que foi, mas, no entanto a Telefônica comprou um satélite que é gerado lá de fora, desce no Brasil inteiro, é gerado no Peru, dublado lá fora e desce no País inteiro e, no entanto não teve problema nenhum para poder comprar esse serviço de

satélite. Agora para comprar o MMDS foi um inferno, vai para a Anatel, a Anatel, autoriza, volta e exige isso e exige aquilo, a mesma coisa que foi para a Telemar comprar a Way TV em Minas.

As telefônicas dizem o seguinte: Nós queremos ser entregadores de pizza, viu Jandira, o que eles dizem para mim, nós não queremos produzir a pizza. Nós queremos só entregar, ou seja, queremos... O que eles querem? Eles querem o triplo play, eles querem chegar à sua casa e colocar um ponto onde você tenha televisão, telefone e o computador. É isso que eles querem, eles não estão preocupados com conteúdo, eles vão comprar de alguém, e tem que comprar vai comprar da Record, vai comprar da Globo, vai comprar do SBT, eles precisam comprar aquele conteúdo.

Eu tive oportunidade de ver um gráfico, Marcos, no Japão quando entrou que a Deputada Jandira colocou, na hora que entrou o telefone o horário nobre que era aquele que você chegava em casa agora passou ao caminho de casa. Você vê o gráfico claro que mudou tudo no Japão. Quando é que ele vai ver televisão? Ele vai ver no metrô agora, o horário que ele está indo. Então muda todo o horário de programação. É incrível isso.

Aquele comercial que era mais caro oito da noite vai passar a ser seis e meia, seis e 15, na hora que você está saindo do trabalho no metrô vendo. Eu vi esse gráfico, o menino do Ministério da Comunicação me mostrou, é incrível. O transporte alternativo, PC do B coloca bem... Vai ter que ir ter lá... Jandira.

[risos]

Então Jandira, eu parabenizo você por ter previsto isso muito antes que realmente você, em 91, ver que tem que ter isso, chegamos a esse momento onde está todo mundo discutindo as teles, louco e é um absurdo mesmo as teles faturam 140 bi, 120 bi enquanto tudo fatura aí perto de 11 bi. Menos não é? Oito e meio, nove bi, quer dizer, a preocupação não é aqui com a Globo ou com a Record, a preocupação é com os outros que estão vindo lá de fora com muito. Só a Telefônica tem 15 bilhões para investir aqui no Brasil, 15 bilhões aprovados para investir.

Só a Telemar eu acho que fatura duas vezes mais do que todas as rádios e televisões somadas do Brasil, a fatura pede 20 bilhões, duas vezes mais, que é uma grande empresa. Então, Senador Cristovam Buarque, temos que fazer uma lei para proteger e passa pela sua lei. Foi muito bom estar aqui hoje, muito bom rever a Jandira, rever o nosso amigo Márcio, o Marcos, o Cícero e discutir esse assunto. Mais uma vez o nosso Presidente Senador Cristovam Buarque sempre ligado em cultura e educação está fazendo esse debate que é importantíssimo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado Senador Wellington Salgado. Eu passo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, e ex-Deputada Jandira Feghali, eu vim cumprir aqui regimentalmente a minha obrigação de assinatura, mas ao lhe ver participando dessa Mesa eu vim matar um pouco a saudade da aguerrida Deputada que sobre foi. Perdoe-me eu não ter o poder que tem o Senador Wellington Salgado de já prever a sua volta a essa Casa como Senadora da República, espero que ele coloque para que isso aconteça, o que será bom para o Senado, todo o empenho e a capacidade que ele tem na arte da eleger Senadores e aí tenho certeza que esse desejo dele sincero será concretizado e a Casa ganhará muito bem.

Mas Senador Cristovam Buarque, eu sou nordestino e como nordestino tenho o dever e a obrigação de defender a regionalização do conteúdo. Acho até uma coisa incompreensível, porque no começo da televisão nós tínhamos até, talvez, por necessidade e com isso nós formamos gerações de artistas, o Pará mandou artistas para São Paulo, para o Rio, Pernambuco mandou, Ceará mandou, exatamente porque tinha a central da produção. Esse fato para mim é o que basta. Não me interessa se em uma pequena rua do interior do Brasil porque a Globo noticiou o conjunto teve sucesso no Brasil, isso é outra discussão, isso é outra questão que não enriquece, que não ajuda esse trabalho.

Até porque a partir do momento que você condena a competência você tira exatamente aquilo que é o objetivo do projeto, é que os competentes dos rincões mais distantes do Brasil tenham sua oportunidade, o que proporciona hoje essa exclusividade? É a falta de concorrência, é a geração ser localizada nos centros econômicos do País. Essa que é a questão, essa que é a nossa... Essa é que tem que ser a defesa.

Essas frustrações em cima de Globo ou em cima de Record para justificar posição, isso não acrescenta nada. Para o Brasil é muito bom esse crescimento rápido que a Record vem tendo não só aqui, mas também lá fora, você que viaja muito vê a Record em Portugal, vê a Record na Espanha, vê a Record na Inglaterra. É isso que a gente precisa.

Nós precisamos de competência seja quem for até porque isso é cíclico. A Globo hoje é a poderosa, mas lá atrás foi a Tupi, depois foi a própria Record e nós temos que no País que fazer leis que sirvam para a vida inteira e não para ocasiões. Nós temos que esquecer aquele episódio da Globo no debate do Lula, não é isso que nós temos que fazer, aquilo foi uma coisa do passado. Tanto foi absorvido que o Ministro

das Comunicações hoje, do qual ele é o suplente, é um homem de vida toda traçada na Globo. Então não se pode bater na Globo e proteger a Globo. É como se fez aqui na política econômica entre o Fernando Henrique e o Lula, se bateu na política do Lula e se indicou para Presidente do Banco Central o Fernando Henrique. Bateu-se na política econômica do Fernando Henrique Cardoso e botou-se no Banco Central um homem do PSDB e da linha de frente do Fernando Henrique, esse tipo não ajuda.

Nós temos aqui que trabalhar, Senador Cristovam Buarque, com objetividade. Se vai contrariar a Globo, Record, Excelsior, quem quer que seja não a questão. Nós temos que trabalhar com a obrigação de que estamos decidindo pelo melhor para o País. E acho que de sã consciência ninguém pode ser contra um projeto que fortalece o regionalismo porque quando você faz isso [soa a campainha] você está permitindo que infinitos espalhados pelo mundo, infinitos nomes da cultura, da arte tenham a sua oportunidade. Daí porque, Senador Wellington Salgado, eu acho que a questão tem que ser centrada de maneira objetiva.

Senão, Deputada Jandira, nós vamos passar mais oito anos, dez anos porque não se fala a verdade e nós temos que enfrentar essa questão de maneira direta, não é essa briga de marca. Essa briga de marca não é boa porque existe queda de braço, existe força, não é o seu objetivo, eu tenho certeza disso, o seu objetivo é com a comunicação no Brasil, é com a cultura e o melhor caminho é tratá-lo sem desvio de maneira objetiva. Muito obrigado Senador Cristovam Buarque.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Passo a palavra a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Muito obrigada é um prazer enorme estar aqui. Eu queria cumprimentar a Jandira com muito carinho, fomos colegas na Câmara Federal e a gente tem acompanhado toda a trajetória não só política, mas a trajetória cultural também. Eu queria fazer um agradecimento a todos que vieram, me desculpando por não poder estar aqui durante toda a manhã, tinha outras Comissões, mas eu queria fazer uma análise bem sucinta daquilo que eu penso a respeito.

As televisões, de qualquer forma hoje, que antigamente nós dizíamos que a mídia era o quarto poder, mas a mídia hoje não é mais o quarto poder, nós estamos sentindo que progressivamente ela está ocupando e galgando, engolindo outros poderes também. Mas quando se diz aqui, o Senador Wellington Salgado colocou uma possibilidade de uma empresa de telecomunicações investir, talvez, 15 bilhões, é quase metade de uma CPMF que está se brigando por ano aqui no País. Então é muito dinheiro.

E a regionalização, embora eu tenha, participei de toda a outra audiência que nós tivemos, uma discussão muito grande porque, às vezes, há o interesse que não é muito da empresa, da regionalização, porque sentem a dificuldade, não é aquilo que a grande massa poderia gostar de ver, nem os grandes centros, o Centro-Sul do País tem interesse. Mas hoje de manhã o Senador Inácio Arruda estava falando algo que eu gostaria e eu nem sabia que ele ia chegar aqui que é de interesse. Por exemplo, ele estava falando dos repentistas nordestinos e eu disse a ele que no meu Estado Mato Grosso do Sul isso não teria grandes apelos, nós não temos um grande número de nordestinos em Mato Grosso do Sul. Mas para o Nordeste esse é um grande apelo. E através dos repentistas nordestinos o quanto de educação e de formação nós poderíamos dar ao povo do interior do Nordeste. Essas coisas terão que ser vistas.

Ontem eu me surpreendi, por exemplo, com uma coisa não é do assunto aqui, mas que bate na gente. O Governador do meu Estado estava me falando que do recurso que obrigatoriamente o Estado tem que investir na saúde, e era uma, nós estamos discutindo aqui a bendita Emenda 29, o Maranhão que é tido como um Estado mais pobre do País investe, eu não sei Presidente se o senhor sabia disso, 4% na saúde daquilo que ele tinha que investir que era os 12%. O máximo que ele conseguiu foi 4%. Então, se eu obrigar a investir o que a lei obriga que são 12% o Maranhão não tem condições nenhuma de investir porque o máximo que ele consegue é 4%.

Então, às vezes, a gente faz a lei achando que vai ser cumprido e não se cumpre. E o meu Governador disse: "Marisa, eu aqui no Mato Grosso do Sul o Zeca do PT o máximo que ele investiu foi 7%, eu vou conseguir esse ano investir 10%, mas eu preciso de um pouquinho de tempo para investir os 12% que a lei obriga". Então há um Nordeste brasileiro que precisa de apoio. Há outros bolsões em cada Estado que precisa: "Ah, Minas Gerais é um Estado rico", pega o Vale do Jequitinhonha para você ver se é rico [soa a campainha], rico é o Triângulo Mineiro, quer dizer, cada Estado tem os seus bolsões de miséria.

Então nós precisamos sim ajudar a adequar: "Ah, mas não interessa porque nós queremos é lucro". A gente sabe disso, mas também temos que dar a contrapartida e talvez aí uma regionalização apoiando efetivamente a formação do povo. Hoje nós estamos discutindo aqui as emendas e todos os Prefeitos querem asfalto, asfalto para todo lado, eu falei: "Mas um centro cultural, um centro de evento não serve?" - "Não, mas

o povo quer é asfalto". Eu falei: "Está certo, o nosso Estado é um Estado que tem um grande apelo turístico e a sinalização turística?" - "Ah, mas ninguém vai inaugurar uma placa de sinalização turística", então isso não ganha apelo popular.

Eu sei se nós ficarmos só no apelo popular eu falo: O asfalto muda a consciência de uma pessoa? Não muda, mas a educação e a cultura mudam, então, quem sabe a gente pode ajudar a Jandira através do seu projeto a fazer com que esse povo tenha mais sensibilidade para ajudar a mudar um pouquinho a consciência do povo brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou vendo que se a votação fosse hoje estava aprovado da mesma forma por unanimidade, porque o voto do Senador Inácio Arruda a gente conhece. Eu quero até dizer que no começo eu chamei Inácio Rangel.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Inácio Rangel, boa referência.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é uma boa referência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vale aprimorarmos a nossa leitura sobre a economia brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Você poderia ficar tão contente quando me chamam de...

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Claro eu fiquei contente e nem refutei, fiquei quieto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Igual a quando me chamam de Chico Buarque, eu também fico feliz.

[risos]

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E a cabeleira chega sobe.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Inácio Arruda com a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, antes do Senador Inácio Arruda, antes do Senador Inácio Arruda eu vou ter que sair, mas é bom que ele dá um testemunho aqui.

Deputada Jandira nós tínhamos dois exemplos de nacionalização de sucesso regional. É uma televisão de Fortaleza que eu não sei o nome--

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): TV Diário.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Que passa no Brasil inteiro, é uma TV Diário, você chega a Brasília, você chega a determinadas cidades do País, todos vocês assistem.

Eu quero lhe dizer que eu não tive tempo ainda de ver o conteúdo da televisão, mas você vai a aeroporto, vai a pontos de táxi e todo lugar. E outro caso é o famoso Mução que é do rádio, mas é um humorista que saiu de Fortaleza foi comprado pela emissora de Recife a peso de ouro e paralisa bairros e bairros do Rio de Janeiro, São Paulo e principalmente da colônia nordestina e é exatamente essa regionalização que vai proporcionar novos exemplos dessa natureza, eu queria fazer só esse registro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu quero começar citando um pernambucano: Antônio Nóbrega, uma coisa espetacular. Veja que o Antônio Nóbrega ele é o erudito e o popular. Há poucos meses nós tivemos uma luta corporal da Banda Cabaçal do Crato, dos Irmãos Aniceto, com Antônio Nóbrega. É um rito de luta com apresentação teatral e musical da Banda Cabaçal dos Irmãos Aniceto com o Antônio Nóbrega e, de repente o Antônio Nóbrega ali na cidade de Nova Olinda, em uma área de barro batido, está lá o Antônio Nóbrega agarrado com os Irmãos Aniceto rolando no chão, cantando e dançando. Mas é coisa dali.

Os jangadeiros que estão naquela região do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte esses jangadeiros, que já tiveram lutas históricas, belíssimas como a do Dragão do Mar que impediu que os escravos desembarcassem no Estado do Ceará antes mesmo da libertação dos escravos, os jangadeiros eles têm festas belíssimas, não só saem ao mar para pescar, mas quando chegam eles dançam. Aliás, é uma dança só de homem como foi o tango, o tango era uma dança de homens e depois virou uma dança de homens e mulheres. Eles têm uma dança, a dança do coco na beira do mar, na praia que vai, se você concentra tudo em um único ponto no Brasil, ela desaparece.

E se concentra tudo em um único ponto no Brasil fica mais fácil nesse único ponto ser cooptado para um ponto fora do Brasil. Então aí desaparece a dos Irmãos Aniceto, do Antônio Nóbrega, desaparece a dança do coco e desaparece também a cultura brasileira que é disso que ela existe, não existe de outra coisa. Ela existe dessas áreas de expressões culturais, artísticas e também políticas porque a política em cada região dessa também é distinta e você precisa conhecê-la.

É uma luta esse nosso Projeto de Lei que vem com a Jandira desde a Câmara e se junta a outros que têm o mesmo sentido e etc., é uma luta, é uma luta brava. Eu vou fazer como o Senador Cristovam Buarque, o nosso Chico Buarque aqui do Senado. Veja, Senador Cristovam Buarque, vamos anotar já aqui as expressões de todos os Senadores para reforçar o debate no dia da votação. Entendeu? Porque eles que vão reforçar.

Pedir que eles estejam presentes reforçando porque há um processo de luta. Não há um sentido de prejudicar, essa é que é a vantagem do projeto, ele não tem o sentido de prejudicar. Ele não tira escala no Brasil das nossas redes de TV, das nossas emissoras, não tira. Pelo contrário, por quê?

Porque boa parte das afiliadas e das redes já estão assentadas sobre estas emissoras, só que você vai ter uma inferência, você vai puxar de lá para cá, você fortalece até as redes por outro meio, por outra forma, por outro mecanismo, ela fica mais forte. Eu acho que nós temos que dar esse sentido e veja o Borges que é um cordelista e um artista plástico ao mesmo tempo, o Audifax(F) [ininteligível] lá do Ceará, jornalista, artista plástico, escritor, só que as expressões culturais desses artistas estão localizadas ali. O cordel está ali como disse aqui a Senadora Marisa Serrano.

Não se conhece [soa a campainha], é uma forma cantada de contar a história porque muitos desses cordelistas eles cantavam as histórias e alguém escrevia como se fez na Central do Brasil, então eles cantavam e alguém escrevia e transformava aquela história cantada em um cordel e que era pendurado em uma cordinha mesmo, ali na rua, pendura ali como se fosse uma festa junina, aquilo cheio de cordéis.

Então o centro cultural dessa atividade artística está nos sertões do Nordeste brasileiro e eles não têm outra chance de se transformarem ou colocar a sua aldeia para o mundo se nós não regionalizarmos esse mecanismo de expressão da arte que são os veículos de comunicação no nosso País. Por isso que o método nosso aqui de trabalho talvez tenha sido o mais ajustado, nós estamos na segunda Audiência Pública, o nosso Relator mesmo com essa atribulada situação do Senado que antes só tinham quatro Comissões ou cinco no Senado, mas nós entramos em uma concorrência com a Câmara dos Deputados que tem umas quase 20 e agora já estamos com 11 Comissões, é uma coisa meio de louco e subcomissões deve ter umas 30.

Então é uma coisa de louco para você conseguir acompanhar porque nós temos apenas 81 Senadores e não 503 Deputados. É bem diferente. Então, é uma loucura, mas o Senador Sérgio Zambiasi mesmo tendo que atender a audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia que antes era tudo aqui, Ciência e Tecnologia, veio aqui e ouviu, acho que praticamente perdeu apenas o primeiro pronunciamento que foi do Cícero, mas acompanhou todos os outros. Ele é muito atencioso, eu acho que ele vai considerar muito as intervenções que vocês fizeram aqui hoje.

E eu que tive que também perder parte das intervenções porque eu tive que correr para uma outra audiência em função dessa situação atribulada das atividades nossa aqui no Senado, mas eu quero dar os parabéns aos nossos convidados e, sobretudo ao método que a Comissão de Educação tem utilizado para poder sedimentar a posição do Relator, quer dizer, ele não vai dar um relatório no escuro, não é apenas um relatório simplesmente técnico, ele tem o sentimento de quem produziu o projeto, ele tem o sentimento de quem está vivendo a realidade dessa situação do Brasil. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador. Eu vou passar a palavra a cada um para fazer um breve fechamento levando em conta o que disseram os Senadores e acrescentando qualquer nova informação que queira.

SR. CÍCERO ARAGON: Bem enfim, agradecer as contribuições que a gente recebeu, a presença dos Senadores que eu sei que é algo bastante complicado e mais uma vez reiterar que é possível se fazer sim um programa de produção regional, de produção independente regional.

O Rio Grande do Sul, a RBS TV, quer dizer, afiliada da Rede Globo que foi várias vezes citadas aqui, na verdade, tem um programa de uma hora que está no sábado, na verdade, que chama-se “Histórias curtas” e esse programa é campeão de audiência. Quer dizer esse programa veio anterior, ele veio com os curtas gaúchos que começaram a ser exibidos que foi um primeiro horário que a RBS TV conseguiu negociar com a Rede Globo, na época não sei se era o Caldeirão do Huck que era em um horário mais cedo e com a produção, com os curtas gaúchos a audiência subiu e foi, na verdade, na história da RBS foi a audiência mais alta.

Passado isso ela entrou com outras co-produções com produtoras independentes no Rio Grande do Sul e continuou com a audiência e hoje faz um programa que é as “Histórias curtas” que é um concurso e depois esses produtos audiovisuais são exibidos e outras séries, na verdade, eles variam de nomes, mas na verdade são sempre produções de produtoras gaúchas e é sempre campeão de audiência, ou seja, a audiência mais alta registrada... Santa Catarina também, correto, que obedece a mesma política, isso mostra o quê? Que é possível sim se fazer uma produção regional, que é possível sim se conversar e se chegar a um entendimento.

Nós conversávamos antes com o Márcio e a gente sentiu da Rede Record também um sentimento de que entende da importância de se produzir conteúdos regionalmente e, enfim, a disposição de se construir um caminho possível onde seja economicamente viável e onde de fato permita com que a as pessoas possam,

conforme já foi várias vezes reiterado aqui, se assistir, se ver na televisão. O que o Brasil passa hoje basicamente o que a gente de certa forma já superou na TV aberta que é o quê?

Nós tínhamos uma época de muito conteúdo internacional e como existe hoje na TV por assinatura, mas nós bebíamos muito de um conteúdo internacional e todos os nossos valores e todos os presentes foram criados em cima desses conteúdos internacionais, quer dizer, o que é sucesso? O que é insucesso? Os que são as morais, os costumes, quer dizer, todos nós crescemos vendo filmes internacionais, na verdade, fomos criados com essas referências.

Estamos em uma segunda fase que foi realmente o conteúdo brasileiro produzidos pela teles que certamente já foi um passo importante para o desenvolvimento social do nosso cidadão. Mas agora, certamente, estamos na hora de darmos o terceiro passo que é o passo para o conteúdo regional para que realmente, para que as pessoas possam ser vistas pelos seus próprios olhos, pelos olhos regionais. É lógico que a visão nacional ela também apresenta as diferenças regionais, apresenta os sotaques e etc. como o Márcio muito bem colocou.

A gente sabe muito bem que as histórias são contadas de várias formas e elas dependem muito do olhar. Então, eu acho que agora chegou na hora da gente poder contar as histórias vistas pelos olhares das produções regionais e eu acho que esse projeto atenta muito nisso. Sem falar naquilo que eu inicialmente também reiterei bastante que é ao existir o fomento para o conteúdo regional, ao existir o fomento para a produção independente a gente tem geração de emprego e renda. A gente tem, enfim, o investimento em conteúdo audiovisual e diria, aliás, diria não, na verdade Senador Wellington Salgado, que certamente existem receitas possíveis como as produtoras independentes podem [soa a campainha] contar com incentivo fiscal.

É possível fazer, como já tem sido feita através de associações, parcerias aonde a produtora independente vai lá, escreve um projeto desenvolvido escutando a rede de televisão, quer dizer, escreve esse projeto na lei, capta, utiliza justamente a vantagem de que esse conteúdo já tem a sua exibição garantida na televisão e isso gera um modelo econômico que permite com que a TV não tenha que estar desembolsando valores muito mais altos do que aqueles que lá já desembolsa na sua produção em escala de televisão, fomenta a produção independente e permite na verdade uma maior visibilidade desses conteúdos.

Então na verdade receitas existem, eu acho que o clima que eu senti nesse debate, já participei de outros, foi realmente de um clima de construção e de que realmente é possível fazer, basta que a gente queira. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Marco Antônio.

SR. MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO: Gostaria de agradecer ao convite da Comissão, dizer ao Senador Wellington Salgado que eu não quero demonizar a Rede Globo, longe de mim isso, na verdade a crítica não é nem com relação, não existe uma conspiração, não houve uma conspiração dela de criar um modo de produção que deixasse ela tão monolítica no mercado e que hoje a Melissinha vendida no Sul e fabricada no Sul é objeto de desejo da menina de Macapá, entendeu? Que isso que aconteceu com o modo de produção tão verticalizado que a Rede Globo empurrou para todo mundo, homogêneo da rede inteira, empurrando só um tipo de produção, quer dizer, um tipo de produção, um dela, bom tipo de produção, tudo bem, produz bastante, mas é só dela, quer dizer, não há uma diversidade, é disso que a gente precisa, é disso que o projeto trata.

Então, o projeto ajuda a romper um pouco com essa única visão de mundo, de gosto, de comportamento e tal. Quer dizer isso ajuda, o projeto vem ajudar a você ter novos olhares, enfim. Então e isso foi criado pela Rede Globo não por ela, uma coisa conspirativa, nada disso, foi pelo mercado mesmo. A coisa foi dando certo, a mecânica de produção foi dando certo, o problema é que todas as outras televisões tentam se submeter ao mesmo modelo. Porque o mercado diz que é esse que é o modelo, então todo mundo tem que seguir. Eu imagino quantos milhões a Record não gastou e não está gastando para tentar competir nesse mesmo modelo. Quer dizer, eu vejo a Record já tem um olhar diferente, ela já trabalha com um pouco mais de produção independente.

Ela já tentou fazer novela com produção independente, não deu certo, quer dizer tem um outro olhar. Então é importante a concorrência, como a concorrência é salutar, é só isso, quer dizer, é só uma crítica com relação ao monopólio do modo de produção.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Vamos produzir uma novela no Ceará para Record.

SR. MARCO ANTÔNIO TAVARES COELHO FILHO: Isso, então, quer dizer, seria ótimo se conseguisse isso, mas enfim, eu queria deixar aqui o meu total apoio ao projeto e dizer para Jandira, para a Secretária, que as TVs Públicas e as TVs Educativas vão poder dar uma contribuição que não deram durante a confecção do projeto, enfim, durante o debate inteiro nesses últimos 12 anos até porque eram muito fracas e não tinham muito posicionamento no mercado, ago-

ra nós vamos poder ajudar muito porque nós vamos mudar o modo de produção, quer dizer, tem uma decisão política das TVs Públicas de fazer diferente, de tentar fazer diferente.

Então até da TV Cultura que tem um modo de produção igual ao da Globo, parecidíssimo com o da Globo que é produzindo tudo dentro dela, já tem essa decisão, é só uma questão de se acertar isso porque aí que está, a mudança de modo de produção não é fácil e precisa de recurso, de fomento e coisa e tal, quer dizer, a intervenção do Estado é fundamental. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Dr. Márcio Novaes que recebemos aqui com muita satisfação.

SR. MÁRCIO NOVAES: A primeira coisa, Senador Inácio Arruda, neste horário há 45 minutos a Record está com a rede desligada. Só acessa aquele que não tem programação. Portanto lá no Ceará, em Salvador que é líder de audiência nesse horário, aqui em Brasília jornalismo local, retorno muito bom da população que se reverte em retorno financeiro, nós vivemos disso.

Eu disse aqui no início, fazer TV é caro, o Marco falou nós gastamos alguns milhões em pesquisa como disse o Senador, porque hoje nós não colocamos um segundo de programação no ar sem pesquisa. E a pesquisa reflete o que a população quer. Eu acho que é importante, eu percebi aqui de todas as manifestações aqui que pelo menos a mim gera, causa certa confusão. Se essa é a última audiência eu pediria aos senhores que no dia de votar, na hora de votar separasse bem o joio do trigo. E colocasse cada macaco no seu galho, porque aumentar a dependência por conteúdo estrangeiro. Nossa? Não. Da Globo? Eu não posso falar pela Globo, mas eu sou telespectador, eu assisto a Globo como assisto aos demais, não é.

TV fechada por assinatura eu concordo, tem canal que é só isso. Agora é uma opção que é paga por quem tem dinheiro, hein Marco? É um preço mais caro, aliás, um dos mais caros. Na área de cinema com certeza. Então o que eu estou--

SRA. JANDIRA FEGHALI: Na área de filme todas as TVs a cabo são mais... Na área cinematográfica todas as TVs abertas [ininteligível] na área de cinema é todo estrangeiro.

SR. MÁRCIO NOVAES: Essa questão é importante Deputada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Um momento, vamos escutar o Dr. Márcio.

SR. MÁRCIO NOVAES: O que a Deputada Jandira está falando é importante pelo seguinte: A minha preocupação e o alerta que eu faço aqui é exatamente esse, de separar o que é TV por assinatura, o que é TV aberta, livre e gratuita porque ninguém paga. Você chega em casa como disse o Senador Wellington Salgado, plugou na tomada, o que você paga é energia elétrica e a prestação da sua televisão. Você não paga mais nada e com teve digital a partir do dia 02 de dezembro e tem mais a Record News está aí no ar, notícia 24 horas no ar, de graça, ninguém paga nada, isso custa dinheiro.

Agora nós estamos apostando no quê? No Brasil, no modelo brasileiro, nós estamos apostando e acreditamos que o telespectador brasileiro não é o pai da família Simpson, isso é que é importante. Se hoje, como disse o Marco com muita propriedade, nós seguimos um modelo que é o modelo da Globo seguimos, seguimos porque é um modelo posto, e eu não posso fugir disso, agora sigo o quê? Agora a qualidade, o padrão técnico de produção, de cenário, de roteiro para tratar o quê? Agora dentro de uma pesquisa que é feita e ao mesmo tempo nós não queremos amanhã ter a mesma disparidade que a Globo tem hoje da concorrência, nós não queremos isso, nós queremos nivelar isso, nós queremos igualar.

Porque as pesquisas já apontaram que as pessoas hoje querem alternativas, o controle remoto está aí, ele possibilita isso. E outra coisa se o modelo, o modelo que muita gente fica discutindo pelo Brasil afora e pelo mundo afora fosse muita vezes aquele modelo que a pessoa imagina [soa a campainha] o nosso querido colega Marco Antônio seria hoje o representante da líder de audiência e não é. A população não vai. E a programação da TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta, é primorosa, é de alto padrão em todos os níveis, premiado no mundo todo, mas não é. Agora como que a gente funciona, como que a gente toca o negócio simplesmente fazendo aquilo que determina uma lei?

Por isso que eu desde o início eu fiz todo esse alerta, nós funcionamos livre, aberta e gratuita de acordo com a oferta e procura, Lei de mercado, é isso que nós operamos. Nós Record não somos contra o projeto, nós apenas entendemos que precisa estabelecer um percentual mínimo, não crescente. Não que avance. Deixar que as coisas aconteçam naturalmente como aconteceu até hoje. O Brasil conhece o Brasil muito, muito, muito por causa da TV brasileira. Senão fosse ela, talvez não conhecesse. O seu Ceará com o nosso Tom Cavalcante lá que leva todos os cearenses que tem essa veia cultural, que tem essa veia artística e humorística que agrada a todo mundo.

Então eu só faço esse apelo final aos senhores. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Nós que agradecemos, eu passo a palavra a Deputada Jandira Feghali.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Primeiro eu peço desculpas de ter lhe interrompido não foi, foi só um reflexo assim. É que eu estou sentindo falta do microfone aqui, eu acho, aí eu interrompo, desculpe.

Primeiro é assim, uma lei desse tipo ela não se direciona a uma televisão, é uma lei de regramento geral. Eu fico muito feliz que a Record cresça porque eu acho que tem que crescer várias TVs, eu acho que quanto mais televisões nós tivermos crescendo equaliza de fato concorrencialmente o mercado, eu acho que tem que ser assim. E quando eu falo da dependência estrangeira, primeiro tinha uma lâmina aí, é que eu corri por causa do Relator Senador Sérgio Zambiasi, mas a TV por assinatura ela é toda e muita gente compra a TV por assinatura não é nem para ver a programação da TV por assinatura é para melhorar a imagem da TV aberta.

SR. MÁRCIO NOVAES: 70%.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Um grande percentual tem a NET hoje, para melhorar a imagem da TV aberta não é nem para assistir a programação da TV por assinatura, tem isso também. Agora é bom que a gente diga o seguinte: O nó do projeto e a resistência não é nem a regionalização por si só porque um grande número de televisões, por exigência do consumidor, já regionaliza porque o povo quer se ver na tela, não quer mais só ver o Leblon do Rio de Janeiro, não quer, já regionaliza, quer ver a cara dele, quer ver a cara, dele o jeito dele.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Eu anuncio que no Ceará a água do mar está quente a 27 graus o ano inteiro.

SRA. JANDIRA FEGHALI: É isso. Qual é o nó gente? É chama-se produção independente, esse é o nó, não adianta, vamos ser francos aqui porque aqui tergiversar não resolve. Não resolve. O problema aqui se chama produção independente. É esse é que é o problema e senão colocar o percentual na lei não vai ter, não vai ter e essa é que amplia mercado de trabalho. É essa que gera diversidade, é essa que vai gerar criatividade porque hoje, como disse aqui o Marco Antônio e ele está lá na TV Cultura, a televisão passa o que ela própria produz e o que amplia mercado, o que gera possibilidade da produção é a produção independente, a produção de TV tem que entrar.

Eu estava aqui no cantinho conversando com o Senador eu estava até brincando aqui, animação: Meu filho tem cinco anos, eu sei tudo de filme infantil. O Senador Inácio Arruda tem três filhos, alguns ainda pequenos, o meu filho sabe tudo do Discovery Kids, Cartoon Network, sabe tudo da Disney, não tem um desenho brasileiro que ele conheça.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Rá-Tim-Bum.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Não tem. Não, tudo bem, desenho animado que eu digo, animação brasileira.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Eles têm uma particularidade.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Ganha prêmio no mundo inteiro. O Diretor da Era do Gelo, quem é? É um brasileiro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E normalmente esses desenhos são 100% de violência.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Não entra animação brasileira na televisão brasileira, não entra. Nós temos aqui, nós sediamos aqui o festival Anima Mundi quase todos os anos, não entra. Não entra. O nosso nó aqui se chama a contratação da produção independente. Olha, no horário nós tivemos a flexibilidade aqui de botar no percentual, inclusive, a publicidade local para poder facilitar, a publicidade local está no percentual da produção independente. Porque o argumento econômico quando entrou, nós dissemos, às vezes, a Melissinha lá do Rio Grande do Sul ela consegue patrocinar um programa local, ela não consegue patrocinar o Jornal Nacional da Record, o Jornal Nacional da Globo, aí pode ser que a Petrobras, a Fórmula 1, mas a produção local, às vezes, uma empresa, uma associação comercial consegue patrocinar porque a televisão comercial vive de publicidade mesmo.

Às vezes o comerciante local, uma empresa menor consiga patrocinar um programa local, o nacional não. Então nós enfiamos até publicidade no percentual da produção independente, está lá. A questão dos evangélicos, que o Senador César Borges fala aqui, não estava no projeto, quem pediu para botar foram os evangélicos, pelo amor de Deus, [soa a campainha] isso não estava, eu nunca botei, aí eles pediram para colocar que religião é cultura e eu concordo com isso, religião faz parte da cultura.

Então no conceito nós botamos que religião é cultura e colocamos um limite dentro da produção para também não colocar religião ocupando todo o espaço em todos os canais, senão você não daria a pluralidade necessária e eles concordaram. Eu não estava... Eles é que pediram. Agora estão dizendo que eu restringi a questão religiosa. Botaram o problema em mim. Eles é que pediram para botar, isso não estava, entendeu?

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Eles gostam de te colocar problema.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Ah é! Eu sou um problema. Então eu acho que se o problema da supressão, o apelo que eu coloco inclusive o seguinte: Quem vai decidir o que contrata é a televisão, não é a produção independente que vai dizer: "Você vai me contratar", a liberdade de contratação é da televisão, ela é que vai escolher o que ela vai contratar. Se tem qualidade, se não tem, que tipo de produção vai contratar, mas tem que ter um percentual, gente, tem que ter senão não vai acontecer. Como o mundo inteiro fez, eu acabei de demonstrar aqui nessa questão.

E tem uma última coisa que eu queria botar que é o seguinte: Primeiro que a regionalização nacionaliza também, é isso, inverte também. E tem uma última coisa é o seguinte: A regionalização, esse projeto ficou como prioridade um da Conferência Nacional de Cultura. A Conferência Nacional de Cultura aprovou como prioridade um este projeto, eu já tenho, inclusive, foram 2000 delegados da Conferência que aprovaram essa como prioridade e tem o apoio do Ministério da Cultura que também ajuda.

E uma última questão que eu queria dizer: Qual o grande problema do produtor independente? O músico, por exemplo, ele produz aquele coitado daquele CD ali, faz um esforço danado e coloca debaixo do braço é a distribuição. Então a questão de botar na TV aberta é que a TV aberta faz com que aquele produto que ele fez seja conhecido.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Ganha mundo.

SRA. JANDIRA FEGHALI: O coitado do músico ela pega aquele disquinho dele e bota debaixo do braço e sai tentando vender. Se ele não tiver quem distribua não acontece. Esse é o problema, é entrar na TV.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Tem humorista fantástico, que não é cearense, porque quase todos são cearenses, mas tem um no Piauí, que lá nós temos que fazer humor porque 80% é em cima do cristalino, o território, em cima da pedra, naquele calor, então você já viu. No Piauí tem um humorista fantástico chamado João Cláudio Moreno, já teve um espaçozinho pequeno em uma rede de TV depois saiu, mas é um espetáculo porque ele não é só humorista, ele é cantor, ele faz todas as vozes, agora ele vai ter que sair do Piauí, ele quer viver no Piauí, mas para poder ser nacional ele tem que ir para São Paulo e Rio de Janeiro. Puxa vida, você tem que obrigar as pessoas se deslocarem para um único ponto do Brasil podendo tê-las.

SRA. JANDIRA FEGHALI: Agora tem artistas que, por exemplo, na Bahia tem artista que só é famoso lá e consegue ficar rico lá porque a comunicação local o bota lá. Então o que eu estou só querendo pedir é o seguinte: É um apelo político. Se vocês conseguirem recuperar o projeto que veio da Câmara é o ideal por quê? Porque lá foi fruto de um acordo e se ele voltar para a Câmara, sei lá quantos anos mais vai ficar lá. Então o que a gente está pedindo como lá foi fruto de um acordo e esse percentual se vocês colocarem no cômputo geral ele é pequeno.

Então o apelo que eu faço é que vocês consigam recuperar o texto que veio de lá. Se alguma supressão como redacional e tal não voltar e for possível suprimir esse negócio, 10% dos evangélicos isso foi um grande problema, eu não estou nem aí, foi a pedido deles, se alguma supressão por mecanismo regimental desse tipo não for... Agora questões de conteúdo fundamental como percentual da produção independente se tirar isso aí acabou o projeto, em minha opinião não precisa nem aprovar, entendeu?

Agora questões que são tangenciais se tiver algum mecanismo eu diria o seguinte: Não volta para lá e for negociada e puder, agora se puder aprovar com o formato que veio, no conteúdo que veio principal é o ideal porque se voltar para a Câmara e começar tudo de novo lá, aí sinceramente vai ser um diabo.

Eu agradeço muitíssimo Senador, Senadores, amigos aqui e eu espero que realmente isso aqui se acelere porque é importante para o País e para essa identidade cultural e democracia brasileira. Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado. Eu tenho dois pontinhos bem rápidos por isso que pedi que ficassem pelo menos dois Senadores. Primeiro é de conteúdo. A idéia de qualidade, isso que é fundamental, ela não pode ser definida apenas pelo mercado, do ponto de vista da empresa não há dúvida, mas do ponto de vista da mídia existe a qualidade ética, tem programas que tem alto mercado, mas a qualidade ética é zero. A qualidade estética não é só o mercado, existe uma qualidade. A regionalização é uma forma de qualificação também. E o uso de produções independentes também é uma forma de qualidade do ponto de vista de criar uma produção mais dinâmica, mais nacional. Então a qualidade tem que ser vista dessa maneira, por isso que precisa regular o mercado, não é abolir o mercado e nem mesmo controlar, mas definir algumas regras.

A outra coisa eu queria pedir aos presentes Senadores que a gente aprove aqui uma sugestão ao Senador Sérgio Zambiasi para que ele faça o seu parecer o mais rápido possível. Que seja aprovado pela Comissão esse apelo. Eu como Presidente farei se vocês não aprovarem, mas terá muito mais força se eu disser: "Foi aprovado pela Comissão".

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Presidente talvez se dissesse o seguinte: Vamos aprovar o projeto do Senador Sérgio Zambiasi no ano de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): 2007, claro.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): E se for necessário, nós poderemos fazer uma outra audiência não tem problema nenhum.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não precisa mais audiência.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): O Senador Sérgio Zambiasi está mais do que disposto, se tiver necessidade que tem que examinar mais um pouco e etc. Agora aprovamos este ano, o projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os que estiverem de acordo permaneçam como estão.

[risos]

Eu vou levar esse pedido ao Senador Sérgio Zambiasi e creio que ele vai ser sensível sim, sobretudo porque essa audiência de hoje ela teve uma dinâmica diferente das outras e eu diria diferente para melhor.

E por isso agradeço a cada um de vocês e a nossa querida futura Prefeita do Rio de Janeiro.

Sessão encerrada às 12h58.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

Às onze horas e nove minutos do dia treze de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência da Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação, no exercício da presidência da Comissão e da Subcomissão e com a presença dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Paulo Duque, Geraldo Mesquita, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella e Romeu Tuma, reúne-se a Comissão de Educação e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Valdir Raupp, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel e Marconi Perillo. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns, Mão Santa e Cristovam Buarque. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. A Senhora Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidente no exercício da presidência da Subcomissão, submete à Comissão e a Subcomissõ a dispensa da leitura das Atas das Reuniões anteriores e a aprovação das mesmas, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 040/07-CE e nº 009/07-SCTMC, de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e Flexa Ribeiro, que tem como objetivo discutir **"Os Direitos Autorais nas áreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (ECAD)"**. Comparecem à Audiência Pública, a Senhora Glória Cristina Braga, Superintendente Executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais – ECAD; Senhor Nehemias Gueiros, Advogado – Especialista em Direito Autoral; Senhora Maria Cecília Garreta Prats, Diretora da Associação Brasileira de Direito Autoral – ABDA e Ricardo Difini Leite, Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas – FENEEC. Antes de dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Marcelo Bertini de Rezende, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multiplex – ABRAPLEX, Senhor Jorge Vinhas, Assessor Parlamentar do Ministério da Cultura e Senhor Nilson Rodrigues, Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Marcelo Crivella e Marisa Serrano. A Senhora Vice-Presidente, no exercício da presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e quarenta e três minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADORA MARISA SERRANO,** Vice-Presidente

da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL – CECTMCS NOTA TAQUIGRÁFICA 59ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Havendo número regimental declaro aberta a 59ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação e a 19ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social da 1º Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do plenário a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores e aprovação das mesmas. Os senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

A presente reunião atende a Requerimento nº 40/07 e 09/07 aprovados de autoria dos Senadores Raimundo Colombo, Flávio Arns e Flexa Ribeiro para realização desta audiência pública destinada a discutir os direitos autorais nas áreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD.

Antes de começarmos a nossa audiência e chamar os nossos convidados, eu queria esclarecer que não é comum o que aconteceu hoje nesta Comissão de não termos todos os Senadores no horário previsto. Mas hoje nós estamos com duas questões cruciais: uma a CPMF que vai ser votada agora à tarde na Comissão de Constituição e Justiça, logo depois do almoço, e o problema do orçamento que se encerra amanhã, hoje é o último dia para o acordo de emendas. Então, realmente, a Casa hoje está conturbada. Portanto, eu gostaria de ir dando essa justificativa e justificando também que o Senador Flávio Arns não está presente porque está de licença médica e não pôde estar aqui. Portanto, eu quero convidar os nossos convidados dando início à audiência. Solicito, Senador Geraldo Mesquita, solicito os convidados que tomem lugar à mesa. Dra. Glória Cristina Braga, Superintendente Executiva do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais - ECAD, Dr. Nehemias Gueiros Júnior, Advogado especialista em Direito Autoral, Dra. Maria Cecília Garreta Prats, Diretora da Associação Brasileira de Direito Editorial - ABDA, Dr. Ricardo Difini Leite, Presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas - FENEC.

Obrigada pela presença, desculpando pelo nosso atraso, e sem delongas já que nessa Comissão nós temos discutido muito a questão do direito autoral para que a gente possa fazer a melhor lei para o país e é um assunto que tem estado em todas as discussões fora daqui também, através da televisão, rádio, em seminários, nas universidades. E como todos nós temos recebido inúmeros e-mails tratando dessa questão, nada mais justo que essa Casa refletisse aquilo que a sociedade está esperando, que se discuta o direito autoral, a sua fiscalização, o seu pagamento e a forma de fazer com que todos os autores e todos aqueles que trabalham com direito autoral, já que na nossa Constituição isso é importante falar que no art. 5º da nossa Constituição os incisos 27 e 28 diz o que significa para o país a questão do direito autoral. Então a Constituição, a nossa lei maior é que trabalha em cima dessas questões especificando, só que nós temos que trabalhar também na Lei 9.610 de 98 questões que não ficaram bem claras e que necessitam agora dessa clarificação feita por esta Comissão.

Portanto, eu quero passar a palavra à Dra. Glória Cristina Braga por 15 minutos para que a senhora possa fazer as suas considerações.

SRA. GLÓRIA CRISTINA BRAGA: Muito obrigada, Senadora, eu agradeço o convite e a oportunidade do ECAD fazer uma apresentação ligeira e concisa sobre as suas atividades e desde já digo que estou aqui à disposição para responder as perguntas que forem necessárias.

Temos uma apresentação que está nas pastas que nós estamos disponibilizando. E eu gostaria então de começar. Podemos começar.

Bem, podemos começar falando do que significa o que é o ECAD. Existem no Brasil dez associações de gestão coletiva de titulares de direitos musicais, essas associações são formadas por compositores, músicos, intérpretes, gravadoras, editoras musicais que são aqueles que exercem titularidade sobre os direitos, sobre composições musicais e fonogramas.

Essas associações organizaram o ECAD, o ECAD é o que o nome bem diz é o escritório que centraliza a cobrança de direitos autorais e a distribuição conseqüente dessa cobrança e o faz em nome das associações e em nome dos sócios das associações que são esses titulares de direitos. A criação do ECAD se deu em função da lei anterior, direitos autorais, da Lei 5.988 de 73, mas o sistema de cobrança de direitos autorais e de distribuição foi ratificado pela Lei atual 9.610 e pelo desejo e a necessidade das associações,

essas cujos nomes estão aqui demonstrados que de se manterem organizadas no ECAD e de que essa arrecadação seja feita de forma centralizada, assim como a distribuição. Então nós estamos falando de associações civis sem fins lucrativos, de natureza privada porque gerem diretos de propriedade privada e particular dos compositores e dos músicos. Estamos falando de obras musicais apenas e de direitos musicais, de titulares nacionais e estrangeiros, os nacionais filiados diretamente às associações e os estrangeiros representados em função de contratos de reciprocidade e representação de repertório que são assinados entre essas associações e as associações congêneres internacionais para que seja feita uma atuação em todo o território nacional para a cobrança e distribuição dos direitos de execução pública musical.

Qual é o papel dessas associações e, conseqüentemente, o que elas fazem para representar os interesses e os direitos dos seus associados que são, como eu já falei, os músicos e compositores? Elas estão mandatárias de seus associados, isso é bom que seja bem definido porque a forma jurídica de delegação de poder e de direitos para as associações é a forma do mandato, ou seja, quando os titulares se associam à suas associações, eles conferem um mandato legal para que elas os representem e também para que elas criem estruturas suficientes para que essa representação seja eficaz e eficiente, que é o caso do ECAD. As associações então são responsáveis pelo cadastramento desses titulares, suas informações de pessoas físicas ou jurídicas, documentarem todo esse repertório musical dos titulares, informações sobre as músicas, sobre as autorias, sobre as co-autorias, sobre a participação de cada um desses titulares nas composições e de alimentarem por conta disso em tempo real de informações o banco de dados do ECAD. Eu afirmo aqui na presença dos senhores que hoje existe no ECAD alimentado constantemente pelas associações maior banco de dados de música do Brasil com informações precisas sobre as titularidades existentes em relação a cada fonograma, a cada música criada pelos nossos titulares e também por titulares estrangeiros.

As associações integram a assembléia geral do ECAD que define regras de cobrança, regras de distribuição e fazem toda a gestão estratégica e política do ECAD. As associações também, cada uma delas, têm atividades de relacionamento com seus associados, de busca constantes de informações sobre as suas novas criações e também atividades de incentivo à cultura, de difusão do repertório e das criações desses associados.

Como eu já falei, esses são os titulares, as categorias de titulares que estão associados, estamos falando apenas de música, quando falamos de associação de gestão coletiva musical e ECAD estamos falando de direitos de execução musical, não estamos falando de livro, não estamos falando de nenhuma outra administração de obras protegidas, sim, estamos falando de titulares nacionais e estrangeiros representados dessa forma.

O ECAD é uma estrutura montada em nível nacional para exercer essa cobrança de direitos e coletar informações para a distribuição dos valores arrecadados, tem uma estrutura que num primeiro momento é essa, mas que se nós considerarmos todo o envolvimento das associações e de terceirizados que também se reportam e agregam a essa estrutura o seu conhecimento e os seus serviços, nós estamos falando basicamente de 1500 pessoas envolvidas nessa arrecadação e distribuição desses direitos.

Quem são os que nós chamamos usuários de música? Quem deve pagar direitos de execução pública musical? Quem são os nossos clientes que são cadastrados para que venham a fazer o pagamento dos direitos autorais? São todos aqueles definidos pela Lei 9.610 e definidos em tratados internacionais firmados pelo Brasil como usuários de músicas, aqueles que, de uma forma ou de outra façam transmissão de música, quer pela forma de radiodifusão, quer qualquer forma mais nova e recente de transmissão pela televisão, pelo rádio e pela internet, são todos aqueles que venham usar as músicas que são composições e bens de terceiros alheios àqueles que, de fato, se utilizam delas para levar adiante os negócios seus negócios e agregar valor a eles.

A cobrança é feita com base em regras contidas em nosso regulamento de arrecadação que está à disposição em todos os nossos escritórios e cuja simulação de valores de direitos autorais consta no nosso site há, aproximadamente, quatro, cinco anos que trazem os critérios e parâmetros que nós adotamos para cada tipo específico de utilização. Então, por exemplo, um usuário que queira sonorizar uma academia de ginástica ou um hotel, ele pode entrar no nosso site, responder algumas perguntas e terá imediatamente como resposta o valor do direito autoral a ser cobrado. O que eu quero sinalizar até atendendo aqui o pedido da Senadora Marisa Serrano sem me alongar muito, é que esses critérios são discutidos internacionalmente e adaptados para a realidade brasileira pelas associações e pelo ECAD, mas que são critérios que são seguidos em associações congêneres que existem no resto do mundo todo, quer na América Latina, quer na Europa, na Ásia, enfim, e esses critérios estão refletidos nessas nossas normas de cobrança.

Como temos uma coisa interessantíssima para o Brasil que é a reunião de titulares de direitos de autor e de direitos conexos que são os intérpretes, os titulares de direito de autor são os compositores, nós temos a reunião desses titulares nas associações e, conseqüentemente, no ECAD. Então nós temos uma diferença. Isso é uma peculiaridade brasileira muito importante nesse momento que nós estamos nos deparando com os usos novos por meio das novas tecnologias, porque quando o ECAD licencia o uso da música, ele o faz em nome de todos os titulares que têm diretos ali garantidos, porque nós fazemos a cobrança em conjunto dos direitos de autor e dos direitos conexos. É lógico que existem diferenças de valores porque quando nós temos uma execução ao vivo, por exemplo, nós não temos os direitos de titulares conexos porque não estamos utilizando fonograma, a legislação determina dessa forma, e quando é utilizado um fonograma a tendência é que o valor seja maior, porque existem outros direitos a serem licenciados e, conseqüentemente, cobrados que são os dos titulares conexos. Isso é uma facilidade para os usuários de músicas, porque eles, de fato, quando obtém a licença e pagam o direito autoral eles estão plenamente legalizados e estão tranqüilos e não precisam mais ter nenhuma outra autorização para usar música legalmente.

Essa é apenas a exibição do nosso boleto de cobrança. Para os senhores terem uma idéia, mensalmente em torno de 40 mil, agora até bem mais boletos são remetidos via correio para pagamento na rede bancária, contendo o valor e a descrição do que está sendo pago, que tipo de utilização está sendo levado a efeito. Isso, inclusive, é uma peculiaridade brasileira, muitos países do resto do mundo, por problemas de tecnologia e também problemas com instituições bancárias não conseguem fazer a cobrança por meio da rede bancária que é, no meu entender, uma facilidade para quem paga e uma garantia de transparência para quem recebe, temos a intermediação, digamos assim, das instituições bancárias com as quais nós temos convênio para a cobrança.

Nós temos, também seguindo orientações internacionais, que nós chamamos da unidade de direito autoral que vai balizando os valores que anualmente são cobrados, que essa unidade vem sendo corrigida de acordo com a inflação e tal para que os usuários e os compositores não saiam, não fiquem defasados, enfim, que haja a cobrança corretamente.

E aqui apenas um registro dos valores que são arrecadados e que constam não aqui, mas em nosso site há quase dez anos demonstrados, bem como nossos balanços e tal. Gente, me desculpem, aí tem uma incorreção. Não é arrecadação é distribuição. Esses são os valores distribuídos, arrecadação era o primeiro.

Agora eu gostaria de explicar como os valores que são arrecadados são levados a efeitos e são distribuídos para as associações e para os seus associados que são os titulares. De tudo que nós arrecadamos 75% desses valores são destinados aos titulares, 7% para as associações e 18% para o ECAD, esses valores são auditados e nosso balanço é publicado anualmente em jornais, está no nosso site também para consulta. Então o que nós estamos falando aí é de um percentual de 25% para a administração, para toda essa atividade de cobrança.

Esses são os nossos tipos de distribuição que são as formas como nós repassamos os valores para os titulares, algumas delas diretas que contemplam as músicas que são, efetivamente, executadas, algumas delas de forma indireta que só ocorre de uma amostragem estatística para definir universos maiores, temos o exemplo das rádios, temos os exemplos dos direitos gerais que são execuções músicas em locais muito dispersos, em quantidade muito grandes e que por isso nós usamos de uma definição estatística para coletar as informações e fazer o pagamento. E nós chamamos também direto especial que é um tipo de distribuição, essa sim, totalmente criada no nosso país. Vocês podem todos perceber por conta de que? Por conta de eventos muito importantes [soa campainha] como o carnaval e as festas juninas que existem basicamente no nosso país e a distribuição de músicos que é uma inovação do Brasil em se tratando de distribuição de direitos autorais no mundo todo. Os músicos acompanhantes, os violinistas, os bateristas, enfim, eles recebem diretos autorais há anos em nosso país, graças a uma distribuição diferenciada que é levada a efeito dentro do ECAD em atenção à determinação das associações.

Essa é a periodicidade. Esse material está distribuído, só para os senhores sabem também a periodicidade das distribuições. Eu só queria chamar atenção porque no resto do mundo essa periodicidade é muito maior, diz respeito a períodos muito passados e eu acho que uma periodicidade tão próxima cumpre um objetivo nosso muito importante que é fazer com que o compositor e o músico quando recebe o direito autoral ele consegue lembrar que a sua música estava, por exemplo, na novela das 8 há pouco tempo, há dois meses, há três meses e isso facilita, inclusive, a atividade que ele tem, individualmente, de fiscalizar as atividades do ECAD e das associações. No exterior, apenas para os senhores terem noção, essas distribuições acontecem com espaço de dois a três anos de diferença entre a execução efetiva da música e o

pagamento ao final do ao titular. Então isso é uma coisa que eu gostaria de salientar porque é um diferencial para o Brasil que é levado a efeito dentro das associações e no ECAD.

Essa é uma distribuição especifica. Olha só que coisa interessante, também uma inovação se tratando de mundo. O que é que nós fazemos? O Brasil é um país continental que tem execuções de músicas muito específicas em todas as suas regiões. Então para contemplar essas execuções nós dividimos a nossa distribuição de rádio, por exemplo, em distribuições regionais para contemplar mais especificamente as músicas de determinadas regiões e distribuí-las em função do que nós, efetivamente, arrecadamos das emissoras de rádio daquela região. Então, por exemplo, os valores que nós arrecadamos das emissoras de rádio do Nordeste são distribuídos para as músicas que tocam nas rádios adimplentes, logicamente, do Nordeste. Isso é uma forma, uma evolução dentro da administração para justamente contemplar e ser mais justa a distribuição dos direitos para os titulares que têm suas músicas ali executadas. Inclusive, o ECAD tem informações que demonstram muito claramente um assunto que até não é dessa reunião, mas é um assunto que imagino que seja desta Comissão que é a efetiva programação musical das emissoras de rádio nesse país, porque nós temos uma distribuição setorizada por região, mas que em muitas regiões do Brasil mostra que as músicas locais não têm espaço nas rádios daquelas regiões, e o ECAD simplesmente fotografa, radiografa essa realidade sem poder intervir, porque não temos esse poder e nem essa obrigação, mas constatamos que, infelizmente, em regiões muito específicas do Brasil existe a predominância de execução de músicas que não são nativas daquela região, enfim, algumas da região sim, mas que é uma discussão maior sobre a programação de emissoras de rádio e televisão desse país.

Só para os senhores terem notícia, em 2006 as nossas distribuições, várias contemplaram 59 mil, quase 60 mil titulares de direitos autorais espalhados por todo o país em todas as categorias que nós representamos: músicos, gravadoras, editoras e compositores; esse é um universo abrangido e alcançado pelas distribuições e pela aferição que nós fazemos da execução musical no Brasil.

As associações e, conseqüentemente, os compositores e músicos recebem em toda distribuição um demonstrativo e um recibo que especifica em que locais, ou em que segmentos as suas músicas foram executadas. Isso é muito interessante. Eu estive agora num congresso internacional em que se discuta um padrão para esses demonstrativos, porque no demonstrativo o compositor pode olhar e identificar que a música x foi executada em rádios do sudeste, foi executada num show no interior do Maranhão, foi executada numa emissora de televisão, qualquer uma delas: Record, Globo, SBT; isso está tudo descrito por música e por usuário no demonstrativo que é passado para as associações e para os associados.

É lógico que estamos falando disso tudo, isso não é feito por telepatia e nem por adivinhação, enfim, isso é feito com base num processo rigoroso de captação de informações e de tecnologia implementada pelo ECAD para todas as suas atividades, não só de cobrança, como, principalmente, de distribuição. Temos que cobrar direitos autorais, mas temos a obrigação ética e cidadã de distribuir corretamente os valores que nós arrecadamos. Então, só para os senhores terem uma idéia, temos um banco de dados alimentado pelas associações grande com essas quantidades de músicas cadastradas, de titulares, enfim, e esses eram os números em 2006, esse número é crescendo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Vou lhe dar dois minutos a mais para termina.

SRA. GLÓRIA CRISTINA BRAGA: Estou terminando. Isso só para os senhores terem noção do que nós precisamos desenvolver com os recursos das associações e próprios do ECAD para fazer essa aferição em todo o Brasil dos direitos que nós devemos arrecadar. O ECAD é praticamente hoje uma fábrica de *software* porque nós desenvolvemos sistemas não só para captação de usuários, como para identificação de músicas. Estão aí todos listados, alguns até demonstrados no nosso site para que possam ser baixados por emissoras de rádios, por emissoras de televisão. O ECAD faz parte de um projeto internacional de codificação de músicas brasileiras para que no Japão quando se utilizar uma música brasileira se tenha a informação correta sobre a titularidade dessa canção.

Então só para demonstrar que atrás de toda uma estrutura de captação, de cobrança; cobrança, às vezes, judicial e de pessoal, existe uma estrutura tecnológica única no Brasil e desenvolvida internamente pelas associações e pelo ECAD.

Essa é a nossa forma de fazer comunicação ao mercado. Nós estamos à disposição, enfim, no nosso site, temos o Fale Conosco, temos um material até que está sendo distribuído para os Srs. Senadores e estamos sempre à disposição para distribuir informando sobre a nossa atividade apesar de publicarmos o nosso balanço, de termos informações em tempo real no nosso site, mas estamos sempre muito honrados e até quando podemos participar de uma audiência pública como essa, enfim. É isso. Estou aqui à disposição. Acho

que não tem mais nenhum... Acho que não. Não temos mais nada. Muito obrigada pela oportunidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dra. Glória, nós é que agradecemos. Eu quero aqui agradecer também e registrar a presença do Dr. Marcelo Bertini de Rezende, Presidente da Associação Brasileira das Empresas Exibidoras Cinematográficas Operadoras de Multipleks - ABRAPLEX do Cinemark, o Jorge Vinhas que é Assessor Parlamentar do Ministério da Cultura, o Nilson Rodrigues que é Diretor da Agência Nacional do Cinema - ANCINE.

Lembrando só que essa audiência pública trata dos direitos autorais nas áreas de cinema e música, bem como o papel desempenhado pelo escritório central de arrecadação e distribuição ECAD. E, portanto, eu quero passar agora a palavra ao Dr. Nehemias Gueiros Júnior. Com a palavra por 15 minutos.

SR. NEHEMIAS GUEIROS JÚNIOR: Bom dia ilustre Senadora Marisa Serrano, Srs. Senadores, senhoras e senhores presentes. É uma honra estar presente aqui nesta audiência na qualidade de advogado já atuante na área de Direito Autoral nos últimos 25 anos. Claro que depois de uma palestra bastante complexa e plural como a da Dra. Glória Braga, nossa colega, são bem poucas as questões que se possa extrair em relação à tecnologia apresentada pelo ECAD e ao modelo de sucesso da gestão coletiva. Efetivamente, o ECAD realiza um trabalho necessário da arrecadação de direitos conexos musicais no Brasil, como disse a Dra. Glória Braga emulando e adaptando para o Brasil um conceito de sucesso da gestão coletiva desses direitos, ainda mais num Brasil com as dimensões continentais como o nosso e com a pluralidade de gêneros musicais de Norte a Sul. Entretanto, não posso deixar de frisar domo advogado liberal atuante desse mercado certas queixas e certa vilania que vem se estabelecendo em torno da atuação do órgão ECAD, talvez não por força da falta de tecnologia, muito bem demonstrada pela apresentação da Dra. Glória Braga, Superintendente do órgão, mas talvez por força da discussão menor de alguns aspectos que, efetivamente, incomodam e deixam de ser abordados na atuação deste órgão. A queixa maior não provem, efetivamente, tanto de rádios, televisões e sim, dos próprios autores e compositores que são, efetivamente, a origem, que são, efetivamente, os criadores das obras musicais que encantam as nossas vidas e que são atmosfericamente difundidas aí e reproduzidas em forma de música mecânica, em forma de espetáculos e eventos ao vivo em todo o país. Então é muito importante que tenhamos uma idéia rápida e histórica da realidade anterior à criação do ECAD, como disse a Dra. Glória pela Lei Autoral 5.988 de 1973. Antes da promulgação dessa lei federal a matéria era regulamentada pelo Código Civil Brasileiro, arts. 649 a 673 revogados e existia uma lei de direitos conexos a Lei 4.944 que adaptando aqui no Brasil a Convenção de Roma de 1960 cuidava exatamente desse aspecto dos direitos conexos que são aqueles direitos relativos aos músicos executantes, produtores de rádio e teledifusão e gravadoras fonográficas atuantes no país. O ECAD, efetivamente, realiza uma arrecadação moderna com demonstrativos bastante tecnologicamente preparada, entretanto, a queixa maior que temos hoje e talvez a Dra. Glória não tenha incluído isso não sua exposição e se reflete em mais de 6 mil processos judiciais atualmente na justiça. Não sei se o número está certo, Dra. Glória, mas é mais ou menos por aí, entre processos contra e processos movidos pela entidade a transparência dessa arrecadação. Também não vimos aqui em valores, eu acho que aqueles valores que a senhora se referiu que eram de arrecadação, na realidade, eram de distribuição em reais, aqueles valores...

SRA. GLÓRIA CRISTINA BRAGA: Acrescemos dois, primeiro de arrecadação e depois de distribuição.

SR. NEHEMIAS GUEIROS JÚNIOR: Parece-me que no ano de 2006 a entidade chegou a arrecadar algo em torno de 250 ou 268 milhões de reais. Pois bem, uma entidade como o ECAD que, efetivamente, foi criado esse monopólio para a fiscalização, a arrecadação e distribuição desses direitos surgiram com a Lei 5.988, não sei exatamente em que artigo porque ela foi revogada pela Lei de 1998, pela 9.610, entretanto, não existe no momento e o ECAD começou com um cunho mais público do que privado, embora, seja uma sociedade, uma entidade sem fins lucrativos, não existe uma fiscalização efetiva que transpire, que ofereça uma transparência aos titulares. Como disse a Senadora Marisa Serrano ao iniciar essa audiência pública, garantidos que têm pela Constituição pelo inciso 27 do art. 5º o monopólio inicial é dele, embora o escritório central de arrecadação e distribuição detenha o monopólio dessa arrecadação e distribuição no Brasil, aos autores cabe o direito exclusivo e soberano de fiscalizar o aproveitamento econômico dessas obras, embora, tenhamos visto a tecnologia computadorizada e muito bem explicada do ECAD com os demonstrativos e até com os boletos de cobrança, a questão é que existe ainda uma área sem fiscalização, existe uma área ainda nebulosa com relação a essa fiscalização desses valores na medida em que artistas estabelecidos, artistas com mais sucesso, e vemos sempre na mídia e nas reportagens que são os maiores arrecadadores, variam entre alguns nomes, a

dificuldade maior que encontramos, e isso na própria prática do nosso escritório de advocacia e de outros colegas, a dificuldade maior é justamente, às vezes, identificarmos valores arrecadados e o seu respectivo repasse a autores e artistas estreantes e desconhecidos. Então, eu entendo que com toda modernidade que vem sendo cada vez mais difundida pelo ECAD com o advento da internet, principalmente, agora na era digital com o *download* que tanta polêmica tem causado com relação à natureza dos direitos gerados por essa nova tecnologia assim como os ringtongs, os tringtongs dos telefones celulares há necessidade de uma fiscalização mais efetiva dessa arrecadação. haja vista a quantidade de processos ajuizados contra o órgão e ainda a não pacificação da jurisprudência em nível nacional. O ECAD apesar de já ter conquistado uma súmula do Supremo Tribunal Federal com relação a esse tipo de arrecadação, ainda deixa uma polêmica muito grande com relação ao tipo de cobrança que realiza, especialmente, em eventos em fins lucrativos, em eventos como festas juninas de escolas públicas, em casamentos, casamentos particulares, festas em condomínio e etc. Ainda existe um grande desconhecimento da sociedade e dos agentes e sujeitos econômicos desse mercado com relação ao tipo de cobrança que é realizado pelo ECAD.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. NEHEMIAS GUEIROS JÚNIOR: Eu acho que existem áreas e nós vamos daqui a pouco ver uma exposição do pessoal do cinema, está aqui o Dr. Ricardo Leite, presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras, certas áreas, eu acho que a atribuição do ECAD está exagerada, ela está largamente exagerada. Quando há eventos sem fins lucrativos em logradouros públicos, por exemplo, uma festa junina numa escola pública ou um casamento, ou uma festa realizada dentro de um condomínio ainda que com música mecânica, nós não vemos a propriedade dessa cobrança. Então nós não entendemos a propriedade de uma cobrança em eventos dessa natureza que não há finalidade lucrativa e são eventos, praticamente, dentro do recesso doméstico, ainda que o condomínio seja uma fração ideal dentro de um prédio, não são eventos que se possa classificar de eventos em locais de freqüência coletiva. A freqüência coletiva condominial tem uma natureza, no meu entender, e a freqüência coletiva pública, efetivamente, de um logradouro público tem uma outra natureza. Então são certos elementos que eu acho que poderiam ser melhor discutidos na aplicação dessa cobrança, haja vista a vilania que existe em relação ao trabalho do ECAD. Vários sujeitos de direito dentro do mercado musical brasileiro não estão satisfeitos com a forma como o ECAD realiza essa cobrança e até também com a agressividade judicial que o órgão manifesta imediatamente após o vencimento de dois ou três boletos, enfim, repetindo o número dos quase 6 mil ou mais processos judiciais atualmente em andamento. E também o ataque a nossa Constituição Federal porque o processo interno das dez associações que a nossa ilustre superintendente do órgão apresentou aqui que são dez associações que governam a entidade, as decisões são tomadas ao meu ver e ao ver de muitos colegas e outros agentes e sujeitos do mercado não de forma tão democrática, porque os autores e criadores intelectuais não são consultados. É verdade que eles cedem os seus direitos ao se associarem, o art. 97 da lei é claro, mas é verdade também que o art. 97 da mesma lei atual em vigor a 9.610 ela não é mandatória, essa associação não é mandatória como os Srs. Senadores e os presentes poderão verificar, quando a lei diz: "poderão os titulares ou os autores se associarem", poderão e não deverão. Ora, poderão. É uma faculdade, mas eu desafio a qualquer um deles que não se associe e consiga receber. Se a lei é clara e não determina um mandamento para que se associe apenas a faculdade e sabendo que aquele que não se associar ficará à margem do processo de arrecadação dos seus direitos há mecanismos que se possa aperfeiçoar. Repito, o trabalho do ECAD é fundamental, mas há mecanismos que se possa aperfeiçoar número 1 em relação à aplicação dessa cobrança e dos seus critérios que apesar de bem destacados ali pela Dra. Glória na sua exposição na tela, são critérios ainda distantes da compreensão dos autores que, afinal, são os criadores e os titulares dessa obras que geram essa receita bastante generosa anual. Da mesma forma a administração por essas dez associações que forma o colegiado que administra o órgão poderiam aplicar e praticar mais transparência numa consulta maior nessas decisões que são tomadas, por exemplo, sito uma decisão recente e, repito novamente, o Dr. Ricardo Difini deverá nos dar uma posição nesse sentido com relação a essa polêmica da cobrança sobre os exibidores das obras das trilhas sonoras dos cinemas, poderia haver uma consulta maior, esse colegiado poderia trabalhar de forma a consultar todos os sujeitos e agentes econômicos envolvidos nesse processo antes de tomar as decisões que, em geral, são tomadas em assembléias internas e meramente comunicadas depois. Então, eu acho que existe aí um hiato entre essas decisões tomadas e a comunicação dessas decisões aos autores e as titulares. Da norma formam os critérios de cobrança, muitas vezes os fiscais do ECAD. Não me lembro se eu vi o número ali que a Dra. Glória nos apresentou, mas o Brasil é um

país de dimensões continentais, sei que o ECAD está presente em todas as capitais brasileiras e procuro estar presente quase em todos os eventos de forma bastante agressiva e atuante, entretanto, muitas vezes, nós deparando com fiscais sem o necessário conhecimento da lei autoral das questões do mercado e, por conseguinte, sem condição de aplicar corretamente essa cobrança deixando ainda mais confusos aqueles sujeitos de direito ou aqueles alvejados pela cobrança, por exemplo, a queixa permanente de pequenos bares e estabelecimentos que por terem uma pequena televisão passando a programação que contém sim músicas em sua programação são obrigados a pagar que, realmente, são valores proibitivos para o seu orçamento mensal. Então, da mesma forma a questão do cinema que nós citamos. Então eu acho que o ECAD, nesse sentido, peca quando deixa no ar uma situação que poderia assemelhar-se a uma agência reguladora privada porque pratica um ato monopolizante, tem um monopólio de arrecadação pela lei, mas não tem uma fiscalização que equilibre essa força de forma a tornar transparente todos esses aspectos.

E agora com o advento da internet e com o recrudescimento do controle dos direitos autorais na internet como um todo, que é matéria global, que é matéria mundial, o *download* digital é uma dessas polêmicas. Tive acesso recentemente e participei de uma palestra com um dos funcionários do ECAD sobre uma nova área... Desculpe, Dra. Glória, eu esqueci o nome, é uma nova área que os senhores criaram digital para novas tecnologias, não é para cobrança. Pois bem, a maior polêmica que surge nessa nova área é justamente sobre o *download* digital. O *download* digital é um ato particular que nós praticamos dentro do nosso computador e em geral dentro do recesso doméstico do nosso escritório ou de nossas casas. O ECAD considera que o *download* digital e o *web site* é uma execução pública e pretende cobrar sobre isso também. Então são questões que têm que ser mais discutidas, razão pela qual esse colegiado que administra o ECAD deveria abrir consultas públicas, ou claro, a oportunidade de audiências públicas como essa em que se possa discutir essa questão, porque ela irá recrudescer como estão recrudescendo no mundo as violações, os hackers, as invasões de sites, a questão do *download* de obras intelectuais; sejam elas artísticas, literárias ou científicas, no caso aqui estamos falando de obras musicais gerará um grande hiato no entendimento por parte daqueles que devem pagar e, necessariamente, invariavelmente, desaguarão no Poder Judiciário questões que impedirão essa arrecadação e complicarão mais ainda o entendimento por parte daqueles que devem pagar da arrecadação necessária dessa obras.

Então, finalizando, Sra. Senadora presente, eu acho que o ECAD, repetindo e resumindo, faz um excelente trabalho e fez até aqui um excelente trabalho, desde de uma época em que havia mais de 15 associações arrecadadoras antes da década de 70 que se digladiavam entre si e o autor ficava à míngua sem receber nada, era uma coisa muito difícil, efetivamente, se focou, se adotou um sistema de gestão coletiva que é sucesso em outros países, isso é inegável, mas entendo que para que o ECAD possa, cada vez mais, aperfeiçoar sua atuação dentro do mercado musical brasileiro de arrecadação, ele deve primeiro se ater a normas de fiscalização e de divulgação e até normas mais democráticas dentro do seu colegiado de administração, consultando as partes envolvidas e, efetivamente, se adaptando às novas tecnologias, mas antes dissecando todas as vertentes que a internet e a tecnologia do computador nos trouxe, porque, repetindo, essa questão do *download* mal começou essa polêmica e ela, certamente, irá desaguar no Poder Judiciário. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Dr. Nehemias, obrigado por ter se atido ao tempo necessário e obrigado também pela explanação e pelas sugestões.

Quero passar agora à Dra. Maria Cecília Garreta Prats que é Diretora da Associação Brasileira de Direito Autoral – ABDA. Seja bem vindo, a palavra é sua por 15 minutos.

SRA. MARIA CECÍLIA GARRETA PRATS: Muito obrigada a todos. A ABDA que é uma Associação Brasileira de Direito Autoral se sentiu muito honrada com o convite de participar desta Comissão através do seu Presidente Manoel Ferreira dos Santos e que me destacou como diretora para que pudesse então falar em nome da Associação nessa audiência pública tão importante. Cumpri salientar que a nossa Associação é uma Associação constituída única e exclusivamente para o estudo do direito autoral como um todo. É uma associação que congrega advogados e juristas que para o estudo desse direito. Cumpre salientar que dentro do Conselho desta Associação existem eminentes juristas, inclusive, internacionais como Oliveira Ascensão, Delia Lips(F) e outros mais.

Então eu quero, só para mostrar, que a gente está no contexto, no universo para discutir o direito autoral e colocar as suas formas atento a todos os projetos, atenta a todas as deliberações internacionais para que o direito de autor seja preservado e cumprido conforme as determinações internacionais, bem como as nacionais. Para tanto nós temos que fazer um cami-

nho começando com a Convenção de Berna na qual o Brasil é signatário e que por esta convenção todos os países signatários praticamente do mundo inteiro têm regras específicas para que as suas legislações cumpram essas determinações. O Brasil por seu turno então veio através desses regimentos internacionais, através da nossa Constituição, como a Senadora Marisa já se manifestou, especialmente, no art. 5º que dá as regras básicas para as determinações do direito de autor, vindo ainda a lei hoje 9.610 de 98 e, especialmente, nos artigos e no capítulo que fala no caso presente aqui, além, de um todo do direito autoral, fala da execução pública musical, da criação das associações e não podemos esquecer também no acordo tríplice no qual também o Brasil faz parte e que determinação que veio da OMC – da Organização Mundial do Comércio em que as deliberações também têm que ser preservadas por todos os países que ali estão convergidos. Isso vale lembrar com muita eficiência porque se nós não atentarmos para as regras internacionais dos tratados assinados pelo Brasil e pela OMC e tudo mais nós podemos sofrer retalhações de acordo, inclusive, existe até uma decisão já que foi a única de direito autoral feita pelo Brasil na OMC em que o Brasil faz uma queixa dos Estados Unidos que não estavam repassando, cobrando os direitos dos autores nacionais e os Estados Unidos perdeu a questão e tem que recolher e passar os direitos. Então, a gente vê que toda essa determinação internacional tem que ser muito bem preservada e muito bem posicionada pela entidade brasileira. A Dra. Glória e o Dr. Nehemias bem colocaram com a questão. Eu só queria fazer uma retificação ao Nehemias foi quando ele diz o monopólio. A Associação Brasileira de Direito Autoral entende que no caso da música, principalmente, que nós estamos falando agora quem dirige, quem determina são dez associações, então o ECAD nada mais é do que um bureau de arrecadação e distribuição. Esse formato está sendo até motivo internacionalmente de modelo por quê? Porque o ECAD só arrecada e distribui quem determina as regras, os preços e as determinações do ECAD são as associações. Eu vou dar um exemplo que algumas eu sei, por exemplo, a ABRAMOS é uma sociedade de música e arte, ela congrega cerca de 14 mil titulares de direito. A OBC 30 mil, SICAM mais 30 mil. Então esse universo ele é, por isso que eu digo que não é monopólio, monopólio é em vez de cada associação fazer o seu recolhimento que ficaria muito mais caro e sobraria muito menos para o autor. Então o que é que se faz? Todas se reuniram e formaram esse escritório central que vai arrecadar, vai distribuir, mas sempre fiscalizado por essas associações. Essas associações têm a fiscalização direta nesse escritório central por quê? Porque são os associados dele como os mandatários que têm que ser preservados. Por outro lado, nós temos também que verificar os tratados que são emanados pela OMPI que é Organização Mundial de Propriedade Intelectual e a OMPI faz um trabalho, inclusive, nos países menos financeiramente menores e sem possibilidade, ela oferece custos para que esses países adotem o sistema de gestão coletiva. Eu tenho um exemplo novo no Brasil, que o Brasil o único segmento que não tinha gestão coletiva eram as artes plásticas e a OMPI fez um trabalho aqui no Brasil porque as obras de artes plásticas eram utilizadas indistintivamente sem qualquer recolhimento, sem qualquer fiscalização e hoje existe uma associação que é a ALTINIS(F) que faz a gestão coletiva das obras. Também não podemos esquecer dos tratados que são feitos, os acordos coletivos que são feitos entre as sociedades nacionais e as estrangeiras. E ainda nós queremos dizer que quando se fala em fins lucrativos, eu tenho um pouco de receio, a nossa associação tem um pouco de receio quando diz sem fins lucrativos, com fins lucrativos, porque o fim lucrativo é tão peculiar, e outra coisa, você quando lida com autor quer seja de música, quer seja de arte, quer seja de teatro, nós estamos falando em criação do espírito, e essa criação é um trabalhador, ele tem que ser remunerado. Se a empresa vai fazer uma coisa que não tem fins lucrativos ela, de qualquer forma, tem um pagamento se ela vai contratar uma banda ela vai contratar os músicos, ela vai contratar o aparelho de som que vai ser executado, enfim, ela vai ter todo um trabalho e vai pagar todos, a Coca-Cola que vai ser servido, o sanduíche, e o autor tem que receber porque é a única forma que ele tem de recebimento, de execução, ou pela execução pública, ou pela venda de discou ou por um cenário de artista plástico ou um ator de teatro que faz uma peça que as pessoas, pode não ter nem ingresso, mas nem por isso ela pode deixar de ser paga e o autor remunerado, porque é a forma de trabalho do autor. E se nós não fizermos isso, nos preservarmos o direito autoral, o direito do autor, cada vez mais esses autores eles vão saindo para outras áreas de trabalho, porque eles não podem dedicar o seu tempo, a sua criatividade para poder sobreviver. Então nós temos que incentivar os músicos, principalmente no Brasil que é um país eminentemente cultural que é a quarta música mais tocada no mundo. Nós temos que preservar os artistas de teatro, nós temos que preservar as artes plásticas com tantos expoentes hoje aparecendo. Então é uma forma, o autor tem que ser remunerado por aquilo que ele cria porque a cultura é tudo de um país. E como dizia, como disse Plínio Cabral que, inclusive, é um dos conselheiros,

um grande jurista que diz que se nós não tomarmos cuidado com o direito de autor nós vamos começar a ter uma servidão autoral nesse país. Nós precisamos conscientizar todos os usuários e todos os criadores que esse direito tem que ser preservado, tem que ser até para que a nossa cultura possa ser preservada e difundida para o resto do mundo.

Eu acho que eu coloquei as coisas que deveriam ser colocadas. Estou às ordens e espero estar a contento.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dra. Maria Cecília, é saber que de qualquer forma é preservar o direito como diz [falha no áudio]. Quero passar a palavra agora ao Dr. Ricardo Difini Leite que é Presidente da Federação Nacional das Empresas Cinematográficas - FENEC.

SR. RICARDO DIFINI LEITE: Prezada Senadora, prezados Senadores.

A característica da exibição cinematográfica é uma opção de lazer e cultura que exige constante reinvestimento, característica de baixa rentabilidade líquida, elevados custos operacionais e a repartição de receitas com direitos autorais dos filmes, tributos, alugueis e encargos.

Aqui tem um resumo do ingresso médio nacional de sete reais, os direitos autorais do filme que são pagos para o distribuidor, para as distribuidoras, ele atinge um patamar mínimo de 47,5% da receita bruta, depois tem todos os impostos pagos que ele fica num percentual de 15,5% e os custos operacionais que atinge o mínimo de 12,5 em vários casos atingindo mais que incluiu todo o custo da operação incluindo a folha de pagamento. Os alugueis, os encargos, principalmente, com os shoppings é em torno de 16%. Isso aqui nós estamos falando de uma média e que dá um lucro líquido que quando bem administrado fica em torno de 5% atingindo o máximo de 8,5% e daqui ainda tem que se retirar a depreciação dos ativos de todos os reinvestimentos e os juros do financiamento do investimento das operações. Portanto, fica claro quando se fala 2,5% do ECAD é um sócio que tira 1/3, no mínimo, do lucro das empresas quando bem administradas desse valor sem ter risco nenhum. Se nós tirarmos toda a parte da receita que não é nossa, que são os impostos, que são os direitos autorais dos filmes e todos os demais encargos, nós estamos duplicando o valor do ECAD de 2,5 para mais de 5% da receita que realmente fica com exibidor.

Então a característica histórica do segmento das salas, os cinemas estão sujeitos a uma regulação do controle do estado através das agências reguladoras que no caso hoje é a ANCINE, antigamente era o INC e o CONCINE e possui uma forte restrição de liberdade na formação do preço através de inúmeras leis, como é o caso da meia entrada, a questão da própria cota de tela compulsória e tantos outros controles, ou seja, é uma atividade que exerce um controle estatal muito forte, que sofre um controle muito forte e, obviamente, que está muito sensível às variações socioeconômicas tanto quanto a questão da segurança pública, quanto maior a insegurança, menos as pessoas querem sair de casa, ir ao cinema, a disponibilidade financeira para diversão e lazer.

Então nós temos essa sensibilidade muito forte, as evoluções tecnológicas. Antigamente nós só competíamos com a televisão, hoje estamos competindo com toda essas alternativas de mídias, desde vídeo doméstico, TV por assinatura, games, internet, enfim. Certamente se na década de 60, 70 perguntássemos para uma sala como essas quantas pessoas foram ao cinema nas duas últimas semanas a grande maioria ou totalidade ia responder que sim, e hoje fazendo essa pergunta, com certeza, a grande maioria vai responder que não. Então, infelizmente, cinema é realmente dentro do audiovisual uma atividade que vem sofrendo cada vez mais e que tem problemas. Realmente é o setor mais frágil junto com a produção cinematográfica.

O ECAD aqui já foi falado é uma associação civil que exerce o monopólio da cobrança dos direitos autorais sobre a música. A Dra. Maria Cecília discordou disso, mas, realmente quando existe apenas um escritório que é formado por dez associações que têm o poder de cobrar isso realmente se chama o monopólio. Congrega então essas dez associações que representam os editores.

Existe um histórico do contencioso dos exibidores que vem de muitos anos. O ECAD era sujeito a um controle da regulação pelo Conselho Nacional de Direitos Autorais que foi extinto junto com o CONCINE. O ECAD então ficou livre dessa regulação o que resultou numa elevação de cobrança de 0,5%, para 2,5% sobre a receita bruta. Essa ausência de critério de consenso e, principalmente, o fim da espiral inflacionária há mais de dez anos, quinze anos fez com que induzisse um contencioso histórico muito grande entre o cinema e o ECAD.

Então o ECAD exerce direitos que nós consideramos, além dos concedidos em lei. Ele, por exemplo, exige autorização prévia para funcionamento nas últimas demandas judiciais, o ECAD tem exigido autorização prévia para funcionamento das salas e exibição dos filmes o que contraria o art. 81 da Lei 9.610. Ele também tem pleiteado liminares para fechar os cinemas o que tem enfraquecido muito o setor e face a essa responsabilidade de arrecadação, além, de queixas crimes contra empresários do audiovisual. Nós temos

aqui apenas uma ilustração de fatos concretos que aconteceram, principalmente, em Salvador, cinemas que ficaram alguns dias fechados tendo em vista essas ações do ECAD, e aí é a demonstração realmente do monopólio que tem esse poder até de fechar uma sala de cinema.

Então o ECAD a inflexibilidade que nós encontramos no ECAD é exatamente a questão de que essa discussão de que no caso do cinema a obra musical é indissociável ao filme, ou seja, é impossível para o exibidor retirar ou escolher: eu quero exibir o filme com música ou não, isso eu posso fazer num bar, num restaurante; eu posso ter opção, eu quero ter música no meu ambiente, portanto, eu irei pagar o direito autoral, nós não somos contra o pagamento de direito autoral. O que nós questionamos é que nós já pagamos esse direito autoral no momento em que nós estamos pagando para a distribuidora esse direito autoral do filme e quando o compositor já acertou a cobrança da sua música no filme, senão nós teríamos que escolher ou pagar pelo direito de quem fez a fotografia do filme, quem fez o figurino do filme, o roteiro do filme; tudo isso é indissociável, nós não temos o poder de escolha de querer ou não exibir determinadas músicas nos filmes que são exibidos. Então nós não temos esse poder e com isso está havendo um contencioso muito forte e que está criando um passivo que está trazendo uma dificuldade muito grande para os exibidores mais tradicionais e, principalmente, aqueles exibidores de pequeno e médio porte porque as grandes empresas, as empresas multinacionais conseguiram entrar na justiça e estão tendo ganho de causa e não estão pagando ECAD, então ainda está havendo essa concorrência desleal no sentido em que os muitos exibidores de médio e pequeno porte estão tendo que pagar ECAD, enquanto que as empresas maiores que entraram a pouco tempo pelo sucesso e êxito que tiveram nas suas demandas judiciais não estão pagando por esse direito.

Agora uma explicação interessante, nós vamos vender esse ano e é o que aconteceu, é outro dado, infelizmente, um dado ruim que nós não vamos ter, provavelmente, aumento de ingressos vendidos este ano em relação ao ano passado, nós vamos ter, mais ou menos, 90 milhões de ingressos vendidos com uma receita bruta de quase 16 milhões de reais, sendo que 90% desse valor é enviado para os Estados Unidos, principalmente, para os Estados Unidos que é conteúdo estrangeiro, ou seja, são filmes estrangeiros, portanto, nós estamos falando aí a todo esse contencioso basicamente refere-se em relação ao compositor nacional a 10%, ou seja, a 1,5 milhão de reais, tirando a comissão do trabalho do próprio ECAD das associações, na realidade o que os compositores dos filmes nacionais que são exibidos na tela teriam direito pela atual lei considerando que mesmo que já tenham recebido pelo filme, imaginando que eles receberam valor para o filme não ser exibido é um valor um pouquinho maior de 1 milhão de reais. Então, talvez valeria muito mais a pena o Ministério da Cultura, enfim, destinar através de renúncia fiscal e distribuir para os compositores de filmes nacionais um valor estimado de 1 milhão de reais que no contingente da receita tanto do ECAD e da própria receita do cinema representa muito pouco, porque, na realidade, nós estamos mandando 90% da receita do direito autoral para os Estados Unidos sendo que os Estados Unidos não pagam ECAD nem para os filmes americanos deles, muito menos para os filmes nacionais. Portanto, nós estamos mandando remessas para as gravadoras americanas e não recebemos nada em troca disso.

Então a pergunta se vale a pena enfraquecer a sala de cinema que tem sido um setor que está sofrendo muito com todas as evoluções da tecnologia e tanta disputa para remeter para os Estados Unidos valores que lá não são pagos pelos exibidores.

Nós temos alguns exemplos de critérios, até foi falado pela Dra. Glória em relação a que se usa critérios, muitas vezes, internacionais. Então tem alguns exemplos de critérios da América do Sul que mostra que o monopólio exercido pelo ECAD por não ter exatamente, inclusive, esse controle de um órgão público, é um poder que é certamente como o presidente, como o Hugo Cháves morreria de inveja de ter esse poder, é um poder que o nosso Presidente da República não tem e com isso nós temos que pagar um valor excessivamente maior que é pago em outros lugares quando é pago o valor de direito autoral de um filme. Então nós temos alguns exemplos aqui na América Latina sem considerar que o próprio Estados Unidos não paga direito autoral de filme, o Canadá não paga direito autoral, a Colômbia que não está pagando, a Argentina pagava e foi afastada pela suprema corte e não paga, o México tem um percentual de 0,6%, o Equador é um valor fixo por tela de 30 dólares, enfim, percebe-se que existe uma grande divergência aí na cobrança que o ECAD tenta fazer no Brasil com relação ao que existe no nosso continente.

Recentemente, nós tivemos uma decisão da 11ª Câmara Cível do Rio de Janeiro em relação à Rede Globo onde este texto fala aqui que quando o ECAD prevê em seu regulamento valor de autorização para execução pública de obras musicais na programação audiovisual das emissoras de televisão na proporção de 2,5% ele está exorbitando no direito de fixar o preço do seu produto, pois mesmo considerando a sua

condição de representatividade nos interesses dos titulares dos direitos nas respectivas obras musicais, não pode condicionar tal valor à receita bruta de cada contratante, no caso a emissora de televisão, ou seja, está agindo não como fornecedor de produto, ou como uma entidade destinada a viabilizar a gestão coletiva de arrecadação e distribuição de direitos autorais e conexos, mas como um sócio da empresa, ou mesmo como mais direitos do que esse, pois a retirada e/ou lucros de cada sócio de uma empresa leva em consideração também as despesas da emissora. Isso é uma recente decisão do tribunal do Rio de Janeiro em relação à demanda judicial da Rede Globo.

Então o que os exibidores têm lutado por décadas é por um critério que não levasse [soa campainha] em conta a receita bruta da exibição por uma líquida que não fosse igual ao resultado líquido, bruto de lucro dos exibidores para um sócio que não corre risco no negócio e em troca nós estamos recebendo diversas queixas crime, liminares para fechamento de salas, multas abusivas e uma inflexibilidade na negociação da remuneração autoral.

Então o que nós esperamos, para finalizar, é uma revisão dessa lei de direito de autor para perceber a situação crítica da sala de cinema no cenário regulatório, tecnológico, cultural e histórico para excluir essa cobrança impositiva que pouco benefício tem trazido ao compositor nacional. Existe um PL aqui do Senado já aprovado em plenário que é o 53.205 que isenta o exibidor do pagamento do ECAD e que só está faltando a votação de uma emenda para que esse projeto possa ir para a Câmara dos Deputados, portanto, o que nós solicitamos é exatamente que essa Casa, que o Senado possa agilizar a votação dessa emenda para que a gente consiga dar continuidade a essa proposta de isentar um segmento que é um segmento que já está muito fragilizado e que, certamente, no contexto geral de distribuição de direito autoral representa muito pouco para os compositores e considerando toda a renda e a fatia que o ECAD arrecada. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dr. Ricardo Leite. Agradeço a sua explanação.

Eu quero aqui deixar o Dr. Nehemias Gueiros Júnior à disposição porque ele tem um avião esperando, nós não sabemos bem se vai estar no horário ou não, mas é complicada a sua situação. Mas o senhor fica à vontade para fazer as suas considerações finais e poderes sair.

SR. NEHEMIAS GUEIROS JÚNIOR: Eu quero agradecer a presença dos colegas de mesa, da ilustre Senadora que presidiu essa audiência pública tão importante. Eu estou informado que essa é a primeira audiência que está discutindo essa questão, agradecer as exposições dos meus colegas, Dra. Glória Braga, Dr. Ricardo acho que trouxeram luz a um problema que é uma polêmica que tão cedo não será resolvida porque é uma questão, efetivamente, que precisa de um pouco mais de reflexão e de estudo por parte desta Casa. Mas já como o Dr. Ricardo colocou, já existe um projeto, essa exposição da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográfica foi muito importante numa comparação com os nossos países colegas latinos americanos congêneres foi importante podermos ver que existe, efetivamente, uma liderança, uma extrapolação maior do ECAD nesse sentido, especialmente sem incidente sobre a receita bruta dos exibidores, mas eu tenho certeza que esta casa legislativa saberá encontrar um caminho democrático e um caminho que reúna os interesses de todas as partes desenvolvidas sempre em prol do direito do autor brasileiro. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado Dr. Nehemias, uma boa viagem. Obrigado por ter aceitado o nosso convite.

Passando agora à segunda fase quero colocar as inscrições.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Crivella.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Senador Crivella com a palavra, é um prazer ouvi-lo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): O prazer é meu [falha no áudio] essa mesa está encantadora hoje.

Senadora eu gostaria de saudar ao Dr. Nehemias pela brilhante explanação, ao Dr. Ricardo combatido guerreiro em favor da sua causa, dos que defendem, a Dra. Glória que eu tenho acompanhado lá no ECAD e tem sido uma lutadora. Eu acho que todos os autores, compositores, intérpretes e todas as controvérsias que isso encerra com respeito à arrecadação, mas no fundo todos são muito gratos a esse labor infindável; eu sei que são dias, semanas, meses, anos construindo esse órgão as lutas que vocês encontra, e sempre assim tranqüila, ponderada nos momentos mais difíceis, no paroxismo das lutas você tem sempre mantido uma atitude muito conciliadora como disse sensato o que faz todos os autores e também associações verificarem que ali no ECAD existe uma líder, uma mulher presente, lúcida das maiores do seu tempo. E isso inestra mesmo todas as virtudes da mulher brasileira. Parabéns. Você está de parabéns. E ela está sempre aqui, há quatro anos a gente vê com a sua companheira Maria Cecília que eu não quero ser injusto lutando pelas coisas aqui dos autores, dos compositores etc. e tal.

Eu queria só fazer umas perguntinhas, eu gostaria de saber quantas TVs e rádios estão inadimplentes no Brasil? Quantas hoje não pagam o ECAD? Eu gostaria também de saber, uma curiosidade, que você mostrou nos seus *slides* que existe um extrato de arrecadação, se isso vai pára na associação ou se esse extrato chega na mão do compositor, do autor, do músico ou se isso é disponibilizado na internet, porque eu imagino que se você mandar isso via correio vai ficar caríssimo aumentando o custo indireto do ECAD que era um dos questionamentos do nosso Nehemias, as despesas indiretas com os direitos autorais gasta na vida do ECAD.

Gostaria também, quer dizer, eu reconheço muitas pessoas reclamam, já participei de muitas audiências públicas e discutimos aqui muitos projetos da agressividade do ECAD, mas acho que essa agressividade é muito fruto da pirataria. Hoje a música ilegal no Brasil, a venda ilegal dá tanto prejuízo tanto à indústria como aos compositores que a indústria e os compositores acabam procurando se ressarcirem, de certa forma, com a arrecadação que tem um percentual, não pode ser aumentado, portanto, deve se estender, aliás, nessa política a gente precisa trabalhar em cima disso, universalidade, a política pública precisa ser, todos devem pagar os que consomem a música, a transparência. O Nehemias tem razão, nós precisamos aperfeiçoar os critérios de transparência.

E eu gostaria apenas de tocar na coisa do cinema para concluir o meu pronunciamento de que eu fui contra, eu lutei contra esse projeto, até me surpreendi, não sabia que tinha chegado a esse nível de já estar pronto para ir para a Câmara faltando apenas uma emenda. Vocês devem muito àquele moço ali que é um guerreiro, lutador, representante altivo aqui das empresas cinematográficas que conseguiu colocar isso para votar dependendo apenas de uma emenda, eu não sabia disso e olha que eu tenho acompanhado aqui diuturnamente essas atividades. Mas o que eu discuto é o seguinte: nós precisamos, quer dizer, qual era o ponto central da nossa discussão na época que estávamos votando o PLS? É o 535?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): 532. O que é nós estávamos discutindo aqui na época? Nós estávamos discutindo e havia aqui muitos artistas, muitos autores, muitos compositores que cunharam uma legenda bela, estupenda que dizia o seguinte: estão metendo a mão no meu bolso no escurinho do cinema. [soa campainha]. Por que é que eles diziam isso? Chica da Silva, por exemplo, não recebe direito autoral dessa música. Qual era o argumento dos nossos exibidores? 90% são filmes estrangeiros, nós estamos mandando o nosso dinheiro para fora e lá nos Estados Unidos não existe, esse tipo de arrecadação não existe mesmo, lá a gente trabalha com os *royalties* que já são pagos no momento que é licenciada a música não existe mais arrecadação por execução.

Fiz uma emenda ao projeto de lei que não foi aceita pelos exibidores, mas a minha emenda era perfeita, dizia o seguinte: filmes estrangeiros exibidos aqui só terão direitos a receber os direitos autorais correspondentes à música se tiverem celebrado com o Brasil um acordo internacional de direitos autorais. Ou seja, esses recursos não seriam repassados para lá porque os americanos não têm conosco um acordo internacional até porque lá não se pratica o tipo de arrecadação por execução que nós fazemos aqui. Aí ficamos nesse impasse e depois de uma maneira que não sei como, porque aqui nesta Casa as coisas acontecem e a gente não fica sabendo, já está pronto para votação e vai para a Câmara. Mas eu acho que esse era o ponto para que o projeto fosse votado de maneira consagradora, entrássemos num acordo para que isso fosse votado em consenso, quer dizer, e a emenda pudesse ser submetida à apreciação de todos na comissão e no plenário discutida e aí nós então pudéssemos mandar a lei para a Câmara dos Deputados.

Mas então eu concluo aqui fazendo apenas essa breve intervenção e dizendo que realmente no Brasil nós temos uma carga tributária imensa, nosso país tem também a cobrança dos direitos autorais com seis mil ações na justiça. Agora o povo brasileiro, como se disse aqui, ainda vive muito do consolo que lhe traz a música, o samba, as canções da bossa nova, a música popular brasileira ainda é um consolo; a música gospel que cresceu muito. Na minha época de menino nas igrejas se cantavam apenas os hinários cristão que eram músicas traduzida do inglês. Hoje não, hoje a música exerce uma posição invejável, todas as igrejas fazem os seu CDs, existem milhares de compositores e cantores fazendo grande sucesso. E isso tem um papel fundamental no espírito dos povos porque sempre teve e tem também nesse Brasil tão sofrido. Agora a única maneira com o aumento da pirataria que a gente tem de manter essa música tocando e os compositores que dependem do ócio, a composição desde a época dos gregos é fruto do ócio, o sujeito não pode ter um emprego formal, ele não pode bater ponto senão ele não vai ter uma produção criativa, ele depende de ficar disponível para aquilo ainda é hoje fundamentalmente obtida a renda pelo direito autoral, de tal maneira que precisamos debater, discutir, aperfeiçoar a universa-

lidade, transparência; tudo isso é perfeito, mas não podemos deixar de ressaltar a importância do ECAD.

Agora quero também dar uma notícia auspiciosa e prometa, Sra. Presidente que vou encerrar. Há três anos eu luto muito aqui neste Senado, finalmente, amanhã vamos votar e espero em decisão terminativa, e espero que amanhã saia esse meu projeto de resolução direto para a Câmara que é apenas uma exigência de que todos os concessionários de rádios e televisão que uma vez em cada dez anos passam aqui para renovar essa concessão pública estejam em dia com seus direitos autorais. Graças a Deus amanhã estaremos votando em decisão terminativa, esperamos que essa resolução seja aprovada de tal maneira que todos pagando a gente possa também abaixar, diminuir para que todos paguem menos. Muito obrigado, presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): V. Exa. faz parte de toda essa história da música como compositor e cantor. Mas eu quero deixar aqui duas colocações que eu acho que são importantes, garantindo aquele que V. Exa. disse do aperfeiçoamento e da transparência do ECAD. Ninguém aqui acho que discutiu a importância do ECAD, isso é ponto pacífico. É talvez aperfeiçoamento, toda instituição com o tempo tem que se aperfeiçoar e novas tecnologias vão surgindo e isso é importante porque a sintonia com a comunidade é muito importante.

E queria deixar claro, eu perguntei ao Júlio, o nosso Secretário que o PL 532 está há dois anos e meio no plenário, já está lá, é de autoria dos Senadores Paulo Octávio e Capiberibe.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voltou para a comissão? Eu fiz requerimento na época.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Mas aí está no plenário.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Voltou ao plenário? e.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Voltou e depende da votação de uma emenda de V. Exa. que é por isso que está lá esperando a votação da sua emenda. E quando foi votado foi votado por 55 votos a 5 a favor do projeto.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Fico surpreso, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu não estava aqui, não era Senadora à época, mas estou dando as informações que eu pedi ao Júlio que me oferecesse para que a gente... Porque da própria Subcomissão de Cinema, Teatro e Música.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Foi votação em primeiro turno?

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Em primeiro turno.

Então eu quero passar aqui a palavra à Dra. Glória Cristina Braga para suas considerações acerca do que foi dito aqui, e acerca do que o Senador Crivella colocou.

SRA. GLÓRIA CRISTINA BRAGA: Muito obrigada, Senadora, eu quero finalizar agradecendo a oportunidade de responder a questões tão interessantes e que foram aqui postas pelos palestrantes, pelo Senador Crivella e pela Senadora Marisa Serrano.

Então, respondendo ao Senador Crivella, inicialmente, depois vou passar às alegações das apresentações, eu quero dizer que a inadimplência média de emissoras de rádios nesse país é de 45% do universo das emissoras que é a inadimplência das emissoras de televisão tirando emissoras pequenas também é muito elevada, nós temos hoje pagando regularmente ao ECAD apenas uma grande rede de emissora de televisão, as demais discutem valores na justiça e fazem pagamento sobre forma de consignação, algumas sim, outras não e acresceria que as emissoras de TV por assinatura também discutem, no Judiciário, o pagamento de direitos autorais. Como os senhores podem perceber essa discussão é uma discussão de valores até porque quando submetida à apreciação do Judiciário, o Judiciário, em várias situações, já simulou essas questões, inclusive, sobre o percentual de receita que foi aqui falado. Na verdade, até na apresentação do Dr. Difini quando mostrou os percentuais menores que são cobrados em países da América Latina, ele mostrou percentuais menores, mas mostrou percentuais sobre receita. Isso é uma tendência mundial que aqueles que se utilizam da música que eles separem de suas receitas valores que remunerarão os músicos.

Eu, nesse caso específico, eu questionaria a comparação porque evidente que o Brasil jamais pode ser comparado em se tratando de direitos autorais e de música com maior respeito ao Equador, Guatemala e seja lá o que for, e também, principalmente, porque a nossa cobrança não é igual a essa que foi demonstrada, ela engloba os direitos conexos que são dos intérpretes, dos produtores e isso faz com que ela seja uma cobrança maior, a princípio, porque existem outros titulares autorizando. Agora eu fiquei contente quando vi aqui um número que eu corri para anotar, a Senadora me viu anotando, foi o seguinte: os exibidores que tanto discutem esse projeto de lei confessam que pagam direitos autorais de 47,5% aos distribuidores e isso significa que eles estão remunerando nesse momento dois titulares de direitos, os diretores e os argumentistas. Eu quero só informar aos senhores que a legislação de direito autoral do mundo todo,

não só do Brasil, diz que a obra audiovisual tem três autores: os diretores, os argumentistas e os compositores. Então, ora, se a exibição está feliz de pagar 47,5% para os diretores, para os argumentistas e sabe porque isso está demonstrado em contratos juntados em todas essas ações que são apreciadas pelo Judiciário, que os valores dos direitos dos músicos não estão ali compreendidos, eu, sinceramente, eu acho que estamos falando, defendendo interesse e direitos distintos, mas eu tenho que falar isso, 2,5% é pouco para o que está sendo concordado [soa campainha] porque existe uma concordância em relação a 47,5%. Ora, se eu concordo que 47,5 da minha receita que vai remunerar dois dos titulares dos direitos está bom por que é que 2,5 para um está ruim? Eu acho que isso... E outra coisa, responde uma outra indagação que sempre vem à tona quando se fala de direito em obra audiovisual e dizem assim: mas o músico já recebeu para fazer a trilha por que é que ele quer 2,5%? Pergunto eu: o diretor já recebeu para dirigir o filme, o roteirista já recebeu para fazer o roteiro e recebe na exibição 47,5%. Então, eu fiquei feliz, corri aqui para anotar e a Senadora viu, falei: agora anotei isso aqui e fiquei feliz de saber disso, porque esses sofismas que são criados em cima dos direitos autorais dos músicos, eu acho que não podiam existir numa Comissão de Educação como essa que minimiza a importância da música num país tão musical quanto o nosso, não estamos falando... Gente, filme, músico; isso tudo existe junto, é o nosso país, é a nossa cultura, agora a gente ficar discutindo que tem que isentar o pagamento de direito autoral de músico na exibição que o dinheiro vai todo para o exterior, infelizmente terá que ir para o exterior se aqui nesse país se passar filme estrangeiro. Agora são os próprios exibidores, a gente vê no jornal todo dia que fazem questão de passar filme estrangeiro nas suas salas, enfim. Eu teria várias questões a dizer porque várias coisas foram faladas do ECAD, mas como tem um pedido final para que esse PL 532 vá adiante, eu digo que esse PL 532 é uma aberração jurídica, inclusive, nos põe em cheque na comunidade internacional de direitos autorais, vai criar uma situação ruim internacionalmente para o Brasil, minimiza profundamente a importância da música no filme, porque diz que os músicos que não têm direito autoral a receber enquanto deixa quietos os direitos dos diretores e dos argumentistas. é isso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Inadimplência rádio e televisão?

SRA. GLÓRIA CRISTINA BRAGA: 45% das emissoras de rádio e das emissoras de televisão quase integral apenas com uma grande rede dos pagando e as outras todas discutindo em juízo. Eu tinha falado isso. E outra coisa, o Senador perguntou como chegam os extratos de pagamento na mão dos compositores e dos músicos? De duas formas: ou impressos ou com arquivos eletrônicos mandados para as associações e elas mandam esses arquivos eletrônicos para os titulares abrirem nas suas casas, nos seus computadores como quiserem.

Então eu agradeço e desculpe porque, enfim, eu teria outras questões a tratar aqui, mas eu tinha que dizer isso, porque é um absurdo essa questão dos 2,5%. Só para finalizar, o CNDA em suas últimas reuniões quando o CNDA existia chancelou os 2,5% que foram fixados pelas associações no ECAD. Só isso que eu tenho a dizer. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Dra. Glória, nós que agradecemos a sua vinda aqui. E quero passar a palavra para as considerações finais à Dra. Maria Cecília Garreta Prats.

SRA. MARIA CECÍLIA GARRETA PRATS: Eu vou fazer só alguma consideração a respeito do monopólio, porque eu confirmo que não é monopólio, porque se você for pensar que em dez associações são poucas que congregam todos os músicos, nós precisamos pensar em teatro que até pouco tempo atrás só tínhamos o SBAT que recolhia direitos autorais de teatro. É claro que o universo teatral é muito menor, então basta uma. A ALTIVIS(f) que é uma associação de artes é a única no Brasil. Então por isso que eu digo que não há monopólio porque são dez.

Outra coisa que eu gostaria de falar é o seguinte: a respeito do cinema. Um grande doutrinador do direito de autor que foi o nosso mestre maior que é o Antonio Chaves, ele na sua obra diz o seguinte: é reconhecido no mundo inteiro que a cessão que faz o autor de uma composição para que seja utilizada num filme não implica na cessão do direito de execução da sua música em público, ao mesmo tempo, que foi exibido o filme, é necessário um ulterior acordo implicando como [ininteligível] na sucessiva remuneração. Então isso desde o nosso mestre maior Antonio Chaves e no mundo inteiro essa colocação.

E, por último, eu só gostaria de falar que o autor não pode ficar sem remuneração, isentar, está aí a Constituição que diz que quem dá o preço à obra, quem faz a fruição da obra é o autor. Como é que pode um segmento dizer: não, está isento. Eu acho que daí sim nós estaríamos abrindo um precedente que não pode ser, de forma alguma, aceito pelos direitos de autor. Eu digo isso como uma representante de uma associação que preserva e que estuda o direito de autoral como um todo. Muito obrigada.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu agradeço a Dra. Maria Cecília. E quero passar a palavra para o Dr. Ricardo Leite fazer as suas considerações também.

SR. RICARDO DIFINI LEITE: Também agradecer a oportunidade. Eu acho que ficou muito clara a necessidade desse debate de que se realmente se busque de forma objetiva resolver os problemas sérios que esse grande poder que hoje está havendo com o escritório privado que não é nenhum órgão público, realmente ele tem que ter regras que possam tranqüilizar todas as partes envolvidas. Eu acho que quando a Dra. Glória com todo respeito, não conhecia pessoalmente, é uma pessoa muito simpática, claro que está, assim como eu, defendendo os seus interesses, mas deixar claro que o Brasil é um outro país, é um país que pode pagar 2,5% diferentemente da maioria dos países e é exatamente essa forma de inflexibilidade que foi colocada na apresentação de não aceitar negociar valores dentro da realidade desse país, dentro da realidade do cinema nacional, dentro da realidade da situação de exibição que cada vez está pior e que cada vez tem menos espectadores. Então claro que nós temos uma pendenga judicial muito grande e não vamos aqui discutir se tem direito ou não tem direito, se isso aí já foi pago ou não foi pago, isso é uma questão jurídica, cabe ao Poder Legislativo, a esta Casa, ao Senado, à Câmara dos Deputados que exatamente buscar alternativas legais na criação de novas leis, de alteração das leis e que estão trazendo prejuízos sérios, não só para exibição, mas também para vários setores, mas, especificamente, no caso da exibição é um problema muito sério quando se falou ali na questão dos 47,5% é o que o exibidor paga por exibir um filme, é óbvio que nenhuma exibidora de filme vai nos dar esse filme graça, não existe gratuidade, vocês vão receber o filme e nós pagamos esse percentual de bilheteria onde todos os direitos de autores que existem nessa obra exatamente por ser uma obra indissociável já estão incluídos. Mas eu acho que o importante é que nós estamos realmente não esquecendo de continuar um debate importante para mudar algumas arbitrariedades que tenham ocorrido em relação a esse monopólio privado. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada Dr. Ricardo. Agradecemos a sua explanação, agradecemos a Dra. Glória, a Dra. Maria Cecília, ao Dr. Nehemias que já teve que se retirar, agradecemos a todos os presentes e damos por encerrada esta audiência pública esperando que todos aqueles que estão aqui e, principalmente, os anais que ficam nesta Comissão e na Submissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social nós possamos fazer o melhor para a comunidade brasileira.

E encerrando esta sessão, esta audiência pública eu quero dar dez minutos de intervalo para começar a sessão da votação do orçamento da Comissão de Educação, Cultura e Esportes para 2008. Muito obrigada.

Sessão encerrada às 12h44.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007

EMENDAS AO ORÇAMENTO 2008

Às doze horas e cinqüenta e seis minutos do dia treze de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Senador Sérgio Zambiasi e com as presenças dos Senhores Senadores Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, Renato Casagrande, João Ribeiro, Paulo Duque, Geraldo Mesquita Júnior, Edison Lobão, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Rosalba Ciarlini, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella e Romeu Tuma, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer, os Senhores Senadores Augusto Botelho, Fátima Cleide, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Gerson Camata, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Marconi Perillo. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns e Cristovam Buarque. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente Eventual, Senador Sérgio Zambiasi, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. A seguir, o Senhor Presidente Eventual informa que o objetivo da reunião é o de discutir e aprovar as quatro (4) emendas da Comissão de Educação, Cultura e Esporte ao Orçamento de 2008. Neste momento o Senhor Presidente Eventual, passa a palavra à Senadora Marisa Serrano, relatora das Emendas ao Orçamento nesta Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para proferir seu parecer. Prosseguindo, a Comissão analisa e aprova as seguintes emendas ao **Orçamento de 2008**: **Emenda n.º 01** – **Educação - "Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica"**, no valor de R$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Marconi Perillo, Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Patrícia Saboya, Romero Jucá, Flexa Ribeiro e Marisa Serrano. **Emenda n.º 02 – Educação - "Fomento ao Desen-**

volvimento da Educação Profissional", no valor de R$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Paulo Paim e Lúcia Vânia. **Emenda n.º 03 – Esporte – "Inplantação de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento do Esporte Educacional",** no valor de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Flávio Arns, Inácio Arruda, Valdir Raupp, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Valter Pereira, Cristovam Buarque e Flexa Ribeiro. **Emenda n.º 04** – **Cultura – "Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura"**, no valor de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), apresentada pelos Senadores Francisco Dornelles, Cristovam Buarque e Marisa Serrano. Finda a discussão e deliberação das Emendas da Comissão ao Orçamento de 2008, o Senhor Presidente Eventual determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e treze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares,** Secretário da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente. – **SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI,** Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DA EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 60ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DA EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2007

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Declaro aberta a 60ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53 Legislatura, nesse dia 13 de novembro, terça-feira, neste horário.

Item único da pauta, discussão e votação das quatro Emendas da Comissão ao orçamento 2008 e para isso passo imediatamente a palavra à Senadora Marisa Serrano, e Relatora.

Antes da leitura da Relatoria das Emendas, solicito dispensa da leitura da Ata e coloco em votação a sua aprovação. Senadoras e Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata.

Passo agora a palavra à Relatora das Emendas 2008, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente, se longas, faço a leitura do relatório. Da Comissão de Educação, sobre as propostas de Emendas apresentadas à Comissão, referente ao Projeto de Lei número 30 de 2007, que estima a Receita e fixa-se despesa da união, para exercício financeiro de 2008. Relatório, no prazo estabelecido pela Comissão, foram oferecida 42 propostas de Emenda ao Projeto de Lei número 30, que estima a Receita e fixa-se a despesa da união para exercício financeiro de 2008, dessas 15 foram destinadas para a educação 8 para a cultura, 16 para o esporte e três para órgão que não aguarda correspondência direta com a área de atuação dessa Comissão. Conforme consta no anexo da resolução n° 1/2006, essa Comissão de Educação pode apresentar até 4 Emendas de apropriação, assim, apesar do inegável mérito de todas as proposições, tivemos que escolher apenas 4, para tanto adotamos como critério inicial, indicar para a aprovação, uma Emenda do esporte, uma na cultura e duas na educação. Além disso, dentro de cada tema demos preferência àquelas propostas que conseguiram mais apoio dos parlamentares. Com esses critérios, conseguimos atender a maioria dos Senadores que apresentaram sugestões. A área do esporte, resolvemos atender as propostas dos Senadores Valdir Raupp, Flávio Arns, Romero Jucá, Lúcia Vânia, Valter Pereira, Cristovão Buarque, Inácio arruda e Flexa Ribeiro, que tem por objetivo a implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do esporte educacional, aglutinadas em uma Emenda de 500 milhões, com isso pretende-se reforçar a atuação do Ministério, no sentido de ampliar a oferta de espaços físicos, esportivos, de qualidade, para a prática da qualidade esportiva no contra turno escolar. Na cultura, acolhemos a proposta de ampliar os recursos para captação de artistas, técnicos e produtores de arte e cultura, a atividade promovida pela Fundação Nacional de Arte, FUNART. Serão 400 milhões para promover cursos de captação com objetivo principal de ampliar as competências musicais e artísticas dos professores, de forma a torná-los apto ao ensino da música e a arte nas escolas brasileiras. As sugestões de Emenda para essa finalidade foram apresentadas pelos Senadores Francisco Dornelles, Cristovam Buarque e Marisa Serrano. Na educação, decidimos apoiar as propostas apresentadas pelo Senador Marconi Perillo, que visa reforçar os recursos destinados ao apoio ao desenvolvimento da Educação Básica, destaca-se que essa é uma proposta mais abrangente relacionada relaciona educação básica, de modo que também estão atendidas as sugestões dos Senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Lúcia Vânia, Patrícia Saboya, Romero Jucá e Flexa Ribeiro e Marisa Serrano. Na forma de uma Emenda aglutinativa de 800 milhões, essa iniciativa além de permitir reestruturar toda a rede escolas públicas existentes, possibilitará principalmente construir e equipar creches e escolas

de pode a reduzir a atual carência constatada nos municípios brasileiros.

Finalmente ainda na educação, optamos por reforçar os recursos destinados ao fomento, ao desenvolvimento da Educação Profissional proposta dos Senadores Paulo Paim e Lúcia Vânia, no valor de 300 milhões. Voto do Relator, diante do exposto, votamos no sentido de que essa Comissão de Educação, delibere pela apresentação das seguintes Emendas de apropriação ao Projeto de Lei orçamentário para 2008. A implantação de infra-estrutura para o desenvolvimento do esporte nacional, no valor de 500 milhões. B, capacitação de artistas, técnicos e produtores de arte e cultura, no valor de 400 milhões. C, apoio ao desenvolvimento e à Educação Básica, no valor de 800 milhões. D, fomento ao desenvolvimento da Educação Profissional no valor de 300 milhões. Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é o meu Parecer, tendo feito de uma forma o mais abrangente possível, aglutinando a maior parto das Emendas propostas, e sentindo que nem todos os itens pudessem ser abarcadas desse relatório. Mas tenho certeza que fizemos o possível. E aqui eu quero fazer um destaque, para o da música, para o da cultura, dizendo que nem sempre, a capacitação de artistas, técnicos e produtores de arte e cultura, é vista como algo que possa ser facilmente digerido, principalmente por políticos, porque capacitação é fundamental, e os nossos professores, os nossos artistas, eles têm necessidade da capacitação, e isso é importante que a gente pense também, não só em construir, mas que também a gente possa facilitar que as pessoas tenham conhecimento maior para que elas possam transmitir a tantos outros. Então foram essas as minhas considerações e eu espero aqui, que seja aprovada pelos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Sem dúvida, antes de colocar em votação e passar a palavra ao Senador Paulo Paim, eu quero cumprimentar a Senadora Marisa Serrano pela sensibilidade de ter acolhido, de que na análise de 42 Emendas colocar aqui quatro pontos, que eu entendo, como fundamentais. Inclusive, de uma maneira inovadoras na própria Comissão, onde destina um valor considerável para o desenvolvimento do esporte educacional, que já é um aspecto relevante, seguramente a inclusão social começa exatamente a partir do esporte, como educação, né?

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Se V.Exª me permite, Presidente, algumas Emendas, que pediu as quadras na comunidade, as escolas têm que ser abertas para a comunidade. Então serviria para a comunidade e para as crianças.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Projeto escola aberta, onde nós temos belíssimas experiências no Rio Grande do Sul, e onde há uma escola aberta nos feriados e fins de semanas, a senhora que é professora, nós encontramos uma redução drástica do índice de violência, porque toda comunidade se vê responsável e envolvida na preservação daquele ambiente. Em conseqüência, isso faz com que a escola se torne um símbolo, uma referência da comunidade, onde todos freqüentam, e a preservam, e a própria vida comunitária ela fica mais exuberante, as pessoas convivem mais e melhor. Por isso que eu acho que essas iniciativas são muito positivas e se tornam verdadeiras causas aqui do parlamento. A Emenda da capacitação de artistas, técnicos, produtores de arte e cultura é um outro aspecto, assim, novo, dá para se dizer que é quase uma inovação aqui em termos de discussão, que traz a tona um tema extremamente sensível e importante no sentido de qualificar esses profissionais, que nem sempre recebem o devido reconhecimento, Educação Básica, então, nem se fala.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero, se V.Exª me permite, no apoio e desenvolvimento de Educação Básica, nós pegamos essa Emenda, porque era a Emenda guarda chuva da educação, porque se você faz só para equipamento, é só para equipamento, se é só para construção, é só para construção, essa, não essa pode ser equipamento, construção, e tudo mais para a Educação Básica, então foi uma forma de nós colocarmos todo o arcabouço de educação básica aí dentro.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): E eu complemento com essa grande luta que o Senador Paim vem fazendo aqui nessa casa, na Câmara e no Senado, que é a Educação Profissional, as escolas técnicas, que oferecem um acompanhamento profissional a jovens, adolescentes e até adultos, que têm a chance tem de retornar à escola para buscar um diploma do segundo grau profissionalizante, uma grande luta que o Senador Paim vem fazendo. Vejo que a Emenda e o sonho foi acolhido e agora a luta para transformar em realidade, Sr. Paulo Paim.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Eu quero, antes do Paulo Paim, me permite, Senador. Dizer que na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, foi acatados hoje, estão sendo acatados para as universidades, então as universidades não ficam a desguarnecidas, foi um acordo feito, que nós colocaríamos a Educação Básica e a Câmara dos Deputados aceitaria as universidades, a Andifis, uma para transporte escolar, que também foi solicitado muito, que nós colocaríamos aqui creche e colocamos nes-

sa Emenda, guarda chuvas creche para lá, transporte escolar, ensino médio técnico, foi colocado também na Câmara dos deputados, e na parte tem de cultura, porque o esporte não faz parte dessa Comissão, foi arte e cultura, que é a parte de fomento. Portanto aqui ficou a parte de capacitação e lá de fomento, então nós dividimos e discutimos sempre com os Relatores da Câmara dos Deputados.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Colocar em votação e o Senador Paim fará uso da palavra logo em seguida. Coloco em votação, então, o relatório, da Senadora Marisa Serrano cumprimentando exatamente pelo belíssimo trabalho, que nós entrega nesse momento. Senadoras e Senadores que concordam com o relatório da Senadora Marisa Serrano, permaneçam como se encontram. Está aprovado. Passo a palavra ao Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Sérgio Zambiasi, Presidente dessa sessão, Senadora Marisa Serrano, Relatora, primeiro, sem sombra de dúvidas, meus cumprimentos pelo trabalho feito e pela informação dada, inclusive em parceria com a Câmara, para que de forma bem abrangente, nós pudéssemos atender a todos os setores da educação, eu confesso, Presidente e Relatora, sei que essa também tem a posição do Senador Zambiasi, já que temos feito uma política de muita parceria, né? Tanto em menos que fizemos juntos, eu e o Senador, ele encaminhou uma grande mesa Emenda na área da saúde, para a Santa Casa, eu encaminhei para a UERGS, e aqui nós tínhamos uma enorme preocupação, que era as escolas públicas, que estavam com uma enorme dificuldade em todo país, e lá no Rio Grande do Sul também, e por isso, mediante o entendimento que fizemos apresentamos essa Emenda também na área das escolas públicas, que estão com dificuldades enormes, desde a estrutura física, do prédio, como também de equipamentos, e a Senadora Marisa Serrano, liderado aqui pela Emenda do Senador Perillo, e depois aglutinou, não só as do Rio Grande do Sul, mas também do Senador Cristovam, Lúcia Vânia, Patrícia Saboya, Romero Jucá e Flexa Ribeiro e da própria Senadora, destina 800 milhões para essa área, meus cumprimentos, eu acho que é fundamental, nós temos uma verba para fortalecer as escolas pública já existentes nos estados, e claro, depois todos nós vamos trabalhar para que essa verba, seja, definitivamente liberada. E sem sombra de dúvida também, essa questão do ensino técnico, ele acaba também fortalecendo as escolas nos estados, já que lá estão as escolas técnicas, que serão fortalecidas, por essas Emendas que V.Exª também acatou. Não tenha nenhuma dúvida da importância de 400 milhões para a capacitação de artistas, técnica, e produtores da arte e cultura e no esporte, eu acho que nós temos uma relação, né, Senador Zambiasi, muito boa, e acho que já tivemos algumas parcerias com o Ministro do transporte, temos visto que ele libera mesmo essa questão que nós todos insistimos, nós todos, eu digo, porque quando eu entendo que essa Comissão aprova algumas Emendas, ela representa a vontade de todos os Senadores da Comissão. Na área dos ginásios de esportes, né? Que o ginásio de esporte, além do lazer, da importância do esporte para a formação da juventude, ele também pode se transformar em escolas, temos exemplos inúmeros, que o próprio espaço do ginásio do esporte, ele acaba dando o espaço subfísico para dar educação, inclusive para adultos analfabetos, no período da noite ou mesmo em fim de semana.

Então o relatório de V.Exª, como foi dito aqui que contemplou, na verdade, todas as Emendas, nenhum Senador pode reclamar, se foi apresentado 43 Emendas da forma que foi distribuído, todos foi garantido, mas eu queria, concluir só dizendo que eu fiquei muito feliz, pela forma que a Senadora Marisa Serrano conduziu o seu relatório final, contemplando a todos, a cultura, o esporte, a Educação Básica e a Educação Profissional. Parabéns a V.Exª, por parabéns também ao Presidente, em EXERCÍCIO, COMO também ao Presidente titular, que é o Senador Cristovam, e toda equipe da consultaria da casa, que ajudou nesse momento tão bonito e tão importante para a educação nesse país.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Senadora Marisa Serrano que nossa Relatora.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Era justamente com o que eu queria fazer um agradecimento ao nosso consultor, Murilo, que nos ajudou muito nesse trabalho e a todos dos ministérios todos que participaram, todos os técnicos e assessores dos ministérios, está aqui o Presidente da cultura, da educação, que estiveram aqui a pouquinho, todos acompanharam, esporte, e os Ministros conversaram conosco e acertamos, de forma a satisfazer também os projetos nacionais, e aquilo que foi determinado pelos ministérios e satisfazer também os interesses dos parlamentares, é isso que eu queria agradecer a todos.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Só para concluir, só dizer, Relatora, que Eliezer Paxeco, que é gaúcho, que é um apaixonado e responde por essa hora das escolas técnicas, me perguntava: “Paim, mas as escolas técnicas vão estar contempladas?” Com certeza absoluta, com o Senador Zambiasi presidindo e a Senadora Marisa na Relatoria, está garantido.

SR. PRESIDENTE SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS): Bom, agradecemos o trabalho de

todos e estamos encerrando a presente sessão. Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 13h13.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2007.

Às onze horas e vinte e seis minutos do dia vinte de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senador Cristovam Buarque e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Renato Casagrande, Gilvam Borges, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Maria do Carmo Alves, Marco Maciel, Raimundo Colombo, Marconi Perillo, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Aloizio Mercadante, Antônio Carlos Valadares, Marcelo Crivella, Siba Machado, Romero Jucá, Valter Pereira, Neuto de Conto, Adelmir Santana, Jonas Pinheiro, Cícero Lucena, Eduardo Azeredo e Lúcia Vânia, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Inácio Arruda, Fátima Cleide, João Ribeiro, Wellington Salgado, Edison Lobão, Heráclito Fortes e Rosalba Ciarlini. Justificam a ausência os Senhores Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita e Marisa Serrano. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta, pelos itens não terminativos, aguardando o quórum para deliberação dos projetos terminativos. **Item 18: Comunicados da Presidência: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, para a cerimônia de anúncio do 'Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação – 2007/2010', a realizar-se no dia 20 de novembro do corrente, às 15h30, no Palácio do Planalto. Informo que o evento contará com a presença do Exmo. Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva". **Comunicado 02:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, Ex-Senador José Fogaça, para o 'I Seminário Internacional do Projeto Sistema Intermunicipal de Capacitação em Planejamento e Gestão Local e Participativa', a realizar-se nos dias 21, 22 e 23 de novembro do corrente, na cidade de Porto Alegre/RS, que contará com a participação dos representantes das oito cidades da América Latina e Europa, sócias do projeto". **Comunicado 03:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência, convidando para a 'Semana da Consciência Negra' que irá realizar-se no dia 23 de novembro do corrente, às 19h, na Casa Thomas Jefferson. Informo aos Senhores Senadores que a programação do evento encontra-se disponível na Secretaria desta Comissão". Nesse momento, o Senhor Senador Gerson Camata requer, oralmente, a inclusão extra-pauta, de Requerimento, com o que todos concordam **(Item 02, Extra-Pauta). Item 12: Projeto de Lei da Câmara nº 084, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Presidente da República, que "Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências". O relator designado é o Senador Paulo Paim e o parecer favorável é aprovado. Nesse momento o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque, pede para registrar em ata que projeto com idêntico objetivo foi apresentado pelo Senador Paulo Paim e aprovado, em caráter terminativo, nesta Comissão no ano de 2005 e encaminhado a Câmara dos Deputados. Prosseguindo o Senhor Senador Paulo Paim, solicita a inclusão extra-pauta de Requerimento de Urgência para o PLC 084/07, com o que todos concordam**. (Item 01, Extra Pauta)**. **Item 15: Projeto de Resolução do Senado nº 024, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, "Institui a Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante". O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, comunica o recebimento de expediente, via e-mail, do Senhor Senador João Vicente Claudino abrindo mão da relatoria, para agilizar a votação do Projeto. A presidência esclarece que a praxe adotada na Comissão é a de designar relator ad hoc, somente na terceira (3ª) sessão de ausência do relator, mas, uma vez recebendo comunicado ou documento no qual o Senador decline da relatoria e no sentido de evitar a procrastinação da discussão e deliberação da proposição, é igualmente praxe desta Presidência substituir o relator antes da 3ª Sessão de ausência. Para a matéria em tela o Presidente da Comissão, Senador Cristovam Buarque designa, como relator ad hoc, o Senador Antônio Carlos Valadares que apresenta novo parecer, favorável à proposição. O parecer favorável é aprovado. **Item 09: Projeto de Lei do Senado nº 448, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Pedro Simon, que "Dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos". O relator designado é o Senador Marco Maciel e o parecer favorável é aprovado. **Item 06: Projeto de Lei do Senado nº 026, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Tião Viana, que "Altera a

Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem". O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer é favorável na forma do substitutivo oferecido. É concedida vista ao Senador Cícero Lucena, pelo prazo regimental de cinco (05) dias. **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2007,** de caráter terminativo, de autoria do Senador Inácio Arruda, que "Institui o ano de 2007 como 'Ano do Cinqüentenário dos painéis Guerra e Paz, de Candido Portinari, instalados na sede da Organização das Nações Unidas' - ONU, em 6 de setembro de 1957". A relatora designada é a Senadora Ideli Salvatti e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 07: Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador João Vicente Claudino, que "Dispõe sobre a Universidade Federal do Gurguéia, UFG, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Piauí e dá outras providências". O relator designado é o Senador Mão Santa e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02 - CE aprovadas por 14 (quatorze) votos. **Item 08: Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "Autoriza o poder Executivo a criar a Universidade Federal Cora Coralina no Município de Goiás-GO, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás". A relatora designada é a Senadora Lúcia Vânia e o projeto é aprovado por 15 (quinze) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02 - CE aprovadas por 14 (quatorze) votos. **Item 10: Projeto de Lei do Senado nº 333, de 2006,** de caráter terminativo, de autoria do Senador César Borges que, "Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977, modificada pelo art. 6º da Medida Provisória nº 2164-41, de 24 de agosto de 2001, para restringir o acesso a estágio a estudantes que freqüentem cursos de educação superior, de educação profissional ou escolas de educação especial". O relator designado é o Senador Raimundo Colombo e a declaração de prejudicialidade (nos termos do art. 334 do RISF), é aprovada por 14 (quatorze) votos favoráveis. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, solicita que conste em Ata que a Comissão reconhece a pertinência do projeto que, somente foi declarado prejudicado em virtude da aprovação dos Projetos n 044/07, da Câmara dos Deputados e 473/03, do Senado Federal, que regulamentam o estágio, uma vez que atenderam as demandas propostas pelo Senador César Borges na presente matéria. **Item 11: Projeto de Lei do Senado nº 407, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Valdir Raupp, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia". O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 17 (dezessete) votos favoráveis, incorporando ao texto final as emendas nºs 01 e 02 - sCE aprovadas por 16 (dezesseis) votos. **Item 16: Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Senador Marconi Perillo, que "Autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no Estado de Goiás". O relator designado é o Senador Antônio Carlos Valadares e o projeto é aprovado por 16 (dezesseis) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Lei da Câmara nº 069, de 2007,** de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Arnaldo Madeira, que "Considera o Município de Iguape, localizado no Estado de São Paulo, o Berço da Colonização Japonesa no Brasil". A presidência comunica o recebimento de correspondência da Senadora Marisa Serrano, solicitando que a matéria seja votada nesta Comissão. Em virtude do exposto, e cumprida a praxe deste colegiado, a presidência designa o Senador Cícero Lucena como relator ad hoc. O parecer favorável é aprovado. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento de Urgência nº 052/07 – CE**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Paim que, "... nos termos do artigo 336, inciso II, combinado com o artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, Requer Urgência, para o Projeto de Lei da Câmara nº 084, de 2007, que "Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA e dá outras providências". O requerimento é aprovado. **Extra-Pauta, Item 02: Requerimento nº 053/07 – CE,** de caráter não terminativo, de autoria do Senador Gerson Camata que, requer "... a realização de Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, para debater a questão das Políticas Públicas do Livro Didático e a ocorrência de ideologizações nos textos destinados à formação da criança e do jovem nas escolas, convidando os setores envolvidos na discussão do tema, e em especial as autoridades abaixo relacionadas. Deverão ser convidados para a exposição as autoridades, os especialistas e os representantes de entidades nominadas a seguir: 1. Sônia Schwarts Coelho, Coordenadora-Geral dos Programas do Livro, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); 2. Lúcia Helena Loli, Diretora do Departamento de Políticas de Ensino Médio do MEC; 3.Fúlvia Maria de Barros Mott Rosemberg, Pesquisadora Sênior

da Fundação Carlos Chagas e Especialista em Ideologia e Educação e Construção Social da Infância.; 4. Representante da Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos (ABRALE); 5. Cláudio de Moura Castro, Mestre pela Universidade Yale e Articulista da Revista Veja na Área da Educação; 6. Ali Kamel, Jornalista – Jornal O Globo e 7-Representante dos autores de Livros Didáticos". O Requerimento é aprovado. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006 e Projeto de Lei do Senado nº 065, de 2005, que tramitam em conjunto, Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2007, Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 030 de 2004, Item 05: Projeto de Lei do Senado nº 408, de 2007, Item 13: Projeto de Lei do Senado nº 236 de 2007 e Item 14: Projeto de Lei da Câmara nº 095, de 2002 e Projeto de Lei do Senado nº 164, de 2007, que tramitam em conjunto.** O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, determina que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às treze horas e nove minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares,** Secretário da Comissão de Educação, lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 20 DE NOVEMBRO DE 2007

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 61ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª Legislatura. Submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. Está aprovada a Ata.

Passamos à análise da pauta, antes lendo três comunicados. Comunico, em primeiro lugar, aos Srs. Senadores e às Sras. Senadoras o recebimento do convite do Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, para a cerimônia de anúncio do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação 2007/2010, a realizar-se no dia 20 de novembro, hoje, do corrente ano, às 15:30 horas, no Palácio do Planalto. Informo que o evento contará que com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República. Então aqueles Senadores que quiserem, estando lá presente representarão a Comissão.

Comunico também aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras o recebimento do convite do Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Porto Alegre, o ex-Senador José Fogaça, para o Primeiro Seminário Internacional do Projeto Sistema Intermunicipal de Capacitação em Planejamento e Gestão Local e Participativa, que vai se realizar em Porto Alegre nos dias 21, 22 e 23 de novembro corrente, e que contará com a participação dos representantes das oito cidades da América Latina e Europa que são sócias do Projeto Sistema Intermunicipal de Capacitação em Planejamento e Gestão Local e Participativa, no que é preciso lembrar que Porto Alegre é uma cidade pioneira desde o tempo do Prefeito Tarso Genro. É preciso lembrar esse grande mérito do atual Ministro.

Comunico também aos Srs. Senadores e Sras. Senadoras o recebimento de correspondência convidando para a Semana da Consciência Negra, que irá realizar-se no dia 23 de novembro do corrente, às 19:00 horas, na Casa Thomas Jefferson. Informo aos Srs. Senadores que a programação do evento encontra-se disponível na Secretaria desta Comissão. Eu estou me controlando, mas não me controlo para lembrar que o grande Presidente Thomas Jefferson foi dono de escravos [risos]e, segundo se fala, teve filho com escravas, mas isso é outro assunto. De qualquer maneira, é um dos grandes estadistas que houve e que fizeram com que os Estados Unidos se tornasse um país possível e a Casa Thomas Jefferson merece esse nome.

Passamos à pauta.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Se V. Exª. me permite também fazer uma comunicação, eu queria primeiro agradecer ao Senador Valdir Raupp do PMDB a minha recondução para esta Comissão, depois que foi aprovado o projeto de resolução permitindo que membros da mesa também participem de comissões técnicas.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E a outra coisa que eu queria aproveitar, eu estou dando entrada num pedido de Audiência Pública, vai às mãos de V. Exª., para a gente debater aqui o problema do livro escolar. Houve vários comentários, livros escolares comunizantes, livros escolares com problemas, com

imprecisões históricas, então eu proponho convidar a Professora Sônia Schwartz Coelho, Coordenadora Geral dos Programas de Livro do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a Dra. Lúcia Helena Loli, do Departamento de Políticas de Ensino Médio do MEC, a Dra. Fúlvia Mara de Barros Mott Rosemberg, da Fundação Carlos Chagas, especialista em Ideologia, Educação e Construção Social da Infância, um representante da Associação Brasileira de Autores de Livros Educativos, o Cláudio de Moura e Castro, que é mestre da Universidade de Yale e articulista da Revista Veja, e o jornalista Ali Kamel, que andou escrevendo sobre isso. Ao mesmo tempo eu dei entrada num projeto que está na mesa e vai vir para cá, propondo o seguinte, Sr. Presidente: que o Senado possa designar uma Comissão de sete membros para avaliar os livros que são distribuídos gratuitamente pelos Governos, observar se há imprecisões históricas ou se eles estão ainda no século retrasado ensinado Marxismo, atrasando a nossa juventude, coisa que nem a China não faz mais. Esse projeto vai vir aqui, será submetido à análise da Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata, em primeiro lugar bem-vindo a essa Comissão, que o senhor já presidiu, e eu espero que com sua experiência me ajude para melhorar o trabalho de coordenação que eu faço. Em segundo, todo o meu apoio a esse seu requerimento, a essa sua proposta de Audiência, que a gente votará no final, extrapauta. Eu só gostaria de sugerir a inclusão do nome do autor ou de um dos editores desse livro que é o mais polêmico de todos. Eu acho que a gente merece ouvi-lo, porque um livro que vende três milhões e que tem sido tão criticado, ele merece vir aqui explicar, até porque na minha leitura do livro, que eu procurei ver, sinceramente --

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exª. me disse que não tem esses defeitos tão graves quanto disseram.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Têm alguns, eu não via a necessidade de chamar o Presidente Kennedy de playboy, por exemplo, lá consta "um presidente playboy", não precisa disso. Eu acho que, ainda que tivesse sido, isso não é importante. Mas no conjunto, ou então ler o livro com cuidado, eu acho que ele merece vir aqui. Dizem que ele é muito arredio, então que venha o editor dessa pequena editora que publica esse livro.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Concordo plenamente. Pequena não, se vendeu três milhões e seiscentos é bem grande.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É verdade. Eu acho que seria interessante, ia ter a polêmica dele com o Ali Kamel e com os outros, e parabenizo todos os outros que foram escolhidos.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Passamos então à pauta a partir dos não terminativos, esperando que chegue o quorum, e aqueles que tenham seus relatores presentes.

O primeiro é o Item 12, que institui a Fundação Universidade Federal do Pampa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): O Item 7, nós estamos presentes aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas é terminativo.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, posso passar à leitura?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Institui a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. A autoria é da Presidente da República e a relatoria é do Senador Paulo Paim, a quem passo a palavra.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu vou fazer a leitura do relatório porque são somente duas laudas. Eu vou direito à análise. O projeto, Sr. Presidente, trata da criação da UNIPAMPA. Eu me vejo contemplado pela boa vontade de V. Exª., Senador Cristovam, porque nós já havíamos aprovado nessa Comissão exatamente um projeto autorizativo criando a UNIPAMPA, mas o Executivo é quem tem poder de que o projeto de fato fosse não só autorizativo, implementado na prática. Por isso que eu entendi e concordo com a iniciativa feita pelo Executivo, encaminhou à Câmara, mediante o entendimento que fizemos com todas as forças nesta região tão importante que é a zona sul do nosso Estado, e eu me vejo contemplado no projeto, por isso V. Exª. me honrou com a relatoria, já que eu tinha apresentado um projeto semelhante nessa Casa. Então eu farei a leitura da análise muito rápida.

O Projeto de Lei do Senado nº 084 institui a UNIPAMPA, que terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando, assim, sua inserção regional por meio da atuação Multicamp na Mesoregião metade sul do Rio Grande do Sul. Os cursos de todos os níveis integrantes dos campos das Universidades Federais de Pelotas e de Santa Maria, mas seus alunos passam a fazer parte, na data de publicação dessa lei, à UNIPAMPA.

A UNIPAMPA contará com a instalação inicial de unidade nos municípios de Bagé, Jaguarão, São Gabriel, Santana do Livramento, Uruguaiana, Alegrete,

São Borja, Itaqui, Caçapava do Sul e Dom Pedrito. São criados quatrocentos cargos de Professor da carreira do magistério e terceiro grau, além de mais quatrocentos outros cargos. Os cargos de reitor e de vice-reitor serão providos *pro tempore*, com o ato do Ministério da Educação, até que a UNIPAMPA seja implantada na forma do seu estatuto.

Na justificativa do projeto está ressaltado que a expansão da rede de ensino superior e a ampliação de investimentos em ciência e tecnologia são pontos centrais do Governo Federal. O fórum do debate sobre a reforma universitária, a criação do UNIPAMPA, demonstra o compromisso do Governo com o desenvolvimento do país e da metade sul do Rio Grande do Sul, que é considerada a região mais pobre. Por isso, a iniciativa desta universidade, que abrangerá mais de cem municípios correspondente a uma área de 153,879 quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 2,6 milhões de habitantes. Muitos municípios que compõem a metade sul do Estado são fronteiriços em países integrantes do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, o que lhe confere características econômicas, sociais, políticas e culturais que, do ponto de vista científico-acadêmico, são favoráveis à integração. A expansão do ensino universitário na região contribuirá para a reversão do processo de estagnação econômica regional, gerando um novo dinamismo, dinamismo nos setores agropecuário e agroindustrial voltados para os mercados nacional e internacional, especialmente no âmbito do MERCOSUL.

Com a implantação total da UNIPAMPA serão criados vinte e seis novos cursos de graduação que atenderão a dez mil alunos. Acreditamos que a criação da UNIPAMPA trará grandes benefícios para a região em apreço, além de ampliar a oferta no ensino superior, necessidade premente do país. Gerará conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar de mais de dois milhões e meio de habitantes da região, além dos eventuais interessados vindo de outros lugares do Brasil.

A criação da UNIPAMPA certamente deve responder a anseios a muito disseminados no Rio Grande do Sul e no país. Do ponto de vista do mérito(F) educacional é inegável que a universidade trará benefícios para a sociedade e para a construção de uma cidadania forte. VOTO. Pelo exposto, nosso voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 084/2007. Senador Cristovam, realmente eu nem leio o meu relatório, eu faço uma síntese, mas como nesse eu participei já no momento que aprovamos, semelhante a este, mas autorizativo, e o Governo entendeu que deveria mandar um projeto definitivo para essa questão, e foi conversado com todos os setores, eu me vi na obrigação de fazer uma rápida leitura para demonstrar, mais uma vez, o meu compromisso com esta proposta. Agradeço a V. Exª. por ter me indicado como Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paim, antes de por em discussão eu queria dizer que talvez não tenha sido a melhor escolha, porque se fosse outro teria incluído no relatório o seu papel na origem desse projeto. O senhor, por modéstia, não pode fazer. Então eu quero, como membro da Comissão, incluir um parágrafo no seu relatório, lembrando que a idéia inicial dessa universidade teve origem no Senado com base em proposta do Senador Paulo Paim. Claro que isso vai ter que ir abaixo da sua assinatura para não parecer que o senhor está dizendo isso, mas para ficar claro que foi um membro da Comissão, no caso eu que estou na presidência, que sugere este parágrafo, e isso, embora seja um caminho certo, que nós não podemos criar, é lamentável que o Executivo esteja fazendo o que deve, que é executando, mas sem dar o crédito devido aos parlamentares que tomam a iniciativa de propor essas coisas. Eu quero dizer que no meu caso pessoal, quando o projeto está para aprovar, o Executivo põe um projeto e assume a paternidade, como está tentando agora no caso do piso salarial do professor. Eu acho isso lamentável, porque é claro que tem que partir depois do Executivo, poderia fazer um reconhecimento. Então eu quero incluir no relatório, que conste da Ata, um parágrafo dizendo que esse projeto teve início no Senado e veio do Senador --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Da Câmara, ele está autorizativo lá na Câmara.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): -- Está autorizativo lá também, do Senador Paulo Paim. Com a palavra o Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Eu quero me solidarizar com a sugestão de V. Exª., eu acho que deve constar no relatório do Senador Paulo Paim, apesar da modéstia dele, senão por um aparte na discussão, o fato de que a origem, como V. Exª. bem acentuou, é de um projeto de autoria dele, aprovado pelo Senado e que tramita agora na Câmara.

Também eu preciso fazer, embora não caiba muito a discussão da matéria, um agradecimento público ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele sancionou ontem um projeto de minha autoria que era autorizativo e que inclui o Porto de Regência, no Município de Linhares, no Estado do Espírito Santo, federaliza esse porto, tornando-o um porto federal, incluído na relação descritiva dos portos brasileiros, de modo que como às vezes se critica quando o Governo copia uma inicia-

tiva, aqui eu tenho que agradecer ao Presidente pela sanção desse projeto que economicamente representa muito para o Estado do Espírito Santo e para a região central do Brasil, vindo até Brasília. Esse porto hoje é um porto de gás natural, um porto de petróleo e um porto que embarca insumos para as plataformas de petróleo que operam no litoral do Estado do Espírito Santo, de modo que eu agradeço publicamente ao Sr. Presidente da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): [pronunciamento fora do microfone] ele acaba de dar um passo avançado para a Presidência do Senado.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Santo Agostinho dizia, Sr. Presidente, que aquele que não tem a virtude da gratidão não têm nenhuma das outras virtudes cristãs, de modo que eu quero primar pela virtude da gratidão, pelo menos, já que as outras me falta.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): A minha mãe, por ser Franciscana, a minha santa mãe dizia, no colo dela eu aprendi que a gratidão é a mãe de todas as virtudes, e V. Exª. deu um passo avançado para a Presidência do Senado, acaba a se igualar com Garibaldi.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Longe de mim tal tentação. Pai, afasta de mim esse cálice [risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O pai talvez afaste, mas talvez os pares não afastem. Ele pediu ao pai, não aos pares, que nos deixam com esperança.

Está em discussão. Não havendo mais quem queira discutir eu passo à votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Com os parabéns ao Senador Paim, está aprovada a criação da Universidade do Pampa, que eu acho que vai dar uma grande contribuição, com a inclusão na Ata da sugestão que eu fiz, apoiada também pelo Senador Gérson Camata.

Passamos à discussão do item não terminativo que pudemos julgar, o Senador João Vicente Claudino abriu mão da relatoria, então eu peço ao Senador Valadares para ser o Relator *ad-hoc*. É o projeto que institui a frente parlamentar em defesa do ensino profissionalizante. O autor é o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sr. Presidente, eu teria que fazer um esclarecimento antes do Relator usar a palavra, que eu acho que é importante. Eu conversei com o Relator, o Senador Vicente Claudino, e expliquei que é simplesmente a criação de uma frente parlamentar, ele entendeu e pediu que nós poderíamos indicar um Relator *ad-hoc* a favor da aprovação do projeto, que num primeiro momento ele estava remetendo para a Comissão de Justiça, ele disse: Paim, para mim não há problema nenhum, eu sou empresário, eu só posso ser a favor de uma frente parlamentar que vá ajudar a caminhada do ensino técnico, do qual V. Exª. organizou inclusive um seminário, eu sou inclusive o Relator, sendo que no meu relatório falaria inclusive dessa decisão que com certeza tomaremos agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço os esclarecimentos do Senador Paim e passo a palavra ao Relator que tem a gentileza de apresentar o relatório *ad-hoc*.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Senador Cristovam, eu só queria dizer, por gentileza, o seguinte: Paim, hoje é o dia de Consciência Negra e V. Exª. representa essa grandeza dessa raça, V. Exª. é o reviver de ... (ininteligível – 0:18:03) no Brasil e no universo de Martin Luther King. Então V. Exª. hoje, tinha que ser na Comissão de Educação esse grande reconhecimento à conscientização da primazia da raça negra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito obrigado ao Senador Mão Santa por ter lembrado esse assunto. Senador Valadares, com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, na verdade ao ser indicado por V. Exª. para relatar no padrão *ad-hoc* esta matéria, eu me sinto gratificado, desde quando estou ao lado do Senador Paulo Paim na criação de uma frente parlamentar em defesa da educação. Passemos logo à análise.

A criação de uma frente parlamentar em defesa da educação, como instrumento para atuação mais efetiva dos Senadores e um tema reconhecidamente vital para o futuro do país, certamente é meritória. Todavia, em que pese a solidez dos argumentos e a correta redação do projeto, julgamos não haver base no regimento do Senado para formalizar a criação de uma frente parlamentar mediante resolução. A tramitação inconclusiva de projetos semelhantes corrobora esse juízo inicial. Pelo exposto, o voto é pela remessa do projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para seu pronunciamento sobre a regimentalidade da proposta, condição prévia para a análise de mérito na Comissão de Educação. Sr. Presidente, houve --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu não sei se o Senador Valadares --

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Tentando evitar maiores delongas na tramitação dessa matéria, quem sabe nós poderíamos transformá-la num requerimento –

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): -- Num requerimento propondo a criação de uma frente parlamentar e não haveria necessidade então de que ela fosse ainda à Comissão de Justiça, a não ser que o autor esteja de acordo com o parecer, a sugestão do Relator que é o Senador João Vicente Claudino.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): O acordo que eu fiz com o Relator é que nós aprovaríamos o projeto na forma original. Ele disse que é totalmente favorável, é simplesmente a criação de uma frente parlamentar. Então nós aprovaríamos o projeto e não remeteríamos ele à CCJ, daí estaria criada a frente parlamentar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então essa idéia aqui de enviar para a Comissão de Justiça nós vamos abstrair do projeto?

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Isso, isso, seria para a aprovação do projeto original criando a frente parlamentar.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Então eu mudo o voto, no caso. Sr. Presidente, então em virtude do acordo a que se referiu o Senador Paulo Paim, o projeto seria aprovado em sua totalidade sem a necessidade de enviar ou de encaminhamento à Comissão de Justiça, ganhando etapas, ele seria aprovado de acordo com o seu conteúdo na forma original, aqui mesmo na Comissão de Educação, sem a necessidade de ser encaminhado à Comissão de Justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, de minha parte está corretíssimo, agora eu quero ver o regimento. O regimento permitindo fica dessa forma, senão a gente envia à Comissão de Constituição e Justiça. Está bem assim?

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Está bem assim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É uma questão só regimental.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V. Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Ele é aprovado e vai, porque não é terminativo, à CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Exatamente.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Mas vai aprovado, então já chega com força na CCJ.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Já chega aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Rapidamente parece que não há necessidade absoluta de enviar à Comissão de Constituição e Justiça.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Melhorou ainda, então o meu Relator *ad-hoc* foi melhor do que a encomenda.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vamos para a votação. O Senador Colombo quer fazer uso da palavra? Não. Eu ponho em discussão. Não havendo quem queira discutir eu ponho em votação. O parecer é favorável, quem for a favor permaneça como esta. Está criada a Comissão Parlamentar de Ensino Profissionalizante, a qual eu espero, Senador Paim, que o senhor me inscreva como um dos membros.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria de me inscrever também com V. Exª.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Eu queria cumprimentar o Senador Valadares pela criatividade que ele teve, porque eu estava entendendo, inclusive, que ele teria que ir, mesmo com a aprovação favorável, à CCJ, mas a assessoria já orientou que está certa a posição do Senador Valadares, é uma frente parlamentar e não há motivo nenhum de ir para a CCJ. Muito obrigado, Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Senador Paulo Paim, só para informar a V. Exª, quando eu governei o Estado, entre 1987 e março de 1991, eu consegui instalar pelo menos seis escolas profissionalizantes no Estado de Sergipe. As primeiras escolas profissionalizantes encarregadas pelo próprio Estado de seu funcionamento, as chamadas Escolas do Premem, que foram instaladas em várias cidades, não só na capital como no interior do Sergipe. Por isso eu sou favorável, sem dúvida alguma, à adoção do ensino profissionalizante como instrumento indispensável ao desenvolvimento do nosso país.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Muito bem. Está em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Passamos a palavra agora, voltando na agenda para o item não terminativo nº 09, cujo Relator é o Senador Marco Maciel. É o Projeto de Lei do Senado 448, de 2007, que dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos. A autoria é do Senador Pedro Simon e a relatoria é do Senador Marco Maciel, favorável. Eu passo a palavra ao Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, ilustre Senador Cristovam Buarque, Sras. e Srs. Senadores. Como o Presidente desta Comissão mencionou, passo a relatar o Projeto de Lei do Senado

nº 448, de 2007, que dispõe sobre auxílio financeiro da União aos Institutos Históricos e Geográficos. A autoria do projeto, como também já foi lembrado pelo Presidente da Comissão, é do Senador Pedro Simon, e o seu objetivo é autorizar a União a conceder contribuição orçamentária a instituições culturais nos Estados e no Distrito Federal destinadas à preservação da memória histórica e geográfica regional, atividade realizada comumente por instituições denominadas Instituto Histórico e Geográfico (gostaria de lembrar que o Brasil tem uma das mais antigas instituições, que é o Instituto Histórico Geográfico Nacional, que faz um trabalho, aliás, excelente na preservação da nossa memória e vem ajudando e contribuindo muito para que também os Institutos Históricos Geográficos dos respectivos Estados possam trabalhar em associação no que diz respeito a projetos mais relevantes). O que pretende o Relator, o nobre Senador Pedro Simon, é que a União passe a cogitar de colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no limite da dotação possível, para que essas instituições possam dispor do apoio da União. Eu posso dizer que em Pernambuco há um Instituto Histórico Geográfico muito antigo, com mais de cem anos de existência, que sofre de muitas limitações financeiras, o que o impede de preservar, como seria desejável, o nosso patrimônio histórico e geográfico. O autor, o nobre Senador Pedro Simon, no artigo 2º estabelece que a instituição a ser beneficiada deverá ter caráter privado, não ter fins lucrativos, como aliás ocorre geralmente nesses institutos, ser registrada como associação civil e declarada de utilidade pública. O projeto determina, também, que a entidade que se habilitar no recebimento do auxílio previsto deverá possuir patrimônio próprio, biblioteca especializada e arquivos documentais abertos ao público, bem como comprovada atuação na unidade federada que representa. A proposição prevê, ainda, que o auxílio financeiro estipulado no artigo 1º só poderá ser aplicado nos equipamentos culturais da instituição.

O projeto foi encaminhado às Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos, a qual caberá a decisão terminativa. Na Comissão de Educação, ou seja, nesta Comissão, não foram oferecidas emendas. Análise. Nos termos do inciso I, do artigo 102, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar a respeito de proposições que versem sobre normas gerais de educação, da cultura, do ensino e dos desportos. Embora disponha prioritariamente sobre matéria financeira, o Projeto de Lei do Senado, do Senador Pedro Simon, contempla também, por intermédio de autorização de concessão de suporte orçamentário à preservação e à guarda de testemunhos históricos geográficos brasileiros, bem como a ampliação do acesso da população a acervo documental. Isso é uma maneira também de estimular o conhecimento da nossa história, porque a história é fundamental para que nós possamos projetar o nosso futuro, enfim, o futuro, tem um historiador italiano, Levi, que disse certa feita que o futuro tem um coração antigo. Então nós não podemos deixar de, ao pensar o futuro do Brasil, de lembrar o passado e quem sabe recolher contribuições úteis que possam iluminar o futuro do país.

Gostaria também de considerar que o mérito do projeto em comento reside exatamente no reconhecimento do papel desempenhado pelos Institutos Históricos Geográfico nas unidades federadas, respaldada pelos artigos 205, 215 e 216 da Constituição Federal, que também inovou nesse campo, na Constituição de 1988, na sua preocupação em preservar a nossa memoriza histórica. A usual dificuldade financeira caracterizada na administração de instituições voltadas para o fomento cultural e a preservação de acervos é de domínio público. Tais agremiações sobrevivem à custa do trabalho voluntário de seus integrantes e da atenção de alguns poucos setores da sociedade, com um impacto dos fomentos peculiares à área cultural em seu conjunto.

O intento do autor da proposição não é novo. Como bem informa a justificação do projeto, o Senador Pedro Simon, convicto da importância da matéria, dela se ocupara em proposição anteriormente apresentada, cuja rejeição pela Câmara dos Deputados motivou a adequação dos seus termos no sentido de atender aos requisitos legais relativos à questão orçamentária. Por todas essas razões, Sr. Presidente, julgamos oportuna a apresentação do projeto em epígrafe e chamamos a atenção para o seu inquestionável mérito. O voto, portanto, é no sentido pela aprovação do projeto, não somente no que diz respeito ao ponto de vista jurídico formal, mas também no que diz respeito ao mérito da questão, que reputo de relevante interesse do país. Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço ao Senador Marco Maciel, cujo parecer é favorável, e ponho em discussão a matéria. Senador Paulo Duque para discussão.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu tenho uma indagação. A capital federal mudou-se para cá em 1961. Eu gostaria de saber da Presidência, do Relator ou de alguém, se existe algum instituto histórico aqui no Distrito Federal, no atual Distrito Federal, e onde fica isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Existe funcionando e muito bem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bem. E onde fica?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Fica num dos setores reservados para autarquias lá pela Asa Norte, na área 900.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Mas existe?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Existe e funcionando muito bem, há anos sob a mesma direção, com um acervo bastante grande da criação de Brasília.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É uma espécie de --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Poderíamos marcar uma visita conjunta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É uma espécie de museu?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É um espécie de arquivo, mais do que de museu. Se quiser, podemos um dia ir visitar juntos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Vamos, eu gostaria muito de ir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos marcar, então vamos marcar um visita nossa.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu acho que deveria ir toda a Comissão. Aqui na Comissão alguém conhece o instituto?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O perigo é que, se formos nós dois, que somos os mais velhos aqui, eles podem prender a gente lá no arquivo [risos].

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Agora --

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu estarei em boa companhia.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Paulo Duque, eu gostaria --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem, o Senador Valadares.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Pois não, desculpe, eu não sabia.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, eu sou totalmente favorável à aprovação desse projeto que é simplesmente autorizativo e significa que o Poder Executivo, ao receber a sugestão do Poder Legislativo, deverá fazer os seus estudos, inclusive sob o ângulo orçamentário financeiro, e colocá-lo em prática. A assessoria está aqui nos informando que este PLs foi rejeitado, quer dizer, uma proposta semelhante foi rejeitada na Câmara dos Deputados. Então o Senador Pedro Simon, analisando a importância, a relevância do seu conteúdo, propôs no Senado Federal um projeto autorizativo. Então a assessoria sugere a aprovação do projeto, no mérito desta Comissão de Educação, pela importância inconteste dos Instituídos Históricos e Geográficos da preservação da memória do nosso país, inclusive do Estado de Sergipe existe um Instituto Histórico e Geográfico com uma boa sede e que tem prestado relevantes serviços à nossa população, à nossa sociedade. Então a sugestão é que posteriormente as questões orçamentárias sejam aprofundadas pela Comissão de Assuntos Econômicos. No mérito eu sou favorável, mas com este pequeno reparo, de que o assunto orçamentário seja resolvido por outra Comissão. Agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Ou seja, a sua sugestão é que o projeto seja encaminhado à Comissão de Orçamento.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): À Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): De Assuntos Econômicos, é claro. Está bem. Eu vou consultar ao Relator se estaria de acordo.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nada a opor com relação à proposta do Senador Antônio Carlos Valadares, eu acho até que ela contribui para que o projeto seja apreciado também sob o aspecto financeiro, sem o qual ele não terá eficácia plena. Mas gostaria também, Sr. Presidente, de aproveitar a ocasião, tendo em vista a intervenção do Senador Paulo Duque, de dizer que o Instituto Histórico Geográfico Nacional, que tem mais de cem anos de existência, é um instituição que funciona no Rio de Janeiro muito bem, e lembrar um detalhe: o Imperador Pedro II ia a todas as reuniões do Instituto Histórico Geográfico Nacional, ele não faltava às reuniões, não somente para ouvir reivindicações e etc., mas também para adotar e sugerir providências, e graças a isso o Instituto Histórico Geográfico Nacional é uma instituição reconhecida e reputada no exterior, sendo que hoje é presidida por um grande especialista no assunto, que é o Professor Arno Wehling.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero agradecer ao Senador Valadares de estar lembrando que de fato está previsto que a matéria, depois de aprovada aqui, vai para a Comissão de Assuntos Econômicos. Está previsto. Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, a minha participação é para parabenizar tanto ao autor como o Relator, porque no caso específico da

Paraíba nós temos o INFAEP(F), que é um órgão que dá uma belíssima contribuição. Uma cidade como João Pessoa, com mais de quatrocentos anos, e conseqüentemente precisando de um órgão que tenha independência, mais que seja bem estruturado, suficiente para fiscalizar principalmente as administrações municipais e a vontade também especulativa imobiliária, que no caso em João Pessoa a INFAEP(F) toma conta. Na Paraíba nós temos uma particularidade, Exª., que a nossa orla, em termos de construções verticais, ela é protegida na Constituição Estadual, limitando a altura dos prédios à beira-mar em toda orla paraibana, e um dos órgãos que fiscaliza e que acompanha os quinhentos metros da orla marítima de avanço em território firme, em terra, é exatamente o INFAEP(F). Embora algumas administrações municipais tentem manipular e enfrentar as determinações do INFAEP(F), nós precisamos, sem dúvida, de estruturar bem mais o INFAEP(F) para que não esteja sujeito a algumas administrações municipais predadoras como eventualmente possa ocorrer. Então eu sou totalmente favorável e considero muito importante essa decisão dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Não havendo mais ninguém que queira discutir eu ponho em votação. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado o projeto, que vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Eu passo agora ao Item 06, cujo relator é o Senador Augusto Botelho e o Senador Tião Viana é o autor. É o Projeto de Lei do Senado nº 026, de 2007, que altera a Lei 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): O relatório, Sr. Presidente. O Projeto de Lei nº 26, de 2007, de autoria do Senador Tião Viana, altera a lei que regulamenta o exercício profissional da enfermagem para estabelecer prazo para a concessão de registros aos atendentes, auxiliares, técnicos de enfermagem e às parteiras, bem como para assegurar a esses profissionais o acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior em enfermagem. A lei que regulamentou o exercício profissional da enfermagem, de 1986, determinou que apenas enfermeiros, profissionais de nível superior e técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras, técnicos de nível médio, podem exercer a profissão. Ao pessoal que ao tempo da entrada em vigor daquele regulamento se encontrava executando tarefas de enfermagem sem formação específica, foi autorizado a exercer as atividades sob supervisão de enfermeiro. Aos atendentes de enfermagem, pessoal de nível elementar, admitidos antes da vigência da lei, foi assegurado o exercício profissional sob orientação e supervisão de enfermeiro. A proposição em análise estabelece prazo até 31 de dezembro de 2017 para a inscrição de auxiliares e técnicos de enfermagem e de parteiras nos Conselhos Federais de Enfermagem, vedado a partir de então a prática de atividade de enfermagem por pessoal sem formação específica e cancelando autorização para a prática de atendentes. Para obter o resultado desejável, determina que os auxiliares e técnicos de enfermagem e parteiras terão acesso diferenciado a cursos de graduação de nível superior de enfermagem, segundo o regulamento. A matéria deverá ser apreciada também pela Comissão de Assuntos Sociais, a qual terá decisão terminativa. Não foram apresentadas emendas.

O autor justifica a sua proposição como um meio de promover mudanças na estrutura de atendimento público de saúde, focadas nas qualificações dos profissionais de enfermagem que, segundo ele, formam a base de todo o sistema. Reconhecida a baixa qualificação profissional dos nossos quadros de enfermagem, que constituem enorme contingente de trabalhadores sem a qualificação técnica ideal, apesar da importância estratégica e de sua atuação. Da mesma forma, a adoção de princípios similar à formação superior para todos os professores primários, nos anima a adotar essa providência para o setor saúde. É preciso, no entanto, considerar o enorme esforço que será necessário para implementar tais mudanças. O levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, sobre a assistência médico sanitária de 2005, identificou a existência de mais de cem mil trabalhadores nessa condição, razão pela qual cremos que os prazos estabelecidos serão insuficientes. Por outro lado, se concordamos com a solução proposta de impedir o exercício profissional daqueles técnicos e auxiliares de enfermagem que, por conveniência ou por não terem conseguido ter acesso ao curso de nível superior ou outro motivo de ordem pessoal, não se transformarão em enfermeiros, nos parecendo razoável permitir que mantenham o direito de permanecerem em suas funções até a aposentadoria. Por fim, cremos ser necessário corrigir a técnica legislativa para adequar o texto proposto ao estrito da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que prevê reunião de textos consolidados de matérias conexas, trazendo o artigo 2º da proposição para dentro do texto da lei que regulamenta o exercício da enfermagem. Em vista do proposto, so-

mos pela aprovação nos seguintes termos, Sr. Presidente: o artigo 1º da Lei 7.491, de 25 de junho de 1986, passa a vigorar acrescido do artigo 22-A. A partir de 31 de dezembro de 2022 fica vedada a inscrição nos Conselhos Regionais de Enfermagem de técnicos de enfermagem, e a partir de 31 de dezembro de 2027 de auxiliares de enfermagem. O artigo 23, da Lei 7.491, de 25 de junho de 1986, passa a vigorar com a seguinte redação: "é assegurado aos técnicos e auxiliares de enfermagem, já inscritos nos Conselhos Regionais de Enfermagem, e que nas datas estabelecidas no artigo 23-A se encontrem executando atribuições previstas, respectivamente os artigos 12 e 13 desta lei, o direito de permanecerem exercendo suas profissões até se aposentarem. § único: a partir de 31 de dezembro de 2017 não será permitido o exercício de atividades de enfermagem por atendentes de enfermagem". Mais um outro artigo da lei, o artigo 3º, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo, o 24-A: "os auxiliares e técnicos de enfermagem e as parteiras em exercício profissional na data em vigor desta lei, terão acesso diferenciado aos cursos de graduação de nível superior de enfermagem, segundo dispuser o regulamento. A lei entra em vigor em sua publicação".

Sr. Presidente, essa lei visa melhorar a qualidade do atendimento em saúde sem agredir os direitos dos nossos atendentes de enfermagem, dos nossos auxiliares de enfermagem, que, como eu costumo dizer, são os anjos da guarda do paciente e do médico. Está aí o meu amigo Mão Santa que sabe disso. Se nós não tivermos uma equipe de enfermagem eficiente, atenciosa, cuidadosa, não adianta a gente fazer um trabalho bem feito na cirurgia, que ele não vai funcionar depois. Então esse projeto visa, além de fazer que todos os nossos enfermeiros, na terceira década, entrando pela quarta década desse milênio, sejam enfermeiros de nível superior, as pessoas que vão prestar assistência dentro do hospital, assistência de enfermagem, sejam de nível superior, como já é em alguns países, inclusive da América do Sul, nós vamos ter uma grande vantagem. E o acesso diferenciado, que vai ser regulamentado posteriormente, é para permitir que as pessoas que estão exercendo essas atividades, que queiram cursar o curso de enfermagem, tenham acesso. Eu acho que --

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): V. Exª. me permite uma --

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): -- a iniciativa do Senador Tião Viana é muito boa e vai melhorar a qualidade do atendimento à saúde. Com todo prazer, Senador.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Ilustre Senador, é uma aparte que eu queria propor, um esclarecimento, aliás, não é nem um aparte. V. Exª. é médico, V. Exª. entende muito do assunto e pode me esclarecer para ilustrar como eu devo votar. Eu temo, não pelas capitais, que tem lá suas faculdades de enfermagem, tem as suas escolas de enfermagem, mas eu temo nas pequenas cidades do interior onde o acesso a um curso superior de enfermagem é complicado, e às vezes a pessoa, até por posse, por falta de posse, não tem condições de ir à capital fazer o curso. Então é muito melhor que tenha lá um auxiliar de enfermagem do que não tenha ninguém, e a gente observa que no mundo todo estão escasseando técnicos de enfermagem e enfermeiros com curso superior. Há pouco tempo esteve aqui um Senador italiano e ele nos disse que a Itália está se preparando para recrutar no Brasil seis mil enfermeiros de curso superior, porque na Itália poucas pessoas estão indo às escolas superiores de enfermagem, se dispondo a fazer esses cursos. Olha, se eles passarem aqui, com certamente salários melhores do que os nossos, e levarem seis mil, os nossos doentes vão ser atendidos por quem? Então é interessante, eu vejo que V. Exª. ampliou os prazos, deu mais condições, mas é bom a gente observar que, por exemplo, se falou agora na escola técnica; escola técnica de auxiliar de enfermagem, que seria muito melhor ter um técnico de enfermagem de nível médio do que não ter nenhum, que, como V. Exª. disse, são os anjos da guarda dos médicos e dos pacientes. É um esclarecimento que eu pretendo de V. Exª., se me permite.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, eu gostaria até de acrescentar, nessa linha de querer um esclarecimento. Há dez anos se fez uma lei obrigando que todo professor fosse de ensino superior. As escolas normais estão sendo fechadas. Eu acho que, além do que não vamos ter professores com curso superior, nós perdemos um patrimônio, que eram as velhas normalistas, que para as primeiras séries do ensino fundamental de fato tinham o conhecimento necessário, mesmo que não tivesse o diploma superior. A minha pergunta é: isso de fato melhora a saúde, mas não tem por trás também a idéia de proteger o mercado para aqueles que estudam nas universidades? O objetivo central é proteger a saúde ou proteger a universidade? Porque eu temo que em alguns momentos a gente está criando é a proteção à universidade e não a proteção ao serviço.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que esse prazo de dez e vinte anos que nós estamos dando é assim: nós estamos visando, porque o principal objeto dos trabalhadores da saúde é o paciente, o principal objetivo é o bem-estar e a qualidade do atendimento do paciente. Eu faço uma pergunta bem

simples: é lógico assim que nós vamos ter dificuldades, que esse prazo que nós estamos dando pode ser depois no futuro até mexido, nós estamos dando dez anos para a parte técnica, e essas escolas, por exemplo, lá em Roraima nós temos um curso técnico de técnico em enfermagem na escola técnica que pode virar um curso de enfermagem de nível superior lá na frente, de tecnólogo, um curso com um tempo mais curto.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Tem legalizado o curso de auxiliar, de atendente e tudo, mas no caso nós temos que procurar melhorar a qualidade. Qualquer pessoa prefere ser atendido por um técnico mais com mais tempo de estudo do que com menos tempo de estudo. Então é lógico que nas cidades pequenas, no interior, nós temos que também lutar para interiorizar.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Augusto Botelho, e se acabar com o mestre de obra e todo mundo ser engenheiro como o Dr. Cícero Lucena? O Tião está muito novo, aqui vai falar a experiência, eu vou fazer quarenta e um anos de médico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria muito de ouvir a opinião do Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Eu fui prático, logo olhando para o Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria que o Senador terminasse a sua fala.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Eu acho que a gente tem que procurar melhorar a qualidade. Alguns países até aqui da América Latina já estão adotando isso e está funcionando. O que nós temos que fazer é a interiorização do ensino, um estudo virtual com as faculdades, o ensino virtual que está chegando. Lá no meu Estado nós temos agora faculdade em todos os municípios, são quinze só também, mas são municípios distantes, com poucos recursos.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Na Paraíba são duzentos e vinte e três.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): É, mais aí é porque lá, o Município mais perto de Boa Vista são sessenta quilômetros, daí para frente começa assim a ser cento e vinte, duzentos e cinqüenta, trezentos, quinhentos, e com estradas e com dificuldade de acesso. Então a gente tem que levar a universidade para essas pessoas, vamos levar, e ontem foi inaugurada uma unidade de escola técnica, de ensino técnico, bem perto dos municípios do sul do Estado, onde não tinha nada de ensino superior. Eu acho assim que isso aqui, o ideal ... olha, aquela escola que veio lá do Gavião não sei de onde, aqui em São Paulo, que teve o melhor índice, a melhor nota, só perdeu para a escola do Mão Santa naquela prova, veio aqui e o que é que tinha? Todos os professores tinham curso superior, os professores estavam fazendo mestrado e tudo. Nós temos que melhorar a qualidade do ensino para o nosso povo e a qualidade da saúde também. Não é que a qualidade da saúde seja culpa dos enfermeiros, pois os nossos enfermeiros trabalham com o que eles têm, como podem, lutam. Quando eu cheguei em Roraima tinha atendente de enfermagem, mas hoje em dia já não se faz mais escola de enfermagem, virou todas para auxiliar de enfermagem ou técnico de enfermagem. Os próprios auxiliares estão fazendo curso para técnico, eles estão querendo melhorar, pelo menos eu estou falando pelo meu Estado e pelo do Tião também que é um que reflete. Vai haver dificuldade porque são cem mil pessoas que trabalham na área de enfermagem no Brasil, e nós precisamos, temos deficiência de enfermeiro no Brasil todo. Se a Itália vier e levar seis mil da gente nós vamos ficar com deficiência maior ainda, mas se a Itália pagar melhor é direito dos nossos enfermeiros irem para lá. Eu acho que esse projeto é meritório porque inclusive vai facilitar com que os enfermeiros tenham acesso à faculdade, os auxiliares, os técnicos e as parteiras.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa e depois o Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Senador Mão Santa, me permita, porque na minha intervenção eu ia pedir exatamente sua opinião, e aí, se me permitir, eu gostaria de colocar algumas dúvidas para que o senhor possa também nos esclarecer. É possível? Muito obrigado.

Eu tenho uma preocupação, Senador Augusto Botelho, demais Senadores, porque eu tive uma experiência que, quando eu assumi a Prefeitura de João Pessoa, nós não tínhamos nenhuma equipe de saúde da família, e deixamos com cento e oitenta equipes de saúde da família, sendo a primeira capital a ter cobertura de 100% para o público alvo. E já naquele processo de seleção que existiu, nós encontramos e foram selecionados pela conveniência de pessoas que moram perto das famílias a serem beneficiadas, o posto de atendimento ser também no local, obviamente que nós não tenhamos pessoas qualificadas na área de saúde para ser, por exemplo, o agente comunitário de saúde. Deixamos um projeto em andamento onde a própria Prefeitura, mas aí é o caso de uma capital, tinha várias escolas profissionalizantes de técnicos de enfermagem onde nós montaríamos cursos específicos para esses agentes comunitários de saúde, transformando-

os em agentes técnicos de saúde. A nossa meta era que todos os agentes comunitários de saúde fossem técnicos de saúde, obviamente que futuramente até atingir até o nível superior. Agora me preocupa muito num Estado como o da Paraíba, de duzentos e vinte três Municípios, com cidades também com distância de quinhentos quilômetros, quinhentos e vinte quilômetros, como é a própria cidade onde eu nasci, nós estabelecermos um atendimento só de nível superior, onde é uma meta que devemos atingir, mas a nossa realidade, ela não nos dá a tranqüilidade, Presidente, para que a gente tenha a certeza que atingiremos o nível superior, desprezando algo que eu acho que é consciência de todos, que é a importância do nível técnico. Então eu acho, a minha sugestão, eu gostaria de ouvir, e vamos ouvir também não só o relator, mas também o Senador Mão Santa que tem experiência nisso, no sentido de que nós discutíssemos um pouco mais esse projeto e estabelecer condições que eventualmente isso viesse a buscar o nível superior de todos. Então essa é a minha contribuição.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu posso entender como um pedido de vista isso?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu sugiro que não só um pedido de vista, mas que a gente abrisse até a discussão de Audiências Públicas nesse projeto, se o Relator assim concordar, para a gente ouvir as universidades, os níveis técnicos, os representantes das categorias, os Conselhos. Seria essa a minha proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu acho que é uma boa idéia, mas o Senador Mão Santa pediu a palavra e eu não posso deixar de ouvi-lo.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Professor Cristovam, atentai bem o que eu vou dizer aqui: hierarquia. Eu sou oficial da reserva, eu fiz o CPOR, mas eu quero dizer aqui que a hierarquia mais forte que existe em um país civilizado e organizado é uma hierarquia num hospital. Camata, ela é muito mais forte do que a hierarquia militar, isso em um hospital organizado de um país civilizado. Aquele que está lá, o diretor, ele passou, ele foi interno, R-1, R-2, R-3, R-4, chefe de enfermaria, chefe de clínica. Quando ele chega, tem essa hierarquia. Professor Cristovam, a hierarquia não é por fita e por estrela, é pelo saber de um hospital organizado de um país civilizado. É aquele respeito, é a hierarquia cultural. Ele está ali. Agora num mundo de aloprado tem a quebradura dessa hierarquia. Mas isso, atentai as coisas.

O Luiz Inácio tem que entender que esse país teve grandes homens. Getúlio Vargas foi um desses grandes homens, mas não foi só ele não. Ele criou o DASP - Departamento de Assessoria ao Serviço Público. Tem lá um livro de Wagner Stelido(F) aonde que ele mandava todo funcionário público ler e, se não soubesse, não se promovia: Chefia, Liderança e Critério de Promoção. Critério de promoção. Então a saúde, como a engenharia, tem a sua hierarquia. Então eu entendo que aqueles cursos funcionavam e funcionavam muito bem, curso prático. Um ano eram esses de técnico de enfermagem, dois anos de auxiliar de enfermagem, e tem o formado, como nós temos na engenharia, tem o mestre de obras, tem o técnico de obra, tem o engenheiro, o arquiteto, o engenheiro acima e tal. Então essa que é a hierarquia.

Agora ir para a Itália, não ir, já está indo. Professor Cristovam Buarque, bem aí no Chile eu estive com o Embaixador, então ele disse o seguinte: a melhor coisa do mundo é ser Embaixador do Chile, porque no Chile não está indo peão, o favelado, o desqualificado não. Está indo profissional, tem hospitais, todo o dinheiro é deles, é brasileiro, é ondotólogo, é cientista, um chama o outro, porque aí é o mercado, estão pagando melhor. Vocês sabem que o salário para médico aqui está igual a professor. Então isso é um mercado, eles estão aventurando e estão indo-se embora. Irão, os qualificados.

Agora eu entendo, e o Cícero deu a experiência real, que é uma vergonha, é uma vergonha nós termos esse programa de saúde familiar, que é bom, foi um avanço. Ele não é resolutivo, é aquele antigo clínico geral. A Inglaterra teve isso, Cristovam, a Inglaterra acabou, porque a pediatria da Inglaterra, todos vocês sabem a cultura da Inglaterra, eles que foram a Revolução Industrial, dominaram o mundo, colônia, África, então eles viram que de repente a pediatria da Inglaterra era uma das piores do mundo recente, porque todo mundo queria ser médico de família, como está ocorrendo no Brasil. Os médicos de família estão ganhando mais, então muitas cirurgias da minha idade, no fim de carreira, por exemplo, se o Lula der o golpe aqui, que é possível, está aí o Chaves, eu sei que eu vou [ininteligível], então eu não vou mais ser cirurgião no Piauí, porque sugiram outras tecnologias, laparoscopia que eu não dominava, eu vou ser médico de família. Então estão tirando com isso muitos profissionais capacitados porque deixam de exercer a sua profissão especializada. Um cirurgião, um anestesista é R$ 9,00, anestesia, então ele vai ser médico de família, como foi. A Inglaterra acabou com esse programa, porque estava acabando com os especialistas, e Shakespeare, V. Exª., eu estou falando para V. Exª., ele dizia que o futuro é de quem soubesse mais mais de menos menos, quer dizer, é o especialista. Então

o que está havendo, essa transformação, os médicos estão mal pagos, especialistas, e estão se derivando para médico de família.

Agora o Cícero Lucena, daí essa Casa, não houve Senado melhor do que nós. Olhem as caras aqui. Nós somos é bom. Esse negócio do Tião Viana não dizer estrela aqui, isso foi uma besteira que ele disse. Aquilo foi [ininteligível], jocoso, experimentado, homem lá do Nordeste, que foi Governador de um Estado, então numa brincadeira, ele era filho de Mão Santa, jocoso, aí ele veio para o Senado e realmente ele foi Prefeito, foi Governador, então ele fez um comparativo da vida da luta de Governador, que V. Exª. foi, o Camata foi, da luta, e aqui, ele disse: o Senado é mesmo que um céu, na diferença que para o céu a gente tem que morrer, mas esse negócio de não ter estrela, não tem não, mas aqui tem os melhores homens da Pátria, que nunca dantes teve. Olhem as caras. Nós estamos aqui não é por favor não, pelo contrário, porque nós estamos, ao contrário de muitos, vivendo o momento mais difícil desse país, é nesse momento que a democracia está aí. Está aí, Tião, o Fidel que eu conheço, está aí o Chaves que eu conheço, está o Corrêa, o mais avançado deles, está o Moralles, está aí o da Nicarágua, e nós, nós Tião, não somos estrelas não, mas nós somos a última esperança de manter a democracia desse país. Não tem outra não. A UNE que simbolizava a independência, que eu fui da UNE, a UNE está vendida. Eu só tive um medo uma vez de falar nesse Senado, foi no dia da UNE, Deus que me ajudou, foi o Pedro Simon, eu tive medo, porque a gente sente, a gente tem psicologia, eu sou médico há quarenta e um anos. Então nós, nós Tião, é aqui esse Senado a última resistência da manutenção da democracia verdadeira nesse país. Democracia é o respeito à oposição. É o que foi Rui, é o que foi Joaquim Nabuco, é o que foi o Mário Covas. Democracia aperfeiçoada que trouxe a oposição, trouxe alternância no poder. Se não tiver alternância de poder, não tem, e o meu amigo Luiz Inácio, eu votei no Luiz Inácio, o Luiz Inácio é gente boa, é caridade, V. Exª. sabe disso, que trabalhou com ele. O Luiz Inácio, graças a Deus ele fez essa escola técnica boa, o SENAI, isso é num país organizado, e ele não sabe inglês, porque ele estava citando uns que demoraram muito a governar. Quando ele começar a ler inglês, ele vai ver que a rainha Vitória passou sessenta e quatro anos governando a Inglaterra. Mas hoje, a democracia hoje que nós defendemos, tem que ter alternância de poder, e nós somos a última resistência. Daí falar em fechar o Senado, fechar o Senado, eu conheço o de Cuba, eu fui lá. V. Exª. já foi em Cuba? Eu fui, e fui no parlamento. Aí no meu jeito ... não, tem trezentos. Agora não tem partido, eles são eleitos, vão trabalhar feito uns quatro, aí eu perguntei: "e a última eleição aqui?" Foi a de Fidel Castro. "Quantos votos?" Trezentos. "Quantos têm?" Trezentos. "E o vice, o irmão dele?" Trezentos. E eles dizem que tem eleição, teve eleição. O nosso Chaves está aí, o Equador está aí, a Bolívia está aí, o Nicarágua está aí. Nós vimos um Deputado chorando com medo lá no Equador de ser preso. Então nós somos essa resistência, nós vamos valorizar cada qual paciente. Eu entendo que o Senado da República é um dos melhores Senados da história pela nossa luta, que nós temos compromisso com a democracia e com o povo. Essa é a última resistência. Nunca dantes, Tião, houve um Senado tão bom como esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa, eu estou ansioso para aproveitar o quorum e votar terminativo, mas quero dizer, Senador Mão Santa, que este seu discurso é oportuno sim, e o Senado, de fato, tem um papel. Não que eu esteja com medo de ditadura, mas eu temo que não seja democracia e autocracias. Vamos tomar cuidado porque nós somos, Senador Camata, hoje, eu estive na Venezuela na semana passada e a sensação, a pergunta que eu me fiz não é quem é Chaves, é por que tem Chaves, fabricar o Chaves, e duas coisas: a insensibilidade da elite em relação aos problemas do povo e a desmoralização da classe política. As duas coisas estão acontecendo aqui, apesar de que o Presidente Lula é um homem que faz a coesão social, e o Presidente Chaves tem feito lá a dissensão e divisão social. Não há dúvida, essa é uma diferença fundamental.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas há um risco sim e a gente tem que estar alerta, só que esse é um assunto para outro momento. O Senador Cícero pediu vistas e sugeriu uma Audiência Pública.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Uma Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu gostaria que o senhor, na próxima semana, fará em conjunto. Então na próxima semana será alterada. A vista está concedida, na próxima semana nós aprovamos a Audiência.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Renato Casagrande pediu a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, eu sou autor de um requerimento da Comissão de Infra-Estrutura, onde está presente lá

o Ministro de Minas e Energia e a diretora Maria das Graças, da Petrobrás, mas sou Relator de um matéria que gostaria de relatá-la para ver se a Comissão pode apreciar a matéria, que é o Item nº 11. Eu queria pedir inversão de pauta para que eu pudesse voltar para a Comissão de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Consulto à Comissão se está de acordo com a inversão de pauta conforme argumento tão bem apresentado pelo Senador Renato Casagrande. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está feita a eleição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Tem quorum --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Tem quorum, vamos segurar, esse vai ser rápido porque não há contestações. Eu passo a palavra ao Senador Renato Casagrande, que vai relatar o projeto de autoria do Senador Valdir Raupp, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia. Com a palavra o Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Sr. Presidente, o autor é o Senador Valdir Raupp, cria a Escola Técnica Federal de São Miguel do Guaporé, no Estado de Rondônia. Quanto ao mérito nós não temos nenhuma dúvida, porque o Brasil precisa cada vez mais de ensino profissionalizante, cada vez mais de termos essas instituições que trabalhem com esse objetivo, e o senhor sabe muito bem a importância dessas escolas técnicas. A única observação que eu faço é, primeiro, o seguinte: o meu relatório é pela aprovação do Projeto de Lei do Senador Valdir Raupp com duas emendas. A primeira Emenda é que substitua a expressão Escola Técnica por Escola Agrotécnica, que é a expressão que o Ministério da Educação tem usado e é o que se propõe efetivamente na proposta do Senador Valdir Raupp. A segunda Emenda é só acrescentando um artigo, dizendo que esta lei entra em vigor na data da sua publicação. É o meu relatório favorável com as emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão o parecer do Senador Renato Casagrande ao projeto do Senador Raupp. Não havendo quem queira discutir ponho em votação. Como é um projeto terminativo --

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Senhor Presidente, eu só queria ver se nós podíamos dar urgência para o Item 02.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Vamos aprovar primeiro esse que está em votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator Casagrande.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Renato Casagrande já deu o seu voto. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Esqueci algum? Não. Então está aprovado por unanimidade Eu consulto à Comissão se tem alguma ressalva sobre as emendas. Aqueles que estiverem de acordo em manter o voto permaneçam como estão. Estão aprovadas as emendas.

O Item 07 é um projeto que dispõe sobre a Universidade Federal no Gurguéia, a partir do desmembramento da Universidade Federal do Piauí e dá ou-

tras providências. A autoria é do Senador João Vicente Claudino e a relatoria do Senador Mão Santa, a quem passo a palavra.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): De iniciativa do Senador João Vicente, João Vicente é um empresário vitorioso do Piauí, uma mentalidade muito avançada. Vem ao exame dessa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 291, de 2007, que pretende criar a Universidade Federal do Gurguéia, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí, conforme o artigo 1º. Nos termos da proposição a instituição deverá ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, atividades conformadoras do princípio constitucional de indissociabilidade a ser observado nas normas de funcionamento da entidade. Os artigos 10 e 11 prevêem autorização do Poder Executivo para praticar atos necessários à nova instituição federal. O artigo 12 estabelece que a lei que resultar desse projeto entrará em vigor na data de sua publicação. A proposição foi distribuída a esta Comissão de Educação para deliberar sobre a matéria em caráter terminativo. Não foram oferecidas emendas ao projeto no prazo do regimento. Na justificação do PLs 291, o autor relembra que a região sul do Piauí, onde está inserido o Município de Bom Jesus, apontado nesse PLs como sede da Universidade Federal do Gurguéia, localiza-se num ecossistema rico, com oito milhões de hectares de cerrado, com parcela de semi-árido e ainda detendo jazidas hídricas no Vale do Gurguéia. Análise. A progressiva universalização do ensino médio e as crescentes exigências de escolarização emanadas do mercado de trabalho têm aumentado a procura de vagas do ensino superior. O Governo Federal tem demonstrado interesse na ampliação de vagas nesse nível de ensino. Dessa maneira, a interiorização do ensino superior pela via de desmembramento da universidade nos moldes propostos pode viabilizar o acesso de estudantes, sobretudo os mais carentes, principalmente do Vale do Gurguéia. A maior parte das universidades federais têm sede nas capitais do Estado, com expansão de oferta de ensino médio especialmente [ininteligível], muitas cidades do interior passaram a concentrar demandas significativas de alunos que justificam a oferta local de curso de graduação. Além disso, conforme sugere o artigo 43, da Lei 2.394, de 1996, conhecida Lei de Diretrizes e Base da educação, é de vislumbrar, a partir do funcionamento de tal universidade, a formação de profissionais em áreas de conhecimento afeitas às necessidades de locais e estímulo à investigação científica e [ininteligível].

O desmembramento da Universidade Federal do Piauí proporcionará retorno levado com pouco aporte financeiro quanto à criação da Universidade Federal do Gurguéia. A União estará, na verdade, cumprindo o que determina o artigo 46 da Constituição Federal, que estabelece prioridade e combate das desigualdades regionais.

Por tudo isso a iniciativa mostra-se social e economicamente relevante, a merecer acolhida de nossa parte. No que respeita aos aspectos da juridicidade e constitucionalidade não reclama reparo, apresentando-se quanto à técnica legislativa adequada à norma. Propomos, no entanto, pequenas alterações que julgamos oportunas para conferir a proposição em plena conformidade à ordem jurídica constitucional. VOTO. Em face do exposto, somos pela aprovação com as emendas que se seguem. Dê-se à Emenda o projeto da redação. Autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal do Vale da Gurguéia, com sede na cidade de Bom Jesus, por desmembramento da Universidade Federal do Piauí. Outra Emenda: fica o Poder Executivo autorizado a criar a Universidade Federal do Vale do Gurguéia por desmembramento da Universidade Federal do Piauí. Sala de Comissão, pronto.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Senador Cícero.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para elogiar a iniciativa do Senador João Vicente Claudino, bem como a relatoria do Senador Mão Santa, que sem dúvida nenhuma é a maior autoridade para emitir qualquer opinião sobre proposta de desenvolvimento e de crescimento do Piauí. Então, ao fazer o debate, eu já declaro o meu voto favorável a esse instrumento de justiça social que, sem dúvida nenhuma, fará ao Vale do Gurguéia com todo o seu potencial de desenvolvimento econômico.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está em discussão. Não havendo quem queira mais discutir ponho em votação. Voto terminativo. Eu vou ler a lista dos presentes. Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Mão Santa já deu o parecer, bem explicado. Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Cícero Lucena já se pronunciou. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado o projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu quero saber se estão todos de acordo com as emendas. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Estão aprovadas as emendas. Senadora Ideli pediu a palavra, pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, se os demais membros consentirem eu gostaria de podermos votar o Item 04, que eu sou Relatora, tendo em vista que eu tenho necessidade de ir à Audiência na Comissão de Infra-Estrutura.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): A Senadora Ideli pediu inversão. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Tem quorum ainda. Então estamos de acordo e eu passo a palavra à Relatora. O Projeto de Lei é de autoria do Senador Inácio Arruda, que institui o ano de 2007 como o ano do cinqüentenário dos painéis Guerra e Paz de Cândido Portinari instalado na sede das Organizações das Nações Unidas. Eu passo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, o projeção é de autoria do Senador Inácio Arruda, é uma homenagem extremamente significativa para os painéis do nosso querido Cândido Portinari que estão instalados na sede da Organização das Nações Unidas. Estes painéis denominados Guerra e Paz completam exatamente o seu cinqüentenário de exposição. Esta iniciativa já tinha sido apresentada na Câmara dos Deputados no ano passado, no ano de 2006, através do ex-Deputado Paulo Delgado e do Sigmaringa Seixas, mas ele foi arquivado em razão do encerramento da legislatura. É muito importante, porque das mãos do nosso querido Portinari nasceram as imagens que denunciaram a violência e exaltaram o amor e o entendimento, e a temática da paz permeou toda a vida do Cândido Portinari. Então para nós seria muito importante que nós pudéssemos ter esta justa e legítima homenagem, até porque durante toda a militância política, como ocorreu em 1949, quando foi convidado a participar em Nova Iorque da Conferência Cultural e Científica para a Paz Mundial, a entrada do Portinari nos Estados Unidos foi negada, ele teve o seu visto negado até por uma represália política. Portanto, homenagear estes cinqüenta anos de exposição dos painéis Guerra e Paz do Cândido Portinari é algo legítimo e eu considero inclusive imprescindível para resgatar o importante papel artístico deste que é um dos nossos principais pintores brasileiros. Então o nosso parecer é favorável à aprovação do projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Senador Paulo Duque está com a palavra para discutir o assunto.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sr. Presidente, no Rio de Janeiro, minha cidade, existe o Palácio da Cultura, denominado Palácio Gustavo Capanema, seguramente V. Exª. o conhece, onde existem obras primas de inúmeros artistas nacionais, inclusive Cândido Portinari, Guignard, Di Cavalcanti, Bruno Jorge, Paulo Rossi, em suma, é um Palácio em que colaboraram os melhores, os mais autênticos, os expoentes da arte brasileira, na grande maioria autores nacionais. E até agora, veja bem, a capital veio para cá em 1961, aquele edifício que é considerado um monumento internacional, obra de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa, Mentrin(F) e outros, está lá subaproveitado e muito mal cuidado, daí porque eu ter feito um projeto transferindo para o Estado do Rio de Janeiro

aquele monumento para ali ser instalada a Secretaria Estadual de Educação e Cultura, que seguramente cuidará com muito zelo daquele Palácio, onde existem também vários painéis de Portinari. Creio que a maioria dos Senadores aqui presentes já estiveram lá visitando, motivo que eu saúdo o Senador e concordo com o voto expresso pela Senadora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu queria que nenhum Senador saísse porque estamos com o quorum justo. Ponho em votação a proposta relatada pela Senadora Ideli. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a Relatora Ideli.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel, Senador Raimundo Colombo, Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Valter Pereira não está. Senador Adelmir Santana.

CONS. ALENCAR SOARES: Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Está aprovado.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Pela ordem.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): O Item 16 está pronto para ser relatado e, por coincidência, eu sou o Relator desta matéria.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Estando presente o Relator, para dar maior agilidade V. Exª. poderia dar prioridade à votação do mesmo?

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): O Item 10, eu sou o relator, também peço permissão --

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Agora não se trata mais de inverter a ordem. Agora eu volto à ordem. Senador Raimundo Colombo é o Relator, é o projeto que altera o § 1º, do artigo 1º, da Lei 6.494, de 07 de dezembro de 1977, modificada pelo artigo 6º, da Medida Provisória 2.164/41 , de 24 de agosto de 2001, para restringir o acesso ao estágio ao estudante que freqüente curso de educação superior, de educação profissional em escolas de educação especial. Com a palavra o Senador Raimundo Colombo. Eu peço que os Senadores permaneçam porque está no limite. É o Item 10 e com esse item e mais um fechamos completamente a pauta. Senador Raimundo Colombo com a palavra.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Esse projeto é de autoria do Senador César Borges, ele tem um princípio nobre, é de conter a exploração do estagiário como mão-de-obra oficial. No entanto, nós aprovamos há alguns dias um Projeto de Lei que de certa forma atende ao interesse e à iniciativa do Senador César Borges, porque aumentou muito a fiscalização, aperfeiçoou a relação pedagógica, aprimorou bastante, ela também atribui responsabilidade a quem descumprir esses princípios, ela estabeleceu como prazo máximo de duração dois anos, foi um processo longamente debatido e votado por unanimidade. Dentro desse entendimento a gente acha que foi atendido o objetivo do Senador César Borges, que tenta exatamente impedir a exploração do estagiário como mão-de-obra regular e impedir a exploração da mão-de-obra. Dessa forma a gente faz o relatório pedindo então que ele fique prejudicado em relação ao projeto que foi votado recentemente por unanimidade e que no nosso entendimento atende à preocupação e dá vazão à iniciativa do Senador César Borges.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, está em discussão. Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu me sinto no dever de fazer aqui a defesa do meu projeto, respeitando o relato do nobre colega, Senador Colombo. Entretanto, a nossa proposição é muito simples, Sr. Presidente. O que nós acrescentamos na Lei 6.494 é o seguinte, é um único parágrafo. Os alunos a que se refere o *caput* desse artigo devem, comprovadamente, estarem freqüentando cursos de educação superior, de educação profissional de nível médio ou superior ou escola de educação especial, ou seja, comprovar apenas de que o aluno está freqüentando regularmente esses cursos, porque se não houver a satisfação dessa exigência não há porque a existência de estágio, seria um burla você estar contratando alguém que não está devidamente habilitado a estar fazendo e recebendo como estagiário. Então essa é a nossa iniciativa. Eu gostaria de vê-la apoiada e por isso pedi o apoio dos pares, para que isso evite a exploração que há odiosa, inclusive a legislação permite, do aproveitamento de mão-de-obra não qualificada, menos onerosa à empresa. O Senador Colombo relata de que foi aprovado um projeto que haverá uma fiscalização. Eu desconfio muito, lamentavelmente, das nossas fiscalizações nesse país. Elas existem em lei, mas dificilmente elas têm eficácia, sendo que não tem eficácia porque não há fiscalização, nós não temos quem fiscalize e muito menos quem puna. A tradição lamentável aqui neste momento reconhecer é esta, ninguém fiscaliza e muito menos pune a quem não cumpre a legislação existente. Então que pelo menos deveria ser comprovadamente ou freqüentador dos cursos de educação superior, profissional de nível médio ou superior ou escola de educação especial. Então se os Senadores ... eu não posso, eu não sou membro da Comissão, eu estou falando aqui como simplesmente Senador, defendendo o meu projeto, mas o que eu gostaria é que os Senadores entendessem de que este projeto visa a exigir que o estágio tem que comprovar aquele que está freqüentando os cursos, senão ele não pode ser beneficiário de um estágio e também inibe aquele mal empresário que utiliza de pessoas para formar a sua mão-de-obra como estagiário, como subemprego. Era isso que eu tinha que falar.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Sr. Presidente, só para colocar, no projeto aprovado –

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Com a palavra o Relator.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): -- o projeto aprovado faz essa exigência. A única diferença é que ele amplia ao nível médio regular, mas ele faz a exigência da comprovação de ser estudante, de ser aluno e ter a regularização com o número de freqüência. Todas essas exigências estão presentes no projeto que foi aprovado. A única diferença é que ele amplia para o nível médio também, só essa é a diferença.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sr. Presidente, como nós construímos há muitas mãos este acordo e o consenso para a aprovação do projeto alterando a Lei do Estágio, eu queria apenas fazer o seguinte registro, Senador César Borges: nós tivemos muita polêmica neste debate, inclusive com vários Senadores trazendo à tona projetos de sua iniciativa que já estavam tramitando na Casa, como foi o caso do Senador Osmar Dias, como foi o caso do Senador Agripino, do Senador Zambiasi, e foi uma pena que V. Exª. não tenha também feito o registro, talvez uma falha nossa, tanto minha como do Senador Raimundo Colombo, de não ter prestado atenção que estava tramitando um projeto de sua autoria também tratando sobre este assunto, porque se não teria ficado registrado como ficou dos outros Senadores que trataram deste assunto, porque aquilo que o Senador Raimundo Colombo falou é exatamente a verdade, ou seja, no projeto já está configurado a exigência e, inclusive, quando se estabelece o estágio, é obrigatório a assinatura de um termo de compromisso entre o aluno, o representante da instituição de ensino onde o aluno está freqüentando o curso, da área de onde ele vai prestar o estágio, e a empresa que vai conceder o estágio. Portanto, além da fiscalização, está muito bem cercado o compromisso das três partes, do estudante, da instituição de ensino e da empresa fica ali comprovadamente --

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Me dá um aparte?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): -- Pois não, Senador.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: (1:27:37) Inclusive do agente intermediador.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Do agente intermediador que também subscreve o termo de compromisso.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Normalmente são essas instituições --

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): O CIEE, por exemplo.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): IEL(F), IEF(F), são instituições que fazem a intermediação entre alunos e as escolas.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Isso. Por isso, Senador César Borges, seria assim da nossa parte eu acho que uma redundância aprovarmos o projeto de V. Exª., porque ele já está contemplado naquele que nós aprovamos há poucos dias atrás. Mas foi um pena, eu quero dizer assim que foi realmente uma pena nós não termos tido a oportunidade de registrar, da mesma forma como ficou o projeto do Senador Osmar Dias, do Zambiasi e do Agripino, a iniciativa que V. Exª. teve de se preocupar, de impedir a utilização do estagiário como mão-de-obra barata.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Eu só pediria a Senadora Ideli se ela pudesse me informar em que estágio está o projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Ele foi aprovado aqui, foi para a Câmara agora, para a votação na Câmara em regime de urgência. Ele está em região de urgência constitucional inclusive, Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Está bom, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, está em discussão, o Parecer é pela rejeição, com as explicações que deu a Senadora Ideli, de que realmente foi uma pena que a gente não tivesse acrescentado tudo isso e feito um só relatório.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu não conheço o teor do projeto realmente que foi aprovado no âmbito da Comissão de Educação, mas se esse projeto incorpora, como disse o Senador Colombo, incorpora o espírito do meu projeto, eu não tenho porque lamentar, eu fico satisfeito, desde que resolva esse problema.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, só uma sugestão: para que nós não rejeitemos a idéia que foi realmente meritória do nosso Senador, ele poderia pedir a retirada para que ele não seja rejeitado. Há essa possibilidade regimental se o autor pedir a retirada, ao invés de uma rejeição pura e simples, porque nós iremos rejeitar, na verdade, pela prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu estou de acordo, agora sinceramente eu creio que ficaria registrado e a retirada é com todos os argumentos de que foi uma questão de tempo, não de mérito. Ao contrário, o mérito foi aceito. Então eu acho que deveríamos aprovar a retirada, mas tem que ficar claro na Ata, nas apresentações, nas falas, que não foi por causa de mérito e sim por uma questão de tempo, e eu, como Presidente da Comissão, lamento que eu não tenha tido também a iniciativa de incorporar as sugestões, respeitando a autoria, lembrando ao Senador Raimundo, mas eu acho que é o mérito. Então o que está em votação aqui é a rejeição, ao invés de ser a retirada.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Prejudicialidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Prejudicialidade, é isso que está em votação.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Não há rejeição, porque realmente a idéia foi ótima, ela atende realmente as necessidades, e realmente a gente sabe que nesses casos eles acontecem, só que nós já fizemos um Projeto de Lei que inibe ou impede praticamente essa situação.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então vamos votar a declaração de prejudicialidade. Senador Augusto Botelho, como vota.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator e elogiando o Senador César Borges, porque o que ele queria realmente era que fosse incorporado. Se ficou incorporado, ele está satisfeito.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Sim pela declaração de prejudicialidade. Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Raimundo Colombo já se pronunciou. Senador Papaléo.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com o Relator e as homenagens ao autor.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Da mesma forma.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está aprovado o Parecer do Senador Raimundo Colombo, com os nosso cumprimentos ao Senador César Borges. Prejudicialidade.

Vamos agora ao Item 16. Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007, cujo Relator é o Senador Antônio Carlos Valadares, que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Anápolis, no Estado de Goiás. O autor é o Senador Marconi Perillo. Está com a palavra o Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Como disse V. Exª., a iniciativa do projeto é do Senador Marconi Perillo, que autoriza o Poder Executivo a criar a citada escola, vinculada ao Ministério da Educação, com sede no Município de Anápolis, no Estado de Goiás. Quanto à constitucionalidade do projeto, cabe lembrar o Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, segundo o qual o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência. A luz desse Parecer não seria possível argüir a inconstitucionalidade, pelo contrário, nós apoiamos o mérito da proposição, porque ela não apresenta qualquer vício de iniciativa e de projeto de leis que autorizam o Poder Executivo a criar instituições de ensino. Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 451, de 2007, da autoria do eminente Senador Marconi Perillo.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão. Não há manifestações. Os que estiverem de acordo eu peço que aceitem a chamada para a votação. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Ideli Salvatti.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O Senador Flexa Ribeiro saiu a pouco. O Senador Antônio Carlos Valadares foi o Relator. Senador Valter Pereira não está. Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Então está aprovado.

O último item, terminativo, é o Item 08, que eu aproveito a presença da Senadora.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): E o requerimento?

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): O requerimento, vamos colocar, o requerimento não é terminativo. Esse é o último terminativo, que tem relatoria da Senadora Lúcia Vânia.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Pois não.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): É o projeto que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal Cora Carolina, no Município de Goiás, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás. O autor é o Senador Marconi Perillo. Senadora Lúcia Vânia com a palavra.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Em seu propósito de autorizar a criação da Universidade Federal Cora Coralina, no Município de Goiás, por desmembramento da Universidade Federal de Goiás, o PLs em tela também autoriza o Poder Executivo a criar cargos de direção, dispor sobre a organização, lotar na nova universidade mediante criação, transferência de cargos ocupados, etc. A proposição apresentada tem por objetivo também prestigiar a cidade de Goiás, reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, desde 2001, como patrimônio mundial. Já a denominação da nova instituição de ensino constitui justa homenagem à poetisa Cora Coralina, exemplo de perseverança e de amor por sua bela terra. Ocorre, todavia, que as Universidades Federais não carregam denominação de pessoas, mas dos Estados, cidades ou regiões em que se localizam. Julgamos que convém manter essa tradição a fim de evitar uma corrida por homenagens que podem redundar em injustiças e em querelas indesejáveis. Assim, a honraria pode ser preservada mediante a denominação do campus da nova universidade como Campus Cora Coralina. VOTO. Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2007, acolhida as seguintes emendas: substitua-se no PLs 450, de 2007, a expressão Universidade Federal Cora Coralina por Universidade Federal da cidade de Goiás, bem como a sigla UFCC por UFCG. Segunda Emenda: inclua o seguinte parágrafo no artigo 1º, do PLs 450, de 2007. § único: o campus UFCG é denominado Campus Cora Coralina. O meu voto é favorável, portanto, com essas duas emendas, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem, nós temos um Parecer favorável da Senadora Lúcia Vânia com duas emendas. Algum Senador quer discutir? Senador Mão Santa, vamos votar, é o último projeto terminativo. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Com a Relatora, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Ideli.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Paulo Duque.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Gérson Camata.

SENADOR GERSON CAMATA (PMDB-ES): Com o Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (DEM-SC): Com a relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Papaléo Paes.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Com a Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Lúcia Vânia, prejudicada. Está aprovado. Eu consulto se todos estão de acordo com a manutenção das emendas. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Há um pedido do Senador Paim que eu adoto de pedir urgência na criação, em enviar ao Plenário

rapidamente, a criação da Universidade UNIPAMPA. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Nós vamos então enviar hoje o pedido de urgência. Está aprovado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Pedido não terminativo nº 17, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador Cícero Lucena, é o projeto 17, que é não terminativo.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu sou *ad-hoc*.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu ponho em discussão então o projeto não terminativo, depois vai o requerimento, que considera o Município de Iguape, localidade no Estado de São Paulo, berço da colonização japonesa no Brasil. É de autoria do Deputado Arnaldo Madeira. A Relatora é a Senadora Marisa Serrano, que está em Montevidéu como Deputada do MERCOSUL, abriu mão da relatoria, e nós passamos ao Senador Cícero Lucena como Relator *ad-hoc*.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Obrigado, Presidente. Eu começo a análise. A colonização japonesa no Brasil teve início em 1908 com a chegada do vapor Kasato Maru ao porto da cidade de Santos, trazendo setecentos e oitenta e um imigrantes lavradores contratados pela fazenda de café de São Paulo. Antes do início da Segunda Guerra o Brasil já havia recebido cerca de cento e oitenta mil imigrantes. Do pós-guerra até 1988 mais cinqüenta e três mil chegaram ao país com o seu trabalho e a sua nova cultura. Com o decorrer do tempo os brasileiros aderiram não só a culinária dos novos habitantes, com os seus sashimi e sushi, como também as artes foram alvo de sua atenção, como atestam o origami, tipo de dobradura feita com papéis, os arranjos florais denominados iquebanas e as miniaturas de árvores e arbustos, representado pelo bonsai. Na apresentação musical, o karaokê, desde a sua introdução no país, passou a constituir motivo não apenas de deleite pessoal, como de competição entre artistas amadores. A primeira grande concentração de japoneses se deu no Município paulista de Iguape, na região do Vale do Ribeira, com a fundação da colônia Katsura em 1913.

Destaca o autor da proposição, o Deputado Arnaldo Madeira, que a contribuição dos colonos para a integração geográfica do Vale do Ribeira é grande. Foram responsáveis pela ligação do Porto de Registro a Juquiá atingir a estação ferroviária Santos/Jundiaí e também de uma estrada ligando Cotia a Juquiá, via que hoje passa por Ibiúna, Piedade, Tapiraí, completando uma rede de comunicação fluvial, rodoviária e ferroviária que hoje são imprescindíveis na economia regional.

É inegável o alcance da proposição em análise que vem marcar, do ponto de vista normativo, um acontecimento histórico, indiscutível significado econômico, social e cultural. O voto, Sr. Presidente. O voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovado.

Nós temos um requerimento feito pelo Senador Gérson Camata que propõe a discussão sobre livros didáticos, que eu considero muito oportuna, e sugere os nomes da Dra. Sônia Schwartz Coelho, Dra. Lúcia Helena Loli, Dra. Fúlvia Mara de Barros Mott Rosemberg, um representante da Associação Brasileira de Autor de Livros Educativos, o Professor Cláudio de Moura Castro e o jornalista Ali Kamel, e eu sugeri a inclusão também do autor do livro mais polêmico para esse assunto ou de um dos seus editores. Está em discussão. Não havendo quem esteja indo contra... sobre livros didáticos em geral. Esse livro que eu digo que vale a pena, esse é um livro de história que tem sido motivo de grande discussão, que tem tido uma vendagem de três milhões e que vale a pena ouvir o que tem a dizer o autor, que ele tem sido acusado de que o livro é parcial em relação a alguns assuntos da história. Não havendo ninguém contra, está aprovado o requerimento. Vamos tentar fazer esse ano ainda, senão faremos no começo do próximo ano. Está encerrada a sessão, que foi muito produtiva. Eu lamento que o Item 1, que eu sou o autor, o Relator está nos representando no MERCOSUL.

Sessão encerrada às 13h09.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ATA DA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2007.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Às dez horas e trinta e três minutos do dia vinte e um de novembro de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala quinze (15), sob a Presidência do Senador Crsitovam Buarque, e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Wellington Salgado, Gilvam Borges, Geraldo Mesquita, Maria do Carmo Alves, Raimundo Colombo, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Flexa Ribeiro, Marcelo Crivella, Jonas Pinheiro,

Cícero Lucena e Eduardo Azeredo, reúne-se a Comissão de Educação. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Fátima Cleide, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Inácio Arruda, João Ribeiro, Mão Santa, Valdir Raupp, Paulo Duque, Gerson Camata, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini, Marconi Perillo e Flávio Arns que justifica a ausência. Havendo número regimental abrem-se os trabalhos. O Senhor Presidente, Senador Cristovam Buarque, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior e a aprovação da mesma, com o que todos concordam. Prosseguindo, inicia-se a presente reunião, convocada na forma de Audiência Pública, atendendo ao Requerimento nº 047/07-CE, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que tem como objetivo discutir o **"Programa 'Educação para a Nova Indústria'"**. Comparece à Audiência Pública, o Senhor Deputado Federal, Armando Monteiro, Presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI. Antes de dar início a reunião, a Presidência registra a presença, para acompanhar a Audiência Pública, do Senhor Gonzaga Mota, Ex Deputado Federal e Ex Governador do Ceará – PSDB/CE, Senhor Antônio Carlos Brito Maciel, Superintendente Corporativo da CNI; Senhora Regina Maria de Fátima Torres, Diretora Geral de Operações da CNI; Senhor Rafael Lucchesi, Diretor de Operações da CNI e Senhora Íris Walquiria Campos, Sócia-diretora da IW Comunicações. Finda a apresentação dos expositores, a palavra é franqueada aos Senhores Senadores membros da Comissão. Usam da palavra os Senhores Senadores Marisa Serrano, autora do Requerimento, Geraldo Mesquita, Cristovam Buarque, Cícero Lucena, Wellington Salgado e Flexa Ribeiro. O Senhor Presidente Senador Cristovam Buarque, faz os comunicados que se seguem: **Comunicados: Comunicado 01:** "Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de correspondência do Tribunal de Contas da União, convidando para o "I Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior", a ser realizado nos dias 27 e 28 de novembro de 2007, no auditório Ministro Pereira Lira, Edifício Sede do TCU. Informo ainda que foi encaminhado para aos membros desta Comissão o referido convite e que a programação do evento encontra -se disponível na Secretaria desta Comissão" **Comunicado 02: "**Comunico aos Senhores Senadores o recebimento de convite do Exmo. Sr. Ministro da Cultura, Gilberto Gil, para o "Seminário de lançamento do Fórum Nacional de Direito Autoral", a ser realizado no dia 05 de dezembro do corrente, das 09h30 às 17h45, na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Informo aos Senhores Senadores que a programação do evento encontra-se disponível na Secretaria desta Comissão". A Presidência, agradece a todos pela presença e declara encerrados os trabalhos desta sessão, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião às doze horas e onze minutos, determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação,** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal. – **SENADOR CRISTOVAM BUARQUE,** Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

NOTA TAQUIGRÁFICA 62ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2007

AUDIÊNCIA PÚBLICA

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bom dia a cada uma e a cada um. Havendo número regimental declaro aberta a 62ª Reunião Extraordinária da Comissão de Educação da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, submeto a apreciação do Plenário a dispensa da leitura da ata da reunião anterior e a aprovação da mesma. Os Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como estão. Está aprovada.

Essa reunião atende a um Requerimento nº 47 da Comissão da Educação, de 2007, aprovado que foi de autoria da Senadora Marisa Serrano, para realização de uma Audiência Pública com o objetivo de tratar do programa Educação para a Nova Indústria.

Eu quero dizer que apoiei totalmente o pedido da Senadora Marisa Serrano, mas depois da aprovação eu tive a oportunidade de conhecer o programa em mais detalhes, em um encontro com o Presidente, e hoje eu quero entusiasmadamente apoiar esse Requerimento que a Senadora Marisa Serrano fez e que vai nos permitir debater o que eu considero um programa que preenche uma grande lacuna que nós, do setor público, estamos causando. A CNI tem hoje um programa que merece ser divulgado para o Brasil inteiro. E, Presidente, essa audiência é para que os Senadores se esclareçam do assunto, sejam informados, mas é também para que o grande público brasileiro tome conhecimento.

Os Senadores hoje em dia, como o senhor como Parlamentar sabe também, estão envolvidos não apenas em diversas sessões como também em centenas de conversações sobre os diversos problemas que nós temos. Por isso, os Senadores da Comissão de Educação vão tomar conhecimento depois através dos relatórios que nós fazemos, alguns estão assistindo certamente nesse momento no meio de suas

reuniões pela televisão, pela rádio, mas o importante é que a gente leve essa audiência para todo o Brasil e para todos os Senadores. Eu fico muito satisfeito em ter aqui a presença de Senadores, e queria convidar o Deputado Gonzaga para sentar-se conosco aqui ou sentar junto com os Senadores e não ficar aí. Para nós seria um grande privilégio que o senhor sente na frente aqui junto aos Senadores, como Parlamentar, como economista, como homem experiente, como Governador, claro!

Feito isso, Presidente, eu passo a palavra, a gente costuma ter um prazo, mas fique à vontade para apresentar seu programa, que caso de Ministro são 30 minutos, o senhor vai ter de Ministro, mas fique à vontade. Se for preciso mais nós concederemos.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Muito obrigado, muito bom dia a todos, eu quero saudar especialmente o nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque, em quem me honra a circunstância de ser conterrâneo, esse ilustre brasileiro, agradecer muito e especialmente a Senadora Marisa Serrano pela honra que nos concedeu ao ser autora do Requerimento da nossa convocação, cumprimentar o Senador Geraldo Mesquita, os nossos companheiros, o nosso prezado Gonzaga Motta. Dizer inicialmente que estamos aqui acompanhados de uma equipe do sistema, o sistema CNI e SESI e SENAI, nós estamos acompanhados aqui da nossa Gerente Técnica, Mariana Raposo; a Diretora Técnica do SENAI Nacional, Regina; Superintendente Corporativo, Diretor de Operações Rafael Lucchesi.

O programa Educação para Nova Indústria é uma resposta que o sistema indústria pretendeu oferecer aos desafios de um momento que eu considero extremamente desafiador que o Brasil tem, não só na perspectiva da sua inserção nesse contexto internacional em que a indústria brasileira está exposta à competição, mas, sobretudo, também ao desafio de prover a oferta de mão-de-obra e de capital humano qualificado para o processo de crescimento e desenvolvimento do País nos próximos anos.

Eu creio que a chave desse processo de inserção, e eu diria que de desenvolvimento do País nos próximos anos, dependerá fundamentalmente dos investimentos que possam ser realizados na formação do capital humano do País. Todos sabem que o desenvolvimento é produto de uma combinação da utilização adequada do capital físico e aí todos nós sabemos que o Brasil dispõe de recursos fantásticos do ponto de vista de recursos minerais, de recursos energéticos e, mas esse capital físico tem que ser combinado com o capital humano porque só dessa forma as nossas riquezas poderão ser potencializadas no sentido de que a própria sociedade brasileira possa usufruir desse processo de crescimento e desenvolvimento.

A indústria especialmente sente esse desafio e sente a pressão competitiva que se coloca diante de nós com esse processo de extrema competição em que hoje o mundo vive. Sabem todos que desde o início da década de 90 as tarifas de importação no Brasil foram reduzidas de forma drástica e a indústria brasileira teve que responder rapidamente a essa circunstância, ou seja, a proteção que até então existia e que de algum modo permitia que setores até ineficientes da indústria do País pudessem sobreviver, de repente, essa indústria foi exposta a essa pressão competitiva e aí, meu caro Presidente, Senador Cristovam Buarque, alguns até previam que setores tradicionais da indústria brasileira pudessem ser desmontados por esse processo abrupto de redução das tarifas de importação e consequentemente do grau de proteção da indústria brasileira.

Infelizmente o que assistimos é que essa indústria, mesmo os setores mais tradicionais puderam responder ao longo desses anos. E eu daria como exemplo a indústria têxtil brasileira que foi muito atingida, em um primeiro momento, com esse processo de maior exposição, mas que pôde responder a partir daí promovendo um processo de reestruturação e de incorporação de tecnologias o que faz com que o Brasil tenha hoje uma indústria têxtil em grande medida, moderna e competitiva.

Então a Confederação Nacional da Indústria dentro dessa visão e dessa compreensão, elegeu como pilar estratégico do seu processo de crescimento, do seu processo de planejamento a questão da educação. A educação como pilar fundamental. A indústria brasileira não terá capacidade de inovar se não tiver claramente o suporte de um processo educacional que responda a essas necessidades que estão aí colocadas diante de nós. E de outra forma os ganhos de produtividade da indústria nos próximos anos, dependerão em grande medida da capacidade de incorporar a inovação, a inovação de processos, a inovação de produtos e isso só poderá ser feito se tivermos efetivamente pessoas e um capital humano qualificado.

O que é esse programa Educação para Nova Indústria? O programa Educação para Nova Indústria foi concebido de forma, eu diria que confederativa a partir da base do nosso Sistema S da indústria, com a visão dos 27 departamentos regionais, no sentido de consolidar os orçamentos e todo esse esforço dentro de uma visão integrada de planejamento. Então o programa em grandes linhas considera que nós teremos que oferecer nos próximos quatro anos, 16.2 milhões de matrículas, combinando educação básica, educação continuada

e educação profissional. A visão nossa é de que esse processo tem que ser um processo articulado.

Hoje, o trabalhador, precisa de mais escolaridade para assimilar o processo de treinamento. Então aquela visão mais estanque que prevalecia de separar a visão da educação profissional da educação básica, é algo que não se sustentará nos próximos anos. Ou seja, só combinando essa visão articulada educação básica, educação continuada e educação profissional, será possível elevar então a escolaridade do trabalhador brasileiro preparando-o para esse processo de capacitação e de treinamento.

Então, nessa visão, o SESI atuando na área de educação básica e reforço pedagógico e o SENAI na sua área própria que é a da educação profissional. 16.2 milhões de matrículas nos próximos quatro anos, o que isso significa? Significa um esforço para incrementar a oferta do nosso sistema em aproximadamente 30% nos próximos quatro anos. Significam sete milhões e 100 mil matrículas no sistema SESI e nove milhões e 100 mil matrículas no sistema SENAI. É um grande esforço que vai representar a mobilização de dez e meio bilhões de reais do nosso sistema nos próximos quatro anos.

Eu quero saudando a presença dos nossos Senadores Jonas Pinheiro; do nosso dileto amigo Senador Flexa Ribeiro, companheiro da indústria brasileira de muitos anos e o nosso prezado e estimado amigo Senador Adelmir Santana, Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae. Agradeço a presença de todos.

Mas como vinha explicando, o desafio é poder mobilizar recursos para garantir a consecução dessa meta nos próximos quatro anos. E esse programa ele pretende responder a emergência de algumas forças transformadoras que estão colocadas diante de nós. A primeira é que, dado o impacto das novas tecnologias, o trabalhador precisa, essas tecnologias estão mudando o perfil profissional do trabalhador. Um trabalhador que não sabe, por exemplo, que não tem noção, por exemplo, do que seja a questão da automação industrial, de como operar sistemas, controles lógicos programáveis, de interpretar um gráfico, é alguém que não estará evidentemente habilitado a poder cumprir, a poder atender às exigências desse mercado. Então o impacto das novas tecnologias requerendo um novo perfil profissional do trabalhador. Esse é um desafio importante.

O segundo e essa é uma questão que eu sei muito percebida pelos nossos Senadores que aqui estão: O desafio de prover essa oferta em regiões, nas novas regiões industriais do País. Felizmente houve uma mobilidade do capital produtivo. A geografia do emprego industrial mudou. Há regiões que há dez anos passados não tinham nenhum peso na formação da produção industrial do País e que passaram ter. Por exemplo, o Centro-Oeste hoje, tem na formação do PIB industrial do Brasil, um peso crescente. A região Norte também que passou a ter um peso maior.

Então, o desafio do sistema é prover essa oferta nas regiões que estão efetivas... Na chamada nova territorialidade da indústria, aonde a indústria se encontra agora com essa grande mobilidade do capital produtivo. Esse é um outro desafio. E temos também o desafio de manejar tecnologias de formação novas. O que significa dizer preparar os docentes e os gestores para um processo de educação flexível da chamada educação empreendedora, portanto, são novos conteúdos de formação que estão também exigindo novos perfis que se colocam para o sistema.

E finalmente o desafio que a própria aceleração do processo de crescimento do Brasil nos coloca, vejam que o PAC foi anunciado, é um programa de grande importância na área de infra-estrutura do chamado capital físico, mas o maior desafio do PAC hoje é o desafio de poder prover a mão-de-obra necessária a esses programas. Nós temos assistido já um quadro preocupante de escassez de mão-de-obra em algumas áreas. Nós na indústria, por exemplo, percebemos problemas, por exemplo, em setores importantes como o setor petroquímico, como o setor sucroalcooleiro e também na área da construção civil, nós estamos diante, eu não diria de um apagão de mão-de-obra, mas estamos diante de dificuldades que estão se agravando e se não houver um esforço articulado do setor público com entidades e instituições como o Sistema S para prover essa oferta nos próximos anos, nós teremos problemas sérios que representarão um constrangimento quase que intransponível a esse processo de crescimento dos próximos anos.

Então nós estamos realizando, de nossa parte, esse esforço com a visão de que o nosso sistema vai responder a esse desafio que é o desafio de elevar de forma significativa essa oferta nos próximos anos e aí, minha cara Senadora Marisa Serrano, constatamos hoje uma situação que representa um paradoxo: Faltam empregos no nosso País, mas faltam trabalhadores. Nós temos desemprego, mas, infelizmente, não há hoje trabalhadores ou uma oferta adequada para atender as necessidades que se colocam nesses setores. Então hoje, o emprego evidentemente depende fundamentalmente da qualificação e da capacitação e cada vez mais nós teremos a necessidade de um trabalhador com melhor grau de formação.

Vejam que no que diz respeito à indústria os números são números produtos preocupantes: Do uni-

verso de 7.8 milhões de trabalhadores na indústria, 4.8 milhões, ou seja, 61% do universo de trabalhadores na indústria não têm a educação básica completa. Desses, 2.4 milhões não completaram o Ensino Fundamental. Então esse é o maior desafio que se coloca hoje para dar uma resposta adequada.

Esse programa tem quatro eixos fundamentais: Expansão e diversificação da oferta de matrículas e de vagas; outro aspecto importante é a modernização da nossa infra-estrutura física, laboratórios e escolas. Nós estamos nesse momento negociando com o sistema BNDES um processo de financiamento que permita que antecipemos em alguns anos esse investimento que o sistema pretende realizar na modernização dos laboratórios e na modernização das nossas escolas e dos nossos centros de formação.

Esse processo está muito bem encaminhado e nós já temos aí uma resposta preliminar à carta-consulta que encaminhamos e um outro eixo fundamental que é a capacitação de docentes porque não será possível atender a toda essa demanda sem investir fortemente na capacitação de docentes e dos gestores do nosso sistema. Então, eu gostaria de destacar também alguns outros aspectos de que nós estamos olhando a questão da inclusão digital. Esse programa vai oferecer 28 mil computadores. Todas as escolas do SESI no Brasil terão as suas unidades de informática equipadas e todos os docentes do sistema passarão a ter um computador.

De outra parte nós teremos laboratórios de ciência também porque hoje como sabemos há uma grande deficiência nas áreas de biologia, física e química, então, há uma estrutura de carros-laboratórios que equiparão essas escolas, são 510 laboratórios de ciência que serão instalados também na rede SESI. Quero destacar ainda que na questão da oferta da educação para jovens, um ponto fundamental, meu caro Senador Cristovam Buarque, é ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola e aí temos o desafio de que 40% das vagas, 40% dos alunos já estarão em período integral nas escolas do SESI. 40% dos alunos estarão já em regime de período integral que corresponde a 40% das matrículas do sistema.

Abrindo um pouco os números que correspondem a esses desafios do SESI e do SENAI eu gostaria de forma aqui rápida de poder dizer que, a esses 16 milhões e 200 mil matrículas correspondem ao desafio na área de educação básica de jovens e adultos dois milhões e 300 mil conclusões. Educação Básica de crianças e jovens: 850 mil matrículas. Na área de reforço pedagógico quatro milhões de matrículas. Na formação inicial e continuada de trabalhadores que é a parte que toca ao SENAI, oito milhões 607 mil matrículas; educação profissional técnica de nível médio 482 mil matrículas. Educação superior, eu creio que é do conhecimento dos Senadores que o sistema SENAI oferece cursos de graduação e pós-graduação em áreas muito importantes para formar tecnólogos em áreas muito importantes, por exemplo, os cursos de Engenharia Têxtil no Brasil, os melhores cursos de Engenharia Têxtil no Brasil, são oferecidos pelo sistema SENAI. Temos, portanto, na área de Educação Superior 32 mil 690 matrículas; na área de competências transversais um milhão de matrículas e aí temos o SENAI 24 horas e o SENAI Itinerante.

Portanto, esses sãos os números que estão aí colocados e que constituem como eu já disse, um desafio muito importante para o Sistema S da indústria. Temos absoluta convicção de que o sistema responderá de maneira adequada a esse desafio que é como eu já disse, imperativo para que a indústria brasileira possa ter condições de não apenas de se inserir de forma crescente nesse mercado global, mas, sobretudo, de sobreviver em meio a esse ambiente que é cada vez mais marcado por um processo intenso de competição.

Então, era essa a parte inicial da nossa exposição e eu ficaria à disposição aqui com a nossa equipe, para esclarecer alguma, para fazer os esclarecimentos julgados necessários. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu agradeço o discurso feito pelo Presidente Armando Monteiro e quero dizer que talvez seja a primeira vez que eu escuto um discurso desse vindo de um industrial, vindo de um representante das classes produtoras. Já ouvi discurso até como esse de pessoas que faziam parte, mas saíram, se afastaram entraram em ONGs, entraram em movimentos.

Eu quero dizer que fico muito satisfeito com o discurso que eu ouvi e voltarei a comentá-lo depois, mas agora eu passo a palavra à Senadora que foi autora do Requerimento, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Deputado Armando Monteiro, toda a sua equipe da CNI que está aqui, o Deputado e amigo Gonzaga Motta que está conosco, os Srs. Senadores e dizer que o objetivo desse Requerimento foi justamente acompanhar o projeto em que eu participei do lançamento em Campo Grande na FIEMS, Federação das Indústrias do Mato Grosso do Sul, quando o atual Presidente Sérgio Longen, colocou a proposta dessa nova proposta para que nós pudéssemos ver a indústria com uma outra visão, a Educação para Nova Indústria.

E eu fiquei muito impressionada com os números que me foram colocados naquela noite em Cam-

po Grande e pensei que era talvez o momento de nós ouvirmos o Presidente da CNI, porque não é só o número de Senadores e o conhecimento nosso, mas através da TV Senado para todo o País. Que nós pudéssemos saber um pouco mais de como a indústria vai atuar nesse campo mais fortemente do que vem fazendo e o que levou a CNI a colocar educação como a prioridade no seu trabalho atual.

E também porque me interessa muito, já que o Senador Cristovam Buarque eu li nos jornais hoje, esteve na tribuna antes de ontem com a bandeirinha do Brasil dizendo que progresso é educação? Educação é progresso, nós estávamos lá em Montevidéu na reunião do Parlamento do Mercosul e eu não pude presenciar essa cena, mas o Senador Cristovam Buarque tem colocado sempre a idéia de que educação não pode ser feita por alguns luminares ou alguns que acreditam que sabem muito sobre educação ou determinadas pessoas em nichos, mas que educação deve ser sempre colocada como prioridade pela sociedade brasileira. Aquela mãe, Deputado Armando, que não vai à sua escola ver se o filho está indo bem, não conversa com os professores, não se interessa, ela não está sentindo a educação como uma prioridade.

Aquela que questiona, que luta, que quer o melhor e que denuncia se a escola não está ensinando a sua criança, aí então é sinal de que a sociedade está atenta para as questões da educação. Qualidade vai se fazer na educação brasileira a hora que a sociedade assumir que a educação tem de ser prioridade. Então eu gostaria, no lastro da sua exposição, alguns questionamentos ou alguns esclarecimentos que eu acho que são importantes, primeiro: Como fazer, como poderíamos, que sugestão o senhor daria a todos nós aqui no Senado para que as outras áreas que congregam também a produção no País, a CNA através da agricultura, comércio, serviços e outros que pudessem trabalhar nesse esforço? Nós estamos precisando todos juntos abrir cabeças e saber também, agricultura sabe com as altas tecnologias e com competitividade cada vez maior, ela também vai ter que fazer um esforço maior. E o SENAR esta aí para dar essa resposta através da agricultura e da pecuária, mas isso também é o comércio e sim por diante.

Esse tem que ser um esforço que eu acho que a CNI pode, já que começou, nos auxiliar e nós aqui ajudarmos a difundir. Como a indústria, além desse trabalho que está fazendo com essas outras co-irmãs, fazer com que a gente possa fazer face à competitividade não só da China, mas de outros países emergentes? Esse é um esforço nacional. E queria que V.Exª. também nos colocasse se essa proposta que a CNI está fazendo para o País, foi discutida também, porque é em nível nacional, com o MEC para saber se o MEC sabe e vai poder trabalhar concomitantemente sem que haja superposição com o trabalho que a CNI está realizando, porque é um trabalho de vulto. E depois eu estava lendo esses dias que a indústria brasileira, e V.Exª. hoje colocou isso aqui muito categoricamente, está saindo dos seus redutos tradicionais.

Por exemplo, nós sabíamos que a indústria estava em São Paulo. Hoje sabemos que a indústria não está em São Paulo Capital, está em São Paulo interior. A indústria, por exemplo, está indo para uma cidade do meu Estado que até então era extremamente pacata e nós não víamos perspectiva desde o dia que a Noroeste do Brasil passou a não mais ser o caminho para o Oeste que é Três Lagoas, limite com São Paulo. Hoje Três Lagoas é uma cidade que atrai indústria, a *International Paper* está lá, por exemplo, que é da Votorantin, atrai indústrias de grande vulto e todo o País, mas não é só ela, é todo o nosso bolsão Sul-Matogrossense, é claro, porque faz divisa com São Paulo, Minas, Goiás, então está perto dos grandes centros consumidores.

Então, eu quero dizer que a interiorização da indústria é algo novo para o País, o País vai ter que ver não só educação, mas principalmente educação com outros olhos. Eu queria entender se o MEC, por exemplo, e que tem obrigação de dar essa unidade nacional, está atenta para as necessidades da indústria que os novos parâmetros curriculares nacionais que já estão... Nós precisamos de novos porque os últimos foram feitos no Governo do Fernando Henrique, que os novos parâmetros curriculares nacionais tenham a idéia de que há uma nova indústria, há uma nova demanda que tem que ser atualizada.

Eu quero principalmente nessa ótica agradecer muito a presença do Deputado e Presidente da CNI, Armando Monteiro, aqui na nossa Casa e dizer que é sempre bom, mas é sempre muito bom quando qualquer organismo, mesmo o Sistema S que recebe recursos públicos, possam dar uma resposta efetiva à sociedade através de um apoio maior à educação e ao conhecimento. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Como temos tempo, eu preferiria passar já para o Presidente e depois eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Senadora, eu fico muito feliz porque acho que questões que a senhora encaminhou são muito importantes e eu me permitiria até fazer uma sugestão nesse momento ao nosso Presidente, Senador Cristovam Buarque, que é o seguinte: Muito tem se falado sobre o Sistema S. E me permitam nem sempre essa discussão e a for-

ma como a imprensa e alguns setores da sociedade trazem essa discussão de maneira adequada. Vejam que agora no contexto dessa discussão de CPMF, de imposto sindical, o Sistema S é colocado no debate, a meu ver, de maneira absolutamente enviesada e imprópria. Eu creio que o Sistema S, até pelo fato de administrar recursos de natureza parafiscal que são recursos compulsoriamente cobrados na folha, o Sistema S deve ter e precisa ter um controle social maior.

Nós estamos na nossa gestão tomando medidas concretas para dar transparência a esse processo de gestão. Nossas contas estão na internet e nós estamos hoje na disposição de promover um grande debate no País sobre a questão do Sistema S, mas um debate que possa se situar, meu caro Senador Cristovam Buarque, no contexto próprio, não de pressões conjunturais ou colada a discussão de outras matéria como esse ou como moeda de pressão política como me parece que adquiriu essa questão da discussão dos S. Mas discutirmos seriamente o modelo de formação profissional do Brasil e o papel que o Sistema S vem cumprindo nesse contexto.

E aí vamos discutir tudo, vamos discutir gestão, vamos discutir o modelo de financiamento, vamos discutir a experiência internacional nessa área, quais sãos os modelos referência para o Brasil. E aí me permita dizer que há três modelos nessa área apenas: O modelo europeu que se apóia também em contribuições compulsórias cobradas na folha, os programas de formação profissional foram sustentados na Europa através de um processo de imposição de contribuições cobradas compulsoriamente na folha de pagamento das empresas.

Há um modelo americano que é o modelo ultraliberal em que as grandes corporações investem na formação e houve uma experiência de triste registro aqui na América do Sul, em alguns momentos, em que todos os programas de formação foram remetidos para o orçamento público e como, infelizmente durante largos anos esses países viveram processos de instabilidade macroeconômica, esses programas foram descontinuados ou em grande medida desestruturadas, o processo de contingenciamento orçamentário e etc.

Qual é o grande mérito, a meu ver, do Sistema S? É que em um País cuja marca é a descontinuidade dos programas, os S graças ao modelo, a existência de um modelo próprio de financiamento puderam ao longo de 60 anos realizar ações que foram continuadas ao longo do tempo. É evidente que podemos discutir o grau de eficiência disso, vamos comparar um pouco essa relação custo benefício, o que é que o setor público faz nessa área, a que custo, o que nós fazemos, eu acho que essa é uma discussão que deve ser feita na sociedade brasileira e nós estamos dispostos a participar dessa discussão.

Mas levando em conta esse desafio dos programas ou da resposta que o Sistema S deve oferecer nesse momento em que o Brasil anda em um ritmo mais acelerado de crescimento, eu creio que seria muito interessante se essa Comissão pudesse trazer também os nossos companheiros empresários que gerenciam o Sistema S em outras áreas do comércio, da agricultura como a Senadora falou. Eu sei que todas essas estruturas realizam hoje programas importantes, ampliados, mas era muito interessante que a Comissão de Educação do Senado e da Câmara pudesse instá-los a poder dizer o que é que esses sistemas estão fazendo, como eles estão orientando os seus processos de planejamento e como se dá essa articulação entre o nosso esforço em relação ao esforço do setor público que deve ser sempre complementar e articulado.

Então eu acho que seria muito oportuno que nós pudéssemos fazer essa discussão levando em conta também a estrutura do comércio, o setor, a CNA e eu tenho certeza que esses companheiros valorizariam muito essa oportunidade. Quero também dizer que em relação a sua questão de como nós nos articulamos com o MEC nós fizemos uma apresentação do programa ao Ministro da Educação, ele tem conhecimento exatamente desse escopo e a orientação do Ministro é no sentido de que possamos fazer cada vez mais uma ação articulada e a partir, vamos dizer, dessa necessidade de alinharmos também os nossos esforços com as políticas públicas da área de educação e sempre reconhecendo certas peculiaridades do nosso sistema que tem que estar voltado fundamentalmente para as demandas da própria indústria, quer dizer, o nosso desafio se coloca sempre na perspectiva do que é que a indústria brasileira demanda sem esquecer naturalmente as nossas responsabilidades em relação ao conjunto da sociedade e da população. Então, essa articulação tem sido feita.

E finalmente essa questão que a Senadora frisou de maneira, a meu ver, muito adequada dessa mudança no mapa da indústria do Brasil e da necessidade do setor público ter um olhar também sobre isso, ou seja, se há regiões novas, novas fronteiras estão aí se afirmando no quadro da produção industrial do Brasil, nós temos que prover a oferta de educação nessas regiões sob pena de frustrar esse processo ou pior do que isso, não internalizar nessas comunidades os benefícios que podem advir desse processo.

Há, por exemplo, regiões que estão importando mão-de-obra e os jovens que lá vivem, por exemplo, são excluídos desse processo exatamente porque não têm ali a oferta de cursos e de capacitação necessários.

Então essa é uma dimensão muito importante desse processo de planejamento e nós aqui, no Sistema S da indústria, estamos atentos a essa realidade. Por exemplo, ao definir as nossas prioridades porque o Departamento Nacional do SESI e do SENAI tem apenas um caráter normativo. Nós fixamos as diretrizes do sistema, os braços operacionais estão nos Estados, nos chamados Departamentos Regionais, mas como nós transferimos recursos para os sistemas regionais esse processo de transferência tem que estar orientado em função das demandas que estão surgindo nessas novas regiões do País.

Então nós estamos indicando claramente essas prioridades quando decidimos aqui na estrutura nacional, os critérios para transferir recursos ou os critérios que atribuímos de prioridades aos projetos que nos são encaminhados pelas estruturas regionais, era isso. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, eu quero cumprimentar o nosso ilustre palestrante, Deputado Armando Monteiro, como também saudar a presença do Deputado Gonzaga Motta em nossa audiência, Senadora Marisa Serrano, enfim, os presentes.

Senador Cristovam Buarque, V.Exª. de alguma forma manifestou surpresa pela fala do Deputado Armando Monteiro, tão vinculada à questão vital na educação em um ambiente em que ele, com muita competência, transita, convive e preside, eu queria dizer que para mim não foi nenhuma surpresa. Eu tenho acompanhado a atuação do Deputado Armando Monteiro que, por sinal, em termos de Brasil, digamos assim, é universal.

O nosso pequenino Acre, por exemplo, tem sido alvo da preocupação do Deputado Armando Monteiro, eu pessoalmente já cruzei com ele em várias oportunidades em meu Estado, quando ele lá comparece para tratar das questões atinentes à sua gestão, a gestão dos companheiros da FIEAC, sempre com a preocupação de verificar o que está acontecendo, o que pode acontecer, o que deve acontecer na área que com muita competência ele preside. Eu digo isso para mostrar que ele poderia perfeitamente se restringir aos grandes centros do País, onde se avoluma a indústria, mas não, a preocupação dele... É por isso que não me causa qualquer estranheza ou surpresa e eu acho que quando ele expressa aqui a consciência exata da importância que tem a educação, indústria... O que é indústria?

É a utilização do conhecimento na transformação de bens. E não se faz isso sem o conhecimento da tecnologia, sem a educação formal, sem a educação profissional, eu creio que, sem qualquer sombra de dúvida, a CNI, presidida pelo Deputado Armando Monteiro, cumpre um papel muito importante nesse sentido. Acho até que o Governo perde inúmeras oportunidades quando senta para conversar como bem lembrou a Senadora Marisa Serrano, quando tenta formular políticas educacionais, currículos e etc. e não chama para essa conversa os representantes de entidades como a CNI, como o SENAR, como o Sistema S, vamos generalizar.

Porque seria de fundamental importância que o Governo aprendesse, que o Governo incorporasse toda essa experiência. A indústria de forma muito objetiva enxerga na educação, no processo educacional tanto profissional como aquele ordinário no sentido do convencional, a indústria enxerga o que é mais adequado, mais apropriado para o desenvolvimento, para o crescimento da indústria nacional. Nesse sentido, nós não podemos ter o papel da indústria nessa tarefa, nessa formulação e o papel do Governo de forma dissociada e separada.

Eu acho que devemos evitar a repetição de ações no mesmo sentido, mas devemos perseguir a convivência estreita, o gozo dessa experiência que deve ser profunda entre as ações do próprio Estado, o próprio Governo, as ações das entidades que de forma muito mais objetiva tratam dessa questão. Eu sou testemunha da competência com que o Sistema S atua. Eu sou testemunha por dentro e por fora, eu estava revelando aqui para a Senadora Marisa Serrano que no final da década de 60 eu freqüentei a escola Euvaldo Lodi em Benfica, Deputado, passei cerca de sete meses fazendo um curso de torneiro mecânico e posteriormente atuei como torneiro mecânico, mas alguém pode perguntar: "Mas por que não permaneceu?". Eu não permaneci porque ali se tratava de uma tarefa que muitos de nós recebemos naquela oportunidade, Deputado, de nos qualificarmos as nossas organizações políticas. Mandavam-nos para nos qualificarmos, para irmos para dentro das fábricas fazer o que nos cabia fazer.

Na ocasião, na época que lutávamos contra essa história já antiga, não permaneci por isso, apesar de o curso ter sido uma coisa impressionante para mim, a atividade ter sido muito prazerosa para mim, mas não era exatamente, talvez não fosse exatamente o meu caminho, eu estava ali cumprindo uma tarefa, uma tarefa política. Qualifiquei-me e tenho lembranças muito agradáveis desse período, mas sou testemunha, digo isso para reforçar o fato de que eu sou testemunha de como trabalha o Sistema S.

Para o senhor ter uma idéia antes da conclusão do curso, já havia um capataz das indústrias recrutando os futuros profissionais já com contratos ali para atuarem nas fábricas tal era a qualidade dos alunos que saiam dos cursos dos SENAI que eu tenho certeza absoluta que permanece até hoje. É verdade, é muito elevada a empregabilidade daqueles que se formam no SENAI e nas outras instituições.

E eu digo que sou testemunha externa também pelo que eu falei em termos aqui de testemunha da sua própria atuação pessoal, da atuação do CNI, da atuação do Sistema S como um todo, que a gente acompanha de fora. O Brasil aprende experiências com instituições que, às vezes, em um período funcionam muito bem e daqui a pouco declinam. No caso do Sistema S o que nós temos conhecimento e o que nós sabemos, é que é uma estrutura, uma organização, que tende sempre a se aperfeiçoar, sempre a melhorar, então, isso é um exemplo para todos nós, para o País e para o próprio Governo. Que o Governo se compenetre da necessidade de que sempre que for discutir políticas educacionais, programas, currículos que convoque sempre essas entidades para sentarem e externarem a sua experiência que é rica. É uma experiência rica que como mostram aqui os números envolvem milhões de pessoas, milhões de jovens, milhões de profissionais, milhões de futuros profissionais.

Isso não à toa. Essa é uma experiência que nós não podemos deixar ali em um canto e o Governo cuidar de... Não, isso tem que ser conjugado, isso tem que andar de mãos dadas, Deputado, para que a gente tire o melhor proveito. Toda essa energia deve ser [soa a campainha] conjugada para que o País ganhe, para que o Senador Cristovam Buarque possa balançar a sua bandeirinha e dizer que a educação é progresso. Educação só será progresso quando a gente trilhar esse caminho, Senador Cristovam Buarque. Quando a gente conjugar todas as experiências que nós temos e esta aí o exemplo do Sistema S, da CNI, de tantas entidades que cuidam de forma muito objetiva, do suprimento de talento, de capacidade, de pessoas educadas para aquelas finalidades, essa é uma experiência muito rica que por vezes eu acho que muitas vezes a gente desperdiça no nosso País. Portanto, meus parabéns Deputado, foi ótima a sua presença hoje aqui na nossa Comissão, declinando aqui projetos e números que impressionam pela sua grandeza e pela sua magnitude e faço votos de que tudo continue como está, melhorando sempre como é a tendência que a gente observa dessas organizações. Muito obrigado, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Deputado Armando Monteiro.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Senador Geraldo Mesquita, eu quero agradecer muito essas suas palavras que eu sei que, lhe conhecendo que são sinceras, correspondem ao seu sentimento e eu tenho e vendo também agora o nosso Senador Cícero Lucena a quem agradeço muito a presença, eu acho que às vezes é importante que nessas entidades nacionais haja uma presença de brasileiros que estão de alguma forma vinculados a regiões menos desenvolvidas do País porque eu acho, meu caro Senador Cristovam Buarque, que o grande desafio da sociedade brasileira é o de fazer um desenvolvimento espacialmente equilibrado. Quer dizer o Brasil, infelizmente, não tem uma visão muito integrada do processo de desenvolvimento e isso tem acarretado um descompasso imenso nesse processo de desenvolvimento.

Então eu acho que a circunstância da minha origem nordestina, a compreensão de que o desenvolvimento só se realiza plenamente se for um processo integrador na sua essência, que me faz identificar esse papel que um sistema nacional tem que cumprir como em qualquer que seja a sua esfera de atuação para priorizar essas ações. Por exemplo, o sistema do Acre ele precisa muito mais da presença do sistema CNI do que, por exemplo, um Estado que tem já um grau de desenvolvimento e estruturas que são capazes de... Mas eu gostaria de destacar ainda dois pontos muito importantes que o Senador Geraldo Mesquita referiu. Um é esse que deriva da compressão de qual é o papel indústria nesse processo de gestão do conhecimento.

O Senador Cristovam Buarque sabe que durante muito tempo a visão do processo de desenvolvimento tecnológico esteve muito associado ao papel Academia e dos centros de geração do conhecimento e das universidades. Só há pouco tempo passou-se a incorporar a compreensão de que o *locus* da inovação, o lugar onde o processo de desenvolvimento ocorre, fundamentalmente é a empresa. E felizmente a Lei de Inovação, até esse programa que foi lançado ontem do programa que é uma espécie de PAC na área de ciência e tecnologia, já incorpora essa compreensão de que a empresa é efetivamente o local em que o processo de inovação deve se realizar plenamente. E quem transfere o conhecimento para o conjunto da sociedade em grande medidas são essas estruturas porque o conhecimento quando ele não se transforma em uma solução ou em um produto ou ele não responde a uma demanda concreta da sociedade, é algo que se circunscreve apenas ao deleite de alguns, mas o

grande desafio é transformar o conhecimento em algo que atenda uma demanda concreta da sociedade. E a indústria tem um papel a desempenhar nesse processo de como se transfere o conhecimento e se apropria socialmente o conhecimento. Eu acho que esse é um papel que a indústria desempenha.

E quero também referir um outro ponto muito interessante da colocação do Senador Geraldo Mesquita, que é quando ele diz que o sistema empresarial ele quis referir que há certa pontaria na identificação dos programas que são, que devem ser desenvolvidos. Ou seja, o empresário como tem essa inserção no mundo da economia, ele pode saber melhor e quais as necessidades concretas desse ambiente. É evidente que isso não significa que, por exemplo, os trabalhadores não tenham que ter um papel muito importante eles próprios, porque são em última instância destinatários dessas nossas ações. E, aliás, eu quero também aproveitar esse momento para informar que a representação dos trabalhadores nos Conselhos nacionais dessas entidades está sendo ampliada agora. No Conselho Nacional do SESI nós passamos a ter agora seis representantes dos trabalhadores indicados pelas entidades, etc. Isso é muito importante porque eles também precisam participar desse processo de planejamento, mas é fundamental que a gestão do sistema tenha uma liderança e é fundamental que os empresários possam ter esse papel porque eles têm essa pontaria, essa capacidade de indicar que áreas devem ser focadas nesses programas de formação.

Então era isso, eu agradeço mais uma vez Senador Geraldo Mesquita.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu como Presidente da Comissão, em geral a gente se reserva para ser o último, mas eu vejo que o Senador Wellington Salgado chegou porque estava na Presidência da Comissão de Ciência e Tecnologia onde eu estive um pouco antes e quero dizer Senador que o debate lá conseguiu balançar a minha cabeça sobre a conveniência ou não de manter a voz do Brasil em um horário rígido. Pela primeira vez eu tive dúvida ao ouvir um pronunciamento lá.

Então eu vou dar um pouco mais de tempo para eu falar, o Senador Cícero Lucena devia estar em outra Comissão. Quer falar agora? Ótimo. Senão eu ia fazer a minha fala para lhe dar mais tempo. Não, o senhor está querendo pode falar.

Bem, eu queria dizer da satisfação que eu tenho de ter escutado a sua fala aqui, sinceramente. Primeiro porque acho três pontos que eu acho que são raros no setor industrial agrícola produtivo brasileiro. Primeiro: A percepção de que hoje a educação é o insumo fundamental, a ciência e a tecnologia é o criador primeiro do valor no setor produtivo. Lamentavelmente isso ainda é raro.

Segundo: A percepção de que essa ciência e tecnologia, essa formação para o setor produtivo ela passa necessariamente pela formação da educação básica. Isso é raro. Ainda tem gente que acredita que você pode pegar uma pessoa recém-alfabetizada e transformar em um operador de fresa ou operador de qualquer outra coisa. Não tem mais como. E o Deputado Armando Monteiro foi muito claro nisso ao deixar aqui a visão de que a formação técnica profissional exige hoje um avanço na educação.

Essas moças que nos traduzem aqui ontem me deram uma lição. Uma jovem adolescente que eu conheço de uma família pobre eu coloquei para estudar para ser tradutora. E elas me disseram que a menina tem toda a habilidade necessária, mas não tem vocabulário, não vai conseguir ser uma tradutora de livros não é porque não tem vocação para fazer, mas porque não tem o vocabulário necessário para fazer a tradução. É inacreditável, isso viria de uma boa educação de base, Senadora Marisa Serrano, de uma carga de leitura. E terceiro ponto que para mim é muito gratificante é ver o programa que vocês estão preparando para o Brasil inteiro. Que é um programa altamente ambicioso, eu diria até pretensioso até para pernambucano.

É um programa pretensioso, mas mesmo assim, é aí que vai a minha pergunta, mesmo assim comparado com o tamanho do Brasil toda essa ambição, vontade e uso de recursos de vocês ainda fica pequeno. Ainda fica pequeno dentro do Brasil, 14 milhões. É inacreditável - 16 milhões - é inacreditável que um grupo privado, porque é feito pelo setor privado, seja capaz de trazer 16 milhões, mas ainda fica faltando 32 milhões. E aí vem a minha colocação, como é que a gente pode usar, além desse trabalho específico que o Presidente da CNI em nome das instituições da CNI, trazem como eu diria educadores, na verdade, porque vão educar esses 16 milhões, como é que a gente pode fazer com que vocês sejam também educacionistas? Para lutar para que todos os outros 32 milhões sejam incorporados também através da ação efetiva da política, do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do Poder Legislativo, nós. Eu quero saber como é que o Presidente da CNI que é Deputado Federal, que é um dos homens mais influentes hoje na República brasileira por seu papel, por sua relação com o Presidente, é capaz de influir nacionalmente? Como é que o senhor está vendo a sensibilidade ou não do Poder Público brasileiro para levar isso que vocês defendem e que eu não tenho nenhuma crítica como educador, nenhuma, como é que vocês levariam isso ao Brasil inteiro através do Poder Público e aí sim receber a bandeira dos educa-

cionistas que é essa aqui, Senadora Marisa Serrano educação é progresso.

Eu quero deixar claro que não quero mudar a bandeira brasileira, eu quero incutir um novo espírito nela. Pode deixar escrito "Ordem e progresso" ou "Amor, ordem e progresso" como era a idéia inicial que Darci Ribeiro defendia.

Eu quero atrair o Presidente da CNI como líder político para essa campanha da educacionistas que, aliás, eu pego carona em um conterrâneo nosso chamado Joaquim Nabuco que criou o movimento abolicionista. A idéia do educacionismo é exatamente isso, inclusive, independe de Partido, nenhum Partido vai ser capaz de fazer isso. E nenhum Partido está fora disso e em todo Partido tem gente que defende essas idéias e em todo Partido tem gente que não defende.

Como é que a gente faz um Partido causa, transversal aos Partidos siglas que são os nossos de hoje? Então, eu lhe dou essa bandeira porque por sua fala já merece, mas cobrando seu papel como representante do meu Estado Pernambuco, homem influente na República para que essa experiência possa chegar ao Brasil inteiro.

Eu passo a palavra ao Deputado Armando Monteiro e depois eu passarei ao Senador Cícero Lucena e se o Senador Wellington Salgado também quiser fazer uma fala, também obviamente passarei. Primeiro o Deputado vai responder.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Bom, eu quero dizer que há figuras que são importantes para... Aquela frase do Bertold Brecht há pessoas que são indispensáveis quase, eu acho que essa sua presença, Senador Cristovam Buarque, no debate da questão da educação no Brasil, a coisa que acho monotemática, mas no melhor sentido de eleger um tema que possa ser um tema absolutamente definidor, fundamental do que deve representar esse esforço da sociedade brasileira, eu acho que a sua presença é muito importante nesse País.

O papel que o senhor cumpriu, inclusive, nessa campanha presidencial na última e que pode ficar certo de que há uma semente que foi aí plantada no sentido de ir fazendo a sociedade brasileira entender que esse, o que o senhor chama de Partido causa, quer dizer, essa é uma causa fundamental no Brasil. O Brasil não vai verdadeiramente se emancipar nem emancipar as pessoas senão pela via da educação.

As ideologias são as compreensões de que elas em si mesmas não são capazes de operar essas transformações mais, ou seja, é precário o processo de poder atribuir hoje ao discurso ideológico a possibilidade de mudar a sociedade. As sociedades só mudam independente dos seus regimes políticos se conferirem à educação um papel fundamental. Então, nesse sentido eu até me honro de como seu conterrâneo ter a visão da sua importância hoje na cena brasileira em relação a essa questão da educação, essa cruzada aí.

Então eu me incorporo, evidentemente que de forma modesta, no sentido de dizer que onde estou e circunstancialmente no exercício do meu mandato Parlamentar, eu quero ajudar aqui que possamos impulsionar, expandir na sociedade brasileira essa compreensão do que representa a educação. E tenho procurado nos espaços onde atuo traduzir isso em ações concretas. Por exemplo, a Confederação Nacional da Indústria acaba de instalar o Conselho Temático de Educação. Antes as entidades empresariais apenas cuidavam nos conselhos temáticos daquilo que era mais óbvio: Infra-estrutura, política econômica, política industrial, nós criamos na Confederação o Conselho Temático de Educação. E creio que se transformará no mais importante Conselho da entidade porque vai tratar de educação para o trabalho, mas vai tratar fundamentalmente da questão da educação *latu sensu.*

E eu quero que a composição desse Conselho possa expressar a pluralidade dos atores que devem atuar nesse processo, ou seja, não será um Conselho de empresários, embora seja um Conselho Empresarial. Então, eu quero que a partir daí que o nosso sistema-indústria, isso vai, a esse movimento, Senador, corresponderá à instalação de Conselhos Temáticos de Educação em cada uma das federações de indústria do País. Veja que isso terá um efeito importante nesse processo. E creio também que junto às próprias empresas, que de alguma maneira já realizam alguns programas no plano, vamos dizer, do que seja a responsabilidade social hoje, especialmente das maiores empresas, das grandes corporações, eu creio que podemos fazer também um esforço para que elas se mobilizem e possam ter uma presença maior nessa cruzada que nós precisamos empreender. Então é dessa forma que eu ainda que modestamente me incorporo e pode ficar certo que a esse seu Partido eu me filio com entusiasmo e a nossa bandeira o senhor traduziu de forma muito competente essa idéia de que até a ordem verdadeiramente ela dependerá da educação. Porque não poderá haver ordem sustentável em meio a tanta desigualdade e tantas diferenças. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Senador, Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, Deputado Armando Monteiro, Presidente da CNI, eu quero lhe dizer que posso afirmar ao ouvir o seu último pronunciamento nesse instante respondendo ao Presidente Senador Cristovam Buarque, que os

meus olhos brilharam com essa história do Conselho de Educação. Como eu não posso vê-los eu tenho certeza que o do Senador Cristovam Buarque brilharam mais do que os meus pela sua história e pela sua dedicação nessa área de educação a exemplo de tantos outros pares nossos aqui no Senado.

Mas eu quero dar o meu testemunho em relação à CNI quando da minha experiência como Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Paraíba que em uma parceria nós iniciamos uma escola, um projeto pioneiro naquela oportunidade, Presidente Senador Cristovam Buarque, que foi o Projeto Escola Zé Peão. A gente pegava o peão da construção civil, como chamamos lá no Nordeste, e procuramos um projeto de alfabetização onde no próprio canteiro de obra, no refeitório era instalada uma sala de aula para alfabetizarmos os trabalhadores da construção civil. Onde a empresa cedia uma hora do horário do trabalhador para que a gente pudesse desenvolver esse projeto que sem dúvida se multiplicou no Brasil e eu utilizei, inclusive essa idéia, depois naquele programa quando Prefeito que o Sr. Ministro de Alfabetização na cidade de João Pessoa que nós ampliamos para as indústrias, ampliamos para os condomínios residenciais a idéia básica da Escola Zé Peão que foi fruto de uma parceria do Sindicato da Construção Civil de João Pessoa com a CNI, no caso, além de outros obviamente de treinamento de qualificação dos trabalhadores da construção civil.

Mas, Presidente Armando Monteiro, eu gostaria de lhe sugerir para que a CNI pudesse refletir um pouco sobre a uma experiência que nós tivemos em João Pessoa. Com a preocupação na escola pública municipal, nós fizemos uma parceria com a CEFET em João Pessoa onde das 90 escolas municipais daquele Município eram selecionados os dois melhores alunos por escola da última série do primeiro grau e dava um número então de 180 alunos. Daí era feita uma seleção para se formar uma turma de 40 alunos na Escola Técnica Federal da Paraíba, na cidade de João Pessoa.

Minha sugestão, e foi uma experiência muito exitosa, eu citei o primeiro ano; dos 40 que foram 36 passaram e nós sabemos do rigor da escola técnica lá na Paraíba. Embora a gente tenha tomado algumas precauções, tipo fornecer vale-transporte, fornecer o alimento a esses alunos, fornecer o fardamento para que eles não se sentissem em condições desiguais com os outros da escola técnica, mas sem dúvida nenhuma foi um êxito muito grande e até as escolas técnicas passaram em parte a adotar isso. A minha sugestão, eu não ouvi e não sei se V.Exª. falou, sobre a forma de seleção para a inclusão nos cursos que são patrocinados pelo Sistema S, em particular pela Confederação Nacional da Indústria. Mas a minha sugestão é que fossem feitas parcerias aonde tem essa escola com o serviço público, quer seja Municipal e hoje mais ainda porque o Ensino Fundamental, o primeiro grau antigo, é efetivamente na rede Municipal para que fossem aproveitados esses alunos da rede pública com o nível de aceitabilidade maior por parte da Confederação porque nós estamos, além de garantindo a continuação de seus estudos, nós estamos gerando oportunidade de renda e de empregos para esses jovens.

Então a minha sugestão é que a Confederação se dedicasse um pouco sobre um projeto de parceria com a rede pública para aproveitar esses alunos que são competentes, são dedicados, o que eles precisam é verdadeiramente de oportunidade.

E por fim, vi também no programa de vocês, a questão da preocupação com o ensino a distância. Eu acho que isso é fundamental, é um processo que pode ser democratizado com quantas vezes mais nós criarmos os centros de informáticas públicas, a escola disponibilizar os seus laboratórios, as escolas públicas disponibilizarem os seus laboratórios de informática não apenas para os alunos da rede, mas para a comunidade da circunvizinhança, sem dúvida nós teremos chance de fazer cursos, porque não são só operadores de máquina que a indústria precisa, tem uma gama de outros técnicos que podem muito bem ser treinados e qualificados por vocês com essa responsabilidade social que eu sei que norteia o processo nas suas ações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Deputado.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Senador Cícero Lucena, muito obrigado, eu quero agradecer essa contribuição que V.Exª. dá, a compreensão desse processo e creio que os dois pontos que foram trazidos pelo Senador são muito importantes. Essa parceria com o sistema público de modo a oferecer oportunidades a alunos que podem estar integrados a esse Programa Educação para Nova Indústria e, portanto, essa parceria é fundamental, quer dizer, nós estamos atentos a isso e quero registrar aqui que esse ponto é um ponto fundamental, sobretudo, levando em contas as características da educação em algumas áreas do País, dadas às especificidades, então, essa é uma questão fundamental.

E o no que diz respeito ao ensino a distância, nós temos como um dos eixos do programa essa compreensão de que para alcançar essas metas, nós temos que nos valer de métodos, de ferramentas que não podem ser meramente se cingir aos métodos convencionais e a coisa da educação presencial nesse caso. Então

essa questão da educação à distância é uma ferramenta fundamental que nós vamos utilizar e grande parte dessas metas quantitativas já decorre exatamente da maior utilização dessa ferramenta como, por exemplo, da educação à distância.

Não sei se Mariana quer trazer alguma informação complementar sobre esses dois pontos? A parceria e da... Você precisa tocar aqui.

SRA. MARIANA: As parcerias elas efetivamente já existem, o SENAI recebe egressos, a Regina pode complementar. Na questão da educação à distância nós, no programa Elevação da Escolaridade, certamente vamos, nós já utilizamos hoje através do telecurso e também com o material impresso, o desafio é continuar usando TV, continuar usando material impresso, mas incorporar a isso as novas tecnologias de informação, então, nós já estamos desenhando educação à distância com conteúdo on-line para elevação da escolaridade, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Se o senhor me permite, eu gostaria de complementar a questão do Senador Cristovam Buarque quando ele diz "o que é que nós podemos fazer pela educação brasileira?". Eu diria além das ações que o Sr. Deputado já levantou, eu diria, uma é a discussão e o Senador Cristovam Buarque há três semanas atrás participou de uma ampla discussão lá na CNI sobre a questão, educação e desenvolvimento, foi uma oportunidade boa.

Nós temos dentro da Educação para Nova Indústria duas ações dirigidas à educação pública, uma delas é um prêmio em parceria com a UNESCO, que é o prêmio SESI Qualidade na Educação e uma outra é nós estamos prestando consultoria para especialmente redes municipais no sentido de melhorar a qualidade da educação básica. Obrigada.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Muito bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passaria...

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para concluir que eu não coloquei, mas eu queria só registrar que no momento dessa parceria com a rede pública que você estabelecer metas a disputa é fundamental até em um processo que a educação hoje está discutindo que é reconhecer e estimular, então, sem dúvida vocês estarão dando uma grande contribuição de estímulo aos demais alunos, não só aqueles que serão treinados, mas aqueles que tentarão ter o aproveitamento pelo sistema.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Muito bem, Senador. Está registrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu passo a palavra ao Senador Wellington Salgado, que é o homem do ramo.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cristovam Buarque, desculpe V.Exª. sabe que eu estava presidindo a outra Comissão de Comunicação da qual V.Exª. passa a fazer parte também agora, é muito importante em nossa Comissão tê-lo operando nessa Comissão. Agora primeiramente eu estou muito feliz de estar à frente do Deputado mais votado de Pernambuco. Na verdade esse é um Estado por quem eu tenho um carinho muito especial, V.Exª. sabe muito bem disso e nesse momento que eu cheguei, eu peço desculpas por ter chegado após a explanação de V.Exª., surgiu um assunto interessante que é a questão do ensino à distância. Além de eu ter sido nomeado pelo Presidente para fazer um relatório sobre as discussões que aconteceram, as audiências públicas aqui, eu acho que, eu acho não, eu tenho certeza, que é o futuro do País.

Eu fiz um doutorado em ensino à distância na UNED, Universidade Nacional de Educação à Distância na Espanha, e sempre os membros da UNED, me falavam os professores, falavam que o Brasil é um País que foi feito para o ensino à distância porque, na verdade, é um País continental, eles sempre diziam isso. E uma coisa importante e que eu cometi um erro tremendo logo assim que eu entrei na questão do ensino à distância estudando, é que eu achava que a velocidade de estudo era a velocidade determinada pelo Poder Público ou pela Instituição quando na verdade a velocidade é de quem faz o estudo.

Essa é a vantagem do ensino à distância. Você faz a sua própria velocidade. Se você tem três filhos e trabalha de noite você faz duas matérias, se você não tem filho nenhum é só você e a esposa, se você é solteiro você tem a sua própria velocidade. Esse foi o primeiro erro que eu cometi ao debater o ensino à distância que eu achava que a velocidade tinha que ser... Comecei a fazer algumas contas para ver se era caro ou não para o Governo em cima de cinco anos e o professor simplesmente disse para mim: "Quem disse que cinco anos é o tempo ideal para esse aluno?". E ali eu comecei a entender as coisas. Então V.Exª. como Presidente tem um trabalho importante, o ensino à distância é um ensino onde não é mais centrado no professor e sim nas tecnologias como bem colocou a sua Assessora aqui, e é o futuro do País.

Na Europa ou na *Oprah Universe* onde começou, não existe o preconceito contra o diploma que é do ensino à distância quanto ao diploma presencial. Isso não existe mais, eu espero que aconteça isso no Brasil também. Levando em conta que o País tem criado,

as pessoas que criam a legislação têm criado tanto problema para se fazer o ensino à distância porque na verdade você só... Vamos supor que seja centrado na televisão, no satélite, você desce e desce em uma tele-sala e lá você tem o professor, imagem lap(F) e você começa a criar algumas fontes de tirar dúvida ou por e-mail ou por fax que chegue lá e fala: "Agora eu vou responder para o Sr. Armando Monteiro. Olha, sua dúvida é essa aqui, isso é uma coisa simples". No entanto se começa com legislação, portarias, o Ministro que eu tenho um carinho especial, não ele, mas seus Assessores começam a criar uma série de dificuldades para o ensino à distância. Não é isso, o ensino à distância ele é livre, o que precisa ser é a avaliação presencial, isso eu não abro mão.

Eu defendo isso, a avaliação não pode ser à distância porque aí você tem a diferença do ensino à distância, a educação à distância e a educação aberta. A educação aberta ela é bem anárquica, não tem pré-requisitos, não tem nada você faz a hora que você quiser, a disciplina que você quiser. Já a educação à distância não, você tem de que fazer primeiro as disciplinas para obedecer uma continuidade.

Então, Sr. Presidente, eu fico chateado de não ter participado, mas vou pedir o que V.Exª. falou aqui, no Senado a gente tem alguns Senadores que trabalham demais, e tem outros que aparecem demais, muitas vezes é injusto, é uma espécie de Senadores multi mídia e outros Senadores que carregam nas costas tudo e correm de Comissão em Comissão como também é na Câmara, com certeza, o Armando conhece muito bem isso.

Então, Presidente desculpe não estar presente, mas eu queria parabenizá-lo. V.Exª. que sempre colocou a educação como bandeira, muitos trabalharam tendo outras bandeiras, V.Exª. não. Não abre mão e lutou e carregou essa bandeira sozinho pelo Brasil inteiro e continua carregando e tenho certeza que em algum momento será recompensado todo o trabalho que V.Exª. faz. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Eu recebo um comentário como esse seu, me satisfaz muito. Presidente, eu passo para o senhor responder e fazer os comentários finais.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Agradecer ao Senador Wellington Salgado, eu sei que ele é um professor que conhece muito esse assunto. Sei, inclusive, também que lá em Pernambuco ele teve ou tem investimentos na área de educação, o seu grupo, mas achei muito interessante esses comentários que o Senador fez sobre a questão da educação à distância e como o Brasil é um País vocacionado para a utilização massiva desse instrumento que é tão importante. E atentei muito para essa observação feita por V.Exª. sobre a diferença entre o que seria educação aberta e educação à distância e também a preocupação de que a burocracia não termine por prejudicar, vamos dizer, a utilização dessa ferramenta que é tão importante em um País em que a causa da educação tem uma urgência e uma... Que ninguém desconhece.

Então Senador, eu lhe agradeço muito por essa contribuição e gostaria de também de dizer que em qualquer oportunidade que seja possível nós gostaríamos de fazer uma apresentação mais completa desse programa Educação para Nova Indústria que o sistema lançou agora.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): E eu gostaria de ter a oportunidade um dia de almoçar no Leite com V.Exª.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Pronto, vamos fazer isso.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Que é o grande restaurante de Recife, maravilhoso.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): E aqui em Brasília também na nossa CNI, o senhor já se sinta convidado também para essa... O Senador Flexa Ribeiro de vez em quando nos honra com a presença, mas ultimamente anda meio arredio, eu não sei se é por conta de...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito trabalho, muito trabalho.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Muito trabalho.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Agora mesmo se o Presidente me permitir... Conceder-me a palavra.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro, Senador, claro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero primeiro me desculpar com o Presidente e com o Deputado Armando, eu tive que me ausentar da Audiência Pública porque tinha um projeto que eu era relator da CCJ, outro na CI e tive que ficar indo de uma Comissão à outra e se estendeu o projeto na CCJ em função de ser um projeto polêmico tanto a questão da cobrança do ICMS na produção de energia e petróleo que são os únicos dois insumos que o ICMS é cobrado no consumo e não na produção.

Mas eu quero parabenizar o Deputado Armando Monteiro, Presidente da CNI, Presidente do Conselho Nacional do SENAI e pela proposta que ele apresentou de investimentos no programa de educação. Senador Cristovam Buarque, ele é para nós aqui o guia, o nosso condutor no Congresso, no Senado especialmente na questão da educação. E ele é tido como,

na própria campanha eleitoral quando foi candidato a Presidência da República de que ele era o discurso de uma nota só porque ele só tocava em educação. E eu digo sempre a ele que eu acho que não é o discurso de uma nota só, é o discurso da nota que vai resolver a questão do Brasil, é pela educação que nós vamos transformar esse País.

Se tivéssemos feito isso há 50 anos atrás seríamos outro País. Se tivéssemos feito isso há 30 anos atrás também já teríamos melhorado. Nós temos que começar um dia, a educação tem que ser prioritária. Agora, prioritária não no discurso, prioritária na prática, com a valorização do docente, com a qualificação do docente, não adianta você dar quantidade e não dar qualidade. Então nós estamos ainda discutindo um projeto do... Até fiz, pedi o auxílio do Senador Cristovam Buarque, a questão do processo hoje que é de aprovação automática que o aluno hoje não é mais reprovado, a não ser ao final do seu curso e isso precisa ser pelo menos regulamentado para que nós não estejamos gastando recursos da União sem ter a forma de mensurar o aprendizado ou não do aluno.

O Sistema S eu fico muito tranqüilo em me posicionar em relação a ele porque o próprio Presidente é o maior propagandista do Sistema S e em especial do SENAI. Ele já fez referências diversas que o único diploma que conseguiu e que o propiciou a avançar na vida como ser humano e chegar à Presidência da República, foi o diploma que ele conquistou de torneiro mecânico pelo SENAI de São Paulo.

E a CNI através do SESI/SENAI propõe investir agora mais de dez bilhões de reais exatamente naquele aspecto que vai possibilitar o avanço do Brasil que é na educação. Então Armando, eu não poderia deixar de vir aqui para fazer esse registro, dizer que nas suas palavras iniciais que eu assisti e eu já sabia disso das nossas reuniões lá na Confederação, de que você vai privilegiar exatamente essas regiões que estão em desenvolvimento. Que são aquelas como Amazônia e o meu Pará que estão avançando no setor industrial de forma importante, mas que precisam formar mão-de-obra para isso. Formar mão-de-obra para isso, quer dizer, nós hoje somos e acredito que já em breve suplantaremos Minas Gerais, o maior produtor de minério do Brasil. Então, temos lá a Vale do Rio Doce, temos o COA, temos lá as grandes mineradoras brasileiras, mas nós não temos que ficar na mineração, nós termos que ir para a metalurgia, nós temos que formar mão-de-obra para que a gente tenha lá agregação de valores a essas matérias-primas nossas que são exportadas em estado bruto e geram empregos na China, geram empregos em outros países e não para nós os brasileiros.

Então, eu quero tão somente registrar a satisfação de ver que a Confederação Nacional da Indústria, também preocupada com a qualificação, com a melhoria da educação faz um programa que atende a educação básica, através do SESI, e complementa na educação profissional através do SENAI, ou seja, ela vai informar e vai formar o cidadão brasileiro. À medida que o aluno sair do Sistema S, do SESI e do SENAI, ele vai sair qualificado para ele possa exercer uma profissão com dignidade. E hoje o próprio Presidente disse, e é sabido por todos, há uma escassez de mão-de-obra qualificada.

O grande problema da mão-de-obra não é falta de brasileiros querendo trabalhar, esses têm em excesso. O que falta são brasileiros que estejam qualificados para exercerem aquele tipo de trabalho que lhes é oferecido. Então, parabéns a CNI, parabéns Armando, vamos juntos tocar o projeto porque eu acho que se todos nós, se todas as entidades, ou melhor, se todo o cidadão brasileiro se engajasse na educação, cada um assumindo um compromisso pessoal de que nós iríamos trabalhar para que a educação fosse valorizada, nós vamos avançar no sentido que o Senador Cristovam Buarque tem apontado permanentemente. E não desista Senador Cristovam Buarque, não desista porque "água mole em pedra dura tanto bate até que fura". Nós vamos conseguir colocar a educação na posição que ela merece.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Obrigado, Senador Flexa Ribeiro. Deputado.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Agradecer ao nosso querido, Senador Flexa Ribeiro, que conhece profundamente o Sistema S, o Senador pôde já dirigir a nível regional as estruturas do Sistema S da indústria lá no Pará qual tempo em que presidiu a Federação das Indústrias do Estado do Pará, e como companheiro lá do sistema-indústria, em grande medida o Senador Flexa também sempre colocou essa preocupação com a compreensão de que o sistema tem que assumir cada vez mais um papel de maior responsabilidade nessa área. O programa Educação para Nova Indústria, meu caro Senador Flexa, é uma resposta a esse desafio que temos cada um na nossa área de enfrentar essa questão e me parece que com o conceito absolutamente atualizado de que a educação tem que ser articulada. Combinar elevar escolaridade e através da elevação da escolaridade fazer o treinamento e a capacitação.

Não é possível hoje treinar e capacitar, sobretudo com as novas, com o advento das novas tecnologias, um trabalhador que não tenha uma formação mínima, uma formação básica e o programa também, meu caro

Senador Flexa, contempla um esforço muito grande e muito importante na área de capacitação de docentes e de gestores de tecnologia do sistema.

Eu quero aproveitar também para dizer, aproveitando essa presença ainda dos Senadores, que repetir algo que já pude dizer no momento anterior do debate, eu creio que mais do que nunca é preciso discutir o papel do Sistema S, mas no seu contexto próprio. Vamos discutir a educação, vamos discutir a formação profissional do Brasil, vamos discutir a eficiência das nossas ações e não fazer uma discussão do Sistema S enviesada e casada às questões conjunturais e muitas vezes até como moeda de pressão política e etc. Vamos discutir o papel que nós temos que cumprir com transparência, com maior controle social buscando uma maior eficiência e para isso o sistema-indústria está sempre disposto a discutir esse nosso papel.

Ao final eu peço, ao tempo em que agradeço muito por essa oportunidade, mais uma vez à Senadora Marisa Serrano, autora do Requerimento que deu origem a nossa convocação, agradecer muito ao Senador Cristovam Buarque, esse grande brasileiro que tem um papel, eu diria que um papel apostolar nessa área que é tão importante da educação no Brasil e eu quero fechar dando uma notícia aqui aos Senadores que me parece uma notícia relevante.

Se realiza agora no Japão a 39ª edição do *World Skilss*, que é o maior tornei de formação profissional do mundo e o Brasil representado pela delegação do SENAI conquistou o segundo lugar em média de pontos nesse torneio dentre 48 países participantes com duas medalhas de ouro, três de prata, quatro de bronze e sete diplomas de excelência. Esse foi o melhor resultado do Brasil já obtido em 13 participações nesses torneios. E para nossa satisfação, e a satisfação do Senador Cristovam Buarque, um pernambucano conquistou uma das medalhas de ouro, sobretudo, quer dizer, na área de tecnologia de informação que é o pernambucano Anderson Carlos Moreira Tavares. Portanto, meu caro Senador Cristovam Buarque, eu queria trazer com muita alegria, fazer aqui esse registro e mais uma vez agradeço a todos por essa oportunidade.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Senador Cristovam Buarque só uma colocação se V.Exª. me permitir.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Claro.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Vem se tornando o vale do cilício brasileiro. Informática, muitas... Posicionamento de programas, eu procuro em Recife porque lá está realmente a... E justamente a medalha de ouro foi nessa área.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Nessa área. Exatamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Bem eu quero agradecer a todos os presentes, de uma maneira especial agradeço a Íris Valquíria, Regina Maria Torres, Antônio Carlos Brito Maciel, Rafael Luchesi(F) que são da equipe do Presidente e dizer para ele que esse foi um dos bons momentos que a gente teve aqui, eu vou ver como a gente incorpora o seu depoimento como se fosse parte das audiências públicas que a gente fez sobre educação, teria sido muito bom que tivesse sido durante aquelas audiências, mas isso nós vamos tentar fazer.

Eu quero comunicar aos Srs. Senadores o recebimento do convite do Sr. Ministro da Cultura, Gilberto Gil para o seminário de lançamento do Fórum Nacional de Direito Autoral a ser realizado no próximo dia 05 de dezembro na cidade do Rio de Janeiro.

Comunico aos Srs. Senadores o recebimento de correspondência do Tribunal de Contas da União convidando para o 1º Fórum sobre Instituições Federais de Ensino Superior a ser realizado no dia 27 e 28 de novembro no auditório Ministro Pereira Lira, edifício sede do TCU.

Senador Wellington Salgado esse convite que o senhor fez, aliás, sugeriu para que ele não deixasse de ir almoçar no Leite, eu quero pedir ao Deputado que convide um conjunto de primos dele dos quais eu fui professor particular, eu financiei o tempo de estudante de Engenharia como professor de Física e Matemática e houve um momento que eu virei o professor da família de diversos dos primos dele. Eu não sei se ele ficou de fora porque era mais velho, porque era mais novo ou porque não precisava. O fato é que esses primos são pessoas que eu tenho o maior carinho, e são grandes industriais hoje em São Paulo.

Até para mostrar, Senador, como nós somos ambíguos politicamente nesse País: No dia 01 de abril de 1964, eu, jovem militante de esquerda, na escola de Engenharia, saí de manhã cedo para dar aula aos primos dele, a alta aristocracia pernambucana. E a mãe dos meninos disse: "Está havendo uma revolução, eu queria que o senhor ficasse cuidando dos meus filhos" e eu fiquei ali dentro daquele palacete pensando: "E se os camponeses vierem. Eu vou para lá ou fico aqui?". Mas fiquei firme ali como preceptor dos jovens até que terminou e eu fui para a escola de Engenharia ver meus amigos sendo presos. Você vê a ambigüidade da classe média brasileira.

SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG): Na verdade V.Exª. foi protegido lá. Iria junto com os amigos presos também.

SR. PRESIDENTE SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Mas tenho grande lembrança de toda a família, são amigos até hoje e agradeço muito, Deputado Armando Monteiro, pelo trabalho que o senhor vem fazendo pelo Brasil afora.

DEPUTADO ARMANDO MONTEIRO (PTB-PE): Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h11.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 30ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e três de outubro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, FÁTIMA CLEIDE, VALDIR RAUPP, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, JEFFERSON PÉRES, FLÁVIO ARNS, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, ROMERO JUCÁ, GERALDO MESQUITA, RAIMUNDO COLOMBO, LÚCIA VÂNIA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da primeira parte da pauta, destinada à discussão e votação das emendas da Comissão ao Plano Plurianual (PPA) para o período 2008/2011. Foram aprovadas: **EMENDA Nº 01-CMA** - Ementa: Aqüífero Guarani – Ministério do Meio Ambiente. Ação: 10TQ - Implementação da Gestão Integrada de Águas Subterrâneas e Superficiais. Valor proposto total: R$ 38.614.000. **Autor:** Senador **FLÁVIO ARNS. EMENDA Nº 02-CMA** - Ementa: Combate à Desertificação do Meio Ambiente. Ação: 8906 - Apoio à Implementação do Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação nas Áreas Susceptíveis à Desertificação. Valor proposto total: R$ 44.500.000. **Autora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. **EMENDA Nº 03-CMA** - Ementa: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos - FNMA. Ação: 2B07 - Fomento a Projetos de Conservação, Uso e Recuperação da Biodiversidade (PROBIO I e II). Valor proposto total: R$ 211.965.914. **Autor:** Senador **ROMERO JUCÁ. EMENDA Nº 04-CMA** – Ementa: Fomento a projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas. Ação: Nova – Fomento a projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas. Valor proposto total: R$ 10.000.000. **Autor:** Senador **VALTER PEREIRA. EMENDA Nº 05-CMA** - Ementa: Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia. Ação: 101Q – Recuperação e Preservação da Bacia dos Rios Tocantins/Araguaia. Valor: R$ 1.671.377. **Autor:** Senador **FLEXA RIBEIRO.** Em seguida, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** adia a segunda parte da pauta**. Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "nos termos regimentais, requer seja realizada nesta Comissão audiência pública para tratar sobre a criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos pelo Decreto s/nº de 21 de junho de 2006, e os problemas causados as 186 famílias de agricultores que residem na área desde o ano 2003, com os seguintes convidados: Dr. Bazileu Alves Margarido Neto, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e o Sr. Albertino Marques da Silva, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Machadinho do Oeste". **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR. Resultado: Adiado. Item 02) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "dispõe sobre o uso da palavra 'cancerígeno' em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Relator:** Senador **CÉSAR BORGES. Parecer:** Pela rejeição do projeto. Obs: matéria terminativa na Comissão de Assuntos Sociais. **Resultado: Adiado. Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 – TERMINATIVO,** que "acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores". **Autoria:** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES. Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado.** Obs: foi apresentado, pelo Senador **EDISON LOBÃO**, voto em separado pela rejeição da matéria. **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**. **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. **Resultado: Adiado.** Obs: serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para as Emendas. **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO**

Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA. Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007- TERMINATIVO** que "acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências". **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Adiado**. Obs: serão feitas duas votações nominais, sendo a primeira para o Projeto e a segunda para a Emenda. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR. Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. EXTRA-PAUTA,** é deliberado o **REQUERIMENTO Nº 40, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "requer, nos termos do art. 93, I, que seja convidado para ser ouvido em audiência pública nesta Comissão, o AFCE Ricardo Eustáquio, servidor do TCU, com vistas a apresentar os resultados de seu trabalho sobre os efeitos ambientais da hidrelétrica de lajeado". **Autoria:** Senador **LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Aprovado**. Usa da palavra o Senhor Senador **FLÁVIO ARNS.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e cinco minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO): Havendo número regimental declaro aberta a 30ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que tiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós temos na pauta a discussão das Emendas ao PPA apresentadas por diversos Srs. Senadores. Eu elencaria aqui, para conhecimento dos Senadores, as Ementas das Emendas apresentadas. A primeira, de autoria do Senador Flávio Arns. No programa de conversação de bacias hidrográficas ele pretende implementar gestão integrada de águas subterrâneas e superficiais, com relação à proteção do aqüífero Guarani, junto ao Ministério do Meio Ambiente. A Senadora Fátima Cleide, apresenta uma proposta de combate à desertificação. No âmbito do Ministério do Meio Ambiente, entendo ser uma Emenda muito adequada. Eu gostaria de comentar com a Senadora Fátima Cleide, que ela apresentou mais de uma proposta. Eu tive a ousadia de selecionar uma, e gostaria de saber da concordância da eminente Senadora. Entendo que o combate da desertificação é realmente um programa muito significativo, muito importante, que nós temos que nos dedicar a ele, já que um terço das áreas antropisadas no Brasil já estão com esses sintomas fortes de desertificação. Se a Senadora Fátima Cleide, para que nós possamos dar um aproveitamento melhor às propostas apresentadas pelos diversos Srs. Senadores, nós teríamos que acolher apenas uma Emenda da Senadora Fátima Cleide, e eu entendo essa de desertificação, a mais importante, salvo melhor juiz da eminente Senadora.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Com a concordância da autora, e agradecer desde já a sensibilidade de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO): Muito obrigado. Nós temos do Senador Valter Pereira uma Emenda no sentido de promover o fomento a projeto de recuperação e conservação de bacias hidrográficas. Do Senador Romero Jucá, a conservação e uso sustentável da biodiversidade dos recursos genéticos. E do Senador Flexa Ribeiro, a recuperação e preservação das bacias dos rios Tocantins e Araguaia. Creio que são Emendas do maior relevo, altamente significativas e totalmente pertinentes às atribuições desta Comissão. Nós excluímos outras também importantes, mas em razão do número restrito de Emendas que nós podemos aproveitar, essas seriam as Emendas que nós apresentaríamos

em nome desta Comissão. Se alguém quiser discutir a respeito, quiser sustentar, Senador Flávio Arns, se quiser falar sobre o aqüífero Guarani, que defende, fica a V.Exª à vontade. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não, eu concordo com abordagem de V.Exª, eu tenho certeza que todos as Emendas que não foram objeto de apreciação, também são importantes, em relação ao aqüífero Guarani, essencialmente eu diria que é uma riqueza que o Brasil possui, em termos, inclusive, de fornecimento de captação da maior riqueza que vai ser no futuro uma das maiores, pelo menos que a água. Inclusive, o município de Ribeirão Preto, por exemplo, em São Paulo, é totalmente abastecido pelo aqüífero Guarani. E é a implementação proba-se as conservação de bacias hidrográficas, que é algo fundamental no Brasil e o aqüífero Guarani, com uma ênfase importante, sendo assim algo essencial para o país. Eu considero esta Emenda importante, bem como as demais também fundamentais, e da mesma forma como eu ressaltei, inclusive, aquelas que não foram assim beneficiadas com uma Emenda, mas que possam ser objeto de debate e discussão no futuro, dentro dessa Comissão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO): Obrigado, Senador Flávio Arns. Senadora Fátima Cleide, gostaria de comentar sobre a Emenda que a V.Exª apresentou? Tem a V.Exª a palavra.

SENADORA FÁTIMA CLEIDE (PT-RO): Não, eu estou contemplada. Eu só queria nessa oportunidade, porque tentei falar com V.Exª duas vezes hoje e não consegui, parabenizá-lo pelo aniversário.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO): Muito obrigado. Muito obrigado fico feliz com a manifestação de V.Exª .

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Parabéns, me desculpe V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO): Obrigado, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR): Não estava atento a esse aspecto, mas saúde, paz, felicidade para a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB -TO): As pessoas que dobram o Cabo da Boa Esperança normalmente não costumam, não costumam estar festejando. Mas eu tenho que reconhecer, primeiro, essa manifestação espontânea dos mais diversos amigos que tive oportunidade de amealhar ao longo da minha vida. E reconhecer que Deus tem sido muito generoso comigo, me permitindo alcançar o inimaginável para mim, me permitindo viver o que eu não pensava viver, alcançar o que eu não imaginava alcançar. E ter a oportunidade de privar, de companhias tão ricas, tão interessantes, tão importantes como as que eu tenho convivido aqui nesta Comissão, e nesta Casa. Continua em discussão a apresentação das Emendas. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada.

Creio que está Comissão estará apresentando Emendas ao PPA, Emendas bastante importante, bastante significativas. Nós temos, as nossas matérias são todas terminativas. E visivelmente nós não teremos condições de deliberar sobre elas. Mas gostaria de apresentar um requerimento extrapauta, e contar com a anuência de V.Exas. para que nós possamos convidar em Audiência Pública e ouvirmos nesta Comissão, a manifestação do Dr. Ricardo Eustáquio, servidor do Tribunal de Contas da União, que ficou encarregado de fazer um estudo, uma apreciação sobre os efeitos ambientais da construção da usina hidroelétrica do Lajeado, do Estado do Tocantins. Seguramente é a obra mais importante que o estado tem, e ela deixou as suas conseqüências de natureza social, econômica, e ambiental. E o técnico do Tribunal de Contas, encarregado desses estudos, dessa matéria, é esse Dr. Ricardo, e eu gostaria que ele viesse, aceitasse esse convite que estamos formulando para que nesta Comissão pudesse expender as suas opiniões a respeito. Então eu gostaria, é esse o Requerimento que faço, gostaria de submeter a apreciação dos membros dessa Comissão, o acolhimento seu, extrapauta e a sua aprovação. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovada. Não havendo mais nada a tratar, agradecendo a presença dos Srs. Senadores, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 12h55.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 32ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e trinta e cinco minutos do dia seis de novembro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Con-

sumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, VALDIR RAUPP, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, JEFFERSON PÉRES, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GERALDO MESQUITA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº , DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "nos termos regimentais, requer seja realizada nesta Comissão audiência pública para tratar sobre a criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos pelo Decreto s/nº de 21 de junho de 2006, e os problemas causados as 186 famílias de agricultores que residem na área desde o ano 2003, com os seguintes convidados: Dr. João Paulo Capobianco, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Sr. Albertino Marques da Silva, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Machadinho do Oeste". **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR. Resultado: Adiado. Item 02) REQUERIMENTO Nº 41, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "solicita sejam convidados o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, o presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite - Leite Brasil -, Jorge Rubez, o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Ricardo Morishita Wada e o Presidente do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor, Leonardo Bessa a comparecerem em audiência a ser realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prestarem esclarecimentos sobre as recentes e alarmantes notícias referentes à contaminação de leite por produtos nocivos à saúde e segurança dos consumidores, tais como água oxigenada e soda cáustica". **Autoria**: Senador **RENATO CASAGRANDE. Resultado: Aprovado. Item 03) AVISO Nº 17, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 1070/2007-TCU-Plenário, proferido no processo TC-675.137/1998-5, bem como do Relatório e do Voto que fundamentaram a deliberação". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **RENATO CASAGRANDE. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 04) AVISO Nº 92, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "encaminha ao Senado Federal, cópia do Acórdão nº 1.953, de 2007 - TCU (Plenário), bem como dos respectivos Anexos 1, 2 e 3, Relatório e Voto que o fundamentam, sobre auditorias realizadas em obras públicas, no exercício de 2007, objetivando a prestação de informações ao Congresso Nacional (TC - 006.236/2007-4)". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador **GERALDO MESQUITA. Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado: Aprovado. Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "dispõe sobre o uso da palavra 'cancerígeno' em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Relator:** Senador **CÉSAR BORGES. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2007** - **NÃO TERMINATIVO** que "dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas". **Autoria:** Senador **MARCELO CRIVELLA. Relator:** Senador **JONAS PINHEIRO. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 – TERMINATIVO,** que "acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores". **Autoria:** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES. Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**. **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA. Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 10) PROJETO DE**

LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007- TERMINATIVO que "acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências". **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda que apresenta. **Resultado: Adiado**. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR. Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "altera a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que 'estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico', para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais". **Autoria**: Senador **MARCONI PERILLO**. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado.** A Presidência dá conhecimento aos membros da Comissão que recebeu, do Tribunal de Contas da União, os Avisos de números 1205, 1520, 1536, 1582, 1603 e 1620, do corrente ano. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 06/11/2007

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 32ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Na ausência do Senador Expedito Júnior, autor do Requerimento do Item 01, passamos ao Item 02. Requerimento que solicita sejam convidados o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, o Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite - Leite Brasil, Jorge Rubez, o Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça Ricardo Morishita Wada, e o Presidente do Instituto Brasileiro de Política Direito do Consumidor. Leonardo Bessa a comparecerem em audiência a ser realizado pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para prestar esclarecimentos sobre as recentes e alarmantes notícias referentes à contaminação de leite por produtos nocivos à saúde e segurança dos consumidores. Tais como água oxigenada e soda cáustica. Tal Requerimento tem como autor o Eminente Senador Renato Casagrande, a quem concedemos a palavra para dar sustentação oral ao pleito que formula. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado. Sr. Presidente, meu Requerimento ele é auto explicativo, nós estamos acompanhando todos os dias as matérias, as reportagens, a repercussão e as repercussões deste caso que envolve a contaminação ou a adição de produtos estranhos à composição do leite e também do queijo. Eu acho fundamental que nós possamos ter aqui os representantes do Governo tanto com relação ao Ministério da Agricultura, como o Ministério da Justiça, que tem obrigação de defender o consumidor, como da representação dos produtores para que possam fazer um debate. Então nós fizemos um Requerimento que é um Requerimento que está sendo debatido aqui neste momento, mas também Requerimento que também foi feito em igual teor na Comissão de Agricultura. E a idéia é fazermos, Sr. Presidente, uma reunião em audiência conjunta. Também nos chegou o Requerimento da Comissão de Direitos Humanos, elaborado pelo Senador Paulo Paim que também requer a presença do Procon e da ANVISA, além dos que nós aqui na Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor estamos convidando e além dos que lá na Comissão de Agricultura que são os mesmos que estamos convidando aqui. Acho que vamos fazer uma boa audiência, estamos ajustados para que a gente possa fazer a audiência amanhã às 11h da manhã, então gostaria muito de pedir o apoio para que nós pudéssemos aprovar esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Quer dizer, além da proposta envolveria além da Comissão de Agricultura, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação participativa. Seria uma Audiência Pública conjunta das três comissões.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Das três comissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 03. Aviso nº. 17/2007. Por meio do qual o Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal cópia do acórdão 1.070/2007 do Plenário proferido no processo TC 675137/1998 bem como do Relatório e voto que o fundamentaram. Há deliberação. É aviso de autoria do Tribunal de Contas da União, e designo o Relator ad hoc, eminente Senador Renato Casagrande. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Obrigado, Sr. Presidente. O Relatório foi elaborado pelo Senador Augusto Botelho, na ausência dele agradeço a manifestação de confiança de V.Exª para que eu possa relatar este aviso do Tribunal de Contas da União.

Sr. Presidente, o Senador Augusto Botelho fez um extenso Relatório sobre este aviso, mas concluiu pela seguinte. Voto do Relator: Cabe ressaltar que sobre o Acórdão nº. 107... 10 de setembro de 2007 ora em apreciação nesse colegiado encaminhado por meio do aviso nº 17/2007, não há providências a ser adotado por essa Comissão ou pelo Congresso Nacional por conta presta única e exclusivamente para dar ciência a esta Casa acerca das providências adotadas sobre o processo fiscalizatório do bom e regular emprego dos recursos públicos. Constitucionalmente deferido no Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Por essa razão nosso voto é no sentido de que essa Comissão conheça na decisão e delibere pela remessa do processo ao arquivo. É este o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos ao Item 04. Aviso nº. 92/2007. Também de caráter não terminativo. Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão 1.953/2007, bem como dos respectivos anexos 1, 2 e 3 do Relatório e voto que o fundamentam sobre auditorias realizadas em obras públicas no exercício 2007 objetivando a prestação de informações ao Congresso Nacional. O aviso é de autoria do Tribunal de Contas da União, tem como Relator o Senador Sibá Machado, e designamos como Senador ad hoc em deferência ao pedido desta Presidência o Senador Geraldo Mesquita. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Sr. Presidente, Srs. Senadores, nessa oportunidade a apreciação do aviso 92/2007 encaminha o Acórdão 1.953/2007 proferido nos autos do processo Tribunal de Contas 005236/2007-4 que trata da consolidação dos levantamentos de autoria realizado por aquele Tribunal em 2007 com o objetivo de verificar correta aplicação de recursos federais em obras públicas e prestar informações ao Congresso Nacional para subsidiar a aprovação e o acompanhamento da Lei Orçamentária 2008. Na assentada de 19 de setembro passado, o Tribunal emitiu o referido acórdão com as seguintes proposta de encaminhamento, Sr. Presidente. Autorizar à remessa a Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso as informações constantes nos anexos, encaminhar cópia dos anexos 1, 2 e 3 acompanhado desta deliberação, bem como dos respectivos relatório e voto ao Presidente do Senado, da Câmara, da Comissão de Fiscalização e da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara. A Ministra-Chefe da Casa Civil e ao Procurador-Geral da República. Também encaminhar acórdão relatórios sintéticos de auditoria em meio digital aos Ministros supervisores dos órgãos e entidades responsáveis pela realização das obras e por fim determinar aos órgãos setoriais de sistema de planejamento e orçamento o encaminhamento ao TCU de cópia do demonstrativo previsto no art. 20 da Lei 11.514 no prazo de 15 dias.

Em face do exposto, o nosso voto é no sentido de que essa Comissão tome ciência do feito e que o processado seja encaminhado ao arquivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A Presidência passa a dar conhecimento aos membros dessa Comissão sobre os seguintes avisos originários do Tribunal de Contas da União. Aviso 1.205 referente ao pedido de reexame contra Acórdão 1001/2005, plenário interposto pela Companhia Metropolitana do Distrito Federal. Sobre o acórdão nº. 1.599/2007. Aviso nº. 1.520 referente ao acompanhamento do primeiro estágio de leilão e outorga de concessão para a geração de energia elétrica. Complexo do Rio Madeira. Aviso 1.536, referente ao relatório de auditoria operacional realizado das empresas de Correios e Telégrafos, Acórdão 2.182/2007. Aviso 1.582, referente à auditoria solicitada por esta Comissão no convênio do Ministério dos Esportes com a Prefeitura Municipal de Guarulhos, Programa Segundo Tempo. Aviso 1.603, referente aos embar-

gos de declaração contra o Acórdão nº. 2.138/2007, interposto pela Agência Nacional de Energia Elétrica, ANEEL. Aviso 1.620 referente ao Relatório de auditoria realizada nas obras de integração do Rio São Francisco com as bacias do nordeste setentrional, eixos norte e leste, concorrências 01/2005, 02/2007, Ministério de Integração Nacional, acórdão 2.288/2007. Tais avisos encontram-se na Secretaria dessa Comissão a disposição dos eminentes Srs. Senadores. Os demais itens da pauta de hoje referem-se a Projetos de Lei e pela inexistência do quórum agradecendo a presença dos Srs. Senadores, fica para a próxima reunião e considero encerrada a presente reunião.

Sessão encerrada às 12h48.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, EM CONJUNTO COM, COM A 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, E 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2007.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia sete de novembro de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúnem-se a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, GARIBALDI ALVES FILHO, LEOMAR QUINTANILHA, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, PAULO PAIM, RAIMUNDO COLOMBO, MARCONI PERILLO, HERÁCLITO FORTES E JAYME CAMPOS.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, César Borges, Pedro Simon, Cícero Lucena e Osmar Dias, Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Gylvam Borges, Eliseu Resende, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Magno Malta, Augusto Botelho, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Geraldo Mesquita, Adelmir Santana, Edison Lobão, Lúcia Vânia e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **ITEM 1:** Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao **Requerimento nº 25, de 2007 – CRA**, de autoria do Senador Neuto de Conto, aprovado em 7.11.2007, ao **Requerimento nº 41 , de 2007 – CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 6.11.2007 e ao **Requerimento nº 73, de 2007 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 1.11.2007, com a finalidade de analisar e discutir as notícias referentes à contaminação de leite por produtos nocivos a saúde, tais como água oxigenada e soda cáustica, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Reinhold Stephanes** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Sr. Nelmon Oliveira da Costa** – Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA**; Sr. Ricardo Morishita Wada** – Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; **Srª**. **Maria Cecília Martins Brito** – Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; **Sr. Rodrigo Sant'Anna Alvim** – Associação Brasileira dos Produtores de Leite - ABPL. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, João Pedro, Siba Machado e Leomar Quintanilha. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **Senador NEUTO DE CONTO,** PRESIDENTE eventual DA CRA.

Senador PAULO PAIM Senador LEOMAR QUINTANILHA

PRESIDENTE DA CDH PRESIDENTE DA CMA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 07/11/2007

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião conjunta da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 33ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a 49ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Sobre a Mesa requerimento: "Nos termos do art. 93 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, com a finalidade de analisar e discutir os fatos e notícias referentes à contaminação do leite por produtos nocivos à saúde".

Requerimento em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, CLA, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, com a finalidade de analisar e discutir os fatos e notícias referentes à contaminação do leite por produtos nocivos à saúde, com a presença dos senhores palestrantes que convido desde já comporem a Mesa: O Deputado, eminente Deputado e Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Reinhold Stephanes, que já se encontra à Mesa; o Dr. Jorge Rubez - Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite, Leite Brasil, gostaria que viesse à Mesa; Ricardo Morishita Wada - Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Maria Cecília Martins Brito, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Dr. Rodrigo Alvim, Presidente da Comissão Nacional e Pecuária de Leite da CNA.

Para darmos abertura em conjunto com os requerimentos feitos pelos eminentes Senadores que compõem as Comissões, o Senador Leomar Quintanilha, e o Senador Paulo Paim, cumprimentando-se as Senadoras e os Senadores, gostaríamos de ouvir em primeiro momento, a palavra do nosso Ministro que tão solícito veio à nossa Comissão e tenho a oportunidade, grande, para dizer ao Brasil os problemas que ouvimos, que sentimos, que aconteceram nesse importante componente da vida, da sociedade brasileira que é o leite e, certamente, os esclarecimentos serão de extrema valia e de uma importância para toda a sociedade brasileira.

Com a palavra o eminente Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Caro Senador Neuto De Conto, é um prazer estar aqui novamente, cumprimento os demais Senadores aqui presentes. Componentes da Mesa, jornalistas. Há pelo menos quatro anos o Ministério vem implantando uma nova norma conhecida por todos como a Norma 51, no sentido de melhorar a higiene e a qualidade do leite.

Essa norma está dentro dos padrões internacionais. É uma norma correta, é uma norma adequada, isso começou a ser implantado a partir do Sul do Brasil e terminou, ou esta ainda em implantação, no Norte do Brasil nesse momento. De lá para cá, se realizam exames periódicos para testar a qualidade do leite que sai do produtor. Só para ter uma idéia da grandeza, desde que essa norma está em implantação, já se realizaram quase dez milhões de análises com laudos expedidos sobre a qualidade e a higiene do leite do nosso produtor, quer dizer, é uma quantidade efetivamente grande, são 10 milhões de análises feitas todas elas com laudo estabelecendo.

Realizam-se nesse momento, diariamente, dez mil análises em nível de produtor, através de laboratórios credenciados em vários registros do Brasil. Então, do produtor até chegar à usina de produção, nós temos um sistema que pode ser considerado bom, ele ainda, eventualmente, pode ter algumas falhas, mas é um sistema bom, está em implantação e produzindo resultados excelentes em termos de qualidade e em termos até de educação do nosso produtor para melhorar sua qualidade do leite. À medida que isto entra nas unidades da produção, nós até aqui vínhamos tendo um sistema, que é o mesmo sistema que vem sendo adotado para carnes e outras formas de inspeção, onde nós temos um técnico que acompanha a qualidade desse leite. Toda a indústria, obrigatoriamente, tem que ter um responsável técnico e tem que ter seu laboratório que também faz sua análise de entrada e sua análise de saída do seu produto.

A mudança que nós introduzimos agora, que era uma mudança já prevista e ela não é só para o caso do leite, ela é para todo o sistema. Essa é uma mudança que estava prevista há praticamente seis meses, mas ela agora acabou sendo implantada inicialmente no leite e, logo em seguida, se implantam nos frigoríficos ou nas demais unidades produtoras. É efetivamente resgatar a responsabilidade da cada unidade de produção pelo seu produto, ou seja, ele tem que ter um responsável técnico que, aliás, ela tem, mas esse responsável técnico tem que assumir sua responsabilidade. Ela tem que ter os laboratórios que analisam a entrada e analisam a saída do produto.

E o Ministério da Agricultura ao invés de manter o técnico lá dentro, passa a fazer a fiscalização sobre os procedimentos e também sobre a qualidade, ou seja, ele vai fazer auditorias no sentido de verificar se as normas estão sendo obedecidas, se a qualidade

está sendo obedecida, se os exames de laboratórios estão sendo obedecidos, quais foram os resultados e também retira as amostras para conferir se as análises são sendo corretas. Nós passamos a ter um sistema novo, mais moderno, o outro sistema vigora há quase um século, evidentemente está esgotado como sistema, como forma de fiscalização e é o padrão que se usa na grande maioria dos países do mundo.

Nós acreditamos que isso nós vamos chegar a uma segurança maior, não obstante, tem que ficar muito claro, o sistema já vinha funcionando com eficiência muito boa, tivemos desvios no sistema sim, são desvios que nós acreditamos pelas análises que são pontuais, o Ministério já vinha fazendo análises além dessas 10 mil amostras que tinha outro dia, análises específicas no sentido de verificar eventuais desvios que estariam acontecendo. Efetivamente foram detectados alguns desvios, são desvios graves, são desvios criminosos, são desvios que atentam contra o nosso consumidor e atentam a toda as normas, quer dizer, não foi erro de produção, foi efetivamente desvio e, nesse caso, foram até organizados em nível de quadrilha.

Mas, eu gostaria de pedir permissão para fazer uma rápida exposição através de um técnico nosso, através de um vídeo de 10 minutos, mais ou menos, no sentido de deixar mais claro como esse sistema está sendo operado nesse momento.

SR. NELMON OLIVEIRA DA COSTA: Eu agradeço a oportunidade do Ministro. Sou o Nelmon Oliveira da Costa, sou Diretor do Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal, que é o órgão que coordena os serviços de inspeção federal no Brasil todo.

Eu vou dar uma breve resenha, como o Ministro comentou, de uma forma muito rápida, de que forma atua o Ministério da Agricultura nessa área da inspeção e, depois, eu vou abordar especificamente o problema que foi levantado pela Polícia Federal em Minas Gerais.

O serviço de inspeção federal, tem uma atuação no País que já completa e está preste a completar 100 anos, desde 1914. Ele atua junto das indústrias que processa o produto de origem animal, de acordo com a Lei 7889, quer dizer, o Ministério tem a responsabilidade pelos estabelecimentos que fazem o comércio interestadual e internacional, e os Estados, naqueles estabelecimentos que fazem comércio em nível de Estado e os Municípios naqueles que fazem dentro do Município.

A área do abate, nós temos uma metodologia de trabalho aonde os próprios técnicos do Governo efetuam a inspeção, antes pôs morte e nas demais categorias de estabelecimentos, a forma de nós trabalharmos, do SIF trabalhar, é aditando os programas das empresas. Boas práticas da fabricação, higiene operacional e análise de perigo e pontos críticos de controle.

Só para dar uma idéia da nossa atuação, esses pontos no mapa do Brasil são o número de municípios aonde tem pelo menos uma indústria sob a fiscalização do SIF, e os números gerais, em torno de 1700 na área de leite e derivados, sendo praticamente 400 na área da usina de beneficiamento de leite. Na área de carne são 1334, pescados e derivados 357, mel e derivados 207, ovos e derivados 134. Um total de 3700 estabelecimentos.

Esse é o organograma do DIPOA, que tem duas coordenações, uma que cuida mais dos assuntos da área da exportação, ali a CGPE, e a outra que cuida da Coordenação Geral de Inspeção. Nós temos cinco divisões que cuidam especificamente de assunto, por exemplo, a DICAR, Divisão de Carne de Bovinos; a DICAO de Carnes de Aves, a DICS de Carne de Suínos, a DILEI dos Assuntos do Leite e a DIPS, dos Assuntos da Pesca.

Em função de que o Brasil na atualidade exporta para mais de 150 países os seus produtos, é comum nós recebermos mais de uma vez por mês, em média, missões internacionais que venham aditar o serviço brasileiro, isso dá, em média, vinte missões internacionais. Ontem nós tivemos o prazer de receber a missão da União Européia, que veio pela sexta vez esse ano ao Brasil. Uma missão que é composta por nove profissionais que vão formar três equipes e estão a campo hoje.

Esse Departamento, o DIPOA, acaba sendo aditado por todos os nossos parceiros externos e ele tem a função de fazer as normas e as nossas superintendências federais de agricultura, nos âmbito dos Estados, executam através do SIF junto às empresas essas normas.

Como o Ministro falou em sua manifestação, nós temos implantado um programa nacional de melhoria da qualidade do leite, aonde nós queremos na realidade sair dessa situação, que essas fotos mostram, para uma situação mais adequada, mais moderna e mais dentro dos parâmetros internacionais. Hoje o Brasil convive com ambas as situações. Nós temos leite de excelente qualidade, que atende padrões internacionais e nós temos, infelizmente, ainda, leite obtido de uma forma inadequada, com animais com problemas de genética, de saúde, de alimentação e o ambiente da colheita desse leite, ainda não atende perfeitamente as normas.

Esse programa da IN 51, veio promover a melhoria da qualidade do leite, oferecer ao consumidor um produto de melhorar qualidade, aumentar a renda do produtor rural por pagamento, por qualidade, e isso já

está acontecendo, agregar valor ao produto e melhorar a eficiência e o rendimento industrial.

Essa IN entrou em vigor na Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste em julho de 2005, portanto, temos dois anos de presença nessa área e o objetivo dessa instrução normativa inicialmente é fazer um trabalho educativo, porque nós temos ações para fazer essa melhoria, para promover essa melhoria da qualidade do leite que extrapola o âmbito do Ministério da Agricultura. Nós temos que trabalhar com eletrificação rural, com a melhoria das estradas vicinais, trabalhar com parceria com a MDA, no apoio a agroindústria familiar. Então tem ações que extrapolam o âmbito da competência do Ministério da Agricultura. Por isso, que ela tem uma implantação em caráter educativo inicialmente.

E, agora, em julho desse ano, ela entrou em vigor para a região Norte e Nordeste do País, também de uma forma educativa e isso aí o próprio mercado vem se ajustando. O nosso Governo não está adotando, por enquanto, medidas de caráter punitivo em quem não atende o produtor, que não consegue atender essa normativa, ele está orientando, capacitando, promovendo a educação sanitária, promovendo a capacitação, porque só uma melhoria da qualidade da higiene e da ordenha você já consegue um avanço significativo.

Como o Ministro bem falou, esse programa começou em 2005. Nós temos em média três milhões de análises realizadas por ano, já se somam nove milhões e meio de análises até setembro desse ano, atestando, verificando, checando a qualidade do leite, com amostras colhidas uma vez por mês, em cada fornecedor, em cada produtor rural.

Em complemento a esse trabalho da 51, nós temos também implantado desde 2004, um programa nacional de controle de resíduo contaminante, que também monitora uma série de produtos que podem chegar no leite por formas acidentadas, os pesticidas, organoclorado, antiparasitário, antimicrobianos. Esse número de itens de ensaio é baseado em uma recomendação do CODEX, nós já estamos desenvolvendo esse trabalho desde 2004.

E nós vamos entrar rapidamente no que o nosso regulamento que é de 52 estabelece. O art. 11 ela fala: "que a inspeção federal seja instalada em caráter permanente ou periódico" e o § Único define: "os estabelecimentos que recebem e beneficiam leite e o destinam todo ou em parte ao consumo público, tem que ter inspeção permanente". Com o crescimento do agronegócio brasileiro, na realidade, há mais de uma década nós não conseguimos manter um fichário dentro, pelo menos, um naqueles 400 estabelecimentos que beneficiam leite.

Nós temos hoje, a nossa realidade, são 212 fiscais para somatória de estabelecimento na área de laticínio, praticamente 1700, então, nós já não vínhamos praticando mais a inspeção permanente, mas nós estamos fazendo uma alteração nesse procedimento. Esse programa que o Ministro também comentou é um programa específico de combate à fraude, que foi implantado em 2003, até 2006 nós realizamos cerca de 4 mil análises e já posso me antecipar e responder a pergunta que deve estar na maioria, a dúvida que gera na maioria dos senhores, como é que o Ministério da Agricultura realizou quase quatro mil análises e não conseguiu detectar essa fraude.

Quando eu comentar da operação da Polícia Federal, os senhores vão ver que na realidade, essa fraude foi cometida por algumas empresas que tivessem a intenção de fraudar. Elas se cercaram de uma assessoria de profissionais da área, de tal forma, que ajustaram todos os parâmetros do leite para justamente não ser detectado em uma análise de rotina nossa, depois eu comento mais à frente. E aqui uma coisa interessante, os dados da condenação de leite na rotina da atividade da SIF, esses são dados apenas do ano de 2006.

Para não parecer que a única vez que se condenou leite no País, foi essa ação da Polícia Federal. O ano passado, em 2006, nós tivemos 21 milhões de litros de leite condenados no âmbito das usinas de beneficiamento. Ou por iniciativa do próprio serviço ou por iniciativa do controle de qualidade da empresa, de qualidade da empresa, em uma rotina de trabalho aonde você analisa o produto, está fora da especificação, tem duas alternativas: condena-se sumariamente, quer dizer, não aproveita para o consumo humano ou 113 milhões destina-se para o chamado aproveitamento condicional.

Por vezes, o produto não está com nada que ofereça risco à saúde do consumidor, ele não está com produto que indique uma fraude ele, está fora do parâmetro desejado, então, ele pode ser desejado para fazer um doce de leite e para fazer outros produtos em que ele atende a especificação de regulamento técnico.

Só para enfatizar, em média no ano, 21 milhões de litros de leite condenados e 113 milhões com aproveitamento condicional, isso é rotina do nosso trabalho que, obviamente, não é divulgado, isso nós não vamos para a imprensa toda vez que se condena um caminhão de leite, é rotina, é nossa obrigação como inspetor. Nós temos esse ano trabalhando em cima de um programa específico de índice de CMP para detectar fraude com soro no leite.

O soro causa, às vezes, uma aflição na população e é importante que se esclareça que o soro obtido

nas condições normais, ele é consumido, é destinado ao consumo humano. Nós temos uma série de produtos industrializados que usam o soro. Ele não pode ser utilizado como mecanismo para baratear o custo do leite, fraudar o leite e enganar o consumidor como uma fraude econômica. Ele é um produto derivado da própria composição do leite, que sai no processamento de queijo, etc, e ele é utilizado, autorizado e consta no rótulo do produto, uma grande série de produtos industrializados.

Para desmistificar que parece que o soro, como uma parte dele é destinado à alimentação animal, parece que nós estamos tirando um produto que é só para destinação animal e destinando para o consumo humano. Não é, é um equivoco nesse conceito. O soro é um produto sim que pode ser aproveitado e é aproveitado dentro das normas.

Eu agora vou dar um rápido enfoque sobre três *slides:* a operação da Polícia Federal e o que a Polícia Federal conseguiu, e esse trabalho a gente, em nenhum momento, quer desmerecer, em nenhum momento, nós temos a menor crítica a fazer dessa ação, muito pelo contrário, ela veio a fortalecer os órgãos e veio nos ajudar. E tanto é que os senhores vão poder analisar que o último item, do último *slide,* reforça essa parceria e isso começa em uma reunião a ser realizada aqui no Ministério Público, amanhã, em Brasília.

A polícia partiu de uma denúncia de um ex-funcionário, que falou que deu detalhes, que a empresa tinha socorrido de auxílio de um profissional e desenvolvido uma fórmula mágica, entre aspas, para fraudar o leite e que não seria detectado em nossa análise de rotina. Foi um trabalho de profissionais, houve uma intenção, houve dolo, houve má-fé, houve intenção premeditada de fraudar e tomar todos os cuidados para que essa fraude não passasse pelo crivo, não fosse detectada na nossa rotina de trabalho.

A polícia, utilizando-se do seu serviço de inteligência, de investigação e de seu próprio poder de polícia, desencadeou uma ação na empresa denunciada e direcionou essa análise para o foco da denúncia, até então, as nossas análises, aquelas quatro mil análises de rotina para a pesquisa de fraude, nós pesquisávamos o que vinha sendo denunciado sim, pelo setor privado, mas nós tínhamos denúncia de fraude por sacarose, por amido, por soro, por água, sim, e a gente vinha pesquisando, mas não pesquisávamos a tal da soda cáustica, porque é um produto que está dentro dos laticínios e é autorizado pelo Governo para fazer a higienização das instalações e equipamentos.

É um dos poucos produtos químicos que tem eficácia em retirar aquela incrustação do leite que fica em tubulações. É um produto que tinha uma finalidade específica, não era intenção nossa pesquisá-lo para detectar ele sendo adicionado de forma criminosa ao leite.

Como o próprio Ministro comentou, um processo que já vinha em execução foi agora acelerado, que é uma reavaliação do sistema de inspeção. Na realidade a inspeção passa a ser realizada, isso já está em fase da implantação em alguns Estados, na forma de auditorias aleatórias, não mais por uma pessoa que fica o tempo todo de suas oito horas por dia dentro do estabelecimento, mas por uma equipe composta de, no mínimo, três profissionais, dois fiscais federais de ordem pecuária, médico veterinário e um agente de inspeção e o objetivo é melhorar a eficácia do serviço com uma inspeção que vai estar menos freqüente na empresa, mas quando freqüente, muito mais minuciosa, muito mais criteriosa, até porque é um trabalho da equipe e também se socorrendo do auxílio de laboratórios.

E as ações complementares que foram desencadeados por esse episódio. As empresas que tiveram produto fora do padrão do regulamento técnico são submetidas a um regime especial de avaliação e controle isso, demanda a retenção da produção. Nós já fizemos isso nessas empresas que tiveram uma amostra fora do padrão, nós já retivemos a produção até que a empresa apresente um programa de controle efetivo na qualidade da matéria-prima do produto elaborado e que acompanhado de análise laboratoriais efetuados pela própria empresa.

Após esse procedimento, a empresa, o SIF, através de medidas laboratoriais, ela avaliação previamente a qualidade do produto antes da sua liberação para sua comercialização. Esse critério já foi aplicado e está sendo aplicado em outras empresas à medida que vão sendo detectados problemas não conformidade do produto no mercado. Encaminhar ao Ministério Público os processos administrativos instaurados, isso nós já tínhamos esse procedimento na área da carne e estendemos na área de leite.

No momento em que você encerra o processo no âmbito administrativo do mapa, aonde nós aplicamos a multa máxima de 16 mil reais apenas e isso não inibe ninguém de cometer a fraude. Nós encaminhamos o processo ao Ministério Público e o Ministério Público apura a responsabilidade civil e criminal do empresário e pode sim, aplicar uma multa complementar, como já vem acontecendo em alguns Estados. A publicação do *site* no mapa com a lista das empresas que forem autuadas por fraude. Nós já temos o nosso *site* em outros assuntos. Essa lista de empresas, nós estamos estendendo para a área do leite e vamos promover e estimular a integração de ações, com a Polícia Federal

e Ministério Público, no sentido de fortalecer as ações da parte técnica.

A apresentação foi muito rápida, mas eu fico a disposição dos senhores para qualquer questionamento que houver. Muito obrigado.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Somente para encerrar. Eu gostaria de informar que efetivamente esta questão preocupou muito o Ministério, principalmente porque o prejuízo acaba ficando com os produtores, nós temos mais de um milhão de produtores. E aqui também na exposição, eu acho que é bom que fique claro nós temos ainda basicamente dois sistemas de produção: Aquele sistema de produção que atende ao nível local e aquele sistema de produção que atende já em escala industrial, é claro, que o rigor em relação aquele sistema que atende em escala industrial, é muito maior e, efetivamente, já esta dentro do sistema, quando ele fala que o sistema é educativo, eu não diria que ele é educativo para aqueles que trabalham no sistema industrial, mas ele é educativo para aqueles que trabalham para o fornecimento de leite a nível normal de Município, que não participam de uma estrutura maior de produção. Já que em uma estrutura maior de produção, ele tem que obedecer a critérios muito mais rigorosos de gênero e de qualidade para que atinja o comércio. De qualquer forma, a nossa posição, evidentemente, é de transmitir, adotar medidas que transmitam segurança ao nosso consumidor e que mantenha a cadeia produzindo com higiene e qualidade. Esta é a ação e esta é a preocupação principal e acho que esse objetivo está sendo atingido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministro Reinhold Stephanes. De imediato ouviremos o Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

SR. RICARDO MORISHITA WADA: Muito bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Neuto De Conto, meu caríssimo Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Senador Leomar Quintanilha, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Srs. Senadores, Srªs. e Srs. presentes.

Inicialmente eu quero agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui para relatar um pouco das ações que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor vem empreendendo, portanto, eu queria fazer o registro e agradecer ao Senador Renato Casagrande, registrar o agradecimento pelo requerimento que foi encaminhado.

Eu queria também cumprimentar o Exmo. Ministro de Estado da Agricultura, Reinhold Stephanes, porque, inclusive, na sua gestão, nós pudemos realizar uma ação inovadora no que diz respeito ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Eu gostaria de começar exatamente por aí.

Quando nós falamos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor nós estamos falando basicamente de um lado da área pública dos PROCONs estaduais, dos PROCONs municipais, do Ministério Público que é um importante colaborador do Sistema de Defensorias Públicas e das entidades civis, neste ano, no dia 30 de maio de 2007, nós tivemos a oportunidade de celebrar uma ação, um termo de ação conjunta entre o Ministério da Justiça, o Departamento da Proteção e Defesa do Consumidor, e o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, DIPOA, vinculado a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.

Essa ação conjunta tem por objetivo, basicamente, fazer a análise dos produtos que se encontram nas gôndolas de supermercado. Os senhores sabem que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor tem uma competência bastante delimitada, não nos compete verificar a cadeia de produção, mas principalmente aqueles produtos que se encontram a disposição do consumidor.

Essa ação conjunta foi celebrada exatamente com o objetivo de colaborar com todo um sistema que o Ministério da Agricultura vem desenvolvendo, mas que também permite do outro lado, ter um acompanhamento de outras instituições, de outro Ministério e, também, com o foco mais específico de resguardar as informações corretas e adequadas para os consumidores. O objetivo dessa ação conjunta foi desde a apreensão dos produtos nas gôndolas de supermercado e nos pontos de venda, que é onde nós temos a atribuição para intervir e promover apreensão e coleta de produtos e verificar a veracidade, a correção e a adequação da informação do rótulo com efetivamente aquele produto que é entregue até o consumidor.

Isso foi celebrado no dia 30 de maio e imediatamente no mês de junho, nós procedemos a uma ação nacional. Nós contamos com a colaboração dos Sistemas Nacional de Defesa do Consumidor especialmente os PROCONs estaduais. Em junho nós trabalhamos juntos com os PROCONs do Estado de Goiás, do Estado da Paraíba, o Procon de Santa Catarina, o Procon de São Paulo e o Procon de Tocantins. O nosso objetivo era a coleta de produtos nos pontos de venda e, posteriormente, a essa coleta, o envio ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal que iria proceder à análise desses produtos e, portanto, ao final iria encaminhar o resultado dessas análises.

Foi recolhida e apreendida nessa operação, por volta de 57 amostras, e o resultado dessas amostras nós recebemos e pudemos concluir que 18 produtos apresentavam uma desconformidade com o regulamento técnico de identificação e qualidade do Ministério da Agricultura, portanto, de uma fiscalização cuja competência é própria é originária do Ministério da Agricultura. Mas, no entanto, afora essas irregularidades, nós também pudemos constatar, segundo o laudo encaminhado pelo DIPOA, que oito produtos especificamente estavam em desconformidade e sete produtos, sete marcas de produtos, havia uma duplicidade de produtos, haviam constatado o descumprimento do Código de Defesa do Consumidor, motivo pelo qual nos levou essa ação conjunta com os PROCONs e aqui especificamente dos três Estados aonde as amostras foram recolhidas e se verificou a irregularidade, que é o Procon de Goiás, da Paraíba e o Procon de Santa Catarina, nos levou a instauração de processos administrativos para verificação das fraudes.

Com relação especificamente um produto que foi coletado pelo Procon de Santa Catarina, o leito UHT integral da marca Cedrense, nós verificamos, segundo o laudo do DIPOA, que ele apresentou uma informação enganosa com relação a sua rotulagem. Ele apresentou 30.23% a mais de carboidratos, 11.18% a menos de proteína e 17.44 a mais de gordura. Lembrando que a ANVISA tem um relacionamento, a RDC que admite uma variação de 20% a mais e por uma interpretação da ANVISA de 20% a menos, o que nós leva a uma irregularidade de 10.23% com relação ao carboidrato. Ele informava no rótulo para o consumidor uma determinada quantidade, quando na realidade, ele tinha a mais dessa qualidade, esse é com relação ao produto Cedrense.

No caso do Procon de Goiás e no Procon de Tocantins houve uma coincidência nessa apreensão. Foi verificado que o leite UHT integral da empresa Marajoara também apresentou irregularidades. No caso da coleta do Procon de Goiás, segundo o laudo do mapa, ele apresentou 25.7% a menos de proteína e 10% a mais de gordura, sempre lembrando a resolução da ANVISA e a interpretação da ANVISA que estabelece um limite de 20% a mais e a menos de tolerância com relação a essas informações. O que nós dá 5.1% menos de proteína, neste caso da coleta do Procon Goiás.

Na coleta do Procon de Tocantins, que foi também realizada pelo nosso estimado Procon de Tocantins, também nós tivemos o mesmo resultado, uma informação que para o consumidor garantia que ele deveria ter um determinado percentual de proteína, quando tinha, na realidade, menos e ainda considerando os 20% dá uma quantidade de 5.1% menos de proteína, do que aquela que deveria conter este produto.

A outra apreensão, o outro processo diz respeito à marca Cilpe da empresa Big Leite, nesse caso, aqui foi uma apreensão do Procon da Paraíba e nós tivemos aqui um percentual de 52.89% a menos de proteína, do que informava a rotulagem, de novo o segundo laudo do Ministério da Agricultura se nós descontarmos a variação da ANVISA de 20%, nos dá uma diferença de 32.89% com relação aquilo que é informado ao consumidor.

Na prática isso significa que há uma enganosidade, é por isso que nós estamos instaurando o Processo Administrativo, claro que a empresa tem a possibilidade, tem toda a ampla defesa para estabelecer seus argumentos, mas me parece que algo bastante objetivo, embora ela tenha essa possibilidade, foi uma constatação técnica realizada em conjunto com o Ministério da Agricultura.

O outro produto que também nos foi objeto de apreensão, de instauração é o produto, é o leite em pó integral, esse é o caso do leite em pó não apenas o UHT, mas também leite em pó da marca LEBOM, esse foi o caso da apreensão do nosso querido Procon do Estado da Paraíba onde ali, de novo, se verificou várias irregularidades, mas a principal delas, que motivou a instauração do processo, foi 47.05% a menos de proteína do que aquilo que deveria ser, do que se informava o consumidor através da rotulagem.

Descontando o percentual 20%, nós temos 37.05% a menos de proteína do que aquilo que foi informado, segundo o laudo do Ministério da Agricultura. E, por último, nós tivemos ainda no Estado da Paraíba a apreensão de mais dois produtos, leite UHT integral da Parmalat e o outro o leite UHT integral da Alimba. Nesses dois casos também foram constatadas irregularidades. No caso da Parmalat foram verificados 47.02% a menos de carboidratos, se nós fizermos o desconto da ANVISA de 20% dá 27.2% a menos do que se informava na rotulagem. E o leite UHT integral, Alimba, 44.6% a menos de carboidrato, o que dá 24.6%, além da regulamentação tecnicamente, da tolerância admitida tudo com base nos laudos emitidos pelo Ministério de Agricultura.

E o último diz respeito ao leite UHT integral total que foi uma apreensão de todos os Estados aqui e se verificou um percentual de 28% a menos de proteína, dá um percentual de 8% além da tolerância admitida.

Essas ações dizem respeito em um primeiro momento, a instauração de processos, a violação do Código de Defesa do Consumidor está diretamente relacionada à obrigação da informação veraz, da informação correta, essas constatações foram importantes,

esta é uma ação importante que foi desenvolvida entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Agricultura. Essa participação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, claro, que em um primeiro momento diz respeito às coletas dos produtos que estão nos pontos de venda, mas ao final do processo, nós não descartamos as outras possibilidades que também se mostramos bastante valiosas.

Eu queria recordar aqui uma das ações que nós fizemos em conjunto com o Ministério da Agricultura, que é uma forma de potencializar a aplicação das sanções que são efetivamente transitadas em julgado no âmbito do Ministério da Agricultura, porque uma vez o assunto já discutido do ponto de vista administrativo pode fundamentar uma ação Civil Pública buscando uma reparação maior para todos os consumidores, inclusive, para coletividade dos consumidores nesses casos.

Imagino que a mesma metodologia possa ser aplicada nesses casos e me parece que foi um grande avanço essa intervenção do Ministério da Justiça, do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e, especificamente, desses PROCONs envolvidos nessa operação. O Procon de Goiás, Procon de São Paulo, de Santa Catarina e o Procon do Estado de Tocantins, foram uma ação articulada, o objetivo é a ação da informação do consumidor, claro que nosso objetivo não foi verificar o risco à saúde e a segurança.

Esses laudos dizem respeito especificamente a enganosidade e a informação adequada aos consumidores. Eram essas as informações que eu queria compartilhar com os senhores. Sr. Presidente, muito obrigado novamente pelo convite e pela oportunidade e estamos a disposição aqui para as eventuais perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Dr. Ricardo. Ouviremos agora a Dra. Maria Cecília Martins Brito, diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Com a palavra.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Bom dia a todos. Senador é um prazer. Muito obrigado pelo convite. A ANVISA agradece, lembrando e nós entendemos como é muito importante mesmo a nossa presença aqui. Faz parte do escopo das nossas responsabilidades.

A área de proteção da saúde no País sempre cresceu a partir das tragédias, foi assim com o césio, foi como um medicamento falsificado, foi assim com aditivos nos sucos e nós entendemos que esse episódio, com certeza, também terá grandes avanços à Vigilância Sanitária, antes da tragédia, antes que isso tudo se torne apenas um episódio nefasto, mas a Vigilância Sanitária de todo esse País tem responsabilidade sobre a saúde de todas as coisas que interfere na saúde das pessoas, de alguma forma abrangência de nosso trabalho é muito grande e nós temos a partir da Lei Orgânica da Saúde e da própria Constituição, a definição do poder de polícia, alguma coisa diferente de todos os outros lugares do País, porque nós do mundo, porque nós temos esse poder de polícia.

Nós apreendemos, nós prendemos coisas, ao mesmo tempo nós também seguimos o direito sanitário uma peculiaridade da Vigilância Sanitária, seguimos o Processo Administrativo, precisamos instaurar um processo administrativo para darmos condução a qualquer ilícito e segundo a nossa legislação maior, a 6437 de 77, ela diz que o ilícito sempre obtido através de análises laboratoriais oficiais, isso significa que são laboratoriais oriundos do Ministério da Saúde, são os laboratórios que nós fornecem laudos oficiais a partir dos quais a ANVISA, a Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, lavram seus processos, seus autos e processos administrativos.

Nesse evento nós nos apossamos do princípio da precaução da competência da Vigilância Sanitária e com base nos laudos do LANAGRO fizemos uma resolução, definimos a pronta interdição cautelar e estamos no aguardo dos laudos oficiais dos laboratórios oficial do Ministério da Saúde para as atitudes então que virão.

É preciso ressaltar que nós temos o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária de uma forma totalmente descentralizada compete o monitoramento desse leite, de todos os produtos no mercado.

Nós trabalhamos na coordenação. É atribuição da ANVISA coordenar esse Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Estados e Municípios tem programas sistemáticos, alguns Estados tem programas sistemáticos alguns outros trabalham de forma esporádica com amostragem diferenciada e não só para o leite, mas para todos os outros produtos também que dizem respeito à saúde das pessoas

Nós temos hoje com base nas especificações definidas pelo Ministério da Agricultura, aproximadamente 4% de desvio de qualidade que consta nos nossos relatórios. Desta forma, Estados e Municípios conduzem toda essa monitoração no mercado. Ela é feita por Estados e Municípios e nós temos de alguma forma respostas um pouco mais contundentes principalmente dos Estados onde essa atividade de leite é permanente, é intensa, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Nós temos esses dados de posse.

A partir do momento em que nós recebermos os laudos dos nossos laboratórios oficiais, acredito que brevemente, teremos a análise pela Câmara Técnica

de Alimentos, uma Câmara formada de professores, de colaboradores da saúde, que vêm trabalhando conosco diuturnamente em vários assuntos. Nós nos debruçaremos sobre os laudos, teremos, com certeza, novas propostas e novas ações através das ações RDC ou RE da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Teria muito mais coisa para dizer para vocês, mas acredito que a parte mais importante será a que se segue às nossas falas e fico a disposição. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Maria Cecília. Ouviremos o Dr. Rodrigo Alvim, Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNT.

SR. RODRIGO ALVIM: Boa tarde Srs. Senadores, Presidente. Boa tarde Ministro, Dra. Maria Cecília, Dr. Ricardo Morishita. Nós gostaríamos de falar um pouco aos senhores sobre um assunto que o Ministro já se reportou a ele e o Dr. Nelson também, um programa de qualidade do leite no Brasil que foi implementado pelo Ministério da Agricultura a partir de 2005 nas regiões: Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e a partir da 2007 no Norte e Noroeste brasileiro.

Antes disso, nós queríamos tecer alguns comentários sobre alguns antecedentes de relação às ações da Comissão Nacional de Leite da CNA e a nossa Câmara setorial junto ao Ministério da Agricultura, sobre as tratativas que tivemos junto ao Ministério da Agricultura e outro órgão de Governo de relação à ação da fraude.

Primeiro dizer aos senhores que esse processo começou de forma mais veemente desde 2001 quando foram implantada no Brasil cinco CPIs de leite em cinco Assembléias Legislativas, em cinco Estados, inclusive, do senhor, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, já naquela época os Deputados Estaduais diziam que havia índices de fraudes no leite brasileiro. Isso foi, inclusive, fruto de uma PFC, de um trabalho feito pelo Deputado Moacir Micheletto, aqui na Câmara dos Deputados, que condensou os cinco relatórios dessas cinco CPIs e que nesse relatório ele apontava 16 problemas na pecuária leiteira brasileira,

Desde a questão da formação de cartel na formação do preço da cadeia, até a questão da fraude. Nos anos de 2003 e 2004, seis entidades da iniciativa privada brasileira, representando não só produtores como alguns setores da indústria, desde o leite em pó, sindicatos de indústrias de alguns Estados, enfim, as cooperativas, nós criamos um termo de cooperação técnica entre o setor privado e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para intensificar as ações na fiscalização da fraude.

Naquela época, nesses dois anos de 2003, 2004, foram coletados no primeiro ano, 1975 amostras, 1570 negativos e 339 pelos relatórios que nós foram fornecidos pelo Ministério da Agricultura, estavam com algum tipo de desconformidade, eram, portanto, 17,2% das análises feitas naquele ano. E no ano seguinte, vejam o resultado dessa ação, veja o tanto que se inibiu a fraude simplesmente pelo fato do Ministério da Agricultura estar mais atuante e mais presente, inclusive, trazendo resultados. As pessoas que tomavam conhecimento deles e que, portanto, minimizavam suas ações criminosas com relação à fraude no ano seguinte, apenas 7.8% das amostras tinham algum tipo de desconformidade. No final de 2004 mais de 70% dos processos foram arquivados por alguma falha nos procedimentos administrativos. Alguns deles, por exemplo, dizia respeito à contra prova.

Nós entendemos, Sr. Ministro, a dificuldade que o Ministério da Agricultura tinha naquela época de ser rigoroso, de ser ágil, de ser mais dinâmico nessa situação, por todo um arcabouço de Legislações e Normativas que não permitiu ao Ministério da Agricultura andar. Essa era a nossa reclamação na época. Nós queríamos, inclusive, contar um fato que o ex-Ministro Roberto Rodrigues dizia, que a agropecuária mundial é cíclica, ele tem oito anos de uma situação boa e oito anos de uma situação ruim, isso há muitos anos se dizia, dos sete anos da vaca gorda e dos sete anos da vaca magra, mas o Ministro da Agricultura dizia que não precisava dos 4 anos dele ter sido em um período ruim, nesse sentido, eu queria dizer aos senhores que tem cinco anos que nós estamos trabalhando nesse sentido, infelizmente Ministro.

O senhor, nós sabemos da sua boa intenção, da sua capacidade de gestão, a exemplo de outros órgãos e outros Ministérios que o senhor já esteve à frente, isso caiu no colo do senhor nos seus primeiros meses de Governo e de gestão em frente ao Ministério. Felizmente, porque estamos vendo ações rápidas no sentido de se trabalhar de forma a coibir isso.

Mas nos anos de 2005 e 2006, a CNA encaminhou ao Ministério da Agricultura, diversos documentos solicitando ações mais eficazes com relação ao combate a esse tipo de fraude na nossa cadeia. No ano de 2006, um estudo apresentado no segundo Congresso Brasileiro da Qualidade do Leite em Goiânia, nós fomos chamados por um professor da Universidade Federal de Viçosa, que nós disse: “Rodrigo agora não é mais soro, agora é água”, porque descobriram uma formulazinha que colocando o açúcar junto com a água, mascara o resultado da colposcopia.

Poderia ser, inclusive, naquela época, ser essa fórmula que foi agora deflagrada e no ano de 2007,

uma reunião no início desse ano, uma reunião no Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor, com o Dr. Ricardo Morishita que está aqui presente, pode ter sido o que desencadeou, na realidade, o que o Dr. Ricardo mencionou aqui, de uma parceria de ação conjunta, com o Ministério da Agricultura. Queria dizer aqui Ministro, seus técnico que sabem disso, não fomos procurar o Ministério da Justiça, sem antes dizer ao Ministério da Agricultura que estávamos tomando aquela providência, no sentido de ajudar, no sentido exatamente de buscar dinamizar mais esse processo.

Falando um pouco da questão do problema nacional da qualidade são dois *slides* mais, nós queremos primeiro, o objetivo disso é promover a melhoria e garantir a qualidade do leite e dos seus derivados, garantir a saúde da população, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros no nosso mercado e no mercado internacional. Na medida em o que Brasil tem se tornado um País exportador, a partir desse ano, dessa década de 2000, fomos o segundo maior País importador de produtos lácteos do mundo, a década de 90 foi uma década desastrosa da pecuária leiteira nacional, com a concorrência dos produtos importados que vinham carregados de subsídios da sua origem, mas, enfim, estamos transformando em um País exportador e podemos ser, com certeza, um dos maiores *players* senão o maior *players* no mercado internacional, também na área de laticínios como já somos de outros produtos da agropecuária.

Naturalmente que na visão do produtor, investir em qualidade é o que nós temos feito insistentemente nos últimos cinco anos, sobretudo, a partir de 2005 é ter a valorização de um produtor de qualidade superior. O que o produtor deseja, é um pagamento diferenciado pela qualidade. Afinal de contas, o produtor assumiu parte do custo que era da indústria, que era refrigeração do leite. O leite ia à temperatura ambiente para os laticínios e lá, o primeiro processo era a sua refrigeração. Agora, 80% do leite no Centro-Sul brasileiro estão sendo refrigerados na propriedade do produtor rural, está sendo transportado a granel em caminhões isotérmicos e esse custo da refrigeração ficou em cima do produtor, que nem sempre, como vocês vão ver, está recebendo um adicional e um *plus*, pela qualidade que está ofertando ao mercado.

Naturalmente que o produtor estimulado, pode se especializar ainda mais e ir à busca de mais qualidade. O processo está se iniciando, temos muita coisa a fazer, apesar de termos avançado muito, é importante entender a realidade brasileira, um País continental que produz leite nos seus praticamente 5 mil e 650 e tantos municípios, todos os municípios brasileiros produzem leite, são pequenos produtores, na sua grande maioria, que tem dificuldades de se inserirem nesse programa, mas que estamos avançando muito e como vocês vão ver, melhorou muito à qualidade do leite brasileiro.

Nós pegamos os resultados da clínica do leite que é um dos oitos laboratórios oficiais da Rede Brasileira de Qualidade do Leite, que faz parte do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, são laboratórios que estão invariavelmente em universidades, não são laboratórios que estão dentro de indústrias, são laboratórios fora da cadeia, credenciados pelo Ministério da Agricultura.

E por que pegamos o laboratório da ESALQ, da Clínica do Leite? Porque 38% das análises analisadas nesse laboratório vêm de Minas Gerais, 47% dessas análises vêm do Estado de São Paulo, portanto, essa região está no foco do que hoje está acontecendo com relação à desconformidade dos produtos lácteos no mercado.

Esse é um quadro do nosso laboratório da ESALQ, comparando a qualidade do leite brasileiro, com a qualidade do leite americano. Eu quero dizer aos senhores que os americanos demoraram 15 anos para reduzirem, por exemplo, a contagem de células somáticas de 1 milhão para 750 mil e o Brasil com apenas dois anos da implantação da normativa 51, no Centro Sul brasileiro, estamos com uma média de 496 mil células somáticas, o máximo tolerado pela IN 51 é um milhão e, portanto, estamos muito próximos dos americanos que têm aí mais de 40 anos trabalhando a qualidade, sem nunca ter faltado, com certeza, para os Ministérios desenvolvidos nesse processo nos Estados Unidos, dinheiro para trabalhar os seus laboratórios, para montar seus laboratórios, nunca tiveram seguro-dinheiro de Defesa Agropecuária de seus Ministérios, mas nós avançamos muito e muito se compararmos os americanos ao produto imposto *in natura* brasileiro.

Em relação à contagem bacteriana total, naturalmente que há uma diferença gritante, os Estados Unidos tem em média 25 mil unidades formadora de colônia na sua contagem bacteriana, nós estamos com uma média alta de 462 mil, absolutamente dentro daquilo que é tolerado pelo Ministério da Agricultura, nessa primeira parte do controle de qualidade, que naturalmente ele é progressivo, mas também a tolerância aqui é de um milhão, estamos muito abaixo da tolerância. Portanto, isso aqui está muito ligado, enfim, a você trabalhar o produtor, você orientar o produtor, você treinar o produtor, porque isso aqui está ligado há assepsia, higiene na hora da ordenha.

Com relação a traços de antibióticos, os Estados Unidos tem 0,1% das análises com traços de antibióticos, nós temos apenas 1,1% é muito pouco se conside-

rarmos que esse programa está sendo implementado há pouco mais de dois anos.

Com relação à gordura, os americanos têm uma média de 3.7%, nós temos uma média de 3.54%, de proteína os americanos tem 3.4, nós temos 3.17 e com relação aos sólidos totais do leite, os americanos tem 12.8 e os brasileiros estão, nessas análises da Clínica do Leite, com a média de 12.14.

Aqui é a importância da qualidade do leite na visão do produtor, dentro daquele quadro que nós colocamos do produtor querer ser remunerado pela qualidade que está imputando a seu produto, veja a comparação desses dois cenários: um cenário com um produtor com 550 mil células somáticas e um produtor com 200 mil. Esse produtor de 200 mil pode estar aferindo 3 centavos a mais, ao final do seu produto que ele entrega à indústria.

A mesma coisa na contagem bacteriana, ele pode estar auferindo mais quatro centavos na gordura, mais 0,015 centavos na proteína e assim por diante. Isso aqui significa que um produtor de 250 litros de produção diária, pode aferir 762 reais, a mais, na sua renda no final do mês e um produtor do dois mil litros pode estar aferindo até 6 mil e 100 reais a mais em sua renda até o final do mês. É esse tipo de coisa que se pretende ver, de forma mais ampla no Brasil, a partir, sobretudo, desse momento agora em que vem à tona essa discussão da qualidade, de forma tão veemente, porque é assim que nós vamos avançar, remunerando a qualidade dos produtores.

Na Clínica do Leite, de 202 indústrias que são analisadas naquela Clínica, apenas 11 indústrias pagam pela qualidade, outras 191 indústrias fazem qualquer *plus* no pagamento, qualquer agregação de valor ao produto de um produtor que está preocupado em buscar mais qualidade. Isso significa que na questão da contagem bacteriana total, apenas 93 mil unidades formadoras de colônia, nessas 11 que pagam por qualidade, e aquelas que não pagam por qualidade têm uma contagem bacteriana muito maior, porque os produtores podem investir muito menos na atividade.

É o que eu tinha a colocar, Srs. Senadores e estou à disposição para qualquer outro esclarecimento adicional. Eu queria apenas concluir dizendo que o segmento de produção primária de leite do Brasil tem feito sua parte e não tem sido barato fazê-la. É um investimento importante, nós temos dificuldades como dissemos, porque são 70% dos produtores brasileiros são produtores de economia familiar.

Temos que trabalhar esses produtores, no sentido deles estarem se organizando, criando os seus tanques comunitários para não serem excluídos desse processo, mas de qualquer maneira temos feito à nossa parte. Por isso, a nossa irritação durante tanto tempo, enquanto aplicávamos recursos importantes dos produtores na questão da melhoria da qualidade, nós víamos sempre a ameaça do produto produzido com tanto zelo e com tanto cuidado, por grande parte dos produtores, estar sendo de alguma forma adulterado ao chegar à mesa dos consumidores. Esse era o motivo da nossa irritação. Sabemos do custo de tudo isso que está acontecendo, esse custo foi avaliado na Comissão Agropecuária de Leite no momento em que resolvemos trabalhar a qualidade do leite no Brasil, mas é o processo que tínhamos que passar, esse é o ônus que deveríamos ter para vencermos, para virarmos essa folha, e para trabalharmos para o Brasil ser o maior *player* no mercado internacional de produtos lácteos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Rodrigo Alvim. Agora ouviremos os Srs. Senadores e pela ordem de inscrição, a eminente Senadora Kátia Abreu está com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado Presidente. Eu quero cumprimentar nosso Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, o representante da CNA, representante da Comissão do Leite, Rodrigo Alvim, Dra. Maria Cecília da ANVISA. Eu não estou conseguindo ver até o final, Dr. Ricardo Morishita, muito prazer de estar aqui, Ricardo, e o Diretor do DIPOA, que apresentou agora há pouco em nome do Ministro.

Ministro, o senhor está há seis no Ministério, e está herdando uma herança maldita, uma herança de mais ou menos cinco anos de denúncias por parte das entidades de classe, como aqui foi falado de muitos laticínios e cooperativas pedindo socorro por não estarem conseguindo conviver, concorrer com aqueles laticínios, com as cooperativas que usavam da prática, que não essa de hoje, dessa fórmula da denúncia de hoje, mas soro, enfim, outros produtos que nem todos de mal à saúde, mas que alteraram a nutrição do leite afetando a recomendação de saúde humana e trazendo um estrago, um prejuízo muito grande a todo o setor e a sociedade, principalmente, ao consumidor.

Então são cinco anos de batalha contra essas fraudes. Nós temos na CNA, 21 Comissões de temas variados das cadeias mais importantes do País, como carne, soja, algodão, milho e uma delas, uma das mais importantes é do leite. Eu tenho acompanhado o trabalho do Dr. Rodrigo Alvim e sempre, em todas as reuniões ao longo dos anos, o principal tema desta Comissão é exatamente o combate à fraude do leite.

Nós representamos os produtores rurais, nós sabemos o prejuízo que o produtor terá conseqüentemente a uma adulteração, a uma frase praticada por uma

cooperativa ou por um laticínio, sempre sobra para um produtor, por conta da diminuição do consumo como está ocorrendo agora e, normalmente, à sociedade, às vezes, por falta de uma informação, talvez, mais precisa de nós mesmo, da categoria que não temos o recurso da mídia para colocar isso à sociedade, a culpa sempre fica, a imagem do produtor afetada.

Então são cinco anos, mais de cinco anos de luta junto ao DIPOA e o Diretor que agora há pouco apresentou que já está lá na chefia do DIPOA há mais de quatro anos ou quatro anos, sabe dessas questões tão bem quanto todos nós. Agora, Ministro, nós temos 1700 laticínios sifados, com SIF, que deveriam e estão sob a guarda do DIPOA. Nós temos 1700, para 212 fiscais. Em um Brasil continental onde as distancias são imensas, 212 fiscais é a informação que eu tive. Além desse número terrível, nós ainda temos uma execução orçamentária dificílima, muito complicada.

Nós estamos aqui com a apresentação e a tabela do CIAF no que diz respeito ao programa de ações referentes ao controle e qualidade dos produtos de laticínios e outros. Nós temos um total de 4 programas com a dotação autorizada de 30 milhões de reais e uma execução de cinco. Especialmente a fiscalização contra a fraude e a clandestinidade de produtos de origem agropecuária, um orçamento de dois milhões e meio e uma execução de 1,250. É isso que desanima Ministro, sem dinheiro não se faz defesa. É isso que eu quero estender para todas as outras áreas, animal e aftosa. As visitas que nós recebemos, as possibilidades de exportações que nós temos do leite, nós somos um grande produtor, mas estamos praticamente consumindo tudo no nosso País.

Nós estamos com uma exportação pífia e nós temos grandes possibilidades. É muito simples. São só esses organismos internacionais pegaram no CIAF, e em qualquer lugar que é público, e ver a execução orçamentária, que sabe que as coisas não estão bem, basta olhar a execução orçamentária. Eu quero dizer ao Diretor do DIPOA que está lá muito mais tempo que o Sr. Ministro, o senhor chegou agora há seis meses e eu quero aqui reiterar a minha consideração e admiração por V.Exª. e do seu compromisso com esse setor, que tem tantos problemas para serem resolvidos, mas todo o setor que representa um terço dos indicadores mais importantes do País, não pode ter pouco problema, um terço do emprego, um terço das importações e um terço do PIB, claro, que uma grandeza dessa significa grandeza de problemas e que tem que serem resolvidos.

Legislação falha, fiscalização de minuta, fraudes antigas, eu atribuo ao DIPOA essa grande responsabilidade de uma ação mais eficaz nessa ordem. O prejuízo que isso pode trazer ao País, especialmente ao agronegócios, aos produtores de leite. Esses serão os mais afetados no seu preço e na sua renda que já está baixíssima. Eu acredito Ministro que aqui o senhor me desculpe à franqueza, mas em qualquer lugar do mundo esse Chefe do DIPOA não ficaria onde está diante dessa crise e da gravidade do que está acontecendo com o setor do leite. Isso aqui é crime de responsabilidade, de má gestão e administração deixar que nessa altura do campeonato nós possamos estar em todos os veículos de comunicação do País, expostos da maneira como estamos.

Não é um foco de aftosa, de repente apareceu em algum lugar, são cinco anos de denúncias, de fraudes com relação há esse assunto, há essas misturas, essas alterações do leite no Brasil inteiro. Nós estamos falando de 800 mil produtores comerciais que esse País tem. Na realidade dos cinco milhões de produtores no País, dos cinco milhões, todos têm o seu leitinho do consumo, mas nós temos 800 mil produtores comerciais que serão brutalmente atingidos com essa situação.

O senhor sabe das nossas discussões e da nossa preocupação com relação à defesa sanitária como um todo, do nosso planejamento de defesa sanitária, que nós precisamos com urgência efetivar no País. Nós temos uma legislação que não é ruim, mas que está muito sobrepostas por normas, por circulares, por instruções normativas, por dificuldades da execução, mas normas e Leis que foram aprovadas ainda quando o Paulinelli era Ministro, Leis que não são ruins, mas que nós temos que verticalizar, nós temos que dar uma limpada nessa legislação, porque não é mais possível há quantidade de legislação que os Ministérios estão fazendo não é só o Ministério de V.Exª., mas as instruções normativas e as circulares sobrepondo legislações aprovadas pelo Congresso Nacional. Nós precisamos ordenar isso o mais rápido possível.

Na realidade, se nós formos apertados pelo Presidente da República e ele nos pedir o custo da defesa agropecuária neste País, o custo exato, quanto é que ela custa de verdade? Eu tenho minhas dúvidas, se nós saberemos responder com precisão, eu tenho minhas dúvidas e nós precisamos ter esse número. Eu acho que todos nós temos a responsabilidade de levantar esses custos, porque eu acho que contra os argumentos técnicos é difícil rebater. É o caso da CPMF não consegue ninguém do Governo justificar porque ela não pode acabar, não tem argumento técnico, e nós estamos com esse mesmo caso.

Se nós soubermos de verdade quanto custa Ministro, com técnicos, com chancela, de quanto custa à defesa, é muito mais difícil o Governo contingenciar. Eu acho que é possível fazer isso, eu acho que o setor

todo está pronto para contribuir. Houve em 2003 um pequeno convênio, confesso que acho um pequeno convênio, 250 mil reais, mas que foi suficiente para alterar às estatísticas com relação ao que o Dr. Rodrigo mostrou aqui agora há pouco.

Agora nós precisamos da nossa agência de defesa agropecuária, nós precisamos ter essa coragem da fazer e eu sei que V.Exª. tem coragem suficiente para isso, porque todos os Estados tem agência de defesa agropecuária e nós não podemos ter na União, o Governo Federal resiste em implementar não só esse Governo, os governos anteriores também, porque resiste em criar a agência de defesa agropecuária. Uma agência independente, eficiente, que funcione na hora certa, principalmente na hora dos riscos, na hora das dificuldades, mas a máquina estatal é burocrática, ela tem suas imposições que são intransponíveis, nós não podemos sequer fazer propaganda na televisão de brucelose ou contra a aftosa no período eleitoral, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Isso é uma burocracia de Estado que temos que respeitar e que a agência de defesa agropecuária poderia superar tudo isso.

E o Ministério tem esse planejamento e tem essa agência montada e criada no papel, iniciou com o Ministro Roberto Rodrigues. Eu sei que V.Exª. já apreciou esse trabalho, eu acho que seria uma grande solução nós enfrentarmos o corporativismo e eu sei que ninguém gosta de perder poder, eu não estou dizendo o caso de V.Exª. Ministro, que não tem apego a isso, mas a própria entidade não quer dividir poderes e a agência de defesa agropecuária, reconheço que divide poderes, sim, mas vai ser eficiente e vai ser muito boa para o País.

Eu gostaria muito que o Sr. Diretor do DIPOA, Ministro, pudesse ser mais incisivo nas explicações, não adianta organograma, eficiência ali mostradas, o resultado está aí, o resultado está na imprensa, esse é o resultado da DIPOA. Eu tenho um amigo que dizia que o leite tem duas fases ou está ruim ou está muito ruim, agora está péssimo, conseguimos uma terceira categoria para o leite no que diz respeito, quando eu digo ruim é o faturamento do produtor é a renda do protetor baixíssima. Quando ele consegue dar um suspiro e uma folga como foi nos últimos meses acontece um desastre desses, isso é um desastre, é um desastre que nós vamos levar anos Ministro para recuperar diante da sociedade, anos e anos e uma ação de marketing pesadíssima do setor para poder reverter esse prejuízo monstruoso que o Brasil sofreu agora.

Não tem diferença esse episódio nenhum do que aquele quanto ocorre um foco de aftosa e que se espalha pelo mundo afora. Não tem diferença do prejuízo do que isso significa para o País. Agora eu entendo as duas dificuldades Ministro com relação ao orçamento e eu estou cansada da dizer, claro que não sou dona da verdade e nem isso pretendo. Enquanto o Brasil, o Governo Brasileiro não encarar o agronegócios como uma questão da Estado nós não vamos ter sucesso. Como disse agora há pouco o setor que representa esses três indicadores, esses setores não mais do Ministro Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura e não é mais dos produtores rurais não e nem da CNA e nem da UCB, um segmento que representa esses três índices, ele tem que ter a consideração de uma questão de Estado Brasileiro que influencia na economia, que tem que ser priorizado, porque representa fortemente a economia. Tira o agronegócios da balança comercial, experimente tirar para ver o que acontece.

Nós não podemos ser tratados com esse descaso. Nós não estamos querendo benesses, nós só queremos retribuição ao que nós estamos fazendo, nós estamos super evitando a balança, nós estamos dando em progresso, nós só estamos exportando, só está superavitária as exportações e importações, porque nós estamos garantindo isso. Nada mais justo do que nos dê o tratamento à altura, porque todo esse agronegócio que muita gente implica é o que está dando os impostos que o Governo tanto gasta. É com o nosso setor que nós estamos movimentando impostos.

Nós pagamos os nossos impostos, nós só queremos o dinheiro do Ministério da Agricultura, do Ministro Reinhold Stephanes, para executar as ações que vão garantir a continuidade dessa economia do agronegócios e vai dar resultado para o Governo Federal. As propagandas do Governo de todo o Governo são as colheitadeiras rodando, são os tratores plantando, é a boiada saindo do curral, é o leite sendo tirado do curral, como se aquilo ali tudo nascesse sozinho, que não precisasse de gente, como senão tivesse uma pessoa que estivesse tocando tudo aquilo. Um produtor rural sofrendo e precisando de ajuda, de ajuda não, precisando que o Estado Brasileiro cumpra com a sua obrigação, porque nós estamos cumprindo com a nossa da porteira para dentro, da porteira para fora que é responsabilidade de infra-estrutura, Sr. Ministro tem ciência disso e temos discutido muito a respeito. Nós sabemos que à parte do Governo não tem sido feita, principalmente no que diz respeito à defesa agropecuária, ao orçamento da defesa agropecuária e a questão da logística nesse País.

Porque na verdade a nossa obrigação é produzir. Nós não temos a obrigação de produzir e compensar a falta da estrada, de hidrovia, de ferrovia, isso é responsabilidade do Estado. A nossa obrigação é produzir, nós não temos a obrigação de produzir e compensar

a falta de estrada, de hidrovia e de ferrovia. Isso é de responsabilidade do Estado e eu quero muito que o Governo pudesse responder Ministro, quem vai arcar com esse prejuízo? Quem vai arcar com esse prejuízo pela falta da defesa, pela falta de recurso, pela falta de orçamento, pela falta de gente. Pela falta de equipamentos nos laboratórios, quem vai pagar essa conta? Será que é de novo os produtores rurais vão pagar essa conta?

Essa conta não é nossa e nós não admitimos pagar essa conta. Eu quero aqui Ministro deixar a minha indignação e o meu apoio de sempre que o senhor teve e terá para que nós possamos resolver os problemas do setor e, especialmente, este agora, e os produtores rurais não têm a menor responsabilidade sobre esse ato praticado no Brasil.

Gente ruim tem em todos os setores, não é só no agronegócios não. O que acabe ao Estado é identificar essas pessoas que trabalham contra o Brasil, que cometem fraudes e cometem crimes e tirar do caminho. Agora nós não podemos responsabilizar aquelas pessoas que não responsáveis. Eu quero aqui encerrar a minha participação Ministro, dizer da minha indignação e da minha tristeza de ver essa ré que o leite brasileiro vai dar, nós que temos tantas perspectivas de exportação, nós vamos ter que começar tudo de novo e uma luta árdua para recuperar a imagem do leite brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Senadora Kátia Abreu, ouviremos agora o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, autoridades que estão aqui, dirigentes da ANVISA. Eu lamento apenas como registro que um debate tão importante no Senado tenha tão poucos Senadores aqui, vai ver que tem muita coisa para ser feita em paralelo a esse debate. Tem um Ministro, tem um escândalo de repercussão e concordo com a fala da dirigente da ANVISA, quando diz que nós temos que tirar lições, por incrível que pareça, da adversidade.

Mas, eu quero focar mais nessa questão. Focar. Nós temos que falar aqui das duas cooperativas, nós temos que falar aqui da Coopervale e da Casmil, porque a gente acaba falando do orçamento do Governo, a gente acaba falando da CPMF e não mete o dedo na irresponsabilidade dos dirigentes da cooperativa. E o discurso acaba envolvendo todos os produtores, embora se faça um corte de que não é dos produtores, tem que dar o nome dos dirigentes e das cooperativas é não generalizar, porque nós estamos fazendo, está tratando de forma desigual o esforço, a luta do setor do leite.

Dar nome dos irresponsáveis, dos dirigentes das duas cooperativas, de quem está preso, de que nesse sentido, eu quero fazer uma pergunta ao Ministro Stephanes, sobre as multas. Das penalidades e eu quero fazer uma pergunta para o Ricardo. Nós temos que dizer aqui, aqui no Senado da República. Eu gostaria de saber o nome do Presidente das duas cooperativas tanto da Casmil, como da Coopervale, para ficar bem claro nesse debate.

O tempo dessas cooperativas, eu não quero tratar nesse exato momento embora tenha co-relação das políticas do Governo. Nós temos é que ir lá na cooperativa e dizer do mal, do desrespeito ao consumidor brasileiro. Das crianças, do prejuízo para as crianças, para a dona de casa, para as famílias. E tirarmos lições nesse sentido.

Não pode haver impunidade para essas pessoas, não pode haver impunidade e nós vamos estar ajudando o setor leiteiro do nosso País e dizer com tranqüilidade para o Rodrigo, para V.Sª., porque nesse exato momento, nós temos que sarjar, fazer a cirurgia sem anestesia. Quando V.Sª. diz que fica irritado é pouco, é muito pouco. É muito pouco. Tem que dizer mais do que ficar irritado. Não é? Porque é corporativismo, tem que ir além disso, temos que ir além, pedir à prisão, mesmo responsabilizar.

Ver da Ação Civil Pública qual é o objeto da Ação Civil Pública? Que V.Sª. falou? Qual é o objeto? Que é uma Lei específica. Precisa focar de forma muito precisa. Não é? Trabalhar o Ministério Público nesse sentido. Porque V.Sª. não precisou, mas eu gostaria até de fazer essa pergunta como que seriam as ações de reparação ao consumidor combinando com as multas. Combinando com as multas, eu acho que deveria ter uma combinação, porque tem que punir, dessa forma nós vamos ajudar a setor leiteiro.

E perguntar ao Ministro se todos os lotes, se o Ministério da Agricultura já pôde identificar todos os lotes que chegou até o mercado, com leite adulterado se já foi possível fazer isso. Se já dá para a população ter a tranqüilidade de que não tem nenhum lote de leite no mercado adulterado e que cause prejuízo ao consumidor primeiro.

O que eu coloco aqui é uma voz de um Senador em defesa dos direitos do consumidor. Perguntar para o Ministro, se o Ministério recebeu, se isso repercutiu em nível internacional, se já há alguma coisa contra o setor. Porque é irresponsabilidade com o setor que trabalha com dificuldade, com certeza, mas superando as dificuldades e aí gerente, técnicos, se envolvem em uma adulteração que não foi feita por pessoas não qualificadas.

Essa adulteração foi feita sob medida, com olhar técnico, tem que manter argumentos, pessoas presas, manter essas pessoas na prisão, culpar com rigor, tratar a multa, a penalidade com rigor, porque eu volto a repetir, nós vamos ajudar o setor leiteiro do nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Pedro. Ouviremos agora o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, ao Dr. Ricardo, Dr. Rodrigo e a Dra. Maria Cecília, nosso Presidente da CMA, Senador Omar Quintanilha.

O assunto realmente que tomou de conta o País esses dias agora, e requer uma medida um pouco mais ágil, ao máximo possível, e eu começaria falando para o Dr. Rodrigo que gostei da sua explanação, dos esforços que o setor tem tido para tentar, digamos assim, se equiparar o mínimo possível de atender não só a demanda nacional, mas quem sabe até uma visão de exportação.

Isso é muito bom, porque nesses últimos dois anos, eu me aproximei um pouco mais do setor da produção do leite lá no meu Estado, e embora é um dos Estados incipientes, está muito aquém de produzir a sua auto-sustentação, mas vejo o trabalho que dá e o principal trabalho é da confiança. Você tem um produto na prateleira que tem a confiança do público e seus derivados em geral, não só o leite para consumo imediato. E isto nestes dois anos tem me dado uma grande dor de cabeça, mas é prazeroso, porque à medida que a coisa está andando, por pouco que ande, os números estão mais ou menos naquela linha que V.Exª. já apresentou.

É claro que quando uma empresa aceita fazer um trabalho da forma que foi feito ali, eu fico impressionado, porque um engenheiro químico chega a uma fórmula e eu ouvi as explicações da ESALQ que me impressionaram, porque quanto à cor, sabor, textura e têm outras variáveis da qualidade do leite, para uma pessoa que é leiga do assunto ou mesmo para um profissional do ramo que não esteja de posse de uma análise de laboratório, não ia poder identificar com tanta precisão, eu fico, às vezes, até pensando, eu digo esse cara é um gênio, do mal, é claro, porque colocar soda cáustica em uma fórmula daquela e pouca gente descobrir, me chama a atenção uma coisa como essa.

Mas, eu não queria tratar sobre a veemência de uma ação jurídica, porque creio que a autoridade judicial vai ter a obrigação de tratar esse este assunto, cabe a nós aqui tomar as providências administrativas. Eu pergunto ao Sr. Ministro, porque eu cheguei atrasado da sua exposição que a gente pudesse ver dentro da instrução normativa 51, que me chegou aqui no final da sua explanação, que lá está mais educativa do que como uma regra básica, é obrigatória de ser levada a cabo.

Eu queria ouvir essa sua explicação, porque isso no meu entendimento já vai servir na linha do que foi a exposição do Dr. Rodrigo.

Segundo. Uma pergunta para a Dra. Maria Cecília. A ANVISA divulgou e vi isso na televisão, eu até fiz o teste na hora, na hora eu tinha acabado de comprar uma caixa de leite da Parmalat, eu digo, eu já quero saber se essa caixa de leite tem a ver com o lote que a ANVISA anunciou na TV e não consegui o número do telefone, não atendeu, não funcionou e eu fiquei, acabei tomando aquele leite com ou sem o ingrediente em discussão. Mas no meu entendimento é o seguinte, não ficou claro o que fazer para o consumidor, o que o consumidor ia fazer com o leite que pudesse estar adulterado.

Ainda uma pergunta para o Ministro, se tem uma providência no caso da empresa que está com produto na prateleira, se o lote foi identificado, o supermercado, ou seja quem for, o comerciante daquela área, eu não sei se essa é uma pergunta que o Ricardo pode responder. Qual é a alternativa que o comerciante daquele produto teria que fazer? Porque para mim, no meu caso, eu não consegui resolver o problema. Você imagina uma pessoa que, talvez, nem a televisão tenha acesso àquela informação.

Se não era mais ágil, mais rápido, ter dito o lote é esse, está distribuído nos supermercados, mas fulano de tal e, portanto, esses lotes têm que ser recolhidos imediatamente. É o que eu imaginei que poderia ter sido feito. E queria ainda uma, não sei ainda nem para quem fazer essa pergunta, mas no caso o acréscimo de água ou o aproveitamento de leite vencido. Eu queria saber qual foi à regra mesmo de uso? Que no momento em que as entrevistas eram dadas eu pensei que fosse: "Não, está adulterando, colocando água e usando uma fórmula química para não perder a aparência da qualidade. Ou se é aproveitamento de leite, de lotes de leite vencidos, porque mesmo na caixinha, o UHT tem um prazo maior, mas chega o momento que ele também vence".

E já me foi me dito que uma das maiorias dor de cabeça dos laticínios é quando devolvem um leite que não foi usado. O que fazer com esse leite? É para uso animal, se é para aproveitamento de outros na área de queijo, de outros subprodutos ou mesmo fazer uma reciclagem para um aproveitamento para o consumo imediato?

Eu queria entender melhor e a gente pudesse até, quem sabe, aqui ter uma alternativa que possa

ser encontrada para não se reusar um leite de caráter vencido. Era isso, por enquanto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Sibá Machado. Ouviremos agora o eminente, Senador Leomar Quintanilha, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente, da Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, CMA e que também é autor da sua Comissão, foi autor do requerimento para esta Audiência Pública. Com a palavra V.Exª.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Neuto De Conto, Srs. Senadores, eminentes convidados para esta Audiência Pública, ilustre Ministro Reinhold Stephanes da Agricultura, Sra. Maria Cecília Martins Brito, Diretora da ANVISA, Sr. Rodrigo Santana Alvim, da Associação Brasileira de Produtores de Leite, também representando aqui a CMA e o Dr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Dr. Nelson Oliveira da Costa Diretor de DIPOA.

Sr. Ministro, três Comissões dos Senado preocuparam-se com a repercussão da dimensão, da repercussão das questões relacionadas com o leite, na fraude praticada na industrialização e comercialização do leite aqui neste recentemente País. E esta Audiência Pública, visava exatamente poder conjuntamente com os diversos segmentos que se envolvem com a produção, comercialização, fiscalização, e os próprios consumidores pudessem ter uma noção exata da dimensão do problema.

É claro que a maioria das dúvidas que eu tinha sobre a questão, eu já ouvi sendo colocadas aqui, não só na exposição do Ministro, da representante da ANVISA, de alguns Senadores que me antecederam, mas seguramente Sr. Ministro, é preciso registrar a indignação e a enorme preocupação que temos exatamente pela conseqüências dessa verdadeira crise que se abate sobre a setor.

Não é um fato isolado, é um fato recorrente, tanto é que V.Exª. revelou aqui que essa fraude foi detectada exatamente observando uma atitude especializada, uma atitude, porém, ditada por parte dos fraudadores exatamente para burlar a fiscalização já existente hoje no País, mas os fatos têm se repetido com danos inestimáveis para a economia nacional, para o setor do agronegócios e, sobretudo, para o produtor, que certamente é quem vai pagar a parcela mais alta dessa conta.

Agora Sr. Ministro, a defesa do consumidor seguramente estaria colocando uma pergunta que a grande maioria do povo brasileiro, distante do setor de produção, das dificuldades que tem o produtor para suprir a sua mesa desse bem essencial à vida que é o leite, qual é a garantia que o produtor tem de que está consumindo um produto seguro? Que não está consumindo um produto contaminado? Que pode realmente trazer conseqüências danosas a sua saúde, da sua família e a sua própria vida? Na verdade essa crise expõe extremas fragilidades do Governo com o orçamento mínimo, com a estrutura de fiscalização muito reduzida, em face de enorme demanda e ao gigantismo deste País, em uma atividade que remonta da história do próprio Brasil.

Desde que o Brasil foi descoberto, que aqui se planta se cria gado, cria-se gado para obter a carne, o leite.

São questões que não eram de se admitir, mais que elas se repetissem com a freqüência que vêm se repetindo e, às vezes, sem que tenham o olho clínico da defesa sanitária acompanhando para proteger o consumidor. Nós gostaríamos de saber Sr. Ministro, nós vimos algumas colocações, mas quais as medidas necessárias para que nós pudéssemos superar essas dificuldades, tivéssemos uma fiscalização eficaz adequada para que fraude dessa natureza não pudessem voltar a se repetir.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Agora não tem mais nenhum Senador que queira se manifestar. Nós passamos para as respostas e também para o encerramento da participação, pela ordem da fala anterior, passamos de imediato para o Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Em algumas colocações eu terei algumas dificuldades em respondê-las, e a dificuldade é porque elas foram colocadas muito em tese. Eu quero dizer que falando em tese, eu em grande parte concordo com todas as colocações que foram feitas.

E até diria, até no caso da Senadora Kátia Abreu, de que o apoio que ela dá ao setor de agricultura e o apoio que ela dá ao Ministério da Agricultura são extremamente importantes e fundamentais para o nosso trabalho e que angustia que ela tem e muitos outros Senadores colocaram essa angustia e esse tristeza, evidentemente, nós compartilhamos dessa angustia e dessa tristeza, quanto a isso não há nenhuma dúvida, agora eu apenas teria um ponto de vista um pouco diferente em relação há algumas questões que foram colocadas.

Uma delas é que eu não diria que há uma crise no setor do leite. Eu acho que não há uma crise, nós tivemos foram desvios pontuais e desvios que têm que ser tratados como desvios. Eu acho que o setor como um todo, é um setor que tem vigor em toda a sua ca-

deia produtiva até o nível de consumidor, e acho que há um trabalho muito forte e isso vêm se acentuando a cada ano. Quando a gente vai fazer a análise do que acontecia, três, quatro, cinco, seis anos atrás e o que acontece hoje há uma evolução positiva extremamente grande e há um trabalho conjunto integrado e isso também é importante que se diga entre vários setores que atuam, quer dizer, entre a ANVISA, entre o Procon, entre o Ministério da Agricultura há um trabalho muito integrado ou quando não é integrado se completa. É um trabalho forte.

Hoje quando você olha a ANVISA são 38 mil pessoas que está lá na ponta, defendendo o consumidor. Então, assim como também acho, que os prejuízos causados, infelizmente, serão de pouca duração. Quer dizer, aqui quando você falou em aftosa, que foi uma outra questão que criou um impacto muito grande, mas com muita rapidez o setor de carnes nunca exportou tanto e cresceu tanto, como está crescendo.

Cresceu o ano passado, cresceu esse ano e está crescendo mais de 25% esse ano em cima do ano passado, ou seja, claro que temos questões de Estados que foram alterados, prejudicados e que tem que ser considerado e respeitado.

Felizmente, no Mato Grosso do Sul conseguimos liberar ontem novamente para os mercados, mas sofreu durante dois anos, como a Paraná sofreu durante dois anos, como repercussões que aconteceu em São Paulo e Goiás e, assim por diante, mas no todo, o setor mostrou capacidade de recuperação de imagem.

Assim como eu acredito que o setor do leite vai mostrar uma capacidade rápida de recuperação da imagem. Eu acho que todos nós temos que trabalhar para isso, e aí colocou muito à questão: será que nós temos condições de garantir ao nosso consumidor que ele tem um leite de boa qualidade?

Eu diria temos, sim. Eu acho que a ANVISA tem, eu tenho e os PROCONs têm e nós trabalhamos no sentido de criar todos os mecanismos para que o nosso consumidor tenha essa segurança e eu dividiria a discussão em dois tipos de segurança: um é em relação a sua saúde. Quanto a isso eu não tenho nenhuma dúvida que nós temos condições, talvez, ainda tenhamos algumas dificuldades. Às vezes, em relação à qualidade que foi aqui muito bem colocada, a desconformidade entre aquilo que se coloca e aquilo que se efetivamente está se vendendo dentro de proteínas, gorduras e outros sais, mas de qualquer forma, eu acho que a estrutura está agindo bem e está agindo com muita rapidez em relação a isso.

Eu apenas, cara Senadora, a questão da herança maldita, eu não colocaria a questão de forma tão dramática. Eu acho que eu peguei alguns problemas bastante sérios e acho que nessa área da defesa. Tínhamos problemas sérios e ainda temos alguns problemas sérios, é uma área que nós estamos investindo muito, estamos tratando muito dessa área, inclusive, em caráter pessoal. Eu acho que avançamos bastante, mas eu também quero acreditar que eu também recebi muita coisa boa. Recebi muita coisa boa. Eu não gostaria de colocar nisto, que eu agora estou salvando.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ministro pela ordem, um aparte, um minutinho por favor. Quando eu disse em herança maldita, é exatamente o caso do leite especificamente que há cinco anos nós sabíamos que alguma coisa ia acontecer e o senhor está lá só há seis meses, não sabia de toda essa trajetória e essa luta ao longo desse período, é especificamente a respeito do leite.

Tenho certeza absoluta que muita coisa ficou extraordinária, principalmente porque Roberto Rodrigues foi um excelente Ministro, com as limitações impostas pelo próprio Governo, mas fez um belo trabalho, estava querendo dizer, repito a respeito especificamente do leite. Obrigado.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Agora em bloco, eu gostaria de responder a todos que levantaram a questão Srs. Senadores, em relação à questão dos recursos do Ministério da Agricultura. Eu sou um pouco da tese de que o problema do Ministério da Agricultura não é falta de recurso e nem falta da pessoal, eu tenho essa tese.

E levantei isso até como exemplo na questão da aftosa, conversei com o Governo, conversei com o Presidente Lula, conversei com a Ministra Dilma, conversei com o Ministro Paulo Bernardo, em uma reunião conjunta tomou-se uma decisão, não faltarão recursos para a defesa sanitária animal, tomou-se essa decisão e sempre que houvesse necessidade eu teria que requer os recursos que imediatamente seriam colocados à disposição, como aliás, foram no Mato Grosso do Sul de forma imediata e a metade dos recursos sobraram, mas foram colocados a disposição, porque não podiam faltar recurso.

E acabamos descobrindo o seguinte: ninguém mais pediu recurso, o problema, na verdade, não era falta de recurso, eram outros tipos de ações e outros tipos de atitudes que nós estamos procurando tomar e não falta de recursos. Eu acho que toda essa questão que aconteceu no leite agora em Minas Gerais não foi nem falta de pessoal e nem falta de recurso, nos casos da Casmil e da outra que o Senador citou, as duas não foi nem falta de fiscal que estava lá 24 horas por dia dentro e nem falta de recurso, foi outra coisa.

Agora, evidentemente, que nós temos que mobilizar recursos sempre que for necessário. Eu acho que

há setores que precisam de mais recursos na área da agricultura. Eu concordo com isso, nós estamos trabalhando para isso, mas antes de tudo está faltando capacidade, planejamento e capacidade operacional. No caso da fiscalização, há mudança do sistema que era um sistema de 1914, evidentemente, eu acredito que vai dar uma outra dinâmica e uma outra forma operacional que dê condições de, efetivamente, tratar com mais profundidade as questões.

Deixa-me ver se faltou aqui uma questão. O Deputado João Pedro levantou-se a questão das penalidades no caso específico, eu diria que isso agora é uma questão de polícia, uma questão da Justiça, quer dizer, afinal é uma quadrilha, efetivamente é uma questão de polícia, é claro, todos os resultados que vieram agora do inquérito serão aplicados tanto em relação aos servidores que foram envolvidos através do ritual próprio, como as penalidades, a Justiça vai determinar que devam ser tomadas e de preferência que elas sejam extremamente rigorosas e, agora, evidentemente existem as Leis a serem aplicadas.

Quanto aos lotes efetivados, todos os lotes foram retirados das prateleiras, é claro que a ANVISA vai falar nesse assunto, o Procon vai falar nesse assunto. O Ricardo também vai falar nesse assunto, mas todos foram retirados. E os demais lotes que estavam, foram feitos exames específicos laboratoriais dos demais, das mesmas empresas, foram feitos e constatado que não apresentavam nenhum vício, foram mantidos nas prateleiras, mas o que estavam naquelas citações, foram todos efetivamente retirados.

Agora qual é o destino que se dá ao leite vencido? Normalmente a ração animal. É retornado para ração animal. É o leite. Ele é retirado e normalmente é ração animal.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Essa sobra de leite é usado para ração animal?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Ração animal. É tenho a impressão que eu respondi mais ou menos todas as perguntas que aqui foram colocadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, bem rapidamente, das duas cooperativas, da Coopervale e Casmil, quem mais cometeu essa fraude?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Veja bem. A Polícia Federal está com o inquérito todo. Quer dizer, eu já me reuni, já estive junto com a Polícia Federal, aliás, junto a ANVISA também, nós tivemos uma reunião os três.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A ANVISA pode responder isso?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não. Mais quem foi envolvido? Têm alguns que estão em segredo e outros que foram divulgados, quer dizer, foram os diretores e funcionários do Ministério da Agricultura também e foram funcionários da empresa e o químico que todos já conhecem. São 18 pessoas que estão envolvidas nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Ministro. Vamos ouvir a Dra. Maria Cecília para suas considerações finais também.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Primeiro falar sobre as multas e penalidades, independente das autuações das outras instituições, a ANVISA, através das Secretárias estaduais e municipais, com certeza, estarão fazendo um Processo Administrativo culminando com penas de infração, forem encontradas nos laudos oficiais. A nossa multa varia de dois mil a um milhão e meio, isso nos Estados e Municípios também podem estar correndo, e de forma cumulativa na ANVISA sem nenhum problema, além disso, ela ainda pode ser em conjunto com outras penalidades como interdição, como a interdição cautelar, recolhimento do produto no comércio.

A questão também que eu gostaria de estar ressaltando aos senhores, a nossa atenção para que a questão da responsabilização do profissional e o seu Conselho de classe ser chamado a tomar também atitudes em relação ao profissional. Nós temos verificado e eu compartilho com os senhores da preocupação em relação à impunidade, não basta que os órgãos fiscalizadores, normatizadores tenham ações efetivas se as impunidades permanecerem e nesse questionamento, os Conselhos de classe podem trabalhar muito e podem estar colaborando.

Senador Sibá Machado que pena que o nosso número de ligações tenha impedido que o senhor falasse, com certeza, os nossos profissionais iam ficar muito felizes, de todo jeito e quero colocar para os senhores à disposição do disque saúde, onde lá temos as perguntas mais freqüentes, estamos trabalhando para estar sempre atualizando as perguntas mais freqüentes no 0800.611997 e, com certeza, a ANVISA tem uma ouvidoria muito atuante e vocês também podem acessar através de ouvidoria@anvisa.gov.br.

Também qual a informação que o consumidor tem, como ele deve se comportar? Nós estamos identificando algumas necessidades para que o consumidor utilize as informações que estão disponíveis na própria imprensa, no *site* da ANVISA.

Recomendamos, por medida cautelar, a não utilização dos lotes que estão descritos e quem já consumiu, sem muito desespero, tenha em mente a preocu-

pação com os sintomas. Acredito que nessa conjuntura já foram recolhidos todos os lotes e a partir das nossas análises com a nossa Câmara Técnica de alimentos, com certeza, teremos novas orientações e quem sabe, até de estar reduzindo o problema mesmo.

Eu queria dizer para os senhores que o Estado do Ministro tem uma experiência valorosa no trabalho conjunto de Vigilância Sanitária, PROCONs e a Secretaria de Agricultura existem um projeto exitoso lá no Paraná, em que a ação conjunta mudou radicalmente o desempenho dessa área lá no Estado e que nós esperamos que esse desconforto dessa competência, tão mal distribuída, seja reduzida pedagogicamente como eu falei.

Ao mesmo tempo, eu quero dizer para os senhores que a ANVISA está atenta as questões relacionadas principalmente a redução da nutrição, da capacidade nutricional que tem sido oferecido e também em relação às doenças não transmissíveis que são as doenças que mais preocupam o Sistema Único de Saúde, nesse momento, como diabetes e hipertensão e toda a situação que podem ocorrer em função de algumas não conformidades que encontrarmos, com certeza, estaremos de forma transparente colocando para todos os senhores. Muito obrigada. Obrigada pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Maria Cecília. Convidamos para suas considerações finais o Dr. Rodrigo Alvim.

SR. RODRIGO ALVIM: Senador, dizer apenas da nossa grande expectativa de que tomemos um rumo diferente nessa questão do controle da qualidade de nossos produtos lácteos no Brasil. A grande esperança que temos nessas novas ações do Ministério da Agricultura e dizer que por outro lado, Sr. Ministro, nós não perderemos o foco e ficaremos sempre atentos na tentativa de lhe ajudar naturalmente o nosso Ministério, para estar cada vez mais, rigoroso com relação a essa ação.

Por fim, Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, eu tenho aqui um conjunto de documentos, eu não sei se é de interesse dessa Comissão tê-lo à mão. Eu poderia deixar com o senhor, gostaria de relatar apenas dois documentos que nós achamos importantes pela tentativa de organização do setor leiteiro brasileiro. Primeiro um documento que foi criado dentro da nossa Câmara Setorial Direito e Derivados, logo no início dessa Câmara nós fizemos um trabalho grande, um trabalho que envolveu muitas pessoas do Brasil inteiro na alternativa de leite de longo prazo para adequar a produtiva do leite no Brasil.

Já nessa época, e esse trabalho é de 2004, já dizíamos da necessidade da se monitorar melhor a questão da qualidade do leite no País.

E por último, uma carta que foi entregue ao Sr. Ministro da Agricultura, carta essa que surgiu de dentro de uma Seminário, de um Congresso no exterior do Estado do Paraná, em Foz de Iguaçu, quando de novo nós falávamos da nossa preocupação com a questão do monitoramento da qualidade do leite no País.

Portanto, são documentos esses, o último do Sr. Presidente da República, foi entregue no ano de 2002, são documentos que externam de forma objetiva e clara a preocupação da nossa Comissão de Agricultura, de Pecuária Leiteira da CNA e da nossa própria Câmara setorial junto ao Ministério, com relação ao assunto.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui junto com os Srs. Senadores e continuo a disposição dos senhores a qualquer momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Dr. Rodrigo Alvim, ou seja, os documentos serão muito úteis certamente para o trabalho desta Comissão. Ouviremos agora nessa parte final, o Dr. Ricardo, o nosso palestrante também do dia.

SR. RICARDO MORISHITA WADA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria utilizar essa minha intervenção final para agradecer as perguntas do Senador João Pedro e Senador Sibá Machado que nos dá a oportunidade de falar um pouquinho mais sobre a efetividade das multas e das sanções a serem aplicadas nesses casos se constatadas de fato todas as irregularidades.

Em um primeiro momento, eu queria registrar que todas as infrações ao Código de Defesa do Consumidor resultam em multa que vão de 200 a 3 milhões de reais, isso é o patamar estabelecido em relação ao Código de Defesa do Consumidor e, portanto, a aplicação que é possível em um segundo momento, eu queria registrar também toda a preocupação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor com a interpretação que o comerciante faz da sua responsabilidade.

Eu queria deixar absolutamente claro, que o comerciante, a partir do momento em que a notícia pública do produto defeituoso, do produto que causa risco à saúde e a segurança é noticiado, que o próprio comerciante não deve mais comercializar esse produto, ele tem a responsabilidade de retirar esse produto.

Se o comerciante continua a comercializar esses produtos, ele própria comerciante, pode responder por uma sanção própria, ele pode responder multas que vão de 200 a três milhões de reais, isso é importante, não só no caso de alimento, mas é principalmente também em todos os produtos que passam por um

processo de chamamento, por um processo de convocação, de *recall* no sistema nacional de defesa do consumidor.

Se um carro é sujeito a chamamento, ele tem um defeito e, posteriormente, o lojista continua vendendo esse carro de maneira inadequada, ele também responde pelas sanções, se o dono do supermercado continua a vender esses lotes, coisa que eu não imagino que possa ocorrer no dia de hoje, mas se for encontrado esses leites interditados pela ANVISA ou pelo Ministério da Agricultura, o comerciante irá responder essa sanção.

Fica claro para os consumidores nos lugares em que eles adquiriram, reafirmo, eles podem fazer a denúncia, porque o estabelecimento fica sujeito à sanção, isso é uma das formas de agir do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

As reclamações podem ser encaminhadas os Procons e eles poderão aplicar essa sanção, como já o fazem rotineiramente. Com relação à ação, Senador João Pedro, parece muito estratégico, muito adequado que Os órgãos federais possam aproveitar suas ações. Se o Ministério da Agricultura constata uma irregularidade, aplica a sanção, o fornecedor se defende, e a final paga o valor estipulado como a multa, há também o efeito extra Ministério da Agricultura, desse Processo Administrativo.

Na medida em que a sanção foi aplicada, a conduta foi reconhecida, e após o devido processo legal, o processo transitou e terminou no Ministério da Agricultura, essa sanção, essa conduta, que foi materializada lá, pode sim ser o substrato, pode ser o fundamento a uma ação coletiva de reparação de danos dos consumidores. Vamos fazer um exercício hipotético, imagina que os 18 casos da ação conjunta entre o Ministério da Justiça e Agricultura resultem em autos da infração transitados em julgado no Ministério da Agricultura. Esses casos poderão dar origem não apenas as multas que serão aplicadas pelo Ministério da Agricultura de 16 mil reais, mas eles poderão fundamentar uma ação coletiva de reparação e a gente poderia estar falando de valores muito mais significativos envolvendo todo o lote, toda a quantidade de produtos colocados no mercado, poderia se estipular, inclusive, o valor da reparação, o valor em dobro dos produtos comercializados como uma forma de reparação coletiva dos direitos dos consumidores.

Isso está previsto no Código de Defesa do Consumidor que foi aprovado por este Congresso em 1990 de uma forma unânime.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Dr. Ricardo. Isso pode ser entendido como retirar a empresa do mercado. É isso?

SR. RICARDO MORISHITA WADA: Claro que a natureza da ação reparatória não é uma natureza de confisco, até porque isso é vedado constitucionalmente, mas é claro que a gente está falando em uma efetividade maior e a gente está falando de valores que o Poder Judiciário vai decidir através de uma ação proposta, ajuizada por um dos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A gente está falando dos PROCONs, do Ministério Público ou mesmo das defensorias públicas ou de uma entidade civil.

Parece-me que é uma maneira do Estado trabalhar de uma forma articulada, de uma forma estratégica, de uma forma inteligente, porque esse conflito e levado ao Poder Judiciário e é estipulado no Poder Judiciário o valor da reparação. É claro que o valor da reparação não pode ter a natureza de confisco, mas ele tem que ser suficiente para demonstrar que aquela conduta não vale a pena, não pode ser feita porque há uma ofensa de toda a sociedade brasileira.

É essa ação que nós, de uma maneira tímida, realizamos no ano passado, que esse ano se mostrou valiosa e me parece que nesses 18 casos é algo para ser trabalhado e ao final do processo do Ministério da Agricultura nessa articulação inteligente, nós podemos dar uma resposta também a toda à coletividade da forma de reparação, porque esses valores uma vez pagos, serão recolhidos ao Fundo Federal de Direitos Difusos e podem ser utilizados posteriormente em ações educativas, em ações preventivas, em ações de saúde de várias outras formas.

Parece-me ser algo bastante inteligente. Eu agradeço a pergunta do Senador João Pedro. Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós agradecemos imensamente gratificados pelas explicações de tão importante tema, quando nos parece que as nossas Comissões estão mais para defender os produtores e os consumidores e o problema ficou no caminho dos grandes problemas que criaram para a sociedade brasileira e os esclarecimentos aqui dados pelo Dr. Ricardo, que eu quero agradecer pela presença e pelas informações, Dra. Cecília igualmente, Dr. Alvim, e o nosso Ministro que sempre está com nós, presente, trazendo toda as informações que a Comissão precisa. Eu quero agradecer penhoradamente em nome das Senadoras, dos Senadores, das Comissões de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente que também faz parte e, principalmente, da Comissão da Agricultura. Muito obrigado.

Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h26.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE,
DEFESA DO CONSUMIDOR E
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

ATA DA 34ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS.

Às treze horas e onze minutos do dia treze de novembro do ano de dois mil e sete, na Sala nº 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, JOÃO RIBEIRO, WELLINGTON SALGADO, VALTER PEREIRA, JONAS PINHEIRO, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, SERYS SLHESSARENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GARIBALDI ALVES, GERALDO MESQUITA** e **FLEXA RIBEIRO.** Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, o Senhor Presidente informa que a presente reunião destina-se à discussão e votação das emendas da Comissão ao Orçamento de 2008. Foram aprovadas pela Comissão as seguintes emendas de apropriação-acréscimo, relatadas pelo Senador **CÍCERO LUCENA**: **EMENDA Nº 01-CMA**: Tribunal de Contas da União – TCU – Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais, no valor de R$ 184.452.687,00, de autoria do Senador **ROMERO JUCÁ,** com alteração do anexo ao texto**; EMENDA Nº 02-CMA**: Ministério do Meio Ambiente – MMA – Educação Ambiental, no valor de R$ 50.000.000,00, de autoria da Senadora **SERYS SLHESSARENKO** e dos Senadores **ROMERO JUCÁ** e **INÁCIO ARRUDA; EMENDA Nº 03-CMA**: Agencia Nacional de Águas - ANA – PROÁGUA – Gestão, no valor de R$ 100.000.000,00, de autoria das Senadoras **FÁTIMA CLEIDE, LÚCIA VÂNIA, MARISA SERRANO** e **SERYS SLHESSARENKO,** e dos Senadores **GARIBALDI ALVES, INÁCIO ARRUDA, LEOMAR QUINTANILHA** e **VALDIR RAUPP** e **EMENDA Nº 04-CMA**: Ministério do Meio Ambiente – MMA – Gestão de Resíduos Sólidos, no valor de R$ 320.700.000,00, de autoria do Senador **CÍCERO LUCENA.** Usa da palavra o Senhor Senador **GARIBALDI ALVES.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, Secretário da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – **Senador LEOMAR QUINTANILHA,** Presidente ***.***

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 13/11/2007

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental declaro aberta a 34ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa da 53ª legislatura. Os senhores senadores que tiverem de acordo com a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, permaneçam como se encontram. Aprovada.

A pauta de hoje destina-se a discussão e votação das emendas da Comissão do meio ambiente, defesa do consumidor, fiscalização e controle, da primeira sessão legislativa da 53ª legislatura, ao projeto de Lei n° 30/2007, do Congresso Nacional, relativamente ao orçamento de 2008.

Nós tivemos a apresentação de 73 Emendas que o Relator designado, Senador Cícero Lucena, sobre as Emendas, vai se manifestar. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente, agradeço inicialmente a indicação como Relator de tão importantes emendas nessa Comissão com a sua abrangência e importância no Congresso Nacional, bem como as ações do Poder Executivo. Presidente, como o senhor já disse, o número de Emendas que foram apresentadas, foram 67, na verdade, apenas 25 tem, algumas delas, ou várias delas tem o objetivo repetido e 8 dessas 25 não são em órgãos não abrangidos pelas Comissão do meio ambiente, portanto não podemos admitir essas Emendas. E as demais referem-se ao Ministério Público federal, Tribunal de Contas e, na grande maioria, o Ministério do meio ambiente.

Então a minha posição, Sr. Presidente, é que nós possamos adotar como Emenda desta Comissão, itens que são muito importantes para o Ministério, porque não dizer para o Brasil como um todo, na preocupação que nós estamos tendo. Então a minha sugestão é que a primeira Emenda seja destinado ao pró-água, gestão para Ana(F), no valor de 50 milhões. A segunda Emenda destinada à educação ambiental, que todos nós sabemos da importância da educação ambiental--

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Garibaldi, nós vamos discutir a proposta.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Eu estou só relatando todas, e depois estaremos a disposição para debater. A segunda Emenda é destinada à educação ambiental, para o próprio Ministério, também no valor de 50 milhões de reais. Sabemos da importância da educação ambiental na conscientização do nosso povo e conseqüentemente as suas contribuições benéficas, que será oferecida ao país.

A terceira Emenda, Sr. Presidente, do Ministério do meio ambiente, é também da nossa autoria com essa preocupação que hoje toma conta do mundo todo, a questão do gerenciamento dos resíduos sólidos, já que no âmbito dessa Comissão, nós temos a Subcomissão de gerenciamento de resíduos sólidos, na qual eu tenho a honra de presidir, e nós consideramos que é muito oportuno pelas demandas, inclusive, dos municípios e aqui nós tenhamos uma Emenda no valor de 320 milhões e setecentos mil reais para a elaboração de projeto e apoios às cidades brasileiras na solução do gerenciamento do resíduo sólido. É uma Emenda da nossa autoria acatada, que espero que seja acatada por todos os demais membros Senadores. E por fim, a quarta Emenda é a do Tribunal de Contas da União que, além da aprovação da sua Emenda para a manutenção, cerca de cento e oitenta e quatro milhões, quatrocentos e cinqüenta e dois mil seiscentos e oitenta e sete reais, a aprovação também da Emenda de trecho destinada a inclusão e alteração do anexo ao texto. Então esse é o nosso voto e o nosso posicionamento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório apresentado pelo eminente Senador Cícero Lucena. Senador Garibaldi, tem V.Exª a palavra, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, a princípio essa Emenda a respeito da água e recursos para programas de água, recursos para a Ana, para a regulação, a princípio, ela girou em torno de cinqüenta milhões de reais. Mas depois foi constatada a necessidade de se aumentar essa quantia para cem milhões de reais. Então nós fizemos uma nova proposta no valor de cem milhões de reais e é essa a proposta que com a permissão do ilustre Relator, o Senador Cícero Lucena, nós estamos submetendo a essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir--

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Só para concordar, Presidente, como Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Registramos a concordância do Relator com a Emenda apresentada a Emenda à Emenda, apresentada pelo Senador Garibaldi. Senador Wellington, V.Exª deseja se manifestar? Não havendo mais quem queira discutir sobre o tema, entendo que as Emendas de Comissão escolhidas pelo Relator, com a aprovação dos eminentes membros dessa Casa refletem o sentimento que preside no Senado, de dar uma contribuição mais efetiva às ações que são desenvolvidas, sobretudo a essas questões relacionadas à defesa, à fiscalização e controle e a preservação ambiental.

Nada mais havendo a tratar, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. Com relação às Emendas de remanejamento, nenhuma delas atende ao requisito técnico de indicação de recursos necessários a serem excluídos da LOA , portanto, elas não poderão ser aprovadas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h18.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

ATA DA 35ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 11:30 HORAS.

Às doze horas e dezessete minutos do dia vinte de novembro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, SIBÁ MACHADO, EUCLYDES MELLO, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, JONAS PINHEIRO, MARCONI PERILLO, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, EXPEDITO JÚNIOR, GILVAM BORGES, GARIBALDI ALVES** e **FLEXA RIB**E**IRO.** Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Presente, também, o Senhor Senador **ARTHUR VIRGÍLIO**, não pertencente à Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta. **Item 01) REQUERIMENTO Nº 43, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "nos termos regimentais, requer seja realizada nesta Comissão audiência pública para tratar sobre a criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos pelo

Decreto s/nº de 21 de junho de 2006, e os problemas causados as 186 famílias de agricultores que residem na área desde o ano 2003, com os seguintes convidados: Dr. João Paulo Capobianco, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Sr. Albertino Marques da Silva, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Machadinho do Oeste". **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR. Resultado: Aprovado. Item 02) REQUERIMENTO Nº , DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea *a,* do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Sr. Jorge Hage Sobrinho, Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)". **Autoria**: Senador **AUGUSTO BOTELHO. Resultado: Adiado. Item 03) REQUERIMENTO Nº , DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que "requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea *a,* do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO)". **Autoria:** Senador **AUGUSTO BOTELHO. Resultado: Adiado. Item 04) REQUERIMENTO Nº 42, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que requer, "nos termos do art. 93, I e II, do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, com a convocação do Ministro da Defesa e com a participação, como convidados, dos Presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, da Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária – INFRAERO, da TAM Linhas Aéreas S.A., da Gol Transportes Aéreos S.A. e da nova Varig, VRG Linhas Aéreas S.A., a fim de averiguar e ouvir explicações acerca dos constantes atrasos e cancelamentos de vôos domésticos e internacionais nos aeroportos brasileiros". **Autoria:** Senadora **MARISA SERRANO** e Senadores **MARCONI PERILLO, ARTHUR VIRGÍLIO** e **JONAS PINHEIRO. Resultado: Aprovado. Item 05) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006 - NÃO TERMINATIVO** que "determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990". **Autoria:** Deputado **JOÃO HERMANN NETO. Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS. Parecer:** Pela aprovação do projeto na forma da Emenda Substitutiva que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "dispõe sobre o uso da palavra 'cancerígeno' em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Relator:** Senador **CÉSAR BORGES. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 523, DE 2007** - **NÃO TERMINATIVO** que "dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas". **Autoria:** Senador **MARCELO CRIVELLA. Relator:** Senador **JONAS PINHEIRO. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado: Aprovado. Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 506, DE 2007 - NÃO TERMINATIVO** que "altera a Lei 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que 'estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico', para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais". **Autoria**: Senador **MARCONI PERILLO**. **Relator "ad hoc":** Senador **JONAS PINHEIRO. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Aprovado. Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 45, DE 2006 – TERMINATIVO,** que "acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, no fornecimento de bens e serviços executados de forma contínua, o fornecedor deverá estender aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as condições oferecidas para adesão de novos consumidores". **Autoria:** Senadora **MARIA DO CARMO ALVES. Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 42, DE 2007 – TERMINATIVO,** que "altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 para acrescentar nova proteção contratual ao consumidor e considerar como prática abusiva cláusulas contratuais contrárias ao justo equilíbrio entre fornecedor e consumidor". **Autoria:** Senador **ANTONIO CARLOS VALADARES**. **Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com as Emendas nºs 01 e 02-CMA que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2003 - TERMINATIVO** que "institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente". **Autoria:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Relator:** Senador **SIBÁ MACHADO. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado: Adiado. Item 12) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumi-

dores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA. Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado. Item 13) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007- TERMINATIVO** que "acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências". **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS. Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado: Adiado**. **Item 14) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR. Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA. Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado: Adiado. Item 15) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 - TERMINATIVO** que "altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor". **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP. Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO. Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado: Adiado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **ARTHUR VIRGÍLIO, SIBÁ MACHADO** e **EXPEDITO JÚNIOR**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** Presidente.

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA REUNIÃO REALIZADA EM 20/11/2007

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Havendo número regimental, declaro aberta a 35ª Reunião Ordinária da Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Submeto à apreciação do Plenário a inversão de Pauta, iniciando com o Item 07, cujo Relator, Senador Jonas Pinheiro. Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Começamos, então, com o Item 07, Projeto de Lei do Senado n° 523/2007, que Dispõe sobre a Política Nacional de Sementes de Mudas. É um Projeto de autoria do Senador Marcelo Crivella e tem como Relator o Senador Jonas Pinheiro, a quem concedo a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Presidente, esse Projeto, ele é um Projeto que vem fazendo uma complementação à lei de cultivares; a lei de cultivares é uma lei que já foi aprovada aqui, há alguns anos atrás, tem prestado um grande serviço ao país porque, através dessa lei é que foi valorizada a produção de sementes e mudas, principalmente pelas empresas que produzem sementes, que foi instituído o *royaltie* da semente. Enfim, é uma lei que hoje melhorou muito o sistema de produção de semente no Brasil. E esse Projeto, de autoria do eminente Senador Marcelo Crivella, ele vem, com palavra mais simples, complementar aquela lei.

Esse Projeto era discutido aqui na CMA, mas ainda vai ser discutido em outras Comissões, e ele tem como a Comissão, de forma terminativa, é a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eu sei que existem propostas de Emendas a incluir nesse Projeto de Lei, mas eu entendo que vamos aprovar aqui, nessa Comissão, e depois, os entendimentos para melhorar o Projeto, para fazer o enxerto devido. Espero fazer na Comissão de Agricultura e Política Rural do Senado Federal.

Sr. Presidente, é um projeto Simples, como eu disse, vem enriquecer o Projeto de Lei de Cultivares, e como é um assunto que V.Exa. conhece e eu também tenho bastante noção sempre o caso, muito mais do que isso, sementes e mudas melhoradas são sinal de produtividade; é sinal de mais riqueza, portanto, como o meu voto, eu faço a opção pela aprovação do Projeto de Lei do Senado, como foi emitido, redigido pelo Senador Marcelo Crivella, com apenas uma Emenda de redação, e espero fazer os devidos enxertos e acertos na Comissão de mérito, que é a Comissão de Agricultura e Política Rural. Esse é o meu Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. tem razão, apesar de

haver uma consciência plena no meio rural, de que o uso de semente melhorada efetivamente contribui para o índice de produtividade, além de outras vantagens adicionais, encontra-se alguma resistência basicamente em razão do interesse do setor em buscar redução de custos. Mas nós entendemos que esse Projeto deverá merecer uma discussão mais ampla na Comissão de Agricultura, como V.Exa. muito bem acentuou.

Em discussão o relatório do Senador Jonas Pinheiro. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Senador Jonas Pinheiro, V.Exa. poderia relatar para nós o Item 08. Passaremos, então, ao Item 08 da Pauta, Projeto de Lei do Senado, n° 506/2007, proposta que altera a Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que "estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais". É um Projeto de autoria do Senador Marconi Perillo; o Relator é o Senador Cícero Lucena. Eu convido V.Exa. para funcionar como Relator *ad hoc*, Senador Jonas Pinheiro. Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é o Projeto de Lei do Senado n°. 506, que "altera a Lei 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais".

O Senador Marconi Perillo, que é autor dessa matéria, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena. Portanto, são dois, um é ex-Governador e o outro é ex-Prefeito. Todos eles têm pleno conhecimento da matéria, e por certo este Projeto, ele vem melhorar e muito, Sr. Presidente, a recente lei que nós aprovamos nessa Casa, que é a lei de saneamento básico. Essa lei, esse Projeto atende aos requisitos de constitucionalidade, jurisdicidade e regimentalidade, exigidos para a sua aprovação, expressa em boa técnica, encontra amparo ao art. 21, XX da Constituição Federal, que estabelece a competência da União para dispor sobre as diretrizes para a prestação de serviço de saneamento básico, bem como no art. 61, que determina o campo legislativo de iniciativa Parlamentar.

Portanto, Sr. Presidente... Então, Sr. Presidente, o mérito, como eu disse, é de dois Senadores experientes, muito práticos, um Prefeito, outro Governador, e a matéria é a matéria que é de competência dessa Comissão. Ante a razão exposta, voto pela aprovação do PLS n°. 506/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o relatório expedido. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Voltamos ao Item 07, aliás, ao Item 04. Requerem, nos termos do art. 93, I e II do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública, com a convocação do Ministro da Defesa e com a participação, como convidados, dos Presidentes da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC; da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO; da TAM Linhas Aéreas S.A.; da Gol Transportes Aéreos S.A. e da nova VARIG, VRG Linhas Aéreas S.A., a fim de averiguar e ouvir explicações acerca dos constantes atrasos e cancelamentos de vôos domésticos e internacionais nos aeroportos brasileiros.

Requerimento de autoria da eminente Senadora Marisa Serrano e dos Senadores Marconi Perillo e Arthur Virgílio, subscrito também pelo Senador Jonas Pinheiro, a quem concedo a palavra para a apresentação do Requerimento.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eminente líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Marconi Perillo, Sr. Presidente, ele expressa esse Requerimento da seguinte forma: No exercício de sua função fiscalizadora e tendo em vista que já se encontram rotineiros atrasos e o cancelamento de vôos domésticos internacionais nos aeroportos brasileiros, o Senado da República não pode se omitir diante desse que é um dos mais inquietantes problemas do Brasil, afetando a vida de milhares de cidadãos, aos quais raramente são oferecidas explicações convincentes.

A regra tem sido a omissão das empresas aéreas e dos responsáveis pelos terminais de embarque, sem que aos usuários do transporte aéreo sejam prestadas as devidas considerações, informações e acompanhamento. Quase sempre, os passageiros são mantidos em sala de espera dos aeroportos, inclusive, permanecendo horas a fio, às vezes, dias, invariavelmente, à míngua de informações. Essa é uma situação que perdura há mais de um ano, sem que se possa vislumbrar alguma solução, nem mesmo a longo prazo.

O assunto é de relevante interesse público, já não comportando protelações e averiguações em causa. Daí a justificativa para que a Comissão venha a promover a Audiência Pública proposta pela Senadora Marisa Serrano, pelo Senador Marconi Perillo e com a solidariedade de alguns Senadores, inclusive, o líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio. Essa é a justificativa do Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Obrigado, Senador Jonas Pinheiro. Em discussão o Requerimento. Senador Artur Virgílio, tem V.Exa. a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sr. Presidente, o relatório do Senador Jonas Pinheiro traz a marca da competência da S.Exa. E o Requerimento, assinado em primeiro lugar pela Senadora Marisa Serrano e pelo Senador Marconi Perillo, e assinado por alguns outros Senadores, a começar por mim próprio, ele, a meu ver tem toda a procedência. Uma coisa bem simples, como cidadão, eu estou processando a Gol, duas vezes e vou fazer 30, 40, em relação a ela e a outra companhia, qualquer uma, ou seja, a que inadimplir um compromisso comigo.

Todos nós, profissionais, marcamos os nossos compromissos e temos que cancelá-los, readaptá-los em outro horário, enfim, isso prejudica a economia, prejudica o lazer de brasileiros que têm direito a férias, prejudica o tratamento de saúde de pessoas muito humildes, muitas vezes, que viajam para vir a um Sara Kubitschek, com dores lancinantes, com dores terríveis, e esbarram num sistema que não foi mexido até agora. Eu tenho profunda admiração e profunda amizade pelo Ministério Nelson Jobim, mas acredito que está na hora de nós irmos aos finalmentes. O Ministro Nelson Jobim já deu as declarações todas à imprensa, já fez tudo que tinha que fazer, do ponto de vista, do grande parlamentar que foi, ele já cumpriu muito bem a sua parte. Mas, e onde estão as modificações sistêmicas? Aonde está a opção sobre se o sistema deve ser civil ou militar? Onde estão os investimentos-chave nos ILS, que são os aparelhos que dão segurança ao pouso, nas horas de neblina, de nevoeiro? Onde está a solução para os problemas dos controladores, que precisam ganhar mais do que ganham?

O Governo foi flácido e tratou aquilo como um sindicato qualquer, rompeu com a hierarquia militar, levou um pito dos militares, o que é ruim, na democracia, a gente voltar a isso. E depois foi brutal com os controladores, que estão trabalhando sob recalque, estão trabalhando sem nenhuma boa-vontade. A questão salarial deles tem que ser resolvida, tem que ser resolvido muito mais, Sr. Presidente; nós temos que ver as pistas dos aeroportos, nós temos que... Fizeram muita boutique, muita brincadeira com o dinheiro público, isso já foi alvo de uma CPI, houve um substancioso relatório do Senador Demóstenes Torres a esse respeito. E nós vimos muita... Muita atenção ao lado cosmético dos aeroportos, com obras suntuárias e pouca segurança ao passageiro.

Eu fico vendo, por exemplo, Congonhas... Congonhas não tinha aquela área em que a terra segura, depois, que fica fofo, aí, segura o avião, tem uma pista que não permite erro. Imagine, quem é que não erra? Eu erro, como Senador; o piloto pode ter errado, mas, se o piloto tivesse errado em Guarulhos, em Viracopos ou no Galeão, não teria havido aquele acidente, e seguramente não teria havido um acidente naquela proporção brutal, com tantos mortos, com tantas famílias dizimadas, tantas famílias ceifadas no seu cerne de união.

Então, ali não dá para errar; ali virou uma roleta. Então, devia transformar aquele aeroporto em aeroporto de Las Vegas; virou uma roleta. Se o piloto não pode errar, é Las Vegas, é jogo, é Black Jack. Eu não quero isso para mim, nem para ninguém que viaja de avião; não quero isso para os brasileiros.

Os cuidados foram tomados depois, aquelas ranhuras, os *groovings*, não foram feitos a tempo. Essa história de ver se está chovendo, se não está chovendo... Se está chovendo, vai para o outro aeroporto. Se não está chovendo, pousa ali; se está chovendo e tem que pousar ali, pousa de qualquer maneira, arriscando a vida de pilotos, de comissários, de tripulantes, de passageiros... Eu não consigo aceitar que isso seja para o Brasil, que o Brasil possa imaginar que vá fazer turismo desse jeito, que o Brasil possa apresentar esse recorde, de um número X de meses, cai um avião, e teve uma diferença, que eu não quero fazer humor negro aqui, mas estava caindo avião grande, agora está caindo avião pequeno, essa que é a verdade. Outro dia caiu um pequenininho.

E o Brasil, apresentando esses números para fora. Turista olha e fala: “O que é isso?” Fazer turismo de aventura é melhor um safári na África, do que vir para cá, se arriscar a não curtir algo que é de se curtir, quando está em férias, que é uma boa viagem aérea, distraído em companhia da sua família, em companhia dos seus amigos, enfim, ou em viagem de trabalho, que tudo deve ser cercado de segurança. A gente sempre disse: “O meio mais seguro de transporte é o avião”. No Brasil, isso está em cheque, está em dúvida.

Devo dizer a V.Exa. ainda, ao encerrar, que nós temos uma instrução muito clara, passada à bancada do PSDB. A gente pode estar fazendo obstrução a qualquer coisa, quando vier matéria da ANAC, da lavra do Ministro Nelson Jobim, é para suspender a obstrução e votar. Então, nós estamos esperando, ou seja, o que vier da ANAC, nós vamos votar. Nós vamos dar ao Ministro Jobim todos os instrumentos para que ele acerte, e eu torço sinceramente, inclusive como amigo pessoal dele que sou, para que ele acerte; se não acertar, não é por questão nossa, não é por boicote nossa, não é por incompreensão nossa.

Então, os instrumentos todos, nós queremos dar; estamos aqui prontos para discutir essa discussão, que é momentosa. E o Requerimento se refere à convocação do Ministro da Defesa, Nelson Jobim; dos Presidentes da ANAC; da Empresa Brasileira de Infra-

estrutura Aeroportuária – INFRAERO; da TAM Linhas Aéreas; da Gol, que agora é minha freguesa, qualquer dia pode ser a TAM, mas, por enquanto, é a Gol; eu estou com dois processinhos. Eu estou com medo de virar aquele, como é que chama? Aquele querelante viciado, querelante compulsivo, aquele que, por qualquer coisa, processa o condomínio dele, enfim, eu não quero cair nessa neurose, mas eu estou com uma determinação: atrasou vôo uma hora, meu, ao invés de vir para casa, para voltar correndo, eu vou fazer o que a Ministra mandou: eu vou relaxar, só que, ao invés de fazer a outra parte, que ali não é lugar para isso, eu vou tranqüilamente eu vou ao juizado de pequenas causas processar a empresa que me fez perder compromissos ou palestras em outro Estado ou compromissos em Manaus. Então, eu vou adaptar o negócio da Ministra: Atrasou comigo, eu relaxo e processo... Relaxo e processo. Ela prefere outras coisas, eu relaxo e processo, enfim. E, aí, vou cumprir isso.

Tem que vir a nova VARIG, a VARIG Linhas Aéreas, para nós discutirmos o que esse pessoal todo está pensando. Eu tenho a impressão de que será um belo momento aqui na Comissão, tão bem presidida por V.Exa., vai ser um belo momento, um belo momento de debate, momento de divergência saudável, de convergência salutar também, em muitos pontos de vista, e que nós sairemos daqui mais esclarecidos, o povo também; o povo está simplesmente atônico com tudo isso. Eu quero saber do Ministro o que pensa para solucionar a questão. Eu quero saber das empresas uma porção coisas, uma porção de coisas. Por que é que não colocam pessoas preparadas para nos dar as explicações? Por que é que não dizem com sinceridade as razões dos atrasos dos vôos? Por que é que deixam as pessoas esperando duas horas, para depois dizer que o vôo foi cancelado? Por que é que não fazem a parte delas, enfim... E a INFRAERO tem muito que explicar, eu não quero ficar revolvendo culpa de quem é, culpa de quem não é, mas o fato é que não foi por falta de dinheiro na mão da INFRAERO que se viu aquele caos de Congonhas. Não me consta que nenhuma boutique daquelas tenha caído ali, tenha caído na cabeça de alguém. Então, ninguém morreu por causa das obras suntuária. Eu tenho a impressão até que alguns espertos podem ter passado a viver melhor. Mas quem passou a viver muito pior foi o meu amigo Pôncio de Leon(F), que perdeu a esposa e a filhinha, amazonense, família de amazonenses; esposa foi ao Rio Grande do Sul e ele não conseguiu mais ver a esposa; ele pegou um outro vôo, ele não se perdoa por isso, ele pegou um outro vôo para as duas irem juntas; ele escapou e as duas morreram. Ele não podia adivinhar, senão ele teria ido no "vôo da morte" ou não teria ido no "vôo da morte" e teria salvado, com certeza, a sua esposa e a sua filhinha. Então, eu quero saber isso. A gente deve satisfação a essas pessoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Agradeço ao Senador Arthur Virgílio as ponderações que faz a respeito do requerimento apresentado. E gostaria de fazer uma ponderação com S.Exa. e com os demais membros dessa Casa, porque o Requerimento propõe a convocação do Sr. Ministro e o convite das demais autoridades. Nós entendemos que, com essa mudança na área institucional, que é responsável pelo vôo, é de se esperar que providências sejam adotadas para resolver definitivamente os problemas que envolvem o tráfego aéreo brasileiro. Mas a ponderação que faço é que se nós não deveríamos substituir a convocação de Ministro por um convite inicialmente e, aí, eu tenho convicção de que S.Exa. sempre atendeu aos convites formulados por esta Casa. Com V.Exa. a palavra.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Isso, a Constituição deixa uma lacuna, porque a Constituição, ela é, de certa forma grosseira, a Constituição diz assim: "Convoque o Ministro". E os outros convidam e, depois, a gente aqui, por cortesia, faz o convite. Eu tenho a impressão de que a gente deveria pensar mesmo numa PEC para mudar isso, para aprovar isso a toque de caixa e prever as duas possibilidades, ou seja, o convite, que é o que caberia aqui agora, porque o Ministro virá, certamente, tenho certeza que virá, e a convocação para o caso dos Ministros que não queiram vir. Porque, o que é que acontece hoje? Alguém que está em casa nos ouvindo diz: "Não, eles querem, eles estão com implicância com o Ministro". Não é. Porque a Constituição nos diz que a gente deve convidar uns e convocar outros, depois, a gente transforma em convite, Como V.Exa. está sugerindo, mas talvez fosse melhor nós patrocinarmos, nós quatro aqui, que estamos presentes, patrocinarmos uma Emenda Constitucional para nós estabelecermos a possibilidade do convite, para não parecer que é uma grosseria, que é uma imposição ao Ministro, que nunca se recusou ao debate nunca. Brilhante Ministro, que foi importantíssimo na confecção da Carta Constitucional Brasileira, brilhante jurista, figura afeita ao debate... Se o Jobim tiver defeito, talvez seja o de gostar demais do debate, não o de fugir do debate.

Enfim, eu gostaria muito de fazer isso: Convite, se o Jonas e o Expedito concordarem, o convite agora e pensar numa PEC nossa, estabelecendo a mudança, Jonas, e desculpa, o Senador Sibá que estava aqui, o Senador Sibá Machado, estabelecendo na Constituição a possibilidade, tanto do convite quanto da convocação e, nesse caso, não caberia algo referente do convite.

Se os companheiros concordassem, nós poderíamos fazer, em conjunto, nós cinco, uma PEC.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Para discutir?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exa. a palavra, Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Em primeiro lugar, eu considero o Requerimento pertinente. Nós vamos chegar próximo do final do ano agora, cada dia que passa é contagem regressiva, e uma coisa tem me preocupado, Sr. Presidente, que desde os anos 60, eu morava próximo a um aeroporto, e observava as companhias aéreas, parece que é um mal da economia nesse país, ter sempre uma empresa emergindo e uma outra submergindo.

Então, a VARIG comprou a Cruzeiro, depois, tivemos a ascensão da VASP, depois a quebra da Transbrasil, depois a própria VASP, surge a TAM; depois da TAM, a Gol... Outras regionais que tentaram, agora a nossa surpresa da BRA. Então, tem uma situação realmente que vem de um tempo que eu gostaria até de observar melhor esse histórico do serviço aeroviário.

Então, eu acho que são importantes as sugestões feitas aqui, de consertarmos melhor o que está previsto na Constituição sobre convite e convocação e, já que V.Exa. fez uma sugestão, eu acho que o Senador Arthur Virgílio concorda com ela, seria importante, devido ao prazo que nós temos, já estamos indo próximo ao final do mês de novembro, que a gente consiga convencer o Ministro para vir com uma certa brevidade e todas os demais que estão aqui citados para que a gente tenha, quem sabe, aqui um esclarecimento melhor para toda a Nação, de como deve ser o plano que a ANAC e todas as instituições envolvidas no serviço aéreo, apresente para o país, para que a gente deixe bem claro para a população o que vai ocorrer na qualidade do atendimento do final do ano até, com certeza, a conclusão do período festeiro brasileiro, que não só o Natal, o Ano Novo, como também o Carnaval.

Então, o que eu quero pedir a V.Exa. é que a gente consiga convencer o Ministro para vir com uma certa brevidade. E, no caso de convite, eu tenho certeza de que ele vai se esforçar para estar aqui presente e trazer as informações que se fizerem necessárias.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Continua em discussão. Não havendo quem queira constituir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado. Uma vez aprovado, nós procuraremos imediatamente manter o contato com o Ministro, para que ele, em aceitando o convite, possa comparecer o mais rápido possível a essa Comissão, promovermos, realizarmos essa Audiência Pública, exatamente para discutirmos, com tempo, como é que vai ser esse próximo final de ano.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Presidente, pela ordem?

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu gostaria de solicitar de V.Exa., se ainda temos possibilidade de discutirmos o Item 01 da Pauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Vamos fazê-lo exatamente agora. Passamos ao Item 01. Requerimento, nos termos regimentais, para que seja realizada nesta Comissão audiência pública para tratar sobre a criação do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, pelo Decreto s/nº de 21 de junho de 2006, e os problemas causados às 186 famílias de agricultores que residem na área desde o ano 2003", com os seguintes convidados**:** Dr. João Paulo Capobianco, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e o Sr. Albertino Marques da Silva, Presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Machadinho do Oeste. Tal Requerimento tem como autor o eminente Senador Expedito Júnior, a quem concedemos a palavra para a sustentação oral do seu Requerimento.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Sr. Presidente, nos causou, assim, uma certa estranheza a rapidez e, ao mesmo tempo, como o Presidente criou um novo Parque, que atinge o Estado de Rondônia, atinge também o Estado dos Amazonas, atinge também um pedaço do Estado do Mato Grosso, e foram pegas de surpresa, praticamente 186 famílias, que ali já tem o documento da área, ali já investiram, já tem o investimento, há anos, trabalhando na terra. E causou um certo transtorno a todo mundo.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de... Eu recebi uma reivindicação, visitando o município de Machadinho do Oeste, eu recebi uma reivindicação e uma preocupação dos Presidentes das associações e também dos moradores; fizeram lá uma caravana dos moradores que estão sendo atingidos na criação deste novo Parque Nacional dos Campos Amazônicos.

Então, eu gostaria de discutir, Sr. Presidente, e, de repente, buscar aqui o entendimento... Buscar o entendimento com o Governo, e aí, de repente, eu estou sugerindo aqui o Dr. João Paulo, e também sugerindo o Presidente da Associação, eu não sei aqui, o Senador Sibá, e se, de repente, tivesse mais alguém

que gostaria de trazer, se mais alguém dessa Comissão gostasse de oferecer mais nomes para que nós pudéssemos discutir, eu gostaria que fosse discutido, que fosse aprovado e que V.Exa. marcasse uma data para que nós pudéssemos fazer, ainda este ano, essa Audiência Pública, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Em discussão o Requerimento apresentado. Senador Sibá Machado, tem V.Exa. a palavra.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Eu quero fazer uma sugestão ao Senador Expedito, se talvez ele não achasse até, de certa forma, mais produtivo, se a gente, sem nenhum prejuízo, de ter a Audiência Pública, mas se a gente pudesse convidar os representantes dessa comunidade, V.Exa. e mais alguma pessoa que queira participar, para uma reunião exclusiva para tratar do assunto, com o Dr. João Capobianco, que está sugerido aqui. Porque nós estamos com uma série de áreas parecidas com esse caso aqui, Sr. Presidente, e que talvez a gente, como precisa de uma certa explicação mais rápida e talvez uma tomada de providência mais rápida, eu queria até me entender melhor, porque são vários casos aonde teve a sobreposição de terra indígena com a ocupação agrícola ou vice-versa ou, às vezes, a área decretada e, depois ocupada, e tem vários casos como esse. Então, já tivemos uma situação parecida no Pará. Depois de todo um acordo feito, estava tudo resolvido, todos os entes locais chegaram a um entendimento que deveria desmembrar da área determinada como área indígena para o assentamento, depois o Ministério Público não concordou, porque aqui, entre uma atitude local, uma atitude do Poder Executivo, tem também, às vezes, o contraditório do próprio Ministério Público, que, às vezes, até por força de lei, desmancha o conteúdo de um acordo. E talvez a gente, fazendo uma conversa como essa, a gente poderia pontuar tudo que é, digamos assim, da competência do próprio Poder Executivo, como aquilo que poderá vir a ser contestado pelo Ministério Público... Uma situação parecida com outras, que eu já acompanhei. E eu queria sugerir talvez um encaminhamento como esse. Não sei se deixaria, talvez, o Requerimento para a gente buscar uma reunião o mais rápido possível com ele, e não tendo, digamos assim, um fruto, porque, na Audiência Pública, o meu temor é que seja em um dia que tenha muito assunto aqui na Casa, esvazie talvez a possibilidade da gente ter um bom debate, talvez a qualidade da solução do problema não fique a contento. Então, eu queria sugerir talvez este encaminhamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Senador Expedito, quer se manifestar a respeito da sugestão apresentada pelo Senador Sibá Machado?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Eu vou fazer uma outra sugestão ao Senador Sibá. Vamos aprovar o Requerimento, deixa aprovado e sobrestado na Comissão. Eu deixo aí que o nobre Senador marque essa Reunião, me avise com antecedência para que eu possa trazer o pessoal lá do meu Estado. E, eu entendendo que foi suficiente a Reunião, depois eu retiro o Requerimento da Audiência Pública, mas eu gostaria já de deixar aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): V.Exa. apresenta uma sugestão para atender à sugestão do Senador Sibá Machado?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO): Isso.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): O Senador Sibá Machado concorda?

Muito bem, em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

Agradecemos aos eminentes Senadores pela participação nessa Reunião. Está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 12h49.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS NOVE HORAS.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **MARCELO CRIVELLA,** Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, HERÁCLITO FORTES, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA,**

ARTHUR VIRGÍLIO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, FÁTIMA CLEIDE, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, GARIBALDI ALVES FILHO, FLEXA RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, RENATO CASAGRANDE, VALDIR RAUPP, MARIA DO CARMO ALVES, MARCO MACIEL e ELISEU RESENDE. Justificaram a ausência os Senhores Senadores **MOZARILDO CAVALCANTI e SÉRGIO ZAMBIASI.** Deixam de comparecer os demais senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente em exercício, Senador Marcelo Crivella dá início à apreciação da pauta da Reunião que se destina a ouvir em Audiência Pública o Almirante-de-Esquadra **JÚLIO SOARES DE MOURA NETO,** Comandante da Marinha, para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre o programa nuclear da Marinha, em atendimento ao Requerimento nº 45, de 2007–CRE e Requerimento nº 16, de 2007–CCT, ambos de autoria dos senadores Augusto Botelho e Marcelo Crivella, aprovado no dia 05/05/2007. O Presidente, em exercício, convida o Sr Senador Augusto Botelho a acompanhar o Almirante-de-Esquadra **JÚLIO SOARES DE MOURA NETO,** Comandante da Marinha, e o Contra-Almirante Carlos Passos Bezerril para compor a Mesa. O Presidente, em exercício, concede a palavra ao Senhor Comandante da Marinha para fazer sua exposição. O Presidente, em exercício concede a palavra aos Senadores **RENATO CASAGRANDE e ROMEU TUMA.** O Presidente, em exercício, concede a palavra ao Contra-Almirante **CARLOS PASSOS BEZERRIL.** O Presidente, em exercício concede a palavra aos Senadores **EDUARDO SUPLICY, AUGUSTO BOTELHO, PAULO DUQUE, CRISTOVAM BUARQUE e ANTÔNIO CARLOS VALADARES.** O Senhor Presidente, em exercício, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e quarenta minutos, lavrando a presente Ata os Secretários JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA e ÉGLI LUCENA HEUSI MOREIRA que, lida e aprovada, será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – **Senador MARCELO CRIVELLA,** Vice-Presidente da Comissão De Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 35ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS NOVE HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Havendo número regimental declaro aberta 35ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjuntamente com a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia Inovação e Comunicação Informática, da nossa 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto às Comissões a dispensa da leitura das atas das reuniões anteriores, os Senadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Passemos, então, a nossa a pauta. Hoje consta Audiência Pública, em atendimento aos Requerimentos nº 45, de 2007 e Requerimento nº 16, de 2007– CCT, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Marcelo Crivella com a presença hoje do Excelentíssimo Sr. Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra, Júlio Soares de Moura Neto, gostaria de pedir ao Senador Botelho que o acompanhasse até o Plenário dessa Comissão, para iniciamos a nossa Audiência Pública. Gostaria também de registrar a presença do Sr. Embaixador do Brasil no Haiti e que agora estará indo para o Canadá. Sr. Comandante, por favor.

Essa nossa Audiência Pública, trata da discussão do Programa Nuclear da Marinha, em atendimento aos requerimentos 45, de 2007 e 16, de 2007 da CCT, de autoria dos Senadores Augusto Botelho e Marcelo Crivella.

Para sua exposição tenho a honra de passar a palavra ao Exmo. Sr. Comandante da Marinha, Júlio Soares de Moura Neto, para fazer a sua exposição.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador Crivella. Eu cumprimento e agradeço a presença, a oportunidade de estar aqui e cumprimento aos Excelentíssimos Srs. Senadores, Srªs. e Srs. Presentes.

Bem, os submarinos são armas importantíssimas para a Marinha, pela sua capacidade dissuasória ele empresta aos submarinos uma dimensão toda especial ao poder naval, um dos pilares do nosso sistema de defesa. No contínuo esforço para dotar o Brasil desses importantes meios a Marinha prontificou em 21 de junho do ano passado, o quarto submarino convencional construído no Brasil, construído no arsenal de Marinha do Rio de Janeiro - nós já tínhamos um outro construído na Alemanha e esse é o quarto construído no Brasil que totaliza cinco.

Paralelamente a isso desde 1979, a Marinha do Brasil vem desenvolvendo o seu Programa Nuclear

cujo propósito é dominar a tecnologia necessária ao projeto e a construção de um submarino de propulsão nuclear, arma com poder dissuasório ainda maior que do submarino convencional por sua capacidade de operar quase que definitivamente sem depender da atmosfera.

Portanto, esse intróito é para exatamente dizer que essa oportunidade que me é dada de poder falar do Programa Nuclear da Marinha. E eu vou seguir o seguinte roteiro, Programa Nuclear da Marinha com quatro vertentes: Os Principais Projetos e Situação Atual, O Clico do Combustível, O Projeto do Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica, Situação Atual e Perspectivas. Falarei também dos Recursos Orçamentários e a Estrutura de Financiamento, quanto já se gastou em dólares equivalentes, Perspectiva de Investimento, Recursos Humanos. Vou falar sobre o significado o Programa Nuclear da Marinha e algumas considerações finais.

O PROGRAMA NUCLEAR DA MARINHA: Na atualidade o principal objetivo do Programa Nuclear da Marinha que está sendo desenvolvido pelo Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - o Almirante Bezerril ao meu lado, é o Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo - é estabelecer a competência técnica autóctone para projetar, construir, comissionar, operar e manter reatores do tipo água pressurizada e produzir o seu combustível. Dominada essa tecnologia ela poderá ser empregada na geração de energia elétrica, quer para iluminar uma cidade, quer para a propulsão naval.

Aqui mostra exatamente o que se pretende. Isso daqui seria o reator nuclear, onde a água é aquecida e se transforma em vapor pela própria força do reator, aciona uma turbina que aciona um gerador de energia elétrica que acende a luz de uma cidade. Aqui a mesma coisa o reator aquece a água, a água se transforma em vapor, faz andar no motor elétrico e esse motor elétrico faz o submarino andar, ou seja, a produção é de energia elétrica para acender a luz de uma cidade ou para fazer o motor de um submarino andar.

A conquista tecnológica necessária à geração de energia núcleo-elétrica para uso em propulsão naval, passa por complexos estágios de desenvolvimento merecendo destaque: Primeiro o domínio completo do ciclo do combustível nuclear que já foi conquistado. E, o desenvolvimento e a construção de uma planta nuclear de geração de energia elétrica, o que ainda não está pronto.

O Programa Nuclear é, pois, dividido em dois grandes projetos: O Ciclo do Combustível e o Laboratório de Geração Núcleo-Elétrica. Vamos falar do ciclo do combustível.

Ao final da década de 70, foram iniciados estudos para desenvolver no Brasil a tecnologia de separação isotópica do urânio é o chamado "enriquecimento", que é o principal desafio tecnológico para a fabricação do combustível nuclear. Os resultados foram obtidos já em 1982, quando foi construída a primeira ultracentrífuga capaz de fazer a referida separação. Seis anos depois foi inaugurada a primeira cascata de ultracentífrugas para a produção de urânio enriquecido.

Decorrente do domínio dessa tecnologia, a Marinha está fornecendo cascatas de enriquecimento de urânio para as empresas Indústrias Nucleares do Brasil, a INB, para que ela possa produzir no País o combustível para Usinas 1 e 2. Aqui é uma cascata de centrífugas produzidas com tecnologia brasileira e aqui é a nossa usina de enriquecimento, onde nós temos a usina de hexafluoreto.

No próximo slide de urânio, eu vou mostrar exatamente como é o clico do combustível. Senhor?

SENADOR RENATO CASAGRANDE: [ininteligível] Em São Paulo?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Em São Paulo. Nós temos dois... O Centro Tecnológico da Marinha ele fica na capital e o ARAMAR fica no Município de Iperó, que é mais para o Interior.

Aqui é o ciclo do combustível. Às indústrias nucleares brasileiras ela custa da prospecção do minério de urânio, a mineração do urânio e a transformação do urânio em *"yellow cake"*, que é um pozinho amarelo, essa é a parte mais simples.

Aqui começa o programa do enriquecimento propriamente dito. A conversão quando esse *"yellow cake"* é transformado num gás, que isso chama hexafluoreto de urânio. Esse gás então é enriquecido nas centrífugas e com urânio enriquecido em gás ele é reconvertido novamente num pó, que já passa a ter coloração preta, são transformadas em pastilhas, essas pastilhas vão para as varetas do elemento combustível e aí para sim, vai para o reator propriamente dito.

A exceção da conversão que é essa parte aqui, cuja tecnologia já está absolutamente dominada, porém depende de produção em escala industrial da plantificação da usina de hexafluoreto de urânio - que está numa fase final de construção - as demais etapas do ciclo do combustível estão absolutamente dominadas: o enriquecimento, a reconversão, a fabricação de pastilhas e assim sucessivamente.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: [ininteligível] O que falta para terminar?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Falta terminar a fábrica que vai converter o *"yellow cake"* em gás hexafluoreto de urânio. Essa aqui é a fábrica, ela já está praticamente pronta, a construção, e falta

terminar parte da instalação industrial. Aqui o *"yellow cake"* que será transportado em gás e o gás será então enriquecido nas ultracentrífugas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Esse processo é feito lá em Angra dos Reis, para usina nuclear?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Não, é feito em Resende, as indústrias nucleares brasileiras são em Resende.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: E o que é feito lá não atende...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Não. Lá nós estamos colocando na INB as cascatas de ultracentrífugas [falha no áudio]. Eu posso adiantar para o senhor uma coisa que eu falarei mais tarde que é o seguinte, hoje como é o que Brasil funciona?

Isso é feito no Brasil e em seguida esse *"yellow cake"* ele é mandado para o Canadá, no Canadá ele é transformado em gás. Esse processo é feito no Canadá, numa empresa que se chama Cameco, esse gás é encaminhado para Europa através de um consórcio que se chama Ureco. Lá é enriquecido e volta para o Brasil onde é transformado em pó e pastilha.

Muito bem. O que o Programa Nuclear da Marinha está obtendo é essa fase daqui não ter que ir para o estrangeiro. Então, nós seremos capazes de transformar o *"yellow cake"* em gás e enriquecer o gás de tal maneira que a gente tenha o nosso urânio enriquecido.

Esse slide aqui mostra as diversas fases do ciclo do combustível e como agrega valor. A mineração corresponde a 20% do valor total do ciclo do combustível, a conversão, quer dizer, a transformação desse *"yellow cake"* em gás, corresponde a 5%, o enriquecimento do gás corresponde a 40% do custo, então, o grande ganho tecnológico está aqui; a reconversão em pastilha 13% do custo e a montagem, 22% do custo.

Portanto, o Brasil quando estiver com todo esse sistema dominado estará poupando um recurso muito grande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: [ininteligível] da Usina de Angra?

SENADOR RENATO CASAGRANDE: [ininteligível] O enriquecimento de urânio...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O enriquecimento hoje do urânio que atende a usina Angra 1 e Angra 2, está sendo feito no Exterior.

No momento a Marinha está fornecendo centrífugas para indústrias nucleares brasileiras para a sede delas em Resende. Já começamos e já temos lá uma cascata de várias centrífugas, estamos preparando a segunda cascata e eles vão começar a fazer o enriquecimento no Brasil, isso daí corresponde a 40 milhões de dólares/ano que nós vamos poupar. Mais do que isso, mais do que o dinheiro de poupar é a independência tecnológica de não termos que mandar para fazer a conversão do *"yellow cake"* em gás e termos que mandar o gás para ser enriquecido no Exterior. Eu acho que essa que é a grande vitória tecnológica brasileira.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: [ininteligível] Ainda bem que a nossa matriz energética [ininteligível]

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Mas em alguns anos nós teremos esse domínio total aqui no Brasil, conforme os Srs. vão ver. Mas então o quadro é esse: nós já estamos dominando o sistema da conversão e a planta industrial que é a Marinha está construindo em ARAMAR e que vai produzir uma quantidade de gás para ela - em quantidade em nível de 40 toneladas/ano - já está praticamente pronta, mais alguns anos ela estará terminada.

O segundo ponto que eu falei que primeiro foi o ciclo de enriquecimento do combustível. O segundo é o reator propriamente dito, que é esse laboratório de geração núcleo-elétrica. Em paralelo ao projeto do ciclo de combustível, mas com alguma defasagem no tempo foram iniciados estudos relativos a esse Projeto Labgene, buscando o desenvolvimento e a construção de uma planta nuclear de geração de energia elétrica, totalmente projetada e construída no País inclusive o reator.

Vale destacar que o Projeto do Labgene desenvolveu um reator que terá potência de 11 megawatts elétricos, que é o suficiente para iluminar uma cidade de aproximadamente 20 mil habitantes. Essa instalação servirá de base de laboratório para outro projeto de reator nuclear no Brasil, pela característica dual do projeto o Labgene é também um protótipo em terra do sistema de propulsão naval, que por sua vez, permitirá a obtenção da capacitação necessária para readequá-lo a um submarino de propulsão nuclear.

As obras de montagem dessa instalação estão em andamento demandando cerca de oito anos para serem concluídas, prazo que pode ser reduzido também em função da disponibilidade de recursos. Qual é a situação atual disto? Diante da grave escassez de recursos dos últimos anos restou à Marinha manter o projeto em estado vegetativo, de modo a evitar a perda das conquistas tecnológicas, as centrífugas, o ciclo do combustível, principalmente no que tange a capacitação técnica de seu pessoal. Então, mantivemos em estado vegetativo.

A Força entende que o Programa Nuclear, hoje em execução, não é unicamente da Marinha, mas sim do Brasil, motivo pelo qual deve receber aportes finan-

ceiros de outras fontes, além do orçamento da Marinha. Assim a Alta Administração Naval buscou mostrar aos setores políticos e ao Governo a necessidade de um maior aporte de recursos ao Programa, considerando que é um projeto nacional e que há inúmeros benefícios derivados do arrasto tecnológico. Independente da possível construção de um submarino com propulsão nuclear, o Programa Nuclear a Marinha irá assegurar a tecnologia necessária ao aproveitamento da energia nuclear de vital importância para o futuro do Brasil.

No próximo tópico eu vou começar a falar da parte de dinheiro. Esse ábaco que mostra, explica que, tendo como fonte de recursos exclusivamente a Marinha, que é a parte azul, o Programa Nuclear teve início em 79. Já no ano seguinte em 1980, o então Conselho de Segurança Nacional passou a participar ativamente do Programa, foi o período onde nós recebemos mais recursos extra-Marinha e, isso foi alocando... Essa situação foi muito bem até 1989, quando começou a declinar, foi o ano em que o Conselho de Segurança Nacional foi sucedido pelo Conselho de Defesa Nacional.

A partir de 90, os recursos provenientes de fontes extra- Marinha foram declinando sensivelmente até 1998, tanto em valores absolutos como em valores relativo. Nesse mesmo período, o Conselho de Defesa Nacional foi sucedido pela Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE.

A partir de 99 a SAE, foi extinta e suas atividades na área nuclear foram absorvidas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia por meio do Programa Técnico Científico Nuclear. Dentro dessa nova organização os recursos extra-MB declinaram ainda mais, representando um percentual reduzido do orçamento global do Programa em questão.

Em 2005 e 2006, o MCT aportou recursos, que embora ainda poucos expressivos, faz-se a necessidade, servem de precioso alento em termos de perspectivas futuras - recomeçaram aqui alguns recursos extra-Marinha.

Os valores apresentados nesse gráfico quantificam a participação das fontes de recurso de 79 até 2006, por dólares equivalentes entende-se a relação entre os valores pagos e a taxa de câmbio no dia do efetivo pagamento. Pode-se observar claramente no gráfico, que por volta dos anos de 87 e 88 os montantes alocados ao Programa Nuclear eram praticamente divididos entre o orçamento da Marinha e o que vinha extra-Marinha.

A partir daí os recursos extra-Marinha passaram a declinar vigorosamente, ao passo que a barra azul correspondente à participação da Marinha elevou-se para garantir a continuidade do Programa. Essa elevação ocorreu à custa de cortes em importantes setores e atividades da Força, como operação dos meios da esquadra, aquisição de sobressalentes, a manutenção dos navios e o adestramento.

Então, a Marinha tomou a decisão o seguinte: “Nós não podemos parar o nosso Programa Nuclear, ele é estratégico para a Marinha, tem uma finalidade enorme para o País”. Então, a Marinha retirou recursos do seu pequeno orçamento de outras áreas para garantir que o Programa Nuclear não se extinguisse, que permanecesse pelo menos em estado vegetativo.

Os dados mostram de forma inequívoca as significativas alterações na estrutura de financiamento do Programa Nuclear. No início foi baseado em fontes de recurso extra-Marinha, evoluiu para uma participação paritária, Marinha e extra-Marinha e, hoje, encontra-se sustentado, quase que exclusivamente por recursos orçamentários da força.

A participação extra-Marinha chegou ao pico de 89% no início do Programa, tendeu a zero entre 99 e 2004, limitando-se na atualidade a cerca de 10%. Atualmente nós temos recebido alguns recursos do Ministério de Ciência e Tecnologia proveniente do FINEP.

Já foram investidos no Programa Nuclear da Marinha, 1 bilhão e 100 milhões de dólares, dos quais a Marinha colocou do seu orçamento 900 milhões de dólares e, extra-Marinha, 200 milhões de dólares. Então, esse é o dinheiro que está envolvido até hoje.

Quais são as perspectivas? A realidade orçamentária impossibilitou a Marinha aumentar o volume de recursos próprios para investir no seu Programa Nuclear. Nos últimos anos a Força tem feito um enorme sacrifício para manter o patamar de alocação de recurso, mesmo em detrimento de seus demais setores que igualmente sentem a escassez de investimentos. O fato é que a Marinha atingiu o limite de sua capacidade de destinar recursos, o que não é suficiente.

Para manter o Programa Nuclear em estado vegetativo, situação que se encontra desde 2003 - então, até hoje nós estamos mantendo em estado vegetativo - a Marinha vem aportando recursos da ordem de 62 milhões de reais por ano a custo de 2007, conforme a tabela apresentada. São 50,5 milhões de pagamento de pessoal, 9.8 de custeio, a manutenção de equipamentos eu gasto 1.7 milhões de reais - isso para manter em estado vegetativo.

A captação de recurso extra-Marinha como obtidos do FINEP e, também das indústrias nucleares brasileiras a INB, tem ajudado a desonerar o orçamento. Vale lembrar que quanto mais rápido puder ser concluído o Programa Nuclear, menor será a problemática da obsolescência de material já adquirido e

mantido sob condições especiais que geram custos: esse de 1.7.

Eu tenho hoje, conosco 130 milhões de dólares em equipamentos prontos em estoques, preservados para ser montado o laboratórios de geração de energia nuclear.

Para a conclusão do Programa Nuclear da Marinha, são necessários recursos da ordem de 1 bilhão de reais, isso no menor espaço de tempo, que é o período de 8 anos: 1 bilhão de reais a média de 130 milhões por ano. Isso vai englobar o ciclo do combustível término, o laboratório de geração e energia e a infra-estrutura de apoio, assim há uma demanda de aportes orçamentários adicionais, de modo a propiciar um investimento médio anual de 130 milhões em torno de oito anos.

Em julho de 2007, o Presidente da República anunciou a intenção de assegurar esses aportes, criando perspectivas para o prosseguimento e conclusão do Programa Nuclear da Marinha. Para atender a essa determinação presidencial, ficou definido pelo Ministro da Defesa em recente reunião, que o Programa Nuclear da Marinha receberá o montante de 130 milhões, diretamente daquele Ministério, em 2008, independente do orçamento da Marinha.

Então, em 2008 os primeiros 130 milhões chegarão e nós começaremos, então, a retomar o Programa Nuclear para terminá-lo em torno de oito anos, talvez, um pouco menos. Agora, somente após a conclusão dos citados dois projetos - quer dizer, o ciclo do combustível e o laboratório e de ter se logrado êxito na operação da planta nuclear - é que nós teremos às condições, em havendo a decisão governamental, de construir o submarino de propulsão nuclear.

RECURSOS HUMANOS**:** Atualmente trabalham no Centro Tecnológico da Marinha, em São Paulo, 270 militares e 1025 funcionários civis - o carro-chefe lá são os nossos funcionários. A falta de investimento tem ocasionado reflexos no setor do pessoal, reduzindo a capacidade intelectual e dificultando o prosseguimento de algumas metas.

A evasão de profissionais qualificados vem ocorrendo especialmente pela procura de outras oportunidades de trabalho em órgãos públicos e privados e, por motivos de aposentadoria. A perda desse pessoal nos últimos sete anos incluindo os de nível superior e de técnico foi de 38 profissionais/ano, aproximadamente 3% do quantitativo, tendo como conseqüência a redução gradativa da capacitação tecnológica.

E retomada dos aportes financeiros como está ocorrendo, como está acenado que em 2008 teremos, permitirá uma melhora nos prazos estipulados para a conclusão das principais metas do Programa Nuclear e, conseqüentemente, servirá de estímulo aos profissionais envolvidos podendo reduzir as evasões. Além disso, esses recursos gerarão novas contratações, reduzindo também, a carência da demanda de profissionais na área nuclear do Brasil.

Qual é a significado para o País do Programa Nuclear? Ele vem demonstrando desde o seu início uma grande capacidade de mobilização e estímulo dos setores de Ciência e Tecnologia e de produção. São inúmeras as parcerias estabelecidas com universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento, indústrias e empresas projetistas de engenharia.

Com essas parcerias o Programa evidencia sua capacidade de gerar efeito arrasto tanto por meio de incentivo a ampliação da base tecnológica nacional, decorrente dos desafios que coloca os setores de Ciência, Tecnologia e de Produção, como por meio do desenvolvimento de equipamentos e componentes de uso não restrito aos objetivos do programa como, por exemplo. Então, alguns aspectos que além do Programa Nuclear, o arrasto tecnológico produziu.

Esse é um sistema de controle de máquinas principais auxiliares dos navios da Marinha, das Fragatas Classe Niterói, que foi desenvolvido decorrente da capacitação acumulada no desenvolvimento da tecnologia dos sistemas de controle e automação de autodesempenho, que são os sistemas que envolvem o enriquecimento de urânio. Então, isso já é um arrasto tecnológico.

Além disso, estamos desenvolvendo giroscópio e acelererômetros, os quais são usados em plataformas inerciais para navegação, estabilidade de navio, submarinos e plataformas de petróleo. Esse desenvolvimento decorre de capacitação obtida no desenvolvimento das ultracentrífugas, tais sensores são vitais para o submarino - o nosso futuro submarinho de propulsão nuclear - para que ele possa navegar submerso sem ter que vir à superfície para se orientar ou receber informações do GPS, o qual pode ser bloqueado.

Um outro arrasto tecnológico: a blindagem física a qual se baseia em compostos de boro, que é um material utilizado nas varetas do controle da frição em reatores nucleares, que também apresenta boa resistência ao impacto; válvulas para a operação com gás, desenvolvidos a partir da necessidade de se construir e operar em sistemas de separações geotrópicas.

Aqui é um aspecto interessante, muitas vezes a gente coloca quatro anos para terminar um projeto e, por que tanto tempo? Porque muitas vezes não se consegue importar uma válvula como essa, porque é bloqueado pelos países que detêm a tecnologia quando sabem que é para ser aplicado no nosso Programa Nuclear, então, nos obriga a desenvolver a válvula e,

às vezes, isso leva um, dois anos de desenvolvimento. Esse é um exemplo de desenvolvimento feito aqui.

Um outro exemplo: válvulas TWT que são aplicadas em radares, sendo decorrentes do desenvolvimento de itens de tecnologia de vácuo e soldagens especiais. O próximo, fibra de carbono, material estratégico utilizado em ampla lista de sistemas de autodesempenho como as cascatas e enriquecimento de urânio. Até então, nós importávamos isso dos Estados Unidos, o Departamento de Comércio Americano determinou às empresas que não mais fornecessem ao País esse tipo de material e assim vai, por isso que às vezes, a demora é maior do que simplesmente construir um prédio, há bloqueios tecnológicos e nós temos que supera-los.

Análise de risco que é uma atividade técnica que é mandatória para o licenciamento de instalações nucleares e que possui aplicação atualmente nos projetos e licenciamento de plataforma de petróleo. Então, tudo isso são arrastos tecnológicos.

É digno de nota que muitos desses desenvolvimentos são feitos devido à necessidade de se construir e implantar, sistemas dedicados para atender requisitos específicos do Programa Nuclear, além de haver restrições de sua importação pelo Brasil por parte dos países que detêm essas tecnologias. Então, somos obrigados a desenvolver.

O fato é que o desenvolvimento de uma tecnologia desse porte, não se faz sem um investimento considerável de recursos financeiros e humanos. Assim, ao longo de quase 29 anos de existência, o Programa Nuclear da Marinha custou cerca de um bilhão de dólares, como já lhes mostrei, sendo considerado pela imprensa especializada e meios Acadêmicos Científicos, como um dos mais econômicos projetos nucleares já realizados no mundo.

Sirva-se, como exemplo, o Projeto Manhattan, que é um projeto norte-americano, cuja grande dificuldade foi dominar a tecnologia de enriquecimento de urânio - que nós já desenvolvemos no nosso Programa Nuclear - e que consumiu na primeira metade da década de 40, dois bilhões de dólares, que hoje equivaleriam a cerca e 25 bilhões de dólares. Então, esse nosso Programa Nuclear gastando um bilhão de dólares é um preço barato, para nós termos esse domínio de tecnologia.

A tecnologia de enriquecimento de urânio - esse agora é um aspecto que nos coloca num grupo muito seleto - é conhecida e aplicada comercialmente por apenas sete países além do Brasil, Estados Unidos, França, Rússia, Grã-Bretanha, Alemanha, Japão e Holanda, desses países os dois primeiros utilizam difusão gasosa que é considerada obsoleta, pois consome 25 vez mais energia que a tecnologia de ultracentrifugação empregada pelo Brasil.

Bom, aqui também tem a China, que eu não citei que também ela faz.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: E o Irã?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O Irã não há o controle sobre isto, porque esses são dados dos países que são acompanhados pela Agência Internacional de Energia Nuclear, AIEA, então, o Irã não faz parte disso, como também não faz disso a Índia e não faz parte disso o Paquistão, porque não estão sendo controlados pela AIEA, que é a Agência Internacional - esses são os que estão controlado que o Brasil está.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Comandando, desculpe interromper.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Pois não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Eu acho que o nosso Geraldo - e eu também escrevi aqui - o Irã, eu estou lembrando, agora, em seguida à V. Exª. vai ser sabatinado o novo Embaixador que vai para o Irã, que era quem era o Chefe da Fiscalização de Produção nessa área de Nuclear e, que os americanos exigiram sua saída. Ele provavelmente poderá nos dar alguns detalhes sobre essa área do Irã.

Desculpa, ter interrompido.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Se o senhor me permitir eu vou pedir ao Almirante Bezerril, que é o Diretor do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, que nos fale alguma coisa dos conhecimentos dele a respeito do desenvolvimento do Irã, da Índia, enfim.

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: A Índia e o Paquistão eles não assinaram o TNP, então por causa disso eles não estão nessa relação. O Irão não está porque ainda não produz, ele está tentando produzir: essa relação é de quem produz.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): A pressão é contrária à possibilidade dele produzir?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Dele produzir, então, ele não tem ainda uma planta em funcionamento. Nós já produzimos há algum tempo e a nossa produção é pequena, mas nós já estamos produzindo.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Então, o Brasil é reconhecido pela Agência Internacional como um dos países com capacidade de enriquecer e de que possui o domínio do ciclo do combustível nuclear.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Mas sem independência ainda?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Total independência. O nosso Programa Nuclear é absolutamente autóctone.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Mas esse processo de enriquecimento V. Exª., não falou que ainda há dependência [ininteligível]

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: No momento... Então, deixa-me voltar aquele ponto que eu acho que não fui muito claro.

O Programa Nuclear da Marinha visa dominar isto, nós hoje já dominamos todo o ciclo do combustível. Quando eu falei com o senhor, que faltava completar a nossa usina é para levar isso a nível industrial, a nível laboratorial o sistema de conversão de transformar o *"yellow cake"* em hexafluoreto de urânio já está absolutamente dominado. Quando a usina de hexafluoreto de urânio estiver pronta - que eu vou dizer ao senhor, que é em 2010 - nós estaremos produzindo 40 toneladas ano do gás.

O enriquecimento nós já fazemos no Brasil, portanto, nós somos considerados que dominamos o ciclo do combustível de urânio. Isso que nós fazemos no Exterior é por quê? A quantidade que é necessária para Angra 1 e Angra 2 é superior à capacidade de produção. Então, as indústrias nucleares brasileiras ainda estão utilizando o processo de encaminhar para o Canadá, transformar em gás, mandar o gás para Europa, enriquece-lo e trazer de volta.

No decorrer dos anos à medida que as centrífugas forem sendo colocadas em Resende, à medida que o gás for sendo produzido no Brasil esse ciclo será totalmente dominado e dentro de alguns anos nós estaremos absolutamente independentes.

O grande ganho científico tecnológico é dominar esse ciclo com uma tecnologia absolutamente nossa, por isso que nós fazemos parte dos países com capacidade de enriquecer urânio. Eles vão, inspecionam as nossas cascatas e centrífugas, constantemente, vão, inspecionam, sabem a quantidade de combustível produzido lá em ARAMAR.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Nós teremos Comandante, um submarino, o nosso programa nuclear, todo o trabalho que é feito é para que a gente possa ter--

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Um submarino de propulsão nuclear--

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Um submarino--

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Inicialmente um, no futuro...

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Hoje nós temos quantos submarinos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Nós temos cinco submarinos convencionais.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: E qual é a energia que...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: A diferença como é que funciona o submarino?

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Qual a diferença?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Qual é a vantagem para nós nessa, nessa...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito bem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Pra gente ter um submarino nuclear, o que ele vai nos trazer de benefício para a população brasileira, a Marinha ter essa tecnologia e ter o submarino nuclear?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Bom, a Marinha existe para fazer garantir a soberania e garantir os interesses do País na suas águas jurisdicionais. Então, o benefício para a população brasileira é ter a certeza de que uma das suas forças estará com capacidade de cumprir sua missão constitucional, qual seja? Nós temos capacidade de patrulhar e de garantir os interesses e a soberania do Brasil nas águas jurisdicionais.

Muito bem, o submarino de propulsão: como funciona um submarino de propulsão convencional? Ele possui baterias, essas baterias fazem movimentar um motor elétrico, esse motor elétrico, então, faz o submarino andar. De tempos em tempos essas baterias à medida que são usadas no motor elétrico vão se descarregando e, obriga o submarino a vir à superfície para ligar um motor e fazer a carga dessas baterias quando, então, ele perde a sua capacidade de ocultação.

Com o submarino de propulsão--

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Fica vulnerável.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Fica vulnerável, ele tem que vir a superfície.

Com o submarino de propulsão nuclear isso não ocorre, porque o processo nuclear que faz a criação da geração da energia elétrica, independente da necessidade de carregar baterias, ele produz energia elétrica pela própria planta nuclear e ele pode ficar indefinidamente debaixo d'água. É claro que isso tudo tem o cansaço da tripulação que passa a ser um fator limitador.

Então, isso são armas de dissuasão, ou seja, que dizem aos outros países que nós temos capacidade de nos defender, caso haja algum tipo de agressão ou algum tipo de interesse contrário à nossa soberania

ou aos nossos interesses. Então, esse é o quadro e a diferença dos dois submarinos é essa.

Mas nós estamos voltando aqui, onde nós estávamos em quem domina a tecnologia? Então, o Brasil é considerado como um dos países que domina o ciclo do combustível de urânio, segundo a informação da própria Agência, já estamos entre os países--

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Comandante.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Pois, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu vou pedir ao nosso Plenário para nós esperarmos o Comandante concluir, para nós fazermos as nossas perguntas por que senão interrompe a ele.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sim, mas normalmente nas nossas Comissões a gente aguarda o palestrante terminar, para gente fazer a nossas questões e tem a lista de interpelação aqui.

Se a gente fica interrompendo o Almirante...

SENADOR RENATO CASAGRANDE: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra V. Exª., mas se nós pudéssemos aguardar o Almirante terminar, se não ele perde o raciocínio. Mas com a palavra V.Exª. V. Exª. quer fazer a interpelação?

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Eu queria saber na América Latina, quais são os países com essa possibilidade? Com essa possibilidade...

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Absolutamente. Somos o único País, o senhor vê aí a relação dos países que dominam o ciclo do combustível nuclear, só o Brasil domina, os outros todos são países... Quase todos eles têm assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas, só países altamente desenvolvidos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Mas alguns deles perseguem? Alguns deles perseguem essa tecnologia?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Persegue. Persegue, mas não estão bem distantes de...

SENADOR RENATO CASAGRANDE: Obrigado.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: A título de informação... Eu estava falando, então, inclusive o seguinte, que os Estados Unidos e a França usam como enriquecimento do urânio a tecnologia de difusão gasosa, mas estão partindo para a tecnologia de ultracentrifugação. E nesse site dessa empresa mostra exatamente isso, que a intenção é passar para o sistema de enriquecimento por ultracentrifugação.

Existe também uma diferença marcante no nosso processo, na nossa tecnologia de ultracentrifugação que é o seguinte, o rotor da ultracentrífuga, normalmente nos países que usam essa tecnologia, gira apoiado em um mancal mecânico enquanto que no Brasil, ele não gira apoiado em mancal nenhum; ele praticamente levita por força do efeito eletromagnético o que reduz o atrito e conseqüentemente o desgaste, a manutenção e o consumo da própria energia com o próprio giro e mais seguro, então, isso é um avanço e, um avanço tecnológico muito maior.

Não existem informações de que algum importante País tenha desenvolvido tecnologia semelhante à nossa, por isso então nós garantimos muito esse segredo, como isso acontece.

Tem agora aqui um slide que mostra de acordo a Agência Internacional de Energia e Associação Nuclear Mundial cerca de 16% da matriz energética do mundo é nuclear, no Brasil apenas 2.2% da energia elétrica do Brasil é produzida por base nuclear, mas para o futuro o mundo está bem avançado nisso. Atualmente nós temos 439 usinas em funcionamento, temos 34 reatores em construção, existem 81 com construção planejada e 223 usinas com construção propostas. Então, esse é o quadro mundial da energia elétrica.

Nesse ponto, eu acho importante que a gente defina o perfeito entendimento, o que esse programa nuclear em termos de desenvolvimento tecnológico para o Brasil apresenta. Então, uma série de atividades.

1º. Formação e aperfeiçoamento de pessoal.

2º. Compra de equipamentos e construção de diversos tipos de laboratórios, incluindo um reator nuclear à pesquisa.

3º. Projeto em construção, teste dos equipamentos que compõe a planta de geração.

4º. Projeto e construção de ultracentrífugas, cascatas de enriquecimento de urânio.

5º. Projeto de construção de usinas de transformação do *"yellow cake"* em hexafluoreto de urânio, de reconversão, de fabricação do elemento combustível.

Tudo isso está embutido no Programa Nuclear.

6º. Incremento tecnológico de várias oficinas de fabricação de diferentes tipos de peça, incluindo válvulas de autovácuo que não existem no Brasil.

7º. Desenvolvimento de vários tipos de materiais antes importados, como o aço *meridian* e a fibra de carbono. Uma infinidade de projetos que desenvolvidos em parceria com universidades, institutos de pesquisa e a indústria nacional, trouxeram ao País elevado ganho em tecnologia e qualidade.

Bom, considerações finais, para depois nós abrirmos, eu estou à disposição dos Srs. Senadores para responder o que for possível.

A energia nuclear é uma fonte de energia firme e limpa, não emite gás poluente para a atmosfera, utiliza em sua construção um número reduzido de materiais por kilowatts/hora, se comparado com a energia solar, a energia eólica; produz pequena quantidade de rejeitos e não contribui para o efeito estufa, pois não emite dióxido de carbono. Ao contrário do carvão, do petróleo e do gás, além de não necessitar de grandes reservatórios com seus decorrentes problemas ambientais que é o que ocorre no caso das hidrelétricas.

É a única alternativa viável para a maior parte dos países para suprir a crescente demanda por energia, ante a futura escassez dos combustíveis fósseis. Não é sem razão que a maior concentração de usinas nucleares encontra-se nas principais regiões consumidores de energia do mundo.

Aqui, nós estamos vendo uma fotografia noturna do mundo e aqui os locais onde nós temos o maior consumo de energia elétrica: Leste dos Estados Unidos, Europa Ocidental, Japão, região da Ásia. E esse próximo slide mostra a concentração das usinas, exatamente o Leste dos Estados Unidos, a Europa, o Japão, ou seja, os lugares onde o consumo de energia elétrica é maior é onde há maior concentração de usinas nucleares de produção de energia elétrica.

Como resultado do grande esforço nacional, temos capacidade de fabricar o próprio combustível nuclear sem nenhuma dependência externa e, o conhecimento para projetar e construir plantas nucleares de potência que custam no mercado internacional acima de três bilhões de dólares cada.

Cabe destacar o avanço que representará a plantificação para a usina piloto para produção do hexafluoreto de urânio aquela USEXA que eu mostrei aos Srs., o prédio já está pronto, quase 90% da instalação industrial já está pronta, onde será feita a conversão do *"yellow cake"* em hexafluoreto de urânio, para que ele possa ser enriquecido e reconvertido em óxido de urânio, visando a fabricação de pastilhas e elementos combustíveis dos reatores de potência do tipo água pressurizada.

Como eu falei aos Srs., já por uma questão que foi colocada, essa conversão é feita na CAMECO, que é no Canadá que são cerca de 350 toneladas/ano e, posteriormente, o enriquecimento é realizado no Consórcio Europeu Orenco a um elevado custo em dólares, cerca de 40 milhões de dólares/ano no total.

Como dito anteriormente, a conclusão da USEXA depende de disponibilidade de recursos financeiros o que podemos considerar como resolvido, já que os recursos passarão a entrar em 2008 e, da solução de eventuais entraves inerentes a obtenção e importação de materiais.

Uma vez mais enfatizo a dualidade do Programa Nuclear, pois o reator a ser construído pode tanto ser utilizado para gerar energia para uma cidade, quanto à propulsão de um meio naval.

Por fim, a Marinha tem afirmado que faltam cerca de um bilhão de reais, para conclusão dos dois projetos que estão em andamento. A manutenção do fluxo dos recursos anunciados pelo Presidente da República em julho de 2007 e garantidos pelo Ministro da Defesa para 2008, permitirá que o Programa Nuclear da Marinha esteja concluído até 2014.

Uma vez finalizadas com êxito as etapas que envolvem os dois projetos do Programa Nuclear, teremos condições para que, em havendo uma decisão do Governo, projetar e construir um submarino de propulsão nuclear.

Aqui, nós temos o Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo que fica no Campus da USP, são essas construções aqui, isso fica em São Paulo e ARAMAR, que fica no Município de Iperó, que é uma foto de satélite das instalações de ARAMAR. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós que agradecemos ao Almirante Moura Neto por essa palestra tão ilustrativa, clara, mostrando a importância desse Programa Nuclear para o Brasil.

Na lista de interpelação, número um, autor do requerimento Senador Augusto Botelho. Com a palavra V. Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem V. Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Só para dar uma informação relevante para a nossa Comissão e de V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra V. Exª.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O Presidente Heráclito Fortes da Comissão de Relações Exteriores pediu para informar que, tendo em conta que às 11h00 haverá a Missa de 7º Dia, em memória do ex-Ministro, ex-Governador José Aparecido, que, então, a reunião de audiência com os Embaixadores que seria em continuação, agora a do Comandante Júlio Soares de Moura Neto, ficará para às 14h00, então, portanto, prossegue esta reunião.

Como às 11h00 muitos Senadores irão à missa, então às 14h00, haverá a continuidade com o mesmo livro de assinaturas que estamos assinando da reunião

de Audiência com os Embaixadores. O Senador Pedro Simon e Senador Heráclito Fortes, que já conversou com V. Exª., pediu para que possa depois da missa, então, às 14h00, dar continuidade da reunião com os Embaixadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Obrigado, Senador Eduardo Suplicy.

Senador Augusto Botelho, com a palavra V. Exª.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, Almirante Moura Neto e Almirante Bezerril, uma coisa que eu aprendi depois que eu cheguei aqui nessa Casa em relação ao conhecimento nuclear é que o conhecimento sobre energia nuclear ninguém passa, nem passa e nem vende.

Temos o exemplo da válvula que foi para fabricar, como também a história da nossa primeira centrífuga que eu ouvi do Comandante Bezerril, como é que nós conseguimos adquirir esse conhecimento.

O caso é assim, uma pergunta ao comandante Moura Neto: essa nossa fábrica que nós estamos fazendo da INB, vai produzir o combustível suficiente para funcionar Angra 1 e Angra 2 e, chegar em Angra três? Primeira pergunta.

A segunda, em relação ao submarino nuclear: o Sr. viu que os Senadores e a maioria da população, não têm bem o entendimento de qual a vantagem real do submarino nuclear em relação a outro submarino convencional.

Essa semana saiu uma reportagem no Globo que falava sobre os conhecimentos que a nossa fabricação de submarino, naquele arrasto que o senhor falou ali, transferiu para Petrobras que é o utilizado nas plataformas continentais e, no fato de nós sermos o País que tem melhor conhecimento para explorar petróleo em águas profundas.

Quer dizer, isso são vantagens que decorrem do conhecimento que nós desenvolvemos, então, esse um bilhão e 100 mil dólares que foram gastos, gastos não, isso não são gastos isso é aplicação, no Programa até agora já estão dando retorno para o nosso País.

Outra coisa que me preocupou quando eu visitei o Centro de ARAMAR, é que lá a maioria dos nossos técnicos e cientistas já estão assim como eu, de cabeça branca, então logo, logo, vão se aposentar. Então, com essa investida do Presidente Lula, graças a Deus, sentiu e viu como é a grandeza do programa, resolveu fazer essa aplicação que em oito anos nós conseguimos concluir o nosso reator, não é? 130 milhões por ano.

Então, eu acho que nós vamos ter também chance de logo, logo, talvez por essa Casa, quando eles solicitarem que aumentem ou que façam novos concursos para ingressarem novas pessoas no nosso programa nuclear, nós teríamos que ter a sensibilidade da Casa da necessidade disso. Eu sugeria até que os Senadores visitassem o Programa para poder tomar conhecimento e, para que a gente pudesse fazer mais ações como essa aqui.

Eu sou da Amazônia, eu imagino assim: nós vamos esgotar a nossa capacidade de geração hidráulica logo, logo. E, se o Brasil for crescendo e tudo... Nós estamos trabalhando na energia nuclear, nós estamos pensando no Brasil daqui a 40, 50, 100 anos que nós teremos o conhecimento.

Nós vimos que só seis países têm o domínio da tecnologia de produção de enriquecimento de combustível e por que eles não passam esse conhecimento? Porque quando o petróleo acabar eles são os donos, eles é que vão vender combustível para todo mundo, vão ser os árabes atuais. Nós queremos também fazer parte desse quadro e, tenho certeza que nós vamos participar, graças ao trabalho da Marinha que tem sido feito e, pelo espírito patriótico que a gente tem e os militares são mais educados nesse sentido.

Nós também fomos, porque antigamente nas nossas escolas, nós cantávamos o Hino Nacional, o Hino da Marinha, do Exército, o Hino da liberdade, tudo isso eu e cultuávamos os símbolos da pátria, coisa que a gente sempre retome agora nesse País, para gente poder voltar a ter esse sentimento.

O submarino nuclear, por exemplo, eu acho que nós vamos ter que ter vários submarinos nucleares, eu espero estar vivo ainda quando sair o primeiro, porque pelo que o Comandante comentou ali, se começar a trabalhar agora talvez daqui a 20 anos é que nós tenhamos o primeiro submarino nuclear em 2020, então, a gente tem que lutar porque isso...

Eu gostaria também o que Comandante desse uma explicação mais clara, para nós entendermos por que o nuclear é muito melhor do que outro? Qual a vantagem realmente que ele oferece nisso? E a Marinha aguarda a nossa Amazônia azul que o nosso Senador Romeu Tuma já sabe, já participou, mas alguns Senadores não sabem a respeito da Amazônia azul. Eu gostaria que o Almirante fizesse uma explicação sobre a Amazônia azul, também.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra o Almirante Moura neto.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Eu agradeço as questões colocadas pelo Senador Augusto Botelho.

Eu diria o seguinte, a INB ela é responsável, ela tem a responsabilidade de produzir o combustível para atender Angra 1 Angra 2. No momento a Marinha está fornecendo as centrífugas que ela vai produzindo em ARAMAR e vai encaminhando para as indústrias nucleares brasileiras.

Vai chegar um momento em que o número de centrífugas será suficiente para produzir todo o combustível necessário para a Angra 1, Angra 2 e até para a futura Angra 3, caso haja realmente a decisão de construí-la essa é a meta. Isso demora e isso vai sendo feito aos poucos.

Já foi entregue uma cascata de centrífugas e essa já está trabalhando lá, o que quer dizer mais uma coisa, que isso não é um projeto, esse Programa Nuclear não é um projeto de prancheta, ele existe. As centrífugas estão lá estão enriquecendo urânio. Há o reconhecimento internacional de que o País detém a tecnologia de enriquecimento do urânio.

Quando o AIEA coloca isso e coloca o Brasil ao lado daqueles países, é um reconhecimento internacional da capacidade tecnológica do Brasil, porque essa tecnologia é absolutamente nacional, mesmo porque como o senhor muito bem disse, quem domina essa tecnologia não passa. E nós estamos preservando para que a nossa tecnologia também não seja passada para outros países. Nós tomamos os mesmos cuidados que os outros tomam, portanto, é essa a regra do jogo.

Muito bem, as indústrias nucleares brasileiras, à medida que as centrífugas forem entregues a elas, elas então enriquecerão todo o combustível para atender nossas indústrias nucleares.

Voltando, então, aos submarinos. Os submarinos de uma maneira geral, são armas de grande efeito de dissuasão. É um navio que sozinho, exige que o outro lado coloque uma quantidade enorme de navios para se proteger da ação dele, já que ele vai por baixo d'água ele anda o que culto.

O submarino de propulsão convencional, ele tem como restrição a necessidade de ter que vir a superfície de tempos em tempos para carregar sua bateria, que é o que faz o motor elétrico do submarino andar. Como a bateria descarrega, ele tem que vir a superfície, liga o motor gerador a diesel e carrega a bateria, mergulha de novo, gasta a bateria sobe e, assim vai.

Quando é o submarino de propulsão nuclear ele não tem que fazer isso, então ele pode permanece o tempo que for necessário debaixo d'água, o que aumenta em muito a capacidade da dissuasão. Então, um País que possui isso é um País que aumenta... Os outros dizem: "Bom, entrar naquelas águas é uma coisa mais complicada".

Então, aumenta a capacidade da Marinha de garantir a soberania e garantir os interesses do Brasil, na Amazônia azul, que são nossas águas jurisdicionais. Então, essa é a grande vantagem do submarino de propulsão nuclear.

E só quem detém a tecnologia de construir submarino de propulsão nuclear, são exatamente os mesmos que detém a tecnologia do ciclo do enriquecimento do urânio, são os mesmos que sentam no Conselho de Segurança da ONU, são os mesmos que ditam as regras para o mundo. Então, o Brasil à custa de muito sacrifício porque nada disso é facultado, sempre que é possível há um entrave tecnológico e o Brasil tem vencido essas etapas.

Quando o Senhor me falou da usina que nós estamos terminando, ela está praticamente pronta, já vimos os prédio, quem já esteve lá já viu as instalações. Faltam alguns pequenos detalhes para que nós possamos produzir, transformar o *"yellow cake"* em gás a nível industrial.

A nível laboratorial já está dominado, a prova é que a própria Agência reconhece que nós dominamos o ciclo, a nível industrial demora um pouco mais. E por que demora um pouco mais? É tão simples: porque há entraves tecnológicos.

Então, não é só falta de recursos, isso daí até que não são tantos, mas os entraves tecnológicos são grandes, então, a gente dá um tempo um pouco maior. É esse o quadro que eu lhe apresentaria. O futuro é a indústria nuclear brasileira produzir todo o combustível, a partir da tecnologia criada pelo Programa Nuclear da Marinha.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Romeu Tuma, com a palavra V. Exª.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sr. Presidente, Srs., Almirantes Moura Neto e Bezerril, eu pergunto ao Almirante Bezerril, se o senhor é parente [ininteligível], meu amigo, eu trabalhei muito com ele em tempos difíceis da vida do País.

Eu sou um apaixonado ignorante sobre energia nuclear na Marinha. Eu diria que têm mais de 15 anos que eu fico sempre entusiasmado ao ler qualquer coisa onde diga respeito ao progresso que a Marinha tem conseguido, através do trabalho e esforço. Esforços esse em ultrapassar obstáculos da concorrência desleal, daqueles que dominam a energia nuclear e tentam impedir que outros países se desenvolvam.

Mas eu acho Almirante que com a exposição de V Exª., nós temos aqui um exemplo claro de uso de energia nuclear para a paz. Quer dizer, não tem um projeto da Marinha, que seja para a guerra.

O submarino nuclear é de defesa para garantir a soberania, não é para atacar nem invadir lugar nenhum, logisticamente é a única atividade militar com a energia militar. O meu assistente puxou no computador vários projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia com as despesas, Senador, que estão sendo empregadas em vários projetos que aqui estão.

Eu tenho aqui o significado do PNM, eu vou ler com calma, porque tem cerca de... Aqui diz que tem 32 numerações aqui que ainda tem que selecionar para se entender perfeitamente o que acontece.

Há poucos anos atrás, Senador, nós ouvíamos muito falar CNEN, era único setor que funcionava e praticamente fechado. Nós tivemos que aplicar um projeto de interesse da Medicina que o Senador Augusto, é o contraste nuclear que só o CNEN podia resolver, às vezes, por falta de identificação na doença, enquanto o CNEN, tinha capacidade mínima de produção desse contraste nuclear, a pessoa acabava morrendo.

Ainda a semana passada eu fiz um exame com energia nuclear, tem 30 ou 40 minutos de sobrevivência, esse produto e o senhor deitado para tomar esse contraste. E, hoje nós conseguimos aprovar no Senado, a possibilidade de outros setores industrializarem essa possibilidade de ajuda à Ciência Médica.

Eu acredito, eu tinha aqui... Eu fui relator e hoje eu me arrependo de não ter metido uma emenda lá, sabe Almirante, de passar o Fundo de Marinha Mercante, para aumentar o capital da Transpetro.

Foram mais de cinco bilhões para a construção e recuperação da indústria naval que estava a zero, era a segunda se não me engano, a terceira no mundo e passou a ser zero e, hoje eu não sei a quantas anda. Nós tínhamos que ter metido uma emenda para a Marinha, para a construção dos navios ou submarinos convencionais que ela precisa, pelo menos para... Porque cinco não dá, Senador, a extensão das águas territoriais brasileiras são enormes.

São milhões de quilômetros quadrados tem mais uns 150, já foi para mais de 200 a extensão fora da parte terrestre. Então, a Marinha precisa. Então, a Marinha precisa urgentemente eu não digo nem a Marinha, o Brasil precisa ter uma estrutura, uma infra-estrutura da Marinha que tenha competência, ou pelo menos para resguardar a soberania nacional.

Nós tivemos há alguns anos atrás a guerra de lagosta e por que teve? Porque não havia vigilância na região, aonde vários países vêm tirar as riquezas que o mar oferece ao Brasil e nós perdemos esta oportunidade.

Então, quando se fala em Marinha, fala na Aeronáutica que compram os P3 e nós aprovamos nessa Comissão, para a vigilância da Amazônia Azul que é oceano, nós não podemos Senador e, temos que lutar aqui, para que a Petrobras pague os *royalties* para as Forças Armadas. Eu perguntava para ao Comandante, ele me deu o valor de alguns milhões que estão paralisados, depositados, mas não pode usar. A Marinha não pode usar provavelmente ela poderia com a pesquisa, com...

Tem uma coisa que eu acho maravilhosa a vinculação que a Marinha tem em São Paulo com a USP, os meninos que estudam, acho que Engenharia Naval, tem uma competência muito mais forte, porque tem esse alinhamento com a Marinha que eu acho que o senhor é o Coordenador, eu vi um discurso de V. Exª. no COMAR, no Comando da Marinha Naval, explicando todo o desenvolvimento tecnológico dessa ligação que tem a Marinha com a USP em São Paulo e, lá tem o centro tecnológico que está sendo desenvolvido.

Então, não se pode negar verba para dar continuidade, não para manutenção, não tem que ficar em estágio vegetariano. Estágio vegetariano--

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Estado vegetativo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Vegetativo, aliás, vegetariano é melhor, não é? Mas em estágio vegetativo nós temos o doente que cai em coma e não consegue falar mais, então vive em estado vegetativo, então, está semimorto. Desculpa Almirante, ele tem que sobreviver.

Então tem que ter investimento para dar continuidade maior ou menor, mas não se podem negar os investimentos na Tecnologia, na Ciência e, principalmente, na pesquisa.

Sabe Almirante, quando foram feitos aqui vários projetos, principalmente na área de informática, tem sempre um artigo que tem que dar para o desenvolvimento da pesquisa um X por cento do movimento que as grandes indústrias de informática têm.

Eu perguntei a um Diretor do Ministério, se ia alguma coisa para as Forças Armadas, eu queria que fosse colocado efetivamente: “Não, não se preocupe que vá”, eu duvido que tenha ido qualquer coisa a mais direcionada dessa percentagem da produção industrial, da indústria brasileira que passe para as Forças Armadas para os Centros de Pesquisa.

Eu não quero abusar do tempo, Presidente, eu sei que eu estou abusando, mas eu estou aqui meio zoeira com todo esse monte de informações. Vai dando um desespero, uma angústia que a gente sabe que a cabeça funciona bem, a capacidade está demonstrada pela exposição do Almirante, mas falta o combustível necessário para que isso possa se desenvolver com satisfação, porque a sociedade brasileira que está ganhando.

O desenvolvimento nuclear não significa só para construir o submarino, ele já deu uma série de utilidades em outros sentidos, em outras áreas de interesse público. Então, nós temos que realmente ficar lutando diuturnamente nesta Comissão, para que o Governo sinta cócegas para poder se movimentar, em favor do desenvolvimento tecnológico da Marinha na área nuclear.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Romeu Tuma.

Eu pergunto ao Almirante, se quer fazer algum comentário?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O senhor me permitia?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Por favor.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito rapidamente.

Senador Romeu Tuma, eu agradeço muito as suas colocações, realmente a política de defesa nacional é uma política de dissuasão, é uma política defensiva, ou seja, o papel das Forças Armadas é garantir a paz o que é importante para o País.

A sociedade brasileira tem que ter plena consciência das dificuldades que suas Forças Armadas enfrentam na garantia da paz. Eu, pelo menos, tenho colocado sempre com muita clareza isto. O aspecto que o senhor alerta a respeito da Marinha Mercadante eu poderia acrescentar alguns dados, se o senhor me permitisse que é o seguinte.

Nós hoje, 95% do nosso comércio exterior vem por via marítima, nossas importações, as nossas exportações, isso envolveu no ano passado 226 bilhões de dólares, foram envolvidos.

A Marinha Mercante, principalmente a Marinha de longo curso - como nós não temos mais navios, fruto do o que senhor nós disse aqui - nós pagamos hoje 07 bilhões de dólares de frete por ano. Quer dizer, um dinheiro que vai porque os empresários, enfim, contratam navios de outras bandeiras e pagam de frete. O que é uma pena poderia ser investido em recursos para recuperar a nossa Marinha Mercante.

A Amazônia azul gigantesca e é esse também um discurso que o Comandante da Marinha tem feito, nós temos 04 milhões e meio de quilômetros quadrados que é uma imensidão e que a Marinha tem que estar presente. Mas mais importante do que isso, no mar, nas fronteiras, elas são feitas pela presença do navio.

É a presença do navio que faz a existência de uma fronteira, então, a Marinha tem a necessidade de se fazer presente, daí a luta por recursos para o programa de reaparelhamento.

Eu só queria fazer aqui uma defesa da Petrobras. A Petrobras ela repasse corretamente todos os recursos dos *royalties* do petróleo. Na realidade, quando água um contingenciamento é feito em nível de Executivo, a Petrobras não nega em nenhum momento... A prova que estão hoje na conta da Marinha contigenciados, hoje dois bilhões e 600 milhões de recursos que estão contigenciados na conta da Marinha. Então, a Petrobras pagou a parte dela, isso é apenas uma defesa da Petrobras.

Quanto ao Estado vegetativo que foi um esforço que a Marinha pôde fazer para não deixar desmontar o programa nuclear, eu vejo de uma maneira otimista, que com a decisão do Presidente da República nós estamos retomando novamente o Programa Nuclear.

Eu já consigo ver uma luz no fim do túnel, ou seja, eu acho com muita segurança que nós teremos o Programa Nuclear terminado e, estaremos prontos para se houver a decisão governamental, partir para a construção do nosso submarino de propulsão nuclear.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Que esse túnel Almirante, não seja no Rio de Janeiro, porque nós estamos com as encostas caindo e os túneis bloqueados.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Esse a gente não consegue ver no fim do túnel.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois é, esse não tem também como ver.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Ontem--

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O duro é ser chefe, tem que saber tudo. Não pode.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): É verdade, o Comandante sabe tudo.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): O Comandante realmente, eu vejo o nosso Almirante só sorri ali quando o Comandante está fazendo a exposição, ele aprendeu bem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senador Paulo Duque, com a palavra V. Exª.

Uma das maiores centrífugas do mundo. Os americanos estão de olho na nossa centrífuga, querem muito conquistar nossa tecnologia.

Senador Paulo Duque, com a palavra V.Exª.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É um prazer revê-lo de novo nessa Comissão.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): V. Exª. e sua equipe. Prestei muita atenção à exposição. Eu indago: a Aeronáutica e o Exército possuem também um programa nacional nuclear ou é só a Marinha?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Bom, possui, agora o estado desse programa nuclear, eu vou pedir ao Almirante Bezerril, que é o responsável pelo nosso Programa Nuclear que possa dizer como está a Força Aérea rapidamente porque --

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Não, eu só quero saber se possui.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Possui, possui.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Se possui, nós temos que chamar aqui evidentemente a Aeronáutica e o Exército.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Senador é um estágio bastante diferente do que o estágio da Marinha, nós estamos bem mais avançados com resultados concretos de centrífugas. Os demais programas das demais Forças ainda estão em nível de pesquisa laboratorial, de domínio da tecnologia, do enriquecimento.

Tudo que passa é o tipo do enriquecimento do combustível nuclear que o nosso é da ultracentrifugação. Eu sei que uma das Forças é por laser e a outra... A Força Aérea é por laser e o Exército, nós não temos conhecimento. Então é esse o estágio, nós estamos já com o programa em fase concreta, ele existe.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito mais avançado?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito mais avançado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quer dizer, aqueles 3% que nos mostrou ali, a capacidade em termos de Brasil, é toda proveniente da Marinha ou não?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Não, não, os 3% da nossa energia elétrica no País?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Aquilo ali são usinas que o Brasil comprou, por exemplo, usina de Angra 1 e Angra 2, é isso que dá os 3% de energia elétrica. Aqueles 3% que eu apresentei ali--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Aquele ali, é como estamos de energia, de produção de energia elétrica no mundo que se usa 16% para energia nuclear, que produz a energia elétrica do mundo. E no Brasil, apenas 2,2% produz de energia elétrica, só Angra 1 e Angra 2.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Só Angra 1 e Angra 2.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Que é tecnologia comprada, veio o projeto, colocou-se e está produzindo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Angra 3, foi comprada há 20 anos mais ou menos, as máquinas, toda a técnica, está tudo já dimensionado num determinado local ali em Angra também, mas continuam guardadas lá.

Só de curiosidade será que essas máquinas estão perfeitas para serem usadas, empregadas? Para funcionar depois de 20 anos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Bem.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Eu não culpo ninguém, eu só quero saber se... Com certeza, eu sou otimista.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Com certeza estão, porque estão sendo preservadas dentro de toda a tecnologia.

Eu vou pedir ao Almirante Bezerril que me ajude com essa resposta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Claro.

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Existe a Eletro Nuclear que gasta por ano 20 milhões de dólares na manutenção desses equipamentos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Manutenção?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Manutenção.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Por ano?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Manutenção e garantia. Os fabricantes dão garantia, por isso que eles gastam esses 20 milhões.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): 20 anos?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Então está tudo preservado.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bem. Tem seguro?

SR. CARLOS PASSOS BEZERRIL: Tem seguro. É seguro e extensão de garantia. Cada ano a garantia é estendida.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Quer dizer na pior das hipóteses--

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: E o senhor viu ali que eu coloquei que nós temos hoje equipamentos já para o nosso laboratório de geração de energia 130 milhões de dólares comprados já. E nós gastamos 1.7 milhões de reais por ano para manter dentro das condições exigidas pelo fabricante para ser mantido--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Laboratório.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O nosso que vai ser o reator nuclear, que vai ser produzido a partir dos recursos que começam a entrar no ano que vem por decisão do Presidente. Já há - se não forem contigenciados - e se tudo correr bem como nós esperamos 130 milhões no ano que vem, começamos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Jamais houve qualquer tipo de acidente em Angra 1 ou Angra 2, não é isso?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Exato.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Jamais. Eu não me lembro no nosso Estado, meu Estado e do Senador Crivella, nunca houve acidente.

Quer dizer, mas até agora está se procrastinando a implementação de Angra 3? Há algum motivo determinante para isso? Prejudica o meio ambiente? Ou é uma política mesmo... Sua opinião?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Eu acredito que o nosso modal de energia elétrica no País ele se baseia muito nas hidrelétricas, eu acho que deve continuar se baseando nas hidrelétricas. Nós temos um potencial hídrico muito grande e esse potencial hídrico nos permite que tenha as nossas hidroelétricas.

Agora, nós estamos verificando que mesmo com o potencial hídrico que nós temos há alguns impactos ambientais que precisam ser vencidos, para produção de energia elétrica com a base em usinas hidroelétricas. Então, o modal nosso é na base da energia hidroelétrica.

Eu acredito que a energia nuclear ela deve ser considerada pelo País como um dos modais da produção, da nossa malha de produção de energia elétrica. Todas devem ser utilizadas, nós devemos utilizar as usinas hidroelétricas--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Hidráulicas.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Devemos usar as termoelétricas, devemos usar as nucleares. Devemos usar o que for possível, para garantir que nós tenhamos a energia elétrica que o País necessita para se desenvolver.

Então é isso, que esse é o discurso que eu tenho ouvido por parte do Governo e, no momento atual, eu vejo o Governo muito interessado em dar continuidade a isso. Eu tenho ouvido discursos por parte do próprio Presidente da República da retomada da construção de Angra 3.

Então, eu acho que como no mundo, a energia nuclear é uma das, se o senhor olhar ali o modal da energia elétrica no mundo, o senhor vê que o petróleo é 6. 7, nuclear 15.7, de gás, 19.6. A hídrica no mundo, nem todo mundo tem tanta água como nós, 16.1% e, carvão mineral, extremamente poluidor 39.8 no mundo.

Esse é o modal da energia elétrica no mundo. E nós temos que ter todos os modais também e utilizarmos de tal maneira que tenhamos energia elétrica suficiente.

É assim que eu penso, é a minha opinião a respeito.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Essa Angra 2 e Angra 3, elas tiveram início no Governo do Juscelino Kubitscheck, no seu programa de metas, não? O senhor tem idéia mais ou menos? Mais ou menos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Foi posteriormente. Quem deu a partida em Angra 1 e Angra 2, foi o Governo Geisel.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Foi o Geisel?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Foi.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Foi um convênio com os alemães.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Foi o convênio com os alemães e foram construídas as usinas de Angra 1 e Angra 2, naquele período, década de 70.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Se eu não me engano, foi o Embaixador Paulo Nogueira Batista, quem iniciou as conversações com a Alemanha e etc.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Exatamente.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E não parou mais, só parou na Angra 3.

Eu quero me esclarecer viu, Almirante? Porque é um assunto que interessa muito ao nosso País.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Eu também acho.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Sem dúvida alguma.

O senhor falou em 439 usinas. 439. É no Brasil inteiro? No mundo inteiro?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: No mundo.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): 439 usinas nucleares.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: É. O Brasil está ali colocado com duas que é o que nós temos.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Duas.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Nós temos duas e, tem uma com construção planejada, que é exatamente Angra 3.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): E Rússia e Estados Unidos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Estados Unidos, ele possui 104 reatores em operação, nenhuma em construção, 07 planejados e 25 com proposta de construção. Estados Unidos, ele depende muito. Os Estados Unidos depende muito da energia núcleo-elétrica.

A França também é um dos países que precisa muito, 59 reatores em operação, 1 em construção e 1 proposta, ou seja, o mundo está trabalhando. O senhor perguntou Rússia?

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Isso.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Rússia tem 31 reatores em operação, 7 em construção, 7 planejados e 18 propostas. Então, esse é o quadro mundial, segundo fontes das agências internacionais.

A China. Almirante Bezerril, está me falando da China. China: 11 em operação, 5 sendo construídas, 26 planejadas e 88 com construção proposta.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Agora para terminar, quer dizer, só a título de informação. Nós temos cinco submarinos no Brasil inteiro. Nossa costa tem 8 mil milhas ou 13 mil milhas, mais ou menos isso, não é?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: 8 mil e 500 quilômetros de costa, e uma área a ser patrulhada de 4 milhões e meio de quilômetros quadrados. É coisa à beça.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): É muita coisa, quer dizer, nós precisaríamos hoje em sua opinião de no mínimo quantos submarinos? No mínimo.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Esse número existe, são 12 submarinos. O projeto da Marinha são 12 submarinos convencionais e submarinos nucleares o primeiro e aí, conforme for, um segundo--

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Um segundo, um terceiro.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Mas o nosso projeto são 12 submarinos convencionais.

SENADOR PAULO DUQUE (PMDB-RJ): Muito bom. Eu agradeço as respostas de V.Exª.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Muito obrigado, Senador Paulo Duque. Passamos então--

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Senador, só uma perguntinha, rapidinho: 12 submarinos cobririam 8 mil e 500 quilômetros?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Não necessariamente cobre os 8 mil e 500 quilômetros, mas o nosso planejamento é de 12. Eles estarão andando pelo mar, enfim.

Nós não colocamos, quando nós dizemos a patrulha, é uma patrulha aleatória, mas só o fato de saber que existem esses navios andando por aí, já é um fator de presença.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eles são conjugados também com a guarda costeira. E o Projeto de guarda costeira da Marinha, Almirante?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Nós não temos projeto de guarda costeira na Marinha, no entanto, a Marinha desempenha o papel de guarda costeira.

Então, hoje nós temos os nossos navios que pertencem às forças dos distritos navais que nós chamamos de forças distritais, cumprem aquelas tarefas específicas de guarda costeira; que são as patrulhas navais, é o combate às chamadas novas ameaças, contrabando, tráfico de drogas, tráfico de armas, enfim, terrorismo.

São esses navios de patrulha, sãos os navios que tem que estar próximos das plataformas para protegê-las, enfim.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois, não.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP): Sobre esse problema de patrulhamento de tráfico de droga uma vez eu fui ao Senado Americano, com um Diretor de Polícia Federal que eles queriam nos oferecer um navio para navegar na Amazônia, em razão de algumas dificuldades que a Marinha que colabora e o serviço de Saúde da Marinha é eficiente, principalmente em Labre e naquelas regiões mais difíceis.

E lá eles discutiram comigo um Senador, que até foi ofensivo dizendo: “Que nós queríamos navio para passear na Amazônia”. Eu falei: “Se ele estava se autoconvidando”. E, depois discutimos sobre alguns navios, aí que eu aprendi que era o NaPaFlu, que eu não sabia que era o NaPaFlu, que era de navegação fluvial.

E, desistimos porque tinha que transformar um navio de mar para... E continuamos lutando com o apoio da Marinha, mas é importantíssimo que a Marinha também tenha esta possibilidade de aumentar sua capacidade de navegação na região Amazônica, porque é dependente a região das Forças Armadas, Senadores, não tem jeito.

Na Amazônia sabem como ela é dependente das Forças Armadas, da Marinha, da Aeronáutica e do Exército, senão tivesse a presença física que garanta a soberania e a assistência às comunidades que lá vi-

vem, provavelmente, nós em breve teremos muita dificuldade. Se a Marinha não tiver uma assistência efetiva para manutenção dessa rede que tem de navegação naquela região, para proteger contra a criminalidade organizada e proteção aos moradores da região que não tem assistência médica nada, a não ser através das Forças Armadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu passo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que é o próximo orador inscrito.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Senador Marcelo Crivella, prezado Almirante e Comandante da Marinha Júlio Soares de Moura Neto e prezado Comandante Bezerril.

Eu gostaria de primeiro perguntar da relação entre o esforço da Marinha em especial e o desenvolvimento científico tecnológico brasileiro, em que medida os investimentos nesta área como dos submarinos nucleares têm colaborado para o desenvolvimento científico tecnológico brasileiro e a cooperação entre a Marinha e a comunidade científica?

Em segundo lugar, eu gostaria de lhe perguntar: o senhor mencionou o quanto que o submarino nuclear tem uma atitude, uma finalidade de persuasão preventiva com respeito à necessidade de defesa do território brasileiro. Mas eu gostaria de perguntar em tempos de paz, além desta finalidade potencialmente tão importante, o submarino também pode ter finalidades úteis e importantes do ponto de vista do desenvolvimento brasileiro e, de finalidades que possam ser relevantes, assim como também os demais navios da Marinha Brasileira? Então, se há alguma finalidade importante que possa ser objeto de utilização?

Quando o Sr. mencionou que diferentemente dos submarinos de outra natureza, o submarino nuclear tem possibilidade de permanecer por muito embaixo da água, isso significa o quê? Porque o senhor mencionou que outros submarinos precisam de quando em quando recarregar a sua bateria e para isso vir à tona.

E o submarino nuclear precisa vir à tona para recarregar a bateria do ser humano? Poder vir à tona e sair lá do fundo do mar? É uma curiosidade, mas eu gostaria de saber, porque afinal de contas, mesmo o Comandante Moura Neto poderia passar quanto tempo debaixo d'água, por exemplo? E o que senhor faria tanto tempo lá?

Eu vejo aqui diversos Oficiais da Marinha, então, eu fico preocupado com eles por tanto tempo ali nas profundidades do oceano só uma... Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Com a palavra nosso Almirante.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador Suplicy.

Bem, o arrasto tecnológico ele é evidente porque não é apenas o submarino é o programa todo. Conforme eu tive oportunidade de mostrar, tudo isto que foi desenvolvido foi desenvolvido com tecnologia própria nacional. Participaram desse Programa Nuclear e trabalharam juntos com a Marinha, o CNEN, o IPT, o IPEN, a USP, ou seja, a indústria de São Paulo para produção desses periféricos que envolvem o Programa Nuclear. Então, uma válvula dessa que é desenvolvida é uma válvula de extrema precisão, de extrema dureza de material que serve para aplicar em outras coisas.

Por exemplo, lá em ARAMAR nós temos um torno de alta dimensão e alta precisão que nós hoje fazemos serviços para outras empresas, inclusive produzindo turbinas para hidrelétricas, enfim, ou seja, é um grande arrasto tecnológico que o Programa Nuclear produz.

O Programa Nuclear é a base para se poder ter o submarino, porque construir submarino no Brasil nós já fazemos submarino convencional. Dos cinco submarinos que nós temos quatro foram construídos no Brasil, com o projeto da *Thyssen Group,* Projeto Alemão, então, nós construímos.

Agora a propulsão nuclear essa tem que ser o reator nuclear, tem que ser com tecnologia nossa, porque essa ninguém fornece e ninguém auxilia, então, esse é o arrasto.

Nos tempos de paz os navios da Marinha, no caso dos submarinos eles continuarão patrulhando as águas, eles são feitos para isso, exatamente para que o mundo saiba que nas águas jurisdicionais brasileiras existe vigilância; existe permanente vigilância e uma área gigantesca dessa de 4 milhões e meio de quilômetros quadrados, onde os outros, os satélites e quem quer que seja não sabe onde ele está, porque ele pode permanecer um longo tempo lá.

Eu achei que a pergunta foi muito apropriada. O que vai limitar o tempo desse submarino permanecer debaixo d'água são os víveres e o cansaço da tripulação. Como eles são navios grandes os víveres a gente pode até ter os víveres, mas o cansaço da tripulação é um fator que nós vamos ter que adaptar.

Os submarinos americanos de propulsão nuclear normalmente fazem comissões de três meses sob as águas. No nosso caso, nós ainda vamos ter que avaliar de acordo quando eles começarem a funcionar, qual será o cansaço da nossa tripulação, mas isso é que vai ser o fator que vai determinar que ele retorne ao porto.

Serão patrulhas de 30 dias a 60 dias, que é o que hoje um submarino convencional quando sai para fazer uma patrulha, sai para fazer uma patrulha de 30 dias, mesmo vindo à superfície recarregando baterias voltando. 30 dias é comum, não é nada fora do comum.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O senhor permite uma pergunta mais?

Se na tripulação, a tripulação normalmente é masculina ou já há mulheres, também, na tripulação da Marinha de navios e do submarino, por exemplo?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: A Marinha possui... O ingresso de mulheres na Marinha, foi a primeira Força Armada onde as mulheres ingressaram em 1982, foi quando as mulheres entraram para a Marinha, mas as mulheres ainda não estão embarcadas nos navios.

Os navios não permitem as instalações dos navios com exceção de navios de pesquisa, navios mais desse tipo onde existem camarotes com instalações próprias, nos demais são alojamentos onde é difícil a preservação de um espaço especial para as mulheres. Então, normalmente nós não temos mulheres a bordo de navios a não ser esporadicamente em casos eventuais, onde é feito um preparo para elas.

Nos submarinos, não está previsto, nem nos submarinos americanos é o único... Na Marinha Americana que é uma Marinha extremamente avançada em termos de utilização das mulheres, as mulheres já chegaram ao ponto de estarem comandando navios, navios de combate propriamente dito, ou seja, elas têm carreira bastante avançada, nos submarinos americanos é o único lugar que as mulheres ainda não entraram.

Então, na Marinha do Brasil as mulheres ainda não estão embarcadas e, conseqüentemente, nos submarinos também não estarão embarcadas.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V. Exª. tem essa preocupação para aumentar a permanência no fundo do mar da tripulação ou não?

[risos]

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu fiquei preocupado--

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Ou seria para aumentar...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu fiquei preocupado com os oficiais da Marinha, Senador Crivella.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Uma preocupação de ser humano.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu gostaria de passar--

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Eu gostaria que V. Exª., também me incluísse entre os participantes da...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu incluirei V.Exª. Eu passo a palavra em seguida ao Senador Cristovam Buarque.

Com a palavra, V. Exª.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Presidente, depois de sua pergunta eu perdi um pouco a vontade de fazer qualquer outra.

Almirante, eu sou um defensor constante a muito tempo da opção atômica na nossa Marinha, eu creio que ela ajuda a desenvolver uma área de ponta da Ciência e Tecnologia que a gente não pode ficar para trás, não temos o direito como nação de ficar para trás.

Além disso, é claro eu imagino que tem um papel importante na segurança, mas nesse interesse que eu tenho e, nas conversas que eu tenho desenvolvido eu já ouvi mais de uma vez dizer que: nos cenários de guerra para segurança no Brasil, o mais importante seria a gente ter a Marinha muito presente nos nossos rios, muito presente nos rios de fronteira; que os submarinos atômicos não permitiriam intervenção nesses cenários e que serviriam bem para um cenário de guerras oceânicas a longa distância do Brasil.

Eu queria saber se essa opinião que eu escutei de algumas pessoas faz sentido? E se fizer sentido, se mesmo assim, a gente teria que entrar nas pesquisas das alternativas nucleares para novos submarinos?

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque. Realmente nos rios os submarinos não operam, os submarinos necessitam uma profundidade grande para operarem, eles não são navios para serem operados nos rios.

Nós temos hoje 40 mil quilômetros de vias navegáveis, rios navegáveis. Só na Amazônia são 20 mil quilômetros e a Marinha têm que se fazer presente nesses rios. Nos rios da Amazônia e nos rios do Pantanal, a Marinha se faz presente com seus navios patrulhando os rios e as fronteiras onde esses rios alcançam.

E, nós temos também as fronteiras da Amazônia azul das águas jurisdicionais e é lá que os submarinos vão operar, garantindo que ali realmente seja respeitada a soberania nacional e os nossos interesses.

Mas nós temos uma preocupação muito grande com os rios, como o Senador Romeu Tuma falou anteriormente, há necessidade de nós termos navios de patrulha fluvial e dentro do nosso Programa de Reaparelhamento está previsto a construção de mais navios de patrulha fluvial para reforçar não só Amazônia, como também, a Marinha do Pantanal.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Agradecido. E passo a palavra imediatamente ao Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, a minha pergunta ela está

diretamente relacionada com a preocupação hoje dominante em muitos países do mundo, principalmente entre os ecologistas, os defensores do meio ambiente, quanto à destinação dos rejeitos do enriquecimento do urânio.

Nós utilizamos uma tecnologia bastante avançada que está nesse prospecto distribuído, de que no enriquecimento do urânio somente dois países utilizam uma tecnologia chamada difusão gasosa, enquanto aqui no Brasil a tecnologia utilizada é a de ultracentrifugação.

Em termos de utilização dessa tecnologia o Brasil está muito avançado, desde quando para evitar dispêndio de energia e também atritos que redundam no enfraquecimento das peças da centrífuga, o Brasil desenvolveu um rotor que gira levitando por efeito eletromagnético que reduz atrito, desgaste, a manutenção e, também, contribui para a economia energia.

Então, eu perguntaria o seguinte: diante daquele acidente trágico acontecido na Rússia, em Chernobyl, onde houve um vazamento de um daqueles aparelhos de enriquecimento. Se há possibilidade mesmo em face do avanço tecnológico da centrífuga brasileira, de haver um acidente provocado por algum vazamento por ocasião da operação de enriquecimento?

E em termos de integração entre a Marinha e outros órgãos do Governo ou instituições privadas interessadas no desenvolvimento do aproveitamento industrial e comercial do enriquecimento do urânio que tipo de integração? Integração científica, tecnológica, existe entre a Marinha e demais órgãos do próprio Governo ou entre a Marinha e outras instituições de caráter internacional?

Quer dizer, o que eu quero saber é se há um intercâmbio cultural, científico tecnológico, entre a Marinha, órgãos do Governo que estudam o mesmo assunto, tratam do mesmo assunto e organismos internacionais?

São duas perguntas uma relacionada com o meio ambiente, com a preocupação com possível vazamento de átomos ou de urânio, que poderiam produzir um acidente de conseqüências imprevisíveis. A outra pergunta, relacionada com o intercâmbio cultural. Agradeço a V. Exª.s.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Almirante, com a palavra V. Exª.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Muito obrigado. Eu vou iniciar que eu já coloquei aqui uma transparência que mostra os acidentes relacionados à produção de energia.

Então, aqui se nós formos avaliar - e aqui o senhor vai ver um quadro que muda um pouco a visão que todos nós temos do grande risco da energia nuclear. Se o senhor for olhar aqui e for ver, o único acidente até hoje registrado com morte em energia nuclear é o de Chernobyl, onde morreram 31 e hoje esse número já tem aparecido um pouco mais, já se fala em 50, ocorrido em 1986.

Todos os demais são acidentes com outro tipo de energia. Hidrelétrica, aqui na Índia morreram 2500 pessoas, 1000 pessoas, explosão de gás uma quantidade enorme de mortes.

No Brasil, o maior acidente envolvendo energia está aqui Cubatão em 1984, todos nós nos lembramos daquela tragédia quando aquele oleoduto pegou fogo em São Paulo, lá em Cubatão, onde morreram 500 pessoas, enfim, o senhor vai ver que hoje o grande vilão na produção de energia são as minas de carvão.

A quantidade enorme de acidentes com minas de carvão, onde morreram pessoas na produção minas de carvão, ou seja, na realidade os acidentes envolvendo a produção de energia nuclear, o único conhecido é o de Chernobyl. O outro que houve foi um acidente também conhecido que é o de *Three Mile Island,* que houve nos Estados Unidos e não chegou a haver vazamento.

Muito bem. A tecnologia tem evoluído de uma maneira muito grande e as proteções são cada vez maiores nas usinas nucleares, a prova é que não se tem nenhum fato recente de qualquer tipo de vazamento.

Esse nosso laboratório de geração de energia onde nós vamos colocar nosso reator que mais tarde será o reator que vai se colocar no submarino, ele é construído com toda a tecnologia de uma usina nuclear; paredes duplas, bases fincadas em rochas, como se fosse quase um banker de tal proteção contra terremoto, mesmo sem nós termos aqui, proteção contra qualquer cataclismas para exatamente... E, assim são as usinas nucleares.

Então, o senhor vê aquela quantidade enorme de usina nuclear em funcionamento e não há acidentes, porque a tecnologia é muito bem feita, o único que nós temos conhecimento na história da energia nuclear é Chernobyl.

Então, eu posso lhe dizer o seguinte, há uma proteção muito grande na construção das usinas nucleares. Aqui no Brasil o único acidente envolvendo a energia nuclear não teve nada a ver com a produção de energia foi o césio que todos nós sabemos.

Muito bem. Os rejeitos. Aqui tem uma idéia de como é que nós estamos trabalhando com os rejeitos. Esses rejeitos de baixa e média atividade que o de baixa atividade é o material descartável usado na manutenção e o de média atividade são as resinas de purificação e filtração, onde não há realmente... Mas há apenas a contaminação, eles são colocados em

depósitos iniciais junto às próprias unidades e são guardados lá.

O depósito final, nós ainda estamos estudando, o País está estudando porque a nossa quantidade ainda é muito pequena, porque nós atendemos apenas as usinas de Angra 1 e Angra 2.

Os rejeitos da alta radioatividade que são exatamente os elementos combustíveis usados, eles hoje estão guardados em piscinas no interior das próprias usinas Angra 1 e Angra 2 e eles têm tempo suficiente para lá permanecer. O depósito de longa duração está em fase de concepção o Brasil está estudando isso. A Marinha não faz parte dessa análise são exatamente a CNEN que está estudando onde será o depósito de longa duração.

A nossa quantidade ainda é muito pequena, nós estamos seguindo o caminho dos países como, por exemplo, os Estados Unidos que tem cento e não sei quantas usinas em funcionamento e que tem uma quantidade enorme de rejeitos.

Existe um outro aspecto também, Senador, também interessante na tecnologia no estado da arte é que já se descobriu que esses rejeitos de alta radioatividade eles podem ser reciclados para outras finalidades, então, eles não se perdem. Exatamente eles são perigosos porque eles não perdem a radioatividade, daí a necessidade de ter depósito de longa duração.

Há um estudo mundial para que se tenha uma tecnologia para protegê-los, mas eles poderão ser reaplicados é esse o novo caminho que os países desenvolvidos e que trabalham com energia estão considerando.

Não sei se o Almirante Bezerril tem alguma coisa? Está bom, era isso que eu tinha a dizer ao Sr.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Faltou a questão do câmbio.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Como eu falei no início todo esse Programa Nuclear da Marinha, a Marinha deu a partida nisso, mas ela não fez sozinha, ela fez com a colaboração da universidade, com a colaboração dos centros de pesquisa.

Participaram ativamente desde o primeiro momento... A Marinha instalou-se dentro da USP e de lá saíram os projetos. A USP é uma parceira de primeiro momento no desenvolvimento do Programa Nuclear da Marinha. Também foram parceiros de primeiro momento a CNEN, o IPT, o IPEN, que são instituições todos elas voltadas à produção de energia que trabalharam conosco na criação das centrífugas, no domínio dessa tecnologia que foi exatamente absolutamente nacional.

Essa nossa centrífuga foi criada é um orgulho que ela foi criada com tecnologia de brasileiros, com tecnologia nacional, porque é um segredo industrial que domina não passa. Então o Brasil dominou isto com o apoio... Paralelamente a isso para produzir esses materiais às indústrias de São Paulo, indústrias de alta precisão foram no arrasto tecnológico. Nós conseguimos produzir as centrífugas, materiais com extrema capacidade de dureza e de resistência para poder fazer isto e essa parceria é trocada.

Quanto às agências internacionais nós temos relacionamento com duas agências internacionais, são agências de controle da nossa produção. Então, a nossa produção nuclear, o nosso ciclo e o combustível que nós produzimos ele é controlado pela Agência Internacional de Energia Nuclear, a chamada AIEA.

Além disso, foi criada uma Agência Brasil-Argentina de Controle do Combustível Nuclear, onde nós controlamos o Brasil e a Argentina autocontrolam o combustível nuclear e a Agência Internacional é uma triangular. Então é a Agência Internacional, a Agência Brasil-Argentina e o Brasil, todos nós tomamos conta desse combustível.

Os inspetores vêm ao Brasil verificam os nossos processos, têm acesso à entrada e a saída de combustível, tudo isso é gravado em termos de energia para que eles possam saber que tudo que está entrando aqui, está saindo daqui enriquecido, então, não há nenhum desvio de combustível. Eles não sabem como isto é feito que é o segredo tecnológico.

Além do mais, dois aspectos muito importantes. Quando criamos o Projeto, o Programa Nuclear em 1979, nós já imaginávamos que nós poderíamos ter que enfrentar isto. Então, desde aquela época, desde a época em que nós fomos para ARAMAR, que foi alguns anos depois, chegamos a ARAMAR, quando? Alguns anos depois nós chegamos a ARAMAR onde fizemos o Centro Experimental, nós passamos a monitorar toda a região.

Então, constantemente, permanentemente nós levantamos a qualidade da água, a qualidade do solo, a qualidade das vegetações, temos animais e, isto é registrado em cartório. Fizemos a mesma coisa nos portos nacionais mais importantes.

Então, nós temos a qualidade da água em todos os portos nacionais, para que no em que dia que o submarino nuclear começar a navegar e entrar num porto desses, a gente já saiba como estava antes e como ficou depois que o submarino passou. Isso para ter absoluta garantia e dar essa absoluta garantia à sociedade brasileira, de que ali não há nenhum tipo de vazamento, não está causando nenhum malefício.

Isso tudo está registrado em cartório, cada anotação no nível dos dez quilômetros em torno de ARAMAR é registrado em cartório. 7 mil análises por ano, está me

dizendo o Almirante Bezerril, que são registrados em cartório, para que se um dia acontecer alguma coisa a gente possa dizer: "Olha, não foi por causa disso ou foi por causa disso".

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, por último.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pois, não. Com a palavra V.Exª.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Gostaria ainda de fazer uma indagação.

Nós estamos na Comissão de Relações Exteriores que é uma Comissão que cuida dentre outros assuntos, do bom relacionamento entre as nações, da soberania quanto a todos os programas desenvolvidos internamente por cada país, inclusive sob o ângulo da produção do enriquecimento de urânio.

Ultimamente a imprensa internacional tem divulgado certa turbulência entre o Irã que está enriquecendo, está se utilizando da tecnologia da energia atômica, segundo os seus dirigentes para fins pacíficos e, entretanto, os Estados Unidos desconfiam que por detrás dessa produção de energia atômica para fins pacíficos existe a possibilidade do surgimento de uma bomba atômica.

Isto significa realmente uma grande preocupação, notadamente, numa área tão conturbada quanto na região dominada pelos países mulçumanos. E como nós sabemos, age de forma fundamentalista do ponto de vista político, do ponto de vista eleitoral, do ponto de vista do domínio das mentalidades em cada um dos países regidos por uma religião que age com certo radicalismo.

Então, eu perguntaria se V. Exª. como Comandante da Marinha, o que V. Exª. acha dessa turbulência que está acontecendo, essa discussão entre o Irã e os Estados Unidos, mesmo porque o Presidente da República, o próprio Lula, já disse que devemos respeitar a soberania dos países, desde que esses países obedeçam às regras internacionais da boa convivência e a produção de energia nuclear para fins pacíficos.

Eu perguntaria a opinião de V. Exª. sobre questão tão grave, tão delicada, que hoje domina grande parte das preocupações da imprensa internacional.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: Eu colocaria da seguinte forma, como o Presidente disse cada País deve ter a sua autodeterminação, direito de sua soberania, desde que respeite as regras internacionais. Eu acho que aí que a questão está colocada.

O Brasil conforme eu disse, dentro de sua visibilidade recebe os inspetores da AIEA, coloca à disposição dos inspetores os dados que produz com alguma clareza. O que me parece que esse é o X da questão, ou seja, no momento em que o Irã aceitar o controle da Agência Internacional, eu acredito que um pouco das preocupações serão diminuídas, mas isso é apenas uma opinião.

Na realidade no momento ele não aceita a intervenção da Agência Internacional de Energia Nuclear daí a grande questão. Eu tenho ouvido declarações do Presidente Iraniano e ele está inclinado a aceitar as inspeções.

Eu acredito que se ele der esse passo muitos dos temores mundiais poderão diminuir, porque aí se saberá qual é o grau de enriquecimento, qual é o nível de enriquecimento que eles estão tentando, enfim e tirarão talvez as preocupações da comunidade internacional.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V. Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu gostaria de conceder ao nosso Almirante e ao Contra-Almirante Bezerril, um tempo para que fizesse as últimas considerações dessa nossa Audiência Pública.

SR. JÚLIO SOARES DE MOURA NETO: O Almirante Bezerril apesar de ser o Comandante da Marinha, cedeu a palavra para mim, mas eu já falei bastante.

Eu só gostaria de dizer aos Exmos. Srs. Senadores e aos Srs. e Srªs. aqui presentes, que essa oportunidade para a Marinha vir aqui e falar aos Srs. e as Srªs. é muito importante.

Esse programa nuclear nasceu em 1979 nesses vinte e muitos anos foi feito com muita dificuldade. É considerado pela Marinha e é isso que eu quero passar aos Srs., como uma das grandes vitórias tecnológicas do nosso País, talvez a maior vitória tecnológica do País, existem outras, mas essa se não é a maior é uma das maiores vitórias tecnológicas.

Quando faltaram os recursos a Marinha o manteve em estado vegetativo porque sabia a importância dele para a Marinha, mas sabia da importância do Programa Nuclear para o País. Ele é um programa absolutamente dual, ele é um programa que cujo reator é capaz de produzir energia elétrica.

Energia elétrica que poderá acender a luz de uma cidade ou energia elétrica que poderá fazer movimentar um motor elétrico de um submarino.

Então, apesar dele está inserido no campo da defesa, ele atende às necessidades da sociedade brasileira. Eu agradeço a oportunidade e muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu gostaria de agradecer ao nosso Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, ao Contra-Almirante Bezerril, aos demais oficiais da Marinha que compareceram à nossa audiência.

Dizer ao público brasileiro que nos assiste, estamos ao vivo na TV Senado, que o Programa Nuclear da Marinha é sem sombra de dúvida um orgulho nacional. Eu gostaria de ressaltar que técnicos americanos, não só dos Estados Unidos, mas de muitos países, gostariam de ter dominado a tecnologia da nossa ultracentrífuga. Ela gera energia com pouco consumo de energia, o que não ocorre nos outros países.

Cada valoroso Cientista da Marinha e das Universidades Brasileiras poderiam estar ganhando fortunas no Exterior, não o fazem por seu amor ao País, pelo seu dever cívico e patriótico esses homens têm um imenso valor.

Lembro também que o Senado Americano, recentemente, já que o mundo caminha para uma crise de energia de longo prazo, passou uma Lei de seis pontos, os americanos vão prospectar no Ártico, os americanos vão queimar carvão em altas quantidades, segundo eles com emissão zero com filtros, um programa de bilhão de dólares. Vão investir no etanol à base de milho.

O Presidente Bush inaugurou um posto de reabastecimento de veículos com hidrogênio liquefeito, que eles querem viabilizar economicamente. Desenvolveram um programa tipo Procel Brasileiro, para uso de autoeficiência em equipamentos eletrônicos para indústria e para residências, estão financiando também um programa como esse para a China e Índia e, ampliar seu sistema nuclear de geração de energia.

Quer dizer, o Senado Americano aprovou um programa vencendo todas as dificuldades com ambientalistas e recursos, porque é um País que está sempre em esforço de guerra, mas o que mostra a importância que eles dão à geração de energia.

No Brasil nós aceitamos veto ambiental para dezenas de hidrelétricas. Deixamos um programa nuclear como esse em estado vegetativo. E talvez, com essa palestra nós todos, Senadores possamos estar muito mais conscientes, eu diria do valor estratégico desse Programa da Marinha, sobretudo agora que estamos discutindo o orçamento do ano que vem.

Senhor Almirante estamos muito honrados com sua presença e agradecemos a todos por esta audiência. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 11h39.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS QUATORZE HORAS.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e cinco de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES,** reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, EUCLYDES MELLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, PEDRO SOMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, GERALDO MESQUITA JUNIOR, LEOMAR QUINTANILHA, EDISON LOBÃO e FLEXA RIBEIRO.** Justificou a ausência o Senador **MOZARILDO CAVALCANTI.** Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Presidente dá início à apreciação da pauta convidando os Embaixadores Paulo Cordeiro de Andrade Pinto e José Maurício de Figueiredo Bustani para comporem a Mesa. **Item 01**: Mensagem (SF) nº 163, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá".* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **PEDRO SIMON** para fazer a leitura do seu Relatório. **Item 02**: Mensagem (SF) nº 171, de 2007, de autoria do Presidente da República, que *"Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa".* O Presidente concede a palavra ao Relator Senador **EDUARDO SUPLICY** para fazer a leitura do seu Relatório. O Senhor Presidente abre o processo de votação. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO** para fazer sua exposição. O Presidente convida o Embaixador **PAULO TARSO FLECHA DE LIMA** para compor a mesa. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI** para fazer sua exposição. A Reunião torna-se secreta às quinze horas e vinte e três minutos. A Sessão é reaberta às dezesseis horas e vinte e quatro

minutos. O Senhor Presidente comunica a aprovação dos indicados. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – **Senador HERÁCLITO FORTES, Presidente.**

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 36ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS QUATORZE HORAS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 36ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Submeto à Comissão a dispensa da leitura da ata da reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovada.

Passamos, portanto, à apreciação da pauta. Em primeiro lugar quero convidar para compor a mesa os Sr. Embaixadores: Paulo Cordeiro de Andrade Pinto e José Maurício de Figueiredo Bustani.

Item 1: Mensagem nº 163, de 2007, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Primeira Classe da carreira de diplomata no quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá. Autoria é o Presidente da República, o Relator é o Senador Pedro Simon a quem concedo a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, Srs. Embaixadores...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Pedro Simon, eu peço a V.Exa., eu queria pedir desculpa aos companheiros e também aos dois sabatinados pelo adiamento dessa sessão. Nós tivemos hoje um dia aqui atípico com várias atividades, inclusive, um compromisso que, lamentavelmente, não pude comparecer, mas o Senador Simon fez, que era a missa de sétimo dia do ex-deputado e ex-ministro José Aparecido Oliveira, daí porque como houve manifestação da maioria dos senadores de participar dessa homenagem, eu tomei essa iniciativa de transferir para tarde de hoje. E complementando, logo após a leitura pelo Senador Simon do seu relatório, nós vamos excepcionalmente abrir a votação para possibilitar alguns Senadores que tenham atividades em outra dependência da Casa, que tendo em mãos já o relatório e conhecendo a vida dos Embaixadores aqui presentes puderam exercer o seu voto.

Senador Simon, muito obrigado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Essa casa, Sr. Presidente, é chamada a opinar sobre a indicação do Sr. Presidente da República que fez o ilustre Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, Ministro de Primeira Classe da carreira diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Canadá.

A constituição atribui competência privativa do Senado Federal para examinar previamente para voto secreto a escolha do chefe da missão diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores atendendo a preceito regimental elaborou o Curriculum Vitae do Diplomata indicado do qual se extrai para esse relatório as informações que se seguem. Nascido em Salvador-Bahia, S.Exa. não tem um timbre de baiano, parece mais... Baiano é mais alegre, mas V. Exa. agora... [risos]. Em outubro do 1953, filho de Péricles Cordeiro Amador Pinto e Maria Carmelita de Andrade Pinto. Paulo cordeiro de Andrade Pinto se graduou em história pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília em 1979. Concluiu o curso de preparação à carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco sendo, subseqüentemente, promovido a 3º Secretário, 2º Secretário, 1º Secretário e Conselheiro por merecimento. A Ministro de Segunda Classe por merecimento e a Ministro de Primeira Classe em 2006.

O Diplomata indicado exerceu dentre outros cargos e funções o de 3º Secretário, o de assistente do Departamento da Ásia, África e Oceania, o 2º e 1º Secretário da Delegacia junto às Nações Unidas em Genebra, o de 1º Secretário em La Paz, o de Assessor do Departamento de Organismos Internacionais, o de 1º Secretário em Ottawa, o de Chefe de Delegação da 26ª Reunião do Comitê Científico da Comissão Internacional da Grã-bretanha e de Diretor do Centro de Estudos Estratégicos da Secretaria de Estudos Estratégicos e de Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas de Nova York, o de Presidente da Comissão de Assuntos Administrativos e Orçamento do Presidente da Comissão de Assuntos administrativos e Orçamento do organismo para inscrição das armas nucleares da América Latina, e de Assessor e Subsecretário Geral de Planejamento Político, Econômico e de Conselheiro e Ministro no México e de 1º Conselheiro em Ottawa e Embaixador em Porto Príncipe.

Dentre as condecorações que recebeu incumbe destacar medalha do Mérito de Tamandaré, medalha do Mérito de Santos Dumont, Ordem do Mérito Naval, Grau de Cavalheiro, Ordem de Rio Branco, Grau de Comendador, Honra do Mérito Militar, Grau de Grande Oficial, Medalha de Pacificador, medalha de Mérito da Defesa, Grau de Grande Oficial e da medalha do Jubileu de Ouro de Vitória da Segunda Guerra Mundial.

Sobre o Canadá cabe assinalar que se trata de um país que ganha crescente importância nas relações externas com o Brasil; destino de eleição de incontáveis brasileiros e obrigados a emigrarem diante das dificuldades encontradas no mercado do trabalho nacional.

O Canadá tem recebido consideráveis investimentos nacionais, como os que recentemente foram efetuados pela Companhia Vale do Rio Doce, que comprou a empresa INCO. Estima-se que o Brasil registra um estoque de investimentos do Canadá da ordem de 21 bilhões de dólares, tornando-se o quarto maior investidor direto no país depois dos Estados Unidos da América, Reino Unido e da França.

Membro atuante da comunidade internacional, inclusive, na Organização Mundial do Comércio - OMC. Prezado pela sua estabilidade e aperfeiçoada democracia, o Canadá é partícipe do acordo do Livre Comércio da América do Norte – NAFTA, em relação ao qual o Brasil e Mercosul possuem elevantes interesses, na sempre possível renegociação da agenda de construção do livre comércio hemisférico, o projeto ALCA que se encontra paralisado.

No que concerne às relações bilaterais conforme assiná-la as informativas do Ministério das Relações Exteriores, após a fase relativa de distanciamento, os dois países atravessam o seu melhor momento de relacionamento, a partir do esforço recíproco que tem realizado em prol da elevação do nível de interesses políticos e econômicos.

Em 2007 tivemos a visita do Governador-Geral do Canadá Michaelle Jean que é o Chefe de Estado do país, bem como, a visita do Chanceler brasileiro Celso Amorim ao Canadá.

Diante do exposto julgamos que os integrantes desta Comissão podem e têm todas as condições para que o nobre representante possa ser escolhido para ser o nosso representante junto ao país Canadá.

É com satisfação, Sr. Presidente, que eu apresento esse relatório com muito carinho e com muito respeito. Dizendo que, na verdade, S.Exa. terá uma atividade muito importante representando o nosso país no Canadá. Eu não sei porque, mas eu sinto que ainda falta no relacionamento Brasil -Canadá uma espécie de vazio que têm todas as condições de serem ocupadas. O Brasil, mais ou menos, a gente age como se o Canadá, obrigatoriamente, um país que gira em torno dos Estados Unidos, realmente existe essa realidade. Uma fronteira imensa totalmente pacificada entre os dois países faz com que essa intimidade exista. Mas eu noto e sinto que o Canadá tem condições, deseja e se preocupa em ter um relacionamento independente, ser visto como um país que tem a credibilidade e o respeito.

Eu me lembro que nós temos a Expointer no Rio Grande do Sul, quando se falou, foi comentado com a Embaixada do Canadá para expor o gado dele que é de primeira classe na nossa Expointer vieram e nunca mais deixaram de vir, sempre uma delegação muito grande com apresentação de primeiríssima classe. E eles vêem sempre com carinho, com desejo de mostrar preocupação e interesse com o nosso país.

Eu acho que V. Exa. pode, acho e digo, sair daquele protocolo da relação e um aprofundamento que eu acho que o Canadá tem todas as condições de fazer um contrapeso entre a América toda e os Estados Unidos, ao invés de funcionar, como as pessoas acham que não é de falar com o Canadá, porque o Canadá é um aliado permanente e constante dos Estados Unidos.

Por outro lado, Sua Excelência merece ir para o Canadá porque S. Exa. saiu com muito bom destaque e saiu vivo lá do Haiti com um trabalho, realmente muito importante e onde poderá nos falar do desempenho das tropas brasileiras no Haiti. O Ministro Jobim esteve lá, não sei se V. Exa. ainda estava lá ou já tinha vindo. Ele ficou bem fantasiado de general, aquela coisa. Ele inaugurou agora no Amazonas, foi ele e a esposa devidamente aparentado. Mas ele voltou de lá com a impressão de que as tropas brasileiras podem exercer um papel na defesa interna como, por exemplo, Rio de Janeiro, porque ele acha que o que aconteceu lá e a participação e a ação desenvolvida pelas tropas brasileiras no Haiti com relação à garantia da ordem interna poderá ser o exemplo de que elas poderiam fazer devidamente preparadas aqui no Brasil. Eu acho que é uma análise do que está lá no Haiti e a presença nossa lá seria, realmente muito interessante.

Tenho a maior admiração por V. Exa., pelo seu trabalho e é com muita alegria que eu manifesto o meu voto e a minha simpatia favorável à indicação de V. Exa. que merece depois de uns anos no Haiti o Canadá, pelo menos, a vida é bem mais tranqüila.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Pedro Simon, eu quero apenas lembrar que o Embaixador, V. Exa. puxou a baianidade dele, o Embaixador, embora, tenha nascido em Salvador a sua família é de Monte Santo, onde o seu pai,

inclusive, foi prefeito na cidade do sertão baiano, além, de baiano, ele tem origem nas urnas.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O interior da Bahia é mais austero do que Salvador, Salvador... Então agora está explicado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está feito o registro.

Item 2: Mensagem nº 171, de 2007, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. José Maurício de Figueiredo Bustani, Ministro de Primeira Classe da carreira diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa. Autoria Presidente da República e o Relator é o Senador Eduardo Suplicy a quem passo a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Honrou-me V. Exa., prezado Senador Heráclito Fortes, Presidente desta Comissão com a relatoria relativa ao Embaixador José Maurício de Figueiredo Bustani. Quero cumprimentar o Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, ao Embaixador Bustani, também ao Senador Eduardo Azeredo e demais colegas.

Em verdade, neste caso, como Diretor do Departamento Denis Fontes de Souza Pinto, encaminhou-me um currículo da carreira do Embaixador Bustani um tanto suscito. Eu tive a preocupação de levantar mais elementos, pois gostaria de dizer que nascido em Porto Velho - Rondônia em junho de 45, filho de Maurício José Bustani e Guajá de Figueiredo Bustani.

O Sr. José Maurício Figueiredo Bustani se graduou em Direito pela PUC do Rio de Janeiro em 1967. Concluiu o curso de preparação à carreira de diplomata no Instituto Rio Branco sendo, subseqüentemente, promovido a 3º Secretário em 67, 2º Secretário em 70, 1º Secretário em 76, a Conselheiro, por merecimento, em 79, a Ministro de Segunda Classe, por merecimento em 83, Ministro de Primeira Classe em 95.

Exerceu, dentre outros cargos e funções, o de assistente da Secretaria Geral para Organismos Internacionais, de Assistente no Departamento de Organismos Internacionais, 3º e 2º Secretário em Moscou, o de 1º Secretário e de Conselheiro e Ministro de Segunda Classe na missão junto à ONU, Ministro e Conselheiro em Montevidéu, Diretor-Geral da Organização para Proibição de Armas Químicas e, finalmente, o posto atual de Embaixador no Reino Unido em Londres.

Vale destacar o brilhante papel que o Embaixador desempenhou na direção da OPAQ. Foi eleito em 1997 e reeleito em 2000, um ano antes do término do seu primeiro mandato por aclamação.

Nesta Organização para Proibição das Armas Químicas, como lembrou o Secretário-Geral do Itamaraty Samuel Pinheiro Guimarães em artigo de abril de 2002, denominado "O Brasil, os Estados Unidos, a OPAQ e Bustani", o Embaixador Bustani por meio de seus esforços conseguiu aumentar o número de países membros e, portanto, sujeito à inspeção de suas instalações de 87 para 145. Foram realizadas em sua gestão mais de 1.100 inspeções em mais de 50 países, inclusive, o Brasil. E estima-se ter sido possível lograr uma redução de 15% do estoque de armas químicas no mundo e, portanto, do risco de sua utilização por estados ou organizações terroristas.

Essa bem sucedida e competente gestão de um brasileiro foi alcançada apesar da relutância paradoxal dos Estados Unidos em cumprir com suas obrigações financeiras em dia.

O Embaixador Bustani em estrito cumprimento a decisões adotadas anualmente pela Conferência dos Estados-Partes da OPAQ em favor da universalização da convenção, realizou gestões junto a países não-partes, em especial países possuidores ou ex-possuidores de armas químicas. A adesão de países do Oriente Médio como o Irã, o Sudão, Arábia Saudita e a Jordânia foram considerados como um passo importante para o desarmamento regional e para a paz em uma região tão conturbada. A possibilidade de o Iraque aderir a OPAQ, o que depende de decisão do regime de Saddam Hussein à época desagradou os executores, dependia, obviamente, desagradou os executores da política exterior americana que procuraram valer-se de pretexto para empreender ataque militar contra o Iraque que, aliás, foi bombardeada irregular e ilegalmente pelos Estados Unidos e pela Inglaterra desde o fim da Guerra do Golfo.

Um desses pretextos seria a posse de armas de destruição em massa, comprovadas por estudos e relatos recentes não ser procedente e a recusa em continuar a se sujeitar às inspeções extraordinárias da ONSCOM Comissão criada após a Guerra do Golfo que, como vocês sabem, eram instrumentalizadas pelo governo dos Estados Unidos conforme testemunha amplamente divulgado de um ex-inspetor de nome Scott Ritter.

A adesão a OPAQ sujeitaria o Iraque a inspeções regulares e suas instalações e as inspeções por desafio do tipo surpresa, solicitada por outro país quando houvesse suspeita de violação da convenção.

Graças à ação do Embaixador Bustani as inspeções da OPAQ foram sempre imparciais, não tendo sido possível instrumentalizá-las para fins políticos. Portanto, a eventual adesão do Iraque a OPAQ frustraria o pretexto americano e a articulação para a criação de condições favoráveis na opinião pública americana e mundial para justificar uma operação militar maciça contra o Iraque. Assim o governo americano desenca-

deou uma operação diplomática para forçar a saída do Embaixador Bustani da OPAQ procurando acusá-lo de "incompetência" o que contraria frontalmente os dados de sua gestão e o fato de ter sido reeleito por unanimidade em 2000 com o voto americano e nunca ter sido a sua gestão criticada anteriormente. Disso, resultou em sua demissão da instituição. No entanto, a resistente história do conflito bélico no Iraque demonstrou que as idéias e proposições do Embaixador Bustani, na verdade, estavam corretas.

O Embaixador Bustani assumiu a Embaixada Brasileira no Reino Unido em março de 2003 e dentre as atividades que desempenhou destaco na área econômica comercial a criação a partir da visita de estado do Presidente Lula em março de 2006 do Comitê Econômico e Comercial Conjunto Brasil/Reino Unido GETCO com vistas a ampliar e expandir os laços comerciais e econômicos entre os dois países nos mais variados campos. Mais que um mecanismo burocrático uma iniciativa de amplo alcance com forte envolvimento da iniciativa privada.

Na área política a coordenação estreita com o Ministério do Exterior Britânico e demais Ministérios Britânicos com a organização e o apoio decisivo da visita de autoridades de missões brasileiras ao Reino Unido de autoridades e missões britânicas ao Brasil.

A Embaixada apoiou o crescente número de visitas de autoridades como a visita do Presidente Lula em março de 2006, distinção que o Governo Britânico concedeu...

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, podia V. Exa. interromper um minuto, apenas para comunicar aos Senadores, tem vários Senadores com alguns problemas de outras comissões que já conhecem o currículo e conhecem o parecer de V. Exa. porque tiveram acesso. Os que se sentirem em condições, a partir desse momento, exercer o direito de voto, excepcionalmente, pode fazê-lo.

Tem a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): O estreito contato com o Parlamento Britânico, em particular com o grupo Interparlamentar Brasil/Reino Unido, chefiada até pouco tempo pelo Deputado Bob Blizzard, incentivando parlamentares britânicos a visitar e conhecer Brasil.

O apoio a todos senadores e deputados, bem como, as diversas missões parlamentares que visitaram o Reino Unido para tratar de temas fundamentais para o Brasil desde assuntos de migração que afeta os brasileiros no exterior a contatos na área ambiental.

Eu próprio sou testemunha, Sr. Presidente, da maneira atenciosa, aliás, como V. Exa., Senador Heráclito Fortes, que como Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de missão parlamentar de Senadores e Deputados recentemente ao Reino Unido também teve a oportunidade de testemunhar. Como resultado da ação diplomática brasileira e da qual tem participado ativamente, o Embaixador Bustani hoje, o Reino Unido considera o Brasil um de seus principais interlocutores, um parceiro estratégico com contribuição a nos dar nos principais temas que afeta o planeta desde a negociação do clima, as negociações multilaterais, a reforma da ONU e, apesar de integrantes da União Européia o Reino Unido defende a abertura agrícola na Europa em posição convergente com a do Brasil.

O Governo Britânico também tem apoiado explicitamente que o Brasil tem assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, objetivo para o qual também o Embaixador Bustani auxiliou. Considera o Brasil parceiro fundamental no tratamento de questões globais como mudança do clima e combate à pobreza.

Na área de apoio à comunidade brasileira no Reino Unido houve a criação do Diálogo Brasil, fórum de discussão sobre questões de interesse do Brasil e de brasileiros no Reino Unido, inédito entre Embaixadas brasileiras no exterior, o que aproximou a comunidade brasileira com o Consulado-Geral e a partir do diálogo Brasil nasceu a Associação Brasileira no Reino Unido - ABRAS, voluntários da comunidade brasileira que presta serviço aos brasileiros nos mais diversos aspectos legal e educacional.

Na área cultural e educacional houve a participação ativa na realização pelo Barbican Center o maior centro cultural de Londres no Festival Tropicália de fevereiro a maio de 2006, maior festival de cultura do Brasil já realizado no Reino Unido. Três meses e meio de atividades culturais, desde exposição de artes plásticas, a shows, apresentações de peças teatrais, de filmes e documentários brasileiros.

Houve também a realização da semana de Machado de Assis com a participação do Presidente da Academia Brasileira de Letras, o Ministro Marcos Vinícius Vilaça e grande especialista na obra Machadiana. Considerado pela ABL evento de enorme importância, que marcou o início das celebrações do centenário da morte de Machado de Assis, a ser comemorado no ano que vem.

Gostaria de ressaltar que, inclusive, o Embaixador Bustani, muitas vezes, se empenhou também no bom relacionamento do Brasil com a Universidade de Oxford, inclusive, ali havendo, até recentemente, o Centro de Estudos Brasileiros e ele ponderou ao Governo Brasileiro, ao Itamaraty das razões pelas quais

avaliava que seria importante a continuidade de uma boa relação do Brasil com a Universidade de Oxford, de se possível até, a continuidade daquele centro.

As relações políticas entre o Brasil e a França tomaram renovado impulso a partir de 95, ano em que Jacques Chirac assumiu a presidência em seu primeiro mandato. Realizaram-se regularmente desde então visitas dos chefes de estados recíprocos cabendo destacar mais recentemente a visita do Presidente Lula à França em 2003.

Encontros entre presidentes do Brasil e da França no contexto do G8 à margem das sessões da assembléia geral da ONU e das cúpulas União Européia, América Latina e Caribe e visita do estado do Presidente Lula à França em julho de 2005 durante a realização do ano do Brasil na França.

Houve a visita do Presidente Chirac ao Brasil de 24 a 26 de maio de 2006 e muitas têm sido as visitas e consultas entre Ministros de Relações Exteriores, inclusive, à margem de reuniões multilaterais.

O Primeiro-Ministro François Fillon deverá realizar visita de três dias ao Brasil de 7 a 9 de dezembro do corrente ano. O Ministro Fillon virá acompanhado de importante delegação empresarial e com encontros marcados no Rio, em São Paulo, em Curitiba onde será lançado o carro mundial Laguna.

O Brasil e França vêm trabalhando com êxito no aprofundamento de parceria estratégica caracterizada por grande dinamismo e ampla agenda. Mas sobre esses detalhes sobre os quais aqui há duas páginas, eu acredito que o próprio Embaixador Bustani agora nos irà proporcionar informações mais precisas. Mas eu quero aqui dizer, Senador Heráclito Fortes, que inclusive, tendo tido a oportunidade de um conhecimento pessoal de ter estado no Reino Unido em duas ocasiões durante o período em que o Embaixador Bustani lá desenvolveu atividade como Embaixador, eu tenho a certeza de que ali na França ele contribuirá muito positivamente para a melhoria de nossas relações que são ótimas com a França e o Governo Francês.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Passo a palavra ao Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto para a sua exposição.

SR. PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO: Sr. Presidente, Senador Heráclito Fortes, muito agradeço de me dar a palavra para eu me dirigir à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal.

É uma grande honra para eu ter tido o Senador Pedro Simon como o meu Relator. Um Senador que eu admiro muito e que fez referências extremamente pertinentes sobre a psicologia dos baianos. Efetivamente, o povo do sertão é um pouco mais reservado do que o povo do litoral. Fui, de certa maneira, civilizado pela minha esposa que está aqui presente, e vindo daquelas regiões agrestes ao chegar ao Haiti, eu não tive, digamos, um sentimento de grande estranheza.

Eu queria também sublinhar que é uma grande honra para eu falar e estar presente aqui na Comissão junto com um dos grandes luminárias da diplomacia brasileira que é o Embaixador José Maurício Bustani que nascido em Rondônia veio de uma família que passou pela Bahia, isso não estava no currículo dele, mas é algo extremamente pertinente.

A minha ida para o Canadá, de certa maneira, é um retorno a um país onde eu servi duas vezes. E eu creio que o Senador Pedro Simon levantou algo extremamente pertinente sobre a relação do Brasil e o Canadá.

Se nós olharmos o mapa-múndi talvez cinco ou seis países apareça a uma distância ali do pessoal da última fila, quer dizer, o brasileiro, o Canadá, a Rússia, a China, os Estados Unidos, a Austrália, a Índia são país de grande extensão territorial. Cada um deles com a sua própria característica.

Hoje pela manhã na exposição do Comandante da Marinha ele projetou uma fotografia da terra tomada de noite, e curiosamente o Senador Augusto Botelho estava se referindo na América do Sul e na África há grandes vazios, grandes zonas escuras, e na América do Norte os Estados Unidos completamente iluminado e, aparentemente, o Canadá completamente escuro. Isso é uma das características do Canadá. Esse imenso país de mais de 9 milhões de km2 tem uma faixa de terra de 100 a 150 km habitada próxima à fronteira americana. E, efetivamente, é uma região extremamente vinculada à economia dos Estados Unidos. Então a entrada do Canadá para o NAFTA, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte era algo que fazia sentido econômico.

Mas o Canadá também, Embaixador Bustani, tem uma característica extremamente interessante que, às vezes, nós perdemos. É que o Canadá é um país nascido como uma antítese dos Estados Unidos. O Canadá foi descoberto do ponto de vista dos europeus, primeiro os vikings chegaram, depois o navegador português apareceu na terra nova e já Cartier foi o primeiro navegante francês que subiu ou desceu o rio São Lourenço. E aí começa um pouco a nossa relação com o Canadá. Porque Jacques Cartier foi padrinho de Catarina Paraguaçu, aquela índia baiana que foi batizada em Santi-Malo na França em 1528. Eu não sabia disso até pouco tempo. Mas a Governadora Geral do Canadá que visitou à Bahia faz uns três meses, foram mostrar a ela a igreja da graça. E ao ver a certidão de

nascimento de uma índia batizada na França, ela disse: poxa! O padrinho descobriu o Canadá e no ano que vem nós estaremos a 405 anos da fundação da cidade de Quebec. E seguindo um pouco a liderança e o exemplo de Bustani eu queria fazer alguma coisa cultural de relação entre o nosso país e aquela cidade francesa na América do Norte.

E os franceses, digamos, foram donos do Canadá até 1763 quando a Inglaterra derrota na frente da cidade de Quebec uma tropa francesa. E o que é que ocorre? Ela traz imigrantes da Irlanda e da Escócia. Pouco depois nós temos um grande movimento mundial que é a revolução Americana, a revolução de independência. E aí nasce o Canadá como antítese dos Estados Unidos, são aqueles ingleses ou americanos que quiseram ser fiéis à coroa britânica que se deslocam para a América do Norte britânica, inclusive, uma série de escravos negros. Nós temos aí um outro elemento de relação com o Brasil. Na província da nova Escócia perto de Alifax há uma comunidade de negros canadenses que vêem do século XVIII.

Então, muitas vezes, como o Senador Simon levantou aqui, nós pensamos o Canadá como um país que é uma espécie de acólito nos Estados Unidos, quando, na verdade, toda a questão da fundação dessa confederação canadense, primeiro, o baixo Canadá que é o Quebec, e o alto Canadá que é Ontário, a criação de várias províncias. Os ingleses pensaram em fazer na América do Norte um contrapeso nos Estados Unidos de populações que não queriam ser americanas e não queriam ter tido aquela liberdade que foi, digamos, prometida pela revolução americana. Eles diziam: "não, nós queremos a liberdade do parlamentarismo britânico".

Então até hoje quando alguém vai ao Canadá e no Canadá anglófano quer saber o que é um canadense, nós recebemos uma série de contra-exemplos, quer dizer, eu não sou igual aos americanos por isso, isso e isso. E, curiosamente, eles criaram lá um Estado democrático e um Estado que tem uma consciência social expressa na sua legislação, quer dizer, um Estado extremamente avançado em temos de fornecimento de saúde para a sua população, de uma, como eles chamam, uma rede de segurança social mínima para que ninguém caía numa pobreza extrema e com o qual nós podemos desenvolver uma série de... Expandir, digo eu, campos de relação entre o Brasil e o Canadá. Agora no Canadá também nem tudo são flores, porque o Canadá também é um país que vê o mundo do ponto de vista de uma nação desenvolvida e olha o Brasil, ou olhava, até certo ponto atrás, como país em subdesenvolvimento, subdesenvolvido, com um grande número de pobres, de miseráveis; onde as suas ONGs poderiam vir aqui nos ajudar a crescer e a melhorar.

Esse país encontrou ou se revelou para o Canadá como outro aspecto, ele também era visto como um grande concorrente comercial. Nós tivemos nos anos 90 três irritantes com o Canadá. O primeiro um casal de jovens canadenses que vieram ao nosso país, fizeram um crime, um seqüestro. E aquilo se transformou num elemento quase que único da relação com o Brasil do ponto de vista do Canadá. Um presidente brasileiro não podia ir à Ottawa sem que alguma autoridade canadense não solicitasse a liberdade do casal Lamont Spencer. Depois nós tivemos a questão da vaca louca. Um funcionário canadense num ato de irresponsabilidade disse que no Brasil tinha um caso de vaca louca e isso criou um problema terrível em termos de comércio de acesso aos mercados para a nossa carne. Viu-se que aquilo dali não era verdadeiro e havia, efetivamente, um descuido. E, finalmente, uma concorrência num campo de alta tecnologia de aviação civil. Curiosamente, uma vez olhando os arquivos da Embaixada em Ottawa eu vi que o Brasil tinha condecorado dois engenheiros canadenses com a medalha do mérito Santos Dumont. Se os engenheiros que tinham trabalhado aqui nos anos 60 na construção do Bandeirante, um dos primeiros aviões turbo-hélice brasileiros. Nós incorporamos essa tecnologia canadense, transformamos e nos revelamos para eles um grande concorrente. Ora, isto é, a essência do desenvolvimento, é sair de uma situação inferior, passar para um patamar tecnológico e procurar dar emprego, bem-estar para a nossa população. Isso levou uma certa confrontação com o Canadá na Organização Mundial de Comércio, isso finalmente foi resolvido de maneira satisfatória para os dois países dentro de um acordo da OCDE ainda neste ano.

Então, nós temos agora passado esses, digamos, episódios que não eram tão positivos um imenso campo de aprofundamento e melhoria da nossa relação com o Canadá. Eu acho que agora o Canadá olha o Brasil como um país que tem o mesmo top, uma relação de igualdade, e isto, é o que o Brasil quer, é uma relação de igualdade com todos os seus parceiros na comunidade internacional. E havendo uma relação de igualdade nós procuraremos, se os senhores me aprovarem, eu procurarei seguir o conselho e a admoestação do Senador Pedro Simon de aprofundar a nossa relação em área de muito interesse. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu pediria ao Embaixador Paulo Cordeiro para interromper e, inclusive, ele está finalizando.

Eu queria convidar o Embaixador Paulo Tarso para fazer parte da mesa e dizer que esta Comissão o recebe com muita alegria.

SR. PAULO TARSO FLECHA DE LIMA: Fico muito honrado e muito feliz de estar aqui como visita.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Feito o registro da visita a esta Comissão do Embaixador Paulo Tarso que para nós é motivo de muita alegria, Sr. Embaixador, fique certo disso. Passamos agora a palavra ao Embaixador José Maurício de Figueiredo Bustani para a sua exposição.

SR. JOSÉ MAURÍCIO DE FIGUEIREDO BUSTANI: Muito boa tarde a todos, Sr. Senador Heráclito Fortes, Presidente desta Comissão. Muito obrigado por toda assistência que eu recebi em preparação a esta sessão. Sou muito grato às palavras excessivamente elogiosas do nosso Senador e Relator Eduardo Suplicy que atribuo, em grande parte, a amizade que temos já há algum tempo. E fico muito honrado também com a presença nesta sessão de um dos maiores chefes que o Itamaraty teve o Embaixador Paulo Tarso e para mim e para o Paulo é uma honra adicional.

Eu não podia deixar essa oportunidade passar sem também pedir, dizer de púlpito a minha satisfação de ser recebido do Sr. Presidente da República, do Ministro das Relações Exteriores a confiança nessa missão junto ao Governo Francês.

Sair de um país como o Reino Unido para a França pode parecer a qualquer um uma coisa curiosa, não é circuito Helena Rubinstein, como todo mundo costuma pensar, há muito trabalho. E eu posso dizer isso a partir da minha experiência em Londres.

Eu estou saindo da terceira economia européia, da segunda economia européia para a terceira economia européia porque não há uma grande diferença em termos de países desenvolvidos. E estou saindo de dois países que têm, curiosamente, se movidos em direções semelhantes. Eu saí do novo trabalhismo para o centro e estou, acho que entrando, no novo conservadorismo, no novo Gaulismo que também é uma tendência de centro, apesar do discurso que se tem ouvido do Sarkosy etc. e tal.

Eu acho que é importante nesse contexto para aqueles que não tiveram acesso ao documento a ler o relatório escrito por Hubert Védrine que lança as bases do que vai ser a política do Sarkosy. É um documento extremamente importante. Eu recomendo a leitura. Porque ali está toda uma visão do mundo e essa visão do mundo explica exatamente qual é o papel que o Brasil desempenha hoje em dia no mundo de um país como a França, como desempenha num país como o Reino Unido, e como desempenha em geral.

Não se pode entender hoje a relação internacional sem o reconhecimento do nosso papel. Isso é um dado. Isso aconteceu desde o momento que eu cheguei ao Reino Unido, ao apresentar credenciais, o meu primeiro encontro com Tony Blair e recebi a seguinte afirmação: "o senhor vem aqui como embaixador de um parceiro estratégico, o nosso. Não vemos mais o Brasil como qualquer país. Estamos preparados a desenvolver essa parceria estratégica". Isso se confirmou logo em seguida com o convite que foi feto ao Presidente Lula para uma visita de estado que foi uma coisa extraordinária, apenas oito anos depois de uma outra visita de estado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Isso é uma coisa errada, porque são três visitas de estado por ano que a Rainha permite ou consegue acomodar. De modo que, como resultado dessa visita vários acordos foram desenvolvidos, um dos quais o mais importante já foi mencionado pelo Senador Suplicy, esse núcleo de cooperação na área econômica chamado GETCO que é um mecanismo de integração e discussão de alto nível econômico-financeiro e comercial que o Reino Unido desenvolveu apenas com a China, com a Índia e agora com o Brasil. Finalmente, é o reconhecimento, efetivamente, dos grandes países emergentes dos três países do sul com os quais o Reino Unido tem um diálogo a fazer. Esse diálogo também no nível político se desenvolveu de uma forma extraordinária. Se vocês prestarem atenção à agenda do Presidente Lula, praticamente, duas vezes por mês ou três vezes por mês ele está falando com Gordon Brown no telefone, como aconteceu ontem. É uma conversa que gira em torno de toda a agenda internacional, desde as negociações do OMC, passando por conselho de segurança, passando por meio ambiente, passando por assuntos de Oriente Médio e etc. O Brasil é ouvido porque o Brasil hoje em dia vale como um país à torre internacional de primeira grandeza. Isso se deve, obviamente, e essa visão, hoje em dia, é compartilhada pela França, isso já estava claro na visita do Chirac e cada vez mais claro nas declarações do Sarkosy aos Embaixadores Franceses muito recentemente que o Brasil é, hoje em dia, imprescindível com os outros países do sul como agente mais importante para as decisões internacionais de relevo. De modo que há uma certa correspondência e para mim é uma experiência interessante sair de uma visão anglófona para uma visão francófona dessa realidade mundial. E, inclusive, eu vou tentar resgatar na França um pouco o pensamento francês do mundo que foi um pouco esquecido por nós. Hoje em dia você só lê uma bibliografia ou jornais de língua inglesa quando na França se produz material de qualidade intelectual, mas, infelizmente, você não encontra livros em livrarias em língua francesa mais

hoje em dia. E não se cultiva a cultura francesa ou a raciocínio francês, o raciocínio político francês, que é extremamente importante, e eu acho que é complementar para a qualidade excelente que nós temos também do raciocínio das universidades americanas, da mídia americana, das universidades da mídia inglesa. De modo que isso é um parêntese apenas.

De modo que ir agora para a França, para mim é um desafio porque já há uma relação bem estabelecida, um diálogo político, sólido, mas há um potencial ainda muito grande em várias outras áreas.

No caso do Reino Unido, porque é uma economia fundamentalmente de serviços, esse diálogo aumentou e nós tivemos nesse período de quatro anos a visita aqui também inédita de dois Lord Meyes(F) que são, digamos, os embaixadores da praça financeira de Londres e que dão à praça financeira de Londres termômetro do que é o Brasil. E ambos, sobretudo, o que acabou de voltar daqui fizeram um relatório extremamente positivo e isso atrai todo o capital, atrai toda a participação da comunidade financeira para o Brasil.

Por outro lado, também anteontem estava aqui o Presidente da Confederação Britânica de Indústrias, também como uma prova de confiança no Brasil. Eles também serão o termômetro para a comunidade industrial, como não é tão importante no Reino Unido, mas também é importante, sobretudo, na área energética e etc. de alta tecnologia.

Agora a França tem uma presença industrial muito grande do Brasil. Mas a economia francesa está evoluindo cada vez mais por uma economia de serviços, de modo que isso é uma área que nós temos que explorar e, sobretudo, porque é uma área que nós temos necessidade de atrativos.

Outro dia eu vi uma referência muito interessante, é o fato de que quando se abriu a licitação para privatização das rodovias brasileiras, não houve, sequer, um candidato francês, isso é uma coisa inacreditável vindo de um país que tem uma rede inacreditável de qualidade e de intensidade numa rede rodoviária. Por que isso? Talvez um pouco por falta nossa ou por falta mesmo de uma sensibilização do nosso lado a essa capacidade de motivar, de chamar atenção para isso. O que eu acho que aconteceu em Londres que é possível repetir na França é sensibilizar os pequenos empresários, os médios e pequenos empresários, porque os grandes andam por eles mesmos para que venham a esses países para que tenham contatos sobre a égide da Embaixada e, sobretudo, e eu acho que deu muito resultado que os governos estaduais também o façam.

Eu tive, durante o meu período, uma visita, um número talvez de doze governadores e eu tenho a impressão que os programas que foram negociados durante esse período foram programas extremamente positivos para esses governos que se interessaram em fazer uma visita bilateral. A Embaixada é a embaixada de todos, é a embaixada federal, é a embaixada dos governos, é a embaixada de todos. De modo que eu acho que esse tipo de exercício é fundamental num país como a França que tem, hoje em dia, esse interesse enorme porque sempre teve um respeito muito grande pelo Brasil por seus princípios tradicionais e históricos que passam por ser um país pacífico com dez vizinhos sem a menor dificuldade, por ser um país que sempre respeitou o Direito Internacional, por ser um país que sempre respeitou o multilateralismo, por ser um país que sempre primou pela defesa do direito, apesar de alguns momentos históricos que, enfim, que isso talvez tenha ofuscado um pouco a nossa história.

Mas de qualquer maneira hoje em dia com uma democracia consolidada, com uma economia que está crescendo de forma modesta ou não modesta, depende do ponto de vista, aqui que se acha mais modesta do que eles acham lá. E eu até costumo dizer que é muito curioso, às vezes, eu me sinto embaixador de dois Brasis, o primeiro Brasil é aquele que eu leio na imprensa estrangeira de manhã cedo antes de ir para a Embaixada. Saio de casa orgulhosíssimo. E o segundo Brasil é aquele que eu leio na Internet da imprensa daqui e é um Brasil muito ruim. Desculpe dizer isso muito francamente, mas eu digo porque é verdade.

Eles têm um perfeito entendimento do que está sendo feito aqui, inclusive, um perfeito entendimento de todas as mazelas pelas quais nós passamos num passado recente, porque eles também passam por essas mazelas, de modo que ninguém é perfeito, todos eles entendem que o país como o Brasil tem feito progressos extraordinários em tão pouco tempo e, hoje em dia, tem uma economia que cresce de uma forma menos ostensiva como a China ou a índia, mas que tem outras características. Quais são? O Brasil é um país ocidental com uma cultura muito semelhante, com um diálogo muito mais fácil e com uma situação política e uma estabilidade social extremamente confortável.

A China é um fenômeno um pouco diferente. Ela pode crescer a 10 ou 15% e se eu tivesse o controle de um regime como o da China eu cresceria a 20%, é muito fácil você crescer dentro das circunstâncias que nós conhecemos todos, mas é um país que tem problemas muito graves para solucionar no futuro.

E a Índia que tem problemas gravíssimos, não tem, sequer, uma língua comum, de modo que eles, hoje em dia, essa percepção está saindo um pouco desse viés China/Índia e se movendo muito mais em relação ao Brasil.

E dentro desse contexto o Brasil, hoje em dia, aparece também como um elemento moderador dentro de um continente que se estabelece como continente, efetivamente, democrático e sólido como elemento moderador para algumas manifestações esporádicas que possam levantar dúvidas sobre a solidez dessa nova democracia. E eles percebem perfeitamente a estratégia que nós temos usado em relação a esses momentos, essas manifestações esporádicas no sentido de evitar que se demonizem esses fenômenos e que se criem, efetivamente, problemas de maior gravidade. Quer dizer, toda essa percepção é lida na imprensa, ela é ouvida por parte dos elementos do governo no Reino unido. Ela já é ouvida, porque eu sei, também por parte do Governo Francês, de modo que isso tudo coloca o Brasil numa posição privilegiada. O Brasil é o agente, para os europeus, de estabilidade na região e no sul, sem dúvida alguma, é o parceiro com que se pode fazer negócio com confiança, um parceiro que se pode trabalhar em causas comuns como a defesa da paz e a defesa do multilateralismo, a defesa do mundo multipolar que é o que o Sarkosy quer fazer, ele quer rever a OTAN, ele quer rever toda a ordem mundial como ela está organizada no momento com um discurso que no primeiro momento pareceu discurso de alinhamento com os americanos, mas que se você olhar no âmago é um discurso muito mais de marcar que não há uma hostilidade aos Estados Unidos, eles são aliados, mas a França não é alinhada com os Estados Unidos. Então isso tudo tem se lido com uma certa qualificação. Havia que marcar que não há uma hostilidade, mas que há, obviamente, uma comunidade de interesse histórico, tradicional e etc. e tal. E, afinal de contas, eles são parceiros de muitos anos historicamente.

De modo que isso tudo tem que ser visto com uma certa qualificação. A França tem, como o Reino Unido, uma série de pontos de vista comuns em relação ao Brasil, com relação a temas internacionais, com relação ao tratamento da África. Com o Reino Unido nós lançamos programas laterais de promoção do etanol com o Moçambique, com a África do Sul; o mesmo vamos fazer com a França, já está em andamento esse tipo de programa. Eu gostaria que esse programa tivesse sido desenvolvido com a América Central, mas não deu tempo de chegar lá, a América Central das ex-colônias inglesas. Mas eu acho que isso tudo o Haiti vai entrar muito nesse contexto na nossa cooperação com a França, porque eu acho que o programa do etanol no Haiti é um programa que dá futuro. E a França está disposta a fazer toda uma cooperação na área energética porque eles têm uma necessidade muito grande de desenvolver novas fontes de energia. Mas não esqueçamos que a França, enfim, é pobre de fontes energéticas, a sua energia toda, 80% depende das suas usinas nucleares. Isso é um ponto curioso, que é o ponto que diferencia um pouquinho a França da Inglaterra, quando se trata dessa questão de não proliferação, quando se trata do Brasil. Não que a Inglaterra tenha alguma desconfiança em relação ao Brasil, ao contrário, deixou muito claro que respeita o nosso programa nuclear, que respeita o fato de nós tenhamos o enriquecimento do urânio dentro dos parâmetros do TNP, da agência atômica etc. e tal.

Mas a França vai mais adiante, porque a França é defensora da energia nuclear como uma fonte de energia legitima e limpa, o que é um fato, hoje em dia, comprovado pela Comunidade Científica Internacional, inclusive, repercutindo dentro do Partido Verde na Alemanha que, originalmente, se opunha a esse tipo de enfoque.

O fato é o seguinte: a França está interessada numa cooperação maior, está interessada em contribuir com a Angra 3. Eu acho que esse é um campo de atividade que nós devemos explorar enormemente, porque há que romper um pouco esse preconceito em relação à energia nuclear apenas a partir de um incidente maior que foi o incidente de Chernobil, mas aí Chernobil era uma usina do período soviético. Eu morei quatro anos na Rússia Soviética e eu sei, enfim, a qualidade de manutenção, era um problema maior de construção e de manutenção da construção. A França tem 59 usinas nucleares e nunca ninguém ouviu falar de qualquer incidente numa usina Francesa. Ela vive daquela energia nuclear e vende para os vizinhos. De modo que o Brasil com o tamanho que tem deve aproveitar para cooperar com a França não só na área nuclear, e o que eu pretendo fazer, como também no desenvolvimento de energias alternativas. A França tende mais para a segunda geração do biodiesel, sobretudo, porque toda a sua frota de automóvel, praticamente, anda com diesel e não com gasolina. Mas enfim, isso também é uma área que nós podemos explorar conjuntamente.

E na área da medicina, na área da biotecnologia onde eles também têm muito a contribuir. A presença francesa aqui no Brasil já é bastante intensa.

Nós temos uma comunidade que desenvolveu uma câmara de comércio aqui no Rio de Janeiro, curiosamente, não em São Paulo. E eu pretendo transformar o que existe na França, no momento, em associação comercial numa câmara de comércio como nós temos, hoje em dia, no Reino Unido que funciona não tão eficazmente quanto em Nova York um pouco por culpa nossa. Mas hoje em dia já é uma câmara de comércio respeitável que tem sua publicação, que tem o

seu homem do ano, tem toda aquela formalidade que caracteriza uma câmara de comércio séria. De modo que há um amplo campo de atuação.

Do ponto de vista político mesmo das grandes coisas, a França como o Reino Unido apóiam claramente, explicitamente e insistentemente uma reforma das Nações Unidas. A França é uma reforma total das instituições internacionais, não só das Nações Unidas, como também do Banco Mundial, do FMI, da OTAN, porque a França tem aquela crise Gaulista em relação à OTAN, mas, ao mesmo tempo, há uma corrente que sugere que essa não integração completa à OTAN está tirando a França uma voz maior no mecanismo.

Mas a posição do Sarkosy também de tentar um adiornamento(F) da OTAN de forma a permitir que a França possa integrar a OTAN sem que isso afete, necessariamente, seus interesses próprios.

O que é interessante na posição francesa é que ela quer participar do multilateralismo mantendo a sua própria personalidade que é a visão que a França tem da União Européia esta França de hoje. Então o Sarkosy, no fundo, está sendo o salvador da constituição européia na sua nova versão a partir mesmo da recusa pelo povo francês e o povo holandês da constituição na sua versão anterior. Ele acha mais fácil você deixar as coisas como estão agora através de um novo mecanismo que é uma constituição suavizada e, a partir daí, você poder voltar a negociar pouco a pouco uma integração que é complexa, tem uma quantidade de países novos em níveis econômicos diferentes. De modo que quando as pessoas se queixam do Mercosul eu acho curioso porque a União Européia também não é muito mais feliz em termos de integração. A coisa é difícil. Há países de níveis econômicos diferentes de modo que são dores do crescimento. Mas as coisas vão acontecer e aconteceram pouco a pouco. Haverá passos adiante e passos para trás, mas isso é parte, realmente da constituição de um mecanismo de integração e de trabalho que é, por sua própria natureza, uma coisa muito complicada.

A França tem uma outra visão que eu acho muito curiosa e que vale a pena mencionar, que vocês vão começar a ouvir falar que é a criação de uma união mediterrânea, que eu acho uma coisa de uma extrema habilidade por parte do Sarkosy. É uma coisa que ele não afeta para nada nem a União Européia, nem a OTAN, mas é uma forma inteligente de você trazer para o mesmo bojo político os países do Oriente Médio, os países do norte da África, os países do Oriente Médio e os países da Europa. É uma tentativa de evitar o que foi um dia chamado de choque de civilizações.

Esse mecanismo é um mecanismo de uma grande habilidade, porque você, de uma certa maneira, você começa a incorporar politicamente esses países que se sentem excluídos dentro de uma negociação que diz respeito a interesses comuns estratégicos, econômicos da bacia mediterrânea, mas, ao mesmo tempo, isso abre a porta para negociações que diz respeito à imigração e a outros problemas que hoje estão afetando as sociedades européias.

E também é muito hábil o mecanismo porque a França entende ao contrário dos Estados Unidos o terrorismo de uma forma como nós também, acho que entendemos, como um fenômeno que é fundamentalmente originário de exclusão, de pobreza. Não, necessariamente, uma coisa de religião. A exclusão, a pobreza, levaram alguns momentos religiosos a um determinado fundamentalismo. E falando em fundamentalismo, há fundamentalismo em vários outros lugares, em várias outras religiões também. De modo que essa união mediterrânea é uma coisa muito interessante a ser observada e será, talvez, a grande criação do Governo Sarkosy no futuro. E no contexto dessa união mediterrânea eu acho que o Brasil é um papel importante e a França sabe disso, sabe por causa da nossa história, da nossa vinculação com o Oriente Médio. Não é por menos que nós temos aqui o Senador Pedro Simon, tem eu. Acho que hoje em dia são 10% do congresso brasileiro tem o nome libanês ou mais, de modo que essa presença do Oriente Médio, do Líbano, em particular, que é muito representativo do Oriente Médio no Brasil, isso tudo também nos dá uma certa agilidade de diálogo o que é muito importante e que as pessoas aqui, talvez, não tenham se dado conta, é que o fato do Brasil ter expandido o seu comércio, coisa que a França não fez, depende 75% do comércio da Europa, o fato do Brasil ter aberto esse leque que era, tradicionalmente, só voltado para os Estados Unidos e Europa, para a África, Oriente Médio e Ásia deu ao Brasil uma grande tranqüilidade e uma grande capacidade de reação a crises. A França está tentando fazer esse mesmo tipo de coisa. Está tentando, inclusive, ampliar para o sul e para os países emergentes o Brasil o seu mercado que, hoje em dia, depende exclusivamente do contexto europeu e um pouco dos Estados Unidos. De modo que há... Eu não quero tomar mais tempo, Sr. Presidente, mas há uma quantidade de campos de ação que diz respeito a todas as esferas, alta política assuntos estratégicos economia, comércio e cooperação intelectual, educacional com a França e eu pretendo devotar toda a minha atenção a esse tipo de trabalho. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Atendendo a requisito regimental, vamos transformar agora a sessão em secreta. Pedimos a compreensão de todos, mas deixamos de antemão, um

aviso que abri a sessão aos funcionários do Itamaraty, incluindo o Embaixador Paulo de Tarso e os familiares dos Embaixadores aqui presentes, os Embaixadores que são sabatinados, no caso a esposa do Embaixador está aí. A gente sabe, Embaixador, que não há segredo entre marido e mulher e está também o seu filho, e sabe que para filho a mãe conta tudo. Então ele pode permanecer durante a... Pediremos os...

Sessão suspensa às 15h22.

Sessão reaberta às 16h24.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A sessão está reaberta.

Comunico às senhoras e senhores presentes que os Embaixadores José Maurício Bustani e Paulo Cordeiro Andrade Pinto foram aprovados nesta Comissão por ampla maioria para representar o Brasil na República Francesa e no Canadá, respectivamente.

Nada mais havendo a tratar, encerro a sessão, desejando aos dois diplomatas o maior sucesso na missão.

E agradecer essa honrosa presença do Embaixador Paulo Tarso entre nós.

Está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 16h25.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às onze horas e trinta e três minutos do dia trinta e um de outubro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador HERÁCLITO FORTES, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, EUCLYDES MELLO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, ALMEIDA LIMA, JARBAS VASCONCELOS, MARIA DO CARMO ALVES, ROMEU TUMA, EDUARDO AZEREDO, CRISTOVAM BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, LEOMAR QUINTANILHA E FLEXA RIBEIRO. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta. Item 1: Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Londres, em 07 de abril de 2005". O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", o Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, para fazer a leitura do parecer. Aprovado. O Senhor Presidente faz a inversão da pauta. Item 4: Projeto de Decreto Legislativo nº 225, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto das emendas, adotadas em 18 de maio de 1998, à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979". O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", o Senador ANTÔNIO CARLOS VALADARES, para fazer a leitura do parecer. Aprovado. Item 7: Requerimento (SF) nº 874, de 2006, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que "requer, nos termos do artigo 223 do Regimento Interno, seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão da Promotoria pública da Coroa britânica (Crown Prosecution Service) de inocentar os oficiais da Scotland Yard envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean Charles de Menezes. Retirado de Pauta. Item 8: Requerimento (SF) nº 882, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, que "requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso à Polícia Federal pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano". O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", o Senador GERALDO MESQUITA JÚNIOR, para fazer a leitura do parecer. Aprovado. Item 9: Requerimento (SF) nº 1072, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que "requer, nos termos do art. 222 do regimento interno do Senado Federal, voto de aplauso ao economista Alan Greenspan pelo lançamento do seu livro "A Era da Turbulência: Aventuras em um Mundo Novo". O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", o Senador EDUARDO AZEREDO, para fazer a leitura do parecer. Aprovado. Item 3: Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Republica de Angola sobre transferência de pessoas condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005". O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", o Senador PEDRO SIMON, para fazer a leitura do parecer. Aprovado. Item 2: Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2007, de auto-

ria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005". O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", o Senador INÁCIO ARRUDA, para fazer a leitura do parecer. Aprovado. Item 5: Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD), que "aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre extradição, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005". O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", o Senador PEDRO SIMON, para fazer a leitura do parecer. Aprovado. Item 6: Projeto de Lei do Senado nº 55, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que "dispõe sobre a criação do Dia de Celebração da Amizade Brasil-Argentina e dá outras providências". O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator Senador PEDRO SIMON, para fazer a leitura de seu parecer. Encerrada a discussão, a votação foi adiada. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e cinqüenta e oito minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – **Senador HERÁCLITO FORTES,** Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS ONZE HORAS E TRINTA E TRES MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Havendo número regimental declaro aberta a 37ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da sessão anterior. Os Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos à Pauta. Item 01. Projeto de Decreto Legislativo nº. 112 de 2007: "Aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Londres, em 07 de abril de 2005". Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Parecer é do Senador Francisco Dornelles, encontrando-se ausente, peço ao Senador Antonio Carlos Valadares que exerça a função de Relator *ad hoc*. Com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Passemos, então, à análise do Projeto de Decreto Legislativo n°. 112 de 2007, que "aprova o texto do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Londres, em 07 de abril de 2005". E o Relator é o Senador Francisco Dornelles. Na qualidade de Relator *ad hoc*, designado pelo Presidente, passo logo à análise do referido Projeto: O ato internacional que aqui se examina corresponde a tratado de natureza bilateral, destinado a prover canais de cooperação intergovernamental, na área de assistência jurídica em matéria penal.

A cooperação entre Estados soberanos é modernamente forma indispensável para o desenvolvimento harmonioso dos povos e para a melhoria das condições de segurança coletiva internacional. A área de cooperação jurídica em matéria penal permite aprimorar as formas de cooperação intergovernamental de persecução criminal, em prol da prevenção da impunidade e do aprimoramento da situação policial e da magistratura especializada.

A internacionalização do crime, com suas formas insidiosas de atuação intercontinental e transfronteiriça, gera necessidade constante de modernização dos aparatos estatais de repressão e de prevenção da atuação criminal. Crime organizado, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ilícitas e de armas e munições, além do próprio terrorismo, não serão devidamente enfrentados pelos Estados, sem ágil e eficiente internação e interlocução político-jurídica. Vale salientar que a cooperação internacional contra o crime organizado corresponde a valioso recurso à de disposição dos Estados, sem o qual pouco se poderá esperar contra a internacionalização das práticas típicas, antijurídicas e penalmente relevantes.

À luz de todos esses aspectos, o tratado do qual aqui se cuida é de todo conveniente e oportuno aos interesses nacionais, a permitir a aproximação do Brasil de importante ator da cena internacional, lembrando da notória presença de destaque que o Reino Unido sempre ostentou no cenário internacional. Cabe aduzir ainda que o tratado é compatível com as leis internas do Brasil, em nada colidindo com a nossa legislação, pelo que sua aprovação se configura legal e conforme ao ordenamento constitucional e infraconstitucional brasileiro.

No que às demais questões técnicas da proposta internacional, a exposição de motivos supramencionada é bastante e suficiente para demonstrar as razões à aprovação do tratado, inclusive, com a indicação de autoridades centrais, incumbidas de dar curso ao mesmo. O tratado em apreço poderá, ao final, proporcionar aperfeiçoamento de padrões de segurança dos países signatários a proporcionarem a melhoria de condições de vida de populações, quase sempre indefesas, em face do crime organizado.

O voto: Em face do exposto, por considerarmos conveniente e oportuno aos interesses nacionais, opinamos pela aprovação do Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, celebrado em Londres, no dia 07 de abril de 2005. Este é o parecer, Sr. Presidente, salvo melhor juízo dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão, Srs. Senadores que queiram discutir, passo a palavra. Em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item nº. 04. Decreto Legislativo nº. 225 de 2007. "Aprova o texto das Emendas adotadas, em 18 de maio de 1998, à Convenção Internacional Sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979". Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Relatoria: Senador Marco Maciel, encontrando-se ausente, eu solicito ao Senador Antônio Carlos Valadares que exerça a função de Relator *ad hoc*, passando para ele, portanto, a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente. Relator é o Senador Marco Maciel e esse Parecer referente ao Projeto de Decreto Legislativo n°. 225/2007, que "aprova o texto das Emendas adotadas, em 18 de maio de 1998, à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, de 1979". Passemos diretamente à análise: A Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo foi estabelecida com um propósito de promover uma estrutura capaz de conduzir operações de busca e salvamento no mar, ainda que muitos países tenham os seus próprios planos para tais emergências. A exposição de motivos explica ainda que, em razão das obrigações impostas às partes, o processo de implantação da Comissão tem sido lento; as dificuldades estão vinculadas a dispositivos constantes desses instrumentos internacionais, que versam sobre responsabilidade dos Governos, sobre a cooperação entre os Estados e procedimentos operacionais. Tais dificuldades foram superadas por meio das presentes Emendas, há convenções aprovadas pela Resolução MSC-70/69, do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Internacional.

A referida convenção integra conjunto de instrumentos internacionais, onde figuram dispositivos dedicados aos estabelecimentos de normas que visam à proteção da vida humana no mar. Entre esses, cumpre destacar a convenção sobre salvaguarda da vida humana no mar, de 1974, e a convenção sobre o direito do mar, de 1992, que consagram os principais deveres dos Estados, no tocante à proteção da vida humana no mar.

As Emendas à Convenção de Hamburgo, ora em exame, promovem maiores eficiências dos procedimentos previstos, estabelecem centros e sub-centros de salvamento, medidas para prestação dos serviços, em coordenação com serviços aeronáuticos, assim como a designação de meios e equipamentos das unidades de busca e salvamento. Determinam, ainda, procedimentos concernentes às medidas preparatórias, como informações relativas a emergências, à ação de centro de salvamento durante as fases de emergência, à coordenação de atividades e ao término das operações de busca e salvamento.

São também contemplados os sistemas de informações prestadas por navios. As Emendas ora em exame representam inadiável aperfeiçoamento da Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo. O Brasil, signatário desse diploma internacional é responsável por extensa região S.A.R, no Oceano Atlântico, que abrange toda a Costa brasileira, e se estende na direção leste, até o meridiano de 10° Oeste. Segundo, explana a exposição de motivos do Ministro das Relações Exteriores, deve assumir compromisso com a implementação das Emendas que se revelam de extrema importância para a devida proteção da vida humana que se encontra em perigo no mar.

É de se lembrar, porém, o longo período de tempo transcorrido entre as assinaturas das Emendas, em 18 de maio de 98 e o seu envio ao Congresso, ocorrido apenas em agosto de 2005. O voto. Por todo o exposto, voto favoravelmente à aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº. 225/2007, que aprova o texto das Emendas à Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo.

É o Parecer, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão. Em votação. Senadores que concordam com a aprovação, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 07. Requerimento n° 874 de 2006, requer, nos termos do art. 223 do Regimento Interno, "seja apresentado voto de censura e repúdio à decisão da

Promotora Pública da Coroa Britânica de inocentar os oficiais da *Scotland Yard* envolvidos no assassinato do cidadão brasileiro Jean-Charles de Menezes". O autor é o Senador Eduardo Suplicy e o Relator é o Senador Aloizio Mercadante.

Eu, antes, Senador... Eu ia colocar, inclusive, o Senador Simon para relatar, mas eu queria fazer uma ponderação, Senador, esse assunto encontra-se numa fase de importância julgamento, lá no Reino Unido. Eu temo que uma aprovação dessa natureza, nesse momento, possa, inclusive, prejudicar os familiares do Jean-Charles—

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Mas eu gostaria de dividir essa responsabilidade com todos os senhores, é uma questão... Tirar de Pauta, exatamente. A proposta era exatamente tirar de Pauta. Quando eu comecei a ler aqui, vi exatamente o que é que isso pode...

Requerimento. Item 08. Requerimento 882: "Requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de voto de aplauso à Polícia Federal, pela brilhante atuação na prisão do traficante internacional Juan Abadia, líder do cartel colombiano". Autor: Senador Magno Malta e o Relator é o Senador Romeu Tuma. Estando ausente, solicito ao Senador Geraldo Mesquita que exerça a função de Relator *ad hoc*.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Olha, o relatório é do eminente Senador Romeu Tuma. A proposta do Senador Magno Malta... E o Senador recomenda que seja consignado, nos anais da Casa, voto de aplauso ao Departamento de Polícia Federal, em razão da prisão do traficante internacional, Juan Carlos Abadia. O Senador argumenta que a atuação do serviço de inteligência da Polícia Federal resultou na prisão de um dos maiores traficantes de droga do mundo. Do seu ponto de vista, ações como essa são imprescindíveis para combater as quadrilhas que destroem vidas das famílias brasileiras, que tem vivido, nos últimos anos, efeito devastador do uso de drogas etc.

Segundo, ainda, o Senador Tuma, cabe registrar que o Requerimento está amparado pelo Regimento Interno do Senado e, no mérito, compartilho do posicionamento do ilustre Senador requerente, Senador Magno Malta, no momento em que a sociedade, cada vez mais, sofre os efeitos da ação do crime organizado, constitui realmente uma lenta população e reconhecimento da capacidade operacional de sua Polícia Federal. Enfim, Senador, Presidente, o voto é favorável à aprovação do Requerimento, ou seja, pedido que seja consignado, nos anais da Casa, voto de aplauso ao departamento da Polícia Federal, em razão da prisão de um contrabandista, um traficante renomado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): O Parecer, portanto, é pela aprovação. Em discussão. Os Srs. Senadores que queiram discutilô podem fazê-lo. Não havendo quem queira participar da discussão, encerrada a discussão. Em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 09. Requerimento 1072. Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado federal, voto de aplauso ao economista Alan Greenspan, pelo lançamento do seu livro "A Era da turbulência: aventuras em um mundo novo". Autor: Senador Arthur Virgílio. O Relator seria o Senador Eduardo Suplicy, que se encontra ausente. Eu peço ao Senador Eduardo Azeredo que exerça a função de Relator *ad hoc*.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG): Senhor Presidente, o relatório da lavra do Senador Suplicy, na sua análise, coloca aqui que há um compartilhamento, no posicionamento do ilustre requerente, que é o Senador Arthur Virgílio, que durante os 20 anos em que liderou o FED, a maioria dos analistas concorda que Alan Greenspan teve papel decisivo na superação de crises financeiras que ameaçaram desordenar a economia mundial, como a crise da Ásia e a crise da Rússia.

Em seu livro, Greenspan discorre sobre sua gestão à frente do *Federal Reserve*, oferecendo perspectivas interessantes de quem foi muito mais do que um observador privilegiado. Na realidade, o economista constituiu-se em um ator chave na conformação da dinâmica econômica, nas duas últimas décadas, angariando reputação mundial. Acreditamos, pois, que a homenagem é plenamente justificada.

À vista do exposto, o voto é favorável à aprovação do Requerimento 1072, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que prevê voto de aplauso ao economista Alan Greenspan, pelo lançamento do seu livro "A era da turbulência: Aventuras em um mundo novo". É o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Item 03. Projeto de Decreto legislativo nº. 223: "Aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre transferência de pessoas condenadas, assinado em Brasília, em 03 de maio de 2005". Autoria: Comissão de Relações Exteriores. O Relator é o Senador Marcelo Crivella que, estando ausente,

eu solicitaria a gentileza do Senador Pedro Simon de exercer a função de Relator *ad hoc*, a quem passo a palavra.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O texto do acordo entre Brasil e Angola é sobre transferência de pessoas condenadas. É um Projeto altamente positivo que eu acho que, com o tempo, nós temos que fazer, como a maioria das repúblicas dentro mundo, nós temos que facilitar, e facilitar enormemente, ajudar cada país que cumpra a determinação de seus tribunais, das pessoas que terminam fugindo e buscando abrigo em outros lugares, que facilita a impunidade. Eu acho que o Brasil que sente esse problema, e muitos brasileiros que fogem daqui para não serem punidos e que, às vezes, vimos há pouco tem agora o caso do Cacciola, que não conseguimos trazê-lo de volta, eu acho que esse é um Projeto altamente positivo, e que deve ter a nossa total solidariedade. Sou favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. Item...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Para o 06 não tem *quorum,* Sr. Presidente... É qualificado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Exatamente, para o 06 não tem *quorum*, eu estou... Qual foi o outro que...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): É terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Item 02. "Aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005". Autoria: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. O Relator é o Senador Crivella que, estando ausente, eu solicitaria ao Senador Inácio Arruda para que exercesse a função de Relator *ad hoc*.

SENADOR INÁCIO ARRUDA (PCdoB-CE): Senhor Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o Senador Crivella ofereceu o seu relatório e voto. É um Projeto de lei nessa Comissão de Relações Exteriores, Projeto de Decreto Legislativo nº. 221/2007, que "aprova o texto do acordo sobre serviços aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005". Eu vou direto ao voto. E, com as razões que o Senador Crivella já expôs e já estão nas mãos de todos os Senadores, nós somos, então, favoráveis ao Projeto de Decreto Legislativo nº. 221/2007.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Em discussão. Não havendo quem queira discuti-lo, encerrada a discussão. Em votação. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vamos ao Item 05. Projeto de Decreto Legislativo n°. 227/2007, "aprova o texto do acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre extradição, assinado em Brasília, em 03 de maio de 2005". Autoria: Comissão de Relações Exteriores. O Relator é Senador Marcelo Crivella que, se encontrando ausente, solicitaria ao Senador Simon que exercesse o papel de Relator *ad hoc*.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Visando à extradição, assinada entre os dois países, em 03 de maio de 2005, está dentro do texto do Projeto anterior, de nós facilitarmos, entre os países, as questões referidas, quando é possível fazer a extradição, baseado dentro da lei e de fatos, realmente, que mereçam esse remédio. Eu sou totalmente favorável e acho que deve ser aprovado com tranqüilidade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Não havendo quem queira discutir, vou colocar em votação. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): O senhor me convocou para eu vir imediatamente a essa Comissão. Eu estava assistindo ao depoimento do Ministro Palocci e deixei pelo meio para vir aqui. E vejo agora que parece que não tem *quorum.* Mas, mesmo assim, eu quero dizer que gostaria de relatar o item 06, para que ele fosse já considerado relatado. Explico por que... Tivemos uma eleição espetacular na Argentina, com grande democracia, com grande afirmação, onde, mais uma vez, uma mulher se elege Presidente da República no primeiro turno, e esse Projeto visa a nós criarmos o "Dia da amizade Brasil e Argentina", de autoria do Senador Marcelo Crivella. Eu quero dizer que o meu voto é favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Eu estou falando aqui com a assessoria para ver se a gente consegue trazer alguns Senadores aqui.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Simon, nós já sabemos do seu Parecer, mas o *quorum* é baixo. Nós teremos dificuldade de aprovação. Ponderava para que nós deixássemos para a próxima Sessão.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Mas o senhor concorda em deixar... Concordo em deixar... Eu queria apenas--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Tudo bem, só vai relatar o Parecer, por... Tudo bem.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Já relatou.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Já está relatado?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Não, não todo. Eu queria apenas salientar que o momento de votar é impressionantemente positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está certo.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Em cima da vitória da democracia argentina, um grande momento... As declarações da nova Presidente foram altamente positivas, que o primeiro país que ela vai visitar é o Brasil, e que ela vai estreitar os laços da Argentina com o Brasil. Então, eu acho que é oportuna a imprensa publicar que em cima da eleição no domingo, na quarta-feira, o Senado se manifestou pelo fortalecimento das relações Brasil-Argentina. Eu acho que o momento é oportuno, por isso que eu faço questão de--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exa. está coberto de razões. E vamos, então, lhe conceder a palavra para o relato, agora, parabenizando por essa iniciativa, e V.Exa. tem por demais razões, até porque é vizinho da Argentina.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Vizinho e muito amigo; tirando o futebol, que eles estão em baixa—

[risos].

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): No resto, somos grandes amigos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Diante disso, não só passo a V.Exa. a palavra para relatar, como também V.Exa., tenho certeza que com apoio de todos os companheiros, fica designado para representar a Comissão de Relações Exteriores na posse da nova Presidente. Tem a palavra V.Exa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Eu já dei o Parecer totalmente favorável, mas fique claro que V.Exa. me deixou mal. Eu não tive nenhuma insinuação e quanto ao voto com a posse.

[risos].

Embora vá ser uma honra para mim.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): V.Exa. tem razão, foi iniciativa dessa Presidência, e tenho certeza foi de encontro ao pensamento de todos os companheiros--

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Muito obrigado—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Até porque, em se tratando de um gaúcho, fica mais barata para a Casa a sua ida.

[risos].

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 11h58.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA OITO DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, PEDRO SIMON, MÃO SANTA, JARBAS VASCONCELOS, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, JOÃO TENÓRIO, CRISTOVAN BUARQUE, INÁCIO ARRUDA, SERYS SLHESSARENKO, WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA, GILVAM BORGES, ROSALBA CIARLINI E FLEXA RIBEIRO**. Presença dos Senadores não membros **JOSÉ AGRIPINO E TASSO JEREISSATI**. Justificaram a ausência os Senadores **ROMEU TUMA E AUGUSTO BOTELHO**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da pauta convidando os Embaixadores Carlos Augusto Rego Santos, Antônio José Maria de Souza e Silva e José Luiz Machado e Costa para comporem a Mesa**. Item 1**: Mensagem nº 149, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Senhor Antonio José Maria de Souza e Silva, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Seicheles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia".* O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator "ad hoc", Senadora

MARIA DO CARMO ALVES, para fazer a leitura do Relatório. **Item 2**: Mensagem nº 173, de 2007, de autoria do PRESIDENTE DA REPÚBLICA, que " *submete à apreciação do senado federal a escolha do senhor Carlos Augusto Rego Santos Neves, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro especial do ministério das relações exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao reino unido da Grã-bretanha e Irlanda do norte. O* presidente concede a palavra ao Relator Senador **JARBAS VASCONCELOS**, para fazer a leitura de seu Relatório. **Item 3**: Mensagem nº 174, de 2007, de autoria do presidente da república, *que submete à apreciação do senado federal a escolha do senhor José Luiz Machado e Costa, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do ministério das relações exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à república do Suriname.* O Senhor Presidente concede a palavra ao Relator "Ad Hoc", ao Senador **MARCO MACIEL** para fazer a leitura de seu Relatório. O presidente concede a palavra ao Senhor **ANTÔNIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA** para fazer sua exposição. O presidente concede a palavra ao Senhor **CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS NEVES** para fazer sua exposição. O presidente concede a palavra ao Senhor **JOSÉ LUIS MACHADO E COSTA** para fazer sua exposição. O Presidente coloca em votação como Extra-Pauta: **Item 01**: Requerimento nº 79, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros, que "*Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública, no dia 13 de novembro do corrente às 14 horas, com a participação do Dr. Michael Dutschke, autor do Grupo de Trabalho III do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, IPCC e especialista nos mecanismos de Kyoto, que estará em visita ao Brasil no mês de novembro, para discutir com esta Comissão sobre mudanças climáticas antes da próxima Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas – UNFCCC, durante a qual decisões importantes relativas ao período pós-Kyoto deverão ser adotadas..".* Aprovado. O Presidente concede a palavra ao Senador **EDUARDO SUPLICY. Item 02**: Requerimento nº 78, de 2007 – CRE, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que "*Requer, nos termos dos arts. 90, incisos II, V e XI, e 93, do Regimento Interno do Senado Federal, bem como do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal, seja realizada Audiência Pública nesta Comissão com as seguintes autoridades: o Senhor Ministro de Estado da Justiça, o Senhor Ministro de Estado da Defesa, o Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, o Senhor Governador do Estado de Roraima e os(as) Senhores(as) Deputados e Deputadas Estaduais de Roraima, especialmente os integrantes da Comissão Especial Externa criada pela ALE-RR, para tratar de tema de interesse da Defesa Nacional, com ênfase na situação dos brasileiros expulsos da reserva Raposa/Serra do Sol, no Estado de Roraima, e da Operação UPATAKON 3, tendo em vista tratar-se de área estratégica, localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana e considerando sua importância estratégica pelo país.* Aprovado. O presidente concede a palavra aos Senadores **EDUARDO SUPLICY** e **CRISTOVAM BUARQUE**. A reunião torna-se secreta às onze horas e quarenta e seis minutos. A sessão é reaberta às doze horas e quarenta e quatro minutos. O presidente comunica a aprovação dos indicados.O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – **Senador HERÁCLITO FORTES,** Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 45 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Declaro aberta a 38ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior. Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos, portanto, à apreciação da Pauta. Convido a compor a Mesa os Srs. Embaixadores Carlos Augusto Rego dos Santos Neves, Antônio José Maria Souza e Silva e José Luis Machado e Costa, que serão sabatinados para preencherem as vagas de Embaixadores do Reino Unido, na República de Moçambique e na República do Suriname.

Item 1. Mensagem de nº. 149, de 2007: "Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Antônio José Maria de Souza e Silva, Ministro de 2ª classe da carreira de Diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixador junto à República de Seychelles e à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia". Autoria: Presidência da República. Relatoria do Senador Euclides Melo,

que, estando ausente, fica indicada, então, a Senadora Maria do Carmo, a quem a passo a palavra.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE): Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a opinar sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Antônio José Maia de Souza e Silva, Ministro de 2ª classe da carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Moçambique, exercer o de Embaixador do Brasil junto à República de Seychelles, à República de Madagascar e ao Reino da Suazilândia. Em atendimento ao preceito regimental, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* do diplomata indicado, bem como análise e dados da conjuntura dos países a que destina, dos quais extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Nascido no Rio de Janeiro, filho de Célio Antônio de Silva e Maria Alice de Azevedo Teixeira de Souza e Silva, o Diplomata graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito Cândido Mendes, no Rio de Janeiro. Ingressou na carreira diplomática no posto de 3º Secretário, em 76, após concluir o curso de preparação da carreira diplomática do Instituto Rio Branco. Ascendeu, por merecimento, a conselheiro, em 1989, e a Ministro de 2ª classe, em 2004.

Na Chancelaria, o diplomata exerceu diversas funções, entre as quais cabe destacar a de assistente da divisão de operações de promoção comercial, a de chefe substituto da divisão de política financeira, a de chefe da divisão da Europa - 1ª, e a da divisão de Feiras e Turismo, e a de Assessor do Departamento de Promoção Comercial.

No exterior, desempenhou, entre outros, os cargos de 2º Secretário do Consulado Geral em Nova York; de Encarregado de Negócios da Embaixada da Guatemala, em Islamabad, e em Tripoli; de Secretário da Embaixada em Assunção; de Conselheiro da Embaixada em Buenos Aires e Praga, e de Embaixador de Tili(F) e Timor Leste.

Sobre a República de Moçambique, os demais países, nos quais o Diplomata irá exercer o cargo de Embaixador, cabe prestar alguns esclarecimentos trazidos pelo informe ministerial, de forma a subsidiar a sabatina pela Comissão. República de Moçambique... Tenho vários dados da República de Moçambique. República de Seychelles também... E República de Madagascar e o Reino da Suazilândia.

Diante do exposto, julgamos que os Senadores, membros dessa Comissão, possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo aduzido no âmbito deste relatório. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Está, portanto, proferido o voto da Relatora com relação ao Item 01, que aprecia o nome do Embaixador Antônio José Maria de Souza e Silva para ocupar o posto de Embaixador de Moçambique e República de Seychelles etc.

Agora, Item 2. Mensagem 173, de 2007: "Submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de 1ª classe da carreira Diplomata do quadro especial do quadro de Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte". Autoria: Presidência da República, e o Relator é o Senador Jarbas Vasconcelos, a quem concedo a palavra.

SENADOR JARBAS VASCONCELOS (PMDB-PE): Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadores, é mensagem de S. Exa., o Sr. Presidente da República, que encaminha ao Congresso Nacional e vem ao Senado a mensagem em que submete à apreciação desta Casa o nome do Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves, Ministro de 1ª classe da carreira de diplomata do quadro especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

É atribuição da Comissão de Relações Exteriores apreciar mensagens encaminhadas pelo Presidente da República para a designação de Embaixadores. O Ministério das Relações Exteriores, mantendo uma tradição e também atendendo a preceito regimental, enviou currículo do Diplomata, bem como análise de conjuntura do país a que se destina.

O Embaixador, que já percorreu inúmeras embaixadas, designadas para representar o Brasil no exterior, nasceu no Rio de Janeiro, em 1944. É filho de Miguel Santos Neves e Beatriz Rego Santos Neves. Graduou-se em Engenharia, pela escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil, em 62. E ingressou na carreira diplomática no posto de 3º Secretário, em 1966, após concluir o curso de preparação da carreira diplomática do Instituo Rio Branco. Ascendeu a Conselheiro, em 1978, e Ministro de 2ª classe, em 1973, e Ministro de 1ª classe, em 1987. Em todas essas ocasiões, sempre galgando as posições por merecimento.

Na Chancelaria, exerceu várias funções: Foi chefe da divisão especial de estudos e pesquisas econômicas, em 1984; Secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático, em 1999, e Chefe da Delegação Brasileira na negociação do acordo internacional relativo ao comércio internacional de têxteis, em 1982.

No exterior, ele desempenhou vários cargos; começou como Cônsul Geral, em Nova York; depois, passou pela Embaixada do México... É atualmente Embaixador do Brasil em Moscou, de onde o Presidente da República enviou agora a mensagem ao Congresso Nacional, e chega ao Senado a sua indicação para representar o país junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

O relatório foi distribuído; os membros devem ter tido acesso a ele, ao relatório; o Embaixador é uma figura bastante conhecida no meio diplomático. Fora do meio diplomático, também é uma figura conhecida, respeitada, e de inegável competência, com uma carreira brilhante e marcante no Itamaraty, e entendo, como Relator, que os integrantes da Comissão já dispõem de todos os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial do novo Embaixador do Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda no Norte. O Ministro conhece, sabe que está indo para um lugar onde as relações são bem acentuadas entre o Brasil e o lugar para onde se destina, e pela sua reconhecida habilidade, determinação e competência, é de se esperar novamente uma missão exitosa por parte do Dr. Carlos Augusto Santos Rego. É o parecer, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Parecer do Senador Jarbas Vasconcelos é pela aprovação. Passamos, portanto, ao Item 3: Mensagem 174, de 2007: "Submeto à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. José Luis Machado e Costa, Ministro de 2ª Classe da carreira de diplomatas do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República de Suriname". A autoria é da Presidência da República e Relatoria coube ao Senador Augusto Botelho que, encontrando-se ausente, solicito ao Senador Marco Maciel que ocupe a função de Relator *ad hoc*, a quem passo a palavra.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Nobre Senador Heráclito Fortes, Presidente desta Comissão, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, por designação de Vossa Excelência V.Exa., nobre Presidente Heráclito Fortes, passo a relatar em caráter *ad hoc* a indicação que o Poder Executivo faz do Diplomata José Luis Machado e Costa para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Suriname.

Como é de conhecimento desta Comissão e do Senado, a Constituição atribuiu competência privativa à Casa para examinar previamente, por voto secreto, a escolha de Chefe de Missão de caráter permanente. O Ministério das Relações exteriores, atendendo também a preceito regimental, elaborou o *curriculum vitae* do diplomata indicado, do qual se extraem, para esse relatório, as informações que se seguem:

Nascido em Porto Alegre, no Rio grande do Sul... Nos dois últimos... Ele foi... Ele tem uma longa vida no... Um longo processo de lidar com as questões ligadas à diplomacia brasileira, e gostaria de destacar, entre outros, que ele foi 2° Secretário, em Bogotá; foi promovido a 1° Secretário por merecimento; trabalhou na Presidência da República, na área de cerimonial; depois, exerceu outras funções fora do Itamaraty, como, por exemplo, no Ministério da Defesa, como assessor especial do Ministro; na CAE, a sua tese foi do papel do Brasil na construção de uma visão sul-americana de Defesa; possui inúmeras condecorações, e acaba... Está concluindo sua missão em Timor Leste, com pleno êxito e grande reconhecimento. E, como se sabe, para nós, Timor Leste passa a ter uma significação especial, por se tratar de um país de língua portuguesa que, consequentemente, integra a comunidade... A CPLP, ou seja, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E S. Exa. é agora indicado para exercer uma função também junto ao um país que tem, para nós, uma significação estratégica, o Suriname.

O Brasil é um país que tem muitos vizinhos; 10 vizinhos. Poucos países têm tantos vizinhos quanto o Brasil, e tem boas relações com todos os seus vizinhos e, naturalmente, que a preocupação, nesses tempos de integração nacional, é fortalecer a cooperação e intercâmbio entre Brasil e Suriname. O Mercosul, que é o primeiro Projeto de integração regional, tende, no futuro, quem sabe, a se converter, num esforço de criação de uma associação, envolvendo todos os países da América do Sul. Exemplo, aliás, que está acontecendo com a União Européia. É lógico que a União Européia tem uma história muito longa e hoje abriga 27 membros, e acho que a tendência é para darmos... Desenvolver a integração regional.

É bom lembrar que, no Mercosul, no ano 2000, se realizou, no Brasil, pela primeira vez, penso, uma reunião de todos os Chefes de Estado de Governo, reunindo todos os países da América do Sul, e isso foi muito importante porque, a partir daí, brotaram processos de integração no campo da infraestrutura física, econômica, mas brotaram também Projetos de integração política, que estão em pleno curso, na atual administração do país.

Creio que, pelo seu currículo, o indicado está mais que habilitado a desempenhar as funções de Embaixador e também participar da execução da política externa brasileira, que se volta para, a meu ver, acertadamente, à integração regional.

Este é meu relatório e devolvo a palavra, portanto, ao Presidente Heráclito Fortes, para que dê seqüência aos nossos trabalhos.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Essa Presidência agradece ao Senador Marco Maciel e, com ênfase... E tendo em vista o parecer favorável, retornaremos ao Item nº. 01, quando ouviremos a palavra do Sr. Embaixador Antônio José Maria de Souza e Silva, para sua exposição. Com a palavra...

SR. ANTÔNIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA: Sr. Presidente, muito obrigado. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, é uma honra muita grande estar aqui nesta Comissão, pela segunda vez, em três anos, e agora para examinar a minha mensagem que me indica para Embaixador em Moçambique.

Eu gostaria de, inicialmente, aproveitar essa oportunidade para fazer um muito breve relato da minha experiência em Timor Leste, já que eu estou fresco, saindo de lá, e gostaria de deixar aqui, expressar a satisfação que foi poder representar o Brasil lá, dentro do nosso esforço de solidariedade com um país membro da CPLP, que tem sete anos de existência, de independência plena, onde nós, hoje, com grande orgulho, contamos com 50 professores brasileiros, atuando em Timor Leste, formando professores timorenses; nós temos a presença de cinco juristas brasileiros, um juiz, dois promotores e dois defensores públicos, que atuam nas Cortes de Timor, julgando, defendendo e também dando capacitação aos profissionais timorenses.

O Brasil... Essa experiência do Timor me foi muito gratificante, tanto do ponto de vista pessoal, quanto profissional. E eu quero levar esse entusiasmo que eu tive em Timor para Moçambique, onde as condições são bastante semelhantes sobre a atuação brasileira. Há uma grande expectativa do papel do Brasil nesses países, sobretudo nos países de língua portuguesa, e onde o Brasil tem efetivamente uma enorme capacidade de atuar e de cooperar com esses países.

A questão da África é uma relação multifacetada e que vai muito além da nossa política externa. A África... A nossa relação com a África é, de certa maneira, um resgate de aspectos da própria cidadania brasileira. A participação africana na formação do povo brasileiro, o comércio que o Brasil Colônia manteve com a África e depois o papel do Brasil em toda a fase de descolonização, com as iniciativas de Santiago Dantas, Afonso Arinos e, depois, do nosso Chanceler, Mário Gibson Barbosa e, atualmente, com uma grande dinâmica do Governo Lula em estreitar esse relacionamento com a África, e essa nossa presença na África; são 54 países, são, portanto, 54 votos também em organismos internacionais, e a África hoje está encontrando seu caminho a uma pacificação mais ou menos generalizada. Moçambique é, talvez, um dos exemplos mais eloqüentes dessa pacificação e dessa reconciliação nacional, onde a luta armada foi trocada hoje pelo pluralismo partidário. Então, há um clima, um ambiente de relativa estabilidade, onde a atuação brasileira pode e deve se dar de uma forma mais consistente, mais disciplinada e, sobretudo, duradoura no tempo.

Um outro elemento importante da África é, apesar da sua enorme diversidade, há uma coesão em torno de uma noção de África, pelos africanos, e há hoje uma importante convergência para os Estados Unidos Africanos, embora, haja ainda divergências sobre a forma como se darão esses Estados Unidos Africanos e também os tempos requeridos.

No aspecto das relações econômico-comerciais também, nos últimos cinco anos, o comércio do Brasil com a África triplicou, e hoje está na casa dos 15 bilhões de dólares, e em África também nós já temos uma tradição, sobretudo de grandes empreiteiras brasileiras, na área de mineração, na área de energia, quer dizer, a tradicional, com a Petrobras, e agora a não tradicional, com os biocombustíveis.

Mas eu gostaria também de ressaltar a questão cultural, que é o que dá um embasamento para a exploração de todos outros os planos, tanto o político quanto o comercial. Há uma sintonia muito grande, há uma naturalidade muito grande no contato entre o Brasil e os países Africanos e novamente, eu repito, uma grande expectativa da participação do Brasil; o próprio nível de desenvolvimento brasileiro, as conquistas que o Brasil auferiu em setores fundamentais para desenvolvimento da África, como na questão de Saúde, Saneamento Básico, Educação e Agricultura, hoje, através da nossa EMBRAPA, são elementos que... Facilitadores dessa presença brasileira e dessa universalização das nossas relações com os países africanos.

Obviamente, nós não temos nem as dimensões e nem estrutura para nos ocupar dos 54 países, e eu acredito que, dentro desses critérios de favorecimento de alguns países, o critério da CPLP é, sem dúvida, o mais adequado e o mais correto.

O Brasil, hoje, eu, infelizmente, hoje eu ainda não conheço Moçambique, mas, pela leitura de documentos, inclusive dos mesmos documentos que os senhores já receberam, eu estou seguro de que continuaremos um trabalho, lá, de fortalecimento dessa relação do Brasil com a África, de certa... Na África Austral, através da nossa presença em Moçambique, onde a EMBRAPA já se encontra em Gana, mas a FIOCRUZ está abrindo um escritório hoje e, paralelamente à abertura desse escritório, uma primeira fábrica de retrovirais, que é um

grande passo na busca de soluções para a questão do HIV, que assola a África hoje.

Por outro lado, temos uma vertente comercial importante também, com a presença da Vale do Rio Doce, que foi contemplada com uma concessão para exploração de uma importante jazida de carvão, num projeto que vai além de um bilhão de dólares, e, com esse Projeto, um compromisso da própria Vale do Rio Doce com o Governo brasileiro, através da Agência Brasileira de Cooperação, de devolver as comunidades que estarão afetadas lá... Pela exploração dessas minas de carvão. Nós temos também a Camargo Correia também, que já está com um memorando de entendimento assinado para a construção de uma hidrelétrica, além de dezenas de Projetos em desenvolvimento, na área da educação, na área do Judiciário, na área da Saúde, e na área da Educação, através da CAPES(F).

Eu não quero me alongar, atendendo, inclusive, ao pedido aqui do Sr. Presidente, e estou disposto, depois, no momento adequado, a prestar os esclarecimentos ou explorar os aspectos dessa minha breve introdução que se fizer necessária às Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Presidência agradece e, antes de passar a palavra ao próximo Embaixador, comunico que está aberto, excepcionalmente, a partir deste momento, o processo de votação, atendendo ao apelo de alguns Senadores, que têm compromissos e em outras Comissões. Portanto, aqueles que se acharem em condição de procedimento de votação, a partir desse momento poderão exercê-lo.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Carlos Augusto Rego Santos Neves, para fazer sua exposição.

SR. CARLOS AUGUSTO REGO SANTOS: Agradeço a V.Exa., Senador Heráclito Fortes, e quero que minhas primeiras palavras a todos os Senadores é dizer a V.Exas. que eu considero, já tendo passado muitas vezes por esta Comissão, e outras tantas vezes participado, presenciado a apresentações sabatinas, feitas por colegas meus, que é um dos grandes ritos da República brasileira, eu creio, essa passagem dos Embaixadores pela Comissão de Relações Exteriores do Senado e pelo Senado, porque o assunto vai a Plenário, e eu digo que é um grande rito da República Brasileira, porque nem todas as Repúblicas adotam esse sistema, e esse sistema aqui é um sistema absolutamente substantivo.

O trabalho que nós tentamos apresentar aos senhores, Srs. Senadores, é um trabalho, de fato, uma reflexão sobre o que se pretende fazer, e o juízo dos senhores sempre tem sido um juízo manifestado através de perguntas, através da presença de V.Exas., através das votações em Plenário, com resultados variáveis, nós sabemos disso, é uma coisa que dá grande legitimidade aos Embaixadores. Eu, sempre que estou num processo de designação, e posso dizer aos meus colegas, no país onde eu estou, que eu tenho que ir ao Brasil para passar por um questionamento a ser feito pelo Senado da República é algo que impressiona. Poucos países, mesmo países, grandes países e muito sérios, levam a esse limite, elogiabilíssimo, as suas preocupações republicanas, senatoriais e republicanas, de modo que é com emoção e com honra e também com grande orgulho pelo país que eu sempre aqui compareço, e muito especialmente na circunstância como do dia de hoje.

Minhas primeiras palavras... Minhas segundas palavras serão para me referir aos meus antecessores, alguns dos meus antecessores, em Londres, os senhores sabem que eu não estou apresentando aos senhores um lugar comum, um clichê, quando eu digo que foi precedido, em Londres, por grandes Embaixadores brasileiros; o Embaixador José Maurício Bustani, que é uma grande figura brasileira, realizou um extraordinário trabalho em Londres; um trabalho esse, inclusive, que é reconhecido publicamente pela República, pelo Ministro, pelo Presidente da República, pelos senhores, com uma designação que só pode a manifestação implícita do reconhecimento de um excelente trabalho, extraordinário trabalho feito em Londres, designação do Embaixador Bustani para Paris.

O antecessor imediato do Embaixador Bustani foi o Ministro Celso Amorim; o Ministro Celso Amorim, seria presunção da minha parte qualificar o Ministro Celso Amorim, um extraordinário Ministro do Exterior, voltarei a dizer isso. E não posso deixar de mencionar porque foi um grande Embaixador, meu querido amigo, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, que marcou época na Embaixada em Londres, e também tão extraordinário trabalho fez em Londres, porque de lá partiu sucessivamente para Washington e para Roma. De modo que há muitos mais; a designação de Embaixador em Londres, em cima de designação que assusta, assusta a mim quando eu sei da galeria de Embaixadores que me precederam.

Passando à matéria diretamente, eu menciono aos senhores uma frase conhecida, que eu nunca sei que eu estou dizendo certo ou errado, uma frase do Tolstoy, na abertura do “Guerra e paz”, quando diz que “as famílias felizes são todas felizes da mesma maneira; as famílias infelizes têm suas diferentes maneiras de serem infelizes”. É uma frase muito densa e que, sem maltratar a frase, nem muito menos maltratar o Tolstoy, sempre se mostrou, me soou igualmente densa, se lida ao inverso. Se nós dissermos que as famílias felizes

são todas felizes de diferentes maneiras ou as famílias infelizes são todas infelizes da mesma maneira. Mas eu faço o contraste, o importante que eu quero deixar com os senhores não é precisão da citação, é o contraste. Eu parto de um país que ainda vive situação de imensa felicidade, e parto para um país que é um país que se pode dizer, pertence àquele grupo seleto dos países normais, dos países em ordem, dos países onde tudo parece encaminhar excelentemente bem.

É mais difícil, inclusive, fazer a apresentação a respeito de um país aonde tudo vai muito bem. É um país que, no dizer brasileiro, que é um encontro muito saboroso, é um país que tem pouco enredo. A Inglaterra, o Reino Unido, enquanto a Rússia, no momento, tem muito enredo.

No momento dos debates, havendo curiosidade dos senhores, eu procurarei atender alguns que me sejam dirigidas sobre a Rússia de hoje. Dizendo, portanto, trabalhando, como irei trabalhar, com um país normal, com um país feliz, eu creio que a principal tarefa que eu terei é dar prosseguimento ao que vinham fazendo meus antecessores, que é buscar formas de cooperação, buscar formas de investimentos, buscar formas de investimentos diretos ou de investimentos financeiros e buscar, enfim, o que se pode tirar para o Brasil, da grande variedade, da extraordinária variedade de entidades acadêmicas, entidades de pesquisa, entidades de reflexão estratégica, que marcam a vida, não só cultural, não só a vida política e não só social, e formando mesmo uma verdadeira espinha de conhecimento, dorsal, que é o Reino Unido, para Grã-bretanha e Irlanda do Norte.

Pode-se de distinguir que, obviamente, há coisas a fazer, há sempre... A realidade muda, haverão projetos originais que possam ser encetados, afinal, o maior centro financeiro está em Londres, em todos os sentidos, inclusive nas mais modernas formas de investimento, com derivativos, investimentos na margem, *hedge funds,* e tudo isso, de modo que é um centro de gigantesco concentração e dispersão de recursos financeiros.

Eu olhei com certa perplexidade as cifras de comércio porque, enfim, vindo de Moscou, eu noto que as cifras de comércio que nós registramos com o Reino Unido são cifras inferiores àquelas que já alcançamos em Moscou; é verdade que a pauta de exportações para o Reino Unido é mais diversificada e contém produtos de maior grau de elaboração.

Então, de qualquer maneira, é uma cifra de dois bilhões e 400 bilhões de dólares de exportações brasileiras para o Reino Unido; é uma cifra que deve ser trabalhada, deve-se buscar entender melhor e ampliá-la. As exportações deles para nós também não são muito altas, não são muito expressivas; é claro que aí os senhores já pressentiram o fenômeno... Já sente presente que a participação da Grã-Bretanha na União européia. Portanto, a maior parte do comércio da Grã-Bretanha se faz com a União Européia, e fica difícil, portanto, distinguir quando nós temos um produto, por exemplo, de um outro país, um produto alemão, um produto francês, qual é o percentual de produtos de, digamos, feitos... Sentido "feitos" sempre hoje, na Grã-Bretanha.

Falando de mercado comum, eu quero resvalar aqui para o lado político com as nossas relações com a Grã-bretanha e com o Reino Unido, para dizer que, como sabemos e temos observado desde formação do Mercado Comum Europeu, e depois das comunidades européias, e hoje da União Européia, e seu processo extraordinário, hoje com 27 membros, todos, digamos, mais parecidos entre si, do que é a Grã-Bretanha, do que é o Reino Unido parecida com eles. O Reino Unido tem uma preocupação: conservar uma grande individualidade, de manter intocada uma série de instituições suas, a derivarem, que é da monarquia, que é do caráter insular do país, o que é do que entendem eles como sendo as peculiaridades do país, ou também derivando da *Common Low*, em contraposição ao Código Napoleônico e ao Direito Romano, que marcam tantos países europeus.

Então, é um país interesse, é um interessantíssimo, e que se vinculando à Europa, como nós sabemos, mantém uma famosa definição de Churchill, diversos círculos, e um desses círculos chamado por Churchill de um círculo de transatlântico, é aquele que conduz as ligações que os ingleses vêem como especiais, entre o Reino Unido e os Estados Unidos.

Eu creio que não política, não há diplomacia no mundo de hoje sem os Estados Unidos, sem relações com os Estados Unidos; todos a tem, mas o Reino Unido, a Grã-Bretanha, tem relações que ela vê como especiais, e eu creio que a razão para isso é menos reconhecida por parte dos Estados Unidos, essas relações especiais, mas eu creio que estão a demonstrar menos o exemplo hoje, levado à caricatura a que nós ainda nos lembramos do Tony Blair, a Guerra do Iraque, e todas as brincadeiras que fizeram em torno das relações entre o Premier Tony Blair e o Presidente Bush, mas me recordando, sim, da grande influência que teve, durante a 2ª Guerra, Churchill sobre Roosevelt. Eu creio que devemos medir o que é a Grã-Bretanha; eu creio que devemos medir o que é relacionamento do Reino Unido com os Estados Unidos, mas pelo muito que Churchill fez do que pelo pouco e menos feliz, certamente, do que terá feito o Premier Blair.

Finalmente, um aspecto que me interessa, em particular, a respeito do Reino Unido, dada minha trajetória política, digamos assim, é um interesse de como vem evoluindo a esquerda e o partido trabalhista britânico; os sistemas são intercambiáveis, na linguagem corriqueira. Nós sabemos que as reformas, grandes reformas pela Sra. Tatcher, hoje a baronesa Tatcher, prosseguidas pelo John Major, mas, na verdade, também prosseguidas pelo Governo Blair, e agora pelo Governo *Brown*. De modo que essa reformulação, na prática e na teoria, na ação parlamentar, como na ação política, por ocasião das eleições, por um tradicional partido trabalhista, o mais tradicional, que havia empreendido uma verdadeira revolução econômica e social, logo no pós guerra, sob a direção do Clement Attlee, alguns de nós nos lembramos ainda com clareza do Clement Attlee.

Então, o que esse país faz, em termos de modernizar o que é a esquerda no mundo, o movimento trabalhista no mundo, não pode passar desapercebido, muito mais do que isso, eu creio que tem um imenso interesse para o Brasil; deve ter também um imenso interesse para outros países da América do Sul, já que aqui, de maneiras diferentes, digamos, se tenta também uma renovação trabalhista dessa herança trabalhista, dessa inserção da classe do trabalho, na plena vida social do país.

Portanto, Srs. Senadores, é com esse espírito que eu vou a Londres, que gostaria de dizer mais aos senhores; se não o digo é porque o senhores já têm presentes esses fatos todos e tão positivos eles todos, no relatório que receberam a respeito do trabalho de meus antecessores. Com toda sinceridade, sem modéstia falsa, eu quero dizer, se eu conseguir repetir o que fizeram meus antecessores, em particular os três citados, eu terei tido um êxito pessoal muito grande e espero, com isso, merecer também a confiança de V.Exas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Presidência agradece a V.Exa. e passa a palavra ao terceiro Embaixador indicado a representar o Brasil junto à República do Suriname, José Luis Machado e Costa, a quem passo a palavra.

SR. JOSÉ LUIS MACHADO E COSTA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Senadores, é, para mim, uma grande honra poder estar aqui hoje, diante de V.Exas., é minha primeira sabatina, e ao lado de dois colegas de larga trajetória de serviços prestados ao país.

É um privilégio haver sido indicado, eu considero, para a embaixada no Suriname, como assinalou o Senador Marco Maciel, o Suriname, por um país limítrofe, é estratégico para o Brasil; é um privilegio e um desafio. É um desafio porque por lá já passaram grandes Embaixadores também, inclusive, foi Embaixador no Suriname o Luis Felipe Lampreia, depois veio a ser Chanceler do Brasil, ou seja, uma responsabilidade a mais.

O Suriname é um dos países que têm uma relação menos densa com o Brasil, e isso significa que ele está praticamente de costas para o país. Ex-colônia da Holanda até 1975, tem praticamente todas as suas relações exteriores voltadas para antiga metrópole, para o CARICOM, a comunidade dos países do Caribe. E, portanto, há um grande trabalho que vem sendo feito, no sentido de atrair o Suriname para o contexto sul-americano, em curso, mas que precisa ser enfatizado, e que precisa ser permanentemente reforçado. As dificuldades que tem, tanto o Suriname quanto os outros países das Guianas, a própria Guiana, e também a Guiana Francesa, que é um departamento da França, é que esses países contêm elementos que os diferenciam bastante do resto dos continentes. No Suriname, se fala, para início de conversa, holandês, ou seja, uma língua totalmente estranha para o resto do continente e também uma diversidade muito grande também, do ponto de vista étnico; é um país que a população tem origem indiana, javanesa, chinesa, africana e uma pequena parte européia, e agora a esse conjunto se agregam os brasileiros que, pouco a pouco, permeiam a fronteira do Suriname e já constituem cerca de 3% da população do país.

O Suriname é também um país isolado, ele não tem estradas que o ligam com o Brasil; ele tem conexão com a Guiana e com a Guiana Francesa, conexões que são limitadas, têm poucas conexões aéreas, e isso leva o país a uma situação de isolamento, e a ausência do Estado, da presença de Estado também nas regiões mais remotas, na selva amazônica, na fronteira com o Pará, também cria condições para que ocorram ilícitos transnacionais como o narcotráfico, motivo de grande preocupação tanto para o Brasil quanto para o Governo do Suriname.

Por essa razão é preciso a ênfase na integração do Suriname com o resto do continente. O processo de integração sul-americana, que foi desencadeado pelo Brasil, e que hoje se constitui na UNASUL, é impossível que se concretize, de forma eficiente e sem a presença do Suriname. E eu estou vindo agora do Paraguai, onde eu exerço as funções de Ministro e conselheiro, e o Paraguai também é um país que não tem as dificuldades que tem o Suriname, mas é um país também que sofre das assimetrias, é um país pequeno, e que necessitaria de um esforço adicional para redução das assimetrias, para que possa, junto com países grandes do bloco, promover o seu desenvolvimento, de forma mais compatível com suas necessidades.

O Brasil tem feito um esforço. O Presidente Lula esteve no Suriname, em 2005, e o Chanceler Celso Amorim também visitou Paramaribo em 2004, onde repassaram uma larga agenda de cooperação, em todos os campos. E dessa, vale destacar a cooperação consular, justamente para atender à população brasileira, que a cada vez mais, demanda de um apoio do Estado, e também a cooperação na área de comércio; o comércio do Brasil com o Suriname não é muito intenso, mas nós temos um superávit muito grande, de oito milhões de dólares, que incomoda os surinameses, que nós estamos tentando, portanto, agora, promover uma exportação mais de itens surinameses para o país, especialmente o arroz, com algum sucesso.

E tem também a questão da vivida. O Suriname contraiu uma dívida com o Brasil, na década de 80, de cerca de 100 milhões de dólares, e esta dívida está sendo tratada agora, no Ministério da Fazenda, de forma a procurar reescalonar ou procurar equacioná-la, de maneira que ela se ajuste à capacidade de pagamento do país; isso, se conseguíssemos, seria um feito demonstrativo do interesse do Brasil de efetivamente ajudar o Suriname e de trazê-lo para mais para âmbito sul-americano.

Há investimentos grandes de empresas brasileiras lá, principalmente a companhia Vale do Rio Doce, que está interessada na extração de manganês e também de cobre, no interior do país. Infelizmente, o Brasil não conseguiu ter acesso às grandes minas de bauxita do oeste do país, uma vez que o Governo do Suriname decidiu conceder a exploração dessas minas para empresas multinacionais da Austrália e dos Estados Unidos. A EMBRAER também tem interesse; há probidade de venda de duas aeronaves para Suriname Airways, e também a construção de estradas. E existe o projeto da construção do Arco Norte, que vai unir a Guiana, Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana, junto a Macapá e à Boa Vista. Se isso fosse efetivamente realizado, seria de grande interesse para os estados do Norte do Brasil, porque eles teriam uma conexão com o Caribe, e também uma promoção do comércio sub-regional.

Há uma agenda negativa também com o Suriname, que diz respeito aos ilícitos transnacionais. O Suriname é considerado uma rota de tráfico de drogas que sai da Colômbia, passa pelo Norte do país, do Brasil, e entra no Suriname e, de lá, parte para Europa, principalmente para Holanda. Há uma intensa cooperação entre os órgãos policiais do Brasil e os surinameses, que têm trabalho, com bastante eficiência, no sentido de coibir esse tráfico. Agora mesmo, o Brasil está instalando uma adidância policial no Suriname, para poder acompanhar, de forma mais sistemática, essa cooperação.

E tem a questão da cooperação também das forças armadas. O Brasil é o único país que mantém um adido militar em Paramaribo, e os surinameses gostam dos cursos que as forças amadas brasileiras oferecem aos surinameses, porque eles consideram que os militares brasileiros tratam de uma forma mais amena do que eles costumam ser tratados por outros países, e isso fez com que vários militares de alta patente ocupem hoje, que estudaram no Brasil, que ocupam cargos importantes, favoreçam a relação com o Brasil.

Nesse campo, ainda, da segurança, eles têm interesse em ter acesso às informações do SIVAM, e isso está em pleno curso agora, da possibilidade de estender ao Suriname as informações coletadas pelo SIVAM, e também novas propostas de reescalonamento desta dívida e de biocombustíveis; há também projetos na área de biocombustíveis de grande interesse do Suriname, que nós poderemos e deveríamos incentivar.

Enfim eu pretendo dar seguimento ao trabalho que os meus antecessores vêm desenvolvendo nessa área, e espero poder efetivamente contribuir para que os esforços do Brasil, no sentido de integrar o continente, e um processo de integração no qual o Suriname é peça essencial. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Antes dar continuidade à oitiva dos três Embaixadores, eu quero ler o Requerimento nº 79, de 2007 - CRE, sobre a Mesa: “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública no dia 13 do corrente, às 14 horas, com a participação do Dr. MICHAEL DUTSCHKE, autor do grupo de trabalho III, do painel intergovernamental sobre mudanças climáticas, IPCC, e especialista nos mecanismos de Kyoto, que estará em visita ao Brasil, no mês de novembro, proferindo uma série de palestras durante as discussões preparatórias para próxima convenção da ONU sobre mudanças climáticas, que ocorrerá entre 13 e 14 de dezembro, em Bali. O Dr. DUTSCHKE tem também por área de estudos a economia social e concentrou seus trabalhos no estudo da política de mudanças climáticas em foco”. Considerando a importância, essa é uma solicitação feita pelo Senador Suplicy, coloco em votação. Os Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Permita apenas, Sr. Presidente, que informe que o professor Michael Dutschke, até por sugestão da Embaixada da Alemanha, que está sugerindo que nós possamos ouvir esse grande especialista em questões climáticas, ele foi professor no Brasil, inclusive no Instituto

de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, já viveu no Brasil por cinco anos e sabe bem o português. Portanto, é uma oportunidade especial para que possamos, portanto, ouvi-lo, e eu convido a todos os Senadores para ouvirem, então, o senhor... Doutor... Professor Michael Dutschke, na próxima terça-feira, às 14 horas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Requerimento 78, de 2007 - CRE: "Nos termos do art. 90, incisos II, V, XI e 93 do Regimento Interno do Senado Federal, bem como no art. 58, § 2°, inciso V da Constituição Federal, requeiro seja realizada Audiência Pública nesta Comissão para tratar de tema de interesse da Defesa Nacional, com ênfase da situação dos brasileiros expulsos da reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, e operação Upatakon-III, tendo em vista tratar-se de área estratégica, localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela e com a Guiana, e considerando a sua importância estratégica para o país".

A convocação é para Audiência Pública com a presença do Sr. Ministro da Justiça, Ministro da Defesa, Ministro do Estado de Desenvolvimento Agrário, S. Exa., o Governador do Estado de Roraima, Brigadeiro Ottomar Pinto; S. Exa. Srs. Deputados Estaduais de Roraima, e especialmente os integrantes da Comissão Especial criada pela Assembléia Legislativa daquele Estado para acompanhar esse trabalho. A autoria é do Senador Mozarildo Cavalcanti. Consulto os Srs. Senadores; os que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passaremos, agora, a, cumprindo o Regimento, à parte secreta da Sessão. Gostaria, entretanto, de registrar aqui, satisfatoriamente, a presença dos Senadores José Agripino e Senador Tarso Jereissati, que embora—

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Pela ordem, Sr. Presidente—

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): --Não participem desta Comissão, para tristeza de todos nós, vieram aqui prestigiar a oitiva dos três Embaixadores. Está, portanto, suspensa a Sessão até que haja a evacuação da sala, permanecendo apenas aqueles que... Eu aproveitaria para indicar o Senador Eduardo Suplicy como Secretário da Sessão, solicitando sua permanência, até o final, na sala.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Com certeza, mas se permitir, antes que seja colocado em Sessão secreta--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Pois não.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu quero agradecer a atenção de V.Exa., como Presidente das Relações Exteriores, nos diálogos que tenho mantido com o Ministro Celso Amorim, e com o Presidente Tião Viana, no sentido de poder concluída a solução, para que possa a sede do parlatino ser mantida em São Paulo. Eu gostaria de informar a V.Exa. que ainda hoje, pela manhã, conversei com o Senador Jorge Pizarro, Presidente do parlatino, que inclusive tentará até, transmito ao Senador... Embaixador Marco Antônio, que tem acompanhado essa questão com muita atenção e solicitude, que ele... Eu sugeriria que ele procure o Ministro Celso Amorim, por ocasião da reunião cúpula que haverá, de países da América Latina, no Chile, nesse final de semana, e informei a ele que está por ser, até por sugestão de V.Exa., encaminhada uma sugestão, através de medida provisória, que possa destinar os dois milhões e meio de recursos que se fazem necessários para que possa a sede do parlatino manter o seu... Ter mantido seu funcionamento em São Paulo, pois o governador José Serra havia me informado que, uma vez colocados estes recursos, então, é à disposição dele permitir que a sede do parlatino se mantenha em São Paulo.

De maneira que agradeço a atenção de V.Exa. e precisaremos ter, junto ao Senador Tião Viana e V.Exa. mesmo, a atenção devida para que, em consonância com o Ministro de Relações Exteriores, encontrarmos essa sugestão que V.Exa. mesmo sugeriu.

Então, esse é registro que considero importante seja feito, inclusive, encaminhado ao conhecimento do Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A Mesa acata a sugestão de V.Exa. e faz uma sugestão, estando na sala o competente, sempre ativo, Senador Tarso Jereissati, que é Presidente do Partido do Senador Serra, que V. Exa. solicite ao Senador Tarso que também participe desse mutirão cívico do qual V.Exa. é o grande comandante.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Eu estou tentando, inclusive, conversar por telefone com o Governador José Serra, só para informar que, na medida em que o próprio Senador Heráclito Fortes considerou que esta seria solução mais adequada e de aproveitar uma Medida Provisória para destinar os dois milhões e meio de recursos para finalidade de preservação do custeio do parlatino em São Paulo e com o entendimento junto ao Ministro Celso Amorim de que isto não significaria qualquer retirada de recursos do Itamaraty, do Orçamento, seria uma coisa adicional, que o Congresso tomaria a iniciativa, e com o consenso de todos nós, pois, assim, teríamos a forma que o Governador José Serra me disse; se o Congresso e o Governo conseguirem uma solução, então, poderá ser

mantido assim. O Senador Jorge Pizarro tem estado muito preocupado porque faz cerca, desde o primeiro semestre--

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senador Suplicy, eu queria fazer um apelo a V.Exa... Eu queria fazer um apelo a V.Exa., Senador Suplicy, que tivesse essa conversa com o Senador Tarso, uma vez que ele é muito sensível aos seus pleitos, mas deixasse a gente continuar a Sessão para que pudéssemos... É sobre o assunto, Senador Cristovam?

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF): Só sugerir que a gente deveria dar um prazo para isso porque o Governador Arruda já demonstrou todo o interesse; se São Paulo não quer, eu acho que Brasília tem condições de receber, como era idéia original, anos atrás.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Fica, portanto, Senador Suplicy, mais o Suplicy vai da sua sugestão aqui de Brasília, fica mais a sugestão aqui de Brasília; fica mais essa sugestão de que a sede possa ser em Brasília. O que, para V.Exa. será, talvez, a solução ideal porque, morando V.Exa. aqui em Brasília...

SENADDOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Segundo o Senador Jorge Pizarro, se perdermos São Paulo, aí que a solução já estaria lá no Panamá, já aprovada, mas ele disse que, se mantiver em São Paulo, a intenção do parlatino é, da direção do parlatino, se possível, em São Paulo, ou se não, ele já estaria como que com anuência do Panamá para transferir para lá. Daí a urgência de... Da solução propugnada por V.Exa.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): A minha grande preocupação é que, nessa movimentação de integração continental, a Venezuela se manifeste e V.Exa. concorda que nós não podemos, de maneira nenhuma, permitir que o Brasil deixe de ser a sede desse organismo.

SENADDOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bem, dia 03, próximo, 03 de dezembro, estarei em Caracas e, daí, eu vou dar informações a V.Exa.

[risos].

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Vou pedir, portanto... Vamos, a partir de agora, proceder com a Sessão secreta. Pediríamos, então, a retirada das pessoas, de acordo com o regimento, ficando reservado para familiares, para funcionários do Itamaraty e os funcionários devidamente avisados desta Comissão.

Sessão suspensa às 11h46.

Sessão reaberta às 12h44.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Reaberta a Sessão, comunicamos que os Srs. Embaixadores Antônio José Maria de Souza e Silva, Carlos Augusto Rego Santos Neves e José Luis Machado e Costa foram aprovados, respectivamente, para as missões indicadas pelo Governo Federal, por ampla maioria.

SENADDOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Por consenso.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Estou cumprindo o Regimento. Por ampla maioria. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

Sessão encerrada às 12h45.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

ATA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TREZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.

Às dez horas e cinqüenta e um minutos do dia treze de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **HERÁCLITO FORTES**, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, MOZARILDO CAVALCANTI, JOÃO RIBEIRO, JARBAS VASCONCELOS, PAULO DUQUE, MARCO MACIEL, MARIA DO CARMO ALVES, JOÃO TENÓRIO, INÁCIO ARRUDA, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSARENKO, FRANCISCO DORNELLES, GERALDO MESQUITA JÚNIOR, ROSALBA CIARLINI e FLEXA RIBEIRO**. Justificou a ausência o Senador **CRISTOVAM BUARQUE**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. O Senhor Presidente inicia a apreciação da 1ª Parte da Reunião. Item 1: Discussão e votação das Emendas apresentadas ao **Projeto de Lei nº 30/2007-CN, que** *"estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008"*. O Presidente concede a palavra ao Senador **MOZARILDO CAVALCANTI**, Relator "Ad Hoc", para fazer a leitura do Relatório. Foram Aprovadas as seguintes emendas: 01 – Autores: Senadores Heráclito Fortes, Marcelo Crivella e Mozarildo Cavalcanti, órgão 52101 Ministério da defesa, ação

Nova – Apoio ao Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas, valor (em R$ 1,00) 1.555.000.000; 02 – Autores: Senadores Heráclito Fortes, Francisco Dornelles, Paulo duque e Romeu Tuma, órgão 52111 Comando da Aeronáutica, ação 2048 Manutenção e Suprimento de Material Aeronáutico, valor (em R$ 1,00) 397.000.000; 3 – Autor: Senador Heráclito Fortes, órgão 35101 Ministério das Relações Exteriores, ação 0871 Contribuição a Outros Organismos Internacionais, valor (em R$ 1,00) 50.000.000. Total (em R$ 1,00) = 2.002.000.000. O Presidente passa a apreciação da 2ª Parte da Reunião. Item 01: Mensagem (SF) nº 187, de 2007, de autoria do Presidente da República, que "*Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Nepal, na República das Maldivas e na República do Bangladesh, desde que obtidos os agréments dos governos desses países.".* O Presidente convida o Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão para compor a Mesa. O Senador Mozarildo Cavalcanti assume a Presidência. O Presidente abre o processo de votação. O Presidente concede a palavra ao Relator, Senador **HERÁCLITO FORTES**, para fazer a leitura do seu Parecer. O Presidente concede a palavra ao Embaixador **MARCO ANTÔNIO DINIZ BRANDÃO** para fazer sua exposição. Fazem uso da palavra os senadores **GERALDO MESQUITA JÚNIOR, MARCO MACIEL e EDUARDO SUPLICY**. A Reunião torna-se secreta às onze horas e quatorze minutos. A Sessão é reaberta às onze horas e vinte e seis minutos. O Senhor Presidente comunica a aprovação do indicado. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às onze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – **Senador HERÁCLITO FORTES,** Presidente.

REGISTRO DA ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 39ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TREZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS DEZ HORAS E TRINTA MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Declaro aberta a 39ª Reunião Ordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Submeto a Comissão à dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Srs. Senadores que concordam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Passamos à apreciação da pauta. Primeira parte, item 1, discussão e votação das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 30, de 2007, do Congresso Nacional, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2008. Não estando presente o Relator, Senador Romeu Tuma, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcante, Relator *ad hoc* das emendas, para ler o relatório.

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): Sr. Presidente, senhores Senadores e senhoras Senadoras, é muita honra de substituir *ad hoc* o Senador Romeu Tuma que apresentou Parecer muito consciente e começo por ler de maneira sucinta o relatório e, ao final, o voto. Conforme regimentalmente prevista, a Comissão de Relação Exteriores e de Defesa Nacional convocou reunião para o dia 13 de novembro de 2007 para analisar de discutir as propostas de Emenda a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 30, de 2007. Projeto de Lei de lei orçamentária para 2008, nos termos disposto no art. 43, da resolução nº 1 de 2006 - CN. No prazo estabelecido foram apresentadas 29 propostas de emendas de apreciação conforme descriminação do anexo 01. Não foram apresentadas propostas de Emenda de remanejamento. Voto. Analisando o mérito de cada uma das ações propostas, votamos para que essa Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional delibere pela apresentação das seguintes Emendas ao Projeto de Lei nº 30 de 2007, projeto lei de orçamentária anual para 2008, PLOA 2008. Proposta nº 1 que prevê um bilhão quinhentos e cinqüenta e cinco milhões para apoio, reaparelhamento e modernização das forças armadas. A Emenda nº 2, manutenção e suplemento em material aeronáutico no valor de trezentos e noventa e sete milhões e a Emenda nº 3, contribuição a outros organismos internacionais, cinqüenta milhões, no valor total de dois bilhões e dois milhões de reais. Propomos ainda que a Secretaria de Comissão de Relações Exteriores seja incumbida de proceder as adequações que se fizerem necessárias a formalização e a apresentação das emendas junto a Comissão Mista de Planos, Orçamento Público e Fiscalização. É o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI):: Em discussão. Não havendo mais quem queira discutir encerro a discussão. Em votação. Os srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado. 2ª parte. Item 1. Mensagem 187, de 2007. Submeto a apreciação do Senado Fede-

ral em nome do senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de primeira classe da carreira diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto a República da Índia e cumulativamente o cargo de Embaixador do Brasil no Reino do Nepal, na República das Maldivas e na República de Bangladesch, desde que omitido os *agrements* dos governos desse País. Autor é a Presidência da República, mas antes, porém, eu gostaria de convidar o senhor Embaixador para comparecer a essa sala.

Eu pediria ao Senador Mozarildo Cavalcante para assumir a presidência. Antes de passar a palavra para o Senador Mozarildo eu quero registrar aqui a presença do diplomata José Carlos Fonseca que honrou durante algum tempo esta Casa do Congresso Nacional como parlamentar e hoje desempenha a funções diplomáticas na Índia. Registro, portanto, com muita alegria a sua presença. Senador Mozarildo.

[troca de presidência]

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): Antes de conceder a palavra ao Senador Heráclito Fortes para relatar a mensagem, eu quero dizer aqui em caráter excepcional abro a votação tendo em vista que os senhores Senadores estão com múltiplos afazeres nesse dia que antecede aí o feriado. Então, concedo a palavra ao senhor Heráclito Fortes para relatar, para ler o seu relatório.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Sr. Presidente, em primeiro lugar eu quero justificar o motivo de eu ter avocado a Relatoria do processo da indicação do Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: E seu tivesse chegado antes eu teria avocado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Veja bem. Eu, um dos motivos que me fez avocar foi exatamente isso. Usei o autoritarismo presidencial, Sr. Presidente para ter o privilégio de fazer essa indicação numa homenagem e num reconhecimento a dedicação com que o Embaixador se portou durante esse período em que exerceu a função de coordenador de assuntos parlamentares do Ministério das Relações Exteriores nessa Casa. O Embaixador tem uma ampla carreira de diplomata tendo servido em postos de importância como, por exemplo, a Embaixada da Tailândia e o período em que serviu a esta Casa, quero dizer que se portou da melhor maneira possível ampliando em muito as relações dessa Casa com o Itamaraty. Daí porque é um dos motivos o meu gesto. O segundo é o apreço e a admiração e a amizade pessoal que nos une. Sr. Presidente, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre indicação do Sr. Presidente da República. Faz do senhor Marco Antônio Diniz Brandão, Ministro de primeira classe da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério de Relações Exteriores para exercer o cargo de Embaixador junto a república da Índia e cumulativamente junto com a República do Nepal, a República das Maldivas e a República de Bangladesch, desde que obtidos os *agrements* dos Governos desses países. A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar sobre voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, segundo o artigo 52, inciso 4º. O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito Regimental elaborou o *currículum vitae* do interessado do qual extraímos para este relatório informações que se seguem. Nascido em Belo Horizonte, filho de Vanderlei Gomes Brandão e Cicéia Diniz Brandão concluiu o curso de preparação a carreira de diplomata no Instituto Rio Branco, em 1972, mesmo ano em que se graduou em direito pela faculdade de direito da Universidade Federal Fluminense. Concluiu o curso de altos estudos do Rio Branco em 1991. Ocupou vários cargos, vou reduzir um pouco Sr. Presidente, até porque o Embaixador é por demais conhecido. Foi merecedor de várias condecorações, desempenhou funções relevantes dentro do Itamaraty como terceiro Secretário e primeiro Secretário da embaixada em Washington, Conselheiro na embaixada em Paris, chefe da divisão do Mercosul, Ministro conselheiro da embaixada de Roma junto a organização das Nações Unidas para Agricultura e alimentação (FAO), Diretor do departamento de direitos humanos e temas sociais, Embaixador em Bangkok, Embaixador cumulativo das embaixadas do Laos, Reino do Camboja e República Popular do Mianmar e chefe da assessoria especial para assuntos federativos e parlamentares. Foi ainda agraciado com diversas condecorações nacionais e estrangeiras. Consta do processado, além do *curriculum vitae*, documento informativo da lavra do Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Índia, do Nepal, da República Maldivas e da República de Bangladesch dado a dados básicos. Mapa político, dados de política interna ou externa econômica, bem como informações sobre as relações bilaterais desses países com o Brasil.

Sr. Presidente, tendo em vista a natureza da indicação do senhor Embaixador, temos a certeza de que o Itamaraty terá acertado de maneira muito positiva em colocá-lo como Embaixador nosso na Índia, no momento em que crescem as relações entre os dois países. Acho eu que nós teremos a oportunidade de ver, dentro de muito pouco tempo, um incremento maior nas relações, não só relações formais, mas também relações comerciais entre os dois países. Competên-

cia, eu tenho certeza, não faltará ao Embaixador ora apreciado por essa Comissão. Por esses motivos é que voto pela indicação do Embaixador Marco Antônio para exercer o cargo hora proposto pelo Governo da república. Era o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): Concedo agora a palavra ao Embaixador Marco Antônio Diniz para fazer a sua exposição.

SR. MARCO ANTÔNIO DINIZ BRANDÃO: Muito bom, Sr. Presidente. Eu gostaria que minhas primeiras palavras fossem de agradecimento ao Senador Heráclito Fortes, não só pelo gesto generoso que ele teve ao avocar para si a Relatoria e que reflete a generosidade do seu caráter e que sempre tive nele um amigo Leal, um amigo muito querido e nas minhas funções de assessor parlamentar do Ministro Celso Amorim sempre tive do Senador Heráclito Fortes, um grande apoio uma grande ajuda. Sejam as minhas primeiras palavras, portanto, de agradecimento a ele e de admiração pela sua figura. Eu não posso deixar também de manifestar a minha grande, o grande privilégio de ressaltar o grande privilégio que tive nos dois anos da minha função aqui por ter contato com a honra da amizade de vários Senadores que aqui estão. Foi para a minha carreira, para a minha vida pessoal uma grande experiência e eu tenho, vou guardar isso para o resto da minha vida com grande emoção e terei sempre presente a admiração, o apreço por essa Casa e pelos senhores Senadores que me honraram com o seu apreço. A Índia, país para o qual eu estou sendo designado, tem sido ultimamente um país presente nos noticiários internacionais, Presente nas políticas dos grandes países, presente na cena internacional de um modo muito saliente. Vários motivos contribuem para isso.

Primeiro é o país mais populoso do mundo, segundo é um país que vem crescendo a taxas exponenciais. Terceiro é um país que tem recursos muitos importantes, e quarto é um país que se situa numa zona de conflagrada, numa zona de imensa importância para a política internacional.

A Índia tem várias vantagens, é um país, como eu disse, que tem grandes recursos, é um país com uma população muito jovem que vai ter um futuro ainda, vai apresentar no futuro, vai oferecer um futuro um imenso campo de desenvolvimento, é um país que, sobretudo, reflete ideais democráticos. É a maior democracia do mundo, ela tem tido uma experiência democrática sem par no mundo inteiro e consegue manter essa experiência com muita, com a direção, com um foco muito preciso. É claro que ainda tem problemas também enormes, ela tem um déficit social gigantesco, quer dizer, 800 milhões de pessoas ali vivem abaixo da linha da pobreza, metade do país e metade das crianças subnutridas vivem na Índia, é um país com imensos problemas de poluição, problemas de falta de água potável, é um país que tem ainda em seu seio grandes problemas de etnias que se digladiam às vezes, é um país que não tem uma língua comum, são 22 línguas são usadas na Índia. São 28 estados federais, com várias etnias, várias religiões e, sobretudo, um problema ainda persistente que é problema de castas, que marca a sociedade indiana de uma forma muito negativa e que apresentam e que é um problema certamente muito grande para o seu desenvolvimento social.

No entanto é um país que tem todas as perspectivas de se tornar uma grande potência mundial, já é uma grande potência mundial, é a quarta, talvez, economia mundial, é um país que tem a bomba atômica e é um país que certamente, no futuro, já no presente, mas ainda mais no futuro contará nas relações internacionais. As relações com o Brasil se iniciaram tão logo a Índia se tornou independente em 1948. Foram relações, no entanto, que por muito tempo se foram relações apenas cordiais, mas sem muita, sem muita profundidade. Apesar da primeira Ministra Indira Gandhi ter visitado o Brasil na década de 60, não havia massa crítica, não havia certamente conhecimento mútuo para que as relações se pudessem se desenvolver.

Essas relações começaram a se tornar mais densas quando o Presidente Fernando Henrique Cardoso fez uma visita oficial a Índia em 1996. Tiveram um breve percalço quando em 1998 a Índia explodiu, fez vários testes atômicos e o Brasil, consoante, aliás, com a posição das Nações Unidas e de outros e da comunidade internacional interrompeu de certa forma o seu fluxo de relações de relacionamento com a Índia. Elas foram retomadas de modo muito presente em 2004, com a visita do Presidente Lula à Índia e com a criação do Ibas, que é um foro de consertação política entre Índia, Brasil e África do Sul. Hoje em dia as relações Brasil/África do Sul, são relações que se desenvolvem de uma forma extremamente proveitosa, lançadas em bases muito sólidas e que tem todas as perspectivas para se tornarem relações exemplares em vários campos, no campo econômico, no campo político e até mesmo no campo militar, onde existem entendimentos muito presentes de cooperação militar e até mesmo de cooperação espacial, já que a Índia é hoje uma potência espacial que pretende lançar vários satélites exploratórios ao redor da terra, ao redor da lua e que tem como meta o envio de uma missão tripulada à Lua em 2022.

Trata-se, portanto, de um campo muito fértil para o relacionamento Brasil/Índia. Eu não gostaria de prolongar-me, porque eu acho que talvez haja algum tipo de perguntas, de modo que eu me limitaria a dizer que eu estou muito feliz ter sido indicado pelo Presidente da República e caso mereça a aprovação do Senado, farei o possível para aprofundar ainda mais as relações Brasil/Índia. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): Senador Geraldo, nesse momento, segundo a seqüência da reunião, eu devo passar para a seção secreta para que possa ser feito as argüições. Se V.Exª. tiver apenas alguma questão de ordem.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Não, não é rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): Pois não.

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB-AC): Hoje é um dia, nós estamos nos dividindo aqui em muitas Comissões, Embaixador, e eu passei aqui especialmente para participar desse momento que é um momento muito prazeroso. É um momento em que a concilia o dever de ofício com o prazer de ver e participar da aprovação da indicação de uma pessoa da qualidade de V.Exª. Queria apenas expressar a minha satisfação, o meu prazer pessoal, a minha tranqüilidade pessoal em ver o país representado por uma pessoa da qualidade de V.Exª. em região que requer muita diplomacia, muita habilidade e muita competência. E nós enxergamos tudo isso em V.Exª. e me cabe apenas dizer isso: Que a indicação do Presidente da República foi muito feliz em seu nome e nos deixou a todos muito satisfeitos. Eu creio que posso falar, inclusive, em nome de todos aqui presentes que fazem parte dessa Comissão. Portanto, era simplesmente isso e pedir permissão para dar logo de imediato meu voto Senador Mozarildo, para que possa me retirar porque tem demandas aqui que estão nos acossando. Parabéns e seja muito feliz na sua missão Embaixador.

SR. MARCO ANTÔNIO DINIZ BRANDÃO: Presidente eu gostaria de agradecer as palavras.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Sr. Presidente, Senador Mozarildo Cavalcante.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): Pois não, Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE): Eu gostaria apenas de aproveitar o ensejo da intervenção do Senador Geraldo Mesquita para dizer que subscrevo aquilo que ele afirmou acerca do Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão e desejar votos, sei que ele terá pleno êxito no exercício da missão que é uma missão muito importante para o Brasil, visto tratar-se ainda de um dos grandes parceiros do nosso país e, bem como, dos países nos quais ele também vai funcionar como cumulativo. Muito obrigado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, eu gostaria até mesmo antes de ser transformada em reservada a Sessão, aqui fazer um agradecimento ao Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão, sobretudo nesse período em que ele foi o assessor parlamentar do Ministro Celso Amorim das Relações Exteriores, ele deu uma contribuição extraordinária para a nossa Comissão, para o Presidente Heráclito Fortes e para todos nós, membros dessa Comissão e, inclusive, desempenhando com muita seriedade e competência a missão das boas relações entre os Senadores, tanto da base aliada, quanto da oposição, todos somos testemunhas disto. E então, Embaixador Marco Antônio, muito obrigado pela eficiência com que e respeito com que sempre nos tratou e gostaria de apenas formular uma pergunta com respeito a importância dos países que V.Exª. irá estar apresentando no Brasil, a Índia, o Reino do Nepal, Maldivas e Bangladesch. Mas como eu tive a oportunidade de, em julho último, estar visitando Bangladesch e pude testemunhar a importância desse país que é um de maior população no mundo, é o país de maior densidade populacional no mundo, ali ao lado da Índia, já tendo havido a representação tanto de Bangladesch no Brasil e do Brasil em Bangladesch, se é a intenção do governo proximamente a restaurar a representação diplomática direta em Bangladesch, dada a sua relevância, mas obviamente V.Exª. terá uma missão de grande complexidade representando o Brasil nesses quartos países. Então, mas meus cumprimentos a V.Exª.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): Senador Suplicy, entendo que a argüição de V.Exª. deva ser respondida pelo Embaixador no momento em que for declarada a Sessão secreta.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tá bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): Então, eu vou, de acordo com o disposto no inciso 4 do art. 52 da Constituição Federal, combinado com o parágrafo único do art. 383 do Regimento Interno, transformar a reunião da Comissão em secreta a fim de que o Embaixador possa ser argüido pela Comissão. Antes designo o Senador Jarbas Vasconcelos como escrutinador para fazermos a, como Secretário, desculpe, como Secretário. Então, torno secreto a partir de agora a reunião.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O orador inscrito é o Senador ...

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): A Sessão já está aberta e tão logo esteja pronta para, tiver condições de continuar a reunião de forma secreta abriremos para a argüição do Embaixador. Aliás,...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Presidente, eu queria a palavra pela ordem.

Sessão secreta às 11h14

Sessão reaberta ao público às 11h26

SR. PRESIDENTE SENADOR MOZARILDO CAVALCANTE (PTB-RR): A Sessão está reaberta eu quero comunicar que o Embaixador Marco Antônio Diniz Brandão obteve a unanimidade dos votos dos senhores Senadores dessa Comissão. Portanto está aprovado o seu nome e nada mais, além de parabenizá-lo pela missão. Nada mais havendo a tratar declaro encerra a presente Sessão.

Sessão encerrada às 11h26.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL

ATA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL EM CONJUNTO COM A 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA TREZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E SETE, ÀS QUATORZE HORAS.

Às quatorze horas e trinta e um minutos do dia treze de novembro do ano de dois mil e sete, na sala de reuniões da Comissão, sob a Presidência do Senhor Senador **EDUARDO SUPLICY**, reúne-se à Comissão de Relações Exteriores em conjunto com a Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, com a presença das Senhoras Senadoras e dos Senhores Senadores **EDUARDO SUPLICY, MARCELO CRIVELLA, EUCLYDES MELLO, MARCO MACIEL, INÁCIO ARRUDA, FRANCISCO DORNELLES e FLEXA RIBEIRO**. Justificaram a ausência os Senadores **CRISTOVAM BUARQUE e ROMEU TUMA**. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior que é dada como lida e aprovada. A presente Reunião destina-se a ouvir o Dr. Michael Dustchek para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre regime de mudanças climáticas, em atendimento ao Requerimento nº 79, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros . O Presidente em exercício convida o Embaixador Prot Von Kunow, embaixador da Alemanha e o Dr. Michael Dustchek para comporem a Mesa. O Presidente antes de iniciar a apreciação da Pauta, registra a presença na Comissão do Ministro Hermann Sansen, da Conselheira Julia Kunbermann e da Dra. Lígia Pavan Baptista. O Presidente concede a palavra ao **Dr. MICHAEL DUSTCHEK** para fazer sua exposição. O Presidente concede a palavra ao Senador **MARCELO CRIVELLA** e aos Deputados **FERNANDO FERRO, JOSÉ SARNEY FILHO, JORGE KHOURY e LUIZ CARREIRA**. O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerra a reunião às dezesseis horas e treze minutos, lavrando eu, JOSÉ ALEXANDRE GIRAO MOTA DA SILVA, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o Registro da Estenotipia Informatizada da presente reunião. – **Senador EDUARDO SUPLICY,** Presidente em exercício.

REGISTRO DE ESTENOTIPIA INFORMATIZADA DA 40ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, EM CONJUNTO COM A 4ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007, ÀS 14 HORAS E 31 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Havendo número regimental declaro aberta a 40ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, conjuntamente com a 4ª Reunião Extraordinária da Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Regime Internacional Sobre Mudanças Climáticas, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 53ª legislatura. Submeto à Comissão a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior. Dispensada.

Com a presença do Sr. Dr. Michael Dutschke para explanar aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre mudanças climáticas, esta Audiência Pública, em atendimento ao Requerimento nº 79, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e de todos os Senadores que estavam presentes na reunião anterior, inclusive do Presidente Heráclito Fortes. Nós temos o prazer de contar hoje com a honrosa presença do Embaixador Prot Von Kunow, gostaria de convidá-lo para aqui estar à mesa conosco, gostaria de convidar o Professor Dr. Michael Dutschke, por favor, gostaria também de agradecer a presença do Ministro Hermann Sausen,

que aqui acompanha o Embaixador, bem como da Conselheira Júlia Kundermann, a senhora pode sentar-se ali também, assim como da Dra. Lígia Pavan Baptista, que está acompanhando. Eu quero saudar também a presença dos Deputados Federais Roberto Martins, Fernando Ferro, que também são membros da Comissão Mista, o Deputado Federal João Alfredo, também saúdo a sua presença, uma vez que são membros da Comissão que está examinando as mudanças climáticas e inclusive alguns dos senhores parlamentares presentes estão considerando estar presente na Conferência de Bali que acredito tenha relação com o tema que nós vamos ouvir.

O Professor Michael Dutschke, autor do Grupo de Trabalho III do Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas - IPCC, especialista nos mecanismos de Kyoto, e justamente em função de visita que está realizando no Brasil, à embaixada da Alemanha, teve a gentileza de nos comunicar da oportunidade de nós podermos ouvi-lo. De 1980 a 1986 o Professor Michael Dutschke obteve os diplomas de Ciência Política e de Espanística pela Universidade de Hamburgo, com especialização em Política Internacional, em 1986 diploma sobre a tese Estrutura Social e Agricultura em Andaluzia, Perspectivas da Posse da Adesão da Espanha na Comunidade Européia, Verão de 1995 a 1997, o diploma de Economia Social pela Universidade de Hamburgo, com ênfase no Processo Rio, na Agência 21, em 1997 obteve diploma Possibilidades e Limitações Conjunta dos Países em Desenvolvimento - Caso da Costa Rica, está trabalhando na tese de doutoramento Riscos da Silvicultura Sobre os Regimes Climáticos com o Professor Katrinus Goetman, da Universidade de Croningen, e nestes últimos anos, de 2002 a 2006, tem participado do Programa Internacional de Política Climática, é Professor na HWP, a Universidade de Hamburgo de Economia e Política e consultor freelance sobre Política de Mudanças Climáticas e Sobre o Biocarbono em Offenburg. É com muita satisfação que agradecemos a atenção da Embaixada e eu peço então ao Dr. Michael Dutschke que possa iniciar a sua apresentação. Gostaria de informar que temos algumas limitações, pois hoje há uma reunião muito importante para o Senado Federal, da Comissão de Constituição e Justiça, que se inicia a partir das quinze horas, com uma votação sobre a CPMF, então até mesmo a sessão do Plenário de alguma forma vai estar sendo prejudicada por causa da enorme atenção que toda a Nação vem tendo para com a decisão que daqui a pouco será objeto de atenção. Então eu pediria que iniciasse de pronto a sua exposição.

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Exª., Senador Suplicy, é uma grande honra para mim dar um depoimento aqui ante ao Senado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Quero agradecer, inclusive, de o senhor, como Professor da Alemanha, falar bem o português em virtude de ter sido Professor na Escola Superior Luiz de Queiroz, assim como também no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Felizmente aprendeu bem o português e podemos ouvi-lo, porque nem todos aqui no Senado sabemos alemão como gostaríamos de saber [risos].

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Eu falo aqui como observador. Apesar de estar convidado pela Embaixada Alemã, o meu depoimento não é nenhuma reflexão das posições políticas do Governo alemão. Em alguns casos é até o contrário. Eu estou falando em virtude de um observador, faz mais de dez anos do Processo de Kyoto, daí a minha experiência também como se faz para desenhar um mecanismo, neste caso vai ser um mecanismo que reduza a emissão do desmatamento, a emissão de gases provenientes do desmatamento.

O desmatamento, como fonte de emissões, é a segunda mais importante fonte de emissões globalmente, somente no Brasil são 70% das emissões nacionais. Então, partindo dessa experiência que tenho, eu também estive um ano no Painel de Metodologia de Florestamento do MDL, em Bony, e, partindo dessa experiência do MDL, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo na área de florestamento, eu quero que nós não voltemos a fazer os mesmos erros que tínhamos feito nessa decisão, desse MDL em Milão. Lá foi desenhado um mecanismo tão complicado que realmente até hoje só tem um projeto globalmente desse MDL de florestamento. Daí a conclusão é que o MDL de florestamento foi evitado completamente, nós gastamos mais papel que nunca, a celulose dos projetos do MDL florestal vai ser produzida para cobrir este gasto. Então eu quero de todo jeito evitar que isto volte a se repetir numa área tão importante como é a redução de emissões por desmatamento, degradação florestal em países em desenvolvimento. Por isso eu peguei uma imagem chamativa como um mecanismo simples. Obviamente o rádio é uma coisa bem simples que cada um de nós está disposto a operar, sem problemas. Nós sabemos que como desenhadores tem vários elementos que nós poderíamos variar, mas tem que ser intuitivo para todo mundo usar.

Com usador do rádio eu não quero saber como que funciona tudo isso, é uma coisa de técnicos. Por exemplo, todos os sistemas técnicos de um mecanismo de redução de emissões do desmatamento, como é a permanência, ou seja, a responsabilidade para o

seqüestro, para o carbono, dentro da floresta, a linha de base, o monitoramento, o controle de *liquitis*, seja as fugas de emissões em outros lugares, são coisas que realmente são preocupantes, mas são preocupantes para especialistas, para *experts.* Nós tivemos dois workshops, duas oficinas, uma em Roma e outra na Austrália, onde claramente a mensagem dos *experts* foi que tudo isso é dominado, é dominável, ou seja, nós podemos, dependendo da forma do mecanismo, tem formas como dominar os seus problemas e como fazer um mecanismo eficiente pelo ponto de vista de integridade ambiental.

Então vocês, como políticos, o meio está precisando de critérios claros para um mecanismo de como deve funcionar o rádio, critérios para um mecanismo para um desmatamento. Eu acho que é importante ajudar o manejo da terra porque isso é uma coisa pouco considerada, até o momento que vai ter uma mudança climática inevitável, que já está em curso, e ninguém realmente está se preocupando como se adapta ao manejo da terra a essa mudança.

O segundo ponto importante é evitar a perda sistemática de biodiversidade, caso que vai ser compensado, recompensado algum tipo de atividade que resulta na perda de biodiversidade em outras áreas. Esse mecanismo tem que dar incentivo a longo prazo. O manejo florestal, o florestamento, tudo isso são investimentos de gerações, são de cinqüenta a cem anos que se precisa de uma segurança de planejamento, e tem que contribuir a um desenvolvimento rural, porque não podemos fazer um cerco ao redor da floresta para ninguém entrar. Todo mundo está consciente de que os recursos florestais também têm que ser manejados, tem que ser uma fonte de riqueza.

Os desafios técnicos que vão resultando disso é que as reduções devem ser reais e medíveis, que as fugas têm que se evitar, a justiça de divisão de qualquer fundo que emerja, o tal mecanismo deveria respeitar a soberania nacional de cada país em questão e tomar em consideração as circunstâncias nacionais que são tão diversas quanto países têm na Convenção do Clima.

Então eis a frente do rádio. No meu ponto de vista tem quatro elementos mais significativos neste contexto. Um é o alcance, ou seja, o escopo das atividades, quais atividades serão recompensadas, o nível de implementação, se é de Governo a Governo, um mecanismo tal onde também pode entrar o setor privado, pode entrar a autoridade regional, depois a forma de compensação, quem vai pagar, quem vai pagar quem, e uma coisa que [ininteligível], circunscrita [ininteligível], querendo dizer a capacitação no mais amplo sentido da palavra.

Vamos por partes agora. O alcance. Atualmente tem várias propostas, quais elementos o tal mecanismo deveria abraçar. Tem uma proposta do Brasil que só quer inteirar o desmatamento evitado, nenhuma outra forma do setor florestal. Depois tem uma proposta que é da *Coalition for Rainforest Nations*, é uma Coalizão de Nações com Floresta Tropical liderada por Papua, em Nova Guiné, que quer inteirar a degradação e o manejo florestal, que são duas caras da mesma moeda, e que também querem recompensar o manejo florestal sustentável. E ultimamente, em Kants, na Austrália, emergiu a proposta da Índia que não quer recompensar, parar as emissões do desmatamento com o argumento que não vamos recompensar o vilão, vamos aqui recompensar aquele que esteja fazendo o bom, e no caso da Índia e também da China é entendível, já não tem mais floresta natural, o que eles estão fazendo é um reflorestamento maciço e entendível da sua posição, pois, como já falei, têm tantas situações, circunstâncias nacionais, quantas nações têm na Convenção Climática, então tem que entender que realmente um mecanismo deve satisfazer a todos, a todas as nações tropicais, pelo menos. Daí que eu estou atualmente propondo um mecanismo com mais alcance, que reúna todas essas posições debaixo de um pára-chuvas de uma meta voluntária setorial, que numa coisa nova, também não é minha própria idéia, isso já existe no Anexo I, no artigo 33 e 34 do Protocolo de Kyoto, onde os países industrializados estão contabilizando todas as emissões e também o seqüestro de carbono que tem no setor do uso de terra. Lá também evitamos entrar na discussão de definições, porque a definição da floresta, dela depende também a definição do desmatamento e da degradação. Essa seria uma diferenciação na contabilidade, mas contabilizado é o todo, agora na minha opinião faz muito sentido contabilizar realmente tudo para evitar as fugas internas.

O nível de implementação. Como eu já falei, um Governo nacional pode impulsionar um programa, implementar um programa que recompense os donos da terra para eles conservarem parte da floresta ou para implementar um regime de manejo florestal sustentável. Também dá para se imaginar ter um compromisso de alguns Estados federais, mas isso são só opções, e de outro lado não devemos esquecer, isso me parece uma justaposição falsa que está se fazendo atualmente na discussão entre uma meta voluntária nacional e projetos, eu não vejo nenhuma contradição entre os dois, porque havendo o uso por proprietários de terra privados, que nem sempre acontece, em alguns países a propriedade da terra é estadual, mas onde tiver, faz muito sentido involucrar o setor privado e também o setor privado internacional, permitindo inversões dire-

tas em projetos de conservação da floresta. Nem só a pergunta nível nacional ou privado tem que encontrar o equilíbrio justo para cada país involucrado. Então é uma coisa que não se precisa regularizar no nível global, para o mundo inteiro, senão pode ser deixado aberto expressamente para a política nacional achar as soluções perfeitas para o país, mas tem também a idéia de criar como um mecanismo que contabilize diretamente os projetos. Mesmo se o Governo falhar de implementar a política de redução do desmatamento para dar uma certa... Dar uma certeza de investimento aos investidores diretos.

Depois vem o tema da compensação. Atualmente o Brasil está propondo um fundo, um fundo que será contribuído pelos países do Anexo A, que são os mais industrializados. Nós estamos falando de uma soma de dez bilhões de dólares anuais, que pode parecer muita coisa, porém não é tanto. São os custos anuais estimados para reduzir 50% do desmatamento. É uma cifra pegada do Relatório de [ininteligível] que saiu no mesmo momento que eu estava preparando um outro trabalho para a Jetzeta(F), que eu tinha achado estes custos estimados bem parecidos. É uma cifra útil para a gente ter uma idéia da quantidade necessária, mesmo se não fosse a tal absolutamente.

Esses dez bilhões equivalem ao mercado global de *Ringtones*. Eu não sei se os senhores conhecem o que é um *Ringtone*, eu tenho um filho na faixa etária interessada e o *Ringtone* é uma coisa que pode ser bem cara no final do dia para o celular dele, para alguma tela de [ininteligível], sei lá, mas não é muita coisa, é uma coisa que todo mundo tem, que todo mundo se permite, o luxo.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Falta pouco. Faltam agora duas comparações mais para saber, esta quantidade é alta, mas é uma coisa que pode ser financiada, pois é um mês de Guerra no Iraque, então para os Estados Unidos não parece grande coisa, e também são seis semanas de ajuda econômica internacional.

A proposta brasileira é o fundo voluntário contribuído pelos países do Anexo I. Eu não acredito mesmo que os negociadores brasileiros acreditem nisso. Fundo voluntário, que não tem nenhuma recompensa para os que estejam contribuindo, eu não vejo como uma coisa factível. Nós temos a paralela nesse fundo de adaptação e o fundo especial climático que também não está colecionando muito dinheiro, e nós estamos precisando já, não podemos aguardar mais dez anos, porque lá grande parte da floresta será desaparecida, na Indonésia, sobretudo.

A outra posição é a venda de créditos para cumprimento com metas de emissão do segundo período de Kyoto, da fase pós 2012, ou seja, atualmente.

DEPUTADO JOSÉ SARNEY FILHO (PV-MA): Essa sugestão é de que país?

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Essa segunda, a União Européia está prevendo isso também, a Coalizão de *Coalition for Rainforest Nations*, é uma coisa que a maioria das partes está aceitando como uma necessidade em vários degraus. Tem um pessoal que quer já abrir o mercado de carbono para os créditos influentes da redução de emissões do desmatamento, mas têm outros que tem uma certa reserva, que estão idealizando mecanismos que parcialmente estejam isolando esses mercados, por exemplo, por umas metas adicionais de cada país obrigado a reduzir, que somente serão cumpridas com créditos desse mecanismo.

Outra idéia pode ser um mercado limitado, a plena [ininteligível] de construção, como eu já falei. Tem várias idéias de financiamento alternativo de entre médias, que nós temos que evitar que exista só um mercado de carbono do desmatamento que ninguém quer comprar. Lá vai faltar demanda, afinal não vai acontecer nada.

A minha mensagem tem várias propostas muito válidas, muito interessantes, que não dá tempo para explicar agora, mas que vale a pena estudar, e o mais importante é a vontade política. Também há abertura para permitir compromissos que não seja a própria proposta, mas que ajudem a adaptar esse mecanismo às necessidades de outros partidos também. Então a *Rednings*(F) entende principalmente como a vontade política de cada país involucrado, que esteja reduzindo as emissões, a governabilidade, uma coisa aonde eu vejo alguns problemas no Brasil ainda, a consciência pública certamente, que aqui eu a vejo bastante alta, a capacidade administrativa e técnica, um inventário de emissões confiáveis e resultando ali uma linha de base. Esse mecanismo de capacitação, todo mundo concorda que tem que ser financiado por uma contribuição inicial que não tenha que ver com as reduções mesmo, porque tem uma coisa para limitar: antes de um país poder aceitar uma meta voluntária para a redução de emissões, deve saber quais são as emissões reais, quais também os custos marginais para poderem reduzir as emissões.

Eu procurei os denominadores comuns entre o Brasil e a Alemanha e ver também os pontos que ainda estão nos separando. Os denominadores comuns são liderança nos Grupos G-77, os grupos dos países em desenvolvimento, e a liderança dos alemães na área ambiental no G-8. Os dois desejam compromisso dos Estados Unidos e estamos pressionando, eu acho que

vai ter êxito, sucesso, uma vez quando a atual administração americana for substituída por qualquer outro Presidente. Eu não vejo, nesse tema, eu não vejo grande diferença entre os dois candidatos, os dois partidos, os candidatos, vai ter uma mudança grave nos Estados Unidos. Também nos une o interesse na pesquisa tecnológica e na transferência de tecnologia, e também é importante para a Alemanha e também ao Brasil serem críticos de um mecanismo que tenha demasiado peso na área florestal, porque os dois estão interessados na transferência de tecnologia, e entende-se que na área florestal não teria muita tecnologia, até eu não comparto dessa visão, a tecnologia tem muito a ver com o setor florestal. Eu vejo essa parte, sobretudo nas energias renováveis e nos combustíveis, tem que levar em conta que os biocombustíveis também são um fator importante que vão pressionar sobre a floresta natural, e todos concordamos que biocombustíveis são importantes, tem um rol importante no padrão futuro energético, mas tem que ser planejado de uma forma de não fazer mais danos do que o uso. Os dois países têm interesse no setor do trânsito, do tráfego, e nas técnicas de monitoramento.

Agora os pontos que ainda estão em divergência entre o Brasil e a Alemanha. Eu estou observando, e os senhores me corrijam, que o Brasil está evitando a discussão sobre compromisso futuros, e daí que toda coisa que tenha o cheiro de ser um compromisso de um país emergente, e desse jeito também nos separamos do resto do grupo que se tem do 77, é uma coisa que o Brasil quer evitar o maior tempo possível, ninguém tem uma dúvida, pelo menos eu não tenho uma dúvida que no próximo período de compromisso têm vários países, como o México, a Coréia, a China e também o Brasil, que vão ser alvos de crítica se não se comprometerem de alguma forma no regime climático, e todo mundo sabe deste Relatório de [ininteligível], que mesmo se o Anexo I, de um dia para o outro, pare de emitir CO2, ainda não vamos atingir a meta de dois graus de diferença com a era pré-industrial. Então isso, na minha opinião, eu esperaria uma posição muito mais pró-ativa do Brasil, inclusive para impedir que se o Brasil esteja propondo, estiver propondo uma meta para o setor florestal, para evitar uma discussão sobre outros setores nesta primeira fase de compromisso do Brasil. Então é uma coisa de diplomacia, saber em que momento oferecer uma solução de tal maneira. O Brasil também tem interesse na exploração de biocombustíveis, a União Européia ainda tem suas dúvidas, de um lado por problemas ambientais que poderiam emergir com a expansão das plantações de açúcar e de soja, e do outro lado porque a União Européia está querendo produzir seus próprios biocombustíveis. Nunca vai ser suficiente, mas eles estão priorizando a própria produção e protecionando também.

O interesse que eu vejo no Brasil no tema do desmatamento, além dos efeitos ambientais, é que a proteção da floresta pode ser um impulso da mudança estrutural na área rural. Do outro lado, a Alemanha está pressionando por mais compromissos e a força junto com o Reino Unido, é a locomotora do processo na União Européia, que além disso tem os seus problemas em cumprir os próprios compromissos, porém, os compromissos que a União Européia está propondo são bem importantes e exigentes também. Logicamente a Alemanha tem interesse na exportação de tecnologia para subsidiar um setor, o setor de agricultura, que é produzir combustíveis próprios. Tem no Governo uma divisão interna sobre o rol das florestas na política climática, não apenas entre os diferentes Ministérios, que é uma coisa comum aqui no Brasil também, mas dentro dos próprios Ministérios tem frações, tem um fracionamento a respeito dessa pergunta, e tem uma pressão decrescente agora das ONGs de não tratar a floresta no contexto climático. Ultimamente faz dois anos que as ONGs estão aumentando a pressão para se incluir as florestas no regime climático e até mesmo o Greanpeace e o WWF estão fazendo uma vira completa, porque eles estão vendo que não podemos desistir de uma opção tão grande de redução de emissões e que também não se pode justificar a clientela deles, mas ainda tem essas reservas dentro do próprio Governo atrás das declarações políticas.

As perspectivas que eu vejo é que a meta de dois graus apenas pode ser atingida com metas muito exigentes a longo prazo industriais, e não se pode fazer uma coisa ou a outra, ter que andar em paralelo, com a participação ativa dos países em desenvolvimento, e daí eu desejaria um rol muito mais ativo do Brasil, não pode ser evitado de qualquer maneira, eu acho que é muito melhor ser ativo, dar uma imagem própria para fora mais ativa do que afinal de contas um dia ser pressionado a aceitar alguma meta de emissão que realmente... é... é outra imagem pública.

Não podemos prescindir da redução das emissões das florestas e temos que começar agora, significando que nós temos que parar o desmatamento, reduzir o desmatamento hoje. Esse mecanismo que nós estamos desenvolvendo tem que se adaptar a um regime futuro para poder transferir talvez créditos perante... com outro mecanismo, os ganhos que se fizeram nestes cinco anos, até o ano de 2013. E, por isso, o financiamento deve ser estável e previsível, como eu já falei existem técnicas e metodologias operáveis, aprovadas, e também nós temos bastante agora, bastante experiência, boa, do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.

Eu não estou falando que a redução de emissões do desmatamento seja outro elemento do MDL, certamente não, mas têm experiências válidas que podem ser transferidas para outro mecanismo que cuide das florestas, nós precisamos de uma visão integral do uso da terra e evitar toda essa questão de diferenciação por definições da floresta, que é uma coisa diabólica, porque a terra também nos dá a alimentação, a produção madeireira, a bioenergia e a conservação, incluindo o valor do uso recreativo da terra.

Eu estou vendo agora, desde que começou toda essa discussão sobre reduções de emissões do desmatamento, que mais e mais a discussão vira por temas de fugas, [ininteligível], linha de base, ar quente, que seria uma linha de base, uma referência falsa, capacitação, permanência, tudo mais, questões técnicas que em muitos casos vão atrás de todos esse temas, e todos esses temas está se tratando junto numa grande caixa, e eu vejo um grande entrave nas negociações atualmente, eu temo que isso possa acontecer em Bali também, enquanto nós estamos precisando de uma decisão já em Bali aberta para todas as soluções possíveis, os políticos têm que resolver quais os elementos decisivos, quais os elementos para fora, como deve funcionar o rádio, depois deixar todo o desenho interior, a tecnicalidade aos técnicos, porque muitos... eu vejo uma motivação, muitos delegados climáticos falam sobre tecnicalidades quando na realidade o que eles querem é evitar que o mecânico realmente funcione. As discussões que estou observando não têm uma direção clara, e em muitos casos eu me lembro do artigo 33 da Convenção Climática, quando surgiram ameaças de danos sérios ou irreversíveis, e o desmatamento gera danos sérios e irreversíveis, sendo que a falta de plena certeza científica não deve ser usada como razão para postergar essas medidas. Esse é o meu apelo para hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado ao Dr. Michael Dutschke. Eu só perguntaria para o senhor as iniciais: REDD, que é um mecanismo. Qual é o --

SR. MICHAEL DUTSCHKE: *Reduced Emissions from Deforestation and Degradation in Developping Countries*.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): -- Muito bem, obrigado. Eu gostaria de agradecer a presença do Senador Marcelo Crivella, dos Deputados Augusto de Carvalho, Fernando Ferro, Luiz Carrera, José Sarney Filho, Jorge Cury. Agora nós vamos abrir para perguntas. Primeiramente o Senador Marcelo Crivella, V. Exª. está inscrito, também estão inscritos os Deputados Fernando Ferro, José Sarney, e se os demais desejarem se inscrever, aqui está aberta a lista de inscrição.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Tem a palavra o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Eu gostaria de saudar a V. Exª. pela iniciativa de propor um tema tão relevante ao debate, à consideração dessa Casa, saudar também os nossos companheiros de Plenário, os nobres Deputados, agradecer a presença do Dr. Michael Dutschke e também do nosso Embaixador da Alemanha no Brasil, a quem saudamos com o maior respeito, consideração e apresso. Eu. V. Exª. sabe que a nossa vida aqui parece aquele filme do Homem-Aranha, a gente fica --

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Exato, hoje estamos como o menino que foi salvar, que era o Homem-Aranha, que salvou a criança que estava ali pertinho do fogo.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): -- em meio às chamas. Aqui é um incêndio constante, parece até a floresta da Amazônia, e a gente se movendo entre as chamas. Agora mesmo eu estou sendo chamado na Comissão de Ciência e Tecnologia para votar as nossas emendas do orçamento, mas eu gostaria de deixar aqui uma preocupação. Eu vi uma lei que no ano passado foi aprovada no Congresso americano sobre energia. O Congresso aprovou, os americanos vão voltar a perfurar no Ártico. Eles vão voltar a queimar carvão em grandes quantidades, grandes quantidades, e isso me preocupa, porque eu não sei se nós temos filtros para ter emissão zero, conforme a promessa. Eles estão investindo também, o Presidente Bush inaugurou um poço de nitrogênio líquido para tentar tornar esse combustível viável economicamente. Estão adotando um pró-céu(F), semelhante ao nosso, para maximizar a eficiência de equipamentos eletroeletrônicos e também financiando um mesmo programa que é sucesso no Brasil, na indústria, na China e na Índia. Os americanos também, por último, aprovaram a lei para investir em biocombustíveis à base de milho. Então a minha preocupação seria essa, quer dizer, se um país que tem um PIB extraordinário e alcançou um estado de bem-estar social na sua sociedade decide perfurar no Ártico e queimar carvão em grandes quantidades, a relevância de nós, países em desenvolvimento, fazemos esse esforço. Fica parecendo até, eu me lembro de um Embaixador brasileiro extraordinário, que na época, do final da Segunda Guerra Mundial, ele dizia o seguinte: que para os países desenvolvidos a descolonização significava

um nível razoável de dominação. O desarmamento significava um ritmo razoável na corrida armamentista. E nessas questões de meio-ambiente parece que a gente fica naquela situação, é a mesma coisa do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, nós somos fiéis signatários desse Tratado, mas o Tratado previa que houvesse um desarmamento, e, pelo contrário, os testes de armamentos continuam. É como o sujeito querer convencer alguém a parar de fumar com um cigarro na boca. Então fica aqui, eu vi aqui o esforço do Michael Dutschke e da participação brasileira que tem sido sempre um esforço que fazemos, aprovamos aqui, o nosso Congresso aprovou o Código das Florestas, o Estatuto das Florestas, temos diminuído as queimadas, mas, quer dizer, diante de uma lei votada no Congresso americano, que é um país democrata, o povo é democrata, mas as autoridades são imperialistas, os interesses econômicos são imperialistas, nós ficamos então muito preocupados.

Mas quero agradecer profundamente e lamentar de ter entrado aqui já no meio da discussão e logo ter que sair para votar. Muito obrigado, Sr. Presidente, mais uma vez eu quero parabenizar a V. Exª. por essa lucidez de fazer essa Audiência Pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Obrigado. O Professor Michael quer comentar a preocupação do Senador Marcelo Crivella.

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Olha, eu comparto de sua preocupação plenamente, mas não adianta apontar com o dedo a outro que não está cumprindo com os seus compromissos. Eu tinha uma proposta para uma cooperação bilateral que não estou encarregado realmente para fazer, mas eu o faço. Na semana que vem o Secretário de Estado Alemão, do Ministério de Ciência e Tecnologia, vai propor um programa de sustentabilidade conjunta com o Brasil. Neste contexto eu veria, como uma coisa muito recompensante, desenhar um mecanismo de redução de emissões do desmatamento e também falar em workshops sobre tecnicalidades e daí poderia emergir uma proposta contundente que tenha todos os elementos para ser aceita mundialmente e também que não desperte dúvidas, porque não é nem do G-77 e nem da União Européia, não pertence a algum grupo de negociação, sendo que daí teria muito mais respeito internacionalmente. Isso é uma proposta para realmente tratar do tema com o aspecto que ele milita.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado ao Senador Marcelo Crivella. O Deputado Fernando Ferro tem a palavra.

DEPUTADO FERNANDO FERRO (PT-PE): Muito obrigado ao Senador Suplicy. Eu quero saudar a presença do Dr. Michael, dos representantes do Estado alemão aqui, que nos ajudam a contribuir nessa reflexão sobre esse tema que é tão caro à humanidade hoje, que é o debate sobre mudanças climáticas.

Diante de algumas afirmações eu sou provocado a pensar que a humanidade, em alguns dos seus momentos dramáticos, ela se reuniu, discutiu e tomou iniciativas para enfrentar situações de risco, situações de dificuldade. Vou dar um exemplo: o fim da Segunda Guerra, o Plano Marshall, por exemplo, queira-se ou não foi uma iniciativa para recuperar uma região degradada por um conflito mundial, quer dizer, se nós estamos constatando uma situação de degradação planetária, seria lógico pensar num "esforço de guerra", o nome é "esforço de guerra" para criar mecanismos de compensação para enfrentar esse quadro. E não é uma situação simples. Por exemplo, algumas sugestões que são aplicáveis para o Brasil, elas devem ser compreendidas dentro de iniciativas que não podem ser aplicadas uniformemente. Não se pode pensar o Brasil apenas como a região amazônica. Há algumas ações para a região amazônica que são diferentes de outras regiões. Nós temos áreas, biomas degradados, que necessitariam de uma intervenção diferenciada, e isso acontece, essa pluralidade de ações, se manifesta num país, quanto mais no globo. Então eu creio que é necessário se pensar esse conjunto de ações, quando se falar em Brasil não apenas em desmatamento, mas reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, que são perfeitamente combináveis e se somam a esse esforço. Então eu acho que a idéia, e aqui estamos num espaço de debate político, há que se criar uma consciência mundial para "esforço de guerra" para tratar a questão do clima. "Esforço de guerra" no bom sentido, para se tratar essa questão, e infelizmente ainda não é esse o sentimento que nós verificamos por conta de algumas nações, de alguns países, principalmente pelos grandes poluidores, encabeçados pelos Estados Unidos, a sua resistência a compreender esse drama, esse problema que nós vivemos, e em menor escala outros países, como, por exemplo: como se falar em política de atenuação dessas situações sem considerar que junto com o problema ambiental nós temos um problema social? Por exemplo, para o Brasil, um país que tem que responder a essas necessidades e ao mesmo tempo lutar contra desigualdades sociais internas dramáticas, regiões de extrema riqueza com regiões de extrema pobreza, e precisa se ter soluções políticas para isso. Então é necessário que isso se some a uma agenda de debate. Ao mesmo tempo que nós propomos uma alteração na nossa matriz energética com a inserção crescente das fontes renováveis, é possível fazer essa discussão ao mesmo tempo que, por exemplo, os nossos parceiros, os países desenvolvidos,

têm barreiras m subsídios agrícolas que conflitam com esses interesses. Nós temos que pensar em discutir isso. Eu vejo pouca menção aos subsídios agrícolas que acontecem nos Estados Unidos e na Europa para tratar dessa questão. Isso são formas de compensar uma relação de responsabilidade que todos temos com o enfrentamento da questão climática. É impossível se pensar e se exigir igualmente respostas daqueles que mais poluem, dos que poluem menos e, além disso, têm problemas mais graves. Nós não podemos ser colocados no mesmo patamar de culpa, por exemplo, que os Estados Unidos, é necessário se compreender isso, e nós temos que tratar, o que não significa que nós queiramos ficar isentos das nossas mazelas também, no caso de desmatamento, da nossa culpa nessa parcela, mas o que isso representa para o total precisa ser equilibrado, há que ter um equilíbrio nessa situação. Então a possibilidade de criar um fundo é um debate político que deve fazer parte dessa consciência desse "esforço de guerra".

Por último eu acho que as nossas divergências, naturais, eu acho que elas fazem parte da construção de cada país, mas acima de tudo nós não podemos esquecer que nós vivemos no mesmo sistema, no mesmo globo. Ou nós chegamos a um acordo ou todos nós pagaremos, a médio ou longo prazo todos nós pagaremos. Então é necessário incorporar essa consciência que não há solução isolada, não há solução de um ou dois países para o problema que foi criado, que é um problema global. Nós temos que ter soluções globais, evidentemente que com a participação e a responsabilização de cada país nisso, e nós temos consciência dessa questão. Quando às vezes nós reagimos a certas imposições de definir alguns parâmetros, nós temos nossas razões para resistir a isso, mas também nós temos consciência que nós temos responsabilidade na solução disso e a solução tem que ser pensada globalmente, considerando, e aqui encerro, nossas particularidades, as nossas responsabilidades e as nossas diferenciações, a nossa pluralidade. Então a solução tem que reconhecer isso, os nossos problemas, os problemas da África e da Ásia, problemas que são tão distintos e tão sérios, mas que, quero crer, que deve ser crescentemente construída essa consciência que a solução há que ser global e não isolada ou pretensamente isolada e em grupo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado ao Deputado Fernando Ferro, eu acho que é uma contribuição muito importante e com espírito de cooperação inclusive com a Alemanha, com a colaboração do Professor Michael Dutschke.

Eu vou permitir que outros parlamentares possam também falar e depois o senhor comentará as observações de cada um deles. Então o Deputado José Sarney Filho, por favor.

DEPUTADO JOSÉ SARNEY FILHO (PV-MA): Minha saudações ao Sr. Presidente dos trabalhos, ao Embaixador, prazer em tê-lo aqui, revelo mais uma vez, é um Embaixador atuante aqui na nossa comunidade, está sempre aberto a essas questões que dizem muito respeito ao seu país.

Professor Michael Dutschke, foi uma alegria muito grande poder ouvi-lo. Eu quero dizer que em linhas gerais eu estou de pleno acordo com a avaliação. Eu acho que já que hoje os países em desenvolvimento começam a superar nas emissões os países desenvolvidos, é necessário que a gente não se omita frente a uma responsabilidade que não é nossa, que nunca foi nossa, mas que agora passa a ser de todos nós. É aquilo que a Ministra Marina sempre repete: responsabilidades comuns, porém diferenciadas. É isso que nós entendemos.

Nós achamos que como o Brasil é o quarto maior emissor hoje de gases do efeito estufa, e essa posição, ela se dá por causa do desmatamento, principalmente por causa do desmatamento na Amazônia, é necessário que a gente estabeleça voluntariamente algum tipo de objetivo. Eu acredito que o Brasil caminha para isso. A palavra "metas" está muito desgastada e ela pressupõe de certa maneira um enquadramento dentro de um ordenamento internacional que segmentos importantes do nosso Governo são refratários. Então na medida em que a proposta da União Européia, como uma proposta alternativa à proposta do Brasil da compensação pelos serviços ambientais prestados pela Amazônia, ela pressupõe que o Brasil assuma metas adicionais, ela dificulta, talvez até pela própria redação, porque ela vai dar um discurso que não é o nosso discurso, nem o nosso entendimento, mas é um discurso que é bastante comum, de dizer que a soberania do nosso país não pode sofrer nenhum tipo de constrangimento. Assumir metas seria, mesmo que voluntárias, seria de certa forma ceder a essas pressões. Então eu acredito que a proposta da União Européia é uma proposta que precisa ser mixada com a proposta do Brasil. O Brasil, independente de objetivos ou metas, ele já presta, através da Amazônia, um dos biomas mais importantes do mundo, os serviços ambientais à humanidade, ele já presta esse serviço, ele vem prestando esse serviço e esses serviços estão, cada ano que passa, acarretando um maior ônus para o conjunto da sociedade brasileira. Portanto, é legítimo que o Brasil cobre nos fóruns internacionais o pagamento a esse serviço sem contrapartida. No entanto, adicionalmente, o Governo brasileiro

poderia, e é lógico que já deveria estar fazendo isso, assumir objetivos de redução do desmatamento com conseqüências na redução das emissões. Reduzir o desmatamento está na nossa lei, é um objetivo nosso. Nos últimos dois anos o Governo Lula reduziu drasticamente o desmatamento. Se tivesse assumido metas de reduzir emissões há três anos atrás, o Brasil hoje já teria cumprido as suas metas de redução.

Então isso aí é muito relativo e, evidentemente, eu não quero com isso dizer que nós não devamos. Nós, aliás, o nosso partido, o Partido Verde, defende há dois anos já o desmatamento zero na Amazônia, zero, zero de desmatamento. Achamos que a Amazônia, que o Brasil deve cobrar pelos serviços ambientais que a Amazônia presta ao mundo, até porque a Amazônia, é lógico, não é o pulmão do mundo, mas é um dos grandes ares-condicionados do mundo, e quando o mundo começa a esquentar a importância da Amazônia cresce mais ainda, além do que, se falarmos - Presidentes, desculpe eu estar me alongando um pouco, mas se falarmos só do carbono estocado nós estamos reduzindo, diminuindo enormemente a importância que a Amazônia tem. Só a bioprospecção, a diversidade genética que está ali dentro, quantas possibilidades de cura, de cosméticos, quantas possibilidades à ciência estão ali dentro e que nós estamos destruindo antes mesmo de conhecê-las.

Então eu acho que, é lógico, tenho me batido internamente para que o Brasil assuma objetivos claros de redução do seu desmatamento. O Ministério do Meio-Ambiente, que infelizmente não é um Ministério que consegue sempre colocar como suas as posturas do Governo como um todo, infelizmente, mas é um Ministério sensível a isso, buscam isso, as organizações internacionais também, junto com outras organizações brasileiras, genuinamente brasileiras, na Amazônia, têm um plano de redução de chegar ao desmatamento zero em oito anos, isso foi lançado inclusive aqui no Congresso, é um plano que poderia ser considerado pelos consultores, poderia até ser levado para uma discussão agora na COP, lá em Bali, eu acho que é importante.

Eu estou de acordo de que nós devamos sim, o quanto antes, até para poder constranger países como a China, como a Índia, a assumir um objetivo de reduzir os nossos desmatamentos e colocar isso como uma redução dos gases do efeito estufa, e é importante, sabemos e eu sei disso, que embora o Governo americano seja refratário, mas o conjunto da sociedade americana avança. Hoje nós já temos vários Estados, mais de vinte Estados americanos que têm metas de redução mais ambiciosas do que as estabelecidas no Protocolo de Kyoto. Então nós devemos agir nessas duas vertentes. Primeiro, como um país em desenvolvimento que somos, em busca de novas tecnologias, buscar compensação pelos serviços ambientais que a floresta presta ao mundo, que o bioma presta, compensações essas que não deveriam ser necessariamente só em recursos financeiros, mas em transferência de tecnologia, que para nós é muito mais importante, principalmente em tecnologia de ponta na área de energias renováveis, é importante, tem ganho, valorizar economicamente o bem ambiental, principalmente a floresta, e por aí eu acho que uma série de coisas, iríamos aí ficar discutindo a salvação do mundo, mas esses são assim elementos que podem contribuir para a nossa discussão. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado ao Deputado José Sarney Filho. O Deputado Jorge Khoury também gostaria de se expressar. Eu quero informar que eu vou precisar votar daqui a instantes na Comissão de Constituição e Justiça, onde eu sou membro titular. Tem a palavra, por favor.

DEPUTADO JORGE KHOURY (DEM-BA): Presidente, eu queria também me congratular com V. Exª. pela iniciativa, eu acredito que esse tema nunca é demais de ser tratado nessa Casa, em quaisquer outros fóruns desse país. Saudar o senhor Embaixador, o palestrante, dizer de dois pontos que eu queria ressaltar aqui, Sr. Presidente.

Primeiro que está muito na linha daquilo que o Senador Crivella falou agora a pouco, quer dizer, eu entendo que no momento em que estamos vivendo esse drama todo a nível mundial, sem dúvida que os países que representam... os países desenvolvidos do planeta, acabam tendo uma repercussão, senhor palestrante, perante os demais países, de maneira positiva ou negativa. É verdade que não é por isso que nós vamos estar procurando nos esconder para tentar não cumprir também a nossa obrigação, mas é evidente também que da mesma forma que nós entendemos que a Alemanha é uma referência mundial com relação às preocupações primeiras, não só no alerta, mas também nas ações com relação à questão ambiental no mundo, é evidente que as posições, como essa dita pelo Senador que os Estados Unidos toma, acaba servindo de pretexto para aqueles que de alguma forma não querem assumir efetivamente os seus compromissos. Por isso entendo de que quanto mais tivermos aqueles que estão à frente do planeta tomando posições nesse rumo, é evidente que fluirá de maneira positiva, e eu creio que nos fóruns internacionais é importante que se diga isso com a veemência que se deve dizer. O segundo ponto é com relação à questão de alguns avanços. Essa casa tem, lá na Câmara e

aqui no Senado, vários grupamentos onde se trata da questão da mudança climática. É evidente que é uma demonstração de quanto da preocupação se têm no Congresso Nacional com relação a esse tema.

Uma coisa que eu queria deixar aqui e também lhe ouvir com relação a isso, até pela sua experiência, é do conhecimento do avanço dessas questões em outros países. O que eu sinto um pouco aqui no nosso país é que algumas vezes, quando alguns temas desse, defendido por algumas iniciativas de Projetos de Lei, começam a avançar, infelizmente nem sempre nós temos a condição de poder avançar de maneira totalitária. O ideal é que vá para o 100%, mas nem sempre conseguimos isso. Mas mesmo assim, quando conseguimos avançar de maneira significativa, mas que não seja total, infelizmente ainda temos posições um tanto quanto radicais no sentido de que: "bem, ou tudo ou não serve um momento intermediário". Então muitas vezes, com essas posições, nós acabamos prejudicando, porque não temos nem o total, nem o intermediário e com isso ficamos patinando muitas vezes para conquistar alguns avanços que pretendíamos na área ambiental. Infelizmente isso acontece de um lado como acontece do outro. Muitas vezes o setor ruralista, quando começamos a entender, que começamos a ceder um pouco, que começamos a avançar, muitas vezes também eles lá, alguns companheiros nossos parlamentares que são ligados a esse seguimento, muitas vezes estão cedendo em alguma coisa, mas tem também o radical de lá que dificulta. Então eu sinto e aí colocaria isso como uma questão para V. Sª., é no sentido de que como a sociedade em outros países, dentro da sua representação formal, que é o Congresso Nacional de cada país desse, pode ou pode avançar, desde quando nós não temos condições de fazer esses avanços do tamanho que queremos ou que precisamos. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado ao Deputado Jorge Khoury. Eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Luiz Carreira.

DEPUTADO LUIZ CARREIRA (DEM-BA): Eu queria cumprimentar o Senador Suplicy por essa iniciativa, iniciativa muito importante, também ao nosso Embaixador que nos honra muito aqui com a sua presença, e também ao expositor, Dr. Michael Dutschke.

Eu estava lendo inclusive uma nota que saiu no Correio da Bahia, onde o senhor dá uma entrevista, inclusive colocando essas questões referente à Amazônia, e um ponto me chamou a atenção aqui embaixo, que é sobre as previsões do novo relatório. O novo relatório, o que deve trazer o novo relatório? O senhor afirma aqui, me parece, pelo menos a reportagem deixa a entender isso, "que a Antártida deverá ter um aumento de temperatura de até sete graus em 2100. Os efeitos serão altíssimos no derretimento das geleiras. O que me preocupa são as mudanças abruptas que não somos capazes de prever. Há um certo risco de correntes marítimas no Golfo do México se inverter e outras conseqüências". Isso efetivamente irá compor o novo relatório do IPCC, deverá trazer essa mais nova novidade aí que deverá assustar muito mais do que já assustou até agora. Isso é um ponto importante.

A outra questão, talvez eu queria um maior esclarecimento sobre essa questão que está sendo colocada, já que o senhor tem conhecimento direto sobre essa questão. A outra diz respeito mais à questão da cooperação propriamente dita entre a União Européia e o Brasil, no caso, onde haveria digamos algumas questões que estão sendo de divergências aparentes referente à forma como o Brasil entende as questões. A primeira delas eu acho que talvez o Sarney já tenha até falado sobre isso, ela é consensual até aqui dentro do Congresso. A gente já tem também essa idéia de que o Governo tem uma proposta muito tímida com relação ao enfrentamento, e isso nós temos cobrado, evidentemente que a posição brasileira tem sido até muito conservadora, em alguns casos até algumas pessoas têm avaliado como uma posição até de dez anos atrás, quer dizer, não evoluiu muito na sua estrutura essa proposição que está sendo preparada para a discussão em Bali e depois posteriormente para Kyoto em 2012. Mas em alguns pontos, evidentemente, depende do interesse específico também do país, quer dizer, vocês defendem a exportação de tecnologia, o país tem interesse evidentemente em exportar os biocombustíveis, evidentemente que ele detém a tecnologia de algum tempo, o país realmente está na ponta dessa tecnologia, e isso deverá passar por uma negociação que também envolve alguns subsídios agrícolas, certamente, quer dizer, poderiam estar constando aqui também dessa lista digamos de ajustes entre ambas as partes, já que evidentemente abrir mão daquilo que você detenha efetivamente para compor digamos um acordo, passaria certamente também por algumas outras alternativas em relação aos próprios subsídios agrícolas que são hoje praticados na própria Europa. Eram basicamente só essas duas considerações, eu não quero me alongar muito, o tema é muito rico e importante para ser discutido, mas se a gente acabar se alongando demais, todos aqui temos compromissos mais tarde e o senhor hoje também.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Muito obrigado ao Deputado Luiz Carreira. Então tem a palavra o Dr. Michael Dutschke.

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Agora tem tantos aspectos que eu não tenho certeza se eu vou cobrir tudo. Eu agradeço, porque eu queria dizer a mesma coisa, a referência à responsabilidade comum, porém diferenciada, que é um ponto que nunca devemos esquecer, certamente, mas eu queria enfocar também que tem vários temas que estão ligados ao desmatamento, como é a divisão de riquezas mundialmente, que nós, numa maneira muito limitada, podemos tratar dentro da questão climática. Não vamos solucionar tudo dentro desse contexto. Nós estamos restringidos também, como medidas efetivas, a medidas econômicas. Isso quer dizer que se realmente nós, os alemães, queremos continuar a construir ou desfrutar de energia de carvão, nós teremos que pagar por isso, não tem outra saída. Nós concordamos que é uma bobagem total, mas é um luxo que parece que a Alemanha quer se permitir, então tem que pagar. O princípio da política ambiental é que, "quem polui, paga".

Eu queria também diferenciar um pouco o seu argumento de que a Amazônia está prestando serviços ambientais para o mundo, que é verdade realmente, mas também está atualmente, com o desmatamento, está prejudicando a si mesmo, ou seja, a redução do desmatamento traria lucros para a Amazônia, sendo que atualmente o desmatamento é um dos obstáculos maiores para o desenvolvimento do interior do Brasil. Eu vejo assim. Então tem um interesse próprio também para reduzir o desmatamento, tem toda uma curva de custos marginais de reduzir o desmatamento.

DEPUTADO JOSÉ SARNEY FILHO (PV-MA): Não há divergência quanto a isso.

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Então está certo.

DEPUTADO JOSÉ SARNEY FILHO (PV-MA): [pronunciamento fora do microfone] desmatamento zero, sem desmatar.

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Eu não vejo que [ininteligível] seja atingível.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É uma utopia.

SR. MICHAEL DUTSCHKE: É uma utopia boa [risos].

Deixa ver o que mais eu tenho aqui. Concordo plenamente com os subsídios agrícolas, nesse tema é o que mais me molesta é porque estamos pagando para aumentar as emissões de gases de efeito estufa, e reduzindo esses subsídios seria uma maneira mais barata para realmente atingir uma redução de emissões. A matriz de alimentação também é um tema que temos que abordar a longo prazo, toda essa produção da carne ligada às plantações de soja nos países em desenvolvimento, que por sua vez estão peligrando a floresta. Com tudo isso eu concordo, mas são coisas que tem que emergir todas as vezes nas negociações internacionais, para as quais não tem soluções iminentes, porque tem custos sociais dentro dos próprios países do Anexo I. Nós também temos nossas minorias de importância.

A valoração da floresta, ela depende do valor futuro. A quota do desconto que nós aplicamos, se a floresta tropical estiver em um país desenvolvido, o mais provável é que lá seria muito melhor protegida, sabendo que no futuro haverá lucros pelo uso dela. Agora se ao se aplicar uma quota de desconto usada no Brasil, de 10% a 20%, o valor futuro da floresta é muito menor. Por isso eu vejo que a fase do desmatamento, historicamente, é uma fase transitória. Em função do desenvolvimento a pressão à floresta costuma diminuir e por isso um mecanismo que reduza as emissões do desmatamento é uma ponte que está fechando um GAP(F) de vinte anos talvez. Serão mais na África, seguramente, mas no Brasil eu acho que dentro de dez ou vinte anos ninguém vai realmente falar mais do desmatamento. Nós estamos preocupados agora pelo que se está perdendo neste lapso de tempo, porque com uma economia emergente a pressão à floresta, a mão-de-obra que ainda está desmatando por um preço mínimo, vai ser muito mais cara no futuro, vai ser muito mais lucrativo, então a pressão vai diminuir automaticamente. Eu espero que nós sejamos capazes de diminuir ou evitar a perda até o Brasil estar num patamar maior de desenvolvimento, quando não houver mais necessidade ou necessidade drástica como hoje de proteger a floresta. Então isso também é a vida útil de um mecanismo tal que não deve pagar para a eternidade, não deve constituir um subsídio e tendo a sua vez, senão deve fazer a função de uma ponte para proteger a floresta. Nós temos estudos na Europa, também nós desmatamos numa fase histórica as nossas florestas, depois voltamos a plantar de novo. Espero que não seja necessário repetir os mesmos erros dos países industrializados nessa fase atual que está vivendo o mundo tropical.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Deputado Sarney.

DEPUTADO JOSÉ SARNEY FILHO (PV-MA): Me permita, Dr. Michael, discordar um pouco. Eu acho que aqui no Brasil a floresta mais antropizada que nós temos é a Mata Atlântica. Ela está justamente localizada nos Estados mais desenvolvidos do Brasil, e embora esses Estados tenham alcançado já um grau de desenvolvimento que se fossem países estariam entre a 10ª, 12º economia do mundo, inclusive em nível de bem-estar social, esses Estados, como, por exemplo, Santa Catarina, São Paulo, Paraná, eles são Estados que continuam desmatando e há sempre uma eterna vigilância da sociedade civil para proibir. Por quê?

Porque na realidade por enquanto não há essa visão e economicamente ainda infelizmente é melhor desmatar para plantar soja, plantar café, vender madeira, do que continuar com a floresta em pé. E mais: como a Amazônia é uma floresta tropical e o equilíbrio do bioma é um equilíbrio frágil, pelo menos a maioria dos estudos assim o dizem, como o aquecimento global já é uma realidade, ninguém sabe se continuarmos nesse nível de histórico de desmatamento, que apesar da diminuição pontual dos últimos dois anos, agora me parece... me parece não, já está aumentando, ninguém sabe se esse bioma vai resistir. Ninguém sabe o que vai afetar. Hoje já não é mais só o arco do desflorestamento do Sul para o Norte, hoje já está a pressão do Norte para o Sul, do Sul para o Norte e na Área do Meio, com algumas rodovias que agora estão ganhando também asfalto, mas apesar de todas as preocupações de qualquer maneira nós sabemos o que isso significa. Então o senhor permita discordar, infelizmente, eu até gostaria de ter a tranqüilidade de dizer que daqui há dez anos o desmatamento na Amazônia vai continuar, mas o meu medo é que daqui há dez anos, se continuar do jeito que está, nós não vamos ter mais a Amazônia conforme ela é.

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Nesses Estados todos do Sudoeste que você nomeou, lembrou, um problema que eu vejo também como na raiz do desmatamento é a divisão da renda interna. Enquanto tiver suficientes pobres que por dez reais cortam uma árvore, vai ter desmatamento, porque é a forma mais econômica de produzir madeira. Se essa mão-de-obra barata escassear, aí vai ter muito mais lucrativo plantar a floresta.

O tema da savanização eu vejo como um problema técnico num regime de meta de emissão, porque na realidade a savanização, existe o risco, ninguém realmente sabe se vai acontecer. É a mesma coisa da corrente do Golfo que vai se reverter ou não. Ninguém sabe, mas é um risco e um mecanismo que estamos desenvolvendo deve assegurar que o Brasil não fique prejudicado pelos efeitos em direitos antropogênicos, claro.

Tem mais um tema que está me preocupando e que eu quero mencionar. Em muitas ocasiões a discussão sobre o desmatamento é evitada no Brasil, essa discussão é parada em seco com a palavra "soberania". Tem outra palavra: "internacionalização". Eis uma palavra para parar qualquer discussão sobre redução de emissões do desmatamento, é muito ideológica. Eu entendo que a Amazônia limita com sete Estados, com sete Nações, e que tem realmente uma preocupação de segurança nacional, mas isso é uma coisa, não impediria também proteger a floresta. Esse tema que emerge toda vez, eu lembro que no ano de 2000, quando eu estava morando aqui, que tinha essa discussão sobre um livro de escola americano com um mapa onde a região amazônica era como zona sob controle internacional, tudo isso é bobagem, é pura invenção e eu não vejo nenhum motivo para o Brasil se preocupar realmente por essas coisas, realmente ninguém quer o controle da Amazônia [risos], nem como presente.

O problema o principal que eu vejo é a soberania interna de realmente implementar as leis boas que tem o Brasil, porque em muitos casos que eu tenho a experiência, o Estado, a lei, todas as instituições não estão chegando até ao público, está acontecendo muito como se fosse em outro mundo, porque não tem polícia, não tem fiscalização, tem lei de revólver. Eis um tema que realmente deveria preocupar o Brasil na hora de prometer certas metas, e também uma meta... essa meta de ganhar a soberania nacional para dentro é uma coisa que atinge a *Rednings*(F), o mecanismo de capacitação de realmente poder prometer uma meta, e eis uma área de potencial de cooperação que eu vejo também. Uma das minhas propostas é que, para assegurar uma meta voluntária de emissões da floresta, seria um acordo bilateral onde, só para por um exemplo, entre Estados Unidos, futuramente o Brasil, que tenha uma divisão da responsabilidade e para o Estado industrial haver vantagem de um acesso prioritário aos créditos produzidos. Têm várias... como [ininteligível], uma parceria que faz muito sentido no meu ponto de vista, que poderia ser também entre Alemanha e o Brasil. Eu disse que nós temos bastante experiência dos programas havidos na Amazônia como é a PPG-7 e tantos mais.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Bom, não tendo mais inscritos, eu primeiro quero agradecer a essa oportunidade por este diálogo tão importante, promissor e que se faz necessário continuado para que nós possamos discutir nossas confluências, nossas identidades e as nossas divergências no tratamento desse assunto. Sem sombra de dúvidas esse último ponto do debate, sobre a internacionalização da Amazônia, é algo que tem um componente político-ideológico sem dúvida muito grande, porque isso tem a ver com uma questão de identidade nacional e que a nossa preocupação reside exatamente em que nós temos que tratar essas questões globalmente, mas para o senso comum da população brasileira, quando se fala nesse assunto, ele é muito carregado de implicações políticas, porque, por exemplo, nós não ouvimos falar sobre a internacionalização da área gelada do Canadá, por exemplo,

que tem efeito sobre o clima, e não se pode reduzir o debate a esse tipo de minimização.

SR. MICHAEL DUTSCHKE: Mas é um debate, entenda, porque de fora não se percebe, não há nenhuma preocupação aí.

SR. PRESIDENTE SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Nós não temos dúvidas disso, até porque a Amazônia é uma grande reserva de água do mundo, e a questão do controle da água e a distribuição da água no Brasil, por exemplo, é um debate que nós temos que fazer, gerenciar os nossos recursos hídricos diz a ver com essa política, e a água tem crescente importância na ocupação sustentável das nossas áreas geográficas, e tudo isso suscita, provoca a imaginação, as mais diversas, e nós não podemos reduzir essa discussão a esse ponto, até porque nós sabemos da nossa importância, de quanto nós poderemos nos qualificar, interagir, intercambiar com outras Nações para tratar desses assuntos, até porque nós vivemos numa casa comum e nós temos noção clara disso, sendo que precisamos crescentemente nos entendermos como cidadãos do mundo, porque mais cedo ou mais tarde todos pagaremos por nossos erros e não haverá Nações a continuar esse processo de degradação e de incapacidade de criar as condições que a humanidade tem capacidade, tem possibilidade de criar para tratar dessa temática.

Por tudo isso, nós agradecemos esta contribuição e, sem sobra de dúvida, temos muito mais pontos em comuns do que divergências para crescentemente estreitarmos as nossas alianças e nossas possibilidades de trabalhar conjuntamente.

Muito obrigado, está encerrada a sessão.

Sessão encerrada às 16h13.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 24ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007.

Às dez horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, PEDRO SIMON, HERÁCLITO FORTES, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, JOÃO RIBEIRO, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA E JOÃO TENÓRIO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Delcídio Amaral, César Borges, João Pedro, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha e Cícero Lucena. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **ITEM 1:** Audiência pública, com o objetivo de discutir sobre o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - SIBRATER, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 22, DE 2007 – CRA**, aprovado em 19.09.2007, de autoria do Senador Neuto de Conto, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. José Silva Soares** – Presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural - ASBRAER; **Sr. Argileu Martins da Silva** – Diretor do Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – DATER/SAF/MDA; **Sr. Luis Cláudio Macedo** – Vice-Presidente da ASBRAER e Diretor-Rural da EMATER-RN. **AUTOR:** Senador Neuto de Conto. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Jonas Pinheiro, João Tenório, Pedro Simon e Marisa Serrano. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO, Presidente Da Comissão**

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 24ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovado.

Informo que será realizada logo mais, às 15h de hoje, a reunião desta Comissão para apreciação das Emendas do Projeto de Lei nº. 31/2007, CN, Plano Plurianual, 2008/2011.

A presente reunião destina-se à Audiência Pública com o objetivo de discutir sobre o Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, SIBRATER, em cumprimento ao Requerimento nº. 22/2007, CRA, aprovado em 19/09/2007, de autoria do Senador Neuto de Conto, com a presença dos seguintes convidados,

que os convidamos para fazer parte da Mesa. Sr. José Silva Soares, Presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural, ASBRAER. Convidamos para vir à Mesa O Sr. Argileu Martins da Silva, Diretor de Departamento Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, DATER. Sr. Luís Cláudio Macedo, Vice-Presidente da ASBRAER e Diretor Rural da EMATER. Ouviremos então de imediato a solicitação do Sr. Argileu Martins da Silva.

SR. ARGILEU MARTINS DA SILVA: Sr. Presidente, Senador Neuto de Conto, companheiro e irmão José Silva, Luís Cláudio, nós cumprimentamos o Presidente dessa Comissão, não só por presidi-la, mas também pela iniciativa do Requerimento a discutir, Senador, um tema tão importante para mais de 4,5 milhões de famílias que são espalhadas pelo Brasil afora, e que dependem muito de conhecimento, de tecnologia e de informação para se viabilizarem enquanto agricultores, produtores, e principalmente para se viabilizarem enquanto cidadãos brasileiros. E nós sabemos que esse conjunto de agricultores produzem mais de 60% daquilo que vai à nossa Mesa, além de responder por uma diversidade econômica expressiva na produção da segurança alimentar, mas também fortalecendo a balança comercial brasileira através da contribuição das importações, como, por exemplo, 25% do café, 32% da soja, 49% do milho e para citar apenas essas três commodities, mas poderíamos aqui numerar um conjunto de outros produtos que são produzidos pela agricultura familiar brasileira.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para demonstrar aos senhores que durante os últimos anos nós elaboramos aquilo que enquanto estávamos ali como extensionistas, ora como estudantes, extensionistas e servidores, a gente costumava muito criticar o nosso Brasil, e acredito que o senhor também deve ter utilizado isso para dizer que o Brasil não tinha política agrícola. Eu quero mostrar aos senhores que o ponto de vista da política agrícola clássica, o nosso Ministério, a nossa Secretaria, nos últimos anos nós construímos todas as ferramentas e instrumentos clássicos de política agrícola até chegarmos na extensão. Eu quero cumprimentar aqui de uma forma muito respeitosa o Senador Jonas Pinheiro, cumprimentar os demais dirigentes das empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural do Brasil, meus colegas de departamento e o Assessor Parlamentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que está conosco, o Rafael. Eu evidentemente estarei de forma muito sintética apresentando esse conjunto de ferramentas de política agrícola que nós construímos, e evidente, enfatizando aquilo que foi feito com relação à assistência técnica extensão rural justamente para colocar aqui nesta Casa os desafios que a extensão rural brasileira está enfrentando nos últimos tempos.

Primeiro, Senadores, e membros e presentes, nós quando chegamos ao Governo, nós entendíamos, vindo lá das nossas Minas Gerais, que nós deveríamos construir Estado onde não existir Estado, para um conjunto de mais de quatro milhões de proprietários rurais brasileiros, que é o público que temos a missão institucional de trabalhar para ele e por ele. E daí a primeira coisa que fizemos foi trabalhar a política e as ferramentas e os instrumentos para fazer financiamento e seguro da produção. Iniciamos lá em 2003, com grandes agendas, com os Bancos oficiais, o Banco do Brasil, o Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste, de modo que pudéssemos superar aquilo que era uma crença no Brasil até aquele momento que o sistema público e o sistema financeiro brasileiro não daria conta de ter mais de um milhão de contratos de crédito rural no País. E nós então nesse arranjo facilitando o acesso aos agricultores nós chegamos hoje a dois milhões de contratos superando aquilo. O que fizemos então primeiro facilitamos o acesso e trabalhamos linhas de crédito que pudessem permitir aos agricultores acessar um crédito que fosse apropriado à sua condição e sua situação socioeconômica. Fizemos desde um programa de microcrédito que permite, Senador Neuto, que o agricultor, além de poder comprar uma galinha ou um galo e vinte galinhas num programa de microcrédito que tem juros de 0,5% ao ano, um rebate de 25% do capital, além de microcrédito eu chamo isso de distribuição de renda inteligente, ele pode se quiser comprar uma sanfona ou uma gaita no Rio Grande do Sul para tocar um forró e ter ali uma renda adicional, aquilo que ele produz. Então é um sistema de crédito interessante para os agricultores mais pobres. Mas, além de facilitar o crédito e hoje nos nossos programas de financiamento, os agricultores podem incluir no financiamento de investimento de leite ele pode comprar um computador com acesso a internet e tal para facilitar evidentemente a sua vida, e com juros de 2% ao ano que é o juro do nosso crédito rural. Mas nós fomos mais além. Nossas encontramos um PROAGRO que resolvia um problema quando havia um fator relacionado à seca, excesso de chuva, o PROAGRO resolveu o problema do Banco, do financiamento, mas não resolvia o problema do agricultor. O que fizemos então? Nós trabalhamos o PROAGRO e aperfeiçoamos o PROAGRO sem reinventar a roda, de modo que criamos o PROAGRO MAIS que é um programa de crédito que permite aos agricultores quando há um fator desse, ele liquida o financiamento do Banco, mas ele pode ter uma renda de até 1.800 reais para ele sobreviver e reproduzir ali até a próxima safra. Mas fomos

mais além. Tem um conjunto de agricultores em torno de 48% dos agricultores familiares brasileiros estão no nordeste. Grande parte desses no semi-árido. O que fizemos então? Nós criamos um programa chamado Garantia Safra que permite com a participação do agricultor que entra com a cota de cinco reais, com a participação do Município, do Prefeito, que entra com a quantia de 12 reais, e a participação do Estado que entra com mais 18, de modo que o Governo Federal possa, quando existe um fator de perda no Município devidamente comprovada pela Defesa Civil nas três esferas de Governo, esse agricultor ele recebe e hoje são 600 mil famílias que participam desse programa ele recebe uma bolsa de 580 reais para ele sobreviver no campo em condições mínimas até a próxima safra. Mas fomos mais adiante. Nós criamos ainda no crédito um seguro de preço que a nossa grande vontade e certamente o senhor enquanto Secretário de Agricultura deve ter imaginado isso, para o agricultor fazer um financiamento e ficar devendo um produto. E isso era muito complexo no arcabouço legal e institucional existente no Brasil. Porque muitos agricultores não conseguiam organizar a produção, embalar direitinho para entregar no armazém. Nós fizemos então um seguro de preço que é vinculado ao crédito, de modo que o agricultor quando faz o financiamento, aquele valor é vinculado ao produto que ele está financiando e permite para ele quando vai liquidar o financiamento, se o preço está combinado e é um preço de referência que é 10% acima do preço mínimo, ele pode então ter um rebate no saldo devedor do financiamento. Concretamente. Os agricultores do Paraná que fizeram financiamento de feijão e foram quitar o financiamento em março desse ano, o preço do feijão estava 30.6% abaixo do preço que ele combinou no momento que ele contraiu o financiamento. Ele teve um rebate direto de 30.6% no saldo devedor de seu financiamento.

Portanto, estamos trabalhando esses instrumentos e nesse exato momento nós estamos aperfeiçoando ainda mais o nosso PRONAF para que seja mais ágil e possa permitir os agricultores a andarem dentro daquelas letras que existem hoje. Para sustentar isso, nós criamos a política de assistência técnica e extensão rural, que eu vou falar com mais detalhes nos slides seguintes, mas nós construímos um departamento chamado agregação de valor e geração de renda para ele pensar em todas as ferramentas, em todos sistemas de produção, em todas as potencialidades existentes no campo forma daquilo virar dinheiro, virar renda. E por isso nós temos um conjunto de projetos que não é possível enumerar todos aqui que vai desde talentos do Brasil que é um projeto de artesanato de mulher do campo que estão produzindo peças que vai desde o couro e da pele do peixe a pedras e sementes do norte do Brasil para vender para classe AA e classe mais abastada do Brasil. E evidentemente eles já começaram numa relação internacional para que os produtos viessem a ganhar, a ultrapassar as fronteiras do Brasil.

Então, essa área da Secretaria pensa renda e agregação de valor. Aí está o cooperativismo, aí está o biodiesel, tem um conjunto de programas. De modo que nós pudéssemos ter... Aí está o PAA que é o Programa de Aquisição de Alimentos que está permitindo um conjunto de agricultores vender a sua produção a um preço justo e essa produção alimenta creches, hospitais, escolas nos Municípios, e ela ainda serve e é estocada na CONAB, como, por exemplo, a castanha do Brasil, castanha de caju que a CONAB com os recursos nossos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Ministério do Desenvolvimento Social adquire para equilibra preços desses produtos nos nossos interiores. E evidentemente isso é uma informação, não é um fato ainda, está na eminência de ser assinado no Decreto Presidencial que vai permitir aos Prefeitos adquirir sem autorização da 8.666 merenda escolar dos agricultores familiares, utilizando apenas a declaração de aptidão do PRONAF. Isso significa um mercado de dois bilhões de reais para esses agricultores. É a síntese da nossa Secretaria.

Bom, e a nossa Secretaria trabalhou, Senador e senhores presentes, um conjunto de eixos para que todos os instrumentos de política pública nossa possa navegar nesses eixos. Então daqui para frente todos esses instrumentos que mostrei anteriormente vão ter o objetivo muito claro de combater a pobreza rural no campo, de gerar renda e agregar valor, de trabalhar na segurança alimentar e de construir sistemas de produção que tenham sustentabilidade. Isso para a agricultura familiar é muito importante não só para a familiar, mas toda a agricultura de modo que a gente tenha sistemas de produção que deixa o agricultor cada vez menos dependente de fatores externos à sua propriedade.

Bom, vou comentar rapidamente a política que nós construímos que é o objetivo, um dos objetivos dessa audiência, mostrando um pouco os avanços e as conquistas que a política de assistência técnica e extensão rural construiu ao longo desse tempo. Hoje o Brasil tem uma política. Então, a extensão rural no Brasil tem rumo. Nós sabemos onde nós queremos chegar, temos o horizonte estabelecido, queremos universalizar o conhecimento no campo, porque sabemos que sem conhecimento não há possibilidade de desenvolvimento, e então a política é uma conquista, é um avanço. O Departamento de Assistência Técnica

e Extensão Rural é um outro avanço. Ele não existia, o Presidente o recriou em junho de 2003 para que ele coordenasse essa política no País. A assistência técnica e extensão rural na pauta política não preciso falar isso, mas quero lhes agradecer por esse gesto de convocar essa Audiência Pública, porque há seis, oito anos atrás, nós achávamos que a assistência técnica e extensão rural era um serviço desnecessário para os nossos agricultores e a ausência desses serviços a partir de 1990 contribuiu demasiadamente para aumentar a pobreza no campo.

Nós temos um comitê nacional, Srs. Senadores, que ele delibera sobre tudo aquilo que vamos fazer. E neste comitê tem lá todas as organizações que representam os agricultores e os prestadores de serviço. Nós temos um sistema, que ele é composto pelas EMATERs que estão aqui presentes, mas um conjunto de outras instituições que na ausência das EMATERs, como as universidades, algumas escolas de alternâncias, e muitas Organizações Não-Governamentais eles passaram a prestar serviço de assistência técnica e extensão rural. Eles hoje fazem parte desse sistema. E temos a assistência técnica extensão rural hoje é entendida pelo Governo como o único serviço que é capaz de articular e convergir às políticas públicas no interior. Hoje acredito eu que nós não temos mais na Brasil um problema de política de programa de projeto. Tem para tudo. Agora, alguém precisa fazer isso, conversar lá no interior, lá na comunidade. E nós estamos entendendo, o Governo entende que é o serviço de assistência técnica extensão rural que vai ter essa capacidade pela formação extensionista e pela capacidade que os extensionistas têm em fazer essa articulação no campo. E evidentemente nós trabalhamos para que a ASBRAER e a instituição que está aqui, ela fosse e que ela seja cada dia mais forte, porque ela é a voz das organizações públicas estatais de assistência técnica e extensão rural. Negociamos numa parceria com a ASBRAER com todos os Governos dos Estados, dos últimos quatro anos, 21 Estados fizeram concurso público para reforçar seus quadros de extensionistas, trabalhamos no zoneamento agrícola, principalmente no nordeste, no centro-sul, é uma ferramenta tecnológica muito boa que estava esquecida por nós e por todos os brasileiros, porque ela diz: bom, de cada dez safras você vai perder oito. Então não plante. Ou plante outra coisa. Temos um programa de sementes para que esses agricultores recebam sementes de qualidade. Um programa de infra-estrutura e já temos algumas centenas de veículos de computadores e de equipamentos utilizados no dia-a-dia da extensão distribuído pelo Brasil afora, temos um programa de formação inicial desses extensionistas que ingressam no serviço e temos um conjunto de publicações que temos apoiado nos últimos anos.

Bom, a assistência técnica extensão rural com o apoio dessa Casa ela está a partir do ano que vem se transformando no programa do PPA. Até então a ação de assistência técnica e extensão rural era uma ação orçamentária do PRONAF, e a partir de 2008 no projeto de PPA que está tramitando aqui no Congresso Nacional essa ação está se transformando num programa e vai nos permitir, inclusive, ações que nos permita fazer inovações tecnológicas em muitas regiões do Brasil.

Temos um programa da reconversão das áreas cultivadas com tabaco por conta do tratado de quadro que foi assinado aqui e autorizado ao Governo a assinar nesta Casa. Então nós estamos implementando a passos largos esse programa de reconversão. Temos um programa de assistência técnica para os pescadores artesanais, e daí nós utilizamos para utilizar o recurso de assistência técnica e extensão rural existente hoje no Brasil, basicamente nós utilizamos essas três ferramentas.

Primeiro, todas as instituições elas têm que se credenciar para usar os nossos recursos. E esse credenciamento passa por um Conselho Estadual que é presidido pelos Secretários de Estado de Agricultura de modo que haja transparência naquelas organizações, seja elas quais forem que vão utilizar nossos recursos. Portanto, todas as organizações que usam os nossos recursos, um Conselho Estadual presidido pelo Secretário de Estado da Agricultura estão dizendo que elas existem, que elas fazem extensão rural e que ela tenha uma infra-estrutura suficiente para fazer esse serviço. E aí nós usamos um termo de referência que é direcionado para organizações dos Estados e outras que historicamente fazem assistência técnica, para que elas orientem e nos apresente projetos compatíveis com as políticas existentes para a agricultura familiar. E para democratizar o acesso ao nosso recurso, nós fazemos a chamada de projeto todo ano de modo que qualquer organização possa apresentar projetos ao nosso departamento. Aqui é um pouco da evolução. Os senhores dessa Casa conhecem isso melhor que nós, e daí, Senador Neuto, eu sempre digo que quando tem vontade política é quando tem orçamento.

Bom, eu tenho vontade política, mas não tem orçamento. Isso fica meio que no... Na saliva.

Então, a gente mostra que há uma vontade política do Governo, certamente a ASBRAER vai dizer que ainda não é suficiente. Nós concordamos com isso. Mas é o crescimento de 2001 a 2007 do nosso orçamento, sendo que esse ano nós temos 168 milhões de reais de orçamento para a assistência técnica só

no nosso departamento. Se incluirmos o orçamento do INCRA e de outros Ministérios, como o Ministério da Agricultura, o Ministério da Indústria e Comércio, da Saúde, todos eles fazem extensão rural, esse volume passa dos 500 milhões. E aí o crescimento também do número de agricultores que estão sendo atendidos com o nosso recurso. Quando a gente pega os recursos dos Estados, essa conta está dando em torno de 2,5 milhões de agricultores. O que é bom para nós? Porque o último senso agropecuário mostrava que só 16,7% dos agricultores familiares tinha acesso à assistência técnica.

Então, esse trabalho feito por todos nós tem permitido um crescimento extraordinário justamente para que o serviço de assistência técnica e extensão rural dê respaldo àqueles instrumentos clássicos de política agrícola que nós construímos a partir de 2006, como eu já mencionei aqui o crédito, o seguro, as três modalidades de seguro e a questão da renda e da agregação de valor. Fizemos uma articulação do ensino da pesquisa e da extensão, por isso publicamos vários editais com CNPq para fazer, e ainda ontem nós... Acredito, nós que fizemos um pouco da história da agricultura brasileira, porque nós lançamos o edital com o CNPq de extensão tecnológica. Não é edital de pesquisa, é um edital de extensão tecnológica, estavam aqui presentes à maioria dos pró-Reitores de extensão das universidades brasileiras. Das públicas, das comunitárias e das convencionais, de modo que nós vamos permitir que as universidades se integrem agora com as organizações de extensão rural e façam projeto de extensão tecnológica.

Temos alguns trabalhos de formação de técnicos no último ano com as escolas agrotécnicas, e um trabalho com a EMBRAPA e com as organizações estaduais de pesquisa de modo que o conhecimento e a pesquisa que existe nessas instituições possa ser colocado à disposição dos agricultores e nós sempre fazemos isso através de editais.

Bom, nós trabalhamos a formação dos agentes. Infelizmente nós estamos discutindo isso com universidade. Ela não está formando profissionais que tenham condição de trabalhar com a agricultura familiar, com o desenvolvimento rural sustentável, e daí nós iniciamos um processo de formação desses agentes trabalhando desde curso de pós-graduação ao nível de especialização até cursos à distância, com alternância, e estamos formando agora os técnicos das Prefeituras que até então não eram parceiras nossa nesse conjunto de políticas que fortalecem a agricultura familiar.

As EMATERs organizam os encontros, nós financiamos, e eles trazem os técnicos das Prefeituras que hora estão lá, não que dirigir um trator diminua uma pessoa, mas eles são técnicos, tem uma formação e numa hora virou tratorista, está preenchendo uma ficha da cesta-básica e tal, e esses técnicos estão sendo formados para atuar no fortalecimento da agricultura familiar e na implementação daquelas políticas clássicas que eu já apresentei aqui. E bom, daí está o SIBRATER, só para vocês terem uma idéia do que é o SIBRATER hoje, é um sistema descentralizado, nós do DATER e o Ministério do Desenvolvimento Agrário não temos nenhuma intenção de fazer assistência técnica e extensão rural. Não fazemos, não queremos fazer, mas nós queremos que os Estados façam e os Estados fazem a grande... Dois terços, três quartos dos técnicos existentes no campo no Brasil hoje são das estruturas estatais, mas todas essas organizações quando elas se credenciam lá no Conselho Estadual e o Conselho Estadual, repito, que é presidido pelo Secretário de Estado da Agricultura diz que elas têm estrutura e capacidade, elas podem executar uma política de assistência técnica e extensão rural. E aqui são alguns desafios que nós estamos enfrentando junto com a ASBRAER e junto com os nossos parceiros. É internalizar os princípios da política, as instituições e os técnicos, nós temos um grande desafio e estamos trazendo isso para essa Casa, que a forma de repassar os recursos entendemos nós hoje enquanto gestores públicos que repassar recursos para a assistência técnica e extensão rural que é um processo de educação informal via convênio, não funciona. Porque volta e meia nós sofremos solução de continuidade das ações. Ora, porque o orçamento atrasa, ora porque contingência, ora porque o Estado ficou inadimplente, ora porque o convênio anterior não está executado. Então tem um conjunto de problemas e esse é um grande desafio e nós contamos muito com os senhores para discutir isso conosco, para debater isso conosco para que possamos achar uma forma que de fato tenha compatibilidade com a atividade agrícola, com a atividade agropecuária.

O desafio de consolidar o SIBRATER, que é o sistema que apresentei anteriormente, repito aqui de forma muito sintética, muito sistematizada, estamos fortalecendo as organizações dos extensionistas, discutindo com as universidades, isso começou muito forte a partir de ontem a reformatação dos currículos para que os agrônomos, os veterinários entendam que esse sistema de produção de agricultura familiar é complexo, que o milho está relacionado com o leite, que está relacionado com suíno, que está relacionado com peixe, que está relacionado com a nutrição e um conjunto de outras coisas. E democratizar a gestão das próprias entidades que fazem assistência técnica e extensão rural.

Tem mais dois slides apenas. Outro desafio é integrar a extensão rural com a pesquisa. Está aqui presente conosco o Presidente da EPAGRI, que é o Murilo Flores, conhecido, que presidiu a EMBRAPA e por isso sabe que a integração de pesquisa e extensão nunca passou do discurso. Nós sabemos disso. A não ser agora em algumas organizações onde esse serviço está junto, está no mesmo... Sob a mesma batuta, sobre a mesma direção. Mas esse é um grande desafio nosso. Já disse aqui algumas atividades que nós estamos fazendo para fazer que essa integração seja concreta. Ainda hoje às 15h nós estaremos reunidos com o CONSEPA, que é o Conselho que agrega as organizações estaduais de pesquisa para levar esse Conselho algumas propostas. É o desafio de fazer assistência técnica de segundo piso. O que é isso? É colocar o Estado, as organizações estatais para formar os demais técnicos existentes nos Municípios. Os técnicos das ONGs, das Prefeituras, dos sindicatos, tem um conjunto de profissionais que precisaram ser formados. E nós estamos apostando que as EMATERs podem fazer isso e nós estamos chamando isso de uma assistência técnica e extensão rural de segundo piso. O desafio é assistência técnica de mercado. É um serviço que não existe no Brasil e que nós em parceria com a ASBRAER estamos criando. Trabalhando em cadeias produtivas de modo que o extensionista ele assessore, ele contribua com o agricultor da porteira para fora também. Nós sabemos que todos nós estamos muito bons dentro da porteira, aumentar a produção, produtividade, mas quando sai da porteira, nós temos dificuldades até pela formação dos extensionistas, pela formação acadêmica. E esse é o desafio que nós estamos trabalhando fortemente nisso. O desafio de articular à política do Bolsa Família, a política do Programa do Leite, a política da previdência rural lá no campo, esse é um desafio da extensão rural. Qualificar o crédito rural no Brasil, se nós formos somar os últimos quatro anos já passou dos 20 bilhões de reais aplicado em crédito rural para a agricultura familiar. Isso precisa ser qualificado. Os projetos de crédito rural hoje que os Bancos exigem uma planilha ela não serve para o Banco, não serve para o técnico e não serve para o agricultor, então nós temos que trabalhar para que esses projetos sejam efetivos, e o desafio de mensurar qual é o resultado da ação da extensão rural. E daí tem uma boa notícia. Nós estamos fortalecendo... Pode passar as duas seqüentes. Eu não vou mencioná-las. Pode ir embora.

Nós estamos nesse momento em parceria com a ASBRAER trabalhando um sistema, Senador Neuto, Senador Jonas, Senador Pedro Simon, que possa medir, que tenha indicadores que possa medir qual é o efeito, qual é o impacto dos serviços de assistência técnica extensão rural. Nós... Tem alguns professores universitários, já elaboraram um documento, e nós a partir do ano que vem vamos colocar observatórios para testar os indicadores. Vai ser a primeira vez na história que o serviço de assistência técnica e extensão rural terá indicadores de resultados e indicadores de impacto.

Eu agradeço à Comissão de Agricultura na sua pessoa que fez o Requerimento, os demais Senadores aqui presentes, os convidados por essa oportunidade e estamos aqui à disposição se caso houver alguma pergunta esclarecedora. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Argileu Martins da Silva. E ouvimos de imediato o Dr. José Silva Soares, Presidente da Associação Brasileira de Extensão Rural.

SR. JOSÉ SILVA SOARES: Bom dia aos Senadores aqui presentes, aos quais eu agradeço, Senador Neuto de Conto pelo Requerimento, agradeço na presença do Senador Jonas Pinheiro, Senador Pedro Simon, aos meus colegas dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraíba, Rio Grande do Norte, Brasília, Pernambuco, Mato Grosso, os companheiros da FAZER(F), agradeço também e cumprimento o Presidente da Associação Brasileira... Academia Brasileira de Extensão Rural, Dr. Argileu e toda a equipe do Departamento de Extensão Rural, os companheiros de pesquisa do Rio Grande do Norte, assessoria aqui da Comissão.

E nós começamos rapidamente a falar da situação da extensão rural pública hoje. Nós temos ali a linha do tempo da extensão rural que criada em 6 de dezembro de 48 em Minas Gerais, e que foi cumprindo o seu papel ao longo dos anos, ao longo das décadas até chegar em 75 quando se criou a EMBRATER e o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural um fato marcante que nesse período havia a participação forte nas diretrizes e financeira também do Governo Federal. E em 90 nós tivemos aí a extinção da EMBRATER e do SIBRATER que é conhecimento de todos nós, com isso acontece à ausência de recurso federais, a ausência de coordenação nacional e passa a depender exclusivamente dos Estados, e foi onde o Governador Ministro e Senador Pedro Simon assumiu, foi o primeiro a assumir no Brasil a extensão rural no Rio Grande.

Temos em 2003, 2004, quando transfere-se o Departamento de Extensão Rural do Ministério da Agricultura para o MDA, começa um processo de ampliação do orçamento, a ASBRAER ela é criada logo após a extinção do EMBRATER como uma associação

dos Estados no sentido de que haja uma articulação e também início da construção da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Aí a ASBRAER começa nesse período também um processo de profissionalização das entidades de extensão rural. Como se faz em qualquer organização privada, também, com base nessa política que foi construída principalmente com a participação dos agricultores, das lideranças, e também dos técnicos do Governo Federal e dos governos estaduais. Tendo missão, visão da ASBRAER, ela na sua missão como o papel de representação política das associadas e não só participar, mas influenciar na política pública de extensão rural do País. Isso é reconhecido como esse articulador, como esse representante. Ou seja, a ASBRAER com o negócio de fazer o desenvolvimento sustentado e representar os estados nessa articulação desse alinhamento estratégico com o Governo Federal e principalmente também com a participação das organizações dos agricultores.

Os valores também que eu peço... Acho que isso é fundamental no País se discutir esses valores. Com sistema também de programas, principalmente na articulação institucional do qual faz parte aquele evento que houve a participação dos Srs. Senadores que estão aqui presentes, dos Presidentes e das representações onde nós temos além do programa de articulação institucional, de valorização da extensão rural como uma ferramenta importantíssima dos Estados construir e levar a política pública nos mais diversos rincões do País que a dificuldade que os governos têm de fazer com que as políticas públicas e principalmente aqueles segmentos mais excluídos possam ter acesso a essas políticas. E também o processo de formação que foi citado pelo Dr. Argileu, o nosso Diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, de formação não só dos extensionistas, mas da formação também das diretorias, dos gerentes regionais, do Superintendente do Sistema de Extensão, para que o sistema tenha uma massa crítica cada vez maior, uma massa crítica crescente e possa ter cada vez mais as políticas públicas melhor implementada e melhor construídas. E também uma rede de comunicação. Nós temos um portal que integra todas as Assessorias de comunicação das nossas associadas no sentido de que sejamos uma fonte permanente do que acontece no Brasil. O portal da ASBRAER ser o retrato do que acontece do Rio Grande a Roraima, a Rondônia, mostrando o que está acontecendo no País.

O perfil das nossas associadas, principalmente o que a extensão rural, como disse aqui o Dr. Argileu, a extensão rural é uma educação não formal onde construída a política pública, onde o saber da academia, o saber das entidades de pesquisa, com o saber e a sabedoria dos agricultores ao longo dos anos ela é construída e colocada isso a serviço de fazer cada dia com que a agricultura, a pecuária, ela seja implementada e garanta a sustentabilidade.

Bom, e aí eu começo a mostrar algumas informações que eu acho que são fundamentais para os nossos Senadores e para as lideranças no sentido de construir as políticas. Primeiro, o perfil, a área de atuação da extensão rural. Você vê ali que é... O nosso foco é a agricultura familiar, mas nós trabalhamos 22% do trabalho da extensão é com segurança alimentar, 25 com agricultura, 12% com agricultura urbana, é dado interessante, essa pesquisa agora é a primeira vez que nós estamos mostrando, nós contratamos para ser feito esse perfil. Ou seja, a população que saiu do meio rural e foi para as cidades nós estamos procurando atendê-los e pegando lote vago, áreas urbanas, terras públicas, e além de tornar a cidade mais agradável também possibilita a geração de renda, uma série de problema de saúde. A pecuária 25%, a pesca e a piscicultura 23%, processamento de alimentos fundamentalmente para agregação de valor, e um processo fundamental, só se muda o perfil de qualquer segmento com educação. Então está aqui a capacitação em 25% do nosso trabalho. Porque nós fazemos uma educação não formal onde a sala de aula é o campo, é as lavouras, os lavrados.

Outro ponto fundamental a presença marcante da extensão rural. Nós saímos de 3.700, basicamente, Municípios com escritórios de extensão, como disse o Dr. Argileu, 21 Estados fizeram concurso público e estamos chegando esse ano a basicamente 4.600 Municípios. Inclusive o Presidente da Frente Parlamentar que foi criada com vocês colocou um desafio de universalizar que todos os Municípios tenham escritórios de extensão rural estatal. Esse aqui mostra o Dr. Argileu mostrou a crescente aplicação de recursos do PRONAF. Mas isso mostra que a extensão rural, os Estados estão cumprindo seu papel também. Saímos de 1,8 milhões de agricultores e vamos chegar a 2,4. Não é o ideal. O ideal é se a gente pudesse universalizar os mais de 4 milhões, mas vê que houve um crescimento, houve um momento que esse número ele houve um decréscimo, e já chegamos a 2,2 milhões. E a 2,4 estamos chegando agora em 2007. Isso significa que o crédito está sendo liberado, mas ao mesmo tempo, está sendo qualificado, o projeto sendo feito, sendo acompanhado.

E isso aqui é o número de profissionais. Nós saímos com 20 mil, Dr. Argileu falou que contratou nos Estados, houve... Eu diria que hoje a extensão rural passa por um processo de revitalização, de reconstrução, e os Estados reconhecem esse papel, o Governo

Federal reconhece e a própria sociedade. Então nós saímos de 20 mil e fomos para 26 mil profissionais funcionários que existem nos 27 Estados do Brasil. E aqui a gente mostra que é um serviço relativamente barato. Você vê que um extensionista de nível médio e técnico agrícola, salário inicial menos de mil reais. Então o segmento, os salários são baixos. Então por isso que a gente precisa de haver uma maior participação eqüitativa dos recursos entre os governos para que a gente possa melhorar a política salarial para que ninguém vai produzir muito, uma política de meritocracia e se não tiver um salário também adequado. Um salário médio de extensionista 2.200 enquanto de nível superior inicia com salário de 1.700. Mas sabemos que tem Estados importantes da federação que tem profissionais de nível superior ganhando 800, 900 reais.

E aqui mostra o dinheiro. O orçamento da extensão no Brasil hoje é da ordem de um bilhão e meio. E nós temos aqui esse azul a predominância, nós vimos que com a extinção da EMBRATER ficou basicamente para os Estados. Então os Estados representam hoje 79.2% desses recursos. O Governo Federal 7,5, houve um grande avanço, nós reconhecemos, saiu de 2,9 para 7,5, e além da Política Nacional do apoio desse alinhamento estratégico com os Estados. Mas nós... O Argileu tinha antecipado que nós iríamos falar que é muito pouco. Nós íamos fazer as propostas. E os Municípios tem um papel fundamental. 5,2% que participa. E outras fontes, como inclusive convênios internacionais apesar de muito pequeno. Então mostra que os Estados ainda bancam 80% dos serviços de extensão estatal no País.

Aqui os valores, os Ministérios, e a gente vê aqui declaradamente o valor volume de recursos em 2006 com o Ministério do Desenvolvimento Agrário 50,5 milhões. O Ministério da Agricultura com 7, o MDS representativo, principalmente da comercialização apesar de ser em poucos Estados ainda precisa ser mais universalizado. E aqui mostra o Dr. Argileu disse e nós estamos aqui mostrando. A infra-estrutura de tecnologia da informação. Isso para dar informações rápidas para os agricultores de mercado, fazer o projeto rápido do PRONAF. E você vê, só de computadores saímos de 5 mil e vamos basicamente para 14 mil. Isso mostra que o serviço está se modernizando conforme o que está acontecendo. E assim sucessivamente, GPS, equipamentos modernos, projetor de multimídias, são todos equipamentos. Azul é o que era em 2002 e marrom o atual. Isso mostra que o serviço está se modernizando também nessa parceria principalmente aqui que vem os recursos do Governo Federal.

Aqui veículos, para fazer o deslocamento para ir nas propriedades atender os agricultores. Estamos basicamente com dez mil automóveis, e outros utilitários, tem até embarcações. Você vê no norte do País basicamente os nossos extensionistas eles fazem extensão rural de barco. No Pará, Amazonas, Rondônia, Acre, tantos outros Estados. E aqui daqueles 26 mil, 16.600 são extensionistas. E temos os 4.500 escritórios. O Dr. Argileu já disse, mas acho que é fundamental o potencial da agricultura familiar que eu acredito que o novo censo vai chegar nos 4,5 de agricultores, de estabelecimentos familiares. Tem também 600 mil famílias assentadas. Representa 38% do valor bruto da produção além daquela representatividade dos produtos principais, inclusive algumas commodities como o Dr. Argileu citou, e esse dado é fundamental. Sete em cada dez empregos gerados no campo.

Esse envolvimento institucional nós consideramos que a extensão estatal ela é um braço forte do Estado Brasileiro para construir e implementar as políticas públicas.

Então, cada dia extensão rural estatal ela é mais como... Aquele agente de desenvolvimento, o Estado. Então por isso é fundamental nós estarmos num alinhamento muito estratégico com as outras organizações, ONGs, instituições de pesquisa, os conselhos. Houve uma evolução muito grande da extensão rural, saindo basicamente daquele momento de trabalhar basicamente com aumento de produção e de produtividade e passar a ser uma extensão mais focada em resultados, com a gestão com mais foco nas demandas da sociedade. E aqui é só pra gente ter uma idéia, porque nós estamos querendo mostrar a partir daquele lançamento da frente, daquele seminário, de que a extensão é a ferramenta pra gente melhorar esses números. Isso aqui é uma pesquisa mostra agora no dia 30 de setembro, é o que cada Estado depende do Bolsa Família. Ou seja, de cada quatro brasileiros, pelo menos um participa do Bolsa Família. Tem Estado que é metade da população depende do Bolsa Família. Nós sabemos que isso é importante nesse momento, mas é preciso que haja políticas que sejam mais emancipatórias. E nós estamos propondo que a extensão rural é uma ferramenta que é possível o Estado brasileiro fazer com que as políticas cheguem lá nos segmentos mais vulneráveis e deixe esse mapa seja modificado.

Esse é o índice de exclusão social do País, e aqui contrasta um dado fundamental, inclusive eu vi no pronunciamento do Senador Jonas Pinheiro, ele citava muito claramente isso aí. Quanto mais exclusão tem, mais deprimida são os nossos serviços de extensão. Então é preciso que nós estejamos muito unidos, todos os Estados para que essas regiões principalmente tenham um apoio maior do Estado Brasileiro.

Também estamos publicando de primeira mão uma pesquisa que foi feita, nós estamos publicando hoje, daqueles 4.500 municípios. Dos Prefeitos, 82% dos Prefeitos entrevistados eles acreditam que a extensão rural, serviço de extensão influencia na produção do Município e na produção para o [ininteligível] familiar também de 83%.

Também na visão dos Prefeitos ouvidos, 94% acreditam que a extensão influencia na renda do produtor rural e na renda do Município. E aqui estão os desafios que o Dr. Argileu já citou e basicamente nós estamos reforçando. O primeiro é a gente sair da burocracia dos convênios, que faz com que ficam os Estados, Municípios, a nossa equipe do MDE que eu aproveito para cumprimentar a competência lá no trato dos convênios, mas fica papel para lá, papel para cá, dirigente vindo a Brasília, negociando, levando papéis. Então nova forma de repasse. E falávamos hoje pela manhã com o Senador Pedro Simon, que estará discutindo e nos apoiando aí no Projeto de Lei pra gente viabilizar uma nova forma de repasse de recurso. Dr. Argileu foi modesto, não quis, mas é um grande anseio nosso dos Estados a criação da Secretaria Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. A proposta que já é também da frente nossa de universalizar a extensão rural, ou seja, com escritório, extensão estatal em todos Municípios, e aqui que vem um ponto fundamental. Querendo sem bem pragmáticos nesse alinhamento estratégico, e como disse o Dr. Argileu, nós sabemos da boa vontade e a boa vontade está sendo expressa. E nós queremos que a cada dia se torne mais forte e mais boa vontade ainda. Que sair dos 7,5% e nós acreditamos, a nossa expectativa é de chegar em 2010 com 35% daqueles um bilhão e meio com a participação do Governo Federal. Para nós resolver esses três pontos aí, eu acho que o Brasil vai ser outro. Agradeço mais uma vez o Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, José Silva Soares. Ouviremos agora então Luís Cláudio Macedo. É o Vice-Presidente da ASBRAER.

SR. LUÍS CLÁUDIO MACEDO: Bom dia a todos, Sr. Presidente da Comissão, Senador Neuto de Conto, Srs. Senadores, colegas da ASBRAER, Argileu aqui que representa o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Srs. Presidentes de empresa de pesquisa. Na realidade, nós não vamos fazer apresentação, já que o colega José Silva como também o Dr. Argileu colocou as principais angústias e um pouco do que nós estamos fazendo ao longo desses quatro últimos anos nesse processo de reconstrução do Sistema Nacional de Assistência Técnica. A valorização, a modernização da assistência técnica pública, estatal, como forma de fazer frente a esse mapa que foi colocado recentemente pelo Dr. José Silva que exatamente naqueles locais onde existe a concentração da pobreza, coincidentemente, exatamente onde foi dizimado o serviço de assistência técnica e extensão pública. De forma que nós vamos falar um pouco da proposta que nós iniciamos no Estado do Rio Grande do Norte, saindo daquela lógica clássica de fazer a assistência técnica e pensando numa lógica de desenvolvimento, numa lógica de inclusão, numa lógica de enfrentamento a essa situação de combate à pobreza, de desigualdade, de falta de educação, e que nós iniciamos lá evidentemente com o apoio, com a decisão política, com ampliação de orçamento por parte da Governadora Vilma de Faria, e que também por orientação do então Secretário de Agricultura, ex-Deputado Iberê de Sousa, colocou isso como pauta prioritária na sua gestão à frente daquela Secretaria.

De forma que nós iniciamos um processo de reestruturação administrativa, de modernização da gestão, de uma maior participação e controle social no Conselho Administrativo e técnico da nossa EMATER, valorando, sobretudo o conhecimento ali adormecido, as pessoas, e começamos o nosso trabalho com programa inovador, um programa de formação e treinamento onde recrutamos jovens através de seleção pública para iniciarmos um processo de formação e treinamento já que naquele momento até profissionais se você precisar se contratar não estaria disponível no mercado. De forma que com os resultados apresentados pelo ingresso desses novos, desses técnicos que foram contratados em caráter temporário, a Srª. Governadora autorizou um concurso público após 22 anos em que não entrava um cidadão novo na organização e isso é fato em outras organizações, o que fez certamente o sistema envelhecer, o sistema não se renovar, e deixar de prestar o serviço com a qualidade na quantidade que a sociedade desejava. Em seguida, nós montamos dentro de um planejamento estratégico após o concurso público uma forma de trabalhar. E passamos trabalhar num processo de educação. Lá no Rio Grande do Norte nós fazemos através da extensão rural um processo de alfabetização, como também na outra ponta, nós temos hoje uma rede de 70 escolas de inclusão digital e cidadania que favorece as pessoas, os jovens das pequenas cidades a ter acesso ao mundo da inclusão digital numa articulação entre vários Ministérios como o Ministério das Comunicações, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o próprio Ministério da Educação, o que certamente vai favorecer uma mudança da realidade da educação no nosso Estado.

Nós trabalhamos também com a questão ambiental, já que boa parte do nosso Estado encontra-se num semi-árido, cerca de 95%, e algumas áreas inclusive já demonstrando um processo avançado de desertificação. Então precisamos também trabalhar com essa questão ambiental, estamos trabalhando com a questão de recuperação de solos, recuperação de matas ciliares, de uma série de atividades para se fazer também o desenvolvimento e a ação de produção de forma sustentável recuperando os agroecossistemas. Nós também articulamos com outras áreas de Governo uma política pública, um programa muito importante que foi, que é o Programa Luz para Todos, aonde nós, através dos nossos extensionistas, levantamos todo o processo de demanda e participamos com a Comissão que trabalha lá em diversas Audiências Públicas o que fez com que o nosso Estado, pelo que estava previsto inicialmente com dados do IBGE fosse o primeiro Estado a ser universalizado, a questão do luz para todos. Inclusive surgindo uma demanda seguinte pela qualidade e pela forma participativa como foi executado esse trabalho.

Nós trabalhamos também com jovens, trabalhamos numa articulação com várias entidades, nós temos hoje convênios com cerca de seis Ministérios aqui na Esplanada, o que foi colocado aqui de forma muito clara é que nós terminamos sendo uma espécie de despachante aqui na Esplanada dos Ministérios, buscando recursos de vários Ministérios, de várias formas para podermos fazer uma assistência técnica com qualidade. E isso graças a Deus nós encontramos aqui uma equipe do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Ministério do Desenvolvimento Social, comprometida com a causa e que superada essa burocracia ou essa forma que certamente os Srs. Senadores como também os Deputados que compõem a Frente Parlamentar em prol da extensão rural pública brasileira, haverão de encontrar uma forma legal para que essa ação continuada como foi dito aqui pelos colegas não possa haver solução de continuidade nas suas atividades por uma forma equivocada de transferência de recursos e a participação do Governo Federal para a prestação de qualidade desse serviço.

Realmente a burocracia é muito grande, nós temos um calendário agrícola diferente nas diversas regiões do País, nós até essa data, outubro, não conseguimos ainda apesar de ter muita articulação formalizar apenas um só convênio. Estamos trabalhando ainda com recursos advindos do orçamento anterior, e esse repasse que o Governo Federal vem fazendo através desses convênios muitas vezes não se enquadra com a grande necessidade que nós temos nesse tipo de serviço que é a alta participação da questão da folha salarial em que o... Pela Instrução Normativa não é possível o Governo Federal entrar, como também as despesas de infra-estrutura, de custeio que também por impedimento da Instrução Normativa nós ficamos sem ter como aplicar esses recursos. De forma que os Estados estão fazendo além desse esforço de contratação, está resgatando um passivo trabalhista enorme nessas organizações, e fica sufocado para atender as necessidades e a dinâmica que esse serviço hoje necessita em função desse conjunto de políticas públicas e ferramentas que o Dr. Argileu colocou como crédito agrícola, como seguro agrícola, como todas outras atividades que foram elencado aqui. Para os senhores observarem, isso foi colocado aí de forma geral, mas no nosso Estado, em 2002 nós tínhamos 30 mil contratos de PRONAF, com 33 milhões aplicados. Hoje nós superamos 85 mil contratos e já com quase 200 milhões aplicados.

O impacto desse crédito na pequena propriedade, nos pequenos Municípios, é muito grande. E só uma ação articulada, só uma ação estruturada da extensão pública faz com que essas políticas públicas efetivamente cheguem a quem de direito. Porque muitas vezes se escrevem as coisas, com boa intenção, mas efetivamente não chega na ponta aquele que necessita da política. Nós temos um... Também operamos lá no Rio Grande do Norte de forma muito positiva, o programa de compra direta da produção, que numa ponta ele garante preço de referência de mercado ao agricultor, tirando a figura do atravessador, e na outra ponta ele garante segurança alimentar e nutricional para mais de quatrocentas mil pessoas no caso do nosso Estado onde aplicamos cerca de 12 milhões de reais o ano passado e esse ano estamos aplicando cerca de 11 milhões de reais. Também sofrendo da lógica de repasse pela burocracia, o que certamente nós vamos com o apoio dos Srs. Senadores e dos Deputados da Frente Parlamentar encontrar uma solução que melhor atenda essas nossas necessidades.

Portanto, essa é a nossa contribuição aqui nessa Audiência Pública, e gostaria de parabenizar mais uma vez o Senador Neuto de Conto por essa iniciativa e dizer mais uma vez que a extensão pública, graças a Deus, graças a homens como os senhores, responsáveis por parte do destino dessa Nação é que a extensão pública volta a ser um tema, uma pauta aqui no Congresso Nacional. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Dr. Luís Cláudio. Agora ouviremos os Srs. Senadores, iniciando com a palavra o Senador do Mato Grosso, Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, Senador Neuto de Conto, Srs. Conferen-

cistas, quero aqui também saudar o Senador João Tenório, Senadora Marisa Serrano, e o nosso Vice-Presidente da Frente Parlamentar da Extensão Rural Pública, Senador Pedro Simon.

Eu como extensionista e da velha guarda, sou extensionista desde 1962, fico feliz em ver o renascimento da extensão rural pública. Eu conheci praticamente como nasceu, como cresceu, e como morreu. E a morte da extensão rural para nós ainda é uma lembrança muito triste. Porque ela, primeiro, ela foi objeto de uma Medida Provisória na época do Governo Sarney. Naquela época nós fizemos esforço aqui no Congresso Nacional e primeira vez que se deu o ”boom” da Medida Provisória foi exatamente aquela em que a Medida Provisória vinha a extinção de três órgãos. Extinguiram-se dois e salvamos a EMBRATER.

Porém, no dia 16 de março de 1990, veio a Medida Provisória do Governo Collor e do dia para noite a EMBRATER foi extinta. Eu estou dizendo do dia para noite porque havia a conversação de que a EMBRATER poderia estar envolvida na sua extinção novamente. E nós conversamos naquela época com o Dr. Renato Simplício que era o Presidente da EMBRATER, e com o Ministro que estava tomando posse que era o Ministro Joaquim Roriz. Joaquim Roriz que foi Ministro por nove dias. E ele também não tinha nenhuma notícia de que a EMBRATER estaria na lista das empresas que seriam extintas. Isso no dia 15. No dia 16, quando foi publicada a Medida Provisória, veio a extinção da EMBRATER. Mesmo assim, o Congresso reagiu, reagiu de tal forma que nós conseguimos derrubar novamente aquela Medida Provisória. Porém, por um erro de digitação na Câmara dos Deputados, ou no Congresso Nacional, onde era votada a Medida Provisória, por um erro de digitação nós perdemos a EMBRATER naquela época para tristeza de todos nós. Mas estamos vendo que depois de três ou quatro anos volta o sistema a tomar uma posição hoje com muito forte, porque eu acho que a institucionalização como está sendo organizada está sendo organizada através da base e com certeza vai ter todo o apoio do Congresso Nacional. Vimos aí o desafio, Sr. Presidente, de transformar o 7,5% do orçamento da extensão rural hoje do Poder Público Federal o desafio para chegar a 35%. Eu acho que nós temos responsabilidade nesse desafio.

Este encontro aqui hoje está sendo muito importante, espero que tenha sido feito também na Câmara. Amanhã? Ótimo. Porque assim nós podemos fazer um trabalho unido entre o Senado e a Câmara para na organização do orçamento do próximo ano possamos fazer um esforço. Eu aqui já convido o Senador Pedro Simon, Vice-Presidente da Frente Parlamentar assinarmos uma Emenda, Senador, Pedro, uma Emenda de Comissão, aqui no Senado Federal, e eu espero que os Deputados façam... Tenham o mesmo procedimento. E aí nós vamos fechar no trabalho com o Relator que é um extensionista, é o mineiro, o Deputado Carlos, evidentemente ele vai ser muito flexível e vai acatar o nosso apelo para que a extensão rural saia com bom orçamento somado à Câmara e o Senado Federal. Portanto, eu fico muito feliz de rever a nossa velha e querida extensão rural renascendo das cinzas e com certeza nós queremos participar disso. Como já participo no Mato Grosso como comecei de extensionista local técnico agrícola depois de ter uma temporada em Minas Gerais, em Patos de Minas, e cheguei a ser Presidente da empresa depois de ganhar uma bolsa de estudo da própria empresa que fazia o curso de medicina veterinária, fui coordenador de todos os grandes programas de desenvolvimento do Mato Grosso, PROTERRA, POLICENTRO, POLIAMAZÔNIA, todos os programas, e cheguei a ser Presidente da EMBRAER. Isso também me levou a qualidade de político. Três vezes Deputado Federal, duas vezes Senador da República, e hoje estou aqui inteira disposição da extensão rural do Brasil. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Pela ordem de inscrição nós temos aqui o Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, senhores palestrantes, primeiramente o motivo... eu sou da agricultura, eu conheço mais ou menos as coisas como acontecem, e normalmente notava claramente uma ausência progressiva da presença do Estado na orientação técnica da agricultura de um modo geral, e muito particularmente daqueles modernos que necessitam ainda mais desse tipo de assistência.

Eu gostaria de sair um pouquinho do tema, mas de qualquer maneira fica dentro do assunto. Há um mês e meio atrás, mais ou menos, estiveram aqui representantes do INCRA, do Ministério da Agricultura, da EMBRAPA, onde foi discutida a questão do estabelecimento de novos índices de produtividade que viesse a, digamos assim, conferir o título de desapropriar ou não para as fazendas produtivas, vamos dizer assim. O cara que não se encaixasse nesse novos índices ficariam sujeito ao processo de desapropriação. Um índice diferente daqueles que até então são vigentes. Aí solicitamos, e eu solicitaria, Sr. Presidente, que V.Exª cobrasse, digamos assim, do pessoal do INCRA que ficaram de mandar um Relatório sobre a minha pergunta é o seguinte, qual a produtividade média alcançada pelas fazendas ditas improdutivas no Brasil, mas produção relativamente mais extensa, e aquelas que foram feitas a agricultura familiar. Por-

que há uma preocupação do Governo muito grande do que a produção agrícola organizada ela tenha nível de produtividade razoavelmente elevada para submeter processos de Reforma Agrária. Mas, me parece que não há nenhuma... Não existe nem na minha avaliação nem estatística sobre isso de como está sendo produzido nas áreas de agricultura familiar, nas áreas de Reforma Agrária, os índices de produtividade que por acaso existem, não se tem menor idéia, parece que há um desprezo do Governo sobre isso, me parece para o Governo não há menor preocupação que essa fazenda produza ou não que essa ação da Reforma Agrária e da agricultura familiar não seja submetido a nenhum tipo de preocupação, nenhum tipo de controle nessa área.

Eu gostaria de solicitar ao Sr. Presidente que cobrasse dos nossos amigos do INCRA e da EMBRAPA essa informação que disseram que tinha um levantamento relativamente novo e recém construído no sentido de nos informar essas diferenças para nós entendermos se esse excesso de preocupação, zelo que o Governo está tendo com essa questão dos índices de produtividade das fazendas do agro na grande maioria do agronegócio, tem algum tipo de correlação por menor que seja. Evidentemente nós não podemos esperar os mesmos índices. Mas pelo menos uma verificação se esses projetos estão andando de uma maneira razoável, se está se produzindo alguma coisa, ou se isso está sendo apenas um instrumento de, digamos assim, de se habilitar a recebimento de Bolsa Família, ou cesta-básica qualquer coisa dessa maneira que você consome, mas não produz. Esse tipo de preocupação é um tipo de preocupação que eu acho que deve estar presente, habitar todos aqueles que tem alguma coisa a ver com agricultura, sobretudo se a agricultura menor chamada agricultura familiar ou agricultura da Reforma Agrária. Então é um tema que eu acho que mereceria uma reflexão. Trago esse tema, sei que não é exatamente o tema da audiência, mas os senhores como estão muito presentes nesse tipo de, digamos assim, de agricultura hoje, eu gostaria de deixar aqui uma pergunta geral para todos. Como é que os senhores estão vendo a evolução, se é que existe das produtividades, das produções nessas áreas que foram desapropriadas, que foram assentadas, e se de fato isso no que diz respeito produção a agrícola mesmo para consumo familiar tem valido a pena, tem trazido alguma contribuição para a produção nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado a participação Senador João Tenório. E pela ordem de inscrição, Senador Pedro Simon. V.Exª quer trocar?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): E também eu gostaria de registrar a presença do eminente Deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Ibsen Pinheiro, que nos visita. Muita alegria. Muito obrigado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS): Sr. Presidente, eu vejo com muita alegria essa reunião. Felicito V.Exª, os Senadores, os ilustres membros desse debate. E acho que nós estamos iniciando meio assim, meio tímido, cá entre nós poucos Parlamentares, que coincidiu com o grande debate que está lá na Comissão de Justiça sobre o regimento do Conselho de Ética, mas eu creio que estamos começando. Acho que a reunião realizada lá na Câmara dos Deputados envolvendo todas as entidades estaduais e a nacional debatendo essa matéria e o lançamento da Frente foi muito importante, creio que agora é dar objetividade.

O nosso bravo companheiro que é um lutador e durante muito tempo no Senado que era praticamente um lutador isolado, nós não tínhamos Comissão de Agricultura no Senado, a agricultura era tratada na Comissão de Economia e Finanças como último porão. Não lembro de ter convocado o Ministro da Agricultura para ir lá. Era tanta coisa para discutir, para debater. O Senado não tinha um debate sobre o problema da agricultura. Hoje nós temos. E na Presidência um homem que nem como V.Exª, dedicado à matéria, acho que vamos iniciar. Acho que quando apresenta a proposta de nós elevarmos 7,5 para 30% a contribuição da União acho que já é um fato excepcional. E acho que nós devemos levar porque é uma questão de honra. Porque realmente a manifestação feita aqui e às vezes fico pensando o que é que levou a destruição da EMBRATER. Quer dizer, quando nós assumimos o Ministério da Agricultura, já havia um movimento nesse sentido. Quer dizer, quando eu fui chamado pelo Governo, eu digo, mas de jeito nenhum, isso é uma loucura. Fui surpreendido pela decisão que eu também não sabia. E que fiquei sabendo e a bonita reação do Congresso de rejeitar. E a lei do Collor até hoje eu não entendi o que houve. Que a votação foi de um jeito, de repente... Também não entendi. Mas a verdade é que a EMBRATER era um órgão enxuto, absolutamente enxuto, e que fazia a coordenação a nível nacional. O Governo Federal dava 50%, os governos estaduais davam 50% e de uma hora sem explicar o porquê extinguiram e o Governo Federal passou a dar zero praticamente para as EMATER. Eu não consigo, até hoje não entendo o que foi que aconteceu que levou aquela situação.

Eu acho que a reação das EMATERs nos Estados, e quando elas se reuniram para criar um órgão

que representa nacionalmente, mas que na verdade não tem peso político nem financeiro, tem peso político a nível de Estados, mas não tem peso político a nível nacional. Se não tiver uma co-representação que lhe dê à altura a verba necessária.

O senhor me perdoe, ilustre Dr. Argileu, eu não consegui entender muito por que é que a extensão rural e por que é que a agricultura familiar foi para o Ministério da Reforma Agrária. Quando eu tive no Ministério da Agricultura, eu claro que eu sentia e perguntava por que é que o café está lá e não está aqui na agricultura? Por que é que o cacau... Perdão, por que é que a cana-de-açúcar estão lá na indústria e comércio e não estão aqui na agricultura? Não tinha. Eu não via lógica nisso. Mas eram setores fortes, e davam muito dinheiro, destinado a exportação, e de repente veio. O Ministério da Agricultura trouxe o café, e trouxe a cana-de-açúcar. Está lá no Ministério da Agricultura. Mas aí, em vez da cana-de-açúcar e do café virem para cá para agricultura e fazerem parte da agricultura, na verdade a agricultura é que se entrosou com o café e com o açúcar, e despreocupou-se, quer dizer, não digo despreocupou-se, mas abriu mão da agricultura familiar. E abriu mão da extensão rural para o Ministério da Reforma Agrária. Eu fui um dos defensores, nós estávamos lá no gabinete do Ministro Tancredo quando nós discutimos a criação do Ministério da Reforma Agrária. Da maior importância. De maior significado. E se criou o Ministério. O Nelson, Ministro da Reforma Agrária lá do Pará, que foi uma coisa muito interessante, porque quando... Deu tudo errado, começa com o Sarney, o Tancredo não assumiu. Mas quando ele fez o Ministério dele e teve um almoço na manchete veio o Ministro da Reforma Agrária, o Cabral, Senador do Amazonas, só que ele veio e quando ele chegou aqui para a reunião já estava o Nelson, a CNBB tinha imposto que o Cabral participou já não sendo mais. Eu me lembro que nós fizemos uma reunião longa entre o Ministério da Reforma Agrária e o Ministério da Agricultura. Onde se estabeleceu um convênio, um entendimento, onde todos os serviços do Ministério da Agricultura, que o Ministério da Reforma Agrária não tinha, estariam à disposição, faria um entendimento junto com a Reforma Agrária, onde as extensões, as terras desapropriadas, as terras que fossem feitas a Reforma Agrária, todos os serviços que o Ministério da Agricultura teriam seriam colocado à disposição.

Agora, levar a extensão rural e levar a agricultura familiar para o Ministério da Reforma Agrária são duas coisas conflitantes. Não são a mesma coisa. Uma coisa é o que já existe, o que já tem. E outra coisa é a Reforma Agrária onde tem que ter um apoio, tem que ter um estímulo. Mas são duas coisas diferentes. E o que eu vejo é que o Ministério da Reforma Agrária hoje está praticamente fora. E o... Perdão, o Ministério da Agricultura está completamente fora da agricultura familiar, e o Ministério da Reforma Agrária está dentro, mas com dois pontos até onde ele vai com agricultura familiar e com extensão rural. E esquece da Reforma Agrária. E até onde ele vai com a Reforma Agrária e esquece da extensão rural. E quando é que pode fazer as duas coisas ao mesmo tempo? Por isso eu acho que esse debate deve ser feito. Eu ainda sou daqueles que defendo que um órgão que nem a EMBRATER poderia ser criado. Porque ele deixou um vazio que eu acho importante. Mas, acho que não adianta chorar sobre o leite derramado, mas nós temos que a essa altura lutar por coisas concretas. E a primeira é a que tu levantasses aqui. Se nós aumentarmos de 7,5 para 30% a participação do Governo Federal na extensão rural, acho que é a coisa mais importante que nós podemos fazer. Acho que essa é a grande bandeira imediata. Para o orçamento que vem nós vamos fazer esse aumento. E quero dizer que o diálogo com as EMATERs e o diálogo com a Associação Nacional que eles criaram, nós devemos fazer permanentemente. E nós temos aqui junto com a Câmara, porque a Câmara, a Comissão da Agricultura tem muito mais força que nós, tem muito mais tradição, muito mais história, muito mais batalha de luta, nós entrarmos nessa caminhada que eu acho que nós temos toda as condições de chegar lá.

Estou aqui a disposição, acho que temos condições de levar adiante, você em primeiro lugar pela tua experiência, pela tua história, acho que é uma caminhada que vale a pena. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Eminente Senador pelo Rio Grande do Sul, e Vice-Presidente da Frente Parlamentar. Eu queria dizer que, até para responder de que o nosso Senador Jonas Pinheiro é o Relator das Emendas dos Parlamentares da Comissão da Agricultura que se fechará nos próximos dias.

Ouviremos agora a Senadora pelo Mato Grosso do Sul, Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigada, Sr. Presidente. Eu quero cumprimentar os nossos convidados, expositores da manhã. Mas eu vim aqui por uma razão, embora faça parte dessa Comissão, deixei a Comissão de Educação que também eu sou titular para discutir uma coisa que me preocupa muito a respeito da assistência técnica e da extensão rural. É o problema dos nossos assentamentos. Em Mato Grosso do Sul, nós temos hoje uma... Um dos maiores assentamentos do País, sediado na Fazenda Itamaraty na fronteira com o Paraguai. Era uma das fazendas, a maior fazenda continua de soja do mun-

do, com produtividade altíssima, e hoje nós estamos tendo problemas seriíssimos na Fazenda Itamaraty. Os assentados não conseguem plantar o suficiente, nem colher. As notícias todas das pesquisas feitas é que nós estamos transformando aquilo numa área de prostituição, de grandes problemas de drogas e tráfico porque fica na fronteira com o Paraguai que também é outro problema que temos que verificar nesses nossos assentamentos, quando a gente não tem o devido cuidado com eles, como é o caso de Japorã na fronteira com o Paraguai, que nós temos o problema lá da febre aftosa em toda aquela região, Japorã, El Dorado e Mundo Novo, na fronteira com o Paraguai também, e temos que olhar não só a questão social, a questão agrícola, e a questão de sanidade animal que para nós é um grande problema no nosso Estado.

Eu estou colocando esses problemas porque nos preocupa muito. Não adianta a gente tentar fazer novos "guetos" sociais em diversos assentamentos por esse mundão de Brasil, quando a gente não dá a devida assistência a que eles possam produzir e colher. Eu tenho minhas dificuldades em achar que um assentamento a agricultura familiar só é suficiente. É necessário que a gente dê a todos os assentados condições de produzir mais do que aquilo só que ele consome. Se não ele nunca vai sair da situação que está. Nunca vai poder crescer, ele nunca vai poder ser produtivo suficiente porque ele só tem a agricultura familiar o suficiente para ele poder sobreviver.

Portanto, eu acredito que é muito importante a assistência técnica. Não acredito num assentamento que não tenha assistência técnica efetiva lá na ponta para fazer com que os assentados tenham condições de produzir. E eu não digo isso apenas por ouvir dizer. Por conhecer a realidade do meu Estado dos assentamentos que eu tenho visitado. Dos problemas principalmente na área de fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, onde está Mato Grosso do Sul.

Portanto, eu queria fazer essa colocação. Não seria nem um questionamento. Mas seria uma constatação de como as EMATERs são importantes, de como a assistência técnica é importante, de como a extensão rural é fundamental para que a gente possa ter qualquer modelo que seja nessa área.

Eu quis fazer essa constatação, Sr. Presidente, pelas preocupações com quantidades de assentamentos que eu vejo no meu Estado em situação pré-falimentar. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado pela intervenção, Senadora Marisa Serrano. Gostaria também de fazer breves palavras, além de saudar os Srs. Senadores, a Srª. Senadora, e cumprimentar e anunciar aqui as presenças de Carlos Magno, Presidente da EMATER, Distrito Federal, estão com nós Murilo Flores, Presidente da EPAGRI, Santa Catarina, meu Estado, Nivaldo Moreno, Presidente da EMATER da Paraíba, de Pernambuco acho que é. Paraíba, desculpe. Mário Nascimento, Presidente da EMATER do Rio Grande do Sul, Leôncio Pinheiro, Presidente da EMATER de Mato Grosso, Ruy Carlos, Diretor Técnico do IPA de Pernambuco, Maria da Conceição, Coordenadora da FAZER(F), Francisco Coporal, Coordenador-Geral da APER(F) MDA, Ana Luiza Spinelli, coordenadora da extensão do CA, da Presidência da República, Hubner Correia, Presidente da Academia Brasileira de Extensão Rural. Muito obrigado pelas presenças, também incentiva esse trabalho que nos dão a honra de estarem com nós.

Cumprimentando os três palestrantes, queria dizer de que realmente embora a extensão rural tem dado aos Estados que mantiveram, como foi Rio Grande do Sul, Paraná, e principalmente o meu Estado de Santa Catarina, uma contribuição fantástica para o meio rural. Nós que somos um Estado de pequenas propriedades rurais, ele tem datado uma resposta fantástica principalmente pelas empresas que lá o Governo mantém, como é o caso da EPRAGRI, e junto com a CIDASC, nós conseguimos através dessas duas empresas, quando tem escritório em todos os Municípios do Estado, ir por um trabalho muito forte, num passado quando eu Secretário da Agricultura nós íamos nas propriedades rurais às vezes com a polícia para podermos vacinar os rebanhos, e graças a esse trabalho das empresas e do Governo, hoje nós somos o único Estado do Brasil e da América Latina livre de febre aftosa, com certificação internacional principalmente para a venda de carnes bovina e suínas. Sem a vacinação. Mas foi um trabalho de muitos anos e de... E com educação e com a extensão presente em todas propriedades rurais. Isso faz com que para ter a dimensão em que nós podemos hoje oferecer, entrar em todos os mercados do mundo, com produto através da isenção, da moléstia da febre aftosa, sem vacinação em Santa Catarina. E primeiro Estado do Brasil, esperamos que os demais alcance através desse trabalho que é moroso, lento, muito... Com muita persistência, mas seguramente com eficácia. Se essas casas rurais das suas EMATER, das suas empresas elas têm uma grande responsabilidade nesse sentido.

Outro lado, nós vivemos também problemas sérios, e talvez o mais sério que nós vivemos na pequena propriedade rural hoje é o meio ambiente. E se nós não encontrarmos nos associando todos numa voz muito forte buscarmos uma nova legislação atualizada para o momento que vivemos, para ter uma idéia, os Senadores, nós temos hoje os biomas de

altitudes, acima de 850 metros do nível do mar. É o caso de Santa Catarina e seu interior. Nós não podemos plantar uva, maçã, pêra, porque vamos substituir a macega. A macega que tem... rasteira, que está lá e que precisa três hectares para manter um boi no Planalto Serrano, e nós estamos alterando para as culturas tradicionais. Nós temos que buscar caminho para a pequena produção rural. O agricultor que divide pela morte e divide com seus herdeiros, tem que dar 20% sobre propriedade para as reservas legais e ainda conservar 30 metros ao longo dos rios, fica sem propriedade para plantar. Estamos falando em Reforma Agrária. Então acho que um dos grandes temas e dos grandes debates que nós temos que encontrar é regionalizar a legislação do meio ambiente. Nós não podemos ter uma lei para o Amazonas, para o Pará, Mato Grosso, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul iguais. Até estadualizá-la para que o Estado busque dentro dos seus... Da sua cultura, do homem que vive do campo, da sua realidade, uma Legislação forte para que nós não sejamos molestados e quando eu falo molestados, e até às vezes armado com a polícia ambiental, com o Ministério Público, e que eles estão com a lei na mão. Nós temos que ter a capacidade de fazer essas alterações. Eu diria ainda--

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, eu preciso fazer uma intervenção. Sr. Presidente, no dia 25 de junho de 1996, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, por indução do Ministro Zequinha Sarney, e não sei quem o induziu, baixou uma Medida Provisória. Já são 11 anos. Portanto, Medida Provisória é algo que seja urgente e relevante. Se este é relevante, não é urgente. Essa Medida Provisória que está molestando a Amazônia, o centro-oeste, e o sul do País, o nordeste, qualquer que seja o lugar essa Medida Provisória está dando enorme prejuízo ao povo brasileiro. O que precisamos, de fato, e isso o Congresso Nacional é o culpado disso, nós votamos essa Medida Provisória, ela tem projeto de conversão pronta, está aprovado na Comissão específica e nós não conseguimos votar essa Medida Provisória porque não houve interesse no Governo Fernando Henrique Cardoso e não há interesse no Governo Lula. Não há interesse de votar. Quer dizer, a Ministra Marina não coloca para votar essa Medida Provisória no Congresso Nacional, que tem que ser votada conforme era na época que ela foi editada.

Então, eu acho que essa Comissão tem muita coisa a ver com ela. Com essa Medida Provisória. A Comissão de agricultura, a Comissão de Meio Ambiente, temos que nos reunir e votar essa Medida Provisória porque ela é um desafio que nós temos para a tranqüilidade do proprietário brasileiro. Seja pequeno, grande ou médio. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado pela intervenção, e nós desde já estamos pedindo à nossa Assessoria que traga essa Medida Provisória para a Comissão para analisarmos. 2.166, vamos traga para cá e vamos ver o que nós podemos fazer. Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Sr. Presidente, eu gostaria de registrar a minha satisfação pela... Pelo tema que V.Exª traz aqui tão oportuno, tão lúcido, de uma maneira tão lúcida que essa questão da diversidade brasileira. Na verdade, o Brasil não é um Brasil só. São Brasis. E a coisa mais ilógica que existe, pode existir uma legislação única sobre qualquer coisa. Sobre qualquer coisa. Que contemple igualmente o sul do País, o centro-oeste do País, o nordeste brasileiro, o qual eu pertenço, somos quase vizinhos lá. E o bioma amazônico, enfim, nós temos regiões muito diferentes para ter um tratamento idêntico. Seja lá em que tema for. Fiscal, ambiental, enfim, qualquer coisa que venha tentar contemplar, entender o Brasil como uma coisa única o que não é verdade.

Então V.Exª traz aqui de uma maneira muito lúcida uma questão que eu acho que é absolutamente válido. Só quem não conhece Ribeirão Preto e Coité do Nóia, Ribeirão Preto em São Paulo, e Coité do Nóia na minha terrinha, Alagoas, é que pode imaginar que é possível se estabelecer regras idênticas para um Brasil tão diferente quanto esse. É absolutamente impossível. Só quem não conhece a bacia leiteira de Alagoas e o triângulo mineiro, não entende que V.Exª está pleno de razão quando propõe diferenças em tudo aquilo que vem a ser feito, de um modo geral para esse País. Mas, sobretudo, e particularmente no que diz respeito às questões ambientais e as questões de agricultura de modo geral, e Reforma Agrária, enfim.

Então eu gostaria de saudar V.Exª porque entendo que esse tema é da maior relevância, V.Exª trouxe com uma nitidez muito grande e satisfaz plenamente os interesses nacionais. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Senador João Tenório. Eu agradecendo essas palavras pelo adiantado do tema, vamos ouvir os nossos palestrantes, e também que cada um arrende dar algumas respostas, faça seu encerramento. Com a palavra o Sr. Argileu Martins da Silva.

SR. ARGILEU MARTINS DA SILVA: Bem, Srs. Senadores, nós poderemos inicialmente agradecer ao Senador Jonas Pinheiro pelo empenho que ele tem feito e na contribuição que tem dado para o fortalecimento da extensão rural brasileira, para esse renascimento

e especificamente o trabalho que ele tem feito no Estado Mato Grosso, onde estivemos recentemente com o Governador daquele Estado negociando o que nós chamamos de parceria inteligente do Governo Federal com o Governo Estadual para termos ali um serviço inclusive que dá vazão ao que disse aqui a Senadora Marisa Serrano. Nós sabemos que um dos problemas dos assentamentos da Reforma Agrária no Brasil é a questão do conhecimento e da tecnologia. E os Estados, Sr. Senador Neuto, que principalmente os Estados do centro-oeste tem muito mais assentados normalmente do que agricultores familiares tradicionais. E é importante essa visão que a Senadora trouxe aqui dessa necessidade. E daí os nossos cumprimentos ao Senador Jonas Pinheiro pelo trabalho que ele tem feito de fortalecimento da INPAER do Mato Grosso. Dizer para o Senador João Tenório, que já estivemos por três vezes com o Governador lá do Estado de Alagoas, e com o Secretário de Agricultura daquele Estado, o Secretário Alexandre Toledo, porque estamos construindo toda uma estratégia de fortalecimento da extensão rural daquele Estado. E dizer que as fazendas que estão fazendo agronegócio elas não são passíveis de desapropriação em nenhum sentido.

Com relação ao Senador Pedro Simon, eu diria na pergunta dele que quando ele pergunta por que é que a cana e o café foram para o Medic(F) e a agricultura familiar ficou no Ministério do Desenvolvimento Agrário, talvez pela afirmação que ele fez. O setor da cana e do café são setores ricos. Pujantes, de muita mobilização e movimentação financeira econômica. A agricultura familiar é tido mesmo que equivocadamente como setor dos pobres e talvez por isso tenha ficado no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Mas nós acreditamos e acabamos de publicar dois documentos, um livro que já está disponível que é o PIB da agricultura familiar, e eu gostaria que essa Casa pudesse na permissão do senhor nós pudéssemos junto com o nosso Assessor Parlamentar do Ministério distribuir para os membros dessa Comissão essa publicação que mostra a força desses agricultores que já foram chamados e foram estereotipados no Brasil inclusive como Jeca Tatu, pelo saudoso Monteiro Lobato, mas ficou esse estereótipo e que muito deprecia o pão nosso de cada dia.

Portanto, a divisão ela é muito didática. A agricultura familiar no Ministério do Desenvolvimento Agrário produziu, conforme apresentação que fizemos um conjunto de políticas agrícolas clássicas e outros de políticas que eu chamo de inovadoras e que está permitindo e temos alguns dados já publicados a própria Folha de São Paulo publicou nos últimos 60 dias pelo menos quatro matérias que mostram pessoas de São Paulo voltando para o nordeste porque agora tem o PRONAF, tem assistência técnica, tem uma forma de viabilização econômica das famílias naqueles Estados. Então eu diria que a divisão é muito mais didática. E essa divisão didática tem surtido grandes efeitos e está aqui a EMBRAER que pode, acredito eu, pela força das EMATERs no Brasil afora testemunhar isso. E diria para encerrar que nós concordamos plenamente com a Senadora Marisa Serrano, porque entendemos que a Reforma Agrária e os assentamentos de Reforma Agrária sem conhecimento, sem tecnologia realmente não se viabilizam.

E finalmente, Senador, nós comungamos a sua preocupação na questão ambiental, temos hoje no Brasil inteiro um conjunto de agricultores familiares sendo notificados pelo Ministério Público para remontar a sua reserva legal, e compreendemos até porque somos de uma região também que tem muito minifúndio, somos filhos de trabalhador rural, meu pai era vaqueiro e por isso numa pequena propriedade tinha que desenvolver uma pecuária e sabemos que isso não é fácil. Apesar de ter nos criado e formado com essa pequena propriedade. E mais uma vez as nossas considerações finais o cumprimentando, colocando o nosso departamento, a nossa Secretaria, o nosso Ministério a disposição dessa Comissão para discutir e aprofundar com Assessoria dessa Comissão todos esses temas que aqui foram levantados, e inclusive o crescimento do orçamento. Eu confesso que a apresentação que eu fiz eu não a gravei corretamente. Por isso tem algumas coisas que eu deveria ter trazido e não as trouxe, mas foi na correria hoje pela manhã que nós estamos a disposição da Assessoria dessa Comissão para incluir no programa do PPA toda essa possibilidade de atender a proposição que traz aqui para a ASBRAER e que já entendi pelos pronunciamentos feitos pelos Srs. Senadores que ela está sendo acatada. Então o nosso departamento, a nossa Secretaria está a disposição para aprofundar essa conversa e esse discurso mais técnico com a Assessoria dessa Comissão. E dizer que nós temos um estudo que seria muito importante que a Assessoria da Comissão conhecesse, nós queremos disponibilizá-la, diga-se de passagem, ele está aqui no meu pen drive. Já pode deixar aqui que mostra o estudo dos 30 Municípios que mais aplicaram o PRONAF em sete Estados brasileiros, inclusive o Estado de V.Exª. E mostra a dinâmica econômica que mostra a estabilidade demográfica nesses Município que mais estão aplicando créditos do PRONAF e com certeza contam com bons serviço de assistência técnica. É importante mostrar a dinâmica econômica, o estudo mostra a dinâmica econômica desses Municípios, o aumento da receita municipal, a estabilidade demográfica, alguns estão crescendo o número de habitantes e evidente-

mente o crescimento da produção, da produtividade dos 30 Municípios que mais aplicaram os créditos do PRONAF de 2001 a 2004. E esse estudo está à disposição da Assessoria dessa Comissão e repito está aqui no meu pen drive, nós já podemos deixar aí no computador dessa Assessoria.

Enfim, mais uma vez, cumprimentá-lo e ao cumprimentá-lo cumprimentar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado por essa iniciativa que muito contribui com aquilo que nós estamos efetivamente, concretamente fazendo no Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Secretaria da Agricultura Familiar, e no Departamento Nacional Técnica de Extensão Rural para fortalecer a nossa agricultura para produzir desenvolvimento com sustentabilidade no meio rural brasileiro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado pela presença, e pelas importantes matérias trazidas para o conhecimento dessa Comissão. Ouviremos de imediato então o José da Silva Soares.

SR. JOSÉ SILVA SOARES: Eu inicio fazendo... primeiro agradecendo aqui cumprimentando o Senador Jonas Pinheiro como extensionista pelo trabalho que ele tem feito, e também queria concordar com o Senador Neuto de Conto que acho que a legislação brasileira ela tem que ser regionalizada, e reforço as palavras do Dr. Argileu também. Em relação ao que disse a Senadora Marisa Serrano são dois pontos que eu colocaria, eu visitei pessoalmente lá o assentamento que ela citou e concordo plenamente com ela que o sistema produtivo lá que tem que ser mudado é sistema todo mecanizado, de grande escala, e aquele sistema de produção que está lá é inviável para a Reforma Agrária, a pequena propriedade, todo para pivô central, produção de grãos, e do jeito que está lá realmente nós teremos problemas. E o segundo ponto que ela deixou e acho que é fundamental para nós é que realmente não há possibilidade de haver sucesso da Reforma Agrária nem êxito se não tiver assistência técnica e extensão rural. Então acho que ela deixa a seleção para nós também que eu concordo plenamente com ela que é preciso ter. Também queria aqui agradecer o Senador Pedro Simon, e ele deixou dois pontos fundamentais. Palavras fortes de que a questão do aumento do recurso é uma questão de honra para todos nós. Eu fico feliz de todos os Senadores ter comprado essa idéia e também da forma de repasse dos recursos que tanto foi colocado pelo MDA como foi colocado por nós da ASBRAER.

E em relação ao que disse o Senador Tenório, acho que é preciso a gente dizer que a agricultura familiar hoje é uma nova agricultura familiar. Ela não é símbolo de atraso mais, e que o agricultor também que vai para a Reforma Agrária ele precisa de todo o apoio que ele citou, mas ele também se transforma no agricultor familiar. Mais uma vez reforço a importância da extensão rural.

Senador, agradeço imensamente ao senhor, sei que a presença do senhor e a participação e a história de vida e história de liderança do senhor só nos faz acreditar que cada dia mais nós podemos acreditar em homens públicos brasileiros como o senhor e que tem marcado presença fundamental. E foi dos primeiros, junto com o Senador Jonas Pinheiro a comprar a idéia da Frente Parlamentar, esteve presente, pediu, foi o autor dessa audiência aqui, inclusive antes da criação da Frente, então eu agradeço em nome de todos os extensionistas brasileiros e agradeço a presença de todos que estão aqui presentes que mostra cada dia mais que a extensão vem conquistando o espaço que ela merece.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Com a palavra o Dr. Luís Cláudio Macedo.

SR. LUÍS CLÁUDIO MACEDO: Nossas palavras de encerramento foi muito mais de agradecimento, mais uma vez, Senador, pela brilhante iniciativa. Voltar a dizer que a extensão voltou ao Congresso Nacional de forma brilhante aqui nessa Comissão, e eu tenho também absoluta certeza que aquilo que foi colocado como o mais importante dessa pauta, ou seja, a necessidade de participação maior do Governo Federal nos orçamentos da extensão rural, a definição de uma nova forma de repasse ou de financiamento dessa atividade da extensão, que é uma atividade continuada e mais com algumas palavras que foram colocadas aqui, tanto pela Senadora Marisa como pelo Senador João Tenório, é de que a Reforma Agrária no Brasil ela passa também pelo componente de fortalecimento da extensão rural pública, porque não é apenas adquirindo terras e colocando pessoas em um mesmo espaço que se vai encontrar a viabilidade já que existe todo um processo por trás de organização, de outros procedimentos que o assentamento requer e pela falta de continuidade da assistência hoje existente e em quantidade e qualidade, certamente nós vamos ao invés de estar criando solução, estarmos criando problemas.

Agradecer também ao Senador Jonas Pinheiro pelo seu passado histórico de extensionista, símbolo da extensão aqui no Senado Federal, e pedir o apoio que o senhor, V.Exª possa continuar nos apoiando nessa empreitada que ela é devagar, mas ela é sustentada em bases sólidas e que está sendo feita por gente, por homens e mulheres sérias e que são comprometidas com o desenvolvimento desse País.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente. Eu só queria fazer um apelo, porque está marcado que nós devemos apresentar as Emendas para a Lei Orçamentária a partir do dia primeiro e vai até o dia 3... Marcelo? Até dia 8?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Então a Comissão vota no dia 6.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Dia 8 em que ser entregue.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Eu preciso fazer um apelo para a EMBRAER e para o Ministério do Desenvolvimento Agrário que mande a Assessoria para junto com a minha Assessoria, com o Dr. Paulo Fanele(F) que é também um grande extensionista, possa redigir a Emenda ao orçamento da União que devemos fazer através da Comissão da Agricultura presidida pelo Senador Neuto de Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado. Quero agradecer os três palestrantes, muito obrigado pela presença, pelo debate, pela matéria trazida. Aos senhores visitantes das EMATER de todo o País. Srs. Senadores, senhoras e senhores, e nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h32.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 25ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE OUTUBRO DE 2007.

Às quinze horas e trinta e seis minutos do dia vinte e quatro de outubro de dois mil e sete, na sala 19, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **OSMAR DIAS, DELCÍDIO AMARAL, VALDIR RAUPP, ANTONIO CARLOS VALADARES, PAULO PAIM, HERÁCLITO FORTES, KATIA ABREU, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MÃO SANTA, SIBÁ MACHADO e JOÃO TENÓRIO.** O Senhor Presidente da Comissão, Senador **NEUTO DE CONTO**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de deliberar sobre as 5(cinco) as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA ao **PL nº 31/2007 - CN, Plano Plurianual (PPA) 2008-2011**. Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre as nove emendas apresentadas, as cinco representantes da Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador Osmar Dias, as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CRA – 6003 – Ação: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Aquisição de Patrulha Agrícola e Equipamentos Mecânicos. MAPA - Valor: R$ 800.000.000,00. Emenda nº 2-CRA – 0357-Ação: Segurança da Sanidade na Agropecuária – Erradicação da Febre Aftosa. MAPA - Valor: R$ 628.386.000,00. Emenda nº 3-CRA– 1116 - Ação: Crédito Fundiário – Estruturação de Assentamentos em Investimentos Comunitários – Combate à Pobreza Rural. MDA - Valor: R$ 854.271.549,00. Emenda n° 4-CRA – 6003 - Ação: Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário. MAPA - Valor: R$ 600.000.000,00. Emenda nº 5-CRA – 0351-Ação: Agricultura Familiar - PRONAF – Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar- PAA. MDA - Valor: R$ 2.000.000.00,00.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinqüenta e um minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO,** Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 25ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do plenário é dada como aprovada. Aprovada.

Comunico à Comissão que o prazo para apresentação de emendas do Projeto de Lei nº 30 de 2007 CN Orçamento 2008 será de 29 de outubro a 1º de novembro do corrente ano.

Informo ainda que a apreciação das emendas da Comissão ao orçamento, ou seja, a discussão e votação está agendada para o dia 6 de novembro corrente, terça-feira às 15h e que o relator é o Senador Jonas Pinheiro.

A presente reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal ao PL nº 31/2007 CN Plano Plurianual 2008/2011. Esclareço que foram apresentadas nove emendas ao PPA conforme o quadro, bem como, todas as emendas recebidas nesta Comissão que se encontra sobre as bancadas.

Com a palavra o Relator Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, em primeiro lugar agradeço a indicação para relatar as emendas ao PPA. E essa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebeu no prazo estabelecido na convocação nove propostas de emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 31 de 2007 projeto sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008/2011 e aí as emendas que foram apresentadas são: primeiro o Senador Paulo Paim apresentou uma emenda propondo para a patrulha agrícola no programa apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário. O Senador Flexa Ribeiro apresentou uma emenda energização rural apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário. O Senador Flexa Ribeiro ainda apresentou a terceira emenda aquisição de alimentos da agricultura familiar acesso à alimentação. O Senador Flexa Ribeiro apresentou a quarta emenda erradicação da febre aftosa, segurança da sanidade na agropecuária. O Senador Flexa Ribeiro também apresentou para a agricultura familiar para o PRONAF, o Programa PRONAF. O Senador Flexa Ribeiro também apresentou a sexta: desenvolvimento sustentável dos territórios rurais dentro do próprio programa. O Senador Romero Jucá crédito fundiário para o Programa Crédito Fundiário. O Senador Romero Jucá ainda apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário ao mesmo programa. O Senador Sibá Machado incentiva a comercialização da agricultura familiar.

Primeiro, Sr. Presidente, é preciso ressaltar que a Comissão de Agricultura nos termos do art. 97 e da Resolução nº 01 de 2006 pode apresentar até cinco emendas relativas às matérias que lhes sejam afetas regimentalmente. Nós recebemos nove, portanto, temos o direito de apresentar ao PPA cinco. Análise por nós empreendida focalizou inicialmente o exame da adequação das propostas de emendas apresentadas às disposições da legislação vigente, especialmente, no que diz respeito à área de competência da Comissão e ao final o mérito de cada uma delas. Diante do número de propostas: nove, todas de inegável mérito, adotamos os seguintes critérios para a seleção das cinco emendas a serem apresentadas pela Comissão. A) o provável impacto que a ação trará ao setor agropecuário nacional. B) o caráter estruturante que a ação possui junto a outros setores. E C) a manutenção da coerência com a programação encaminhada pelo Poder Executivo.

Assim aglutinamos e esse aqui é importante agora, principalmente, o Senador Flexa Ribeiro e o Senador Sibá Machado que estão aqui presentes, autores das emendas. Nós aglutinamos as emendas de nº 3, 5 e 9, acima de tudo, o objeto somando os respectivos valores. Não foi isso que nós fizemos. Nós não somamos. Eu peço para corrigir essa frase do relatório porque, na verdade, o que nós fizemos foi estabelecer um valor intermediário entre as emendas propostas.

Então nós estamos propondo dois bilhões. Se houver aqui a discordância, os Senadores que fizeram a proposta de emenda têm a liberdade e eu faço a correção nessa proposta que estou encaminhando. Mas é importante que os Senadores prestem atenção nessa aglutinação das emendas 3, 5 e 9 acatando as emendas, portanto, do Senador Flexa Ribeiro, duas do Flexa e uma do Senador Sibá Machado, apenas o valor que é diferente de todas as três que nós estabelecemos um valor de 2 bilhões, porque se somássemos seria mais de cinco, mas não é coerente somar também, porque se o Senador está propondo aquele é o que ele acha que é suficiente, então nós ficamos num valor intermediário.

Por fim rejeitamos as emendas de nº 2 e 6 a despeito do mérito ressaltando que ações propostas já estão contempladas no projeto encaminhado pelo Poder Executivo. Então com base nesses critérios propomos a seguinte distribuição de emenda por unidade orçamentária e ação. Primeiro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nós estamos propondo no programa apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário, aquisição de patrulha agrícola. Eu tomei a liberdade de acrescentar aí e equipamentos mecânicos. A emenda original não contemplava isso e o valor da emenda original era de 10 milhões o que dava 40 milhões em quatro anos. Então eu aumentei para 800 milhões, 200 por ano e acrescentei equipamentos mecânicos, porque tem muitos municípios e áreas rurais que necessitam de tratores, outros necessitam de caminhões vasculantes e outros equipamento mecânicos, que se nós ampliarmos aqui o leque nós podemos incorporar nessa emenda de 800 milhões de reais. A segunda emenda dentro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento segurança da sanidade na agropecuária. Aqui é uma emenda do Senador Flexa Ribeiro que nós mantivemos, inclusive, o valor porque é coerente. E aqui eu queria ter acrescentado e não foi possível em função da legislação uma nova atividade que é a rastreabilidade do rebanho brasileiro porque há uma exigência, o Presidente Neuto De Conto sabe disso, dos países importadores de animais rastreados nas importações. E o Brasil se não tomar cuidado e agir rapidamente no sentido de fazer a rastreabilidade do rebanho bovino poderá ficar fora do mercado e perder, por isso, um setor importante que é o setor de carnes. Então não deu. Mas eu acabo de conversar com o Presidente da Comissão Senador Neuto De Conto nós vamos, em conjunto, apresentar uma emenda ao

orçamento que é a próxima etapa contendo esse item e nós vamos elaborar de acordo com dados técnicos que eu tenho e que vou submeter então à Comissão futuramente.

Fico então só para febre aftosa, segurança da sanidade da agropecuária; eu acho que isso aqui o próprio Ministério vai destinar para febre aftosa e outras doenças porque é abrangente à sanidade. Terceiro: crédito fundiário é do Senador Romero Jucá, estruturação de assentamentos e investimentos comunitários, combate à pobreza, mantivemos o valor original 854.549, quatro mapa também apoio do desenvolvimento do setor agropecuário, apoio a projeto do desenvolvimento do setor agropecuário 600 milhões e, por último, a quinta emenda do Senador Sibá Machado e Flexa Ribeiro para agricultura familiar aquisição de alimentos à agricultura familiar 2 bilhões. Em síntese, se procurou dentro das naturais limitações utilizar critérios justos para priorizar as ações que figuram mais relevantes no momento atual.

Diante do exposto votamos para que essa Comissão de Agricultura e Reforma Agrária delibere pela apresentação das seguintes emendas que consta do quadro apresentado. Propomos ainda que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder as adequações que sejam necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

É esse, Sr. Presidente, o meu relatório em relação às emendas apresentadas ao PPA.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, o senhor me permite é porque eu sou o próximo a falar. E estou quase perdendo o meu horário.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Senador Osmar Dias. Em discussão o relatório apresentado pelo Senador Osmar Dias. E passamos a palavra então ao Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Em primeiro lugar para agradecer e parabenizar o relatório preciso, eu acho que corrigiu qualquer tipo de entendimento distorcido que poderia ter.

Segundo lugar eu queria sugerir ao relator e ao Senador Flexa Ribeiro a seguinte questão: é que na aquisição de alimentos, é um trabalho também que a Conab faz e que no caso o Ministério do Desenvolvimento Agrário não tem este programa no seu interior. Então se ele ficar no MDS, que no seu projeto inicial... É MDA ou MDS?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: MDA.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): MDA também? Então iria tudo para o MDA. Ah, não então está resolvido. Sem problema então. É que eu vi MDS aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continuando a discussão o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu quero parabenizar o Senador Osmar Dias que foi o relator das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e pela forma inteligente que ele conseguiu ao aglutinar as propostas de emenda que chegaram à Comissão atender, praticamente todo o setor da agricultura e da reforma agrária.

Agradecer o atendimento das emendas de nossa autoria que são suas também e de toda a Comissão, porque nós estamos aqui colocando no PPA um instrumento da maior importância para que o Governo possa, ao longo dos próximos quatro anos, desenvolver projetos da maior importância para o desenvolvimento dos agronegócios no Brasil e também para o atendimento da agricultura familiar.

Quero parabenizar ao relator e ao Presidente Senador Neuto De Conto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Senador Flexa Ribeiro. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

As emendas aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Antes de encerrar eu gostaria de registrar, Srs. Senadores, que nós vamos receber as emendas do orçamento. A comissão, Senador Flexa Ribeiro, João Tenório, só para comunicar que a Comissão tem direito a oito emendas ao orçamento agora. Nós vamos receber as emendas do dia 29 ao dia 1º, 29 de outubro a 1º de novembro. O relator será o Senador Jonas Pinheiro.

E nós vamos fazer uma reunião dia 6 de novembro às 15h, portanto, numa terça-feira, numa primeira segunda ou a primeira do mês de novembro para que nós possamos aprovar as emendas da Comissão.

Com a palavra o eminente Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, eu trocando uma idéia aqui com o Relator Senador Osmar Dias, a emenda que nós fizemos de nº 2 de energização rural que é apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário está atendida na emenda nº 8 que foi assimilada no relatório que trata do apoio e desenvolvimento do setor agropecuário, apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário, o Senador Romero Jucá. Eu estou solicitando ao Senador Osmar

Dias que faça também o agrupamento tanto da 2 quanto da 8 porque elas têm o mesmo objeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Relator o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu preciso primeiro da autorização do Presidente porque já o relatório foi votado. Se for possível depois na hora que a Comissão for encaminhada, a Comissão de Orçamento aglutinar, por mim não tem problema nenhum. Agora precisa ver se é possível legalmente, porque é um subtítulo, a energização rural é um subtítulo do desenvolvimento agropecuário, desenvolvimento do setor agropecuário.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): A consultoria já está...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu acho que nós temos as emendas ao orçamento. Nós podemos...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Essas que nós vamos Fazer.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sem problema. Fica como está, já aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Concorda?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Concordo. Sem problema.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Concorda. Ótimo.

Então como não havendo mais nada a tratar encerramos a presente reunião. Muito grande pela presença.

Sessão encerrada às 15h51.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 26ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 2007.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia trinta de outubro de dois mil e sete, na Sala 13, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as): **DELCÍDIO AMARAL, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, CÉSAR BORGES, JONAS PINHEIRO, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, OSMAR DIAS E AUGUSTO BOTELHO.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Sibá Machado, Expedito Júnior, João Pedro, Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Kátia Abreu e Marisa Serrano. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à apreciação de matérias, de acordo com a seguinte Pauta: **ITEM 1: SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 57, DE 2001 (Não Terminativo) EMENTA:** Altera o artigo 36 do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências". **AUTOR**: Senador Álvaro Dias. RELATOR: **Senador João Durval. RELATÓRIO:** Pela Aprovação do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PLS nº 57/2001, com emenda de redação que apresenta. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 2: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 325, DE 2006 (Terminativo) EMENTA:** Dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural. **AUTOR:** Senador Antônio Carlos Valadares. RELATOR: Senador Jonas Pinheiro. **RELATÓRIO:** Pelo acolhimento das emendas nºs 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11 ao Projeto de Lei do Senado nº 325, de 2006. OBS: Em reunião realizada em 22/8/2007, foi lido o relatório pela aprovação do Projeto e concedido vista ao Senador Sibá Machado e à Senadora Kátia Abreu. **RESULTADO: Retirado de Pauta. ITEM 3: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 304, DE 2007. (Não Terminativo). EMENTA:** Altera a Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal. **AUTORA**: Senadora Serys Slhessarenko. RELATOR: Senador Osmar Dias. **RELATÓRIO:** Pela Aprovação. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores(as) Senadores(as): Osmar Dias, Cícero Lucena, Jonas Pinheiro e Augusto Botelho. Iniciada a votação da matéria, a mesma foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Encaminhado à CAE, em decisão terminativa. ITEM 4: PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 348, DE 2007 (Não Terminativo) EMENTA:** Inclui a carne suína na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, e da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992. **AUTOR:** Senador Valdir Raupp**. RELATOR:** Senador Raimundo Colombo. **RELATÓRIO:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **RESULTADO: Retirado de pauta. ITEM 5: AVISO nº 27, DE 2006 (Não Terminativo) EMENTA:** Encaminha recomendação proferida por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as

Contas do Governo da República - exercício de 2005, de seguinte teor "à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias". **AUTOR**: EXTERNO – Presidente do Tribunal de Contas da União. **RELATOR:** Senador Jonas Pinheiro. **RELATÓRIO:** Seja oficiado ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, ao Relator-Geral, bem como ao Relator do Setor de Agricultura do Orçamento de 2008; e solicite ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Integração Nacional informações e explicações sobre o não cumprimento do art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhores Senadores: Jonas Pinheiro, Osmar Dias, César Borges e Cícero Lucena. Iniciada a votação da matéria, a mesma foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado.** Será encaminhado à SGM. **ITEM 6**: **OFÍCIO Nº 560, DE 2007/CMO. COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO. EMENTA:** Encaminha, cópia do ofício nº 738/2007/SE/MAPA, de 27/09/2007, de autoria do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Sr. Silas Brasileiro, solicitando, nos termos do inciso II do art. 62 da LDO 2007, autorização para que seja alterada, na forma proposta no referido ofício, a modalidade de aplicação de parte da dotação aprovada na emenda nº 60120004, apresentada por essa Comissão ao Projeto de Lei nº 15/2007-CN (PLOA para 2007). **AUTOR:** Senador José Maranhão – Presidente da CMO. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre o assunto, os seguintes Senhor Senador: Jonas Pinheiro. **RESULTADO: A Comissão deliberou pela nulidade da solicitação. ITEM 7: REQUERIMENTO Nº 24 , de 2007-CRA. ASSUNTO:** Requerem sejam convidados o Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro; o Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, Sr. Guilherme Cassel; o Advogado-Geral da União, Sr. José Antônio Dias Toffoli e o Presidente do INCRA, Sr. Rolf Hackbart, a comparecerem em audiência a ser realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para prestarem esclarecimentos sobre os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras. **AUTORES:** Senadores Renato Casagrande e Antônio Carlos Valadares. Iniciada a discussão, fazem uso da palavra para tecerem considerações sobre a matéria, os seguintes Senhores Senadores: Antônio Carlos Valadares, César Borges e Osmar Dias. Iniciada a votação da matéria, a mesma foi aprovada por unanimidade. **RESULTADO: Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quatro minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO,** Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 26ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que, com a anuência do Plenário, é dada como aprovada. Aprovada.

Comunico à Comissão que se encontra aberto o prazo para a apresentação de Emendas ao Projeto de Lei nº. 30/2007, CN Orçamento 2008, desde ontem, dia 29 de outubro, até 1º de novembro do corrente ano, às 18 horas, ocasião em que encaminharei ao Senador Jonas Pinheiro para relatar. Informo ainda que a apreciação das Emendas de Comissão a orçamento, ou seja, a discussão, votação está agendada para o dia 06 de novembro do corrente, terça-feira às 15 horas.

A presente Reunião destina-se à aprovação de matérias. Item 01. Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº. 57/2001, de autoria do Senador Álvaro Dias, que altera o art. 36 do Decreto-Lei nº. 221, de 28 de fevereiro de 1967, que "dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca e dá outras providências". Por solicitação do Relator João Durval, ele pede a retirada, que ele faz questão de fazer o relatório.

Item 02 da Pauta. Projeto de lei do Senado nº. 325/2006, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que "dispõe sobre o Estatuto do Produtor Rural". O Senador também... A Senadora Kátia Abreu, em contato com o Senador Jonas Pinheiro, pede também a retirada de Pauta. Confirma o Sr. Senador Jonas Pinheiro? Confirmado. Obrigado.

O Item 03 da Pauta. Projeto de lei do Senado nº. 304/2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que "altera a Lei nº. 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas além do exigido para reserva legal". Da

mesma sorte, por não estar presente... O Senador Osmar Dias está com a palavra.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, como Relator desse Projeto, eu fui consultado se eu não dispensaria a leitura do relatório hoje para o adiamento desse Projeto para a semana que vem, mas, eu como Relator, eu não dispenso não; eu vou ler o relatório e pedir para que V.Exa. submeta à discussão e, se possível, à votação. É um pedido que veio do Governo, mas o Governo precisa aprender também que, se quiser pedir para adiar a matéria, por que é que não discute o Projeto antes. Toda vez que a gente vai apresentar o relatório, só aí surge alguém do Governo, pedindo para adiar. Eu acho que isso também não é correto porque o Projeto está aqui já há tempo, poderia ter sido objeto de estudo do Governo, e aí poderia ter conversado, inclusive, com o Relator, antes de apresentar o relatório. Agora que eu apresento o relatório, não concordo em retirar não. A não ser que alguém peça vista, mas eu vou apresentar o relatório.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, o Senador Relator Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Pois não. Então, é um Projeto de Lei apresentado pela Senadora Serys Slhessarenko, é o nº. 304/2007, que "altera a lei nº. 9.393, de 19 de dezembro de 1996, para afastar a incidência do ITR sobre as áreas rurais preservadas, além do exigido para reserva legal". É um Projeto muito simples, senhor Presidente. Vamos supor que no Estado de V.Exa., Estado de Santa Catarina, a reserva legal, tem que ser 20%. Então, para efeito da aplicação do imposto do ITR, os 20% não são objeto do imposto, ou seja, a área de preservação legal e também área de preservação permanente, a reserva legal e a de área de preservação permanente são excluídos na base de cálculo do ITR. O que a Senadora Serys está propondo, eu acho que é corretíssimo, porque eu acho que estimula a quem preserva, e não pune a quem preserva.

Imagine V.Exa. que uma propriedade do seu Estado, onde é 20% de reserva legal, o cidadão tenha preservado 30%, vamos supor, ele está dispensado de pagar ITR só sobre os 20% da reserva legal e não sobre o excedente, ou seja os 10% para chegar nos 30% de preservação ou de reserva legal.

Então, a Senadora Serys, com um Projeto muito oportuno, já que nós estamos discutindo a questão do meio ambiente sempre e falando sempre no estímulo à preservação. Eu acho que é um estímulo à preservação o produtor que preservar além daquilo exigido por lei, que ele possa, pelo menos, ser isento do pagamento do ITR sobre aquela área excedente, ou seja, preservada mais do que a lei determina, que é a reserva legal.

Para outras regiões do país, a mesma coisa, quer dizer, onde a preservação exigida é de 80%, por exemplo, na Amazônia legal, então, se ele preservar 85%, por exemplo, ele não vai pagar ITR sobre os 85%; hoje ele é liberado do pagamento de ITR apenas sobre a reserva legal, que é de 80%, mais a preservação permanente. Mas aqui, com essa lei sendo aprovada, o produtor, então, fica isento sobre o pagamento de ITR também sobre o excedente de 5%. Eu acho que isso é um estímulo à preservação, e se nós estamos sempre discutindo e vendo, na imprensa, na grande mídia, esse debate sendo travado, é um Projeto oportuno, que deve estimular legal que estão preservando e, sobretudo, premiar aqueles que estão preservando. E o meu Parecer é favorável.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Senador Osmar Dias. O Relator conclui pela aprovação. Em discussão a matéria. Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, a minha participação é apenas para dar o meu testemunho e o meu reconhecimento, tanto à Senadora Serys Slhessarenko e ao Relator Osmar Dias, no sentido de que essa é a política correta que deve ser adotada no país, como estímulo à preservação ambiental. Então, não tem por que aqui o agricultor, aquele proprietário que faz a opção de ter a sua reserva acima daquilo que o seu Estado considera como exigência mínima, ele ser penalizado; ele tem que ser reconhecido.

Então, eu quero parabenizar tanto o autor como o Relator por essas iniciativas, já de antemão, me colocando favorável a esse excelente Projeto.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Jonas Pinheiro, para discutir.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, na mesma linha de raciocínio, eu quero aqui parabenizar a minha conterrânea, a Senadora Serys, e parabenizar o resumo do Parecer do eminente Senador Osmar Dias, que convence a qualquer brasileiro de que o Projeto é oportuno e devemos aprovar.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR): Sr. Presidente, me faço dar as palavras dos Senadores que me antecederam. E só para fazer uma indagação, essa coisa é tão óbvia, que parece até estranho como ainda não era assim; se o indivíduo resolve preservar, por que é que ele tem pagar ITR da área que ele está preservando?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): V.Exa. tem razão, Senador Augusto Botelho, parece tão simples e uma coisa tão interessante para que haja o estímulo,

que aquele cidadão que está preservando está sendo punido, porque ele não produz sobre aquela área que ele está preservando. A reserva legal dele é exigida, 20%, em determinadas regiões, e ele está lá com 30%, não produz sobre os 10 e paga imposto sobre os 10. V.Exa. tem razão. É tão simples que já deveria ter sido aprovado pelo Congresso.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Augusto Botelho. Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Sras. e Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Item 04. Projeto de Lei do Senado nº. 348/2007, de autoria do Senador Valdir Raupp, "que inclui a carne suína na Pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), nos termos do Decreto-Lei nº. 79, de 19 de dezembro de 1966 e da Lei nº. 8.427, de 27 de maio de 1992". O Relator é o Senador Raimundo Colombo, que está presidindo uma outra Comissão nesse momento e pede para a retirada de Pauta, que será concedida.

Item 05 da Pauta. Aviso nº. 27/2006, de autoria do Presidente do Tribunal de Contas da União, TCU, o Ministro Valter Alencar Rodrigues, datado de 08 de agosto do corrente, que "encaminha a recomendação proferida por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República - exercício 2005, de seguinte teor: 'à Presidência do Congresso Nacional que atente para a previsão, na Lei Orçamentária Anual, do mínimo de 20% dos recursos destinados à irrigação na Região Centro-Oeste, em cumprimento ao inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias'.

Com a palavra o Relator, o Sr. Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente e Srs. Senadores, em bom momento o TCU tomou uma providência com respeito ao art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da nossa Constituição, quando está bem claro que, de todo recurso destinado à irrigação do país, 20% deve ser destinado à região Centro-Oeste, subdividindo as quatro unidades da Federação que compõem o Centro-Oeste: Brasília, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. Acontece, senhor Presidente, que este recurso não está sendo utilizado conforme prevê esse art. da Constituição brasileira.

Então, as bancadas desses Estados têm reclamado muito junto ao Ministério de Integração Nacional, e nós não conseguimos, até hoje, ter esse recurso disponível para a nossa... Para a aplicação e irrigação na região Centro-Oeste.

Pois bem, o meu Parecer, ele é muito claro, é no sentido de que, para este ano, exatamente agora na formalização do Orçamento da União, o Relator da Comissão, obrigatoriamente, ele tem que colocar esse dinheiro à disposição da região Centro-Oeste, porque nós já estamos apresentando já Projetos ao PPA e à LOA para aproveitamento desse recurso em Mato Grosso.

Então, o meu Parecer é favorável, no sentido de encaminhar ao Presidente da Comissão de Orçamento; ao Presidente, ao Relator do PPA; ao Relator do Orçamento da União, para que cumpra o que está estabelecido no inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Constituição. Esse é o Parecer, senhor Presidente, Srs. Senadores. É um Parecer simples, mas ele é óbvio, é a Constituição que manda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra, o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu preciso tirar uma dúvida, que parece que não é só minha, parece que o Senador César Borges tem a mesma dúvida. Esses 20% que a Constituição determina que sejam colocados para irrigação do Centro-Oeste, qual é a referência desses 20% no Orçamento, 20% do quê?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): 20% do recurso destinado ao Orçamento para a irrigação do país.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): De todo dinheiro para a irrigação do país. 20% para o Centro-Oeste. Tem isso na Constituição?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Tem, tem o art. 42, item 01 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Era por 15 anos, e agora ela foi complementada por mais 10 anos.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): A proposta da Comissão é de V.Exa., que foi aprovada?

[risos].

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Não, não é.

[risos].

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Não, era só para saber, Presidente.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): E isso... E lá, você pode perguntar aí, e como é que distribui isso entre os Estados? É como se distribui os Fundos de... FPE. O FPE sai 29% para o Mato Grosso, 29% para Goiás, 23% para Mato Grosso do Sul e

17% para o Distrito Federal, porque assim também é a distribuição dos 0,6% do FCO.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O art. 42 da nossa Constituição diz: "Durante 25 anos, a União aplicará, dos recursos destinados à irrigação, primeiro, 20% na região de Centro-Oeste; 50% na região Nordeste e, nas Disposições Constituições Transitórias--

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sobrou alguma coisa para o Sul aí, não? Do Sul não tem nada?

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não tem nada, não fala no resto do país.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Fazer uma Emenda na Constituição.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente—

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): E, no Nordeste--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: --Eu estava preocupado que--

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): 50% eram para Região Centro-Oeste se virar--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É. Eu estava preocupado que o Nordeste, que precisa, não estava complementada, mas, com 50%, eu acho que já ficamos satisfeitos, agora exigir que a Constituição, nas suas disposições transitórias, seja cumprida.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Presidente, para discutir. Agora, Senador César Borges, nós precisamos saber, que é a grande preocupação do Centro-Oeste, é se esse recurso está sendo aplicado, porque está previsto, e ele não está sendo aplicado. Então, o Nordeste tendo 50% a mais de nada, é nada. A gente teria que ver essa aplicação.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Senador Cícero Lucena, para nós, do Centro-Oeste, a salvação são os nordestinos, porque os nordestinos brigam pelo recurso, a irrigação do Nordeste, e de tudo que eles brigam, e que eles ganham, nós tiramos 20% para o Centro-Oeste.

[risos].

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Relator conclui para que seja oficiado o Presidente do Congresso Nacional, o Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, o Relator Geral, bem como o Relator do Setor da Agricultura do Orçamento de 2008, e solicita ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao Ministério da Integração Nacional informações e explicações sobre o não cumprimento dos art. 42, inciso I, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Continua em discussão. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. e Sras. Senadoras que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado. A matéria será encaminhada à secretaria geral da Mesa.

Item 06, ofício n°. 560/2007 CMO, do Senador José Maranhão, Presidente da Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos. Sim Senador Jonas Pinheiro?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Sr. Presidente, este processo também, ele já perdeu a validade porque o que o Ministério da Agricultura, através do Secretário-geral, ex-Deputado Silas Brasileiro, estava pedindo, é que parte de um recurso já aprovado no Orçamento o ano passado, por essa Comissão, fosse destinado a ser aplicado pela modalidade 90, que é pelo próprio Ministério da Agricultura. Mas, senhor Presidente, isso já é, isso já é. É que houve uma comunicação errada, lá na Comissão de Orçamento, estabelecendo que todo esse recurso estava sendo aplicado na modalidade 40, e é 40 e 99. E isso já foi corrigido na Comissão, portanto, perde o objetivo essa solicitação do Senador José Maranhão.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador Jonas Pinheiro, só porque estamos lendo, porque foi aprovada na Comissão, e nós queríamos dar também o encerramento dentro da Comissão, essa foi a razão, por isso que o orçamento público e fiscalização que cópia do ofício nº. 738/2007/SE/MAPA, de 27/09/2007, de autoria do Secretário-Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, Sr. Silas Brasileiro, solicitando, nos termos do inciso II do art. 62 da LDO 2007, autorização para que seja alterada, na forma proposta no referido ofício, a modalidade de aplicação de parte da dotação aprovada na emenda nº. 60120004, apresentada por essa Comissão ao Projeto de Lei nº. 15/2007-CN (PLOA para 2007).

Comunico que, em 18 de outubro corrente, essa Presidência encaminhou cópia do oficio à Comissão de Orçamento de todos os membros da Comissão para conhecimento... E, em virtude da comunicação da assessoria parlamentar e também pela manifestação do Senador Jonas Pinheiro, nós solicitamos ao Presidente da Comissão de Orçamento, nosso eminente colega, José Maranhão, que requeira a devolução, por ofício, para se tornar mais... Será devolvido. Já requeremos que ele fizesse por este caminho.

Item 07. Requerimento de autoria dos Senadores Renato Casagrande e Antônio Carlos Valadares, que "requerem sejam convidados o Ministro de Estado da Justiça, Sr. Tarso Genro; o Ministro de Estado de Desenvolvimento Agrário, Sr. Guilherme Cassel; o Advo-

gado-Geral da União, Sr. José Antônio Dias Toffoli e o Presidente do INCRA, Sr. Rolf Hackbart, a comparecerem em audiência a ser realizada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para prestarem esclarecimentos sobre os investimentos de grupos estrangeiros na compra de terras brasileiras".

Em discussão. Com a palavra, o autor do Requerimento, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, este Requerimento, assinado por mim e pelo Senador Casagrande, tem origem na preocupação com um fato que se tornou público, já é do conhecimento da Nação, qual seja, o interesse, a meu ver, de certa forma, exagerado, de ter investidores estrangeiros das terras brasileiras.

O jornal Estado de São Paulo publicou recentemente uma reportagem que mostra o lado visível desse movimento de terras, de vendas de terras no Brasil, associados a vários Projetos, a vários interesses. São... Os fundos de investimentos e os multimilionários, estão aplicando os seus recursos maciçamente em determinada regiões do país. Um exemplo aqui, bem forte, é dado pela reportagem, que chama atenção que ocorre agora no oeste da Bahia, região de cerrado, na fronteira com Tocantins, ao pé da Serra Geral de Goiás e a 900 quilômetros de Salvador. Diz "O Estado de São Paulo", que fazendeiros americanos, com dificuldades para comprar terras em seu país, começaram a desembarcar por ali, por volta da década de 80, para produzir milho, algodão e não pararam mais; atrás deles, já estão chegando australianos, franceses, holandeses.

É uma verdadeira ocupação estrangeira, uma verdadeira invasão estrangeira na terra do Senador César Borges. E isso nos preocupa porque não é apenas na Bahia; há também... Nos chama a atenção o investimento maciço de estrangeiros, no Estado do Paraná, na terra do Senador Osmar Dias. E esse negócio chamou a atenção do INCRA, que está analisando a legalidade da operação. Também na Amazônia há interesses de nações estrangeiras, principalmente entidades ligadas à Defesa do meio ambiente.

Há também estrangeiros investindo em preservação ambiental fora da Amazônia. No Paraná, no Paraná, Senador Osmar Dias, as empresas América *Eletric* Power, Chover(F) e General Motors Americana ajudaram a Sociedade de Pesquisa e Vida Selvagem e Educação Ambiental, a comprar 19 mil hectares no litoral do Estado. É um Projeto bom porque essa compra foi feita em uma área degradada da floresta Atlântica, que está sendo recuperada. No total, as empresas investiram 18,3 milhões no conjunto de empreendimento.

E, afinal, as razões do interesse estrangeiro pelas terras brasileiras são múltiplas; fala-se também que pesa à decisão o fato de o risco Brasil ter atingido o menor nível de sua história, o que dá mais garantia do dinheiro aplicado aqui.

Então, são investimentos agropecuários, investimentos na área ambiental, que mais estão exigindo uma certa preocupação das autoridades para saber se essas ocupações estão sendo feitas de forma legal; se há algum incentivo do Governo estrangeiro no intuito de estimular a aquisição de terras aqui no Brasil, como acontece, por exemplo... Hoje há uma denúncia contra empresas espanholas, que estão recebendo estimo último de até 20% das suas aplicações, para a aquisição de ativos aqui no Brasil, em diversas áreas. Até nas áreas de telecomunicações, de energia, de transporte, pedágio.

Então, eu acho que seria bom a gente aprovar esse Requerimento, até para conhecer o que há de positivo nessas aquisições. Por exemplo, se uma nação estrangeira vem aqui, pega uma área degradada e transforma aquela área degradada em algo, do ponto de vista ambiental e econômico, bem visível e bom para o Brasil, esse investimento deve ser bem-vindo e aplaudido, como está dito aqui, no Estado do Paraná. De forma que não se trata apenas de um Requerimento que visa a fiscalizar a aquisição de terras no Brasil, por investidores estrangeiros, mas também para saber o que há de positivo em relação à preocupação com o meio ambiente, no nosso país.

Essa é a justificativa, senhor Presidente, porque aqui, olha, "grupos estrangeiros investem na compra de terras na Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Pará, São Paulo, Maranhão, Paraná". Então, sabe-se que muitos desses grupos vêm ao Brasil motivados pela corrida mundial por combustíveis alternativos. Hoje o Brasil detém a tecnologia da produção do álcool combustível; está criando condições para novos investimentos no setor.

Então, será uma oportunidade, a meu ver, muito boa, para que nós possamos discutir as várias facetas da participação estrangeira no Brasil, na aquisição de terras e também na aplicação em investimentos em nosso país.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Em discussão. Continua com a palavra o Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA): Sr. Presidente, eu quero, logo de pronto, dizer do meu apoiamento(F) às preocupações do Senador Antônio Carlos Valadares. Eu acho que temos que estar sem-

pre alertas e atentos a aquisições que eventualmente grupos estrangeiros possam fazer no Brasil. Entretanto, a minha preocupação é muito mais dentro dessa linha da legalidade, temos que olhar a legislação brasileira, se ela está sendo atendida, se a negociação se faz de forma transparente e atenda à legitimidade e à legalidade necessária. Entretanto, não tenho nenhuma aversão à possibilidade de que recursos externos sejam investidos no país para o desenvolvimento do nosso país, afinal de contas o país sempre foi à procura de investidores estrangeiros para desenvolver áreas que, muitas vezes, falta capital nacional para que faça essas inversões. O Brasil hoje é um país que goza de uma confiança externa muito grande; temos uma democracia estável; temos uma moeda estável; os índices de risco do país são reduzidos e, com isso, não é apenas a aquisição de terras, nós temos também a Bolsa de Valores é invadida hoje com o capital externo; os dólares que adentram o país jogam, inclusive, o nosso real com uma supervalorização. Esse ano se presume mais de 60 bilhões, vão ser colocados, de dólares, no país, na Bolsa de Valores e investimentos também de risco. Saímos de seis milhões para 60 milhões.

Então, também na agricultura, havendo disponibilidade de terras, e terras boas, como existem no Estado do Paraná e existem no Oeste da Bahia, então, esqueça agricultores, venham para cá e façam dentro da legislação brasileira, dentro do que for legal, eu não vejo nada que impeça que essa atividade exista e que gere emprego, que gere renda e possa desbravar uma região, por exemplo, no Oeste da Bahia, que é uma nova fronteira agrícola para o país. Essa região foi desenvolvida, lamentavelmente, não pelos baianos; gostaria muito que fosse pelos baianos, mas nós não tínhamos, Senador Osmar Dias, mão-de-obra capacitada e preparada para o desenvolvimento dessa área, e foi feita pelos, que nós chamamos de "gaúchos", porque como aqui se chama de baiano, no centro-sul, tudo que é do Nordeste, nós chamamos "gaúchos" também tudo que é de São Paulo para baixo.

Então foram os paranaenses, santa-catarinenses(F) e os gaúchos propriamente ditos, que, à procura de expandir as suas atividades, vendo como estava cara a terra no Rio Grande do Sul, procuraram o oeste da Bahia. Então, hoje, quando nós desembarcamos lá em Luís Eduardo Magalhães, quem nos recebe lá são as prendas gaúchas, com o chimarrão, e eu não vejo nenhum problema com relação a isso. Nós recebemos de braços abertos aqueles que venham também somar-se ao esforço do desenvolvimento do Estado da Bahia.

Entretanto, se há algum tipo de ilegalidade, ou, não acredito, exagero, porque o exagero teria que ser dentro da lei também; algo que não estivesse ultrapassando os limites legais. É uma precaução que os Senadores Antônio Carlos Valadares e o Senador Renato Casagrande solicitam e não vejo nada demais, que nós possamos discutir essa questão, ouvindo essas autoridades, que devem ter informações mais precisas e que têm a responsabilidade de fazer o acompanhamento e a fiscalização da legalidade da compra dessas terras e a legalização dessas terras. Essa é a nossa posição, aprovando o Requerimento.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Gostaria, Senador César Borges, só de ler o art. 190, antes de passar a palavra ao Senador Osmar Dias. O art. 190, na Constituição, diz o seguinte: "A lei regulará e limitará aquisição ou arrendamento de propriedades rurais por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e estabelecerá os casos que dependerão de autorização do Congresso Nacional". Portanto, acho que nós temos que produzir uma legislação ainda para frear esse quadro. Com a palavra, o eminente Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Presidente, eu vou na mesma linha do Senador César Borges, para apoiar o Requerimento do Senador Antônio Carlos Valadares, lembrando sempre uma frase que tem muito fundamento. Eu não sou daqueles que sou contra o capital estrangeiro; eu estou contra o estrangeiro sem o capital, e que compra patrimônio brasileiro com dinheiro do BNDES, por exemplo, aí eu sou contra.

Agora, nesse caso, nós temos que realmente fazer cumprir a Constituição e tomar os devidos cuidados com as aquisições que são feitas e que não atendem a nossa legislação brasileira, aí, eu também apoio esse Requerimento, até para a gente suscitar esse debate, essa discussão, para que, no caso do Paraná, o que houve foi muito discutido no Paraná, teve muita gente contra a aquisição pelo grupo americano de área, afinal de contas, foi até uma ONG que comprou essa área lá, de 19 mil hectares. Então, o Paraná recebeu a visita do Al Gore, foi muito bem recebido. Então, tudo isso aí precisa mesmo ser visto, qual a finalidade desses investimentos. E o que o Senador César Borges falou é a realidade: O Brasil, ele vai sendo ocupado pelos agricultores de Estados que chegaram antes na tecnologia agrícola, e vão avançando ocupando outros Estados, outras áreas, e ainda bem que isso acontece, para que o Brasil possa prosperar em outras regiões também, como está prosperando muito na Bahia e essa região da Bahia é uma região muito valorizada e, por isso, talvez es-

teja na mira dos investidores estrangeiros. Mas isso é positivo também. Agora, a gente não pode permitir, evidentemente, que, no lugar de brasileiros, estejam estrangeiros, desobedecendo ao que a legislação determina e, por isso mesmo, eu sou favorável à discussão desse assunto e, se não houver uma legislação, nós temos que tratar de fazê-la.

SR. PRESIDENTE NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Em votação, as Sras. e os Srs. Senadores que aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovado.

Será cumprida a deliberação da Comissão. Não havendo nada mais a tratar, está encerrada a presente Reunião.

Sessão encerrada às 12h04.

ATA DA 27ª REUNIÃO (CONJUNTA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, 33ª REUNIÃO DA COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E 49ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 7 DE NOVEMBRO DE 2007.

Às onze horas e vinte e quatro minutos do dia sete de novembro de dois mil e sete, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúnem-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a presença dos seguintes Senadores(as): **SIBÁ MACHADO, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, EXPEDITO JÚNIOR, JOÃO PEDRO, GARIBALDI ALVES FILHO, LEOMAR QUINTANILHA, JONAS PINHEIRO, KÁTIA ABREU, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, PAULO PAIM, RAIMUNDO COLOMBO E MARCONI PERILLO, HERÁCLITO FORTES E JAYME CAMPOS.** Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as): Delcídio Amaral, César Borges, Pedro Simon, Cícero Lucena e Osmar Dias, Flávio Arns, Fátima Cleide, Patrícia Saboya, Inácio Arruda, José Nery, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Wellington Salgado, Gylvam Borges, Eliseu Resende, Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Magno Malta, Augusto Botelho, Serys Slhessarenko, Romero Jucá, Geraldo Mesquita, Adelmir Santana, Edison Lobão, Lúcia Vânia e Sérgio Guerra. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **ITEM 1:** Audiência Pública Conjunta, em cumprimento ao **Requerimento nº 25, de 2007 – CRA**, de autoria do Senador Neuto de Conto, aprovado em 7.11.2007, ao **Requerimento nº 41 , de 2007 – CMA**, de autoria do Senador Renato Casagrande, aprovado em 6.11.2007 e ao **Requerimento nº 73, de 2007 – CDH**, de autoria do Senador Paulo Paim, aprovado em 1.11.2007, com a finalidade de analisar e discutir as notícias referentes à contaminação de leite por produtos nocivos a saúde, tais como água oxigenada e soda cáustica, com a presença dos seguintes convidados: **Dep. Reinhold Stephanes** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Sr. Nelmon Oliveira da Costa** – Diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA**; Sr. Ricardo Morishita Wada** – Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; **Srª**. **Maria Cecília Martins Brito** – Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA; **Sr. Rodrigo Sant'Anna Alvim** – Associação Brasileira dos Produtores de Leite - ABPL. Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Kátia Abreu, João Pedro, Siba Machado e Leomar Quintanilha. **RESULTADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA REALIZADA**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente da CRA e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **NEUTO DE CONTO,** Presidente da Cra. – Senador **PAULO PAIM** Senador **LEOMAR QUINTANILHA,** Presidente da Cdh Presidente Da Cma

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 27ª Reunião conjunta da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 33ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a 49ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Sobre a Mesa requerimento: "Nos termos do art. 93 § 2º do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública, com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária em conjunto com as Comissões de Meio Ambiente e Defesa

do Consumidor e Fiscalização e Controle, e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, com a finalidade de analisar e discutir os fatos e notícias referentes à contaminação do leite por produtos nocivos à saúde".

Requerimento em discussão. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, CLA, em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, CDH, com a finalidade de analisar e discutir os fatos e notícias referentes à contaminação do leite por produtos nocivos à saúde, com a presença dos senhores palestrantes que convido desde já comporem a Mesa: O Deputado, eminente Deputado e Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Dr. Reinhold Stephanes, que já se encontra à Mesa; o Dr. Jorge Rubez - Presidente da Associação Brasileira de Produtores de Leite, Leite Brasil, gostaria que viesse à Mesa; Ricardo Morishita Wada - Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Maria Cecília Martins Brito, Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Dr. Rodrigo Alvim, Presidente da Comissão Nacional e Pecuária de Leite da CNA.

Para darmos abertura em conjunto com os requerimentos feitos pelos eminentes Senadores que compõem as Comissões, o Senador Leomar Quintanilha, e o Senador Paulo Paim, cumprimentando-se as Senadoras e os Senadores, gostaríamos de ouvir em primeiro momento, a palavra do nosso Ministro que tão solícito veio à nossa Comissão e tenho a oportunidade, grande, para dizer ao Brasil os problemas que ouvimos, que sentimos, que aconteceram nesse importante componente da vida, da sociedade brasileira que é o leite e, certamente, os esclarecimentos serão de extrema valia e de uma importância para toda a sociedade brasileira.

Com a palavra o eminente Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Caro Senador Neuto De Conto, é um prazer estar aqui novamente, cumprimento os demais Senadores aqui presentes. Componentes da Mesa, jornalistas. Há pelo menos quatro anos o Ministério vem implantando uma nova norma conhecida por todos como a Norma 51, no sentido de melhorar a higiene e a qualidade do leite.

Essa norma está dentro dos padrões internacionais. É uma norma correta, é uma norma adequada, isso começou a ser implantado a partir do Sul do Brasil e terminou, ou esta ainda em implantação, no Norte do Brasil nesse momento. De lá para cá, se realizam exames periódicos para testar a qualidade do leite que sai do produtor. Só para ter uma idéia da grandeza, desde que essa norma está em implantação, já se realizaram quase dez milhões de análises com laudos expedidos sobre a qualidade e a higiene do leite do nosso produtor, quer dizer, é uma quantidade efetivamente grande, são 10 milhões de análises feitas todas elas com laudo estabelecendo.

Realizam-se nesse momento, diariamente, dez mil análises em nível de produtor, através de laboratórios credenciados em vários registros do Brasil. Então, do produtor até chegar à usina de produção, nós temos um sistema que pode ser considerado bom, ele ainda, eventualmente, pode ter algumas falhas, mas é um sistema bom, está em implantação e produzindo resultados excelentes em termos de qualidade e em termos até de educação do nosso produtor para melhorar sua qualidade do leite. À medida que isto entra nas unidades da produção, nós até aqui vínhamos tendo um sistema, que é o mesmo sistema que vem sendo adotado para carnes e outras formas de inspeção, onde nós temos um técnico que acompanha a qualidade desse leite. Toda a indústria, obrigatoriamente, tem que ter um responsável técnico e tem que ter seu laboratório que também faz sua análise de entrada e sua análise de saída do seu produto.

A mudança que nós introduzimos agora, que era uma mudança já prevista e ela não é só para o caso do leite, ela é para todo o sistema. Essa é uma mudança que estava prevista há praticamente seis meses, mas ela agora acabou sendo implantada inicialmente no leite e, logo em seguida, se implantam nos frigoríficos ou nas demais unidades produtoras. É efetivamente resgatar a responsabilidade da cada unidade de produção pelo seu produto, ou seja, ele tem que ter um responsável técnico que, aliás, ela tem, mas esse responsável técnico tem que assumir sua responsabilidade. Ela tem que ter os laboratórios que analisam a entrada e analisam a saída do produto.

E o Ministério da Agricultura ao invés de manter o técnico lá dentro, passa a fazer a fiscalização sobre os procedimentos e também sobre a qualidade, ou seja, ele vai fazer auditorias no sentido de verificar se as normas estão sendo obedecidas, se a qualidade está sendo obedecida, se os exames de laboratórios estão sendo obedecidos, quais foram os resultados e também retira as amostras para conferir se as análises são sendo corretas. Nós passamos a ter um sistema novo, mais moderno, o outro sistema vigora há quase um século, evidentemente está esgotado como siste-

ma, como forma de fiscalização e é o padrão que se usa na grande maioria dos países do mundo.

Nós acreditamos que isso nós vamos chegar a uma segurança maior, não obstante, tem que ficar muito claro, o sistema já vinha funcionando com eficiência muito boa, tivemos desvios no sistema sim, são desvios que nós acreditamos pelas análises que são pontuais, o Ministério já vinha fazendo análises além dessas 10 mil amostras que tinha outro dia, análises específicas no sentido de verificar eventuais desvios que estariam acontecendo. Efetivamente foram detectados alguns desvios, são desvios graves, são desvios criminosos, são desvios que atentam contra o nosso consumidor e atentam a toda as normas, quer dizer, não foi erro de produção, foi efetivamente desvio e, nesse caso, foram até organizados em nível de quadrilha.

Mas, eu gostaria de pedir permissão para fazer uma rápida exposição através de um técnico nosso, através de um vídeo de 10 minutos, mais ou menos, no sentido de deixar mais claro como esse sistema está sendo operado nesse momento.

SR. NELMON OLIVEIRA DA COSTA: Eu agradeço a oportunidade do Ministro. Sou o Nelmon Oliveira da Costa, sou Diretor do Departamento de Inspeção dos Produtos de Origem Animal, que é o órgão que coordena os serviços de inspeção federal no Brasil todo.

Eu vou dar uma breve resenha, como o Ministro comentou, de uma forma muito rápida, de que forma atua o Ministério da Agricultura nessa área da inspeção e, depois, eu vou abordar especificamente o problema que foi levantado pela Polícia Federal em Minas Gerais.

O serviço de inspeção federal, tem uma atuação no País que já completa e está preste a completar 100 anos, desde 1914. Ele atua junto das indústrias que processa o produto de origem animal, de acordo com a Lei 7889, quer dizer, o Ministério tem a responsabilidade pelos estabelecimentos que fazem o comércio interestadual e internacional, e os Estados, naqueles estabelecimentos que fazem comércio em nível de Estado e os Municípios naqueles que fazem dentro do Município.

A área do abate, nós temos uma metodologia de trabalho aonde os próprios técnicos do Governo efetuam a inspeção, antes pôs morte e nas demais categorias de estabelecimentos, a forma de nós trabalharmos, do SIF trabalhar, é aditando os programas das empresas. Boas práticas da fabricação, higiene operacional e análise de perigo e pontos críticos de controle.

Só para dar uma idéia da nossa atuação, esses pontos no mapa do Brasil são o número de municípios aonde tem pelo menos uma indústria sob a fiscalização do SIF, e os números gerais, em torno de 1700 na área de leite e derivados, sendo praticamente 400 na área da usina de beneficiamento de leite. Na área de carne são 1334, pescados e derivados 357, mel e derivados 207, ovos e derivados 134. Um total de 3700 estabelecimentos.

Esse é o organograma do DIPOA, que tem duas coordenações, uma que cuida mais dos assuntos da área da exportação, ali a CGPE, e a outra que cuida da Coordenação Geral de Inspeção. Nós temos cinco divisões que cuidam especificamente de assunto, por exemplo, a DICAR, Divisão de Carne de Bovinos; a DICAO de Carnes de Aves, a DICS de Carne de Suínos, a DILEI dos Assuntos do Leite e a DIPS, dos Assuntos da Pesca.

Em função de que o Brasil na atualidade exporta para mais de 150 países os seus produtos, é comum nós recebermos mais de uma vez por mês, em média, missões internacionais que venham aditar o serviço brasileiro, isso dá, em média, vinte missões internacionais. Ontem nós tivemos o prazer de receber a missão da União Européia, que veio pela sexta vez esse ano ao Brasil. Uma missão que é composta por nove profissionais que vão formar três equipes e estão a campo hoje.

Esse Departamento, o DIPOA, acaba sendo aditado por todos os nossos parceiros externos e ele tem a função de fazer as normas e as nossas superintendências federais de agricultura, nos âmbito dos Estados, executam através do SIF junto às empresas essas normas.

Como o Ministro falou em sua manifestação, nós temos implantado um programa nacional de melhoria da qualidade do leite, aonde nós queremos na realidade sair dessa situação, que essas fotos mostram, para uma situação mais adequada, mais moderna e mais dentro dos parâmetros internacionais. Hoje o Brasil convive com ambas as situações. Nós temos leite de excelente qualidade, que atende padrões internacionais e nós temos, infelizmente, ainda, leite obtido de uma forma inadequada, com animais com problemas de genética, de saúde, de alimentação e o ambiente da colheita desse leite, ainda não atende perfeitamente as normas.

Esse programa da IN 51, veio promover a melhoria da qualidade do leite, oferecer ao consumidor um produto de melhorar qualidade, aumentar a renda do produtor rural por pagamento, por qualidade, e isso já está acontecendo, agregar valor ao produto e melhorar a eficiência e o rendimento industrial.

Essa IN entrou em vigor na Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste em julho de 2005, portanto, temos dois anos de presença nessa área e o objetivo dessa instrução normativa inicialmente é fazer um trabalho

educativo, porque nós temos ações para fazer essa melhoria, para promover essa melhoria da qualidade do leite que extrapola o âmbito do Ministério da Agricultura. Nós temos que trabalhar com eletrificação rural, com a melhoria das estradas vicinais, trabalhar com parceria com a MDA, no apoio a agroindústria familiar. Então tem ações que extrapolam o âmbito da competência do Ministério da Agricultura. Por isso, que ela tem uma implantação em caráter educativo inicialmente.

E, agora, em julho desse ano, ela entrou em vigor para a região Norte e Nordeste do País, também de uma forma educativa e isso aí o próprio mercado vem se ajustando. O nosso Governo não está adotando, por enquanto, medidas de caráter punitivo em quem não atende o produtor, que não consegue atender essa normativa, ele está orientando, capacitando, promovendo a educação sanitária, promovendo a capacitação, porque só uma melhoria da qualidade da higiene e da ordenha você já consegue um avanço significativo.

Como o Ministro bem falou, esse programa começou em 2005. Nós temos em média três milhões de análises realizadas por ano, já se somam nove milhões e meio de análises até setembro desse ano, atestando, verificando, checando a qualidade do leite, com amostras colhidas uma vez por mês, em cada fornecedor, em cada produtor rural.

Em complemento a esse trabalho da 51, nós temos também implantado desde 2004, um programa nacional de controle de resíduo contaminante, que também monitora uma série de produtos que podem chegar no leite por formas acidentadas, os pesticidas, organoclorado, antiparasitário, antimicrobianos. Esse número de itens de ensaio é baseado em uma recomendação do CODEX, nós já estamos desenvolvendo esse trabalho desde 2004.

E nós vamos entrar rapidamente no que o nosso regulamento que é de 52 estabelece. O art. 11 ela fala: "que a inspeção federal seja instalada em caráter permanente ou periódico" e o § Único define: "os estabelecimentos que recebem e beneficiam leite e o destinam todo ou em parte ao consumo público, tem que ter inspeção permanente". Com o crescimento do agronegócio brasileiro, na realidade, há mais de uma década nós não conseguimos manter um fichário dentro, pelo menos, um naqueles 400 estabelecimentos que beneficiam leite.

Nós temos hoje, a nossa realidade, são 212 fiscais para somatória de estabelecimento na área de laticínio, praticamente 1700, então, nós já não vínhamos praticando mais a inspeção permanente, mas nós estamos fazendo uma alteração nesse procedimento. Esse programa que o Ministro também comentou é um programa específico de combate à fraude, que foi implantado em 2003, até 2006 nós realizamos cerca de 4 mil análises e já posso me antecipar e responder a pergunta que deve estar na maioria, a dúvida que gera na maioria dos senhores, como é que o Ministério da Agricultura realizou quase quatro mil análises e não conseguiu detectar essa fraude.

Quando eu comentar da operação da Polícia Federal, os senhores vão ver que na realidade, essa fraude foi cometida por algumas empresas que tivessem a intenção de fraudar. Elas se cercaram de uma assessoria de profissionais da área, de tal forma, que ajustaram todos os parâmetros do leite para justamente não ser detectado em uma análise de rotina nossa, depois eu comento mais à frente. E aqui uma coisa interessante, os dados da condenação de leite na rotina da atividade da SIF, esses são dados apenas do ano de 2006.

Para não parecer que a única vez que se condenou leite no País, foi essa ação da Polícia Federal. O ano passado, em 2006, nós tivemos 21 milhões de litros de leite condenados no âmbito das usinas de beneficiamento. Ou por iniciativa do próprio serviço ou por iniciativa do controle de qualidade da empresa, de qualidade da empresa, em uma rotina de trabalho aonde você analisa o produto, está fora da especificação, tem duas alternativas: condena-se sumariamente, quer dizer, não aproveita para o consumo humano ou 113 milhões destina-se para o chamado aproveitamento condicional.

Por vezes, o produto não está com nada que ofereça risco à saúde do consumidor, ele não está com produto que indique uma fraude ele, está fora do parâmetro desejado, então, ele pode ser desejado para fazer um doce de leite e para fazer outros produtos em que ele atende a especificação de regulamento técnico.

Só para enfatizar, em média no ano, 21 milhões de litros de leite condenados e 113 milhões com aproveitamento condicional, isso é rotina do nosso trabalho que, obviamente, não é divulgado, isso nós não vamos para a imprensa toda vez que se condena um caminhão de leite, é rotina, é nossa obrigação como inspetor. Nós temos esse ano trabalhando em cima de um programa específico de índice de CMP para detectar fraude com soro no leite.

O soro causa, às vezes, uma aflição na população e é importante que se esclareça que o soro obtido nas condições normais, ele é consumido, é destinado ao consumo humano. Nós temos uma série de produtos industrializados que usam o soro. Ele não pode ser utilizado como mecanismo para baratear o custo do leite, fraudar o leite e enganar o consumidor como uma fraude econômica. Ele é um produto derivado da própria composição do leite, que sai no processamen-

to de queijo, etc, e ele é utilizado, autorizado e consta no rótulo do produto, uma grande série de produtos industrializados.

Para desmistificar que parece que o soro, como uma parte dele é destinado à alimentação animal, parece que nós estamos tirando um produto que é só para destinação animal e destinando para o consumo humano. Não é, é um equivoco nesse conceito. O soro é um produto sim que pode ser aproveitado e é aproveitado dentro das normas.

Eu agora vou dar um rápido enfoque sobre três *slides:* a operação da Polícia Federal e o que a Polícia Federal conseguiu, e esse trabalho a gente, em nenhum momento, quer desmerecer, em nenhum momento, nós temos a menor crítica a fazer dessa ação, muito pelo contrário, ela veio a fortalecer os órgãos e veio nos ajudar. E tanto é que os senhores vão poder analisar que o último item, do último *slide,* reforça essa parceria e isso começa em uma reunião a ser realizada aqui no Ministério Público, amanhã, em Brasília.

A polícia partiu de uma denúncia de um ex-funcionário, que falou que deu detalhes, que a empresa tinha socorrido de auxílio de um profissional e desenvolvido uma fórmula mágica, entre aspas, para fraudar o leite e que não seria detectado em nossa análise de rotina. Foi um trabalho de profissionais, houve uma intenção, houve dolo, houve má-fé, houve intenção premeditada de fraudar e tomar todos os cuidados para que essa fraude não passasse pelo crivo, não fosse detectada na nossa rotina de trabalho.

A polícia, utilizando-se do seu serviço de inteligência, de investigação e de seu próprio poder de polícia, desencadeou uma ação na empresa denunciada e direcionou essa análise para o foco da denúncia, até então, as nossas análises, aquelas quatro mil análises de rotina para a pesquisa de fraude, nós pesquisávamos o que vinha sendo denunciado sim, pelo setor privado, mas nós tínhamos denúncia de fraude por sacarose, por amido, por soro, por água, sim, e a gente vinha pesquisando, mas não pesquisávamos a tal da soda cáustica, porque é um produto que está dentro dos laticínios e é autorizado pelo Governo para fazer a higienização das instalações e equipamentos.

É um dos poucos produtos químicos que tem eficácia em retirar aquela incrustação do leite que fica em tubulações. É um produto que tinha uma finalidade específica, não era intenção nossa pesquisá-lo para detectar ele sendo adicionado de forma criminosa ao leite.

Como o próprio Ministro comentou, um processo que já vinha em execução foi agora acelerado, que é uma reavaliação do sistema de inspeção. Na realidade a inspeção passa a ser realizada, isso já está em fase da implantação em alguns Estados, na forma de auditorias aleatórias, não mais por uma pessoa que fica o tempo todo de suas oito horas por dia dentro do estabelecimento, mas por uma equipe composta de, no mínimo, três profissionais, dois fiscais federais de ordem pecuária, médico veterinário e um agente de inspeção e o objetivo é melhorar a eficácia do serviço com uma inspeção que vai estar menos freqüente na empresa, mas quando freqüente, muito mais minuciosa, muito mais criteriosa, até porque é um trabalho da equipe e também se socorrendo do auxílio de laboratórios.

E as ações complementares que foram desencadeados por esse episódio. As empresas que tiveram produto fora do padrão do regulamento técnico são submetidas a um regime especial de avaliação e controle isso, demanda a retenção da produção. Nós já fizemos isso nessas empresas que tiveram uma amostra fora do padrão, nós já retivemos a produção até que a empresa apresente um programa de controle efetivo na qualidade da matéria-prima do produto elaborado e que acompanhado de análise laboratoriais efetuados pela própria empresa.

Após esse procedimento, a empresa, o SIF, através de medidas laboratoriais, ela avaliação previamente a qualidade do produto antes da sua liberação para sua comercialização. Esse critério já foi aplicado e está sendo aplicado em outras empresas à medida que vão sendo detectados problemas não conformidade do produto no mercado. Encaminhar ao Ministério Público os processos administrativos instaurados, isso nós já tínhamos esse procedimento na área da carne e estendemos na área de leite.

No momento em que você encerra o processo no âmbito administrativo do mapa, aonde nós aplicamos a multa máxima de 16 mil reais apenas e isso não inibe ninguém de cometer a fraude. Nós encaminhamos o processo ao Ministério Público e o Ministério Público apura a responsabilidade civil e criminal do empresário e pode sim, aplicar uma multa complementar, como já vem acontecendo em alguns Estados. A publicação do *site* no mapa com a lista das empresas que forem autuadas por fraude. Nós já temos o nosso *site* em outros assuntos. Essa lista de empresas, nós estamos estendendo para a área do leite e vamos promover e estimular a integração de ações, com a Polícia Federal e Ministério Público, no sentido de fortalecer as ações da parte técnica.

A apresentação foi muito rápida, mas eu fico a disposição dos senhores para qualquer questionamento que houver. Muito obrigado.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Somente para encerrar. Eu gostaria de informar que efetivamente esta questão preocupou muito o Ministério,

principalmente porque o prejuízo acaba ficando com os produtores, nós temos mais de um milhão de produtores. E aqui também na exposição, eu acho que é bom que fique claro nós temos ainda basicamente dois sistemas de produção: Aquele sistema de produção que atende ao nível local e aquele sistema de produção que atende já em escala industrial, é claro, que o rigor em relação aquele sistema que atende em escala industrial, é muito maior e, efetivamente, já esta dentro do sistema, quando ele fala que o sistema é educativo, eu não diria que ele é educativo para aqueles que trabalham no sistema industrial, mas ele é educativo para aqueles que trabalham para o fornecimento de leite a nível normal de Município, que não participam de uma estrutura maior de produção. Já que em uma estrutura maior de produção, ele tem que obedecer a critérios muito mais rigorosos de gênero e de qualidade para que atinja o comércio. De qualquer forma, a nossa posição, evidentemente, é de transmitir, adotar medidas que transmitam segurança ao nosso consumidor e que mantenha a cadeia produzindo com higiene e qualidade. Esta é a ação e esta é a preocupação principal e acho que esse objetivo está sendo atingido.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministro Reinhold Stephanes. De imediato ouviremos o Dr. Ricardo Morishita Wada, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça.

SR. RICARDO MORISHITA WADA: Muito bom dia a todos. Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Senador Neuto De Conto, meu caríssimo Presidente da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor, Senador Leomar Quintanilha, Exmo. Sr. Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Srs. Senadores, Srªs. e Srs. presentes.

Inicialmente eu quero agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui para relatar um pouco das ações que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor vem empreendendo, portanto, eu queria fazer o registro e agradecer ao Senador Renato Casagrande, registrar o agradecimento pelo requerimento que foi encaminhado.

Eu queria também cumprimentar o Exmo. Ministro de Estado da Agricultura, Reinhold Stephanes, porque, inclusive, na sua gestão, nós pudemos realizar uma ação inovadora no que diz respeito ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Eu gostaria de começar exatamente por aí.

Quando nós falamos do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor nós estamos falando basicamente de um lado da área pública dos PROCONs estaduais, dos PROCONs municipais, do Ministério Público que é um importante colaborador do Sistema de Defensorias Públicas e das entidades civis, neste ano, no dia 30 de maio de 2007, nós tivemos a oportunidade de celebrar uma ação, um termo de ação conjunta entre o Ministério da Justiça, o Departamento da Proteção e Defesa do Consumidor, e o Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, DIPOA, vinculado a Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura.

Essa ação conjunta tem por objetivo, basicamente, fazer a análise dos produtos que se encontram nas gôndolas de supermercado. Os senhores sabem que o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor tem uma competência bastante delimitada, não nos compete verificar a cadeia de produção, mas principalmente aqueles produtos que se encontram a disposição do consumidor.

Essa ação conjunta foi celebrada exatamente com o objetivo de colaborar com todo um sistema que o Ministério da Agricultura vem desenvolvendo, mas que também permite do outro lado, ter um acompanhamento de outras instituições, de outro Ministério e, também, com o foco mais específico de resguardar as informações corretas e adequadas para os consumidores. O objetivo dessa ação conjunta foi desde a apreensão dos produtos nas gôndolas de supermercado e nos pontos de venda, que é onde nós temos a atribuição para intervir e promover apreensão e coleta de produtos e verificar a veracidade, a correção e a adequação da informação do rótulo com efetivamente aquele produto que é entregue até o consumidor.

Isso foi celebrado no dia 30 de maio e imediatamente no mês de junho, nós procedemos a uma ação nacional. Nós contamos com a colaboração dos Sistemas Nacional de Defesa do Consumidor especialmente os PROCONs estaduais. Em junho nós trabalhamos juntos com os PROCONs do Estado de Goiás, do Estado da Paraíba, o Procon de Santa Catarina, o Procon de São Paulo e o Procon de Tocantins. O nosso objetivo era a coleta de produtos nos pontos de venda e, posteriormente, a essa coleta, o envio ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal que iria proceder à análise desses produtos e, portanto, ao final iria encaminhar o resultado dessas análises.

Foi recolhida e apreendida nessa operação, por volta de 57 amostras, e o resultado dessas amostras nós recebemos e pudemos concluir que 18 produtos apresentavam uma desconformidade com o regulamento técnico de identificação e qualidade do Ministério da Agricultura, portanto, de uma fiscalização cuja competência é própria é originária do Ministério da Agricultura. Mas, no entanto, afora essas irregularidades, nós também pudemos constatar, segundo o laudo

encaminhado pelo DIPOA, que oito produtos especificamente estavam em desconformidade e sete produtos, sete marcas de produtos, havia uma duplicidade de produtos, haviam constatado o descumprimento do Código de Defesa do Consumidor, motivo pelo qual nos levou essa ação conjunta com os PROCONs e aqui especificamente dos três Estados aonde as amostras foram recolhidas e se verificou a irregularidade, que é o Procon de Goiás, da Paraíba e o Procon de Santa Catarina, nos levou a instauração de processos administrativos para verificação das fraudes.

Com relação especificamente um produto que foi coletado pelo Procon de Santa Catarina, o leito UHT integral da marca Cedrense, nós verificamos, segundo o laudo do DIPOA, que ele apresentou uma informação enganosa com relação a sua rotulagem. Ele apresentou 30.23% a mais de carboidratos, 11.18% a menos de proteína e 17.44 a mais de gordura. Lembrando que a ANVISA tem um relacionamento, a RDC que admite uma variação de 20% a mais e por uma interpretação da ANVISA de 20% a menos, o que nós leva a uma irregularidade de 10.23% com relação ao carboidrato. Ele informava no rótulo para o consumidor uma determinada quantidade, quando na realidade, ele tinha a mais dessa qualidade, esse é com relação ao produto Cedrense.

No caso do Procon de Goiás e no Procon de Tocantins houve uma coincidência nessa apreensão. Foi verificado que o leite UHT integral da empresa Marajoara também apresentou irregularidades. No caso da coleta do Procon de Goiás, segundo o laudo do mapa, ele apresentou 25.7% a menos de proteína e 10% a mais de gordura, sempre lembrando a resolução da ANVISA e a interpretação da ANVISA que estabelece um limite de 20% a mais e a menos de tolerância com relação a essas informações. O que nós dá 5.1% menos de proteína, neste caso da coleta do Procon Goiás.

Na coleta do Procon de Tocantins, que foi também realizada pelo nosso estimado Procon de Tocantins, também nós tivemos o mesmo resultado, uma informação que para o consumidor garantia que ele deveria ter um determinado percentual de proteína, quando tinha, na realidade, menos e ainda considerando os 20% dá uma quantidade de 5.1% menos de proteína, do que aquela que deveria conter este produto.

A outra apreensão, o outro processo diz respeito à marca Cilpe da empresa Big Leite, nesse caso, aqui foi uma apreensão do Procon da Paraíba e nós tivemos aqui um percentual de 52.89% a menos de proteína, do que informava a rotulagem, de novo o segundo laudo do Ministério da Agricultura se nós descontarmos a variação da ANVISA de 20%, nos dá uma diferença de 32.89% com relação aquilo que é informado ao consumidor.

Na prática isso significa que há uma enganosidade, é por isso que nós estamos instaurando o Processo Administrativo, claro que a empresa tem a possibilidade, tem toda a ampla defesa para estabelecer seus argumentos, mas me parece que algo bastante objetivo, embora ela tenha essa possibilidade, foi uma constatação técnica realizada em conjunto com o Ministério da Agricultura.

O outro produto que também nos foi objeto de apreensão, de instauração é o produto, é o leite em pó integral, esse é o caso do leite em pó não apenas o UHT, mas também leite em pó da marca LEBOM, esse foi o caso da apreensão do nosso querido Procon do Estado da Paraíba onde ali, de novo, se verificou várias irregularidades, mas a principal delas, que motivou a instauração do processo, foi 47.05% a menos de proteína do que aquilo que deveria ser, do que se informava o consumidor através da rotulagem.

Descontando o percentual 20%, nós temos 37.05% a menos de proteína do que aquilo que foi informado, segundo o laudo do Ministério da Agricultura. E, por último, nós tivemos ainda no Estado da Paraíba a apreensão de mais dois produtos, leite UHT integral da Parmalat e o outro o leite UHT integral da Alimba. Nesses dois casos também foram constatadas irregularidades. No caso da Parmalat foram verificados 47.02% a menos de carboidratos, se nós fizermos o desconto da ANVISA de 20% dá 27.2% a menos do que se informava na rotulagem. E o leite UHT integral, Alimba, 44.6% a menos de carboidrato, o que dá 24.6%, além da regulamentação tecnicamente, da tolerância admitida tudo com base nos laudos emitidos pelo Ministério de Agricultura.

E o último diz respeito ao leite UHT integral total que foi uma apreensão de todos os Estados aqui e se verificou um percentual de 28% a menos de proteína, dá um percentual de 8% além da tolerância admitida.

Essas ações dizem respeito em um primeiro momento, a instauração de processos, a violação do Código de Defesa do Consumidor está diretamente relacionada à obrigação da informação veraz, da informação correta, essas constatações foram importantes, esta é uma ação importante que foi desenvolvida entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Agricultura. Essa participação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, claro, que em um primeiro momento diz respeito às coletas dos produtos que estão nos pontos de venda, mas ao final do processo, nós não descartamos as outras possibilidades que também se mostramos bastante valiosas.

Eu queria recordar aqui uma das ações que nós fizemos em conjunto com o Ministério da Agricultura, que é uma forma de potencializar a aplicação das sanções que são efetivamente transitadas em julgado no âmbito do Ministério da Agricultura, porque uma vez o assunto já discutido do ponto de vista administrativo pode fundamentar uma ação Civil Pública buscando uma reparação maior para todos os consumidores, inclusive, para coletividade dos consumidores nesses casos.

Imagino que a mesma metodologia possa ser aplicada nesses casos e me parece que foi um grande avanço essa intervenção do Ministério da Justiça, do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e, especificamente, desses PROCONs envolvidos nessa operação. O Procon de Goiás, Procon de São Paulo, de Santa Catarina e o Procon do Estado de Tocantins, foram uma ação articulada, o objetivo é a ação da informação do consumidor, claro que nosso objetivo não foi verificar o risco à saúde e a segurança.

Esses laudos dizem respeito especificamente a enganosidade e a informação adequada aos consumidores. Eram essas as informações que eu queria compartilhar com os senhores. Sr. Presidente, muito obrigado novamente pelo convite e pela oportunidade e estamos a disposição aqui para as eventuais perguntas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado Dr. Ricardo. Ouviremos agora a Dra. Maria Cecília Martins Brito, diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Com a palavra.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Bom dia a todos. Senador é um prazer. Muito obrigado pelo convite. A ANVISA agradece, lembrando e nós entendemos como é muito importante mesmo a nossa presença aqui. Faz parte do escopo das nossas responsabilidades.

A área de proteção da saúde no País sempre cresceu a partir das tragédias, foi assim com o césio, foi como um medicamento falsificado, foi assim com aditivos nos sucos e nós entendemos que esse episódio, com certeza, também terá grandes avanços à Vigilância Sanitária, antes da tragédia, antes que isso tudo se torne apenas um episódio nefasto, mas a Vigilância Sanitária de todo esse País tem responsabilidade sobre a saúde de todas as coisas que interfere na saúde das pessoas, de alguma forma abrangência de nosso trabalho é muito grande e nós temos a partir da Lei Orgânica da Saúde e da própria Constituição, a definição do poder de polícia, alguma coisa diferente de todos os outros lugares do País, porque nós do mundo, porque nós temos esse poder de polícia.

Nós apreendemos, nós prendemos coisas, ao mesmo tempo nós também seguimos o direito sanitário uma peculiaridade da Vigilância Sanitária, seguimos o Processo Administrativo, precisamos instaurar um processo administrativo para darmos condução a qualquer ilícito e segundo a nossa legislação maior, a 6437 de 77, ela diz que o ilícito sempre obtido através de análises laboratoriais oficiais, isso significa que são laboratoriais oriundos do Ministério da Saúde, são os laboratórios que nós fornecem laudos oficiais a partir dos quais a ANVISA, a Vigilância Sanitária Estadual e Municipal, lavram seus processos, seus autos e processos administrativos.

Nesse evento nós nos apossamos do princípio da precaução da competência da Vigilância Sanitária e com base nos laudos do LANAGRO fizemos uma resolução, definimos a pronta interdição cautelar e estamos no aguardo dos laudos oficiais dos laboratórios oficial do Ministério da Saúde para as atitudes então que virão.

É preciso ressaltar que nós temos o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária de uma forma totalmente descentralizada compete o monitoramento desse leite, de todos os produtos no mercado.

Nós trabalhamos na coordenação. É atribuição da ANVISA coordenar esse Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, Estados e Municípios tem programas sistemáticos, alguns Estados tem programas sistemáticos alguns outros trabalham de forma esporádica com amostragem diferenciada e não só para o leite, mas para todos os outros produtos também que dizem respeito à saúde das pessoas

Nós temos hoje com base nas especificações definidas pelo Ministério da Agricultura, aproximadamente 4% de desvio de qualidade que consta nos nossos relatórios. Desta forma, Estados e Municípios conduzem toda essa monitoração no mercado. Ela é feita por Estados e Municípios e nós temos de alguma forma respostas um pouco mais contundentes principalmente dos Estados onde essa atividade de leite é permanente, é intensa, como Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Nós temos esses dados de posse.

A partir do momento em que nós recebermos os laudos dos nossos laboratórios oficiais, acredito que brevemente, teremos a análise pela Câmara Técnica de Alimentos, uma Câmara formada de professores, de colaboradores da saúde, que vêm trabalhando conosco diuturnamente em vários assuntos. Nós nos debruçaremos sobre os laudos, teremos, com certeza, novas propostas e novas ações através das ações RDC ou RE da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Teria muito mais coisa para dizer para vocês, mas acredito

que a parte mais importante será a que se segue às nossas falas e fico a disposição. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Maria Cecília. Ouviremos o Dr. Rodrigo Alvim, Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNT.

SR. RODRIGO ALVIM: Boa tarde Srs. Senadores, Presidente. Boa tarde Ministro, Dra. Maria Cecília, Dr. Ricardo Morishita. Nós gostaríamos de falar um pouco aos senhores sobre um assunto que o Ministro já se reportou a ele e o Dr. Nelson também, um programa de qualidade do leite no Brasil que foi implementado pelo Ministério da Agricultura a partir de 2005 nas regiões: Sul, Sudeste e Centro-Oeste, e a partir da 2007 no Norte e Noroeste brasileiro.

Antes disso, nós queríamos tecer alguns comentários sobre alguns antecedentes de relação às ações da Comissão Nacional de Leite da CNA e a nossa Câmara setorial junto ao Ministério da Agricultura, sobre as tratativas que tivemos junto ao Ministério da Agricultura e outro órgão de Governo de relação à ação da fraude.

Primeiro dizer aos senhores que esse processo começou de forma mais veemente desde 2001 quando foram implantada no Brasil cinco CPIs de leite em cinco Assembléias Legislativas, em cinco Estados, inclusive, do senhor, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, já naquela época os Deputados Estaduais diziam que havia índices de fraudes no leite brasileiro. Isso foi, inclusive, fruto de uma PFC, de um trabalho feito pelo Deputado Moacir Micheletto, aqui na Câmara dos Deputados, que condensou os cinco relatórios dessas cinco CPIs e que nesse relatório ele apontava 16 problemas na pecuária leiteira brasileira,

Desde a questão da formação de cartel na formação do preço da cadeia, até a questão da fraude. Nos anos de 2003 e 2004, seis entidades da iniciativa privada brasileira, representando não só produtores como alguns setores da indústria, desde o leite em pó, sindicatos de indústrias de alguns Estados, enfim, as cooperativas, nós criamos um termo de cooperação técnica entre o setor privado e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para intensificar as ações na fiscalização da fraude.

Naquela época, nesses dois anos de 2003, 2004, foram coletados no primeiro ano, 1975 amostras, 1570 negativos e 339 pelos relatórios que nós foram fornecidos pelo Ministério da Agricultura, estavam com algum tipo de desconformidade, eram, portanto, 17,2% das análises feitas naquele ano. E no ano seguinte, vejam o resultado dessa ação, veja o tanto que se inibiu a fraude simplesmente pelo fato do Ministério da Agricultura estar mais atuante e mais presente, inclusive, trazendo resultados. As pessoas que tomavam conhecimento deles e que, portanto, minimizavam suas ações criminosas com relação à fraude no ano seguinte, apenas 7.8% das amostras tinham algum tipo de desconformidade. No final de 2004 mais de 70% dos processos foram arquivados por alguma falha nos procedimentos administrativos. Alguns deles, por exemplo, dizia respeito à contra prova.

Nós entendemos, Sr. Ministro, a dificuldade que o Ministério da Agricultura tinha naquela época de ser rigoroso, de ser ágil, de ser mais dinâmico nessa situação, por todo um arcabouço de Legislações e Normativas que não permitiu ao Ministério da Agricultura andar. Essa era a nossa reclamação na época. Nós queríamos, inclusive, contar um fato que o ex-Ministro Roberto Rodrigues dizia, que a agropecuária mundial é cíclica, ele tem oito anos de uma situação boa e oito anos de uma situação ruim, isso há muitos anos se dizia, dos sete anos da vaca gorda e dos sete anos da vaca magra, mas o Ministro da Agricultura dizia que não precisava dos 4 anos dele ter sido em um período ruim, nesse sentido, eu queria dizer aos senhores que tem cinco anos que nós estamos trabalhando nesse sentido, infelizmente Ministro.

O senhor, nós sabemos da sua boa intenção, da sua capacidade de gestão, a exemplo de outros órgãos e outros Ministérios que o senhor já esteve à frente, isso caiu no colo do senhor nos seus primeiros meses de Governo e de gestão em frente ao Ministério. Felizmente, porque estamos vendo ações rápidas no sentido de se trabalhar de forma a coibir isso.

Mas nos anos de 2005 e 2006, a CNA encaminhou ao Ministério da Agricultura, diversos documentos solicitando ações mais eficazes com relação ao combate a esse tipo de fraude na nossa cadeia. No ano de 2006, um estudo apresentado no segundo Congresso Brasileiro da Qualidade do Leite em Goiânia, nós fomos chamados por um professor da Universidade Federal de Viçosa, que nós disse: “Rodrigo agora não é mais soro, agora é água”, porque descobriram uma formulazinha que colocando o açúcar junto com a água, mascara o resultado da colposcopia.

Poderia ser, inclusive, naquela época, ser essa fórmula que foi agora deflagrada e no ano de 2007, uma reunião no início desse ano, uma reunião no Departamento de Proteção de Defesa do Consumidor, com o Dr. Ricardo Morishita que está aqui presente, pode ter sido o que desencadeou, na realidade, o que o Dr. Ricardo mencionou aqui, de uma parceria de ação conjunta, com o Ministério da Agricultura. Queria dizer aqui Ministro, seus técnico que sabem disso, não fomos procurar o Ministério da Justiça, sem an-

tes dizer ao Ministério da Agricultura que estávamos tomando aquela providência, no sentido de ajudar, no sentido exatamente de buscar dinamizar mais esse processo.

Falando um pouco da questão do problema nacional da qualidade são dois *slides* mais, nós queremos primeiro, o objetivo disso é promover a melhoria e garantir a qualidade do leite e dos seus derivados, garantir a saúde da população, aumentando a competitividade dos produtos brasileiros no nosso mercado e no mercado internacional. Na medida em o que Brasil tem se tornado um País exportador, a partir desse ano, dessa década de 2000, fomos o segundo maior País importador de produtos lácteos do mundo, a década de 90 foi uma década desastrosa da pecuária leiteira nacional, com a concorrência dos produtos importados que vinham carregados de subsídios da sua origem, mas, enfim, estamos transformando em um País exportador e podemos ser, com certeza, um dos maiores *players* senão o maior *players* no mercado internacional, também na área de laticínios como já somos de outros produtos da agropecuária.

Naturalmente que na visão do produtor, investir em qualidade é o que nós temos feito insistentemente nos últimos cinco anos, sobretudo, a partir de 2005 é ter a valorização de um produtor de qualidade superior. O que o produtor deseja, é um pagamento diferenciado pela qualidade. Afinal de contas, o produtor assumiu parte do custo que era da indústria, que era refrigeração do leite. O leite ia à temperatura ambiente para os laticínios e lá, o primeiro processo era a sua refrigeração. Agora, 80% do leite no Centro-Sul brasileiro estão sendo refrigerados na propriedade do produtor rural, está sendo transportado a granel em caminhões isotérmicos e esse custo da refrigeração ficou em cima do produtor, que nem sempre, como vocês vão ver, está recebendo um adicional e um *plus*, pela qualidade que está ofertando ao mercado.

Naturalmente que o produtor estimulado, pode se especializar ainda mais e ir à busca de mais qualidade. O processo está se iniciando, temos muita coisa a fazer, apesar de termos avançado muito, é importante entender a realidade brasileira, um País continental que produz leite nos seus praticamente 5 mil e 650 e tantos municípios, todos os municípios brasileiros produzem leite, são pequenos produtores, na sua grande maioria, que tem dificuldades de se inserirem nesse programa, mas que estamos avançando muito e como vocês vão ver, melhorou muito à qualidade do leite brasileiro.

Nós pegamos os resultados da clínica do leite que é um dos oitos laboratórios oficiais da Rede Brasileira de Qualidade do Leite, que faz parte do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite, são laboratórios que estão invariavelmente em universidades, não são laboratórios que estão dentro de indústrias, são laboratórios fora da cadeia, credenciados pelo Ministério da Agricultura.

E por que pegamos o laboratório da ESALQ, da Clínica do Leite? Porque 38% das análises analisadas nesse laboratório vêm de Minas Gerais, 47% dessas análises vêm do Estado de São Paulo, portanto, essa região está no foco do que hoje está acontecendo com relação à desconformidade dos produtos lácteos no mercado.

Esse é um quadro do nosso laboratório da ESALQ, comparando a qualidade do leite brasileiro, com a qualidade do leite americano. Eu quero dizer aos senhores que os americanos demoraram 15 anos para reduzirem, por exemplo, a contagem de células somáticas de 1 milhão para 750 mil e o Brasil com apenas dois anos da implantação da normativa 51, no Centro Sul brasileiro, estamos com uma média de 496 mil células somáticas, o máximo tolerado pela IN 51 é um milhão e, portanto, estamos muito próximos dos americanos que têm aí mais de 40 anos trabalhando a qualidade, sem nunca ter faltado, com certeza, para os Ministérios desenvolvidos nesse processo nos Estados Unidos, dinheiro para trabalhar os seus laboratórios, para montar seus laboratórios, nunca tiveram seguro-dinheiro de Defesa Agropecuária de seus Ministérios, mas nós avançamos muito e muito se compararmos os americanos ao produto imposto *in natura* brasileiro.

Em relação à contagem bacteriana total, naturalmente que há uma diferença gritante, os Estados Unidos tem em média 25 mil unidades formadora de colônia na sua contagem bacteriana, nós estamos com uma média alta de 462 mil, absolutamente dentro daquilo que é tolerado pelo Ministério da Agricultura, nessa primeira parte do controle de qualidade, que naturalmente ele é progressivo, mas também a tolerância aqui é de um milhão, estamos muito abaixo da tolerância. Portanto, isso aqui está muito ligado, enfim, a você trabalhar o produtor, você orientar o produtor, você treinar o produtor, porque isso aqui está ligado há assepsia, higiene na hora da ordenha.

Com relação a traços de antibióticos, os Estados Unidos tem 0,1% das análises com traços de antibióticos, nós temos apenas 1,1% é muito pouco se considerarmos que esse programa está sendo implementado há pouco mais de dois anos.

Com relação à gordura, os americanos têm uma média de 3.7%, nós temos uma média de 3.54%, de proteína os americanos tem 3.4, nós temos 3.17 e com relação aos sólidos totais do leite, os americanos tem 12.8 e os brasileiros estão, nessas análises da Clínica do Leite, com a média de 12.14.

Aqui é a importância da qualidade do leite na visão do produtor, dentro daquele quadro que nós colocamos do produtor querer ser remunerado pela qualidade que está imputando a seu produto, veja a comparação desses dois cenários: um cenário com um produtor com 550 mil células somáticas e um produtor com 200 mil. Esse produtor de 200 mil pode estar aferindo 3 centavos a mais, ao final do seu produto que ele entrega à indústria.

A mesma coisa na contagem bacteriana, ele pode estar auferindo mais quatro centavos na gordura, mais 0,015 centavos na proteína e assim por diante. Isso aqui significa que um produtor de 250 litros de produção diária, pode aferir 762 reais, a mais, na sua renda no final do mês e um produtor do dois mil litros pode estar aferindo até 6 mil e 100 reais a mais em sua renda até o final do mês. É esse tipo de coisa que se pretende ver, de forma mais ampla no Brasil, a partir, sobretudo, desse momento agora em que vem à tona essa discussão da qualidade, de forma tão veemente, porque é assim que nós vamos avançar, remunerando a qualidade dos produtores.

Na Clínica do Leite, de 202 indústrias que são analisadas naquela Clínica, apenas 11 indústrias pagam pela qualidade, outras 191 indústrias fazem qualquer *plus* no pagamento, qualquer agregação de valor ao produto de um produtor que está preocupado em buscar mais qualidade. Isso significa que na questão da contagem bacteriana total, apenas 93 mil unidades formadoras de colônia, nessas 11 que pagam por qualidade, e aquelas que não pagam por qualidade têm uma contagem bacteriana muito maior, porque os produtores podem investir muito menos na atividade.

É o que eu tinha a colocar, Srs. Senadores e estou à disposição para qualquer outro esclarecimento adicional. Eu queria apenas concluir dizendo que o segmento de produção primária de leite do Brasil tem feito sua parte e não tem sido barato fazê-la. É um investimento importante, nós temos dificuldades como dissemos, porque são 70% dos produtores brasileiros são produtores de economia familiar.

Temos que trabalhar esses produtores, no sentido deles estarem se organizando, criando os seus tanques comunitários para não serem excluídos desse processo, mas de qualquer maneira temos feito à nossa parte. Por isso, a nossa irritação durante tanto tempo, enquanto aplicávamos recursos importantes dos produtores na questão da melhoria da qualidade, nós víamos sempre a ameaça do produto produzido com tanto zelo e com tanto cuidado, por grande parte dos produtores, estar sendo de alguma forma adulterado ao chegar à mesa dos consumidores. Esse era o motivo da nossa irritação. Sabemos do custo de tudo isso que está acontecendo, esse custo foi avaliado na Comissão Agropecuária de Leite no momento em que resolvemos trabalhar a qualidade do leite no Brasil, mas é o processo que tínhamos que passar, esse é o ônus que deveríamos ter para vencermos, para virarmos essa folha, e para trabalharmos para o Brasil ser o maior *player* no mercado internacional de produtos lácteos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Rodrigo Alvim. Agora ouviremos os Srs. Senadores e pela ordem de inscrição, a eminente Senadora Kátia Abreu está com a palavra.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigado Presidente. Eu quero cumprimentar nosso Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, o representante da CNA, representante da Comissão do Leite, Rodrigo Alvim, Dra. Maria Cecília da ANVISA. Eu não estou conseguindo ver até o final, Dr. Ricardo Morishita, muito prazer de estar aqui, Ricardo, e o Diretor do DIPOA, que apresentou agora há pouco em nome do Ministro.

Ministro, o senhor está há seis no Ministério, e está herdando uma herança maldita, uma herança de mais ou menos cinco anos de denúncias por parte das entidades de classe, como aqui foi falado de muitos laticínios e cooperativas pedindo socorro por não estarem conseguindo conviver, concorrer com aqueles laticínios, com as cooperativas que usavam da prática, que não essa de hoje, dessa fórmula da denúncia de hoje, mas soro, enfim, outros produtos que nem todos de mal à saúde, mas que alteraram a nutrição do leite afetando a recomendação de saúde humana e trazendo um estrago, um prejuízo muito grande a todo o setor e a sociedade, principalmente, ao consumidor.

Então são cinco anos de batalha contra essas fraudes. Nós temos na CNA, 21 Comissões de temas variados das cadeias mais importantes do País, como carne, soja, algodão, milho e uma delas, uma das mais importantes é do leite. Eu tenho acompanhado o trabalho do Dr. Rodrigo Alvim e sempre, em todas as reuniões ao longo dos anos, o principal tema desta Comissão é exatamente o combate à fraude do leite.

Nós representamos os produtores rurais, nós sabemos o prejuízo que o produtor terá conseqüentemente a uma adulteração, a uma frase praticada por uma cooperativa ou por um laticínio, sempre sobra para um produtor, por conta da diminuição do consumo como está ocorrendo agora e, normalmente, à sociedade, às vezes, por falta de uma informação, talvez, mais precisa de nós mesmo, da categoria que não temos o recurso da mídia para colocar isso à sociedade, a culpa sempre fica, a imagem do produtor afetada.

Então são cinco anos, mais de cinco anos de luta junto ao DIPOA e o Diretor que agora há pouco apresentou que já está lá na chefia do DIPOA há mais de quatro anos ou quatro anos, sabe dessas questões tão bem quanto todos nós. Agora, Ministro, nós temos 1700 laticínios sifados, com SIF, que deveriam e estão sob a guarda do DIPOA. Nós temos 1700, para 212 fiscais. Em um Brasil continental onde as distancias são imensas, 212 fiscais é a informação que eu tive. Além desse número terrível, nós ainda temos uma execução orçamentária dificílima, muito complicada.

Nós estamos aqui com a apresentação e a tabela do CIAF no que diz respeito ao programa de ações referentes ao controle e qualidade dos produtos de laticínios e outros. Nós temos um total de 4 programas com a dotação autorizada de 30 milhões de reais e uma execução de cinco. Especialmente a fiscalização contra a fraude e a clandestinidade de produtos de origem agropecuária, um orçamento de dois milhões e meio e uma execução de 1,250. É isso que desanima Ministro, sem dinheiro não se faz defesa. É isso que eu quero estender para todas as outras áreas, animal e aftosa. As visitas que nós recebemos, as possibilidades de exportações que nós temos do leite, nós somos um grande produtor, mas estamos praticamente consumindo tudo no nosso País.

Nós estamos com uma exportação pífia e nós temos grandes possibilidades. É muito simples. São só esses organismos internacionais pegaram no CIAF, e em qualquer lugar que é público, e ver a execução orçamentária, que sabe que as coisas não estão bem, basta olhar a execução orçamentária. Eu quero dizer ao Diretor do DIPOA que está lá muito mais tempo que o Sr. Ministro, o senhor chegou agora há seis meses e eu quero aqui reiterar a minha consideração e admiração por V.Exª. e do seu compromisso com esse setor, que tem tantos problemas para serem resolvidos, mas todo o setor que representa um terço dos indicadores mais importantes do País, não pode ter pouco problema, um terço do emprego, um terço das importações e um terço do PIB, claro, que uma grandeza dessa significa grandeza de problemas e que tem que serem resolvidos.

Legislação falha, fiscalização de minuta, fraudes antigas, eu atribuo ao DIPOA essa grande responsabilidade de uma ação mais eficaz nessa ordem. O prejuízo que isso pode trazer ao País, especialmente ao agronegócios, aos produtores de leite. Esses serão os mais afetados no seu preço e na sua renda que já está baixíssima. Eu acredito Ministro que aqui o senhor me desculpe à franqueza, mas em qualquer lugar do mundo esse Chefe do DIPOA não ficaria onde está diante dessa crise e da gravidade do que está acontecendo com o setor do leite. Isso aqui é crime de responsabilidade, de má gestão e administração deixar que nessa altura do campeonato nós possamos estar em todos os veículos de comunicação do País, expostos da maneira como estamos.

Não é um foco de aftosa, de repente apareceu em algum lugar, são cinco anos de denúncias, de fraudes com relação há esse assunto, há essas misturas, essas alterações do leite no Brasil inteiro. Nós estamos falando de 800 mil produtores comerciais que esse País tem. Na realidade dos cinco milhões de produtores no País, dos cinco milhões, todos têm o seu leitinho do consumo, mas nós temos 800 mil produtores comerciais que serão brutalmente atingidos com essa situação.

O senhor sabe das nossas discussões e da nossa preocupação com relação à defesa sanitária como um todo, do nosso planejamento de defesa sanitária, que nós precisamos com urgência efetivar no País. Nós temos uma legislação que não é ruim, mas que está muito sobrepostas por normas, por circulares, por instruções normativas, por dificuldades da execução, mas normas e Leis que foram aprovadas ainda quando o Paulinelli era Ministro, Leis que não são ruins, mas que nós temos que verticalizar, nós temos que dar uma limpada nessa legislação, porque não é mais possível há quantidade de legislação que os Ministérios estão fazendo não é só o Ministério de V.Exª., mas as instruções normativas e as circulares sobrepondo legislações aprovadas pelo Congresso Nacional. Nós precisamos ordenar isso o mais rápido possível.

Na realidade, se nós formos apertados pelo Presidente da República e ele nos pedir o custo da defesa agropecuária neste País, o custo exato, quanto é que ela custa de verdade? Eu tenho minhas dúvidas, se nós saberemos responder com precisão, eu tenho minhas dúvidas e nós precisamos ter esse número. Eu acho que todos nós temos a responsabilidade de levantar esses custos, porque eu acho que contra os argumentos técnicos é difícil rebater. É o caso da CPMF não consegue ninguém do Governo justificar porque ela não pode acabar, não tem argumento técnico, e nós estamos com esse mesmo caso.

Se nós soubermos de verdade quanto custa Ministro, com técnicos, com chancela, de quanto custa à defesa, é muito mais difícil o Governo contingenciar. Eu acho que é possível fazer isso, eu acho que o setor todo está pronto para contribuir. Houve em 2003 um pequeno convênio, confesso que acho um pequeno convênio, 250 mil reais, mas que foi suficiente para alterar às estatísticas com relação ao que o Dr. Rodrigo mostrou aqui agora há pouco.

Agora nós precisamos da nossa agência de defesa agropecuária, nós precisamos ter essa coragem da

fazer e eu sei que V.Exª. tem coragem suficiente para isso, porque todos os Estados tem agência de defesa agropecuária e nós não podemos ter na União, o Governo Federal resiste em implementar não só esse Governo, os governos anteriores também, porque resiste em criar a agência de defesa agropecuária. Uma agência independente, eficiente, que funcione na hora certa, principalmente na hora dos riscos, na hora das dificuldades, mas a máquina estatal é burocrática, ela tem suas imposições que são intransponíveis, nós não podemos sequer fazer propaganda na televisão de brucelose ou contra a aftosa no período eleitoral, uma coisa não tem nada a ver com a outra. Isso é uma burocracia de Estado que temos que respeitar e que a agência de defesa agropecuária poderia superar tudo isso.

E o Ministério tem esse planejamento e tem essa agência montada e criada no papel, iniciou com o Ministro Roberto Rodrigues. Eu sei que V.Exª. já apreciou esse trabalho, eu acho que seria uma grande solução nós enfrentarmos o corporativismo e eu sei que ninguém gosta de perder poder, eu não estou dizendo o caso de V.Exª. Ministro, que não tem apego a isso, mas a própria entidade não quer dividir poderes e a agência de defesa agropecuária, reconheço que divide poderes, sim, mas vai ser eficiente e vai ser muito boa para o País.

Eu gostaria muito que o Sr. Diretor do DIPOA, Ministro, pudesse ser mais incisivo nas explicações, não adianta organograma, eficiência ali mostradas, o resultado está aí, o resultado está na imprensa, esse é o resultado da DIPOA. Eu tenho um amigo que dizia que o leite tem duas fases ou está ruim ou está muito ruim, agora está péssimo, conseguimos uma terceira categoria para o leite no que diz respeito, quando eu digo ruim é o faturamento do produtor é a renda do protetor baixíssima. Quando ele consegue dar um suspiro e uma folga como foi nos últimos meses acontece um desastre desses, isso é um desastre, é um desastre que nós vamos levar anos Ministro para recuperar diante da sociedade, anos e anos e uma ação de marketing pesadíssima do setor para poder reverter esse prejuízo monstruoso que o Brasil sofreu agora.

Não tem diferença esse episódio nenhum do que aquele quanto ocorre um foco de aftosa e que se espalha pelo mundo afora. Não tem diferença do prejuízo do que isso significa para o País. Agora eu entendo as duas dificuldades Ministro com relação ao orçamento e eu estou cansada da dizer, claro que não sou dona da verdade e nem isso pretendo. Enquanto o Brasil, o Governo Brasileiro não encarar o agronegócios como uma questão da Estado nós não vamos ter sucesso. Como disse agora há pouco o setor que representa esses três indicadores, esses setores não mais do Ministro Reinhold Stephanes, Ministro da Agricultura e não é mais dos produtores rurais não e nem da CNA e nem da UCB, um segmento que representa esses três índices, ele tem que ter a consideração de uma questão de Estado Brasileiro que influencia na economia, que tem que ser priorizado, porque representa fortemente a economia. Tira o agronegócios da balança comercial, experimente tirar para ver o que acontece.

Nós não podemos ser tratados com esse descaso. Nós não estamos querendo benesses, nós só queremos retribuição ao que nós estamos fazendo, nós estamos super evitando a balança, nós estamos dando em progresso, nós só estamos exportando, só está superavitária as exportações e importações, porque nós estamos garantindo isso. Nada mais justo do que nos dê o tratamento à altura, porque todo esse agronegócio que muita gente implica é o que está dando os impostos que o Governo tanto gasta. É com o nosso setor que nós estamos movimentando impostos.

Nós pagamos os nossos impostos, nós só queremos o dinheiro do Ministério da Agricultura, do Ministro Reinhold Stephanes, para executar as ações que vão garantir a continuidade dessa economia do agronegócios e vai dar resultado para o Governo Federal. As propagandas do Governo de todo o Governo são as colheitadeiras rodando, são os tratores plantando, é a boiada saindo do curral, é o leite sendo tirado do curral, como se aquilo ali tudo nascesse sozinho, que não precisasse de gente, como senão tivesse uma pessoa que estivesse tocando tudo aquilo. Um produtor rural sofrendo e precisando de ajuda, de ajuda não, precisando que o Estado Brasileiro cumpra com a sua obrigação, porque nós estamos cumprindo com a nossa da porteira para dentro, da porteira para fora que é responsabilidade de infra-estrutura, Sr. Ministro tem ciência disso e temos discutido muito a respeito. Nós sabemos que à parte do Governo não tem sido feita, principalmente no que diz respeito à defesa agropecuária, ao orçamento da defesa agropecuária e a questão da logística nesse País.

Porque na verdade a nossa obrigação é produzir. Nós não temos a obrigação de produzir e compensar a falta da estrada, de hidrovia, de ferrovia, isso é responsabilidade do Estado. A nossa obrigação é produzir, nós não temos a obrigação de produzir e compensar a falta de estrada, de hidrovia e de ferrovia. Isso é de responsabilidade do Estado e eu quero muito que o Governo pudesse responder Ministro, quem vai arcar com esse prejuízo? Quem vai arcar com esse prejuízo pela falta da defesa, pela falta de recurso, pela falta de orçamento, pela falta de gente. Pela falta de equipamentos nos laboratórios, quem vai pagar essa

conta? Será que é de novo os produtores rurais vão pagar essa conta?

Essa conta não é nossa e nós não admitimos pagar essa conta. Eu quero aqui Ministro deixar a minha indignação e o meu apoio de sempre que o senhor teve e terá para que nós possamos resolver os problemas do setor e, especialmente, este agora, e os produtores rurais não têm a menor responsabilidade sobre esse ato praticado no Brasil.

Gente ruim tem em todos os setores, não é só no agronegócios não. O que acabe ao Estado é identificar essas pessoas que trabalham contra o Brasil, que cometem fraudes e cometem crimes e tirar do caminho. Agora nós não podemos responsabilizar aquelas pessoas que não responsáveis. Eu quero aqui encerrar a minha participação Ministro, dizer da minha indignação e da minha tristeza de ver essa ré que o leite brasileiro vai dar, nós que temos tantas perspectivas de exportação, nós vamos ter que começar tudo de novo e uma luta árdua para recuperar a imagem do leite brasileiro. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Senadora Kátia Abreu, ouviremos agora o Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, autoridades que estão aqui, dirigentes da ANVISA. Eu lamento apenas como registro que um debate tão importante no Senado tenha tão poucos Senadores aqui, vai ver que tem muita coisa para ser feita em paralelo a esse debate. Tem um Ministro, tem um escândalo de repercussão e concordo com a fala da dirigente da ANVISA, quando diz que nós temos que tirar lições, por incrível que pareça, da adversidade.

Mas, eu quero focar mais nessa questão. Focar. Nós temos que falar aqui das duas cooperativas, nós temos que falar aqui da Coopervale e da Casmil, porque a gente acaba falando do orçamento do Governo, a gente acaba falando da CPMF e não mete o dedo na irresponsabilidade dos dirigentes da cooperativa. E o discurso acaba envolvendo todos os produtores, embora se faça um corte de que não é dos produtores, tem que dar o nome dos dirigentes e das cooperativas é não generalizar, porque nós estamos fazendo, está tratando de forma desigual o esforço, a luta do setor do leite.

Dar nome dos irresponsáveis, dos dirigentes das duas cooperativas, de quem está preso, de que nesse sentido, eu quero fazer uma pergunta ao Ministro Stephanes, sobre as multas. Das penalidades e eu quero fazer uma pergunta para o Ricardo. Nós temos que dizer aqui, aqui no Senado da República. Eu gostaria de saber o nome do Presidente das duas cooperativas tanto da Casmil, como da Coopervale, para ficar bem claro nesse debate.

O tempo dessas cooperativas, eu não quero tratar nesse exato momento embora tenha co-relação das políticas do Governo. Nós temos é que ir lá na cooperativa e dizer do mal, do desrespeito ao consumidor brasileiro. Das crianças, do prejuízo para as crianças, para a dona de casa, para as famílias. E tirarmos lições nesse sentido.

Não pode haver impunidade para essas pessoas, não pode haver impunidade e nós vamos estar ajudando o setor leiteiro do nosso País e dizer com tranqüilidade para o Rodrigo, para V.Sª., porque nesse exato momento, nós temos que sarjar, fazer a cirurgia sem anestesia. Quando V.Sª. diz que fica irritado é pouco, é muito pouco. É muito pouco. Tem que dizer mais do que ficar irritado. Não é? Porque é corporativismo, tem que ir além disso, temos que ir além, pedir à prisão, mesmo responsabilizar.

Ver da Ação Civil Pública qual é o objeto da Ação Civil Pública? Que V.Sª. falou? Qual é o objeto? Que é uma Lei específica. Precisa focar de forma muito precisa. Não é? Trabalhar o Ministério Público nesse sentido. Porque V.Sª. não precisou, mas eu gostaria até de fazer essa pergunta como que seriam as ações de reparação ao consumidor combinando com as multas. Combinando com as multas, eu acho que deveria ter uma combinação, porque tem que punir, dessa forma nós vamos ajudar a setor leiteiro.

E perguntar ao Ministro se todos os lotes, se o Ministério da Agricultura já pôde identificar todos os lotes que chegou até o mercado, com leite adulterado se já foi possível fazer isso. Se já dá para a população ter a tranqüilidade de que não tem nenhum lote de leite no mercado adulterado e que cause prejuízo ao consumidor primeiro.

O que eu coloco aqui é uma voz de um Senador em defesa dos direitos do consumidor. Perguntar para o Ministro, se o Ministério recebeu, se isso repercutiu em nível internacional, se já há alguma coisa contra o setor. Porque é irresponsabilidade com o setor que trabalha com dificuldade, com certeza, mas superando as dificuldades e aí gerente, técnicos, se envolvem em uma adulteração que não foi feita por pessoas não qualificadas.

Essa adulteração foi feita sob medida, com olhar técnico, tem que manter argumentos, pessoas presas, manter essas pessoas na prisão, culpar com rigor, tratar a multa, a penalidade com rigor, porque eu volto a repetir, nós vamos ajudar o setor leiteiro do nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Pedro. Ouviremos agora o Senador Sibá Machado.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, ao Dr. Ricardo, Dr. Rodrigo e a Dra. Maria Cecília, nosso Presidente da CMA, Senador Omar Quintanilha.

O assunto realmente que tomou de conta o País esses dias agora, e requer uma medida um pouco mais ágil, ao máximo possível, e eu começaria falando para o Dr. Rodrigo que gostei da sua explanação, dos esforços que o setor tem tido para tentar, digamos assim, se equiparar o mínimo possível de atender não só a demanda nacional, mas quem sabe até uma visão de exportação.

Isso é muito bom, porque nesses últimos dois anos, eu me aproximei um pouco mais do setor da produção do leite lá no meu Estado, e embora é um dos Estados incipientes, está muito aquém de produzir a sua auto-sustentação, mas vejo o trabalho que dá e o principal trabalho é da confiança. Você tem um produto na prateleira que tem a confiança do público e seus derivados em geral, não só o leite para consumo imediato. E isto nestes dois anos tem me dado uma grande dor de cabeça, mas é prazeroso, porque à medida que a coisa está andando, por pouco que ande, os números estão mais ou menos naquela linha que V.Exª. já apresentou.

É claro que quando uma empresa aceita fazer um trabalho da forma que foi feito ali, eu fico impressionado, porque um engenheiro químico chega a uma fórmula e eu ouvi as explicações da ESALQ que me impressionaram, porque quanto à cor, sabor, textura e têm outras variáveis da qualidade do leite, para uma pessoa que é leiga do assunto ou mesmo para um profissional do ramo que não esteja de posse de uma análise de laboratório, não ia poder identificar com tanta precisão, eu fico, às vezes, até pensando, eu digo esse cara é um gênio, do mal, é claro, porque colocar soda cáustica em uma fórmula daquela e pouca gente descobrir, me chama a atenção uma coisa como essa.

Mas, eu não queria tratar sobre a veemência de uma ação jurídica, porque creio que a autoridade judicial vai ter a obrigação de tratar esse este assunto, cabe a nós aqui tomar as providências administrativas. Eu pergunto ao Sr. Ministro, porque eu cheguei atrasado da sua exposição que a gente pudesse ver dentro da instrução normativa 51, que me chegou aqui no final da sua explanação, que lá está mais educativa do que como uma regra básica, é obrigatória de ser levada a cabo.

Eu queria ouvir essa sua explicação, porque isso no meu entendimento já vai servir na linha do que foi a exposição do Dr. Rodrigo.

Segundo. Uma pergunta para a Dra. Maria Cecília. A ANVISA divulgou e vi isso na televisão, eu até fiz o teste na hora, na hora eu tinha acabado de comprar uma caixa de leite da Parmalat, eu digo, eu já quero saber se essa caixa de leite tem a ver com o lote que a ANVISA anunciou na TV e não consegui o número do telefone, não atendeu, não funcionou e eu fiquei, acabei tomando aquele leite com ou sem o ingrediente em discussão. Mas no meu entendimento é o seguinte, não ficou claro o que fazer para o consumidor, o que o consumidor ia fazer com o leite que pudesse estar adulterado.

Ainda uma pergunta para o Ministro, se tem uma providência no caso da empresa que está com produto na prateleira, se o lote foi identificado, o supermercado, ou seja quem for, o comerciante daquela área, eu não sei se essa é uma pergunta que o Ricardo pode responder. Qual é a alternativa que o comerciante daquele produto teria que fazer? Porque para mim, no meu caso, eu não consegui resolver o problema. Você imagina uma pessoa que, talvez, nem a televisão tenha acesso àquela informação.

Se não era mais ágil, mais rápido, ter dito o lote é esse, está distribuído nos supermercados, mas fulano de tal e, portanto, esses lotes têm que ser recolhidos imediatamente. É o que eu imaginei que poderia ter sido feito. E queria ainda uma, não sei ainda nem para quem fazer essa pergunta, mas no caso o acréscimo de água ou o aproveitamento de leite vencido. Eu queria saber qual foi à regra mesmo de uso? Que no momento em que as entrevistas eram dadas eu pensei que fosse: "Não, está adulterando, colocando água e usando uma fórmula química para não perder a aparência da qualidade. Ou se é aproveitamento de leite, de lotes de leite vencidos, porque mesmo na caixinha, o UHT tem um prazo maior, mas chega o momento que ele também vence".

E já me foi me dito que uma das maiorias dor de cabeça dos laticínios é quando devolvem um leite que não foi usado. O que fazer com esse leite? É para uso animal, se é para aproveitamento de outros na área de queijo, de outros subprodutos ou mesmo fazer uma reciclagem para um aproveitamento para o consumo imediato?

Eu queria entender melhor e a gente pudesse até, quem sabe, aqui ter uma alternativa que possa ser encontrada para não se reusar um leite de caráter vencido. Era isso, por enquanto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Sibá Machado.

Ouviremos agora o eminente, Senador Leomar Quintanilha, que é Presidente da Comissão do Meio Ambiente, da Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, CMA e que também é autor da sua Comissão, foi autor do requerimento para esta Audiência Pública. Com a palavra V.Exª.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO): Sr. Presidente da Comissão de Agricultura, Senador Neuto De Conto, Srs. Senadores, eminentes convidados para esta Audiência Pública, ilustre Ministro Reinhold Stephanes da Agricultura, Sra. Maria Cecília Martins Brito, Diretora da ANVISA, Sr. Rodrigo Santana Alvim, da Associação Brasileira de Produtores de Leite, também representando aqui a CMA e o Dr. Ricardo Morishita, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça e Dr. Nelson Oliveira da Costa Diretor de DIPOA.

Sr. Ministro, três Comissões dos Senado preocuparam-se com a repercussão da dimensão, da repercussão das questões relacionadas com o leite, na fraude praticada na industrialização e comercialização do leite aqui neste recentemente País. E esta Audiência Pública, visava exatamente poder conjuntamente com os diversos segmentos que se envolvem com a produção, comercialização, fiscalização, e os próprios consumidores pudessem ter uma noção exata da dimensão do problema.

É claro que a maioria das dúvidas que eu tinha sobre a questão, eu já ouvi sendo colocadas aqui, não só na exposição do Ministro, da representante da ANVISA, de alguns Senadores que me antecederam, mas seguramente Sr. Ministro, é preciso registrar a indignação e a enorme preocupação que temos exatamente pela conseqüências dessa verdadeira crise que se abate sobre a setor.

Não é um fato isolado, é um fato recorrente, tanto é que V.Exª. revelou aqui que essa fraude foi detectada exatamente observando uma atitude especializada, uma atitude, porém, ditada por parte dos fraudadores exatamente para burlar a fiscalização já existente hoje no País, mas os fatos têm se repetido com danos inestimáveis para a economia nacional, para o setor do agronegócios e, sobretudo, para o produtor, que certamente é quem vai pagar a parcela mais alta dessa conta.

Agora Sr. Ministro, a defesa do consumidor seguramente estaria colocando uma pergunta que a grande maioria do povo brasileiro, distante do setor de produção, das dificuldades que tem o produtor para suprir a sua mesa desse bem essencial à vida que é o leite, qual é a garantia que o produtor tem de que está consumindo um produto seguro? Que não está consumindo um produto contaminado? Que pode realmente trazer conseqüências danosas a sua saúde, da sua família e a sua própria vida? Na verdade essa crise expõe extremas fragilidades do Governo com o orçamento mínimo, com a estrutura de fiscalização muito reduzida, em face de enorme demanda e ao gigantismo deste País, em uma atividade que remonta da história do próprio Brasil.

Desde que o Brasil foi descoberto, que aqui se planta se cria gado, cria-se gado para obter a carne, o leite.

São questões que não eram de se admitir, mais que elas se repetissem com a freqüência que vêm se repetindo e, às vezes, sem que tenham o olho clínico da defesa sanitária acompanhando para proteger o consumidor. Nós gostaríamos de saber Sr. Ministro, nós vimos algumas colocações, mas quais as medidas necessárias para que nós pudéssemos superar essas dificuldades, tivéssemos uma fiscalização eficaz adequada para que fraude dessa natureza não pudessem voltar a se repetir.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Leomar Quintanilha. Agora não tem mais nenhum Senador que queira se manifestar. Nós passamos para as respostas e também para o encerramento da participação, pela ordem da fala anterior, passamos de imediato para o Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Em algumas colocações eu terei algumas dificuldades em respondê-las, e a dificuldade é porque elas foram colocadas muito em tese. Eu quero dizer que falando em tese, eu em grande parte concordo com todas as colocações que foram feitas.

E até diria, até no caso da Senadora Kátia Abreu, de que o apoio que ela dá ao setor de agricultura e o apoio que ela dá ao Ministério da Agricultura são extremamente importantes e fundamentais para o nosso trabalho e que angustia que ela tem e muitos outros Senadores colocaram essa angustia e esse tristeza, evidentemente, nós compartilhamos dessa angustia e dessa tristeza, quanto a isso não há nenhuma dúvida, agora eu apenas teria um ponto de vista um pouco diferente em relação há algumas questões que foram colocadas.

Uma delas é que eu não diria que há uma crise no setor do leite. Eu acho que não há uma crise, nós tivemos foram desvios pontuais e desvios que têm que ser tratados como desvios. Eu acho que o setor como um todo, é um setor que tem vigor em toda a sua cadeia produtiva até o nível de consumidor, e acho que há um trabalho muito forte e isso vêm se acentuando a cada ano. Quando a gente vai fazer a análise do que acontecia, três, quatro, cinco, seis anos atrás e o que

acontece hoje há uma evolução positiva extremamente grande e há um trabalho conjunto integrado e isso também é importante que se diga entre vários setores que atuam, quer dizer, entre a ANVISA, entre o Procon, entre o Ministério da Agricultura há um trabalho muito integrado ou quando não é integrado se completa. É um trabalho forte.

Hoje quando você olha a ANVISA são 38 mil pessoas que está lá na ponta, defendendo o consumidor. Então, assim como também acho, que os prejuízos causados, infelizmente, serão de pouca duração. Quer dizer, aqui quando você falou em aftosa, que foi uma outra questão que criou um impacto muito grande, mas com muita rapidez o setor de carnes nunca exportou tanto e cresceu tanto, como está crescendo.

Cresceu o ano passado, cresceu esse ano e está crescendo mais de 25% esse ano em cima do ano passado, ou seja, claro que temos questões de Estados que foram alterados, prejudicados e que tem que ser considerado e respeitado.

Felizmente, no Mato Grosso do Sul conseguimos liberar ontem novamente para os mercados, mas sofreu durante dois anos, como a Paraná sofreu durante dois anos, como repercussões que aconteceu em São Paulo e Goiás e, assim por diante, mas no todo, o setor mostrou capacidade de recuperação de imagem.

Assim como eu acredito que o setor do leite vai mostrar uma capacidade rápida de recuperação da imagem. Eu acho que todos nós temos que trabalhar para isso, e aí colocou muito à questão: será que nós temos condições de garantir ao nosso consumidor que ele tem um leite de boa qualidade?

Eu diria temos, sim. Eu acho que a ANVISA tem, eu tenho e os PROCONs têm e nós trabalhamos no sentido de criar todos os mecanismos para que o nosso consumidor tenha essa segurança e eu dividiria a discussão em dois tipos de segurança: um é em relação a sua saúde. Quanto a isso eu não tenho nenhuma dúvida que nós temos condições, talvez, ainda tenhamos algumas dificuldades. Às vezes, em relação à qualidade que foi aqui muito bem colocada, a desconformidade entre aquilo que se coloca e aquilo que se efetivamente está se vendendo dentro de proteínas, gorduras e outros sais, mas de qualquer forma, eu acho que a estrutura está agindo bem e está agindo com muita rapidez em relação a isso.

Eu apenas, cara Senadora, a questão da herança maldita, eu não colocaria a questão de forma tão dramática. Eu acho que eu peguei alguns problemas bastante sérios e acho que nessa área da defesa. Tínhamos problemas sérios e ainda temos alguns problemas sérios, é uma área que nós estamos investindo muito, estamos tratando muito dessa área, inclusive, em caráter pessoal. Eu acho que avançamos bastante, mas eu também quero acreditar que eu também recebi muita coisa boa. Recebi muita coisa boa. Eu não gostaria de colocar nisto, que eu agora estou salvando.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Ministro pela ordem, um aparte, um minutinho por favor. Quando eu disse em herança maldita, é exatamente o caso do leite especificamente que há cinco anos nós sabíamos que alguma coisa ia acontecer e o senhor está lá só há seis meses, não sabia de toda essa trajetória e essa luta ao longo desse período, é especificamente a respeito do leite.

Tenho certeza absoluta que muita coisa ficou extraordinária, principalmente porque Roberto Rodrigues foi um excelente Ministro, com as limitações impostas pelo próprio Governo, mas fez um belo trabalho, estava querendo dizer, repito a respeito especificamente do leite. Obrigado.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Agora em bloco, eu gostaria de responder a todos que levantaram a questão Srs. Senadores, em relação à questão dos recursos do Ministério da Agricultura. Eu sou um pouco da tese de que o problema do Ministério da Agricultura não é falta de recurso e nem falta da pessoal, eu tenho essa tese.

E levantei isso até como exemplo na questão da aftosa, conversei com o Governo, conversei com o Presidente Lula, conversei com a Ministra Dilma, conversei com o Ministro Paulo Bernardo, em uma reunião conjunta tomou-se uma decisão, não faltarão recursos para a defesa sanitária animal, tomou-se essa decisão e sempre que houvesse necessidade eu teria que requer os recursos que imediatamente seriam colocados à disposição, como aliás, foram no Mato Grosso do Sul de forma imediata e a metade dos recursos sobraram, mas foram colocados a disposição, porque não podiam faltar recurso.

E acabamos descobrindo o seguinte: ninguém mais pediu recurso, o problema, na verdade, não era falta de recurso, eram outros tipos de ações e outros tipos de atitudes que nós estamos procurando tomar e não falta de recursos. Eu acho que toda essa questão que aconteceu no leite agora em Minas Gerais não foi nem falta de pessoal e nem falta de recurso, nos casos da Casmil e da outra que o Senador citou, as duas não foi nem falta de fiscal que estava lá 24 horas por dia dentro e nem falta de recurso, foi outra coisa.

Agora, evidentemente, que nós temos que mobilizar recursos sempre que for necessário. Eu acho que há setores que precisam de mais recursos na área da agricultura. Eu concordo com isso, nós estamos trabalhando para isso, mas antes de tudo está faltando capacidade, planejamento e capacidade operacional.

No caso da fiscalização, há mudança do sistema que era um sistema de 1914, evidentemente, eu acredito que vai dar uma outra dinâmica e uma outra forma operacional que dê condições de, efetivamente, tratar com mais profundidade as questões.

Deixa-me ver se faltou aqui uma questão. O Deputado João Pedro levantou-se a questão das penalidades no caso específico, eu diria que isso agora é uma questão de polícia, uma questão da Justiça, quer dizer, afinal é uma quadrilha, efetivamente é uma questão de polícia, é claro, todos os resultados que vieram agora do inquérito serão aplicados tanto em relação aos servidores que foram envolvidos através do ritual próprio, como as penalidades, a Justiça vai determinar que devam ser tomadas e de preferência que elas sejam extremamente rigorosas e, agora, evidentemente existem as Leis a serem aplicadas.

Quanto aos lotes efetivados, todos os lotes foram retirados das prateleiras, é claro que a ANVISA vai falar nesse assunto, o Procon vai falar nesse assunto. O Ricardo também vai falar nesse assunto, mas todos foram retirados. E os demais lotes que estavam, foram feitos exames específicos laboratoriais dos demais, das mesmas empresas, foram feitos e constatado que não apresentavam nenhum vício, foram mantidos nas prateleiras, mas o que estavam naquelas citações, foram todos efetivamente retirados.

Agora qual é o destino que se dá ao leite vencido? Normalmente a ração animal. É retornado para ração animal. É o leite. Ele é retirado e normalmente é ração animal.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Essa sobra de leite é usado para ração animal?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Ração animal. É tenho a impressão que eu respondi mais ou menos todas as perguntas que aqui foram colocadas. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Ministro.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Ministro, bem rapidamente, das duas cooperativas, da Coopervale e Casmil, quem mais cometeu essa fraude?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Veja bem. A Polícia Federal está com o inquérito todo. Quer dizer, eu já me reuni, já estive junto com a Polícia Federal, aliás, junto a ANVISA também, nós tivemos uma reunião os três.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: A ANVISA pode responder isso?

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES: Não. Mais quem foi envolvido? Têm alguns que estão em segredo e outros que foram divulgados, quer dizer, foram os diretores e funcionários do Ministério da Agricultura também e foram funcionários da empresa e o químico que todos já conhecem. São 18 pessoas que estão envolvidas nesse caso.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Ministro. Vamos ouvir a Dra. Maria Cecília para suas considerações finais também.

SRA. MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO: Primeiro falar sobre as multas e penalidades, independente das autuações das outras instituições, a ANVISA, através das Secretárias estaduais e municipais, com certeza, estarão fazendo um Processo Administrativo culminando com penas de infração, forem encontradas nos laudos oficiais. A nossa multa varia de dois mil a um milhão e meio, isso nos Estados e Municípios também podem estar correndo, e de forma cumulativa na ANVISA sem nenhum problema, além disso, ela ainda pode ser em conjunto com outras penalidades como interdição, como a interdição cautelar, recolhimento do produto no comércio.

A questão também que eu gostaria de estar ressaltando aos senhores, a nossa atenção para que a questão da responsabilização do profissional e o seu Conselho de classe ser chamado a tomar também atitudes em relação ao profissional. Nós temos verificado e eu compartilho com os senhores da preocupação em relação à impunidade, não basta que os órgãos fiscalizadores, normatizadores tenham ações efetivas se as impunidades permanecerem e nesse questionamento, os Conselhos de classe podem trabalhar muito e podem estar colaborando.

Senador Sibá Machado que pena que o nosso número de ligações tenha impedido que o senhor falasse, com certeza, os nossos profissionais iam ficar muito felizes, de todo jeito e quero colocar para os senhores à disposição do disque saúde, onde lá temos as perguntas mais freqüentes, estamos trabalhando para estar sempre atualizando as perguntas mais freqüentes no 0800.611997 e, com certeza, a ANVISA tem uma ouvidoria muito atuante e vocês também podem acessar através de ouvidoria@anvisa.gov.br.

Também qual a informação que o consumidor tem, como ele deve se comportar? Nós estamos identificando algumas necessidades para que o consumidor utilize as informações que estão disponíveis na própria imprensa, no *site* da ANVISA.

Recomendamos, por medida cautelar, a não utilização dos lotes que estão descritos e quem já consumiu, sem muito desespero, tenha em mente a preocupação com os sintomas. Acredito que nessa conjuntura já foram recolhidos todos os lotes e a partir das nossas análises com a nossa Câmara Técnica de alimentos,

com certeza, teremos novas orientações e quem sabe, até de estar reduzindo o problema mesmo.

Eu queria dizer para os senhores que o Estado do Ministro tem uma experiência valorosa no trabalho conjunto de Vigilância Sanitária, PROCONs e a Secretaria de Agricultura existem um projeto exitoso lá no Paraná, em que a ação conjunta mudou radicalmente o desempenho dessa área lá no Estado e que nós esperamos que esse desconforto dessa competência, tão mal distribuída, seja reduzida pedagogicamente como eu falei.

Ao mesmo tempo, eu quero dizer para os senhores que a ANVISA está atenta as questões relacionadas principalmente a redução da nutrição, da capacidade nutricional que tem sido oferecido e também em relação às doenças não transmissíveis que são as doenças que mais preocupam o Sistema Único de Saúde, nesse momento, como diabetes e hipertensão e toda a situação que podem ocorrer em função de algumas não conformidades que encontrarmos, com certeza, estaremos de forma transparente colocando para todos os senhores. Muito obrigada. Obrigada pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Maria Cecília. Convidamos para suas considerações finais o Dr. Rodrigo Alvim.

SR. RODRIGO ALVIM: Senador, dizer apenas da nossa grande expectativa de que tomemos um rumo diferente nessa questão do controle da qualidade de nossos produtos lácteos no Brasil. A grande esperança que temos nessas novas ações do Ministério da Agricultura e dizer que por outro lado, Sr. Ministro, nós não perderemos o foco e ficaremos sempre atentos na tentativa de lhe ajudar naturalmente o nosso Ministério, para estar cada vez mais, rigoroso com relação a essa ação.

Por fim, Sr. Presidente, Senador Neuto De Conto, eu tenho aqui um conjunto de documentos, eu não sei se é de interesse dessa Comissão tê-lo à mão. Eu poderia deixar com o senhor, gostaria de relatar apenas dois documentos que nós achamos importantes pela tentativa de organização do setor leiteiro brasileiro. Primeiro um documento que foi criado dentro da nossa Câmara Setorial Direito e Derivados, logo no início dessa Câmara nós fizemos um trabalho grande, um trabalho que envolveu muitas pessoas do Brasil inteiro na alternativa de leite de longo prazo para adequar a produtiva do leite no Brasil.

Já nessa época, e esse trabalho é de 2004, já dizíamos da necessidade da se monitorar melhor a questão da qualidade do leite no País.

E por último, uma carta que foi entregue ao Sr. Ministro da Agricultura, carta essa que surgiu de dentro de uma Seminário, de um Congresso no exterior do Estado do Paraná, em Foz de Iguaçu, quando de novo nós falávamos da nossa preocupação com a questão do monitoramento da qualidade do leite no País.

Portanto, são documentos esses, o último do Sr. Presidente da República, foi entregue no ano de 2002, são documentos que externam de forma objetiva e clara a preocupação da nossa Comissão de Agricultura, de Pecuária Leiteira da CNA e da nossa própria Câmara setorial junto ao Ministério, com relação ao assunto.

Eu agradeço a oportunidade de estar aqui junto com os Srs. Senadores e continuo a disposição dos senhores a qualquer momento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Dr. Rodrigo Alvim, ou seja, os documentos serão muito úteis certamente para o trabalho desta Comissão. Ouviremos agora nessa parte final, o Dr. Ricardo, o nosso palestrante também do dia.

SR. RICARDO MORISHITA WADA: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu queria utilizar essa minha intervenção final para agradecer as perguntas do Senador João Pedro e Senador Sibá Machado que nos dá a oportunidade de falar um pouquinho mais sobre a efetividade das multas e das sanções a serem aplicadas nesses casos se constatadas de fato todas as irregularidades.

Em um primeiro momento, eu queria registrar que todas as infrações ao Código de Defesa do Consumidor resultam em multa que vão de 200 a 3 milhões de reais, isso é o patamar estabelecido em relação ao Código de Defesa do Consumidor e, portanto, a aplicação que é possível em um segundo momento, eu queria registrar também toda a preocupação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor com a interpretação que o comerciante faz da sua responsabilidade.

Eu queria deixar absolutamente claro, que o comerciante, a partir do momento em que a notícia pública do produto defeituoso, do produto que causa risco à saúde e a segurança é noticiado, que o próprio comerciante não deve mais comercializar esse produto, ele tem a responsabilidade de retirar esse produto.

Se o comerciante continua a comercializar esses produtos, ele própria comerciante, pode responder por uma sanção própria, ele pode responder multas que vão de 200 a três milhões de reais, isso é importante, não só no caso de alimento, mas é principalmente também em todos os produtos que passam por um processo de chamamento, por um processo de convocação, de *recall* no sistema nacional de defesa do consumidor.

Se um carro é sujeito a chamamento, ele tem um defeito e, posteriormente, o lojista continua vendendo esse carro de maneira inadequada, ele também responde pelas sanções, se o dono do supermercado continua a vender esses lotes, coisa que eu não imagino que possa ocorrer no dia de hoje, mas se for encontrado esses leites interditados pela ANVISA ou pelo Ministério da Agricultura, o comerciante irá responder essa sanção.

Fica claro para os consumidores nos lugares em que eles adquiriram, reafirmo, eles podem fazer a denúncia, porque o estabelecimento fica sujeito à sanção, isso é uma das formas de agir do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

As reclamações podem ser encaminhadas os Procons e eles poderão aplicar essa sanção, como já o fazem rotineiramente. Com relação à ação, Senador João Pedro, parece muito estratégico, muito adequado que Os órgãos federais possam aproveitar suas ações. Se o Ministério da Agricultura constata uma irregularidade, aplica a sanção, o fornecedor se defende, e a final paga o valor estipulado como a multa, há também o efeito extra Ministério da Agricultura, desse Processo Administrativo.

Na medida em que a sanção foi aplicada, a conduta foi reconhecida, e após o devido processo legal, o processo transitou e terminou no Ministério da Agricultura, essa sanção, essa conduta, que foi materializada lá, pode sim ser o substrato, pode ser o fundamento a uma ação coletiva de reparação de danos dos consumidores. Vamos fazer um exercício hipotético, imagina que os 18 casos da ação conjunta entre o Ministério da Justiça e Agricultura resultem em autos da infração transitados em julgado no Ministério da Agricultura. Esses casos poderão dar origem não apenas as multas que serão aplicadas pelo Ministério da Agricultura de 16 mil reais, mas eles poderão fundamentar uma ação coletiva de reparação e a gente poderia estar falando de valores muito mais significativos envolvendo todo o lote, toda a quantidade de produtos colocados no mercado, poderia se estipular, inclusive, o valor da reparação, o valor em dobro dos produtos comercializados como uma forma de reparação coletiva dos direitos dos consumidores.

Isso está previsto no Código de Defesa do Consumidor que foi aprovado por este Congresso em 1990 de uma forma unânime.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC): Dr. Ricardo. Isso pode ser entendido como retirar a empresa do mercado. É isso?

SR. RICARDO MORISHITA WADA: Claro que a natureza da ação reparatória não é uma natureza de confisco, até porque isso é vedado constitucionalmente, mas é claro que a gente está falando em uma efetividade maior e a gente está falando de valores que o Poder Judiciário vai decidir através de uma ação proposta, ajuizada por um dos integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. A gente está falando dos PROCONs, do Ministério Público ou mesmo das defensorias públicas ou de uma entidade civil.

Parece-me que é uma maneira do Estado trabalhar de uma forma articulada, de uma forma estratégica, de uma forma inteligente, porque esse conflito e levado ao Poder Judiciário e é estipulado no Poder Judiciário o valor da reparação. É claro que o valor da reparação não pode ter a natureza de confisco, mas ele tem que ser suficiente para demonstrar que aquela conduta não vale a pena, não pode ser feita porque há uma ofensa de toda a sociedade brasileira.

É essa ação que nós, de uma maneira tímida, realizamos no ano passado, que esse ano se mostrou valiosa e me parece que nesses 18 casos é algo para ser trabalhado e ao final do processo do Ministério da Agricultura nessa articulação inteligente, nós podemos dar uma resposta também a toda à coletividade da forma de reparação, porque esses valores uma vez pagos, serão recolhidos ao Fundo Federal de Direitos Difusos e podem ser utilizados posteriormente em ações educativas, em ações preventivas, em ações de saúde de várias outras formas.

Parece-me ser algo bastante inteligente. Eu agradeço a pergunta do Senador João Pedro. Obrigado Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Nós agradecemos imensamente gratificados pelas explicações de tão importante tema, quando nos parece que as nossas Comissões estão mais para defender os produtores e os consumidores e o problema ficou no caminho dos grandes problemas que criaram para a sociedade brasileira e os esclarecimentos aqui dados pelo Dr. Ricardo, que eu quero agradecer pela presença e pelas informações, Dra. Cecília igualmente, Dr. Alvim, e o nosso Ministro que sempre está com nós, presente, trazendo toda as informações que a Comissão precisa. Eu quero agradecer penhoradamente em nome das Senadoras, dos Senadores, das Comissões de Defesa do Consumidor, do Meio Ambiente que também faz parte e, principalmente, da Comissão da Agricultura. Muito obrigado.

Está encerrada a presente sessão.

Sessão encerrada às 13h27.

ATA DA 28ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE NOVEMBRO DE 2007.

Às quinze horas e dezoito minutos do dia treze de novembro de dois mil e sete, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO,** reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos Senadores: **GARIBALDI ALVES FILHO, JOÃO TENÓRIO, JOÃO PEDRO, OSMAR DIAS, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, DELCÍDIO AMARAL, LEOMAR QUINTANILHA, PAULO PAIM, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, ROMERO JUCÁ, MARCONI PERILLO.** O Senhor Presidente da Comissão, Senador **NEUTO DE CONTO**, propõe a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é aprovada. A presente reunião tem a finalidade de apreciar as Emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA ao **PL nº 30, de 2007- CN, Orçamento - 2008**. Em seguida, o Presidente esclarece que, dentre as cinqüenta e três emendas apresentadas, as quatro representantes da Comissão foram aprovadas de acordo com a relevância para o País. A Comissão aprovou, tendo como Relator o Senador Jonas Pinheiro, as seguintes emendas: **Emenda nº 1-CRA/2007 – Ação: 49101 - Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares – Nacional. Valor: R$ 200.000.000,00; Emenda nº 2-CRA/2007 – Ação: 22202 – Pesquisa e Desenvolvimento para a Competitividade e Sustentabilidade da Agroenergia – Nacional. Valor: 150.000.000,00; Emenda nº 3-CRA/2007 – Ação: 49101 – Apoio a Projetos de Infra-estrutura e Serviços em Territórios Rurais – Nacional. Valor: R$ 200.000.000,00; Emenda nº 4-CRA/2007 – Ação: 20124 – Apoio ao Funcionamento de Unidades Integrantes da Cadeia Produtiva Aqüícola – Nacional. Valor: R$ 100.000.000,00.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e dez minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – **SENADOR NEUTO DE CONTO,** Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovada. Aprovada.

A presente Reunião destina-se à apreciação das emendas da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ao Projeto de Lei nº. 30/2007 - CN, Orçamento de 2008.

Foram apresentadas 53 emendas, de acordo com o quadro que se encontra sobre as bancadas.

O Relator é o nobre Senador Jonas Pinheiro. Com a palavra, para relatar, o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Como já esclarecido pelo nosso Presidente, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária recebeu, como ele já disse, 53 emendas para que fossem discutidas nesta Comissão.

Nós contamos, além da Assessoria de vários Senadores, inclusive a minha Assessoria, contamos com a Assessoria da Casa, contamos com a eficiente participação da Assessoria do Senado Federal no estudo dessas emendas.

Com certeza todas as emendas, as 53, têm seu mérito. Porém, nós temos que enquadrá-las em apenas quatro emendas. Apenas quatro emendas. Nós perdemos uma emenda, porque até ano passado, Senador Garibaldi Alves Filho lembra, nós tínhamos direito a estudar, a aprovar cinco emendas. Agora são apenas quatro por Comissão.

Para que isso fosse possível, nós também pedimos a participação da Assessoria dos Ministérios que são ligados a esta Comissão: Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Agrário e Ministério da Pesca. Portanto, contamos com a colaboração dos três Ministérios no enxugamento dessas 53 emendas em apenas quatro emendas. É evidente que essas quatro emendas consolidam centenas de emendas apresentadas.

No trabalho, Sr. Presidente, com a Assessoria dos Ministérios, a Assessoria do Senado Federal e a Assessoria dos Senadores, nós fizemos todo o possível para aproveitar quase todas as emendas que pudessem ser absorvidas por esta Comissão, agregando todas elas nessas quatro que nós tínhamos direito a apresentar aqui como nosso parecer.

Portanto, são emendas que, por sugestão do Relator, após analisadas pelo corpo técnico, que nós achamos que podiam ser aprovadas englobando tantas outras.

Há uma emenda na linha do Ministério do Desenvolvimento Agrário para assistência técnica e extensão rural na agricultura familiar. Lembram-se os Senadores que nós tivemos aqui a presença da empresa que hoje coordena o trabalho de assistência técnica, a

ASBRAER, com a presença do Ministério da Reforma Agrária, tratando deste assunto. É a recuperação da nossa velha e estimada EMBRATER, que deixou de existir em 1961 e agora volta com força através de uma associação que agrega as empresas estaduais e, com a criação do Ministério de Desenvolvimento Agrário, esse trabalho saiu do Ministério da Agricultura e foi para a agricultura familiar dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Essa emenda tem como autores: Senador Osmar Dias, Senador Expedito Júnior e eu mesmo, como velho extensionista(F), apresentei uma emenda nesse sentido. Então nós atendemos aqui a assistência técnica e extensão rural para que ela seja efetivada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, atendendo todos os Estados brasileiros que têm a sua empresa de assistência técnica e extensão rural com o trabalho prioritário em apoio à agricultura familiar. Essa, Sr. Presidente, é a primeira emenda que nós estamos aprovando.

A segunda emenda, isso já é uma tradição, ficou com a EMBRAPA.

Devo esclarecer ainda que nós fizemos um trabalho coordenado também com a Comissão da Agricultura da Câmara Federal. Para que não houvesse duplicação de iniciativas na área orçamentária, aquelas emendas que foram aprovadas na Comissão da Agricultura da Câmara, elas deixaram de ser aprovadas aqui no Senado, porque nós estamos com poucas emendas que nós podemos aproveitar, e é evidente que se aprovar lá e aprovar aqui é perder tempo.

Então, outra emenda que tradicionalmente nós apoiamos é a emenda para pesquisa. Portanto, a segunda emenda, que tiveram várias proposições, como do Senador Osmar Dias, Senador João Tenório, Senador Cícero Lucena, Senador Expedito Júnior e Senador Valdir Raupp, foi para o Programa de Desenvolvimento de Agroenergia na EMBRAPA e a ação é pesquisa e desenvolvimento para competitividade e sustentação de agroenergia, no valor de 80 milhões de reais.

A terceira emenda é uma emenda que fora apresentada pelo Senador Leomar Quintanilha, pelo Senador Valdir Raupp e pelo Senador Romero Jucá. É o desenvolvimento de territórios rurais. Essa emenda, Sr. Presidente, ela tem uma característica toda especial, porque ela atende a área de infra-estrutura do trabalho com a agricultura familiar. Chama-se desenvolvimento de territórios rurais e a ação é apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais. Esse aqui é o novo, uma nova metodologia de ação junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e que esta emenda é para atender exatamente a parte de infra-estrutura nas comunidades rurais, das famílias de agricultura familiar, e o valor estipulado foi o valor de 100 milhões de reais, tendo como autores: Senador Leomar Quintanilha, Senador Valdir Raupp e Senador Romero Jucá.

A emenda seguinte, a quarta emenda, é de autoria do Senador Presidente desta Comissão, Senador Neuto De Conto. É uma emenda muito interessante, porque ela vem dar o apoio ao desenvolvimento sustentável da pesca, onde foi uma solicitação de toda a área de pesca do Brasil inteiro, seja de águas salgadas, seja de águas de interiores. A ação é apoio e implantação de infra-estrutura aqüícola e pesqueira. A emenda é no valor de 100 milhões de reais e tem como autores: Senador Neuto De Conto, Senador Paulo Paim, Senador Sibá Machado, Senador Leomar Quintanilha, Senador Marconi Perillo e Senador Valter Pereira. Portanto, essas emendas desses ilustres Srs. Senadores foram analisadas com muito carinho pela Assessoria e englobou-se nessa emenda que tem como autor o nosso Presidente Senador Neuto De Conto. Como disse, uma emenda muito interessante, porque o setor pesqueiro, que tem hoje uma Secretaria específica, especial para isso, com validade de Ministro e que está fazendo um trabalho muito bom na recuperação do setor pesqueiro no Brasil. Essa emenda é uma emenda, Sr. Presidente, que nós achamos importante.

E englobamos aqui, por isso, os três Ministérios que são ligados a esta Comissão: O Ministério do Desenvolvimento Agrário, com duas emendas; o Ministério da Agricultura, com a EMBRAPA; e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, com a outra emenda.

Voto do Relator: Diante do exposto, votamos por que esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária delibere pela apresentação das quatro emendas de apropriação constante no quadro de emendas aprovado pela Relator, propondo ainda que a Secretaria da Comissão seja incumbida de proceder as adequações que se fizerem necessárias à formalização e apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Plano, Orçamento Público e Fiscalização.

Este é o nosso Relatório, onde não foi fácil juntar o interesse de muitos Senadores com propostas extraordinárias, mas nós fomos, tivemos a necessidade de agregá-las todas nessas quatro emendas. Repito, com a Assessoria dos Ministérios respectivos, do Senado Federal, desta Comissão e dos Senadores da República.

Ainda mais, Senador Garibaldi Alves Filho, nós também tivemos, e repito, o interesse de, junto à Câmara Federal, fazer esse estudo das emendas lá aprovadas. O senhor, por exemplo, não vai ver aqui uma emenda que é tradicional aqui, que é de defesa sanitária animal ou vegetal. Ela não está aqui hoje porque ela já foi aprovada lá na Câmara Federal.

Portanto, eu acho que, com esse entendimento entre Senado e Câmara, foi muito bem coberto o setor que esta Comissão, comandada pelo Senador Neuto De Conto, trata aqui no Senado Federal.

Sr. Presidente, este é o nosso parecer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): O Relator concluiu pela aprovação das seguintes emendas de apropriação: A Emenda nº. 06, do Senador Jonas Pinheiro: Assistência técnica e extensão na agricultura familiar, MDA, 200 mil reais. Emendas aglutinadas: Nº. 09, do Senador Osmar Dias, nº. 42, do Senador Expedito Júnior.

A segunda emenda é a nº. 13, do Senador Valdir Raupp: Desenvolvimento de agropecuária, EMBRAPA, que trata sobre a pesquisa e desenvolvimento para competitividade e sustentabilidade da agroenergia, 80 mil. Com as emendas aglutinadas do Senador Osmar Dias, do Senador... 80 milhões de reais. Emendas aglutinadas: Pelo Senador Osmar Dias, Senador João Tenório, Senador Cícero Lucena, Senador Expedito Júnior.

A terceira emenda, do Senador Leomar Quintanilha: Desenvolvimento de territórios rurais, MDA, com apoio ao projeto de infra-estrutura e serviços no território rural, 100 milhões de reais. Aglutinando as emendas: Do Senador Valdir Raupp e Senador Romero Jucá.

A quarta emenda, do Senador Neuto De Conto: Desenvolvimento sustentável da pesca, SEA, apoio a implantação de infra-estrutura aqüícola e pesqueira, 100 milhões de reais. Foram aglutinadas emendas do Senador Paulo Paim, Senador Sibá Machado, Senador Leomar Quintanilha, Senador Marconi Perillo e Senador Valter Pereira.

Em discussão. A palavra ao Senador.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao ilustre Relator Senador Jonas Pinheiro por que a emenda de regularização fundiária de unidades de conservação federais? Eu sei que ele teve grande dificuldade, porque, claro, escolher quatro entre 53 é uma tarefa muito difícil. Mas essa emenda não foi apenas objeto de autoria minha, de preferência minha. Essa emenda foi também apresentada pelo Senador... Pelo Senador Osmar Dias, Senador Valter Pereira, Senador... foram quatro Senadores que apresentaram emenda semelhante. Senador Romero Jucá: Regularização fundiária; Senador Flexa Ribeiro: regularização fundiária. Foram esses, então.

Aí eu gostaria de perguntar ao Senador que ele fizesse um comentário. Eu sei que não foi possível acolher a maioria das emendas, claro, porque não se criaram condições para isso.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Garibaldi Alves Filho. Continua em discussão.

Com a palavra o Relator, Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Nobre e respeitado Senador Garibaldi Alves Filho, de fato essa emenda mereceu a apresentação por muitos Srs. Senadores, inclusive eu participei de uma emenda nesse sentido, e ela visava mais atender a nova, ao novo Instituto Chico Mendes, principalmente na área de desapropriação ou da criação de reserva legal.

E essa emenda eu tinha apresentado na Comissão de Meio Ambiente, porque seria recurso para regularização de área desapropriada para efeito de preservação.

Entretanto, nós entendemos, e a Comissão que estrutura essas emendas entendeu que seria mais adequada essa ação ser desenvolvida junto à Comissão de Meio Ambiente.

E com respeito à derivação dessa emenda, que é na área de regularização fundiária junto às áreas do INCRA ou para o INCRA, o próprio Ministério do Meio Ambiente - Desculpe! -, o Ministério de Desenvolvimento Agrário entendeu que essas duas emendas escolhidas, Sr. Presidente, Sr. Senador, atenderiam melhor aos interesses do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Portanto, a justificativa maior é a que o senhor já disse: Não dá para enquadrar todas. Que são importantes, todas elas são. Porém, dentro do critério estabelecido pelo estudo das emendas, entendeu-se que as melhores provadas seriam essas que nós já apresentamos aos Srs. Senadores da República.

Muito obrigado.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN): Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. A palavra ao Senador João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL): Eu gostaria de agradecer, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, e registrar a minha satisfação pela aprovação da emenda que propõe um apoio à EMBRAPA no sentido do estudo do desenvolvimento de competitividade e da sustentabilidade da agroenergia.

Nós estamos vivendo um momento extremamente decisivo para a agroenergia no Brasil. Você tem lá o lado do etanol, nós temos uma competição, entre aspas, de desenvolvimento de tecnologia imenso, e quem andar na frente vai levar uma vantagem comparativa muito grande.

O foco, hoje, do desenvolvimento dessas pesquisas, está em cima da questão da celulose. Quem conseguir desenvolver essa tecnologia com mais velocidade vai conseguir, realmente, produzir, viabilizar a produção de etanol de uma maneira muito mais competitiva. Isso é uma questão.

A outra questão, que eu considero até mais importante, é a questão do biodiesel. O biodiesel está engatinhando no Brasil. Não existe conhecimento, não existem informações suficientes para que o processo de desenvolvimento se consolide.

Então, a aprovação dessa emenda vai proporcionar à EMBRAPA, que sem sobra de dúvida é a entidade brasileira de pesquisa de maior confiabilidade, porque realmente demonstra a cada dia uma competência imensa para realizar o seu trabalho, então eu acho que a aprovação dela fará com que a EMBRAPA possa desenvolver, não apenas nessa área específica do etanol, mas sobretudo no que diz respeito ao biodiesel, a possibilidade de consolidar esse projeto, que é tão importante e não decolou ainda por conta da mais absoluta falta de conhecimento, de tecnologia para que isso aconteça.

Então eu queria registrar apenas esse fato, que me parece da maior importância para que possamos consolidar a bioenergia de um modo geral, e muito particularmente o biodiesel.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador João Tenório. Com a palavra o Relator, Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Senador João Tenório, a EMBRAPA, prioritariamente nesta Comissão, sempre ela sempre foi tratada com uma emenda. Isso já é histórico. E nesta oportunidade, é evidente que este assunto da agroenergia é o que está mais pedindo o apoio do Congresso Nacional. E os autores da emenda souberam interpretar isto.

Agora, eu estou conversando aqui com o nosso Presidente, prezado Senador Garibaldi Alves Filho, que eu estou achando modesto este valor de 80 milhões, porque é uma emenda que vai ser para atender ao Brasil inteiro, e todos os Estados já estão montando, instituindo as suas empresas, os seus órgãos para tratar desse assunto. E a EMBRAPA, evidentemente, vai ter que participar em todos os Estados, dando um pouco de recurso para cada unidade da Federação Brasileira.

Eu apenas estou pensando aqui com o Sr. Presidente, que como aqui foi uma agregação de muitos interesses, por que a gente não solicitar à Comissão de Orçamento um recurso maior por esta Comissão? Então, eu apenas faço essa proposta. Se tiver acordo dos nossos Senadores... Da 13. Aumentar o valor.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Para 150?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Pode propor o que? 200? 150?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão. Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de refletir aqui, primeiro concordar com aumentar esse valor aqui para a agroenergia, a EMBRAPA. Mas eu estou aqui extremamente dividido, porque tem um item aqui que eu gostaria de chamar a atenção, que é o item 34, que não está contemplado na proposta do nosso Relator, que trata do... É do Senador Sibá Machado, do Instituto Chico Mendes, que é a regularização fundiária de unidades de conservação.

Você criar as unidades de conservação, que são áreas que eu considero, chamo isso de áreas estratégicas, importantes, e que são áreas, vamos chamar assim, de áreas grandes, de um perímetro significativo, e não regularizar a situação fundiária dessas áreas, que são, ora são decretos, ora são os próprios superintendentes do INCRA que criam as unidades de conservação, o Instituto Chico Mendes, proposta do IBAMA, da sociedade civil, queria dizer da importância dessa emenda, Sr. Presidente. Dessa emenda, não; dessa propositura do Senador, que atenderia a um pleito do Instituto Chico Mendes, que é regularização fundiária.

Eu quero dizer da minha concordância, tudo aqui é importante, das quatro, mas da minha concordância com as três primeiras. Aumentar o valor da EMBRAPA, assistência técnica e extensão rural, agricultura familiar é imprescindível. O desenvolvimento de territórios rurais também, territorialidade, cuidar disso também é. Tem a nossa pesca aqui, que eu gostaria de fazer esse debate, fazer um debate.

Eu estou, na realidade, levantando a importância da regularização fundiária nas unidades de conservação. Porque além de termos as unidades de conservação, nós continuamos criando as unidades de conservação. E eu conheço, no meu Estado, unidades de conservação em que ainda não estão superadas as questões fundiárias. Foi criado o perímetro, o território da unidade, mas aquilo que consta dentro, às vezes muitas propriedades, muitos posseiros, até títulos definitivos, fica essa pendência. Então eu quero dizer da importância da regularização fundiária. E sem nenhuma... Estou refletindo aqui.

Primeiro eu tenho concordância com as três propostas do Relator. E estou querendo discutir a importância do Instituto Chico Mendes no sentido de cumprir com a regularização fundiária nas unidades de conservação. Eu acho isso importantíssimo, quero travar esse debate aqui.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Jonas Pinheiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Nobre Senador João Pedro, eu conheço o carinho que V. Exª. tem com esse tema, principalmente em cima da Amazônia, da Amazônia Legal e do próprio Estado do Amazonas, e é por lá que tem se criado maior quantidade de área de conservação. Entretanto, na primeira análise que o grupo técnico analisou, inclusive com a Assessoria do Senado e com participação da Assessoria de cada Ministério ligado a esta Comissão, desclassificou-se esta emenda como sendo da Comissão de Agricultura. E eu até, Sr. Senador, fiz uma emenda de minha lavra e encaminhei para a Comissão de Meio Ambiente. Comissão de Meio Ambiente, onde o Instituto Chico Mendes era mais adequado.

E eu confesso que se eu tivesse que aproveitar uma outra, se tivesse direito a aproveitar uma outra emenda, evidente que essa do Chico Mendes, mesmo pelo interesse que o Ministério do Meio Ambiente teve em nos visitar, em justificar, ela poderia ter a nossa consideração.

Entretanto, como nós ficamos resumidos a quatro emendas, a Comissão que tratou desse assunto, de forma bastante técnica, entendeu que deveríamos aproveitar, de preferência, as emendas relacionadas a esta Comissão. Então, está aí: A área de assistência técnica na área do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a área dos territórios na área do Desenvolvimento Agrário, a EMBRAPA na área do Ministério da Agricultura e a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, que é uma Secretaria com força de Ministério, que está também a merecer o nosso apoio.

Portanto, foi por absoluta falta de espaço para nós aproveitarmos essa emenda, e tendo a restrição também da Comissão Técnica que estudou a matéria. Por isso as nossas escusas por não aproveitar, mesmo sabendo da importância que ela tem para a regularização fundiária nas áreas ditas como áreas das unidades de conservação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão a matéria. A palavra com o Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Sr. Presidente, Sr. Relator, eu, olhando aqui as quatro emendas propostas pelo Senador Jonas Pinheiro, eu confesso que eu não entendi o critério. E gostaria de ter o esclarecimento do meu amigo Senador Jonas Pinheiro.

É o seguinte: Na primeira emenda aprovada, o Senador Jonas Pinheiro optou pela de número menor, que é de sua autoria, já que eu tinha uma emenda também, a nº. 09 e a nº. 42 a do Senador Expedito Júnior. E o valor é o maior a dele. Então, correto.

Eu vou pular a segunda, porque o mesmo critério foi adotado na emenda 22, ou seja, aproveitou a emenda de maior valor.

Depois, na 38, o mesmo critério. Só mudou o critério ao aprovar a Emenda nº. 13, do Senador Valdir Raupp, e preterir a minha, de nº. 07, que propunha o valor maior para a EMBRAPA. A minha está propondo 100 milhões; a do Senador Valdir Raupp, 80. E diferentemente das outras emendas, o Senador Jonas Pinheiro optou pela do Senador Valdir Raupp, que tem o número maior que a minha, que é o nº. 13, a minha é nº. 07, portanto teria preferência, e ao optar pela do Senador Valdir Raupp, que tem o nº. 13, preterindo a minha de nº. 07, acabou optando pelo menor valor de 80 milhões, quando a minha propõe 100 milhões. Então eu não entendi o critério do Relator.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continuando a discussão com o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB): É só para me somar ao Senador Osmar Dias, porque eu também tenho uma emenda em pesquisa e desenvolvimento da EMBRAPA, a de nº. 33, também de 100 milhões. Então a minha sugestão era que o nobre Relator pudesse ou adotar a maior ou até um pouco mais do que a maior, já que há tanta convergência da importância desses recursos para a nossa pesquisa e extensão.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Eu responderia a indagação dos dois nobres Vereadores de que nós acabamos de propor aumento dessas emendas.

E, Senador Osmar Dias, agradeço pelo elogio que o senhor faz na escolha dessas propostas, todas elas de máximo interesse para o setor, os setores ligados a esta Comissão: A pesca, o desenvolvimento agrário e a pesquisa.

A escolha do encabeçamento da emenda de nº. 06... 13, era porque a descrição dela era um pouco mais abrangente. Então, a Assessoria que montou a estrutura do nosso Relatório entendeu ir que esta, do Senador Valdir Raupp, era um pouco mais abrangente dentro da especificação da agroenergia.

Mas com respeito aos valores, eu concordo com V. Exªs. e eu proponho que a gente aumente isso.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Na verdade, a minha de 100 milhões, Senador Jonas Pinheiro, e a descrição, a Assessoria de V. Exª. pode ter achado a do Senador Valdir Raupp mais completa, mas é a mesma, porque na verdade é um formulário que a gente preenche. E a justificativa é a mesma. Então eu não vejo porque essa opção pela de 80 milhões, quando nós vemos uma de 120 milhões e outra de 100 milhões. A do Senador Cícero Lucena é a mesma emenda, com a mesma justificativa, com o mesmo formulário. A minha de 120, e optou-se pela do Senador Valdir Raupp. Quer dizer, nós estamos perdendo aqui a oportunidade de oferecer para a EMBRAPA 40 milhões a mais com essa emenda.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Eu acho que não, eu acho que não. Vamos propor o aumento dessa emenda. Estou acabando de falar com o Presidente, aqui, que pelas condições e pela história desta Comissão, como são várias emendas, nós podemos encontrar a justificativa de que elas poderiam ser somadas. Não somadas na sua integridade, mas aumentar os valores de cada uma delas.

Então eu pergunto ao Senador Osmar Dias qual o valor que V. Exª. entende que nós devíamos colocar?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Eu propus 120 milhões na minha emenda. Era só optar pela minha.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Pois é, mas aqui foram agregadas várias outras. Por que a gente não coloca 150?

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): É por isso, Senador Jonas Pinheiro, que eu não entendi porque a opção da Assessoria de V. Exª. pela de 80 milhões, quando nós temos uma de 120 milhões, e aqui todos nós estamos entendendo que é preciso aumentar o valor. Por que optar pela menor? Talvez seja porque o Senador Valdir Raupp seja líder do PMDB e eu não. Mas se for esse critério, eu vou desistir de fazer emenda em Comissão.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Me permita. Eu acho que a proposta do nobre Relator é muito oportuna, Senador Osmar Dias, porque, como ele disse, aí não é mais uma emenda, são quatro emendas, obviamente, uma pela outra, na ordem de 100 milhões, então nada mais importante do que se acresça até mesmo superior à maior das emendas. Então eu acho que a sua proposta de 150 ou mais, é por demais razoável.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Senador Osmar Dias, pelo mérito que o senhor tem conosco, eu acabo de receber a informação da Assessoria, que o senhor bem conhece, Dr. Paulo Farnese, que é seu colega, Engenheiro Agrônomo - Se estudasse um pouquinho mais seria Veterinário -, a descrição da vossa emenda foi agraciada na Câmara Federal. Por exemplo, a EMBRAPA, hoje, participa com duas emendas: Uma na Câmara, na área específica em que ela já trabalha, e a outra no Senado, na área da agroindústria. Daí a diferença. Espero que o senhor entenda isso e dê razão à nossa Assessoria, porque lá foi aproveitada a descrição que o senhor deu à sua emenda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR): Senador Jonas Pinheiro, o Assessor de V. Exª. fez um bom curso, mas não para fazer emenda e nem interpretar aqui esse espelho de emenda de apropriação de despesas. Se nós olharmos o espelho adotado na emenda do Senador Valdir Raupp e na emenda que eu apresentei, é o mesmo. Então, a do Senador Valdir Raupp é que foi aprovada na Câmara; a minha não. Eu poderia dizer isso.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Eu acho que aqui agora o que está sendo discutido são os valores. Vamos colocar 120 ou 150? Ou 200? 150? Então acatamos o novo valor para a emenda agraciada da EMBRAPA em 150 milhões de reais.

Eu pergunto agora: Os valores do MDA por desenvolvimento de territórios rurais e da Secretaria de Pesca para o desenvolvimento sustentável da pesca continuam em 100 milhões? Ou há idéia de ser aumentado? Então 150.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não havendo mais quem queira discutir--

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): De 80 para 150.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Com a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente Senador Neuto De Conto, Senador, eu quero pedir desculpas, Senador Jonas Pinheiro, por ter chegado agora. Eu estava em outra Comissão. A discussão das emendas coincidem em várias Comissões na mesma hora. E eu não tenho conhecimento do Relatório, mas gostaria de saber se... Eu tenho uma emenda que trata da questão da regulamentação fundiária, regularização, melhor dizendo, regularização fundiária. Foi aprovado algum recurso? Porque esta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, se nós não tivermos recurso para fazer, e V. Exª., Senador Jonas Pinheiro, sabe muito bem disso, se nós não tivermos recurso para fazer a regularização fundiária, que é o que leva a todos os conflitos que existem no campo, nós vamos ficar sem poder avançar na questão da reforma agrária. Então eu

gostaria só de saber se foi aprovado por V.Exª. algum recurso para a área de regulamentação fundiária?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Nobre Senador Flexa Ribeiro, esta emenda, por algumas razões, ela se justificava como uma emenda própria desta Comissão. Entretanto, nós tivemos sério problema em aproveitar. Se tivéssemos cinco emendas, evidentemente essa seria uma das aprovadas. Mas nos foi resumido agora a quatro emendas. E o Ministério de Desenvolvimento Agrário, onde estaria incluída essa emenda, o próprio Ministério optou para que nós aproveitássemos a emenda da assistência técnica e assistência rural, nossas velhas e queridas EMATER, e a outra emenda, que foi também para o MDA, a emenda que trata do desenvolvimento de territórios rurais, que é apoio a projetos de infra-estrutura e serviços em territórios rurais. É infra-estrutura nas áreas de assentamento e nas áreas de agricultura familiar.

Então, em função disso, falta de espaço, nós não pudemos aproveitá-la. E as duas, você vê que o MDA foi muito bem abocanhado aqui nesta Comissão, porque o que ela não pôde aproveitar lá na Câmara, ela está aprovando aqui no Senado, e com duas emendas de máxima importância.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu Consultoria o nobre Relator, com aquiescência dos Srs. Senadores e do Presidente, se nós não poderíamos fazer, transformar essa emenda numa emenda de remanejamento, e dentro dos recursos do próprio Ministério, fazer destaque desse valor de 110 milhões para a questão da maior, repito, da maior importância, que é a questão da regularização fundiária. Então faríamos essa, uma emenda de remanejamento, que é possível, nós podemos fazer até quatro emendas de remanejamento, e tiraríamos recursos de alguma outra ação do Ministério, e fortaleceríamos a questão da regularização fundiária.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): É uma idéia. Eu só consulto a Assessoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário, se tem alguém presente, para ver onde é que nós temos recursos para provocar um remanejamento desse nível.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desapropriação... Não, MDA.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): MDA.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): MDA.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): É do próprio Ministério.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Remanejamento dentro do próprio Ministério.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): MDA para MDA.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Só reforçar a ação aqui da regularização fundiária.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): É recurso que está disponível e não foi utilizado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Do MMA? Então do MMA. Se V. Exª. permitir, nós poderíamos, Sr. Presidente, aprovar a proposta, e o Relator, junto com a área técnica do Ministério, encontraria a ação para fazer então o remanejamento.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Só deixe eu fazer uma consulta à nossa Assessoria, Assessoria do Senado: É possível esse remanejamento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Só dentro do Ministério do Meio Ambiente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Pronto.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Então não é do Meio Ambiente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone] Só do Meio Ambiente, aqui a gente não pode tratar--

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Mas isso não é meio ambiente, isso é regularização fundiária. É no MDA. Porque aqui tem dois casos de... Tem o caso de área de conservação, desapropriação em área de conservação, que foi aquilo a que o Senador Jonas Pinheiro se referiu. Isso é uma. Isso aí seria...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): MMA.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): MMA para MMA. Agora, o caso que levantaram, do Senador Flexa Ribeiro, é do MDA. Especificamente dentro do INCRA. Que ocorreria, nesse caso, o remanejamento. Há uma proposta do Senador Flexa Ribeiro para que nós aprovemos como está o Relatório e fica suspenso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Para tentar acordar--

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): -- Para tentar acomodar, fazer uma acomodação desse remanejamento.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De remanejamento.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Que nós precisamos consultar a área técnica, inclusive o interesse do próprio Ministério.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ok.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Continua em discussão.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Só fazer uma consulta ao nosso Relator?

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Senador João Pedro.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Obrigado, Presidente. Esse valor aqui da emenda 22, do item 22, Sr. Presidente, do MDA, ele continua em 100 milhões? É isso? Ou tem uma proposta para aumentar isso?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Se V. Exª. fizer uma proposta... Porque aqui está juntando várias emendas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Isso.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): É possível aumentar.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Porque essa discussão de desenvolvimento de territórios rurais, que é uma forma de organizar, inclusive democrática, eu não sei se aqui não caberia nós aumentarmos um pouco mais?

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): Eu concordo. Quanto V. Exª. sugere nessa emenda?

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): O Senador Flexa Ribeiro já está dobrando aqui para 200. Mas é importante essa discussão da territorialidade, discutir os territórios, que agrega Municípios, tem toda uma... Eu concordo--

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): E aqui entra toda a infra-estrutura da agricultura familiar e de assentamento. Estrada, enfim, é tudo. De fato, é uma emenda interessante cujos valores aqui 100 milhões para que o Ministério.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): De agricultura familiar, principalmente.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): É, estrada, enfim, tudo... De fato é uma emenda interessante, cujos valores aqui, 100 milhões para que o Ministério do Desenvolvimento Agrário--

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Tomara que inclua Parauapeba.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Parauapebas.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Parauapebas, desse território aqui, para diminuir--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Vou convidá-lo para V. Exª. ir conhecer aquela área.

SENADOR JOÃO PEDRO (PT-AM): Vamos dobrar. Eu concordo com a propositura do Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): A proposta do Senador João Pedro: Aumentar para 200 milhões o valor da emenda 22, que agrega proposição do Senador Valdir Raupp, Senador Romero Jucá e Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): De acordo.

SENADOR JONAS PINHEIRO (DEM-MT): De acordo? 200 milhões.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Não havendo mais quem queira discutir, em votação. As Srªs. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

As quatro emendas e apropriação aprovadas serão encaminhadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, com as alterações nos valores propostas pelo Relator.

Não havendo mais nada a tratar, encerramos a presente Sessão.

Sessão encerrada às 16h11.

COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA

ATA DA 11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA-BIO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2007.

Às dez horas e trinta e sete minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e sete, na sala 15, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência interina, do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – CRA-BIO, com a presença dos Senadores(as): **MARISA SERRANO, VALTER PEREIRA, CÍCERO LUCENA, ROSALBA CIARLINI, VALDIR RAUPP E AUGUSTO BOTELHO**. Deixam de comparecer os Senhores(as) Senadores(as): Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares, João Tenório e Jonas Pinheiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente interino, Senador **NEUTO DE CONTO**, informa que a presente reunião destina-se à realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: **ITEM Nº 1:** Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 18, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador João Tenório, com adendo do Senador Neuto de Conto, aprovado em reunião de 3/10/2007, com a finalidade de discutir aspectos relacionados ao mercado de etanol: A velocidade do aumento da oferta, o comportamento da demanda e as perspectivas para o futuro do setor, com as presenças dos seguintes convidados: **Sr. Antônio de Pádua Rodrigues –** Diretor-Técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – ÚNICA; **Sr. Henry Joseph –** Presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA; **Sr. José Eurípedes da Silva –** Chefe-Adjunto de Comunicação e Negócios da Embrapa. Após a exposição dos Senho-

res convidados, fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as): Marisa Serrano e Valter Pereira. **RESULTADO**: **AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, conjuntamente com a íntegra das notas taquigráficas**. – Senador NEUTO DE CONTO,** Presidente, interino, Da Subcomissão.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRABIO

11ª REUNIÃO DA SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BOCOMBUSTÍVEIS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA DIA 18 DE OUTUBRO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 37 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis no âmbito da Comissão da Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da ata da reunião anterior que com anuência do Plenário é dada como aprovada. Aprovada.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 18, de 2007 – CRA-BIO, de autoria do Senador João Tenório, com adendo do Senador Neuto de Conto, aprovado em reunião de 03.10.2007, com a finalidade de discutir aspectos relacionados ao mercado de etanol: A velocidade do aumento da oferta, o comportamento da demanda e as perspectivas para o futuro do setor, com a presença dos seguintes convidados, que os convidamos para fazer parte à Mesa: O Sr. Antonio de Pádua Rodrigues, Diretor-Técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – UNICA. Convido o Sr. Henry Joseph, Presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA; o Sr. Ivaneck Peres Alves, Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG. Convidamos o Sr. José Eurípedes da Silva, Chefe Adjunto da Comunicação de Negócios da EMBRAPA, Agroenergia. Faz favor.

Nós passamos de imediato a palavra ao Sr. Henry, para que faça a sua manifestação.

SR. HENRY JOSEPH: Bom dia, Senador Neuto De Conto, bom dia Srs. Senadores, agradeço o convite para poder participar dessa Audiência Pública em nome da ANFAVEA, Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

Foi-me solicitado fazer uma breve apresentação a respeito da evolução e das perspectivas quanto a vendas de veículos que utilizam etanol no Brasil. Eu vou tentar ser breve nessa apresentação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Anunciamos a chegada e a presença, já fazendo parte da Mesa, do Sr. Antonio de Pádua Rodrigues, Diretor-Técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

SR. HENRY JOSEPH: Então, dando continuidade, eu vou falar rapidamente a respeito das perspectivas quanto aos veículos flex fuel no Brasil. Eu me permiti continuar chamando os veículos de combustível flexível de veículos flex fuel porque isso consta, inclusive, na regulamentação brasileira referente a esses veículos.

Hoje a indústria automobilística instalada no Brasil, nós temos os principais fabricantes estão presentes hoje no território nacional, são 25 empresas que estão presentes hoje no Brasil das quais 19 são fabricantes de veículos e são 41 plantas industriais produzindo veículos e motores e máquinas agrícolas no Brasil.

A produção brasileira de automóveis ela vem aumentando sendo que no último ano em 2006 nós chegamos ao número de dois milhões 600 mil unidades produzidas que coloca o Brasil em 8º lugar no mundo em termos de produção de veículos automotores. Hoje nossos concorrentes mais diretos são Espanha e Canadá, sendo que a perspectiva de que já nesse ano nós devemos estar ultrapassando a Espanha.

Da produção de veículos do ano passado, dos dois milhões e 600 mil veículos produzidos, 80% foram de automóveis, 14% de comerciais leves, os restantes de caminhões e ônibus, sendo que desse total produzido dois terços foram comercializados internamente, foram comercializados no mercado doméstico e um terço, 32 %, foram exportados. Daquilo que foi comercializado internamente, 92% foram veículos nacionais produzidos localmente e os restantes veículos importados, sendo que a maior parte importados dos países do Mercosul, através dos acordos que nós temos dentro do Mercosul, e o restante importado de outros países, principalmente México e Ásia.

Falando a respeito do uso do etanol como combustível no Brasil. O etanol como combustível no Brasil na realidade não é uma coisa recente, na verdade, o etanol é um subproduto da cana-de-açúcar, a cana-de-açúcar entrou no Brasil até... Praticamente veio junto com os portugueses. Nas décadas de 20 e 30 já se

utilizou etanol como combustível no Brasil misturado de 3% a 10%, mas não era um uso contínuo e nem padronizado, era conseqüência da produção de açúcar e de usos localizados.

Esse uso, na realidade, ele passou a ser feito de um modo mais categórico durante a Segunda Guerra Mundial quando devido a racionamentos de combustível, a mistura com etanol da gasolina passou a ser utilizado de um modo mais intensivo e os resultados foram razoavelmente satisfatórios. E devido às crises do petróleo na década de 70 que a idéia do uso do etanol como um combustível foi retomada no Brasil e aí já de um modo muito mais padronizado e enfático. Isso se tornou uma coisa obrigatória através do Proálcool que veio através do Decreto Federal de 1975, sendo que esse programa tinha dois objetivos principais do ponto de vista do uso do etanol: Um era tornar obrigatória a mistura de etanol anidro na gasolina e outro estimular o uso de etanol 100% em veículos especialmente produzidos para esse fim.

Esse programa, em um primeiro momento, foi destinado a veículos que seriam convertidos, os resultados não foram muito positivos com veículos convertidos e aí houve um estimulo para que a indústria automobilística entrasse no programa e isso acabou ocorrendo através de um protocolo de entendimento da ANFAVEA com o Governo, em 79, através do qual a indústria automobilística brasileira se comprometeu a envidar a esforços para desenvolver veículos que pudessem utilizar o etanol como combustível.

Quando se fala em utilizar o etanol, a tecnologia para usar o etanol, para misturas de até cinco ou 10% de etanol na gasolina não é necessário fazer absolutamente nada nos veículos, qualquer veículo desenvolvido originalmente para a gasolina pode utilizar esse combustível. Entretanto para usar mistura com teores maiores de etanol algumas preocupações com uso desse combustível, tais como compatibilidade com materiais metálicos, com materiais plásticos de borracha, problemas que podem advir da perda de dirigibilidade, dificuldades de partida a frio que são conseqüências das características do próprio etanol, começam a surgir de um modo mais enfático. Como o Brasil pretendia utilizar teores de etanol razoavelmente alto, no Brasil a idéia era que se poderia utilizar algo em torno de 15% a 20% e também o uso de etanol puro, isso obrigou que os veículos no Brasil, para poder usar esse combustível, tivesse que passar por processos de adaptação.

Quando nós falamos em modificações para o uso do etanol, na realidade é uma gama muito grande, eu não vou entrar em detalhes dela, mas vários componentes do veículo teriam que ser adaptados para poder utilizar esse combustível. As ações que a indústria automobilística, na realidade, teve que fazer então, foi, em um primeiro momento, como a gente produzia veículos para a gasolina pura que essa foi a realidade da indústria automobilística até 1975, a partir do Proálcool e da idéia da utilização da gasolina misturada com etanol, houve uma necessidade de trabalhos de desenvolvimento para fazer o desenvolvimento de veículos que pudesse usar de 15% a 20% de etanol e a partir de 79, com um acordo que foi feito com o Governo, aquele protocolo que eu mencionei, também foram feitos trabalhos de desenvolvimento para veículos que pudesse utilizar 100% de etanol.

Os resultados eu acredito que foram bastante positivos, houve uma aceitação muito grande por parte desses veículos mostrando que os veículos tecnicamente atendiam aos interesses dos consumidores. A gente vê nesse gráfico as barras verdes são de vendas de veículos a 100% etanol, os chamados veículos a álcool a gente vê que em alguns momentos as vendas de veículos a álcool no Brasil atingiram mais de 95% da venda de veículos álcool no Brasil.

Entretanto, em um segundo momento, visto as dificuldades econômicas do País que decretou o fim de uma série de subsídios que eram dados, houve problemas com abastecimento de etanol, houve um aumento do preço do etanol e por outro lado o preço do petróleo passou a se reduzir significativamente, houve por parte do Governo o incentivo ao uso dos automóveis populares sem que houvesse nenhuma distinção para que esses tivessem que ser a álcool e com isso os estímulos acabaram com o uso dos veículos a álcool e a gente vê que a partir daí a venda de veículo a álcool no mercado brasileiro praticamente sumiu.

A retomada do uso do etanol aconteceu nos anos 90 quando nós já estávamos em uma situação de abastecimento normalizado, o preço do etanol baixou bastante chegando a ficar em torno de 50% do preço da gasolina. E em paralelo a isso, a questão das mudanças climáticas, a assinatura do protocolo do Kyoto, enfim, a mídia de modo geral começou a valorizar bastante o uso de combustíveis renováveis e a imprensa brasileira começou a destacar bastante o uso do etanol e o que nós vimos foi que começou a haver um pequeno aumento na venda e na procurar novamente por veículos a etanol. Entretanto, se nós formos comparar isso com a realidade da venda de veículos no Brasil, a gente vê que de fato a venda de veículo a etanol, mesmo no momento maior, ainda assim é inferior a 5%.

Em função de tentar entender por que o consumidor não estava comprando esse veículo etanol, uma vez que o preço do combustível estava altamente favorável,

existia disponibilidade de veículos etanol no mercado brasileiro, as indústrias continuavam ofertando esse veículo, foi feita uma pesquisa de opinião pública por parte das montadoras com os consumidores e o que se levantou dessa pesquisa é o que etanol era bastante valorizado pelos consumidores que entendiam nesse combustível um combustível bom, limpo, brasileiro, enfim, tinham interesse, mas ao mesmo tempo levantou que os consumidores estavam ainda temerosos de comprar veículos que usassem esse combustível e depois poderiam voltar a ter problemas.

A conclusão desse levantamento foi que os consumidores gostavam de etanol como combustível, mas tinham medo de adquirir um veículo a etanol. Foi nesse momento que as montadoras entenderam, em função de trabalhos que já estavam em andamento, houve essa decisão dos chamados veículos flex fuel nos mercado brasileiro. Eles foram lançados em 2003, são veículos projetados para serem abastecidos com gasolina, etanol, qualquer mistura desses dois combustíveis, atualmente nós temos dez fabricantes no mercado brasileiro oferecendo esse tipo de produto. 63 modelos estão à disposição do consumidor.

A tecnologia do flex fuel é uma tecnologia relativamente simples, não é uma coisa tão complicada assim, ela é uma tecnologia baseada nos sensores que os veículos hoje já têm naturalmente e o próprio computador de bordo consegue, através da leitura desses sensores, fazer as adaptações necessárias no sistema de injeção e ignição e o resultado é isso, que o desempenho do veículo tanto usando álcool como gasolina, passa a ser praticamente o mesmo.

Para os consumidores o significado do flex fuel é praticamente a liberdade que ele passa a ter de poder decidir qual o combustível que ele vai querer utilizar na hora do abastecimento e não mais na hora de comprar o veículo, ou seja, semanalmente ou diariamente dependendo de quanto ele abastece, ele pode definir qual é o combustível que ele vai utilizar e isso dá ao consumidor uma sensação de liberdade muito grande. E em paralelo a isso nós temos também a relação de preço de etanol no Brasil, ainda que essa relação de preço não seja igual no Brasil inteiro, isso eu acredito que possa ser mais bem explicado pelos produtores, mas em muitos Estados, principalmente naqueles produtores, essa relação de preço é uma coisa bastante vantajosa e mesmo com o consumo do etanol sendo maior do que o consumo da gasolina nos veículos flexs, como a relação de preço é muito vantajosa às vezes, e esse gráfico mostra como é que fica a questão do interesse em usar ou não etanol, ou seja, da economia que se tem versus a relação de preço.

Nós vemos que, em geral, quando a relação de preço do álcool com a gasolina é de 70% do preço da gasolina, tanto faz utilizar álcool ou gasolina. A partir daí quando a relação de preço se torna menor, 70%, 60% ou 50%, a gente vê que a economia utilizando etanol passa a ser significativa podendo chegar até 30%, em termos de economia em dinheiro do custeio do veículo.

Como a faixa usual de preço do etanol no mercado brasileiro se situa exatamente nessa faixa de 50% a 70% então, isso leva muitos consumidores a ter um interesse econômico muito forte na utilização do etanol. Com isso a gente vê que o resultado das vendas de veículos flex fuel no Brasil tem sido bastante interessante, tem tido uma aceitação bastante grande, a gente nesse gráfico, a barra amarela são os veículos flex fuel, nós vemos que a partir de 2003 quando eles foram lançados, ele começa a crescer significativamente, ano após ano a participação de vendas de flex fuel no mercado, e são vendas de veículos leves, ela passa a ser bastante significante.

Esse gráfico mostra a participação relativa de vendas de veículos flexs de gasolina e a gente vê a linha vermelha é a venda de veículos à gasolina, a linha amarela a venda de veículos flexs. Nós vemos que desde maio, junho de 2005 já houve uma inversão na proporção vendida, a partir de então nós temos vendido mais veículos flex fuel no mercado brasileiro do que veículos a gasolina, sendo que no último mês de setembro 86,3% das vendas de veículos leves no mercado brasileiro foram de veículos flex fuel. Até hoje já foram vendidos, até hoje minto, até setembro foram vendidos no mercado brasileiro quatro milhões e 23 mil unidades de veículos flex fuel, o que em termos de mercado brasileiro é um número muito expressivo mostrando que houve realmente uma aceitação muito grande por parte desse produto no mercado brasileiro.

Essa é a realidade até agora, agora eu vou falar um pouquinho de perspectivas com relação a esse veículo. Primeiro falando quanto à evolução tecnológica. Esse esquema é um esquema básico só para dar uma idéia de qual é a tecnologia do veículo flex fuel. Na realidade essa tecnologia ela se baseia, como eu falei, nas leituras dos diversos sensores que nós temos no veículo e na interpretação dessas leituras através do computador de bordo que, na verdade, se baseiam em duas características físico-químicas que diferenciam muito o etanol da gasolina que são a octanagem e a relação ar-combustível para queimar. É através dessas duas características que os sensores conseguem distinguir qual é a mistura de combustível que está sendo utilizado naquele momento e interfere tanto no sistema de injeção quanto no sistema de

ignição para poder adaptar o veículo e a queima para aquele combustível.

Obviamente essa tecnologia mostra qual são as adaptações de queima, mas as adaptações de materiais têm que sempre considerar aquilo que seja o mais grave ou aquilo que seja o mais agressivo em termos dos materiais e muitas vezes isso é o álcool. Então, todos os componentes têm um tratamento para o contato com álcool, enfim, todo o motor é praticamente um motor a álcool, com um sistema que permite esse motor utilizar ou não a gasolina sendo que a principal diferença do motor a álcool puro que nós tínhamos no passado é a taxa de compressão na medida em que a gasolina não permitiria a mesma taxa de compressão.

Essa não é o máximo da tecnologia que se poderia utilizar. Obviamente se poderiam utilizar ainda outras características tecnológicas no motor só que aí a gente já começa encarecer o produto e temos que lembrar que no mercado brasileiro, o principal das vendas de veículos, são veículos ainda de baixo preço que não permite que se coloque uma tecnologia muito elevada, porque tirariam esse veículo do poder aquisitivo dos consumidores e obviamente então inviabilizaria a venda.

Então o cuidado que as montadoras normalmente têm é de conseguir fazer essa adaptação mantendo a mesma relação, a mesma faixa de preço dos veículos originais e isso eu acho que também é uma das razões do sucesso desse produto que conseguimos fazer veículos flex fuel no mercado brasileiro ao mesmo preço dos veículos da gasolina.

Se nós formos falar da evolução que está tendo esse produto, nós dividimos isso hoje em três gerações: A primeira geração foi aquela que foi do lançamento dos veículos que foi em 2003 onde que nós ainda tínhamos uma taxa de compressão de nove a dez e meio que é relativamente baixa para o etanol, mas é o adequado, o que se utilizava para a gasolina, e isso permitia um pouco mais de potência iTorque do motor e o consumo de combustível era de 25 a 35% superior quando utilizando etanol.

A segunda geração ela entrou no mercado brasileiro praticamente a partir de 2006 onde houve um ligeiro aumento da taxa de compressão permitindo um pouco mais de potência iTorque e uma pequena redução no consumo que passou a ser então alguma coisa até 30% com etanol. Essas duas tecnologias, essas duas gerações ainda utilizam o sistema de partida a frio que é aquele com injeção de gasolina que os senhores conhecem.

Já se acredita e se está trabalhando para a terceira geração que se imagina que deva entrar no mercado no próximo ano, onde a taxa de compressão será ainda maior o que permitirá ainda mais potência, a diferença de potência iTorque com o uso do etanol será mais agressiva, será mais nítida e o consumo será um pouco menor, aproximando mais um consumo da gasolina e já se visualiza que o sistema de partida a frio, com injeção de gasolina, poderá ser dispensado nessa próxima tecnologia.

Quanto à participação no mercado dos veículos flex fuel, eu acho que antes de falar qual é o futuro, a gente tem que considerar quais são razões ou condicionantes que têm hoje que permite esse produto estar no mercado. Obviamente além do grande número de fabricantes que adotou essa tecnologia, e também temos que considerar que hoje no mercado brasileiro de veículos flexs fuel somente os produtos nacionais estão ofertando essa tecnologia, temos que considerar primeiro a questão tributária. Existe uma diferença tributária para os veículos flex fuel na categoria acima de um litro.

Então os motores de até um litro de capacidade o IPI é o mesmo, tanto para a gasolina quanto para flex fuel, mas a partir daí motores de até dois litros, de um a dois litros, o IPI para flex fuel é de 11% e de gasolina é de 13%, e acima de dois litros o IPI para flex fuel é de 18% e para gasolina é de 25%. Essa diferença tributária permite que não somente os veículos possam ser comercializados a um preço igual, apesar de toda a proteção, a diferença de componentes que o veículo flex fuel tem, mas também permite introdução de novas tecnologias possam acontecer nos veículos primeiro de maior preço, de motores mais possantes.

E a partir do momento que se atinge escala nessa produção isso acaba indo parar na produção mesmo dos veículos de um litro que não tem diferença de flex fuel. Isso foi que permitiu que os motores um litro, os veículos populares, hoje sejam vendidos ao mesmo preço, tanto faz seja flex fuel ou gasolina apesar de não haver diferença de IPI. É quando se atingiu a escala de produção que isso foi permitido.

E outra coisa que temos que considerar é o preço do álcool que normalmente é de 050, 075% do preço da gasolina conforme eu já tinha comentado. Quanto ao futuro próximo as dúvidas que nós temos é se mais fabricantes entrariam nesse mercado, se os modelos importados poderiam começar a trazer a essa tecnologia, nada impede que algum fabricante ou qualquer fabricante no mundo possa desenvolver essa tecnologia e trazer veículos para cá com essa tecnologia. Uma dúvida também que temos que considerar é se seria mantido a mesma situação tributária e a mesma paridade de preço do álcool frente à gasolina.

Considerando que isso seja mantido, a idéia que nós temos, que a ANFAVEA tem, é que esse volume

de cerca de 85% das vendas de veículos leves serem flex fuel, deva ser mantido. Nós não acreditamos que esse número possa aumentar uma vez que temos que considerar que naqueles 15% restantes uma parcela é dos veículos importados, outra parcela são de veículos que utilizam diesel no mercado, veículos comerciais leves que utilizam diesel e nós estamos acreditando que esses 85% das vendas já é o que deva se manter em um futuro próximo.

Considerado essas premissas, a previsão quanto às vendas que nós estamos trabalhando são essas que estão colocadas. A ANFAVEA está trabalhando com uma previsão de que o mercado interno deva crescer a uma taxa de cerca de 10,2 a 10,6 % ao ano, essa é uma projeção da ANFAVEA e do SINDIPEÇA para até 2013 e mantendo-se essa previsão de aumento do mercado e também mantendo-se essa proporção de 85% das vendas serem de veículos flexs, a gente imagina que os números que nós estaríamos vendendo de veículos flexs nos próximos anos, estaríamos chegando em 2013 a uma venda de anual de três milhões 315 mil veículos flexs no mercado.

Era isso que eu tinha para falar. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. Henry Joseph. Ouviremos de imediato então, o Dr. José Eurípedes da Silva que representa a EMBRAPA.

SR. JOSÉ EURÍPEDES DA SILVA: Bom dia a todos, eu agradeço a oportunidade para a gente estar trazendo a nossa contribuição e eu gostaria de dizer que nós estamos enfocando o aspecto mais no que se relaciona à pesquisa, desenvolvimento e inovação com relação ao fornecimento de biocombustíveis, no caso o etanol.

Bom, eu gostaria de iniciar mostrando aqui essa idéia de perspectiva de participação de etanol na mistura de combustível veicular, uma situação atual, uma meta perspectiva e prazo para a meta nos Estados Unidos, na comunidade européia, Japão e Brasil. Esses vocês vêem aqui que há uma tendência de aumento e obviamente isso vai criar uma demanda muito grande em cima dos países, os potenciais produtores de etanol.

Aqui no Brasil também, conforme foi dito aí agora, nós temos hoje 40%, mas isso pode aumentar e é indefinido porque não sabemos ainda com certeza quanto que... Já com esses dados dessas participações isso poderá ser um número mais concreto a ser definido. Bom os grandes produtores e consumidores de energia e que aqui contam a Rússia, Estados Unidos, Rússia, China, eles têm 39% da energia produzida no mundo; Arábia Saudita, Canadá que também mais 8,3. Esses cinco países concentram 49,3% da produção de energia primária mundial, nisso estão os biocombustíveis, e os maiores consumidores, Estados Unidos, China, Rússia com 41%, seguido de Japão e Alemanha que perfazem 5,8% do consumo mundial.

Quer dizer o que nós temos aqui então é que todos esses países estarão influenciando o mercado de biocombustíveis uma vez que nós estamos hoje procurando a substituição da matriz fóssil. O consumo atual de combustíveis líquidos é 1,18 trilhões litros de gasolina, e 1,25 trilhões de litros de diesel, diesel ainda é o biocombustível mais usado no mundo, a gente sabe muito bem por que, por conta que ele é praticamente o combustível usado no transporte pesado e muitas outras coisas, mas temos a gasolina e o álcool são mais em veículos leves.

A biomassa dado o esgotamento das fontes de energia fóssil, a biomassa passa a ser uma fonte alternativa aqui no Brasil por exemplo, e ela traz uma série de oportunidades derivadas da necessidade da mudança da matriz energética, outras alternativas não disponíveis em curto prazo como, por exemplo, a utilização da energia eólica, a energia marinha e etc. que necessitam ainda de pesquisas para seu desenvolvimento. E também nós temos como oportunidade, as vantagens competitivas naturais que seria no nosso caso, solo, clima, etc. e construídas, quer dizer, a tecnologia que nós estamos trabalhando aqui hoje no Brasil.

Os riscos limites para a exploração, teto na disponibilidade de terras. Isso, para grande parte do mundo, isso é um problema, ainda não é para o Brasil. A harmonização de binômios alimentos versus energia, água versus energia e outros. Quer dizer hoje nós temos que pensar ao trabalhar a nossa matriz de biocombustíveis temos que pensar no que nós estamos fazendo porque a agricultura, na verdade, ela produz biomassa, sempre produziu biomassa e nós sempre procuramos até então biomassa para alimentos.

Hoje nós temos que trabalhar biomassa para alimentos e biomassa para energia, quer dizer, é tudo isso, é uma questão que nós temos então que estar buscando sempre essa harmonia para que a gente não tenha problemas no abastecimento alimentar. E outra coisa também água é um insumo caro, nós temos que pensar como nós vamos utilizar essa água e se é vantagem utilizá-la para a energia.

Impactos ambientais nós estamos cansados de ouvir e ouvir na mídia todos os problemas decorrentes dessa nossa expansão que nós estamos tendo em biocombustíveis. É preciso que a gente esteja atento a isso porque tem sido usado, inclusive, como barreiras não tarifárias para os nossos produtos e o maior risco de tudo isso é que seria a perda da oportunidade de

nós utilizarmos essa demanda de energia de biocombustíveis, deixar isso passar em branco com a infraestrutura, com as condições que nós temos.

O mercado de etanol evidentemente ele está dependente dessa demanda externa e da nossa demanda interna e evidentemente ele no abastecimento pela oferta externa e oferta interna. A oferta externa nós sabemos que ainda é pequena. O Brasil é hoje um dos maiores produtores de etanol, mas a nossa oferta tem sido praticamente para a nossa demanda interna.

Aqui como os grandes consumidores internacionais já foi falado e aqui no mercado interno que define essa demanda interna. Nós temos que trabalhar aqui que só o atendimento da meta dos Estados Unidos gerará uma demanda de 132 milhões de etanol, aproximadamente três vezes a produção total do mundo hoje que é em torno de 50 bilhões de litros.

Quer dizer então, isso aqui é só essa demanda. Aqui não estamos considerando a China, Japão, aliás, se a China entrar com a demanda de etanol, realmente nós vamos ter uma situação bastante crítica em termos de atendimento, o Brasil sozinho não teria condições de atender a isso. É preciso que a gente se organize observando a nossa capacidade de atendimento, observando as estratégias de produção, que arranjos produtivos nós temos, quais são as conseqüências de ocupação de novas áreas, conseqüências ambientais, sociais, qual é a logística que nós temos.

Veja bem que hoje grande parte nós estamos pensando as zonas de expansão para o interior. Como é que nós vamos transportar esse etanol, esse biocombustível até os portos? Não é possível pensar em transportar biocombustível usando diesel. Isso seria completamente ilógico e irracional, quer dizer, então nós temos que pensar nessa logística de uma forma bastante concreta e bastante positiva.

E finalmente pesquisa, desenvolvimento e inovação, isso aqui é um suporte de tudo isso que nós estamos mostrando aqui para vocês. Eu vou me basear mais nisso aqui porque esse é o nosso metiê é o metiê da EMBRAPA. Vejam bem o seguinte: Hoje nós temos como matérias-primas para a produção de combustíveis a cana, a mandioca e a batata doce, esses são materiais amiláceos e que têm as suas características agrícolas, a produção agrícola hoje em torno de cana é de 80 toneladas por hectare, que dá um volume de toneladas por hectare de 75 litros. E uma produção de seis mil litros por hectare a um custo que temos aqui colocado. Mandioca é uma opção e inclusive agora recentemente a EMBRAPA está lançando uma variedade de mandioca que concentra glicose na raiz ao invés de amido.

Quer dizer a glicose é o substrato para a transformação em etanol, evidentemente que isso ainda está em condição de Bancada por isso que aqui não temos preço a custo ainda definido, mas não que a mandioca vá competir com a cana, mas há nichos onde ela pode ser complementar e que isso pode ser trabalhado. Exato? Essa é uma oportunidade, está sendo lançado, o processo, a tecnologia já saiu da Bancada e já está em teste, vamos dizer assim, em termos de plantas industriais.

A batata doce também é outra opção também para ocupar nichos onde a cana provavelmente não possa estar trabalhando. Isso aqui são inovações que poderão ser trabalhadas e que deverão trazer alguma oportunidade no futuro. E vejam aqui é o seguinte: Isso aqui representa, gente, o que nós chamamos de práticas agrícolas, nós podemos estar trabalhando ou temos que trabalhar o aumento desses coeficientes de produtividade porque quanto mais nós tivermos aumento na produtividade menos terra nós estaremos usando para a mesma produção.

Isso evidentemente são ganhos ambientais, são ganhos de eficiência que a gente tem que perseguir. E a EMBRAPA está trabalhando nisso e nós temos hoje variedades que já podem, em termos de pesquisa estão dando 120, 140 toneladas por hectare. Quer dizer é claro que quando tudo isso é levado ao campo há certa, vamos dizer assim, uma perda dessa eficiência, há uma diluição da tecnologia e isso normalmente isso talvez caia para 100, 110 toneladas, mas isso já está disponível e evidentemente que é uma questão agora de trabalharmos para que nós possamos aumentar a transferência dessa tecnologia e colocar isso à disposição dos produtores.

Nós temos aqui uma idéia de custos, o etanol cana que é aqui no Brasil, ele está em torno de 29 centavos de dólar o litro é a situação atual, o etanol milho 0,54 litro situação atual. Vejam bem o seguinte que nós temos uma vantagem competitiva e comparativa muito grande em relação ao etanol de milho, esse é o caso em que lá nos Estados Unidos eles usam hoje quase um terço da produção de milho deles para fazer etanol. Isso é que causou esses problemas que nós vimos há pouco tempo atrás com relação à indisponibilidade de milho para alimentação.

O etanol celulose... Isso aqui é a inovação que nós temos, é a tecnologia de segunda geração, ele está hoje lá nos Estados Unidos em condições de Bancada a 1,78 dólares o litro. A viabilidade disso é prevista em no mínimo cinco anos porque isso aqui só se tornará viável quando se chegar aproximadamente a esse valor, a 0,54 por litro, e isso, gente, eles estão investindo bilhões de dólares nessa tecnologia e, na

verdade, o processo está muito em cima de enzimas, no desenvolvimento de enzimas capazes de fazer a transformação, a primeira transformação da celulose para o material glicolítico.

Vejam bem o seguinte, aqui mais ainda colocando algumas coisas que nos dão aqui as vantagens com relação aos outros produtores mundiais, vejam bem aqui o seguinte: Custos em centavos de ouro por litro que nós temos. O Brasil é o que tem o menor custo por litro está certo? E tem o menor custo também da matéria-prima. Todos os outros têm custo mais elevados que nós temos aqui no Brasil.

O que nós temos? Materiais sacarinos, a cana-de-açúcar, amiláceos, mandioca, milho e batata doce, batata inglesa, esses são produtos em que precisaríamos aqui transformar o amido em açúcares e depois fermentá-los para depois transformar isso em álcool. A cana-de-açúcar também é um processo fermentativo da sacarose transformando isso em álcool e nós temos aqui os materiais de segunda geração são celulósicos: Bagaço de palha, cana, capim e outros restos vegetais, praticamente quase tudo que nós temos no campo pode ser feito através de hidrólise ácida ou enzimática transformada em etanol. Espera-se que com isso aqui a gente poderia ganhar mesmo só usando a cana como matéria prima, mais um terço na produção de etanol para abastecimento.

Então isso, mostra que nós precisamos realmente estar desenvolvendo ou trabalhando muita tecnologia para que a gente possa obter bons resultados na produção de etanol, seja no que nós chamamos de boas práticas agrícolas, seja também nos resultados de Bancadas, nos processos industriais.

Olha bem aqui o seguinte, o que nós colocamos hoje que nos dá essa condição de certo conforto com relação à expansão da área agricultável no Brasil, não só para a cana-de-açúcar, mas também para outros produtos alimentares e mesmo também biodiesel. Nós dispomos de uma área agricultável de 394 milhões de hectares, temos em uso naquela época 50,7 milhões, e podemos ter isso aqui para a expansão, olha a diferença de isso para isso. E assim vocês vêem outros países e aqui eu relaciono Rússia, Estados Unidos, China e Canadá que são os países maiores do que o Brasil mostrando a vocês qual é a disponibilidade que eles têm, quer dizer, é um risco muito grande de área nesses países para a expansão em biocombustíveis.

Aqui só têm alguns países mostrados, mas grande parte dos países que têm as maiores áreas para expansão estão aqui na América do Sul, aqui no caso está o Brasil, a Bolívia e a Argentina e etc., mas nós temos outros países também oferecem essas oportunidades. Quer dizer, obviamente que esses países, são esses aqui os que poderiam estar, vamos dizer assim, também competindo ou colaborando também na produção de etanol no mundo. A verdade seria interessante que eles também ingressassem porque é aquela questão: Não se pode pensar no mercado tendo somente um fornecedor. Tem que ter mais fornecedores para que haja garantia e estabilidade no fornecimento.

Isso aqui mostra apenas a nossa questão interna no Brasil, o que é que nós temos hoje aqui, apenas a diferença de alguns dados, mas o que importa aqui é o seguinte; Nós temos dessa área agricultável, nós temos em pastagem 210 milhões de hectares que representa 57,38; culturas temporárias e permanentes 54,8; cana, 6,2 milhões de hectares; isso é apenas 1,69 dessa área total. Quer dizer nós temos uma área pequena de cana, áreas disponíveis virgens da fronteira agrícola, 90 milhões de hectares representam 25% e floresta cultivada cinco milhões de hectares; 1,37.

Vejam bem, na verdade, quando se fala que cana é uma monocultura eu diria que é uma monocultura, mas a soja também é uma monocultura e são 22 milhões de hectares. Pastagem é a nossa maior monocultura e grande parte das pastagens é degradada e não produz absolutamente nada, então o potencial para aproveitamento dessas terras deve ser considerado em todos os projetos de expansão para biocombustíveis e mesmo para alimentos.

Então aqui é uma simulação do que seria a expansão da área de cana no Brasil, pensando-se em 50 % de expansão e 100% e 200%, tirando-se essas áreas de pastagens degradadas. Veja bem o seguinte: Isso aqui é a situação real de 2006 e nós temos aqui então a... Representa 1,69. Se nós fizermos uma expansão de 50% nós vamos ter aqui uma expansão, isso representado 2,54. Se for 100%, 3,39 e se for a 200% 5,08. Ainda assim os 16,8 milhões de hectares ainda é menor do que a área de soja. Nós estamos tirando isso de pastagens degradadas, veja que ainda teremos muitas áreas de pastagens ainda para ser trabalhada.

Na verdade pensando em termos da nossa disponibilidade de áreas a cana-de-açúcar não representa uma ameaça com relação ao que se fala de ser uma monocultura, é claro que há concentrações locais que têm que ser consideradas, mas isso deve ser visto sob esse aspecto de que nós podemos estar ampliando a nossa produção agrícola usando áreas de pastagens degradadas.

Esse é um ponto bastante importante que tem que ser considerado e políticas públicas devem ser desenvolvidas visando essas áreas preferencialmente.

Aqui temos onde estão as áreas possíveis para a expansão da cana-de-açúcar que é aqui no caso o

Triângulo Mineiro, Mato Grosso do Sul, Goiás e aqui, nessa região de Tocantins, Piauí e também um pouco de Maranhão. Essas áreas de expansão estão de certa forma distantes das áreas críticas, Pantanal e Amazônia. É claro que nós estamos trabalhando em zoneamento para definir áreas dentro dessas zonas de expansão onde nós teríamos melhores condições de adequação para o plantio da cana-de-açúcar no Brasil.

Isso aqui, gente, é uma coisa importante. Isso aqui são as pastagens degradadas. A produção de matéria viva ou matéria seca é muito pequena, capacidade de suporte é muito baixa, mas em função de tecnologias já desenvolvidas, nós podemos perfeitamente colocar isso na cadeia produtiva usando algumas tecnologias.

Aqui nós poderíamos recuperar essa área e fazer um plantio de linhas de floresta e aqui plantios com arroz intercalados, isso no primeiro ano. No segundo ano nós já teríamos aqui então o material crescendo, eucalipto crescendo e poderíamos substituir o arroz por soja, evidentemente, nós estamos tendo ganhos aqui na produção anual, enquanto que o material silvicultural está crescendo.

Nós teríamos aqui, já no terceiro ano poderíamos substituir a soja por uma pastagem e o eucalipto continua crescendo. Vejam bem aqui é o seguinte: Isso é a pastagem degradada, vejam a produção de biomassa que nós temos aqui, aqui e aqui e que é muito diferente disso. Os conteúdos de carbono comparados dessa área com essa são bem menores do que nós temos aqui, quer dizer, então nós estamos aqui também atendendo a uma questão ambiental que é o seqüestro de carbonos, isso está acontecendo.

E a partir do terceiro ano, até o décimo nós poderíamos estar substituindo, já entrar com gado no sistema, que evidentemente estaríamos tendo também ganhos, vamos dizer assim, na condução de um sistema de integração lavoura e pecuária silvipastoril. Esse chamado sistema integrado de produção alimentos e energias que obviamente nós podemos também estar usando essas áreas para a produção energia.

O que nós estamos hoje pensando para implementar a produção de etanol no Brasil? Olhem bem, tudo isso são as tecnologias que estão sendo trabalhadas dentro das unidades da EMBRAPA e dentro também, em colaboração com a EMBRAPA/Agroenergia. É muito importante a obtenção de coleções, novos acessos e material melhorado. A pesquisa sobre uso e eficiência de nitrogênio. Olha, hoje a cana-de-açúcar fixa 35% do nitrogênio que ela consome, a meta é chegar a 60%. Isso vai representar uma economia muito grande na importação no uso de fertilizante como também vai atender um aspecto ambiental que é a questão da lixiviação de nitrogênio que pode contaminar lençóis freáticos.

Estudos sobre mecanismo de tolerância ou eficiência a estresse bióticos e abióticos. Grande parte das nossas áreas, nós temos algum problema de seca, evidentemente que isso aqui, essa linha de pesquisa visa esse problema. Estudos sobre a base genética e bioquímica da partição de açúcar na cana para a produção de sacarose. É o pol sacarose que evidentemente isso quanto melhores, quanto maior tivermos teremos maior rendimento na produção de etanol.

Desenvolvimento de sistemas integrados de controle de ervas daninhas, quer dizer, o controle fitossanitário, práticas culturais melhoradas para produção sustentável da cana-de-açúcar e proteção ambiental. Adaptação de cultivares e condições climáticas na área de expansão e cultivos. Validação de métodos práticos para aumento e sistemas produtivos sustentáveis. Todos esses anteriores aqui, a gente poderia colocar que são as práticas agrícolas, boas práticas agrícolas. 10 e 11. Estudos sobre processos de conversão etanol, celulose e etanol e o 11, são o que nós podemos chamar de estudos da segunda geração de biocombustíveis. E esses outros aqui são apenas estudos transversais que transpassam todas essas linhas de pesquisas que nós já falamos.

Em uma estratégia geral, nós teríamos então aqui fazer um mapeamento de competência internas e externas, estruturação da rede de pesquisa, estabelecimento de parcerias adequadas para a pesquisa em desenvolvimento de temas específicos. Criação de EPS para pesquisa e desenvolvimento de temas estratégicos, realização de estudos transversais, gestão territorial, zoneamento agroecológico, desenvolvimento da inteligência competitiva e políticas públicas, transferência de tecnologia, ensino e capacitação e encubação, simulação e modelagem.

Evidentemente que isso nos leva a um planejamento, a gente poderia se ater apenas a essa primeira linha, estamos falando sobre etanol que, em curto prazo, nós estamos providenciando zoneamento, trabalhando sistemas de produção, arranjos produtivos e melhoria de processos, em médio prazo a fixação de biológica de nitrogênio e processos industriais e em longo prazo o etanol e celulose, amiláceos e melhoramento genético. Falar aqui a médio e longo prazo não significa que vamos esperar para iniciar, já estamos iniciando. Os resultados é que vamos demorar alguma coisa para chegar, vamos dizer, na disponibilidade dos produtores.

Isso é o que nós temos hoje, a EMBRAPA/Agroenergia e a EMBRAPA de um modo geral, nós estamos buscando parcerias visando evitar a duplicidade de

ações e recursos para o mesmo propósito. Para isso nós estamos dispondo do sistema nacional de pesquisa agropecuária, a EMBRAPA tem hoje dois laboratórios de antenagem no exterior, prospecção nos Estados Unidos e Europa, nós temos universidades nacionais e internacionais, Instituto de Pesquisas nacionais e internacionais que a gente espera estar trabalhando em colaboração para tentar resolver esses problemas.

Essas redes de pesquisa para otimização das parcerias e aumento da eficiência. Ações concretas para o cumprimento dessas metas. Nós temos hoje, a primeira foi a criação e a instalação da EMBRAPA/Agroenergia, isso foi um marco que nós tivemos dentro do sistema EMBRAPA e obviamente que isso é para toda a sociedade, terá benefícios com essa criação.

A estruturação da plataforma de agroenergia, hoje nós trabalhamos não apenas com etanol, nós temos também na plataforma de agroenergia temos o etanol, o biodiesel, florestas energéticas e também estudos de resíduos com conteúdo energético. Uma terceira ação concreta é a definição de arranjos tecnológicos para projetos de pesquisa e articulação com parceiros públicos privados nacionais e internacionais. Nós estamos hoje em uma demanda da Casa Civil, uma articulação para o estabelecimento do PNP etanol, esse seria um programa que nós estamos buscando a junção, a colaboração de todos os atores que estão hoje no mercado de etanol do Brasil.

Isso evidentemente é a nossa segurança, é a nossa garantia de que a gente poderá atender aquelas metas anteriores e mesmo trabalhar para a expansão da produção de biocombustíveis. E nós temos hoje também a criação do mestrado profissional em agroenergia, uma parceria com a EMBRAPA, Fundação Getúlio Vargas e USP. É claro que para tudo isso que nós estamos trabalhando nós precisamos de pessoas capacitadas, então, nós temos que atuar também no treinamento, capacitação de pessoal ou de técnicos e pesquisadores para que a gente possa estar enfrentando esses desafios. Também estamos trabalhando o estabelecimento de EPEs, a EMBRAPA está trabalhando uma EPE de etanol, e a gente espera que isso seja apenas uma semente daquilo que poderá ser feito a respeito dessas participações trabalhando com o setor privado.

A gente entende que é importante, muito importante, que o setor privado esteja presente nisso. O Governo em si não tem condição de estar produzindo, nós temos condições de estar criando as condições de produção, mas a produção mesmo quem faz é o setor privado.

E finalmente desafios em Ciência e Tecnologia no Brasil para agroenergia. Nós temos que ter variedades agrícolas com maior produtividade, nós temos que estar trabalhando desenvolvimento e otimização de rotas tecnológicas para novos processos, nós temos que estar procurando agregação de valores para produtos, nós temos que ter instrumentos para redução do risco agrícola no mercado energético, zoneamento, monitoramento por satélite, previsão climática e controle de pragas.

Olha o zoneamento, a EMBRAPA junto com o Ministério da Agricultura e outras entidades, está trabalhando o zoneamento não só para a cana-de-açúcar, mas para outras culturas. O zoneamento para a cana-de-açúcar no Brasil espera-se que dentro de 12 meses esteja pronto e vai definir áreas adequadas para o cultivo da cana nessas regiões de expansão. Os maiores desafios que nós encontramos aqui, gente, é a coordenação de grupos, essa é uma questão quase que cultural e o ingresso de recursos para fazer frente às demandas de pesquisa, isso aqui é muito importante.

Nós temos hoje a questão de orçamento é uma questão crucial e, às vezes, a gente fica... Embora a gente fique um pouco triste hoje, chateado porque nós vemos que a aplicação de recursos em outros países é muito, muito superior ao que nós temos hoje no Brasil e evidentemente que se nós queremos avançar isso é uma coisa que não pode faltar. Correto? Então, isso é algo que nós precisamos trabalhar com muito afinco para que não falte recurso para a pesquisa e a gente possa atingir as metas pretendidas.

Era isso que eu queria dizer, obrigado pela atenção de vocês, eu espero ter passado essa mensagem que o nosso caso realmente é como nós estamos estruturando para suportar essas demandas de biocombustíveis que estão vindo e que obviamente nós teremos que dar as nossas respostas. Muito obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Dr. José Eurípedes da Silva. Ouviremos de imediato então, o Dr. Antonio de Pádua Rodrigues, Diretor-Técnico da União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: Bom dia a todos. Em nome do Senador Neuto De Conto cumprimento todos e a mim me pediram para falar um pouco do aspecto relacionado com a velocidade do aumento da oferta e da questão dos mercados do etanol. Então, eu vou voltar um pouco o que está acontecendo na expansão, falar um pouco do setor produtivo como é que está essa oferta de cana e na visão do produtor qual é a matriz energética que o produtor está vendo, porque aí eu vou procurar mostrar que existe um conflito de interesses entre os vários *steak houses(F)*.

O Henry apresentou na visão dele qual é a evolução do flexs e como é que o flexs vai se consumir porque que vai manter o flexs, nós temos a visão da Petrobrás, nós temos a visão da empresa de planejamento energético e temos a visão do produtor.

Essa planilha é a realidade dessa safra, o Brasil hoje deve esmagar 480 milhões de toneladas de cana, mas da metade da cana é para a produção de álcool e a produção de álcool nesse ano é predominantemente destinado ao mercado externo. O Brasil deverá reduzir as exportações esse ano em relação ao ano passado, uma vez que não existe um mercado externo ainda firme é um mercado *spot* em que os negócios aparecem momentaneamente pela falta do produto. Há dois anos atrás a Índia foi a grande compradora de álcool do Brasil e nos dois últimos anos os Estados Unidos foi o grande comprador. Esse ano os Estados Unidos tem uma situação inversa, existe excedente de álcool no mercado americano, o preço do milho subiu e o preço do álcool hoje nos Estados Unidos está em torno de 1,65 dólares o galão que o produtor brasileiro para vender esse álcool para o mercado americano, considerando o imposto, teria que estar vendendo hoje a R$ 0,35 centavos de reais.

Você não tem nenhuma viabilidade e nesse momento tem parecido novos negócios em relação à Alemanha, mas muito e também ao Japão, mas não álcool carburante, álcool destinado à bebida e álcool destinado a perfumaria. Então nós estamos vivendo nesse momento um cenário, uma euforia de expansão sem um mercado estruturado. E o tema dessa pergunta é que eu vou procurar responder.

Hoje basicamente há uma concentração da oferta de cana em São Paulo, a safra basicamente com 290 milhões de toneladas e 159 usinas processando, o Nordeste ele está estabilizado há muitos anos, dificilmente você vê uma variação da oferta de cana no Nordeste, quando há é por uma condição climática, nós podemos falar mais cinco ou menos cinco milhões de toneladas da cana e você não vê nenhum incremento.

Eu vou procurar no cenário do produtor qual que é a visão para a safra 2015, 2006 em função dos projetos que já estão nomeados, dos projetos que já estão em implantação e dos projetos que já entraram em produção. Então isso já está se tornando uma realidade, não é uma expectativa, mas é próximo da realidade.

Então, a nossa visão nós devemos estar com 830 milhões de toneladas de cana na safra 2015 e 2006 que é essa cana que já iniciou esse plantio e que é uma luta para conseguir esse mercado. Na nossa expectativa de álcool, de exportação de álcool, ela não seria muito superior a nove bilhões de litros, para 2015. Então toda a aposta ela se dá no mercado interno. As diferenças como o Henry apresentou, foram pequenas e ele faz uma aposta de 85% das vendas do flex fuel no combustível leve. Esse cenário nosso nós estamos trabalhando com 90% e estamos trabalhando com um cenário de que dos 90%, 85% da frota vai usar álcool carburante em detrimento à gasolina.

Então predominantemente a nossa expectativa de uma produção de álcool já da ordem de 47 bilhões de litros, ou seja, muito mais do que o dobro do que nós estamos produzindo nesse ano e a produção de açúcar ela vai ser crescente para atender as demandas de mercado interno e crescer a expansão do mercado mundial, não se aposta em nenhuma mudança do regime açucareiro mundial e de uma abertura significativa de novos mercados, então, toda a aposta ela se dá no mercado interno.

Então, na verdade, onde que está? Foi apresentado pelo José Eurípedes que realmente havia um pólo de expansão e esse pólo é o que está acontecendo mesmo. Seria Minas Gerais que sairia de 29 usinas para 54, de 35 milhões de toneladas de cana para 118 milhões de toneladas de cana. Nós estamos falando um crescimento em Minas Gerais de três vezes. Se você vai ao Mato Grosso do Sul é mais do que impressionante: De 11 unidades para 38; de 14 milhões de toneladas para 95. Nós estamos falando em basicamente, cinco, seis vezes a oferta de cana hoje no Mato Grosso do Sul. E dos demais Estados seria Goiás que também tem uma mudança significativa de 18 unidades para 40 unidades e também o crescimento em cana de 20 para 97 milhões de toneladas, ou seja, cinco vezes.

E essa região realmente ela está acontecendo, o plantio está ocorrendo em áreas de pastagem predominantemente, mas aonde não existe nem mercado interno e não existe nem mercado externo. Então, o que esse pessoal vai fazer com a cana e o que essa cana vai fazer com o álcool.

Então, procurando avaliar se nós temos condições de expandir, nós temos que avaliar vários aspectos: O primeiro é a capacitação da indústria nacional de produção de bens de capital. Existe capacidade instalada a nível aqui de Brasil para produzir quantas unidades for preciso ser implantadas. Hoje a capacidade instalada é de entregar cinco usinas por mês. Hoje, então entregar usinas, produzir usinas não haveria problema nenhum, quer dizer 60 usinas por ano poderiam ser entregues hoje aqui no Brasil, um produto 100% nacional, de fabricação nacional que a indústria está preparada para entregar.

Basicamente eu já fiz esse comentário, nós temos a capacitação tecnológica em todos os setores, na Engenharia, na Engenharia básica, na fabricação, na instalação, na montagem, em colocar isso em marcha, no desempenho e na assistência técnica. Então,

produzir álcool não vai ser novidade para ninguém em qualquer lugar. O problema é o mercado. Nesse momento nós temos das 346 usinas, entraram usinas em operação em 2006, 11; entraram em operação 17; o ano que vem tem 30 usinas prontas para entrar em operação e tem 23 usinas encomendadas para entrar em operação 2009 e 2010.

Então o que nós temos? Nós temos esse cenário aqui hoje, que vai se tornar ou não realidade. Dos 23 que vão entrar possíveis em 2009, tem 41 possíveis. Quer dizer esses 23 podem chegar a 41. Para 2010, 2012 tem 38 e têm 60 que estão aí, já identificaram a área, já identificaram o local, mas eles estão em análise, então, empresários para investir e para montar planta e para produzir não é problema. Equipamento não é problema e empresários também não são problemas.

Áreas, já foi comentado, área não é problema, isso daí é o mesmo número que já foi apresentado da disponibilidade de 90 milhões de hectares para se plantar cana sem nenhuma invasão, sem competir com área, com floresta, com Amazônia, então, área também não é problema. Equipamento não é problema, empresário não é problema, área não é problema. O investimento está aí, nós estamos em marcha 33 bilhões de dólares de investimento, esses projetos que estão em desenvolvimento significam 33 bilhões de dólares.

Capital estrangeiro não assusta. A presença do capital estrangeiro é pequena, hoje é 7% que pode chegar em 2012 a 12%, o que assusta são notícias, por exemplo, de ontem que eu vi que muito desse pessoal apostou que venderia álcool para o Japão. Agora hoje se tem uma matéria no jornal dizendo que a Petrobrás com a Mitsui vai montar 20 usinas para entregar para o Japão, álcool dedicado. Então, é um negócio complicado.

Tem dificuldade? Tem. A questão ambiental é uma dificuldade, o ano passado dois projetos houve o plantio de cana, a indústria ficou pronta, mas não houve a concessão da licença para operação, o empresário perdeu em uma região 700 mil toneladas de cana e em outra um milhão de toneladas de cana. E a dificuldade maior hoje é... Nós vamos enfrentar dois problemas.

Primeiro é que a queima vai terminar, quer dizer, colher cana queimada não vai existir mais. São Paulo já está pré-determinado para 2014 e isso vai ser estendido evidentemente a outros Estados. Então, o que vai fazer com essa mão-de-obra hoje que não tem alternativa que é da colheita da cana? Só em São Paulo são 180 mil pessoas que deixarão de exercer atividade no corte de cana. E ao mesmo tempo, você tem essa expansão e a maior dificuldade hoje na expansão é você não ter mão-de-obra capacitada. Quando você vai para a colheita mecanizada você tem um investimento de dois milhões de reais em uma frente de corte que é uma máquina, é um caminhão de transbordo, é um trator e você tem que ter uma mão-de-obra capacitada para ser operador dessa colheita.

A colheita mecanizada ela vai levar a um plantio mecanizado. Uma máquina de plantar cana custa 600 mil reais, também você vai precisar de uma mão-de-obra especializada e as empresas que estão vindo também vão ser empresas de alta tecnologia, ela vai gerar pouco emprego, mas vai necessitar de qualificação. Nós temos dois problemas a ser enfrentado: Um é requalificar a mão-de-obra, basicamente da colheita hoje, que vai perder esse emprego e outra é capacitar mão-de-obra para essas usinas que estão em expansão que não existe mão-de-obra disponível nem na agrícola e nem na indústria. Então, da expansão eu diria que essa é a principal dificuldade no processo produtivo.

Agora o grande problema começa aqui. Começa aqui que são as visões que cada um tem. A visão da Anfavea nós vimos, a visão da Anfavea é muito parecida com a visão do produtor. A aposta é no flexs e a nossa aposta é que o flexs consuma gasolina. Agora quando você vai para essas visões, nós vamos ver que não são iguais. Então essa, por exemplo, é a perspectiva da Petrobrás para o mercado combustível para 2020. Ela confirma que o flexs vai ter uma penetração na frota e nas vendas, ela fala que a produção de cana é sustentável e que o Brasil vai exportar açúcar e álcool.

Mas existem algumas coisas aqui que são complicadas, por exemplo, veículo leve consumindo diesel. Está aí, é a aposta. Eles têm uma aposta de veículo. Então, na verdade, cada um tem a sua matriz energética, eles estão certos. Ele como produtor de gasolina, evidentemente, que ele quer preservar o mercado de gasolina, ele quer defender seu negócio e quer defender seus interesses, mas, ao mesmo tempo, será que esse interesse é o interesse do País?

Esse é o plano estratégico na questão do mercado interno, eu vou me ater mais a uma transparência apenas. Esse material vai ficar disponível, o Henry não entrou nesse aspecto. Eles entraram aqui nesse aspecto. 2003 o flexs, 2010 permissão para usar diesel em veículos leves, 2015, 2012 vai começar importar veículos híbridos e depois aqui 2015 vão passar a fabricar veículos híbridos. Eu não sei qual impacto que isso daria no mercado do álcool e no mercado da gasolina.

Aqui não tem muita diferença e também há aposta da venda de veículos a gasolina, nós estamos falando aqui, veículos flexs e aqui aposta de veículos vendidos a diesel, para consumir diesel, isso daí é volume de frota. Essa daqui já seria o perfil de veículos leves, aqui também são milhões de veículos, é a mesma coisa,

aqui os 8,3, os 71 é flex fuel, esse daqui é a gasolina e aqui está o diesel e tem um pouquinho aqui da frota antiga do hidratado, o carro dedicado a álcool.

Está aqui, nós falamos lá em 2015 o Brasil produzir já quase 50 bilhões de litros, aqui é a aposta é o que Brasil produza em 2020 46 bilhões de litros. E já há uma aposta que grande parte do etanol vai para o mercado externo. E uma parte menor vai ficar para o mercado interno. Por que essa aposta? Porque eles fazem essa aposta. Eles fazem essa aposta que 65% dos flexs vão consumir gasolina e que apenas 35% dos flexs vão consumir álcool. Esses 35% dos flexs significa 44% do volume equivalente, não em convertido em gasolina absoluta.

Então é uma outra aposta, então, porque depois eu estou apresentando isso e qual seria a conclusão disso. E continua apostando que não vai alterar a reforma tributária. O Henry também fez uma aposta nesse sentido, mas aqui ele predomina que a região Norte será abastecida com gasolina, Manaus 99, Amapá e Tocantins 68; a Região Nordeste, Alagoas 56, Rondônia, 90. A região Sudeste, São Paulo 44, que tem o menor preço, a menor relação de combustível seria só 44%, o Rio de Janeiro 88% aqui tem até uma explicação porque predominantemente os carros lá, eles não são flexs apenas com álcool e gasolina, mas eles são flexs com álcool gasolina e gás e GNV e o GNV lá é altamente competitivo com álcool e gasolina.

A Região Sul, praticamente Paraná que tem uma alíquota menor, 61% mais o Rio Grande do Sul não é o Estado produtor, mas que a frota do flex estaria com 93% a gasolina e no caso do Mato Grosso do Sul, 31% seria a gasolina. E aqui há uma aposta que é o Estado que mais vai consumir álcool em relação à gasolina feito no planejamento da Petrobrás. Então essa também voltou é aquela mesma apresentação que era a exportação que era o amido na gasolina e que seria o hidratado.

A outra matriz energética que está em discussão é da EPE, a empresa de planejamento energético que é uma empresa do Governo, que é uma empresa vinculada ao Ministério das Minas e Energia, que quem define ao CNPE a matriz energética. Nós temos aqui essa matriz aqui é por fonte de energia, mas é uma matriz global. Derivados de petróleo, diesel, produto da cana aqui tem bioeletricidade que eu deixo para a próxima porque o que me interessa mais é a parte do álcool.

Então aqui o álcool. Hoje nós estamos aqui com 13% na participação da matriz de combustíveis no setor de transporte aonde iria para 19% e continua a aposta do diesel e continua a aposta também da GNV, mas tem uma aposta muito grande do aumento muito forte dos biocombustíveis na matriz de transporte. E aqui é o plano de investimento, quer dizer, nesse momento que nós estamos apostando que nós vamos misturar álcool em parte da gasolina mundial, que nós estamos apostando que nós vamos abastecer a frota de flex com gasolina, nós temos plantas de refinarias que vão ser dedicadas à produção gasolina.

Então é uma coisa difícil de entender que são plantas, essa terceira, perfil aqui é uma planta que vai se dedicar à produção de gasolina. Que esse é o cronograma das plantas, esse perfil três, é uma planta dedicada à gasolina, essas aqui são dedicadas a diesel e essas aqui são plantas mistas. Então uma matriz de combustível, gasolina de 17 para 20%, a gasolina também na visão da EPE aumenta de participação relativa, o diesel aumenta de participação relativa. Isso aqui na estrutura do refino do petróleo.

E também há uma aposta, aqui também, para 2030, aqui não é nem 2020, aqui para 2030 fala em 50 bilhões de litro. O produtor fala 2015, 50. A Petrobrás fala 50, 2020. E a EPE fala 50, 2030. O que esse Governo quer? Qual é a meta que ele quer? Ele quer quanto? Ele quer que se produza álcool para o mercado interno ou para o mercado externo? Senão tiver essas regras claras como é que vai ficar? Vai ser uma briga? Vai ser uma força? Vai acontecer o que aconteceu no Proálcool em 1985? O que vai acontecer?

Mercado interno. Também tem problemas. Temos problemas sérios, o mercado de álcool, mercado de 14, 15 bilhões de litros, um mercado que não tem contrato, que não tem que mercado *spot* onde o produtor sozinho carrega os estoques de seis meses, se tiver um aumento de demanda, se tiver um feriado, o País corre o risco de desabastecimento porque os compradores de álcool que são as distribuidoras, não têm álcool para dois ou três dias de consumo, está certo uma estrutura de mercado funcionando com combustível dessa forma? É uma outra pergunta que eu faço.

Temos essa planilha que se tivesse um ajuste só na questão tributária, o ano passo passado o Brasil vendeu 6,12 bilhões de litros de álcool hidratado carburante. Nós poderíamos ter vendido 26% a mais, poderíamos ter vendido 1,6 bilhões a mais, tinha carro e tinha mercado para ser consumido. O que inviabilizou isso? É a preferência por alguns agentes de vender a gasolina e a preferência por Estados em arrecadar mais. Na próxima transparência nós vamos ver... Essa transparência é muito interessante que é a questão do ICMS.

Nós temos no Brasil duas formas de cobrar ICMS: Uma é a alíquota, aliás, todas têm alíquotas, a menor alíquota é São Paulo com 12%, depois é o Paraná com 18%. Depois de definida a alíquota uns definem o preço pauta para cobrar ICMS e outros como Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, não tem define um preço pauta. Fala: “Você vai cobrar sobre uma margem de

valor agregado". Quando você cobra no preço pauta, o caso primeiro do Acre, ele definiu 2,4 reais por litro de álcool. Isso aqui é um Ato Cotepe do dia 29 que vigorou aqui na primeira quinzena de outubro. Isso aqui eu não estou falando de coisa do ano passado não, eu estou falando de coisa que aconteceu essa semana.

E o preço do mercado no Acre estava 1,96 qual foi a alíquota? Foi na verdade, 30,53. Se pega Goiás, Goiás foi 1,35, mas ele cobrou o ICMS de 1,69. A alíquota é 20, mas qual que foi a alíquota? É 25,12, então, além de você ter no álcool uma carga tributária muito superior em relação a São Paulo, você cobra por um preço pauta muito acima do que o mercado está cobrando e você vai cada vez mais tirando competitividade do álcool versus a gasolina.

Então senão houver uma reforma tributária, senão houver uma linearidade dessas ações, e senão garantir a competitividade do álcool versus a gasolina, vai ficar difícil. Porque se esse sistema se mantiver muito tempo, vai prevalecer a concessionária da Petrobrás. Ela lá já definiu: "Esse mercado é meu, esse mercado é meu e esse mercado é meu". Por antecipação. Por quê? Porque ela aposta na manutenção de um processo de tributário dessa forma.

Mercado externo. O mercado externo para nós é pequeno, são uns nove bilhões de litros, eu não vou entrar muito no detalhe, países potencialmente para produzir álcool existem, todos eles têm restrições, já foi apresentado pelo José Eurípedes alguma coisa nesse sentido. A Tailândia tem, mas tem limitação de área, a Austrália tem, mas ela tem limitações de áreas. A África do Sul tem também com restrição de água, a Colômbia tem com limitação de área. A Guatemala, também tem. O México tem, Cuba tem, mas tem uma dificuldade de geopolítica.

Então tudo isso é o que está em jogo nesse processo. Os Estados Unidos fez uma meta. Ele criou um programa, ele falou: "Eu quero 2017, eu quero um mercado de 132 milhões de litros". E no Brasil nós não falamos quanto nós queremos, nós achamos que simplesmente o flexs e o consumidor que vai decidir, mas não pode ser só dessa forma. O consumidor vai dizer se a relação de preço for inviável em alguns momentos, mas essa definição ela também tem existir em nível de País.

Então o que nós precisamos? Os preços internacionais de petróleo e derivados e a competitividade do álcool, ela é a premissa básica para esse mercado. O protocolo de Kyoto o próprio Henry já colocou que foi uma das razões do flexs. O álcool como commodity, o álcool ainda não é commodity. O Japão que fala em misturar 3% de álcool da gasolina não é modatório e não mistura. Então existe expectativa. Um fala 2010, outro fala 2012 que vai misturar alguma coisa. É um contrato ainda *spot,* não existe mecanismo de precificação ainda do álcool e nem de contratos. Não tem ainda logística para exportar esse álcool, nem duto e nem terminal de porto. E hoje o que está se investindo é reprocessar álcool para o mercado americano.

Ainda o etanol é visto como subproduto agrícola e não como uma commodity energética e está sujeito ainda a medidas de proteção. O álcool hoje ele é protegido no mundo inteiro por uma simples razão: No passado não existia o mercado de combustível e também foi criado barreiras para o álcool bebida, para álcool perfumaria. Então, existem taxações no álcool, você tem 197 euros, você tem 102 euros, quer dizer, qualquer álcool carburante hoje para entrar nos países da Europa ele é taxado em 102 euros ou 197 euros. Por que existe essa taxação?

Porque no passado esse álcool era álcool alimento e isso ainda, nem isso foi mudado em nível de regras. Se nós formos à SECEX os códigos são os mesmos, álcool desnaturado e o álcool não desnaturado. O álcool desnaturado é aquele que muda o corante para ninguém beber, então, ele tem uma taxação menor. E o álcool não desnaturado é o álcool puro como sai daqui, que pode se transformar em bebida então você paga o imposto de 197 euros por metro cúbico.

Os Estados Unidos é uma realidade. O ano passado o Brasil exportou, mais de 70% das exportações brasileiras foram para os Estados Unidos, foi um momento pontual aonde o galão de álcool chegou a mais de 3,5 dólares e permitiu que as distribuidoras americanas viessem ao Brasil, comprassem o álcool em uma situação que era muito boa ao produtor, tivesse o ônus do frete, pagasse imposto e chegava mais barato que o álcool americano.

Esse ano é o inverso. Esse ano o álcool caiu para 1,65 dólares o galão, a taxa de câmbio também tirou competitividade e o mercado dos Estados Unidos está com excedente e também já estão revendo como o Brasil, a sua capacidade, a sua política de investimento para o mercado não ficar também mais do que superavitário.

Eu vou deixar esse material, eu vou direto ao fim na conclusão. Essa da logística é fundamental. Nós precisamos resolver a questão de logística. O setor privado desde que haja a sinalização do mercado, o setor privado está pronto para ele construir o duto.

São Paulo já tem estudo de viabilidade dos produtores para construir um duto de Paulínia para o porto do Paranaguá. A construção do duto não há problema nenhum, o setor privado está preparado, é a questão de apoio do Governo na questão ambiental, mas não recurso. Recurso o setor não precisa para fazer esse duto. E aí fica nessa dúvida. O que vem primeiro? Vem

o duto ou vem o mercado? Um duto não tem a viabilidade menos que o movimento de cinco bilhões de litros, mas a expansão está vindo.

Esse é o trajeto de duto em desenvolvimento, em estudo, em fase já do estudo de terminado e de início de processo pelos produtores de São Paulo. Então, essa parte toda de pesquisa foi colocada, a única coisa que eu diria que esse acordo Brasil/Estados Unidos é de fundamental importância nos dois aspectos. Primeiro: Não existe um padrão de álcool para misturar na gasolina no mundo. O Brasil tem um padrão que nós misturamos desde o início, como o Henry comentou, desde 75 e 76, o mercado americano tem o padrão dele, o álcool deles é muito parecido com o nosso.

Quer dizer se os dois países, são os dois principais produtores de álcool, tivessem em acordo uma especificação de álcool para misturar na gasolina do mundo, já seria um grande avanço a oferecer isso para o mercado. E depois também a questão da certificação desse produto.

Há toda essa parte da pesquisa já foi falada. Então logo a conclusão. O que tem a conclusão? Agora que começamos a expandir, já detectamos que a velocidade da oferta é maior do que a demanda e já está levando, evidentemente, a um ciclo não virtuoso de queda de remuneração e de desaceleração dos investimentos. Isso já está acontecendo, os próprios bancos já estão mais cautelosos nos financiamentos, o pessoal que foi buscar dinheiro de fundo também já houve uma redução das fontes de financiamento. Então, precisa ampliar esse mercado e otimizar essa infra-estrutura.

O investimento em pesquisa já foi falado, da questão da hidrólise, não tenha dúvida, o Brasil não pode perder competitividade. Fechar esse entendimento na especificação que eu já comentei. Então aqui, esse é fundamental. Se não houver uma definição clara da participação do álcool na matriz de combustível é um desastre. Tem espaço para o álcool, tem espaço para a gasolina e tem espaço para a GNV. Essa definição tem que ser dada, não é simplesmente o mercado é que vai definir. Tem que haver política pública que induzam essas metas projetadas.

Se o Governo quer que o mercado interno seja abastecido com a gasolina, que seja definido. Que seja com 50% da gasolina, que seja definido. Que seja 100% de álcool, que seja definido, mas que haja uma definição e que haja políticas que induzam a alcançar essa meta. Então, para isso teria que ver uma regulação mínima que desse credibilidade a Anfavea, que desse credibilidade a quem está investindo, que desse credibilidade ao produtor.

Nós temos um outro potencial de mercado enorme que é álcool para a alcoolquímica. Álcool para alcoolquímica o Brasil já exerceu em 85, 86 quase um bilhão de litros de álcool para a rota alcoolquímica para se produzir eteno, para se fazer PVC e hoje já estaria em implantação uma usina em Minas Gerais com uma multinacional que anexo está montando uma planta que vai produzir eteno a partir do álcool. O álcool é competitivo com o barril de petróleo acima de 50 dólares o barril.

Então, isso é um esforço que tem que ser feito da maior importância, que é o mercado que não depende do Japão mudar a matriz energética, não depende nada e você vai trocar uma produção alcoolquímica, hoje, que não é sustentável ambientalmente por uma produção de álcool que é sustentável ambientalmente, é a questão ambiental aqui prevalece. Precisamos adequar e flexibilizar o processo de comercialização no mercado interno. Nós temos que fazer com que a bolsa de mercadorias funcione, que o produtor tenha a oportunidade, que o comprador tenha oportunidade de fazer aposta no mercado. O mercado não pode ficar operando 100% no mercado *spot* ou o setor tem que investir em logística, tem que se desenvolver o mercado de etanol em contratos firmes de longo prazo.

Então, isso é o que eu queria, quer dizer, produzir não é problema, terra não é problema, nada é problema, mas precisa adequar o desenvolvimento do mercado, a estrutura do mercado senão o descasamento da oferta com a demanda vai inviabilizar essa expansão que está se desenhando. Obrigado.

[palmas]

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Antonio e passamos de imediato à manifestação dos Srs. Senadores. Ouviremos primeiro a Senadora Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS): Obrigado, Sr. Presidente, Senador Valter Pereira. E o agradecimento aos senhores que vieram aqui hoje nos dar essa aula sobre etanol, para nós é extremamente importante e os senhores hão de ver que os dois Senadores que estão aqui, os dois são de Mato Grosso do Sul. Porque realmente nós estamos preocupados, o Senador Valter Pereira e eu, com uma questão que assumiu uma importância muito grande no desenvolvimento de Mato Grosso do Sul.

Mas eu quero colocar aqui alguns pontos que também me preocupou. O Dr. José falou muito aqui, o Dr. Henry também, o Dr. Antonio, da capacidade de atendimento, da estratégia de produção, da logística e da pesquisa em desenvolvimento em inovação. Alvim Toffler que é um escritor e um futurólogo americano que escreveu "A Terceira Onda" que quase todos leram e que agora já tem novos livros já prevendo um futuro, ele deu uma entrevista esses dias a uma revista nacional colocando a visão da educação, da formação como base do desenvolvimento. Que, às vezes, a gente pensa que é fazer estradas, é a gente construir casas, é hidrelétricas, pontes que isso é

a base da formação do desenvolvimento de um povo. E nós sabemos que não é isso.

O que dá o desenvolvimento, que garante o desenvolvimento de um povo é o investimento aí sim, se nós tivéssemos um investimento efetivo em formação e educação e aí há uma diferença entre formação e educação, formação visto como valores e o investimento em pesquisa e inovação. E eu fico muito preocupada quando o Dr. José colocou aqui da EMBRAPA e essa é uma preocupação de todos nós que trabalhamos nessa área da educação e da formação, é com o investimento em ciência e tecnologia e inovação.

Isso é fundamental se nós quisermos crescer, não há outro só que nós investimos muito pouco. Eu presido agora a Comissão de Educação, Cultura Ciência e Tecnologia e Esporte do Mercosul. Então não é só o nosso País, os países do Mercosul também estão com os mesmos problemas, só que estão com alguns projetos, principalmente Chile, com projetos específicos de avanços na pesquisa. E o Brasil ainda está muito amarrado, investindo muito pouco nisso, mesmo que a gente tenha fundos, fundos específicos que nunca foram usados: FUST, FISTEL e outros tantos são exemplos de fundos que nós não usamos ou utilizamos muito pouco porque os usamos para garantir o superávit primário e não garantir especificamente aquilo que para nós é questão de desenvolvimento.

Eu quis fazer essa colocação porque se nós quisermos garantir um crescimento efetivo, um desenvolvimento efetivo do País nós precisamos ter esses olhos voltados para a logística, para ciência e tecnologia, para estratégia de produção e capacitação do atendimento que nós temos e do uso que nós vamos fazer do etanol.

E para terminar eu quero colocar uma preocupação. Será que nós vamos ter armazenamento suficiente se nós tivermos excesso de produto no mercado? Eu não ouço falar nisso, nem em Mato Grosso do Sul eu estou ouvindo falar em armazenamento. E eu lembro que quando houve o Proálcool nós tivemos altos e baixos e nas baixas nós não estávamos preparados para ter o armazenamento para suprir. Então, se nós tivermos baixa como é que nós vamos fazer? E, além disso, se nós podemos confiar que a nossa produção será comercializada? Como é que a gente pode confiar?

O Dr. Antônio diz nas regras claras que a gente precisa ter nesse País, mas é muito difícil nós termos regras claras nesse País. Então, eu quero dizer ao Dr. Henry, que eu fico muito feliz quando nós temos aí e estamos talvez no mundo, sendo vanguarda em termos de produção de carros com combustíveis flexs e motor flexs para atender os dois combustíveis, mas eu não sei se nós vamos dar conta de fazer com que o nosso mercado seja suficiente para garantir o mercado interno e garantir a exportação. Eu tenho muito medo que essa corrida que nós estamos vendo, principalmente no nosso Estado do Mato Grosso do Sul para a produção de cana, não tenho muito medo ainda da quantidade produção ou das áreas plantadas porque hoje todos os Estados estão trabalhando e vão trabalhar com zoneamento.

O nosso Estado o Governador está trabalhando com macrozoneamento porque nós precisamos disso, nós temos um Pantanal a preservar, então, nós temos que cuidar muito do zoneamento ecológico, social, ambiental, econômico para que a gente não entre em uma senda que depois não tenha volta.

Eu quis fazer esses comentários para dizer da minha preocupação. Infelizmente, o meu Presidente sabe disso, eu tenho dois projetos para relatar, a Presidente da outra Comissão já esteve aqui me chamando, eu vou lá relatar os dois projetos senão me matam porque eu não vou fazer com que os projetos dos meus Senadores lá sejam aprovados. Mas eu quis deixar essa minha preocupação para que V.Exªs. soubessem. V.Sªs. soubessem.

E se o Senador Valter Pereira aceitar, eu acho que essa era uma Mesa que nós poderíamos levar para Mato Grosso do Sul. Leve, falando de vários aspectos e que talvez a gente pudesse fazer com a Famasul uma oportunidade de convidá-los para estar conosco em Mato Grosso do Sul. Se V.Exª. achar por bem, nós poderíamos trabalhar nessa linha que eu acho que valeria a pena nós socializarmos para o nosso Estado essas questões todas. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Senadora Marisa pela intervenção. E compreendemos as obrigações de V.Exª. para esse momento. Vamos ouvir o eminente Senador também pelo Mato Grosso do Sul, Senador Valter Pereira.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Sr. Presidente, senhores expositores, em primeiro lugar eu quero cumprimentá-los pela brilhante exposição feita por cada um que eu acho que ilustrou bastante esta Casa e as informações trazidas aqui com planilhas que certamente serão disponibilizadas para esta Comissão vai subsidiar muito os trabalhos dessa Comissão.

Eu gostaria de fazer duas ponderações. A primeira delas é sobre essa questão do mercado do etanol. Hoje o etanol responde aí por 2,5, 2,6% do consumo mundial de gasolina. E como foi muito bem colocado especialmente pelo Sr. Antonio Pádua e também pelo José Eurípedes quanto a essa questão da expansão do mercado, há um *boom* em nosso País com relação ao etanol. Indiscutivelmente o entusiasmo que está contagiando chega aos pontos mais distantes do território nacional. Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, onde foi mostrada uma projeção extremamente alvissareira chega a preocupar-nos quando

chegamos ao Município e a comunidade já vem com aquela cobrança: "Escuta, o nosso problema fundamental aqui é emprego e precisamos de uma usina de álcool".

Efetivamente há esse clima. Que pelo visto e aí pode até encaixar muito bem essa proposta da Senadora Marisa Serrano de levar esse debate lá para o Estado, o que se presume é que tem que ter uma cautela com relação ao mercado. O mercado interno realmente é promissor, mas ele tem tamanho. Não é todo mundo que vai comprar flexs, não é isso Dr. Henry? Então vai chegar um determinado momento e que pode colocar em risco desde que não haja um crescimento do mercado internacional compatível com esse *boom* que nós estamos experimentando na expansão da produção de etanol do Brasil.

Então a pergunta que eu formulo aqui concretamente seria o seguinte: De 2,6% do consumo mundial de gasolina que existe no mundo, há quanto nós poderemos chegar nos próximos dez, 15 anos? Há uns 10% ou 15%? Qual seria a perspectiva hoje já que existe uma discussão muito forte sobre essa questão do etanol que começa no nosso próprio continente e existe uma proteção de mercado naquele País que poderia ser o grande consumidor brasileiro que é os Estados Unidos. Essa peleja entre o milho e a cana.

Então, com esse cenário aonde é que nós poderíamos chegar nos próximos dez anos, dez ou 15 anos? Essa é a primeira indagação. A outra indagação eu quero fazer especificamente ao Dr. José Eurípedes.

Eu acompanho essa grande Instituição chamada EMBRAPA e indiscutivelmente hoje se nós podemos apontar de imediato uma das principais instituições de pesquisa e de experimentação que tem no Brasil, eu não vacilaria, eu colocaria a EMBRAPA porque ela tem dado efetivamente uma contribuição significativa em vários campos, especialmente naquela área acessível que é a exploração da terra, a exploração do campo.

Eu gostaria de fazer uma indagação: A EMBRAPA tem tido recurso suficiente para promover as pesquisas nessa área de biocombustíveis? A EMBRAPA tem recebido royalties de tantas pesquisas que ela publicou e que hoje estão sendo utilizadas em várias atividades humanas? E numerosas empresas hoje que produzem bens a partir de pesquisas desenvolvidas por esta novel Instituição. E esses royalties, se é que estão sendo pagos a EMBRAPA, estão ficando com ela ou estão também sendo drenados para melhorar o perfil da contabilidade pública, melhorando especialmente o superávit primário? O que pode ser feito ainda para a EMBRAPA explorar todo o seu potencial?

Eu vi aí uma informação da possível utilização da mandioca, da batata e de outras culturas próprias da agricultura familiar. Essas pesquisas que estão sendo desenvolvidas com esses produtos da agricultura familiar será que terá a devida recompensa no momento em que forem concluídas? Qual a perspectiva que tem realmente a agricultura familiar de entrar no mercado em condições de competição? São essas as indagações que eu gostaria de fazer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Obrigado, Senador Valter Pereira. Gostaria também de fazer algumas considerações. Esta é a décima reunião em que a nossa Subcomissão comandada pelo Senador João Tenório de Alagoas que até pede suas escusas por não estar presente em face do passamento de um de seus familiares em Alagoas. Ele que tem comandado a Subcomissão que trata do biodiesel, biocombustíveis e que nessas dez reuniões públicas realizadas até aqui estão trazendo pessoas e organizações de vários segmentos de nossa sociedade. E que traz a esta Comissão a oportunidade de se inteirar profundamente nesta atividade extraordinária que se apresenta para o Brasil.

Aqui foi debatido e estamos debatendo, os espaços que se ocupam pela terra. Está terra que no Brasil tem dado a oportunidade ímpar de produção, o clima extraordinário, o sol que existe em nenhuma parte do mundo igual, chuvas abundantes, águas e estamos agora discutindo a capacidade do ser humano para integrando-se desse contingente extraordinário para produzir. E vários segmentos senhores, querem espaço.

Além de manter e aumentar a produção da soja, do milho, do café, do arroz, do feijão, das nossas agroindústrias, do boi, do frango, do suíno está se apresentando os fruticultores querendo mais três milhões de hectares para ampliar os seus negócios. A biomassa, principalmente do reflorestamento, quer mais espaço porque o mundo quer mais papel, quer mais pasta mecânica. Nós vimos que o algodão, uma nova cultura que está no nosso Cerrado, avançando extraordinariamente e o mundo comprando algodão que sai das nossas terras.

E agora estamos aí com o processo da cana que até aqui há pouco tempo servia-se para o açúcar e agora o álcool, o biodiesel. E nos disse, em uma dessas sessões públicas o nosso Ministro da Agricultura, de que o Brasil tem condição de abastecer 10% do consumo de álcool no mundo e que sem usar toda a potencialidade do nosso solo.

Nós sabemos que temos 90 milhões de hectares de terras ainda para serem explorados só nos Cerrados, principalmente no Centro-Oeste, no Nordeste. Nós temos mais 30 milhões de hectares de terras degradadas que poderão ser internadas para a produção e aqui vimos na explanação. Eu não tenho dúvida que poderemos internar em torno de mais 20 milhões de

hectares de terras consorciando com a bovinocultura sem perder a sua capacidade de expansão.

Tudo isso nos dá a Comissão de Agricultura a quem está na atividade um alento muito forte. Porque eu disse ontem, ao Presidente em exercício da República, que 36% da exportação de 2006 nasceu da produção primária do País ou das agroindústrias e agronegócios. E que um terço do PIB nacional ainda nasce nessa área. E com essa perspectiva desses avanços certamente nós vamos alcançar através da terra, da inteligência do homem e principalmente da capacidade e aqui bem demonstrada da industrialização, nós deveremos chegar logo, logo a 50% do PIB nacional.

Isso é um alento muito forte para dizer que este País abençoado por Deus ele tem caminhos sim para crescer, para desenvolver e principalmente, é bem verdade, muito bem acentuado pelo Dr. Antônio que faltam regras. Temos que ter a capacidade de produzi-las. Aqui é a Casa do debate temos que ter a capacidade de encontrar caminhos para agora, para médio e para longo prazo.

Eu não tenho dúvida que produzir indústria é fácil, produzir não é tão difícil, produzir matéria-prima. Conquistar cliente talvez seja a maior tarefa nós temos. E esta cabe também ao Governo, cabe a todos aqueles que têm a oportunidade e têm obrigação também de encontrar caminhos perante aos mercados mundiais para que possamos conduzir essa nossa querida Pátria no lugar que ela merece.

Eu quero agradecer imensamente a presença das palestras aqui e passo a palavra a cada um para responder às perguntas e também fazer seu encerramento. Começamos com o Dr. Henry para fazer as suas considerações finais.

SR. HENRY JOSEPH: Obrigado, Senador Neuto De Conto, eu queria dirigir antes de mais nada, o Senador Valter Pereira fez um questionamento a respeito do crescimento, da possibilidade de crescimento do consumo de etanol de valores superiores àqueles que hoje são praticados internacionalmente.

A visão da indústria automobilística passa por essa visão sim. Nós temos uma idéia de que internacionalmente isso está acontecendo, a entrada do etanol em volumes cada vez maiores deve acontecer como um dos combustíveis renováveis de maior aplicação. Acreditamos que hoje, fora do Brasil, os Estados Unidos é o grande consumidor. Eu vou falar sobre o aspecto consumidor uma vez que eu não sou produtor e não tenho visão da produção.

Mas do aspecto de consumo os Estados Unidos hoje já é um grande consumidor, maior do que o Brasil. Europa, recentemente, implementou algumas regras tornando obrigatória a utilização cada vez crescente do consumo de combustíveis renováveis e o etanol tem um potencial enorme de lá entrar também. A Ásia é um continente que tem um potencial enorme de crescimento. Principalmente a região, aliás, da Ásia até difícil falar qual região porque todas elas têm um potencial enorme.

A Austrália, a Nova Zelândia enfim, a gente vê que isso é uma potencialidade enorme e mesmo na América Latina como um todo existe esse potencial. O crescimento do uso do etanol, nós não temos dúvida, deve ocorrer. A qual volume deverá chegar, infelizmente, eu não tenho essa visão de poder afirmar se chegaremos aos 10% questionados pelo Senador Valter Pereira para um futuro imediato, mas acreditamos que possa ter uma participação realmente muito significativa.

Não necessariamente em função de introdução de veículos flexs, mas principalmente pela rapidez que o etanol pode entrar no mercado quando adicionado e misturado a gasolina em volume de cinco a 10% que não requer mudança nenhuma da infra-estrutura desses países para poder implementar essa mistura. E isso países que sejam principalmente signatários do protocolo de Kyoto é um meio muito fácil de conseguir introduzir um combustível renovável na sua matriz energética.

Essa é a visão que a gente tem. Eu queria agradecer a Subcomissão de Biocombustíveis e principalmente a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária na pessoa do Senador Neuto De Conto pela oportunidade e espero que a gente tenha conseguido colaborar com a discussão aqui tratada no dia de hoje. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado Dr. Henry. Agora pela ordem, no início, o Dr. José Eurípedes, eu gostaria que fizesse sua manifestação.

SR. JOSÉ EURÍPEDES DA SILVA: Eu também gostaria de agradecer a todos pela paciência em nos ouvir. Respondendo aqui ao Senador Valter Pereira eu diria o seguinte que: A EMBRAPA hoje, quer dizer, ela realmente, nós temos certa, vamos dizer assim, dificuldade com relação a recursos para pesquisa. O orçamento da EMBRAPA hoje ultrapassou 1,1 bilhão, talvez 1,2 bilhões, mas disso tudo grande parte é pessoal, etc. Para pesquisa mesmo hoje, todo o conjunto do custeio da pesquisa é provavelmente em torno de 50 milhões, quer dizer, menos de 5% do orçamento total. Essa é a realidade.

O que acontece é que para garantir o custeio, a realização dessas pesquisas nas unidades, a gente tem feito contratos, captação externa, contratos acordos com empresas privadas para a realização de determi-

nados trabalhos, às vezes assim, projetos de captação da FINEP e mesmo Petrobrás, etc., isso tem permitido levar a grande parte das pesquisas. Pode-se dizer que a captação externa, em termos só de custeio, é três vezes maior, pelo menos três vezes maior do que realmente está garantido é colocado pelo orçamento. Essa é uma dificuldade.

E uma coisa muito importante é que sobra ou que os recursos para investimento, esses então, são praticamente muito limitados, nós precisamos melhorar os nossos laboratórios. É difícil você acompanhar hoje, vamos dizer assim, o desenvolvimento tecnológico se nós não contamos com equipamentos, quer dizer, não dá para a gente trabalhar hoje ainda com fóton de chama, daqueles ainda que a gente tinha que atiçar fogo lá dentro do... Quer dizer não temos mais isso? Mas eu quero dizer apenas que essa é a situação, nós temos que estar sempre evoluindo também quanto à questão de equipamentos para a pesquisa e o investimento é também limitado.

Realmente eu acredito que então, ainda agora com o incremento, a adição dessa nova responsabilidade que é a pesquisa em biocombustíveis, quer dizer, nós estamos trabalhando ainda com o mesmo orçamento, então, é preciso que haja alguma coisa mais voltada para isso. Felizmente nós estamos tendo a captação em outras fontes que está permitindo levar esse processo, mas a verdade é que em termos de orçamento que é realmente garantido, garantido, eu acredito que isso é insuficiente para a gente levar todo esse processo a contento, leva-se, mas...

Uma outra coisa é o seguinte: Royalties e patentes, isso é uma cultura nova na empresa. Quando a EMBRAPA foi criada praticamente era uma empresa quase com o objetivo social. As tecnologias eram repassadas para os produtores e pronto. Hoje royalties tem o seu fundamento em propriedade intelectual, patentes, o Brasil de um de modo geral é pouco, vamos dizer assim, esclarecido ou trabalhado a respeito de patentes, pode-se ver isso, as patentes lançadas no Brasil, patentes lançadas pela Coréia ou China, isso faz realmente com que realmente nós não tenhamos ainda todo esse retorno que a gente deveria ter.

Claro, há um lado social, mas também nós temos que... Muitos dos nossos produtos, pesquisas, resultados, poderiam ser objeto de patente. Principalmente onde nós temos hoje mais patentes, talvez em milho, soja e etc. e, às vezes, alguns softwares. Mas então essa é uma cultura também nova, mas está se desenvolvendo, mas ainda é. Nós temos hoje, inclusive, uma assessoria de inovação tecnológica que está cuidando desse processo para melhorar essa valoração dos nossos produtos de tecnologia de serviço, mas ainda é uma coisa, vamos dizer assim, está aumentando. Tem que melhorar.

A verdade toda é o seguinte: Por ser uma empresa pública que tem um orçamento de certa forma fixo e determinado, é difícil dizer o que ela poderia fazer para melhorar o seu potencial. A verdade seria essa, a busca de outros recursos que pudessem ser utilizados na melhoria dos campos experimentais, laboratórios, e mesmo a questão de salários dos pesquisadores, incentivar a manutenção dos pesquisadores dentro da empresa. Porque hoje um dos problemas é que a EMBRAPA forma pesquisadores de excelente nível e de repente uma empresa privada ou uma outra Instituição chega: "Fulano, está aqui, quanto é seu contracheque?" - "É tanto". - "Eu te dou o dobro", ele vai, é claro que vai. Então essas coisas têm que ser trabalhadas, eu acho que isso é importante que seja feito.

Quanto à agricultura familiar, Senador Valter Pereira, eu vejo o seguinte: Nós temos primeiramente o seguinte, a agricultura familiar na participação e em biocombustíveis é algo que tem que ser muito bem trabalhado porque biocombustíveis hoje, a matéria-prima para biocombustível, precisa de escala e escala exige logística e o nosso agricultor familiar ele tem uma cultura, às vezes, muito introvertida. Ele é avesso, às vezes a uma pequena melhoria e ele pratica muito uma cultura de subsistência, agricultura de subsistência.

Quer dizer ele prefere, às vezes, ficar naquilo que ele está fazendo ali que lhe garante o mínimo para a subsistência do que arriscar um pouquinho mais e de repente por em risco até a sua própria terra. Isso nós vimos ontem em um painel no Ministério das Minas e Energia que isso foi colocado. Essa é uma dificuldade muito grande. Senão houver um trabalho muito grande de associação desse pessoal, cooperativas etc., mudança cultural, eu vejo com muita dificuldade que essa inserção ocorra a contento.

Claro que haverá nichos quando principalmente empresas privadas têm feito, elas se encarregam de promover toda a assistência técnica, relação a plantio, colheita e a própria educação dos produtores, então isso aí funciona, mas essa não é a realidade do Brasil todo, quer dizer, o Brasil é muito maior do que isso. Então, é preciso um trabalho muito forte e eu sei que há esforços nisso aí e de longo prazo. MDA, etc. e o PRONAF também estão atuando nisso, mas ainda é muito pequeno, é muito pouco. Então é preciso que haja uma participação maior.

A outra coisa também é o seguinte, com relação à mandioca e outros produtos que podem ser usados para biocombustíveis, isto tem que ser visto que apenas são nichos, e a mandioca que está se pensando para usar para álcool, ela não é uma mandioca amido é uma mandioca glicose. Também vai ser uma coisa a ser trabalhado em termos de escala para que haja a

sua utilização. Eu não poderia no momento, como nós não estamos ainda em questão de saindo da Bancada, isso é uma coisa que ainda vai demorar algum tempo para ser desenvolvido. Deve ser lembrado também que isso são nichos e que de maneira alguma se pensa que isso venha a competir com a cana que tem toda uma infra-estrutura, logística, tudo já estabelecido, inclusive por uma questão de mercado, como o nosso amigo da UNICA falou, está enfrentando esses problemas.

Isso são coisas que realmente precisam ser trabalhadas com muito cuidado, mas, enfim, a tecnologia pode ser desenvolvida, mas até que ela seja realmente transformada em um produto ou um serviço disponibilizado para a sociedade vai-se algum tempo e entra a questão da escala, de logística e etc. então, tem que ser trabalhado com bem mais tempo até que nós possamos levar esse resultado para incorporação no sistema produtivo.

Então, era isso que eu tinha a dizer.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, José. Ouviremos então agora o Sr. Antonio de Pádua Rodrigues.

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: A Senadora Marisa Serrano fez um comentário que ela não está ouvindo falar de estocagem no Mato Grosso do Sul, para estocar álcool. Eu acho que o problema é estocar álcool, o problema é manter o álcool no tanque. Hoje as indústrias, de uma forma geral, elas têm uma capacidade de 70% da produção de armazenar produto. A nossa atividade é uma atividade sazonal, se produz em seis meses para vender em 12 meses.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Tem uma informação que eu gostaria de acrescentar a propósito dessa questão. O Governador do Estado André Puccinelli, tão logo assumiu no dia 1º de janeiro, cuidou de articular a inclusão no PAC de algumas obras que são fundamentais para a logística do Estado.

Uma das quais é o poliduto para fazer o transporte da produção de combustíveis renováveis, especialmente o álcool, para os portos e hoje o Governo está analisando já com o grau muito avançado já de possibilidade, não só o poliduto para o transporte de Campo Grande até os portos, porto de Paranaguá, como também a extensão até Cuiabá. Então o Centro-Oeste, especialmente os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, teriam uma solução desse problema de transporte e de armazenamento com a rapidez e com a economia necessária para viabilizar o custo de produção. Viabilizar o preço através da redução do custo de produção.

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: Não tenha dúvida, é fundamental. Se você fizer uma referência de custo hoje, um custo médio de São Paulo para você colocar um metro cúbico de álcool em um porto, você está na faixa de 60 reais o metro cúbico. O pessoal de Campo, ali do Mato Grosso, está em quase 120, quer dizer, o preço vai ser o mesmo. Se não tiver uma logística que viabilize essa redução não adianta ele ser bom na produção, não ainda ele ser competitivo que ele vai perder grande parte da renda na logística.

Então a logística é fundamental. Os grandes grupos que foram para essas regiões onde pega o bico do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás eles só vão sobreviver se eles próprios também investirem no duto. Senão não vai ter alternativa, uma vez que nessa região não vão ter mercado interno que vai suportar esse crescimento da oferta, então, não tem. Então, o setor já carrega estoque, o setor carrega hoje, o setor tem um volume enorme de estoque. Nós estamos em plena safra, então, carregar estoque não é problema.

O grande problema, por exemplo, nesse ano: Não é porque está tendo essa produção, a região centro-sul deve produzir 2,5, 2,8 bilhões de litros de álcool a mais. Esse álcool vai exportar menos. "Vai sobrar produto?" – "Não vai sobrar produto". Esse produto vai ser todo vendido graças aos flexs que foram colocados no mercado.

Mas é uma equação que não fecha. Para você vender todo esse produto ele não vai ser bom para o produtor. Para ele ser bom para o consumidor tem hora que não pode ser bom para o produtor, por quê? Todo mundo tem que sobreviver. O produtor tem que ter uma remuneração que dê sustentabilidade à atividade, que ele mantenha o nível de produção, que ele mantenha o desenvolvimento. A distribuidora tem que sobreviver, o povo tem que sobreviver e o Governo quer arrecadar.

Então, nesse momento está sendo vendido, mas hoje 98% do mercado brasileiro, o álcool é competitivo, desde o Rio Grande do Sul a qualquer Estado, mas ele é competitivo em uma condição que não viabiliza o produtor. Então, a diferença que você vai ter da cana que quando você faz a indústria você casa com ela, você não alternativa.

Você tomou a decisão de plantar um projeto, eu vou começar um projeto hoje, daqui três anos você vai moer, o canavial vai ter que ser desenvolvido, não tem alternativa. A indústria precisa de menos tempo, dois anos, mas depois que você fez isso, você plantou, você tem aquela matéria-prima por cinco anos, então, e controlar isso é complicado.

A questão é como administrar essa velocidade da oferta com a velocidade do mercado. Se tivéssemos um ajuste tributário no mercado interno onde ficasse próximo aos níveis de São Paulo, poderia ser vendido o mesmo volume de álcool, o produtor teria uma renda que satisfaz, o consumidor seria beneficiado, estaria rodando

com álcool da mesma forma e haveria equilíbrio, é que não existe esse equilíbrio hoje nesse mercado.

E a aposta é que haja esse equilíbrio, mas a aposta do concorrente é que não haja esse equilíbrio porque o outro também quer vender o produto dele. Então, essa definição na matriz energética do que cabe a cada produto aqui no mercado interno e que a regra da competitividade seja preço relativo, que o mercado funcione com competitividade e com preço relativo, é fundamental.

Quanto ao mercado externo, eu diria que a dependência energética, a questão do preço do petróleo e a questão ambiental é indiscutível que o álcool vá ocupar um espaço em todas as matrizes energéticas. A questão é o descasamento da velocidade. Pode ser 2010, pode ser 2012, pode ser 2015, podes ser 2020, mas a hora que você sinaliza a presença do Governo americano aqui no Brasil, a presença dos japoneses aqui, vai criando uma expectativa nos empresários e o investimento vai acontecendo e o mercado não vai acontecendo. O duro é viver com essa volatilidade, você vai viver duas safras com preço ruim e cai a oferta, a demanda já está existindo e o preço volta a subir como qualquer outra commodity e o próprio Governo, por exemplo, não permite que haja um estoque regulador pelo setor privado. Isso foi cassado já na liberação dos preços porque daí está dizendo que o produtor está intervindo no mercado.

Então, se não resolver a questão da volatilidade e a questão do descompasso ou minimizar esse descompasso entre oferta e a demanda, nós vamos viver esse problema ciclo. Não vai parar. O investimento não vai parar. Pode dar um recuo agora, daqui dois anos volta, dá um recuo, volta, mas vai continuar.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): A verdade é que tem que baixar o custo de produção, essa que é a garantia que o produtor tem.

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: Verdade.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Que se ele baixar o custo--

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: É a única garantia.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): -- Que se baixar o custo de produção ele terá melhores perspectivas.

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: Não tenha dúvida.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Para isso são necessários investimentos públicos em logísticas.

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: Não tenha dúvida.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Então aí vai uma derradeira pergunta para gente terminar essa conversa. O que o Governo está acenando de investimentos públicos na logística atende a expectativa para enfrentar esse cenário todo de expansão que tem pela frente?

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: Eu acho que o Governo não precisa investir na logística, o setor privado está preparado para investir na logística.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Deixar o setor privado investir?

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: O setor privado está preparado para investir na logística, eu não vejo por que o Governo investir na logística, eu não vejo por que a Petrobrás querer dominar também--

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): E os marcos regulatórios para esses investimentos são atraentes hoje já ou ainda há--

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: Há uma insegurança ainda.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Há insegurança?

SR. ANTONIO DE PÁDUA RODRIGUES: Há insegurança do ponto de algum período atrás uma ameaça de uma intervenção no controle das exportações. Como é que se vai investir? Qual é a regra se você tem uma ameaça do controle das exportações!

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC): Muito obrigado, Dr. Antônio. Antes de encerrar eu comunico que está aberto, a partir de hoje, o prazo para o recebimento de emendas ao Projeto Lei nº 31, de 2007, o Plano Plurianual para o período 2008/2011 e que são recebidas as emendas até às dezoito horas do dia 22 do corrente mês.

Eu quero agradecer imensamente a contribuição extraordinária que nos traz o Sr. Antonio de Pádua Rodrigues, Diretor-Técnico da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar. A contribuição que nos traz o Dr. Henry Joseph, Presidente da Comissão de Energia e Meio Ambiente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores, e a contribuição que nos traz, através da EMBRAPA, o Dr. José Eurípedes da Silva, Chefe Adjunto da Comunicação de Negócios da Empresa Agropecuária – EMBRAPA.

Eu quero agradecer fará parte de nossos trabalhos para produzirmos um entendimento do Senado e conseqüentemente do Congresso Nacional, agradecendo todas as contribuições, agradecendo ao Srs. Senadores. Encerramos por não ter nada mais a tratar, encerramos a presente reunião. Muito obrigado.

Sessão encerrada às 12h48.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 614 PÁGINAS

(OS: 17361/2007)